00100.117460/2024-23

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. A AO Nº 100, TERÇA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Maio de 2024 6

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Junho de 2024 46

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Junho de 2024 102

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Junho de 2024 128

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 157

Ata da 19ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de Junho de 2024 (em conjunto com a 17ª Reunião da CI) 184

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Maio de 2024 250

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Maio de 2024 286

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Maio de 2024 364

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de Maio de 2024 416

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de Maio de 2024 488

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Março de 2024 548

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Março de 2024 602

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Março de 2024 641

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Abril de 2024 668

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Abril de 2024 721

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Abril de 2024 773

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Abril de 2024 832

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Abril de 2024 877

1.4 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de Junho de 2024 901

1.4.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de Junho de 2024 925

1.5 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Junho de 2024 951

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Maio de 2024 983

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Junho de 2024 985

Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de Junho de 2024 (em conjunto com a 19ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.1)**

1.6 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2024 1018

1.7 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Abril de 2024 1030

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Abril de 2024 1054

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Abril de 2024 1064

1.8 – COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Maio de 2024 1074

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Junho de 2024 1078

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de Maio de 2024 (em conjunto com a 21ª Reunião da CMA) 1087

1.9 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Maio de 2024 1114

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Maio de 2024 1141

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Maio de 2024 1177

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 1191

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de Maio de 2024 (em conjunto com a 5ª Reunião da CDD)**(Vide item 1.8)**

1.10 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Maio de 2024 1207

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Junho de 2024 1219

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 1243

1.11 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Abril de 2024 1257

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Abril de 2024 1267

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Maio de 2024 1306

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Junho de 2024 1328

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Junho de 2024 1339

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Eliziane Gama e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli e Jussara Lima. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3324, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta, pela aprovação parcial da Emenda nº 1-CAE, na forma de subemenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2-CAE. **Resultado:** Aprovado o Projeto, a Emenda nº1-CAE-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS, e as Emendas nº 3-CAS a 5-CAS, e rejeitada a Emenda nº 2-CAE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 858, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5177, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Distrofias Musculares; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros (*Ad hoc*), substituiu Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5307, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre as Doenças Inflamatórias Intestinais – Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa - e Assistência aos Portadores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1262, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Dermatite Atópica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 418, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de informações aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário ao inciso II do caput e § 2º, ambos do art.15-A proposto no art. 2º, bem como aos art. 3º e 4º. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 278, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Córneas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3234, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para regulamentar os procedimentos que devem ser cumpridos quanto a elaboração do assento de óbito, nos casos em que o falecido deixou filho menor ou incapaz, acrescida da comunicação da orfandade bilateral acaso constatada pelo oficial de registro civil aos órgãos públicos de assistência social e de proteção da infância e da juventude." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4147, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a profissão de técnico em nutrição e dietética; e altera a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ (de redação). **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 60, de 2024-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1435, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a campanha nacional permanente Recrutando Anjos; obriga os estabelecimentos a afixar cartazes sobre manobras para desobstrução das vias respiratórias; e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 47, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), seja considerada a indicação dos nomes que especifica para a participação na audiência pública aprovada pelo REQ nº 3/2024-CAS, que tem como objetivo debater sobre o cigarro eletrônico." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 56, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2024 - CAS seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 58, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 54/2024, seja incluído no rol de participantes, na qualidade de convidada, a senhora Liana Cirne, ativista no assunto e Presidente da Comissão Permanente de Pessoa com Deficiência da Câmara de Vereadores de Pernambuco, a fim de que tome parte da reunião de forma remota." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 57, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2024 - CAS sejam incluídas as convidadas que especifica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 60, de 2024 que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4147/2023, que “dispõe sobre a profissão de técnico em nutrição e dietética; e altera a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978”." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 59, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com os nomes que especifica, com o objetivo de tratar sobre o Decreto nº 11.999/24, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica e sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de programas de residência médica e das instituições que os ofertem." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/22

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 22ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Naturalmente, peço desculpas a todos e a todas pelo meu atraso.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 12ª e 13ª Reuniões.

As senhoras e senhores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: Oficio nº 82, de 2024, no qual a Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) encaminha nota de esclarecimento da operadora de planos de saúde Amil relativa ao cancelamento de contratos de planos de saúde coletivos por adesão.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão.

Fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Informo que o item 4, Projeto de Lei nº 5.307, de 2019, foi retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Flávio Arns.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 5307, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre as Doenças Inflamatórias Intestinais – Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa - e Assistência aos Portadores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só quero esclarecer para todos que têm essa doença também, doenças inflamatórias intestinais, que o relatório era como um substitutivo, porém, para dar celeridade ao processo, nós estamos mudando o relatório para ser terminativo aqui no Senado Federal e, com isso, já propiciar para todas as pessoas o encaminhamento sem o retorno para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito. Agradeço a iniciativa de V. Exa.

Na esperança da vinda dos Senadores e na certeza, nós vamos passar para a votação de alguns requerimentos.

O primeiro requerimento é de nossa autoria e eu passo à leitura.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 56, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2024 - CAS seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Incluir o seguinte convidado: representante da Aduseps (Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

Essa audiência pública ficou marcada para o dia 4, que é uma terça-feira, e deve ter bastante afluência de Parlamentares e de público.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Um outro requerimento extrapauta que aqui apresentamos diz respeito à inclusão extrapauta do Requerimento 58, de 2024, CAS, apresentado por esta Presidência.

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 58, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 54/2024, seja incluído no rol de participantes, na qualidade de convidada, a senhora Liana Cirne, ativista no assunto e Presidente da Comissão Permanente de Pessoa com Deficiência da Câmara de Vereadores de Pernambuco, a fim de que tome parte da reunião de forma remota.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

O segundo ponto da pauta é não terminativo, dispõe sobre a criação de fundo de investimento em infraestrutura social...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só pela ordem. A gente tem um requerimento também extrapauta. Se V. Exª pudesse também submeter ao Plenário, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tranquilo. O requerimento é de V. Exª, Senador Flávio Arns, e eu dou a V. Exª a possibilidade de fazer a leitura para que possamos aprová-lo.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 57, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 54/2024 - CAS sejam incluídas as convidadas que especifica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Relaciona-se também ao assunto dos planos de saúde, que estão simplesmente eliminando dos planos coletivos por adesão as pessoas com deficiência, autistas, sem a possibilidade de portabilidade, e particularmente a Amil vem fazendo isso. E a gente quer saber se isso está acontecendo só em relação às pessoas com deficiência ou se a Amil está requerendo recuperação judicial, falência, não está mais atendendo ninguém, porque, se estiver eliminando só as famílias que tenham um filho com deficiência, a Amil também deve ser penalizada.

A ANS falou que é ilegal isso, mas eu penso assim, qual que é a atitude que a ANS vem tomando no sentido de penalizar, fechar esse plano de saúde no Brasil caso aconteça essa discriminação que vem acontecendo.

Então eu requeiro também a inclusão, na audiência pública requerida por V. Exª, da Sra. Juliana Elvira Herdy e da Sra. Marlla Mendes de Sousa, que também são mães e apontam, quer dizer, estão já sofrendo muito com o pagamento do plano de saúde, que não é fácil para ninguém no Brasil. Não existe o atendimento na rede pública de saúde, e os filhos com autismo, no caso das duas, regredindo em relação ao tratamento ofertado.

Então nós temos que ter uma atitude enérgica, firme, a favor dessa área. Precisamos ver por que o plano de saúde está fazendo isso. Eles alegam que é oneroso, é caro, mas tiveram 3 bilhões de lucros no ano passado – os planos de saúde de uma maneira geral. Então, vamos discutir esse assunto, denunciar, lamento a Amil, seu nome é importante, mas tem outros planos de saúde que a gente quer saber, e só saber se é falência, recuperação judicial e por que que estão eliminando os idosos e as pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso nunca aconteceu, e a gente espera que a Amil reveja esse procedimento, porque vamos denunciar o tempo todo o que está acontecendo e denunciar a ANS, que deveria estar fiscalizando tudo isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3324, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta, pela aprovação parcial da Emenda nº 1-CAE, na forma de subemenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2-CAE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, e pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto com emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Passo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Senador Humberto Costa. Cumprimento o senhor e todas as Senadoras e Senadores desta Comissão de Assuntos Sociais.

Bom, vou ao relatório.

Em análise, nesta Comissão, o Projeto de Lei nº 3.324, de 2023, de iniciativa da Senadora Zenaide Maia, que altera a Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, para incluir emergencialmente a mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família.

O PL modifica a Lei nº 14.601, de 2023, para: 1) incluir, entre os objetivos da norma, a promoção do desenvolvimento e a proteção social também das mulheres em situação de violência doméstica e familiar; 2) torná-las emergencialmente elegíveis ao programa, bem como a seus dependentes; e 3) assegurar seu reingresso prioritário no programa, caso tenham sido dele desligadas.

O projeto foi encaminhado para a análise da CDH, da CAE e da CAS, que decidirá sobre a matéria em deliberação terminativa.

A CDH se manifestou favoravelmente. A CAE também, mas com a inclusão de duas emendas apresentadas pela Relatora.

A Emenda nº 1 esclarece que o ingresso prioritário no Programa Bolsa Família será condicionado à verificação da regularidade cadastral e do enquadramento do grupo familiar no limite de renda do programa, assim como à disponibilidade orçamentária. A Emenda nº 2, por sua vez, modifica o texto para que a prioridade de reingresso no Programa Bolsa Família seja conferida em todos os casos em que a mulher ou os dependentes estejam em situação de violência doméstica e familiar, e não quando a vítima é a mulher responsável pela família.

Após a manifestação favorável das citadas Comissões, a matéria foi então distribuída à CAS, onde fui designada Relatora.

Não foram apresentadas emendas na presente Comissão até o momento.

Análise.

Quanto à constitucionalidade, não se vislumbra qualquer violação ao texto constitucional.

Em relação à regimentalidade, não vislumbramos afronta do PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à técnica legislativa, o PL foi redigido com clareza, precisão e ordem lógica.

No mérito, adianto que sou favorável.

Em síntese, o projeto melhora a efetividade da política assistencial ao assegurar apoio tempestivo à mulher e seus dependentes submetidos a situação de violência doméstica e familiar.

Conforme pontuado pela Senadora Zenaide Maia, "a mulher em situação de violência doméstica e familiar já é inscrita pelo juiz no cadastro dos programas assistenciais do Governo Federal, estadual e municipal, sendo uma das medidas que a Lei Maria da Penha adota no campo da proteção da mulher agredida".

Porém, sabemos que a simples inscrição no CadÚnico não garante o apoio célere à mulher e seus dependentes vítimas de violência doméstica e familiar. O PL preenche uma importante lacuna ao determinar que o poder público deve acolher essa família em caráter prioritário.

Nesse sentido, como bem observado pelo Senador Paulo Paim no parecer da CDH, "verifica-se que a proposição em análise, ao alterar a lei do Programa Bolsa Família, busca vincular a política de enfrentamento à pobreza com a política de enfrentamento à violência doméstica e familiar, de maneira a articular as duas intervenções que, afinal, estão mesmo profundamente entrelaçada".

Dito isso, ressalto que, de acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, feita pelo Instituto DataSenado, três a cada dez mulheres brasileiras já sofreram violência doméstica. A pesquisa releva ainda que, quanto menor a renda, maior a chance de a mulher ser afligida por tal abuso.

Além disso, estudo publicado pelo Ipea conclui que, quanto maior a dependência econômica, menor a chance de a mulher reportar a violência.

Assim, sabemos que mais de 25 milhões de brasileiras já sofreram violência doméstica e que as principais vítimas pertencem aos estratos de renda mais baixa, que têm receio de denunciar a violência, muitas vezes devido à dependência econômica. Desse modo, é urgente promovermos a articulação das políticas de enfrentamento à pobreza e de combate à violência doméstica e familiar, que alcançam grande parcela da população brasileira.

Sem dúvida, a inclusão emergencial da mulher em situação de violência doméstica e familiar entre os beneficiários do Programa Bolsa Família não apenas contribui para a redução da pobreza e da desigualdade, mas também estimula a denúncia por parte de vítimas economicamente vulneráveis e, por conseguinte, contribui para a redução da violência contra mulher.

Defendo que o combate à violência doméstica e familiar não é apenas um problema individual, mas também uma questão de saúde pública e de direitos humanos. Ela pode ter efeitos devastadores na saúde física, mental e emocional das vítimas, além de contribuir para ciclos intergeracionais de abuso. Assim, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação da presente proposição é essencial para que sejam aperfeiçoadas as ações de combate à violência doméstica e familiar.

Em relação à Emenda nº 1-CAE, concordamos que o ingresso prioritário no Programa Bolsa Família seja condicionado à verificação da inscrição no CadÚnico e do enquadramento no critério de renda, assim como das disponibilidades orçamentárias. Entretanto, consideramos necessário deslocar a alteração proposta ao art. 5º da Lei 14.601, de 2023, para o art. 6º, que trata dos parâmetros de enquadramento no Programa Bolsa Família.

No tocante à Emenda nº 2-CAE, optamos por sua rejeição, retomando a ideia da proposição original, que confere prioridade de reingresso no Programa Bolsa Família às famílias cujo responsável seja mulher em situação de violência doméstica e familiar, acrescido da exigência de que estejam sob monitoramento de medidas protetivas de urgência, na forma estabelecida em ato do executivo.

Estamos propondo ainda duas emendas que promovem ajustes redacionais no artigo 1º e na ementa do projeto, de forma a explicitar que a proposição se destina a incluir a família da mulher em situação de violência doméstica e familiar como público prioritário do Programa Bolsa Família.

Por fim, estamos sugerindo alteração na cláusula de vigência, para explicitar que, diferentemente dos demais dispositivos, o art. 2º da proposição entre em vigor apenas em 1º de outubro de 2024, assegurando, assim, tempo suficiente para as adequações necessárias à sua implementação.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.324, de 2023, pela rejeição da Emenda nº 2-CAE, pela aprovação parcial da Emenda nº 1-CAE na forma de subemenda, apresentando ainda mais três emendas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. pela apresentação do seu relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Aqueles que aprovam o projeto votam "sim", aqueles que rejeitam o projeto votam "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Enquanto isso, nós vamos ao item 2.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço aqui assessoria que mobilize os Senadores que estão fora da Casa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Este projeto é terminativo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É terminativo. Ele é terminativo.

O segundo projeto.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 858, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

O Relator não se encontra presente. Será Relator *ad hoc* o Senador Hiran.

Concedo a palavra ao Senador Hiran para a leitura do relatório.

E a votação continua. Por favor, mobilizem os Senadores que estão na Casa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – É que, com a devida vênia do Senador Hiran, que é nosso amigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, perdão, perdão.

Senador Hiran, me perdoe. Já haviam feito uma demanda...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Leila realmente não estava aí. Pediram para mim, mas eu acho que a Relatora Leila deve ser a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Você é a Relatora?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu sou *ad hoc* também. Fique tranquilo... Pode ser o Senador Flávio Arns...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode ser qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Finalmente, quem é? Resolvam aí.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Dr. Hiran já foi indicado, então. Eu sou a favor do Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, não... Pelo amor de Deus! Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, vamos passar à Senadora...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É porque acordo é acordo, Presidente. Qual foi o acordo?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Senadora Leila.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, pronto. Está feito o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ela é mulher, tem prioridade aqui.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Claro. Uma honra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você tem crédito, já nos deu muitas alegrias, Leila.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, fique à vontade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Se os colegas me permitirem, eu vou direto à análise, porque é robusto o relatório. Então, já vou direto para a análise, agradecendo mais uma vez o carinho dos colegas Hiran e Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o meu também! (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E o seu também, não é, Humberto? Com certeza, Humberto. Obrigada.

Análise.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, dentre outros temas correlatos, temática abrangida pelo projeto em análise.

Assim, passaremos à análise do mérito do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (Fiis), destinado a congregar recursos voltados para o financiamento de equipamentos e serviços de saúde, educação e segurança pública, para viabilizar a operacionalização financeira efetiva e célere desses empreendimentos.

Devemos reconhecer que as três áreas supracitadas, abarcadas pelo Fiis, são estratégicas para o desenvolvimento social do país, visto que carecem de constantes investimentos, seja para a manutenção dos serviços prestados para a população, seja para a ampliação e universalização desses serviços.

Importa salientar que o Fiis pode contribuir com o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, com foco nos eixos relativos à Infraestrutura Social e Inclusiva; à Saúde e à Educação, Ciência e Tecnologia, com previsão inicial de cerca de R$78 bilhões.

A criação do Fiis, conforme previsto pela proposição sob nossa análise, é uma medida essencial para o avanço e fortalecimento das políticas sociais no Brasil. Este fundo, de natureza contábil e financeira, é concebido para assegurar os recursos necessários ao financiamento de investimentos em áreas críticas como educação, saúde e segurança pública, diretamente impactando a qualidade de vida da população e garantindo direitos sociais fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A motivação para a criação do Fiis está enraizada na necessidade urgente de reduzir o déficit de infraestrutura nas áreas mencionadas. A falta de equipamentos adequados e serviços públicos de qualidade nessas áreas tem sido um entrave significativo ao desenvolvimento social e econômico do país. Ao estabelecer um fundo dedicado exclusivamente à infraestrutura social, estamos criando um mecanismo robusto e eficaz para a captação e alocação de recursos financeiros de forma ágil e direcionada.

O Fiis se diferencia dos modelos tradicionais de financiamento público por sua estrutura flexível e diversificada. As fontes de recursos incluem dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual da União (LOA), acordos com órgãos governamentais em diversos níveis, empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais, além de reversão de saldos não utilizados anualmente. Esta diversidade de fontes de financiamento garante a sustentabilidade e a capacidade de resposta do fundo às demandas emergentes e contínuas do setor social.

Um dos aspectos inovadores do Fiis é sua administração e operacionalização. O BNDES será o principal agente financeiro do fundo, com a possibilidade de que se envolvam outros agentes financeiros, públicos ou privados, nas operações de financiamento. As aplicações não reembolsáveis, por sua vez, poderão ser realizadas diretamente pelos Ministérios da Educação, Saúde e Justiça e Segurança Pública ou através de convênios e parcerias, ampliando assim o alcance e a efetividade das ações financiadas.

Ademais, do ponto de vista operacional e de gestão, cabe destacar que a criação do Fiis representa aporte adicional de recursos em relação aos fundos já existentes para as áreas mencionadas, já que a nova iniciativa tem como uma de suas fontes empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais, conforme disposto no art. 2º do projeto em análise.

Além disso, o Fiis está alinhado com as diretrizes do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), que visa à expansão do crédito e incentivo econômico, destacando a importância da infraestrutura social como motor do desenvolvimento econômico. Investimentos em educação, saúde e segurança pública não apenas melhoram a qualidade de vida da população, mas também têm um efeito multiplicador na economia, gerando empregos, aumentando a renda e fortalecendo a cidadania.

A implementação do Fiis é uma resposta necessária e oportuna às demandas por melhorias nos serviços públicos essenciais. Com um montante inicial previsto de R$10 bilhões para o próximo ano, o fundo promete um impacto significativo desde o início de suas operações. Este investimento é crucial para apoiar projetos inovadores e estruturantes apresentados pelas prefeituras, promovendo a inclusão social e a equidade no acesso a serviços públicos de qualidade.

Portanto, a aprovação do Projeto de Lei nº 858, de 2024, é de extrema importância para o progresso social e econômico do Brasil. O Fiis representa um passo decisivo na direção de um país mais justo, inclusivo e desenvolvido, onde os direitos sociais são efetivamente garantidos e promovidos através de investimentos sólidos e sustentáveis em infraestrutura social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Frise-se que a criação do Fiis não se encontra limitada pela vedação prevista no art. 167 da Constituição Federal, haja vista que o principal foco do fundo é o de concentrar recursos destinados à infraestrutura social na modalidade de operações financeiras reembolsáveis. Essas aplicações reembolsáveis, foco principal do Fiis, ficarão a cargo do BNDES, que responderá pelo risco das operações perante a União, não se tratando, portanto, de fonte de receita advinda de recursos orçamentários das pastas ministeriais.

Acerca da governança, o texto estabelece que o Fiis terá um comitê gestor, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, que será encarregado de definir o plano anual de aplicação de recursos do fundo, assegurando sua coerência com as políticas governamentais e os investimentos federais na infraestrutura social.

Conforme justifica o autor do projeto, o modelo de governança e de gestão financeira do Fiis se inspira no bem-sucedido Fundo Clima, que já tem resultados concretos e significativos para a área ambiental. Em 2024, por exemplo, o Fundo Clima destinará aproximadamente R$10 bilhões para financiar investimentos de transição energética, infraestrutura e descarbonização da indústria.

Segundo o ilustre autor, a criação do Fiis possibilitará a replicação do mesmo modelo para investimentos na universalização da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio; na saúde pública primária e especializada; e na segurança pública, com foco na melhoria da gestão e na prevenção, além de outras atividades de relevante interesse social.

Cumpre destacar que o BNDES detém a *expertise* necessária para atuar na área de infraestrutura social, tendo, nos últimos anos, realizado importantes financiamentos para projetos de educação e saúde. Ademais, o banco tem estruturado projetos de parceria público-privada (PPP) e concessões nessas áreas, que poderiam ser objeto de financiamento do Fiis.

Além dos recursos reembolsáveis, foco principal do PL, o art. 4º prevê também o apoio financeiro não reembolsável. Esse apoio deve se destinar a projetos de investimento aprovados pelo comitê gestor do Fiis nas mesmas áreas de educação, saúde e segurança pública.

Vemos apenas um reparo a fazer. Cremos que o projeto de criação do Fiis deva ser de natureza autorizativa, já que as fontes dos recursos previstas no art. 2º dependerão de proposta orçamentária de iniciativa do Governo Federal. Por esse motivo, sugerimos uma emenda modificativa do *caput* do art. 1º, de forma que fique claro que o projeto tem caráter autorizativo.

Em suma, trata-se de uma iniciativa fundamental para impulsionar o desenvolvimento de serviços essenciais no Brasil. A proposta abrange áreas críticas como saúde, educação e segurança pública, que são pilares para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, a colaboração do BNDES como agente de financiamento principal amplia a robustez do projeto, garantindo uma gestão especializada e a capacidade de atrair mais investimentos por meio de operações financeiras reembolsáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a inspiração no modelo de governança do Fundo Clima, que já demonstrou a sua eficácia em financiar projetos ambientais significativos, sugere que o Fiis tem grande potencial para replicar esse sucesso nas áreas de infraestrutura social.

A previsão de gestão compartilhada entre diferentes agentes financeiros sob a coordenação da Casa Civil permite uma distribuição mais ampla de recursos, adequando-se às diversas necessidades regionais do país. Com um enfoque na eficiência operacional e na transparência administrativa, o Fiis não só atende às exigências legais, mas também responde de maneira proativa às demandas sociais urgentes, fortalecendo as bases para o desenvolvimento social equilibrado e integrado.

Assim, a aprovação do Fiis, com a modificação sugerida para esclarecer seu caráter autorizativo, representa uma oportunidade significativa para alavancar a infraestrutura social de maneira sustentável e eficaz, promovendo inclusão e acesso universal a serviços públicos de qualidade.

O voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 858, de 2024, com a emenda da CAS já apresentada, que está anexada ao relatório do Senador Marcelo Castro, ao qual agradeço, ao Marcelo Castro e ao Sr. Presidente Humberto Costa, por ter me designado Relatora *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seria possível V. Exa., em duas palavras, fazer um resumo desse projeto, que me parece extremamente importante? E, como o relatório é muito longo, simplesmente colocar: ele estabelece em relação a um grupo de problemas na sociedade a possibilidade de um financiamento a partir de um fundo que tem a participação do BNDES. É um projeto autorizativo.

Poderia V. Exa. rapidamente fazer?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim.

Ele é autorizativo, na verdade vai ter que passar pelo crivo aqui do Congresso. É um projeto que o próprio Governo Federal, o Poder Executivo vai estabelecer os recursos do fundo já estipulado, para o Congresso Nacional fazer a aprovação para as diversas áreas. Diversas áreas, não; as áreas estipuladas de saúde, educação, ciência e tecnologia e segurança pública...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... que são áreas em que nós percebemos a maior dificuldade de termos recursos orçamentários apropriados. E vai também alimentar um novo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O grosso desse fundo será do BNDES?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Totalmente, vai ser gerido pelo BNDES com acompanhamento da Casa Civil, que vai fazer essa articulação com a distribuição do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Muito obrigado a V. Exa, me parece um projeto extremamente meritório...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – De grande relevância...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sem dúvida...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ...de grande relevância, principalmente para essas áreas que a gente sabe que vão, de alguma forma, atender a uma parte da sociedade mais vulnerável e que mais necessita dessas políticas públicas, de orçamento para essas políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão.

A matéria está em discussão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero, na verdade, cumprimentar o Relator, Senador Marcelo Castro, o autor foi Senador Confúcio, e a forma como a Leila defendeu.

As pessoas esquecem, às vezes, que o "s" do BNDES é social. E, com um fundo desse ficando a cargo do BNDES, eu fico muito tranquila e muito feliz.

Presidente, eu vou contar, em um minuto, uma experiência com o BNDES. Quando nós decidimos ir para o Marajó, para cuidar do Marajó e toda aquela tragédia que envolve... É um paraíso que, infelizmente, precisa de muita atenção. O BNDES foi um ano antes, entrou no Marajó e fez o diagnóstico socioeconômico do Marajó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O BNDES tem técnicos especialistas na área de infraestrutura, na área social. O BNDES tem condições de desenvolver qualquer projeto de infraestrutura socioeconômico. E eu vou dizer: o social mesmo, Leila. Esse fundo aqui vai lá no âmago do trabalho social que a gente tanto quer.

Não tem como fazer estrutura deixando pessoas para trás. Não tem como fazer infraestrutura deixando crianças para trás.

Foi um ano de trabalho apenas para construir um diagnóstico para o Marajó. A partir do diagnóstico do BNDES, a gente construiu um programa, que foi o Abrace Marajó, um programa muito bem elaborado, porque o BNDES tem condições para isso.

Então, um fundo desse gerido pelo BNDES, eu acho que tem tudo para dar certo, Presidente.

A matéria é muito importante, eu chamo a atenção dos colegas para esse fundo muito importante, e para a tranquilidade de estar no BNDES. E, lembrando, Senador Girão, que o "s" do BNDES é social mesmo.

Parabéns, Leila, o autor e o Relator.

E tem outras Comissões por onde esse projeto vai passar, dá para melhorar, se tiver que melhorar, mas eu fico muito feliz com essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só como complemento da...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... para uma complementação, depois o Senador Girão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Isso. Só como complemento. Ele não rivaliza com relação ao orçamento dos ministérios.

E, outra coisa: Prefeitos, Governadores vão poder apresentar projetos diretamente ao BNDES, para ter esses financiamentos nessas áreas de educação, segurança pública e saúde.

E quero parabenizar, nós falamos do Relator aqui, Marcelo Castro, que eu só fiz a leitura, muito, muito didático o relatório; mas quero agradecer e parabenizar o Senador Confúcio Moura, que foi o autor desse brilhante projeto que nós estamos relatando e debatendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Girão, seja breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Bom, rapidamente, Sr. Presidente, muito breve, só para cumprimentar a Senadora Leila pela relatoria *ad hoc*, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – É

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas também ao Senador Confúcio.

Mas eu só queria fazer uma ponderação. A mesma dúvida que o senhor teve eu também tenho com relação a algumas análises aqui. Eu queria pedir desculpas aos colegas, mas só, como é regimental, pedir vistas para já para na próxima semana voltar para a gente votar, só para eu estudar um pouco, porque realmente confesso que tenho umas dúvidas aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

Com o pedido de vista, nós vamos agora encerrar a votação do projeto que está no item 1, que é terminativo.

Já votaram 14 pessoas.

Podemos encerrar a votação?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só um minuto também, porque eu quero vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desse? Vista coletiva?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Também aceito.

Vamos ver aí o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Votaram 13 a favor; 0, contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma abstenção.

Bom, o resultado: aprovado o Projeto, a Emenda nº1-CAE-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CAS, e as Emendas nº 3-CAS a 5-CAS.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns aos Relatores e ao autor dessa matéria.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5177, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Distrofias Musculares; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

O Relator é o Senador Weverton, que não está presente.

Peço que a Senadora Leila Barros faça a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Perfeito, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O balão de oxigênio! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou respeitando os pedidos dos autores e também a filiação partidária da nossa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – O Weverton é do meu partido.

Se os colegas me permitirem, eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar em proposições que versem sobre a proteção e defesa da saúde, caso do projeto ora sob análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para além do mérito, compete à CAS, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Quanto à constitucionalidade, impende ressaltar que a matéria está inserida no campo da competência concorrente da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24 da Carta Magna.

É legítimo o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não obstante, cumpre promover reparo à redação do art. 2º, a fim de evitar possível vício de iniciativa decorrente de imposição de obrigação relacionada ao funcionamento da administração federal, conforme preceituado no art. 84 da Constituição Federal. Ademais, poder-se-ia questionar a imposição de atividades às administrações estaduais e municipais, em desacordo com o princípio federativo. Assim, propomos emenda para corrigir tal dispositivo, nomeando o "Poder Público" como responsável por implementar as atividades aventadas no art. 2º do PL.

A matéria apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, foram cumpridas as exigências previstas na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. Com efeito, a alta significação da data foi tema de sessão solene realizada na Câmara dos Deputados, em 13 de setembro de 2023, ocasião em que especialistas reforçaram a importância da instituição da data.

No mérito, igualmente, somos favoráveis ao projeto.

A instituição do Dia Nacional de Conscientização sobre as Distrofias Musculares representa um avanço significativo na luta pela visibilidade e compreensão dessa gama de doenças genéticas, que afetam inúmeros indivíduos e famílias em todo o país. Distrofias musculares são um grupo de mais de 30 doenças hereditárias que causam enfraquecimento e perda progressiva da massa muscular. A designação de um dia nacional para a conscientização serve não apenas para informar o público, mas também para destacar as dificuldades enfrentadas pelos portadores dessas condições, incentivando o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e a implementação de suportes adequados.

O conhecimento sobre as distrofias musculares ainda é limitado entre a população geral e, muitas vezes, até mesmo entre profissionais da saúde.

Por meio da conscientização, busca-se ampliar o conhecimento sobre os sintomas, os métodos de diagnóstico e as possíveis terapias, promovendo uma detecção mais precoce e melhor qualidade de vida para os pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro impacto importante da instituição deste dia é o fortalecimento das políticas de inclusão para pessoas com deficiência. Ao trazer luz às especificidades das distrofias musculares, pode-se pressionar por adaptações mais adequadas nas escolas, locais de trabalho e outros ambientes sociais. Isso inclui desde a acessibilidade física até programas de educação e treinamento que considerem as necessidades especiais desses indivíduos, promovendo assim a sua plena integração na sociedade.

Por fim, este dia também se revela como uma oportunidade para a comunidade de pacientes se unir e compartilhar suas experiências, o que é vital para o bem-estar emocional de indivíduos e famílias afetadas. Grupos de apoio e eventos comunitários podem ser organizados, oferecendo um espaço para que as pessoas afetadas por distrofias musculares não se sintam isoladas. Essa rede de suporte colaborativo ajuda também a fortalecer a comunidade, fornecendo apoio emocional e troca de informações sobre cuidados e tratamentos.

Nesse cenário, é meritória a instituição de um Dia Nacional de Conscientização sobre as Distrofias Musculares, uma data destinada a trazer luz à discussão sobre essa condição em nossa sociedade, objetivo que a proposição cumpre plenamente.

O voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.177, de 2019, com a emenda redacional anexada, a Emenda-CAS, em nosso voto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

Muito obrigada.

E agradeço ao Senador Weverton também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quem é o autor desse projeto, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vem da Câmara dos Deputados, e o Relator é o Senador Weverton.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom, eu quero aqui parabenizar o autor desse projeto – eu não consegui ver aqui e ninguém me informou quem é o autor desse projeto, mas eu gostaria de saber – e parabenizar o Relator, o nosso querido Senador Weverton Rocha, porque, Presidente, nós que somos médicos sabemos que as distrofias musculares são doenças raras e, infelizmente ainda, de diagnóstico às vezes negligenciado por desconhecimento do próprio profissional que atende o paciente. Essas doenças cursam de maneira silenciosa, os sintomas são frouxos no início.

Aqui, Presidente, queria lembrar que a distrofia que nós conhecemos mais é a distrofia de Duchenne, que acomete crianças e que pode levar a uma sobrevida de, no máximo, 20 anos de idade quando o diagnóstico não é feito precocemente e os tratamentos adequados não são instituídos.

Então, eu quero parabenizar a nossa Relatora *ad hoc,* a Leila.

Aliás, a Leila agora vai ser a Relatora oficial aqui da CAS e está gerando um ciúme das nossas Senadoras aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A "Eduardo Gomes" aqui da CAS. (*Risos.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Estou brincando!

Mas, então, olha, parabéns!

E parabéns ao Senador Weverton e ao autor do projeto! E parabéns a toda a Comissão, que vai certamente aprovar o projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, também rapidamente, se o senhor me permite, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Não, eu quero também parabenizar o autor do projeto, a relatoria do Weverton e o esforço do Dr. Hiran sempre em apoiar e incentivar essas iniciativas. O Senado Federal tem um trabalho muito bom, organizado, forte, na área de doenças raras, uma Subcomissão presidida pela Senadora Mara Gabrilli, vice-presidida pela Senadora Damares Alves.

E toda a Comissão, sem dúvida alguma, está imbuída deste sentimento de apoiar o que for necessário nesta área – diagnóstico precoce, atendimentos terapêuticos, atendimento clínico, pesquisas genéticas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoio para a família. Os desafios são gigantescos, e, tendo-se um dia nacional, o holofote vai sobre essa área, que deve perdurar, obviamente, e durante o ano todo também.

Então, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sr. Presidente, a título de informação quero só informar aos Srs. Senadores que o autor, no Senado, foi o Deputado Otoni de Paula.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Na Câmara, não é?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Otoni de Paula.

Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, não resta dúvida de que o projeto é incrível e é exatamente isto que a gente queria: um dia nacional. E o Deputado Otoni de Paula tem uma ligação muito grande com a pauta.

Mas agora, em 2023, o Presidente Lula sancionou, em abril de 2023, Leila, a lei que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Distrofia Muscular de Duchenne. Esse aqui fala de distrofias musculares em geral. Eu acho que uma lei não vai anular a outra, nós vamos ter duas datas em setembro: essa, para todas as distrofias; e permanece 7 de setembro para a distrofia muscular de Duchenne.

Acho que é isso, não é?

Então, era só essa a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Só para reforçar a fala da Senadora Damares, Sr. Presidente, rapidinho.

Distrofias musculares são um grupo de mais de 30 doenças hereditárias que causam enfraquecimento e perda progressiva da massa muscular. Vai muito de acordo com o que a Senadora Damares falou.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É porque a de Duchenne é a mais famosa de todas, a mais conhecida.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O próximo projeto é da Câmara dos Deputados e o Relator é o Senador Hiran.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 278, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Córneas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.*

Eu queria reafirmar aqui uma sugestão que eu apresentei na semana passada, mas havia um número mais reduzido de Senadores: é a de que nós gostaríamos de votar um conjunto razoável de projetos até o final deste mandato. Nós temos pouco tempo agora neste primeiro semestre, por conta do recesso parlamentar, e nós fizemos a sugestão de que os Senadores que têm projetos que considerem capazes de reunir um consenso aqui dentro da Casa pudessem apresentá-los aqui à nossa Secretaria da Mesa para nós darmos celeridade à votação desses projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiz também um pedido para que, independentemente da certeza de que sejam consensuais ou não aqueles projetos, as pessoas, mesmo que não sejam de sua autoria, pudessem fazer uma espécie de gradação de importância que entendem para que a gente possa fazer uma mescla de temas que são importantes, mas não são necessariamente consensuais, e de temas que são de autoria dos Senadores e que eles consideram minimamente consensuais para nós fazermos uma agenda de votação que seja mais interessante e, ao mesmo tempo, possa prestigiar os autores de projetos ou projetos mais relevantes.

Então, está aberto para apresentação dessas sugestões. Em chegando essas sugestões, nós vamos começando a colocar esses pontos em pauta. O.k.?

Bom, nós vamos agora, então, para o parecer relatado pelo Senador Dr. Hiran, que é não terminativo também.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem, entre outros temas, sobre proteção e defesa da saúde, tema afeto ao projeto de lei em análise.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se que a União detém competência, em concorrência com os estados e o Distrito Federal, para legislar sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, inciso XII, da Constituição Federal.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que respeita ao mérito, há que ressaltar a importância ímpar da iniciativa.

Há no país, atualmente, quase 20 mil pacientes aguardando por um transplante de córnea para a reabilitação visual. Muitos pacientes chegam a aguardar anos para a realização da cirurgia, e o principal entrave é o número insuficiente de doadores.

Todo paciente que vai a óbito constitui um potencial doador de tecidos oculares para transplante, não sendo necessário que o paciente esteja em morte encefálica.

Um dos maiores desafios para o transplante atualmente é a obtenção da autorização das famílias para a doação, sendo esse um dos pilares da captação. Aproximadamente metade das famílias brasileiras rejeitam a doação de órgãos de um parente.

Para diminuir essa rejeição, é fundamental a realização de campanhas. O objetivo é despertar na população o sentimento de aceitação da doação, lembrando que se trata de um ato de livre e espontânea vontade e de amor ao próximo.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Córneas.

O meu voto, consoante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 278, de 2020, de autoria do Deputado Eduardo Bismarck.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, agradeço a V. Exa. pela leitura do relatório.

Coloco a matéria em discussão.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, caros colegas, servidores, todos que nos assistem.

Só quero destacar que o projeto anterior do Dia Nacional de Conscientização sobre as Distrofias Musculares, Dr. Hiran, é do Otoni de Paula.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Eu já falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ah, tá!

Sobre o seu relatório, agora, eu gostaria de destacar que, como paciente também sua, eu o parabenizo pelo belíssimo relatório e parabenizo também o Deputado pela iniciativa e pela importância disso.

Eu quero citar o nome do Dr. Gustavo Rapassi, um jovem médico lá do Mato Grosso do Sul que está trabalhando incansavelmente nessa questão de transplantes.

A nossa dificuldade é que Mato Grosso do Sul consegue arrecadar órgãos, captar esses órgãos, mas não consegue fazer os transplantes. Então, quando um sul-mato-grossense precisa do órgão, nós não temos, e ele tem que viajar para conseguir fazer um transplante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Isso. É esta a questão: a córnea é captada lá.

Então hoje nós temos mais de 300 pessoas, 380 pessoas, na fila para córneas. E chegamos a um momento atrás que não tínhamos ninguém na fila. Esse é um problema bastante grave.

Quero destacar aqui a Claire, que é a servidora responsável pelo programa de transplantes do Mato Grosso do Sul.

Quero conscientizar os Governadores que precisam investir, precisam conscientizar a população. Enfim, é um trabalho belíssimo. Só quem precisa de um órgão sabe a dificuldade, o problema que isso é.

Então, parabéns e que possamos ter cada dia mais consciência sobre essa questão da doação de órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem, aprovado.

Vamos agora para... (*Pausa.*)

Ah, sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, permita-me um minutinho só para fazer um comentário a respeito desse projeto, da importância desse projeto.

Bom, primeiro quero parabenizar o Deputado Eduardo Bismarck pela sensibilidade e dizer que, como oftalmologista, a gente vive isso no nosso dia a dia. Nós que fazemos oftalmologia nos rincões desse país – eu sou um médico ativo ainda lá no meu Estado de Roraima – temos uma fila de TFD para transplante de córnea. E muitos pacientes de lá, Presidente, são encaminhados para um dos bancos de córnea mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estruturados desse país, que o senhor conhece, que é o Banco de Olhos do Hospital Oftalmológico de Sorocaba, que é uma referência para nós.

A gente precisa ressaltar a qualidade do serviço que se faz em Sorocaba, mas precisamos descentralizar esse serviço, porque o transplante de córnea é um dos transplantes, uma das técnicas cirúrgicas mais simples em termos de transplantes que se pode fazer. É uma técnica rápida, uma técnica segura, o paciente faz o transplante com anestesia local e a recuperação normalmente é bastante rápida. E o que nós precisamos mesmo é conscientizar, como disse aqui a Senadora Soraya, os gestores públicos para estimularmos não só a formação de centros de captação, mas também unidades de transplantes descentralizadas nesse país, dando acesso a tantas pessoas que precisam desse procedimento relativamente simples, Presidente.

Nós que somos médicos sabemos que lá na ponta ainda há muitas pessoas, Presidente, que trabalham em serralherias, que trabalham em ambientes em que precisam usar óculos de proteção e não usam e que, às vezes, por uma questão de não usarem óculos, fazem lesões de córneas que são cicatriciais e centrais, o que lhes causa uma baixa divisão tremenda, incapacitando-as para o trabalho.

Com isso, eu acho que essa semana de conscientização deve abordar também este tema: o tema da prevenção, da profilaxia dessas lesões, que levam muitos pacientes também a uma necessidade de transplante.

Parabéns ao Eduardo Bismarck. Parabéns a todos vocês.

Muito obrigado, Presidente, por fazer essa homenagem de eu poder fazer esse relatório aqui na Comissão.

Obrigado a todos e um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco a matéria em votação.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 4147, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a profissão de técnico em nutrição e dietética; e altera a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ (de redação).

Observações: *A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, com uma emenda de redação.*

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou tentar ser bem direto, porque é um projeto que, para mim, é de extrema importância e que reconhece o valor desses profissionais. São quase 230 mil técnicos de nutrição e dietética que, a partir dessa alteração, estarão amparados por uma lei que regulamenta, inclusive já contemplando os nutricionistas. Então, eu peço aqui o apoiamento dos colegas Senadores e Senadoras.

A regulamentação, portanto, está em conformidade com o entendimento do Supremo e Tribunal Federal sobre o assunto.

De fato, não se pode deixar à margem da atuação legislativa o desempenho de profissões que colocam em cheque interesses indisponíveis do corpo social, como a saúde, a integridade física, por exemplo.

Como se sabe, o técnico de nutrição e dietética atua no processo de higienização, preparo e armazenamento dos alimentos disponibilizados ao público, garantindo que eles estejam em condições adequadas de consumo. Esses profissionais estão presentes em escolas, hospitais, universidades. Sua atividade, portanto, é diretamente ligada à qualidade dos alimentos servidos em estabelecimentos públicos ou privados, de modo que não sejam nocivos ao bem-estar das pessoas que os consomem.

Por isso, é necessário que o referido trabalho somente seja desenvolvido por pessoas titulares de determinada formação profissional que lhes garanta o reconhecimento indispensável e o correto desempenho de suas funções.

O PL 4.147 merece, portanto, a chancela deste Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à Emenda 1, da CCJ, de redação, por apenas aprimorar a redação do projeto em análise no sentido de: a) alterar a expressão "Conselho Regional de Nutricionistas" para "Conselho Regional de Nutrição", assim como fazem os arts. 7º e 8º em relação à Lei 6.583, evitando dúvida sobre o novo nome dos conselhos profissionais; e b) deixar claro que o exercício da profissão de técnico de nutrição e dietética exigirá a conclusão do curso de ensino médio e, também, do curso profissionalizante, e não apenas um ou outro, a outra conclusão não se pode chegar, senão a de que também merece ser aprovada por este Senado Federal.

O voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto 4.147.

Peço o apoiamento dos colegas Senadores e Senadoras.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. O resultado é: aprovado o relatório, que vai constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ-CAS (de redação).

A matéria vai ao Plenário.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu requeiro que seja votado um pedido de urgência para ir ao Plenário, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentada pelo Senador Fabiano Contarato.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só agora queria aproveitar... Graças a Deus votamos esse projeto, mas eu queria fazer aqui um alerta em dois pontos que eu acho de fundamental importância.

Primeiro que ontem eu fiquei muito feliz que o Presidente Lula sancionou um projeto de minha autoria para determinar o sigilo nos dados da mulher vítima de violência doméstica familiar.

Eu lembro que, quando eu fui delegado, por muitos anos, antes da Lei Maria da Penha, a mulher sofre um processo de revitimização: muitas vezes é exposta e subjugada, humilhada, hostilizada. Então, com a sanção feita ontem pelo Presidente Lula do nosso projeto, está garantida a privacidade dessas mulheres.

Um outro alerta que eu faço às minhas colegas Senadoras, principalmente à Senadora Soraya, à Senadora Damares e todas as mulheres aqui, é que uma Comissão de Juristas esteve aqui no Senado e apresentou o anteprojeto do novo Código Civil, e ali tem um ponto de extrema importância, no sentido ruim do termo, que é quando ele retira da mulher, hoje, que ela... Quando ocorre o falecimento em uma relação, em um casamento, ela entra como herdeira. Com esse anteprojeto, isso está acabando, Senador Girão. Ela foi colocada em terceira categoria. Então, se, num casamento, morre o marido, ela agora não vai herdar. A herança passaria para os pais daquela pessoa que faleceu.

Isso é um grande retrocesso num país sexista, machista, em que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, e nós sabemos muito bem que não é isso que acontece. Nós sabemos como que as mulheres sofrem aqui uma violência política e nós sabemos, efetivamente, a desigualdade que há no salário para o desempenho da mesma função e que somente foi o Presidente Lula que sancionou a lei determinando igualdade salarial para homens e mulheres.

Eu lembro que, quando as mulheres conseguiram o direito à licença-maternidade, o que é que as empresas começaram a fazer, Senadora Damares? Não contratar mulher ou exigir atestado de esterilidade, até que, em 1995, surgiu uma lei federal criminalizando essa conduta.

Então, é preciso que nós, Senadores, tenhamos aqui a serenidade, a sobriedade, o equilíbrio para não admitir retrocesso para as mulheres no caso de falecimento do marido, porque ela renuncia, muitas vezes, à capacidade laborativa, ela não tem oportunidade de estudo, ela não tem oportunidade de trabalho, fica aqui com sobrecarga dentro de casa, diuturnamente, muitas trabalhando e, quando perde o marido, agora, ela vai sofrer pela dor da ausência do seu esposo e, agora, vai ter um baque no seu espólio, no seu patrimônio, no seu inventário, porque a estão colocando em terceira categoria.

Eu quero deixar claro para as mulheres que isso não terá a minha digital aqui no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa Comissão de Juristas, na nova reformulação do Código Civil, pode ter certeza, a intenção pode ter sido uma, mas o efeito que vai ser dado será muito perverso para as mulheres. Nós temos que estar aqui atentos para que isso não seja aprovado.

Só esse o desabafo que eu queria fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., Senador. Nós teremos uma possibilidade de debater esse tema que V. Exa. traz com muita propriedade.

Agora, nós vamos instituir, discutir...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente... Pela ordem, rapidamente, que eu vou ter que ir lá para a CDH.

Se o senhor puder. Se não puder ser agora, só para deixar registrado.

Inclusive, o Senador Hiran quer subscrever também o pedido de audiência pública, que é o Requerimento nº 59, que eu pedi extrapauta, sobre a questão de ouvir o Ministério da Educação, a Academia Nacional de Medicina, a Federação Médica Brasileira sobre a questão da residência médica, da Comissão Nacional de Residência Médica. É só pedir isso.

Se o senhor puder fazer a inversão, eu lhe agradeceria muito aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Então, eu consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento 59, de 2024-CAS, apresentado pelo Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador para a leitura do requerimento... V. Exa. já fez essa leitura. Então, os Senadores...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 59, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com os nomes que especifica, com o objetivo de tratar sobre o Decreto nº 11.999/24, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Médica e sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de programas de residência médica e das instituições que os ofertem.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE))

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só fazer uma consideração a respeito desse requerimento.

Quero parabenizar o Senador Girão e dizer que, há mais ou menos três semanas, o Governo publicou o Decreto 11.999, em que ele alterava a composição da Comissão Nacional de Residência Médica. E houve aí uma reação do movimento médico, que solicitou uma reunião com os Ministérios da Saúde e Educação, que foi onde foi construído esse decreto. E nós começamos a negociar com o Governo, e quem tem ficado à frente dessa negociação é o Vice-Presidente Alckmin. E nós estamos tentando aí tornar novamente a comissão paritária, porque a Comissão Nacional de Residência Médica é um padrão ouro para o mundo no estabelecimento das políticas públicas em relação à nossa residência médica, que é o que é mais respeitado em termos de pós-graduação e formação médica no nosso país.

Obrigado, Presidente, pela...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só queria fazer a observação, Senador Girão, de que, na relação dos componentes dessa audiência, nós praticamente não temos representação do Governo, apenas a representação do Ministério da Educação. E eu gostaria de fazer uma inclusão de modo que essa...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Seria bom o da Saúde também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... proposta fique equilibrada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não há dúvida, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Excelente, Presidente. Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto do item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3234, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para regulamentar os procedimentos que devem ser cumpridos quanto a elaboração do assento de óbito, nos casos em que o falecido deixou filho menor ou incapaz, acrescida da comunicação da orfandade bilateral acaso constatada pelo oficial de registro civil aos órgãos públicos de assistência social e de proteção da infância e da juventude.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O Relator é o Senador Alessandro Vieira, que não está. Quem fará *ad hoc*? (*Pausa.*)

O Senador Contarato fará o relato *ad hoc*.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu vou ser bem breve também na leitura deste relatório.

Destaca-se que essa prática já está em vigor com sucesso no Estado do Maranhão, especialmente diante dos desafios da pandemia de covid-19, contribuindo para a proteção dos órfãos bilaterais.

É imprescindível considerarmos os impactos devastadores da pandemia de covid, especialmente no que diz respeito à perda de inúmeras vidas maternas e à subsequente condição de órfãos enfrentada por muitas crianças.

Segundo dados alarmantes de um estudo inédito realizado por pesquisadores da Fiocruz e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), divulgado pelo Observatório de Saúde da Infância, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois primeiros anos da pandemia aproximadamente 40.830 crianças e adolescentes brasileiros perderam suas mães devido à covid-19.

Sugerem-se emendas de redação para abranger de forma mais ampla os órgãos assistenciais em nível municipal e estadual a serem informados sobre o ocorrido, considerando as diferentes designações para as áreas responsáveis pela política socioassistencial nos entes federativos.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto, com as emendas já disponibilizadas.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais quem queira discutir, encerro a votação.

Em votação, o relatório.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS.

A matéria vai à CCJ.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1435, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a campanha nacional permanente Recrutando Anjos; obriga os estabelecimentos a afixar cartazes sobre manobras para desobstrução das vias respiratórias; e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Sa., Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, como nós já deliberamos sobre essa matéria, eu vou direto à análise e a alguns parágrafos. Inclusive, eu vou fazer um resumo bem rápido.

Antes de tratarmos do mérito do projeto em comento, é pertinente registrar como se deu sua aprovação pela Câmara dos Deputados – ele nasceu lá, é esse projeto –, Casa iniciadora dessa proposta, que se baseou – eu botaria aqui: que copiou – no texto do PL nº 2.275, de 2022, de autoria da Senadora Margareth Buzetti, que dispõe sobre medidas para prevenção e primeiros socorros de casos de obstrução de vias aéreas por corpo estranho, autoriza a criação da Campanha Nacional Permanente Recrutando Anjos e altera a Lei nº 8.069, de 1990, para dispor sobre medidas com a mesma finalidade.

Nos próximos parágrafos, eu descrevo aqui no meu voto o que a Câmara dos Deputados fez para desfigurar o projeto da Senadora Margareth, mas eu vou pular e vou direto já para o final do nosso voto.

Assim sendo, o texto que apreciamos agora, do PL nº 1.435, de 2023, é bastante similar ao do projeto já apreciado pela CAS nessa mesma legislatura, qual seja o PL nº 2.275, que inclusive denominava de "Recrutando Anjos" a campanha nacional sobre medidas para prevenção e primeiros socorros de casos de obstrução de vias aéreas.

Fazemos homenagem, por essa razão, ao Parecer nº 37, de 2023, da CAS, em atenção ao PL nº 2.275, de 2022, da lavra do Senador Otto Alencar, que traz informações muito relevantes a respeito da obstrução de vias aéreas por corpo estranho, sendo algumas delas específicas sobre as técnicas médicas utilizadas para intervir quando um episódio dessa natureza ocorre.

Damos importância especial ao argumento utilizado naquela oportunidade, de que duas importantes causas de morte fora dos hospitais são a falta de atendimento e o socorro inadequado, que ocasionam falecimentos ou porque ninguém age, ou porque alguém não capacitado se apresenta para prestar socorro.

Nesse contexto, compreendemos que sempre serão bem-vindas as estratégias lançadas para capacitar ou informar o maior número possível de brasileiros a respeito da correta conduta quando se constata a ocorrência de engasgo ou outras formas de obstrução das vias aéreas.

Dessa forma, e mantendo a coerência do anterior pronunciamento da CAS quanto ao conteúdo do PL nº 2.275, de 2022, consideramos que o PL nº 1.435, de 2023, é meritório. Não obstante, consideramos que o texto do PL nº 2.275, de 2022, já aprovado pela CAS, encerra todos os pontos que consubstanciam o pensamento deste Senado Federal, e, em função disso, apresentamos voto favorável ao PL nº 1.435, de 2023, na forma de emenda substitutiva, cujo teor retrata o texto da lavra da Senadora Margareth Buzetti, já aprovado por esta Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo já está aqui, Presidente, publicado, e este é o meu voto, pela aprovação do PL 1.435, de 2023, na forma da emenda substitutiva.

É o voto, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Concedo a palavra...

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação, o relatório.

Senadoras e Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório... (*Palmas.*)

... que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS, Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Presidente, posso me manifestar, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Como autora desse projeto inicial, agradeço, Damares, por ter feito esse brilhante relatório e ter sido parceira da Casa, em respeito ao Senado Federal. O nosso colega Parlamentar da Câmara copiou até o nome do projeto, "Recrutando Anjos"; arquivou o nosso e aprovou o dele. Quer dizer, é um desrespeito.

Esse projeto nasceu porque uma menina, chamada Helô, teve a obstrução das vias aéreas – é uma pessoa que eu conheço –, e nasceu o projeto assim.

Recrutando Anjos: já existe a campanha no Paraná. E pior: ele colocou responsabilidade aos SUS pela campanha. Não tem nada a ver com o SUS. Os estados e a sociedade civil é que têm que fazer essa campanha.

Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Obrigado a V. Exa. Parabenizo a autoria original do projeto.

Bem, os demais requerimentos foram retirados de pauta para complementação. Alguns já aprovamos, não é?

Então, eu convoco para o dia 4 de junho, terça-feira, às 10h, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater, discutir e buscar soluções para o cancelamento unilateral de contratos coletivos de planos de saúde, notadamente quando atingem diretamente pessoas vulneráveis com doenças raras e crianças autistas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e treze minutos do dia quatro de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa, Soraya Thronicke e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton, Zenaide Maia, Paulo Paim, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Mecias de Jesus e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Ana Paula Lobato, Romário e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 54/2024 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), REQ 56/2024 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), REQ 57/2024 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), REQ 58/2024 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), e REQ 62/2024 - CAS, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Finalidade:** Debater, discutir e buscar soluções para o cancelamento unilateral de contratos coletivos de planos de saúde, notadamente quando atingem diretamente pessoas vulneráveis, com doenças raras e crianças autistas. **Participantes:** Lucas Andrietta, Coordenador do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Direito do Consumidor - IDEC; Cesar Sergio Cardim Junior, Superintendente de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FENASAÚDE; Marcos Novais, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde - ABRAMGE; Fabiane Alexandre Simão, Presidente da Associação Nenhum Direito a Menos; Marlla Mendes de Sousa, Advogada. Primeira Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB Nacional.; Carla de Figueiredo Soares, Diretora-Adjunta da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; Anderson Antônio Monteiro Mendes, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde no Distrito Federal - Unidas DF; Renê Patriota, Coordenadora-Executiva da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde - ADUSEPS; Letícia Fantinatti de Mello, Sócia-Fundadora da Associação Vítimas a Mil; Liana Cirne, Presidente da Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal de Recife-PE; Vitor Hugo do Amaral, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon/MJSP; Carolina Godoy Leite, Defensora Pública Federal - DPU/BH; Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; e Marcus Teixeira Braz, Diretor-Adjunto da Diretoria de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/04

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 54, 56, 57 e 58, de 2024, da Comissão de Assuntos Sociais, inclusive um de minha autoria, outros da autoria de Senadora Zenaide Maia e dos Senadores Humberto Costa e Flávio Arns, para a realização de audiência pública destinada a debater, discutir e buscar soluções para o cancelamento unilateral de contratos coletivos de planos de saúde, notadamente quando atinge diretamente pessoas vulneráveis, com doenças raras e crianças autistas.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, por meio do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania.

Com certeza, a audiência está grande, porque havia uma grande expectativa com relação a este nosso encontro hoje, com relação a este nosso debate. (*Pausa.*)

Olhem a informação: até as 9h20, já chegaram, pelo e-Cidadania, 389 perguntas. As famílias do Brasil estão acompanhando este encontro, e eu tenho certeza de que a gente vai responder às expectativas das famílias. Continuem mandando perguntas. Nós vamos tentar responder todas elas. Aquelas que não forem respondidas aqui nós vamos enviar aos planos de saúde, e eles responderão, com certeza – eu já estou dando "sim" por eles –, responderão por *e-mail* aos cidadãos.

A audiência será transmitida ao vivo e possibilitará o recebimento de perguntas e participação.

Já estão confirmados os seguintes expositores... Nós vamos dividir a audiência em duas mesas.

Na primeira mesa, como convidado, está Marcos Novais, o Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde. Eu já o convido para ocupar a mesa.

Na sequência, Cesar Sergio Cardim Junior, Superintendente de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar. Sr. Sergio, muito obrigada por ter aceitado o convite. Pode se sentar conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, Anderson Antônio Monteiro Mendes. Bem-vindo, Sr. Anderson. Ele é o Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde no Distrito Federal (Unidas-DF).

Renê Patriota está presente ou vai ser *online?* (*Pausa.*)

Essa vai ser de forma remota.

Seja bem-vinda, Rêne Patriota, Coordenadora Executiva da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde. Muito bem-vinda.

Carolina Godoy Leite está a caminho. Nós vamos começar esta mesa mesmo sem a presença dela, enquanto ela chega. A Dra. Carolina é Defensora Pública Federal e, com certeza, tem muito a colaborar com a nossa audiência.

Nós teremos uma segunda mesa com: Lucas Andrietta, Coordenador do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Direito do Consumidor; Letícia Fantinatti de Mello, Sócia-Fundadora da Associação Vítimas a Mil; Fabiane Alexandre Simão, Presidente da Associação Nenhum Direito a Menos; Liana Cirne, Presidente da Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal de Recife; Marlla Mendes de Sousa, Advogada e primeira Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB Nacional; Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde – já é a terceira mesa –; Natan Monsores, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; Vitor Hugo do Amaral, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor; Carla Figueiredo Soares, Diretora Adjunta da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Então, eu vou corrigir: nós teremos três mesas.

Os nossos convidados terão dez minutos para a exposição, mais cinco minutos de tolerância, e as apresentações que os senhores trouxeram vão ficar à disposição da sociedade, do Parlamento, dos Senadores, para estudos, pesquisas. E, claro, com o surgimento de novas dúvidas, os Senadores entrarão em contato com os expositores.

Nós gostaríamos muito de agradecer a presença de todos.

Eu chamo a atenção de quem está ao vivo nos acompanhando e de quem for assistir a esta audiência depois para que observem que as mesas estão bem diversas. Nós temos aqui os planos de saúde, nós temos aqui nas mesas a sociedade civil, nós temos aqui na mesa órgãos federais. Então, eu creio que o debate vai ser extremamente interessante e que dúvidas serão sanadas com certeza.

Deixo bem claro aos nossos convidados que, por semanas, os Senadores estão nesta Comissão discutindo o assunto. Por semanas, senhores, as nossas caixas de *e-mails* estão lotadas. A sociedade está vindo aos nossos gabinetes por meio de *e-mails*, das nossas redes sociais, está vindo de forma física bater em nosso gabinete. O assunto está inquietando a sociedade, e esta Comissão precisava dar essa resposta. Talvez não sejam as respostas que a sociedade esperava, mas a Comissão está cumprindo o seu papel de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atender o pedido da sociedade e, claro, de todos os Senadores, que estão com dúvidas sobre o que, de fato, está acontecendo.

Vamos aproveitar bem o nosso tempo aqui. Muito obrigada por estarem presentes.

Nós vamos começar as nossas exposições aqui, na primeira mesa, com o Marcos Novais, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde.

Os nossos convidados... Como nós estamos com um número muito grande de convidados, esta audiência vai ser longa. Se algum dos convidados precisar sair depois da exposição, nos avise, mas entendendo que, se vier uma pergunta direcionada a ele, nós vamos encaminhá-la para que seja respondida. Gostaríamos muito que todos os convidados ficassem até o final, porque os Parlamentares vão entrando na Comissão, vão fazendo perguntas. Esta é uma outra dinâmica que eu preciso explicar: estão acontecendo várias reuniões ao mesmo tempo, Senadores vão entrar e, à medida que eles entram, têm o direito de fazer a pergunta imediatamente e não esperar a exposição de todos os convidados.

Todos sejam bem-vindos!

Dr. Marcos Novais, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde, por dez minutos e mais cinco minutos para completar, se for necessário.

O SR. MARCOS NOVAIS (Para expor.) – Olá! Muito bom dia. Bom dia, Senadora Damares.

Queria, primeiro, agradecer aqui, em sua pessoa, a todos os que estão presentes e dizer o quão importante para a gente o tema é também, quer dizer, operar, organizar, gerir planos de saúde no Brasil e para os brasileiros não é simples, mas é a tarefa que escolhemos e é a tarefa que nos dá prazer, nos dá vontade de acordar todos os dias, buscando ampliar o volume de pessoas com acesso a planos de saúde – esse é o nosso objetivo maior –, e um acesso de qualidade e eficiente, porque, quando a gente também tem desperdícios, desorganização de sistemas, a gente percebe o quão ruim isso é, pois a gente está, no fundo, no fundo, gerindo recursos de outrem, de outras pessoas, de contratos.

Um ponto que eu queria, talvez, até colocar aqui para vocês, já dentro dos nossos números de setor, é lembrar-lhes que a gente está tratando aqui de um sistema muito diferente de sistema público. É um sistema privado que é baseado no mutualismo, no modelo de repartição simples. O que significa isso? Isso é importante; isso molda toda a organização de planos de saúde. Isso significa que, quando a gente tem um contrato com 4 mil pessoas, aquilo é como se fosse um condomínio. Aquelas 4 mil pessoas, ao aderirem a um plano de saúde, estão pagando mensalidades e ajudando, no final de cada mês, a gente a honrar os custos, a assistência daquelas pessoas, dentro daquelas 4 mil, que precisaram utilizar o plano de saúde, para uma terapia, para uma internação ou para uma cirurgia. Esse é o modelo. Hoje, por exemplo, se a gente fizer um corte hoje, provavelmente, a gente deve ter 125 mil pessoas internadas em todo o Brasil, cobertas por planos de saúde. O sistema, a sociedade, quer dizer, os contratos em que elas estão estão mantendo, dando estrutura financeira para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando que a gente pode chegar a um momento em que isso não se sustenta? Quando esse contrato de 4 mil pessoas, quando esse condomínio – e isso está acontecendo; não vou dizer que é a regra, que é na maioria dos contratos, mas isso está acontecendo e com mais frequência – não consegue mais fazer com que o valor dos condomínios, das mensalidades paguem as despesas como um todo. E, aí, a gente tem um problema maior – e este problema está se agravando –: é quando a gente começa a subir a taxa do condomínio, e as pessoas começam a se mudar, a sair das suas residências, porque começa a ficar muito caro.

Isso faz com que a gente desestruture ainda mais o sistema. E isso está acontecendo quando a gente fala, inclusive, nos planos coletivos por adesão de forma mais intensa. Você tem custos crescentes, seja porque incorporamos tecnologias de forma desorganizada também – incorporar tecnologia é positivo, mas, se a gente fizer desorganizado, é ruim –, seja porque a gente, na verdade, tem um aumento da frequência de utilização, porque a gente está no circuito pós-pandemia... Os custos crescem, as mensalidades desse condomínio precisam crescer junto, só que, quando elas crescem, pessoas vão saindo desse sistema e deixam de financiá-lo.

A gente tem que olhar para isso tudo para tentar solucionar essa questão. E a gente tem que olhar o quê, para ter um equilíbrio nesse sistema para que a gente consiga dar assistência para 51 milhões de brasileiros? Esse é o ponto. Na verdade, nosso risco maior é a gente chegar a um momento em que a gente não consiga dar sustentabilidade para esse setor. E, de novo, a sustentabilidade é o nosso cunho maior, é o nosso objetivo maior, que vai nos possibilitar dar atenção para esses 51 milhões de brasileiros.

São mais de 600 operadoras, e a gente tem tecnologia hoje... Este é um drama vivido rotineiramente pelas empresas, mas a gente tem incorporação de tecnologia hoje em que uma única tecnologia, uma única aplicação é maior do que o faturamento mensal de mais da metade das operadoras de plano de saúde no Brasil. Então, se eu pegar lá na minha cidade natal – eu sou de Cataguases, Minas Gerais, próximo ali a Juiz de Fora –, a operadora da cidade de Cataguases não conseguiria bancar o acesso a uma única tecnologia sem deixar de atender todo mundo por alguns meses, porque ela fatura menos por mês do que uma aplicação de Zolgensma, por exemplo, que está na cobertura obrigatória de plano de saúde. Então, se por acaso acontecer o evento, a gente tem um problema gigante para essa operadora resolver.

Foram mais de 70 novas tecnologias incorporadas.

E, só para vocês terem também uma noção da dinâmica desse setor, quando a gente fala em contratos coletivos por adesão... E aqui eu não estou falando de cancelamento de contrato, eu estou dizendo que pessoas foram lá e decidiram sair do contrato: 1,5 milhão de beneficiários saíram dos seus contratos coletivos por adesão nos últimos 12 meses, por decisão própria. Eles tomaram a decisão própria de sair, seja por portabilidade, seja porque deixaram o sistema. Isso todos os dias a gente tem pedidos de saída das pessoas.

E, via de regra, no nosso setor, a gente tem esta dificuldade maior: um componente de antisseleção muito grande. Muito provavelmente, eu consigo falar para todos os senhores e senhoras, com quase 100%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de certeza, que esse 1,5 milhão de pessoas não tinha nenhuma utilização de saúde. Aquelas pessoas que estão mais carentes não cancelam o plano, mas esse 1,5 milhão desistiu desse contrato por algum motivo, seja porque perderam renda, seja porque foram buscar um plano de saúde mais barato via portabilidade. Eles saíram; eles tomaram a decisão de deixar o seu plano coletivo por adesão. Esse é um número importante também.

Para onde que eu tenho que apontar? Para onde que é? (*Pausa.*)

É? (*Pausa.*)

Se vocês quiserem passar aí, para mim tudo bem. Então, aqui já trazendo... Já está funcionando? (*Pausa.*)

Obrigado.

Já trago aqui também um número que é muito inquietante. No dia a dia, a gente pode discutir o que é falha de gestão, e falhas de gestão são cometidas. A gente eventualmente pode precificar de forma equivocada ou pode ter uma organização do ponto de vista de sistema de atendimento de saúde equivocada. Agora, o que mais nos preocupa neste momento é: a gente chegou a um ponto, em 2023 – e vocês podem ver ali que ele é muito fora do padrão –, em que 55% das operadoras de plano de saúde do Brasil estão operando no negativo. É mais da metade do mercado, são mais de 300 empresas.

Olhando aqui – economista como sou – essa estatística, quando eu vejo que mais de 300 operadoras estão operando no negativo, eu já falo assim: "Olhe, gente, a gente não tem problema de gestão aqui; a gente tem problema sistêmico". E a gente tem que tentar entender a causa, a raiz desse problema sistêmico, sob o risco de que, se não entendermos, daqui a pouco, não vão ser 300 empresas, vão ser 400, depois vão ser 500, e aí a gente vai ter todo um sistema insolvente.

São 55% das empresas que estão operando no negativo. Essas empresas, hoje, dão assistência para 23 milhões de beneficiários. Se a gente não olhar para esses 23 milhões, a gente está aqui correndo o risco de que eventualmente fiquem sem assistência, porque essas empresas vão sair do mercado. O que é operar no negativo? Significa que a mensalidade do plano de saúde já não banca as despesas nessas operações. Esse é um risco bastante grande.

E qual é a saída? A saída é liquidar a empresa, porque a gente também não tem recuperação judicial, a gente não tem outras ferramentas aqui. Liquida. A ANS liquidou 138 empresas nos últimos dez anos. Isso já é o dia a dia; todos os anos, a gente tem liquidação de algumas operações.

Aqui, eu trouxe para vocês um exemplo do que seria – para pensar aqui, para colocar para todos vocês – um contrato coletivo por adesão na prática e de como ele pode se desequilibrar. Vamos imaginar que um contrato... Eu sou economista, e, então, vamos imaginar que um contrato do Conselho Regional de Economia – vou pegar um exemplo próprio – lá do meu estado tem planos de adesão vinculados a ele. Como economista que sou, eu posso aderir a esse contrato, e vamos supor que eu aderi junto com outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil economistas. Eu tenho mil beneficiários nesse contrato do Corecon, e estou lá, eu, Marcos, junto com todos eles. Mensalidade média de R$500, despesa média de R$550, sinistralidade média de 110%. Esse contrato está muito desequilibrado. Ele não consegue bancar nem os impostos que incidem sobre o plano de saúde, quanto menos todo o *call center*, a despesa administrativa... Ele não está bancando nem a assistencial. Nós precisamos equilibrá-lo. Para equilibrá-lo, vamos fazer uma conta aqui. Vamos tentar trazer a sinistralidade para algo mais razoável, em torno de 85%, o que significa que sobrariam 15% para bancar as despesas administrativas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS NOVAIS – ... comerciais e impostos. Ele precisaria de um reajuste de 29,4%. Com muito custo se aplica um reajuste de 29,4%; não é simples, mas vamos aplicar, porque a gente vai trazer isso para o equilíbrio. O problema é que, aonde a gente chegou, nesse desequilíbrio sistêmico, a gente aplica 29%, e 300 economistas saem desse contrato. Eu talvez saia; eu falo: "Olhem, eu vou sair". Eu vou deixar de ter o plano ou eu vou migrar para outro, porque eu estou entendendo que está muito caro para os meus níveis de utilização. Quando esses 300 economistas saem – e saem aqueles que estão tendo baixos níveis de utilização –, ficam os 700 que têm níveis de utilização maiores do que o meu. Então, a despesa, que antes era R$550, vai para R$786, em média. A gente vai precisar de um outro índice de reajuste para equilibrar, porque agora esse grupo já não se equilibra de novo. E aí o novo índice de reajuste é 42%. Esse é o ponto a que chegamos. Quando a gente vê esse contrato... Vamos aplicar 42%. O que vai acontecer no próximo ano? Vai ser necessário ir a 50% se mais pessoas saírem.

É quando a gente tem o fenômeno em que as pessoas optam por sair, e talvez a gente tenha uma baixa entrada de novas pessoas para oxigenar o contrato. Eu estou tendo uma baixa entrada. A gente chega a um momento em que o cancelamento do contrato é a última opção, e ela tem que se dar. E aí é importante: como se dá o cancelamento aqui, o que é o cancelamento do contrato coletivo por adesão? É o cancelamento de todo o contrato. Você não vai pegar os 700 economistas e escolher aqueles que têm maiores níveis de utilização. Isso não é permitido na nossa legislação.

Então, aqui, a ferramenta é: se você rescindir um contrato com o Corecon (Conselho Regional de Economia), aquelas 700 pessoas que lá estavam vão ter o seu plano descontinuado, vão poder fazer a portabilidade de carência e vão ter outras ferramentas; aqueles que estão internados continuarão na internação até a alta; e tem essas ferramentas protetivas ali também para essas situações como um todo. Mas, de novo, não pode ter seleção; todas as vidas daquele contrato rescindido vão descontinuar o plano de saúde, vão ter o seu plano descontinuado.

Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Deixe-me só explicar.

Nós temos um cronômetro lá que acho que dá para ajudá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS NOVAIS – Ótimo!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós o tocamos com cinco minutos. Você vai ter mais cinco minutos. Se precisar completar, a gente vai até a 15 minutos. O.k.?

O SR. MARCOS NOVAIS – Está bom!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, pode continuar olhando para lá. Não temos pressa.

Acreditem: nós queremos ouvir todos os senhores.

Pode continuar.

O SR. MARCOS NOVAIS – Obrigado, Senadora.

Então, nós temos hoje 89 operadoras de planos de saúde com sinistralidade acima de 100%; ou seja, as mensalidades não conseguem custear as despesas assistenciais de cobertura – isso nos planos individuais. Ali, o que eu estou mostrando para vocês é este recorte: percebam que 89 empresas já estão com seus planos individuais totalmente desequilibrados e 1,7 milhão de pessoas estão nessas empresas.

O plano individual é um grande mutualismo. Ele é como se fosse um contrato, porque ali todos os beneficiários de plano individual estão dentro de um grande mútuo. A bem da verdade, esse mútuo não é, necessariamente, equilibrado, porque, por conta da regra de regulação de reajuste, o reajuste nem sempre é ou, na maioria das vezes, não é o necessário para equilibrar a conta. Por isso, a gente tem várias operações deficitárias no plano individual.

No plano coletivo por adesão, a gente tem 75 empresas com desequilíbrios latentes, sinistralidade em mais de 100% também. São empresas que já estão caminhando para um processo de insolvência bastante acelerado – muitas delas não continuarão no mercado – e têm 734 mil vidas hoje vinculadas.

Podemos passar.

Bom, aí é o exercício que a gente quer fazer e, muito, trazendo o ponto do debate da audiência: debater e discutir soluções, tentando trazer isso para o nosso dia a dia.

Estamos pensando em soluções. Nós temos um grupo de trabalho instaurado para poder pensar a sustentabilidade, a reorganização, o que a gente precisa solucionar, o que dá para fazer do ponto de vista de gestão e o que dá para melhorar do ponto de vista assistencial, para a gente trazer uma racionalidade melhor, ganhar eficiência e reduzir desperdícios. Isso tudo a gente está discutindo nos nossos grupos de trabalho, mas o que nos preocupa é aquilo que está fora da operação, porque aí a gente não consegue mudar, pois é a estrutura em que o mercado está montado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha essa estrutura – e, de novo, eu queria voltar no tempo, em 2019, a gente não tinha esse volume de operadoras em desequilíbrio –, a gente aumentou, a gente fez com que mais da metade do mercado estivesse em desequilíbrio financeiro em 2023. O que mudou, em três anos? Porque alguma coisa mudou nessa estrutura que nos levou ao ponto em que estamos. E aí eu vou colocar aqui alguns dos pontos.

A gente implementou, nos últimos três anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS NOVAIS – ... o mais rápido processo de incorporação de tecnologia do mundo, a gente incorporou tecnologia em seis meses.

A gente incorpora medicamentos a qualquer custo, porque a legislação determinou a incorporação, mas não determinou nenhum tipo de regulação de preço. Então, caso se protocole um medicamento de R$10 milhões, a R$10 milhões ele vai ser incorporado, ainda que o SUS consiga comprá-lo por R$5 milhões ou que a gente saiba que o Governo inglês o compra por R$1 milhão, ainda melhor do que o Governo brasileiro, eventualmente. Então, a gente não tem nenhum tipo de regulação de preço, e precisamos pensar nisso. A gente precisa incorporar tecnologia, não há dúvida, com um processo de avaliação, mas também com um preço razoável, com alguma regulação de preço.

A gente também não tem nenhum tipo de diretriz de utilização, e aqui pegou muito o nosso debate das terapias continuadas, nenhum tipo de diretriz. Então, a gente tem desde muitos pedidos de 40 horas semanais de terapias – e a gente tem pedido de ozonioterapia para uma criança que tem autismo – e por via... A operadora, naturalmente, fala: "não, não cabe ozonioterapia". Apesar de não ter um protocolo diretriz, nós temos médicos do lado de cá avaliando o que faz sentido ou não. Mas, por decisão liminar, cabe ozonioterapia, cabe hidroterapia, equoterapia, cabem várias terapias que eventualmente ainda não está comprovado que vão gerar algum tipo de resultado assistencial para aquela criança. Então, falta protocolo de diretriz. E não precisa ser feito pela operadora; poderia ser feito pela sociedade organizada, por profissionais técnicos gabaritados para tanto. A dificuldade que a gente tem hoje é que não há, de nenhuma forma, nenhum interesse social ainda em estabelecer esse protocolo diretriz, nem mesmo das próprias clínicas, que eu acho que é onde deveríamos ter esse debate mais aprofundado.

A gente tem também um problema, uma dificuldade muito grande de adesão ao plano de saúde. A adesão se dá para a utilização de algo, para a utilização de uma cobertura. E isso – todos vocês, a gente compartilha –, na verdade, corrói as bases do sistema. A partir do momento em que as pessoas aderirem ou tomarem a decisão de aderir a um plano de saúde para usar uma terapia ou uma cirurgia, isso virar uma realidade, virar comum, aí a gente corrói as bases do sistema, porque o nosso modelo é de mutualismo: somos nós, que estamos dentro de um contrato, todos, que financiamos o sistema. Se muitas pessoas entrarem nesse contrato para usar uma terapia e depois, inclusive, saírem dele, essas pessoas – que entram somente para a utilização – vão deixando esses débitos todos para serem custeados por quem está lá, e vai ficando cada vez mais cara essa conta. A gente tem cada vez mais uma adesão ao plano em uma segunda-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feira, com uma solicitação de procedimento cirúrgico na mesma semana – isso é muito comum –, bariátrico ou oncológico. Isso corrói a base do sistema.

Então, caminhando aqui para o meu encerramento, eu queria colocar para todos vocês... Por favor. (*Pausa.*)

Só para dar alguns exemplos de aonde a gente chegou: Lei 14.307. A Lei 14.307, dentre outras coisas, inclusive do processo de avaliação de tecnologia, que ela muito bem determinou, delimitou o seguinte: se incorporar a Conitec para o SUS, incorpora-se a tecnologia automaticamente na saúde suplementar. E aí a gente tem a situação em que o Brineura, por exemplo, um medicamento de alto custo – um dos dez mais caros do mundo –, foi incorporado pela Conitec. No momento da incorporação, inclusive, não se avaliou se naquele momento tinha comercialização no Brasil, mas, incorporou-se na Conitec, incorpora-se automaticamente, hoje é coberto pelo plano de saúde, mas não tem comercialização no Brasil. Então, a operadora precisa fazer a importação direta do medicamento e nem conseguirá fazer isso em 21 dias úteis. Eu tenho um medicamento incorporado que não tem comercialização no Brasil. A gente chegou a esse ponto.

A gente tem Zolgensma a R$10 milhões no plano de saúde, mas a R$5 milhões para o SUS. Por que dois pesos e duas medidas? Quer dizer, a R$5 milhões os resultados já não são satisfatórios? Por que cobrar o dobro do outro mercado, do mercado de plano de saúde? A gente não tem dois brasileiros, a gente tem um só, e, no final, é o brasileiro que está pagando a conta, seja no plano de saúde, seja por meio dos impostos e taxas também, quando a gente fala do nosso sistema público.

O Risanquizumabe entrou no SUS, um medicamento razoável. Aqui, comparado ao de R$10 milhões, a um preço razoável: R$3.395, mas, na saúde suplementar, R$18 mil. Já com os reajustes da tabela Cmed, está R$22 mil. Então, a gente está falando aqui que pagamos quase oito, sete vezes mais.

E, aí, caminhando aqui, acho, já para o encerramento, agora sim, quero trazer para todos vocês o comunicado que nós fizemos para as operadoras assim que terminou uma reunião para que fomos convocados pelo Presidente Arthur Lira. Nessa reunião, o Presidente externou – assim como todos os demais Parlamentares, Senadores, Deputados – essa preocupação em relação àqueles contratos que foram rescindidos unilateralmente por motivo de desequilíbrio econômico. Passamos para o Presidente Arthur, assim como passamos para todos vocês, que foi a rescisão de um contrato inteiro, que não há nenhum tipo de seleção, nesses contratos, de pessoas. Também saímos daquela reunião com um compromisso, que a gente levou para as operadoras, ainda que a dificuldade de equilíbrio seja muito grande. A gente sabe que temos uma dificuldade de sustentabilidade de longo prazo aqui. Levamos para as operadoras, para suspenderem os cancelamentos de contratos coletivos por adesão. Para aqueles que estavam já agendados e tinham sido rescindidos, que tivessem um olhar diferente com as pessoas, em especial, as do tratamento diferenciado, para retorná-las ao plano até que pudéssemos discutir, em conjunto, soluções estruturais para esse setor. Quer dizer, o entendimento é: o que é insustentável onde estamos? O.k, mas, no curto prazo, é possível que a gente componha algo para que a gente pense no longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente está com o nosso grupo de trabalho discutindo. As operadoras já foram comunicadas como um todo, várias delas estão tirando dúvidas para saber como é que se operacionaliza isso. A gente sabe que não é simples, porque, eventualmente, algum beneficiário já tinha saído do sistema, mas elas estão retornando o beneficiário para os sistemas das operadoras, para o sistema de gestão, para voltar tudo ao normal, como eu diria, seja do ponto de vista de carteirinhas que vão funcionar, etc.

As operadoras estão fazendo um grande esforço, mas a gente precisa pensar, e eu queria reforçar, em algo estrutural. A gente precisa pensar em uma sustentabilidade de longo prazo, porque a saúde suplementar é gerida por operadoras, por vários tipos de operadoras, sejam com fins lucrativos, sejam – temos operadoras – sem fins lucrativos, temos autogestões. O nosso Presidente da Unidas, Anderson, vai estar aqui para falar um pouco. Temos vários tipos de operadoras, mas, a bem da verdade, é uma saúde suplementar de 51 milhões de brasileiros e de outros tantos que gostariam de ter. A gente só precisa criar condições nesse sistema para chegarmos a um maior acesso e a uma situação de bem-estar social maior.

Obrigado, Senadora Damares. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Sr. Marcos.

Para quem está ligando a TV agora ou entrou agora nas redes, esta audiência pública é para discutir e buscar soluções para o cancelamento unilateral de contratos coletivos de planos de saúde, especialmente que envolvem crianças com autismo e idosos.

Já estão no Plenário conosco a Senadora Soraya, a Senadora Teresa e também o Senador Humberto, para quem eu vou passar a Presidência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Posso continuar?

Eu gostaria muito que fosse o senhor porque eu não tenho nenhuma isenção de ânimo para estar aqui. O senhor é mais diplomata, o senhor tem mais serenidade. Eu gostaria muito que o senhor assumisse.

Acabou de falar o Sr. Marcos Novais, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou passar a palavra à Dra. Carolina Godoy Leite, que vai dispor de dez minutos para a sua colocação.

Quero pedir, inclusive, um cumprimento rigoroso do tempo, porque são muitas pessoas participando desta sessão. Inclusive, são três mesas. Se não formos muito rígidos no tempo, vamos sair daqui lá para as 3h da tarde e não vamos nem conseguir fazer a audiência, porque todos nós temos outras pautas, agendas e reuniões que dependem de nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dra. Carolina – peço que o pessoal controle o tempo –, fique à vontade.

A SRA. CAROLINA GODOY LEITE (Para expor.) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Queria agradecer a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minuto.

Quero agradecer aqui à Senadora Damares, que, muito gentilmente, iniciou o processo e conduziu a audiência durante um bom período.

Pode seguir.

A SRA. CAROLINA GODOY LEITE – Obrigada, Senador.

Queria cumprimentar a todos e todas.

Não posso deixar de começar falando do tanto que esse tema é caro para nós, da Defensoria Pública da União. Na semana passada, inclusive, nós expedimos uma recomendação para a ANS, na segunda-feira, Recomendação 7140359, expressando a nossa preocupação, porque nós, enquanto Defensoria Pública, recebemos os relatos e denúncias, em especial da população mais vulnerável.

Então, quando a gente fala do público atendido pela Defensoria Pública da União, a gente está tratando aqui de famílias que estão realmente em situação de necessidade econômica e que fazem um esforço significativo, financeiro, para conseguir custear os seus planos de saúde. Não é fácil para essas famílias, também, ter esse equilíbrio financeiro para conseguir pagar esse plano. E eles pagam com a expectativa de que, no momento em que precisarem, vão poder usar e vão conseguir realizar aqueles tratamentos com maior facilidade e maior eficiência. Então, quando chega a notícia do cancelamento de um plano de saúde, para essas famílias, isso significa uma grave violação de direitos, porque eles realmente não têm outra alternativa, eles não conseguem fazer aquele custeio de forma particular e, se eles estão ali custeando um plano de saúde, é porque, de fato, eles preferem usar o serviço privado do que o serviço público, e, nesse momento, eles se veem completamente desamparados.

Recebemos relatos de mães de crianças com autismo que tiveram o plano cancelado e, mesmo após a reunião na semana passada, continuam várias crianças com o plano suspenso quando elas acessam o aplicativo do plano de saúde; pessoas idosas que estavam em tratamento, porém, não internadas, então, em tratamento domiciliar, mas em tratamento – queria deixar bem claro que essas pessoas estavam em tratamento –, e tiveram também os seus planos cancelados. Os relatos que nós recebemos são dramáticos.

Imaginem, para entender o que essas pessoas estão passando, um exercício simples de empatia: nós pararmos para pensar: o que nós faríamos se os nossos planos fossem cancelados? Como reagiríamos nessa situação? Potencializem isso para uma pessoa que não tem outra alternativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é realmente uma situação desesperadora para essas famílias, e, hoje, aqui, espero trazer a voz delas, tentar falar sobre esses direitos delas que estão sendo violados. Eu não preciso...

Acho que, pelo fato de ser jurista, eu tenho que trazer: o direito à saúde é um direito fundamental. Ele está sedimentado na Constituição, é corolário do direito à vida, à dignidade. Então, quem está trabalhando com produtos e serviços de saúde tem que ter isso em mente. Não se pode desconsiderar a relevância do direito à saúde quando a gente está tratando de algo tão elementar à vida humana.

A nossa atuação aqui visa garantir que esse direito à saúde seja respeitado, mas é mais do que isso. A gente tem que lembrar aqui que a gente está tratando, também, de uma questão de boa-fé, que a pessoa que contrata o plano quer usar aquele plano; a gente está tratando de segurança jurídica, porque você tem um contrato e tinha expectativa de que ele entrasse na sua vida e garantisse o acesso a serviços básicos; e a gente também está falando de função social dos contratos.

É nesse sentido, inclusive, a decisão do STJ no Tema 1.082; e a gente vê que, nesse caso concreto, quando a gente só limita a manutenção de planos a pessoas que estão internadas, ele não está sendo respeitado, porque o tratamento não se limita a um tratamento hospitalar; ele pode ser realizado de forma domiciliar, e tem pessoas nessa situação que têm o plano cancelado e estão sofrendo essa violação de direitos.

Chama muito a atenção, porque nós temos a expectativa de buscar soluções, e é por isso também que estamos aqui. Eu acho que, na fala que me precedeu, do Dr. Marcos, algo muito importante é buscar soluções. Então, o que tem que ser feito? Nós já temos um problema, aqui, muito grande. Aparentemente, salvo engano, segundo a notícia do *O Globo*, foram 40 mil contratos cancelados na Amil e na Unimed; depois da reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados, 6 mil foram reativados na Unimed, 5 mil teriam sido reativados na Amil, e a gente ainda vê um grupo enorme de pessoas em situação de vulnerabilidade que foram deixadas, que ainda não entraram. Então, o que nós vamos fazer para essas pessoas? É isso que a gente tem que buscar aqui.

Nós temos diversos caminhos, que passam pela assunção de compromisso das operadoras e gestoras de saúde, que precisam entender a relevância desses planos para determinados grupos e que a rescisão unilateral, sem oferecer para eles um plano equivalente, um plano cuja alternativa seja informada de forma clara, com todas as novas regras de forma estabelecida... Porque tem famílias que estão chegando até nós e falando: "Olha, eu tinha um plano sem coparticipação, mas agora o meu plano é com coparticipação, e eu não entendi que era essa a mudança que teria no nosso plano substituto". Então, tem uma desinformação muito grande também. Além de todo o desamparo em que essas pessoas ficam, quando elas aderem ao plano substituto, há uma sensação de falta, de carência de informações, que precisa ser suprida.

Então, além desse compromisso das operadoras e gestoras de plano de saúde com relação às pessoas em situação de vulnerabilidade, a gente também precisa de que a ANS reforce a sua fiscalização, a sua regulação, porque, certamente, a forma como os planos coletivos estão regulamentados no momento não tem sido suficiente para garantir nem o direito à saúde da população que contrata esses planos, nem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade dos planos, porque, se a gente está ouvindo aqui que os planos estão insustentáveis, e, ao mesmo tempo, nós temos pessoas que fazem um sacrifício gigantesco para pagar um plano que representa um percentual muito alto da renda delas, e isso não está sendo suficiente, a gente tem um problema estrutural e vai precisar que os órgãos de regulação atuem nesse sentido para garantir que também o direito dessas pessoas seja respeitado.

Além disso, fica também um chamado para o Parlamento de mudar essa legislação, porque a gente tem a oportunidade de construir uma legislação que seja mais eficaz e que consiga garantir o direito dos usuários e das pessoas que contratam planos de saúde de forma coletiva. Esse diagnóstico é importante. Agora, de forma emergencial, se não vai ser solucionado, se a alteração legislativa não é feita de forma célere, então a gente tem aqui que pensar, de forma emergencial, como vamos garantir os direitos, promover o direito à saúde dos milhares de famílias que têm pessoas em situação de vulnerabilidade e que continuam com seus planos cancelados ou suspensos. Esse aqui é o desafio que a gente tem hoje nesta audiência pública, para o qual a gente precisa buscar uma solução.

Precisamos ter um retrato e, ainda que não se possa escolher pessoas quando se faz um cancelamento de um plano coletivo, nós precisamos olhar para as pessoas que estão dentro daquele plano coletivo, porque, se nós não olharmos para aquelas pessoas, haverá, sem dúvida, cancelamento e suspensão de planos de forma ilegal, porque ali, naquela coletividade, naquele grupo, existirão pessoas que demandam a manutenção do plano. Então, você não pode escolher para cancelar, mas você pode escolher para manter, porque aquela pessoa tem o direito de ter aquele plano mantido até ela terminar o tratamento, lembrando que tratamento não é apenas internação. Então, precisamos aqui...

Queria pedir novamente aqui o compromisso das operadoras e gestoras para olhar para essas pessoas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINA GODOY LEITE – ... e não só para o grupo.

Meu tempo se esgotou. Pelo meu compromisso aqui com o Senador Humberto Costa, vou encerrar minha fala e agradeço. Espero ouvir respostas para as minhas perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Obrigado, Dra. Carolina. Obrigado também pela observação do tempo.

Eu quero passar a palavra ao Dr. Cesar Sergio Cardim Junior, Superintendente de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar, FenaSaúde.

O SR. CESAR SERGIO CARDIM JUNIOR (Para expor.) **–** Bom dia, Exmo. Senador. Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu represento aqui a FenaSaúde. Então, quero primeiro agradecer a gente ter sido convidado para participar deste debate deste importante tema, que é o cancelamento unilateral de contratos de planos de saúde.

Vou passar por aqui.

Bem, a FenaSaúde, só para dar alguns números, é uma federação que representa 11 principais grupos de operadoras de saúde e planos exclusivamente odontológicos, e 100% das seguradoras especializadas em saúde são nossas associadas.

É importante, quando a gente fala de saúde suplementar, a gente ter noção do universo que a gente está tratando. A gente está falando de um mercado muito grande. Estamos falando de 51 milhões de brasileiros que possuem plano de saúde – isso é do tamanho de um país, por exemplo, a Espanha tem população desse tamanho – e, além desses beneficiários que possuem planos de saúde, em torno de 32 milhões de pessoas que possuem planos exclusivamente odontológicos, então, aí nós estamos falando de mais de 80 milhões de vínculos a algum determinado produto.

Existem hoje 676 operadoras de plano de saúde com registro na ANS, e mais da metade dessas operadoras são de pequeno porte. Pequeno porte, para aqueles que não sabem, são operadoras que possuem até 20 mil beneficiários, ou seja, são pequenas operadoras regionais, muitas vezes, que não estão nas capitais. A grande maioria delas estão em municípios pequenos. (*Pausa.*)

Não estou conseguindo passar. (*Pausa.*)

Agora foi.

Ainda sobre grandes números, é importante a gente dar a dimensão desse mercado. A saúde privada gera em torno de 5 milhões de empregos e 420 mil médicos atuam para a saúde privada. Alguns deles, obviamente, dividem o seu tempo entre a saúde pública e a saúde privada.

Segundo dados da Anahp, 80% da receita dos principais hospitais privados vêm das operadoras. Quando você olha para os grandes laboratórios de medicina diagnóstica, segundo dados da Abramed, 88% desses laboratórios dependem dos recursos das operadoras. Você tem, dentro dessa grande rede privada de saúde, em torno de 176 mil estabelecimentos que convergem para atender essa população de 51 milhões de brasileiros.

O Mapa Assistencial é um documento que a ANS produz e publica a cada ano. O deste ano, com dados de 2023, ainda não foi publicado, sai no meio do ano. Então, esses dados aqui são do Mapa Assistencial de 2022. Só para vocês terem noção, em 2022, foram realizados 1,8 bilhão de procedimentos em saúde. Aí nós estamos falando de terapias, cirurgias, consultas, exames etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles ali são números do que ocorre durante um dia de atendimento. O Marcos falou que, hoje, estariam sendo 135 mil pessoas internadas. Esse é o número de atendimentos, por dia, que a saúde suplementar realiza, só para vocês terem noção do universo a que a gente está se referindo.

É importante a gente frisar também que a saúde suplementar foi muito importante durante a pandemia. O Governo Federal procurou as operadoras para que elas participassem e cuidassem das suas populações, dos seus beneficiários. Aqui, para se ter uma ideia, das associadas da FenaSaúde, especificamente – os círculos em vermelho são a soma dos três –, então, os custos da saúde suplementar das associadas da Fena com a covid foi na faixa de 30 bilhões. Eu destaquei ali as internações relacionadas à covid, com ou sem UTI, e os exames do PCR. Além disso, obviamente, a saúde suplementar também não parou de atender pacientes que tinham outras comorbidades e precisavam de atendimento, então, tinham outras internações de não covid, cirurgias eletivas e outros tipos de atendimentos que eram feitos durante esse período. Esse levantamento é do período de março de 2020 a junho de 2022.

Ainda assim, é importante dizer que a saúde suplementar é considerada o terceiro maior desejo do brasileiro. Embora a gente saiba que está em um momento de uma situação urgente que a gente tem que discutir, que é a questão dos cancelamentos, ela ainda é, conforme a pesquisa Iess/Ibope, o terceiro maior desejo do brasileiro. E, quando essa pesquisa foi feita, quando se fala em: por que é o desejo, na verdade, a percepção dele é de qualidade, porque entende que a saúde suplementar, de alguma forma, tem mais qualidade do que o SUS, por exemplo. E, nesse momento, o que ele entende como qualidade? Facilidade de acesso e disponibilidade de tecnologia médica mais recente, essa tecnologia que faz parte de todo esse processo que o próprio Marcos explicou, que é o que hoje tem encarecido bastante.

Este passador não está muito bom.

A pesquisa do Senacon, pesquisa recente, com dados do Boletim Consumidor.gov.br, dados de 2023, pesquisa bem recente, demonstra que, do volume de reclamações recebidas na Senacon, o grupo de operadoras de planos e administradoras tem apenas 1,4% das reclamações recebidas no Senacon – dados recentes, de 2023. E o grupo Operadoras de Planos de Saúde e Administradoras de Benefícios foi o 13º mais reclamado em 2023. Reparem que, num conjunto de grupos econômicos, o segmento das operadoras está lá embaixo.

Pode passar.

Bem, agora falando... Então, eu trouxe um panorama para os senhores para a gente ter noção do que a gente está tratando.

A audiência pública de hoje fala, basicamente, do cancelamento unilateral dos planos coletivos por adesão. E o plano coletivo por adesão é aquele que é um vínculo coletivo, mas é um vínculo voltado para uma associação, de caráter profissional, caráter associativo. É diferente do plano de saúde coletivo empresarial, cujo vínculo é um vínculo empregatício, então, depende de uma relação de contrato de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto aqui é um recorte do art. 15 da RN 557, que regula, que define o conceito do plano coletivo por adesão.

Pode passar.

Bem, quais são as situações previstas na regulação da ANS sobre rescisão contratual e exclusão de beneficiários?

Bem, a rescisão e a suspensão, e, no caso, essa regra segue para os dois coletivos, tanto por adesão quanto empresarial, deve obedecer, essencialmente, ao que está previsto no contrato. Então, é o contrato de plano de saúde, de uma certa forma, naquela relação entre a operadora e a pessoa jurídica contratante, que tem que prever todas as condições de rescisão e exclusão de beneficiários. Então, quando há uma rescisão, que é o que a gente está discutindo aqui, ou um cancelamento, é o contrato como um todo que é rescindido ou cancelado, e não uma escolha de um beneficiário ou uma pessoa, que você esteja fazendo alguma seleção. Não há essa seleção. Então, não há suspensão ou exclusão individual em contratos coletivos. Quando você encerra aquela relação, encerra a relação com o contrato, que, obviamente, tem que ter esse olhar, e é sobre isso que a gente fez essa discussão com o Presidente Arthur Lira, e a gente vai falar ao final.

Então, as operadoras... Nessa relação contratual, o único poder que a operadora tem para cancelar ou rescindir algum beneficiário sem a anuência da pessoa jurídica contratante, ou seja, sem que você tenha que intervir junto à pessoa jurídica contratante, é em situações de fraude ou perda de vínculo daquele titular. Então, por exemplo, você tem o caso de uma associação de que você faz parte e você perde o direito àquela associação, deixa de pertencer àquela associação ou sindicato, o que for, aí, por consequência, você perde o direito. Então, essa seria uma forma de você poder ser excluído daquele contrato.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAR SERGIO CARDIM JUNIOR – Pode passar.

Estou terminando.

Aqui, como a colega já falou, para os planos coletivos, tem um tema repetitivo, do 1.082 do STJ, que define que a operadora deve garantir a qualidade de assistência ao beneficiário internado, e o internado tem o mesmo regramento do plano individual, mas estendeu para um tratamento de doença grave. Agora, no momento em que define isso, o cancelamento, tem que permitir para esse beneficiário que ele migre para outro contrato e que ele arque com o valor das mensalidades desse novo contrato para que for.

Essa tese fixada dos termos repetitivos deve se aplicar aos juízes e tribunais de todo o país, como é um tema repetitivo.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, já me encaminhando para o final da minha fala – preocupado com o tempo, com o horário, Senador –, no dia 28 de março, como todos sabem, a FenaSaúde também foi convidada para essa reunião com o Presidente Arthur Lira. Ele estava muito preocupado com a repercussão na imprensa, com os apelos da sociedade, e aí essa reunião foi com representantes de operadoras e das entidades. As operadoras, as associadas da FenaSaúde, aquelas que demonstrei lá no primeiro eslaide, se comprometeram a manter todos os contratos coletivos por adesão vigentes. Então não vai ter mais cancelamento após essa data que foi definida, e também foi acordado que as associadas da FenaSaúde irão reverter – e já têm sido feito isso – eventuais cancelamentos realizados em contratos coletivos por adesão, que tenham pessoas vulneráveis, com doenças raras ou crianças autistas, que é o tema desta audiência.

Acho que era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Dr. Cesar Sergio Cardim.

Passo a palavra agora ao Dr. Anderson Antônio Monteiro Mendes, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, no Distrito Federal (Unidas-DF).

Com a palavra por dez minutos.

O SR. ANDERSON ANTÔNIO MONTEIRO MENDES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer enorme estar aqui, participando deste momento. Queria agradecer e cumprimentar o Senador Humberto Costa – já estivemos em outras frentes – e parabenizá-lo pelo trabalho à frente desta Casa. Também, em nome da Senadora Damares, cumprimento a todos da plateia.

Eu preciso, rapidamente aqui, pedir licença a vocês para contextualizar um pouquinho o que é autogestão, porque acho que tem uma característica um pouco diferente, e é preciso entender um pouco o funcionamento desses segmentos de plano de saúde. Eu só queria fazer uma pequena correção: a nossa instituição, a Unidas, representa as autogestões do Brasil. Está aqui, no Distrito Federal, mas é uma instituição nacional que representa 110 filiadas hoje. São 110 operadoras de autogestão, e temos a característica de não ter fins lucrativos. Isso não quer dizer que temos que ter superávit, que temos que ter também a solvência exigida até pela própria agência reguladora. Então, também precisamos de um resultado positivo, como qualquer instituição, como qualquer empresa. Mas não temos fins lucrativos, essa é uma característica muito importante, e estamos presentes nas 27 unidades federativas, inclusive as autogestões estão presentes, muitas vezes, onde o mercado não está. Nós não temos essa escolha, muitas vezes. No interior do nosso Brasil profundo, como a gente gosta de falar, Senador, se tem uma agência dos Correios, se tem uma agência do Banco do Brasil, nós temos que ter uma autogestão lá para cuidar dessas pessoas, independentemente se lá existe uma estrutura de saúde ou não.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então essas são as nossas filiadas, nomes conhecidos por muitos de vocês. Eu queria passar para a próxima tela.

Pode passar. Volta, por favor.

Eu quero destacar que nós temos como filiada e também como autogestão o Sistema Integrado de Saúde, o SIS-Saúde, que é aqui dos servidores da própria Casa, do próprio Senado. É uma autogestão que cuida da saúde de todos os servidores do Senado, assim como temos também no STF, como temos também na Câmara e em outros locais.

Pode passar.

É um modelo muito interessante de saúde, não só no Brasil – isso tem crescido no mundo todo –, mas, só para registrar, no Brasil as cinco maiores contratantes de funcionários, que são as empresas com maior número de funcionários no Brasil, empresas privadas inclusive, como BRF, como Bradesco, todos elas... O Bradesco não possui autogestão, desculpa, mas outras empresas, o Itaú, por exemplo, tem autogestão. Então, são empresas que têm um grande número de empregados e possuem a autogestão como sua escolha para prestar saúde para os seus colaboradores e familiares.

Pode passar, por favor.

No entanto, a gente vem sofrendo uma queda muito grande. Então, a exclusão de contrato não é perfil das autogestões – nós não temos contratos individuais ou até mesmo nós temos contratos coletivos empresariais –, mas temos perdido ao longo dos anos uma força muito grande de beneficiários. A autogestão já representou 15% do mercado de saúde suplementar, em 2001, e hoje está abaixo de 9% a representação das autogestões, uma perda de vidas... Foi o único segmento que perdeu vidas dentro desse cenário nos últimos anos.

Pode passar, por favor.

Queria contextualizar aqui também – acho que isso é muito importante – aquela pirâmide etária da saúde suplementar. Nós estamos falando aqui só quanto a quem tem plano de saúde. Vejam que, em 2001, as pirâmides etárias eram muito semelhantes, dos planos exceto autogestão *versus* os planos exclusivamente de autogestão. Nós tínhamos uma pirâmide etária muito similar. Agora, em 2023, nós apresentamos que os idosos ficaram na autogestão. A gente pode ver que a pirâmide etária dos planos de saúde exceto autogestão tem uma característica muito similar ali à de 2001, em que você tem o topo da pirâmide, onde estão as pessoas acima de 59 anos, os idosos, ainda não pertencentes a esse grupo, dada a dificuldade que essas pessoas têm em manterem o seu plano de saúde, em terem o seu plano de saúde. E, quando a gente olha para a autogestão, a gente vê que há na verdade hoje quase que uma equanimidade entre jovens e idosos participantes do plano. Essa é uma característica muito importante. É o segmento que tem a maior participação de idosos: hoje em torno de 30% ou mais de 30% das pessoas que pertencem ao grupo de autogestão têm acima de 59 anos de idade. Isso demonstra a preocupação em não exclusão de nenhuma faixa etária, de nenhum grupo; todos estão pertencentes à mesma classe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Aqui, para vocês terem ideia do que isso traz de impacto: na linha azul, nós estamos falando da frequência de utilização, ou seja, quanto mais vezes a gente vai ao médico, quanto mais a gente faz exame, quanto mais a gente vai usar os serviços de saúde, a partir da idade; e quanto é o custo médio por pessoa através desse uso. Então, é notório que, ao atingir a maior idade, ao atingir os idosos, a gente tem uma utilização maior do sistema de saúde e, consequentemente, um custo *per capita* maior. Por isso, muitas vezes, essas mensalidades são mais caras, e isso dificulta a permanência desse público dentro do nosso plano de saúde privado.

Pode passar, por favor.

Aqui, quero mostrar para os senhores que, mesmo tendo essa participação pequena, em torno de 9% do mercado, as autogestões são a segunda maior fonte de receita dos hospitais privados do Brasil. Isso representa que é um público pequeno, mas que utiliza muito o serviço, por conta daquela característica de se manterem os idosos no sistema. Então, as autogestões... Como já foi falado aqui, 82% do que temos como receita nos hospitais privados são através de convênios; e, desses 83%, 26% são exclusivamente de autogestão, o que demonstra um investimento muito grande em saúde dessa população.

Pode passar por favor.

Aqui a gente mostra um pouquinho... Eu queria chamar a atenção para o último eslaide da direita, que fala sobre terapias. Então, vejam a frequência de terapias no grupo de autogestão *versus* outras modalidades, o que traduz num custo maior para esse segmento.

Pode passar.

Aqui há também um pouco de dados que podem ficar para consulta depois. Não vou entrar em detalhes, para a gente se ater ao tempo.

Aqui eu queria chamar a atenção para os reajustes. Apesar de todas essas características, do desafio que tem o plano de autogestão, esse é o segmento com o menor reajuste acumulado nos últimos anos, em torno de 37%. É o reajuste acumulado médio – isso são dados da própria agência –, enquanto, em outras modalidades, a gente tem um reajuste, às vezes, de quase o dobro das autogestões.

Então, a gente consegue manter esse atendimento ao idoso, manter esse atendimento com maior uso, maior frequência de utilização e, ainda assim, ter esse reajuste menor. Isso tem a ver com a característica de não ter fins lucrativos – a gente pode investir mais em saúde, todo o dinheiro arrecadado.

Então, pode passar por favor.

Esse é o nosso desafio: achar essa equidade, porque mesmo não tendo os fins a gente tem que ser sustentável. Qual é a qualidade mínima desejável? Qual é o custo máximo suportável? Qual é o acesso com o mínimo de restrição? Não é fácil achar essa equação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui como gestor, gestor Presidente da Unidas, mas eu sou gestor da Cassi, que é o plano de saúde dos funcionários do Banco do Brasil. Eu sou funcionário do Banco do Brasil. Há 27 anos fui designado pelo banco para ajudar a caixa. Então, em algum momento eu estou gerindo a Cassi, mas em algum momento eu estou lá como beneficiário, com o meu boné... Então, é difícil a gente achar essa equação, e não há como encontrar aqui um culpado. Não há como dizer quem é o culpado.

Passa, por favor, o eslaide.

Eu queria chamar a atenção para alguns dados que eu acho que são...

Pode passar.

Contra fatos não há argumentos. Nós temos um desperdício muito grande hoje de utilização em serviços de saúde na saúde. Aqui não há um culpado. O culpado não é o beneficiário, não é o hospital, não é a clínica; é o nosso sistema como ele foi montado.

Vejam os números, por favor: 162 exames de ressonância magnética para cada mil habitantes no Brasil, contra 40 na Inglaterra, contra 52 nos países mais ricos da OCDE e 13 no Chile. Alguma coisa está errada. Isso tem muito a ver com a falta de integração: o exame que você faz em um serviço não é reconhecido no outro; se você vai lá participar do outro serviço, você tem que repetir o exame, porque o médico não consegue ter acesso àquilo que você já realizou.

Isso vem gerando um desperdício que vem aumentando a conta; e a conta vai excluir pessoas, seja por um contrato, pela exclusão de um contrato, seja pela condição de pagamento. Essa conta mais alta vai, com certeza, excluir pessoas. E esse é um desafio que a gente precisa encontrar...

Eu gostei muito quando a colega Carolina falou sobre procurar alternativas. A gente tem que pensar em soluções, talvez algumas imediatas, para essas situações que estão colocadas aqui, mas se a gente não estiver pensando também em situações mais a médio e a longo prazo, vamos ter uma dificuldade muito grande de sustentabilidade desse setor, seja ele com qualquer ideia.

Pode passar, por favor.

Um ponto importante que eu queria trazer aqui, pessoal, é que hoje o maior recurso ganha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON ANTÔNIO MONTEIRO MENDES – ... quem trata a doença.

Eu estou finalizando.

Ganha dinheiro no Brasil quem trata a doença e não quem trata a saúde. Por isso, a gente fala de plano de doença. A gente tem que analisar todo o sistema. Muitas vezes os planos de saúde são vistos como vilões, mas há muita gente ganhando dinheiro com saúde no Brasil. Tem grupos hospitalares apresentando 30% de Ebitda, mas sempre o plano de saúde é o grande vilão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a gente tem que olhar o sistema como um todo. Essa ineficiência de outro setor, do setor de prestação de serviços, vai cair no bolso de todo mundo. Se tem uma manchete de jornal que eu acho extremamente equivocada, é a que diz assim: "plano de saúde é obrigado a pagar o tratamento tal". Não é o plano de saúde, nós pagamos – nós! Todos nós pagamos. E se a minha empresa paga uma parte do meu plano de saúde – hoje, no Banco do Brasil, a gente tem 50% custeado pelo funcionário, descontado no salário, e 50% custeado pelo banco – isso é feito em troca da minha hora de trabalho, é um benefício à saúde.

Muitas vezes, se você perde o emprego, você perde o plano de saúde. Então, quem paga somos nós. Se o governo paga, através de um SUS, é através de impostos que nós pagamos. Então, quando a gente pensa assim: "O plano de saúde é obrigado a pagar"; não, nós somos obrigados a pagar. E, se a gente tem contratos deficientes, essa deficiência vai ser repartida por todos; não só por aqueles daqueles contratos, todo mundo vai pagar essa conta.

Nós precisamos pensar em encontrar alternativas de ter um sistema mais eficiente, que entregue a melhor qualidade de saúde, porque a gente ainda tem resultados muito ruins de saúde. Mesmo tendo planos de saúde muito caros, o nosso resultado de saúde não é favorável, não é bom. A gente perde para muitos países do mundo. Então, a gente tem uma saúde cara e ineficiente. Tornar essa saúde eficiente é o nosso desafio, para que a gente não tenha as exclusões, como aconteceram agora – legítimas, dentro do processo legal – ou, então, exclusões futuras, onde a gente não consiga pagar mais o plano de saúde porque esse custo vai ser rateado por todo mundo. A gente tem que ter esse desafio enorme.

Pode passar.

Eu acho que eu concluí.

Eu queria, então, agradecer, mais uma vez, o convite; dizer que a Unidas está à disposição para fazer esse debate. A gente tem total interesse em construir alternativas e pontes para soluções que sejam sustentáveis, porque não faz sentido, o plano mais antigo do Brasil, que é a Cassi, o plano de saúde dos funcionários do Banco do Brasil, que em janeiro completou 80 anos, não faz sentido, repito, os funcionários se reunirem para criar uma caixa de assistência para restringir acesso a tratamento. Nós criamos a caixa de assistência justamente para dar acesso a tratamento e para dar acesso a um tratamento de qualidade. Não foi o contrário; não faria o menor sentido as caixas serem criadas para não ser assim.

Muito obrigado a todos.

Um bom-dia!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Dr. Anderson.

Agora, com a palavra a Dra. Renê Patriota, Coordenadora Executiva da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde (Aduseps). Renê foi minha colega de faculdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olá, Renê!

A SRA. RENÊ PATRIOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, Humberto!

Eu o chamo de Humberto ainda, porque eu me lembro da faculdade, mas, agora, é o Senador Humberto Costa, Presidente da nossa reunião. Muito prazer, Humberto, Dr. Humberto, Senador Humberto Costa, jornalista Humberto Costa ainda – não é, Humberto?

Então, é com muito prazer que estou aqui, com vocês, neste momento tão importante. É um prazer poder participar e, com isso, nós sentimos que o nosso trabalho é também reconhecido dentro dessa discussão.

É lastimável, é lamentável o comportamento das operadoras com as administradoras. Existe aí um... Eu ia dizer o nome, mas não vou dizer não, para não ser deselegante. Existe um grupo, uma organização, uma pretensão de exclusão. Lógico, os idosos estão sendo excluídos, por quê? Esses idosos, que estão sendo excluídos agora, de uma forma unilateral, foram os jovens de ontem, como nós também fomos bem jovens na época da universidade. Somos formados já há 43 anos, nem tínhamos cabelos brancos, nada, a gente era bem jovem e, agora, estamos todos velhos mesmo, somos idosos. Então, nós somos agora uma presa fácil para sermos excluídos no mercado. É descartável! E a falta de respeito está no contrato, está na permissividade.

Quando as administradoras cresceram no mercado... Para mim, a administrador é o intermediário. Foi na época em que Humberto era, Dr. Humberto, Senador Humberto Costa, era Presidente da ANS. Se não me falha a memória, à época, era Presidente da ANS quando a Qualicorp cresceu muito. Naquela época... Não estou aqui com palavras pejorativas; estou dizendo que, na época, as administradoras... A ANS, à época e atualmente, permite... A ANS precisa, na minha opinião – se eu estiver errada, depois os senhores me corrijam –, ser impositiva; precisa regular o mercado.

Tudo isso está atormentando o consumidor, mas não começou hoje, começou ontem; começou ontem e antes de ontem. Então, ao longo do tempo, a gente vem sofrendo com essa exclusão que começa no contrato.

A Qualicorp, por exemplo, a Allcare e outras administradoras poderiam não existir porque elas são meramente organizações que juntam pessoas, que aglomeram pessoas, como se os corretores que vendiam antigamente não pudessem fazer mais isso. Não precisam de administradora; administradora é mais um custo para o consumidor.

Nós temos uma associada que recebeu uma carta ontem da Qualicorp, no dia 3 de junho, dizendo que o contrato dela está cancelado pela Amil, mas quem mandou a carta foi a Qualicorp.

Neste momento aqui, nós temos várias cartas da Amil com a Allcare, da Amil com a Qualicorp, que estão dizendo que o contrato está sendo cancelado unilateralmente. Mas está lá no contrato; o contrato diz que pode ser cancelado unilateralmente. O contrato diz... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... que são extremamente abusivos. Quem já viu uma pessoa que completa 59 anos, que está entrando na fase da aposentadoria, ter um reajuste de 90% ao completar 59 anos? Isso é uma exclusão!

O contrato das administradoras precisa ser reanalisado por este Senado, pelo Congresso Nacional, pela ANS. Esses contratos não podem continuar circulando como estão. Existem ainda esses contratos das pessoas com as associações de classe, com os órgãos de classe – OAB, Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, Crea – e todos esses órgãos que congregam os associados, que começam a se transferir dos seus contratos individuais para contratos coletivos. Se observarmos os contratos, está escrito: o dependente daquele que é advogado, por exemplo, ou daquele que é médico pela Associação Médica Brasileira, em caso de falecimento, vai estar excluído; o dependente pode estar excluído, como eu disse, no caso de morte do titular.

Nesse caso da nossa associada que recebemos hoje, que recebeu a carta ontem, ela é viúva de uma pessoa que foi delegado da Polícia Federal num estado daqui, do Brasil, e ele tinha um contrato, através do Ministério da Justiça, com a Amil; ele faleceu, e ela foi excluída. Nós conseguimos a manutenção do contrato, e ontem ela recebeu a carta dizendo que está cancelado. Vamos entrar com uma nova ação na Justiça. Agora, por que isso é permitido? Porque a ANS deixa – essa é a minha opinião. Porque o Congresso precisa tomar uma atitude... Eu acho que é muito importante este debate de hoje para todo mundo ficar consciente, para que vejamos o contrato de plano de saúde, como funciona o contrato dos magistrados, dos Parlamentares, dos promotores, dos servidores da Justiça. Essas pessoas, esses profissionais, não estão passando por esse problema que o consumidor passa hoje.

O consumidor é a pessoa comum, que também não se preparou para ir ao SUS, mas tem que se preparar, porque o SUS, quando a pessoa tem acesso, é bom; a questão é ter o acesso.

O sonho de consumo, de que o palestrante anterior falou, de o brasileiro querer um plano de saúde, é porque nós somos fracos; nós choramos se não formos atendidos na hora certa; nós não temos a paciência e a tolerância do pobre, que fica no chão, numa maca sem colchão, no hospital público. O pobre, que não pode pagar o plano de saúde, está lá, habituado a sofrer, mas nós, de classe média, não; nós pagamos plano de saúde. E hoje o trabalhador, o cidadão prefere ter o plano de saúde à casa própria. Por quê? Ele precisa saber que, no futuro, ele terá que vender a casa própria para poder pagar sua conta de plano de saúde.

Vejamos: eu tenho 68 anos, meu plano de saúde hoje é R$4 mil. Se eu viver mais 30 anos pagando R$4 mil e não houver aumento, eu terei pagado R$1,5 milhão de plano de saúde. Então, cada um de nós terá que se preparar para vender o apartamento. A classe média hoje poderá pensar em continuar vivendo no seu apartamento bom – mas se prepare, cidadão; prepare-se: se não houver uma reforma quanto aos reajustes do plano de saúde, quanto à regulamentação do plano de saúde, todos nós teremos que ter o prazer de usar o SUS, que foi feito para nós, não foi feito só para o pobre.

Portanto, eu sempre digo que os Parlamentares, magistrados, médicos, as pessoas bem esclarecidas deveriam usar o SUS, porque aí, sim, vai começar a melhorar, porque o nível de consciência vai ser um pouco melhor do que o daquele pobre que às vezes nem fala, nem reclama, e fica ali, no chão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse cancelamento unilateral, que deverá ser combatido não só pelas ações judiciais que nós impetramos aqui, que a Defensoria Pública faz... O Brasil inteiro está lotando os tribunais para acabar com esse comportamento abusivo das administradoras e das operadoras, que colocaram o consumidor como nada! O consumidor, na relação contratual com Qualicorp, Allcare, operadoras, nem consumidor se chama: o consumidor se chama beneficiário, e beneficiário, ali, pode ser excluído, ele pode ser... A operadora e administradora, ao seu bel-prazer, poderão trocar de operadora. O meu contrato hoje é Qualicorp e SulAmérica OAB. Amanhã, a Qualicorp e a SulAmérica poderão dizer: "Esse contrato não interessa mais, essa turma está muito velha". E vamos trocar para Hapvida, para NotreDame, para outras tantas.

O consumidor precisa se conscientizar de que, nessa relação contratual, ele não é nada; ele perdeu a sua força de consumidor. O próprio STJ permite que os contratos sejam cancelados de forma unilateral, porque administradora e operadora são pessoas jurídicas do mesmo nível de consciência, do mesmo nível intelectual – mas o consumidor, não; o consumidor é vulnerável.

O grande problema está na proibição falsa: a falsa proibição das operadoras em comercializar os contratos individuais. Sem falar que agora se vende contrato coletivo que deveria ser individual – contrato coletivo empresarial para família; duas, três pessoas podem ter um PME e ter um contrato coletivo, quando ... coletivo.

Então, diante de 15 segundos, eu quero agradecer o tempo e quero dizer que o consumidor precisa ter força e precisa que esta Casa, o Senado, proteja o consumidor como ele merece, porque esses cancelamentos unilaterais são práticas abusivas, desonestas, deselegantes e desumanas com o consumidor idoso.

Eu quero lhe agradecer a oportunidade e dizer que estou às ordens.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado. Obrigado à Dra. Renê Patriota.

Só fazendo uma pequena correção: eu nunca fui dirigente da ANS, mas também não teria problema se tivesse sido, não.

Bom, vamos formar a segunda mesa.

Eu peço que as pessoas que aqui estão neste momento – a quem eu agradeço muito penhoradamente pelo seu comparecimento, pela sua contribuição, pela importância da sua participação – possam tomar assento à bancada.

Quero chamar aqui a próxima mesa, começando pela Dra. Liana Cirne, Presidente da Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal do Recife. Ela é Vereadora e especialista em transtorno do espectro autista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero convidar também o Dr. Lucas Andrietta, Coordenador do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa de Consumidores (Idec); a Dra. Letícia Fantinatti de Mello, Sócia-Fundadora da Associação Vítimas a Mil; também a Dra. Fabiane Alexandre Simão, Presidente da Associação Nenhum Direito a Menos; e, finalmente, a Dra. Marília Mendes de Souza, Advogada e Primeira Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB Nacional.

Então, com a palavra, a Dra. Liana Cirne. A senhora tem dez minutos.

A SRA. LIANA CIRNE (Para expor.) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Eu quero cumprimentar a Profa. Senadora Teresa Leitão, a Senadora Soraya, a Senadora Damares, todas e todos presentes e também os que nos acompanham pelas redes sociais.

Quero especialmente saudar as famílias atípicas que acompanham esta importante audiência pública.

Vou pedir para passar o primeiro eslaide.

O título que eu dei é: "Autismo e Planos de Saúde: Rescisão unilateral dos contratos como ato discriminatório".

Inicio a minha fala configurando o marco jurídico, a partir do qual eu falo, a partir do direito antidiscriminatório como um direito fundamental da sociedade. A gente tem que entender isso, porque me parece que é um argumento, por parte dos planos de saúde, falacioso.

E eu quero já invocar um exemplo que nós utilizamos muito, que é o exemplo do condomínio. Eu moro num condomínio. No meu condomínio tem uma escadaria; é um prédio dos anos 50 – não se falava em acessibilidade naquela época –, mas no meu condomínio também há pessoas idosas e também há pessoas cadeirantes. Nós temos uma escolha: ou nós vamos colocar uma rampa de acessibilidade que será custeada por todos os condôminos, ou nós vamos obrigar as pessoas idosas e cadeirantes a não terem acesso livre ao ir e vir a qualquer lugar, porque entendemos que nós, demais condôminos, não temos que arcar com o custo de uma sociedade livre, inclusiva e que respeite a dignidade humana de todos os nossos vizinhos.

Esse é o dilema do condomínio, que é utilizado como paradigma para os planos de saúde, que se arvoram o direito de rescindir unilateralmente e discriminatoriamente os contratos de assistência à saúde de pessoas autistas e idosas. O exemplo do condomínio reforça o nosso argumento. Uma sociedade em que não haja eugenia, uma sociedade verdadeiramente democrática, uma sociedade em que todas as pessoas têm o direito de ir e vir e em que não haja o pressuposto de que as pessoas podem ser arbitrariamente discriminadas, essa é uma sociedade que arca com os custos da sua democracia.

Então, o direito antidiscriminatório não é um direito das pessoas com deficiência, dentre as quais as pessoas autistas se incluem. O direito antidiscriminatório é o direito que nós temos a uma sociedade justa e democrática, é um direito de todo mundo que está aqui. E o capacitismo é também um conceito fundante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nós travarmos esse debate. Ainda não ouvi essa palavra, mas nós precisamos falar em capacitismo. E para falarmos em capacitismo, eu preciso que as pessoas entendam que uma pessoa com deficiência tem deficiência numa sociedade capacitista, numa sociedade que foi planejada para a exclusão, e não para a inclusão.

E aqui eu vou pedir para que passem o filme O Mundo Adaptado e eu gostaria de que todo mundo assistisse e refletisse.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. LIANA CIRNE – O mundo é mais cruel quando ele não foi concebido para você. É isso que o capacitismo nos faz pensar, que a deficiência não é o que fica à frente da pessoa, é a pessoa que vem à frente; a deficiência vem depois. Mas, se a gente está num mundo capacitista em que tudo foi feito para pessoas neurotípicas, para pessoas sem deficiência, esse não é um mundo inclusivo.

E essa lógica vale para os planos de saúde, porque a gente está partindo do pressuposto de que a gente pode excluir aqueles clientes que são indesejáveis, porque eles têm um custo maior.

Vou pedir para passar... Já passou.

Bom, eu vou... Só passou um? (*Pausa.*)

Você pode voltar, por gentileza? Passar mais um? (*Pausa.*)

O direito à saúde suplementar foi assegurado pelo art. 5º da Lei Berenice Piana, a Lei 12.764, de 2012, e isso aqui já mostra como a relação entre as famílias atípicas e os planos de saúde é tortuosa. Essa relação é uma relação dura, a ponto de precisar-se colocar na Lei Berenice Piana que as pessoas autistas têm direito a um plano de saúde. Se isso fosse uma coisa simples, não seria necessário colocar no art. 5º da lei. O art. 5º, um dos primeiros artigos da lei, é dizer que os autistas têm direito a um plano de saúde.

Então, vejam que relação de violência!

Vou pedir para passar.

Esse histórico de violência precisa chegar a um ponto final. Basta! Basta de nós naturalizarmos esse tipo de comportamento, que é inaceitável em uma sociedade democrática!

Vou pedir para passar.

Também quero invocar novamente o exemplo do condomínio.

O exemplo do condomínio já foi utilizado pelas escolas particulares na ADI 5357, em que o Supremo Tribunal Federal discutiu se as escolas particulares teriam ou não teriam o direito de serem excluídas do Estatuto da Pessoa com Deficiência. As escolas particulares diziam que, como elas não eram serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público, elas poderiam não aplicar todos os direitos das pessoas com deficiência, porque aquilo era muito custoso, e quem iria arcar com os custos eram os estudantes típicos, sem deficiência.

E aí o Ministro Edson Fachin, Relator da ADI, decide da seguinte forma: "Sobre a magnitude dos custos, alardeada pela autora, vale dizer que a vida em coletividade pressupõe a diluição dos gastos necessários à concretização do bem comum, notadamente em se tratando de despesas imprescindíveis à realização de um direito fundamental [...]".

Parece-me que a similitude dos argumentos fáticos e jurídicos da Abramge e outras entidades representativas dos planos de saúde, com os argumentos da Confenen, que foi a entidade proponente dessa ADI, é notória e me parece...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIANA CIRNE – ... que a matéria já foi decidida.

Vou pedir para passar o eslaide, por favor.

Eu vou pedir para passar esses da ANS.

Pode passar.

Também vou pedir para passar o do STJ, porque já foi citado duas vezes.

Aqui eu quero trazer um ponto importante, Senador Humberto e demais Senadores, porque aqui foi falado por três membros da mesa e eu acho que esse é um tema extremamente relevante.

Esse eslaide é o anterior. Eu mudei esse eslaide. É da apresentação anterior, acredito.

Pode passar ao próximo? (*Pausa.*)

Não; o anterior.

Então está com erro.

Bom, então, deixem-me dizer qual é o argumento aqui.

Está se falando em desperdício...

Vou pedir um minutinho a mais, Senador.

Está se falando em desperdício de tratamentos, e os autistas estão sendo punidos por um desperdício de tratamentos.

Foi colocado aqui pela Abramge que falta um protocolo de atendimentos, e eu quero manifestar, pessoalmente, minha posição...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LIANA CIRNE – ... favorável a esse protocolo, porque – e aqui é fundamental dizer – não se trata apenas de ônus de custos para os planos de saúde, mas a gente também tem que falar de ônus de custo de tempo para as famílias, em especial, as mães. Porque, se existe algum tipo de conluio para que clínicas estabeleçam 40 horas de tratamento, de um determinado tratamento, para uma pessoa autista, ele está convertendo aquela mãe em uma pessoa que vive exclusivamente... Porque eu sou mãe atípica e eu sei que, se o meu médico mandar fazer 60, 90, 120 horas de tratamento, eu vou largar a vereança, eu vou parar a minha vida, para dar ao meu filho o que o meu filho precisa – e todas as mães são assim!

Então, a questão do protocolo de tratamentos não é apenas uma questão de interesse dos planos de saúde; é de interesse das famílias atípicas também, porque há, sim, suspeita de fraude! Isso não foi falado, mas há.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIANA CIRNE – Então, concluindo, nós precisamos avançar nesse sentido, também para garantir qualidade de vida para os autistas, que precisam brincar, que precisam ter lazer, e para as mães.

Finalmente, Senador, eu queria concluir com uma proposta de projeto de lei.

Pode passar o próximo eslaide?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Conclua, por favor.

A SRA. LIANA CIRNE – Eu gostaria de propor que o art. 5º da Lei 12.764, que é a Lei Berenice Piana, fosse acrescido dos §§1º, 2º e 3º.

> §1º. É vedada a rescisão ou suspensão discriminatória do plano privado de assistência à saúde para pessoas autistas, enquanto não houver alta na internação ou tratamento médico prescrito.
> §2º. Considera-se discriminatória a rescisão...

Esse texto já foi alterado inclusive. Esse eslaide é anterior.

> §2º. Considera-se discriminatória a rescisão ou suspensão unilateral por iniciativa da operadora, fundada na seleção de riscos envolvendo os altos custos para tratamento das pessoas autistas.

E, finalmente: "§3º. A vedação de que trata o §1º se aplica a planos de saúde individuais e coletivos".

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Dra. Liana, pela sua contribuição.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Lucas Andrietta, Coordenador do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Direito do Consumidor, o Idec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. tem dez minutos para a sua apresentação.

O SR. LUCAS ANDRIETTA (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar saudando a todas as pessoas presentes, em nome do Idec.

Queria agradecer pelo convite da Comissão. Para o Idec, é sempre uma honra ocupar espaços como este, trazer as nossas propostas.

Eu quero saudar também a todas as pessoas associadas e apoiadoras do Idec.

Eu quero saudar as pessoas, famílias, grupos e entidades de pacientes, cuja mobilização trouxe visibilidade para a relevância desse tema que nós estamos discutindo hoje e para dramas de vidas reais, dramas que foram provocados por práticas das operadoras e pela omissão do poder público.

Queria lembrar aqui, nesse sentido, que esta audiência foi convocada para discutir o problema do cancelamento como um problema das pessoas que sofrem com o cancelamento. Esta audiência não foi convocada para discutir, por exemplo, o problema da sustentabilidade financeira das operadoras, embora isso seja um elemento que deve constar, obviamente, em todas as discussões que perpassam esse setor, tanto em termos econômicos quanto em outras dimensões.

Portanto, fomos provocados a pensar em soluções, e as soluções que nós estamos buscando aqui são soluções para as pessoas que sofrem com os cancelamentos unilaterais.

Bom, o Idec tem um histórico bastante longo e de muitos anos já defendendo a regulação desse setor. Vale lembrar que nós participamos da própria criação da lei dos planos de saúde. Vale lembrar que, na lei dos planos de saúde, o tema do cancelamento é totalmente vedado para planos individuais, por entender que essa é uma prática abusiva, uma prática que lesa beneficiários de planos de saúde, consumidores e pacientes, sem exceções. Nós estamos falando aqui de casos excepcionais, de pessoas em tratamento, de pessoas internadas, temas igualmente relevantes, mas que já são coibidos pela lei, embora ainda praticados.

O que nós estamos defendendo aqui, portanto – e fica a nossa proposta de solução –, é a proibição do cancelamento unilateral para todos os tipos de planos de saúde, particularmente por entender que o principal problema da regulação do setor é o duplo padrão regulatório entre planos individuais e planos coletivos. Esse é um problema que não foi sanado pela lei, em 1998, nunca foi equacionado, e seguimos hoje aqui ainda discutindo desdobramentos e problemas gerados por lacunas regulatórias em relação aos planos coletivos.

Podemos lembrar também que, hoje mesmo, agora há pouco, a ANS divulgou o teto de reajustes para os planos individuais. Ora, essa é uma notícia muito comentada, vai repercutir bastante, mas temos que lembrar que ela atinge e protege apenas, hoje, 18% desse mercado, porque mais de 80% das pessoas com planos de saúde, hoje, estão em planos coletivos, inclusive planos falsos coletivos. Então, talvez fosse mais adequado dizer que, hoje, a ANS divulgou o mínimo do reajuste, não o teto, divulgou o piso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reajuste, porque nós sabemos que todas as pessoas em planos coletivos podem esperar reajustes de dois dígitos, que nós sabemos que estão acontecendo, inclusive foi um tema já comentado aqui.

Eu quero aproveitar que outros colegas já exploraram alguns argumentos e focar a minha fala na ideia de que a grande mobilização de pessoas, de grupos, de famílias e de entidades trouxe a gente até aqui, trouxe esse tema para essa exposição e essa repercussão. Dito isso, nós discutimos hoje, por exemplo, a possibilidade de uma CPI dos planos de saúde, para discutir o exato tema que nós estamos discutindo hoje, uma CPI para discutir cancelamentos.

A partir do momento em que essa notícia ganhou destaque, o Presidente da Câmara, Arthur Lira, convocou uma reunião com as operadoras – e foi, inclusive, comentado aqui o resultado dessa reunião –, mas não convocou, por exemplo, representantes da sociedade civil, não convocou entidades de proteção ao direito do consumidor. Então, eu queria registrar aqui que o Idec está pedindo ao Arthur Lira que receba essas entidades, que receba esses grupos, para também ouvir os nossos argumentos; afinal de contas, este é o nosso interesse: encontrar soluções para esse problema.

Quero explorar também a ideia de que nessa reunião foi realizada uma espécie de acordo verbal. Nós soubemos disso por informações fragmentadas das pessoas que estavam ali, inclusive algumas informações que foram trazidas para cá hoje, e o que a gente depreende dessas informações um pouco desencontradas é que querem dar a entender que o problema se reduz criando pequenas modificações na legislação, criando pequenas exceções para conter e restringir esse problema, por exemplo, abre aspas, "a algumas doenças"; por exemplo, "a algumas condições de saúde".

Não é isso que nós defendemos. Repito, nós defendemos a proibição do cancelamento no unilateral para todos os planos de saúde, porque esta é uma prática abusiva.

Querem dar a entender, por exemplo, que esse problema afeta só planos por adesão; querem dar a entender que esse problema afeta apenas os grupos e entidades mais organizados, que trouxeram visibilidade, por exemplo, para o tema das crianças no espectro autista.

Mas aí eu pergunto para todas as pessoas aqui presentes, não apenas aos Senadores, mas também a todo mundo que está nos assistindo, se cada um aqui sabe dizer, por exemplo, quais doenças vai ter nos próximos dois anos; quando, por quanto tempo essas doenças vão precisar de cuidados. Cada um aqui de nós sabe responder essa pergunta?

Nós sabemos dizer, nos próximos, digamos, dois, cinco, dez anos, quantas consultas teremos que fazer, quantos exames, quantas terapias, quais especialistas, quais profissionais nós vamos precisar? Nos próximos dez anos, quantos dias a gente vai ter que passar internado num hospital? A gente sabe responder a essa pergunta? Quais medicamentos teremos que receber, em qual dose, em qual quantidade e assim por diante?

Mais do que isso, nós aqui somos capazes de escrever num papel uma lista definitiva com o nome de todos os procedimentos, de todos os cuidados, de todos os medicamentos que nós podemos precisar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos técnicos bem definidos? Não. Por quê? Porque esse tipo de evento, da perspectiva individual, é um evento com altíssima incerteza, e é exatamente desse tipo de evento que os contratos de planos de saúde tentam proteger as pessoas.

Então, o que nós estamos discutindo aqui, a prática do cancelamento, é uma ameaça a mais, porque, além das pessoas terem que se perguntar se vão ficar doentes, se receberão os cuidados que precisam, se esses cuidados serão feitos no momento certo, na qualidade adequada, elas também terão que se perguntar: "Será que a operadora vai cancelar o meu plano de saúde?"; "será que, porque no meu contrato tem muitas pessoas idosas, esse contrato será cancelado?"; "será que a sinistralidade do meu contrato vai ser elevada demais?". São termos que estão completamente fora do alcance de uma pessoa comum que contrata um plano de saúde.

Então, eu pergunto para vocês, nesse caso: no que se fundamenta a boa-fé objetiva de um contrato de plano de saúde? Ela se fundamenta exatamente na segurança de que, em caso de necessidade, a pessoa receberá os cuidados necessários. Esse é o fundamento dos contratos que nós estamos discutindo aqui e que estão sendo cancelados.

Vejam que isso que eu acabei de dizer é diferente para as empresas, porque, do ponto de vista populacional, esses riscos são calculáveis. É papel dessas empresas exatamente gerenciar esses riscos.

Foi dito aqui sobre o princípio do mutualismo. Tudo bem, mas por que não se oferecem mais planos individuais e familiares, então, que compõem um grande fundo mútuo que poderia oferecer a intermediação financeira de serviços de saúde para todas as pessoas que fazem parte desse setor que nós estamos discutindo? Não.

Portanto, não faz sentido discutir sustentabilidade de contratos que têm pouquíssimas pessoas. Isso não faz sentido algum. Inclusive, nós temos regulações específicas sobre isso, que parecem não ser suficientes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS ANDRIETTA – Então, eu queria encaminhar aqui o fim da minha fala, apenas dizendo que uma pergunta muito elementar em relação a esse problema não é respondida nem pela ANS, que é: "Quantos cancelamentos unilaterais foram realizados no último ano, em 2023, nos últimos 12 meses?". Nós estamos discutindo um problema de altíssima relevância sobre o qual a agência reguladora do setor não é capaz de divulgar informações precisas, adequadas. Basta checar nos dados abertos que a ANS divulga. Não é possível ter esse número. As operadoras obviamente sabem disso, apresentaram alguns números aqui, inclusive de pessoas que ainda serão canceladas pelas estimativas de sinistralidade que estavam constando aqui da apresentação.

Então, pedindo mais um pouco de tolerância para a minha fala, eu vou encerrar apenas encaminhando essa proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o Idec tem propostas claras para a regulação de planos coletivos. Os pontos centrais são: a vedação completa da prática do cancelamento unilateral; a regulação dos reajustes; a limitação dos reajustes com critérios claros e transparentes, da mesma forma como já é feito para os planos individuais.

Portanto, o que nós estamos discutindo aqui – convém enfatizar mais uma vez – são parâmetros e aspectos jurídicos que já são vigentes para os planos individuais. Trata-se de reconhecer, equiparar e proteger os consumidores, de maneira homogênea, na extensão toda do mercado de planos de saúde, de forma que esse setor possa funcionar de maneira sustentável, obviamente, mas sobretudo garantir aos consumidores aquilo que está contratado e garantir os cuidados da saúde de todas as pessoas, de todas as idades, e não daquelas inseridas em listas finitas de algumas doenças, algumas condições, rótulos, por exemplo, que podem nos servir, como doenças crônicas, doenças raras.

O que nós estamos defendendo aqui é que a prática do cancelamento unilateral é abusiva e deve ser vedada por propostas legislativas já existentes para todos os tipos de contrato, para todas as pessoas.

Eu agradeço novamente à mesa e encerro a minha fala.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Lucas.

Eu gostaria só de questioná-lo. Você disse que a ANS não respondeu quantos cancelamentos unilaterais foram feitos em 2023. É isso? O Instituto Brasileiro de Direito do Consumidor, vocês chegaram a oficiá-los?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. LUCAS ANDRIETTA – Nós protocolamos um ofício à ANS na oportunidade da audiência recente que houve também na CDC, na Câmara dos Deputados. Nesse ofício, o que nós pedimos é a realização de uma nova audiência pública no âmbito da ANS, para discutir a regulação dos planos coletivos, nos termos que eu defendi aqui, entre outras coisas, para qualificar as informações produzidas pela própria agência.

Então, essas informações serão solicitadas se esse ofício for atendido.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k., mas não houve resposta até agora para o ofício?

O SR. LUCAS ANDRIETTA – Até agora não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Carol, por favor, faça, nesse mesmo sentido, para que a gente ajude a reforçar esse pleito, porque eu também estou com dificuldades de respostas a ofícios na ANS – muita dificuldade. Ficam *ad aeternum* sem resposta, por incrível que pareça. Então, isso precisa ser esclarecido, e nós exigimos respostas.

Próxima oradora, Letícia Fantinatti de Mello, Sócia-Fundadora da Associação Vítimas a Mil.

Letícia, muito obrigada pela sua presença.

Dez minutos para falar, está bom?

Muito obrigada.

A SRA. LETÍCIA FANTINATTI DE MELLO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu é que agradeço, Senadora, pela oportunidade de trazer a Associação Vítimas a Mil para colaborar com esse assunto de extrema importância.

Eu não vou ser repetitiva, porque muitos aqui já falaram do cancelamento, dos problemas, de números... Eu vou falar mais da parte como cliente, até porque a gente sabe que teve uma reunião na semana passada, e eu vi que compareceu a Abramge, a Fenasaúde, mas nunca vi ninguém chamar um cliente para falar, ouvir a opinião de um cliente. Hoje, então, eu vou mudar totalmente o que eu tinha pensado em falar, para falar como cliente, uma pessoa que sofreu na pele exatamente o que essas pessoas estão sofrendo hoje.

Eu tive omissão de socorro, eu corri risco de vida. Por quê? Por falta de atendimento. Então, não vamos falar só do cancelamento. Vamos falar de uma estrada paralela com o cancelamento, que são os descredenciamentos. E o descredenciamento, na maioria dos planos de saúde, estão ocorrendo em massa.

E do que adianta eu ter o meu plano ativo se eu não tenho onde tratar? Foi isso que aconteceu comigo.

Em 2021, meu plano estava ativo, normal, e eu fui procurar um atendimento para um problema de saúde, que me coloca em risco de vida. Eu tenho uma perda de potássio espontânea de que ninguém sabe o porquê, então, às vezes, eu tenho uma crise. Eu estava com 2,8mmol/L de potássio. Se eu chegasse a 2,5mmol/L, eu iria a óbito.

Eu fui para o hospital, consegui, no dia 9 de dezembro, o início do tratamento, mas eu piorei e começou a atingir o rim. Dia 20 de dezembro, eu entrei no mesmo hospital, pedindo atendimento, e eu fui colocada para fora do hospital, assim, sem ter o que... "Não questione, Letícia. Saia. Aqui não atendemos mais a seu plano".

Eu, na época, não tinha noção dos meus direitos. Eu saí. E aí eu liguei para Amil e perguntei: "Onde eu posso ser atendida?". A Amil não conseguiu me responder onde eu poderia ser atendida. Ela dizia: "Tente o hospital tal". Eu falei: "Gente, eu estou passando mal. Eu estou em crise de potássio. Eu posso ir a óbito. Vocês estão me mandando tentar? Eu não estou procurando hotel; estou procurando um hospital".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resumindo, a Amil não conseguiu me fornecer um hospital.

Eu voltei para casa, deitei e me automediquei e eu não sabia se eu iria acordar no dia seguinte.

É uma lembrança que eu gostaria de esquecer, mas não dá, porque Amil continua descredenciando.

Eu continuei tempos sem tratamento e, por isso, nós fundamos a Associação Vítimas a Mil, na tentativa de judicializar uma ação e tentar conseguir uma liminar e pleitear que a gente voltasse a ter a rede credenciada, para que qualquer cliente, não só eu, mas o que tem câncer, o autista, qualquer um possa continuar com seus tratamentos, e isso não é possível.

O que é que aconteceu? Nós ganhamos uma liminar. Eu tenho uma liminar. Hoje eu posso falar: "Nossa, eu vou me tratar"... Só que não. A Amil não cumpre essa liminar, como tantas outras operadoras.

Então, eu tenho a liminar e aí eu falo: "Eu vou marcar um exame num lugar que eu poderia fazer". Eu não consigo.

Então, é desgastante você já ir fazer um exame, chegar ao local e ninguém cumprir a sua liminar. Então, para que eu judicializei? Para que a gente tem... A Amil não respeita. Não só a Amil – eu estou falando da Amil porque eu sou cliente da Amil –, mas as outras operadoras também.

Antigamente, a Amil dizia que iria respeitar somente as liminares dos associados fundadores da Vítimas a Mil. Hoje, nem isso, porque eu sou associada fundadora, e não consegui usar minha liminar, no mês passado, para um exame de rotina. Então, eu me questiono: onde nós podemos recorrer? Se eles não estão respeitando uma liminar, onde eu poderia recorrer?

Bom, nós temos a ANS, que, de fato, tem milhares de leis que defendem o consumidor, o cliente. Mas como você chega à ANS? Através de uma NIP, que é a Notificação de Intermediação Preliminar.

A NIP deveria ser – vou usar um termo simples – o "Reclame Aqui" do consumidor, mas acontece que, para você fazer uma NIP, você tem que ser cliente prata ou ouro do Gov.br. Se você for cliente bronze, você não pode fazer uma NIP. Quer dizer, você não tem onde reclamar.

Mas vamos supor que todos os clientes de operadoras sejam prata ou bronze. Você consegue entrar no *site* para fazer a sua reclamação. Quando você entra no *site*, tem um tutorial para você aprender a fazer uma NIP. Se você não for PhD em TI, você não vai conseguir fazer essa NIP.

Aí fica difícil, né? Como é que você vai fazer?

Vamos supor também que todos consigam preencher essa NIP. Aí, olha a desigualdade: é um cliente leigo fazendo uma reclamação, e quem vai responder, pelo lado da operadora, são escritórios de advocacia. Como você vai equilibrar isso? Como?

Então, o cliente está sempre perdendo. Precisamos mudar esse sistema, até para conseguir fazer uma reclamação chegar à ANS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digamos que se conseguiu fazer a NIP, conseguiu-se fazer a reclamação. Vem a resposta da operadora. Normalmente, são respostas que as pessoas nem sabem, não estão entendendo.

No meu caso, a operadora disse que eu não tive omissão de socorro, que eu poderia procurar três hospitais, e citaram três hospitais nessa NIP.

Eu gravei ao vivo uma entrevista para um programa, em que eu liguei para esses locais, para mostrar que não, que aquilo não era real. Eles disseram que eu podia ir à Fundação Faculdade de Medicina, que naquela época estava fechada por causa da pandemia. Depois falaram que eu poderia ser atendida na Beneficência Portuguesa. Não é real; eu não poderia ser atendida na Beneficência Portuguesa. Em terceiro lugar, deram-me a opção do Hospital Carlos Chagas, que fica em Guarulhos. Eu moro em São Paulo. Se São Paulo, capital, não tem hospital para me atender, eu vou desacreditar das outras cidades. Como assim? Eu moro em São Paulo, uma cidade que tem inúmeros hospitais, e eles estão me mandando para Guarulhos?

Então, a rede descredenciada prejudica sim. As pessoas não conseguem fazer seus tratamentos. Essa é a realidade.

Então, a gente precisa muito ficar de olho nisso. Não adianta só ter o plano ativo, é preciso ter onde tratar. A operadora tem que dar essa chance de você poder...

Eles estão esmagando tanto... Vou dar um exemplo bem simples: no ano de 2024, agora, a operadora descredenciou – só na cidade de São Paulo e só de hospitais eu vou falar – 124 locais. Desses 124 locais, 27 eles poderiam descredenciar, porque não se precisava de autorização da ANS, porque seria um descredenciamento parcial. Restaram 99. Desses 99, a ANS só recebeu pedido para descredenciamento de 35 locais.

Nós estamos com 64 descredenciados irregularmente, e não tem como fiscalizar. Como a ANS vai chegar a esse descredenciamento se isso foi espontâneo da operadora? Se ninguém denunciar, a ANS não tem como fiscalizar.

E aí a gente continua perdendo locais diariamente, sem chance de atendimento e sem chance de cura.

A alegação da operadora é que os clientes dão muito prejuízo. Se eles não descredenciassem tanto, talvez a gente não desse tanto prejuízo, porque a gente teria locais para poder ser atendido, e locais que eles mesmos indicam. Quer dizer, se eles não sabem escolher os prestadores deles, que estão pedindo exames desnecessários, quem somos nós, os clientes, para podermos questionar? Então, o erro já parte deles, que não sabem escolher os prestadores. E aí, como eles não sabem escolher os prestadores, então vamos tirar os prestadores, e o cliente fica sem o tratamento. Não dá mais para aguentar isso.

Então, eu peço encarecidamente que, quando estiverem olhando para o cancelamento, olhem junto para o descredenciamento, porque uma coisa anda junto com a outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou a prova, como eu estou dizendo, de que eu tinha o plano ativo e eu não pude me tratar. Eu fiquei seis meses sem o tratamento e, por falta do tratamento, eu desmaiei dirigindo um carro, numa rodovia, a 120km/h. Mas eu estou aqui; gostaria de me esquecer de tudo isso, mas eu estou aqui. E eu estou aqui justamente para pedir: olhem pelos clientes, não vejam só os números.

Hoje eu recebo, pelo meu celular, pedidos de socorro de diversos clientes, e é uma situação que não dá para esperar. Vidas não esperam. Nós estamos aqui tomando uma decisão de vidas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA FANTINATTI DE MELLO – Se a gente não for rápido, vidas vão se perder, como já se perderam.

Então, para não passar do tempo, eu vou encerrar agradecendo a oportunidade de trazer a voz, como cliente, de todos esses que depositaram em mim uma esperança de eu poder falar e mostrar o que eles estão sentindo e o que eles estão passando, o que não é fácil. Ver a morte de perto... Só quem viu é que sabe o quanto é difícil.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Letícia, por trazer a voz de tantas vítimas hoje.

Mas decisão judicial – está a Doutora aqui que não nos deixa mentir – se cumpre. Se não lhe agrada, você recorre, mas ela deve ser cumprida. E, muitas vezes, eu acredito que, neste caso, é importante pedir a prisão do não cumprimento, justamente porque a multa não adianta. Porque, com a multa, a sua vida já se foi. Então, multa e prisão para o não cumprimento. Tem que avisar o juízo que concedeu a liminar de que eles não estão cumprindo, pedir urgência nisso e prisão.

Obrigada, Letícia.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Soraya...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Olá, Senador. Obrigada pela sua presença.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Bom dia a todos.

Presidente, desculpe-me o meu atraso, mas eu estava com outras agendas, que se superpuseram, mas eu queria dizer que nós estamos aqui com um desafio imenso: saúde suplementar, no nosso país, que abarca cerca de 50 milhões de pessoas, de 50 milhões de usuários, e que eu acredito que é um excelente negócio, porque tem muita gente que disputa esse espaço.

Mas nós temos sempre nos debatido aqui com a questão de que alguns segmentos de prestadores e de usuários não são muito ouvidos para se simetrizar, para se equilibrar essas relações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um exemplo. Ainda há dois anos, nós nos surpreendemos com a decisão do STJ que tornava o rol da ANS não mais exemplificativo, mas taxativo. Àquela época, o Presidente Arthur Lira fez uma reunião com os usuários, principalmente as pessoas portadoras de doenças raras, doenças do espectro autista, enfim, que se sentiram prejudicadas com essa medida. O Arthur nos deu lá uma responsabilidade de criar um projeto de lei para reverter essa questão. Ele nos deu 15 dias e me nomeou Relator. Fizemos um relatório com a participação de todos, que foi aprovado, por unanimidade, na Câmara, veio para o Senado e foi relatado pelo Senador Romário, e nós voltamos a considerar o rol não mais taxativo, mas exemplificativo, na ANS, aliás, garantindo acesso, principalmente, a esses pacientes que têm doenças de difícil tratamento.

Mas queria dizer a vocês que nós temos um desafio muito maior. Nós precisamos criar um novo marco legal, porque essa Lei 9.656, que já é de 1998, foi tão remendada, por tantas decisões infralegais... Nós estamos, Presidente, senhoras e senhores, tentando aperfeiçoar esse marco legal já há mais de oito anos, nesta Casa. Eu já tive a oportunidade de ser Presidente de uma Comissão que teve, como Relator, o Senador, ainda Deputado, Rogerio Marinho, e nós não conseguimos aprovar o relatório muito bem feito, nós não conseguimos ir à frente. Na última, eu fui o Relator e também procurei ouvir, um pouco mais, as entidades e procurei aperfeiçoar o que já era bom do hoje Senador Rogerio Marinho, mas nós não conseguimos ir à frente. Agora, nós temos um outro Relator que está tentando ir à frente com a matéria, mas é muito difícil.

Eu vou dizer uma coisa para vocês, o que me fica claro é que as operadoras tinham um sistema de remuneração para os prestadores, principalmente os médicos e pequenas clínicas, que a gente chama de *fee-for-service*, que era o pagamento por procedimento. Essas operadoras formaram um convencimento, quase uniforme, de que esse tipo de remuneração gerava muitos desperdícios, muitas glosas, e se criou um modelo que chama *captation*. *Captation* é quando você é contratado para atender um determinado número de pessoas: você tem um determinado valor para atender essas pessoas, quando você contratualiza com o usuário, como uma clínica, por exemplo, e você ganha R$500 mil para atender 2 mil, 3 mil pessoas.

O que vai acontecer com essa relação? Ora, quem está prestando serviço vai indicar o mínimo possível de exames, indicar o mínimo possível de cirurgias mais dispendiosas, para que sobre um pouco de recursos para remunerar essa instituição que está fazendo essa contratualização. Isso é uma relação difícil. Aliás, nós estamos vivendo – eu digo como médico, prestador de serviço – uma verticalização, pelas operadoras, que, também, além de dificultar o acesso dos usuários, remunera muito mal quem presta o serviço.

Então, eu acho que nós precisamos aprofundar essa discussão, e eu vejo que aqui tem tantas pessoas valorosas que vieram fazer parte desta audiência pública, mas uma audiência pública com mais de quatro convidados termina por cercear um pouco a participação de todos, porque o tempo de fala fica muito pequeno e nós não temos tempo para ficar aqui durante muito tempo porque as nossas agendas se superpõem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria sugerir a V. Exa. que nós pudéssemos ampliar esse debate, chamar mais entes aqui que fazem parte dessa relação, porque esta é uma relação extremamente assimétrica: os usuários terminam sempre ficando para trás, tendo essa dificuldade de acesso, mas a gente vê que tem certos segmentos que crescem muito nessa relação.

Então, fica aqui a minha sugestão, Presidente: que nós possamos realmente ir em frente nessa discussão; e, se eventualmente o projeto de lei que tramita na Câmara vier aqui para o Senado, que a gente possa também aperfeiçoá-lo da melhor maneira, para garantir remuneração a quem presta o serviço e acesso mais adequado a esses 51 milhões de brasileiros que optaram pela saúde suplementar.

Obrigado. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senador Dr. Hiran, pela sua participação.

Quero registrar a presença do Deputado Ivan Valente – muito obrigada, Deputado, pela sua presença.

A Senadora Teresa Leitão deseja se manifestar antes da a Marlla falar.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu peço licença porque não queria sair sem me desculpar. Eu tenho que sair porque tenho um compromisso às 13h30 e um intervalozinho para o almoço – nossa obrigação cotidiana, não é, Senador? Até porque tem a ver com a saúde.

Mas, Senadora Soraya, eu não queria sair sem parabenizar a oportunidade deste debate. Eu anotei muita coisa que foi dita aqui: muita coisa que entra em conflito com o direito – o direito do consumidor, o direito da pessoa humana, o direito à saúde; saúde é vida – e também alguns aspectos que foram levantados de como os tratamentos de saúde hoje são feitos no Brasil. Enquanto uma pessoa que usa a rede SUS passa às vezes três meses esperando para fazer um exame, nenhum diagnóstico em plano de saúde é dado sem, no mínimo, uma bateria de quatro, cinco, seis exames.

Eu estou com um processo pós-operatório de uma cirurgia no fêmur – o Senador Hiran já me acompanhou nisso – e já fiz todos os exames possíveis: radiografia, ultrassonografia, ressonância magnética, e quinta-feira passada fiz uma tomografia, doida por um diagnóstico definitivo. Então, essas coisas da modernidade, daquilo que o avanço da ciência nos dá, do ponto de vista dos planos também revelam um desequilíbrio no acesso à saúde.

E acho que aqui foram ditas coisas muito relevantes do ponto de vista do legislador, de uma Casa Legislativa, tanto a proposta de projeto de lei da Vereadora Liana quanto o grito dos usuários, e da leitura que se faz da amplitude do direito, o que vai resguardar as possibilidades de suspensão de planos, que é o que a gente está vendo, tanto para pessoas vulneráveis ou do espectro autista como para qualquer pessoa – qualquer pessoa. Então, o tratamento tem sido muito desrespeitoso, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem se preserva de um plano mais elaborado, de um plano mais respeitoso, de um plano mais consistente no mercado, se preserva, mas quem está no mercado, minha gente, independentemente de qualquer coisa, se entrou no mercado, sabe que corre riscos, e os riscos não podem ser unilaterais apenas para quem está pagando, tem que ser também para quem está ganhando dinheiro. É risco, o mercado é cruel. A lei do mercado é essa, enquanto a gente não enfrentar essa lei com outro modelo de sociedade estaremos sempre submetidos a ela, porque a corda sempre rompe do lado do mais fraco.

Então, em se tratando de algumas coisas do mercado, a gente até alivia a crítica, mas em se tratando de saúde é difícil aliviar a crítica. Em se tratando de saúde, a gente está tratando de vidas.

Quero parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais, na pessoa da nossa Presidente em exercício, agradecer a presença de todos que vieram, e quero pedir desculpas por não poder assistir à Sra. Marlla e aos outros quatro que ainda virão, mas estarei atenta e com o nosso mandato à disposição dessa grande luta, que é uma luta onde temos todos que dar as mãos, Casa Legislativa, sociedade, todas as instituições que aqui vieram nos brindar com a sua postura, com a sua proposta e com a sua leitura dessa grave situação que o Brasil atravessa.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senadora Teresa, pela sua participação.

É o risco do negócio, não é? O risco do negócio deve ser suportado pelo empreendedor.

Vamos ouvir agora a Marlla Mendes de Sousa, advogada, primeira Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo, da OAB Nacional.

Obrigada, Marlla, pela sua presença.

A SRA. MARLLA MENDES DE SOUSA (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, primeiramente ao Senador Flávio Arns, que nos concedeu a oportunidade com a apresentação do requerimento e infelizmente não está aqui presente por conta de um problema de saúde.

Primeiramente, eu gostaria de esclarecer que, além de advogada, eu sou mãe de autista e há alguns anos tive a oportunidade de estar aqui nesta Casa, na Liderança do Governo no Senado, lutando por políticas públicas.

Nós, no Governo anterior, militamos na rua, aqui na Esplanada dos Ministérios, fomos até ao famoso cercadinho do Palácio da Alvorada e lutamos. Estivemos no Palácio do Planalto para a inclusão do autismo no Censo nacional, porque sempre nos disseram que não havia números para a criação de políticas públicas em defesa dos direitos da pessoa com autismo. Então, a nossa luta neste Parlamento aqui já vem há algum tempo, outras mães seguiram e nós conseguimos também, pela luta na frente do STJ, vindo ao Congresso Nacional, o fim do rol taxativo, retornando ao rol exemplificativo, e o fim do número limitado de terapias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para as pessoas com autismo. E, agora, nós nos vemos, mais uma vez, no Congresso Nacional, brigando para que tenhamos oportunidade de cuidar da comunidade autista.

Eu costumo dizer que, no Brasil, nós chegamos a pagar a saúde três vezes. Sim, três vezes, porque nós, como contribuintes, que pagamos nossos impostos, pagamos pelo SUS. Porém, até o momento, nós não temos uma política pública que venha atender nossos filhos pelo SUS, efetivamente. São anos de espera para se ter um atendimento por um neurologista, coisa que é rara.

Aqui, em Brasília, capital do nosso país, eu tenho conhecimento, pela médica do meu filho, de que ela não consegue mais atender as pessoas, os pacientes dela, porque eles costumam ficar mais de um ano na fila – e isso depois de terem passado por uma unidade básica de saúde –; depois, têm o encaminhamento para o hospital e são atendidos. Ficam mais de um ano. Imaginem uma criança que espera um ano para ter um atendimento médico, um acompanhamento, e possa receber seu receituário.

Então, nós que temos condições vamos para os planos de saúde e lutamos pelas terapias, que são inúmeras. Realmente é muito difícil e muito caro o tratamento de uma pessoa com autismo, porque é uma equipe multidisciplinar. Nós precisamos de um neuropediatra ou um neurologista, em que a média de consulta, aqui, é em torno de R$800 a R$1.200; fora psicoterapeuta, terapeuta ocupacional, enfim, psicomotricista, nutricionista, a análise do comportamento aplicada, que faz o manejo de comportamento, psicopedagogia, porque envolve educação e saúde.

E o que a gente tem presenciado, agora, é que, nessa situação dos planos de saúde, quem conseguiu pagar pela terceira vez, pela saúde, não teve o plano cancelado.

Estamos, aqui, com o caso concreto de uma família que conseguiu entrar com um pedido de liminar. E, aí, sim, como a nossa Defensora falou, conseguiu, com o pedido de liminar... Ou seja, paga o SUS, paga os planos de saúde e teve que pagar um advogado para exercer seu direito de uso ao plano de saúde. E aí vem, como foi comentado, matéria repetitiva do Superior Tribunal de Justiça, que já firmou a seguinte tese, o Tema 1.082, do STJ:

> A operadora, mesmo após o exercício regular do direito à rescisão unilateral de plano coletivo, deverá assegurar a continuidade dos cuidados assistenciais prescritos ao usuário internado ou em pleno tratamento médico garantidor de sua sobrevivência ou de sua incolumidade física, até a efetiva alta, desde que o titular arque integralmente com a contraprestação devida.

Aqui a gente tem um grande problema, em relação ao autismo: autista não tem alta. No tratamento da pessoa com autismo, não existe alta. E o autista tem a necessidade de um tratamento contínuo, e a situação é grave, porque, no autismo, a gente está falando de uma deficiência mental, intelectual, que envolve pessoas que não têm muitas vezes uma fala funcional. São pessoas não-verbais. São pessoas que, por dificuldade na comunicação, se tornam agressivas e tornam um caos a vida de uma mãe, que muitas vezes tem que abandonar o seu trabalho para poder cuidar desse filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso aqui houve sucesso: foram pagos os honorários um advogado, para que o seu filho não tivesse o cancelamento do plano. Então a pessoa agiu a tempo, ao invés de procurar a ANS e seguir toda a cartilha.

É uma pena que nós não tenhamos presencialmente aqui nenhum representante da ANS e que os demais representantes da Abramge, dos planos de saúde, muitos tenham saído da sala de audiência aqui, da Comissão. Nós tivemos números o tempo inteiro. Nós não falamos de vidas nas palestras anteriores, na explanação dos nossos representantes dos planos de saúde. Tivemos gente falando aqui que são 23 milhões de assistidos. Só que se esqueceram de falar que, no ano de 2023, o lucro líquido dos planos de saúde foi de R$3 bilhões, conforme indicado pelo Painel Econômico-Financeiro da Saúde Suplementar, divulgado pela Agência Nacional de Saúde. De acordo com relatórios, administradores de benefícios alcançaram, em 2023, um resultado líquido de R$406 milhões, enquanto operadoras exclusivas odontológicas e médicos hospitalares obtiveram um lucro líquido de R$650 milhões e de R$1,93 bilhões, respectivamente. Nós só vimos números. A saúde suplementar é garantida como suplementação ao SUS. É um dever que é compartilhado, é um dever do Estado. Nós não somos pedintes. Nós estamos pagando.

Pela Constituição Federal, no art. 196:

> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Aí nós temos a saúde suplementar, a que se oferece a oportunidade desse lucro estrondoso, absurdo, e que lida com vidas humanas, a dos nossos brasileiros, como números, que são tratados dessa forma.

Eu estou com um caso aqui que a pessoa resolveu atender toda a orientação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARLLA MENDES DE SOUSA – Só um minutinho, para concluir.

... a orientação da ANS. E eu não estou falando de uma mãe leiga, eu estou falando de uma mãe de autista Nível 2 suporte, médica. Ela seguiu toda a orientação. Eu posso narrar. Têm os áudios. Ela estaria aqui presente – inclusive o nome dela está na pauta –, só que está cancelada a presença dela. E o que aconteceu? Desde o dia 3 de maio, ela tenta fazer a portabilidade. Ela pediu três vezes a documentação para a Qualicorp, para as administradoras – três vezes! –; e, por três vezes, o *kit* de portabilidade não chegou. E elas jogam de uma para outra: para a Qualicorp, para a administradora, para a empresa de planos de saúde. E essa mãe não consegue. Ela seguiu tudo, todos os passos que a ANS determina e, inclusive, fala no seu *site*. Ela registrou o NIP, uma notificação. É um absurdo a gente falar aqui que precisa ser cliente ouro ou prata no *site* do Gov.br para registrar uma notificação dessa no *site* da ANS. Gente, isso é uma segregação absurda que o nosso Governo está fazendo conosco, como cidadãos. Isto aqui tem que ficar registrado: se for um cidadão bronze, ele não consegue registrar uma NIP? O que é isso? Eu fiquei abismada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, ela me ligou chorando. Fazemos parte da mesma clínica, porque o meu filho também faz tratamento, e ela falou: "Marlla, eu tive que parar meu carro na rua, numa via expressa aqui", quem é de Brasília conhece o Eixão. Ela teve que parar no acostamento porque o filho dela já teve a terceira crise. Ele entende que ele foi excluído do tratamento, da clínica que ele frequentava, ele não tem acesso aos vínculos que ele tinha criado com os seus terapeutas – é um ambiente que faz inclusão, no qual ele tinha vínculos afetivos, tinha amigos –, e ela teve que parar no meio da rua porque ele teve uma crise.

Não sei se ele chegou a agredi-la, não entramos nesses detalhes, mas é muito comum as mães de autistas apanharem dos seus filhos. E ela, a caminho de casa... Graças a Deus, a clínica em que ela estava fazendo tratamento fica no caminho da casa dela, e ela foi socorrida com contenção não violenta por solidariedade, porque o plano de saúde dela já estava cancelado.

Então, aqui está o meu apoio à questão que foi colocada: não devemos segregar, não devemos falar somente das pessoas com autismo, doenças crônicas, doenças raras. É uma questão do direito do cidadão de não ter o seu cancelamento unilateral, uma vez que a portabilidade não se concretiza – isso é fato, entendeu? –, e essas pessoas estão desassistidas e com a iminência de risco de morte, porque a gente não está falando só de autista. Essa mãe, dependendo da situação... Eu tenho conhecimento, inclusive, de mães de autistas que tiveram que comprar carro de padaria, sabe por quê? Porque o filho agressivo tinha que andar no porta-malas.

Então, não existe essa questão de alta para o autismo, o autismo não tem cura, e a nossa assistência deve ser contínua. O autista não pode ficar sem medicamento, a gente não tem como pagar R$800 ou R$1.200 em uma consulta com um neurologista, de repente, se o nosso filho ficar sem medicação.

Há iminência de risco de morte sim. Essa mãe teve que parar o carro urgentemente, e, graças a Deus, ela contou com a solidariedade de pessoas humanas que sabem da condição do filho dela e que puderam fazer uma contenção não violenta. Uma coisa que a gente tem visto diariamente nas redes sociais, na TV, são autistas sendo agredidos, sem assistência e sem nenhuma condição humana de tratamento.

É disto que a gente precisa aqui, de saúde. Como, anos atrás, nós fomos atrás do Censo, viemos atrás do fim do rol taxativo... Para tudo isso, a gente precisa de tratamento adequado em respeito à saúde da nossa comunidade autista e de todos os cidadãos que pagam seus planos de saúde e que têm ficado à mercê desse mercado, que só visa ao lucro, que tem sido a saúde suplementar no nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Obrigada, Marlla, eu realmente estou chocada com esta informação de que para você registrar o NIP no *site* da ANS você tem que ser o cliente... E como é que você classifica essa pessoa? Ela tem que estar atrelada a uma conta bancária? É isso, Letícia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LETÍCIA FANTINATTI DE MELLO – Não, a conta do Gov.Brasil... Hoje, para muitos serviços que você faz pela internet, você tem que entrar... O *site* da ANS, hoje, para entrar, é pelo Gov.br. Então, quando você se cadastra no Gov.br, você vai recebendo uma conta... Eu também não entendo direito como é que funciona, mas eles vão colocando lá que nível que é a sua conta no cadastro. Se você for bronze, não consegue; só prata ou ouro conseguem fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Bom, é...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Soraya, a Dra. Marlla falou a respeito... Tudo que ela falou aí é realidade, e isso nos preocupa muito, mas eu não sei, Dra. Marlla... A senhora sabe o valor de uma consulta com um neurologista particular. A senhora falou aí em R$1.200, R$1.000. A senhora sabe quanto é que o SUS paga para um neurologista por uma consulta? (*Pausa.*)

Não? R$10 – R$10! Então é por isso que a senhora não consegue acesso a neurologista pelo SUS, porque a tabela SUS é algo irreal. É por isso que nós temos que fazer essa discussão muito mais ampla.

No meu estado, Dra. Marlla, nós temos lá que 10% da nossa população é de imigrantes venezuelanos. E lá, quando eles vão para a nossa clínica operar de catarata, pterígio, glaucoma, eles passam na frente dos nacionais por causa disso que a senhora falou aí: porque o SUS é universal, integral e equitativo para todo mundo, não é só para brasileiro. O SUS é uma verdadeira... Não é nem mãe, é avó. Então é por isso que a conta não fecha.

A gente precisa discutir isso com muita profundidade, minha querida amiga Soraya. Por isso, a pertinência desta sua iniciativa e de todos os autores desta audiência pública, para que a gente consiga fazer aqui, realmente, uma discussão muito, muito mais aprofundada desse tema.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – E nós teremos, na próxima mesa, Carla Figueiredo Soares, representando a ANS aqui, Marlla. E eu já gostaria... Eu também terei de sair, mas eu vou continuar acompanhando *online.* Então, eu gostaria já que ela nos respondesse sobre a situação dessa classificação para registro do NIP, que já trouxesse uma resposta para todos nós, porque eu estou realmente assim... Eu não imaginei que eu pudesse ficar tão chocada. Eu queria entender se eu estou chocada com razão ou sem razão.

Bom, vamos passar para a próxima pessoa que vai colaborar conosco, a Fabiane Alexandre Simão, Presidente da Associação Nenhum Direito a Menos, por videoconferência.

Seja bem-vinda, Fabiane! Você tem dez minutos.

A SRA. FABIANE ALEXANDRE SIMÃO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saudar a todos os presentes na figura da Senadora Soraya.

Eu vou fazer a minha autodescrição, já que nós estamos falando com uma gama de pessoas, entre elas pessoas com deficiência visual. Eu sou uma mulher de 45 anos, loura; estou com uma blusa amarela, óculos pretos, meu cabelo é na altura do ombro.

Eu vou ser breve. Eu já fui muito contemplada com a fala das pessoas que me precederam, mas eu gostaria de fazer, antes de tudo, um agradecimento também ao Senador Fabiano Contarato por ter nos incluído na lista de convidados para participar deste importante momento.

Eu vou fazer, brevemente, uma linha do tempo. Antes de 1998, antes de existir a Lei dos Planos de Saúde, os planos de saúde colocavam em seu contrato que só fariam uma cobertura mínima. Isso não incluía pessoas com câncer, não incluía pessoas com doenças crônicas, como diabetes, como pressão alta. E aí foi criada a lei de 1998 dos planos de saúde para tentar fazer com que os beneficiários não fossem totalmente afetados e prejudicados pelos mandos e desmandos dos planos de saúde.

Entretanto, de 1998 para 2024, nós tivemos um grande salto dentro da medicina e novos diagnósticos passaram a ser efetuados, passaram a ser feitos, e uma gama de outras deficiências foi surgindo. E essa lei de 1998 não abarca essa gama de deficiências.

Então, os planos acabam achando brechas, várias brechas, para descumprirem o direito da pessoa com deficiência. E aí eu vou chegar até o motivo pelo qual nós chegamos até aqui hoje. Já foi dito sobre o rol taxativo, da tentativa de botar um rol taxativo e a não aprovação, ficando rol exemplificativo. Então, nós compreendemos que os planos de saúde estão dando um jeito de fazer valer o seu próprio rol taxativo. Isso começou no ano passado através do não cumprimento de sentenças de trânsito em julgado e liminares. Isso acabou deixando centenas, milhares de beneficiários sem acesso às suas terapias de reabilitação. Não satisfeitos com isso, eles começaram a fazer exigências absurdas para passar o reembolso para os clientes: coisas como PIS, horário escolar, coisas que nada tinham a ver com a questão da saúde.

Por último, eles começaram esses cancelamentos unilaterais de milhares. Eu falo em nome de crianças, adolescentes e jovens com deficiências diversas, como paralisia cerebral, síndrome de Down, autismo, doenças raras, deficiências ocultas, síndromes diversas.

Esse cancelamento foi prejudicando todos, não só pela falta do acesso a terapias de reabilitação, mas também a falta de acesso a médico. Então, a nossa comunidade, a comunidade de pessoas com deficiência, ficou em risco de morte. Em risco de morte, em situação de vulnerabilidade, como já foi colocada por pessoas que me antecederam em suas falas.

Eu gostaria de apresentar a vocês o meu filho. O meu filho é o Daniel. O Daniel tem nome, sobrenome, CPF e identidade. O Daniel não é um número de carteirinha. E assim como o Daniel não é um número de carteirinha, milhares de outras crianças também não são um número de carteirinha. Elas são pessoas, elas são vidas, que merecem respeito, merecem ter o seu direito ao acesso à saúde respeitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz algumas anotações aqui relativas às falas dos representantes dos planos de saúde.

O representante da Unidas falou que contra fatos não há argumentos. Isso é real. Eles falaram que não há uma seleção de grupo de pessoas, mas há, sim, seleção de grupo de pessoas. A partir do momento em que eles cancelam unilateralmente contratos coletivos efetuados por entidades estudantis, eles estão selecionando crianças, adolescentes e jovens. A partir do momento em que um dos representantes apresenta as pirâmides etárias e diz que o número de idosos é quase igual ao número de crianças e que eles têm custos maiores, eles, sim, estão demonstrando que têm um corte etário que dá prejuízo, em que eles dizem que dá prejuízo.

E aí fica o questionamento: os planos de saúde são entidades muito altruístas, porque quem, tendo prejuízos gigantes, como eles alegam, continuaria prestando seus serviços e vendendo seus serviços para a sociedade? Então, são diversas questões nesse sentido.

Como a colega colocou antes, a quem nós devemos recorrer? Fica essa dúvida. A quem nós, pais, devemos recorrer, se, quando a gente vai à agência reguladora, a ANS, e abre uma NIP, vai à ouvidoria do plano de saúde e abre uma reclamação, judicializa o processo, ninguém cumpre, não há cumprimento de sentença, não há cumprimento de liminar? A quem nós devemos recorrer? Quem é que pode fazer com que o responsável por colocar a vida de milhares de crianças em risco vá ser preso? Quem é que vai cumprir isso?

Então, acho de extrema importância a gente falar da abertura da CPI, sim, como foi colocado pelo representante do Idec, e bem colocado. Reunião de última hora, fechada, sem representação da sociedade civil organizada, sem representação das maiores entidades interessadas, a quem essa reunião interessa? Reunião que sai com acordo verbal de cancelamento do cancelamento de algumas deficiências e alguns transtornos. Quais deficiências e quais transtornos? Nós não queremos alguns, nós queremos todos. Então, a quem essa reunião interessa? Uma reunião à véspera de se protocolar uma CPI dos planos de saúde. É importante fazer, sim, a CPI dos planos de saúde, porque, se os planos não têm nada a esconder, eles têm que demonstrar o lucro que eles têm ou o prejuízo que eles dizem que têm. Então, como ele colocou, realmente, contra fatos, não há argumentos, e nós queremos trazer à tona esses fatos.

É de suma importância que a CPI dos planos de saúde seja aberta, que o Lira aceite, acate essa CPI, e não apenas reuniões unilaterais – vamos botar assim –, porque só teve a presença dos planos de saúde.

Eu aproveito para registrar que, se a proposta do representante do Idec for acatada, de se fazer uma nova reunião com o Presidente Lira, com os planos de saúde, nós da Associação Nenhum Direito a Menos gostaríamos de ser convidados para ter espaço de voz, porque, na nossa concepção, não há nada sobre nós sem nós, nós queremos tudo sobre nós conosco.

Agradeço a todos pela oportunidade de fala e desejo uma boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado, Sra. Fabiane Simão, pela participação. Agradecemos.

Neste momento se encerra a participação desta mesa.

Agradeço à Letícia, ao Lucas, à Liana e à Marlla pela participação.

Imediatamente, fazemos a chamada da terceira mesa, agradecendo aos expositores pela contribuição. Esse é um tema que afeta diretamente a sociedade, se conecta com o cidadão e a cidadã brasileira, porque saúde, em qualquer enquete, em qualquer pesquisa, é sempre o primeiro ponto de demanda do cidadão brasileiro a respeito das políticas públicas.

Sabemos que os planos de saúde hoje fazem parte dessa realidade, estão inseridos dentro desse contexto e é muito importante a contribuição de cada um dos senhores.

Convidamos, para compor a mesa, o Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; o Vitor Hugo do Amaral, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do MJSP; e, por participação remota, a Carla de Figueiredo Soares, Diretora Adjunta da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Vamos iniciar aqui, conforme a sugestão da Secretaria da Mesa, com a palavra do Vitor Hugo do Amaral.

Você tem o tempo regimental, Vitor, para fazer a sua exposição.

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Senador, agradecer o convite, dizer que é sempre uma honra da Secretaria Nacional do Consumidor participar desses debates que envolvem não só um dos temas prioritários da nossa agenda, mas um dos temas essenciais para todos os consumidores brasileiros.

A minha fala, considerando que nós estamos na terceira mesa e que muito do que foi falado aqui são questões que também poderiam ser repetidas na minha fala, e, principalmente, endosso a fala da Letícia, a fala do Idec... Então, enquanto Secretaria Nacional do Consumidor, acho que é importante trazer uma questão que é muito de ordem técnica, Senador.

Quando se fala de planos de saúde, e aqui eu vou concordar também com os que me antecederam, nós temos que, obrigatoriamente, discutir o setor num todo, porque, se nós temos que partir de uma premissa em que, de um lado, nós temos consumidores insatisfeitos, e a alegação do setor, quando se envolvem as empresas, também é de insatisfação, nós precisamos considerar aqui que plano de saúde envolve planos individuais, planos coletivos, envolve, sim, a importância de se falar do Sistema Único de Saúde (SUS), precisamos considerar uma diversidade de fatores. Se o tema é pela insatisfação com o setor e do setor, precisamos discuti-lo num todo, numa pauta que é muito mais ampla, mas, enquanto esse discurso amplo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não vem, nós precisamos olhar para aqueles que são mais vulneráveis, precisamos olhar para aqueles que são mais frágeis nessa relação de consumo, que são os consumidores.

O Código de Defesa do Consumidor surge por uma premissa constitucional, Senador, quando nós temos o art. 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, dizendo que é dever do Estado promover, na forma da lei, a defesa do consumidor. Quando falamos de art. 5º, nós estamos falando de um direito e de uma garantia fundamental. E eu tenho repetido diversas vezes, nas oportunidades que tenho, esta mesma fala, que é uma fala, para quem é do direito do consumidor, óbvia, mas aquilo que é simples, aquilo que nos parece óbvio, infelizmente, precisa ser repetido. Precisa ser repetido para que a gente possa entender que atender consumidores é uma premissa constitucional. E, quando se fala de dever do Estado, é dever do Estado na forma de entendermos que Estado é Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Nesse sentido, quando se defende que os planos coletivos não estão sob a regulação de uma norma específica, eu gostaria de frisar mais uma vez, Senador, que eles estão, sim. Nós não temos aqui a ausência de regulação. Nós temos planos individuais que regulados são por uma norma pontual, mas, na ausência de uma norma pontual, como é o caso dos planos coletivos, nós não podemos deixar de falar de Constituição Federal e de Código de Defesa do Consumidor, até porque a relação, na sua natureza jurídica de contrato de prestação de serviço de plano de saúde, é uma relação de consumo, é um negócio jurídico de consumo e, por essa razão, sujeita ao Código de Defesa do Consumidor.

E, se assim está, Senador, nós precisamos obrigatoriamente entender que aqui nós temos, entre os princípios da Política Nacional das Relações de Consumo, o reconhecimento da vulnerabilidade dos consumidores, vulnerabilidade num contexto geral de todos os consumidores. Se somos todos consumidores, somos todos vulneráveis.

Agora, não tem situação de maior reconhecimento, de maior clareza do que é vulnerabilidade do que quando nós falamos de saúde, quando nós falamos de vida, quando nós falamos de segurança. Todos aqui presentes e aqueles que nos acompanham sabem o que é estar doente, e, quando doente estamos, nós nos encontramos com a nossa situação de maior vulnerabilidade.

Então, aqui nós não falamos só de um consumidor vulnerável, falamos de um consumidor doente e vulnerável; dependendo da doença que carrega, ele é um hipervulnerável. Ele é um vulnerável que tem, na sua vulnerabilidade de consumidor, uma vulnerabilidade agravada, uma vulnerabilidade potencializada, e isso não pode ser considerado apenas teoria, isso não pode ser considerado apenas letra de lei; isso precisa ser reconhecido pelo Estado.

E, quando nós estivermos diante de situações que possam ainda vulnerar o consumidor em formas mais potencializadas, é preciso reconhecer que a aplicação desse Código de Defesa do Consumidor traz, entre os direitos básicos do consumidor, no inciso I do art. 6º, a proteção à sua saúde, a proteção à sua segurança, a proteção à sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essa razão, o art. 51 elenca cláusulas que são consideradas abusivas, e, quando abusivas forem, elas são nulas de pleno direito, Letícia. E, entre as cláusulas consideradas nulas, nós temos aquelas que fazem a previsão de alteração unilateral.

Nós não podemos continuar repetindo ou talvez querendo entender que os planos de saúde coletivos não regulados pela ausência de uma norma específica não estão sob o manto do Código de Defesa do Consumidor. Nós temos legislação para isso, e nós não temos qualquer legislação. Nós temos uma legislação com mais de 30 anos, nós temos uma legislação reconhecida em todo o mundo como uma das melhores legislações de defesa do consumidor do mundo. E aí eu pergunto, Senador: por que o Estado brasileiro tem historicamente o hábito de criar excelentes normas, mas nós temos o péssimo hábito de cumprir as normas que nós temos, as normas que nós criamos? Nós estamos diante de um dos melhores Códigos de Defesa do Consumidor do mundo, mas a efetividade desse Código de Defesa do Consumidor é uma das piores.

Eu poderia também trazer aqui números, mas nós precisaríamos de muitas outras horas para discutirmos números, Senador, como outros números aqui foram apresentados. Números descontextualizados eu diria que são a forma ou a melhor forma de consolidar algumas mentiras. Os números precisam ser contextualizados especificamente quando se analisa, por exemplo, demandas do Consumidor.gov, que é uma plataforma *online* de reclamação de consumidores, cuja gestão é feita pela Secretaria Nacional do Consumidor.

Sim, os números reduziram, os consumidores reclamam menos no Consumidor.gov, mas sabe por quê, Senador? Porque eles não têm resposta. E, quando se fala de consumidores que não têm resposta no espaço administrativo, eles aumentam a judicialização, que é um outro grande tema trazido ao setor, a judicialização da saúde.

A judicialização acontece, porque a saúde dos consumidores não tem tempo de espera. O consumidor não raramente precisa judicializar, porque ele precisa ter uma liminar, ele precisa ter uma resposta. E, para que a gente possa diminuir a judicialização, essa atribuição não pode ser dada ao consumidor. Essa atribuição tem que ser dada ao setor, essa atribuição tem que ser dada aos planos de saúde, que precisam investir. Além de atendimento aos consumidores, além de cumprimento das ofertas que são feitas aos consumidores, precisam atender efetivamente o SAC dessas empresas.

Consumidor que procura SAC, consumidor que liga para um 0800 e não é atendido, em matéria de saúde, precisa de prioridade, porque, quando nós falamos de saúde, nós falamos de vida, nós falamos de tratamento que não pode ter a sua continuidade encerrada, nós falamos de tratamentos que não podem ser encerrados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL – Já vou acabar. Apenas mais dois minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu lhe agradeço, porque o tempo está bem apertado, mas o senhor tem o tempo para concluir, Sr. Vitor.

O SR. VITOR HUGO DO AMARAL – Em relação, então, apenas aos números, eu gostaria de trazer todos os dados de que a Senacon dispõe e colocar também à disposição desta Casa todos os estudos, todos os trabalhos que forem feitos em relação a planos de saúde.

A Senacon notificou os 20 maiores planos de saúde do país. Nós atribuímos o prazo de dez dias para que nos dessem respostas, entre elas, quais os planos e quantos são os consumidores que serão vítimas dessas situações de cancelamentos unilaterais nos próximos meses e os que já foram no período do ano de 2024.

E coloco a Senacon à disposição para que nós possamos também entregar essa documentação à análise desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Agradeço, Sr. Vitor, a sua participação, com importantes contribuições dentro dessa leitura do Código de Defesa do Consumidor brasileiro vinculado à relação com os planos de saúde.

Antes de passar a palavra agora...

Quem está aqui do meu lado é o Arthur.

Então, vamos passar ao Arthur e vamos encerrar com a Diretora Adjunta da ANS, após as demais participações.

Registro aqui a presença da Daniela do Carmo, que é mãe de um filho que tem uma doença de imunidade, teve seu plano cancelado e está aqui trazendo, com a presença, a análise. Depois o pessoal da Agência Nacional de Saúde Suplementar que está presente pode até manter contato com ela. Ela está aqui presente no auditório.

Registro também aqui a presença do meu suplente, o Senador Erik Janson, que está presente, e também a da minha esposa, Flávia Carolina, que também acompanha esta audiência aqui no plenário.

Passo a palavra ao nosso Arthur de Almeida Medeiros, Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde.

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Boa tarde, Senador.

É uma satisfação estar aqui para a gente poder coletivamente construir caminhos e estratégias para esse enfrentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a colega anterior fez, vou fazer a minha autodescrição, pois sabemos que tem pessoas com baixa visão, pessoas com deficiência visual que nos acompanham *online*.

Eu sou um homem branco, alto, cabeça raspada, uso barba e estou vestindo um terno cinza, uma camisa branca e uma gravata xadrez em tom de azul e cinza.

Na mesa anterior, a Dra. Liana trouxe a questão do capacitismo e do conceito de pessoa com deficiência. Acho que isso reforça muito o discurso que está sendo feito hoje de que nós precisamos entender que a deficiência é uma construção social.

A nossa Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Estatuto da Pessoa com Deficiência, traz, em seu art. 1º, a definição, que pessoa com deficiência é aquela que tem um impedimento de longo prazo que, em interação com as barreiras, pode impedir o seu pleno exercício de cidadania, ou seja, a sociedade não acessível pode gerar essa deficiência. Com isso a gente precisa entender, enquanto sociedade, como nós vamos enfrentar tudo isso, por isso o que ela trouxe, a questão do enfrentamento ao capacitismo, capacitismo enquanto violência contra as pessoas com deficiência das mais distintas formas. Então, a gente precisa lembrar isso.

Quando a gente fala dessa ruptura unilateral dos planos de saúde, a gente pode, sim, entender, quando a gente está falando das pessoas com deficiência, sobretudo das pessoas com transtorno do espectro autista, um capacitismo, no qual se pode pensar que algumas vidas valem mais do que outras. Então, a gente precisa romper e fazer esse enfrentamento da melhor forma possível.

Em relação ao cuidado – acho que agora a gente pode trazer um pouco sobre o cuidado das pessoas com transtorno do espectro autista –, como foi dito também pela Dra. Marlla, são pessoas que necessitam de cuidados individualizados. A gente precisa entender que as pessoas são singulares, as pessoas são únicas, portanto o seu cuidado também deve ser pensado dessa maneira.

A gente precisa entender que é uma avaliação multiprofissional, uma avaliação biopsicossocial que vai entender todas as contextualidades dessa pessoa, todas as singularidades e que, a partir disso, a gente pode elaborar, então, um projeto terapêutico singular que leve em consideração a realidade dessa pessoa, dessa família, para que a gente possa ter sucesso no acompanhamento e no cuidado dessa pessoa.

A gente precisa entender que esse processo de construção é eminentemente coletivo e colaborativo: profissionais de saúde, pessoa que vai ser assistida e seus familiares. Como foi muito bem lembrado na mesa anterior, muitas famílias abdicam de suas vidas para cuidar dessas pessoas. Então, esse processo de cuidado precisa ser colaborativo, precisa ser compartilhado, com a corresponsabilidade de todos.

Nesse momento é que serão pensados quais os recursos terapêuticos a serem utilizados, e aí há uma questão importante de se dizer: o que se aplica para determinada pessoa não necessariamente será aplicado para outra pessoa, por conta da singularidade. E isto a gente tem visto hoje, a tentativa de uniformização das terapias e dos tratamentos, tentando que o mesmo tratamento seja aplicado a todas as pessoas, mas a gente não tem tido sucesso, e muitas das judicializações ocorrem por conta disso, por entender que um único tratamento seria viável e aplicável, a exemplo do transtorno do espectro autista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos lembrar que o cuidado e a terapia são também baseados na evidência e na ciência. E, para isso, a gente precisa levar em consideração as últimas atualidades, os últimos estudos. A gente tem agora, recentemente, uma nota da Associação Americana de Autismo, que retira uma das técnicas que ela havia colocado como padrão ouro no tratamento do autismo, por conta das suas sequelas pós-tratamento, como, por exemplo, o transtorno – desculpa, fugiu agora da mente, daqui a pouco eu lembro – pós-traumático. Desculpa. Então, ela trouxe que determinadas terapias, conforme têm sido aplicadas, têm gerado transtorno pós-traumático nesses pacientes. Então, isso já mostra a necessidade de estudos, de evidências, para que a gente possa pensar e traçar as diretrizes.

E aí a gente entra numa outra questão, que foi colocada também na mesa anterior, que é sobre os protocolos, as diretrizes terapêuticas. A gente entende que é necessário que se faça a apresentação de todos os recursos, de todos os arsenais possíveis e que, na hora da construção do projeto terapêutico singular, os terapeutas, os profissionais e os familiares possam identificar a melhor aplicação para aquela pessoa que vai ser atendida.

A gente precisa entender também uma necessidade importante. A gente sabe que saúde não é somente a ausência de doença, ela é uma construção social, e que saúde não se faz somente no campo da saúde: é uma ação intersetorial. E aí, nesse campo, a gente precisa lembrar da necessidade da formação de recursos humanos. Foi colocado a respeito das longas filas de espera para diagnóstico, para tratamento. E a gente precisa entender que temos ausência de profissionais no Brasil para atendimento dessas demandas. Então, nesse sentido, a gente tem, enquanto Ministério da Saúde, trabalhado muito fortemente na questão da expansão da formação de profissionais em nível de pós-graduação, de residência – trabalhando, articulando estratégias –, mas também precisamos nos lembrar da necessidade de formação de nível de graduação.

Pensando nas pessoas com transtorno do espectro autista, a Marlla colocou as demandas: fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas. Terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, por exemplo, são profissões escassas hoje no Brasil, com poucas ofertas de graduação. A gente tem, então, pessoas demandando esses profissionais, e a gente não está tendo formação. Consequentemente, essas pessoas estão ficando desassistidas, seja no âmbito privado, seja no âmbito público. Então, a gente precisa trabalhar intersetorialmente, para que possamos ter recursos humanos formados em quantidade e também em qualidade para atender a todas essas demandas. A gente tem que compreender que essa construção coletiva envolve família, gestão e setor privado, para que a gente possa avançar no sentido de garantir o melhor acesso e o melhor cuidado.

Hoje, pensando agora, tratando da questão do autismo, nós temos 309 centros especializados em reabilitação no Brasil, que são os pontos de atenção da atenção especializada para o cuidado dessas pessoas. Realmente ainda é um quantitativo insuficiente para a quantidade de demanda, mas nós temos avançado no sentido de qualificar esses serviços e também na ampliação de novos pontos de atenção desses. Precisamos, é claro, dos recursos humanos, mas também estamos avançando na qualificação daqueles que já existem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente precisa pensar nas diretrizes.

Então, a gente entende que a autonomia do profissional está acima de qualquer coisa, junto da definição da terapia a ser adotada, em contrapartida às suas demandas, compartilhada com esses familiares. Por isso, a gente trabalha com diretrizes. O Ministério da Saúde não prevê técnica A em detrimento da técnica B. A gente faz, através de buscas de evidências científicas e de estudos, a apresentação de possibilidades terapêuticas. Isso compõe o rol das diretrizes terapêuticas, que, no momento, encontra-se em revisão quando a gente está falando do transtorno do espectro autista, para que a gente possa apresentar isso a toda a comunidade científica e à comunidade de uma maneira geral, para que possam ter todos esses conhecimentos na hora de traçar o seu planejamento terapêutico.

Nisso a gente também se coloca, enquanto Ministério da Saúde, numa posição de construção coletiva, para que a gente possa traçar estratégias de como definir caminhos para reduzir essa lacuna na assistência às pessoas, seja às pessoas com transtorno do espectro autista, seja às pessoas com doenças raras ou com outras condições. A gente precisa entender que são pessoas e que precisam de cuidado, e cuidado da melhor forma possível.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTHUR DE ALMEIDA MEDEIROS – Então, a gente entende que somente com uma construção coletiva é que a gente vai identificar estratégias que sejam passíveis de aplicação tanto no setor privado quanto no setor público, para que a gente possa garantir todo o cuidado a essas pessoas.

Senador, atendendo ao pedido de respeitar o tempo, a gente agradece, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, de trazer essa questão e de se colocar à disposição para que possamos pensar coletivamente as estratégias futuras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Muito obrigado, Dr. Arthur de Almeida, que aqui vem na condição de Coordenador-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde.

Vamos à última fala, que é da Dra. Carla de Figueiredo Soares, Diretora Adjunta da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). V. Sa. tem dez minutos para a sua manifestação.

A SRA. CARLA DE FIGUEIREDO SOARES (Para expor. *Por videoconferência*.) **–** Boa tarde a todos.

Senador Efraim Filho, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Parlamentares e os demais participantes desta audiência pública, eu vou compartilhar a minha tela com os senhores para uma breve apresentação e já me adianto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vamos lá!

Como colocado pela representante da Defensoria Pública – eu estou com um problema aqui, porque não passa –, está sempre no nosso radar a compreensão de que a prestação de serviço se dá em razão de um direito constitucional fundamental, portanto isso não pode estar fora do que se obtém aí.

Também é importante a gente estabelecer...

Bom, o material não está passando – eu peço perdão aos senhores –, mas eu vou falando aqui; enquanto isso, o material já está disponível para esta Comissão.

Então, é importante que a gente possa estabelecer que a Lei 9.656, de forma alguma, permite – ela veda, peremptoriamente – a seleção de risco e também obriga a cobertura para todas as doenças e todas as condições de saúde. A regulação da saúde estabelece as regras para o cancelamento, lembrando que a Lei 9.656 traz a diferença entre plano coletivo, coletivo por adesão e coletivo empresarial.

Temos também que notar que, no caso específico dos planos individuais, a lei estabelece uma regra muito específica sobre o cancelamento, e somente no caso de fraude ou de inadimplência é possível esse cancelamento.

Para os planos coletivos, como já foi dito aqui, não há um regramento específico. Portanto, a agência estabeleceu a RN específica, trazendo algumas regras.

Infelizmente, com relação à regra de cancelamento imotivado, tivemos uma ação direta de inconstitucionalidade que tornou ineficaz esse cancelamento. Portanto, na regulação da ANS, hoje em vigor, só é possível estabelecer regras para esse cancelamento nos planos coletivos. Essas regras têm que estar bem claras e não é possível que as operadoras façam seleção de risco. O cancelamento tem que ser do contrato como um todo.

Realmente, estou tentando compartilhar a tela, mas é impossível. No material que eu deixei disponível para os senhores, trago dados de cancelamento, porque o representante do Idec nos questiona sobre os cancelamentos que já foram feitos.

O que chega do Idec para a ANS é uma carta contextualizando os fatos, solicitando uma audiência pública, mas, em momento algum, nessa carta, é questionado o número de cancelamentos. Entretanto, no material que está disponível – que, infelizmente, não consigo compartilhar –, a gente traz os números de cancelamentos.

Notem, senhores, não temos os dados dos cancelamentos de contratos, mas temos os dados dos cancelamentos por pessoa, dos vínculos específicos. O que temos de observância é que, no último ano, esse comportamento tem sido linear, tem se mantido, os cancelamentos de vínculos têm se mantido ao longo do ano. Então, não notamos, de janeiro de 2023 a abril de 2024, um grande aumento desses cancelamentos. Da mesma forma, nos dados, consta um maior número de adesões do que de cancelamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A agência está sempre atenta a esse ponto, está acompanhando muito de perto, e eu gostaria de, mais uma vez, tentar aqui demonstrar para os senhores esses dados – só um minutinho, é a última tentativa de compartilhamento –, para que os senhores possam ver.

Também, Senador, eu gostaria de solicitar que o meu colega Marcus Braz...

Agora sim, aqui está a tela dos cancelamentos. Então, nós temos aí a quantidade de cancelamentos somente pelo motivo de desligamento da operadora, desligamento da empresa. A razão do cancelamento foi em função da falta de vínculo do contrato coletivo por adesão.

Eu gostaria, Sr. Senador, de compartilhar o meu tempo com o meu colega Marcus Braz, que poderá apresentar os esclarecimentos sobre a forma de se apresentarem reclamações à ANS, uma vez que esse pedido de esclarecimento foi apresentado pela Senadora Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não, pode falar o Dr. Marcus Braz, que tem três minutos.

O SR. MARCUS TEIXEIRA BRAZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Muito obrigado pelo espaço.

É importante frisar que a ANS tem três canais, hoje em dia, para receber reclamações de beneficiários. Existe, sim, um formulário eletrônico, através do *site* da ANS, pelo Gov.br, que exige padrão prata e padrão ouro, mas, das 354 mil reclamações que entraram na ANS, no ano passado, 80% delas entraram através do nosso Disque ANS, cujo número é 0800 7019656. É um atendimento telefônico gratuito, que funciona de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8h da manhã até às 20h. E também é possível, se for o caso, o beneficiário agendar um atendimento presencial em um dos 12 núcleos que a ANS tem ao redor das cinco regiões do Brasil.

Então, esse é o acréscimo que eu queria fazer.

Gostaria de enaltecer a NIP, que é uma ferramenta de mediação entre operadores e beneficiários, que continua mantendo, ao longo dos anos, um índice de aproveitamento de 90%, ou seja, a cada dez demandas de reclamação que chegam à agência, nove são resolvidas pela mediação da NIP.

Era só isso, Senador.

Muito obrigado pelo espaço.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Dr. Marcus Braz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de esclarecer a todos que nos acompanham, às pessoas que estiveram aqui, presentes ou remotamente, que, infelizmente, não vamos ter condição de dar continuidade ao debate, até porque os Senadores estão todos já em outras atividades. A audiência se prolongou bastante. Acho que também tinha um número muito grande de participantes.

Eu quero estabelecer com vocês todos que nos acompanharam um compromisso de organizarmos uma nova audiência para discutir os desdobramentos desta, os temas que foram colocados. Provavelmente, com um número mais amplo de pessoas remotamente, para que a gente possa fazer o debate sobre o que foi dito aqui, sobre saídas, enfim. Então, eu vou, juntamente com os demais Senadores da Comissão, definir o encaminhamento.

Eu gostaria de lembrar que, amanhã, dia 5, às 10h da manhã, teremos reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições e, às 14h, reunião extraordinária em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 1.675, de 2023, e o Projeto de Lei nº 1.079, de 2023, que dispõem sobre o exercício da atividade de psicopedagogia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente e reunião, agradecendo a todos que dela participaram.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Otto Alencar, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Romário, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 386, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção à prematuridade, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a prorrogação da licença maternidade até 60 (sessenta) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, e acrescenta art. 73- A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de salário-maternidade" **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo) e de duas subemendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE-CAS (substitutivo) e das Subemendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, o substitutivo será submetido a turno suplementar. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 858, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 3427, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, para dispor sobre a prioridade de atendimento e a identificação da pessoa com doença de Parkinson." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2975, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 613, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 5133, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Depressão Pós-parto." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 1262, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Dermatite Atópica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 418, de 2024 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de informações aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário ao inciso II do caput e § 2º, ambos do art.15-A proposto no art. 2º, bem como aos art. 3º e 4º. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 4159, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 3952, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o § 3º do art. 109 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, para dispor sobre a competência da Justiça Estadual em que forem parte instituição de previdência social e segurado ou beneficiário, inclusive acidentárias, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 521, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.131, de 2021 para prorrogar até 31 de dezembro de 2022 o percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 598, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, para dispor sobre acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 63, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), retificando o Requerimento nº 47/2024 - CAS, seja considerada a indicação dos nomes que especifica para a participação na audiência pública aprovada pelo REQ nº 3/2024-CAS, que tem como objetivo debater sobre o cigarro eletrônico." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 65, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PL 624/2023, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe); e altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 14.182, de 12 de julho de 2021, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022”." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 64, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 120/2023, com o objetivo de instruir o PL 1079/2023, que “dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia” sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/05

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª e da 15ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício 57, de 2024, da Câmara Municipal de Jundiaí, que encaminha moção contendo considerações sobre o Projeto de Lei Complementar 143, que altera a lei que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, para ressalvar os servidores da educação pública das restrições contidas na lei, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados; cópias de ofícios e moções de Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas contendo considerações sobre a Resolução nº 2.378 do Conselho Federal de Medicina, que regulamenta o ato médico de assistolia fetal para a interrupção da gravidez nos casos de aborto previsto em lei oriundos de estupro.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão. A reunião contará com a possibilidade de Senadores e Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que o item 8, Projeto de Lei 418, de 2004, foi retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 418, DE 2024 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 2015)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de informações aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário ao inciso II do caput e § 2º, ambos do art.15-A proposto no art. 2º, bem como aos art. 3º e 4º.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a reunião de 22/05/2024.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Voltei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já está aí? Ah, voltou.

Bom, vamos iniciar a nossa sessão de hoje.

Eu queria voltar a lembrar aos Senadores da Comissão que nós fizemos uma solicitação de que eles pudessem fazer, nos projetos de suas respectivas autorias, uma seleção daqueles que têm um conteúdo que pode ser apoiado por todos, para que nós incluíssemos – designássemos Relatores àqueles que não têm – os que já têm Relatores na pauta, para darmos uma prioridade aos projetos dos integrantes aqui da Comissão. (*Pausa.*)

Eu recebo a informação aqui do nosso querido Saulo de que, no dia de hoje, já três projetos de autoria de membros da Comissão estão para votação: o item 1, o item 9 e o item 6.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 386, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a proteção à prematuridade, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a prorrogação da licença maternidade até 60 (sessenta) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, e acrescenta art. 73-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de salário-maternidade

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo) e de duas subemendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo).

2- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente Humberto Costa, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Vem para exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 386, de 2023, da Senadora Damares, que dispõe sobre a proteção à prematuridade, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a prorrogação da licença-maternidade até 60 dias após a alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, e acrescenta art. 73-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de salário-maternidade.

Peço a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise e do voto.

A matéria foi distribuída à CAE e a esta Comissão, em decisão terminativa.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposição, na forma do substitutivo apresentado pela Senadora Professora Dorinha Seabra na CAE.

Na esteira do parecer proferido pela ilustre Senadora, também consideramos importante prorrogar os prazos dos benefícios em exame durante o período de internação do recém-nascido, garantindo à genitora a necessária convivência com seu filho após o período de internação hospitalar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, são necessárias três alterações de natureza redacional no substitutivo em análise.

A primeira é no sentido de eliminar a menção à gestação dos dispositivos alterados pelo PL nº 386, de 2023. Isso porque a referida portaria do INSS faz menção às complicações do parto como sendo o fato gerador da prorrogação dos benefícios em exame.

A segunda delas tem por finalidade eliminar a referência ao prazo de duas semanas de internação hospitalar previsto no parágrafo único que se busca inserir no art. 71 da Lei nº 8.213, de 1991, por ele estar previsto no §3º do art. 93 do Decreto nº 3.048, de 1999.

A terceira, por fim, visa a corrigir erro de digitação no *caput* do art. 2º do substitutivo em exame.

Voto.

Ante todo o exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 386, de 2023, na forma da Emenda nº 1 – CAE (substitutivo), com as seguintes subemendas:

> SUBEMENDA Nº - CAS À EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)
> Dê-se ao §6º do art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do 1º do Projeto de Lei nº 386, de 2023, na forma da Emenda nº 1 – CAE (substitutivo), a seguinte redação:
> "Art. 1º. .....
> 'Art. 392. .....
> §6º Em caso de internação hospitalar que supere o prazo de 2 (duas) semanas previsto no §2º deste artigo, desde que comprovado o nexo com o parto, a licença-maternidade poderá se estender até 120 (cento e vinte) dias após a alta da mãe e do recém-nascido, descontado o tempo de repouso anterior ao parto.'(NR)"

> SUBEMENDA Nº - CAS À EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)
> Dê-se ao parágrafo único do art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma do 2º do Projeto de Lei nº 386, de 2023, na forma da Emenda nº 1 – CAE (substitutivo), a seguinte redação:
> "Art. 2º. O art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
> 'Art. 71. .....
> Parágrafo único. Na hipótese de internação hospitalar da segurada ou do recém-nascido que supere o prazo de duas semanas, em decorrência de complicações médicas relacionadas ao parto, o salário-maternidade será devido durante o período de internação e por mais cento e vinte dias após a alta, descontado o tempo em benefício anterior ao parto.'(NR)"

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação – é uma votação nominal – o substitutivo e as subemendas, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Queria, até mesmo antes do resultado, parabenizar tanto a autora, pela sua iniciativa, pelo teor deste projeto, a Senadora Damares Alves, quanto a nossa Relatora, a Dra. Jussara Lima, que também fez um trabalho relevante.

Então, está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Enquanto estamos votando, nós vamos passar para o item 2 da pauta, que é um projeto não terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 858, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 22/05/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao... (*Pausa.*)

Ah, já foi lido o relatório, não é? V. Exa. deseja se manifestar?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sim, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., as Sras. e os Srs. Senadores. Esse é um projeto de grande relevância,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que eu sou o Relator, mas, na sessão anterior, ele teve uma relatoria *ad hoc*, que foi da nossa Senadora Leila Barros.

O projeto já foi lido e trata da criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social, que pode ter recursos financiados pelo BNDES para áreas essenciais ao desenvolvimento social do país, as áreas notoriamente de educação, saúde e segurança. Então, um projeto de grande alcance, prevendo este ano um aporte de mais de R$10 bilhões. Todos nós sabemos da carência que existe o Brasil em equipamentos e em serviços nessas três áreas que são essenciais ao desenvolvimento social do país.

Então, nós estamos amplamente favoráveis a esse projeto de autoria do nobre Senador Confúcio Moura, nosso colega de partido, que em boa hora apresentou esse projeto de grande relevância e importância para o país. Então, nosso voto é favorável e esperamos contar com o apoio dos nobres membros aqui da nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão. Pergunto a algum Senador ou Senadora que tenha alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à CAE.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3427, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 14.606, de 20 de junho de 2023, para dispor sobre a prioridade de atendimento e a identificação da pessoa com doença de Parkinson.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Concedo a V. Exa., Senador Marcelo Castro, a palavra para a leitura do relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse é um projeto simples, singelo, de autoria do nobre Senador Romário, mas de grande alcance social.

Na realidade, esse projeto altera a Lei 10.048, de 8 de dezembro de 2000, que trata do atendimento prioritário de determinados grupos de pessoas; e também altera a Lei 14.066, de 20 de junho de 2023, que institui o mês de abril como mês de conscientização para a doença de Parkinson.

E o que esse projeto faz é uma coisa simples, modificando essas leis para que a pessoa portadora de doença de Parkinson possa ter uma identificação para ter atendimento prioritário dado a essas outras pessoas.

Então, no final, nós somos a favor do projeto – e apresentamos essa emenda aqui –, com duas emendas. Ao art. 3º-A, que passa a ter a seguinte redação:

> Art. 3º-A O poder público expedirá documento de identificação da pessoa com doença de Parkinson, a pedido, a fim de assegurar sua prioridade de atendimento, nos termos da lei.

E na outra emenda que nós apresentamos também, ao art. 1º, a gente mantém idêntico o que está na lei só com esta pequena modificação:

> Art. 1º As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida, os doadores de sangue [e aí nós acrescentamos] e as pessoas com doença de Parkinson terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um projeto simples, mas de grande alcance, de autoria do nobre Senador Romário, ao qual nós damos parecer favorável e pedimos o apoio dos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa. –, eu fui instado aqui há poucos instantes para ser o Relator *ad hoc* do item 9 –, se fosse possível, a inversão de pauta, porque nós temos Comissão de Constituição e Justiça agora também, temos que correr de um lado para outro, e, já que eu estou aqui relatando essas duas matérias, se fosse possível, fazer...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

Então, item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4159, DE 2023

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Relatoria *ad hoc* do Senador Marcelo Castro.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse projeto, como V. Exa. disse muito bem, é de autoria da nobre Senadora Damares e a relatoria é do Senador Flávio Arns, que não pôde comparecer e me pediu para ser o Relator *ad hoc*.

Então, com a permissão de V. Exa. e dos membros da Casa, eu vou direto à análise.

Do ponto de vista constitucional e regimental, não há reparos a fazer no projeto.

Quanto ao mérito, a proposta é relevante e oportuna, pois normatiza mais uma alternativa para o desenvolvimento da juventude brasileira, por meio do trabalho voluntário, que traz benefícios não apenas para os jovens, mas para a sociedade como um todo.

Para a juventude, o trabalho voluntário oportuniza o desenvolvimento de habilidades valiosas ao sucesso pessoal e profissional, como liderança, trabalho em equipe, comunicação, empatia e resolução de problemas. Além disso, o projeto de lei promove uma cultura de cidadania ativa e de responsabilidade social desde cedo, uma vez que os jovens podem desempenhar papel significativo na melhoria de suas comunidades e na solução de problemas locais.

Vale destacar, também, que o voluntariado oferece aos jovens a oportunidade de aplicar o que aprendem na escola em situações do mundo real.

Por fim, a proposta também tem potencial para fomentar, entre os jovens, um senso de propósito e satisfação, o que pode melhorar sua saúde mental e o bem-estar emocional dessas pessoas.

Esse é o relatório, a análise.

Vamos ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.159, de 2023, de autoria da nobre Senadora Damares Alves.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos.

Agora vamos para... (*Pausa.*)

Tá.

Agora vamos para...

Você tem um projeto aí?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Tenho. Acho que é o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então vamos fazer aqui... (*Pausa.*)

É porque o de V. Exa. é terminativo. Temos que esperar aqui.

Assim que fechar a votação, eu o coloco.

Vamos aqui para o item 4 da pauta.

Eu queria nomear como Relatora... (*Pausa.*)

Pronto. Então já temos...

Já foi concluída a votação nominal.

Vamos agora liberar o painel para sabermos o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foram 10 votos favoráveis.

Aprovado o projeto.

Parabéns à autora, Senadora Damares Alves.

Vamos agora para o item... (*Pausa.*)

A sugestão da Secretaria da Comissão é que nós temos três projetos que tratam de não o mesmo objeto, mas têm semelhanças, que é a instituição de alguns dias especiais, entre eles o Dia Nacional da Conscientização sobre a Dermatite Atópica, o Dia Nacional de Conscientização sobre a Depressão Pós-Parto e o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas.

Vamos iniciar por aquele de que V. Exa. é o Relator.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1262, DE 2022

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Dermatite Atópica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria consta da pauta desde a reunião de 22/05/2024.*

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a leitura do relatório.

Eu queria perguntar, antes que V. Exa. leia o seu relatório, se podemos fazer a votação desses três projetos em bloco. O.k.? (*Pausa.*)

Com a palavra V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Senadores, Senadoras, todos que assistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, pedi para tirar de pauta o item seguinte, que seria da transparência no SUS, principalmente a lista de cirurgia, porque eu ainda preciso detalhar alguns passos.

Agradeço a relatoria desse projeto de lei, que é uma luta minha, nos meus municípios, que a pessoa tenha... que seja cumprido o princípio da transparência e da publicidade.

Sr. Presidente, a Deputada Paula Belmonte quer instituir – e vai conseguir – o Dia Nacional da Conscientização sobre a Dermatite Atópica.

Na justificação da matéria, a autora destaca que a dermatite atópica se origina de uma condição genética, caracterizada por respostas desproporcionais do sistema imune. Isso resulta em pele ressecada e inflamada, acompanhada de descamação, vermelhidão, intensa coceira e, em certos casos, lesões que podem se infectar. Ressalta, ainda, a importância de sensibilizar a população acerca desta condição, enfatizando os efeitos que ela tem não só no bem-estar físico dos afetados, mas também no aspecto emocional.

Partindo para a análise, Sr. Presidente, já que o projeto está dentro da constitucionalidade, dentro do que essa Comissão avalia, sendo assunto de saúde, instituir o Dia Nacional da Conscientização sobre a Dermatite Atópica, por intermédio de proposição legislativa, reveste-se de fundamental importância diante da significativa prevalência desta condição dermatológica crônica e do considerável impacto que exerce sobre a qualidade de vida dos indivíduos afetados e de seus familiares. A designação de um dia específico para tal conscientização propicia a difusão de informações acerca dos sintomas, tratamentos disponíveis e necessidades dos pacientes. Eu poderia incluir também até uma quebra de preconceito, sabendo que aquilo é uma doença.

Além de ampliar a compreensão pública, o estabelecimento de um Dia Nacional da Conscientização propõe-se a desfazer os estigmas frequentemente associados à dermatite atópica. A percepção equivocada de que se trata meramente de uma irritação cutânea de resolução simples é ainda prevalente, obscurecendo a natureza crônica e complexa da afecção. Uma campanha de conscientização apropriada é capaz de corrigir tais equívocos, veiculando informações precisas e fundamentadas em evidências científicas.

A promoção da educação e do treinamento constitui outro pilar fundamental desta proposição, beneficiando profissionais da saúde, educadores e a comunidade em larga escala. Com o acesso a informações e recursos ampliados, esses grupos podem oferecer um suporte mais efetivo aos indivíduos com dermatite atópica, promovendo um ambiente mais inclusivo e compreensivo.

Portanto, a implementação de um Dia Nacional de Conscientização sobre a Dermatite Atópica, já praticado pela sociedade, mas ainda carente de institucionalização, simboliza um passo significativo no reconhecimento dos desafios enfrentados por aqueles que convivem com esta condição. A medida representa um avanço significativo na promoção da saúde e do bem-estar da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.262, de 2022, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Styvenson.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votaremos em bloco com os demais.

Eu gostaria de pedir a V. Exa., Senador Styvenson, que pudesse também relatar... Ah, ela que é a Relatora. Desculpe. É porque a Senadora Damares hoje fez barba, cabelo e bigode. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Tudo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 613, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente, 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Eu tenho aqui um requerimento, mas é extrapauta. Os extrapauta o senhor vai fazer agora ou no final?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. tem necessidade de ir para outra Comissão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu aguardo. Eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto. Quando a gente votar esse... Quando eu colocar em votação os três, eu já faço a votação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, antes eu quero só comentar sobre o Projeto 386, da extensão da licença-maternidade para mães de crianças prematuras e crianças com doenças crônicas. Eu acho que a gente acertou e foi uma junção de três Senadoras: eu; a Jussara, que leu o voto aqui; e a Dorinha, na Comissão anterior. Nós estamos fazendo aí uma demonstração de muito amor a essas mães. Então, eu fico muito feliz. E, Presidente, eu chamo a atenção para quem está nos acompanhando: três Senadoras de partidos diferentes, ideologias políticas diferentes, e as três se juntaram em torno de uma matéria.

E o senhor, Presidente, tem feito muito isto aqui nesta Comissão: o senhor tem acolhido as matérias que são de interesse de todos, independentemente do partido. E esta Comissão tem produzido muito por conta da sua liderança. Muito obrigada.

Eu vou ler dois projetos de lei, que, para a minha alegria, são de uma Senadora do DF e de uma ex-Deputada do DF. E o Styvenson acabou de ler também de uma ex-Deputada do DF. As mulheres hoje estão mandando nesta Comissão.

O item 5, cuja autoria é da ex-Deputada Flávia Arruda, institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas.

Eu quero pedir permissão para ir direto à análise.

Nos termos regimentais, compete a esta Comissão opinar acerca da proteção...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Damares, só um minutinho, só para comunicar que nós vamos abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

... acerca de proteção e defesa da saúde.

Compete à União dispor sobre o tema decorrente do comando do art. 24, IX e XII, da Carta Magna.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar.

A matéria apresenta também técnica legislativa adequada, em consonância com as determinações da Lei Complementar 95, de 1998.

Por fim, foram cumpridas as exigências previstas na Lei 12.345, de 2010.

No mérito, da mesma forma, consideramos que o projeto mereça ser aprovado.

A designação de um dia específico – o dia 10 de dezembro – para a conscientização sobre as doenças crônicas é fundamental para a promoção da saúde e do bem-estar no Brasil, considerando que essas doenças são as principais causas de morbidade e mortalidade no país e no mundo. Além disso, a proposta enfatiza a importância da prevenção e do diagnóstico precoce, estratégias essenciais para reduzir a incidência dessas condições e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Em verdade, a conscientização sobre as doenças crônicas pode contribuir significativamente para a redução dos custos de saúde no longo prazo. Investir em campanhas educativas e em programas de prevenção pode diminuir a necessidade de tratamentos médicos caros e intervenções de emergência, resultando em economias substanciais para o sistema de saúde público e para as famílias brasileiras.

Finalmente, entendemos que a instituição do Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas alinha-se aos esforços globais para o enfrentamento dessas condições, em conformidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 613, de 2019, que institui o dia 10 de dezembro como Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Crônicas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço a V. Exa. que possa fazer o relato do Projeto de Lei 5.133.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5133, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Depressão Pós-parto.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 04/06/2024, foi apresentado Relatório reformulado pela Senadora Damares Alves.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Em tempo ainda, a Senadora Damares me alertou aqui para o dia. Eu li o meu relatório, fui para análise e esqueci de citar aqui o dia 9 de maio de 2022, que seria o dia dessa alusão à dermatite atópica.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senadora Damares.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Parabéns a V. Exa.

Então, Senadora Damares com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Projeto de Lei 5.133, de 2023, da nossa colega querida, Senadora Leila Barros, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre a Depressão Pós-parto.

A matéria é legítima, a iniciativa parlamentar, visto não incidir na espécie de reserva de iniciativa. Igualmente adequada a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

A matéria apresenta também técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar 95, de 1998.

Por fim, foram cumpridas as exigências previstas na Lei 12.345, de 2010.

No mérito, igualmente, somos favoráveis ao projeto.

A depressão pós-parto é uma condição grave que afeta aproximadamente 20% das mulheres após o parto, impactando significativamente a saúde mental materna e o desenvolvimento infantil. A doença tem alta prevalência, mas muitas vezes é de difícil diagnóstico, já que, frequentemente, as pessoas próximas não têm conhecimento sobre o problema e a própria paciente não entende o que está acontecendo, passando a assumir a responsabilidade pelo sentimento de tristeza intensa e constante que a envolve.

A instituição de um Dia Nacional de Conscientização sobre a Depressão Pós-parto é essencial para promover o reconhecimento e a compreensão dessa condição, além de incentivar a busca por apoio e tratamento adequados. A definição de uma data específica para a conscientização sobre a depressão pós-parto representa um passo importante na direção de abolir quaisquer percepções negativas sobre os transtornos mentais, perinatais e de fortalecer as redes de suporte às mães, contribuindo para uma sociedade mais informada e empática em relação às questões de saúde mental materna. Acreditamos que instituir uma data dedicada a essa causa é um passo fundamental para reconhecer e validar as experiências das mulheres afetadas, encorajando uma cultura de apoio e compreensão dentro da sociedade.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei 5.133, de 2023, que institui a primeira quarta-feira do mês de maio como o Dia Nacional de Conscientização sobre a Depressão Pós-parto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

E agora vamos fazer... (*Pausa.*)

De imediato, eu passo à discussão e à votação da... (*Pausa.*)

Há um requerimento extrapauta da Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, consulto os Senadores e as Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento 63/2024, apresentado pela Senadora Damares Alves.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 63, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), retificando o Requerimento nº 47/2024 - CAS, seja considerada a indicação dos nomes que especifica para a participação na audiência pública aprovada pelo REQ nº 3/2024-CAS, que tem como objetivo debater sobre o cigarro eletrônico.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Coloco em votação... (*Pausa.*)

Ah, está certo.

V. Exa. pode fazer a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o mérito do requerimento já foi aprovado em audiência anterior, em sessão anterior; nós só estamos agora indicando os nomes das pessoas que participarão da audiência pública sobre os cigarros eletrônicos. São cinco pessoas que entendem do assunto: um representante da sociedade pediátrica; uma pneumologista; o ex-Secretário Nacional de políticas para famílias, do Governo anterior, e Secretário hoje no interior do Estado de São Paulo... São cinco pessoas e eu peço aprovação do requerimento e apoio dos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os senhores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Damares, eu queria só fazer uma consideração: na verdade, existe já um requerimento aprovado sobre esse tema; já deve haver uma indicação de pessoas para participação. Vou pedir ao nosso Secretário da Comissão que veja com V. Exa. e com os outros autores uma possibilidade de nós fazermos a audiência sem que seja um número tão grande de participantes – ou divide em mais de uma audiência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou reduz um pouco... Ontem mesmo nós tivemos uma audiência pública aqui em que houve momentos em que não tinha ninguém para conduzir a audiência. Também não se conseguia discutir. Nenhum Senador falou; só os que estavam presidindo a Mesa.

Então, se a gente pudesse fazer um entendimento, pegar um de um, outro de outro... E vamos fazer.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – O.k., Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, vamos encerrar a votação dos três projetos de lei que foram colocados em votação.

Painel aberto.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foram 11 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Resultado: aprovados os Projetos de Lei 613, de 2019; 5.133, de 2023; 1.262, de 2022, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Senador Petecão, agora nós vamos para o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2975, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a mulher indígena na legislação de enfrentamento da violência e de promoção da saúde e da educação.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

Quem vai relatar? (*Pausa.*)

Senador Petecão, peço a V. Exa. que possa apresentar o relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente, a nossa colega Ana Paula não está presente e eu fui designado para fazer a leitura do relatório. Se o senhor me permitir, eu vou direto à análise, o projeto é muito interessante. Já foi lido por V. Exa. Eu vou direto à análise e depois vou ao voto.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que digam respeito à população indígena, o que torna regimental esta análise. Ademais, o PL atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade e foi redigido de acordo com a adequada técnica legislativa. Então, cumpre todos os pré-requisitos desta Comissão.

No mérito, trata-se de matéria de grande relevância para a garantia dos direitos de grupo de vulnerabilidade agravada: as mulheres indígenas. Como evidência dessa vulnerabilidade, destacamos que, entre 2000 e 2020, houve aumento de 167% nos casos de feminicídio de mulheres indígenas, segundo o Instituto Igarapé. Além disso, apenas 16% das gestantes indígenas realizam o número adequado de consultas pré-natais, e aproximadamente uma em cada três mulheres indígenas já sofreu violência sexual ao longo da vida.

Como extensivamente reconhecido no âmbito dos três Poderes, apenas políticas generalistas, por vezes, são insuficientes para proteger grupos que, ao longo de muito tempo, sofreram exclusão e tiveram negados seus direitos mais básicos. É necessário que sejam formuladas medidas específicas, legais e infralegais, a fim de que se assegure a igualdade substancial aos referidos grupos.

O PL é mais uma dessas importantes medidas específicas. Busca, por meio de alterações no Código Penal, na Lei Maria da Penha, na Lei Orgânica da Saúde e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, concretizar efetivamente os direitos das mulheres indígenas nas áreas de segurança, saúde e educação.

Vamos ao voto, Presidente.

O voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.975, de 2023.

Lido, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. este trabalho de relatoria.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Agora, atendendo à solicitação de V. Exa., eu consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão, extrapauta, do Requerimento 65/2024 (CAS), apresentado pelo Senador Sérgio Petecão.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 65, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PL 624/2023, que "institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe); e altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 14.182, de 12 de julho de 2021, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022".

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Não havendo óbices, eu passo a palavra ao Senador, para a leitura do seu requerimento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para encaminhar.) – Presidente, como V. Exa. é conhecedor, nós estamos relatando um projeto, que, no nosso entendimento, é da maior importância. Nós tivemos já uma conversa com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e com outras autoridades ligadas ao setor, e nós chegamos ao entendimento de fazermos uma audiência pública.

Então, vou ler aqui o nosso pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de instruir o PL 624/2023, que "institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe); e altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 14.182, de 12 de julho de 2021, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Exma. Sra. Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima; o Exmo. Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia; o Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, Vice-Presidente da República e Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; o Exmo. Sr. Deputado Domingos Neto, autor do PL nº 624/2023; o Exmo. Sr. Deputado Pedro Uczai, autor do PL nº 4.449/2023; o Exmo. Sr. Deputado Lafayette de Andrada, Relator do PL nº 624/2023; o Sr. Roberto M. G. Velásquez, consultor independente contratado pela Cepal; representante ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A;

Sr. Presidente, esse é o requerimento, para que a gente possa fazer um debate amplo, aberto, para que possamos aprimorar o nosso projeto, que nós entendemos que é da maior importância para o nosso país.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de V. Exa.

Aqui temos outro pedido de requerimento extrapauta, que é da autoria da Senadora Teresa Leitão, requerimento que subscrevo.

Não havendo óbices, eu passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 64, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 120/2023, com o objetivo de instruir o PL 1079/2023, que "dispõe sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia" sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado, que, na audiência pública objeto do Requerimento 120, de 2023, com o objetivo de instruir o PL 1.079, que "dispõe sobre o exercício da atividade psicopedagogia", sejam incluídos os seguintes convidados: a Sra. Jossandra Barbosa, Presidente do Sindicato dos Psicopedagogos do Brasil, e o Sr. Fauston Negreiros, Diretor da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Lembro que hoje, às 14h, nós teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 1.675, de 2023, e o Projeto de Lei nº 1.079, de 2023, que dispõem sobre o exercício da atividade de psicopedagogia.

Convoco para o dia 12 de junho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos que participaram presencialmente, a todos que nos acompanharam remotamente, e a participação de todos os Senadores.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Vanderlan Cardoso, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Eduardo Girão, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 120/2023 - CAS, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 64/2024 - CAS, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 1675, de 2023, e o Projeto de Lei nº 1079, de 2023, que dispõem sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia. **Participantes:** Lucília Lino, Representante da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE; Fauston Negreiros, Diretor da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE; Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Maria Selma Moraes Rocha, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação – MEC; Sérgio Barreto de Oliveira Silva, Coordenador de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Jossandra Barbosa, Presidente do Sindicato dos Psicopedagogos do Brasil – SINDPSICOPP; e Marisa Irene Siqueira Castanho, Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia – ABPP. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/05

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 120, de 2023, da CAS, e 64, de 2024, da CAS, ambos de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei 1.675, de 2023, e o Projeto de Lei 1.079, de 2023, que dispõem sobre o exercício da atividade de psicopedagogia.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, por meio do telefone 0800 0612211 e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. (*Pausa.*)

Já temos algumas perguntas. Antes de passar para os nossos convidados, eu posso lê-las todas, para poder verificar se já podem responder, ou, se preferirem, eu leio, depois, no retorno da fala.

Então, o assunto tem, por finalidade, fazer essa interação dos projetos. O meu requerimento justifica também a importância desse tema. É um tema que tem dois projetos. Portanto, nós temos dois Senadores que indicaram esses projetos, cada um com as suas justificativas e com os seus olhares, e, quando a gente tem projetos de natureza semelhante, cujas ementas se relacionam, a gente pode fazer a tramitação conjugada ou pode fazer a tramitação apensada. Ainda não temos uma posição definitiva sobre isso, por isso é que achamos melhor convocar esta audiência pública.

Preferem que eu leia logo ou depois que vocês falarem, para o retorno? (*Pausa.*)

Vamos passar a palavra para os senhores e as senhoras. Não se assustem, mas o relógio toca faltando 15 segundos, isso é automático. A gente pede a observância dos dez minutos, por conta do horário da sessão deliberativa. São dez minutos para cada um, para sua exposição inicial, e, depois, a gente retorna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer muito a presença de Maria Selma de Morais Rocha; Sérgio Barreto de Oliveira Silva; Marisa Irene Siqueira Castanho; Rosilene Corrêa; Raquel Souza Lobo Guzzo; Lucilia Lino; Fauston Negreiros; e de Jossandra Barbosa.

Vamos dar início. Nós temos algumas pessoas *online*. A primeira delas, inclusive, está *online*, que é a Maria Selma Moraes Rocha, Prof. Maria Selma.

Selma, eu já te vi aí na telinha, agora tu saíste.

Profa. Maria Selma Moraes Rocha, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC).

Boa tarde, Selma, muito obrigada pelo seu tempo. Você tem dez minutos iniciais.

A SRA. MARIA SELMA MORAES ROCHA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senadora, boa tarde a todos os presentes nesta audiência.

Quero agradecer o convite, pela possibilidade de conversar sobre um tema que envolve uma complexidade grande e tem muita importância para os processos educacionais em particular, considerando a estrutura dos projetos de lei que estão em discussão e também aquilo que foi apresentado como justificativa para esse processo que está em questão, que é o exercício e a regulação do exercício da profissão do psicopedagogo.

Bem, eu, para aproveitar bem meu tempo, começaria olhando para um item, um inciso em particular, do art. 4º, que está presente no Projeto de Lei de 1.079, de 2023, porque, a meu juízo, ele encerra um conjunto de problemas que precisam ser pensados no que se refere à ação do psicopedagogo e da ação da própria escola, no que diz respeito aos chamados problemas de aprendizagem.

Eu chamo a atenção para essa questão para que nós possamos então discutir o processo da regulamentação, tendo em conta talvez uma abrangência de trabalho maior e uma análise sobre o que são os processos de aprendizagem, os processos pedagógicos na escola, talvez mais profunda em relação às necessidades e àquilo que é a dinâmica de uma instituição educacional.

O que diz esse inciso? Eu estou sendo muito direta por causa do tempo. Ele diz o seguinte, que uma das atribuições do psicopedagogo é:

> Art. 4º .....
> I - intervenção psicopedagógica visando à solução dos problemas de aprendizagem, tendo por enfoque o indivíduo ou a instituição de ensino público ou privado ou outras instituições onde haja a sistematização do processo de aprendizagem na forma da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu começaria problematizando um pouco essa definição, porque eu diria que a literatura já tratou disso à exaustão. Por certo, os problemas de aprendizagem não guardam relação apenas com dificuldades individuais, sejam elas de natureza cognitiva, sejam elas de natureza psicológica.

Então, trata-se de um problema que, por certo, envolve uma dimensão multifatorial. E essa dimensão multifatorial nos remete a pensar questões sobre o chamado fracasso escolar, que teve dimensões distintas e abordagens distintas no Brasil, especialmente depois da década de 80 para cá.

Eu evoco aqui um dos trabalhos clássicos a esse respeito. Existe muita coisa produzida, evidentemente, mas eu vou fazer referência a esse texto, porque ele tem, a meu juízo, muita atualidade. É o trabalho da Profa. Maria Helena Souza Patto, que é um clássico sobre o fracasso escolar.

Eu quero elencar aqui um conjunto de questões que me parece devem nos mobilizar para pensar a função do pedagogo, do psicopedagogo, e de todos os profissionais do interior da escola.

Então, ela vai nos dizer que as explicações sobre o fracasso escolar, em geral, quando ela escreve o texto – que depois teve um posfácio e prefácios atualizando e falando da importância do que Maria Helena Souza Patto estudou e trouxe como contribuição ao debate sobre o fracasso escolar –, estiveram, durante muito tempo, apoiadas nas teorias do déficit e da diferença cultural, que precisam ser revistas – por certo, precisavam ser revistas, também, no passado – em face dos mecanismos que produzem as dificuldades de aprendizagem, que não se reduzem, por certo e por óbvio, às dimensões individuais.

Então, ela vai nos falar que o fracasso na escola pública é inevitável quando você tem uma engrenagem congênita no sistema educacional que gera obstáculos à realização da aprendizagem. Isso não tem a ver só com, portanto, a condição social, a condição econômica, a condição cultural das crianças, mas com aquilo que o sistema educacional engendra, como limitações ao processo de ensino e aprendizagem.

Ela vai fazer referência, também, a algo que é recorrente no país. Nós temos ondas que tratam desse assunto, que se refere, quando não à carência cultural do estudante e à carência social, à incompetência do profissional da educação, do professor. Esta análise, quase que binária, que responsabilizou ou o professor ou o aluno, ou o professor ou o aluno – com o aluno na condição de alguém que está vitimizado por essa ideia da carência social e da carência cultural –, este contexto faz com que se coloquem em relevo os indivíduos e as práticas desses profissionais e também a condição dos estudantes, analisando as questões do ponto de vista da incapacidade individual.

Por que eu trago essa questão? Porque esse inciso, a meu juízo, sintetiza um conjunto de problemas educacionais de longo alcance e de grande profundidade, ou seja: o psicopedagogo é aquele que intervém para solucionar os problemas de aprendizagem.

Então, há um processo, de um lado, que identifica tais problemas, ou nos professores, ou nos estudantes, simplificando processos educacionais bastante complexos. Eu volto a dizer: as políticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educacionais, um conjunto de determinações que estabelecem lógicas de ensino e aprendizagem nas instituições, têm muita interferência naquilo que leva a escola a reagir de uma forma ou de outra diante dos problemas sociais, culturais e dos desafios que estão em questão no processo de desenvolvimento do conhecimento na escola.

Por que é que eu faço referência a essas questões? Porque não se trata apenas de uma questão de domínio técnico, de estratégia didática, de protocolos educacionais didáticos para superar dificuldades que, muitas vezes, não têm nada a ver com processos cognitivos.

Uma criança que está submetida a uma circunstância de violência na família ou na própria escola seguramente terá um conjunto de problemas que individualmente não será resolvido, se esse conjunto de questões não estiver sendo observado e analisado. E isso não envolve só o profissional de pedagogia ou psicopedagogo, isso envolve uma dinâmica de trabalho do conjunto da escola. Existem muitos estudos que tratam dessas dimensões, e elas merecem ser evocadas para que nós possamos pensar o papel desses profissionais a partir de uma complexidade do trabalho educativo, que vai desde a legislação até a sala de aula.

Bem, eu diria que tem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA SELMA MORAES ROCHA (*Por videoconferência.*) – ... outra observação feita pela Profa. Maria Helena Souza Patto bastante importante de ser considerada, que é a necessidade de que nós revisitemos a literatura, para que a ciência não assimile a estrutura cotidiana, mas se debruce sobre ela e possa pensar sobre ela na sua complexidade; ou seja, a ciência não pode – e não deve, a nosso juízo – debruçar-se só sobre o problema imediato, ou aparência do problema, mas olhar para esse conjunto complexo que é a escola e o sistema educacional em cada território, em cada município e em cada lugar.

Eu concluo, portanto, dizendo que é muito importante ter cuidado com as tendências individualizantes e com as explicações que reduzem essas dificuldades apenas às dimensões cognitivas e psicológicas, evidentemente não as ignorando, porque elas existem. Eu diria, portanto, à luz dessas questões, que seria muito importante que fossem repensados, no texto do Projeto de Lei nº 1.079, os incisos I, II e III, e que, por fim, se considere que a ação de um profissional, de um psicopedagogo numa escola, seja pública, seja privada, não coloque a oposição entre o enfoque do indivíduo e o enfoque na instituição. As duas coisas são inseparáveis no processo educacional. Ainda que em alguns momentos se tenha necessidade de enfoques individuais, nós não podemos individualizar a questão da aprendizagem, como se – volto a dizer – o problema fosse só dos sujeitos ou dos seus professores, quando a rede, a teia que envolve o debate sobre a não aprendizagem é bastante mais complexa e, seguramente, envolve o conjunto de sujeitos da escola; ou seja, a escola se debruça sobre si mesma para olhar para os seus desafios, no que se refere à cultura e ao desenvolvimento educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o convite que eu faço, concluindo, é para que nós possamos repensar esses projetos de lei, levando em consideração essa dimensão maior e a contribuição que o psicopedagogo pode dar a esse processo, sem que ela signifique – eu repito – uma simplificação da ideia de intervenção pedagógica para a resolução de problemas de aprendizagem que não envolvem uma dimensão apenas técnica.

Muito obrigada.

Desculpem-me se eu passei do meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Professora. Passou só um "tiquinho", não tem problema.

Só quero destacar, porque eu não disse no início, mas a Profa. Selma fez menção, o seguinte: do PL 1.079, incisos I, II e III do art. 2º, o autor é o Senador Veneziano Vital do Rêgo; e do outro PL, o 1.675, o autor é o Senador Hamilton Mourão. Eu tinha me esquecido de dizer isso na abertura.

Vou passar a palavra agora para o Sr. Sérgio Barreto de Oliveira Silva, Coordenador de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, para os seus dez minutos iniciais.

O SR. SÉRGIO BARRETO DE OLIVEIRA SILVA (Para expor.) – Primeiramente, agradeço à Senadora Teresa Leitão e cumprimento V. Exa. e a todos os presentes.

Antes de entrar no mérito da proposta, eu queria só fazer algumas considerações sobre o processo de regulamentação de profissão.

Têm passado pelo Ministério do Trabalho, através desses anos, vários processos de regulamentação de profissão, e alguns vêm atrelados à criação de conselho, e outros, não. Antes de uma profissão ser regulamentada, tem que se observar a necessidade da criação de um código de ocupação, de uma CBO, que a profissão de psicopedagogo já tem, que é a CBO239425. Atualmente, há, na CBO, mais de 2,6 mil ocupações, e, entre essas ocupações, essas profissões, há 91 profissões regulamentadas.

Com relação a ambos os projetos, vocês citam a questão do conselho de classe, mas realmente não citam qual conselho que vai regulamentar a profissão.

Com relação à regulamentação e à criação, alguns projetos de lei já regulamentam a profissão e já criam o conselho, mas, nos dois projetos de lei, realmente não tem essa visão. Em alguns projetos, até tem um conselho já criado que vai fiscalizar a profissão. Não sei se vocês já pensaram se algum conselho poderia fiscalizar a profissão ou a intenção realmente é criar um novo conselho. A criação de conselho, que é um órgão, tem que ser por meio de iniciativa do Presidente da República.

Eu faço menção aos arts. 2º e 3º. Aí é mais uma questão de ajuste e interpretação. Da forma como eu os li, ficou meio vaga a seguinte questão: no art. 2º de ambos os projetos de lei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – De qual projeto?

O SR. SÉRGIO BARRETO DE OLIVEIRA SILVA – Dos dois.

Vocês falam:

> Art. 2º .....
> III - os titulares de diploma de curso superior que já venham exercendo ou tenham exercido, comprovadamente, atividades profissionais de Psicopedagogia em entidade pública ou privada, até a data de publicação desta Lei;
> .....

Não tem nenhum prazo que o profissional venha exercendo essa atividade. Então, assim, da forma que se lê, ele pode ter trabalhado um dia ou cinco anos. Então, geralmente, isso fica mais detalhado. Não sei se vocês vão detalhar o prazo depois num decreto ou se já podem trazê-lo na própria lei.

Quando vocês falam da publicação dessa lei, em ambos os projetos, vocês falam que a lei vai entrar em vigor quando for criado o conselho. Então, assim, do meu ponto de vista, fica uma lacuna quando vocês falam, no art. 2º, que é da publicação da lei, mas a lei entra em vigor quando for criado o conselho. Se for criado o conselho daqui a dois anos, vai ficar aí realmente um espaço de novos profissionais que entrarem, e isso pode dar a interpretação de que eles vão ficar de fora nesse período.

Então, é uma questão de interpretação que eu acho que pode ser ajustada nesse texto.

Com relação ao art. 3º de ambos também, de ambos os projetos, fala-se:

> Art. 3º É assegurado aos atuais ocupantes de cargos ou funções de Psicopedagogo, em órgãos ou instituições públicas, o direito de continuar no exercício de suas respectivas atividades, desde que credenciados pelos órgãos competentes.

Aqui também não está previsto nenhum critério do que será exigido para esse credenciamento desse órgão. Então, possivelmente, não sei se vocês vão trazer isso na própria regulamentação da criação do conselho, mas, do meu ponto de vista, poderia ser melhorado também esse art. 3º.

Terminei bem antes do tempo, mas essas são as considerações que venho fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Terminou antes do tempo, mas deixou questões bem fundamentais para a relatoria, com certeza.

Muito obrigada, Dr. Sérgio.

Passo a palavra agora para a Marisa Irene Siqueira Castanho, que está aqui na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos dois convidados que estão fora da mesa. Na hora em que eles forem falar, podem falar daí ou vir para cá, certo?

Marisa Irene Siqueira Castanho, Presidenta da Associação Brasileira de Psicopedagogia(ABPP), tem a palavra para seus dez minutos iniciais.

A SRA. MARISA IRENE SIQUEIRA CASTANHO (Para expor.) – Muito boa tarde.

Agradeço o seu convite, Senadora Teresa Leitão, para esta audiência pública, que considero de extrema relevância para a discussão da regulamentação do profissional e da atividade profissional da psicopedagogia.

De fato, ambos os projetos de lei em pauta trazem questões que já foram assinaladas pelos meus colegas antecedentes – não vou me alongar –, questões sérias, sobre as quais nós temos que conversar para ver a melhor solução.

A importância dos projetos de lei de regulamentação da psicopedagogia... Eles são extremamente claros no que diz respeito à necessidade de regulamentação do exercício dessa atividade profissional, porque é uma atividade profissional que já existe de fato há quatro décadas; não pode ser ignorada por toda essa bancada, por todos os senhores e por todos nós que somos psicopedagogos e exercemos essa profissão.

A importância de um projeto de lei é para estabelecer exatamente a especificação de quais são os profissionais aptos a exercerem essa atividade; que se observem as questões do sigilo profissional; e que se impeçam as atividades de psicopedagogia que estão numa interface entre a educação e a saúde, que são áreas tão sensíveis ao cenário atual – sempre foram, concordo com o que Maria Selma já colocou; nós já debatíamos lá atrás a questão do fracasso escolar e continuamos hoje debatendo essas questões. Temos que deixar mais claras essas interfaces entre a educação e a saúde mental no espaço da escola.

Nós temos uma pesquisa que é um recorte que mostra quem é o psicopedagogo no Brasil. Fizemos essa pesquisa, que mostra que 95% dos psicopedagogos são mulheres. Isso já é uma questão extremamente importante para a gente pensar. E são mulheres que são oriundas de uma formação na educação, na pedagogia. Isso a pesquisa comprova. Elas são da educação e vêm buscar, há mais de quatro décadas, a formação continuada para encontrar respostas às questões tão drásticas, já assinaladas por Maria Selma, pela Marilene Proença e todos que vêm debatendo, das dificuldades de aprendizagem. Não são mesmo de cunho individual, são questões sérias, são questões que imbricam toda a problemática de um cenário econômico, social, educacional neste país. E é séria a questão da regulamentação dessa profissão.

A faixa etária do nosso recorte da pesquisa aponta que 65% dessas profissionais estão entre 41 e 60 anos de idade, ou seja, já vêm atuando há quanto tempo nessa profissão sem a garantia de direitos, de direitos do seu trabalho. E atuam, olhem a contradição, elas vêm da educação, são mulheres que vêm buscar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respostas para as questões educacionais e elas vão atuar nos espaços clínicos de atendimento individual das dificuldades de aprendizagem. Essas são as questões que nós temos que debater aqui.

As questões da formação e de quem é o profissional da psicopedagogia, de fato, estão colocadas nos dois PLs e indicam que a primeira – primeira no sentido de ser a formação mais antiga, e não no sentido de relevância – formação do psicopedagogo se deu por profissionais que já vinham de graduações em psicologia, fonoaudiologia, pedagogia e licenciaturas. São essas as mulheres, eu vou dizer assim, porque a nossa pesquisa indica isso, que vieram buscar na especialização as respostas e as possibilidades de uma atuação mais eficiente, mais eficaz frente a essas dificuldades enfrentadas no espaço institucional escolar.

E esses cursos, desde a década de 80, vêm formando. A partir do final da década de 90, as formações começam a ser nos cursos de graduação. Isso remete à importância de termos um profissional específico da área. Então, as duas formações, eu gostaria que ficasse claro no nosso entendimento, são extremamente importantes e devem ser consideradas no projeto de lei. Isso é uma dificuldade? É, mas é uma área multidisciplinar. Mesmo na formação da graduação, a cujas diretrizes nós não temos ainda alcance, nós temos trabalhado, já trouxemos neste Plenário do Senado vários debates em relação à especialização e ganhamos algumas causas: a questão de no mínimo 600 horas, com práticas supervisionadas, para garantir o mínimo de especificidade dessa ação.

Portanto, nós temos aí, enquanto Associação Brasileira de Psicopedagogia, representamos, em 20 unidades, em torno de 5 mil psicopedagogos, mas a gente não tem a dimensão do número de psicopedagogos formados no Brasil, nessas quatro décadas e meia, tá? A gente estima em 150 mil psicopedagogos. A gente tem no e-MEC, no cadastro do e-MEC, apenas 41 cursos de graduação e em torno de 4,5 mil de especialização.

Então essa é uma questão, Senadora Teresa Leitão, que nós temos que pensar muito seriamente: esses profissionais que vêm da formação multidisciplinar, que atuam na área, e esses novos profissionais formados na graduação. Essa legislação precisaria dar conta de não excluir ninguém. São profissionais que atuam efetivamente nessa área.

Então, nesse sentido, a gente chama exatamente a atenção para a Emenda nº 1 do art. 2º, porque entendemos como ocorreu nas demais profissões que já são regulamentadas, a partir da própria psicologia. A psicologia, quando foi regulamentada, também veio de outras áreas e demandou um tempo de organização, de sedimentação, de uma formação específica, para chegar ao lugar a que ela chegou.

Então nós entendemos...

A psicomotricidade, que é uma profissão recentemente regulamentada aqui pela Câmara, pelo Congresso, a musicoterapia, que é uma recente, são profissões que já passaram por esse processo e estão aí trabalhando no sentido de encontrar os caminhos. Que venham ou não, Prof. Sérgio, pelo conselho de classe, que venham pelos próprios projetos, nós temos que pensar seriamente como resolver essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi dito, pelo Prof. Sérgio, das atribuições que estão previstas na CBO, mas o que eu preciso destacar aqui é a importância da regulamentação do exercício profissional da psicopedagogia. Com aquilo que já foi colocado, de normatizar as especificações dos profissionais que atendem, que operam e vão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARISA IRENE SIQUEIRA CASTANHO – ... atuar nessa área, as atribuições da formação inicial continuada, requisitos, competências, questões éticas, a qualidade da formação, mas principalmente, observem, a questão do acesso da população aos serviços nas instituições públicas, privadas, quer de educação, quer de saúde, porque nós não conseguimos, enquanto não somos regulamentados, fazer parcerias, assinar convênios e abrir o acesso à população.

Nós estamos num momento, eu gostaria de deixar ressaltado, num momento sério de amplificação de diagnósticos de crianças com dificuldade de aprendizagem e com transtornos de aprendizagem. Isso está engrossando as fileiras dos atendimentos clínicos, quando é na escola, é dentro da escola esse lugar. Não é o lugar do especialista, não. Eu não estou advogando aqui lugar de especialistas dentro da educação. A psicologia já conseguiu esse lugar, junto com a assistência social. A psicopedagogia tem o direito, por estar, há quatro décadas e meia, atuando em espaços preventivos. Nós não coadunamos com a questão dos atendimentos individuais nas dificuldades de aprendizagem, o lugar da aprendizagem, o lugar da escola.

As equipes multiprofissionais das escolas merecem trabalhar, não pelo fracasso escolar, não pelo fracasso... Esse é um discurso anterior. Não é pelo fracasso da escola ou do professor, mas a demanda da escola, os desafios da escola são imensos – imensos!

A garantia de uma aprendizagem para todos, a garantia de uma aprendizagem, inclusive com equidade. Vocês já pensaram a seriedade disso que a escola enfrenta e com os recursos que ela tem – e muitas têm? Obviamente, as escolas particulares e instituições têm muito mais, mas nós estamos falando aqui, prioritariamente, da escola pública. Qual é o acesso aos profissionais que podem atuar em espaços preventivos?

A psicopedagogia, eminentemente – para eu encerrar, o meu tempo acabou –, é uma profissão multidisciplinar, que compreende que ela pode integrar as equipes multiprofissionais, quer na educação, quer na saúde. Nós atuamos nessa interface e gostaríamos de ter um lugar ao sol – eu posso dizer assim – junto com as demais profissões que se preocupam com educação de qualidade, com educação para todos, com o freio nesses encaminhamentos e nesses diagnósticos.

Nós temos crianças de quatro anos de idade, de cinco anos de idade com diagnósticos encaminhados para atendimento clínico. Os pais estão esperando... Eu estou com um caso, agora recente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARISA IRENE SIQUEIRA CASTANHO – Acabei.

Isso! De encaminhamento de crianças.

As políticas públicas de educação e saúde estão aí para garantir essa equidade e essa educação para todos, e a psicopedagogia quer fazer parte disso.

Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada também.

Desculpem, mas a gente tem que ser chata às vezes, não é? (*Risos.*)

Vamos passar a palavra agora para a Profa. Rosilene, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), para os seus dez minutos iniciais.

A SRA. ROSILENE CORRÊA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Cumprimento e parabenizo pela iniciativa da audiência, um debate muito importante; cumprimento a todos aqui da mesa, os que estão participando virtualmente e também os que estão aqui presentes.

É muito bom a gente ver esta sala cheia, porque, quando a gente vai debater o interior da escola, nós estamos falando de vidas, não é, gente? Quando a gente fala da saúde, é tudo muito urgente, mas a educação – e gosto sempre de lembrar disso – a gente também, de certa forma, pode condenar à morte. É um outro tipo de morte, mas é isso, da exclusão, da desigualdade, enfim. E, aí, tudo que se traz para o debate, que é pensando em qualificar, em oferecer o que, de fato, é de direito dos nossos estudantes, precisamos fazer com muita seriedade e, principalmente, abrindo mão, muitas vezes, de situações que a gente tende... E é natural do ser humano, do nosso profissionalismo, do nosso corporativismo, e não é esse o debate que está posto. Então, acho que é importante que a gente tenha isto em mente: é pensar lá na escola. E também com a preocupação, assim como a Selma apresenta, Senadora, de a gente saber que nós estamos pensando na escola, e há uma preocupação nossa de a escola estar assumindo um papel de solução para muita coisa, sabe?

A prevenção disso é responsabilidade do Estado e da sociedade, de modo geral. Enfim, nós precisamos fazer todo esse movimento e essas decisões devem ser tomadas, mas entendendo que é preciso ter algo mais, porque a escola tem seus limites também, para a sua atuação. Então, tem muito mais a ser feito, para que a gente dê conta do que vem explodir lá dentro da escola. Acho que a gente não pode botar esse peso todo para a gente. Nós somos muito potentes, muito capazes, a educação é, de fato, transformadora e dá conta de muita coisa, mas nós precisamos também de socorro. A escola pede socorro também e, por isso, ter esse profissional e tantos outros – e precisamos de ainda mais – é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu falo do corporativismo, é porque nós percebemos que temos aqui uma discussão, um pano de fundo, diria assim, que é para onde é que vamos entender que é a competência. Porque nós temos os psicólogos, mas nós temos também outros profissionais que atuam, que, nas condições que nós temos, hoje, se qualificam e estão aí, estão atuando. São profissionais, como foi colocado aqui, que já têm uma vida profissional em curso.

Aí tem uma questão que eu não sei como é que a gente pode detalhar, e isso certamente depende, tem mudança, até mesmo, de um estado para o outro, que é da legalidade das coisas, do ponto de vista dos seus direitos trabalhistas mesmo, de previdência, inclusive, porque nós temos professores que são da carreira do magistério, têm uma aposentadoria em curso, e como é que é a transição disso? Como é que eu vou me encaixar nisso? Para o psicólogo, já são outras regras, não é da carreira do magistério. Então, tem muita coisa a ser, de fato, detalhada e pensada nessa transição.

Outro ponto que nós precisamos também destacar, que é um ponto bem delicado, e, às vezes, nós somos mal entendidos, é o orçamento. Quando a gente pensa na escola, na educação, quem vem para dentro desse pacote vem com base em que orçamento, amparado em que orçamento? Porque aí também nós precisamos discutir, com o Ministro Haddad, o que vamos fazer para esse orçamento dar conta, para além do que nós temos previsto hoje.

Então, não significa que a gente tenha uma posição de que, se não tem dinheiro, então não teremos atendimento, não se trata disso. Agora, precisamos discutir, todo mundo tem que discutir, até porque quem quer vir para dentro da escola quer também uma boa carreira, quer boas condições de trabalho, quer bom salário, então, é todo mundo junto nisso, é uma responsabilidade que precisa ser também de todos nós.

Acho que a gente tem, Senadora, aqui, uma CNTE, em que nós trazemos muito da ponderação do debate que precisa se aprofundar. Acho que nós estamos, sim, em um debate muito sério mesmo que depende de mais detalhes. Foram levantados alguns pontos dos projetos, não é?

Tem um projeto que eu acho que ainda existe, que é da Câmara, da Deputada do Ceará...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ROSILENE CORRÊA – Tem um que, inclusive, o Sindicato dos Psicopedagogos entende que atenderia mais, mas, aí, a partir de uma lógica deles, então, tem um terceiro projeto... Tem muita coisa tramitando e que nós precisamos estudar mais, detalhar mais, pela importância e relevância que tem para a educação, e, nesse caso, não é só a educação pública, é a educação, pois esses profissionais estão também nas escolas particulares. Estamos falando não só da vida profissional, mas do que será feito dentro da escola, da importância e da necessidade que nós temos.

Então, insisto em dizer que nós estamos à disposição para aprofundarmos esse debate, para colaborarmos, para consensuar e realmente fechar uma proposta que, de fato, venha a atender sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melindres, sem dividir profissionais, entendendo que a gente tem um objetivo comum, que é o melhor para a nossa meninada e a nossa juventude, enfim, para a educação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Rosilene.

Nós vamos ter agora duas intervenções por videoconferência e depois teremos duas presenciais.

Vamos passar a palavra agora para a Sra. Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia, para seus dez minutos.

Raquel, já estamos vendo sua lâmina. Quando quiser começar, esteja à vontade.

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu quero começar, mas eu preciso, primeiro, colocar essa lâmina aqui em tamanho maior para vocês poderem ver. Eu já me esqueci de como é que faz isso aqui, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A gente tem um painel. Ela está visível. Está com os quadradinhos de lado, mas está visível.

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (*Por videoconferência.*) – Deixe-me ver como é que eu passo isso aqui. Espera aí, que eu acho que...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vai tirar os quadradinhos.

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (*Por videoconferência.*) – Se puder dar uma...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Encerrar o compartilhamento...

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (*Por videoconferência.*) – Não, não, eu vou...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Encerrar o compartilhamento, abrir em modo de apresentação e, depois, retornar o compartilhamento.

Eu recorri aos universitários, viu, Raquel? (*Risos.*)

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (*Por videoconferência.*) – Vamos lá!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agora você está inteira na tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO (*Por videoconferência.*) – É, agora eu estou inteira na tela. De novo, né?

Apresentação, modo de exibição... Agora eu... Não, não é isso. Estou perdendo meu tempo aqui à toa, gente.

Então eu não vou nem apresentar a minha apresentação. Eu vou falar de acordo com aquilo que eu estruturei para fazer esse debate.

Primeiro, eu quero agradecer o convite ao Conselho Federal de Psicologia, que já há muito tempo está nesse debate com relação à psicopedagogia. Inclusive, tem um título de especialista para psicopedagogos já também configurado há muito tempo.

Eu queria cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, como Presidente desta audiência, e, na pessoa dela, todos os outros Senadores e Parlamentares que estão presentes aqui na audiência e os colegas que contribuíram com suas apresentações, especialmente a presença da representação do MEC, da Presidente da Associação Brasileira de Psicologia e do nosso representante da Associação Brasileira de Psicologia Escolar.

Já estive aqui como Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Escolar em outras épocas, como colocou a atual Presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia, discutindo exatamente essa questão. Então, essa situação desses dois projetos de lei – de regulamentação do exercício profissional e de configuração do conselho, ou de um órgão de regulamentação da profissão – já é antiga. E eu acho que a gente precisa examiná-la com todas as circunstâncias que estão mobilizando essa questão da escola pública brasileira, principalmente.

Acho que a Profa. Maria Selma trouxe uma coisa que eu tinha pensado em dizer: que as dificuldades de aprendizagem, o fracasso na escola não são de uma criança, não são individualizados, não são questões que você trabalha clinicamente com os problemas fora do contexto da escola. A gente tem uma concepção completamente diferente.

Eu represento a Comissão de Psicologia Escolar do Conselho Federal de Psicologia, na posição de consultora. Participei do GT do MEC de organização de políticas, em que o Presidente Lula pede para a gente desenvolver uma política pública de proteção e de prevenção para os problemas de violência na escola, e eu sou focada na questão do desenvolvimento infantil.

Quando a gente olha para o desenvolvimento infantil, a gente estuda, a partir da literatura... E fui formada também na USP pela Profa. Maria Helena Patto, viu, Profa. Selma? Então, é muito sério conceber o fracasso escolar como uma questão individual – é muito sério isso!

Eu acho que – a partir das leituras de Vygotsky, da abordagem vygotskyana do desenvolvimento infantil – a gente entende que uma pessoa se desenvolve a partir das relações sociais que ela estabelece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a escola é um espaço, por excelência, de desenvolvimento infantil. A gente não pode tirar a criança da escola para cuidar da criança, atender à criança fora desse contexto, a menos que em casos absolutamente especiais.

Eu gostaria de dizer exatamente isto: a primeira questão, a primeira situação que eu queria discutir... Eu acho que o Dr. Sérgio foi sucinto, certeiro, e colocou exatamente os pontos mais vulneráveis e contraditórios dos dois projetos, mas eu gostaria de levantar uma questão aqui, como exemplo: a Medicina é um curso de formação generalista, que especializa no final. Então, o que acontece? Nós não vamos criar uma profissão de pediatra, com regulamentação de pediatra, porque a Pediatria é uma especialização da Medicina. Ele é um médico, um médico com especialização de pediatra.

Se nós entrarmos nesse contexto de regulamentar uma profissão que é especializada, que já vem com a concepção de várias outras profissões, como a Profa. Marisa, da Associação Brasileira de Psicopedagogia, apresentou... se você fizer um levantamento, eu já fiz vários no e-MEC, a maioria dos cursos de graduação em Psicopedagogia é EAD, então tem um número de vagas enorme – não são nem contábeis as tantas vagas abertas, pelo Brasil afora, nesses cursos.

Uma graduação em EAD tem um caráter, que é de difundir o conhecimento de uma maneira completamente diferente de uma presencial. Nós da Psicologia defendemos a presença para a formação do psicólogo. A gente tem uma posição muito clara em relação a isso. E, quando a Psicologia, no curso de graduação, que é generalista, tem uma ênfase curricular para ações na escola, o profissional pode se especializar em Psicopedagogia, se ele quiser entrar na escola e olhar, junto com os professores, o desenvolvimento da aprendizagem das crianças que estão matriculadas ali.

Então, em primeiro lugar, a psicologia precisa estar na escola, e eu acho que a legislação, é 15 mil... Não, já nem sei o número da legislação... É 13.935, de 2019, que institui uma formação multiprofissional para apoio aos professores, uma equipe multiprofissional para apoio aos professores, com assistentes sociais e psicólogos, quando a gente forma essa equipe nas escolas, a gente inevitavelmente acompanha, a gente não trata, a gente não atende, a gente não faz ações clínicas. A gente trabalha com os professores, para acompanhar o processo de desenvolvimento das crianças junto com eles. É um trabalho interativo, é um trabalho comunitário, é um trabalho que olha a escola como um todo, que conhece o território onde a escola está inserida.

Então, para mim, é muito, muito diferente desta psicopedagogia que está sendo tratada aqui. Essa psicopedagogia que está sendo tratada aqui vem historicamente de consultórios privados que atendiam crianças referenciadas aos consultórios, com problemas de aprendizagem. Eu participei desde o começo dessa discussão.

Então nós criamos a Associação Brasileira de Psicologia Escolar, em seguida foi criada a Associação Brasileira de Psicopedagogia, e desde esse tempo, nós estamos discutindo o que significam esses dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais. Eu não descarto a importância, o reconhecimento desse trabalho, mas eu acho que o pedagogo, que é o educador, que é o professor que está na escola pública, não tem regulamentação. Ele não tem regulamentação. Ele não tem conselho, ele é um profissional que trabalha para a escola, pela educação brasileira.

Então a psicologia tem uma regulamentação, e é interessante a gente notar – eu estou acelerando aqui para poder cumprir meu tempo – que quando a psicologia foi regulamentada, ela quis exatamente diferenciar-se das práticas psicoterápicas dos psiquiatras. Então tem um sentido que é assim, estava tudo misturado; quando a psicologia foi regulamentada, ela falou, não, a gente trabalha de uma outra forma, e essa outra forma com que a gente trabalha é exatamente conhecendo o sujeito inserido num contexto específico, em valores específicos, em cultura específica. Nós não tratamos única e exclusivamente dos transtornos e dos problemas.

Então, quando a gente da fala saúde mental na escola, é uma outra... Eu estou fazendo este debate agora sobre saúde mental na escola, para a gente não pensar que saúde mental é doença mental, porque essa é a representação; a representação social de quando você fala em saúde mental é que você está falando em transtorno. Então nós não queremos que essa situação seja associada aos problemas que as crianças têm na escola. Elas têm problemas de várias ordens.

Nós estamos inseridos nas escolas aqui em Campinas, municipais. A gente está fazendo um levantamento agora, hoje de manhã eu trabalhei com isso, um levantamento dos problemas que as crianças trazem quando falam na perspectiva delas, como é que está a vida delas, no cotidiano da escola. Sim, violência doméstica. Eles não falam em problemas de aprendizagem.

Então é importante a gente saber ouvir, a gente acolher, mas a gente trabalhar coletivamente, comunitariamente, participativamente com a questão da escola como um todo.

Eu sou uma entusiasta, defensora da psicologia escolar, mas eu acho que a psicologia tem que estar junto com o educador, acompanhando a sala de aula, olhando como é que as crianças entram na escola, como é que elas saem da escola, o que elas fazem no recreio. Enfim, ela só tem condição de ajudar no processo de desenvolvimento se ela estiver lá. Se ela não estiver lá, ela simplesmente faz um retrato do sujeito e inevitavelmente culpabiliza o sujeito pelo que ele está vivendo.

Então esse foi o meu recado. Eu fiz uma apresentação, depois eu vou deixar disponível aí para a Sra. Senadora, se quiser, depois, discutir mais.

Eu estou à disposição.

Acho que o Conselho Federal de Psicologia está bem envolvido nessa questão aqui.

Eu tenho 15 segundos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu poderia dizer que a Lei 13.935 cria esta profissão, ela cria uma equipe multiprofissional a serviço dos processos de desenvolvimento e aprendizagem. E, com esta equipe, as especialidades, como a Psicologia Escolar e o Serviço Social Escolar, já estão regulamentadas e com títulos requeridos. Se quiserem, fazem especialização em Psicopedagogia, mas, se não quiserem, já tem a regulamentação e já tem os seus conselhos devidos, o Conselho Federal de Serviço Social, o Conselho Federal de Psicologia, e a gente pode, efetivamente, por meio de concurso público, participar da vida colegiada de uma escola pública brasileira.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada também.

Eu informo à Profa. Raquel e a todos os outros que trouxeram qualquer material que o material ficará disponível na página da Comissão de Assuntos Sociais. Então, o seu material está salvo, Raquel.

A próxima convidada também vai falar por videoconferência. É a Sra. Lucília Lino, representante da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfop).

Lucília, à vontade para seus dez minutos iniciais.

A SRA. LUCÍLIA LINO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço muito o convite da Senadora Teresa Leitão para participar dessa audiência, trazendo o posicionamento da Anfop (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), que é uma entidade nacional que, desde os anos 80, congrega professores, especialistas, pesquisadores da área de formação e representações estudantis da educação básica e superior e vem exercendo um papel de protagonismo no debate em torno da formação dos profissionais de educação nos cursos de Pedagogia e nas licenciaturas, com relevante produção acadêmica sobre o tema.

Falo isso porque, há quatro décadas, a gente luta para que a política de formação de professores contemple a valorização do profissional do Magistério, assegurando o direito à formação como tarefa da universidade e dever do Estado, contemplando planos de carreira, salários dignos, ingresso por concurso público e condições de trabalho e saúde.

E por que eu digo isso? Porque a não observância desses aspectos compromete não somente a atuação do professor e a qualidade do ensino, mas interfere no desempenho das crianças, jovens e adultos que estão no sistema educacional.

Então, apenas como exemplo dessa relação condição de trabalho e desempenho do aluno, a gente tem um número excessivo de alunos por sala de aula, desconsiderando-se o que o Plano Nacional de Educação considera pertinente à relação idade-série. E também a promoção da bidocência na educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infantil, a carência de profissionais de apoio e mediadores, que defendemos devam ter a formação de professores.

Por que falamos isso? Porque parece que a inserção de mais um profissional com uma formação específica na escola vai solucionar os problemas de aprendizagem das crianças. A gente considera que a precariedade da ampla parcela das escolas brasileiras, muitas sem condições sanitárias básicas, com carência de equipamentos, como biblioteca, laboratório, salas de recursos, materiais pedagógicos, com falta de acessibilidade, falta de pessoal, especialmente profissionais de apoio e mediadores para o atendimento de estudantes com necessidades específicas de aprendizagem, desde as chamadas dificuldades de aprendizagem até as síndromes, transtornos, que se constituem no público-alvo da educação especial, que devem ser atendidos com equidade, na perspectiva inclusiva dentro da escola dita regular.

Então, a gente considera auspicioso esse debate, o avanço do conhecimento no campo da psicopedagogia, achamos relevante termos a parceria de profissionais com formações e especializações que venham a contribuir para o desempenho das crianças, mas a gente sabe, como foi explicitado pela companheira da Associação Brasileira de Psicopedagogia, que a maioria das profissionais de psicopedagogia vem do campo da educação, tem formação em pedagogia e já atua dessa forma. Então, a gente pergunta se esses profissionais, já com especialização e experiência em psicopedagogia, demandam, de fato, essa regulamentação.

Historicamente, a Anfope se opõe frontalmente aos projetos de regulamentação da profissão do pedagogo, por entendermos que essa fere a sua autonomia e liberdade de cátedra, limitando o exercício da sua profissão, obrigando sua adesão ao conselho profissional, com ônus, e um ônus grande, tendo em vista que os salários dos profissionais da educação são os mais baixos salários entre os profissionais de nível superior, e aí a gente se opõe categoricamente à criação.

Eu analisei os dois projetos, que são basicamente iguais, com um mínimo de diferenças, e lá está dizendo que eles não vão instituir limitações ou vedações ao exercício profissional por terceiros, que garantem que não haverá nenhum prejuízo aos profissionais de educação que já estão atuando, mas impõe que eles têm que se filiar, têm que se associar ao conselho profissional, ao que, de novo, a gente se opõe frontalmente.

E eu pergunto mesmo se esses milhares de psicopedagogos já em atuação querem, se eles anseiam por essa regulamentação. Eles podem ansiar pela entrada na escola, e a companheira do CFP bem colocou que isso se dá pela abertura de concursos públicos. Então, independe de uma regulamentação da profissão.

Então, a regulamentação, nós, no campo da pedagogia, na Anfope, nós somos frontalmente contra essa regulamentação da profissão, que, na realidade, restringe o exercício profissional e o associa a um pagamento. Quer dizer, aqueles que não se associarem ao conselho profissional, pagarem uma anuidade – que, para os seus salários, é excessiva – não vão poder continuar exercendo a sua profissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a questão que nós colocamos, nós concordamos com a fala da representante da Sase, do MEC, quando ela traz as concepções do cognitivo da criança, mas nós defendemos que esse trabalho já é feito nas escolas e que se os professores não têm essas condições de atender à superação dessas dificuldades, essas dificuldades não estão no campo do ensino e da aprendizagem, mas estão no campo da falta de financiamento.

Então, finalizo afirmando que, se a gente não ampliar os recursos – viu senadora Tereza Leitão, nossa companheira – e o financiamento da escola pública, assegurando condições materiais e superando a carência de profissionais, com a formação de qualidade, em nível superior e na pós-graduação, não será possível garantir, de fato, o direito à educação e à aprendizagem.

Então a psicopedagogia é um campo de conhecimento importante, relevante, que traz muitas contribuições para o campo da educação, mas não acredito que seja a inserção na escola de mais um profissional, ainda que a gente considere que esse é um trabalho muito necessário, que vai solucionar os problemas de aprendizagem que as crianças têm hoje e que, muitas vezes, é por essa falta de condições materiais da escola e também da formação dos professores, que está sendo aviltada.

E aí, antes de finalizar meu tempo, quero trazer também o protesto, não só da Anfope, mas de todas as entidades do campo educacional, progressistas, que repudiamos a homologação do Parecer nº 4, de 2024, que impõe, mais uma vez, sem diálogo com o campo profissional, uma resolução... É uma diretriz curricular nacional de formação de professores, para os cursos de formação de professores, desconsiderando que o movimento docente organizado hoje, estudantil, profissional e sindical, defende a retomada da Resolução nº 2, 2015 – foi no estado de exceção que nós vivemos, durante seis anos, que desconsiderou todo o esforço das universidades no sentido de reformular seus cursos e a revogou. E agora o MEC, mais uma vez, sem nos escutar, impõe uma diretriz curricular que não foi discutida, que não é consenso no campo da educação.

Senadora, muito obrigada.

A Anfop, junto com o Fórum Nacional de Educação, o Fórum Nacional Popular de Educação, está junto aí na luta pela qualidade da escola pública e pela valorização do magistério público.

Encerro.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada.

Agradeço muito a sua participação, Lucília. Peço desculpas, porque tive que atender aqui a coordenação da nossa liderança, com um monte de coisas que estão acontecendo, mas a gente vai levar até o final a nossa audiência, porque faltam apenas duas intervenções. Falta a intervenção de Fauston Negreiros, que é a próxima, Diretor da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional.

Se se sentir mais à vontade vindo para a mesa, pode vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FAUSTON NEGREIROS – Está tudo bem aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se estiver tudo bem aí, fique à vontade.

O SR. FAUSTON NEGREIROS – Acho que já estou sendo ouvido...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está.

Como ele está de costas para vocês, ele vai aparecer ali na tela também.

O SR. FAUSTON NEGREIROS (Para expor.) – Ah, tá. Deixa eu me ajeitar. (*Risos.*)

Boa tarde a todas. Vou me dirigir no feminino, porque a maioria das profissões aqui mencionadas e as pessoas presentes são do gênero feminino.

Quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão pela sensibilidade de estar mediando aqui esta sessão.

Representando aqui a Associação Brasileira de Psicologia Escolar (Abrapee) – eu também sou professor da Universidade de Brasília, da área da Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano –, a gente fez uma nota e vai disponibilizar aqui para todas as pessoas presentes também. Vamos torná-la pública. Eu vou ler aqui, mas ela se afina com muito do que foi relatado por algumas colegas nesta tarde.

Então eu vou ler e, em alguns momentos, vou comentar, com a intenção especial de cumprir o tempo também.

Apresentamos o posicionamento da Associação Brasileira de Psicologia Escolar (Abrapee), contrária à aprovação do PL 1.675, de 2023. Inclusive, olha, talvez quem não esteja captando o som, eu iniciei minha fala e falei que era contrário e ouvi vaia aqui. Isso não é do certame do debate republicano, de constituição de leis e nem de políticas públicas. Mas para você que está em casa aí, é bom que você saiba, talvez algumas pessoas não queiram o debate, e educação não se faz sem debate. A educação não se faz com um único discurso.

Voltando ao que eu ia falar, estava iniciando a falar, a Abrapee é contrária à aprovação do PL 1.675, de 2023, e o PL 1.079, de 2023, que dispõem sobre o exercício da atividade da psicopedagogia, afim com algumas falas anteriormente mencionadas, não é?

A psicologia escolar e educacional tem se constituído historicamente como um importante campo da atuação da psicologia. Psicólogas escolares e educacionais são profissionais que atuam em diferentes instituições escolares e educativas, bem como se dedicam ao ensino e à pesquisa na interface psicologia e educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas das temáticos de estudo, pesquisa e atuação no campo da psicologia são: processos de ensino e aprendizagem, desenvolvimento humano, escolarização em todos os seus níveis, inclusão de pessoas com deficiências, políticas públicas em educação, gestão psicoeducacional em instituições, avaliação psicológica, história da psicologia, formação continuada de professores, dentre outros.

A profissão da psicóloga é regulamentada pela Lei 4.119, de 1962. Desde a implementação dessa lei, a disciplina psicologia escolar, que envolve os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, tem sido ofertada nos cursos de graduação em psicologia. A lei prevê, em seu art. 16, que cabe à instituição prestar serviços clínicos aplicados à educação e ao trabalho, abertos ao público, afirmando ser a educação uma das áreas de atuação da psicóloga. Inclusive, segundo o art. 13, §1º:

> Art. 13. .....
> § 1º Constitui função privativa do Psicólogo e utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:
> a) diagnóstico psicológico;
> b) orientação e seleção profissional;
> c) orientação psicopedagógica;
> d) solução de problemas de ajustamento.

Dessa forma, instrumentaliza-se o futuro profissional a utilizar essas ferramentas nos problemas de aprendizado, focados no aluno e em suas dificuldades individuais, a fim de apoiá-los na realidade.

Aqui, já de início, percebemos que a avaliação e o acompanhamento das crianças com problemas no processo de escolarização se faziam presentes nas atribuições do psicólogo. Essas funções, como veremos em seguida, são apresentadas no Decreto 53.464, de 21/1/1964, que dispõe, no art. 4º, entre outras atividades, as seguintes: intervenção psicopedagógica, que visa a solução de problemas de aprendizagem; realização de diagnósticos psicológicos; utilização de métodos e técnicas, instrumentos psicopedagógicos para pesquisa, prevenção, avaliação e intervenções realizadas na aprendizagem.

E questionamos: por que mais uma profissão, se já foram atribuídas aos psicólogos essas funções? No que se direcionaria... Atenção, quem está ouvindo aí, eu estou falando aqui nossa nota, e algumas pessoas riem aqui. Isso, para mim, também é um indicador muito importante, novamente, de que talvez não ter a discordância, não saber conviver com o debate. A escola, a educação não é espaço para isso. É um espaço de diversidade, de se conviver com as diferenças e, a partir disso, se formar e produzir o desenvolvimento humano.

Mas, retomando, no que se diferenciaria a intervenção do psicopedagogo?

Voltando aos PLs de regulamentação da profissão, interrogamos: Com essa proposição, não está havendo um desrespeito à Lei 4.119, de 1962, que estabelece, no art. 3º, a utilização de métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de orientação psicopedagógica? Porque o psicólogo ou a psicóloga, para lidar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com problemas de aprendizagem, teria que fazer uma especialização em psicopedagogia, conforme se propõe?

Não estamos aqui desqualificando ou desmerecendo a importância de uma especialização. O próprio Conselho Federal da Psicologia, por meio da Resolução 03, de 2007, apresenta como um campo de especialização a psicopedagogia. Isso já foi mencionado, inclusive, pela Conselheira Raquel Guzzo, que é uma pesquisadora importante nacionalmente na área da psicologia escolar educacional.

No entanto, consideramos abusivo exigir do psicólogo ou do pedagogo, que já teve uma formação que foca no processo de aprendizagem, ter uma especialização para atuar no caso de avaliação, atendimento e acompanhamento das crianças que não estão aprendendo a ler, a escrever e a contar.

Alguns pontos já foram mencionados aqui com relação a estudos históricos da Profa. Maria Helena Souza Patto, que, justamente, inquiriu bastante sobre a produção do fracasso escolar e, justamente, no que se avançou bastante, foi sobre compreender que boa parte desses processos que envolvem o aprender e o desenvolver em contextos educativos, e não educativos inclusive, não podem ser reduzidos apenas ao aspecto psicoeducativo. Não podemos desprezar o aspecto psicossocial. Precisamos investir muito na escola e nos diferentes trabalhadoras e trabalhadores da educação, com uma grande prioridade, inclusive.

Então, enquanto profissionais da psicologia, temos lidado com os problemas de aprendizagem, como pode ser observado em pesquisas realizadas por várias autoras da área. Fazem avaliação psicoeducacional, psicossocial, atendem crianças com dificuldades em aprender e também aqueles com dificuldades em ensinar, que enfrentam dificuldades nos seus contextos, nos seus enfrentamentos, numa escola pública brasileira historicamente precarizada, com trabalhadoras e trabalhadores adoecidos também.

Historicamente, a Psicologia, sim, nasceu, vinculada ao curso de Medicina, nas escolas normais de formação de professores. Na década de 1970, no Brasil, adentrou às escolas, fazendo diagnósticos por meio da aplicação de testes, estigmatizando principalmente aqueles filhos da classe trabalhadora. Após dez anos de intervenção, lidando principalmente com a avaliação e com as dificuldades de aprendizagem, muitas críticas foram feitas a esse modelo de intervenção, modelo este que é combatido na atualidade na ciência psicológica, especialmente quando pensa a especialidade da atuação em contextos educacionais.

Na década de 1980, assistimos à importação dos Estados Unidos da Teoria da Carência Cultural, que colocava no indivíduo as causas do seu fracasso na escola. Explicações como baixo QI, família desestruturada, culpabilização da desnutrição, dificuldades de linguagem, entre outras, explicavam o não aprender como decorrente da vida particular do indivíduo e da sua família sem ir às raízes da produção do fracasso escolar, ou seja, uma sociedade de classes, uma escola que historicamente negou a presença de boa parte dos estudantes brasileiros.

Eu também falo, oportunamente, como alguém que é produto da escola pública. E também, acho que perceberam pelo meu sotaque, eu não sou de Brasília. Eu sou nordestino, sou natural do Piauí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a luta precisa ser feita sobretudo para as crianças para quem a escola historicamente é negada, para as crianças que, por meio da escola, vão ter acesso ao mundo das letras, ao mundo dos números, a conhecer seu próprio corpo, a aprender a se proteger. Essa é a escola pela qual a gente luta e quer fortalecer.

E, assim, foram necessárias muitas contraposições, muitos estudos, muitas práticas na escola para mostrar que a psicologia precisava tomar novos rumos em direção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FAUSTON NEGREIROS – ... de uma compreensão mais crítica dos problemas na escolarização que não envolvem somente aprendizagem e não podem ser reduzidas a ela.

E, assim, estudos da Profa. Maria Helena Patto, como já mencionei, Marilene Proença, a própria Profa. Raquel Guzzo, que falou aqui, Marilda Facci, Adriana Marcondes Machado, Elenita Tanamachi, Marisa Meira, entre muitos estudos.

Enfim, mas, para não me alongar mais ainda, a nota foi produzida em coletivo, e a gente defende, sim, que a gente possa... nosso propósito, sobretudo, é empreender aqui ações, que todos os estudantes possam se apropriar daquilo que a humanidade produziu.

E oportunamente também, enquanto entidade, a gente se coloca aqui à disposição para o debate com a Jossandra Barbosa, que vai falar adiante, do sindicato de psicopedagogia. Debate para a gente dialogar, afinar e compreender mais especificamente as áreas e, sobretudo, lutar por respeito nas áreas, o que eu não senti hoje em dois momentos da minha fala.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada também, Fauston Negreiros.

Ao final eu vou fazer um apanhado, inclusive, das nossas motivações e de o porquê desse conjunto ser esse conjunto, na condição de Relatora.

Mas vamos para a nossa última convidada – também disponibilizo aqui à mesa se você achar melhor.

Então, agradeço também a compreensão e vamos passar a palavra para a Jossandra Barbosa, Presidenta do Sindicato dos Psicopedagogos do Brasil.

Dez minutos para sua fala inicial.

A SRA. JOSSANDRA BARBOSA (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer a participação.

Eu acredito que este é um grande momento para o debate, para a psicopedagogia, vai ficar na história. Um momento em que nós podemos ouvir... pela primeira vez, pessoalmente, eu ouvi que a psicologia é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra a psicopedagogia, a regulamentação da psicopedagogia. Eu sempre ouvi falar que, em 30 anos de luta, a psicologia não concordava com a regulamentação da psicopedagogia e hoje eu ouvi pessoalmente. É um grande momento. E que bom que o companheiro está pronto para debate. (*Risos.*) Nós estamos!

Em primeiro lugar, gente, eu quero dizer que nós somos contra estes dois projetos. Nós queremos o arquivamento desses dois projetos, não porque nós não queremos a regulamentação.

Eu gostaria de me apresentar. Eu sou historiadora e eu não sou psicóloga nem pedagoga, eu sou psicopedagoga.

Eu gostaria de dizer para os colegas que estão aqui quem é o psicopedagogo. Ele não é o professor e ele não é o psicólogo. O psicopedagogo é o psicopedagogo. Ele é o terapeuta da aprendizagem. Quando o psicopedagogo trabalha na escola ele não é o professor da escola; ele é o psicopedagogo da escola.

Eu trouxe para mostrar para vocês só uma imagem.

Pode colocar na tela, por favor. (*Pausa.*)

Este é o laudo do menino Lucas.

O Lucas tem seis aninhos. Ele é um paciente... Eu não vou narrar tudo para não gastar o meu tempo aqui, que é precioso.

Lá, diz que ele tem transtorno do espectro autista, Nível 1 de suporte, com comorbidade para o TDAH.

E eu chamo a atenção de vocês para os encaminhamentos.

Ali diz: "Conduta. Terapias: [dois pontos] psicólogo, [virgula. Lá na frente, tem psicopedagogo] além de outras terapias".

O que eu quero chamar a atenção de vocês é que parece que nós estamos discutindo algo muito diferente. A psicopedagogia não quer ser psicologia. A psicopedagogia não quer ser professor na escola. A psicopedagogia quer o espaço dela. Inclusive, nós queremos sair da CBO educacional, aproveitando a oportunidade.

Hoje o sindicato fez um censo, só para levantar informações, e nós somos, no país, 12% de profissionais da psicologia, que vieram da psicologia, por uma formação. Mas nós, a grande maioria, 80% aproximadamente, vieram de alguma área da educação, como eu vim da História.

E o que me levou para a psicopedagogia? Anos de magistério em escola pública, onde eu vi os meus alunos de sexto ano que não sabiam ler e escrever. Como eu, professora de História, vou dar aula de História para um aluno que não sabe ler? E buscando ajudar os meus alunos, pesquisando, no Google, sobre dificuldade de aprendizagem, eu encontrei a psicopedagogia 13 anos atrás. E me formei em psicopedagogia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje eu tenho uma clínica que atende 300 pessoas, de graça, com psicopedagogia. Eu formo profissionais e atendo famílias.

O Lucas foi para uma instituição particular. Os pais têm dinheiro para todas aquelas terapias que vocês podem ler ali: terapia psicológica, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, neurossensorial, psicopedagogo, musicoterapeuta, interrupta, método ABA, necessário acompanhando terapêutica, adaptação curricular. Os pais estão numa escola particular. Senadora, esse pai paga um plano de saúde.

E o que é que eu quero dizer para todos aqui? É que nós defendemos que a psicopedagogia seja incluída na saúde. E por isso, eu gostaria de ler para vocês, no Projeto 1.675, o art. 4º, item III. Item I, perdão. Fala que a psicopedagogia, é o mesmo que a colega já leu, "visa à solução dos problemas de aprendizagem, tendo como enfoque o indivíduo, a instituição, no ensino público e privado".

Está completamente errado. A solução das dificuldades de aprendizagem não está em colocar o psicopedagogo na escola para ser o salvador dos problemas de aprendizagem. Foi muito bem aqui colocado que o psicopedagogo não vai ser o salvador da pátria, porque os problemas da educação não se remetem a entender que a psicopatologia, que aqui a dificuldade de aprendizagem é uma psicopatologia, é uma doença, que o problema é dentro do aluno.

Mas eu digo para vocês que o caminho é, sim, a psicopedagogia, é um deles. E se nós entendermos que a psicopedagogia não é um profissional da educação, ele pode ser incluso na educação como um participante, como os demais técnicos da educação, como também a psicologia, um terapeuta, e ele pode ser incluso dentro da educação para trabalhar a prevenção, a identificação.

Ninguém quer ser psicopedagogo clínico na escola. Nós queremos que o profissional psicopedagogo tenha também espaço clínico empresarial. Nós não queremos só um CBO. Nós queremos também um Cnae, para abrir a empresa de psicopedagogia.

Nós queremos que o psicopedagogo seja aceito pelos planos de saúde. Sabem por quê? Porque hoje nós temos, ligando para o sindicato, muitas e muitas clínicas em que os psicopedagogos, que são a maioria que vem da formação de professores, estão sendo demitidos, porque eles não são psicólogos.

Então, o que nós temos? Por que o psicólogo com a psicopedagogia tem uma decisão do Superior Tribunal de Justiça em um caso que fala que a sessão psicopedagógica pode ser incluída na sessão de psicologia? Porque o colega falou de uma lei de 1972. Cinquenta anos se passaram. Será que não evoluímos? Nós estamos falando de uma prerrogativa de 1972? Quantas pessoas com autismo nós temos hoje no país? E quantos têm acesso à saúde? De que adianta um diagnóstico num pedaço de papel? Um laudo é um pedaço de papel. Essas famílias precisam ter acesso à saúde pública. Eu preciso deste profissional dentro dos CAPs, dentro dos Naicas, dentro dos CRAs, dentro das equipes multidisciplinares, como nós já temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de fazer menção aqui a um projeto de lei de uma cidade no interior do Maranhão que é exemplo e criou o cargo de psicopedagogo na educação, na saúde e na assistência social. Quero dizer para os colegas que o terapeuta da aprendizagem não trabalha comportamento. Ele não trabalha o psíquico. Ele trabalha as habilidades pré-acadêmicas e acadêmicas. E que o psicólogo não vai trabalhar essas habilidades na escola, porque não está na grade da psicologia estudar Emilia Ferreiro. Desenvolvimento de leitura e escrita quem estuda é a psicopedagogia. Quem faz intervenção e ensina o indivíduo a ler, a evoluir, a progredir e a desenvolver as suas habilidades pré-acadêmicas e acadêmicas é o psicopedagogo.

Nós não queremos o espaço nem a reserva de mercado do psicólogo, nem de nenhum outro profissional. Eu gosto de dizer que, se a sociedade souber o que a gente faz, não falta emprego para o psicopedagogo... (*Risos.*)

... porque quem não tem um familiar com dificuldade? Quantos de nós somos chamados de burros? Quantos de nós, até adultos, crianças, fomos pessoas, e ainda somos, chamadas de burras porque não aprendemos? E quantas escolas têm psicólogo fazendo intervenção psicopedagógica? Não existe. Me provem!

Psicólogo faz avaliação e diagnóstico psicológico. Psicopedagogo faz avaliação das dificuldades de leitura, de escrita, de coordenação motora. É com isso que nós trabalhamos, seja um indivíduo típico, que não tem uma deficiência, seja um indivíduo que não aprende por n motivos. E são muitos os motivos que levam uma pessoa a não aprender. Eu posso não aprender por uma fala de uma professora, por um olhar, pelo *bullying* e por tantos outros motivos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JOSSANDRA BARBOSA – Então, eu gostaria de encerrar minha fala, dizendo que, neste momento, nós temos milhares de psicopedagogos assistindo a esta audiência pública e torcendo para que esta Casa, os Senadores entendam que este projeto não nos representa e nós temos outro da Deputada Dayany Bittencourt, que está aqui presente, em que nós queremos a psicopedagogia com o respeito que ela merece.

Educação e saúde.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada.

Jossandra foi a última inscrita.

Quem acompanhou desde o começo todas as explanações, inclusive me dirijo a quem está acompanhando de casa, deve ter percebido que aqui nós tivemos um leque de opiniões. E a audiência pública é para isso mesmo. Ninguém faz uma audiência pública monocórdia, para todo mundo falar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma língua. A audiência pública é para instruir os projetos de lei que estão em tramitação na Casa. Isso significa que a Casa se abre para o debate.

Qualquer Relator tem autoridade e autonomia para dar o parecer que ele bem quiser sobre os projetos que chegam de outros Senadores. Submete às Comissões, à votação das Comissões e submete ao Plenário.

Por que chamamos audiência pública? Quando os projetos de lei apresentam um grau de complexidade. E ficou revelado e comprovado aqui que esses dois projetos apresentam um grau de complexidade, um grau de diferenças de opiniões, e compete ao Relator, no caso à Relatora, verificar essa extensão, com foco em quê? No que a lei se propõe a ser.

Na minha avaliação, uma lei não pode ser uma letra morta. Uma lei não pode agradar a todos. É muito difícil uma lei agradar a todos e a todas.

No que concerne ao ambiente de formação profissional e ao ambiente de criação de novas profissões, nós tivemos não apenas a palavra de acadêmicos, tanto que tratam da formação profissional, que tratam da psicologia, que tratam do ambiente educacional, como do Ministério do Trabalho, que nos trouxe as regras necessárias previstas para a criação de uma profissão.

Não nos adianta também criar mais uma profissão que não tenha uma exequibilidade, que não tenha um exercício, particularmente no âmbito da educação e da saúde, com consequências positivas para a sociedade.

Então é por isso que nós trouxemos diversas posições. Cabe agora ao Senado analisar e inclusive compatibilizar a tramitação dessas leis, no que for o caso, à lei que tramita na Câmara de Deputados, que não é terminativa lá. A Deputada sabe disso, não é? Elas vêm para cá. Se a gente alterar, ela volta para lá. Se a gente não alterar, aqui ela conclui a tramitação.

Para vocês verem o grau de complexidade que envolve essa questão. Nós temos três projetos de lei, então, não dois apenas, com posições distintas, aqui expressas pela representatividade, pela legitimidade de todos vocês que atenderam ao nosso convite e a quem eu já agradeço demais. Favoráveis, desfavoráveis, no âmbito do próprio projeto, que pode sofrer alterações, e no âmbito do mérito dos projetos. Nós analisamos método de tramitação aqui, analisamos o ambiente escolar, analisamos a regulamentação trabalhista e analisamos também o mérito do que está sendo proposto e reivindicado.

Então fico muito agradecida e muito feliz pela riqueza de explanações.

Eu vou ler o que veio do e-Cidadania, pedindo a vocês...

Vocês viram que eu fui bastante interrompida aqui, até peço desculpas. É porque eu tenho que estar no Plenário às 4h. Nós temos um projeto de lei que começou a ser discutido ontem, mas, como o parecer foi dado ontem, nós pedimos para ele voltar hoje. E o aceite de um acordo de encaminhamento exige a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presença de Líderes no Plenário. Eu sou Vice-Líder do meu partido, mas ocorre que o Líder não está presente. Ele está doente, então tenho que estar presente para que esse acordo seja validado por todos os Líderes. É um acordo de encaminhamento que vai ser proposto pelo Presidente da Casa.

Então, eu peço desculpas por não retornar a palavra para vocês, mas eu tenho consciência de que este debate também não se esgota aqui. Pelo grau de complexidade, de contrapontos, eu tenho certeza de que ele não se esgota aqui e espero que vocês me compreendam. A gente tem tudo isso relatado e anotado nos Anais desta Comissão.

Eu vou ler as perguntas para também vocês verem o grau de inquietude, o grau de entendimento de quem nos acompanhou. Algumas coisas aqui já foram respondidas por vocês mesmos na explanação inicial; outras vão ficando para a nossa reflexão atual e futura e a nossa capacidade de interação com a sociedade, porque eu acho que isso é importante. A gente não fala para a gente próprio, a gente está falando também para fora.

Então, vejam, a primeira pergunta veio de Márcia, de Goiás: "O psicopedagogo vai ser alguém formado em curso superior específico ou a regulamentação inclui pedagogo com especialização na área?".

Acho que a palavra psicopedagogo intui muito a essa indagação.

Luiz, de Santa Catarina: "Como a atividade psicopedagógica nas escolas poderá auxiliar na inclusão de alunos com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, autismo e outras questões?".

Gabriela, do Mato Grosso: "Como a psicopedagogia pode ajudar na inclusão de alunos com necessidades especiais?".

Ananias, da Bahia: "Como os PLs 1.675/2023 e 1.079/2023 impactam a regulamentação e a prática da psicopedagogia no Brasil?". Ananias, eles visam a isso, eles visam a regulamentar.

Simone, de Pernambuco: "O que está faltando para que os psicopedagogos possam ter sua regulamentação?". A aprovação da própria regulamentação por lei e o que vem decorrente dessa aprovação.

Débora, de São Paulo: "Ao ser regulamentada a profissão, os convênios médicos serão obrigados a aceitar nota fiscal do profissional para reembolso do tratamento?".

André, do Rio de Janeiro: "Como garantir que os PLs 1.675/2023 e 1.079/2023 não criem barreiras ao exercício da psicopedagogia?".

Annibal, de Minas Gerais: "Considerando a relevância da psicopedagogia e a atuação diferenciada dessa área, não seria urgente aprovar sua regulamentação?". Exatamente por isso a urgência existe, Annibal, uma reflexão e um aprofundamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Miguel, do Mato Grosso do Sul: "Quais [são as] medidas para assegurar que a regulamentação da psicopedagogia não restrinja o acesso de profissionais capacitados ao mercado?".

Então, são muitas questões relacionadas ao que vai vir. Aquilo que a gente precisa ou pretende ou não pretende – não quero ter nenhuma posição antecipada – regulamentar.

Quando a gente tem muito conflito sobre um projeto de lei, o destino, aqui na Casa – e a nossa Deputada sabe disso também –, pode-se botar para aprovação, e a correlação de forças indicar o resultado, se ganhar ou se perder. Como são dois, a gente tem que optar por um, ou juntar os dois, ou arquivar os dois, ou apresentar um substitutivo aos dois. Isso é o que resta à Relatora fazer com a contribuição, eu acho, dessa reflexão que vocês aqui fizeram e que não é terminativa, nós vamos aprofundá-la ainda.

Eu preciso também ter conhecimento, Deputada, do seu projeto e avaliar essa tramitação, porque, com posições tão divergentes como as que nós ouvimos aqui, a gente tem que ter muita cautela e muita paciência pedagógica para não inferir em dificuldades e em erros que toda lei traz. Nenhuma lei é perfeita. Eu termino como gosto de terminar quando eu falo em leis: nenhuma lei é perfeita. Como diz o poeta Drummond, as leis não são tudo, porque os lírios não nascem das leis; elas são um fato dado, mas não são um fato consumado.

É nessa linha que eu pretendo refletir e concluir este rico debate, agradecendo demais a contribuição de todos e de todas vocês e me desculpando por essa necessidade imperiosa de estar em Plenário dentro de três minutos.

Portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Alan Rick, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Romário, Wilder Morais, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Mara Gabrilli, Eduardo Girão e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 386, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção à prematuridade, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a prorrogação da licença maternidade até 60 (sessenta) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, e acrescenta art. 73- A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de salário-maternidade" **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE-CAS (substitutivo) e das Subemendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3609, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera o Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as responsabilidades de empregadores e empregadores no teletrabalho, trabalho remoto e em domicílio e dá outras providências." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4681, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências, para dispor sobre a oferta de computador pessoal e livros em cada moradia financiada por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3931, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.733, de 16 de novembro de 2018, para instituir o Outubrinho Rosa, a ser realizado no mês de outubro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3898, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 5º ao art. 88 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para prever a atuação do Serviço Social nos hospitais públicos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2250, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Torna obrigatórias a assepsia e a descontaminação da areia ou da argila contida em tanques ou quadras utilizados em áreas de lazer, de prática desportiva e de recreação infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Resolução do Senado n° 29, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Médicos Brasileiros Formados no Exterior e da Revalidação." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5993, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual praticado no âmbito das relações de trabalho." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3952, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o § 3º do art. 109 da Constituição, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, para dispor sobre a competência da Justiça Estadual em que forem parte instituição de previdência social e segurado ou beneficiário, inclusive acidentárias, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 521, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.131, de 2021 para prorrogar até 31 de dezembro de 2022 o percentual máximo para a contratação de operações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito com desconto automático em folha de pagamento." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 598, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.131, de 30 de março de 2021, para dispor sobre acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 66, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o credenciamento, financiamento, funcionamento e avaliação dos centros e serviços de referência em doenças raras no País." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 67, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 65/2024 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 624/2023, que "institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe); e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, 14.182, de 12 de julho de 2021, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022", seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 6064, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura das atas e aprovação das respectivas Atas das 16ª e 17ª Reuniões.

Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Cópias de ofícios e moções de câmaras municipais e assembleias legislativas, com considerações sobre a Resolução 2.378, de 2024, Conselho Federal de Medicina, que regulamenta o ato médico de assistolia fetal, para interrupção da gravidez, nos casos de aborto previsto em lei oriundos do estupro;

- Cópias de ofícios e moções de câmaras municipais e entidades, contendo considerações sobre questões trabalhistas, assistência social e temas relacionados à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A reunião de hoje destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão e contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 2 e 8 – Projeto de Lei 3.609, de 2021, e Projeto de Lei nº 5.993, de 2023 – foram retirados de pauta a pedido dos Relatores, Senador Paulo Paim e Senadora Jussara Lima.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3609, DE 2021

- Terminativo -

Altera o Capítulo II-A do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as responsabilidades de empregadores e empregadores no teletrabalho, trabalho remoto e em domicílio e dá outras providências.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5993, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta § 6º ao art. 206 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a fim de dispor sobre a prescrição da pretensão de reparação civil em favor da vítima de assédio sexual praticado no âmbito das relações de trabalho.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.) (*Pausa.*)

O.k.

Temos aqui, para votação, item 1 da pauta, o turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei 386.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI Nº 386, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a proteção à prematuridade, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a prorrogação da licença maternidade até 60 (sessenta) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, e acrescenta art. 73- A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de salário-maternidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE-CAS (substitutivo) e das Subemendas nº 1-CAS e 2-CAS.

Observações:

1- Em 05/06/2024, foi aprovado o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 386, de 2023, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A Relatora é a Senadora Jussara Lima, que não pôde estar aqui presente.

Foi esse que ela pediu para retirar ou não? (*Pausa.*)

Tá.

Eu queria pedir à Senadora Teresa Leitão que pudesse fazer o relatório... (*Pausa.*)

Tá.

Então, eu nomeio V. Exa. como Relatora *ad hoc*. O projeto já foi lido, debatido e aprovado. Colocarei a matéria em discussão e em votação daqui a pouco.

Com a palavra V. Exa. (*Pausa.*)

Ah, não, é só colocar...

Bom, então, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão. Encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação... (*Pausa.*)

Ah, não, é o resultado direto.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4681, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências, para dispor sobre a oferta de computador pessoal e livros em cada moradia financiada por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Com a palavra, a Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – O projeto trata de alterações na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e também altera outras legislações pertinentes.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem, entre outros temas, sobre assistência social, tema afeto ao projeto de lei em análise.

Inicialmente, é importante ressaltar que a proposta é digna de forte reconhecimento e aprovação. O projeto de lei é fundamentado na necessidade de garantir que os beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida tenham acesso aos meios adequados de tecnologia da informação, para fins de potencializarem o exercício do direito à educação, além de serem estimulados no tocante ao seu desenvolvimento intelectual, mediante o acesso a obras literárias de reconhecido valor cultural.

A educação é tarefa que não se esgota nos ambientes escolares, mas se espraia e se enriquece no convívio familiar e nas práticas culturais. Assim, não basta atender à necessidade que as escolas têm de aparelhos de última geração e de livros de qualidade. É preciso avançar para águas mais profundas, entendendo que não se faz educação sem considerar as realidades extraescolares, tais como as famílias e as comunidades onde crianças e jovens passam grande parte do dia.

A 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada em 2021 pelo Instituto Pró-Livro, revelou uma redução no percentual de leitores entre 2015 e 2019. O país continua em um patamar de quase 50% de não leitores, o que pode explicar porque, no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano, estamos em 84º lugar, atrás de vários países da América Latina, caindo cinco posições entre 2018 e 2019.

Por outro lado, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, de 2015, indica que a renda auferida determina uma enorme diferença nos índices de acesso à internet: apenas 49,1% dos brasileiros que não possuem renda ou recebem até um quarto de salário mínimo estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conectados. Já entre os que recebem mais de dez salários mínimos, o nível de acesso chega a 95,7%. Trata-se de diferença que perpetua a desigualdade social e torna irremediavelmente lacradas, aos menos favorecidos, as portas e as janelas das oportunidades da chamada sociedade da informação.

Fica evidente, assim, que o projeto em tela pode contribuir de forma significativa para melhorar essa situação, ao colocar nas mãos dos brasileiros mais pobres ferramentas, representadas pelos equipamentos de informática e pela formação de uma biblioteca familiar, para o acesso aos bens culturais e às oportunidades educacionais. Esse acesso, por sua vez, certamente gerará bons frutos, tanto para os cidadãos, que desfrutarão de condições mais amplas para inserção social e econômica, quanto para o país, que poderá incrementar seus índices de produtividade e diminuir o enorme fosso da desigualdade social.

Entretanto, entendemos que a proposição é passível de aprimoramentos. Sugerimos que, em vez da disponibilização de computador pessoal e de 20 títulos literários aos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida, os novos conjuntos habitacionais do programa possuam bibliotecas, laboratórios de informática e salas de estudos, construídas em parceria com instituições, como as academias de letras, secretarias de educação ou universidades, para uso planejado dos moradores, com utilização prioritária para estudantes regularmente matriculados na educação básica e superior, com acesso de banda larga à rede mundial de computadores e com outras ferramentas básicas da computação pessoal.

As bibliotecas públicas são portais essenciais para o conhecimento, oferecendo as ferramentas necessárias para o aprendizado contínuo, decisões autônomas e o enriquecimento cultural de indivíduos e comunidades. Além disso, o acesso à internet tornou-se uma necessidade fundamental na sociedade moderna, mostrando-se crucial em diversas áreas, como na educação e na inclusão social, democratizando o acesso ao conhecimento e oportunidades de aprendizado.

Diante dessa realidade, torna-se justa e apropriada a sugestão de que programas como o Programa Minha Casa, Minha Vida incluam a criação de bibliotecas públicas, laboratórios de informática e salas de estudo como requisitos básicos em projetos de desenvolvimento habitacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acreditamos que, com a incorporação desses ajustes à proposição, contribuiremos para atingir o objetivo preconizado no texto original, que é de alavancar o acesso à educação, à tecnologia e à cultura.

Conforme a argumentação exposta, o voto, portanto, é pela aprovação do projeto de lei, nos termos do substitutivo que se apresenta:

> EMENDA Nº -CE
> PROJETO DE LEI Nº 4.681, DE 2019 (SUBSTITUTIVO)
> Altera a [...] [ementa do projeto e fica a seguinte redação no art. 1º:]
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> [...]
> Os conjuntos habitacionais financiados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social [...] deverão contemplar, obrigatoriamente, entre os equipamentos comunitários mínimos, a instalação de:
> a) biblioteca pública;
> b) laboratório de informática, equipado com computadores com recursos de edição de texto, correio eletrônico e outras faculdades básicas de computação pessoal, bem como acesso banda larga à rede mundial de computadores;
> c) salas de estudos para utilização planejada pelos moradores, com acesso prioritário aos estudantes regulamente matriculados na educação básica e superior;
> Parágrafo único. A obrigatoriedade de instalação dos equipamentos comunitários referidos no *caput* fica condicionada à existência prévia de compromisso do poder público local na oferta de equipamentos e em sua manutenção, ou ainda de convênios ou parcerias com instituições aptas a prestarem colaboração.
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muda-se de uma abordagem pessoal e familiar para um equipamento coletivo, que será disponibilizado no próprio habitacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à CAE.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3931, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.733, de 16 de novembro de 2018, para instituir o Outubrinho Rosa, a ser realizado no mês de outubro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria *ad hoc*: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Em 17/05/2023, foi concedida vista, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria do Senador Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço à Senadora Damares que possa ser a Relatora *ad hoc*.

Coloco em discussão.

Não houve nenhuma manifestação por escrito de pedido de vista. Não sei se alguém apresenta aqui, neste momento, alguma manifestação, alguma emenda. (*Pausa.*)

Não.

Não havendo emendas...

Coloquei em discussão já.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2250, DE 2022

- Não terminativo -

Torna obrigatórias a assepsia e a descontaminação da areia ou da argila contida em tanques ou quadras utilizados em áreas de lazer, de prática desportiva e de recreação infantil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou pedir permissão para ir direto à análise.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, conforme determina o art. 100.

Em relação ao mérito do PL, qual seja, a proteção contra a contaminação do substrato de locais de recreação por agentes biológicos nocivos, a situação no Brasil é deveras preocupante. Análise da qualidade ambiental da areia de parques, praças e creches, efetuada pela Fundação Oswaldo Cruz nas Zonas Norte, Sul e Oeste do Município do Rio de Janeiro concluiu que o risco de contrair doenças nesses locais é alto. Foram identificadas elevadas concentrações de coliformes fecais, fungos, protozoários e helmintos, que podem causar uma miríade de patologias nos frequentadores desses locais.

Entre elas, talvez a mais associada às visitas aos parques de areia seja o bicho-geográfico ou larva migrans. A doença é causada por larvas de algumas espécies de nematódeos de um gênero aqui em latim, que penetram na pele em contato com solo contaminado pelas fezes de cães e gatos. Apesar de não ser grave, a doença traz bastante incômodo às crianças, assim como as micoses superficiais frequentemente adquiridas nesses locais.

De maior preocupação entre as doenças comumente transmitidas por meio das areias de parquinhos é a toxoplasmose. Causada por um protozoário, a moléstia é mais frequente em pessoas imunossuprimidas. No entanto, a toxoplasmose congênita é uma forma especialmente grave da doença, resultado da transmissão do parasita da gestante com infecção primária para o feto através da placenta durante a gravidez, resultando em elevada morbidade para o recém-nascido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, é certo que a medida veiculada pela proposição sob análise trará benefícios significativos à saúde da população brasileira, em especial aos frequentadores de áreas de recreação e desporto com piso de areia ou argila.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do PL 2.250, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Eu gostaria de... Eu gostaria... (*Pausa.*)

Eu vou aqui colocar como tema fora da nossa pauta – nós incluímos – um projeto de lei que é muito relevante, muito importante, em torno do qual há muitas cobranças e que nós não havíamos ainda pautado, porque estávamos no aguardo de um posicionamento do Governo sobre a matéria, na medida em que ela implica ampliação de gastos, em particular do Ministério da Previdência.

Então, inicialmente eu consulto os Srs. Senadores sobre o requerimento da Senadora Zenaide Maia para inclusão extrapauta do PL 6.064, de 2023, que dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus zika ou de síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que aprovam a inclusão queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passo, então, à discussão e à votação do Projeto de Lei nº 6.064, de 2023, não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 6064, DE 2023

Dispõe sobre o direito a indenização por dano moral e a concessão de pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika ou de Síndrome de Guillain-Barré causada pelo vírus Zika; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para proferir o seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria saber se posso ir direto à análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode ir.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria pedir à Senadora Teresa Leitão que pudesse aqui dirigir a nossa sessão, porque vou precisar me ausentar, mas eu concedo novamente a palavra à Senadora Teresa Leitão... Zenaide Maia, desculpe. É tanta coisa que eu estou ficando perturbado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Nos termos do art. 22, I e XXIII, da Constituição, compete à União legislar sobre direito do trabalho e seguridade social. Ademais, a defesa da saúde é matéria de competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, conforme preceitua o art. 24, XII, da Constituição, cabendo à União estabelecer normas gerais. Por isso, as matérias disciplinadas pelo PL nº 6.064, de 2023, encontram-se dentro do âmbito normativo da União, cabendo a iniciativa a qualquer Parlamentar. Não se exige, ainda, lei complementar para inserir as normas do PL nº 6.064, de 2023, no ordenamento jurídico brasileiro. Por isso, a lei ordinária é a roupagem adequada para a proposição.

Sob o prisma formal, portanto, inexistem óbices à aprovação do PL nº 6.064, de 2023.

No mérito, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à trabalho, previdência, proteção e defesa da saúde – temáticas abrangidas pelo projeto em análise –, nos termos dos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf). Em respeito à competência da CAE, trataremos exclusivamente desses aspectos, deixando as questões econômicas, financeiras e orçamentárias para análise daquela Comissão.

Adentrando o mérito, a descoberta dos efeitos do vírus zika sobre fetos representou um marco na compreensão das consequências das infecções virais durante a gestação. Inicialmente identificado na década de 40, o vírus zika, transmitido principalmente pela picada do *Aedes aegypti*, ganhou destaque mundial após o surto ocorrido no Brasil em 2015, que revelou uma ligação entre a infecção pelo vírus em mulheres grávidas e o aumento de casos de microcefalia em recém-nascidos, levando a déficits neurológicos graves. A associação entre o zika e a microcefalia, que teve o pioneirismo de pesquisadores brasileiros do Estado de Pernambuco, motivou outras pesquisas que buscaram entender os mecanismos subjacentes e desenvolver estratégias para prevenir a transmissão vertical do vírus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da microcefalia, outras complicações neurológicas e motoras também foram associadas à infecção pelo zika, incluindo convulsões, síndrome de Guillain-Barré, atrasos no desenvolvimento e problemas de visão e audição.

Hoje há diretrizes claras para o acompanhamento pré-natal e prevenção da infecção congênita pelo vírus zika. Aconselhamento pré-concepcional e acompanhamento pré-natal, testes de triagem e diagnóstico, ultrassonografias em gestantes expostas – para monitorar o desenvolvimento fetal e detectar sinais precoces de anormalidades –, aconselhamento sobre medidas preventivas e acompanhamento dos casos confirmados por especialistas em saúde materno-fetal são algumas das medidas para evitar terríveis consequências da infecção materna para os fetos.

Ainda assim, para as quase 2 mil crianças acometidas e suas famílias, pouco pode ser feito para reverter ou aliviar as consequências da Síndrome Congênita do Zika (SCZ). Para esses cidadãos, o Estado precisa garantir ao menos apoio financeiro. Por isso, entendemos como meritório o projeto, no que tange aos aspectos de saúde, trabalho e previdência.

Havendo espaço orçamentário, é justo que se estabeleçam benefícios de natureza assistencial em valor adequado, haja vista as muitas dificuldades por que passam as vítimas do zika vírus e suas famílias. Também é justo que se destine a essas famílias uma indenização em parcela única, que não se confunde com o benefício assistencial, como um desagravo pela omissão do Estado em cuidar adequadamente da saúde da população e um reconhecimento de sua falha no dever de prevenir as nefastas consequências que essa infecção congênita teve sobre milhares de vidas inocentes no Brasil.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.064, de 2023.

Esse é o voto, Presidente.

Eu queria aproveitar, pedindo já à senhora – zica vírus, gente, é transmitido pelo *Aedes aegypt*, que transmite a dengue e a chicungunha –, e fazer um apelo aqui: é o mesmo vírus; nós sabemos onde o inimigo mora, e são intradomiciliares 75% dos casos, e aí vem o extradomiciliar, em que tem que entrar aquele apoio do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem que fazer propagandas, dar visibilidade o tempo todo, porque as pessoas parece que esquecem, mas uma coisa eu posso garantir: se a sociedade civil não se unir ao município, ao estado e ao Governo Federal no combate ao *Aedes aegypt*, nós não estaremos fora do risco de termos... Ainda não temos vacina. Aliás, em 2016, já tinha uma vacina avançada, no Instituto Butantan, que foi segurada um pouco, porque era o mesmo vetor, e essa vacina seria para a prevenção das três, mas a gente tem que dizer que, enquanto essa vacina não chega para todos, por favor, mães, pais, donos e donas de casa, não vamos permitir que nossas crianças tenham uma patologia que se sabe pode levar a óbito ou, então, a uma sequela para o resto da vida.

Aqui sou a favor dessa compensação, mas nós vamos ter outros casos, gente! É aquilo que eu digo: se você sabe onde mora o seu inimigo, onde ele cresce, em qualquer termo no mundo, eu vou combater o meu inimigo, e, para isso, o apoio de todos. Olhem os seus quintais, os seus jardins, gente; é lá onde eles moram, é lá onde eles gostam de estar. Mesmo que a gente tenha agentes de endemias em número grande, não tem como o agente de endemia estar toda semana na sua casa olhando o seu quintal, e cobrem do poder público aquilo que está criando os criadouros que é de responsabilidade dele.

A gente está aprovando aqui um projeto de lei – vamos ajudar –, mas isso é a sequela, é a consequência.

Nós não temos uma doença cuja origem não sabemos. Nós temos uma doença perfeitamente evitável se a sociedade der as mãos e cobrar dos poderes públicos o que é de direito dela. Mas, por favor, olhem os seus quintais, os seus jardins – devido a uma casca de ovo, no Rio Grande do Norte, deu dengue praticamente em toda a OAB –, pois não custa nada, pelo menos uma vez por semana! Além desta prevenção: o repelente. Vamos por aí. O Estado tem que estar presente, mas a sociedade tem que estar também, se não quisermos continuar vendo pais e mães de famílias se dedicando, exclusivamente, a cuidar de uma criança com microcefalia, com sequelas da doença.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Sra. Senadora.

Eu vou colocar a matéria em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do belo relatório, esse complemento que V. Exa. faz, com muita pertinência, no processo de prevenção e de cuidados.

A matéria continua em discussão.

Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Primeiro, a gente ouvir Zenaide falar; ela não fala como Senadora, como médica, ela fala como mãe. Eu acho que, pela experiência que ela trouxe, ao longo da vida, como sanitarista, a gente tem que parar o tempo todo para ouvir Zenaide.

Parabéns, por essa sua fala, e parabéns, pelo voto, Senadora Zenaide.

Talvez as pessoas não estão entendendo a importância desse projeto de lei. A gente tinha que estar reunido aqui hoje, com todo mundo em festa.

Um valor de R$50 mil para uma família! Imagine uma mulher, lá no interior, que está com uma criança vítima do zica e precisa melhorar o quarto, adaptar o quarto, adaptar o banheiro; dependendo da cidade, dá até para comprar uma casinha, Zenaide, para essa criança. Então, essa indenização é oportuna e necessária.

E o projeto também traz aqui alguns detalhes importantes, como a licença-paternidade de 20 dias – não é nem a maternidade, é a paternidade –, acrescentando-se, no caso de essa criança nascer com deficiência.

Olhe, Zenaide, eu acho que a gente dá uma resposta lá na ponta. Eu espero que todas essas mães estejam assistindo a esta audiência agora, dizendo que há uma bancada... E olhe só, Teresa – Mara, como autora, Zenaide, como Relatora, você presidindo a sessão, eu aqui –, como essa Bancada Feminina tem produzido. A gente tem que mostrar isso para o Brasil. A gente está trazendo para cá aspectos humanos tão importantes. Não que os homens não sejam humanos; eles são, mas a gente consegue ver os detalhes, Zenaide. A gente consegue ver coisas que, às vezes, passam batido.

Eu sempre falo que o ser mais espetacular que ocupa este planeta somos nós, mulheres, e eu tenho razão, pelos detalhes que a gente está pensando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora Zenaide, parabéns pelo voto. Você fez um tempo recorde, apresentou.

Parabéns à Mara, a nossa Mara, que ontem foi eleita de novo na ONU. Mais de 180 países votando na nossa Mara, para continuar o trabalho dela na ONU. Parabéns.

E, ao nosso povo lá que tem as crianças que têm uma deficiência por causa do zica, o Senado está dando uma resposta, dizendo que vocês não vão ficar para trás.

Parabéns, Zenaide.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora Damares Alves.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Anuncio o item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 29, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Médicos Brasileiros Formados no Exterior e da Revalidação.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão Diretora.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia, para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sra. Presidenta, eu queria ir direto à análise...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... porque é um assunto que a gente já discutiu muito aqui.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

A criação de frentes parlamentares se fundamenta na liberdade de organização política e associativa no âmbito do Parlamento, bem como na vontade de uma atuação parlamentar adicional, em torno de interesses comuns, às tarefas típicas das atividades legislativas e de fiscalização.

Não há previsão regimental específica para a criação de frentes parlamentares, mas entendemos que isso não representa óbice à instituição desses colegiados. Com efeito, é mister registrar que já há várias frentes em funcionamento, tanto nesta Casa quanto na Câmara dos Deputados.

Esses grupos são excelentes instrumentos de integração entre o Parlamento e setores específicos da sociedade, que possibilitam o desenvolvimento de profícuos debates e resultam na especialização da atuação dos Congressistas, e têm se multiplicado após a Assembleia Nacional Constituinte que redigiu a Constituição de 1988, tendo como mérito agregar políticos que compartilham ideias semelhantes sobre determinados temas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso posto, pontuamos que o PRS atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade e foi redigido de acordo com a boa técnica legislativa. Portanto, não identificamos óbices à aprovação da matéria em relação a esses aspectos.

No mérito, além dos argumentos apresentados na justificação do projeto, queremos registrar que os médicos brasileiros formados no exterior já têm prestado relevantes serviços à população brasileira.

De fato, o Programa Mais Médicos permite que esses profissionais, mesmo que ainda não tenham obtido a revalidação de seus diplomas, atuem na atenção básica do Sistema Único de Saúde em regiões prioritárias, mas que são deixadas de lado por muitos que se graduaram em nosso país, por não considerarem esses lugares interessantes para seu exercício ou carreira.

Assim, certamente muitos cidadãos e cidadãs, antes sem assistência médica, foram beneficiados pela atuação de médicos e médicas brasileiros formados no exterior, que são frequentemente elogiados por sua competência e humanidade no atendimento. Ademais, não há evidência, desde a vigência do Programa Mais Médicos, de que os serviços prestados por esses profissionais tenham, de alguma maneira, qualidade inferior ao dos graduados no Brasil que também sejam colaboradores na atenção básica.

Dessa forma, consideramos bastante relevante que os Parlamentares, organizadamente, possam e se disponham a se associar para apoiar e discutir questões relacionadas aos médicos brasileiros formados no exterior, razão pela qual somos favoráveis ao PRS em comento.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 29, de 2023.

Posso falar, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só pediria a V. Exa. que fosse breve...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Bem breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... porque tem a CDD aqui para a gente ir.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei que é uma proposta muito importante, pelo êxito e ao mesmo tempo pela polêmica, não é?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Dois minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas vale a pena o seu registro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Com certeza, se a gente tivesse uma Comissão dessas, não teria tido tanta dificuldade de aprovar o Mais Médicos. E o argumento é este: eu sou médica da universidade, não quero sair da capital, que é onde eu moro, mas também quero proibir o médico de ir para 500km, por exemplo – venha ver –, para salvar vidas. O argumento está aqui.

Obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito bem instruído.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não, não, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não? Então, está bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório da Senadora Zenaide.

As Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Apenas dois itens, Sras. Senadoras, bem rápidos, que são dois requerimentos. (*Pausa.*)

Está bem.

É o item 13 da pauta, ao qual eu subscrevo.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 67, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 65/2024 - CAS, com o objetivo de instruir o PL 624/2023, que "institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe); e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, 14.182, de 12 de julho de 2021, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022", seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) e outros

Requer que à audiência pública seja incluído o seguinte convidado: representante do Inel (Instituto Nacional de Energia Limpa).

Em discussão. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode subscrever, pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro requerimento é de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que tem também o apoiamento e a subscrição da Senadora Damares, e passo a palavra à própria Senadora para a leitura do requerimento.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 66, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o credenciamento, financiamento, funcionamento e avaliação dos centros e serviços de referência em doenças raras no País.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP) e outros

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o credenciamento, financiamento, funcionamento e avaliação dos centros e serviços de referência em doenças raras no país.

Convidado: o Ministério da Saúde e diversos especialistas na área.

Esse é o requerimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Pois não, Senadora. (*Fora do microfone.*)

Requerimento também aprovado.

Então, os dois requerimentos aprovados.

Eu convoco para o dia 19 de junho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença e a audiência de todos e de todas.

(*Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (19ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (17ª REUNIÃO), EM 19 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezenove de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton, Alessandro Vieira, Fernando Dueire, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Carlos Portinho, Efraim Filho, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Cid Gomes, Mecias de Jesus, Lucas Barreto, Jorge Kajuru, , Eduardo Gomes e Margareth Buzetti e ainda dos Senadores, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros das comissões. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Wilder Morais, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Otto Alencar, Augusta Brito, Chico Rodrigues, Rosana Martinelli, Tereza Cristina, Irineu Orth, Cleitinho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 65/2024 - CAS, de autoria Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), REQ 67/2024 - CAS, de autoria Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), REQ 69/2024 - CAS, de autoria Senador Weverton (PDT/MA), REQ 49/2024 - CI, de autoria Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), e REQ 50/2024 - CI, de autoria Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 624, de 2023, que "institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe); e altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022". **Participantes:** Isabela Sales Vieira, Diretora de Programa da Secretaria Executiva Ministério de Minas e Energia - MME; Lafayette de Andrada, Deputado Federal; Bárbara Rubim, Vice-Presidente de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – ABSOLAR; Rosimeire Costa, Representante da Frente Nacional dos Consumidores de Energia – FNCE; Luis Fernando Paroli Santos, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A – ENBPar; Ricardo Brandão, Diretor-Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE; Pedro Uczai, Deputado Federal; Adalberto Felício Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA; e Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Energia Limpa – INEL. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/19

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 65 e 67, de 2024, da CAS, e 49 e 50, de 2024, da CI, de minha autoria e de autoria das Senadoras Teresa Leitão e Zenaide Maia, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 624, de 2023, que institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe), e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, também a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022.

Informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão pelos canais da Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos nossos expositores via internet.

Nós temos aqui como convidado o Sr. Adalberto Felício Maluf Filho, que é Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Temos também a Sra. Isabela Sales Vieira, Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia (MME).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também o Sr. Pedro Uczai – é "ucuzai"? No tempo em que eu morei no Japão, não aprendi nada –, que é Deputado Federal.

Também temos o Deputado Lafayette de Andrada.

Temos também Luis Fernando Paroli Santos, Dr. Paroli, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A (ENBPar). Seja bem-vindo, Paroli. Está ali ao lado do Dr. Vander, gente boa.

Temos também:

- Bárbara Rubim, Vice-Presidente de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABsolar). Está ali. Seja bem-vinda.

- Heber Galarce, Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel). Isso! É bom ir dando um "alozinho" assim, porque está sendo filmado. Aí, o pessoal vai...

- Ricardo Brandão, Diretor-Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Sente-se aí, meu irmão.

- Rosimeire Costa, representante da Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE). Seja bem-vinda.

- Domingos Neto, Deputado Federal. Ele está chegando. Não chegou ainda não, mas vai chegar.

Dado o número de convidados e participantes, alguns que não foram chamados aqui...

Seja bem-vindo, Dr. Sérgio, sente-se aí. E se tiver interesse em participar, pode se manifestar. A gente vai avaliar aqui e vamos fazer um debate altamente democrático.

Vamos convidar o Deputado Pedro Uczai, por favor, para fazer parte da mesa.

Luis Fernando Paroli Santos. Por favor, Paroli.

O terceiro será o Sr. Adalberto Felício Maluf Filho, que vai participar remotamente.

E o quarto, o nobre Deputado Lafayette de Andrada, Deputado Federal que tem ajudado, e ajudado muito, no debate deste projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou convidar também, para essa primeira mesa, o Sr. Diretor-Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, o Sr. Ricardo Brandão. Por favor, Ricardo.

Essa é a primeira mesa e, em seguida, vamos compor a nossa segunda mesa.

Seja bem-vindo, amigo.

Vamos começar os nossos trabalhos.

Vamos passar a palavra ao nobre Deputado Pedro. Eu vou chamar só de Pedro, porque esse nome é muito difícil. Esse nome é muito difícil. (*Risos.*)

Vamos passar a palavra ao Deputado Pedro, para que possa fazer as suas considerações.

O SR. PEDRO UCZAI – Quantos minutos eu tenho? (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Dez minutos. O tempo será de dez minutos.

O SR. PEDRO UCZAI (Para expor.) – Eu quero cumprimentar o nobre Senador, Relator dessa matéria no âmbito aqui do Senado, Senador Petecão, meus colegas de mesa e a todos que participam desta audiência pública.

Com muita objetividade, nos meus dez minutos, eu queria explicitar os grandes eixos desse projeto de lei que tem como preocupação primeira fomentar a produção de energia limpa e renovável no nosso país. Portanto, o primeiro ponto que nos junta, que nos une aqui, é a sustentabilidade, é a transição energética, é pensar e utilizar, principalmente, o sol abençoado por Deus num Brasil que é continental. Dentro dessa direção e horizonte é que eu queria falar sobre esse projeto.

Num debate de muito tempo, quando se começa a discutir energia limpa e renovável, a gente vai percebendo que a energia solar é a que mais permite a democratização, a descentralização e investimentos de grande porte, com 1,2 giga, lá em Minas Gerais, na Paraíba 3,5 ou até 10kW, 30kW ou 50kW. Portanto, ela é mais democrática, mais acessível e permite, nas diferentes regiões do país, ser implantada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A renda básica energética, ou esse projeto, tem quatro grandes objetivos. O primeiro é uma política social que é substituir a tarifa social de energia, que hoje nós todos pagamos, na CDE, e que dá em torno de R$6 bilhões, R$6,1 bilhões por ano. Nós vamos utilizar essa tarifa social de energia e substituí-la por usinas solares para transferir às famílias – são em torno de 17, 17,3 milhões de famílias – o acesso ao direito a créditos da energia, em vez de ter subsídios da energia. Então, você vai fazendo uma transição, dentro de uma década – essa é um pouco a previsão que a gente está fazendo, Senador –, você vai fazendo a substituição da tarifa social por energia limpa, renovável e, no caso prioritário, energia solar. Portanto, tu tens o recurso, tu tens o dinheiro disponível e, uma década depois, tu concluis esse programa e deixa de ter tarifa social. Diminui, nesse aspecto, a tarifa de todo mundo nessa área, que hoje nós incorporamos como um benefício para uma parte da sociedade brasileira. Portanto, esse é um primeiro objetivo. Chamamos aqui de política social, que é substituir a tarifa social por usinas solares. E aí no projeto tem o detalhamento, quem faz a gestão. Está aqui o Paroli, da ENBPar, que pode fazer parceria com o setor privado.

O segundo objetivo é a política econômica industrial. Quando a gente começou esse debate, essa discussão – inclusive o próprio Paroli pode testemunhar –, setores econômicos brasileiros... Quando tu vês, de dois para dez anos, R$60 bilhões, tu montas uma indústria solar no Brasil, tu permites fomentar uma indústria, aqui no Brasil, para produzir equipamentos aqui, para produzir painéis, para produzir inversores e os demais equipamentos do complexo econômico energético, principalmente nessa área de energia solar. Portanto, tu montas uma engenharia aqui, uma indústria aqui. E grandes grupos econômicos, Petecão, em reuniões realizadas, inclusive junto com a USP, junto com a Universidade Federal de Santa Catarina, já se colocaram à disposição, desde que essa indústria seja de muita qualidade tecnológica.

Terceiro lugar, tu montas uma política de geração de oportunidades nas várias regiões do país, por onde tem as concessionárias, porque as usinas só estarão sendo acessadas onde tem as concessionárias nos vários estados da Federação. Portanto, as usinas não vão ser concentradas; vão ser descentralizadas para as várias regiões do país, que poderia tanto ser em lâminas d'água, como pode ser no solo – e, no solo, nós temos uma compreensão de que a terra mais barata do país está na área rural, que podia ter essas usinas. E, portanto, tu crias uma sinergia local, regional, criando oportunidades. Então, tu imaginas aqui o Norte e o Nordeste, com a quantidade de sol e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiação solar, com essas grandes oportunidades. Portanto, tu crias uma política também econômica de geração de emprego e oportunidade.

E, quarto lugar, tu dás uma contribuição para o planeta em época de mudança climática e de tragédias, como a do nosso estado vizinho, o Rio Grande do Sul – eu, que sou catarinense. Então, não tem como nós não darmos uma resposta com a potência que nós temos no país.

Portanto, tu tens detalhes, Senador Petecão: quanto vai custar? Ainda estamos em subsídio na 14.300 até 2029. Então, de um lado, tu tiras o subsídio, com o tempo, da tarifa social; por outro, ainda tem subsídio lá até 2029. Qual é o impacto disso? Tu tens como fazer a transição no primeiro ano se tu tens que continuar mantendo o subsídio?

Quando o Banco Mundial, quando o BNDES, em reuniões realizadas – e eu estive com o Presidente do BNDES –, têm disposição de aportar, no primeiro ano, os recursos para fazer essa transição, porque a partir do segundo, tu já começas a amortizar, na medida em que, por exemplo, tu já atendes 2 milhões ou 3 milhões de famílias, essas deixam de usar a tarifa social e passam a usar o crédito de energia, num sistema de compensação de crédito, e tu vais dando a dinâmica do investimento e desse programa.

Tu podes questionar outros impactos. No estudo da Cepal, eu acho que o questionamento que eles fizeram é do ponto de vista de quanto custa, quando se transfere para a geração distribuída ainda, qual é o impacto que poderia ter. Dá para fazer, só que ela é até 2029 e, cada vez menos, se tem esse subsídio até 2029. Portanto, nós estamos, gradativamente, diminuindo os subsídios até 2029.

Terceiro lugar: tem outros atores que podem ser parceiros, inclusive o Governo, de outras fontes além dessa, da tarifa social, da CDE, porque o projeto prevê. E, quando eu vejo agentes internacionais com disposição de colocar um projeto desse... Porque aqui estou no Senado. Eu estou há 13 anos aqui, na Câmara dos Deputados, minha área acadêmica é energia, minha área acadêmica é na área da energia, eu ajudei a partilhar o debate da Resolução nº 482, de 2012, aqui, publiquei um livro aqui, na Câmara, no Centro de Estudos e Estratégia, em 2011. Antes, nós já tínhamos realizado vários eventos acadêmicos e eventos nacionais e internacionais, inclusive na Europa, onde tinha a maior central fotovoltaica do mundo na época – era de 46MW, Bárbara, e era a maior do mundo, lá em 2009.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que nós podemos dar uma contribuição, para não ficar só em "Ah, energia solar é só para questão ambiental ou a energia solar é para uma política econômica, ou a energia solar... " Não; eu acho que esse projeto, Petecão, junta três grandes objetivos: é uma política ambiental sim; é uma política econômica e industrial sim; e é uma política social, porque você junta toda essa construção. "Ah, qual é o impacto? Qual é a transição?". Para mim, são detalhes menores diante do que se tem disposição.

E quem esteve no Rio de Janeiro no lançamento do PAC, o que mais me impressionou no Ministro da Fazenda não foi a fala do Rui Costa em relação ao PAC e à infraestrutura no país. O que mais me impressionou foi um Ministro da Fazenda, um Ministro da Economia, que leu sobre o Plano de Transição Energética, não, Plano de Transição Ecológica. O Vice-Presidente chama de neoindustrialização; o crédito do BNDES cada vez mais voltado para descarbonização. Não tem perspectiva de 10, 15, 20 anos se a indústria não descarbonizar.

Participei agora com o setor empresarial, discutindo como descarbonizar até 2050...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO UCZAI – ... o setor de navegação, ou seja, todos os setores econômicos. Todos os setores produtivos estão caminhando.

Agora, há poucos dias, participei na Embrapa: como discutir a descarbonização na agricultura. Ou seja, esse projeto tenta construir nessa direção. E quando a própria Cepal, tirando essa discussão de qual é o custo em GD, que ela própria não conseguiu fazer detalhadamente, perceber que pode ser, efetivamente, um grande ganho ambiental e planetário, um grande ganho na política social e um grande ganho para o país, numa energia limpa e renovável que pode ser referência para o mundo.

Então, são R$60 bilhões. E, se a gente não fizer esse programa, nós vamos continuar pagando a tarifa social? Por que a gente não fomenta ele e enfrenta cada um dos problemas que surgirem num processo participativo de todos os atores, com as distribuidoras, com o setor econômico e industrial, com os integradores? Há milhares no país que tem integradores, cada estado tem milhares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conversávamos com as grandes empresas – por questão de ética, não vou falar aqui e já concluo a minha fala; por questão de ética –, mas há uma empolgação de que nós, como Poder, como Congresso Nacional, podemos induzir para dez anos R$60 bilhões. Qual empresário não gostaria de ter um investimento no Brasil de R$1 bilhão, R$2 bilhões ou R$3 bilhões, sabendo que poderá ter quase que uma compra pública de alta qualidade num complexo energético tão importante e necessário, já que o Brasil é uma potência.

Então, muito sinteticamente, falei dos grandes eixos. Não vou entrar no detalhe da lei, mas os colegas aqui da mesa podem questionar ponto por ponto da proposição legislativa. Nesse sentido, estou muito convencido de que é uma grande oportunidade que nós, o Congresso, e aqui, neste momento, o Senado da República, temos para pensar o país a partir da próxima década com um dinheiro que não tem nenhum recurso novo como ponto de partida. Esses R$6 bilhões todos nós pagamos. Vamos fazer a transição, vamos eliminar a tarifa social com o tempo e transferir para usinas solares, inclusive no estado quente e de muito sol do Senador Petecão. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço aqui a participação do Deputado Pedro, ele é o autor da proposta.

E agora, dando sequência à nossa audiência, vamos ouvir o nosso segundo convidado, que é o Sr. Luis Fernando Paroli Santos, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A (ENBPar).

Por favor, Paroli.

O SR. LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS (Para expor.) – Muito boa tarde a todos, muito boa tarde a todas.

Queria, primeiro, agradecer aos Deputados e Senadores aqui: o Deputado Lafayette; o Senador Petecão, que nos convidou para participar; e também o Deputado Pedro – nós tivemos a oportunidade de discutir bastante o projeto antes da chegada dele, e acho que o Deputado teve uma ideia e uma percepção muito boas de um projeto que começou lá na transição energética e tudo mais, então acho que é um projeto que foi semeado um ano e meio atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria agradecer ao Senador e aos Deputados pela oportunidade de poder mostrar o que a ENBPar pensou para esse projeto, na execução e na formulação já de um detalhe um pouco maior daquilo que o Deputado Pedro já colocou em termos gerais, e a gente vai dar uma demonstração de qual seria a proposta da ENBPar dentro de um programa que se chama Sol para Todos.

Eu participei da transição de Governo, junto com outros colegas do setor elétrico, e lá na transição a gente já tinha colocado o esboço de uma ideia, que foi muito aprimorada pelo Deputado Pedro, no sentido de a gente poder aproveitar esse potencial que nós temos, esse valor que nós temos de tarifa social, para poder transformar o que hoje é despesa em investimento.

Então, vamos mostrar aqui quais são os princípios desse projeto. (*Pausa.*)

Foi aí? (*Pausa.*)

Tá.

Quando eu estou mudando aqui, ele... Tem que voltar mais. (*Pausa.*)

Será que eu estou andando para o lado errado? (*Pausa.*)

Bom, eu vou falar aqui genericamente, até que a gente consiga colocar a apresentação, sobre os itens que compõem a política, dentro do programa que a gente está fazendo.

Primeiro, quais são as diretrizes, as premissas?

Um programa de política nacional que possa garantir que as populações de baixa renda, que as populações de poder aquisitivo menor possam ter acesso a uma energia limpa, renovável, e possam também ter acesso ao benefício de gerar a sua própria energia; ou seja, de poder fazer o *net* da sua energia, como muitos de nós, nas nossas casas, já temos.

Também temos a questão ambiental, que é uma outra premissa e que o Deputado já colocou: a energia solar, de modo geral, é a principal energia, do ponto de vista ambiental, que hoje é colocada; é a energia que mais tem aderência, do ponto de vista ambiental. Então, é uma premissa que também foi colocada dentro do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós também temos a questão da transição energética, que hoje é uma demanda mundial, também é outra premissa que a gente colocou na hora de instituir o projeto.

Nós pensamos na possibilidade também de ter uma inclusão social com esse dinheiro, ou seja, na verdade, como é que acontece hoje? Hoje, os consumidores regulados e alguns de ACL pagam uma conta que vai subsidiar o baixo renda. Então, a ideia é que a gente mantenha o programa social, só que sem a necessidade de as pessoas pagarem eternamente esse subsídio para as pessoas de baixa renda.

Um outro ponto importante é o seguinte: como a geração pode ser descentralizada, ela tem que priorizar a agricultura familiar e dar para essas pessoas, que hoje não têm as condições necessárias de conhecimento, de *know-how*, de investimento, de infraestrutura, de capacidade técnica, a possibilidade de construírem as suas próprias usinas ou de serem proprietários, de serem também produtores de energia e terem também o benefício da venda dessa energia, de poder auferir renda construindo a sua própria usina. Então, é um outro parâmetro, outra premissa que a gente colocou aqui no projeto.

Mas uma parte importante – e é o que o Deputado também já falou – é a seguinte: quando você tem uma política pública que incentiva a geração de energia solar, que incentiva essa geração e você dá garantias de recurso e garantias de investimento ao longo do tempo, você consegue entregar para a indústria previsibilidade de investimento, você consegue entregar para a indústria a vontade e a segurança de poder criar essa fábrica aqui no Brasil. E, como o Deputado já disse, a gente conversou com várias indústrias, e essas indústrias se mostraram e colocaram as condições para vir para o Brasil.

A primeira que eles colocaram, que é muito interessante – às vezes a gente pensa que a indústria está querendo dinheiro, está querendo subsídio, está querendo desoneração –: o que eles pediram, na verdade, simplesmente foi exigir qualidade do projeto, das placas, dos inversores e dos equipamentos. E nós, lá na ENBPar, temos condição de fazer isso, porque cuidamos do Procel e do Selo Procel. Nós temos o selo para as placas, podemos criar os selos para os inversores e fazer com que esse projeto se viabilize apenas com equipamentos de qualidade, portanto fazendo com que a concorrência seja uma concorrência justa em relação às pessoas comprarem produtos que possam... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deram-me mais cinco minutos. Está bom.

E um outro aspecto, e aí é até interessante a gente falar isso, porque é o seguinte: uma outra premissa que a gente colocar, a última ali colocada é a diminuição do custo da energia.

Então, muitas pessoas vêm aqui pensando assim: "Poxa, mas esse projeto vai aumentar mais CDE" ou "Esse projeto vai aumentar subsídio" ou "Esse projeto vai aumentar a conta de luz". E, na verdade, era a premissa básica do projeto que ele fizesse o contrário disso: diminuir a CDE, diminuir a conta de luz de todo mundo, diminuir a CDE e manter o benefício para o baixa renda, transformando ainda despesa em investimento. Essas eram as premissas do projeto.

Então, a gente vai fazer uma análise...

Aí podia... será que agora vai? (*Pausa.*)

Foi.

Então, aqui vamos fazer uma análise bem rápida dos custos que nós temos em relação à tarifa social, à tarifa para baixa renda, e à GD.

Vocês podem olhar que a potência de cada uma das... que a utilização das famílias, das 17 milhões de unidades consumidoras, é em torno 23GW. E nós temos unidades consumidoras de GD, em torno de 3,6 milhões, que consomem 28GW de potência. Mas qual que é o custo disso para o consumidor? Para aquelas 17 milhões de famílias, nós temos um custo, no ano de 2023, de R$5,8 bilhões, na CDE, para baixa renda, ou seja, para subsidiar as pessoas de baixa renda, nós investimos em CDE R$5,8 bilhões. Mas, para subsidiar o GD, durante esse período, nós gastamos R$7,1 bilhões.

Então, eu não estou aqui criticando a GD. Eu não estou criticando. Existiu uma política pública, essa política pública suportou o crescimento de GD, suportou e incentivou o investimento em GD durante esse período. Essa política pública foi muito importante, porque ela criou um mercado nacional, criou um mercado de integradores, criou um mercado de consumidores, criou um mercado do desenvolvimento das placas nacionais, criou uma cultura de compensação, criou todo um desenvolvimento, que fez com que hoje a gente realmente tenha a questão da energia solar como uma energia competitiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente começou lá, dez anos atrás, a energia solar não era tão competitiva quanto é hoje. E só foi possível acontecer isso... só tem jeito de incentivar de duas maneiras: ou o governo faz um incentivo – ele gasta o dinheiro e ele cria o mercado –, ou ele dá sinais econômicos para que os privados façam isso. E foi isto que o Governo fez: deu um sinal econômico. Ele falou: "Olha, eu vou te dar esse benefício e você investe". E aí hoje, em Minas Gerais – o Deputado Lafayette é testemunha disso –, nós temos 300 mil unidades de GD. São 300 mil unidades de GD! Em São Paulo, tem quase 500 mil unidades de GD.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS – Então, nós temos realmente um mercado criado.

Eu vou precisar de um pouco mais de tempo para explicar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Paroli, por conta do problema que deu no nosso equipamento, nós vamos lhe conceder aí mais um tempo necessário, para que V. Sa. possa fazer sua exposição.

Fique à vontade.

O SR. LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS – Obrigado.

Bom, aqui é uma explicação, para quem não está 100% familiarizado, de como é que funciona hoje o baixa renda. Então, as distribuidoras entregam a energia lá, 140kWh, para o consumidor de baixa renda. É 140kWh porque é o consumo médio, tá? Essa distribuidora recebe R$56,60 da própria pessoa que consumiu, certo? Só que essa conta vai com um desconto, que é o desconto da Tarifa Social. Então, a distribuidora vai lá na CDE, que é paga pelos consumidores livres e de ACR, e pega mais R$33, ou seja, quando ela entrega para uma unidade de baixa renda 140kWh, ela recebe R$56... Aqui é um exemplo, se não me engano, de Minas Gerais, tá, gente? Esses números. É só para exemplificar. Aí R$56,60 ela recebe do próprio consumidor, e R$33 ela recebe da CDE, está certo? Isso completa a conta, porque a distribuidora não pode subsidiar aquele consumidor.

E essa distribuidora recebe energia de onde, então, para entregar? Ela recebe daqueles geradores – você tem solar, eólica, nuclear e tal – e paga o preço de cada um desses contratos. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que a gente chama de Pmix, ou seja, é o preço médio daquela distribuidora, certo? Então, é assim que funciona: ela recebe lá, vai pagar esses contratos de volta, dá o benefício e recebe da CDE.

Como é o desenho que a gente vai fazer no futuro?

Ah, é importante explicar esta tabelinha aqui embaixo.

O baixa renda, no que ele consome de 0kWh a 30kWh, ele tem 65% desconto; no que ele consome de 31kWh a 100kWh, ele tem 40% desconto; e no que ele consome de 101kWh a 220kWh, ele tem 10% desconto; ou seja, ali nós já temos um sinal de que é para o consumidor gastar menos, porque ele tem mais benefício. Então, a tabela funciona assim.

Como é que a gente está propondo que seja? A distribuidora vai receber, desse novo grupo de fornecedores de energia, que são a Energia Social de GD, que a ENBPar vai contratar, que são pequenos agricultores, que são cooperativas, que são cooperativas de pescadores e que também podem ser investidores normais. Não temos restrição em relação aos investidores; podem ser investidores.

Ela vai receber essa energia; vai ter um contrato com a ENBPar, a ENBPar vai autorizar, e essa energia vai chegar lá na distribuidora, igual chegava antes. Só que, agora, o dinheiro de CDE, em vez de ele ir para a distribuidora, vai dar a volta e vai pagar o custo do financiamento desses novos produtores que nós estamos incentivando. Então, o dinheiro vai para lá.

Nas nossas contas, a gente consegue dar pelo menos 10% de desconto em relação ao preço que nós, consumidores normais, já pagamos. Nós conseguimos colocar de pé, viabilizar uma usina de 1MW desses novos produtores com uma garantia de contrato, com uma garantia de que ele vai ter um investimento, com uma garantia de que ele vai receber dinheiro do banco para poder fazer isso – e com financiamento do BNDES, com financiamento do Banco Mundial –, conseguimos garantir que, de cara, nós vamos pagar – nós, quando eu falo, somos todos os consumidores – menos de CDE do que pagávamos para subsidiar antes o baixa renda. Dá para garantir que isso vai acontecer. E isso pode estar no regramento; ou seja, se não for para ser mais barato do que a gente paga hoje, não se viabiliza, naquela distribuidora, a usina. Pode ser assim. É só colocar no regramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ENBPar vai fazer a relação dessas cooperativas, dessas coisas com as distribuidoras e vai fazer a relação da CDE via CCEE, para que elas paguem esses novos produtores de energia. Portanto, o arranjo muda: em vez de a distribuidora receber o dinheiro da CDE da energia que ela entregou para baixa renda, a distribuidora vai receber a energia, sem custo para ela, vai entregar essa energia, e o produtor vai receber da CDE.

Qual é o grande benefício disso?

A nossa perspectiva é entregar contratos de sete anos, oito anos para esses novos consumidores. E esses contratos, como eu disse, terão que ter, poderão ter – isso pode ser definido – um custo menor do que o custo que a gente paga hoje para subsidiar o baixa renda. Depois de sete, oito anos, quando ele já tiver o *payback*, quando ele já tiver o investimento dele garantido, ele pode renovar esse contrato. Só que, como ele já teve o *payback*, o investimento já foi pago... assim como já aconteceu em Itaipu. Esta, agora, é a discussão que nós estamos tendo sobre Itaipu: por que a tarifa de Itaipu está caindo tanto? Porque tinha um financiamento gigantesco, de 50 anos, que era pago.

Aqui é a mesma lógica: nós vamos financiar para esses novos produtores, para eles terem as suas próprias usinas, e vender, substituir – o que pagamos em dinheiro para o baixa renda, nós vamos pagar em energia. E vai substituir. À medida que o financiamento acabe, isso vai cair.

E aí a gente pode fazer novos contratos muito mais baratos, portanto diminuindo ainda muito mais a CDE. "Ah, e esse benefício no futuro?" Esse benefício, Deputado, quem vai decidir o que nós vamos fazer com ele são vocês, é a legislação, é o Governo que vai decidir, porque pode ser que a gente queira aumentar o benefício do baixa renda, pode ser que a gente queira só diminuir a CDE, pode ser que a gente queira fazer um arranjo entre essas duas oportunidades. O importante é que a gente tenha energia mais barata para essas pessoas, que a gente tenha energia limpa, renovável e que a gente transforme despesa em investimento, e é isso que o projeto quer fazer.

Eu sei que isso mexe um pouco com o mercado, eu sei que isso pode trazer algum transtorno, eu sei que toda mudança é traumática um pouco, mas nós estamos aqui abertos para conversar, como o autor, Deputado Pedro, disse, e ajustar, se tiver algum detalhe. Se parte dessa regulamentação, que eu pretendo fazer ou que o MME vai fazer no futuro, for colocada em lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dar mais segurança, não tem problema nenhum. Entendeu? E esta Casa é para isto: para a gente debater e evoluir. E a audiência pública, proposta pelo Senador, é exatamente para que todo mundo tenha condição de opinar, e a gente está 100% aberto para tentar mudar ou fazer aquilo que for necessário para que a sociedade brasileira tenha mais energia limpa, mais barata e mais produtiva.

Bom, aqui tem alguns benefícios, que a gente está colocando.

Aumento da renda da agricultura familiar. Por quê? Porque a ENBPar vai incentivar os produtores da agricultura familiar a terem suas próprias usinas.

Incentivo ao empreendedorismo social, porque nós vamos fazer isso para que eles tenham renda. Para vocês terem uma ideia, de acordo com os cálculos da Emater, que é nossa parceira nisso aqui, uma usina de 100kW pode trazer uma renda de até R$4 mil a R$5 mil para a agricultura familiar. Agora, você imagine um cara de agricultura familiar que tenha uma renda de R$4 mil a R$5 mil, ele nunca mais sai de lá; ele tem energia, ele tem investimento, ele vai poder comprar motor, ele vai poder comprar máquina, ele vai poder investir em irrigação, ele vai poder investir em tudo. Então, é um programa social. E não tem dinheiro novo aqui, gente, é o dinheiro que a gente já paga, é só usar melhor o dinheiro que nós estamos pagando.

Qualificação profissional no campo, que é outro item importante, porque serão essas pessoas que vão cuidar das usinas. Elas vão aprender e vão desenvolver, e a ENBPar estará aí para ajudar nisso, para poder colocar essas questões na mesa.

Desenvolvimento da cadeia produtiva nacional. Como a gente já disse, à medida que a gente tenha segurança nesse investimento da solar, que já é muito grande no Brasil, e à medida que tenha um programa governamental que sustenta essa produção nacional, a indústria vai querer vir para cá e vai ser competitiva aqui no Brasil, e vai dar para a gente criar muito mais emprego e renda. E aí tem toda uma cadeia solar, tem terras raras, tem a questão do silício, tem as questões dos minerais nacionais, que hoje a gente exporta tudo e que poderão ser consumidos aqui dentro, e, depois que a gente começar a explorá-los bastante, a gente pode até exportá-los mesmo. Uma das empresas que esteve com a gente disse o seguinte: "Olha, além de querer trazer para cá, Paroli, a indústria, eu quero transformar o Brasil num polo de exportação para o Ocidente". Bom, quando eu falo isso, vocês já sabem qual é a empresa. Então, assim, seria um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polo de exportação para o Ocidente. Então, eles querem exportar placas do Brasil para os Estados Unidos, querem exportar placas fabricadas no Brasil para a Europa.

E, aí, redução da conta CDE. Olha que interessante, gente: a redução da conta CDE, de cara, já diminui, porque nós vamos comprar um pouquinho mais barato do que o normal.

Só que tem um outro benefício que o programa social traz, que talvez nem todo mundo tenha percebido, que é o seguinte: toda vez que um consumidor de baixa renda entrar numa cooperativa e começar a produzir sua própria energia, ele deixa de ser baixa renda. Automaticamente, ele deixa; ou seja, esse custo nós não vamos ter mais. Sabe por quê? Porque ele vai compensar sua conta. Ele vai deixar, naquele momento, de ser baixa renda. Ligou a usina, deixou de ser baixa renda.

Portanto, a diminuição de CDE na conta baixa renda também tem esse aspecto, que também é imediato. À medida que as usinas começarem a funcionar, automaticamente, as pessoas saem de receber o benefício de baixa renda e começam a receber o benefício de energia. Então, esse é um outro ponto também muito importante do projeto e que diminui a CDE, o último item colocado ali.

Bom, é lógico que tem detalhamento disso, eu sei que muitas pessoas vão ter dúvidas de como isso vai funcionar e tudo mais, mas em função do tempo eu não tenho condição de demonstrar mais. Temos mais eslaides aqui. Caso vocês, depois, no momento das perguntas, possam fazê-las, a gente mostra os eslaides e responde, conforme as perguntas que forem colocadas.

Não somos donos da verdade, mas achamos que esse projeto dá uma grande oportunidade aos brasileiros, todos os brasileiros, desde aqueles da indústria até as pessoas de baixa renda.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k., Paroli.

E as perguntas, as dúvidas, estão na página da Comissão. Qualquer um dos senhores que estão aqui presentes e dos que estão assistindo através da nossa TV Senado pode acessar. Já temos aqui algumas perguntas e alguns questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou logo ler alguns aqui, até para prestigiar quem está nos acompanhando.

Sandra, de São Paulo: "Se for aprovado, o PL 624/2023 também garantirá a manutenção desse sistema de transmissão de energia?".

Pedro, era bom ir anotando aí as perguntas, se você quiser, para que a gente possa responder aos nossos ouvintes.

Diego, de Rondônia: "Poderiam também incluir pessoas/grupos de afetados por condições climáticas adversas como beneficiadores, a exemplo dos afetados do Rio Grande do Sul?".

Alane, de Rondônia: "Como o financiamento desses sistemas pode ser viabilizado para essa parcela da população?".

Rafael, do Paraná: "Quais serão as formas da população de baixa renda adquirir a energia solar? Quem está no programa Luz para Todos [...] [poderá] participar deste [...]?".

As perguntas ficam aqui. Depois, se os senhores quiserem responder, está aqui.

Tem mais perguntas. Nós vamos avançar.

Aqui, agora, vamos para a participação do nosso terceiro convidado, que é o Sr. Adalberto Felício Maluf Filho, que é Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA).

Sr. Adalberto.

Ele está *online* aí.

O SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO (*Por videoconferência*.) – Olá. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Olá, Adalberto.

Fique à vontade, amigo.

O SR. ADALBERTO FELÍCIO MALUF FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Petecão. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui em Manaus, no G20. Então, infelizmente, não pude ir pessoalmente.

Queria parabenizá-lo, Senador Petecão, por esta audiência, por este debate importante, e os Deputados Pedro Uczai e Domingos Neto, pelo PL; e o meu amigo Deputado Lafayette de Andrada – estamos acompanhando toda a sua trajetória desde a Lei 14.300, do marco da geração distribuída. É um prazer enorme estar aqui com vocês.

É extremamente importante, e se insere muito no debate, hoje liderado pelo Ministério da Fazenda e pelo Governo como um todo, do Plano de Transformação Ecológica, do plano Nova Indústria Brasil.

Todo mundo, hoje, trabalha muito para promover essas novas energias, seja para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, de poluentes locais, seja, em especial, para poder gerar energia limpa, renovável; no nosso caso, também para conter a desigualdade, a pobreza.

O Fundo Clima, um dos instrumentos do Plano de Transformação Ecológica, traz, hoje, uma linha de financiamento, para as energias renováveis.

A própria Lei 14.300 – não é, Deputado Lafayette? – permite que o poder público faça a compra de energia da tarifa social, um chamamento para poder reduzir. A gente vem estudando muito isso com o Minha Casa, Minha Vida, com outras ferramentas.

Eu lembro quando o Congresso, pela liderança do Deputado Lafayette de Andrada, tentou resolver um problema, e a Aneel não tinha regulamentado a redução de 50% do custo disponibilizado para a tarifa. Lá na medida provisória do Minha Casa, Minha Vida, o Congresso ajustou essa distorção da Aneel, depois teve, inclusive, um pedido, na época, de veto, pelo Presidente, dos arts. 37 e 38. Eu participei, lá na Casa Civil, com o Ministério da Fazenda, para mostrar ao Governo a importância de não vetar aquele artigo, e, naquela ocasião, eu tive que lidar com esses dados dos custos da tarifa social, dados às vezes distorcidos, em que a gente vê agentes do setor elétrico dizendo que "se tivessem a extensão e o subsídio, o rico subsidiando o pobre"... E, na verdade, apresenta-se a conta de um eventual subsídio, mas, simplesmente, se esqueceram de que, se eu tenho a geração, eu não pago o subsídio da tarifa social.

Então, é uma medida que, na verdade, gera um ganho para todos. (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... relatórios dos agentes do setor elétrico, parecia que a sociedade perdia.

Então, é muito importante trazer esse debate. A Ministra Marina Silva foca muito, aqui no Ministério, no debate da redução da desigualdade.

Hoje, quem coloca um sistema solar no Minha Casa, Minha Vida ou na baixa renda reduz a sua conta de R$100, R$80 para R$20 – é um ganho enorme. Energia representa um dos principais gastos das famílias. Sem falar dos benefícios: já foram mais de 1 milhão de empregos no Brasil. O Brasil era o 13º maior em energia solar, virou oitavo. Este ano, é o quarto, quinto maior mercado. A maior parte da geração de solar é geração distribuída em pequenos telhados.

Então, também esse discurso, essa narrativa de que a GD é o pobre subsidiando o rico não é verdade. E o Brasil tem um potencial enorme. A gente gera mais de 5GW nos sistemas isolados, 3 milhões de pessoas vivendo lá, e custam mais de R$12 bilhões para o Brasil esses sistemas. São 45 milhões de litros de diesel, com uma emissão gigante.

Hoje, a Região Amazônica tem a pior qualidade do ar do Brasil e é uma das piores do mundo, em função das queimadas, dos desmatamentos e também dos sistemas.

Eu acho que a gente pode ver o que aconteceu na China. A China, nos anos 2000, tinha, ainda, 40% da população vivendo abaixo da linha da pobreza. Hoje, em 2022, eles declararam que menos de 1% vivia, e um dos grandes programas foi o programa solar, para aliviar a pobreza. Inicialmente, era uma meta de 10 gigas, para 2 milhões de pequenos cidadãos, agricultores familiares, em situação de pobreza. Era energia para casa, mas também para as comunidades. Esse projeto foi tão bem-sucedido que ele entregou o dobro – 20 gigas – para 4 milhões de pessoas. Ele foi extremamente importante. O Banco Mundial tem um relatório mostrando o quanto isso gerou de emprego, o quanto isso gerou de oportunidade.

Inclusive, nós fizemos uma sugestão, na época, ao Ministério de Minas e Energia, no Programa Energias da Amazônia, para que entrasse essa geração comunitária lá no decreto. Acabou, infelizmente, que isso não entrou, mas é uma oportunidade.

Acho que, como a gente viu aqui, a solar é um grande potencial de gerar mais emprego. A gente exporta o silício, somos o terceiro maior produtor; temos a maior reserva de quartzo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo, de alta qualidade; e a gente exporta o silício a US$2 e, depois, o importa a US$30, US$20 a célula. Temos um potencial enorme de nacionalização.

Lá em 2018, a gente viu fábricas abrindo no Brasil, e nós tínhamos pelo menos 27% dos painéis solares do Brasil produzidos aqui. Infelizmente, o antigo Governo não apoiou a indústria, criou várias distorções. Então, se você comprasse o nacional, você pagava mais imposto e não podia ter benefícios do Reidi, isso fez com que a indústria nacional caísse para menos de 5%. Mas o Brasil tem um potencial enorme de exportação, para os Estados Unidos e para a Europa, para não ter as barreiras comerciais. A indústria nacional é muito boa em eletrônica de potência, em inversores, nos aplicativos do futuro, na digitalização das nossas casas, e se insere no Plano Clima, na NDC brasileira.

Então, acho que esse projeto da Renda Básica Energética é muito oportuno, precisamos entregá-lo o quanto antes. Ele vai (*Falha no áudio.*)

... milhões de empregos.

Pode ser que a gente tenha ainda alguns pequenos aperfeiçoamentos para fazer – todo projeto tem –, talvez substituir o limite de geração para quem é do CadÚnico, ou novas modalidades de geração compartilhada, isso ou aquilo. Mas a gente vai, no decorrer do programa, aperfeiçoando. Eu acho que é um trabalho muito importante que o Senado faz, o de dar sequência a esse trabalho da Câmara. Ele tem um potencial enorme. Não é à toa que a solar é a fonte que mais cresce no mundo e no Brasil, e ela vai continuar sendo.

Então, o Governo pode, e o Congresso junto, criar ferramentas para fazer com que os mais pobres, os agricultores familiares nas situações mais difíceis, possam se beneficiar disso, possam usar energia solar como um indutor do desenvolvimento econômico.

A gente tem muito potencial para crescer ainda no Plano Safra, no Pronaf, em vários programas do Governo em que as principais linhas ainda não permitem financiamento de solar. No próprio Minha Casa, Minha Vida, financiando a obra junto com solar, a conta de energia cai; aí a pessoa paga a Caixa, o mutuário, e ela tem menos inadimplência. É uma coisa que beneficia todo mundo, do ponto de vista climático, urbano, social e energético.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um prazer enorme, em nome do Ministério do Meio Ambiente, estar aqui. Quero falar do nosso apoio: a Ministra Marina – estivemos com o Senador Petecão, estivemos com o Deputado Pedro Uczai –, ela é muito sensível a esta pauta, defende muito a pauta das renováveis, da transição energética, da liderança que o Brasil pode ter para criar empregos e reduzir desigualdades, para o Brasil continuar a ser um grande líder da agenda ambiental.

Desculpem-me a minha conexão, eu estou em Manaus e está um pouco ruim. Eu estava lá no G20, voltei aqui, porque eu achei que a internet estaria melhor, mas infelizmente não está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Adalberto.

Tivemos o prazer de estar juntos lá no Ministério do Meio Ambiente. E aqui eu gostaria de fazer um registro pelo tratamento, pela atenção e pela receptividade que nós tivemos por parte da Ministra Marina Silva.

O Adalberto é uma pessoa importante que, com certeza, pode ajudar – e ajudar muito – para que nós possamos avançar neste projeto.

Aqui, pela ordem, vamos convidar agora o nosso convidado Sr. Ricardo Brandão. Ricardo é Diretor-Executivo de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Diz-se "Abradée"? "Abrade"?

O SR. RICARDO BRANDÃO – É "Abrade".

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tem dois "e" aqui no final, é "Abradi".

Ricardo, fique à vontade, amigo.

O SR. RICARDO BRANDÃO (Para expor.) – Obrigado, Senador. Saúdo o Senador Petecão, o Deputado Pedro Uczai, o Deputado Lafayette, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares e também o resto da audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu vou deixar claro aqui na nossa fala que a Abradee, as distribuidoras, enfim, nós não somos contra energia solar e energia renovável. Isso é importante, o país precisa desse tipo de fonte, e também não somos contra a modalidade de geração distribuída. O nosso ponto e a nossa preocupação é isso estar colocado de forma que não aumente a tarifa para os demais consumidores que não têm geração distribuída. A forma como esse modelo hoje está implementado, infelizmente, provoca esse aumento de custo para os demais consumidores.

Em relação ao PL 624, vou separá-lo em duas partes. Em relação ao projeto Renda Básica Energética: a gente entende que é uma iniciativa importante, a ideia de reduzir a conta de energia do consumidor de baixa renda é bem-vinda, mas, da forma como o texto está redigido, ele não atinge esses objetivos. Ele precisa ser aprimorado em lei, não dá para consertar depois por meio da regulação; primeiro, para atender a esses dois objetivos: de não aumentar o custo da tarifa e de ser, de fato, benéfico para o consumidor.

O primeiro ponto que é importante a gente destacar é que, da forma como está redigido hoje, para uma parcela importante dos consumidores – especialmente para aqueles de mais baixo consumo –, o crédito de energia, ainda que seja 100% do crédito de energia, não é um desconto maior do que o desconto atual do programa de Tarifa Social. Vocês podem entrar nos *sites* das empresas que, por exemplo, fazem energia por assinatura: varia entre 15% e 20% de redução na conta. Para aquele consumidor de baixa renda que tem um desconto de 10%, para aquele que já está próximo do 220, esse desconto com crédito vai ser maior. Mas justamente para aquele consumidor de baixa renda mais vulnerável, que é o consumidor de baixo consumo, o desconto de 65% combinado com o de 40%, de 30kWh a 100kWh, é maior do que ter 100% de crédito de energia. À medida que vai ocorrendo a transição, esse percentual vai aumentando.

Então, esse é um ponto que precisa ser corrigido para que esse não seja um programa que, no final das contas, vai acabar aumentando a tarifa exatamente daquele consumidor de baixa renda mais vulnerável, que é o que tem mais baixo consumo.

E o segundo é justamente esse ponto do financiamento.

Aqui tem o mapa de como é construída a tarifa de energia. Então, 20% são tributos; 16% são encargos e subsídios, onde está a CDE; 11% são transmissão; a parcela de distribuição é de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas 25%; e a de geração é 28%, que é o que essas placas solares vão produzir, vão produzir energia que substitui a compra de energia da distribuidora.

Então, a gente simulou, Deputado e também Relator, Senador Petecão, e, com recursos da CDE, não tem como haver uma redução da despesa total da CDE. É só uma questão de matemática. Ainda que esses consumidores recebam 100% de desconto, a parcela de energia na tarifa é de 28%. Então, só vai reduzir a tarifa desses consumidores se esses outros itens da parcela forem custeados pelos consumidores que não são beneficiados por esse programa.

Do que a gente estudou – e o Deputado tem também acesso a estudos, eu acho que é importante a gente complementar esses estudos para não atrapalhar o que eu acho que é uma boa ideia –, somente com recursos do Tesouro é que a gente atinge esse objetivo. E eu acho que seria um custo muito vantajoso e seria, eu acho, muito meritório a utilização de recursos do Tesouro voltados justamente para o consumidor de mais baixa renda, porque a gente utilizar o recurso da própria tarifa da CDE, por tudo que a gente estudou, não só não reduz a despesa da CDE como a aumenta.

Então, são pontos em que a gente está disposto a trabalhar junto, até porque a 14.300 já tem um programa social para o consumidor de baixa renda que, da forma como está escrito hoje, dá uma redução de tarifa maior do que receber 100% de crédito. Por exemplo, para o consumidor de até 30kWh o Pers dá uma redução maior de 153% e, nesse consumidor-alvo – até 100kWh por mês –, com o Pers, o consumidor tem uma redução de 16% em relação ao Rebe.

Então, são pontos que a gente acha que são de aprimoramento do programa, e acho que são aprimoramentos possíveis, mas principalmente essa ideia de aporte de recursos do Tesouro que já está previsto no Rebe, e a gente entende que é a forma que tem que ser utilizada.

Agora, o segundo ponto é que, além do Rebe, esse PL 624 tem 14 itens de alteração da Lei 14.300 que não têm nenhuma relação com o Rebe. E aí a gente chama a atenção para o fato de que, hoje, os subsídios da GD em 2023, pelos dados do Subsidiômetro da Aneel, são de R$7 bilhões, e, em 2024, a projeção é de que isso seja de R$10 bilhões. Hoje, quando a gente olha a nossa tarifa, o consumidor hoje já paga 3,19% da sua tarifa, que é a GD com que ele custeia o benefício de outros consumidores. Então, sim, é uma transferência de renda e, sim, é uma transferência de renda do mais pobre para o consumidor mais privilegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com essas 14 alterações, aumenta-se ainda mais esse impacto. E antes de a gente pensar que "bom, mas GD não reduz tarifa no longo prazo", é só a gente olhar no mundo: Alemanha tem a maior tarifa do mundo com tributos, 21% da tarifa é só esses incentivos; Austrália, que é sempre colocada como país que, em algumas horas do dia, é 100% atendido por energia renovável solar, tem a segunda maior tarifa do mundo sem tributos; e nos Estados Unidos, onde tem também uma grande penetração de GD, os quatro estados que têm mais GD *per capita* são justamente os quatro estados que têm a maior tarifa de energia dos Estados Unidos. Então isso é apenas um fato. Esse subsídio cruzado da GD aumenta a tarifa dos demais consumidores.

E outro ponto importante: isso não é algo que as distribuidoras estão trazendo aqui, de oposição; é um amplo grupo que tem preocupação com esse projeto, especialmente porque esses 14 itens trazem um aumento de custo na tarifa dos consumidores da ordem de R$3,9 bilhões por ano. Então tem as associações de consumidores, como a Abrace, a Anace (Associação Nacional dos Consumidores), o Conacen – aqui representado também pela Rosi –, a Frente Nacional dos Consumidores de Energia, além de outras associações, a ABCE, Abrage, Apine, Abrace, Abraceel. Então isso não é um tema das distribuidoras, é uma preocupação do setor elétrico como um todo, para não aumentar ainda mais os custos que recaem na tarifa do consumidor.

Isso foi objeto de um amplo acordo lá em 2021, quando esse projeto foi aprovado. E os temas que estão colocados aqui não têm nenhuma relação com o que pode ser discutido da regulamentação. O art. 28, que é revogado, simplesmente diz que a GD é para consumo próprio. Isso está desde a Resolução 482, de 2012, isso não é novidade. Assim como outros dispositivos que dizem que o...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO BRANDÃO – Só para concluir aqui.

... que quem está no mercado livre não pode ir para GD. Isso também foi objeto de um amplo acordo, isso já está na 482 também; quer dizer, são normas que já são consolidadas. Dispositivos que dizem que, na conexão, o consumidor, o usuário de GD não paga os custos de conexão, que isso é 100% custeado pela distribuidora... Ora, custeado pela distribuidora é custeado pelo consumidor. Não existe investimento da distribuidora que não vire tarifa. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando se retira essa despesa do usuário de GD, que vai se beneficiar, a gente só está aumentando essa despesa para os outros consumidores, e não tem nada que justifique a gente fazer essa alteração de algo que já foi amplamente discutido por ocasião da Lei 14.300. Ou mesmo essa discussão sobre a questão de inversão de fluxo: toda despesa que é cobrada do acessante na inversão de fluxo é para evitar que o investimento que a distribuidora vai fazer seja pago justamente por aqueles que não são beneficiados pelo acesso da geração distribuída.

E mesmo esse ponto de conexões não pode ser justificado para a gente jogar fora um acordo, porque esses são os números de reclamação da Aneel. O percentual de reclamações de conexão, quando a gente compara com o universo de conexões, é 0,0235%. Nós estamos falando de um percentual de reclamações pequeno comparado com um montante de mais de 2 milhões de conexões. Isso não pode justificar a gente jogar fora esse acordo, porque aqui existe um risco para o consumidor. Por isso, essa ampla frente de associações, especialmente de consumidores, vê que essas 14 alterações da 14.300, que nada tem a ver com o Rebe, só vão aumentar a tarifa deles – R$3,9 bilhões por ano. E esse conjunto de custos a gente coloca como se fosse um ônibus. Cada consumidor que deixa de pagar a sua parcela do fio da distribuidora, cada consumidor que deixa de pagar a CDE, isso é simplesmente "rerrateado" para os outros consumidores. Isso não é uma perda da distribuidora. Nós não estamos falando aqui que a distribuidora perde mercado com GD, do mesmo jeito que a distribuidora não perde mercado com migração para o mercado livre. O problema é que esses custos que não são pagos pelo usuário de GD vão ser "rerrateados" para todos os outros consumidores, e isso é o que a gente entende que não é justo.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos ao nosso convidado.

E agora nós vamos finalizando aqui esta nossa primeira rodada.

Vamos chamar o Deputado Federal Lafayette de Andrada, que é o Relator da proposta lá na Câmara.

Lafayette, por favor.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serei aqui econômico nos cumprimentos. Na pessoa do Senador Petecão, que preside aqui esta Comissão, cumprimento todos os presentes, todos os Deputados e Senadores aqui presentes.

Eu vou dividir a minha fala aqui em dois aspectos que são importantes.

O primeiro é a importância do Rebe. O Deputado Pedro Uczai, que é o autor do projeto, teve uma visão iluminada – na gíria, uma sacada que realmente você pega.

E aí, na linha do que disse o representante do Ministério de Minas e Energia, do que disse aqui o próprio Deputado Pedro Uczai e o representante da ENBPar, você pega um recurso que está na CDE... Isso aqui é importante. A tarifa de energia nossa... Eu não trouxe eslaide, mas, em linhas gerais, a tarifa de energia que a gente recebe, a continha na nossa casa, tem vários componentes. O valor da energia mesmo é de trinta e poucos por cento, beira os 40%; daí são subsídios, são tarifas, são vários componentes. Um desses componentes é a CDE.

A CDE é responsável por financiar vários programas do Governo, mas, no fundo, quem financia somos nós. O valor que está na CDE, que é um dos componentes da tarifa, é rateado para todos os brasileiros. Quando o Governo está fazendo o Luz para Todos, a CDE é quem paga; no fundo, todos nós pagamos.

Um dos componentes da CDE é a tarifa social para o baixa renda, é um dos componentes da TSEE. Dentro da CDE, também há vários componentes, um deles é a tarifa social, que é um programa do Governo e que todos nós pagamos. A estimativa é de quase R$6 bilhões, neste ano, que vão ser divididos por todos os consumidores do Brasil.

O que o Deputado Pedro Uczai cogitou em uma grande sacada? "Vamos pegar esses R$6 bilhões, que todos nós pagamos, e, em vez de custear a energia com a tarifa do baixa renda, vamos usar essa massa de recursos para fazer pequenas usinas solares que vão gerar energia para o baixa renda. À hora em que essa pequena usina solar estiver gerando energia para o baixa renda, esse baixa renda deixará de ter esse auxílio da tarifa social, porque não vai precisar mais, estará recebendo a energia integralmente". Então, devagarzinho, nós estamos criando um grande parque, em todo o Brasil, de pequenas usinas, estamos injetando recursos na economia, na indústria nacional, gerando emprego e, ao mesmo tempo, estamos reduzindo, ao longo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo, a tarifa social que está dentro da CDE, ou seja, o projeto de lei, ao mesmo tempo, reduz subsídios na conta de energia, gera energia para o baixa renda e induz a economia nacional com a injeção de recursos. É um círculo virtuoso que nós só temos que aplaudir. Eu fico pensando: o que leva alguém aqui a falar contra um projeto desses? É óbvio que esse recurso da tarifa social hoje é pago para a distribuidora e vai deixar de ser, talvez seja por isso que elas reclamam tanto, mas quem vai receber agora a energia de graça é o baixa renda, com esse recurso que todos nós pagamos. Ao longo do tempo, nós vamos reduzir esse subsídio.

Então, diferente das narrativas... Tentam fazer contas mirabolantes aqui: "Ah, porque o desconto podia ser maior", "Podia ser menor". O cara vai receber energia de graça, não tem desconto maior, desconto menor; energia de graça financiada por uma tarifa que todos nós pagamos hoje, uma componente tarifária que todos nós pagamos hoje e que devagarzinho vai deixar de existir. É esse o espírito do projeto.

Então, de maneira muito clara, eu sou um entusiasta desse projeto. Hoje, dentro da CDE, para vocês terem ideia, a Região Norte, lá do nosso Senador Petecão, do Acre, hoje é subsidiada com um item que também está dentro da CDE que se chama CCC. A previsão deste ano, acho, são R$12 bilhões. Sabem para o que é? Para custear diesel para pequenas usinas termoelétricas esparramadas por aquele norte inteiro, onde não é viável economicamente levar a transmissão de energia. Então, são geradores a diesel, e chega de barco esse diesel. Nós vamos substituir isso por energia solar. O Brasil é o país do sol, uma energia que vem de graça. E aí vem distribuidora falar que o projeto não é bom, que vai aumentar o custo para o consumidor? Com todo o respeito – e tenho que ter mesmo, até porque sempre sou muito bem tratado por todas elas –, é uma falácia esse argumento, é totalmente equivocado. Ficam fazendo malabarismo com os números para tentar distrair os menos conhecedores desse tema, ou seja, o projeto é para reduzir o subsídio, para reduzir a tarifa de energia do brasileiro como um todo e ajudar o pobrezinho, ajudar o baixa renda, recebendo integralmente energia.

Então, eu só tenho aqui a parabenizar o Deputado Uczai, que é o autor do projeto, de que eu tive a honra de ser o Relator e poder fazer aqui alguns ajustes, lógico, sempre acordados com o autor, o Deputado Pedro Uczai, e com órgãos do Governo também, porque ficaram todos, obviamente, "vigiando", entre aspas, com olhos importantes para esse projeto, para não gerar custos para o Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso mesmo, nós inserimos, inclusive, para não ter essa conversa fiada de que vai aumentar custos e aumentar subsídios, nós incorporamos, lá no art. 7º, parágrafo único, que é proibido aumento da CDE ou da TSEE para subsidiar esse programa. Conversa fiada de quem fala que vai aumentar subsídio! O próprio corpo da lei proíbe! O art. 7º, parágrafo único, estabelece que é proibido aumento de subsídios para custear esse programa, até porque nós temos a convicção de que, com o tempo, vão reduzir esses subsídios.

Foi dito aqui: "Ah, mas mexeram também na Lei 14.300, que é a lei da geração distribuída, e isso não foi bom, porque não tem nada a ver com o programa". Era importante fazer esses ajustes, na 14.300, por quê? A 14.300 é o marco da micro e minigeração distribuída, porque todo o programa vai rodar sob a tutela da Lei 14.300. Então, era necessário fazer ajustes na 14.300, para abrigar esse programa.

Por exemplo, criticaram aqui a retirada do art. 28 da Lei 14.300. O art. 28 falava que geração distribuída se caracteriza por produção de energia elétrica para o consumo próprio. Ora, nós estamos fazendo um programa em que a ENBPar que vai custear, através de recursos da TSEE, pequenas cooperativas, para gerar energia para terceiros... Não pode ser mais geração de energia para o uso próprio, é óbvio! É claro, não precisa desenhar...

Aí foi dito aqui: "Olhe, por exemplo, mexeram no art. 30, que exige que os investimentos para custear a geração distribuída são das distribuidoras". Foi dito aqui que, à época da votação da 14.300, houve um amplo acordo, um amplo consenso, e, baseado nesse acordo, baseado nesse consenso, já está lá, e eles omitem isso... Peguem lá o art. 8º, da 14.300, no §6º, que eu vou ler aqui, rapidamente: "Os custos de eventuais melhorias ou de reforços no sistema de distribuição em função [...] da conexão de microgeração distribuída serão integralmente arcados pela concessionária ou permissionária [...]", ou seja, a gente percebe aqui que há um grupo econômico que está se sentindo atingido. É mais do que natural, mais do que lícito, o grupo econômico querer se defender, mas aí, eu volto para os conceitos constitucionais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Os conceitos constitucionais e os princípios de administração pública estabelecem que a administração pública tem que primar pela eficiência, dentro do princípio de que a coletividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vale muito mais do que a individualidade. Esse é um projeto que vai atuar em cima da coletividade. O conjunto dos brasileiros vai ter reduzida a sua tarifa de energia, os consumidores brasileiros de baixa renda vão receber integralmente energia. Não vai ser com desconto A ou desconto B, vão receber energia gratuitamente e, com isso, vão sair do cadastro da TSEE. Portanto, vamos reduzir os subsídios.

Nós estamos injetando recursos na economia brasileira, porque o projeto de lei, como bem lembrado pelo autor, o Deputado Pedro Uczai, defende a indústria nacional. Ele fala aqui, no art. 9º do projeto de lei: "O Poder Executivo estabelecerá requisitos [...] de conteúdo nacional [mínimos], com metas progressivas de até 70% (setenta por cento) para a construção de cada obra de infraestrutura, para a fabricação [...] [dos componentes]", ou seja, estamos injetando recursos na economia brasileira, estamos privilegiando a indústria nacional.

Alguém pode ser contra. Todos nós temos o nosso livre arbítrio, e algum setor econômico pode ser contrário, mas eu posso falar com muito franqueza, Senador Petecão, que, ao ter tido a honra – o Deputado Pedro Uczai me deu essa honra – de poder relatar esse projeto, estamos fazendo um bem gigantesco para uma grande parcela da população, que é a de baixa renda, e estamos fazendo um bem gigantesco para toda a população, porque estamos ajudando os brasileiros a reduzirem a sua conta de energia.

Para concluir, só uma curiosidade, Senador Petecão: o Brasil é um dos países que tem a energia mais barata do mundo – nós temos sol em abundância, temos muito vento, temos muita água para hidrelétricas –, e somos a segunda tarifa mais cara do planeta, de tanto subsídio, tanto imposto, tudo que metem na conta de luz de todos os brasileiros. E, quando aparece um projeto que pretende exatamente diminuir esses subsídios, aparecem vozes para falarem contra ele.

Portanto, Sr. Senador Petecão e meu caro Deputado Uczai, que é o autor desse projeto, quero dizer que tive muito orgulho de poder relatá-lo. Tenho absoluta convicção de que estamos fazendo um grande bem para o Brasil. O Senado Federal e, agora, o Senador Petecão, que será o Relator desse projeto no Senado, poderão fazer um grande bem para todos os brasileiros, aprovando o mais rápido possível esse projeto de lei.

Muito obrigado, Senador Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos, e desculpem-me se eu me estendi. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós agradecemos a participação de todos os senhores, que, com certeza, com seus esclarecimentos, com seus questionamentos, nos ajudaram – a nossa assessoria está toda aqui, colhendo todas as informações.

Agora nós vamos abrir aqui... Daqui a pouco, nós vamos ter o Plenário, já são 16h; então, vamos dar uma avançada aqui para que a gente possa formar a próxima mesa.

Aos senhores nós deixamos aqui os nossos agradecimentos. E eu gostaria muito que os senhores permanecessem para que depois, se houver necessidade de fazer um debate, alguns questionamentos...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Aquele colega lá, que é da mesma entidade de vocês, o Madureira, não veio?

O SR. RICARDO BRANDÃO – Não, ele tinha um outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque ele fez alguns questionamentos.

A ideia aqui, gente, é que a gente possa abrir isto aqui para um debate franco, aberto, em que possa aparecer alguma novidade. E ontem, no nosso questionamento, ele foi um dos que mais questionavam. E eu disse para ele que estivesse presente de aqui, porque ele ia ter a oportunidade, o tempo que ele quisesse, até para que a gente possa tirar algumas dúvidas com as pessoas que entendem, que dominam.

Eu não sou especialista da área, mas, na primeira vez que eu conversei com Pedro, já fiquei encantado pelo projeto, porque tem tudo a ver com a minha região. Nós temos 20 milhões de pessoas na Amazônia, gente, que vivem vidas totalmente diferentes da nossa aqui, em Brasília, no Sul, no Sudeste; pessoas que precisam, e precisam muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fiquei encantado pelo projeto, mas eu gostaria muito que aparecesse alguém que dissesse: "olha, esse projeto não presta por isso, por isso, por isso e por isso", para que a gente não cometa, sei lá, qualquer tipo de injustiça.

E do Madureira eu gostei, porque me assusta muito quando chega um projeto aqui de que todo mundo é a favor. É importante que tenha o debate. Esta Casa é democrática, mas projeto perfeito aqui não existe. Tem problema? Tem problema, mas vamos pensar que o projeto, como foi dito aqui, ajuda e ajuda muito, principalmente as pessoas mais necessitadas.

Vamos abrir agora a nossa nova...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Senhor, se o senhor me permitir, em uma...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É importante responder.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Vou responder aqui algumas perguntas de maneira muito...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É importante, é importante.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – São pessoas que estão assistindo à audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – "Se for aprovado [o] PL [...] também garantirá a manutenção desse sistema de transmissão de energia?"

Sim, o projeto não mexe com o nosso sistema de transmissão de energia, na verdade, ele é para aquelas regiões onde tem pouca transmissão, mas ele não entra no mérito da questão de transmissão de energia.

"Poderiam também incluir pessoas/grupos [...] afetados [...] como [os] [...] do [...] [Rio Grande do Sul]?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perfeitamente. Esse projeto é para o Brasil inteiro e a Engepar é que vai gerenciar, vai contratar cooperativas e pequenas empresas para fazerem blocos de geração distribuída para oferecer energia para baixa renda.

"Como o financiamento desses sistemas pode ser viabilizado para essa parcela da população?"

Na verdade, a parcela da população não vai ter custos. O que todos nós já pagamos na conta de energia é que vai financiar o programa.

"Quais serão as formas da população de baixa renda adquirir a energia solar? Quem está no programa Luz para Todos pode participar [...] [dele]?"

Basicamente. Na verdade, é isso: todos aqueles que estão no Cadastro Único – a maioria –, que recebem a TSEE, que é a tarifa social – ou seja, aqueles que têm o subsídio –, é que serão os beneficiados pelo programa.

"[...] qual seria o valor máximo da renda [...]?"

A daqueles que hoje recebem a tarifa social de energia.

Em linhas gerais, é isso.

"Seria possível [unir] [...] [o] incentivo [...] [ao] minha casa minha vida?"

Claro, inclusive é dito aqui: é para o baixa renda que hoje é beneficiário da tarifa social de energia. A tarifa social de energia vai ser utilizada para isto: para gerar energia, ou seja, esse valor vai ser usado para gerar energia, gratuita, para esse baixa renda.

São essas algumas perguntas que eu respondi, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Lafayette. Muito obrigado pela sua brilhante apresentação.

Vamos desfazer a Mesa. A todos os senhores, muito obrigado. Se for possível, permaneçam aqui para que a gente possa continuar o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos convidar a Sra. Bárbara Rubim, que é Vice-Presidente de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Sra. Bárbara.

Vamos chamar o Sr. Heber Galarce, que é Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel). Por favor, Sr. Heber.

A Sra. Isabela Sales Vieira, Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia (MME). Por favor, querida.

E também a Sra. Rosimeire Costa, representante da Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE).

Sejam todas... Só tem um homem. Só veio um homem. (*Risos.*)

Pois é, na outra, fizemos uma 100% masculina, e agora... Tá bom, o mais importante é a participação das senhoras aqui e dos senhores.

Pela ordem que a nossa assessoria já me colocou aqui, nós vamos ouvir a Sra. Bárbara Rubim, que é Vice-Presidente de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). D. Bárbara, por favor.

O SR. BÁRBARA RUBIM (Para expor.) – Obrigada, Senador. Queria agradecer a todos os presentes pela oportunidade. Eu agradeço ao Senador também pela iniciativa desta audiência, pelo convite para estar aqui hoje representando o setor de geração distribuída solar fotovoltaica, nesse tema tão importante que é o do PL 624, de iniciativa do Deputado Uczai, que a gente também já acompanha e tem uma parceria com ele de longo tempo.

Assim como os anteriores, eu também dividi a minha fala, Senador, em dois pedaços referentes a esse projeto. Então o primeiro pedaço, a primeira parte da minha fala diz respeito realmente ao programa da renda básica, que a gente vê como um programa, de fato, extremamente meritório, pela iniciativa que ele faz de permitir que o consumidor de baixa renda tenha acesso à geração própria de energia.

Acho que o Deputado Lafayette e o próprio Deputado Uczai defenderam muito bem o programa, mas é importante diferenciar ou esclarecer alguns pontos no tocante a essa questão do programa da renda básica. O primeiro ponto é que a renda básica prevê, ou o programa tal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual disposto hoje prevê que, como já colocado, o recurso hoje da tarifa social de energia elétrica seja utilizado para custear a instalação de sistemas para os consumidores de baixa renda. Então não existe, dentro do projeto, a perspectiva de que o consumidor vá alugar necessariamente a usina de um terceiro. Então falar que ele vai ter um desconto de 10%, que é inferior ao desconto da tarifa social de energia elétrica, não faz nenhum sentido para a lógica do projeto que está sendo desenvolvido. O desconto que ele vai ter é de uma geração 100% renovável, que é dele.

Um outro ponto importante é que, quando a gente olha... Eu sei que o gráfico está um pouco pequeno, mas quando a gente olha os estudos sobre como são distribuídos – esse estudo é do IBGE – os gastos das famílias brasileiras, a gente percebe que nas famílias de baixa renda, os gastos com energia elétrica são os maiores gastos que essas famílias possuem dentro do seu orçamento. Então acho que esse é um ponto também bastante relevante.

E aí, sabendo que o grande "x" da questão, na aprovação desse programa, seria exatamente o debate sobre se usar o recurso da tarifa social é possível, esse programa se paga com a redução de subsídio gerada pela tarifa social de energia elétrica? A gente fez uma análise. A gente previu a instalação do sistema para as três faixas da tarifa social que a gente tem hoje. Então como é que ficaria se a gente instalasse a usina para um consumidor que tem um consumo tão somente de 30kWh? Um consumidor, que é importante dizer, nas regras que a gente tem hoje, nem seria o consumidor alvo desse sistema, porque o consumo dele é muito baixo. Qual seria o tempo de retorno se esse sistema fosse instalado para um consumidor que tem um consumo de até 100kWh? E para um consumidor que tem um consumo de até 220kWh, que é o consumo abarcado pelo teto da tarifa social? E aí, a gente percebeu que, em todos os cenários, a instalação se paga.

E o que é esse *payback*? Eu quero deixar claro, esse *payback* não é a economia que a família está tendo. Esse *payback* é, considerando o valor do subsídio da tarifa social evitado, somente com o subsídio evitado, em quanto tempo o sistema se paga, ou seja, considerando que num consumidor que tem um consumo de 220kWh/mês, o valor do subsídio evitado no ano é de R$747, em subsídio da tarifa social de energia elétrica. Significa que só com esse subsídio evitado, o sistema já se pagaria em seis anos e meio, então, o programa é 100% sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele é tão sustentável, Senador, que o senhor e esta Casa, pela brilhante iniciativa do Deputado Uczai, abraçada pelo Deputado Lafayette, um grande defensor que a gente tem também no setor, têm a oportunidade de aprovar um programa que em dez anos vai trazer para os cofres públicos uma economia de R$9,2 bilhões. Então, não há que se falar em criação de subsídio, não há que se falar em aumento de subsídio aqui. Isso sem considerar, lembrando, que a premissa que a gente está fazendo é a de que o consumidor gera a própria energia onde possível, na sua própria residência, por exemplo. Então, existe um sinal de otimização muito grande pelo próprio sinal locacional que nós teríamos e pela própria simultaneidade também que está envolvida.

Então, eu quero resumir aqui, o programa é sustentável e é financiável. É óbvio que talvez no primeiro ano a gente precisasse aportar um recurso que, como já foi dito, o próprio BNDES estaria disposto a aportar, mas esse recurso voltaria para os cofres públicos em seis anos no máximo e depois desses seis anos, todos os consumidores vão ter uma economia de R$10 bilhões em subsídios que deixam de ser pagos. Então, a iniciativa é extremamente meritória e pode abarcar de norte a sul do Brasil.

É importante dizer que para além da situação das comunidades isoladas, dos sistemas a diesel também, somente no Acre nós temos mais de 80 mil consumidores que são beneficiários da tarifa social de energia elétrica e que podem ser destinatários diretos desse programa, então, de fato, é um programa extremamente social e democrático.

Feita essa consideração, eu queria entrar no segundo ponto da minha fala, que são as outras alterações trazidas pelo projeto e, quando a gente finalizar, vamos juntar tudo e mostrar que no final das contas a sinfonia faz bastante sentido junta.

É verdade, sim, que o projeto da renda básica foi acrescido de algumas alterações na Lei 14.300 para viabilizar o que era de fato o espírito do que foi acordado. Eu me sinto numa posição muito privilegiada para falar isso porque naquela tela de assinaturas que o Ricardo mostrou, a minha assinatura estava lá. Então, eu estava à mesa e eu sei exatamente que o que foi negociado para viabilizar a 14.300 não foi um cheque em branco para permitir que as distribuidoras acabassem com o setor de geração distribuída alegando inversão de fluxo de potência, que é o que tem acontecido hoje. As alterações que estão sendo propostas são necessariamente, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente porque a gente percebeu, infelizmente, depois que o acordo foi feito, que lacunas deixadas no projeto fizeram com que o entendimento seguido pelas distribuidoras não honrasse o acordo feito, e se a gente não consegue contar com isso de maneira extralegal, infralegal, a gente precisa alterar a lei para fazer reverberar na política pública a vontade do legislador.

Basicamente, o que tem acontecido aqui, e é importante que os Senadores entendam, é que as distribuidoras têm alegado que o volume de geração distribuída que a gente tem no sistema faz com que a energia corra dentro do sistema não da geração para o consumo, mas do consumo que se torna uma geração para o posto de transformação, para a subestação e assim por diante, e que isso geraria algum tipo de prejuízo para as redes de distribuição.

Essas alegações não são acompanhadas de nenhum tipo de estudo, elas não são acompanhadas de nenhuma justificativa técnica e elas não são acompanhadas de nenhuma explicação sobre por que um consumidor não consegue conectar um sistema de 1kW, que equivale a exatamente duas placas no telhado dele, mas uma empresa que é subsidiária do grupo econômico das distribuidoras consegue investir em mais de R$1 bilhão em projetos de geração distribuída, como a gente tem visto sendo noticiado nas mídias. Então, se a aplicação desse artigo não é um mero mecanismo de reserva de mercado, eu realmente não sei o que é.

A gente precisa corrigir essa distorção, para permitir que o setor de geração distribuída continue a crescer e volte a crescer realmente para quem ele foi pensado, que é o consumidor gerando a própria energia e, preferencialmente, gerando a própria energia junto à sua carga.

Para a gente ter uma ideia, Senador Petecão, esse gráfico mostra o que eu mencionei para o senhor no seu gabinete, hoje cedo: todos os estados que o senhor está vendo em vermelho são estados em que o consumidor que tenta gerar a própria energia tem recebido negativas das distribuidoras, dizendo que o sistema dele vai trazer um prejuízo para a rede.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BÁRBARA RUBIM – A gente não recebe estudo, a gente não recebe comprovante disso, só recebe a negativa.

Do nosso mapeamento, são mais de R$10 bilhões em projetos que estão represados por causa disso. O projeto que está em discussão aqui nesta Casa pode alterar essa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, por fim, eu quero deixar claro também que a Absolar tem... e aqui é uma premissa nossa, gente, até num pedido de transparência entre todas as partes que estão sentadas aqui para discutir: é muito incômodo, não só para a gente, enquanto associação, mas para mim, enquanto consumidora, que números sejam trazidos à mesa sem que seja disponibilizada nenhuma planilha, nenhum cálculo, sem que a gente consiga saber de onde eles vêm.

Infelizmente, todos os números que a gente ouve sobre a GD, em geral, são dessa forma. Os nossos números são abertos. Para quem quiser ver, a gente senta, abre a planilha, não tem nenhum problema com isso. Esses números que vocês estão vendo aqui na tela estão 100% abertos num *site* que se chama fazendoacontacerta.org.br, e que, basicamente, é o esforço que a associação faz, desde 2022, de calcular qual é o real custo e o real benefício da geração distribuída para o sistema interligado brasileiro, para o sistema interligado nacional.

Nós sabemos que existem custos, por exemplo, de energia de reserva, risco hidrológico, que têm que ser considerados e estão na conta, mas existem ganhos na operação, ganhos de otimização, ganhos de redução de perdas, que também precisam ser considerados e não estão sendo.

Fazer a conta certa é essencial para que a gente consiga ter um debate honesto, transparente e que seja, sobretudo, leal, não só com os Parlamentares, com os empresários, mas, sobretudo, com a sociedade, que está tão ávida por soluções que permitam reduzir a conta de luz e permitam também ter um suprimento de energia elétrica mais estável.

Acho que você não sabe disso, Senador, mas o que me motivou a trabalhar no setor elétrico foi que, em 2012, eu tive a oportunidade de ficar três meses com várias comunidades isoladas e ribeirinhas na Amazônia. Então, tudo aquilo que a gente falou hoje – da necessidade de energia para a gente conseguir tratar água, para congelar alimentos; para evitar que o pescador tenha que pescar e vender hoje, porque senão ele vai perder o peixe que ele pescou e ele perde o trabalho dele – eu vivi... Eu vi, na verdade. Não vou me dar a ousadia de falar que eu vivi isso, porque eu não vivi, mas eu vi, ao longo desses três meses. E isso me marcou muito como um exemplo de como as escolhas que a gente faz reverberam nas pessoas que não têm a oportunidade de se sentarem à mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, e nos próximos dias, esta Casa tem a oportunidade de fazer uma escolha que vai reverberar positivamente naqueles que não têm a oportunidade de se sentarem à mesa. Infelizmente, quem diz o contrário tem vergonha de admitir que, por mais de duas décadas, se beneficiou de todos os subsídios que o setor elétrico lhe deu. Mas quando esses subsídios são voltados a trazer força, a democratizar o acesso à energia elétrica e a fortalecer o consumidor pequeno, o consumidor de baixa renda, aí não é hora de falar de subsídio, aí está errado.

Isso precisa mudar. É isso o que a gente espera que mude, Senador.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Queremos agradecer a participação da Bárbara. Tive o prazer de recebê-la em nosso gabinete, como recebi todos os que nos procuraram. Eu fiz questão de abrir, de discutir e a Bárbara me mostrou um conhecimento muito grande. Já está aberto o convite. Onde foi que você passou esses três meses?

O SR. BÁRBARA RUBIM – Eu passei em algumas comunidades no Amazonas mesmo e na região do Macapá - AM.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então o.k. Você está convidada para ir ao Acre, lá em Santa Rosa do Purus, para você ver...

A SRA. BÁRBARA RUBIM (*Fora do microfone.*) – Hoje, eu estava caçando esse convite. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E, depois, conhecer uma experiência que deu muito certo.

A Energisa fez um trabalho lá na cidade de Restauração. Restauração é lá no meu estado, no extremo do meu estado, um acesso muito difícil. Vou ser grato, a vida toda, à Energisa, porque aquilo ali é a prova de que dá certo. Mudou a vida de centenas de pessoas, transformou a vida.

Então, é muito importante esse seu depoimento, Bárbara. Você conhece e conhece muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora o Sr. Heber Galarce, que é Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel).

O SR. HEBER GALARCE (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Muito obrigado, Senador Petecão, pela oportunidade de participar desta mesa, com uma qualidade notável aqui de palestrantes. E obrigado, também, por poder colocar a nossa opinião, que acompanha aqui a apresentação, na sequência, da Bárbara Rubim, pela Absolar, e as demais entidades. Algumas não estão aqui, do nosso setor de energia limpa e renovável, mas também nos acompanham pela internet.

Antes de começar, eu queria, primeiro – porque eu acho que são os momentos mais importantes –, agradecer ao Deputado Uczai e ao Deputado Lafayette pela grandeza e sensibilidade de se dedicarem aos assuntos em que a sociedade tem interesse frontalmente, imediatamente, diretamente.

A gente sabe que o Brasil é um país em desenvolvimento. Não só esta Casa, mas a Câmara também, trabalham diuturnamente por políticas públicas. A gente sabe o quão difícil é o diálogo, dentro dos espectros da amplitude, do espectro ideológico, das prioridades, seja de situação, de Governo, de oposição. Mas tem uma coisa que toda a sociedade... Quando eu falo em sociedade falo, também, por consequência, nos eleitores, que estão olhando aqui a transmissão, espero, e em todos os Parlamentares, a quem é confiado um mandato. Por exemplo, o Senador Petecão está aqui porque o Acre acredita que o Senador Petecão possa entregar mais para o Acre. O Deputado Lafayette está aqui porque Minas Gerais assim assina e o autoriza e o reconhece como Parlamentar para que possa entregar mais para Minas Gerais. Uczai também, pela Região Sul, que, agora, está passando por um momento difícil, mas eu vejo que o Deputado tem se empenhado todo o tempo – a gente acompanha o seu trabalho, já é de algum tempo a nossa relação. E é maravilhoso quando a gente consegue fazer algo propositivo, resolutivo, quando a gente avança, quando traz progresso, mesmo que seja muito difícil.

Hoje de manhã, na Comissão de Minas e Energia – vou utilizar as palavras do próprio Ministro Alexandre Silveira, que eu acho que estava inicialmente convidado, mas que, talvez, por algum outro compromisso... Deve ter alguém do MME aqui participando ou representando.... Que é a Isabela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelente, Isabela!

O seu, o nosso Ministro – está no Governo – participou lá, de manhã, e falou uma coisa e eu vou usar as palavras dele. Ele falou: "Pessoal..." Porque o ministro não é... Tem aprendido muito rápido, tem interagido muito no setor elétrico, de energia, mas ele não era da área de engenharia, diferentemente do Deputado Uczai, que é um *expert* nesse assunto, e do Deputado Lafayette, que se tornou um expert por força e pressão – não é, Deputado? (*Risos.*)

Está entendendo tudo do sol agora; sabe até as datas de eclipse agora.

O ministro comentou o seguinte: "Olha, aqui é uma espécie de queijo..." Ele sempre faz alusão a queijos, ele é ministro, e os mineiros gostam de falar queijo. E ele fala assim: "Aqui tem várias fatias, e aí, quando você mexe nesse conjunto de facetas e de fatias que compõem o queijo, que são os segmentos, aí começa o ruído".

Então, o que a gente tem aqui anteriormente – e eu me solidarizo... Acho que é assim que se fala; é uma palavra que eu não falava faz tempo. Eu me solidarizo com o representante da Abradee, que é o Ricardo Brandão, que já foi embora, porque a missão dele é muito pesada – e, por isso, ele não ficou até o final, porque ele viu que, hoje, seria uma das mais pesadas atualmente que ele teve –, é a de ir contra uma coisa que, se você sai na rua, Senador Petecão, para qualquer pessoa, qualquer pessoa, faz o sorriso sair no rosto. "Vem cá, você gostaria de ter energia limpa mais barata?" A pessoa: "Mas onde é que assina? Vem cá, como é que faz? Como é que funciona?" Então, isso não tem nem como parar essa discussão.

Então, a gente está muito certo e, aí, eu vou entrar numa segunda questão, que é a centralidade da discussão, que o Deputado Uczai, junto com o Deputado Lafayette, agora apoiados pelo Senador Petecão, demonstram essa grandeza. A centralidade tem que estar no consumidor, na sociedade. É assim que é o bom projeto, que a boa política pública acontece, fazendo aqui a referência ao trabalho da Bárbara Rubim, Vice-Presidente da Absolar, que esteve nas comunidades, vivenciou isso. Quando a gente tem essa interação – e isso é do Parlamentar, que tem uma relação mais sensitiva com o público, com a sociedade, por isso que eu acho que vocês têm essa performance e têm acertado muito –, a gente sabe o que pode impactar positivamente, como eventualmente deve impactar positivamente e o que é preciso ser feito. Quando você põe o consumidor, a sociedade, na centralidade da discussão, você pensa assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Vem cá, como é que eu vou levar, então, energia limpa e mais barata para esse sujeito?" Agora, vamos juntar os interessados e vamos discutir isso.

Vou fazer uma crítica, mas de caráter institucional. Eu não tenho ouvido – e aí, se eu estiver errado, vocês ou o Ricardo Brandão, se não estiver aqui, mas, como a gente tem uma boa relação, depois, se em algum momento foi falado isso... Uma vez eu participei, Senador Petecão, de uma entrevista com ele, juntamente com o Presidente da Abradee, o Madureira, que esteve lá no gabinete do senhor ontem, e eu tinha discutido. Eu falei: "Mas quando é o momento em que a gente vai parar e vai falar assim: 'vamos imaginar o cidadão, colocar ele como alvo. Como é que a gente melhora a vida dele?'" Porque eu só escuto de vocês que a conta, que o dinheiro, que não sei o quê, que grupos de interesse, que empresas gigantes por trás e multinacional... Está certo, é do jogo, tem os investimentos, mas a gente subverteu, a gente inverteu a ordem. Parece que a gente precisa proteger um determinado grupo, um determinado interesse e, se der espaço... "Ih, rapaz!" Alguém levanta a mão e fala: "Mas tem um cidadão..." "Puxa, tinha esquecido dele. Traz aqui para.... ele estava do lado de fora, não teve nem água, põe ele aqui para tomar água e começar a participar". Então, esse projeto é um dos projetos que, dentro da sua visão, Deputado Uczai, atinge frontalmente, inclusive é uma queixa, o aumento do subsídio, quando ele proíbe o aumento do subsídio, das contas, etc.

E numa visão fantástica que vocês tiveram, e isso foi muito bem discutido, acho que é por isso que o Senador Petecão falou que estava tão encantado com isso, vocês enxergaram um modo, inclusive, de diminuir um problema que está sendo discutido. E esse é um problema que não é nem da GD, o que eu acho muito engraçado também, a Abradee fala: "Ah, a GD, a GD, a GD, a GD..." Eles adoram mostrar os gráficos, as contas. Quando você mostra o gráfico, o subsídio, as coisas todas, o setor é altamente regulado, ele é complexo, tem um monte de gente que causa um monte de problema, só que eles escolheram a gente, talvez porque a sociedade civil seja um pouco mais organizada, talvez porque esteja mais dentro da política.

Então, vou falar assim: é a teoria da África. "Vou pegar aquele mais fraco que está correndo por último da manada; aquele ali eu arrebento, o resto amanhã eu caço maior, vou pegar o que está mais baixinho." Só que isso mudou, isso mudou porque as entidades conseguiram agora começar a traduzir os ganhos, os benefícios, e a sociedade tem respondido de uma maneira direta, clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que teve uma vez uma discussão, Senador Petecão – isso eu conversei com o Ministro Padilha na semana passada –, que, no afã de não deixar que acontecesse energia solar no Minha Casa, Minha Vida, tinha gente que foi, de dentro do palácio, e dizia assim: "Não, não, não pode colocar a placa dentro do barraco lá da favela". As pessoas falando assim, não sou eu dizendo, eu falaria a comunidade: "Mas não pode colocar lá tal, tal, tal, porque a pessoa vai tirar para cheirar, para comprar bebida".

Eu falei: "Olha só, tem um pessoal, a exemplo, que aqui eu inclusive quero cumprimentar, que é o Eduardo, acho que da Revolusolar, que trabalha dentro do setor, faz um trabalho fantástico, até porque ele se dedica só a fazer isso, entendeu como faz isso; eu sei que o Deputado Uczai é um dos Conselheiros lá, ajuda, tem orientado...". E você vai ao Rio de Janeiro, nas comunidades, Senador Petecão, em cima dos telhados, aquilo é tratado ao cotonete, é um engajamento, empoderamento do cidadão, um orgulho social. Por quê? Porque a pessoa não tinha nada, às vezes, ou ela tem poucas boas notícias, ou quase nenhuma boa notícia, e você chega com uma coisa que muda estruturalmente a vida da pessoa, mexe no bolso da pessoa, que já tem a renda compactada e diminuída.

Então, eu não vejo... Eu não vou entrar nos detalhes. Eu tinha feito até uma apresentação, mas acho que, se vocês puderem, eu vou deixar para o final. É só um filme que talvez traduza isso. Eu não vejo nenhum ângulo... O Inel é um instituto, enfim, nosso problema é energia limpa, que é a mais barata possível para todos; esse é o guarda-chuva. Aqui, eu queria agradecer a todas as pessoas. Nada do que a gente faz seria possível sem o envolvimento e a participação de todos eles.

E aí, eu fiz uma apresentação, mas a Bárbara já colocou bem, o Deputado Lafayette e o Uczai já colocaram bem. Mas assim, dois pontos, tá? Impacto direto em empregos, que a gente tanto fala de transição energética, social, justa. Vamos lá. A gente está fazendo o quê? Impactando onde e como? Então, tem aí, são números do setor, das entidades, acho que fonte da Aneel, alguém lá pegou para a gente: 820 mil empregos em todo o país. Isso é muito importante, a gente vai movimentar algo que, na ponta, vai gerar emprego, vai renda, vai se centralizar... Era o exemplo do Minha Casa, Minha Vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das discussões, por exemplo, do Minha Casa, Minha Vida, é falar assim: "Ah, vamos ver se a gente assina em algum lugar que a energia do Minha Casa, Minha Vida pode ser limpa". E se a gente pudesse ter no telhado da pessoa, quando fosse inaugurar, para que ela soubesse que realmente tem o equipamento da própria energia limpa? Muda? Muda. Muda porque você movimenta nos municípios centralizadamente, renda, emprego, cria oportunidade.

Então, já que a gente vai avançar sobre isso, e isso de transição energética, social e justa, esses pontos de atenção têm que ser preservados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HEBER GALARCE – Só para terminar. Mais um minuto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HEBER GALARCE – E aí assim, eu vejo que o colega aqui, o Brandão, fez o que pôde – já saiu. Temos ótima relação. Acho que não ficou visível que está bem difícil defender a posição dele, mas, enfim, eu, se fosse lá no lugar de onde ele ocupa a cadeira corporativa, também ficaria obrigado a fazer a mesma tentativa. Então, sobre isso, eu acho que é até louvável.

Vamos só dar uma olhada aqui num vídeo.

Eu não sei se é só apertando... É apertando aqui?

Isso aí é um vídeo antigo, acho que a Bárbara deve conhecer, é do Greenpeace... Ah, ela produziu. Está bom.

Então é o seguinte: é um pouco... Isso. Vamos lá, olhem aí.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. HEBER GALARCE – Então, para terminar, já, e agradecendo os últimos 30 segundos, queria agora também, por final, parabenizar o Deputado Lafayette pela análise e correção de alguns pontos.

Foi citado aqui, pela Abradee, o acordo. Eu até achei curioso, porque é um assunto sensível para nós, porque esse acordo foi quebrado; não existe mais acordo. Já sei que, em Brasília, quando a gente fala em quebra de acordo, é uma coisa muito grave, Senador, e o que aconteceu foi que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Abradee quebrou o acordo. Mudou o Governo e acho que ela pensou: "Mudou a memória, vou tentar fazer um 'Robinho"". E aí não funcionou, estamos aqui discutindo de novo.

Então, os pontos de correção que o Deputado Lafayette observa e considera, incrivelmente, são para realmente fazer valer o acordo que foi quebrado. A gente não está mexendo em nada mais que isso; é só respeitar e fazer valer, cumprir o acordo. E de novo: é mais uma tentativa bem-sucedida de levar energia limpa mais barata ao cidadão.

Eu parabenizo a Casa pelo reconhecimento da importância da matéria e pelo encaminhamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos ouvir agora a Sra. Isabela Sales Vieira, que é Diretora de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia.

Por favor, Isabela.

A SRA. ISABELA SALES VIEIRA (Para expor.) – Obrigada, Senador Petecão, e parabéns por abrir este ambiente de diálogo de um tema tão relevante para o nosso país.

Agradeço também aos Deputados, o Deputado Pedro Uczai e o Deputado Lafayette, por participar desta discussão, e a meus colegas de mesa, principalmente ao colega que trouxe a minha querida Paraíba aqui no vídeo, para eu matar a minha saudade da minha terra.

Quando a gente fala aqui do Programa Renda Básica Energética, tem alguns pontos que são meio unanimidade. Todo mundo colocou aqui da importância social do programa, do tanto que ele oportuniza que a população mais vulnerável possa também aproveitar as oportunidades dos recursos naturais do nosso país, especialmente do sol, que é um recurso extremamente abundante no nosso país. O programa, de fato, está alinhado aos objetivos estratégicos do Ministério de Minas e Energia, especialmente no que se refere ao combate à pobreza energética e à inclusão social. Não dá para desconsiderar a importância da diversificação na nossa matriz energética, a importância da integração da geração distribuída na nossa matriz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, o país é referência em termos de uma matriz elétrica limpa e renovável. O Ministro de Minas e Energia tem colocado muito a preocupação em manter o nosso país neste caminho de ser uma referência em energia limpa, renovável e barata, com esta preocupação – que hoje está muito presente aqui na mesa – de incluir, de fato, a população social, a população mais vulnerável na utilização desses recursos.

A preocupação que o Ministério de Minas e Energia trouxe ao longo das discussões, inclusive na Câmara, com o Deputado Pedro Uczai, com o Deputado Lafayette, é justamente a preocupação que já foi tratada nesta mesa também, que é de que não haja aumento dos subsídios, que não haja aumento dos encargos tarifários, que a gente consiga fazer boas políticas públicas, mas interrompendo essa trajetória de crescente da CDE.

Então, essa preocupação, de certa forma, está refletida no texto da proposta, tanto lá nos arts. 6º e 7º, que têm, como bem colocou o Deputado Lafayette, uma vedação expressa em relação ao aumento dos custos da CDE. Esse é o principal aspecto para o qual o ministério tem se colocado à disposição para discutir e para caminhar neste sentido de que a política seja realizada da melhor forma, de maneira segura para o setor elétrico brasileiro, olhando a população mais vulnerável e sem trazer impactos prejudiciais às tarifas, especialmente no que diz respeito aos subsídios que hoje já representam uma grande parcela da tarifa de energia dos consumidores.

E, aí, o que acho que vem, em que o setor vai ter que ainda trabalhar muito, é de fato na operacionalização de tudo o que foi dito aqui. A discussão desse projeto é um grande primeiro passo neste sentido de trabalhar essa questão mais social. A gente vai ter tanto o desafio técnico, do ponto de vista de garantir a segurança da integração desses projetos, quanto o desafio econômico – e aí o setor todo deve discutir uma regulamentação posterior para que, como bem colocou o Paroli, se desenhe um modelo de negócio que pare de pé e que, de fato, traga os benefícios que foram pensados aí com esse projeto.

No que diz respeito à discussão das alterações da Lei 14.300, o ministério tem avaliado, junto aqui com o Congresso – e a Câmara dos Deputados também se coloca à disposição para discutir a matéria aqui no Senado –, para a gente avaliar, de fato, quais são aqueles aspectos ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que precisam eventualmente de algum ajuste. Mas, em termos gerais, acho que o grande coração desse projeto é o Rebe, do Deputado Pedro Uczai.

Acho que, independentemente do ponto de vista de cada segmento, independentemente de pedaço do queijo, como o Ministro colocou, independentemente de em que fatia do queijo cada um de nós está colocado aí, não podemos deixar de entender que tem uma fatia desse queijo, como bem o Heber colocou, que é uma fatia que normalmente não se senta à mesa, que é uma fatia que, em geral, fica apartada das discussões, e este projeto procura botar luz justamente nesse pedacinho do queijo, que estava ali meio guardado, que é a população mais carente, a população mais vulnerável do nosso país.

O SR. HEBER GALARCE – Gostaria de fazer um comentário só, Isabela – desculpe-me interromper.

A SRA. ISABELA SALES VIEIRA – Claro.

O SR. HEBER GALARCE – O Senador Petecão, o Deputado Pedro Uczai, o Deputado Lafayette e, lógico, todos os demais colegas do Congresso agora estão levando queijo para quem estava fora da mesa, não é, Deputado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HEBER GALARCE – Coisa boa, o Lafayette está compartilhando queijo. (*Risos.*)

A SRA. ISABELA SALES VIEIRA – Então, eu acho que, em linhas gerais, é isso.

Acho que tem muito trabalho pela frente, acho que muito na linha do que o Paroli trouxe, é saber o que vem a seguir. Como é que a gente coloca tudo isso de pé para tornar esse projeto viável do ponto de vista estrutural, do ponto de vista de investimentos, do ponto de vista de desenvolvimento da cadeia nacional, do desenvolvimento tecnológico, de forma que tanto o investidor se interesse em tocar esses projetos, quanto a população realmente enxergue os benefícios desse projeto, e isso sem o impacto lá nas tarifas, que hoje já estão fortemente pressionadas.

O grande esforço do ministério é justamente no sentido de pensar soluções para a gente conseguir reduzir o impacto, principalmente de subsídios e encargos, nas tarifas. Então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espera que muito em breve a gente consiga puxar, inclusive, essa discussão mais estrutural no nosso setor, para ir neste caminho de reorganizar o nosso setor, especialmente no que diz respeito à conta CDE, para partirmos para um caminho de maior sustentabilidade do nosso segmento e fazer com que o setor de energia elétrica, de fato, contribua para o desenvolvimento econômico e social do país, sem deixar de fora as questões ambientais, sem deixar de fora toda essa preocupação que a gente precisa ter com o futuro do nosso país.

Então, obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO UCZAI (Para expor.) – Petecão, Senador, eu preciso ir porque tenho o lançamento da frente parlamentar da indústria ferroviária nacional, às 5h, e eu vou também coordenar essa frente parlamentar – estou há 20 anos nessa área das ferrovias.

Petecão, eu acho que o senhor vai se empolgar tanto com esse tema que V. Exa. vai apresentar um projeto similar ao da Renda Básica Energética para substituir da CDE à...

A SRA. BÁRBARA RUBIM (*Fora do microfone.*) – A CCC.

O SR. HEBER GALARCE (*Fora do microfone.*) – A CCC.

O SR. PEDRO UCZAI – ... CCC, porque o Norte vocês vão continuar subsidiando, e nós continuamos poluindo o Norte com tarifa nas termoelétricas, à base de óleo, etc. Por que não pegar esses R$12 bilhões por ano e transformá-los em usinas solares, em que, com o tempo, deixa de existir também a CCC?

Eu acho que vai dar coisa boa aí, Senador.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Para expor.) – Complementando aqui o que falou o Deputado Uczai, exatamente, Senador Petecão, a CCC é um dos itens também que compõem a CDE, e é mais de R$10 bilhões por ano.

O SR. PEDRO UCZAI – É maior que a tarifa social.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – É para pagar óleo diesel para gerar fumaça lá no Norte, na Amazônia, nas comunidades, onde não tem transmissão. E substituir isso por energia solar... São R$11 bilhões por ano...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO UCZAI – E o dinheiro está indo...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – ... e todos nós brasileiros estamos aí contribuindo.

O SR. PEDRO UCZAI – E um dia deixa de ter essa parte também na CDE.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Usando esse mesmo raciocínio da CCC, ó, Petecão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas, olhe...

O Paroli também quer falar, mas é porque tem uma colega ainda aqui na mesa...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ó, Pedro, você está liberado.

Paroli... Vai lá, Paroli.

O SR. LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS (Para expor.) – É porque o projeto dessa ideia aí é 100% igual. Só que, em vez de ter só os R$5 bilhões, vai ter os R$5 bilhões para o baixa renda, mais todo o dinheiro da CCC, que é o dobro do valor.

O SR. PEDRO UCZAI (*Fora do microfone.*) – Da tarifa social é menor...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas olha, eu penso que nós temos que... Nós estamos dando aqui um grande passo. Sinceramente eu gostaria que, nesse debate hoje, o objetivo desta audiência pública fosse que aparecessem mais pessoas contrárias ao projeto. Isso cada vez mais me dá a segurança de que nós estamos no caminho certo.

O SR. LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS (*Fora do microfone.*) – Na Câmara, o projeto passou com votação a favor da Oposição e do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, é porque aqui foi dito que, na Câmara, o projeto foi atropelado: "Que houve um atropelamento...", e eu digo: no Senado, não vai ter. Vai ter uma audiência pública.

Eu achava que nós íamos ter informações novas. Mas tudo o que foi dito aqui pelo colega foi...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – É mais do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – ... foi esclarecido aqui por todos os senhores.

Mas vamos ouvir aquela senhora ali.

Vamos respeitar. (*Pausa.*)

Só um pouquinho, deixe-me despedir aqui.

Isabela, obrigada pela sua participação. Leve um abraço ao nosso querido Ministro – está bom? A sua presença aqui, para mim, representando o ministério, me diz que o Ministro também apoia essa proposta. Então, leve um abraço ao nosso querido Alexandre Silveira. Nós agradecemos aí o apoio que o ministério está dando.

Vamos ouvir agora a D. Rosimeire Costa.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA (Para expor.) – Senador, muito grata pelo convite à frente. A gente externa aí algumas preocupações mais na visão do consumidor nacional.

Então, nas falas que nos antecederam, na do próprio Deputado, que nos trouxe um número, e na do representante da empresa brasileira, ele disse assim que nós...

Primeiro, assim, a frente é favorável e nós nos posicionamos, lá no passado, muito a favor do Rebe – está certo? Assim, nós temos ajustes a fazer em nome do consumidor de energia elétrica.

Então, primeiro ponto: nós vamos atingir 17,2 milhões de consumidores. Hoje nós somos 89,7 milhões de consumidores. Numa conta rápida, enquanto eu ouvia ali, sobraram 72 milhões de unidades consumidoras, e a gente vai demonstrar aqui que não é a implementação ou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda fase que foram as alterações para dar viabilidade, como a Bárbara disse: "Ó, o que a gente fez, por via do Deputado, foi adequar ali, para a gente poder colocar a rede em funcionamento".

O que eu quero advogar, Senador, é o seguinte: nós não vamos dar certo enquanto o Ministério de Minas e Energia não tirar os esqueletos do armário e fazer o que ele tem que fazer, que é a reforma do modelo que aí está, porque isso é importante. Isso é importante! Então, é falar do que está lá, falar da Conta-Covid... Isso o consumidor está pagando.

Então, eu vou trazer alguns dados aqui bem rápido.

Primeiro, nós estamos representando a frente, que tem Idec, que tem ClimaInfo, que tem os conselhos de consumidores.

Eu sou Presidente do Conselho de Consumidores da Área de Concessão da Energisa, no Mato Grosso do Sul.

Vou lembrar à Bárbara e ao senhor, que é do Acre, que toda essa história da Vila Restauração começou lá no Mato Grosso do Sul, com o homem pantaneiro, que a gente defende. Foram mais de 4 mil famílias atendidas. Esse homem, hoje, coloca a sua água para gelar... Enfim, e lá tem bateria. Até aqui, eu estou entendendo que é só o módulo solar.

Naquele eslaide, naquele filminho ali, a senhorinha fala assim: "Não, mas eu tenho energia à noite". Sim, tem, porque o sistema está funcionando, porque, quando o sol vai dormir, eu não tenho geração.

Então, o que eu quero é que tudo dê certo, Deputado, e que a gente seja capaz de colocar, inclusive, a bateria lá, para ficar um *grid*. Está certo?

Quem somos nós, Conselhos de Consumidores? De 51 áreas de concessão hoje, a gente representa esse contingente. E a gente nasceu aqui nesta Casa. A Lei 8.631 diz que, em cada área de concessão, teria que ter um representante de consumidor, para olhar as questões que estão ali, se o serviço tem qualidade, se não tem, etc. e tal.

Nós nascemos, então, quando a gente veio aqui, com o Senador Casagrande, para discutir um assunto. Eles falaram assim: "O que que vocês são?". "A gente é um fórum". "Não, mas eu só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falo com CNPJ!". Então, nós nascemos em 18/10/2010, provocados por esta Casa, a quem a gente agradece, e pelo Senado.

O Senador falou assim: "Ó, quando vocês nascerem CNPJ, vêm aqui que nós vamos colocar vocês nas pautas". Então, a gente tem participado mais ativamente.

E aí nada, viu, Bárbara, nada de Absolar... Não! A gente não é contra nada. A gente só está dizendo assim: "A minha área de concessão, que é a Energisa de Mato Grosso do Sul, tem quase 1,2 milhão de unidades consumidoras. Já saíram, fruto da geração distribuída, em torno de 320 mil. A conta está sobrando. Eu tenho os que saíram... Por isso, Deputado, estou pedindo para o senhor, para este Congresso, ir ao Ministro e falar assim: "Ministro, vamos reformular tudo isso, e o senhor é o dono da bola".

E isto, eu falei para o Presidente Lula: "Capitaneie isso, porque o consumidor, esse que ganha três salários mínimos, cinco salários mínimos, está pagando toda essa conta aqui". E mostrei para ele.

Então, hoje, nós estamos lá.

A EPE fez um estudo e falou assim: "Eu preciso, até 2032, crescer, a cada ano, 3,4% ao ano". Isso daria, até 2032, 79GW. O que a gente tem ali, em construção não iniciada, são 149GW. É uma perspectiva de que a gente está gerando energia para ser vendida, e eu tenho ainda os contratos remanescentes que o consumidor continua pagando. Esse é o nosso desespero.

Não é pelo novel, não é por levar energia de qualidade, porque, assim, eu não tenho R$50 mil para colocar teto na minha casa, não tenho. Os colegas que eu represento, que são as famílias de cinco salários mínimos, o que dá em torno de quatro mil e alguma coisa, estão fora e estão pagando. O pior caso de sobrecontratação é o da CPFL Piratininga, que teve impacto de 38%, por conta do modelo, e isso teve impacto de em torno de R$2 milhões. E lá, para o senhor, que acabou de passar, Deputado Lafayette, a Cemig teve o impacto de 3,7 bilhões de quilowatts-hora de sobrecontratação; são R$2,3 milhões que os consumidores todos estão pagando da energia que a gente deixou. Por quê? Porque é o modelo.

Então, nós não estamos aqui como representantes de consumidor desse ou daquele que é mais vulnerável ou não. E até quando quem me antecedeu falou dos 140kWh, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogando um estudo, que é internacional, de que nós brasileiros, com uma matriz maravilhosa como essa, estamos consumindo 140kWh, a perspectiva do projeto é melhorar isso para 220kWh – maravilhoso! –, mas, neste Estado, neste Brasil tão pujante, a gente está excluído da energia. Por quê? Porque a gente gasta menos do que a África subsaariana, e sobre isso tem estudos comprovados.

Então, é de dizer que tudo que dá preferência não se justifica. Então, eu estou dizendo aqui em nome do meu estado. O meu estado produz gás, porque eu tenho várias granjas de suínos, o meu estado tem várias sucroalcooleiras. Então, assim, por que só energia solar? Vamos abrir para a geração distribuída. O Estado tem que ser para todos, para todos, indistintamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Sim, mas tem um artigo que fala, então eu só o estou trazendo aqui.

Os recursos vêm da CDE, a tarifa social também vem da CDE. Então, assim, a gente só fica pensando que, nos 25 anos, que são antes do dia 06/01/2023, todo o arcabouço de geração distribuída tem subsídios na geração, subsídios na transmissão e subsídios na distribuição. O senhor está assertivamente dizendo que eu estou falando correto, e eu estou falando em nome do consumidor, porque nós estamos pagando esta conta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – E quando eu não uso aquele leilão que o contrato de concessão me obrigou na curva de consumo a comprar, porque senão ela seria penalizada, essa sobrecontratação está ficando de que forma? Então, assim, e aí? Pronto, defendi todo o Rebe, e aí tem as questões. Esta Casa já se justificou. O nosso Senador Relator Petecão está dizendo que nada disso que a gente colocou ali, em termos de onerar, e os novéis que foram apresentados pela Absolar, defendidos por todos que estão aqui, não vão impactar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Então, assim, eu só queria lembrar que também é um contrassenso, a que Bárbara chamou a atenção, e nós também somos contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Cemig, a Copel, todos entrando nessa roda virtuosa, com eventos antes do dia 6, e 50% de desconto em Tusd e Tust. E, agora, fazendo o grande condomínio, que a sua lei vai favorecer, para vender para vários CPFs... "Ó, Rosi, se você não quiser mais, você sai!". Então, a gente externa a preocupação!

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Não, mas não tem isso na lei, não!

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Sim, eu externo a minha preocupação, e eu quero ouvir, eu quero me colocar.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Veja, com a maior tranquilidade. Você deixa esse painel aí que eu explico todos os itens. Não tem nada disso que você está falando.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Sim... Não, mas eu li e entendi assim.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Então, eu vou lhe explicar.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Tá.

E, assim, por quê? Porque eu tenho um monte de concessionários que estão investindo. Mas investiram como?

E gente tem preocupação, em nome do consumidor, de se desvirtuar e a gente continuar ainda com uma sobrecontratação, como um custo adicional para esses consumidores, que são essa faixa. Porque nós estamos falando de 17 milhões e daquela pessoa que é vulnerável, hipossuficiente e que vive com um quarto do salário mínimo.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Exato.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Não são aqueles que votam em vocês, que têm possibilidade de ir ao supermercado e fazer consumo razoável, porque não dependem da bolsa alimentação, etc. e tal.

Então, a gente vê que nós temos um quadro ali de que está sendo difícil.

Essa pessoa que a gente defende – eu represento o comércio no meu conselho –, essas pessoas vêm e falam assim: "O meu comércio não sobrevive porque eu não tenho gente para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprar". Por quê? Porque eles estão espremidos: tem o aluguel, tem o gás, tem a energia, tem a água.

Então, a gente precisa de dizer "não" e de um equacionamento dos subsídios.

Eu faço coro aqui com a Isabela de que a preocupação do Ministério de Minas e Energia é não pressionar mais ainda essa tarifa. E a gente levou isso para o Presidente Lula: nós fomos recebidos há coisa de dois meses lá e fizemos as nossas considerações.

Aqui um pouquinho do que é a nossa realidade lá, o impacto que nós sofremos com a sobrecontratação, muito advinda da mini e da microgeração distribuída. Mas é o exercício da legislação. A legislação me oportunizou isso, e eu estou utilizando. Só que eu tenho um modelo que precisa ser revisitado.

E agora a gente acordou com a medida provisória – eu estou nesta Casa do Povo, e vou falar dela – que prorroga, por mais 36 meses, a entrada em operação de empreendimentos solares e eólicos com a manutenção dos subsídios.

Estima-se, então, que em 2050...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Isso é dos... De jeito nenhum. São os grandalhões.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Eu só estou apresentando.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Só estou relatando o que está na medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Você terá a oportunidade...

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Tá!

Só, aproveitando de novo, vou concluir a minha fala dizendo que a nossa preocupação não é o Rebe, a nossa preocupação não é o grupo Absolar. O meu estado acolhe de braços abertos o Sawaia. O Sawaia vive lá com o meu Governador, com o Governador anterior. Bárbara não vai me deixar mentir. Eu sou funcionária de carreira e estou lá.

Então, assim, nós não somos contra isso. Nós queremos saber quando o modelo vai enxergar tudo isso e vai fazer o redirecionamento de tudo isso. Nós não aguentamos pagar tanto!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu estou propondo uma troca. Nós não vamos pagar R$5 bilhões, R$7 bilhões de tarifa social e vamos fazer a roda girar, o comércio girar, a indústria girar... Mas, gente, se eu estou fazendo tudo isso e tirando tudo isso, quem vai ficar com aquele passivo? Nós precisamos resolver isso.

E vou dizer mais: cansei de ouvir a distribuidora e pegar professores fora do sistema.

A distribuidora está saindo perdendo? Não, vocês precisam da capilaridade dela. A distribuidora ainda vai ser responsável por ser operadora da área de concessão, como se fosse operadora nacional do sistema. Isso vai acontecer, isso é processo.

Nós precisamos equacionar os interesses e lembrar que nós temos 72 milhões de consumidores que estão sustentando o sistema, e qualquer dia eles se insurgem, porque eles não são de baixa renda, o benefício não chega para eles.

Eu vou falar uma coisa que eu sempre fiz. Eu sempre trabalhei com criança e adolescente. Um dia, uma escola de setor privado chegou e falou assim: "Venha falar para mim, porque vocês só olham os vulneráveis; nós também precisamos de defesa do consumidor, para quem realmente tem recursos para gastar. Eu quero que o meu filho tenha educação financeira quando vá ao *shopping*".

Fiz esse... Para dizer que nós nos preocupamos, que esse dinheiro é do consumidor; ele está na área de concessão.

Nós estamos fazendo um rol, aqui, de projetos que, anteriormente à gestão de vocês ou na gestão de vocês, impactaram essa tarifa.

Isso aqui é de verdade. A Aneel só regulamentou, mas isso aqui é marco legal, doa a quem doer, está certo?

Por fim, é esse o impacto do subsídio que a gente tem hoje.

Eu venho aqui muito tranquilamente, Senador Petecão e Deputado, que nos honra com a sua participação aqui, Bárbara, pessoal da Absolar...

A nossa preocupação é, realmente, tirar a pressão. Nós precisamos atender o vulnerável, aquele de um quarto do salário mínimo, aquele que foi menosprezado, porque "ó, ele vai tirar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teto lá e vai vender para... Não, a gente tem que tratar, com dignidade e com cidadania, as pessoas, só que tem uma faixa que está trabalhando, que está no mercado de trabalho, que é uber – entendeu? – e que não está conseguindo pagar a fatura de energia elétrica, por conta dessas pressões aqui. Então, é para esse cara que nós também temos que olhar, tá, Senador?, tá, Deputado?

Muito obrigada.

Eu acho que era isso a última...

Quero agradecer, colocar à frente, porque à frente tem técnicos, e a gente precisa.

Se a audiência pública foi pensada, e não vieram tantos especialistas, vamos fazer um GT, semana que vem ou na outra, para que nós não saímos daqui preocupados, porque ninguém está colocando uma interrogação naquilo que está proposto no Rebe ou naquilo que veio extra, para melhorar o Rebe.

Nós queremos saber o que vai acontecer quando todo mundo tiver um teto solar, porque à noite não tem sol. Quem vai sustentar isso? A termoelétrica? Qual? A hidroelétrica? Como? Nós vamos continuar pagando isso? Qual é a lógica disso?

Isto é setor elétrico: complexo, difícil. Nós precisamos disso.

Eu agradeço muito o senhor ter estendido o meu tempo, por mais três minutos.

Gratidão imensa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu estendi para todos; fique tranquila.

Amigos... Você gostaria de fazer uma consideração, não é?

A Bárbara pediu aqui...

Você também quer falar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É?

A Bárbara, depois o Deputado e, em seguida, a senhora, tá?

Agora nós temos que ser breves, porque vai abrir ali o Plenário, e nós vamos ter que encerrar.

Bárbara.

A SRA. BÁRBARA RUBIM (Para expor.) – Eu só quero pedir desculpa, gente, porque eu vou fazer uma consideração rápida e tenho que sair, porque eu estou quase perdendo o meu voo.

Eu queria fazer uma consideração: primeiro, porque eu acho que a Absolar está sempre muito aberta a discutir tudo, inclusive a discutir números abertamente, como eu já coloquei. Infelizmente, nunca fomos convidados por outras associações para isso, mas estamos...

Mas acho que alguns pontos é importante colocar sobre a fala que a Rosi fez, uma fala super-relevante, pensando, de fato, no consumidor. Primeiro ponto, hoje um sistema fotovoltaico para uma família, como a da Rosi – a menos, Rosi, que você minere bitcoin na sua casa –, custa entre R$15 mil e R$20 mil, e não R$50 mil.

Então, quero dizer o seguinte: esse sistema já está acessível para grande parte da população. Custar R$50 mil é uma realidade de 2014, de 2012, tanto é assim que, hoje, o consumidor que mais gera a própria energia é o consumidor que tem uma renda média de R$4 mil. De todos os financiamentos feitos para aquisição de sistemas fotovoltaicos, 49% foram para a classe C. Não é nem para o consumidor de R$4 mil, gente, é para a classe C. Então, o sistema está... E é importante a gente falar, porque existe muita gente que acha:"Não é viável, é muito caro". Então, a gente precisa realmente reforçar esse conceito.

A sobrecontratação de energia é uma preocupação enorme do setor, é uma preocupação da Aneel, uma preocupação muito grande, inclusive, que a Aneel pontuou. Quanto dessa sobrecontratação que tem no seu estado, por exemplo, Rosi, não são as usinas da própria Energisa? O representante da Energisa não soube responder. Quanto da sobrecontratação de Minas Gerais não são as usinas da própria Cemig? Também ninguém respondeu. E a Aneel já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse, Rosi – inclusive, eu acho que é um ponto muito positivo da agência, que ajuda a aliviar essa preocupação –, que, na visão da agência, a sobrecontratação que se origine de atividade de partes correlacionadas não tem que ser considerada para fins tarifários, tem que ser tirada da própria distribuidora, afinal de contas o grupo econômico decidiu atuar. Parece-me justo e me parece meritório que isso aconteça. Mas nem toda sobrecontratação vem da GD. Vamos lembrar da migração dos consumidores também para o mercado livre, porque a gente precisa falar nisso.

Então, acho que falar de tarifa de energia é muito importante, estou 100% de acordo, e a gente precisa discutir a reforma do setor elétrico. Mas não é este projeto que vai fazer isso, gente. A gente precisa começar a endereçar os problemas um a um.

E eu estou doida, Senador, que V. Exa. me chame para discutir a CCC. Estou sedenta para discutir o fim da CCC por um programa de geração de energia... (*Risos.*)

A CCC é o segundo maior benefício que a gente tem. A gente precisa falar sobre ela, porque são iniciativas como essa que vão aliviar a conta do consumidor.

Eu tenho que ir, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Vá com Deus.

A SRA. BÁRBARA RUBIM – Mas quero deixar claro, novamente, que a gente está à disposição para discutir, discutir uma implementação que não vai impactar a conta do consumidor do Rebe, porque, sem dúvida alguma, não é o que nenhum de nós quer, e a gente está muito alinhado a isso.

E, gente, se você não gera a sua própria energia ainda, saiba que já é acessível para todos que estão aqui. Não percam essa oportunidade, tenho que fazer o jabá do meu associado, não é mesmo?

Muito obrigada, gente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Lafayette.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Para expor.) – Só para concluir, eu ouvi atentamente as palavras da Rosi. Respondendo-a de maneira muito tranquila – a Rosi trouxe aqui um conjunto de reclamações da complexidade do setor elétrico atual que acaba impactando, sim, na tarifa do consumidor –, é pura verdade.

Eu mesmo aqui falei que o Brasil é um país de energia barata, e somos a segunda tarifa mais cara. Por quê? Por causa de toda essa complexidade que a Rosi tratou aqui, ela falou da Medida Provisória 1.212. Concordo plenamente com tudo que a Rosi falou aqui, não sobre este projeto. Este projeto aqui trata...

Ela mostrou ali a tabela: "apenas 9% da tarifa social". O.k. Nós estamos fazendo uma otimização desses 9%, para reduzir a tarifa de todo mundo.

Eu só quero, assim, concordar. Primeiro, a complexidade do sistema elétrico encarece para todos os consumidores – isso é uma verdade. Segundo, esse projeto aqui, não. Esse projeto tem o objetivo de reduzir a conta para todos os consumidores. Perguntaram-me: "Mas por que só o de baixa renda?". Não, existe um componente tarifário que é específico para o de baixa renda. Então, estamos utilizando esse componente tarifário para implementar um programa exatamente para aqueles de baixa renda que são atendidos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Exatamente. Então, concordo no macro, mas esse projeto aqui contribui para a redução da conta de energia de todos os brasileiros e favorece muito ao de baixa renda.

Era só essa complementação que eu queria falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque ela está na frente aqui. Em seguida é você, Paroli. E, aí, eu vou encerrar.

A SRA. ISABELA SALES VIEIRA (Para expor.) – Está bom. É bem rápido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Você quer falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, ela vai falar porque ela está na sua frente. Você fala depois do Paroli agora.

A SRA. ISABELA SALES VIEIRA – Quero fazer um comentário em relação à fala do Deputado Pedro, antes de ele sair. Ele falou da importância de se ter um projeto também para reduzir CCC. Só quero pontuar que o Ministério de Minas e Energias já trabalha com medidas nesse sentido, de redução, tanto através do Programa Energias da Amazônia quanto no leilão de sistemas isolados. No Sisol de 2024, a gente já estabeleceu, como regra, o mínimo de participação de 20% de energia renovável nas soluções de sistemas isolados. Então, a gente já trabalha nesse sentido de reduzir a CCC por meio de inclusão de energias renováveis, especialmente nos sistemas isolados.

Só quero tranquilizar a Rosi – eu sei que ela participou da reunião com o Presidente da República –, porque, dentro do ministério, a gente deu andamento ao trabalho que foi encomendado naquela reunião pelo nosso Presidente. Tem um grupo interno no ministério trabalhando realmente para tratar essas questões que você bem coloca aqui na mesa.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Gente, eu saio daqui aliviada...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Espere, Rosi.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É o Paroli, depois você fala.

O SR. LUIS FERNANDO PAROLI SANTOS (Para expor.) – Rosi, tudo bem?

Deixe-me falar. Eu acho que vale a pena a gente esclarecer qual é o modelo que a gente quer colocar, porque eu acho que vai aliviá-la mais ainda, certo?

A ideia ali é o seguinte: que todos os empreendedores que entrarem para a produção entrem num cadastro da ENBPar, no *site* do cadastro. Nesse cadastro, vai ter um preço teto. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele só vai se habilitar a vender energia abaixo desse preço teto, o qual vai ter que ser menor do que o custo que nós, consumidores, hoje pagamos para subsidiar o de baixa renda, entendeu?

Eu vou falar números de Minas Gerais, certo? Na conta de Minas Gerais, são R$970 o megawatt-hora. O consumidor de baixa renda paga... A gente subsidia em torno de R$650, mais ou menos. Então, para a GD se habilitar a vender lá, vai ter que vender mais barato, porque o preço teto será abaixo.

As outras fontes de energia – porque também não é só a solar – terão preços tetos diferenciados, entendeu? Por exemplo, PCH tem uma condição de oferecer melhor um produto e um produto muito mais barato, certo? Então, o preço teto de PCH vai ser menor do que o preço teto, de repente, de GD solar. Isso vai fazer um *mix* dentro do programa – menor ainda. Sobre esse benefício, nós temos que decidir o que nós vamos fazer com ele.

Aí a sua proposição, no meu ponto de vista, tem que ser: "Não, vamos deixar tudo para diminuir a CDE desse modelo" – só falando da operacionalização. Quem vai decidir isso é o Congresso, os Deputados e o Governo.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agora você.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Petecão.

Eu preciso dizer que a nossa preocupação é justamente isso. Então, eu tenho 17,2 milhões de consumidores que vão sair dessa base. Então, Isabela, que bom que a nossa intervenção junto ao Presidente da República, nunca na história deste país, plagiando, um Presidente gastou 3 horas e 47 minutos ouvindo representantes de todos, mas principalmente o consumidor. E nós levamos um dado que é verdadeiro, está certo? Tinha acabado de homologar no dia 8 a nossa tarifa, a gente estava no dia 10, eu disse para ele: "Essa é a tarifa, mas o que eu vou pagar, a nossa tarifa lá na EMS é 87 centavos; a gente paga R$1,18 por 1kWh".

Então, assim, é preciso equacionar toda essa história, dar oportunidade, mas eu entendo ainda e vou me colocar à disposição do Deputado, para poder entender porque, para mim, ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente está trocando figurinha. A longo prazo, o que hoje são 7,2 bilhões do baixa renda, a gente vai investir em teto solar e a gente vai diminuindo com o tempo. O BID e o BNDES vão ter um aporte para isso.

E aí, na fala de Bárbara, que foi de volta para os cofres públicos, lembrar que a conta CDE não tem uma intervenção do Governo. Essas pessoas, os 72 milhões, são aquelas que contribuem com o Imposto de Renda retido na fonte, etc., e o que a gente pediu para o Presidente, você estava lá, era justamente que lugar de política pública, social, é no Orçamento Geral da União, não desestabilizando o que o consumidor tem que pagar atrelado ao consumo. Então, assim, cada vez que ele consome mais, que é necessário, porque o calor é causticante em alguns locais, ele é onerado com contribuição de iluminação pública, que a gente acha que é de verdade, e outros. Então, é um modelo que não tem intervenção de nem R$1 do Orçamento Geral da União. Para isso é necessário que nós, num dever de cidadão, o Senado, o Congresso Nacional e o Poder Executivo "congressiem", interajam para que o consumidor brasileiro do Sistema Interligado Nacional não saia prejudicado, porque, saindo os 17 milhões, como é que a gente fica? Tem que ter uma solução para isso. Entendeu?

Então, assim, nós nos colocamos à disposição, os conselhos de consumidores, para vir aqui, para explicar, a gente nunca deixou de abrir as portas.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (REPUBLICANOS - MG) – Só para esclarecer, esses 17 milhões não vão...

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – O valor dele vai ser carreado para pagar o sistema, o Rebe.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (REPUBLICANOS - MG) – Devagarzinho, exato. E aí esses 17 milhões que eram utilizados para subsidiar o baixa renda, deixam de existir na nossa conta, porque nós não vamos precisar mais subsidiar o baixa renda, então diminui a tarifa.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Sim, mas a tarifa ainda paga a sobrecontratação, então eu fico...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (REPUBLICANOS - MG) – Não, isso, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Só tem que arrumar, só tem que arrumar.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (REPUBLICANOS - MG) – Não, o conjunto todo. Esse projeto aqui é para diminuir a conta do cidadão, todos, para diminuir o baixa renda e diminuir a conta de todos os demais brasileiros. É para isso. Agora, arrumar o sistema não é o objeto desse projeto de lei.

A SRA. ROSIMEIRE COSTA – Sim, eu entendo, mas, de qualquer sorte, a operacionalização dele traz esse impacto. A gente só quer essa compreensão, tá, Deputado?

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA – Traz um impacto positivo na redução da tarifa para todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu vou passar a palavra ao Heber e, com ele, eu encerro, está bom? Dado o adiantado da hora.

O SR. HEBER GALARCE (Para expor.) – Senador Petecão, muito obrigado.

Só interagindo com a colega Rosimeire...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Rosimeire Costa.

O SR. HEBER GALARCE – Perdão, é que não dá para ver daqui.

Rosimeire, olha só, eu acho que o Deputado comentou uma coisa muito bem, e o Uczai também. A gente conseguiu, hoje, entender que tem um projeto fantástico, e se resolve parte do problema. Acho que aí a gente separou um assunto. Isso daí já foi. Esse já foi.

A outra coisa que a gente precisa fazer é o seguinte, e aí eu acho que vale uma qualidade ampla na discussão, não agora que vai terminar, porque vai começar o Plenário, mas uma discussão, inclusive, com as defesas que vocês fazem. Eu estou citando a Abradee e você, porque, ao mesmo tempo em que vocês defendem GD e criticam uma série de coisas, as próprias distribuidoras têm braços em empresas que exploram GD. Vocês não conseguem manter a coerência dentro do âmbito institucional de vocês. É muito difícil o discurso de vocês, é confuso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente não vai fazer isso, hoje, porque não vai dar tempo, mas o Inel se coloca à disposição para entender o que, realmente, vocês querem defender ou não, o que é a coerência de defesa desse discurso, e, óbvio, a centralidade está no consumidor, na energia limpa mais barata. O foco é no consumidor. Vamos desenhar de trás para a frente. O Inel fica à disposição.

Agradeço muito, Senador Petecão, pelo dia de hoje. Vamos ver se, na próxima, com mais tecnicidade, com mais riqueza e tempo, a gente faz uma coisa mais coerente, em cima dos problemas reais. Como disse o Deputado Lafayette, a reforma do setor elétrico, que está atrasado, é um outro endereço, é um outro problema, muito maior, e não é, hoje, o fórum, mas a gente se solidariza e vai participar, sim. Estamos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Amigos e amigas, nós agradecemos a presença de todos os senhores, todas as entidades, as instituições e os Parlamentares. Ainda tenho aqui o meu amigo Lafayette, que foi muito importante neste debate.

Como eu disse para vocês, eu não sou da área, eu sou apenas um curioso e me preocupo com as pessoas menos favorecidas. O meu mandato é para ajudar as pessoas menos favorecidas. Lógico, eu penso aqui que nós estamos dando um passo, tem muita coisa para ser feita.

Quando eu boto a minha região, porque é a região em que eu vivo o dia a dia, se nós conseguirmos fazer, na Amazônia... Eu vejo que esse discurso da Amazônia é muito forte, onde eu chego, que tem que preservar a Amazônia, que nós não preservamos... Está aqui: não tem ferramenta, não tem instrumento mais efetivo e mais seguro do que esse. Então, se der certo na Amazônia, porque, imagine nos grandes centros... O filé é os grandes centros, onde estão os grandes consumidores. Se lá der certo, aí, no Brasil todo vai dar.

Eu lamento que tem algumas empresas e essa concorrência... A concorrência é boa para todo mundo, eu digo, porque eu sinto isso, na pele, lá no meu estado. Nós temos só dois voos e ficamos reféns. Uma passagem de avião é R$4 mil, R$5 mil... É um absurdo! Só voo de madrugada, se quiser voar... Como é pobre voa em um negócio desse?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou dando o exemplo do transporte aéreo, que não é diferente da energia! Quem é que não quer que sua energia baixe? Eu não conheço ninguém que não quer que sua energia baixe, mas eu acho que aqui foi dado um grande passo. Aquele argumento: "Olha, na Câmara atropelaram"... Aqui, no Senado, não atropelaram. Quem não veio participar, quem não veio criticar, discutir, tirar dúvidas, foi porque não quis. No meu gabinete, eu recebi todo mundo. Em uma sala, ia conversando com um, e, na outra sala, o pessoal esperando para poder entrar. O importante é que eu estou convencido de que nós temos que avançar – e avançar ligeiro – nesse projeto.

Mais uma vez, leve um abraço para o nosso querido Ministro Alexandre e muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinco minutos do dia sete de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Efraim Filho, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Cid Gomes, Carlos Viana, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Jaques Wagner, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Damares Alves, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Eliziane Gama, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 233, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT); altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 14.075, de 22 de outubro de 2020, e a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; e revoga as Leis nºs 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e 8.441, de 13 de julho de 1992, e dispositivos das Leis nºs 8.374, de 30 de dezembro de 1991, 11.482, de 31 de maio de 2007, e 11.945, de 4 de junho de 2009." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 18 e 23, de redação, com três emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 17, 19 a 22, e 24 a 27. **Resultado:** Aprovado o Parecer da CCJ favorável ao Projeto, com as Emendas de redação n°s 28-CCJ e 29-CCJ, e favorável às Emendas de redação n°s 18 e 23-U, na forma da Emenda de redação nº 30-CCJ, e contrário às Emendas n°s 1 a 17, 19, 20-U a 22-U, 24-U a 26-U e 27. Votam vencidos para o Relatório os Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Lucas Barreto, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Alan Rick, Rogerio Marinho e Hamilton Mourão. A Comissão rejeita a Emenda n° 17 destacada. Votam vencidos para a Emenda n° 17 os Senadores Alessandro Vieira, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Carlos Viana e Hamilton Mourão. **Observação:** A Comissão rejeita os Requerimentos de Destaque de autoria individual do Senador Carlos Viana para a votação em separado das Emendas n°s 4 e 27. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/07

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de item único. (*Pausa.*)

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 233, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT); altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 14.075, de 22 de outubro de 2020, e a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023; e revoga as Leis nºs 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e 8.441, de 13 de julho de 1992, e dispositivos das Leis nºs 8.374, de 30 de dezembro de 1991, 11.482, de 31 de maio de 2007, e 11.945, de 4 de junho de 2009.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 18 e 23, de redação, com três emendas de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 17, 19 a 22 e 24.

Observações:

- Foram apresentadas 27 emendas ao Projeto;

- Em 30/04/2024 a Presidência concedeu vistas coletivas do relatório, nos termos regimentais;

- Dependem de relatório as seguintes emendas: Emenda nº 25-U, de autoria do Senador Cleitinho, Emenda nº 26-U, de autoria do Senador Marcos Rogério, e Emenda nº 27, de autoria do Senador Carlos Viana;

- Matéria tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria: Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para proferir o relatório apenas sobre as Emendas 25-U, 26-U e 27.

Também quero aproveitar esta oportunidade para dizer que, na reunião passada, nós concedemos vista coletiva em virtude de uma decisão desta Presidência para que cada Senador pudesse ter o prazo regimental de apresentação de novas emendas em relação ao regime de urgência constitucional.

E hoje, como foi deliberado e anunciado na reunião passada, é uma reunião extraordinária com um único item na pauta, e, aí sim, valendo a tramitação em regime de urgência constitucional decretada pelo Presidente da República.

Concedo a palavra ao Relator Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras.

Essa é uma complementação de voto por conta das emendas colocadas após o outro relatório, e, portanto, eu vou direto à análise das três.

A Emenda nº 25, de autoria do Senador Cleitinho, propõe que a quitação do prêmio do SPVAT seja opcional e não impeça o licenciamento anual, a transferência de propriedade e a baixa de registro de veículos automotores. Eu conversei com o Senador Cleitinho e expliquei que a obrigatoriedade é porque se trata, se quiserem chamar assim, de um seguro solidário, onde todos pagarão e, antes de terminar a minha fala, eu direi qual é o valor estimado, porque acho que o valor estimado talvez surpreenda a todos positivamente para que todos possam pagar, e não tem mais a diferença de automóvel para moto. Mas ainda vou falar, deixem-me só terminar.

Já a Emenda nº 26, do Senador Marcos Rogério, sugere que a abertura de crédito suplementar, prevista no art. 14 da Lei Complementar 200, de 2023, seja utilizada para viabilizar a compensação da desoneração da folha de pagamentos. Evidentemente que ela foi um acordo entre o Congresso e o Executivo em torno das chamadas emendas de Comissão. É óbvio que o valor é a maior, mas é a maior porque se foi buscar a forma de atender ao acordo. Para atender ao acordo, fez-se o que foi chamado aqui por alguns colegas, principalmente de oposição, de "pedalada", porque a lei previa o segundo bimestre em função da busca desse acordo. Então, eu não tenho como aceitar essa folha e até comunico, mais uma vez, que a ADI a que foi dada entrada e a decisão do Ministro Zanin e de outros quatro, para mim, para o Governo e para o Ministro Haddad, não representam, ao contrário, o fim da negociação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não representam. As conversas estão sendo feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falei até um pouco antes com o Senador Davi que estive com o Ministro Haddad agora, e deveremos estar com o Presidente da Casa no horário do almoço. Estamos esperando concretizar para, evidentemente, trazer, porque é esta Casa que tem de formular o acordo.

Eu não quero comentar o que aconteceu, mas, de qualquer forma, estou insistindo, apesar de ter uma decisão pela inconstitucionalidade em caráter liminar, não concluído o seu voto, que o Governo não está fora da mesa de negociação; ao contrário, continua conversando com os setores, gostaria de já ter conversado com os representantes dos Prefeitos, porém, em função da crise do Rio Grande do Sul, até porque o Presidente é gaúcho e não consegue sequer sair de lá. O Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É, mas essas conversas estão sendo feitas.

Isso é só para explicar que não vai ser zerado, e eu posso garantir isso aqui. Vamos chegar a um acordo – a que se poderia ter chegado antes, mas eu não quero voltar na história. O que interessa é que queremos caminhar para achar um acordo.

A Emenda nº 27, do Senador Carlos Viana, propõe que parte dos recursos arrecadados com o SPVAT sejam destinados a atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de calamidade pública.

O Governo já está mobilizando... Dinheiro não tem carimbo e, portanto, evidentemente, o Governo Federal já está mobilizando verbas para o socorro aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul, e portanto não precisa ser especificamente daqui, porque o orçamento está aberto, e o Presidente da República está com os seus ministros todos atentos para atender o desastre ambiental que infelizmente aconteceu lá.

A Emenda nº 25 não será acolhida por afetar o caráter de obrigatoriedade do pagamento do seguro. A introdução de hipóteses de exceção à obrigatoriedade do pagamento dificulta o equilíbrio atuarial.

Por fim, eu queria dizer que a Emenda nº 9, que é da lavra do Senador Alan Rick – eu não sei se ele está no plenário aqui – e também do Senador Vanderlan, eu não estou acatando exatamente...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A minha também.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Também do Senador Portinho. Eu não a estou acolhendo exatamente pela necessidade de nós aprovarmos. Quinta-feira temos sessão do Congresso para os vetos, que depende dessa matéria votada, por conta do acordo feito. Mas eu quero me comprometer com o veto do Executivo nesse artigo, o.k.? Então, eu não estou acolhendo, mas já estou me comprometendo aqui, perante os três Senadores e perante a Comissão: esse item, que é uma penalização excessiva, que veio da Câmara, será vetado pelo Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só registrar que eu fui buscar qual o valor que se poderia ter de tal forma que fizesse a cobertura do seguro obrigatório, e o que eu tenho da equipe da Fazenda que está trabalhando nessa matéria é que esse valor será entre R$50 e R$60. Reparem que quando estava na *holding* de seguradoras, bancada pelas quatro grandes seguradoras que tomavam conta do DPVAT até declinarem, o valor era superior a R$100 e superior a R$200 para moto. Portanto, havia uma gordura absurda, por isso houve a CPI, um apontamento de desvio, mas só quero de novo registrar que, se desvio houve, houve na gestão anterior, que não era pública. Agora ela foi levada à Caixa Econômica Federal, pela capilaridade, pela experiência que tem. Portanto, é só para deixar claro que realmente havia um excesso.

Então, queria deixar firmado aqui perante os colegas que o valor será entre R$50 e R$60 para todos, no caráter de um seguro solidário para aqueles que se acidentam e não têm seguro privado contratado.

O voto, portanto, Sr. Presidente, feitos os esclarecimentos, é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 233, de 2023, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 17, 19, 22, 24 a 27, e pela aprovação das Emendas de Redação 18 e 23, além das alterações decorrentes das emendas de redação previamente apresentadas por este Relator, além do meu compromisso com o veto no artigo que era fruto da emenda do Senador Alan Rick, Senador Portinho, Senador Vanderlan, que era uma penalização excessiva para quem estivesse atrasado com o SPVAT.

Sr. Presidente, esse é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Primeiro inscrito, Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, eu vou falar bem rapidamente...

Elogio aí os esforços do Relator em relação ao projeto, mas aqui vou tomar a liberdade de divergir e expor minhas razões pelas quais vou votar contra esse projeto.

Primeiro, eu tenho um mandato em que assumi com clareza a intenção de votar contra a criação de novos tributos, taxas ou aumentar impostos, e aqui a gente está ressuscitando o DPVAT, que foi extinto no Governo anterior.

Eu, sinceramente, me recordo de que, quando isso aconteceu, houve uma grande comemoração por parte do contribuinte, por parte do brasileiro, e eu não vi nenhum movimento... Eu desconheço qualquer movimento social, no sentido de restabelecer o DPVAT como algo bom.

É claro que os valores aqui apontados, R$50, R$60, se for isso mesmo no futuro, embora sempre sujeito a incrementos periódicos, não é dos maiores valores, mas nós temos que lembrar que o brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não paga só o DPVAT. Paga IPVA, paga IPTU, paga taxa de licenciamento, e a isso vai se somando, retirando recursos da sociedade e impactando na produtividade da nossa economia.

E a gente tem visto o Governo Lula, desde o início, buscando, aumentando os gastos públicos, e querendo passar essa conta para o contribuinte brasileiro.

Matérias têm sido reproduzidas aí nas últimas semanas, no jornal, chamando a atenção para a escalada do déficit público.

Comentário aqui do economista Alexandre Schwartsman: "Resultado estrutural do governo federal piorou em quase 1,8% do PIB no ano passado [...]. Maior expansão fiscal da série histórica, demoliu em 1 ano o trabalho de 6 anos de reconstrução do saldo primário".

Nós podemos cair na ilusão de que o gasto público, como se diz, é vida, mas o efeito prático é levantar dúvida sobre a economia brasileira, sobre a capacidade de nós arcarmos com essa dívida pública no futuro.

Na verdade, nós estamos aqui comprometendo o futuro das novas gerações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... com o aumento dessa dívida pública.

Temos afastado aí investidores, e isso tem sido também um empecilho para a própria diminuição dos juros básicos da economia. O Presidente do Banco Central, um economista renomado, competente, que modernizou o Banco Central, modernizou os meios de pagamento no Brasil, o Roberto Campos, tem alertado para a fragilidade da situação fiscal brasileira. E a resposta que o Governo apresenta é mais um tributo, mais uma taxa, o tal DPVAT, e eu não tenho como passar essa conta para o contribuinte brasileiro, para o paranaense.

As vítimas, hoje, de acidente de trânsito não ficam totalmente desamparadas, elas têm os benefícios sociais, elas têm os benefícios assistenciais. Boa parte da população ainda tem condições de recorrer ao seguro privado. Eu sinceramente não vejo um propósito útil e nenhuma demanda social para restabelecer o DPVAT.

No que se refere à outra parte do projeto, eu vou falar sinceramente. Eu votei a favor do arcabouço fiscal. Respeito aqueles que votaram contra, tinham bons argumentos. A oposição votou contra. Eu votei a favor como um ato de fé, de boa-fé, e pensando que era melhor ter alguma coisa do que não ter nada. Agora, um governo que não consegue cumprir as próprias regras, que editou, que já reviu o arcabouço fiscal? E aí nós vemos uma situação hoje, uma calamidade, uma tragédia no Rio Grande do Sul, para a qual nós vamos precisar de recursos extraordinários, para socorrer a população e reconstruir o que ali foi destruído pelas enchentes, um momento em que nós temos que ter esses recursos disponíveis, que, no entanto, foram desperdiçados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo o conto da cigarra e da formiga. O Governo Lula age como uma cigarra. Agora chegou o momento em que nós vamos ter que ter gastos extraordinários, nós não podemos negar esses gastos à população atingida por uma tragédia, e o Brasil do Governo Lula está nu, mostrando toda a fragilidade da situação fiscal, ilustrada por esse aumento de gasto estrutural de 1,8% do PIB, como têm chamado a atenção os economistas. E agora nós vemos o próprio arcabouço fiscal que foi criado jogado ao mar pelo próprio Governo. Quem joga ao mar o arcabouço fiscal não é o Congresso; quem não cumpre as suas próprias regras é o Governo Lula.

Então, essas são minhas ponderações para votar contra esse projeto, destacando ainda também a minha contrariedade em relação à medida tomada pelo Governo contra a desoneração da folha de pagamentos, uma política aprovada pelo Congresso, por ampla maioria nas duas Casas, uma demanda de parte do setor econômico, com o argumento de manutenção de empregos.

Tenho ouvido de vários representantes que há um risco de demissões nesses setores atingidos e o Governo recorre ao Judiciário para suspender uma política aprovada por este Congresso. E agora vem pedir novamente aqui ao Congresso que crie novos tributos, que relaxe a disciplina fiscal, quando não trata o Congresso com o mesmo respeito.

Então são essas razões, Presidente. Respeito a posição dos que entendem diferente, mas não vejo como eu votar a favor desse projeto do novo DPVAT.

É isso.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou com a lista de inscrição aqui, Senador, eu vou registrar.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Presidente, registra o meu nome, por gentileza.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, estamos nós aqui discutindo a volta de um imposto, taxa, seguro, seja lá o que for. Estamos discutindo aqui e votando mais um atropelo, mais uma imposição já no espoliado povo brasileiro, que vive sufocado de tanto imposto, tributo e taxa.

Eu vejo aqui na exposição, na justificativa: o SPVAT fornecerá coberturas ao risco de morte de invalidez permanente às vítimas de acidentes de trânsito e será comprovado com o pagamento anual do prêmio, sem a necessidade de emissão de bilhete ou apólice de seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui é que eu quero salientar: o novo seguro não contemplará a cobertura de despesas de assistência médica e suplementares, hoje previsto na Lei nº 6.194, de 1974, uma vez que, desde a promulgação da Constituição de 1988, o Sistema Único de Saúde, o nosso famoso SUS, é o instrumento para isso. Ou seja, não seria muito mais fácil fortalecer sempre o SUS, que é, sim, a invenção da roda? O SUS sustenta a saúde neste país, a gente precisa fortalecer o SUS. Em vez disso, não, a gente quer trazer de volta um seguro que não deixou nenhuma saudade, que não fez falta a ninguém e só traz lembranças ruins pelos envolvimentos de corrupção. Quantas vezes a gente viu noticiado a Polícia Federal tendo que intervir porque era rolo aqui, era rolo lá e não chegava à ponta, àquele que deveria ser beneficiado, até porque não era orientado e não antecedeu uma campanha de conscientização e de simples informação? Quantos deixavam de receber o DPVAT porque não tinham conhecimento? E alguém, espertamente, recebia por eles.

Nós estamos aqui falando de mais uma despesa – R$50 aparentemente não é nada, mas significa muito para quem já tem lá... para quem já está descontando INSS, Imposto de Renda, taxa de luz, taxa de esgoto, taxa de sobrevivência e muito mais nesse sentido.

Portanto, Presidente, eu acho que mudar o nome de DPVAT para SPVAT, de "D" para "S", não vai mudar nada.

Eu entendo a boa vontade do meu amigo Relator Jaques, a sua boa vontade em um relatório muito bem feito. Entendo, sim, ou melhor, eu compreendo por que o Governo quer mais dinheiro, mas seria muito melhor para nós, para quem está nos ouvindo – e eu falo em nome da população brasileira, mas em particular da do Amazonas – que o Governo resolvesse mandar para cá alguma coisa cortando na carne suas despesas, despesas que podem não parecer nada, como a Lei Rouanet, por exemplo, para financiar artista que já ganha horrores, e viagens descomunais, com comitivas de mais de cem pessoas quando se vai para um lugar. Esses são pequenos gastos que somados, sim, significariam...

A justificativa de socorrer desastres como esse que está acontecendo no Rio Grande do Sul é salutar, é saudável, mas para isso existem outros fundos. Para isso existe outra forma de tirar dinheiro.

O Governo, tudo o que sabe este Governo, mais do que nunca, tudo o que sabe é só acrescentar. Isso vem desde a colônia. Imposto – imposto. Precisa de dinheiro? Imposto. Precisa de mais dinheiro? Taxa. E é o que está acontecendo no Governo atual.

Portanto, como representante da população do Amazonas, um dos três Senadores da República que chegaram aqui pelo Amazonas, o voto aqui continua sendo "não", aqui, e vai ser "não" no Plenário.

Nenhuma outra justificativa vai me convencer – vai me convencer. Quando você tira dinheiro de quem já não tem, quando você suga aquilo que não pode mais ser sugado, quando você quer espremer aquele que já está há muito tempo espremido, não tem como justificar. E uma das coisas boas de estar Senador é exatamente isto: poder representar a população para dizer um "não" bem grande à volta do SPVAT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Líder Carlos Portinho. (*Pausa.*)

Senador Líder Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Bom dia aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

Esta será a quarta, pelo menos de que eu me lembro, votação em que nós estamos dando ao Governo a possibilidade de arrecadar mais, aumentando a carga tributária.

Ainda que em algumas votações tenha se usado o argumento de se reequilibrar, mas nós já votamos aqui a taxação do *offshore*, que é o lucro no exterior. Nós já votamos aqui a revisão do Imposto de Renda para quem recebe subsídios na questão dos impostos federais. Nós votamos a taxação dos jogos, que entendo muito correta. Tudo isso vem dando ao Governo a possibilidade de melhorar a arrecadação, mas não é o que está acontecendo.

Por que não está acontecendo a melhora na arrecadação? Porque quanto mais você retira da sociedade impostos e impõe um Estado pesado, menos a economia reage, porque você cria insegurança jurídica. Hoje o Brasil é visto como um país inseguro para se investir. Você tem um Supremo Tribunal Federal que muda as próprias decisões. Você tem um STJ que também muda as próprias decisões. Você tem um Governo que vem taxando e buscando a cada dia deixar claro que o dinheiro estrangeiro aqui não é tão bem-vindo quanto em outros lugares do mundo.

Esta posição de taxar cada vez mais uma sociedade, isso só piora. Isso não traz resultados. Vejam bem – e aqui não vou defender governo de lá ou de cá – que nós passamos pela tragédia da covid, como vamos passar pela tragédia que está no Rio Grande do Sul, tendo que ajudar e socorrer de imediato o país, e o Governo foi entregue com as contas em equilíbrio.

A primeira votação, Líder, que foi feita foi a PEC da transição, dando mais R$70 bilhões para se gastar. Não se precisava de 70; 25 eram suficientes. Nós conversamos sobre isso na época.

Agora, nós estamos trazendo de volta mais uma carga ao contribuinte brasileiro. E eu quero aqui, com muito equilíbrio, colocar para os senhores o quanto este seguro pode, sim, ser útil à sociedade, mas não como peso nas costas de quem já o paga.

Vou explicar. Nós temos diariamente no Brasil, os números são da Previdência Social, de 33 a 35 jovens de 20 a 25 anos de idade que morrem em acidentes de motocicleta no país. A maioria não tem o ensino médio, trabalha como autônomos, tem carteira de pouco tempo, sofre os acidentes e morre. Quase 35, todos os dias, perdem a vida. A maioria dessas famílias não tem nem como enterrar esses jovens. Esse seguro é importante para essa família, porque você vai socorrê-la. Quem recebeu o DPVAT, como eu vi em vários casos, agradece, quando não tem dinheiro. Hoje, para você enterrar um parente, são R$5 mil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$6 mil. As prefeituras ficam sobrecarregadas muitas vezes, porque é uma indigência; isso é uma calamidade no Brasil.

Outro ponto, um acidente de moto num jovem como esse, em plena idade produtiva, leva de um ano e meio a dois anos para ele poder se recuperar completamente das fraturas. Está aí; é só ver os números. Então, nesse ponto, eu até concordo com a questão do seguro, para que a gente tivesse uma destinação muito clara e não sobrecarregasse mais ainda a Previdência Social, que vai se tornar um problema mais grave para a futura geração. Nós já fizemos uma reforma; vamos ter que fazer outra. Por quê? O envelhecimento da população, a questão da educação que não avança. Quanto mais dinheiro a gente coloca na educação, menos os nossos jovens aprendem e saem preparados das escolas, a separação de vagas em grande quantidade para grupos sociais, tudo isso vai criando uma situação de desequilíbrio na sociedade.

Agora, eu quero perguntar ao Líder do Governo o seguinte: por que nós não podemos, Líder, manter esse seguro para aqueles que não têm uma apólice? Você, qualquer um de nós aqui, eu, por exemplo, tem um carro na família; minha filha dirige, meu filho... Tem um seguro para isso já, eu já pago esse seguro. Por que eu vou ser obrigado a pagar o DPVAT? Por que nós temos que impor isso a toda a sociedade brasileira? Vamos criar o seguro só para quem não tem, para quem não tem esse guarda-chuva. Assim, a gente não impõe mais uma carga tributária. Aí você vai falar para mim: "R$50 é nada". Vai juntando R$50, aí você vai pagar uma taxa, você não tem segurança pública, você tem que contratar uma empresa privada de segurança, vai ter que pagar o seu plano de saúde porque o SUS não consegue atendê-lo na rapidez que você precisa, e isso vai só impondo a todos nós uma vida muito mais difícil no Brasil. Sejamos razoáveis.

O seguro é importante? Ao meu ver, é. Para essa tragédia que são os nossos jovens, homens e mulheres, que sofrem acidentes diariamente. Pensem neste número – fiscalizem aí se eu estou falando dados incorretos –: são quase 35 jovens que perdem a vida todos os dias no Brasil, em cima de motocicletas. É uma tragédia na parte mais importante da sociedade, a mais produtiva para o trabalho. Eu me questiono: por que nós não podemos colocar o seguro para aqueles que não têm? Vou dar um exemplo interessante aqui: nos Estados Unidos, se você tem um carro, você, Senador Barbalho, é obrigado a ter um seguro contra terceiros. É obrigatório um seguro contra terceiros. Se você bater no carro do outro, o prejuízo é seu, mas o prejuízo do outro a seguradora tem que pagar. Aqui não é assim. Aqui, você não tem uma regra específica.

E agora, como quarta medida de aumento da carga tributária, o Governo quer que 100% da população que tem automóvel no Brasil pague o seguro obrigatório. Não é justo isso com quem consegue comprar um carro, pagar esse carro a prestações no juro absurdo, pagar uma gasolina que a cada dia oscila cada vez mais, ter que pagar um IPVA, que é um imposto que infelizmente some. Eu falo pelo meu Estado de Minas Gerais, que é um buraco só, um buraco só nas estradas.

Eu penso que seria muito razoável – e aqui proponho, porque tenho emenda nesse sentido, e quero destacar –: quem já tem uma apólice está desobrigado a pagar o DPVAT; quem não tem, esse, sim, tem que manter algum tipo de garantia, para poder não onerarmos cada vez mais o Estado e darmos às famílias a possibilidade de um atendimento, nesses casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, mas o DPVAT tem muita corrupção." Espera aí, a gente precisa trabalhar, condenar e fiscalizar aqueles que estão fazendo corrupção. Tenhamos equilíbrio nessa questão do seguro, mas não impor a toda a sociedade um dinheiro que vai ficar na Caixa Econômica Federal e que vai servir para o Governo fazer caixa cada vez mais. Não é correto com o contribuinte brasileiro. Não é correto com quem cumpre a sua função, com quem cumpre o seu dever de cidadão.

A pessoa custa a comprar um carro. Não é fácil no Brasil você ter um veículo. Manter esse veículo é uma luta. Já faz um seguro, porque você não tem segurança pública para poder proteger o seu bem. Já é um custo que você tem a mais.

E agora, com a imposição desse DPVAT a 100% da população, eu não concordo. Eu entendo que o imposto é importante, pela experiência que tive, que vi, nessa questão da previdência, mas não acho justo que nós imponhamos ao cidadão brasileiro, que já tem uma carga muito grande no seu salário... Aqui, recentemente, não conseguimos nem melhorar a tabela do Imposto de Renda para três salários mínimos. Nem conseguimos isso. E infelizmente nós queremos é colocar mais despesa na conta do trabalhador brasileiro.

Então, minha colocação ao Líder do Governo, e vou destacar, e vou para o Plenário com este destaque: quem já tem uma apólice de seguro tem que estar desobrigado a pagar o SPVAT, DPVAT, NPVAT, o que for, porque não é correto com quem ganha, com quem trabalha e sustenta o país.

É uma questão de nós termos aqui consciência do tanto que nós estamos aumentando a carga tributária no Brasil e sem retorno efetivo para o cidadão, porque, se nós tivéssemos retorno efetivo, poderíamos até justificar. "Ah, na Noruega, se paga 50% de imposto". É, mas vai lá para você ver na Noruega a saúde, vai ver a educação na Noruega, vai ver as estradas da Noruega. O sujeito paga sabendo que vai ter o retorno. Não é o nosso caso aqui, Presidente.

Minha colocação e o meu apelo ao Líder nessa questão da minha Emenda nº 4 para colocarmos, com clareza: quem já tem apólice de seguro está desobrigado ao DPVAT.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Líder Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero aqui fazer uma reflexão com os colegas em alguns pontos que eu reputo de fundamental importância.

Primeiro, Senador Jader, eu fui delegado de trânsito por dez anos. Olha, o Brasil ocupa a terceira colocação em nível mundial em vítimas de acidente de trânsito – terceira colocação em nível mundial.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O impacto dos crimes de trânsito no Sistema Único de Saúde, só no Sistema Único de Saúde, gira em torno de R$50 bilhões. Eu não estou falando nem na manutenção de rodovias.

Aqui eu vejo os colegas Senadores falarem em imposto, em tributo. Olha, com todo respeito, eles não estão sabendo diferenciar o que é um tributo e o que é um seguro. O seguro exige, é um contrato, ele gira em torno de risco. Esse risco é um futuro incerto. Estabelece-se ali, minha gente, um prêmio – eu vou ler aqui para vocês –; não é um imposto nem outra espécie de tributo. É pago apenas por quem é proprietário de veículo automotor, enquanto qualquer pessoa pode ser seu beneficiário. Daí a função de proteção social. Se você atropela uma pessoa e você não sabe nem quem é o motorista, impõe-se o recebimento do seguro. Olha, não tem nada a ver com tributo, não tem nada a ver com imposto. É um contrato pago pelo proprietário para atender a toda e qualquer vítima que esteja envolvida ali, o que for necessário para recebimento. E, eu quero rememorar, quando o ex-Presidente acabou com o seguro DPVAT, o valor desse seguro – eu trago aqui para vocês –, em 2020 era: para motos, R$12; para carros, R$5.

Olha, nós temos um recorte social também no sistema viário, Senador Weverton. O Código de Trânsito, que é a Lei 9.503/97, no art. 1º, §2º, é claro quando diz que o trânsito, em condições seguras, é direito de todos e dever do Estado. Ora, se você tem aqui... Eu faço esse questionamento aos colegas. Vocês acham que quem se envolve em acidente de trânsito? Mais de 50% são motociclistas. A gente tem que atender essas pessoas que não têm dinheiro para pagar absolutamente nada e que precisam desse seguro. É o Sistema Único de Saúde que vai ser necessário receber para dar efetividade a esse prêmio ali, naquele momento de dor. Quanto vale uma vida humana? Quanto vale a perda de uma função locomotora? Nós temos que ter a responsabilidade de entender que esse seguro é um contrato, e esse contrato gira em torno de um risco que é estar num futuro incerto.

Eu espero que nós tenhamos a sensibilidade de entender que são os motoboys, os mototáxis, os motoristas de aplicativos – essas são as pessoas –, é o pedestre, é o ciclista, é o carroceiro; são essas as pessoas que vão ser beneficiadas pelo recebimento desse seguro de que eu volto a falar. Então, eu faço aqui um apelo.

E o meu voto, Sr. Presidente, é para que nós tenhamos a sensibilidade de aprovar essa medida de fundamental importância, porque eu tenho certeza de que vai mitigar os danos diante de uma triste realidade que está imperando no sistema viário do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Carlos Portinho, Líder.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse projeto tem dois temas dissonantes, inclusive um em relação ao outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O DPVAT, que é o projeto original, tem natureza arrecadatória: o beneficiário é o Estado; é tudo para sustentar a máquina do Estado.

O contribuinte tem a capacidade contributiva. O cara já compra um carro em valores únicos no mundo, porque o carro mais caro do mundo é o carro produzido aqui no Brasil; cheio de imposto pendurado no carro: o cara paga IPVA e não sabe nem para onde vai o dinheiro, porque a situação das estradas públicas é horrorosa e a das privadas quem paga o pedágio reclama, porque é, de igual forma, muito precária a manutenção, então o cidadão não sabe nem por que ele paga o seu IPVA; paga o licenciamento do veículo; paga um dos maiores preços de combustível do mundo; e a maioria, aqueles principalmente que usam o seu carro para o trabalho, os mototaxistas, os ubers, taxistas ainda pagam seguro privado. E agora a gente vai enfiar na população – a gente, não, porque eu voto contra – mais uma contribuição, taxa, imposto, porque o que é obrigatório é arrecadatório. Podemos discutir a natureza jurídica, mas, no final, para o trabalhador, é no bolso dele a tunga, é lá que vão meter a mão. "Ah, mas são só R$50, R$60." Olha, para quem ganha um salário mínimo e tem que pagar todos esses agregados – paga o IPVA, paga o seu seguro privado, paga o licenciamento do carro –, não são "só R$50", não; são mais R$50, R$60.

A pessoa precisa do carro. Eu não estou falando dos mais abastados, não. Talvez, quanto à pessoa que tenha um carro que não seja popular, presume-se que ela tenha condições de pagar o DPVAT, mas ela fez a escolha pelo seguro privado; essa pessoa não é o alvo da lei, como foi dito, porque a pessoa vai se acidentar e não tem seguro. Esse não é o alvo da lei; esse vai estar fazendo *bis in idem*: ele vai pagar o seu seguro privado e o DPVAT, com a mesma finalidade, dois seguros, sendo que não é por opção, é por obrigação, imposição do Estado.

Ora, isso é uma vergonha! É uma vergonha querer empurrar para o consumidor.

Todos os Senadores aqui têm responsabilidade sobre isso. Vão ter que explicar muito bem, mais uma tunga no bolso do contribuinte: é imposto sindical, que chamam de contribuição, e por aí vai; IPTU, IPVA; reforma tributária com 27,5% de imposto, 30% provavelmente. Não cabe no bolso do consumidor. A classe média e o trabalhador não têm como pagar mais tributo.

Esse é o Governo do impostor. E, repito para o meu querido Jaques Wagner, impostor, segundo o dicionário, é aquele que cria impostos e só pensa naquilo, só pensa em impostos, tudo para sustentar a máquina do Estado.

Agora, eu não vou ser cúmplice dessa tunga no contribuinte – mais uma. Eu não vou ser.

O PL vai orientar o voto contrário e vai votar contrariamente em bloco. Espero que muitos acompanhem, porque é difícil explicar isso para a população.

Agora, um outro assunto.

A gente precisa estabelecer aqui se a gente vai admitir jabuti. Virou zona? Então, agora, em qualquer projeto que trate de amarelo, a gente vai botar o verde, vai botar o vermelho, vai enfiar o que for dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto? Já vi jabutis menores sendo devolvidos. Por que esse não o foi? Acordo da Casa com o Governo? Não participei. Não participo de um acordo desses. Quer fazer um remendo – mais um remendo – logo um ano depois do arcabouço fiscal? A gente disse aqui que não duraria um ano esse arcabouço, e esta aí a prova. Façam esse remendo vergonhoso, mas o façam por projeto de lei, pela tramitação legislativa normal; não é pegar um projeto desse e colocar o arcabouço fiscal.

Isso me lembra, Jaques, o projeto das apostas, que a gente conseguiu aqui, num consenso, porque estavam enfiando na lei absurda das apostas e ainda estavam enfiando o reporto lá, e a gente, com a sua boa articulação, Líder Jaques Wagner, entendeu que não dava para segurar um jabuti desse tamanho. Em 24 horas, a gente trouxe para a CCJ um projeto à parte.

Não dá para admitir o jabuti, ou vai virar regra. Esse precedente é muito grave. Não tem nada a ver com o mérito, a não ser a diferença, a distinção entre os temas. Não vou admitir esse jabuti. Voto contrariamente também. E, se passar esse, vão passar todos. Não vai ter nem mais argumento para segurar a manada de jabutis que vai vir em outros projetos de lei.

Isso é uma vergonha também! Olha, é um dia para esta CCJ e o Senado se envergonharem de uma tunga de R$50. Virou caça-níquel. Está passando pires. Está com déficit fiscal e tentando passar o pires.

Podemos arrumar vários argumentos. É para a saúde? Se ainda dissesse que é para o Rio Grande do Sul, talvez sensibilizasse, mas daqui a pouco podem dizer, porque eles querem é aprovar a tunga, não necessariamente que o dinheiro vá para sua finalidade.

É uma vergonha esse projeto. Quem quiser votar "sim", respeito, mas vai ter que se explicar muito – muito – para o contribuinte, e para o mais pobre, porque, R$50, R$60, é no mais pobre que vai doer no bolso.

Contra!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, veja que alguns membros da base governista têm tanta dificuldade em defender esse projeto, que, ao não encontrarem argumentos para sustentar a defesa dessa cobrança ao trabalhador brasileiro, passam a discutir a natureza jurídica, se é tributária ou não tributária.

Há doutrinadores que sustentam a tese da natureza tributária em relação a esse tipo de seguro, um seguro modelo parafiscal. A questão é: o DPVAT é um seguro compulsório. "Ah, não, é contrato." O contribuinte tem a opção de dizer "não"? Não. Ele não tem. Ele é obrigado a pagar.

E, nesse caso, Líder Jaques Wagner, a fala de V. Exa., sustentando o aspecto da modicidade, encontra um obstáculo no que está no projeto, porque aqueles que não efetuarem, não efetivarem o pagamento na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

data certa terão que pagar uma multa que será equivalente à de uma infração grave, que hoje custa em torno de R$195.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Esse eu já...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foi retirado?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... me comprometi a vetar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, está no projeto...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei, mas já expliquei, já dei a minha palavra que será vetado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É o que V. Exa. está trazendo, e a palavra de V. Exa. nesta Casa tem prestígio com os Senadores, embora nem sempre o Governo o trate com o crédito que V. Exa. tem com boa parte dos Senadores desta Casa, mas está aqui – está aqui.

Então, nós estamos diante de uma situação que o Brasil já venceu; já se virou essa página.

E eu recordo bem – eu recordo bem – o contexto do fim da cobrança do seguro DPVAT. Quem recomendou o fim da cobrança do seguro DPVAT foi o Tribunal de Contas da União, a par das denúncias dos escândalos que foram apurados inclusive no ambiente de Comissão Parlamentar de Inquérito, à época, na Câmara dos Deputados.

Posteriormente, o Presidente Bolsonaro enfrentou essa questão e disse "não" ao seguro DPVAT, acabou com o seguro DPVAT, e aí especialmente os brasileiros mais pobres deixaram de ter a obrigação de pagar por esse seguro.

Então, Sr. Presidente, esse é um tipo de seguro que tem quase a natureza de confisco – é um seguro que tem a natureza de confisco.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se V. Exa. me permite um aparte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... daqui a pouco virá o seguro de vida obrigatório para todo cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu acrescento aqui que você hoje, nas transações bancárias, já está vinculado: se não contratar um seguro embutido... E venda casada, o que é impedido por lei. Já está havendo a prática da venda casada com relação a isso.

Então, eu discordo do retorno do seguro DPVAT. Não importa se está mudando o nome, vai continuar cobrando do mesmo jeito. A minha posição é contrária à aprovação do retorno do seguro DPVAT – votarei contra.

E aí, Sr. Presidente, aqui o texto tem uma proposta embutida, apelidada de jabuti, que vai permitir a antecipação de cerca de R$15 bilhões para o Governo, alterando, novamente, o arcabouço fiscal.

O que disse agora há pouco o Senador Moro? Ele disse: "Olha, eu, por boa-fé, votei a favor do arcabouço, mas o arcabouço foi uma peça de ficção que o Governo criou para ele próprio descumprir". E, obviamente, que, quando você está diante de situações excepcionalíssimas, a justificar a suspensão de um regime de maior contenção, como foi o caso da pandemia, como é o caso dessa tragédia que está acontecendo no Rio Grande do Sul, é preciso que entre os Parlamentares tenha essa consciência, mas não é o caso aqui – não é o caso aqui. Aqui é a sede por arrecadar mais com a possibilidade de gastar mais.

Então, a minha posição será contrária.

E eu concluo aqui, para não ser extensivo na minha fala, Sr. Presidente, dizendo que esse é o tipo de cobrança que vai penalizar sobretudo os mais pobres – sobretudo os mais pobres –, mas eu tenho que concordar com o Senador Carlos Viana, quando sustentou uma tese agora há pouco.

Estava nas minhas anotações fazer as mesmas observações, e V. Exa. inaugurou. Embora, repito, eu não defenda a tese da natureza jurídica tributária para o seguro, mas é uma espécie de bitributação, é uma cobrança em duplicidade. Você tem a opção de contratar o seguro privado e o contrata, mas você não tem a opção de abrir mão do seguro obrigatório criado pelo Governo. Aí você paga caro por um seguro obrigatório, por um seguro privado e depois ainda é obrigado a custear um segundo seguro – por isso a natureza compulsória; por isso, esse caráter quase que de sequestro de valores. Então, não dá.

Eu, compreendendo justamente o ambiente que o Governo criou na Câmara dos Deputados e que talvez, não com meu voto, mas talvez avance essa matéria nesta CCJ e no Plenário do Senado, eu estou propondo uma emenda justamente para ajudar o Governo a cumprir aquilo que ele mesmo aprovou, que é o arcabouço fiscal. O Governo criou uma regra que ele luta muito para descumprir, e depois tem que arrumar argumentos para dizer à sociedade por que está descumprindo. Repito, diante de situações excepcionais, medidas excepcionais: pandemia, crise no Rio Grande do Sul... Situações excepcionais. Mas não é o caso.

Então, nesse caso, eu estou colocando uma emenda, apresentando uma emenda ao PLP 233, justamente para evitar essa antecipação que veio no jabuti, dos R$15 bilhões ao orçamento do Governo, e permitir que esse excesso de arrecadação vá para cumprir os gastos relacionados à questão da desoneração da folha. Algo que nós aprovamos no âmbito desse Parlamento, Câmara dos Deputados e Senado Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diante de um movimento que parecia ser pacífico no âmbito do Parlamento, o Governo veta, o Parlamento derruba o veto, e depois o Governo Federal recorre ao Supremo Tribunal Federal, em total desapreço ao papel legítimo do Parlamento brasileiro, para questionar a constitucionalidade dessa medida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E agora criou-se, estabeleceu-se uma crise entre os Poderes – mais uma, diga-se de passagem. Vi aqui, agora há pouco, a fala do Líder Jaques, dizendo que "ah, um terceiro turno de diálogo"... Porque houve o estrangulamento do processo legislativo. O processo legislativo tem o seu exaurimento, ele tem a sua finalização, a sua conclusão com o ato de decisão do Congresso Nacional na apuração, na votação dos vetos. Ali há o exaurimento do processo legislativo, do devido processo legislativo. O que vem a partir daí é estrangulamento, o que vem a partir daí é violência aos espaços de atuação democrática.

Então, eu estou propondo essa emenda para que, avançando essa matéria, esses valores sejam aproveitados para garantir justamente o socorro à desoneração da folha dos municípios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

O Relator da matéria pediu a inscrição agora. Ainda deseja se manifestar?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Não, era só porque, como tem outros colegas inscritos e alguns colegas já falaram, eu queria insistir em alguns temas, Presidente.

Primeiro, logo no começo, se não me engano, foi o nobre Senador Sergio Moro que falou de excesso de gastos etc., etc. Eu não sou nem um dos mais afeitos a ouvir só a opinião das instituições que dão notas ao país, mas a Moody's acabou de melhorar a nota do Brasil. Não fui eu, não foi o Ministro Haddad, não foi o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi a Moody's. Imagino que ela analise todo o quadro fiscal, de receita, de despesa, de responsabilidade do sistema. E ela melhorou a nota, botou a nota no que está, com viés de alta, como se chama, para cima.

Eu até estranho, porque, na verdade, não cito o jornal, mas um jornal, em tese, importante já fez três entrevistas com gente dizendo: "Não, não sei por que a Moody's aumentou. Na verdade, o país está mal". Eu não consigo entender isso. Quer dizer, uma instituição internacional melhora a nota – não estou dizendo que nós estamos no céu, não – reconhecendo os esforços...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... e as medidas que estão sendo tomadas, e aqui dentro fica aquela torcida – não disse que isso é aqui dos colegas Senadores – de querer o pior. Estou falando da matéria que saiu, não estou falando dos colegas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao DPVAT, está se dizendo, Senador Portinho, que vai ter que se enfrentar com o povo. Em 2020, o Ibope fez uma pesquisa sobre a importância que se dá ao DPVAT. Pois, pasmem, o resultado foi que 90% acham que é importante; 53% consideram muito importante; e 37% consideram importante. Esse é o DPVAT, em 2020, quando ele já vinha, em tese, morrendo e foi feita a pesquisa. Por isso é que o ex-Presidente foi diminuindo primeiro o valor para depois terminar.

Eu sinceramente ouvi algumas falas aqui e por isso é que eu pedi para falar, Senador Davi: por exemplo, que é tungar ou botar a mão no bolso do trabalhador. Mas R$50 ou R$60 por ano são R$5 por mês. Me perdoem, mas eu, que fui Governador, cansei de defender o pedágio das estradas, enfrentei muito debate, porque ninguém quer pagar, mas é obrigatório para quem estiver circulando, e não é para o Governo, é para a empresa que ganhou a concessão, e é obrigatório, você não pode passar sem pagar. E eu dizia aos cidadãos baianos: "Você prefere pagar esses três, cinco, dez, seja lá quanto for, ou você prefere ver seu carro com pneu estourado por um buraco, ou perder sua vida na hora em que você capota em uma estrada ruim?".

Então, nem tudo que é compulsório... Na verdade, o nome já diz: imposto. Se fosse imposto, se fosse agradável, ninguém queria pagar, mas, por exemplo, a gente mora num condomínio e é compulsório pagar o condomínio. Se a maioria do condomínio decidir fazer uma reforma, será compulsório você pagar a verba extraordinária para reparar. Não necessariamente o que é compulsório... Eu quero insistir... Estou vendo o Senador Carlos Viana aqui.

Alguém de salário mínimo dificilmente terá um carro, mas, se tiver um carro, é pensando nesses que se está fazendo um compulsório solidário. Porque eu, V. Exa. e eu diria que até a maioria dos Senadores e das Senadoras aqui que temos carro, a primeira coisa que fazemos o que é? Um seguro contra terceiro, porque, se você bater, atropelar, tem as apólices todas previstas. Quanto custa um seguro desse? Não sei. Cinco, seis, depende do valor do veículo; a depender do tipo de reparo que tem que fazer, é R$5 mil, R$6 mil, R$7 mil. É óbvio que uma pessoa de menor poder aquisitivo não poderá fazê-lo. Nós estamos garantindo, com isso, o mínimo.

Então, até 40% vai para o SUS. A Câmara botou que 35 a 40... É até 40 – 35 a 40? Não, era 50. Não fomos nós. Baixou para 40, lá. Até 40. E botou 35, 40 para estados e municípios que tenham sistema de transporte coletivo. Qual é a visão – eu imagino – dos colegas Deputados? É tentar dar dinheiro para melhorar o sistema de transporte, e ele, tendo mais fluxo, ter menos acidente.

Então, deixa... Eu queria... Eu vou dar um número. De 2008 a 2023, foram atendidos pelo DPVAT 8.909.869 pessoas, ou seja, perto de 9 milhões de pessoas. Entre 2021 e 2023, que em tese já não existia, foram atendidas, ainda com remanescente do caixa, que saiu do grupo de quatro seguradoras e foi para a Caixa, foram atendidas 773.400. Então, pelo amor de Deus...

Eu estava perguntando há pouco, ao colega Senador... A gente, quando paga o seguro, torce para não ter que usar. Mas paga para quê? Para, se acontecer o acidente, ter alguma coisa para se socorrer. Mas todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo faz seguro. Até às vezes a gente faz chorando, porque paga para não querer usar. Paga plano de saúde e espera não precisar, mas...

Quando V. Exa. ou alguém falou da cigarra, ao contrário, nós estamos sendo aqueles que estão tecendo; falando hoje para socorrer o amanhã de um acidente.

Então, eu queria só repetir. Do ponto de vista macro, acabamos de receber um aumento de nota. Nós não estamos, Senador Marcos Rogério... Eu concordo que a regra deveria ser, agora em abril, final de abril, a avaliação para dizer quanto gasta. Aquilo que pertencer – vamos dizer – diretamente ao Governo Federal, sem dúvida nenhuma... E eu louvo a sua emenda, só não a estou acolhendo porque nós queremos preparar essa matéria para Plenário. Mas, seguramente, o que o Governo mais vai fazer é fuçar todos os escaninhos para conseguir dinheiro para socorrer o povo do Rio Grande do Sul.

Aliás, manifestação talvez das mais bonitas que nós estamos vendo é do povo brasileiro como um todo! Até no meio... As pessoas às vezes depositam um Pix de R$5, mas querem dizer: eu participei do socorro ao Rio Grande do Sul. Então, eu acho que nesse momento em que se fala de solidariedade, pessoalmente eu queria fazer esse apelo aos colegas. Isso aqui é uma solidariedade a quem precisa ter carro, não tem condições de pagar um seguro, para tornar esse seguro... Porque alguém disse: "Não, eu já pago o meu".

Eu sei que você paga o seu. Você está ajudando a quem não pode pagar o dele a ter o mínimo de socorro na hora em que tiver um acidente.

Então, eram só as explicações que eu queria dar às falas que vieram até esse momento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

Próximo Senador inscrito, Líder Rogerio Marinho. (*Pausa.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, população brasileira que nos acompanha nesse momento, eu até lembrava que, na última sessão, o eminente Senador Flávio se dirigiu às câmeras – nem fez o debate –, porque eu acho que é importante, nesse momento, que a população entenda o que está se passando aqui.

O que está se passando aqui é que nós estamos ressuscitando um imposto malsinado, mal calibrado, regressivo, eivado de vícios de corrupção, que não atende às necessidades da população brasileira, que é superveniente, ou seja, ele se acumula com o que já existe.

Quando ele foi criado – nunca é demais lembrar –, em 1974, não tínhamos o SUS, não tínhamos o BPC; era uma outra realidade. E, quando ele foi retirado, ele foi retirado pela sua ineficiência. E tanto é verdade que eu quero lembrar aos senhores que, no final do ano de 2020, quando esse imposto foi retirado, nós tínhamos cinco bilhões e alguma coisa a mais de recursos que remanesceram e que, nos anos de 2021,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2022, 2023 e agora, estão sendo utilizados para pagar seguros. E me parece que ainda remanesce alguma coisa lá na Caixa Econômica.

Pelo cálculo feito aqui, em função da informação dada pelo eminente Líder Jaques Wagner, que seja R$60 por veículo, de moto a carro, a motoneta... Nós temos hoje, eminente Senador Presidente Davi Alcolumbre, 120 milhões de veículos no Brasil – 120 milhões. Multiplica isso por 60: dá R$7,2 bilhões por ano. Se levarmos em consideração que a gente estava a gastar aí R$1,5 bilhão, R$1,2 bilhão nesse seguro, nós estamos gerando uma receita para superávit primário do Governo de mais de R$6 bilhões à custa principalmente dos mais pobres. Esse é o imposto regressivo – é isso que nós falávamos –, descalibrado.

E sabe por que é imposto? Porque ele é compulsório; ele não é opcional. Não se permite que a população diga: "Eu quero ter o imposto ou não quero ter o imposto". Ele é cobrado de forma coercitiva por ocasião do licenciamento dos veículos.

Então, dito isso, nós desmascaramos aqui – e me desculpe até a ênfase na palavra – esse discurso de que há uma necessidade de se fazer um suporte na questão do SUS, quando o próprio Orçamento Geral da União pode contemplar essa situação – nós estamos falando de R$1,5 bilhão de necessidade por ano –, sem que nós tenhamos mais um imposto para acalmar ou saciar essa sanha persecutória que o Governo estabeleceu de taxar, de resolver os problemas que ele mesmo está gerando através do aumento de impostos para a população brasileira.

Eu preciso dizer aqui àqueles que estão nos ouvindo, aos nossos pares, que a situação fiscal do Brasil não é uma questão que acontece por acaso. Há um método, há um padrão nos Governos do Partido dos Trabalhadores. Basta ver o que aconteceu em 1997 a 2003, por ocasião, inclusive, da mudança estrutural que foi feita no Brasil com o Plano Real. Então houve uma melhoria fiscal crescente até 2003. Em 2003, o que acontece? Lula assume o Governo. Esse é o fato. E daí em diante, há uma queda nesse superávit fiscal estrutural até 2014, com exceção de um único ano, que foi 2011 – um único ano!

Então o padrão do PT sempre foi gastar mais do que tinha. Entre 2003 e 2014, nós temos um primário estrutural de 2007, 12,7% positivo, para menos 1,8% do PIB. Então temos uma piora fiscal de 3,5% do PIB. E as pessoas vão perguntar se 3,5% não é nada, são R$350 bilhões, meus amigos, ano – R$350 bilhões! Não é pouca coisa. Isso só começa a ser revertido quando o Presidente Temer assume, em 2016, e é continuado pelo Presidente Bolsonaro. E é entregue um resultado fiscal, no final de 2022, de 0,2% positivo. E tudo isso vai por terra logo no processo de transição com a tal da PEC da Gastança, PEC da Transição, PEC da mediação, seja lá o que for, que já come toda essa economia feita laboriosamente.

Discutir com o Partido dos Trabalhadores questão fiscal é como você jogar xadrez com pombos. Ele chega empinando o peito, esculhamba o tabuleiro inteiro, desarruma as peças e sai dizendo que ganhou a partida, é impressionante, porque é um padrão que se repete continuamente e as coisas não mudam.

Nós vemos aqui várias afirmações, eu vou até passar um pouco adiante, a questão da dívida pública, a maneira como se está ultrapassando o arcabouço fiscal. Esse projeto onde se coloca um jabuti, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

frontalmente contrário à jurisprudência desta Casa: matéria estranha. E matéria estranha, inclusive se fazendo aí uma... eu falei de pedalada, mas fazendo aí um gol de mão, um gol de mão em impedimento. Porque historicamente para se auferir a capacidade de gastos do Governo no ano subsequente para apresentação tanto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que antecede a própria peça orçamentária, como a possibilidade de antecipação de novas receitas no ano vigente, nós sempre utilizamos o primeiro bimestre – o segundo bimestre, desculpe.

Por que não utilizamos o primeiro, Senador Omar?

Porque no primeiro semestre há receitas não recorrentes de forma extraordinária e, nesse caso, não foi diferente.

O Governo pagou, por exemplo, os precatórios, então tem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, que só vai acontecer em janeiro e fevereiro. Teve a questão dos fundos *offshore*, isso vai acontecer em janeiro e fevereiro. Então esse aumento de receita é artificial, é insustentável. Nós estamos apontando para um contingenciamento futuro, nós estamos dando uma pernada contábil e fiscal. Nós estamos enganando a população brasileira de forma absolutamente desassombrada, porque este Governo perdeu completamente a capacidade ou a condição de fazer de conta. Abriu, escancarou, vamos passar por cima, tanto faz. E, aí, você antecipa para o primeiro bimestre como se receitas que foram aferidas no primeiro bimestre fossem se repetir indefinidamente durante o ano.

Vamos fazer o seguinte: vamos acreditar na IFI (Instituição Fiscal Independente), daqui do Senado da República, que, a meu ver, merece fé, que mostra uma situação fiscal completamente diferente da que está sendo colocada pelo Governo, um Governo gastador, um Governo perdulário, um Governo populista, um Governo que pode e deve se preocupar com a sociedade brasileira, porque, afinal, é Governo, e vai sempre contar com o nosso apoio quando isso acontecer, mas sempre vai contar com a nossa crítica quando fizer de maneira diferente.

Eu ouvi aqui o eminente Líder, o extraordinário Senador Jaques Wagner, que faz um trabalho aqui, eu diria, hercúleo para justificar o injustificável. E ele é brilhante nesse aspecto, quero aqui render minhas homenagens ao Senador Jaques Wagner.

Mas, Senador, vamos ler o relatório da Moody's, por exemplo, no dia 1º de maio, que foi o Dia do Trabalho. Eu vou pinçar só um pequeno trecho para o qual peço a atenção dos senhores. Apesar de um ambiente político polarizado, sucessivos governos conseguiram avançar em reformas em áreas-chaves, relacionadas com o quadro da política monetária e o reforço da independência do Banco Central... Ora, o Presidente Lula todo dia esculhamba com o Banco Central, secundado pela Presidente do partido de V. Exa., que diz que a política monetária está equivocada, na contramão do que afirmou a Moody's, que tem aqui, certamente, um *delay*. Com o quadro da política monetária e reforço da independência do Banco Central, a melhoria da governança das empresas públicas. O que faz este Governo? Patrocina uma ação no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal de Contas da União para tirar a governabilidade das empresas públicas, destroçando a Lei das Estatais, que deu governabilidade, que deu profissionalização às empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas. Elas foram destroçadas e agora estão, todas elas, instrumentalizadas pelos companheiros de ocasião. Então, quando o Moody's recuperar esse *delay*, certamente essas afirmações vão ser ultrapassadas.

Há medidas para melhorar o ambiente de negócio, tais como a digitalização financeira. Foi o Governo do Presidente Bolsonaro que transformou o Brasil no governo mais digital, que mais fez ações digitais na sua história.

Reforma trabalhista, senhores. Na Moody's está falando aqui da reforma trabalhista, atacada diuturnamente pelo Ministro Marinho, esse terraplanista... Como é o nome dele? Luiz Marinho, que não é meu primo, afirmo aqui, esse cidadão que todo dia vem falar mal da reforma trabalhista.

A próxima revisão do regime fiscal, embora produza efeito durante um longo período, também marca uma reforma estrutural notável, além de lançar as bases para o maior crescimento nos próximos anos. As reformas estruturais aumentaram a eficiência das políticas e, juntamente com as barreiras institucionais, reduziram a incerteza em torno da orientação da política futura. Ora, meus caros, apesar do PT, apesar de Lula, apesar dos seus ministros, apesar de sua bancada, que continuamente combatem o que foi feito de reformas estruturais neste país.

Nós estamos aqui debruçados sobre um tema importante, essencial para o Brasil. Nós vamos retomar um imposto para continuar a cobrar mais da sociedade brasileira, já acachapada pelos impostos que não consegue pagar?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Nós vamos continuar a alimentar essa sanha arrecadatória do Governo Federal, inclusive ultrapassando os limites fiscais estabelecidos pelo próprio Governo no arcabouço, que eu disse aqui, há oito meses, que ele não ia cumprir no primeiro ano, e infelizmente eu estava certo?

Bom, o julgamento está aqui com os nossos pares, com os Srs. Senadores aqui presentes. Espero que nós tenhamos aí o bom senso de rejeitar esse projeto pelo bem do Brasil e pela sanidade da nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de começar aqui parabenizando o trabalho, sem dúvida nenhuma, bem feito, construído pelo nosso Líder Jaques Wagner.

É óbvio que em matérias como esta têm todo tipo de argumento, Senador Jader. Você, quando vai advogar, é contratado para defesa ou para acusação, obviamente, dos pontos de vista e você tem argumentos para tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só dizer que, neste momento difícil que nós estamos vivendo hoje... E quero começar aqui minhas palavras com total solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul. Acho que todos os esforços, penso que todos os esforços estão sendo feitos, independentemente de quem seja o governo de ocasião. Os governos de estados, tanto os da esquerda, quanto os da direita, de oposição ou não, estão todos mobilizados, a sociedade civil, as entidades, o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, enfim, o Executivo, todos mobilizados por este momento difícil que nós estamos vivendo.

Mas eu quero, Sr. Presidente, dizer que não só irei apoiar esta matéria relatada aqui pelo Líder Jaques Wagner, como dizer que na vida você vai, obviamente, evoluindo. E, nessas evoluções, você precisa ter, obviamente, o discernimento de que existem palavras que são soltas, são palavras jogadas ao vento, Senadora Zenaide, mas tem questões que na vida você não tem como apagar.

Você hoje vir falar de responsabilidade fiscal, de aumento esforçado de arrecadação do atual Governo do Presidente Lula... Eu quero dizer que se o Presidente e o Ministro Haddad têm feito esse esforço, Senador Marcos Rogério, concentrado para poder melhorar a arrecadação do Estado brasileiro, ele tem uma razão de ser. Agora mesmo, na semana passada, eu tive o prazer de participar, a honra de participar com o Ministro Renan Filho, da inauguração de uma BR que, há mais de 40 anos, a 226, no Maranhão, nós estávamos aguardando. Há 40 anos, uma BR importante, com mais de 70km de obra. Ela estava lá, entre buracos, vicinais e uma BR extremamente importante que é a famosa estrada do Baú, lá no Maranhão.

Essa obra de mais de R$120 milhões foi paga com esse esforço que o Governo está fazendo para poder arrecadar, mas para virar política pública concreta, porque lá chegou uma obra que agora vai não só facilitar a vida do povo maranhense, mas também vai ligar até o Rio Grande do Norte, Senadora Zenaide, essa BR, que corta os Estados do Maranhão, Piauí e por aí vai.

Eu quero dizer que, agora há pouco, acabei de olhar aqui no meu WhatsApp, uma senhora ainda não identificada, lá na nossa capital, em São Luís do Maranhão, na Avenida dos Holandeses, em frente ao Bradesco, infelizmente, foi vítima de um atropelamento de moto e veio a óbito. Essa senhora ainda não foi identificada, mas, infelizmente, quero já desejar os meus sentimentos à família dessa senhora, mas, com certeza, esse motoqueiro não tem seguro, e muito menos de terceiro, para poder indenizar a família dessa senhora que acabou de perder a vida nesse trágico acidente lá em São Luís.

Assim como no caso dela, nós temos aí, infelizmente, cerca de 620 mil acidentes em todo o Brasil por ano e cerca de 30 mil pessoas perdem a vida. Isso mesmo, 30 mil pessoas! Nós matamos tanto quanto a guerra, nesse dia a dia muito difícil que nós vivemos, que é no trânsito brasileiro.

Então, eu não vou me alongar, porque o nosso Líder Jaques Wagner vai querer agilizar e, obviamente... (*Pausa.*)

Eu vou encurtar minha fala, Presidente, porque nós queremos votar. Mas, tem coisas que não dá para ficar engasgado. Primeiro, eu quero lembrar aqui que, no Governo anterior, nós ajudamos aqui no momento difícil que era ali na pandemia. No Governo anterior, foram seis tetos de gastos que foram quebrados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

furados. Seis, seis, seis, tá? Então, não estão inventando a roda do reajuste orçamentário por conta de uma questão pontual de regra fiscal.

Mas eu quero dizer aqui que a maioria absoluta, só este ano, ano passado, já viajou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... já viajou para alguma missão no exterior, Senador Randolfe, Senador Cid. E eu quero perguntar daqui, não precisa ser do Brasil não, daqui, dos Senadores que viajaram para alguma missão no exterior: quem foi que abriu mão e deixou de pagar seu seguro obrigatório quando vai lá para fora? A primeira coisa que faz, depois que tira a passagem, é tirar seu seguro obrigatório. Paga. Sabe por quê? Porque sabe que lá fora não tem um tal do SUS, que arca com as despesas médicas se tiverem um problema. Sabe que lá não tem as políticas públicas que tem aqui no Brasil, que a gente reclama tanto, mas que, no final, o Estado brasileiro tem essa arrecadação grande, mas também para poder atender a população, independentemente da classe da qual ela faça parte.

Então, parabéns, Senador Jaques Wagner. Nós vamos votar a favor do projeto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, deixe–me só fazer uma ponderação, se nós não podemos fazer o processo de votação. Já falei com a Senadora Zenaide, o Senador Otto, o Senador Randolfe, porque aí a gente vota. Tem CAE ainda, eu tenho que estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só tem mais um Senador que está inscrito aqui, que é o Senador Flávio Bolsonaro. Se ele concordar, a gente pode abrir a votação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Vai ser rápido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só o Senador Flávio falar, e a gente inicia a votação.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Está bom.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – É comigo mesmo? Presidente, eu sempre tenho a esperança de convencer alguns colegas Senadores.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu tenho sempre a esperança de que ele tenha se convencido dos argumentos e que ele encaminhe a favor. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Olha, eu sou uma pessoa que é suscetível a ser convencida pelos argumentos, mas, para meter a mão no bolso do contribuinte, vai ser difícil me convencer, Senador Marcos Rogério, a votar a favor de qualquer pauta.

Eu tenho uma pergunta nesse... uma intervenção muito rápida, Presidente. Quem sofreu acidente de carro ou moto deixou de ser atendido no hospital porque não tinha mais o DPVAT? Porque acabou em 2021, a partir de 1º de janeiro de 2021, após o Presidente Bolsonaro ter gradualmente reduzido o valor, ele extinguiu a cobrança. Dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três... já estamos em maio de 2024. Alguém que sofreu acidente de moto, carro ou ônibus deixou de ser atendido em algum hospital porque não pagava o DPVAT? Não.

Quem tem carteira de trabalho assinada, por exemplo, está com a assistência social garantida. Então, é muito claro que essa pauta, que volta aqui para o Senado Federal, é para aumentar a arrecadação. O Governo não está se vangloriando de que aumentou em R$80 bilhões a arrecadação neste ano? Óbvio, à base do aumento de imposto, criação de novas cobranças. Aqui são mais R$15 bilhões, R$7 bilhões, não sei qual é a expectativa de arrecadação, porque ninguém sabe o valor exato que virá desse DPVAT – agora chamaram de SPVAT.

O que eu sei é que quem administrava esse dinheiro lá atrás, uma seguradora chamada Líder, fechou as portas em 2020, sob uma saraivada de acusação de desvio de dinheiro público. Então, o dinheiro que o contribuinte pagava do DPVAT ia para alguns outros lugares que não era só para pagar a indenização e custos por ocasião dos tratamentos de pessoas acidentadas no trânsito.

Eu fico impressionado com a naturalidade com que se fala aqui de se criar contribuição, de se tomar mais dinheiro do contribuinte, como se já não estivesse o limite. Esse Governo vai entender quando que, para você cobrar tributo de alguém, essa pessoa tem que ter capacidade de pagar, tem que ter capacidade de arcar com mais uma cobrança.

A carga tributária no Brasil é altíssima. E podem esperar, motociclistas, motoristas de carro, de ônibus... Se a gente pensar que vai ser reajustado o valor em relação ao que era cobrado lá em 2017, 2018, vai vir mais uma cacetada que você vai ser obrigado a pagar todo ano por ocasião do IPVA, a título de SPVAT agora, um novo nome bonitinho.

Então, obviamente, Presidente, a gente gostaria muito de ver um Governo responsável. Agora tem uma linguagem, tem um ditado, Senador Marinho, que obviamente eu não vou usar aqui, que é de baixo calão, mas esse Governo está gozando com a coisa que os outros fizeram.

Nessa avaliação do Moody's, tudo que eles colocam como fundamentação para melhorar a questão do risco Brasil são todas, sem exceção, atitudes tomadas desde o Governo Temer até o Governo Bolsonaro. Não tem nada, absolutamente nada, que o atual Governo Lula tenha feito e tenha contribuído para isso. É apesar do Governo Lula que isso está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é difícil prever, não tem que ter bola de cristal para saber que daqui a alguns meses essa nota vai ser rebaixada. O Brasil caminha a passos largos para o abismo, porque a mentalidade é enfiar a mão no bolso do contribuinte o tempo inteiro. "Vamos aumentar a arrecadação a qualquer custo, vamos gastar de forma irresponsável."

Um Governo que não dá um exemplo para nada, não mandou um projetinho para cá para reduzir despesa pública. Quase 40 ministérios... E o povo pagando a conta, mas a gente ainda tem o direito de reclamar aqui, espezinhar, e botar a posição nossa que vai ser contrária a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Wagner, deixa eu fazer... Eu estava conversando com o Dr. Ednaldo aqui, para a gente deixar bem claro o procedimento regimental desta matéria na Comissão, já que é item único e que a gente teve, por duas ou três reuniões da Comissão, a clareza de explicar o procedimento que nós iríamos adotar.

Existem, sobre a mesa, alguns requerimentos de destaque: dois requerimentos regimentalmente desamparados da Liderança do Partido Liberal, de votação em separado das Emendas 9 e 17; tem dois requerimentos individuais de autoria do Senador Carlos Viana, amparados também pelo Regimento, para votação em separado das Emendas 4 e 27. Nos termos do art. 312, parágrafo único, independem de votação os requerimentos de bancada apresentados.

Portanto, esta Presidência será obrigada a colocar em deliberação os dois requerimentos de destaque apresentados pela Liderança do Partido Liberal, o 9 e o 17.

Já, no que se trata...

O Senador Carlos Viana ainda está aí?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Eu só quero lembrar a V. Exa. que, quanto ao 9, já houve o meu compromisso aqui de veto. Eu pergunto à Liderança do...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É PL?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O 9 é o que estabeleceria uma multa dizendo que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em caso de atraso no pagamento, uma multa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, isso está resolvido. Aí é meu fio de bigode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu consulto o Partido Liberal se, diante do compromisso assumido pelo Líder...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas o dele não tem destaque, foi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, só tem dois requerimentos que serão obrigatoriamente deliberados, o 9 e o 17.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Mas você está tirando.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, eu estou tirando um, posso botar o seu.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Substitua, retire o 9.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Retire o 9 e coloque o 26, porque nós somos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sim.

Sr. Presidente, diante da postura correta, e eu acredito no fio do bigode – acredito muito, aliás, e é verdade – do nosso Senador Jaques Wagner, eu retiro o destaque do 9, mas o Senador Marcos Rogério, que é da bancada, fica com o destaque livre e...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não dá para a gente incluir agora, tirar um requerimento e incluir outro já no encerramento da discussão da matéria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, superado com relação ao 9, fica o fio do bigode...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E nós vamos votar um destaque, o 17.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... sem prejuízo, votarmos contra. Não é acordo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A emenda destacada de número 17, lá na frente.

Eu estou fazendo um resumo aqui para que V. Exas. entendam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não dá para substituir, não dá para substituir!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Emenda 17 é sobre o jabuti, só para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, deixa eu explicar aqui, porque a gente vai votar o relatório do Senador Wagner e nós vamos ter um problema relacionado ao Regimento pela questão da verificação. Então, eu quero chegar até o fim para depois ninguém cobrar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É votação e aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Presidente; só um minuto, Presidente Omar!

O destaque apresentado pelo Senador Carlos Viana não será obrigatório como os destaques apresentados pela bancada, só que, na ausência do Senador Carlos Viana, cai o destaque apresentado. Então, o Senador Carlos Viana não está no momento da deliberação. Esta Presidência vai retirar as duas solicitações destacadas pelo Senador Carlos Viana por conta da sua ausência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas uma ponderação para efeitos futuros. Nós estamos fazendo aqui um acordo para votar antes do final da discussão da matéria, para antecipar, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu estou avisando o que eu vou fazer para depois não me cobrarem a verificação dos destaques.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou perguntando por causa da ausência do Senador, porque, às vezes, sai daqui e vai a outra Comissão, e, como nós estamos antecipando um processo de votação...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – Não, antecipando, não! Encerrou a discussão. Não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu estou só avisando, porque...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Encerrou a discussão, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

Encerrei a discussão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto aqui. O que acontece?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Carlos Viana...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – *Rewind*, *rewind*!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Essa você me deve, viu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a presença do Senador Carlos Viana, esta Presidência não colocará os destaques apresentados individuais. Primeiro, eu vou colocar um requerimento de votação. Se o requerimento de votação – o Senador Viana tiver o apoiamento para as duas emendas destacadas individualmente – for aprovado, de inclusão de votação, ele continua, e nós vamos deliberar sobre ele. Se o Plenário rejeitar o requerimento de deliberação das emendas individuais apresentadas pelo Senador Viana, eles dois não serão deliberados no decorrer da matéria.

Agora, onde eu queria externar a minha...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. Esse é o problema. Se, no relatório apresentado, do Senador Jaques Wagner, como não é matéria não terminativa, não necessariamente precisa ter votação nominal, tiver pedido de votação nominal e tiver apoiamento de, no mínimo, três Senadores, não vou poder votar nominalmente a emenda destacada, porque não vai dar uma hora.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, mas nós queremos votar o texto...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O texto principal, verificação para o texto principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A verificação vai ser utilizada no texto principal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quem é a favor do imposto vota lá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Primeiro, eu vou colocar em votação os requerimentos individuais apresentados pelo Senador Viana.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento destacado pelo Senador Viana, de maneira individual, permaneçam como se encontram; os que forem contrários levantem a mão. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

Pode, são titulares.

Rejeitado o requerimento.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jaques Wagner, ressalvada a única emenda destacada, de nº 17.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a verificação no texto principal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, espera aí! É o texto?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o texto principal.

De ofício, a Presidência determina a verificação nominal do relatório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda não apareceu aqui. (*Pausa.*)

Ainda não. Só vou liberar aqui. (*Pausa.*)

Aqui? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo aos Senadores e às Senadoras que quem vota com o Relator vota "sim". Quem vota contra o relatório vota "não".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para orientar, Líder Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – O PL orienta o voto "não". Ninguém aguenta mais impostos. Basta! Ninguém aguenta mais jabuti também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para orientar o PSD, Líder Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PSD orienta o voto "sim".

Isso é uma cobrança que já se estendia há muitos anos e foi suspensa em 2020, até por uma questão que não envolveu só a dispensa da cobrança, mas uma questão política que envolvia o Presidente do PSL, o Deputado Federal Bivar, com o desentendimento que teve, à época, com o ex-Presidente da República Jair Bolsonaro. Todos nós conhecemos esse fato; eu me lembro perfeitamente disso.

Essa cobrança vai destinar, Sr. Presidente, em torno de 40% para o Sistema Único de Saúde. Ainda vai uma parcela para estados e municípios.

Portanto, o PSD encaminha o voto "sim", o voto favorável ao relatório do Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Weverton, pelo PDT.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para orientar a bancada.) – O PDT orienta "sim", Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Orientação pelo Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Orientação pelo Podemos, Senador Viana, Líder.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para orientar a bancada.) – O Podemos indica "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Podemos indica o voto "não". (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Ednaldo, o Senador Plínio Valério foi à Comissão, à CAE, e pediu para avisar quando se iniciasse a votação.

Senador Jayme Campos, Senador Marcelo Castro, Senador Izalci, Senador Angelo Coronel, Senador Humberto, Senador Rogério Carvalho, Senadora Ana Paula Lobato. (*Pausa.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para orientar a bancada.) – Presidente, enquanto estamos aguardando, eu só queria encaminhar pelo Governo, evidentemente recomendando o voto "sim" e insistindo, apesar de todos os argumentos contrários, que a recriação – vamos chamar assim – do DPVAT, SPVAT, não tem nenhum condão, do ponto de vista do Governo, de fazer caixa. Aqui estão os números, que, mesmo depois de terminados, em 2021, até 2023, depois de terminado, 778 mil pessoas procuraram, porque sabem que têm o seguro obrigatório ou sabiam que tinham o seguro obrigatório, e realmente, como disse o Senador Rogerio Marinho, o caixa que tinha sobrado, não na mão de um ente público, na mão de quatro seguradoras privadas... Eu estou sempre repetindo isso, que se falou aqui em corrupção, parecendo que é corrupção... É setor público. Quem controlava esse dinheiro foram quatro grandes seguradoras, que criaram uma seguradora mãe para administrar o DPVAT.

Então, por favor... Se houve corrupção, foi no setor privado, não foi no setor público.

Depois, também trago uma boa notícia. Senador Rogerio Marinho...

Não, o que V. Exa. falou, e não está incorreto, que janeiro e fevereiro sempre é superior, mas eu quero lhe dar uma boa notícia: em março, a receita fiscal cresceu 8% sobre a inflação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem. (*Risos.*) Mas é bom que se atrase e fique mais no nosso convívio. Você já estava indo embora, e assim você vê... (*Risos.*) De abril ainda não se tem o número, mas tudo indica que também será um número positivo.

Pode não ter sido tão grande o crescimento quanto janeiro e fevereiro, mas é só para dizer que, felizmente, estamos também com essa questão.

Então, eu vou insistir, Presidente, me dirigindo ao Senador Marcos Rogério: tudo bem que, por ser compulsório, diga-se que é um imposto, mas não tem nenhum sentido arrecadatório para o Governo. Ele tem um sentido de cobrir – e é isso que ele faz prioritariamente –, pagar uma apólice até pequena, porque, no caso nosso, que nós fazemos seguro privado, a apólice é muito maior quando você, infelizmente, causa um dano a uma pessoa física... É uma apólice limitada, mas, repito, que foi utilizada mesmo depois de extinta.

Então, não é um imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, o Governo, até agora, não criou nenhum imposto. Fala-se que nós somos... Não sei se o Portinho está aí...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Fala aí.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que você falou que nós somos um Governo de criadores de impostos – eu não gosto daquele outro termo que você falou, apesar da linguística...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, a linguística é correta.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, mas é que esse duplo sentido...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só nesse sentido – é só nesse sentido –, e eu deixo sempre claro isso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem, eu sei que você não está ofendendo. O que eu estou dizendo é que eu prefiro usar a expressão criador de imposto, o que não somos. Mas é que não tem nenhum imposto novo criado. Acho até que a gente está conseguindo melhorar a arrecadação pela dinâmica que a economia tomou.

Mas era só para pedir o voto "sim" dos colegas, respeitando evidentemente todos aqueles que divergem do instrumento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acho que pode encerrar, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Para discutir.) – O Senador Esperidião Amin está votando. Ele está na CAE e vai entrar votando.

Argumentando aqui com o Líder do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quando o Senador Esperidião Amin votar, eu vou encerrar a votação.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Encerramos.

Argumentando com o Líder do Governo, você fazer uma apólice de seguro no Brasil não é investimento, é despesa, porque você não tem uma segurança pública que garanta o seu bem, o seu patrimônio; você não tem uma segurança pública que vigie a sua casa, o seu patrimônio de residência. Então, você tem que fazer seguro. Já se impõe isso em cima de tudo o que nós já pagamos. Quem tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carro tem que pagar o IPVA, tem que pagar agora os pedágios nas estradas e tem que pagar a apólice. É impressionante!

Vamos fazer um acordo, Líder? Quem tem apólice de seguro e já está coberto fica livre do DPVAT. Vamos deixar o DPVAT para quem não tem condições de pagar, e que se pague um valor muito pequeno para as motos, o que for... É uma questão de nós não impormos aos brasileiros mais uma despesa. Essa é a questão.

Eu acredito que todos entendam a necessidade de se ter uma indenização para quem sofre um acidente e não tem renda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Mas, da forma como nós estamos colocando aqui, nós estamos impondo e enfiando a mão no bolso de todos os trabalhadores brasileiros – de todos – em mais R$50 a R$60.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Viana, eu já anunciei há algum tempo que nós estávamos aguardando o Senador Esperidião Amin.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. *Fora do microfone.*) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós já atingimos o quórum de 27, e eu vou encerrar a votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

(*Soa a campainha.*)

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 15 Senadores; NÃO, 11 Senadores.

Está aprovado o relatório.

Passamos agora para a votação da Emenda destacada nº 17.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitada a emenda destacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Epa! Não vamos discutir, não, a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Rejeitada a emenda destacada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não, mas espere aí, eu preciso registrar o voto a favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Espere aí, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Registrar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas é isso mesmo. Estava combinado desde antes. (*Risos.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Mas como foi o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou registrar os votos contrários...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A favor, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A favor da emenda destacada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Foi aprovada a emenda!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, foi rejeitada – rejeitada.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O senhor aprovou a emenda, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Portinho, contra; Flávio, Rogerio Marinho...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Não! Contra, não; a favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A favor, perdão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Meu Deus do céu!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A favor da emenda: Rogerio Marinho, Hamilton Mourão, Alessandro Vieira, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... Carlos Viana e Marcos Rogério.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Efraim também! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, rejeitada a Emenda destacada nº 17.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Cid Gomes, Jayme Campos, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Beto Faro, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Soraya Thronicke, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Nelsinho Trad e Fernando Dueire, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcos do Val, Omar Aziz, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 8ª Reunião Ordinária, e da 9ª Reunião Extraordinária, que são aprovadas. A reunião é suspensa às dez horas e vinte e cinco minutos e reaberta às dez horas e trinta minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1958, de 2021 - Terminativo -** que: "Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 20-S, pela rejeição das Emendas nºs 14-S, 15-S, 17-S, 18-S e 19-S, e pelo não conhecimento da Emenda nº 16-S. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, em Turno Suplementar, e a Emenda nº 20-S-CCJ. Rejeitadas as Emendas n°s 14-S e 17-S. Fica prejudicada a Emenda nº 16-S. **Observação:** - Durante o encaminhamento da votação, o Senador Flávio Bolsonaro retira a Emenda nº 15-S e o Senador Plínio Valério retira as Emendas n°s 18-S e 19-S. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3334, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para permitir a redução da Reserva Legal em áreas de florestas da Amazônia Legal, para todos os efeitos, nos municípios com mais 50% do seu território ocupado por áreas protegidas de domínio público." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas n° 1-T, com a subemenda que apresenta, e nº 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4626, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3141, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria o Programa Cartão Reconstruir e dá outras providências." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 3-CCJ e 4-CCJ. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1803, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 8, de 2024-CCJ, de autoria do Senador Weverton, de urgência para a matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4563, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Revoga o § 6º do art. 1.003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1107, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a indenização pecuniária por tempo de serviço aos servidores comissionados do Poder Legislativo Federal e órgão auxiliar." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3519, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 194, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2230, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2000, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 154 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer a idade máxima dos veículos destinados à formação de condutores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 435, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a aplicação das Leis nºs 4.950-A, de 22 de abril de 1966, 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e 7.410, de 27 de novembro de 1985, aos diplomados em Geologia ou Engenharia Geológica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 660, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para prever o apoio técnico por parte da Justiça Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 2269, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre os requisitos do registro de nascimento em relação à identificação dos pais." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 1640, de 2019 - Terminativo -** que: "Torna mais rígido o controle de violência nos estádios e imediações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n°**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5153, de 2023 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer desconto no valor cobrado pela renovação das carteiras de habilitação para condutores com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 2885, de 2022 - Terminativo -** que: "Define os crimes de intolerância política e dá outras providências." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 3127, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a castração química voluntária de reincidente em crime contra a liberdade sexual." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com oito emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei n° 2978, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Projeto de Lei n° 2390, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criar causas de aumento de pena para os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça e de desacato, quando cometidos contra profissional da área de atenção à saúde, no exercício de sua profissão ou em decorrência dela." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. Adiada a discussão. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 8, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1803/2023, que “altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício”." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/08

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 8ª Reunião, Ordinária, e da 9ª Reunião, Extraordinária.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 21.

Item 1, turno suplementar.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1958, DE 2021

- Terminativo -

Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

- Em 24/04/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 1958/2021, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- No Turno Suplementar, foram apresentadas as seguintes emendas: Emenda nº 14-S, de autoria do Senador Sergio Moro; Emendas nºs 15-S e 16-S, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro; Emenda nº 17-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

S, de autoria do Senador Rogerio Marinho; e Emendas nºs 18-S e 19-S, de autoria do Senador Plínio Valério (todas dependendo de relatório);

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para proferir relatório apenas sobre as emendas apresentadas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Relatório, Sr. Presidente.

Vêm à análise desta Comissão as emendas apresentadas no turno suplementar ao substitutivo adotado por este Colegiado quando da apreciação do projeto de lei em epígrafe, tudo nos termos dos arts. 282 e 283 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nessa etapa processual, foram apresentadas seis emendas a seguir sumariadas e analisadas.

Análise.

A Emenda nº 14-S, do Senador Sergio Moro, pretende alterar o §2º do art. 7º, a fim de que as pessoas negras, indígenas e quilombolas aprovadas dentro do número de vagas de ampla concorrência sejam contabilizadas para fins de atendimento à cota de 30%. Isso significaria prejudicar os grupos que se pretendem beneficiar quando, furando o teto de vidro, algumas pessoas conseguirem aprovação sem a necessidade das cotas, ou seja, a aprovação da emenda criaria um estímulo perverso. Quanto mais pessoas potencialmente cotistas fossem aprovadas dentro da ampla concorrência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... pior seria para o grupo dos beneficiários das cotas. Por esses motivos, a emenda deve ser rejeitada.

Já a Emenda nº 15-S, do Senador Flávio Bolsonaro, pretende suprimir o art. 2º, o qual trata das definições de pessoa negra, indígena ou quilombola, alegando que já existe lei neste sentido. Ocorre que, justamente por conta do princípio da especialidade, não se pretende na lei de cotas para concursos definir quem são os negros para fins de outras políticas públicas, mas apenas para os certames públicos federais. Do mesmo modo, o conceito de indígena não é apenas aquele do indigitado Estatuto do Índio, mas sim um critério mais amplo, justamente para fins de concursos públicos. Assim, a emenda deve ser rejeitada.

A Emenda nº 16-S, do Senador Flávio Bolsonaro, sequer deve ser conhecida, uma vez que não atende aos preceitos regimentais. Isso porque a referida emenda pretende substituir o critério racial pelo critério remuneratório para fins de definição das cotas, o que, na prática, significa a apresentação de um novo substitutivo, o que é vedado nesta etapa processual, por força do art. 282, §2º, do Regimento Interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, *in verbis:* "Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral".

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Além disso, a emenda vai no sentido diametralmente oposto ao da proposição original e do substitutivo, o que também é vedado pelo Risf no art. 230, inciso II:

> Art. 230. Não se admitirá emenda:
> .....
> II – em sentido contrário à proposição quando se trate de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução;

Dessa maneira, a Emenda nº 16-S não deve ser conhecida.

Por outro lado, a Emenda nº 17-S, do Senador Rogerio Marinho, visa a retomar o patamar de 20% para as cotas. Ocorre que essa discussão já precluiu, pois foi realizada nesta Comissão, quando dos debates sobre a aprovação do substitutivo, tendo vencido o entendimento majoritário de que o percentual atual, 20%, é insuficiente para promover a competição equitativa a que se refere o art. 5 da convenção interamericana de combate ao racismo, norma de hierarquia constitucional, em virtude do que dispõe o art. 5º, §3º, da Constituição. Nesse sentido, a Emenda nº 17-S deve ser rejeitada.

Finalmente, as Emendas nºs 18-S e 19-S, do Senador Plínio Valério, também merecem rejeição. Buscam criar uma distinção entre negros e mestiços, como se a categoria pardos fosse ela em si discriminatória. Vale lembrar que a consideração de negros como englobando pretos e pardos já conta da legislação atual, não havendo motivos para rever essa classificação, que já é aplicada há uma década.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela rejeição das Emendas 14-S, 15-S, 17-S, 18-S e 19-S e pelo não conhecimento da Emenda nº 16-S.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na outra reunião da Comissão, onde o Senador... Bom dia, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na outra reunião da Comissão, nós discutimos o relatório apresentado. Como é uma matéria em turno suplementar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora nós vamos colocar em discussão o relatório apresentado sobre as emendas apresentadas em turno suplementar.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, desde o início que a gente deturpou a nossa discussão aqui. Nós estamos discutindo reserva aos negros de 20% das vagas oferecidas no concurso público. É isso aqui: a reserva e prorrogar. Isso aqui, se fosse só isso, no projeto do Senador Paim, já teria passado de 12, nós não estaríamos aqui discutindo. O que eu estou discutindo aqui e vou reiterar, e vou insistir nisso, é o artigo colocado pelo Relator no substitutivo, o art. 2º. Olha que não tem nada a ver com prorrogação de cotas aos negros:

> Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:
> I - pessoa negra: aquela que se autodeclarar preta ou parda [...].

Isso aqui não tem nada a ver com a nossa discussão. A minha emenda era para substituir esse art. 2º do relatório do Senador Humberto Costa, colocando e definindo e deixando bem claro que pardo não é negro, negro não é pardo, lembrando a quem está nos ouvindo agora que vale a pena relembrar a história. Os primeiros navios negreiros chegaram ao Brasil, em 1549 ou 1546, trazendo os escravos negros, e já encontraram no Brasil escravos indígenas e pardos, mestiços escravizados e indígenas escravizados. Portanto, pardo não pode ser considerado negro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Esse artigo colocado aqui... Classificar pardos como negros, também viola a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, que possui força de emenda constitucional, a qual afirma em seu art. 9º que – abro aspas: "Os Estados Partes comprometem-se a garantir que seus sistemas políticos e jurídicos reflitam adequadamente a diversidade de suas sociedades, a fim de atender às necessidades legítimas de todos os setores da população, de acordo com o alcance desta Convenção", fecho aspas. Portanto, vai de encontro à Convenção Interamericana, ou seja, temos pano para mangas. Vamos continuar essa luta após aprovação em Plenário, se for o caso.

Esse artigo do Relator provoca efeito inverso ao da inclusão, da reparação e de política pública contra o racismo, como eles tanto pleiteiam. Isso aqui é um racismo inverso, inverso!

Eu ouvi um Senador, na sessão passada, dizer que os negros no país são 55%. Isso não é verdade. O IBGE fala que os que se autodeclaram negros no Brasil são 10%; 45% declaram-se pardos; e, quando se somam pardos com negros, dá 55%. E sabe o que está acontecendo você que está nos ouvindo? Os Senadores e Senadoras já sabem disso, mas você que está ouvindo agora, assistindo à sessão, sabe? Faz-se uma reserva monstruosa para os negros. Quando você coloca pardo como negro, preto como negro, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece? Você, pela lei, já não é mais pardo; você foi exterminado. Você agora é negro. E, quando chega na banca de seleção, na autodeclaração, quando ela pergunta: "Você se declara o quê?". Aí ele fala: negro. Aí o cara da banca ri. Fala: "Você é um mentiroso, você é um fraudador, você não tem nenhum traço de negro". Mas ele foi colocado como negro por esta lei agora, se a gente aprová-la. Aprovando esta lei, estamos desrespeitando acordos internacionais e, acima de tudo, praticando o racismo inverso. Os pardos estão indo ao Judiciário, estão conseguindo, porque pardo não é negro.

Repito, quando os negros chegaram ao Brasil, já encontraram os pardos escravizados e também os mestiços indígenas escravizados. Portanto, aqui não se trata da prorrogação da cota para negro. Prorrogação da cota para negro, perfeito. A gente vota de A a Z. Aqui está se tratando do extermínio de uma raça. Hoje você tem vergonha de se declarar pardo. Se não tem vergonha, você enfrenta muitos preconceitos. Você enfrenta todo tipo de acusação. Imagina só a situação de quem tem orgulho de se declarar pardo. Está aí, tanto falam no Barack Obama, falam nos Estados Unidos. O Barack Obama se declarou mestiço. O Barack Obama bateu no peito e disse que era mestiço. E ele é mestiço. E a gente está aqui fazendo uso, aproveitando de uma prorrogação justa – justa – de cotas para os negros, para transformar, para exterminar a raça dos pardos.

Portanto, Senadores e Senadoras, se aprovarmos este art. 2º, se não incluirmos a nossa emenda que tira este artigo, mostrando que pardo não é negro, nós estamos expondo os pardos ao constrangimento, humilhações públicas, expulsão de instituições onde foram aceitos em vagas reservadas. Os pardos foram aceitos, passaram e depois são expulsos, porque não são negros. Portanto, o que a gente quer aqui é evitar que o pardo passe constrangimento, seja vítima de ser acusado de fraudador, vire réu, vire réu! Portanto, eu acho muito perigoso, eu acho perigoso em demasia – em demasia – tornar pardo negro.

Eu acho perigoso em demasia, em demasia tornar pardo negro. Vou repetir: por ferir a Convenção Interamericana contra o Racismo a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, eu não vou desistir nessa votação e nem vou desistir na votação em Plenário. O art. 2º colocado – vou repetir mais uma vez –, para fins do disposto nessa lei, considera pessoa negra aquela que se autodeclarar preta ou parda.

E o que quer a minha emenda? A minha emenda diz: para fim do disposto nessa lei considera-se pessoa negra aquela que se autodeclarar preta, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Dois, pessoa mestiça: aquela que se autodeclara parda, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia. O que a gente quer é clarear, evitar esse constrangimento.

E mais, Presidente Davi, eu tenho aqui em minhas mãos, eu procurei ver como é que está a pesquisa no e-Senado, quem concorda com o projeto e quem não concorda. Treze mil e alguma coisa concordam com o projeto; dezenove mil não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Não consigo ouvir nada do que o Senador Plínio está falando, o ruído está insuportável.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não consigo ouvir o que o pessoal está falando lá atrás, porque o Relator está atrapalhando. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Oriovisto e Senador Amin, de fato eu peço perdão a V. Exas., porque, a todo instante, na condição de Presidente, a gente já falou várias vezes aqui que a gente solicita para os Senadores que eles possam trazer um colaborador do gabinete para orientar na Comissão por conta do tamanho do espaço físico da nossa Comissão.

E a gente fica também num dilema, porque agora ali deve estar alguém criticando esta Presidência, porque, em toda reunião da Comissão que tenha algum assunto que tem uma certa polêmica, e sempre tem, nós temos 50, 60, 70, 80, 100 convidados que querem entrar na Comissão. A gente só tem ali atrás 18 cadeiras. Então alguém está criticando a Presidência ali no corredor e em algum veículo de comunicação com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com razão. Não pode criticar o Plínio. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E infelizmente a gente não consegue a compreensão aqui nem dos nossos convidados, nem dos nossos assessores.

Então eu peço a gentileza de V. Exas. porque nós temos um Senador inscrito fazendo uma sustentação em emendas apresentadas em turno suplementar e é muito importante e razoável que os outros Senadores possam acompanhar a manifestação do Senador que está na tribuna.

Eu vou repor o tempo de V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Tá. Eu vou concluir tudo que disse, tentar concluir numa coisa só.

Nós, neste momento, vamos votar o PL que trata da reserva aos negros de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos. É disso que trata o projeto.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Não é 30, não?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Aqui está 20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – No relatório é 30.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Já aumentou para 30.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Olha só. Já aumentou para 30 o projeto. De 10, de 20 para 30. Então vejam bem, o que é que se fez nessa lei? Botaram uma tartaruga, colocaram no art. 2º um artigo que... Não, tartaruga é maior que jabuti. Bem maior. (*Risos.*)

Lá no Amazonas, jabuti é pequeno, tartaruga é grandona, por isso que eu falei tartaruga.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Das Galápagos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O que colocaram, o que o substitutivo colocou? Art. 2º, extermina os pardos no Brasil – extermina os pardos no Brasil! Quem se autodeclarar pardo será declarado negro. E, quando ele for atrás da bolsa e disser que é negro, ele vai ser vítima de discriminação e acusado de fraudador, porque ele não é negro. E as vagas são para os negros. Então, quando você coloca pardos, que são 45% da população brasileira, com mais 10% de negros, você tem 55% de negros no país para ocupar as cotas, mas as cotas só vão ser para os negros de verdade, de verdade. E é sempre bom dizer isso aqui e sem nenhum intervalo, para que não pensem que a gente está discriminando. Não, os negros têm direito, sim, a isso. A que o Humberto não tem direito, a que o Paim não tem direito, a que o Contarato não tem direito é de exterminar toda uma raça, que é o que eles estão fazendo aqui.

E, como eu disse que há aqui ainda subsídios para a gente continuar nessa luta, eu vou continuar, porque a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, que possui força de emenda constitucional, garante isso, garante isso.

Portanto, Senadores e Senadoras, a gente não está tratando só aqui da prorrogação e da reserva de cotas. Nós estamos aqui tratando do extermínio de uma raça, do extermínio dos pardos, em nome de beneficiar os negros, que não precisam tanto mais assim de ajuda. E a gente vai continuar defendendo o direito dos negros, sim.

E, só para encerrar, e para encerrar qualquer discussão que bota por terra qualquer argumento deles, quando os negros chegaram ao Brasil, já encontraram pardos, mestiços e indígenas escravizados. E é em nome dos mestiços e dos pardos que eu apelo a todos os senhores para que nós não aprovemos esse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu quero dizer que o Senador Plínio Valério está nos alertando para um erro que eu não quero dizer se é racial, eu não sou um especialista no assunto, mas eu quero um minuto e meio de um fato para contar para vocês.

O primeiro livro escrito por Fernando Henrique Cardoso não foi sobre negros no Brasil meridional. Foi Cor e Mobilidade Social em Florianópolis, que é a dissertação de mestrado dele, de 1957. Neste livro existe o primeiro censo, que eu já li, sobre a população de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis. Só tem três tipos de gente – desculpe eu usar essa expressão –: branco, preto e pardo. No censo demográfico, o povo é dividido em três partes: branco, preto e pardo. Como disse o Plínio Valério, neste texto – eu não estou dizendo que a intenção foi essa ou aquela – está sendo extirpado um dos três tipos. E quero dizer que, de lá para cá, as cores e as tipologias modificaram, porque você tem os amarelos, tem os vermelhos, enfim. Mas os três primeiros, como disse o Senador Plínio Valério... Esse censo é de 1870...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... 1870. Só tinha três tipos. Você tinha que se inserir em um dos três: branco, preto ou pardo.

Neste caso, através de uma confusão ou de uma simplificação, este artigo, Senador Humberto Costa, conspira contra o princípio da identidade.

Então é só para subscrever o que disse o Senador Plínio Valério, que eu me inscrevi. E só isso que eu vou falar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, o Plínio Valério tem razão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É V. Exa. que está inscrito agora.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Se o senhor me permite, é uma sugestão de encaminhamento, pois me parece que, com a emenda de redação, a gente consegue ajustar o texto e contemplar o raciocínio que o Senador Plínio anuncia.

Essencialmente, todos nós já ultrapassamos o debate com relação à cota em si. Existe anuência, inclusive, do Senador Plínio para a cota de 30% para um determinado grupo de brasileiros. Esse grupo no texto atual, no relatório do Senador Humberto, está descrito que: consideram-se negros, pretos e pardos... A demanda do Senador Plínio é que você tenha a distinção clara, para que não tenhamos, e de fato isso acontece e ele tem razão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para manter a identidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E evitar problemas nas comissões de heteroidentificação.

Porque o que acontece de fato é uma dificuldade semântica mesmo, ou seja, nos discursos, a gente vai confundindo as expressões "preto" e "negro". A gente vai o tempo inteiro meio que misturando as coisas. E não é o que a legislação faz.

Então nós temos os pretos no Brasil, eles representam mais ou menos 10% da população. Nós temos os pardos, que são 45%, 48% da população. E essa soma, esse grupo todo da população, merece uma cota. Todos nós concordamos.

Então a sugestão que faço, o apelo que faço ao Relator, ao Senador Humberto Costa, é de uma emenda de redação, porque o benefício será garantido. É um grupo que precisa desse benefício para maior inserção econômica e social. Então, esse ajuste acho que reduz riscos de danos, preserva os direitos, não reduz nenhuma demanda identitária – está plenamente contemplada. Nenhuma demanda identitária é reduzida. E nós teremos o avanço na pauta, que é tão importante, porque não pode ficar travada por uma discussão quase que semântica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Eu queria só fazer uma pergunta, até para a gente contribuir com o debate.

Eu acho que o Alessandro faz uma observação muito importante, mas, Senador Plínio, V. Exa. defende a manutenção dos 30% para também atender os pardos. O.k.?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ah, então seria, de fato, só uma questão semântica, como muito bem colocou o Alessandro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Identitária.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Identitária, que é um termo, aliás, até mais usado adequadamente para esse tipo de debate.

Mas, Presidente, eu queria só cumprimentar o Humberto e dizer que é muito importante o projeto. Eu acho que, se a gente faz ou tenta ajustar do ponto de vista redacional, a gente avançaria para ter qualquer óbice...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma pergunta aqui.

Eu posso suspender aqui a ordem de inscrição se essa for uma proposta relevante de entendimento?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Presidente, eu queria pedir apenas, Paim, a atenção, porque eu acho que daria, Humberto, um pleno consenso aqui se onde está escrito "pessoas negras" passasse a ser escrito "pretos ou negros, e pardos" – "pretos e pardos" em todos os locais onde está escrito apenas "negro". É apenas uma substituição de redação, e aí se supera o impasse e a gente pode votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. Eu queria propor isso.

Eu vou garantir a palavra à Senador Eliziane – ela está inscrita para fazer a sua manifestação. Eu posso suspender um pouco aqui ou a gente vai continuar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu acho que o Humberto...

Presidente, eu acho que o Senador Humberto, atendendo na forma colocada agora pelo Braga, acaba atendendo a todos, porque a minha preocupação é o percentual dos 30% para atender pretos e pardos.

Se é essa a defesa, eu acho que não tem por que a gente aprofundar numa polêmica que para mim é até...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, exato. Então, acho que resolve com isso, mantendo os 30% da cota, pois esse é o ponto principal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou continuar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Vou fazer uma pergunta para o Plínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plínio, a sua emenda ou a emenda que construímos... Suprimindo o art. 2º, resolve? É a pergunta que eu faço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só suprimindo o art. 2º...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu acho que seria melhor acrescentar a expressão "pardo" do que suprimir, porque, suprimindo, gerará uma dúvida com relação aos direitos dos pardos. Portanto, para não ter dúvida, basta acrescentar "negro e pardo".

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, Eduardo. É que no art. 2º eles estão considerando o pardo negro. O art. 2º não tem necessidade, ele não tem necessidade. É negro quem? Se autodeclarar pardo... É isso que a gente quer... Tirar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou continuar aqui a inscrição. Eu acho que os Senadores não impedem de eles irem construindo o entendimento.

Senador Flávio Bolsonaro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, como está tendo a discussão aqui, V. Exa. não quer suspender a...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou suspender aqui por cinco minutos a reunião.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não quer ir adiantando os outros? Quando chegar ao consenso, a gente volta com este projeto para votar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, não, não, não! Que é isso?!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica suspensa por cinco minutos a reunião.

(*Suspensa às 10 horas e 25 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Consulto se posso retomar a lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Na verdade eu queria só dar uma sugestão. Eu acho que a gente conseguiu avançar aqui, para a gente abrir para o Humberto, porque aí, de repente, até soma no melhor debate.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Líder Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, só mais um instante, porque o Senador Weverton está preparando uma emenda que talvez seja a solução melhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem que falar no microfone.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Peço a atenção dos Senadores e das Senadoras, porque há uma construção de entendimento em relação a esta matéria.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, dentro da orientação, inclusive do nosso decano aqui, Senador Paulo Paim, eu apresento, de forma oral, uma sugestão de emenda ao Sr. Relator Humberto Costa para que, em todo o texto, onde se descreve negro, passe a constar pretos e pardos. Essa emenda terá o condão de substituir plenamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer tipo de confusão entre esses dois grupos, que têm todo o respeito do nosso Senado. Acredito que isso encaminha a solução adequada, contempla a tese do Senador Plínio e preserva o direito de um grupo fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E é possível fazer... É possível... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Eduardo Braga, com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a emenda que me parece alcançar aqui um consenso é a seguinte: "Substitua-se, em todos os dispositivos, o termo negros pela expressão pretos e pardos." E o termo negros pela expressão pretos e pardos; ou seja, onde, no texto, estiver mencionado negros, passa a ser pretos e pardos. E negras passa a ser pretos e pardos.

Assim, nós resolvemos, no texto da lei, no texto da lei e não num artigo isolado, porque fazer num artigo isolado poderá dar a interpretação de que em alguns dos direitos estabelecidos é apenas para negros, e não para pretos e pardos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, se me permite.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, a emenda já está no sistema, já formalizei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me conceder a palavra ao Relator.

A emenda, Relator Humberto, já está no sistema. Já foi apresentada e V. Exa. tem que avaliar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Apenas uma observação formal. A sugestão que o Senador Eduardo Braga deu, o que os Senadores estão sugerindo, está dentro do que o Senador Plínio sustentou.

Do ponto de vista formal, o acolhimento da emenda, na forma apresentada, vai ter um efeito derradeiro, que é, na redação final, fazer constar, em todos os pontos onde tem essa afirmação primeira, a redação que está se sugerindo, porque aqui é um encaminhamento do coletivo, e lá, na redação final, a substituição em todos os locais onde tem esse termo genérico, "pretos", para definir pretos e pardos, constar conforme a sugestão da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Relator vai acatar a emenda que vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Emenda do Relator. Ele está admitindo e alterando o texto dele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente, o relatório dele, apresentado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pronto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ele faz a alteração...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... no caso, no substitutivo, e ela já é aprovada na forma que está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... e ela já é aprovada da forma como está no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Veja, Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Parabéns, Plínio! Ficou bom!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Presidente, eu vou incorporar a proposição que foi apresentada pelo Senador Alessandro Vieira, juntamente com o Senador Eduardo Braga, ainda que eu considere que a proposta do Senador Weverton seria mais adequada – mas eu vou fazer essa incorporação.

Agora, eu queria abrir uma discussão aqui.

Primeiro, essa qualificação que consta do relatório não foi uma invenção do Senador Contarato, que foi o Relator lá, na Comissão de Direitos Humanos, nem do projeto original. Isso consta do Estatuto da Igualdade Racial: define que negros são pretos e pardos. Então, aqui a gente não criou nada do outro mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: vamos em qualquer dicionário da língua portuguesa e vamos perguntar, vamos ali consultar o que é pardo. O pardo é resultado de uma miscigenação, que pode ser branco com índio, branco com negro, negro com índio. Essas são as possibilidades.

As pessoas estão chateadas com essa possibilidade de serem consideradas negras. São negras, têm o sangue negro. Na verdade, a gente aqui está numa prática para fazer o entendimento – e eu concordo e aceito –, mas, na verdade, reafirmo aqui uma concepção preconceituosa.

Mas vamos fazer, porque o que interessa hoje é que a gente aprove essa definição. Não existe esse negócio de que vai exterminar pardo, não – não vai exterminar. Isso era uma coisa desnecessária, mas, para efeito de a gente poder aprovar esse projeto, que é relevante, em que é importante ter um consenso, eu farei a incorporação na seguinte forma: "Substitua-se, em todos os dispositivos, o termo 'negros' ou 'negras' pela expressão 'pretos e pardos' ou 'pretas e pardas'". É isso. Vou repetir: "Substitua-se, em todos os dispositivos, o termo 'negros' pela expressão 'pretos e pardos' e o termo 'negras' pela expressão 'pretas e pardas'".

Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica incluído, pelo Relator da matéria, o artigo apresentado oralmente, no substitutivo relatado por V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ficou incluída a Emenda 20-S, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Como é que fica o art. 2º, Senador Humberto. Leia para mim como é que fica o art. 2º.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Fica mantido.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Mas leia para mim, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Onde é que está aqui...?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – "Art. 2º [eu vou ler para o senhor] Para fins do disposto nesta Lei, considera-se pessoa negra aquela que se autodeclara parda".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – ... o art. 2º, não adianta mudar nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não estou entendendo. Qual é a questão?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só para...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – De fato está resolvido, mas, atendendo à preocupação, vamos fazer a leitura: "Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se [...] [com a nova redação] pessoa preta ou parda aquela que se autodeclarar preta ou parda conforme o quesito cor ou raça". Aí segue: pessoa indígena, pessoa quilombola... Acho que está absolutamente afastada qualquer dúvida.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O.k.

Serão feitas as notas taquigráficas com relação às falas dos Senadores autores da sugestão.

Vou continuar a discussão, Senador Plínio.

Está inscrito o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, essa discussão sobre o que é negro, o que é pardo, quem é o quê, como é que define, a comissão que vai analisar a cor da pele de cada um...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... é um retrato da confusão e da divisão que querem acirrar ainda mais na sociedade.

Quer ver outra prova, Presidente Davi Alcolumbre? Aqui, olha: Ministra Anielle Franco...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ministra Anielle Franco...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Tem um Senador na tribuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ministra Anielle Franco declarou, há poucos dias, pedindo que famílias ciganas, quilombolas e de terreiro sejam priorizadas na distribuição de alimentos durante as ações emergenciais do Estado do Rio Grande do Sul.

É isso que a gente quer para a sociedade, como se a tragédia tivesse escolhido alguém pela cor da pele? Não! Nesse caso do Rio Grande do Sul, nem da condição social a gente pode falar, porque pega todo mundo: pega rico, pega pobre, pega preto, pega branco, pega índio, pega mestiço, pega pardo...

Não é muito mais fácil a gente tratar com um critério objetivo, que é a questão social, socioeconômica das pessoas? Porque isso é que dificulta o acesso a um concurso público, isso é que dificulta passar no vestibular, não é a cor da pele!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E estamos aqui discutindo, mais uma vez; algo que era para ser provisório vai ser permanente! E a emenda do Senador Rogerio Marinho é exatamente nessa linha: tenta, pelo menos, de uma forma derradeira, fazer com que isso valha nos próximos dez anos e acabe, para a gente atacar o problema na educação básica, lá onde há a evasão escolar.

E mais uma vez: é por causa da condição socioeconômica que a pessoa pode não passar num vestibular, porque estudou na escola pública de má qualidade; ou agora, na prova de concurso público, em que nem a pessoa é identificada, é um número, em tese, para quem está fazendo a avaliação – vai escolher agora pela cor da pele quem passa e quem não passa.

Então, mais uma vez, em homenagem a todas as pessoas que precisam, que são aquelas de condições socioeconômicas mais desfavoráveis, é que eu insisto aqui, com a minha emenda, que transforme...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... essas cotas provisórias para as pessoas que não têm condições financeiras, porque imagina quem é branco e pobre neste país agora, Senador Esperidião Amin?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, (Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.), é isso, quem é branco e pobre?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Peço desculpas aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Solicito que a Secretaria da Mesa retire as palavras...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu peço ... de própria vontade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O.k., a pedido do...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É que está aqui atrás alguém falando e me provocando, e eu caí na provocação. Eu peço desculpas.

Então, imagina quem é branco e pobre neste país?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos criar a cota daqui a pouco para esse pessoal?

É uma coisa a se refletir mesmo. Ou é essa mentalidade da Ministra Anielle Franco que vai continuar dividindo a nossa sociedade, tendo que priorizar para quem é negro, índio ou de terreiro na hora de distribuir o alimento para as pessoas impactadas pela tragédia no Rio Grande do Sul? Qual é o limite? Aonde é que a gente vai chegar com isso?

Vamos punir quem comete racismo de forma exemplar; vamos expor, cumprir a lei com relação a quem comete esse tipo de crime. Agora isso aqui... a gente está condenando pessoas pobres que não se enquadram nesses requisitos que a lei está tratando a eternamente não conseguir passar no vestibular, não conseguir passar num concurso público, e eu vou morrer defendendo isso, Presidente, porque eu acho que é o correto, é o certo a se fazer, sem politicagem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, por gentileza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. está inscrito agora.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Após ouvir o colega Senador, me fez lembrar que o movimento quando se teve o Vidas Negras Importam e a turma da direita veio falar que todas as vidas importam. Só que nós temos que entender quem é que é morto nesse país. Nós temos que entender efetivamente que a população preta e parda está sofrendo diuturnamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falar em cotas provisórias é cômodo para nós, homens brancos. Isso é muito simples. Agora, seja um médico preto e sofra a discriminação, como eu trouxe aqui pessoas não querendo ser atendidas por um médico por ele ser negro; por um enfermeiro por ser negro.

Essa é a realidade do país, uma realidade em que 70% da população carcerária é de pretos e pardos, e quando a Ministra Anielle faz isso é porque se todo mundo é prioridade, ninguém é prioridade. É simples assim. É porque dentro desse crime ambiental que nós temos, nós temos, sim, um racismo ambiental...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... porque quem será primeiro atingida vai ser a população que mais sofre, é a população hipossuficiente, é a população preta, é a população parda, é a comunidade quilombola, é a comunidade indígena. Não que os brancos não sofram, eu não tenho dúvida, mas tem que ter uma prioridade diante daquele estado brasileiro que mais pratica o racismo.

Agora, é muito cômodo a gente falar em cotas provisórias. É cômodo porque você não é apontado na rua, porque você não é hostilizado, porque você não é julgado por sua cor da pele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Educação básica...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Porque ninguém passa, atravessa a rua quando um homem branco está passando, atravessa a rua.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Mas seja um homem preto que você vai ver que diuturnamente as pessoas atravessam a rua para sequer cruzar por aquele homem negro. Essa é a realidade deste país desigual.

É simples para nós, Senador, é simples para nós quando o Estado criminaliza a pobreza e a cor da pele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pobreza. É isso, pobreza.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, é simples para nós.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estamos tratando de vestibular e concurso público.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É um racismo estrutural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Mas já tem para pobre. Já tem para pobre...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso é um resgate histórico. Vai estudar história, é história.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai... encara a realidade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É história, história...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Racismo ambiental?! Pelo amor de Deus!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu atuei na realidade como delegado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Racismo ambiental, agora... cota porque é preto?! Pelo amor de Deus!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu fui utilizado pelo Estado por 27 anos para agir de forma contundente contra pobres e pretos. Essa é a realidade, realidade que o senhor não quer ver, porque é cômodo para o senhor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas eu não sou hipócrita.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não sou hipócrita.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu só faço esse apelo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Só lembrando que já existe cota para pobres.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O acesso à universidade, o Enem contempla isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem um botão aqui que bloqueia a fala do Senador.

Só um minuto aqui.

Se os Senadores interromperem a manifestação de outro Senador que está na tribuna, que está aguardando a lista de inscrição pelo prazo regimental de dez minutos em que cada Senador tem o direito de falar conforme o Regimento do Senado, vai ser muito constrangedor cortar o microfone do Senador e tentar organizar uma coisa que já está organizada do ponto de vista regimental.

Queria pedir a atenção de V. Exas. para que a gente possa... Aquele que discorda, ter os dez minutos para discordar. Aquele que concorda, ter os dez minutos para concordar. E a gente vai votar, vai ser tudo por voto aqui. Todo mundo vai ter o direito de votar "sim" ou "não", se abster, enfim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quantos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – São 34 inscritos ainda. É só para testar o coração das pessoas.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós voltamos ao debate desse tema. E veja V. Exa. que o tema, num debate até para o encaminhamento de entendimento, se mostra complexo.

Eu sou contra a criação das cotas em concurso público porque eu entendo que, na esteira do que já defenderam outros aqui, se estivéssemos a debater as cotas sociais, levando-se em consideração a condição do cidadão, independentemente da cor da pele, teria o meu voto a favor, teria a minha defesa.

Mas não é a cor da pele que define quem pode mais do ponto de vista intelectual ou menos, quem sabe mais ou menos. A prova do concurso público não seleciona em razão da cor da pele. O preceito constitucional do art. 37, quando vai estabelecer os fundamentos da administração pública, coloca como uma dessas diretrizes a eficiência na administração. E aí, busca-se a eficiência relativizando o processo de seleção daqueles que servirão ao interesse público. Eu penso que esse não é o melhor caminho.

Esse projeto, embora esse tema já tenha sido levado às barras do Judiciário e por lá sido declarado constitucional, mas a mim não me convence porque se mostra inconstitucional à luz do art. 5º da Constituição. Então, que mude o art. 5º da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, obviamente que tem os contornos derivados dessa afirmação, mas eu não tenho o direito de estratificar a sociedade. Aí agora com uma emenda que foi colocada aqui agora há pouco e o Relator aceitou, por sugestão do Senador Alessandro Vieira, você criou um nó na cabeça das bancas da heteroidentificação.

E vou dizer para V. Exa., eu sou contra, continuo contra, por uma questão de compreensão de que esse não é o melhor caminho, mas V. Exa. trouxe aqui uma emenda que vai colocar... Ou vai desautorizar totalmente o Legislativo Federal porque é isso que estão fazendo hoje. E eu estou aqui com uma dezena de matérias dizendo isso, porque hoje quem diz quem é preto ou quem é pardo não é a autodeclaração, não é o perfil familiar, não; é uma banca chamada de heteroidentificação, é um tribunal racial.

Agora, no art. 2º, o Senador Alessandro faz uma sugestão. E não estou a criticar a sugestão que V. Exa. fez. Estou a dizer que a sugestão que V. Exa. fez vai criar um imbróglio no Brasil inteiro, porque quem está dizendo quem é preto e quem é pardo são essas bancas, e aí, nas bancas, são reprovados, recorrem ao Judiciário, e, em alguns casos, os TRFs têm determinado a inclusão desses que são rejeitados nos tribunais raciais. Que país é esse em que um tribunal tem que dizer quem é preto ou quem é pardo? Eu estava mostrando agora há pouco aqui que você não tem uma legislação com critérios objetivos.

Aí, Senador Amin, no caso dos indígenas, traçando um paralelo aqui, Senador Flávio Bolsonaro, quem é índio no Brasil? Você tem duas classificações: indígenas aldeados e indígenas não aldeados. Mas quem é índio no Brasil? Aqueles que se autodeclaram índios. Daqui a pouco, terão que criar também um tribunal, Senador Eduardo Braga, para determinar se aquele que disse ser índio é ou não é índio, como tem o tribunal para determinar se é negro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o cafuzo também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois é!

Então, isso significa estratificação da sociedade. Esse é o modelo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Apenas para contribuir e serenar o coração do Senador Marcos Rogério: durante o processo de tramitação, essa questão grave que V. Exa. aponta veio à baila. Eu apresentei uma emenda bastante extensa, tratando especificamente desse tema, que foi integralmente acolhida pelo Relator – e sugiro a V. Exa. a leitura. Está no art. 3º –, justamente para deixar claro que nós não podemos ter uma Comissão arbitrária, aleatória. Nós estabelecemos a necessidade de padronização nacional, participação de especialistas com formação relacionada às relações étnicas e raciais, compreensão da política, adoção de critérios mistos de avaliação que observem o contexto sociocultural e regional, porque justamente – e eu conversava aqui com a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colega Eliziane – é fundamental que a banca de avaliação tenha conhecimento da natureza, da forma como se deu a miscigenação naquela região, como é o caso da Região Amazônica, por exemplo.

Então, V. Exa. traz uma preocupação absolutamente legítima, mas que foi tratada no relatório, para que a gente evite esse tipo de problema que, de fato, sucede.

Nós temos aqui, no Distrito Federal, um caso emblemático de gêmeos univitelinos, em que um foi aceito, o outro não, e o que foi aceito na banca da universidade foi rejeitado numa banca de concurso depois. Isso tem que acabar, e acho que nós endereçamos isso muito bem no projeto que votamos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Devolvo a palavra e vou restabelecer o tempo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, e agradeço ao Senador Alessandro Vieira, porque esse é o cerne do debate.

Uma questão é a questão de fundo, de compreensão do que cada um entende ser o melhor modelo. Aqui é uma escolha política: há aqueles que defendem o modelo de cotas sociais – é o meu caso e é o caso de alguns – e há aqueles que defendem um modelo de cota baseado no critério racial, se negro, se pardo. Eu entendo que esse não é o melhor caminho.

Agora, houve uma distorção e há uma distorção histórica justamente neste ponto: os tribunais raciais, a banca de heteroidentificação.

A legislação, por mais que avance nesse ponto, penso, Senador Oriovisto, que, lá na ponta – e o caminho que se está adotando aqui é de aprovação da norma, especialmente a par das emendas que foram apresentadas aqui –, será a verificação do resultado final, porque não adianta o Parlamento legislar, e alguém, lá na outra ponta, se achar acima do Parlamento. A lei é uma mera peça figurativa, porque eles resolvem decidir de que maneira darão aplicação à norma.

Então, eu reitero a minha posição. Ela é de que o modelo que nós temos hoje já contempla as cotas nas universidades. Ainda lá há distorções, mas se justificam, porque você permite ali, garante ali um acesso à educação de qualidade para pessoas que, talvez, de outra forma, não conseguissem. Agora, uma vez feito o nivelamento intelectual na prova do concurso público, eu não entendo serem o melhor caminho as cotas raciais.

Por isso, mantenho a minha posição, sustentando, suscitando essa preocupação de que hoje não é a lei que rege; são esses grupos, essas bancas de heteroidentificação, os tribunais raciais. Tomara que, com essa mudança, respeitem a norma, respeitem as pessoas, respeitem a autoidentificação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer aqui uma reflexão junto com os demais colegas Senadores.

Nós temos desrespeitado a Constituição, que trata todos os brasileiros – todos são iguais perante a lei –, fazendo tribunais raciais, fazendo cotas para alguns tipos de pessoas, e, como o Senador Flávio Bolsonaro acabou de mencionar, num evento de enchente, gente passando fome debaixo d'água morrendo, querem que se privilegiem pessoas de cor A ou cor B, ou de religião A ou religião B. Ou seja, terreiros tratam de questões de religiões africanas.

Então, os evangélicos lá não têm problema, podem passar fome, morrer de sede, morrer sem o hospital, porque o pessoal do terreiro tem mais importância do que as demais religiões, os católicos, evangélicos, espíritas.

Então, é uma loucura tão grande, e não existem mais brancos pobres neste país. Não existem. Eles têm os mesmos acessos que pessoas ricas? Não!

Existem pessoas brancas pobres no Brasil que não têm boa educação, existem pessoas negras que não têm boa educação, existem pardos, indígenas, quilombolas... Então, nós precisamos fazer uma reflexão de que algumas raças neste país têm privilégios sobre as demais, e é o que nós estamos fazendo aqui. Ou seja: todos são iguais perante a lei? Não, senhor. O que nós estamos fazendo aqui é discriminando e tirando oportunidades de pessoas de outras cores.

Então, Sr. Presidente, eu só gostaria de propor a quebra de partes da Constituição Federal que tratam todos como iguais perante a lei, porque, de fato e de verdade, nós estamos aqui fazendo, mais uma vez, um tribunal racial e dando superpoderes a pessoas que... Pior: não é só dizer que a pessoa é branca, negra ou parda, porque isso é autodeclaratório.

Então, nós estamos desrespeitando a Constituição Federal e nós estamos ignorando que existem milhares de brasileiros, milhões de brasileiros brancos, pobres, que não têm boa educação no Brasil e estamos fazendo aqui classes com privilégios que desrespeitam frontalmente a Constituição Federal, Sr.Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer... Deixe-me só...

Nós estamos há algum tempo discutindo esse assunto e isso é natural, uma matéria que tem Senadores que apoiam e Senadores que não apoiam, ou na sua totalidade ou em parte. Só que, regimentalmente, nós temos solicitações que foram ressalvadas de algumas emendas apresentadas por partidos políticos que têm, do ponto de vista regimental, a obrigatoriedade... Como se trata de uma matéria terminativa nesta Comissão... Nós temos uma, duas, três, quatro, cinco, seis... Nós temos seis emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacadas e a gente vai precisar votar uma a uma individualmente, por conta da questão regimental e por conta de se tratar de uma matéria terminativa.

Minha pergunta... Foi feito um acordo apenas em relação a uma emenda apresentada pelo Senador Fabiano Contarato e pelo Senador Alessandro Vieira, que é a Emenda nº 20-S, que foi construída por vários Senadores. Se há construção desta emenda que foi acolhida pelo Relator, a gente pode retirar as outras emendas destacadas?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Tudo bem. Só era essa pergunta que eu queria fazer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente, só uma consulta meio boba. Eu, como único cidadão do PSDB, não posso apresentar nenhum destaque. O Senador Amin se demonstrou com boa vontade, mas só a Líder que pode assinar esse pedido de destaque da minha emenda? Porque a emenda que tem aqui resolve tudo. A nossa emenda, com a qual nós estamos substituindo o art. 2º, resolve tudo, não precisa de mais nada.

Eu gostaria de pedir...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Sim, na questão de cor.

Eu queria... O Senador Amin...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Senador Plínio, não dá para atender a V. Exa., porque essas emendas destacadas são por força do Regimento em relação aos partidos e aos blocos.

Nós vamos votar seis emendas destacadas pelos partidos políticos. Elas já estão todas numeradas, e são essas que nós vamos votar uma a uma.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O PSDB, regimentalmente, não tem direito...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Só um esclarecimento, Presidente. Um esclarecimento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – ... de apresentar emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Quer dizer então que vão ser mantidos os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vão.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não foi feito o acordo?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não...

Presidente, só para clarear a minha situação.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O problema é que...

A gente pode fazer duas votações aqui. Uma sugestão da Secretaria. Peço atenção aqui.

São seis. Uma emenda, a 20, apresentada agora por vários Senadores, foi consensual, e eu acho que ela tem... A sua votação será mais tranquila. As outras cinco, todas elas, o Relator rejeitou – as emendas. A gente pode votar as cinco em globo, para fazer uma votação... Não. Vamos votar todas individualmente, uma a uma.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Então vamos votar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda tem o Senador Rogerio Marinho inscrito.

Senador Paim, V. Exa.... Vai acabar a inscrição aqui.

Na hora da emenda, pode ser?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então tá.

O Senador Carlos Portinho está inscrito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Essa discussão do acesso é muito importante. Sabemos que, historicamente, existem pessoas que têm maior dificuldade, mas eu quero aqui ressaltar o que eu defendo.

Eu defendo a dignidade da pessoa humana, seja ela qual for. Pessoa humana é fruto da obra de Deus, que não nos fez iguais, mas a nossa Constituição, como disse o Senador Jorge Seif, nos iguala em direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e deveres. E eu falo isso, porque muitos não sabem, Senador Flávio, mas a minha bisavó era indígena – indígena boliviana.

Então, essa discussão de etnia eu acho que vai, Senador Contarato, pelo lado errado, porque todos nós somos frutos da miscigenação. A discussão, na minha opinião, tinha que ser socioeconômica.

Cada vez que nós nos dividimos mais, nós dividimos o país.

Eu respeito, Senador Paim, todas as pessoas como obras de Deus, como pessoas dignas e por quem nós devemos ter o respeito, seja em razão da sua cor, da sua classe, das suas opções sexuais, porque eu respeito a dignidade da pessoa humana.

Eu vou manter o destaque, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Paulo Paim.

Eu vou acabar a lista de inscrição e vamos começar a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu queria falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, eu queria votar com brevidade.

Se dependesse de mim, eu abriria mão da minha fala e nós votaríamos, porque eu tinha entendido, Presidente, aqui, que havia um acordo, inclusive com o Senador Plínio Valério. E esse acordo ia contemplar essa visão daqueles que não querem que o cidadão seja chamado de negro; preferem só preto e pardo.

Eu sou preto, eu me considero negro. Humberto Costa me consultou, perguntou o que eu achava. Eu disse: "Para mim, se me chamar de negro, de preto, tanto faz". Então, se o acordo, por uma questão semântica, é "preto", que fique preto – preto e pardo.

O Plínio Valério, nosso colega, amigo, Senador, durante todo o debate das cotas na universidade, isso é que ele pedia para mim durante todo o tempo: "Paim, tira a palavra negro e está fechado o acordo".

Naquele momento, não houve acordo. Muitos setores foram consultados, e aqui, numa grandeza – eu tinha até citado aqui –, principalmente da redação do Alessandro, do Eduardo Braga e da Eliziane, se construiu uma redação de entendimento. Eu estava aqui tranquilo, eu nem queria falar mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, quando falamos em preconceito e racismo, nós temos que olhar para a história, olhar para o passado e para o presente. Nós vamos aqui... Alguém tem consciência em dizer para mim – duvido que tenha um que diga – que não tem racismo neste país? Claro que tem, vocês sabem que tem. Desde mais de 500 anos, o racismo existe. E, se existe, isso que nós estamos fazendo aqui é políticas afirmativas, é tentar dizer que os negros, que sempre ficaram afastados, discriminados, até hoje...

Vão olhar nos estados os que estão mais morrendo, inclusive no meu Estado do Rio Grande do Sul. É branco, é negro, é índio, mas aonde a água chega primeiro? Nas favelas, nas palafitas, na beira dos rios. Isso é verdade.

Onde estão os negros no Rio de Janeiro? Vai ver se não estão lá nas favelas. A maioria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os pobres, pobres negros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pobres e negros, ampla maioria, estão onde? Estão nas favelas. Esse é o debate que nós estamos fazendo aqui de políticas afirmativas. Eu ouvi todos vocês silenciosamente, bem quietinho.

Agora estou dizendo só que neste país já foi dito que a pobreza tem cor: é preta. A maioria dos pobres deste país são pretos. O Brasil todo está me ouvindo. Eu sei da responsabilidade do que eu estou falando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não queria chegar a esse nível de debate.

Presidente, eu vou concluir já e vou fazer um apelo a todos os meus queridos colegas, amigos Senadores, mesmo àqueles que pensam diferente: nós temos que votar essa matéria e não temos mais tempo. E eu só vou terminar com três frases, Presidente. Um dia um homem disse: "Uma boa cabeça e um bom coração formam sempre uma combinação formidável". Quem disse? Nelson Mandela. Respeitado por todos, por negros, por brancos, o homem que acabou com o *apartheid* no seu país, e o *apartheid* que existia lá infelizmente existe em outras partes do mundo. Eu vou em frente. Essa frase do grande líder Nelson Mandela expressa o meu sentimento de gratidão a todos os senhores e senhoras que estão aqui fazendo esforço – eu sei que todos estão fazendo esforço, mesmo aqueles que pensam diferente, para que a gente vote a matéria hoje, para que ela vá para a Câmara, então, e a gente consiga ainda, antes do mês de junho, que ela seja, então, promulgada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu quero apenas, neste final, agradecer a todos. Eu estou convicto de que o Senado da República do meu país – onde eu tenho orgulho de estar; é meu último mandato aqui – não vai negar uma ação afirmativa como essa, que já votamos, por ampla maioria, pouco tempo atrás. Eu quero dizer a todos – a todos, mesmo aos que pensam diferente – gratidão, porque nós vamos votar hoje as políticas que vão garantir as cotas como uma forma de compensação a séculos, séculos e séculos de sofrimento do povo negro.

Muito obrigado a todos, gratidão a todos.

Vamos votar com certeza a matéria!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Paim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer novamente, vou consultar os autores das emendas destacadas para ver se há o interesse em retirá-las.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu gostaria de manter.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de ter aqui mais uma vez a votação sobre cota social.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Manter.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Emenda nº 18-S, Senador Plínio Valério, e Emenda 19-S, todas as duas são emendas de autoria de V. Exa.

Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – A que eu considero mais importante... Paim e Humberto, eu não estou aqui querendo regredir na conversa. As emendas outras não tem nada a ver com aquele nosso assunto, Paim. A minha é bem simples, é só substituir onde se diz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"considera-se negro" por "considera-se", aí vem, "parda, pardo, mestiça, mestiço"... Só isso que eu quero. Essas outras aí são de cota social e me parece que essa emenda que o Alessandro está apresentando contempla. Eu não quero ser radical – eu não quero ser radical –, mas, se a minha emenda, Humberto, fosse aprovada, acabava pelo menos essa questão.

É que a gente fala muito aqui, Paim, em justiça, justiça, justiça, igualdade. (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*), quando você quer diferença, não é igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Hoje o negócio está firme aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Está. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vocês não querem igualdade, vocês querem diferença.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pede para retirar esse trecho da fala do Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Vocês querem diferença, isso não é igualdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Plínio, V. Exa. tira?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, eu me reservo o direito de dizer no final.

Então, veja bem, aqui estão pregando diferença. Isso não é igualdade. Então, em nome da justiça, quer se cometer uma injustiça tremenda que é exterminar uma raça, exterminar uma raça.

Das duas emendas, Presidente, eu posso retirar uma, aquela que fala da Comissão...Eu queria permanecer só com a primeira, essa que... Eu não sei qual é a emenda, qual o número que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – São 18-S e 19-S.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É aquela que tem dois incisos: a pessoa negra é aquela e a pessoa mestiça é aquela. Tem dois incisos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, retirava a outra, ficava só com essa aqui. A outra é mais complicada, eu entendo que é mais complicada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, fica retirada uma emenda destacada, a 18-S. É isso? Mantém a 18-S e retira a 19-S.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Para fins do disposto nesta lei, considera-se: pessoa negra aquela pá-pá-pá; pessoa mestiça aquela pá-pá-pá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Retira a 19-S e mantém a 18-S. É isso?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Isso, que é mais complicada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Só pela ordem, Sr. Presidente, para que a Mesa avalie se não foi prejudicada a emenda, porque foi atendido o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É por isso que eu perguntei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E aí seria uma avaliação de mérito da Mesa, porque a gente votar uma emenda prejudicada, só para preservar uma narrativa, não faz sentido nenhum.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Então, Humberto, me garanta o direito de a gente conversar, acompanhar essa substituição de negro, eu retiro a emenda. A gente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Alessandro.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Garanta esse direito de estar acompanhando de perto para a gente vir isso, está bom, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Perfeito. Vai tirar as duas?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – A minha questão não tem nada a ver com as outras questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai tirar as duas?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É. Eu me sinto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu quero abrir alguma coisa, eu quero avançar em alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas avançou. Ele aceitou a emenda proposta pela maioria dos Senadores.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu peço ao Paim e ao Humberto que me permitam a gente estar acompanhando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está retirando...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Porque foi atendida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... porque foi atendida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Ficam retiradas a 18-S e a 19-S.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Cumpriu a sua finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza.

Peço a atenção dos meus pares.

Eu acho que esse debate... todos aqueles que se posicionaram o fizeram de acordo com as suas convicções. Nós estamos diante aqui de um tema que é extremamente controverso por um lado e praticamente pacificado por outro. E explico esse aparente paradoxo da minha afirmação.

Quando se decodificou o genoma humano, a tese pretensamente científica e biológica de que existiam raças foi por terra, porque menos de 0,04% dos genes humanos diz respeito à cor de pele. Todos somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seres humanos – todos. Todos temos a mesma identidade biológica. Essa tese racial e étnica está sendo utilizada hoje de uma forma reversa, porque ela foi esgrimida, cientificamente inclusive, no final do século XVIII e princípio do século XIX, e resultou no século XX nessa tragédia que todos conhecemos como nazismo, como uma justificativa para dizer que a raça branca era uma raça superior às demais raças da humanidade. E essa tese não era brincadeira, meus amigos. Compulsem a história, como eu ouvi aqui alguns falarem, leiam a respeito, porque a escravidão é uma chaga da humanidade desde o princípio. Aliás, os hebreus – está na Bíblia – estavam prisioneiros no Egito. Aliás, todos os povos do Oriente que foram precursores no nosso processo civilizatório escravizaram os povos que eles venceram, independentemente de cor de pele. Os *vikings*, por exemplo, que são muito famosos nas séries da Netflix, sobreviveram pelo comércio de escravos na Irlanda, escravos brancos dos olhos verdes. Os turcos andavam pelo Mediterrâneo, os turcos otomanos, escravizando as populações mediterrânicas ali da Itália, da Grécia. O principal exército dos janízaros era composto de cristãos escravizados.

O fenômeno da escravização dos negros, a partir do século XV, com a chegada no Novo Mundo, é um episódio recente e execrável na humanidade, e todos nós concordamos com que o racismo tem que ser combatido, mas a raça é uma construção cultural – cultural –, não tem nada de científico, porque muita gente aqui defende muito a ciência. Os grandes heróis antiescravistas Frederick Douglass, Martin Luther King, Mandela e o próprio Gandhi, que, apesar de não ser negro, foi um símbolo da resistência contra o colonialismo, todos advogavam igualdade – igualdade –, não advogavam especificidade ou diferenciar as pessoas pela cor da pele. Isso começa justamente a partir dos anos 50, dos anos 60, de uma tese que se estabeleceu, de cima para baixo, do colonialismo – vejam vocês da esquerda! – americano, da Fundação Ford, e agora do Soros, dessa turma que quer inverter e dividir a população em compartimentos.

Eu quero que reflitam sobre um dado aqui, que aliás é fruto, inclusive, da emenda do Senador Flávio Bolsonaro. Dos 30% mais pobres, que ganham até R$706 por mês, dos 30% mais pobres da nossa população de 200 milhões, 20%, ou seja, 11 milhões de brasileiros, são brancos. E, dos 30% mais ricos, que ganham mais de R$1.745 por mês, 20% são negros. Por esse dado é evidente que não é a raça que vai permitir que nós possamos enfrentar esse *gap* social que existe entre os mais pobres e os mais ricos do nosso país – reconheço que nós vivemos num país desigual. Pelo contrário, nós vamos perpetuar uma política que, na verdade, define o nosso país como um fracasso na questão educacional, porque nós estamos tornando essa política permanente. Ela vai ser avaliada, mas é uma política permanente, e antes era uma política provisória que seria avaliada para ter continuidade. Nós invertemos esse conceito.

Nós estamos vendo aqui, e nós estamos falando de concurso público, como a educação brasileira está sendo fragilizada. Nós temos que fazer um pacto contra a mediocridade na educação brasileira. Está aqui o *Correio* do estado do nosso Jaques Wagner, o *Correio* da Bahia, se eu não estou enganado, que fala que estudantes negros e de classe populares dos cursos mais concorridos da Universidade Federal da Bahia pensam em se adaptar a um novo perfil hoje. De mil e tantos alunos, metade é de cotista. Como muitos precisam trabalhar para se manter, a faculdade optou por reduzir a carga horária em 1.590 horas. Esta foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solução dada: diminuir a carga horária dos estudantes que vão ser médicos. A UFRJ vai mudar o currículo do cálculo para tentar evitar a evasão de cotistas – vai-se diminuir a complexidade do cálculo lá na UFRJ.

Vejam, nós estamos diante de uma situação em que há uma necessidade de reconhecermos que precisamos melhorar a educação brasileira, dar igualdade de oportunidades a pobres de todas as cores e matizes. Essas pessoas precisam ser ajudadas para melhorar a proficiência, para ter oportunidade na sociedade. Então, nós estamos aqui numa discussão...

Com todo o respeito, é evidente que existe racismo. E me dirijo ao Senador Paulo Paim. É evidente que existe racismo, é evidente que é execrável, é evidente que as leis precisam ser cumpridas, é evidente que todos nós somos contra o racismo, mas dividir o Brasil entre brancos e pobres, entre negros e brancos, entre pardos de todas as cores... E me desculpem, senhores, mas nós estamos entrando numa armadilha, e a sociedade no futuro vai nos cobrar a fatura. Nós estamos impedindo que pessoas pobres, que têm uma cor da pele diferente do que preconiza o *stablishment*, o *modus operandi*, sejam relegadas a uma situação de inferioridade. E isso infelizmente é uma realidade.

Eu estou falando aqui entendendo que nós vamos ser derrotados, vocês vão ter a maioria dos votos, mas o pior pecado é a omissão, é ficar calado, é dizer que está certo, é fazer de conta que está tudo normal. Não está! Este Brasil precisa começar a discutir seus reais problemas de uma educação falida que foi cooptada por uma ideologia equivocada, que nos coloca nos últimos lugares de proficiência em relação a qualquer país do mundo, e nós estamos muito satisfeitos com essa situação, buscando paliativos e nos escondendo debaixo do tapete!

Essa é a minha fala, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Relator pediu para fazer a última manifestação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiramente, em relação à emenda que foi apresentada pelo Senador Flávio Bolsonaro, a Emenda nº 16-S, eu gostaria que V. Exa. pudesse analisá-la do ponto de vista regimental, porque nós, inclusive, desconhecemos a emenda pelo fato de que ela termina se transformando num novo substitutivo, na medida em que ela muda o conceito que permeia o projeto o tempo inteiro, que é o da definição das cotas raciais, e substitui pela concepção, que é justa, que é correta e que termina acontecendo por conta das próprias diferenças sociais que atingem mais fortemente as populações negras... Então, ela não deveria ser votada, porque ela representa um novo substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ela não será votada, Senador Humberto. V. Exa. nem a acatou. Ela é um novo substitutivo....

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto, pronto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos votar 15.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Certo, pronto, perfeito. Então, essa era uma primeira colocação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A 16-S não será votada? Por quê, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Regimento veda apresentação de um novo substitutivo. V. Exa. não apresentou uma emenda...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só um adendo aqui. O Regimento veda o substitutivo ao texto integral. Nós não estamos mudando o texto integral, estamos mudando o critério.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O texto está integral; aqui a emenda.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É uma interpretação de V. Exa. Tudo bem, eu vou respeitar, mas não é o texto integral. Eu sempre fico preocupado com os precedentes. A gente não pode fazer uma emenda a nada porque isso pode se encaixar em qualquer emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Eu queria pedir aos demais colegas e às demais colegas a sua aprovação para esse texto, para o texto integral. Que nós pudéssemos rejeitar essas emendas, até pelo fato de que a construção desse projeto foi um exemplo de negociação, de entendimento, de busca de consenso, embora alguns, logo depois que fazem o consenso, já apresentem uma outra coisa diferente. Sobre algumas coisas que foram ditas aqui, Presidente, eu acho que são... eu diria que ou as pessoas não leram ou elas querem passar uma versão do que está escrito.

O Senador Alessandro Vieira apresentou uma emenda, que trata exatamente dessa comissão que faz a avaliação daquilo que é declarado por cada um dos pretendentes a fazerem parte dessa cota, que é extremamente ampla, é extremamente séria. Ela leva em consideração que as pessoas que vão participar disso... Isso não é tribunal, isso não é tribunal. Isso, na verdade, é uma comissão que vai verificar se aquilo que foi declarado é verdadeiro ou não. E ali existe a previsão de que sejam pessoas que tenham conhecimento sobre isso, que vão levar em consideração, inclusive, o componente social também e que vão poder dar um crivo para que a lei seja cumprida na sua absoluta essência. Então, não cabe esse tipo de colocação e nenhum tipo de destaque que elimine essa formulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa, só para concluir, muito importante, é que muitas coisas que foram ditas aqui... Veja, é verdade, a composição genética que permite a diferenciação entre uma pessoa branca, uma pessoa negra, uma pessoa indígena é muito pouca do ponto de vista do que isso representa de uma pessoa para outra. Mas isso, exatamente pelas questões relativas à questão social, à questão econômica, e o fato de que essas pessoas socialmente, as pessoas negras em particular, estão sendo discriminadas por essa condição, é que torna exatamente, mais do que nunca, necessário. O papel do Estado é exatamente fazer com que as diferenças, as desigualdades, possam ser tratadas, e tratadas as pessoas de uma maneira desigual. Então, nós estamos fazendo essa lei para reconhecer exatamente que existe essa diferença. Apesar de a diferença da composição genética ser mínima, há a diferença social, do acesso à educação, do acesso à saúde, do acesso ao saneamento básico, da condição de poder se expressar, do acesso à cultura, do acesso à saúde, tudo isso – tudo isso.

Então, o que nós estamos fazendo aqui é exatamente estabelecer um reconhecimento a isso.

E outra coisa: nós, que somos Governo... Tudo bem, acho que a educação no Brasil tem, realmente, ainda muito o que avançar, mas é inegável também que nós tivemos avanços importantes nos últimos anos, e aconteceram pelas políticas que foram implementadas por este Governo. Quantas pessoas pobres, negras, quantas mulheres tiveram acesso a uma universidade, tiveram acesso a fazer um doutorado, a fazer um mestrado? Quantos jovens agora vão poder concluir o ensino médio – coisa que não podiam – por conta de implementação do programa, que é o Pé-de-Meia? Quantas universidades públicas e escolas técnicas públicas foram criadas no Brasil, ao longo desse período?

Então, está se fazendo; não é só discurso. Comparemos com os quatro anos do Governo anterior. O que é que houve de avanço em termos educacionais? Então, obviamente, isso não é aplicável.

Por último, vejam: o que nós queremos é que, daqui a dez anos, quando essa lei for reavaliada, ela possa ter produzido os efeitos que façam com que a composição do serviço público represente a composição da sociedade. Vamos trabalhar para isso e, lá, naquele momento, se Deus quiser, nós vamos ter essa composição retratada. Então, nós vamos dizer: "Esta lei aqui, não há mais necessidade de ela existir, porque, realmente, há uma possibilidade de as pessoas terem acesso às mesmas oportunidades". O que essa proposta está fazendo é tentar exatamente criar as condições para que todos possam ter as mesmas oportunidades.

Então, por isso, eu queria pedir a todos os Senadores e Senadoras que nós possamos rejeitar essas emendas destacadas, aprovar esse substitutivo, e possamos mandar, o mais rapidamente possível, para a Câmara, para que lá essa discussão volte a ser feita.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos votar o substitutivo apresentado por V. Exa. Em seguida, vamos votar as emendas destacadas, inclusive a Emenda 20, que tem um acordo de votação, que foi acatado por V. Exa. já no texto.

Nós vamos iniciar pelo substitutivo.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o Relator, vota "sim".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Quem vota contra o Relator, vota "não"?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Quem vota "sim", vota "não"? Quem vota "não", vota "sim"?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o Relator, com o substitutivo apresentado pelo Senador Humberto Costa, vota "sim".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Presidente, só um pedido, para um esclarecimento.

Na verdade, o substitutivo não foi votado no primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É turno suplementar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No segundo turno não seriam somente as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É um mando regimental. Eu tenho que colocar para votar o relatório novamente.

Algum partido quer orientar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu quero orientar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Eliziane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para orientar a bancada.) – Aproveito, aliás, porque, do meu tempo, acabei não utilizando muito, são dez minutos...

Mas eu quero, Presidente, apenas dizer o seguinte: quando a gente ouve algumas colocações aqui, eu, pessoalmente, fico até estarrecida e fico até me questionando se de fato são verdade algumas falas que são feitas aqui. Mas, ao mesmo tempo, há um ponto em comum: as falas que são contra, por exemplo, a questão das cotas vêm de homens brancos. E aí nos falta, claramente, uma coisa muito importante na vida humana, que é a empatia, não é? É sentir a necessidade de quem está lá na ponta, porque na presença, no volume, no eixo maior da população pobre está exatamente a população negra, a população preta, a população parda.

Eu, na verdade, sou exatamente isso. Eu estou hoje aqui, no Senado, pela graça de Deus, acima de tudo, pela sorte que Deus me deu; mas por muita dedicação, porque no curso normal da vida eu jamais estaria aqui, Paim. Eu sou filha de pais lavradores, eu sou parda, eu sou mulher e eu fui eleita Senadora da República e, ainda, Deputada Estadual aos 28 anos de idade. Então, eu não tive acesso às cotas, mas eu sei a dificuldade que eu enfrentei para chegar até aqui.

Ou seja, quem fala isso não sabe a dificuldade que é, o embate que é o dia a dia; a luta de não ter acesso a um livro, a uma caneta, a um lápis. Eu dividia o livro da escola, Paim, com a minha irmã, porque a minha mãe só teve condição de comprar uma apostila para a gente poder estudar e ter acesso à universidade, e eu dividia com ela esse mesmo encadernamento, para poder ter acesso à universidade. Nunca fui a uma universidade particular, nem a escola particular, na minha vida.

Então, esse é um cenário meu que é de milhares de brasileiros. O que nós estamos discutindo aqui, gente, há séculos, 300 anos antes de Cristo, Aristóteles falava: trate os iguais como iguais e os desiguais como desiguais, na medida da sua desigualdade. É isso que nós, enquanto pessoa pública, temos que fazer pelo país.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – A cota é necessária para um tempo, e ao colega que disse que tem que travar: está travada! Porque daqui a dez anos nós vamos rediscutir, e – oxalá! – vamos torcer para que não mais seja necessário cota no Brasil, porque a cota é necessária para um tempo da história brasileira.

Você entra hoje nas universidades, você vê um quadro do corpo discente – os alunos das universidades – mais amplo: nós temos mais mulheres, nós temos mais negros; frutos de quê? Nós temos mais pobres; frutos de quê? Frutos de cotas!

E quando se fala que teria que ter, um dia, cota para pobre, hoje nós temos: nós temos o Enem, que está aí; nós temos o acesso a concurso público dando gratuidade para o pobre. É por isso... E às vezes você diz: "Meu Deus do céu, não consegue pagar?". É verdade: às vezes você não consegue ter dinheiro para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagar uma matrícula ou um concurso, para poder ter acesso... Ou melhor, o acesso, para poder ter a realização do concurso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Esse é o cenário do Brasil: é um Brasil amplo, é um país continental, onde nós temos, no Sul do Brasil – é verdade –, uma população mais aquinhoada, com melhor acesso ao recurso público; e lá no meu Nordeste não tem! Então, se a cota não serve para algumas pessoas, serve para outras. E pode ter certeza: serve para milhares de brasileiros que precisam ter acesso à cota, Presidente Davi, para poder, às vezes, até chegar aqui, neste Parlamento brasileiro; para poder chegar à universidade; para poder ter acesso ao concurso público.

A gente precisa ter direito de sonhar, Presidente. E para a gente ter direito de sonhar, o poder público precisa fazer a sua parte. A cota faz parte dessa responsabilidade de fazer a sua parte.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio Bolsonaro.

Senadora Eliziane Gama, pode votar, por gentileza.

Com a palavra o Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – Orientando, obviamente, o voto "não", quero só fazer algumas considerações importantes para restabelecer a verdade, porque a nossa defesa aqui é por todas as pessoas pobres, independentemente da cor da pele, inclusive as pessoas pobres do Maranhão, as pessoas pobres do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, do Amazonas, de todos os estados, do Amapá e inclusive do Rio Grande do Sul, que acordou com essa notícia de uma Ministra do Governo Lula pedindo prioridade para aqueles que foram atingidos... para as pessoas que são negras ou índios ou de terreiros, na hora de distribuir o alimento.

Esse é o ponto a que a gente vai chegar! E eu não vou, Presidente, não vou, não adianta, não vão querer calar a minha opinião, e eu tenho a convicção aqui de que estou fazendo a coisa certa, defendendo todos os pobres, independentemente da cor da pele, porque querem toda hora sugerir que nós temos algum tipo de preconceito, que nós somos racistas. Isso é mentira! Nunca fui, nunca serei, e quem falar que sou vai tomar processo e vai perder porque não vai ter como provar. Mas essa é uma narrativa que o tempo inteiro tentam fazer para nos deixar tímidos em defender aquilo que a gente acha que é o certo, inclusive, para as pessoas negras pobres.

E eu vou apresentar um projeto de lei, Presidente – não sei se vai ser PEC, ou o que vai ser –, porque a universidade pública é para pobre, quem tem dinheiro paga a universidade. E aí a gente vai ter universidade pública de verdade quando for aprovada essa proposta. Aí a gente vai ter um reflexo dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa universidade pública para as pessoas pobres. Aí vai ter muito mais do que 30% de negro, muito mais do que essa cota que a gente está votando aqui hoje para pobre.

Você vai no estacionamento da UFRJ hoje, da universidade estadual de um monte de estados, universidades públicas, e está cheio de carro importado, alunos usando Rolex, tomando vaga de quem não tem condição de pagar, como fala aqui o Senador Rogerio Marinho, pessoas precisando de bolsa, os cotistas precisando de algum auxílio, porque não conseguem se manter somente estudando nas universidades, porque precisam trabalhar para levar o sustento para sua casa.

Então, o ciclo é incompleto, é uma tensão incompleta. E eu quero ver quem vai votar contra essa minha proposta legislativa aqui, Presidente David, de universidade pública para pobre, inclusive, pagando bolsa em determinada faixa de renda para que a pessoa não se evada da universidade.

Aí a gente vai estar fazendo justiça e sem perder de vista que o problema está no ensino básico público, porque, desde 2003, já falei isso aqui – concluindo, Presidente –, o Estado do Rio foi o primeiro a implantar a Lei de Cotas em universidades. Em 2003, se discutiu que ela seria provisória, por um prazo de cinco anos. Chegou 2008, o que aconteceu? Foi prorrogado por mais dez anos, e sem relatório, ninguém sabe qual é o desempenho das pessoas que são cotistas, que se formaram, como elas foram para o mercado de trabalho, como foram recebidas, se conseguiram um espaço no mercado de trabalho. Aí, chegou em 2008 e a lei foi prorrogada por mais dez anos. Então, em 2018, discutiu-se de novo a Lei de Cotas em universidades. E qual foi o encaminhamento? Foi prorrogar indefinidamente por mais 20 anos, por mais 20, por mais 20, como está sendo feito agora. E quem está lá na ponta da linha, o pobre, que não consegue ter educação de qualidade, continua tendo dificuldade no vestibular, em passar num concurso público.

Então, essa é a defesa que eu faço aqui veemente, e não adianta vir querer rotular– quem está falando isso – com o discursinho fácil de hipocrisia, não. Eu não vou aceitar de jeito nenhum, e desafio aqui. Fica insinuando, inclusive, tentando caluniar quem defende cota e quem é contra a cota nos moldes em que está sendo proposta aqui.

Defendo cota provisória social e vou apresentar esse projeto de lei. Eu quero ver como é que vão se comportar os Senadores aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Posso encerrar a votação?

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 17 Senadores; NÃO, 8 Senadores. (*Palmas.*)

Está aprovado o substitutivo em turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço atenção aos Senadores porque nós temos algumas emendas destacadas.

Votação da Emenda nº 14-S, de autoria do Senador Sergio Fernando Moro, que recebeu parecer contrário.

Vou conceder a palavra ao autor do destaque para que ele possa se manifestar. Em seguida, vamos iniciar a votação. Todas são nominais.

Com a palavra o Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Rapidamente para sustentar, Sr. Presidente.

O projeto aumenta de 20% para 30% as cotas e foi aprovado e aqui a gente entende as razões de todos. É um tema que suscita paixões.

O que o texto da lei também prevê é que o candidato a essas cotas reservadas, se ele alcançar a nota necessária, ele ocupa uma vaga da concorrência geral. Com isso, a meu ver, há uma certa distorção do propósito do projeto porque os 30% visam garantir a diversidade no concurso público e garantir um espaço a essa minoria, tanto para motivos de preservação da diversidade como igualmente para reparar erros históricos do passado e ajudar a superar essas discriminações.

Ocorre que, quando aquele que concorre na cota passa e ocupa uma vaga na concorrência geral, na prática, está se aumentando o espaço reservado às minorias ou maiorias – na verdade aqui discriminadas – , e acaba, na prática, restringindo o espaço reservado aos demais. Com o quê? Com o tempo, e nós temos aqui uma política que passa a ser permanente, nós poderemos ter 50%, 60% sendo ocupado pelas pessoas em decorrência aqui desses critérios estabelecidos de cor de pele e limitando cada vez mais o espaço no âmbito ali para os grupos não pertencentes ou não contemplados por essa cota.

Então, a emenda apresentada diz apenas que quem concorre para vaga de cota, se passar com a nota na concorrência geral, abate uma vaga reservada ali àquelas cotas, para que se possa deixar as vagas não reservadas às cotas no âmbito da concorrência geral sem que haja uma distorção; ou seja, garante-se o 30% para os grupos para os quais as cotas se reservam sem permitir uma ampliação artificial dessas restrições aos grupos não contemplados pelas cotas. É basicamente esse o propósito da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só para fazer um registro: o Relator deu parecer contrário a esta emenda. O Senador Sergio Moro destacou a emenda, e nós vamos votá-la individualmente agora. Portanto, quem vota com o Relator da matéria vota "não" à emenda destacada, e quem vota com o Senador Sergio Moro vota "sim".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Todo mundo votando "sim" aí. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o Senador Moro, que destacou a emenda, vota "sim"; quem vota com o Relator vota "não".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não é não... Estou orientando aqui, porque eu não posso votar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Peço o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Você tem que fazer uma concessão, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Hã?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Vote na minha pelo menos, que é a próxima. (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, só para fazer um comentário enquanto os colegas votam...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me falar novamente, porque tem Senador...

O Relator, Senador Humberto Costa, rejeitou esta emenda. Quem destacou esta emenda foi o Senador Sergio Moro, e nós estamos votando só a emenda destacada. Quem votar pela emenda destacada do Senador Sergio Moro vota "sim"; quem votar com o Relator, Humberto Costa, vota "não".

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer aqui, no caso de alguém ter alguma dúvida, 30% das cotas ficam preservadas. O que apenas queremos evitar aqui é que artificialmente haja uma ampliação e vai cada vez limitando o espaço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, tem que deduzir do valor total o número de cotas já utilizadas. Essa é uma conta de chegar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não tem sentido. Só teria sentido se a gente tivesse que colocar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essa é uma conta aritmética. Por isso, eu voto "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, só teria sentido aqui essa proposta se a gente levasse em consideração o percentual, de fato, de pessoas pretas e pardas. Então, nós teríamos que ter uma cota de 56%.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Aí contempla, aí é justo, mas, nessa perspectiva, não tem o menor sentido, entendeu? Se for ampliar para 56% – vamos lá –, eu também voto favoravelmente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Para deixar claro, ampliar direito de alguns...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ligue o microfone.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... leva à restrição do direito de outros. Então, vamos deixar uma situação bastante clara. Daqui a pouco...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Na verdade, quebra o objetivo da proposição.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não quebra, porque ficam garantidos os 30%.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O objetivo é exatamente garantir que haja um mínimo de 30%.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Haverá, no mínimo, 30% garantidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Assegura, no mínimo, 30%. Isso é uma questão de aritmética.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – No mínimo, 30%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essa é uma questão sobre a qual...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Permita-me só uma contribuição aritmética.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o Oriovisto pode dar uma aulinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sem dúvida nenhuma, mas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se entrou pela cota...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... perfez, mas nada impede que ultrapasse.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Na verdade, ao revés, o que se propõe acaba sendo um teto, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, porque...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, de forma nenhuma um teto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, de forma nenhuma um teto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É só me passar 50%...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Vocês estão discutindo na hora da votação?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É... Não, na verdade...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Se passar a 60%...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Moro, na verdade, é o seguinte: nós estamos em processo de votação e, por uma questão... Os Senadores estão pedindo a palavra, e eu acho que pode falar – nós estamos no Parlamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma questão de entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e uma questão aritmética. Isso não é teto, isso é piso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Dizer que é teto é mentir. A proposta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É mentir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é piso, isso não é teto. Isso é piso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – É muito simples de se compreender aqui, Senador Davi Alcolumbre. A política de cotas tem, como espírito, uma compensação, ela é afirmativa. O que ela faz? Ela garante que aquele candidato que atingiu o mínimo necessário de aprovação, mas não entrou entre os principais selecionados, seja ocupante de uma vaga. Quando eu retiro desse público essa oportunidade, eu estou impondo um teto para esse público. Eu estou colocando na mesma concorrência pessoas que não estão na mesma condição. Esse conceito de igualdade que foi falado tanto aqui, ele é tão antigo.

Enfim, acho que a votação já está quase adiantando.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não é teto, não é? Isso aí – desculpe-me, Senador Alessandro – é um falseamento da proposta. Aí não dá para concordar com esse tipo de afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Angelo Coronel, Senador Mecias, Senador Marcelo Castro, Senador Izalci, Senadora Professora Dorinha, Senador Eduardo Braga. Cadê o Jorge Seif? Senador Seif, V. Exa. pode?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Posso votar? Não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah não, o senhor votou já.

Nós estamos com o quórum de 22 Senadores que votaram na emenda destacada. (*Pausa.*)

Senador Wagner, Senador Humberto, Senador Paim, posso encerrar a votação? V. Exas. desejam que amplie o quórum? Porque senão daqui a pouco vão dizer que eu encerrei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um pouquinho mais, Sr. Presidente. Aos Senadores que estão nos seus gabinetes, que possam votar remotamente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação em um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Em um minuto, Presidente, é só bom lembrar, uma amiga me lembra aqui que o Senado, inclusive, já...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... sofreu até processo por restringir essa reserva a apenas 20%, não é? E aí vem o debate se é teto ou se é piso, por isso o Alessandro está absolutamente correto quando fala do teto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram NÃO 12 Senadores. Votaram SIM 11 Senadores.

Fica rejeitada a emenda destacada.

Próxima emenda destacada.

Em votação a Emenda nº 15-S, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, que recebeu parecer contrário do Relator.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa é sobre a cota social que a gente está conversando. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É a 15-S. Parágrafo 2º?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Eu estava achando que era a 16-S.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, Presidente, tudo já foi discutido aqui. Está o placar bem encaminhado. Eu peço o voto "sim" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A emenda estacada é a supressão do art. 2º. É isso?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Já foi inclusive contemplada na discussão com o Senador Plínio Valério...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. quer retirar?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Retiro, retiro, Presidente. Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica retirada a emenda destacada. (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Dá licença. Não está sendo retirada, ela foi atendida.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ela está prejudicada, na verdade, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Ela foi retirada porque foi atendida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela foi atendida. Atendida.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em parte, em parte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, na parte mais importante. Quem vota e reparte, e não fica com a melhor parte...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos iniciar a votação, então – peço atenção –, da Emenda – destacada – nº 17-S, de autoria do Senador Rogerio Marinho, que também recebeu parecer contrário do Relator.

Concedo a palavra ao autor do destaque.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para encaminhar.) – O Relator deu parecer contrário? Não é possível. Mas tudo bem. Diante desse fato, vamos lá.

Nós estamos propondo duas mudanças aqui no projeto. Primeiro, que as vagas voltem a 20%, porque não há nenhuma explicação, após os 10 anos, desse aumento para 30%, a não ser a autodeclaração que subiu no senso de 2020, que foi terminado agora, justamente pela população que está querendo de qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma ser privilegiada por essa política exclusivista do Governo. Então, até talvez brincando um pouco, mas vou falar sério, as pessoas se autodeclaram pardas e têm que passar por um tribunal. Então, talvez, fosse melhor até haver um teste de genética, para saber qual é a ascendência das pessoas aqui, e a gente realmente dividir as pessoas pela cor da raça e compartimentar.

E, por fim, o art. 12.

Aí eu chamo a atenção dos senhores: o projeto original dizia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que o Poder Executivo federal promoverá a revisão do programa de ação afirmativa de que trata essa lei no prazo de dez anos, contados da entrada em vigor – é o projeto original. Foi alterado para "essa lei terá vigência pelo prazo de dez anos". Então, ela passa a ser uma política definitiva. E não se fala aqui dessa questão dessa revisão, que, aliás, não foi feita.

Nós não tivemos aqui nenhuma avaliação de política pública. Então, novamente, nós vamos ampliar uma política pública sem avaliá-la de forma adequada e, principalmente, produzindo uma *apartheid* às inversas aqui no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Relator com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Primeiro, é importante dizer que, quando a discussão foi feita e se chegou, tanto na Comissão de Direitos Humanos quanto aqui no substitutivo que nós elaboramos, à ideia dos 30%, foi porque, fazendo-se a avaliação em termos de composição do funcionalismo público no nosso país, chegou-se à conclusão de que ainda estamos longe de ter uma representatividade social, racial, proporcional à realidade racial que existe na sociedade brasileira no serviço público. Então, se faz necessário, exatamente para que nós possamos avançar mais rapidamente no alcance dessa composição que leve em consideração a composição racial da sociedade brasileira, ampliar para 30%.

Segundo, é importante lembrar que nós incluímos, nesses 30%, os quilombolas e os indígenas. Então, a ampliação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, os pardos, na minha visão, já estavam.

Então, esse aumento para os 30% se explica também por essa razão.

A outra questão... Nós definimos – está escrito no projeto – que as revisões serão feitas dentro de dez anos. Está escrito aqui: "Art. 12 O Poder Executivo federal promoverá a revisão do programa de ação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afirmativa de que trata esta lei no prazo de 10 (dez) anos, contados da data de sua entrada em vigor". Então, está contemplada essa avaliação dentro de dez anos, e eu espero que, nessa avaliação dos próximos dez anos, a gente chegue à conclusão de que é desnecessária a sua continuidade e ela possa ser revogada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Peço a atenção dos Senadores, porque nós vamos iniciar a votação da emenda destacada pelo Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Quem for favorável ao texto do Senador Paim, que eu estou restabelecendo, por favor, vota como?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, espera lá. Deixe-me falar aqui.

O Relator, Senador Humberto Costa, deu parecer contrário à emenda. Quem votar com o Relator Humberto Costa vota "não"; quem votar com o Senador Rogério Marinho vota "sim" à emenda destacada.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Ou seja, restabelecendo o texto de Paim, vota "sim".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – O meu texto é o do substituto que a Comissão de Direitos Humanos aprovou por unanimidade.

É bom lembrar que, atendendo aqui aos senhores, o Senador Humberto Costa atendeu a diversas emendas, inclusive uma hoje. Só não houve acordo nessas últimas, que, eu tenho certeza, nós saberemos não acatar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Plínio, quem vota com a emenda destacada do Rogerio Marinho vota "sim". Quem vota com o Relator, o Senador Humberto Costa, vota "não".

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presidente, pelo PDT, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pelo PDT.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para orientar a bancada.) – Presidente, e é importante, enquanto os senhores estão votando, aqui para corroborar com o nosso Relator... Esse estudo feito aqui pelo observatório da equipe pessoal do MGI, nós temos que considerar que, além de agora estar ampliado – negros e pardos –, ampliou, nesse estudo eles são muito claros quando dizem que, se você considera apenas 20% para pretos e pardos, somente em 2060 essa representatividade poderia chegar a 48%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Se nós considerarmos esses 30%, Presidente, já incluindo os pardos, tirando os pardos, esses 30% previsto para 2047, esse número alcançaria os 50% do total dos servidores pretos e pardos na administração pública federal como um todo.

Então, Presidente, essa reserva de 30% das vagas permite que se alcance a paridade 13 anos antes do que aconteceria com os 20%. E nós não estamos falando aqui de qualquer prazo, nós estamos falando de 2047. Não sei nem se, daqui para lá, a maioria de nós estaremos aqui. Então, também...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não faça isso. Acaba com essa conversa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não, eu torço para estar – vivos, não é? –, mas tenho certeza que nós iremos dar uma contribuição grande para as próximas gerações que estão vindo. Então, vamos votar com o Relator: "não".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – "Não". O Paim vota "não". Esse é o substitutivo que nós aprovamos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só quero concordar com o seguinte: ao alargar para 30%, nós também discutimos aqui o ingresso explícito de quem não estava explicitado nos 20% originais, e eu acho que este projeto foi salvo pela redução dos 25 para 10 anos. O que salvou esse projeto foi isso. Não pela Comissão de Justiça do Senado, mas pela sua tramitação no Congresso, porque 25 anos é sinecura. É muito tempo. A avaliação tinha que ser até em prazo menor. Deveria ser anual, para acompanhar a evolução, mas reduzindo para 10 como balanço, fazer um balanço – "Escuta, isso está adiantando? Não está resolvendo?" –, eu acho que ele ficou equilibrado.

Por isso, o 30 tem que fazer parte dele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Eduardo Braga, Senador Izalci Lucas, Senador Marcelo Castro, Senador Cid Gomes, Senador Alan Rick, Senador Esperidião Amin, Senador Mecias de Jesus, Senador Hamilton Mourão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quem vota no Paim vota "não"?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – No Paim 1 ou no Paim 2?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Eu voto no Paim original.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, votou certo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, enquanto o senhor não apura, eu só quero contar um pequeno episódio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Aqui nessa roda não tem nenhum filho de imigrante. Eu sou primeira geração. Nem meu pai nem minha mãe nasceram no Brasil. Então, de discriminação eu entendo um pouquinho, e não tenho nenhuma mágoa. Mas, nessa questão cor, eu devo ao meu pai um presente: quando ele me entregou para minha primeira professora.

Eu tive a sorte de ser alfabetizado pela D. Leonor de Barros, irmã da Antonieta de Barros, a primeira mulher negra que teve um mandato político no Brasil. Então, eu sou vacinado por isso, desde os 7 anos de idade, quando eu me abracei nas pernas da D. Nonô e confiei nela.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A votação foi empatada e precisa que esta Presidência decida com o voto de desempate.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sai de cima do muro, Davi!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou votar com o Relator Humberto Costa. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Muito bem, Davi!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O que apareceu aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Mas não saiu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas vai sair agora.

NÃO, 13, com o voto de desempate da Presidência; SIM, 12.

Foi rejeitada a emenda destacada.

Em votação a Emenda nº 20-S, de autoria do Senador Alessandro Vieira, que recebeu parecer favorável.

Neste caso, o Relator deu parecer favorável à emenda destacada.

Portanto, quem vota com o Relator, Senador Humberto Costa, vota "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A 20-S, a 20, que foi o acordo.

Está iniciada a votação.

Quem vota "sim" vota com o Relator.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Oriovisto Guimarães, Senador Plínio Valério, Senador Carlos Portinho, Senador Marcos Rogério, Senador Jaques Wagner, Senador Jorge Seif, Senador Esperidião Amin, Senador Mecias de Jesus, Senador Hamilton Mourão...

Senador Angelo Coronel, Senador Eduardo Braga, Senadora Professora Dorinha... (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Os que não estão, V. Exa. vai retirar da pauta? (*Pausa.*)

Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Styvenson é *ad hoc* de qual proposta, Presidente? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Do item 2.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ah, ótimo então. Ou seja, o item 2 não estará na pauta porque não veio o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos fazer em seguida o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e cargos em comissão no quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região. O Relator da matéria é o Presidente Renan Calheiros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o item 9.

Eu vou... Eu posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 22; NÃO, 1.

Está aprovada a emenda destacada. (*Palmas.*)

Aprovado o substitutivo, em turno suplementar, e a Emenda nº 20-S-CCJ. Fica prejudicada a Emenda nº 16-S e rejeitadas as demais emendas.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Queria atenção.

Deixe-me pedir a atenção aqui dos Senadores – a atenção dos Senadores.

Nós vamos iniciar a deliberação do item 9, Projeto de Lei nº 194.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Concedo a palavra ao Presidente Renan Calheiros, para proferir o relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Presidente, é só uma informação para que fique claro para mim, porque tenho uma outra reunião: o item 2, então, saiu da pauta? O item 2 não entrará hoje na sessão da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O item 2, o Relator da matéria está de licença médica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, fui designado Relator de um simples projeto de interesse da Justiça do Trabalho do Estado de Alagoas. Desde já agradeço muito.

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2015, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que tem como objetivo criar cargos efetivos e em comissão no âmbito Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com sede em Maceió, Estado de Alagoas.

O art. 1º, Sr. Presidente, enuncia a criação de cargos efetivos e comissionados: doze cargos efetivos de analista judiciário e dois cargos em comissão, sendo um CJ-3 e o outro CJ-2.

O art. 2º estabelece que os recursos financeiros decorrentes da execução da lei que se pretende aprovar nesta oportunidade correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao TRT da 19ª Região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, Sr. Presidente, sustenta-se a escassez de servidores capacitados para a área de tecnologia da informação e comunicação que possam dar o necessário suporte técnico à implantação do Processo Judicial Eletrônico.

Não foram oferecidas emendas.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e do mérito da proposição.

O projeto não apresenta óbice com relação à sua constitucionalidade.

Verifica-se igualmente a observância do inciso IV do art. 119...

Não há óbices à tramitação e à aprovação do projeto no tocante à juridicidade e à regimentalidade.

Com relação ao mérito, nós entendemos que a proposição é oportuna e conveniente, devendo ser aprovada, Sr. Presidente.

Esse é, em linhas gerais, o rápido parecer.

Mais uma vez, agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Renan Calheiros.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Renan.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3141, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Cria o Programa Cartão Reconstruir e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Foram retiradas pelo autor, Senador Weverton, as Emendas nº 1-T e 2-T;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O autor do projeto de lei é S. Exa. o grande Senador, literalmente grande, do Estado do Acre Sérgio Petecão.

O Relator da matéria é o Coordenador-Geral da frente de resistência, o Senador Weverton.

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Weverton, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sr. Presidente, Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o autor do projeto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado pelo "grande". É verdade: 1,96m. Sou um dos maiores daqui do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não só por isso, mas pela capacidade técnica e intelectual de V. Exa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fui bem? Fui tranquilo? (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Olha, Presidente, é pressão psicológica aqui em cima de mim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não vale. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Mas, Presidente, é apenas para falar um pouquinho sobre esse projeto. Na verdade, o meu estado, o Estado Acre, que não é diferente do Estado do Amazonas, nós estamos acompanhando esse episódio lá do nosso irmão, o Rio Grande do Sul, que passa por esse momento de muita dificuldade. Quando nós discutimos esse projeto, lá no nosso gabinete, com a nossa assessoria, com a assessoria do Senado, era exatamente para que nós pudéssemos enfrentar situações como a que estamos passando agora no Rio Grande do Sul. O Cartão Reconstruir não vai para as prefeituras, ele vai direto para o cidadão. É um instrumento com o qual o Governo Federal vai poder aportar o recurso lá no cartão. E o que nós vamos ganhar com isso? A celeridade. Hoje nós estamos aqui, e eu vejo que esta Casa, não só esta aqui, mas que o próprio Governo Federal tem dificuldade em alocar recursos para o Rio Grande do Sul para que a gente possa dar a celeridade que o momento merece, porque nós temos irmãos sofrendo.

Eu confesso que o fiz pensando lá no meu estado, pensando na Amazônia, porque esse problema, Eduardo Braga sabe disso, todos os anos, nós nos deparamos com situações como essa que está acontecendo no Rio Grande.

Então, primeiro, mais uma vez, quero prestar a minha solidariedade aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul e pedir o apoio. O Senador Weverton, quando estudou o projeto, de pronto se prontificou para relatar, e, com certeza, o nosso projeto está nas mãos de um grande Relator, e nós vamos aprovar, se Deus quiser, hoje, nesta Comissão.

Obrigado, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Weverton.

Parabéns!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu vou direto para a análise do projeto.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, a CCJ deve examinar as matérias que lhe são submetidas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

O inciso II do mesmo dispositivo regimental estabelece que este Colegiado deve emitir parecer quanto ao mérito das matérias de competência da União, ressalvadas as atribuições das demais Comissões.

O exame das disposições do projeto e das emendas a ele oferecidas indica total conformidade com os preceitos e regras contidos na Constituição Federal, e tem o objetivo primordial de oferecer auxílio a famílias diretamente afetadas por desastres, na forma de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção. Trata-se, portanto, de projeto perfeitamente alinhado com o art. 1º, inciso III, da Carta Magna, que reconhece como princípio fundamental da República a promoção da dignidade da pessoa humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui só ressaltar que, quando esse projeto foi apresentado, não tínhamos ainda essa quadra do Rio Grande do Sul. Tínhamos ali aquelas ocorrências no Acre, no Maranhão, em vários outros estados, lá no Amazonas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – No Amapá.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – E no Amapá, mas agora vem totalmente ao encontro do que nós vamos ter que fazer, que é essa operação de guerra da reconstrução de um estado importante, que é o Estado do Rio Grande do Sul.

O projeto, além de mostrar conformidade com preceitos constitucionais em termos principiológicos, também se afigura plenamente adequado às normas da Lei Maior que orientam a elaboração de políticas públicas. Observa-se, nesse aspecto, de forma especial, o preceito contido no art. 23, inciso IX, da Constituição Federal, que confere à União, estados, Distrito Federal e municípios competência comum para promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

O Programa Cartão Reconstruir, a ser criado mediante o projeto em tela, terá âmbito nacional e será capitaneado pela União, sendo custeado primordialmente por recursos do orçamento federal, especialmente pelo Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil. Em linha com a disposição do art. 23, IX, da Constituição Federal, que atribui a todos os entes federativos competência para promoção de programas habitacionais, o programa permitirá e estimulará a participação dos estados, municípios e Distrito Federal no Programa Cartão Reconstruir, tanto na sua execução como no custeio das suas atividades, por meio de aportes de recursos financeiros, concessão de incentivos fiscais ou fornecimento de bens e serviços.

O caráter voluntário da adesão dos entes subnacionais no programa, bem como a expressa previsão de que eles seguem autorizados a instituir programas complementares, com recursos próprios, é uma medida que promoverá eficiência na alocação de recursos, bem como respeitará...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – ... a autonomia político-administrativa desses entes, consagrada no *caput* do art. 18 da Constituição.

No plano da juridicidade, a análise da proposição indica que suas disposições apresentam inteira conformidade com o ordenamento jurídico. Como reconhece o autor da proposição, o programa que se pretende instituir guarda similitude com o Programa Minha Casa Minha Vida, retomado pela Medida Provisória nº 1.162, de fevereiro de 2023, aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023. A evidente distinção nos objetivos visados pelos programas, com o direcionamento da matéria ora em exame para atender às necessidades de famílias afetadas por desastres na aquisição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

materiais de construção, constitui justificativa em favor de sua implementação, pela ampliação da cobertura de assistência às camadas mais carentes da população.

Quanto ao exame da regimentalidade, não se verificam óbices ao seguimento da tramitação do projeto e das emendas a ele apresentadas nesta Comissão.

Com respeito ao mérito, manifestamos nossa apreciação favorável à proposição. O Governo Federal deve ter uma atuação efetiva na proteção do direito à moradia garantido a todo o povo brasileiro, com especial atenção às classes menos favorecidas da sociedade e, nesse contexto, com cuidado redobrado para oferecer a assistência necessária às famílias que tenham suas casas danificadas em desastres.

A estruturação do Programa Cartão Reconstruir, em um arranjo colaborativo da União com os estados, Distrito Federal e municípios, constitui a forma mais adequada para o enfrentamento do problema, conferindo agilidade e eficiência para levar a subvenção econômica proposta até as famílias que efetivamente têm necessidade de auxílio e se encontram, muitas vezes, desabrigadas ou desalojadas.

Por fim, apresentamos apenas duas emendas que aperfeiçoam o texto, amplificando os direitos dos beneficiários e o escopo de atuação do programa. Uma emenda alterando o *caput* do art. 8º do projeto, para estender o período em que os recursos da subvenção econômica ficarão à disposição do beneficiário, fixando em 12 meses o prazo mínimo e remetendo ao regulamento a fixação do prazo máximo. Por que é caso a caso. Você não vai botar prazo mínimo para o Rio Grande do Sul, por exemplo; eles vão precisar de um pouco mais de tempo para poder se reorganizarem e terem condições de arcar com as suas obrigações. E a segunda, acrescentando o inciso IV ao art. 10º da proposição, para atribuir aos entes federativos subnacionais que aderirem ao programa competência para estimular e efetivar parcerias com entidades que promovam a melhoria da qualidade das construções e que ofereçam assistência técnica gratuita à população.

Então, diante do exposto, Presidente, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.141, de 2023, com as seguintes emendas.

Aí eu boto lá a modificação do art. 8º do PL 3.141, de 2023, que aí você coloca, no art. 8º: "Os recursos de subvenção econômica ficarão disponíveis [...] pelo prazo mínimo de até 12 meses e máximo a ser definido pelo regulamento, contados da disponibilização do benefício para efetivo uso".

E aí nós colocamos lá, acrescentando o inciso IV ao art. 10º: "Estimular e efetivar parcerias com entidades que promovam a melhoria da qualidade das construções e que ofereçam assistência técnica [...] à população".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, eu parabenizo a iniciativa do nobre Senador Petecão, que tem tido essa atuação aqui não só a favor do Estado do Acre, mas também de todo o povo brasileiro, e vem num momento muito importante para ajudar na reconstrução do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Weverton.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Líder Otto Alencar para discutir a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa.

Quero parabenizar o Senador Sérgio Petecão pela iniciativa de apresentar esse projeto, creio, de um alcance social muito grande. Nós estamos vivendo agora talvez a maior tragédia ambiental da história do Brasil no Estado do Rio Grande do Sul. Portanto, pode até, aprovando-se aqui no Plenário, em regime de urgência, e indo para a Câmara, já servir para o atendimento agora, até porque o projeto... Ele nominou o Projeto Reconstruir, mas é o projeto CPF, que vai diretamente para as famílias na aquisição de bens para a reconstrução das moradias destruídas.

Senador Petecão, parabéns a V. Exa.! V. Exa. demonstrou a sua sensibilidade social com o Brasil agora, mostrando essa possibilidade de ser mais rápida a transferência de recursos para as famílias. Então, é reconstruir CPF.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Senador Otto, o ideal... O ideal, Presidente, seria que nunca precisássemos desse cartão. Agora, no dia em que precisarmos, nós temos que ter uma ferramenta, um instrumento, para que possa dar celeridade àquelas pessoas que precisam.

Era isso.

Obrigado, Otto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria, na mesma linha, parabenizar o Senador Petecão pelo projeto, pela iniciativa; parabenizar o nosso Relator, Weverton, pela contribuição que aprimora o projeto; e dizer que esse projeto foi apresentado muito antes do episódio lamentável que está acontecendo com o Estado do Rio Grande do Sul, uma catástrofe ambiental sem proporções ainda no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinceramente, nós da Amazônia, que estamos acostumados a viver com o problema das enchentes e vemos o sofrimento do nosso povo... E foi exatamente isso que inspirou o Senador Petecão a apresentar este projeto, que vem agora, em boa hora, para socorrer milhares de pessoas no Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, eu quero dizer da importância de nós votarmos isso hoje e pedir, Sr. Presidente – e aí queria pedir a V. Exa. –, regime de urgência para o presente projeto. Aprovado, porque acho que será aprovado por unanimidade, aqui na nossa Comissão, eu queria pedir a V. Exa. regime de urgência para que ele possa ir a Plenário, para que nós possamos votar, se possível ainda hoje, no Plenário do Senado, essa matéria, porque creio que ela é uma importante ferramenta num momento em que estamos com milhares de brasileiros gaúchos vivendo um verdadeiro pandemônio, uma verdadeira tragédia de desconstrução de seus lares, desconstrução do Estado do Rio Grande do Sul e, sem dúvida, um instrumento como esse pode agilizar, pode acelerar a chegada de recursos para as vítimas poderem recomeçar a sua vida, reconstruindo, recuperando os seus imóveis.

Portanto, fica aqui o meu pedido de regime de urgência para esse projeto podermos levar ao Plenário do Senado, se possível, ainda hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Eduardo Braga, pelo Regimento, infelizmente, nós não podemos determinar urgência nesta matéria porque ela é terminativa na CAE.

A gente vai votar aqui... Eu sugiro ao Senador Petecão que fale com o Presidente Vanderlan que ele pode incluir uma reunião extraordinária da CAE, porque é um projeto de muita relevância. Então, ele pode fazer uma extraordinária da CAE com um único item.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente, inclusive, eu fiz um contato com o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, coloquei a exata dimensão da importância de nós aprovarmos o projeto aqui, e essa articulação política, junto com a CAE, a sua assessoria acabou de me informar que é possível, sim.

Então, eu penso que esse momento é um momento em que nós temos que dar maior celeridade para que possamos ajudar. Hoje, são os nossos irmãos do Rio Grande do Sul, amanhã, com certeza, poderão ser os irmãos amazonenses, os irmãos acrianos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Dr. Ednaldo, nosso Secretário da Comissão, está sugerindo para que V. Exa. e o Senador Vanderlan possam falar com o Presidente Rodrigo pela magnitude desse projeto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... para que ele possa, lá na Mesa, procurar um projeto que não seja não terminativo, ele apensa a nossa votação da CCJ e tira da CAE, mas tem que ser lá na Mesa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu só não estou entendendo... Desculpe, eu jamais teria ousadia de discordar da eminente assessoria forte do Sr. Ednaldo, mas se ele é terminativo na CAE não é mais fácil a gente pedir para o Presidente Vanderlan incluir logo na pauta da CAE para a próxima...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A CAE é hoje ou amanhã?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É terminativo lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me falar.

Weverton, os Senadores estão aí. É só o Senador Petecão falar com o Senador Vanderlan. Ele marca uma reunião extraordinária da CAE com um item agora, termina e manda para a Câmara hoje.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – E se ele não conseguir fazer hoje, pede para o Presidente esse plano B, fazer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Faz hoje. Se você falar com ele faz agora, às 16h, 15h, sei lá! Um item.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores...

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria primeiro destacar a iniciativa do Senador Petecão e, embora... Surgiu-me uma preocupação formal em relação a esse projeto, eu até questionava o Presidente Davi justamente da possibilidade de a gente votar em Plenário essa matéria pela relevância dela. E o mérito da matéria, de iniciativa de V. Exa., se deu , obviamente, em razão de uma contingência da sua cidade, mas que hoje é um problema do Brasil inteiro, especialmente nesse momento, em que estamos aí todos a testemunhar o que está acontecendo lá no Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me surgiu aqui de dúvida, e aí eu estou questionando especificamente o Relator, é com relação ao fato de estar se criando um programa que determina a subvenção econômica, ou seja, a destinação de recurso público para uma finalidade específica, que é alimentar esse cartão reforma ou reconstrução de moradia e tal. E aí, como que V. Exa. consegue administrar aqui a questão da iniciativa? Porque ele não é um projeto autorizativo. Ele tem pontos com caráter autorizativo, mas na parte principal ele não fica.

Como é que nós estamos superando isso? É esse o ponto que eu estou... Eu sou absolutamente a favor do projeto. Eu só estou tentando antecipar uma situação que a gente depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eduardo, com a sua experiência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Marcos, eu também tive a mesma preocupação, mas o projeto vincula ao fundo de reconstrução da Defesa Civil.

Portanto, a questão é obrigatoriamente em estado de calamidade pública para a reconstrução de imóveis que estejam dentro da área da calamidade pública estabelecida e com recursos específicos do fundo da Defesa Civil que socorre no momento da calamidade pública.

Portanto, eu creio que, como nós não estamos adicionando um novo programa, o que nós estamos fazendo não é criar um novo programa. O que nós estamos fazendo é criar um mecanismo que agiliza a aplicação de forma absolutamente transparente porque será no CPF da vítima da calamidade, que terá que ter sido reconhecida pelo município, pelo estado e pela União.

Portanto, nós teremos três instâncias de crivo para que possa se estabelecer esse benefício dentro de um fundo que já é orçamentário. Nós não estamos criando uma nova despesa. Nós estamos apenas criando um mecanismo mais ágil, mais transparente, que beneficie a vítima da calamidade.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Perfeito, Senador Eduardo, mas para completar, nós temos, Senador Rogério, várias ferramentas que são previstas quando você tem estado de calamidade.

Então, não só o recurso da Defesa Civil, mas aqui numa operação de guerra você destina um recurso, quebra o teto, define um recurso para aquele fim específico. Aí você manda o recurso para o município. Para chegar lá na ponta, no atingido, o município tem que cadastrar aqui na Defesa Civil, no Ministério do Desenvolvimento Regional. Aí eles vão lá reconhecer, depois eles vão mandar para o município para o município fazer a tal da licitação dele ou dispensa por conta da calamidade, para depois comprar o colchão, para depois comprar cesta básica, para não sei o quê, para não sei o quê, para não sei o quê. Acabou e não chegou a ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você cria mais um instrumento direto porque esse cidadão lá, o afetado, e aí não é o do Bolsa Família, são todos porque você não está tratando aqui de A, B, é para todos. Ele está lá com o CPF dele, mostrou que a casa dele perdeu tudo lá, o endereço dele. "Olha, eu tenho capacidade de adquirir aqui um empréstimo de R$20, de R$30", porque isso é um empréstimo, na verdade. Uma parte pode ser dada, mas outra você vai poder criar possibilidade amanhã de financiar.

Enfim, você está criando um instrumento para a pessoa poder ir à casa de material de construção e começar a refazer o seu lar, reconstruir sua vida e ter um prazo para poder custear isso. Então, eu acho que você está dando uma ferramenta, você não está inventando a roda. É mais um instrumento para enfrentar essas dificuldades que todos estão vivendo – e vivem, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Veja V. Exa., Sr. Presidente, que, às vezes, o devido processo legislativo nos impõe condições que são justamente o que a gente verifica num momento como esse de crise nacional – de crise e de calamidade. É o formalismo nos impedindo de dar uma resposta mais efetiva e mais rápida.

O Senador Eduardo Braga faz uma interpretação interessante para dar um enquadramento constitucional àquilo que nós pretendemos fazer. É um exercício – é um exercício. E eu vou me somar a essa compreensão, fazendo uma observação, porque aqui fica explícita a vontade do legislador nesse caso, compreendendo a gravidade da situação, a urgência da situação, a necessidade de uma pronta resposta.

Então, eu voto, obviamente, pela aprovação desse projeto e estou dizendo isso porque nós estamos em um momento, Senador Oriovisto, em que – veja V. Exa. – o Rio Grande do Sul está passando por uma situação trágica e, em razão de rigor formal, de rigor normativo...

Por mais que alguns digam "ah, não, isso não aconteceu", eu assisti a isto em reportagens de emissoras de TV nacional: uma carreta com alimentos que estava indo para o Rio Grande do Sul foi abordada, e alguém questionou: "Ah, não, olhe o peso! Está aqui com 500kg a mais!". Outra denúncia dava conta de que "ah, não, não tem nota dos produtos que foram doados".

Por que eu estou dizendo isso aqui? Para dizer que, em situações excepcionais, providências excepcionais, medidas excepcionais. É preciso ter essa compreensão.

Então, eu aproveitei a oportunidade para suscitar essa questão de fundo constitucional formal, mas, ao mesmo tempo, para dizer que nós estamos vivendo isto hoje, sabe? Pessoas e empresas estão ajudando; o particular, fazendo doações, com ajuda ali no dia a dia... E, às vezes, em razão de uma regra que se aplica em momentos de normalidade, dificulta-se a chegada de um donativo.

Faço até uma sugestão – eu sei que o Senador Confúcio Moura, que é do meu estado, é o Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, que eu já tive a oportunidade de presidir, com muita honra, e acho que o Eduardo também já a presidiu, além de outros colegas – de talvez se expedir uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recomendação por parte da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal a nossa ANTT, para que, em razão da excepcionalidade do momento que está vivendo o Rio Grande do Sul...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O pronunciamento do Senador Marcos Rogério é extremamente oportuno, porque quem está acompanhando pelas redes sociais o dilema, a catástrofe que está acontecendo no Rio Grande do Sul está testemunhando exatamente isto: que, em algumas estradas, sejam federais, sejam estaduais, está havendo problemas, porque exigem que a nota fiscal esteja de acordo com as doações que o caminhão está levando. Ora, imaginem que uma arrecadação feita, vamos dizer, no Maranhão, é concentrada num ginásio; quando chega a 10 toneladas ou 8 toneladas, coloca-se em carretas. Onde é que vai ter nota fiscal para poder justificar que alguém doou 10kg de feijão, doou 10kg de arroz, um colchão, um cobertor, um agasalho? E aí está havendo, lamentavelmente, nas rodovias, problema para essas mercadorias que são doações, são donativos para o povo do Rio Grande do Sul, que está sofrendo uma catástrofe sem dimensão no nosso país, atrasando, dificultando exatamente por esse tipo de burocracia.

Portanto, a colocação de V. Exa. é absolutamente oportuna.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Presidente Davi... Presidente Davi...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E, de repente, a Comissão de Constituição e Justiça pode fazer um documento da Comissão de Constituição e Justiça, do Senado, ou então um ofício nosso à Mesa do Senado, para que o Senado da República, que está engajado em auxiliar a população que está vitimizada neste momento no Rio Grande do Sul, possa desburocratizar o acesso dessas doações àquele povo tão sofrido que neste momento está vivendo um verdadeiro terror no Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só para... Quando nós tomamos a decisão de pensar nesse projeto. Eu nasci e me criei no Acre. Eu morava no bairro Seis de Agosto, que alagava. Eu me mudei agora para um lugar mais no centro. Alagou também. E nessa enchente, que foi uma das maiores que já teve no Acre, eu pude me deparar com a situação. Você chega lá, a prefeitura manda para o cara um colchão. O cara não está querendo colchão, ele está querendo água mineral para ele beber. E ele, com o cartãozinho dele, ele é que sabe da prioridade dele, não é o Prefeito. Consegue me entender? Daí, eu vi muito isso.

Eu ia com o barco, levando água – porque não pode sair todo mundo das casas, se sair todo mundo, os caras roubam tudo, têm que ficar dois ou três dormindo dentro da água, trepados nos telhados –, o cara disse: "Petecão, ainda bem que você trouxe água, porque o nosso povo está lá no abrigo, mas aqui está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faltando água mineral". Água, garrafinha de água mineral para os caras beberem, porque não pode beber a água da enchente.

Então, a ideia é que o cidadão que tem um cartão, ele é que sabe da prioridade dele. Se é água, se é comida, se é colchão, ele é que vai decidir.

Essa foi a ideia, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só o Senador e dou a palavra a V. Exa.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu queria apenas concluir o meu raciocínio, agradecendo ao Senador Eduardo Braga pela contribuição que dá abordando esse assunto, que é tão sensível para todos nós. Estou fazendo isso até para a gente tentar, nesse ambiente de dor e ao mesmo tempo de conflito de ideias... Porque é óbvio que num país como o nosso e num momento político como nós estamos, você tem aqui as atuações de base governista, de oposição a governo, mas numa situação como essa do Rio Grande do Sul, é preciso que haja uma consciência coletiva de que todos nós estamos do mesmo lado, do lado daqueles que estão sofrendo, trabalhando aqui para minorar, para aliviar a dor de quem está lá sofrendo. E aí é preciso ter uma compreensão.

Por que eu trouxe esse tema aqui, Senador Eduardo? Porque eu vi denúncias sendo feitas nesse sentido – as redes sociais são dinâmicas, porque está lá na hora, está vendo, está filmando e está soltando na rede. Daqui a pouco, eu vi autoridades que – e eu não vou citar aqui nomes, para não repetir aquilo que ele fez lá –, ao invés de olhar para o problema e dar uma diretriz, a partir do posto em que está, para corrigir o problema, não! Não, vamos mandar investigar e punir quem está espalhando *fake news*, espalhando desinformação.

Óbvio que num momento como esse, quem pratica esse desserviço de espalhar desinformação ou espalhar notícia falsa, é merecedor do descrédito da sociedade. Agora, você tem fatos aqui que são fatos verídicos, fatos que estão sendo narrados por caminhoneiros, por pessoas que são voluntárias, por pessoas da Defesa Civil, aí enquadra-se quem divulgou isso como alguém que está espalhando desinformação.

Então, o momento... Aí, enquanto Senado, nós podemos fazê-lo, e a sugestão de V. Exa. é perfeita. Sabe, mesmo que simbolicamente, porque formalmente nós não temos um instrumento próprio para isso agora...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... mas que simbolicamente se encaminhe ofício, a partir de um apelo do Senado Federal, especialmente à ANTT e aos órgãos de controle, para que neste momento tratem de forma excepcional aqueles que estão indo ao Rio Grande do Sul em socorro às vítimas dessa enchente, seja para levar alimentos para quem tem fome – e que tem fome tem pressa, não dá para esperar –, seja para quem está levando agasalhos, ou seja, é o mínimo que nós podemos fazer e é obrigação nossa fazê-lo, para corrigir esse mal e essa guerra que se está estabelecendo, especialmente nas redes sociais.

É a fala e a ponderação que faço neste momento, mais uma vez cumprimentando o Senador Petecão pela iniciativa desse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Se eu tivesse uma voz dessa aqui, ficava uns 45 minutos argumentando num projeto de lei.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Janaína.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Presidente, primeiro, parabenizo o nosso colega Petecão pela iniciativa. Ele fez foi antecipar. Não imaginávamos que acontecesse esse desastre que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Então, parabéns pela sensibilidade. Mas o nosso colega, Senador Marcos Rogério, e o Eduardo... O que a gente precisa, Presidente, é estar atento. Eu visitei ontem o Ministro Múcio, na Defesa, e a quantidade de *fake news* que ele... uma pessoa séria que está sofrendo. Então, eu acho que a gente, aqui na CCJ, não sei qual o instrumento... Mas a gente poderia fazer algum trabalho, porque é desinformação.

Então, essa questão dos transportes, se for realmente verdadeiro e tudo, realmente a gente poderia fazer alguma ação... Mas infelizmente hoje você vê pessoas... 15 mil homens do Exército, da Aeronáutica, da Marinha trabalhando no Rio Grande do Sul, e ele tendo que trabalhar, o Ministério da Defesa tendo que trabalhar contra *fake news;* ou seja, as pessoas já estão lá, os voluntários, o pessoal das Forças, tanto polícia civil quanto militar, bombeiros, vários voluntários, aí você ter que lutar contra essa *fake news*.

Então, assim, acho que é um problema seríssimo, gravíssimo que a gente precisa... Nós estamos vivendo um momento muito difícil, temos que estar aqui todos juntos. Concordo com o Senador Marcos Rogério. A gente precisa estar aqui, todos juntos. É questão muito séria. Eu sei, porque o meu esposo recebe diariamente mil vídeos e, assim, é uma coisa que se a pessoa não estiver sabendo da realidade, do que está acontecendo, ela acaba acreditando naquilo e aquilo vira uma desinformação e acaba fazendo o desserviço para aquela população que está sofrida, porque aí não vai saber se doa ou se não doa, se está correto ou se não está correto. Então, gente, nós estamos vivendo um momento muito difícil do Brasil, que é lutar contra *fake news*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero aqui mais uma vez parabenizar o nosso Senador Petecão, o nosso Senador Eduardo. E que a gente possa fazer alguma coisa realmente, para que a gente possa evitar essa burocracia; porém, a gente precisa saber se aquela informação está correta, porque, repito, estive ontem com o Ministro Mucio, que é uma pessoa séria, recebe a todos, mas que está sofrendo com a questão de *fake news*, porque estão dizendo que o helicóptero X não pode pousar, que não tem homem... Então, assim, gente, é um absurdo o que nós estamos vivendo. A gente fica triste. Eu sei, porque todos os ministérios estão trabalhando 24 horas para servir esse povo que está precisando, então a gente ficar com esse desserviço... Então, queria aqui fazer um apelo – a gente sabe que está sendo transmitido – para que as pessoas não façam isso. É um desserviço que nós estamos fazendo para o povo que está sofrendo lá.

Então, parabéns mais uma vez ao nosso Senador Petecão. Parabéns aqui, Presidente, a todos pela sensibilidade nesse momento – apesar de que ele antecipou o problema, mas parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há Senadores mais inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 3, da CCJ, e nº 4, da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Esse outro item que eu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Do Projeto de Lei 1.803 V. Exa. vai fazer a...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Eu quero dizer o seguinte: vou fazer, mas, assim, eu não vou lê-lo aqui, porque é tão simples o objetivo dele, que eu quero só explicar aqui rápido, para a gente poder já iniciar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, vamos iniciar aqui, porque é tão rápido que já está passando do tempo de a gente fazer. (*Risos.*)

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1803, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer que a eleição de foro deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação e que o ajuizamento de ação em juízo aleatório constitui prática abusiva, passível de declinação de competência de ofício.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda de redação que apresenta.

Também não vou nem o ler, porque já está escrito aqui.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Ele é bem simples, Srs. Senadores e Senadoras.

Aconteceu um episódio e você vai entrar na Justiça. Estou falando aqui de forma bastante simplista, Eduardo Braga, para ficar bem fácil de a gente compreender. Então, você vai entrar na Justiça, porque aconteceu um problema lá no Amazonas. Aí o advogado, às vezes para poder ir atrás de uma custa mais barata ou para criar uma dificuldade contra quem ele está entrando, entra lá no foro de Belém, ou lá no foro do Maranhão, ou lá do Rio Grande do Sul, que nada tem a ver com o episódio em que ele está lá buscando direito dele ou de se defender. Então, você está ali dizendo que o foro do processo que você está apresentando tem que ser ou no local que aconteceu o episódio ou na residência lá do demandado ou de quem está demandando. Então, você está só reorganizando.

Por exemplo, a Justiça do DF é sobrecarregada de vários processos que nada tem a ver com nada que aconteceu aqui. Às vezes porque a custa é mais barata aqui, ou para dar trabalho lá para quem está sendo processado, aí você peticiona lá, você cria lá um processo e sai lá do seu estado e vai para um outro que nada teve a ver com aquele problema.

Então, acho que basicamente ele é isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É no local, no contato.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Sim, sim.

Não, contrato! Eu estou dizendo demanda. Por exemplo, você vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Entendeu?

Então é isso, Presidente, é uma demanda dos tribunais de Justiça. Todos que nós consultamos também apoiam. Ele é bem tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório é apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1-CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu peço urgência do projeto para que seja votado em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação a urgência proposta pelo Senador Weverton.

Os Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

ITEM 19

PROJETO DE LEI N° 2978, DE 2023

- Terminativo -

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Observações:

- Em 19/06/2023 foi apresentada a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus;

- Em 24/04/2024 a Presidência concedeu vistas do relatório ao Senador Carlos Portinho, nos termos regimentais;

- Em 02/05/2024, foi recebida a Emenda nº2, de autoria do Senador Carlos Portinho (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-T e da Emenda nº 2.

Em 07/05/2024, foi recebida a complementação de voto do Senador Marcos Rogério;

Eu vou tirar de pauta esse projeto, porque é votação nominal. Vai ser na outra reunião.

Fica retirado de pauta.

Item 21.

É nominal também? (*Pausa.*)

Essa votação é nominal. Vou fazer só a leitura do relatório. Só a leitura do relatório e aí encerro a reunião.

ITEM 21

PROJETO DE LEI N° 2830, DE 2019

- Terminativo -

Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Rogerio Marinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Votação nominal.

Como se trata de uma votação nominal, a gente vai apenas... Eu vou conceder a palavra ao Relator da matéria para ele proferir o relatório.

Concedo a palavra ao Líder Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza, vou ler o relatório. Já tem um pedido de vista da Senadora Damares Alves.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, o pedido de vista só é possível após a leitura do relatório.

Então, eu vou conceder a leitura do relatório e vou conceder a vista coletiva.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – V. Exa. está dando como vista?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, V. Exa...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sim, tudo bem, eu vou ler o relatório.

Vem a esta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 2.830, de 2019, com a ementa em epígrafe. Conforme a sua justificação, a proposição visa a equiparar, relativamente ao protesto de decisão judicial transitada em julgado, a execução definitiva dos créditos trabalhistas ao que ocorre no Código de Processo Civil.

Ao tramitar pela Comissão de Assuntos Sociais, o PL foi aprovado em 11/12/2019. Até o momento, no âmbito da presente Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre a constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade, e sobre o mérito do PL nº 2.830, de 2019, em consonância com o disposto no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Opinamos que o projeto está de acordo com o Regimento, além de ser dotado de juridicidade e boa técnica legislativa.

No mérito, parece-nos inadequado promover, abruptamente, a imediata equiparação dos créditos laborais aos civis. Assim sendo, propomos um prazo intermediário de 35 (trinta e cinco) dias para que os direitos possam ser levados a protesto.

Trazemos ainda um tema que há muitos anos carece de melhor definição na CLT, a saber o direito de oposição à contribuição assistencial cobrada pelos sindicatos. Estamos tão somente complementando, com segurança jurídica, uma matéria que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Tema 935, declarou como constitucional. Na oportunidade, permitiu-se a cobrança até mesmo de não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição. No entanto, o STF não delimitou como esse direito deve ser exercido.

Paralelamente, cabe registro recente de que o Tribunal Superior do Trabalho instaurou o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas para deliberar sobre o direito a oposição, com decisões sem uniformidade nos tribunais regionais e questionamentos sobre "obstáculos impostos" que "dificultavam e podiam até mesmo inviabilizar o exercício do direito de oposição".

De fato, existem 2.423 processos sobre o tema apenas no TST. De acordo com a imprensa, "a discussão é fruto de uma decisão do STF, de setembro do ano passado, pela qual os Ministros admitiram, por maioria dos votos, que pode haver a cobrança da contribuição assistencial, inclusive aos não filiados, desde que firmada em acordo ou convenção coletiva, assegurado ao trabalhador o direito de oposição".

Aí tem uma série de exemplos.

Trata-se, portanto, de um assunto cuja precípua normatização se dá pelo Poder Legislativo, por edição de lei ordinária. E, para tanto, balizando-nos inicialmente pela Carta Magna, vemos que o inciso V do art. 8º prevê que ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicato. Assim sendo, não existiria amparo constitucional para a exigência em lei ordinária, sob qualquer pretexto, do pagamento de contribuições por não associados aos sindicatos de categorias profissionais e econômicas. Com efeito, é indispensável que se assegure, antes de tudo, a liberdade prevista no referido dispositivo.

Nesse sentido, ao conferir normas acerca do pleno direito de oposição, teremos segurança jurídica para que o direito individual, inclusive dos membros não associados abrangidos por negociação coletiva, tenha respeitado seu desejo.

Percebemos, para o caso brasileiro, que a ausência de filiação é indício forte de que a atuação sindical não agrada àqueles que optam por não aderir às fileiras sindicais. Isso porque a atual lacuna a respeito de tal regulamentação há muito se traduz em diferentes obstruções ao pleno exercício do direito.

Nesse sentido, chegaram ao nosso conhecimento relatos de: filas extensas, prazos restritos, horários inoportunos, situações desgastantes de chuva e sol para reivindicar a retirada de cobrança, horas de espera,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

taxas abusivas, decisões por assembleias de baixíssimo quórum, redução de horário de atendimento, comparecimento presencial compulsório, insistência inconveniente e inoportuna de minoria organizada, entre outras obstruções e constrangimentos.

Trata-se, portanto, de mais de uma dezena de exemplos em que nos deparamos com formas de revestir uma "contribuição", por vias transversas e desrespeitosas, de um caráter impositivo; ou seja, muito embora não seja um imposto de jure, tem-se uma inevitável caracterização de fato de um imposto sindical.

São dois valores muito além de qualquer critério de razoabilidade. O primeiro se encontra em um patamar muito superior ao antigo Imposto Sindical, cuja compulsoriedade foi extinta pela Lei nº 13.467/2017. Já o segundo estabelece o que a reportagem denota como um absurdo e ilegal "pedágio" cobrada para o mero exercício de um direito.

Não se trata de um caso isolado.

Aí tem aqui vários exemplos que estão no relatório, mais de 20 exemplos que nós compulsamos.

E, para além dessas notícias, o Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) também aponta para muitos outros exemplos de cláusulas que restringem o direito de oposição individual.

Assim, propomos disciplinar, por intermédio de prévia e expressa autorização, o desconto das contribuições devidas aos sindicatos.

Frisa-se que o Senado Federal já promoveu audiências públicas sobre o tema.

Assim sendo, o presente relatório visa, adicionalmente, a assegurar o direito de oposição, da tese fixada pelo STF no ano passado. Portanto, insere entre as prerrogativas dos sindicatos, o direito de oposição mencionado pelo STF. No entanto, para essa tarefa, torna clara a divisão de atribuições entre empregadores e sindicatos.

O processo será simplificado e transparente. O empregado poderá comunicar por qualquer meio, como *e-mail*, mensagem instantânea (WhatsApp) ou pessoalmente, sua oposição ao pagamento.

Por fim, tendo em vista o novo sistema de conformidade gerado pelo novo texto, em que se privilegia o pleno direito de oposição e a verificação do exercício desse direito, revoga-se o parágrafo único do art. 545 da CLT, que prevê multa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Espere aí, autor do projeto!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Não, vou ficar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que prevê multa e cominações penais relativas à apropriação indébita quando não recolhidos à entidade sindical os descontos do trabalhador.

Assim sendo, entende-se que, para além da alteração quanto à execução definitiva dos créditos trabalhistas, o presente relatório passa a regulamentar o direito de oposição, previsto pelo Supremo Tribunal Federal, de forma ampla. E confere liberdade para que o trabalhador não seja obrigado a se submeter às conhecidas manobras de direcionamento de assembleias, obstruções, ameaças e constrangimentos, com respeito ao desejo individual daqueles que não compactuam com as decisões tomadas.

O voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.830, de 2019, acrescido das seguintes emendas:

> EMENDA Nº - CCJ
> (ao PL nº 2.830, de 2019)
> Dê-se à ementa do PL 2.830/2019, a seguinte redação:
> "Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, depois de transcorrido 35 (trinta e cinco) dias, e dispõe sobre o direito de oposição do empregado à cobrança da Contribuição Assistencial.

Aí vêm as emendas. Está aqui o projeto disponível.

São esses o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Feita a leitura do relatório.

Diante da ausência de quórum na Comissão, eu vou suspender a discussão da matéria e ela vai retornar na próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezoito minutos do dia nove de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Carlos Viana, Angelo Coronel, Beto Faro, Jorge Kajuru, Jorge Seif, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Janaína Farias, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PL 2234/2022, de autoria Câmara dos Deputados, REQ 6/2024 - CCJ, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), e REQ 7/2024 - CCJ, de autoria Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei n° 2234, de 2022, de iniciativa do Deputado Federal Renato Vianna, que *"Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)"*. **Participantes:** Sr. Gilberto Pereira, Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Receita Federal do Brasil – ANFIP; Sr. Guilherme Luís Dias, Especialista em fiscalização e regulação; Sr. Hermano Tavares, Professor, Médico Psiquiatra e Coordenador do Programa Ambulatório do Jogo Patológico (PRO-AMJO); Sr. Thiago Borges, Vice-presidente Institucional da Associação Brasileira dos Resorts – Resorts Brasil; Sr. Peterson Queiroz Araújo, Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais. Membro do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO; Sr. André Estêvão Ubaldino Pereira, Procurador da Justiça do Ministério Público de Minas Gerais; Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Industria de Hotéis - ABIH; Sr. Alex Pariente, Vice-Presidente da operação de Cassinos e Hotéis do Hard Rock Internacional; e Sr. Carlos Henrique Sobral, Secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimentos no Turismo. (Representante de: Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo). **Resultado:** Realizada Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/09

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 2.234, de 2022, que dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil); conforme os Requerimentos nºs 6 e 7, de 2024, da CCJ, de iniciativa dos Senadores Eduardo Girão e Carlos Viana, respectivamente.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores bem como dos convidados, por sistema de videoconferência, tanto para as exposições quanto para o debate, e será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/eCidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal, 0800 0612211.

Já agradecendo a presença das Sras. e dos Srs. Senadores que estão conectados pelo sistema remoto, bem como, de modo especial, aos convidados que participarão do debate no dia de hoje, eu quero fazer a composição da mesa. Como são muitos os participantes, os debatedores, nós vamos colocar alguns na bancada principal, outros ficarão aqui, e ainda teremos aqueles que participarão pelo sistema remoto. (*Pausa.*)

Convido para compor a mesa, representando o Ministro de Estado do Turismo, Carlos Henrique Sobral. (*Pausa.*)

Convido também à mesa Gilberto Pereira, Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. (*Pausa.*)

Convido também o Dr. André Estêvão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido à mesa também o Sr. Alex Pariente, Vice-Presidente da Operação de Cassinos e Hotéis do Hard Rock Internacional. (*Pausa.*)

Registro a presença, que também faz parte como convidado, do Sr. Gilberto Pereira, Vice-Presidente Executivo... Bom, já o mencionei, ele está aqui.

Registro o Sr. Hermano Tavares, Professor, Médico Psiquiatra e Coordenador do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico.

Já registro o Sr. Peterson Queiroz Araújo, que é Promotor do Ministério Público de Minas Gerais; e André Estêvão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais.

Registro o Sr. Doreni Caramori, Presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape); o Sr. Guilherme Luís Dias, Especialista em Fiscalização e Regulação; o Sr. Thiago Borges, Vice-Presidente Institucional da Associação Brasileira de Resorts Resorts Brasil; o Sr. Alex Pariente, Vice-Presidente da Operação de Cassinos e Hotéis do Hard Rock Internacional, que compõe a mesa; e o Sr. Manoel Cardoso Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH).

Eu queria justificar a ausência do Presidente Davi, Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça. Hoje, nós temos, concomitantemente com esta audiência pública da CCJ, também a sessão do Congresso Nacional, com pautas extremamente importantes, vetos importantes. E, na condição de Vice-Presidente, ele solicitou que eu fizesse a condução dos trabalhos aqui, ao lado dos Senadores e Senadoras que aqui estarão.

Quero registrar também a ausência do Senador Irajá. O Senador Irajá é o Relator desta matéria no âmbito desta CCJ e também comunicou a impossibilidade de estar aqui, mas estará atento aos debates que serão feitos no âmbito desta CCJ, e, certamente, serão levados em consideração os argumentos aqui por todos apresentados.

O Sr. Antônio Geraldo da Silva, Médico Psiquiatra e Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, pediu para justificar a sua ausência no âmbito desta Comissão de debates. (*Pausa.*)

Para que a gente possa ter um proveito maior no âmbito do debate, como nós temos vários debatedores, expositores, vamos estabelecer um tempo. Aqui, o tempo varia até dez minutos, e, como o tema é um tema relevante, eu vou conceder aos expositores o prazo de dez minutos. Obviamente, depois haverá perguntas, questionamentos por parte dos Senadores que queiram fazê-lo, e, então, esse tempo acaba sendo alongado, mas, para as falas iniciais, vamos estabelecer o tempo de dez minutos para a fala de cada um.

Inicialmente, eu gostaria de ouvir o Dr. Gilberto Pereira, que é o Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou procurar fazer de forma alternada – fala um que é contra a matéria, outro a favor da matéria – para a gente poder ter um equilíbrio no debate.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. GILBERTO PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Senador Marcos Rogério e ao Senador Girão também, que nos convidou, que foi responsável pela nossa presença aqui nesta audiência.

Nossa apresentação pode ser colocada na tela, por favor? (*Pausa.*)

O.k. Obrigado.

A Anfip é a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que este ano faz 74 anos. Estamos sempre à frente das lutas por uma tributação justa e solidária e também estamos presentes principalmente na defesa da seguridade social, que, ao longo dos anos, vem sendo atacada ao se dizer que ela é deficitária, enquanto na verdade não há déficit. O que há é um excesso de renúncia e isenção fiscal para vários segmentos empresariais que acaba prejudicando a seguridade, e a conta acaba caindo para ser paga pelo trabalhador do nosso país, os brasileiros, enfim.

Pode avançar a tela, por favor.

O projeto já diz: jogos de azar, ou seja, 100% de azar para quem joga. Se o sistema der alguma coisa errada, alguém vai ganhar alguma coisa, mas geralmente aquele que é o usuário sai perdendo na maioria das vezes.

Pode avançar, por favor.

É um setor que cresce no mundo inteiro. Já houve essa experiência aqui no passado em nosso país, e, graças a Deus, isso foi eliminado em 1946, se eu não me engano, mas sabemos que o jogo ilegal continua no convívio do povo brasileiro, com o jogo de bicho, as casas de jogos ilegais de baralho, com Ronda e vários nomes de jogos que tem por aí. E, com a ideia de que vai trazer algum benefício, na verdade, os malefícios são maiores que os benefícios para a sociedade.

Pode avançar.

Uma delas é a evasão fiscal, o dinheiro que entra não vai ser recolhido, com certeza. Esse é o foco de todo jogo. Como em tudo, há alguns empresários que também caem nessa. A sonegação hoje no país, como todos sabem, é um índice elevado. E esse já é um dinheiro que já é evadido, porque, como é ilegal, não é contabilizado no nosso país.

Pode avançar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos países em que já existe jogo, há este problema: estimam-se em bilhões de dólares os valores que são evadidos, que são sonegados nesse segmento. Então, a ideia de trazer algum aumento de arrecadação é ilusória, é apenas uma máscara para dizer que a ideia é boa, quando na verdade não é, não vai trazer nenhum benefício para a sociedade brasileira, nem vai aumentar a tributação, que é o que o Governo tanto quer.

Um caminho para aumentar a tributação é reaparelhar a Receita Federal, que ao longo dos anos vem sendo destruída. Em 2013, éramos 12 mil auditores fiscais, hoje somos seis mil e alguma coisa, e recentemente o Governo abriu um concurso com 260 vagas para recompor os 5 mil que já foram embora. Então, se se quer aumentar a tributação, tem que se investir na administração tributária. E não é o jogo de azar que vai resolver esse problema.

O próximo, por favor.

Isso traz impactos sérios para a sociedade em educação, saúde financeira... Sabemos que o jogo é a raiz de vários males para a família: endividamentos, problemas de vícios... Já tivemos atrás uma época do bingo em que as nossas mamães, às vezes as vizinhas, as viúvas corriam para o bingo e lá deixavam todo o dinheiro da sua pensão, trazendo um problema sério. Pais e filhos corriam atrás de vovós e mamães para tirá-las de dentro, porque o vício, a ludopatia, que é uma patologia para os viciados em jogos, acabava trazendo esse transtorno para a família.

O próximo, por favor.

Outra ferramenta boa para se usar o jogo de azar é para lavar dinheiro. Então, temos aí a ocultação, com a atividade criminosa também envolvida. Tudo isso vai aumentar. Não vai haver aquele aumento benéfico de receita. Na verdade, o que vai aumentar é a criminalidade, que hoje em nosso país já não é pouca. Não precisamos de mais um meio para se praticar ilegalidade.

Próximo, por favor.

Temos aí a aposta inflacionada; a compra de ficha – vai lá, compra a ficha com o dinheiro ilegal, depois sai o dinheiro limpo lá, porque ele vai dizer que ganhou lá no cassino aqueles milhões –; os jogos de azar *online*, que já são difíceis de rastrear, de fiscalizar; e os cassinos, muitas vezes, em conluio com a máfia.

Próximo, por favor.

Temos aí a facilidade em transferir esse dinheiro; o anonimato, que vai haver, não vai se identificar quem foi que fez isso; e a fiscalização que, até nesses países em que já existe, já é ineficiente... Como aqui também, temos um déficit de... A administração tributária, como eu disse, vem sendo desmontada – não só a fiscalização federal, como a nossa da Receita, como as estaduais e municipais, que muitas vezes não investem na auditoria, na administração tributária, porque não traz muito voto ficar Governador e Prefeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrando imposto. É bom colocar... Como já existia antes, o ICMS era embutido, ninguém sabia, mas agora, com o CBS e o IBS, em que o imposto vai ser por fora, o povo já vai saber quanto que ele paga em cada produto.

Próximo.

Também é um meio de financiar o terrorismo: eles usam também esses cassinos, esses jogos para poder também lavar o dinheiro e poder financiar essas atividades pelo mundo afora.

Próximo.

Temos impacto na sociedade: distorção da economia, corrupção, aumento de criminalidade, desigualdade social. Tudo isso vai vir como consequência desse tipo de atividade no nosso país.

Próximo.

Temos aqui a patologia que é a ludopatia, do indivíduo que é viciado em jogo, que traz problema para a família, como hoje trazem o álcool e outras drogas. Esse é mais um motivo. Como já existem também pessoas... Isso não quer dizer que não exista jogo no país, sabemos que existe jogo ilegal no país ou lá fora, o que vem sendo combatido, mas isso não vai resolver, vai só aumentar os problemas.

Próximo, por favor.

Temos aí o impacto financeiro, em que o indivíduo se endivida até onde não pode mais e, muitas vezes, pressionado por essa dívida, acaba ceifando a sua própria vida – é comum caso de suicídio por ludopata, devido a essa pressão de ter uma dívida em que ele bota todo o recurso da sua família no jogo e acaba tirando a sua própria vida –; transtornos mentais; e consequências legais também. A pessoa, pressionada pelo jogo, vai, de alguma forma, tentar arrumar dinheiro para poder pagar e acaba cometendo atos ilegais, como furto, quando somem a televisão da casa, a geladeira, e vai embora por aí.

Próximo.

Esta é a nossa posição aqui da associação: somos contra o jogo de azar. Ele não vai trazer benefícios para a sociedade. O nome já diz: é um azar para toda a sociedade esse tipo de atividade ser legalizado em nosso país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO PEREIRA – Que continue assim e que seja combatido pelas forças policiais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Dr. Gilberto Pereira pela exposição. Ele é Vice-Presidente Executivo da Associação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Auditores Fiscais da Receita Federal, falou dentro do tempo e ainda deixou um minuto de reserva para usar no momento oportuno.

Eu indago se o Dr. Doreni Caramori está *online*. (*Pausa.*)

Não está? Seria o primeiro a participar remotamente. Peço que se faça um esforço para ver se consegue conectá-lo. Caso não, a gente vai passar ao próximo expositor, que é o Dr. Guilherme Luís Dias, especialista em fiscalização e regulação.

Dr. Guilherme, V. Sa. tem a palavra por dez minutos.

Vai precisar expor? Não?

O SR. GUILHERME LUÍS DIAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. tem a palavra.

O SR. GUILHERME LUÍS DIAS (Para expor.) – Primeiramente, quero cumprimentar todos os Senadores, S. Exas., os Senadores e Deputados aqui presentes, assim como todo mundo que está assistindo a esta audiência.

Eu, antes de mais nada, queria pedir desculpa pelo meu português meio macarrônico, mas eu sou um sujeito híbrido: em Portugal me chamam de brasileiro, o que muito me agrada, porque tenho cinco netos brasileiros; e, no Brasil, sou chamado de português, porque tenho sotaque português, não é? Não é verdade? Mas essa é a realidade.

Eu fui convidado pela associação de empresários que está interessada na liberação das máquinas de jogo na rua. São empresas que trabalham com os *jukeboxes*, máquinas de bichinhos de pelúcia, que têm máquinas em lanchonetes e acham que esse segmento é um segmento importante e que acham que o PL 442 não está contemplando isso. Então, pediram para eu vir aqui, na qualidade de fiscal, porque o argumento, segundo eles, é de que os Srs. Congressistas acham que essa atividade é difícil de controlar, e o que eu me proponho a mostrar aqui aos senhores é que existe uma tecnologia brasileira, produzida no Brasil, capaz de fazer o controle do numerário desses equipamentos.

É possível, perfeitamente, com essa tecnologia, que o Estado brasileiro autorize o número de máquinas que quiser, e essas máquinas vão estar *real time*, *online*, na Receita Federal, à disposição da Receita, para que veja o faturamento de todas essas máquinas. E mais ainda: simultaneamente tendo acesso ao faturamento da máquina, a Receita pode, através de *softwares* de controle, verificar se há lavagem de dinheiro, se há alguma irregularidade na atuação do equipamento.

Bom, essa tecnologia é uma realidade. Eu tenho aqui uma exposição das funcionalidades da tecnologia, foi desenvolvida ao longo de quatro anos. Fui eu que, tecnologicamente, dirigi o projeto, e por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso estou aqui, tentando mostrar aos senhores que isso é uma realidade. Existe possibilidade de controlar. O Estado brasileiro tem possibilidade de controlar o faturamento, a lavagem de dinheiro, em tempo real, de qualquer equipamento colocado na rua que os senhores autorizem, e à disposição da Receita ou de qualquer órgão que os Srs. Congressistas acharem conveniente disponibilizar, porque a tecnologia permite isso.

E a tecnologia tem outra particularidade: ela fá-lo-á independentemente da vontade do fabricante ou do operador. Então, reparem, são absolutamente confiáveis os resultados oferecidos pela tecnologia.

O Estado não vai perguntar ao operador de jogo quanto ele faturou nem ao fabricante do jogo. O Estado vai saber quanto a máquina faturou antes do proprietário da operação. Por quê? A única coisa de que o Congressista precisa é a obrigatoriedade do uso do Protocolo SAS, que é um protocolo internacional de jogo que as grandes empresas mundiais acordaram para usar nas plataformas de jogo, e é como se todo mundo falasse a mesma língua. Se todo mundo falar a mesma língua, essa tecnologia coloca um espião na máquina, escuta o que a máquina está fazendo e informa à Receita o que a máquina está fazendo.

Então, nós estamos aqui para mostrar aos Srs. Congressistas que o obstáculo do controle e da fiscalização não existe. Outras razões competem aos senhores verificar. Não estamos aqui discutindo mérito; estamos mostrando que existe uma tecnologia capaz de fazer o absoluto controle do faturamento e da lavagem de dinheiro e que a Receita poderá desligar qualquer máquina que não pague os impostos, na mesma hora. Então, esses obstáculos não existem. Essa é a nossa posição.

E temos aqui uma demonstração... Nós podemos mostrar aos Srs. Senadores e Deputados, produzindo uma prova de conceito, porque, obviamente, vão me perguntar: "Mas vocês têm isso disseminado?". Não, não existe, a atividade ainda não foi regulamentada, mas nós temos a tecnologia já comprovada e podemos fazer uma prova de conceito aos senhores. Os senhores verão uma máquina operar num laboratório e, à distância, vocês verão o resultado dela. A tudo o que se fizer lá vocês vão ter acesso, em tempo real. Então, vocês podem desligar a máquina, podem ligá-la, podem verificar o faturamento a qualquer tempo. Essa é a tecnologia que a gente tem a oferecer, e é nessa condição que nós estamos aqui defendendo a liberação desses equipamentos.

A atividade de jogo é importante em todos os países civilizados do mundo – na Inglaterra, na França, na Espanha, na Alemanha, no Canadá, nos Estados Unidos –; em todos eles, esse segmento é muito importante e está devidamente regulamentado e fiscalizado.

Concordo com o senhor auditor quando ele diz que existem sempre fugas – isso é da natureza humana –, mas existe, preponderantemente, uma normatização e uma fiscalização, e isso traz benefícios incomensuráveis do ponto de vista industrial.

O período que o Brasil viveu em que tinha os bingos não foi benéfico, do ponto de vista da arrecadação, porque não havia regras – era um caos –, mas, do ponto de vista tecnológico, nós desenvolvemos, durante esse período, tecnologias que o Brasil perdeu. Grandes empresas tecnológicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formadas no Brasil – e eu digo o nome delas aos senhores – estão hoje operando no mundo e aprenderam e desenvolveram suas tecnologias no Brasil, e nós perdemos essa expertise para o México, para a Espanha, para a Irlanda, para Malta...

Empresas brasileiras, paulistas, de vários estados desenvolveram a tecnologia aqui. Por quê? Porque havia recursos.

Quando há recursos, há investimento no desenvolvimento tecnológico, e as consequências são positivas para o país, não só do ponto de vista de arrecadação, nem de emprego de milhares de pessoas.

Se os senhores deixarem de normatizar esse segmento da modalidade de máquinas da rua, milhares de pessoas vão ser atiradas para a clandestinidade e centenas de milhares de valores vão passar a transitar na economia informal, ajudando as organizações criminosas. Se vocês trouxerem para a legalidade, não; elas vão atravessar a economia formal nos bancos.

Então, não parece muito inteligente marginalizar, quando existe, porque hoje estão aqui, estão na ilegalidade, estão alimentando o errado. Se forem trazidas para a luz da economia formal, o dinheiro vai passar a circular nos bancos formalmente, e a pagar os impostos, e a circular, e a servir à sociedade, e não a servir ao crime.

Então, existe realmente uma preocupação de que essa atividade... E essa é a atividade mais importante do jogo, porque é a que pulveriza mais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pode continuar. O senhor ainda tem um minuto.

O SR. GUILHERME LUÍS DIAS – O.k., obrigado.

Então, basicamente, o nosso intuito é mostrar aos senhores que a normatização e a fiscalização da atividade trazem benefícios.

Existem inconvenientes – a ludopatia, tudo isso –, mas isso tudo também existe na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França, e é defendido.

Nós não precisamos inventar a roda, só temos que cumprir as regras. A normatização é importante e, mais importante ainda, a fiscalização da normatização. Os senhores vão normatizar.

Se houver meios de fiscalizar, nós nos equilibramos com os outros países civilizados do mundo nessa questão e trazemos benefícios incomensuráveis ao país, do ponto de vista econômico.

Essa é a fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa. pela contribuição que dá nesta audiência pública, Dr. Guilherme Luís Dias, e, na sequência, antes de dirigir a palavra ao terceiro expositor, que será o Dr. Hermano Tavares, eu quero registrar, com muita alegria, a presença aqui do Senador Eduardo Girão, que é o autor da proposição desta audiência pública, um estudioso desse assunto, dedicado a essa matéria, com preocupações que a deixam clara, todas as vezes em que a gente traz esse assunto à pauta desta CCJ ou do Plenário do Senado Federal; também aqui o Senador Jorge Seif, a quem agradeço; e os Senadores que estão remotamente participando.

As senhoras e os senhores são todos bem-vindos.

Indago, Senador Girão, como autor, V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mais à frente?

O.k. Agradeço.

Na sequência, passo a palavra, para fazer também a sua apresentação, ao Dr. Hermano Tavares, professor, médico psiquiatra, Coordenador do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico.

Ele vai participar de forma remota. Está conectado.

Prof. Dr. Hermano, V. Sa. tem a palavra e o tempo de dez minutos para fazer a exposição.

O SR. HERMANO TAVARES (*Por videoconferência.*) – O.k.

Todos me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. HERMANO TAVARES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então tá.

Eu queria começar agradecendo à Comissão de Constituição e Justiça por esta oportunidade de apresentar o ponto de vista da saúde, que é isso que eu acho que represento.

Eu sou Professor aqui do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP, trabalho com essa questão do transtorno do jogo há mais de 25 anos, e tem algumas coisas que eu acho que, do ponto de vista da saúde, é importante pontuar.

A primeira delas é que o Brasil não escapa muito ao que a gente entende como o cenário mundial, pelo menos o cenário mundial relativo ao mundo ocidental e a uma parte também do Oriente, da Ásia, onde o jogo é bastante difundido. Nesse cenário, a gente pode dizer que 1% da população preencherá critérios para o transtorno do jogo ou o que popularmente se estabelece como jogo compulsivo ao longo da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra taxa variável, de 1% a 1,5% – e isso também é verdadeiro para o Brasil, porque esse estudo já foi feito por nós –, não preenche critérios plenos para o dito jogo compulsivo, mas tem dificuldades relevantes com o jogo, o que chega, portanto, a uma taxa de 2% a 2,5% da população que terá a sua vida seriamente prejudicada, em algum momento, por conta de dificuldades com o controle da aposta.

O que significam esses números? Esses números significam o seguinte: quando a gente pensa em um problema de saúde pública, tudo que atinge mais de 1% da população é um problema de saúde pública. Então, as dependências, como dependência de álcool e dependência de drogas, são um problema de saúde pública muito bem conhecido de todos, e todo mundo discute sobre isso, mas esse número que eu apresentei agora para vocês, 2 a 2,5%, significa o seguinte: a principal, a mais frequente dependência que existe em nossa população é a dependência de nicotina, dependência sobre a qual medidas de saúde pública e de controle público incidiram nas últimas décadas.

E a gente tem que louvar, pois o Brasil é um dos países que tem dos melhores controles da questão do tabagismo.

O segundo lugar, segundo lugar infame, pertence ao álcool.

Com estes números de 2 a 2,5%, eu posso dizer aos senhores, sem qualquer hesitação, que a terceira dependência mais comum, e crescendo, no Brasil é o trastorno do jogo, a dependência das apostas, o jogo compulsivo.

Essa frequência aumentará, à medida que aumentar a disponibilidade das oportunidades de aposta.

Nos anos 90, nós observamos isso. Teve os bingos no Brasil, e mundo afora houve uma grande divulgação justamente dessas máquinas caça-níqueis eletrônicas. Há fotografias da época – quem quiser pode procurar na internet – de máquinas caça-níqueis, por exemplo, em lóbis, saguões e salas de espera de hospitais públicos na Noruega. Sim, sim, a Escandinávia, que com frequência a gente cita como exemplo de evolução social, etc.

Sabe o que isso causou nos anos 90, assim como aqui, no Brasil, também causou? Um surto de indignação popular. E o que é que aconteceu? Houve um refluxo de toda tentativa de legalização e ampliação das oportunidades de jogo.

Mas isso é um pêndulo. A gente observa esse movimento. Tem um momento de "vamos, precisamos aumentar a arrecadação e combater a ilegalidade, vamos regulamentar o jogo e aumentar as ofertas e oportunidades", e, noutro momento, vem uma indignação popular, dificuldades, práticas questionáveis, e aí a coisa reflui.

A cada vez em que balança o pêndulo, nós, aqui, da saúde – e isso está absolutamente documentado mundo afora, não é só o Brasil –, somos quem sente mais, porque, em que pese que a frequência do transtorno do jogo aumenta, uma coisa que aumenta muito mais, à medida que aumentam as oportunidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a demanda por tratamento. Aumenta em até quatro vezes mais, porque muitas pessoas têm essa condição, ela é dada, ela é inerente ao sujeito, mas ela não fica se manifestando se não for provocada.

Então, pensem vocês: você é alérgico à castanha-do-pará, mas você mora aqui, no Sul do país. Aqui não tem castanha-do-pará com essa frequência. Mas, sei lá, aconteceu alguma coisa, alguém se tomou por um encantamento, "castanha-do-pará é o futuro", e agora tome receita, tudo lava castanha-do-pará: peixe com castanha-do-pará, assado com castanha-do-pará, arroz com castanha-do-pará, e aquele sujeito que tinha essa condição latente, que não se manifestava, passa a se manifestar.

Troque alergia por transtorno do jogo e castanha por oferta ampla de apostas e vocês entendem agora o que eu quero dizer: um quase quadruplicar a demanda de atenção à saúde.

E não é coisa simples; são pessoas que se endividam, que contraem dívidas que são cerca de cinco a dez vezes a renda anual, ou seja, é impagável. Ela não vai quitar isso ao longo de uma vida. Ela vai questionar isso juridicamente, etc. Isso significa: custos à saúde, custos financeiros, custos ao sistema jurídico.

Então, o colega diz: "Os ganhos da legalização são incomensuráveis". Não, não são. Começa que "incomensurável" significa "não dá para medir". É perfeitamente mensurável. Ainda também são perfeitamente mensuráveis os custos. E o que se observa muito, em outros países, é que, dado o ganho, o benefício e o custo em geral, fica empatado.

Se há um desempate para melhor ou para pior, depende do rigor, do controle e da regulação que pode e deve ser exercida e que tem que ser proporcional àquilo que já foi disponibilizado como aposta legalizada para os cidadãos desta sociedade.

Pois bem.

Por muito tempo, no Brasil, o que era de fato permitido era loteria, aposta em cavalos, e o jogo de pôquer ficava numa espécie de zona cinzenta de uma legislação ainda não definida. Agora, depois de 2018, nós tivemos a legalização das apostas *online*.

Vou ser franco com os senhores. Minha sugestão é: se não dá para reverter, então vamos parar por aí, porque, dos males, o menor.

Vocês sabem, todos sabemos que, dadas as tecnologias, as soluções tecnológicas disponíveis atualmente – o próprio colega falou –, tudo que se faz *online* é possível de ser rastreado. Isso significa que é possível de ser controlado.

Portanto, acho que não está mais na hora de ficar falando sobre "vamos avançar a legalização". Está na hora de fazer assim: "Vamos estabelecer, de forma efetiva, a regulação para o jogo que já existe e está legalizado, com ênfase no jogo *online*".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como fazer isso? É a famosa expressão "jogo responsável". Vai ficar cada vez mais comum.

Hoje em dia, a gente vê propaganda de bebidas alcoólicas, e depois vem aquela coisa assim: "E beba com moderação". Daqui a pouco vai ser assim – e eu espero que seja, porque precisamos muito disso: "Vai apostar? Divirta-se, mas aposte com responsabilidade". É o jogo responsável.

Só que, hoje em dia, existe uma falácia grave. A falácia grave é achar que, para o jogo ser responsável, basta o provedor do jogo informar ao jogador sobre as chances de ganhar e perder – e vai verificar que é mais fácil perder do que ganhar –, e pronto: o jogador está informado, e agora a responsabilidade é toda dele. Nós não temos mais nada; a gente lava as mãos sobre ele.

Mas não! De forma alguma!

Depois, com o tempo suficiente, eu posso discorrer sobre o que eu chamo de "as dez medidas imprescindíveis do jogo responsável", mas elas passam por controle fiscal.

Todo apostador, neste país, inclusive para apostas lotéricas, deveria fazer um cadastro do seu CPF, de forma que o que é movimentado, em termos de aposta, para um indivíduo, pode ser checado em relação àquilo que ele declara como renda. Se o que ele aposta passa muito daquilo que se entende como a renda dele, das duas, uma: ou tem lavagem de dinheiro, fraude, alguma coisa desse tipo, de crime financeiro, ou nós estamos diante de uma pessoa que é doente, e essa pessoa precisa ser encaminhada para tratamento.

Mas doente mesmo, e isso que é importante de se dizer. Doente, porque está associado a altos índices de divórcio, desemprego, depressão, ansiedade e tem ação suicida. Tá bom? Então, essa pessoa precisa de tratamento.

E, como o sistema de saúde estará sobrecarregado, é muito importante que, desde já, esteja claro para todos que uma fração daquilo que é arrecadado – e uma fração boa – tem que ser encaminhada para a rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde, para treinar os CAPs para acolher e tratar esse indivíduo.

Por último, um conselho independente e multidisciplinar precisa ser formado, para que formas mais predatórias, o famoso "jogo do tigrinho", o famoso "jogo do aviãozinho"... São todas formas predatórias. Existem elementos estruturais embutidos lá que são feitos para o indivíduo perder o controle. Portanto, não adianta avisar o indivíduo – "Olha, você tem essa chance ou aquela chance" –, porque, se ele se envolver com jogos que têm características estruturais predatórias, há grande chance de que ele vá perder o controle, e isso precisa ser fiscalizado e banido.

Mas eu, infelizmente, não vi, até agora, iniciativas nesse sentido. Por isso, achei muito importante vir aqui e abrir também esta parte do debate, junto com os senhores.

Fico à disposição para esclarecimentos mais tarde, se for necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que eu completei meus dez minutos. Então...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Dr. Hermano Tavares pela sua exposição. Fez dentro do prazo aqui, com o acréscimo de menos de um minuto, e, dessa forma, vou agir com todos os colabores deste debate, com todos os expositores.

Agradeço muito a participação do Prof. e Dr. Hermano.

Na sequência, eu vou passar a palavra para outro expositor que também está *online*, que é o Prof. Thiago Borges.

Eu só indago se está conectado.

Seif, V. Exa. me pediu a palavra. Quer falar agora ou está inscrito para o final?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu queria só dar uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... querido Presidente: que pudéssemos ir alternando entre os expositores e as pessoas que pudessem ir se posicionando. Isso porque nós temos agora uma sessão do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Verdade.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... para que participem sem que se delongue.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito. Agradeço a V. Exa. A sugestão de V. Exa. está perfeita.

Como nós temos dois e um, eu vou chamar mais um expositor, que está *online*, e na sequência eu abro aos Senadores que queiram participar, quem está aqui ou *online*, e a gente vai fazendo de forma alternada as manifestações.

Então, eu asseguro a palavra neste momento ao Dr. Thiago Borges, que é Vice-Presidente Institucional da Associação Brasileira de Resorts (Resorts Brasil). Ele está *online* e participa da audiência pública neste momento.

Dr. Thiago, V. Sa. tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. THIAGO BORGES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, primeiro, de agradecer o convite feito pelo Senador Irajá; agradecer o tempo de exposição aí pelo Senador Marcos Rogério, Presidente da mesa; e dizer que a Associação Brasileira de Resorts enxerga esse projeto de lei como uma oportunidade muito importante para o turismo nacional.

A gente estuda outros países, conhece a legislação e vê que tem, sim, que se fazer controle, é necessário que se faça o controle não só financeiro, mas o controle dos usuários, o controle de quem vai se beneficiar ou se divertir com esses mecanismos. E nós entendemos que é uma forma de gerar um efeito muito importante para o nosso turismo, para fomentar toda a nossa cadeia.

Eu queria destacar três pontos nesse projeto de lei, porque eu acho que é importante que os Senadores prestem atenção no sentido de como está o texto e da forma que ele pode talvez ser um pouco aprimorado.

Primeiro, hoje o texto diz sobre uma necessidade de serem empreendimentos construídos para o fim de cassinos ou cassinos integrados e produtos que tenham esse único objetivo. Esse ponto é muito importante para os empreendimentos que já existem no país, para todos os *resorts* e empreendimentos que têm possibilidade de receber esse benefício, de poder fazer uso dos jogos e dos cassinos. Para isso, a gente imagina que essas empresas que já fazem investimentos, que já empregam no país, que têm já um corpo grande de infraestrutura e de serviços à disposição do turista, que elas possam fazer parte dessa licitação, da forma de condução e distribuição dos cassinos pelo Brasil. Isso para nós é muito importante, porque a gente imagina que cada região que venha a se desenvolver, que venha a receber a possibilidade de receber um produto desse, um empreendimento dessa natureza, que os empreendimentos já existentes, os produtos já estabelecidos nessas regiões, possam pleitear essa participação nessa licitação que vai ter para cada estado.

Uma outra questão muito importante que deve ser observada é a segurança jurídica do estabelecimento de cada empreendimento. Então, hoje, o que a gente vê, que está no texto, é que toda a responsabilidade por fiscalização e toda a responsabilidade por regulação foram passadas para o Ministério da Economia.

No projeto original de lei que foi aprovado lá pela Câmara dos Deputados, existia a criação de uma agência reguladora. Nós entendemos que essa agência reguladora tem muita importância, tanto na parte de administração dos recursos advindos dos produtos, cassinos e jogos, também como na administração dos usuários. Vai ficar muito complicado para o Ministério da Economia fazer essa regulação, fazer essa administração e controlar, como o Guilherme falou há pouco, com relação à parte eletrônica – e não só com a parte eletrônica, mas também os usuários físicos, que estão fisicamente nos cassinos, precisam ser regulados, eles precisam ser cadastrados.

O texto da lei é muito bom com relação a isso, ele fala do cadastramento do CPF de cada usuário e que vai fazer um acompanhamento com relação a isso, e isso gera uma obrigatoriedade de cada usuário não fazer uso de dinheiro vivo. Então, ele tem que fazer o pagamento num cassino, pegar uma ficha, pegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma coisa em que isso vai ser regulado e vai ser controlado para evitar a evasão de divisas e todos os pormenores que a gente sabe que devem ser evitados e controlados pelo Governo. E a gente imagina que essa agência reguladora não teria uma ligação partidária; ela seria uma agência exclusivamente para controlar esses produtos, fazer uma regulação dos produtos em si e dos usuários, tentando evitar qualquer problema maior com relação a esses usos médicos e tal.

Então, essa agência teria essa responsabilidade; muito melhor do que se isso fosse destinado ao Ministério da Economia.

E o terceiro ponto, que também é muito importante, é que existe no texto uma citação ou uma taxação para efeito de regularização desses produtos. Essa taxação está em um valor bem alto se comparado a outros países, em alguns casos está 30 vezes maior. Essa taxação é de R$2,4 milhões hoje, no texto, e, além desse valor muito alto, ela está com índice de correção pela Selic, que é um índice baseado em juros sobre juros, e você tem uma taxa já alta, que acho que provavelmente seja discutida e revisada pelos Senadores, pelo Relator Irajá. Mas, além do valor que precisa ser revisado – e deverá ser –, a forma de reajuste também a gente acha muito importante que seja revista.

Os pontos mais importantes são esses.

Ademais, o que eu acho importante de a gente trabalhar é com a responsabilidade nesses jogos. Acreditamos que essa agência reguladora consegue fazer um controle, consegue fazer uma atuação direta dentro dos produtos, e isso vai trazer muitos benefícios para o turismo nacional, tanto para visitantes de fora quanto para visitantes internos. A gente imagina que o turismo hoje, no Brasil, passa por uma necessidade muito grande de atração de pessoas de fora como de retenção dos nossos turistas. Então muitos dos turistas brasileiros hoje vão em busca desse tipo de divertimento, e, se a gente tiver boas estruturas dentro dos *resorts* que nós temos hoje, com o serviço que nós já podemos prestar, e com essa atração, a gente acredita que não só os empreendimentos, os estabelecimentos já existentes ou outros que poderão vir também com esse fim – acho que não é uma coisa exclusiva para um lado nem para outro – a gente imagina que isso vai somar para uma cadeia que é gigante.

A partir do momento que você tem o desenvolvimento de um produto *resort* numa cidade, normalmente uma cidade menor, uma cidade próxima a um município pequeno, todo aquele município se beneficia. Então, com o aumento de visitantes, com o aumento de faturamento, com o aumento de pessoas naquela região, toda aquela região se beneficia, e a gente imagina que é uma boa oportunidade para que a gente possa ter um desenvolvimento em infraestrutura de turismo e um crescimento maior dessa nossa indústria que precisa tanto do olhar do Governo, no sentido de criar ferramentas para que a gente possa mostrar a beleza deste nosso país e mostrar tudo aquilo que a gente sabe fazer de melhor que é o acolhimento, que é o atendimento, que é trazer uma boa experiência para o turista, tanto interno quanto externo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acredito que eu não vá precisar usar os meus 10 minutos, agradeço mais uma vez a atenção de todos e, se precisar de mais qualquer informação, tanto da Resorts quanto desse tema que eu falei sobre os artigos, eu sigo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa., Thiago Borges, que é o Vice-Presidente Institucional da Associação Brasileira de Resorts. Agradeço a contribuição que traz também a esta audiência pública.

Conforme anunciamos, e a pedido do Senador Seif, nós faremos neste momento uma... vamos intercalar um pouquinho a participação dos Senadores. Registro aqui a presença, além do Senador Girão, do Senador Seif, da Senadora Damares, também do Líder Rogerio Marinho e dos demais que estão *online* conosco.

Pela ordem de inscrição, Senador Jorge Seif.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, bom dia ao senhor, a todos os nossos convidados, a todos os servidores da Casa, desta Comissão e a quem nos acompanha pela internet, pelo YouTube.

Sr. Presidente, eu queria dizer ao senhor que esse tema aqui, no Congresso, sempre esteve em voga em outros governos; já participamos de diversos debates com posições a favor e com posições contra. Por vezes, as pessoas tendem a imaginar que, por você ter um posicionamento religioso ou político, você acaba tendo outras posições, por exemplo, sobre a questão dos jogos de azar.

Mas eu peço licença a todas as senhoras e senhores para dar um depoimento de filho, de sobrinho, de familiar, que viu diversas pessoas da minha família, do meu sangue, se perderem na questão dos jogos de azar, especialmente no passado, quando tínhamos o bingo. O que eu vi nesses membros da minha família, Senador Marcos Rogério? Eu vi degradação social, afastamento familiar, endividamento, compulsividade.

E tem um livro de sabedoria que nos ensina algo: "Um abismo chama outro abismo". E, no caso dos jogos de azar, eu vi isso acontecendo também, porque as pessoas iam para essas salas de jogos, perdiam noção de dia e de noite, viravam noite, gastavam salário, seu dinheiro, suas economias, que deveriam pagar suas contas, com uma compulsividade de apostar e de recuperar aquilo que já tinha sido perdido. Pior: problemas com bebidas, porque a pessoa está ali, os estabelecimentos oferecem bebidas alcoólicas. E uma das pessoas da minha família que nunca havia bebido na vida, para aliviar, para relaxar e por insistência, começou também a ter problema de vício de bebida.

Por fim, pessoas da minha família, nós estamos falando de bancarrota econômica, afastamento social, perda de noção do que é dia e de noite, vício com bebidas e ainda um problema que há em todas as regiões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mundo que têm a questão de cassinos e jogos de azar legalizados, que é uma mazela já do nosso país, que se chama prostituição.

Então, eu não estou falando aqui como Senador; eu estou falando o que eu vi na minha família, pessoas do meu sangue, Senador Marcos Rogério. E não há nenhuma defesa econômica ou de desenvolvimento que se compare... ou justifique a escravidão humana.

Por fim, inclusive tentativas de suicídio, pegar dinheiro com a agiota... É isso que nós queremos para a nossa sociedade? É isso que, em nome de desenvolvimento de turismo, de jogos, nós queremos para o nosso país?

"Mas, Seif, nós já temos Mega-Sena, nós já temos o Lotofácil, nós já temos o Lotomania." É incomparável, Senador. E lhe explico: quando a Mega-Sena está acumulada, você faz um jogo na segunda-feira, que vai ser sorteado na quarta ou na quinta-feira; efeitos psicológicos de compulsão, dopamina, ansiedade não afetam essas pessoas que hoje já têm os jogos da Caixa Econômica legalizados.

Repito ao senhor: "Ah, vai desenvolver *resort*". Legal. Nós já temos tantas potências naturais no Brasil que precisam de *resort* igualmente. Nosso país é conhecido por suas belezas naturais, por sua cultura maravilhosa, por sua música maravilhosa. "Ah, Seif, mas brasileiros saem daqui e vão jogar em outros lugares."

Quatro por cento, Senador Marcos Rogério, dos visitantes da cidade de Las Vegas, são dados oficiais, vão para jogar, porque Las Vegas tem *shows* de *rock*, *shows* de artista, *show* de mágica, *show* de ilusionismo, apresentações teatrais, Cirque du Soleil. "Ah, mas o brasileiro está tirando o dinheiro do Brasil e levando para lá." Que leve esses 4%, leve para lá. Eu não quero essa mazela no meu país. Eu estou falando o que eu vi com meus olhos: familiares meus se endividando com agiota, depois sofrendo ameaça de morte. É isso que nós queremos para o nosso país? Em nome de desenvolvimento de quê? Nós já temos prostituição infantil gravíssima – está aqui a Senadora Damares Alves –; nosso país já não consegue vencer a batalha da questão da violência sexual e de comércio sexual, inclusive de jovens e crianças. O que é que esses *resorts*, jogos de azar e bebida vão causar na nossa sociedade, na nossa população?

Eu não estou falando de algo que é uma pauta contra o desenvolvimento do turismo, muito menos de *resorts*, ou de aumentar a gama de possibilidade de entretenimento no meu país, não, Senador Marcos Rogério. Agora, eu assistindo ao que eu acompanhei na minha família, leva-me a crer por experiências e dores próprias que, assim como minha família foi escravizada e trouxe problemas seríssimos de todas as naturezas que eu já me manifestei aqui e relatei, se eu não quero isso para minha família, eu não quero isso para o meu povo. E hoje eu sou um Senador da República e tenho toda a condição de apertar um botão lá no painel e dizer: não à legalização de drogas, não ao alcoolismo, não à prostituição, não à lavagem de dinheiro, não ao turismo sexual, não ao endividamento das pessoas, não à alienação das pessoas, não à ludopatia, que é considerada doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já não temos nem condição, Senador Girão, de cuidar hoje... Querem fechar... Ontem, tivemos aqui audiência pública, vão fechar os presídios manicomiais, porque não têm condição. Não estamos nem cuidando dos criminosos que têm problemas mentais. Você acha que no nosso país, que falta Novalgina nos postos de saúde, nós teremos uma estrutura para cuidar dessas pessoas que vão entrar em depressão, que vão perder tudo, que vão penhorar a casa, que vão pegar empréstimo para sustentar jogo de azar, Senador Girão? A justificativa, Senador Marcos Rogério, são centenas e dezenas, tanto contra quanto a favor, mas eu vou me limitar aqui, não sei há quanto tempo eu estou falando, a lhe dizer, como cidadão e como filho e sobrinho de pessoas que foram escravizadas por ludopatia: eu não quero isso para mim, eu não quero isso para minha família e eu não quero isso para o meu povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jorge Seif, que traz um testemunho pessoal e familiar a esse debate.

Obviamente, todas as informações, todos os dados e todos os relatos humanos servem para a melhor compreensão, análise e decisão de cada um dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras, bem como também dos Srs. Deputados Federais.

E aqui registro a presença do Deputado Dr. Paulo, particular amigo, colega Deputado Federal aqui pelo DF. Seja muito bem-vindo, Dr. Paulo.

Indago se algum outro Senador quer falar neste momento ou mais ao final?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos dar sequência, então.

Passo a palavra ao Dr. Peterson Queiroz Araújo, Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, para que também possa fazer uso da palavra neste momento.

O SR. PETERSON QUEIROZ ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite que foi feito a mim...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perdoe-me. Eu cometi uma gafe, uma descortesia, porque tinha combinado com o Dr. André para ele falar neste momento e acabei chamando V. Exa. Se não tiver objeção...

O SR. PETERSON QUEIROZ ARAÚJO – Não, nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa. e me perdoe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PETERSON QUEIROZ ARAÚJO – Sou eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... a falha. Eu tinha já anunciado que assim o faria e inverti.

Então, com a palavra, o Dr. André Estêvão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público, também do Estado de Minas Gerais. V. Exa. é muito bem-vindo aqui.

O SR. ANDRÉ ESTÊVÃO UBALDINO PEREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Excelência.

Na pessoa de V. Exa., eu cumprimento todos os Senadores presentes, bem como a assistência. Agradeço ao Dr. Peterson a gentileza de haver renunciado à precedência na fala, para atender a uma necessidade minha de deslocamento mais urgente, e quero dizer a V. Exa. que é um prazer estar aqui.

Eu tenho dedicado quase quatro décadas da minha vida prioritariamente – eu diria de forma absolutamente prioritária – à repressão à criminalidade e à tentativa de compreender suas causas e consequências, que foi o que me tornou, a rigor, Promotor de Justiça. E, nessas circunstâncias, o meu grande desafio aqui será condensar em dez minutos a riquíssima, a vastíssima ou diversificada experiência que eu tenho nesse assunto e que me levará a fazer aqui algumas ponderações, obviamente, muito sintéticas, embora eu me coloque à disposição dos senhores para o que quer que eu possa ajudar a compreender esse fenômeno, que é de grande complexidade.

A minha atuação outrora como policial e depois como Coordenador de Gaeco durante mais de uma década fez com que eu me deslocasse pelos mais variados cantos do território nacional e, portanto – tanto por ter acesso aos dados econômicos do país, como por ter trafegado pelo interior do país, pelas cidades lá da terra do Senador Girão, pelas cidades de sua terra, Ouro Preto do Oeste, por exemplo –, eu compreendi, porque vi, a extraordinária desigualdade regional e social que nós temos. E acho que isso acaba exercendo sobre o Senado Federal, sobre os Senadores uma pressão muito grande, porque, afinal de contas, os estados que os senhores tão bem representam estão ávidos por investimentos que possam, eventualmente, corrigir as nossas desigualdades.

Eu observo que, hoje, 70% do PIB brasileiro está concentrado nos estados do Sudeste e do Sul, e as demais 20 unidades da Federação respondem por 30%, o que significa dizer que, na média, cada um desses outros estados ou unidades tem 1,5% do PIB. O que significa isso? Que, efetivamente, é preciso que, de algum modo, se anime a economia regional, a economia dos outros estados para que elas possam, obviamente, atender às necessidades de emprego, renda e ocupação da população.

Portanto, confesso ao senhor – como sempre, aliás, é um dever de todo Promotor de Justiça – que eu me sentiria absolutamente feliz se eu pudesse chegar aqui para o senhor, com a honestidade que há de caracterizar um Promotor, e dizer: "Finalmente, descobrimos a roda, e verdadeiramente o jogo seria para isso uma solução", mas, infelizmente, definitivamente não é esse o caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que posso dizer que não é o caso? Primeiro, porque, obviamente para formar nossas convicções, principalmente nós, Promotores de Justiça, nós nos debruçamos sobre o conhecimento científico de quem o tem. E, quando nós nos debruçamos sobre esse conhecimento científico, especialmente dos profissionais da área de medicina, nós percebemos que, de fato, o jogo é um problema de saúde mental dos mais graves. E eu sei bem, até porque, Promotor de Tóxicos, durante muitos anos, eu convivi com esse tipo de dependência associada à dependência ao álcool e a outras drogas. Foi isso, exatamente, que me impôs uma pesquisa sobre o assunto – se o senhor pudesse mudar, por gentileza, o quadro –, a pesquisar o assunto e perceber o seguinte...

Se puder, o eslaide seguinte.

Existem alegados benefícios do jogo que são apenas alegados e comprovadamente não existem. Um deles é o afirmado aumento da arrecadação.

Como já disse S. Exa. o representante do sindicato dos auditores, isso definitivamente não acontece. E não acontece por quê? Porque os pesquisadores da área de economia já revelaram o seguinte: essas atividades, quando normalmente se instalam, promovem a canibalização dos serviços nas redondezas, de tal sorte que o que deixa de ser recolhido, a título de exploração de outros serviços, passa a ser recolhido. Não se trata, portanto, de um ganho arrecadatório, mas simplesmente aquilo que se arrecadava numa atividade lícita passa a ser arrecadado numa atividade que agora se pretende tornar lícita.

Por outro lado, como o Senador Jorge Seif aqui observou, agora há pouco, o fomento ao turismo também não acontece. Os dados a que ele teve acesso são os mesmos dados a que eu tive acesso, que revelam que apenas 4% dos que visitam Vegas lá vão para jogar. E o afirmado fim da ilegalidade é uma das mentiras mais deslavadas, porque, afinal de contas, todos nós sabemos que a existência de produtos lotéricos oficiais definitivamente não acabou no país com os jogos ilícitos.

Então, nós não temos aumento na arrecadação, não temos geração de emprego, porque, na verdade, a canibalização faz com que os funcionários desempregados das atividades do entorno passem a trabalhar para a atividade que eventualmente se pretenda legalizar e, ao mesmo tempo, há aí uma curiosa situação, Senador, que é a seguinte: fala-se aí, há um malefício reconhecido, que é a necessidade de aumento do custo da fiscalização de que fala o Sr. Auditor, e aí vem uma curiosidade muito interessante: é que nós privatizamos o lucro, veja-se, porque, na lógica dos jogos de azar, a banca sempre ganha, e, se a banca sempre ganha, há alguém que perde. Ora, o que se quer implementar, portanto, é a privatização do lucro e a socialização do prejuízo, porque o custo da fiscalização será suportado pelo cidadão, que será também o responsável por suportar todos os custos dos tratamentos decorrentes da ludopatia.

Por outro lado, nós temos aí um problema muito grave que enseja o aumento da criminalidade.

Aliás, se o senhor pudesse, por gentileza, passar ao eslaide seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de perguntar inicialmente o seguinte: todos nós estamos aqui como representantes do Estado, nós inclusive do Ministério Público, e eu pergunto qual é a função primordial do Estado? A função primordial do Estado, pelo menos filosoficamente, é definir fatos, assegurar a paz do cidadão, e, para assegurar essa paz, definir fatos como criminosos, prever para esses fatos criminosos sanções que sejam proporcionais à sua gravidade, aplicar sanções céleres e suprimir os proveitos havidos com práticas delituosas. Se o Estado não define fatos gravemente antissociais como crime, se ele não aplica sanções proporcionais, se ele não é célere na sua aplicação e se ele não suprime os proveitos havidos como prática criminosa, ele se torna de um dissuasor de práticas criminosas em elemento de sua estimulação.

E é exatamente isso que nós temos vivido hoje. Por quê? Nós temos sanções insuficientemente severas. Alguns anos atrás, há pouco mais de 20 anos, houve a supressão da exigência de exame criminológico a fim de progressão de regime, o que tornou as penas privativas de liberdade no país uma ficção entre nós. Tivemos ainda ou temos ainda uma morosidade extraordinária pela probabilidade de recursos que são admitidos no processo penal a dificultar a aplicação da sanção penal, e nós temos ainda, Senador, um outro aspecto dos mais graves, que é a ampla possibilidade de apropriação pelo delinquente do proveito havido com a prática criminosa.

E, não fosse esse cenário já trágico diante do que nós vivemos, em que é possível ao delinquente apropriar-se utilmente dos recursos havidos com práticas delituosas, pretende-se ampliar essa possibilidade com a legalização dos jogos, porque ela se presta, conforme adiante darei exemplos, à lavagem de dinheiro.

E, não fosse isso, nós temos aí outro problema muito grave, que é preciso destacar em qualquer cenário em que se discuta o assunto, que é a emasculação da função legislativa por parte do Poder Judiciário, especialmente pela nossa mais Alta Corte. Esse assunto, que pode parecer eventualmente ser estranho a isso, está umbilicalmente ligado ao problema pelo qual nós passamos.

Se o senhor puder, por gentileza, passar ao eslaide seguinte, ele mostra o seguinte, Senador.

Fala-se: "Ah, nós vamos fomentar o turismo". Senador, eu estou absolutamente seguro de que nós fomentaríamos muito melhor o turismo no Brasil se nós, em vez de legalizarmos o jogo, diminuíssemos as nossas escandalosas taxas de homicídio. E essas taxas de homicídio fazem com que nós tenhamos aproximadamente 3% da população mundial e respondamos por mais de 10% dos crimes de homicídios, dos quais nós só apuramos 37 em cada grupo de 100. Então, se nós tivéssemos um Estado pacífico, nós teríamos aqui o afluxo de turistas, independentemente se tivéssemos jogos ou não, porque todos nós conhecemos as belezas naturais do seu estado, do estado do Senador Jorge Seif e também do seu Estado de Rondônia.

O senhor, por gentileza, passe... Desculpem a pressa, mas é porque o tempo é curto.

Este mapa aí revela escandalosamente quantos homicídios há no Brasil – não quantos homicídios, mas uma comparação. Os homicídios ocorridos nesses territórios em vermelho no ano, salvo engano, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2020 equivalem ao número de homicídios perpetrados no Brasil. Nós temos hoje, Senador, nada menos do que aproximadamente 40 mil homicídios por ano, e é isso que detém o turismo entre nós, é isso que faz com que o turista brasileiro, podendo, vá para fora e com que o turista estrangeiro não venha para cá. É exatamente, porque nós vivemos num país de grave risco.

Se o senhor puder, por gentileza, passar...

E aí eu falo da emasculação da função legislativa pelo Poder Judiciário. Eu sei que o senhor é bacharel em Direito e, se olhar aquela tabela ali, vai ver... Olhem o que é que fez o Legislativo no ano de 2003: adotou o Estatuto do Desarmamento e, numa medida absolutamente apta a dissuadir práticas criminosas, estabeleceu que o porte ilegal de arma seria um crime inafiançável. Vejam o que aconteceu nos dois anos seguintes! O ilegal! O porte ilegal seria um crime inafiançável. Nós tivemos uma queda substancial dos homicídios nos dois anos que se seguiram, até que o Supremo Tribunal Federal disse que era inconstitucional a iniciativa do Legislativo. E, a partir daí, nós tivemos uma curva ascendente. E o que se vê, basicamente, nessas linhas tracejadas aí, é exatamente a interpretação do Supremo, colidente com o ponto de vista do Legislativo, criando um quadro de violência que acaba se tornando...

O.k. Eu peço ao senhor, por gentileza... É para respeitar os limites de tempo.

Esse ambiente de insegurança é proporcionado basicamente, Senador, por quê? Por grupos de criminosos organizados. Eu tenho um dado que está um pouco mais adiante...

Se o senhor puder passar, por gentileza, para um pouco mais adiante... Aliás, desça, por gentileza, um pouco mais até que eu chegue lá ao final.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ ESTÊVÃO UBALDINO PEREIRA – Ah, me desculpe. Posso seguir?

Chegue, por gentileza, a um gráfico *pizza* que está lá bem para baixo, por gentileza. Mais, por gentileza. Pode subir, por favor, porque eu tenho que respeitar aqui os limites de tempo. Por gentileza. Mais ainda, por favor.

Enfim, já que não se chega a isso, Senador, eu quero lhe dizer o seguinte. Senador, aproximadamente 50% dos homicídios que acontecem no Brasil estão vinculados ao tráfico de drogas. Este dado é um dado oficial: 50%. O tráfico de drogas é uma atividade criminosa organizada que só sobrevive porque nós não criamos ainda mecanismos aptos a inibir a lavagem de dinheiro. Ele se oxigena a partir disso.

Um dado ali que eu trouxe: a experiência de Luiz Fernando da Costa. Luiz Fernando da Costa é Luiz Fernando Beira-Mar. No ano de 1997 – eu o processei criminalmente, fui eu o Promotor de Justiça que atuou no processo –, ele comprou ações de um bingo no litoral da Bahia, exatamente porque percebeu ele,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como já percebeu o Anão do Orçamento João Alves, que esse é um mecanismo extraordinariamente eficiente para lavagem de dinheiro.

Na verdade, o que nós temos? Nós temos, desgraçadamente, uma série de fatores que contribuem para a eclosão e o incremento da violência entre nós, e quer se agregar a esse cenário, já absolutamente desafiador, uma outra dificuldade: que os jogos possam ser entre nós legalizados.

E eu observo uma coisa, se o senhor me permite ainda esse ligeiro excesso: nós estamos numa posição geográfica, numa posição econômica que nos coloca inteiramente expostos ao tráfico internacional. Os três países que produzem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ ESTÊVÃO UBALDINO PEREIRA – Desculpe.

Se necessidade houve e possibilidade houver, esclareço mais.

Nós somos separados por cerca de 7 mil quilômetros de fronteira dos países que produzem cocaína. Isso transformou o Brasil, mais recentemente, no segundo consumidor de cocaína do mundo. Temos uma fronteira de, aproximadamente, 1,4 mil quilômetros com o país que produz mais maconha no mundo e nós temos, aproximadamente, 7 mil, 8 mil quilômetros de fronteira, sem contar, é óbvio, a Venezuela, sobre a qual se vem dizendo que hoje está produzindo cocaína.

Quando eu estabeleço esse vínculo que pode, eventualmente, parecer uma ilusão, eu quero apenas destacar: essa violência atroz que nós vivemos, que vive, inclusive, o turismo entre nós, é consequência de uma atividade criminosa que só será exponencialmente estimulada se o jogo entre nós for legalizado, porque, a partir daí, tal qual o Beira Mar, tal qual o João Alves e tal qual o Anderson, inclusive um antigo Senador da República, que escandalizou e desmoralizou o nosso Senado pela atuação, pelo seu envolvimento com o jogo, nós só teremos isso exponencialmente estabelecido.

Perdoe-me, V. Exa., pelo excesso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa. pela contribuição que traz: além dos dados, das informações, a experiência, a vivência nesse mundo, ou nesse submundo do crime. Agradeço muito a contribuição que traz a esta Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só, rapidamente, cumprimento-o pela condução exemplar dos trabalhos aqui e a todos os que estão de um lado e de outro, fazendo este debate respeitoso. É importantíssimo para a nação este debate.

Mas eu queria só que o senhor autorizasse que a Mesa pudesse receber esse material do Dr. André, porque o tempo não foi possível. Vi que ele não pôde apresentar muitos dados – e eu fiquei curioso –, para que a gente pudesse anexar na reunião –assim como os outros palestrantes também –, para que a gente possa ter esses dados disponibilizados para a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pela sugestão e já informo ao Plenário que o Dr. André Estêvão já havia colocado à disposição esse material. Já está, inclusive à disposição da Comissão, inclusive publicado no *site* da Comissão de Constituição e Justiça.

Apenas fazendo uma ponderação ao nobre Senador Girão, a gente, aqui, sempre que vai tratar das audiências públicas, normalmente quer colocar o maior número possível de participantes, para dar maior dinâmica e maior ênfase ao debate. Eu acho que é, de certa forma, um equívoco. Eu acho que a gente tem que colocar menos debatedores nas audiências públicas. Essa é a minha opinião porque você tem... Obviamente, são vários que têm opinião a dar, mas aí poderíamos estabelecer um tempo maior para os debatedores, para realmente fazer uma exposição mais profunda, com mais dados, com mais informações. Se tiver que fazer mais de uma audiência pública, a gente faz mais de uma audiência pública, mas eu concordo com V. Exa. que a exiguidade do tempo regimental, quando você tem um número grande de participantes, acaba por prejudicar um pouco o nível de informação, a profundidade no debate ao tema.

Mais uma vez registro o nosso agradecimento à contribuição de todos.

Eu quero assegurar a palavra ao Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) – eu li aqui o nome dele, no começo, e eu só o conheço pelo apelido, e eu não sei por que esse apelido –, Sr. Manoel Cardoso Linhares, o popular Baixinho. Acho que todo mundo aqui no Senado o conhece por Baixinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que nem o filho, nem os familiares, o chamam de Baixinho.

E peço que transmita um abraço ao Sessé, que é um amigo particular que eu tenho lá em Natal, no Rio Grande do Norte, que é também Vice-Presidente da associação.

V. Sa. é bem-vindo e tem a palavra para também fazer sua exposição, em nome da entidade que representa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MANOEL CARDOSO LINHARES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria saudar esse Senador da Região Norte que é referência para todos nós, brasileiros, meu amigo Marcos Rogério, e o Brasil se orgulha de ter um Senador baixinho, mas corajoso à sua estatura.

Quero saudar meu conterrâneo, Senador Eduardo Girão.

Também quero saudar meu amigo lá do Ministério do Turismo, amigo Carlos, e todos os palestrantes aqui presentes.

Como Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, a ABIH Nacional, essa entidade mais antiga do turismo brasileiro, com 88 anos, estamos presentes nos 26 estados e no Distrito Federal.

Representamos, hoje, meu Senador Eduardo Girão, mais de 98% da hotelaria brasileira, e, como cearense, me orgulho de ser o primeiro cearense e o primeiro brasileiro em quatro mandatos.

Mas, primeiro, antes de iniciar minhas palavras, quero dizer que acabou de falar um grande amigo meu, o Seif, Senador, mas ele se enganou numa parte da palavra dele, quando ele disse, Senador Eduardo Girão – o senhor, como hoteleiro –, que os *resorts* podem causar prostituição infantil. O senhor, como hoteleiro, sabe, e qualquer outro que esteja nos acompanhando: nós, hoteleiros, se recebermos um de menor, nós podemos ser até presos.

Dentro da hotelaria... A primeira coisa, quando você chega a um hotel, é fazer o seu *check-in*, e tem que apresentar, sim, a ficha cadastral, e depois vai para a Polícia Federal. E, dentro dessa ficha, pode chegar uma criança, mesmo com os pais, mas, se não tiver com identidade, ela fica na recepção, e tem que abrir um B.O. para entrar nos nossos hotéis.

Quero deixar bem claro isso, que nossos hotéis... Somos, sim, contra a prostituição infantil, e aqui o representante Gilberto, da Receita Federal... Onde se pode causar, hoje, a prostituição infantil é dentro da maior concorrência da hotelaria, que são os aplicativos, que hoje o Brasil não taxa. Têm que pagar impostos. Nós temos que cobrar a mesma carga tributária que o hoteleiro paga. É disso que nós precisamos.

E posso adiantar ao senhor, Gilberto: eu, como Presidente da Associação Brasileira de Hotéis, já denunciei isso, dentro da Receita Federal daqui, e hoje está, sim, a cargo da Receita Federal de São Paulo. É tanto, que, no ano passado, nós tivemos o nosso maior congresso, chama-se Conotel, e quis, sim, prestar uma homenagem a todos lá que estão sendo responsáveis pela legalização, e a primeira pergunta que eles me fizeram: "Mas, Manoel, vocês prestam uma homenagem à Receita? Isso, para nós, é uma surpresa". Queremos, sim, homenagear quem trabalha corretamente. Estamos sim... Sou cearense, cabra da peste, mas quero dizer que trabalho dentro da legalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, estou aqui hoje para discutir a oportunidade transformadora que o Projeto de Lei 2.234/2024 representa para o Brasil, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva de sua implementação.

Atualmente, o Brasil se destaca como um dos poucos países que ainda restringem o jogo de azar, uma posição que nos coloca em desvantagem no centro global. Cidades como Las Vegas e Macau demonstram como o jogo de azar legalizado pode revitalizar economias inteiras, gerando emprego e aumentando as receitas fiscais.

E eu pergunto: onde está o jogo do bicho? Onde estão as loterias? Porque isso não ocorre... Também o Seif, que é meu amigo e irmão, falou que "ah, numa loteria você joga e daqui a dois dias é que vai ocorrer". E o jogo do bicho, que está espalhado em todo o Brasil, que acontece hora a hora? E posso dizer para os senhores: hoje os jogos estão aqui dentro do nosso telefone.

Eu estou há 22 anos trabalhando aqui dentro, mais que muitos Deputados e muitos Senadores, porque eu tenho 30 anos dentro da hotelaria, e ainda estou aprendendo. Digo com essa humildade: todo dia eu aprendo, até com o sorriso de uma criança. Mas peço...

A indústria global dos jogos foi avaliada em mais de US$747 bilhões em 2022 e há um potencial semelhante esperando para ser desenvolvido no Brasil.

O texto original, o PL 2.234, no entanto, apresenta uma limitação significativa: a exclusão da possibilidade da adaptação de empreendimentos já existentes para abrigar cassino.

E eu pergunto: onde estão os grandes empresários do Brasil, que vêm anos e anos pagando seus impostos, gerando emprego? E aqui está ao meu lado um dos maiores hoteleiros do Brasil, Antonio Dias. Então ele não pode colocar um cassino dentro do seu empreendimento? Tem que ser revisado esse PL. Um homem como esse – e volto a dizer: um dos maiores hoteleiros do Brasil – não ter a possibilidade de botar um cassino dentro do seu empreendimento, isso para mim é uma vergonha, e tem que ser mudada essa maneira como está esse PL. É fundamental reconhecer e apoiar empresários que já investem, acreditam e constroem no Brasil há anos.

Nossos hotéis, *resorts* e complexos de lazer já estabelecidos, com suas amplas áreas e infraestruturas existentes, têm grandes potenciais para serem transformados em conformidade com as exigências do futuro órgão regulador, supervisor federal.

E aqui falaram tanto em religião. O Eduardo Girão me conhece, conhece minha família. Quero lançar aqui um desafio. São poucas famílias do Brasil que já construíram mais igrejas que nós. Eduardo Girão, você deve saber disso. Eu mesmo já construí toda uma igreja na época de D. Aloísio Lorscheider. Fui seminarista. E quis me dar uma imagem. Eu disse: "Não, eu quero entregar na chave, toda."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero ver o Brasil crescer, não na ilegalidade, mas mostrando que o nosso turismo tem que ser visto de outra maneira, permitindo que não apenas novos *resorts*, construídos especificamente para cassino, participem, excluindo injustamente empresários que têm contribuído ao longo do tempo para a economia e a cultura do turismo do país...

A redação atual do projeto de lei estabelece bases sólidas, com lances mínimos e leilões para cassinos integrados e uma limitação restrita no número de cassinos por estado, assegurando que apenas projetos robustos se desenvolvam. Essas garantias são importantes, mas precisamos de uma política que valorize os investidores preexistentes e que também permita a eles se adaptarem a novas oportunidades.

Portanto, apelo para que o PL 2.234 seja revisado para permitir que empreendimentos existentes possam se adaptar, expandir, fortalecendo, assim, o potencial turístico do Brasil.

Com essas mudanças, podemos assegurar que a introdução de cassino beneficiará uma gama mais ampla de atração de investidores do turismo, contribuindo significativamente para o turismo e para a economia brasileira. Ao apoiar essa abordagem inclusiva, o Brasil estará não só alinhado a práticas globais, mas também maximizando o impacto positivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MANOEL CARDOSO LINHARES – ... dos jogos na nossa economia e na sociedade.

Quero dizer, meu querido Senador Marcos Rogério, referência para o Brasil, Eduardo Girão, que a hotelaria do Brasil, sim, está preparada não só para receber investimentos que vêm de fora, mas também vamos prestigiar quem já gera emprego, quem paga imposto neste país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Baixinho, por sua exposição. Eu agradeço a V. Sa. por estar aqui fazendo parte deste debate também.

Na sequência, nós teremos as perguntas.

O SR. MANOEL CARDOSO LINHARES – Queria só pedir permissão, meu querido Senador, eu tenho um voo agora, mas vou deixar aqui o Antonio Dias, hoteleiro, para representar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vai ficar como testemunha, está bem, está bem, obrigado. Obrigado a você pela sua presença aqui. Muito boa viagem também.

Nós temos ainda dois expositores para fazer uso da palavra e aí a gente encerra a parte das exposições, depois passaremos aos questionamentos do Senador Girão e teremos um momento final também para a exposição dos que estão a apresentar suas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora sim, com a palavra, o Dr. Peterson Queiroz Araújo, Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais.

O SR. PETERSON QUEIROZ ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia mais uma vez. Gostaria de agradecer o convite para participar deste tão importante evento e aproveito para cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senador Marcos Rogério.

Pode colocar, por favor, a apresentação?

Dentro de toda essa temática, eu me restringi à questão de segurança pública e, dentro da temática segurança pública, eu me restringi um pouco mais em apresentar um caso nosso do Gaeco, que começou em 2019, em que apresenta dados concretos de como realmente funciona, o que é uma organização criminosa que explora jogos de azar.

Essa operação foi batizada de Hexagrama, porque o líder dessa organização tinha por costume usar a Estrela de Davi para identificar a organização criminosa. Inclusive, em uma delegacia de polícia, durante a operação, foi flagrado um adesivo colado no armário. Isso já é um indicativo muito grande da promiscuidade que aconteceu nessa operação... aliás, da promiscuidade que aconteceu entre agentes públicos e a organização criminosa, a ponto de se ter, dentro de uma delegacia de polícia, um símbolo desse explorador de jogos de azar.

Pode passar.

Essa operação foi devidamente divulgada na mídia. Ela foi deflagrada em 6 de março de 2020. A imprensa comentou bastante esse caso.

Pode passar mais uma.

A organização criminosa – pode voltar um pouquinho – tinha um líder, que é o grande explorador de máquinas de jogos de azar. Dentro dessa organização, havia 11 membros não policiais, normalmente exercendo atividades de gerência dos pontos de exploração de jogo. Foram identificados 14 policiais civis envolvidos diretamente na organização criminosa e 23 policiais militares.

Se a gente analisar o texto somente como foi publicado na imprensa, a gente não consegue visualizar a profundidade dessa organização criminosa. Nos meus quase 20 anos de Ministério Público, eu nunca me deparei com uma investigação que trouxesse um raio-X dessa ligação dos agentes públicos com esses criminosos que exploram jogos de azar como a gente presenciou nesse caso. Então, eu achei pertinente trazer para esse momento uma situação real, que demonstra como funciona realmente essa vinculação entre o agente público e o criminoso.

Todas essas imagens constam no processo. O processo já não está mais sob sigilo, mas, de qualquer forma, para preservar as pessoas, eu achei por bem ocultar ali os rostos. Ali à direita, tem o líder, dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

policiais militares convidados pelo líder da organização para uma boate de alto padrão na região de Belo Horizonte, onde esses policiais receberam bebidas, comidas e ingressos de forma gratuita.

É interessante a gente observar que, na mão do policial militar ali, dos dois policiais militares, tem um copo, como se fosse uma máfia, "Família Danone", que seria o apelido do líder da organização, demonstrando que, nesse caso, ele via todos os policiais quase como sua família, realmente como uma máfia.

Também, aprofundando um pouco na investigação, a gente consegue identificar algumas situações em que essa proximidade do agente público com o criminoso chega a enojar, chega a causar nojo na gente. Por exemplo, nesse *print* da conversa de WhatsApp com determinado policial, o criminoso fala o seguinte: "Dá para conversar com ele não? Combine com ele um valor para não mexer com Guedes", que é um determinado policial. "Sim, acho difícil." "Pois é, o pessoal falou a mesma coisa." E, no final, ele fala o seguinte: "Bobo demais. Dava para ganhar o dele tranquilo. Mas fazer o quê, né?". Essa é uma conversa entre o policial e o explorador do jogo de azar.

Ali, por exemplo, aquele policial estava fazendo a escolta dos gerentes do crime organizado, os gerentes da exploração lá ao fundo.

Pode passar.

Nesse caso, ele apresentou... O chefe da exploração encaminhou um comprovante de depósito na conta do policial. E falou: "Bom dia, meu amigo, já está na conta. Aquele bar onde você fez a apreensão, eles voltaram com os equipamentos". Ou seja, fez o pagamento e já deu a orientação para que o policial fosse lá e realmente já fizesse uma nova apreensão no rival.

Nesse caso aí, eu não vou ler para não me alongar muito, mas o policial reclama que está perdendo com a arrecadação porque a área que ele atendia tinha caído um pouco no rendimento da organização criminosa e ele estava ganhando pouco. Ele reclama, manda o contracheque dele ali embaixo, dizendo: "Olha quanto que eu ganho", e pede para o líder da organização manter a propina dele em pelo menos R$3 mil até o final de dezembro, senão ele não ia conseguir pagar a faculdade – e tinha um sítio também para quitar.

Mais uma conversa também entre um policial e esse líder da organização. Nessa ocasião, o policial está fazendo um churrasco e convida o líder da organização para participar e diz ali: "Gostaríamos muito de sua presença".

Aqui mais uma conversa com outro policial. Isso aí tudo ficou demonstrado, que o policial avisou o líder da organização que poderia haver uma operação policial em que esse líder poderia ser preso. Então, ele foi avisado ali que era uma "casinha", um jargão policial dizendo que poderia acontecer isso e ele ser preso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda dentro desses inúmeros episódios de corrupção, mais uma vez aqui ele fala o seguinte: "Preciso dar um agrado aqui para o meu motorista, entende? Como sugere?". "O que tem em mente?" E ele: "Ele está comigo. Cem é só para ele ficar *light*, depois a gente vê como vai ficar".

Pode passar.

Mais uma conversa entre agentes públicos e o líder da exploração: "Boa tarde, primo, tudo tranquilo?". E ele fala: "R$200 por equipamento; um, R$200; dez, R$2.000". Então já passa até os valores de quanto que o policial ganharia de propina na exploração do jogo naquela região.

Pode passar.

Esse aí é um vídeo que a gente encontrou também no celular do líder da organização, demonstrando a violência do grupo. É só para ilustrar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PETERSON QUEIROZ ARAÚJO – Nesse caso específico, era um membro da organização que depois se desentendeu, ele foi executado e foi queimado dentro daquele carro. E, do lado direito, temos um recado.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PETERSON QUEIROZ ARAÚJO – Pode passar mais uma.

Esse aqui foi também uma vítima de, no momento, tentativa de homicídio. E o líder da organização pede para que o seu gerente tire fotos da pessoa porque ele quer ver. Inclusive, ele está com o rosto muito machucado. E o líder da organização queria que ele tirasse uma foto de perto, realmente, para ver como é que estava a situação da vítima. Só que não foi possível por causa do término da visita.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PETERSON QUEIROZ ARAÚJO – A mesma coisa... Nesse caso são ameaças, aliás, são conversas a respeito de um homicídio que foi praticado pela organização. Ele fala ali que matou uma pessoa e depois foi dormir muito bem, igual a um neném, ele relata ali.

O objetivo dessa rápida apresentação foi só para mostrar que aquilo que a gente imagina, que é tão falado de envolvimento desses exploradores de jogos de azar com corrupção e violência, realmente é um fato. E, na investigação conduzida por nós a partir de 2019 – em 2020, foi deflagrada a operação; 2021, ação penal; 2022 em diante –, realmente é um fato. E eu trouxe isso só para ilustrar essa realidade que a gente presenciou nessa ocasião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Agradeço ao Dr. Peterson Araújo, Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imediatamente, eu já passo a palavra para o Sr. Alex Pariente, que é Vice-Presidente da Operação de Cassinos e Hotéis do Hard Rock International.

Muito obrigado, seja bem-vindo aqui.

O SR. ALEX PARIENTE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu queria começar agradecendo, em nome da companhia que represento, neste caso Hard Rock International, e seu *Chairman*, Sr. Jim Allen, a possibilidade de poder participar neste momento tão importante e com um tema de tanta relevância para o Brasil.

É uma honra para nós e agradeço muito à CCJ e a todos os Senadores, especialmente a vocês, pela oportunidade.

Se pudermos colocar a apresentação na tela, agradeceria. (*Pausa.*)

Podemos avançar. (*Pausa.*)

Dá para avançar? (*Pausa.*)

Como primeiro passo, eu queria só, a modo de ilustração, dar um visual a vocês do mundo, de como se vê o mundo hoje, como os países têm cassinos como forma de entretenimento legalizado.

Se nós vamos para o próximo eslaide, vamos ver também quando nós agregamos outras formas de jogo legalizado acima dos cassinos. Praticamente, hoje, em todo o mundo, a atividade é aceita como uma forma de entretenimento legal, na maioria do mundo. Eu acho que são cinco ou seis países no mundo inteiro que não têm nenhum tipo de forma legalizada de jogo como forma de entretenimento.

A decisão de aceitar ou não o jogo como forma de entretenimento e legalizar o jogo é uma atribuição puramente exclusiva do povo brasileiro e seus representantes eleitos. Nós estamos aqui para colaborar e formar uma base sólida a partir da qual o Brasil pode se colocar em uma posição de poder oferecer os benefícios que pode ter em operar aqui aos melhores operadores do mundo inteiro e até fortalecer aqueles operadores internos que podem participar e enriquecer a indústria.

Se a escolha do povo for a de abraçar o jogo como uma forma legal de atividades, a sugestão seria de poder fazer isso da forma o mais horizontal possível, abarcando praticamente todos os setores da indústria através de uma política inclusiva que vise criar uma plataforma forte para poder trazer não só os melhores operadores internacionais que podem trazer investimento para o país, mas motivar operadores que já estão gerando emprego e já estão operando no país, podendo profissionalizá-los, e elevar a qualidade dos participantes na indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também existem muitos precedentes hoje em mercados amadurecidos em que a atividade é perfeitamente mensurável, e tem muita informação que pode ser disponibilizada para análise para poder, a partir de experiências de outros, evitar erros que outras pessoas ou outros países cometeram durante o processo de legalização da atividade, evitando esse tipo de inconvenientes durante esse processo de legalização, se for o caso.

Vamos para o próximo eslaide?

Tem vários motivos para ficarem entusiasmados com a legalização dos jogos de azar. Hoje em dia, o jogo existe em praticamente todas as formas que nós estamos sugerindo trazer para a discussão para serem legalizadas. Por qualquer razão e por vários motivos, nós escolhemos ter uma dimensão de que o jogo existe praticamente em todas as formas possíveis, tanto físicas como *online*. O problema é que esse jogo não gera nenhum tipo de receita para o país.

Prevenir crimes que podem acompanhar os jogos ilegais. Tivemos oportunidades de olhar apresentações de colegas em que se manifestaram diferentes tipos de atividades criminosas, que, hoje em dia, acontecem de muitas formas. Poder legalizar, poder regulamentar uma atividade traz uma melhor maneira de controle, maior fortalecimento das instituições para poderem ser mais efetivas não somente no controle, mas em uma prevenção de todo tipo de atividades criminosas.

A criação de empregos através do aproveitamento da infraestrutura que existe hoje no país e também através da atração de investimento externo que possa colaborar para criar outro tipo de estabelecimento que hoje não existe no Brasil, apesar de ser um país de dimensões continentais e de uma beleza indescritível.

Induzir o turismo. Eu estava revisando uma pequena operação que nós temos no Caribe, em um país chamado República Dominicana, que cabe mais de 170 vezes no tamanho do Brasil. No ano passado, ele recebeu 10 milhões de turistas. Segundo eu compreendo, o Brasil recebeu 6 milhões. Então, se nós podemos utilizar todo tipo de recurso de uma maneira muito controlada, muito regulada para poder fortalecer o ingresso de divisas no país, em vez da exportação de divisas, como existe hoje, eu acho que é um benefício importantíssimo para o país.

Eu escutei exposições de colegas que falaram que só 4% das pessoas vão jogar em Las Vegas. O problema é que esses 4% de pessoas brasileiras que vão jogar em Las Vegas jogam quantias muito grandes. O mercado brasileiro em Las Vegas, em nível internacional, foi o terceiro mercado no mundo. Então, essa exportação de divisas não é insignificante como alguém pode pensar, quando estamos falando que são 4% de pessoas que vão lá. As pessoas de maior poder aquisitivo são aquelas que podem aproveitar de produtos que não existem hoje, no Brasil.

Impulsar o crescimento econômico, gerar novas receitas fiscais. Muitos colegas já atacaram esses aspectos, mas também, quando você permite grandes investimentos, há impacto dentro das áreas onde esses estabelecimentos são estabelecidos, acrescentando valor das terras em áreas vizinhas. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações muito concretas dos mercados, de diversos mercados no mundo, alguns deles nos Estados Unidos, onde isso é uma realidade muito grande.

E também financiar o tratamento do problema da dependência no jogo de azar. O jogo de azar também cria algum tipo de dependência como qualquer outra atividade... As crianças passam muito tempo *online* e manifestam essas dependências através dos excessos, mas os excessos não são só privativos do jogo.

Podemos avançar para o próximo.

Três pilares são fundamentais do nosso ponto de vista para poder criar uma plataforma, uma estrutura que possa ser conducente a trazer um investimento externo significativo que agregue valor para o país: uma estrutura legal, um marco legal muito firme que possa atacar o equilíbrio entre integrar as pessoas corretas, as companhias corretas através de uma lei muito firme, muito estrita, limitar o número de licenças e empoderar também reguladores, algum ente regulador independente que possa ter um controle absoluto de como a atividade vai ser desenvolvida; a viabilidade econômica, encontrando um equilíbrio entre as necessidades do poder público, do poder privado, para poder fazer sustentável a atividade da indústria; e também uma governança, uma regulação absolutamente estrita, que limite o acesso de atores que estão operando, neste momento, na indústria sem nenhum tipo de fiscalização, isso pode ser atacado em nível de uma regulação muito, muito estrita.

Hoje temos no Brasil muitos pilares que podem ser aproveitados para poder conduzir ao sucesso. O sistema bancário, o sistema financeiro do Brasil é um dos mais avançados do mundo, ainda mais que o dos Estados Unidos, e esse é um pilar fundamental para evitar a lavagem de dinheiro através do jogo, como acontece em outros tipos de atividades.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX PARIENTE – A qualidade deste processo de legislação determina a qualidade dos operadores que vão vir.

Eu queria avançar somente, muito rapidamente, se puder aproveitar esse minuto – vamos para o próximo eslaide –, para mostrar para vocês uma diferença entre – podemos avançar? – o que é um cassino regional e um *resort* integrado. Cassinos regionais existem neste momento, no país; *resort* integrado é aquele que nós podemos agregar.

Podemos avançar um pouco mais, por favor.

Quando nos escutávamos falar de aproveitar recursos que existem neste momento, nós temos muitos hotéis aqui no país. Esses hotéis que temos no país podem ter cassinos regionais. Os cassinos regionais têm recursos limitados para atender um tipo de cliente que está já na região. Os *resorts* integrados são investimentos muito maiores, em alguns casos, de bilhões de reais, que agregam outro tipo de oferta em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nível de experiência para o consumidor. Em um *resort* integrado, o nível de visitantes tem um perfil muito mais alto, as apostas são muito mais elevadas.

Podemos avançar, por favor?

Em um *resort* regional, os limites das apostas são mais baixos, a frequência de visitação é muito mais alta.

Eu queria deixar – por causa do tempo, não vai dar mais tempo – alguns dados econômicos do jogo nos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm 1.011 cassinos comerciais neste momento, um impacto de US$328 bilhões em atividade econômica e quase 2 milhões de empregos gerados através da atividade. O impacto tributário é de mais de US$52 bilhões. E a receita dos jogos é – a informação é de 2023 – de US$66,6 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dr. Alex Pariente, ele que é Vice-Presidente de Operação de Cassinos e Hotéis do Hard Rock International.

Eu já passo a palavra agora para o nosso Deputado Fernando, pois a gente está alternando entre Parlamentares e palestrantes. Então, eu vou lhe passar a palavra. Depois do senhor, eu gostaria também de falar, pois eu vou ter que pegar um voo daqui a pouco.

Eu combinei aqui, Senador Marcos Rogério, nós fizemos um acordo, já que – e foi até lembrado aqui pelo nosso Secretário Carlos Henrique Sobral – nós temos dois que são a favor, os dois últimos são a favor... Teve um a mais. E aí, como o Dr. André Estêvão não pôde fazer a exposição completa, se o senhor me permitir, claro, serão mais dez minutos para equilibrar, para ficar justo, para o Dr André poder depois fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

Eu vou passar a palavra para o Dr. Paulo Fernando – já assume a Presidência o Senador Marcos Rogério – e, depois dele, eu quero falar, porque eu tenho que viajar.

O SR. PAULO FERNANDO MELO DA COSTA (Para expor.) – Sr. Presidente, meu caríssimo amigo Senador Eduardo Girão, Senador Marcos Rogério, eu queria falar não na condição de Deputado Federal, mas como membro do movimento Brasil Sem Azar, movimento esse de que participam o Senador Girão, o Senador Magno Malta, a Senadora Damares e muitos colegas.

Eu queria abordar a questão crucial da ludopatia. Nós temos um grupo que são os Ludopatas Anônimos, que atua no mesmo esteio dos grupos dos Narcóticos Anônimos e dos Alcoólatras Anônimos em relação aos 12 passos. Eu pude acompanhar uma dessas reuniões dessas pessoas viciadas no jogo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhar vários testemunhos de como o vício no jogo levou à destruição da sua família, à questão do endividamento, da agiotagem, do alcoolismo, da drogadição, a problemas domésticos, à violência contra a mulher e obviamente à questão do divórcio. E lembro que os jogos de azar nessa modalidade, incluindo os cassinos, são reconhecidamente uma prática que acarreta o vício, que na literatura nós chamamos de ludopatia. E isso está, inclusive, catalogado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) na relação das patologias da Classificação Internacional de Doenças (CID) com o número CID 10:F63.0.

E lembro também que o jogo nunca vem sozinho, o jogo sempre vem mal acompanhado. Mal acompanhado do quê? Do crime organizado, da violência, do narcotráfico, do caixa dois de campanhas eleitorais, que é um assunto muito relevante...

E eu até discordo do nome jogo de azar, porque, na verdade, é jogo de sorte, porque, como o Procurador falou, só quem ganha é a banca. Não é verdade? Então, o nome deveria, inclusive, ser trocado.

De tal maneira, não apenas aqui no Senado, lá na Câmara também, acompanhamos com muita atenção essa questão da jogatina, inclusive em relação agora às novas modalidades, inclusive jovens que estão largando a sua faculdade, largando o seu emprego para passar o dia todo fazendo apostas nos mais diversos campeonatos esportivos em todo o mundo, até na segunda divisão de futebol da Turquia. Por exemplo, se o gol vai ser de falta, se o gol vai ser no segundo tempo, se o gol vai ser feito por um jogador que substituiu o outro, vai aumentando o valor das apostas.

De tal maneira, é importante também observar, na questão econômica, que a jogatina não promove o desenvolvimento da sociedade, ou seja, o impacto efetivo dos ganhos do cassino é mitigado, porque outros segmentos econômicos deixam de arrecadar. Então, não se gera emprego em virtude da legalização dos jogos; é ao contrário: desemprega-se em outras áreas para atender a questão da jogatina.

De tal maneira, nós do Movimento Brasil Sem Azar cumprimentamos a iniciativa da CCJ do Senado, de debater, de maneira serena, de maneira madura, este assunto tão relevante, que afeta uma grande parte significativa da sociedade brasileira.

Para terminar, na condição de católico, lembro também que a nossa Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou, inclusive, uma nota oficial contra a legalização dos jogos no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Dr. Paulo, Deputado Federal e alguém que tem uma atuação já nessa pauta há muito tempo, na Câmara dos Deputados, e eu sou testemunha do seu trabalho.

Eu vou assegurar a palavra, neste momento, ao Senador Girão, que é o proponente desta audiência pública, para que faça uso da palavra, e, na sequência, ouviremos os últimos expositores já com as conclusões finais e as respostas também aos questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Perfeito, Senador Marcos Rogério. É muita honra estar sendo aqui conduzido pelo senhor, nesta audiência, um Parlamentar que eu admiro desde antes de ter imaginado disputar algum cargo na política. Jamais tive esse planejamento, e eu já o admirava pela sua atuação, sempre muito coerente e muito firme, em defesa de valores, de princípios.

Eu ouvi aqui atentamente... Vou pedir desculpa ao Secretário Nacional de Infraestrutura, vou ter que sair. Também haverá complementação do Dr. André, para fazer esse equilíbrio. Eu vou ter que sair, mas a nossa equipe vai ficar aqui, vai me repassar. Depois eu vou assistir, porque eu tenho que pegar o voo para Fortaleza, mas eu queria dizer que ficou muito claro para mim, Senador Marcos Rogério, muito claro aqui.

Eu vou falar uma palavra que tem uma conotação um pouco pesada, mas faz parte do jogo – literalmente faz parte do jogo. O *lobby* está aqui presente muito fortemente. Isso faz parte, está no Congresso americano, tem no Congresso brasileiro, mas o que me chamou a atenção foi que os que defendem a legalização, a liberação da jogatina no Brasil, a volta do bingo, depois de tudo o que aconteceu. O brasileiro não tem memória curta, o brasileiro vai contactar seus Senadores, porque foi uma tragédia humana que aconteceu há pouco tempo, de gente se suicidando aos montes, idosos que perderam tudo – até fraldas, Senador Marcos Rogério.

Teve um caso de uma senhora, que eu ouvi, colocando um fraldão para não perder lugar no caça-níquel, porque ela achava que ia ganhar. É uma devastação humana.

O Brasil já tem problema demais. Querem colocar mais problema no Brasil, com a justificativa de que vai gerar arrecadação, vai gerar receita, vai gerar emprego? Com todo o respeito a quem pensa diferente: é uma falácia. Nem gera! Nem gera! E nós vamos demonstrar aqui, com dados.

E, mesmo que gerasse, mesmo que fosse verdade, qual é o custo disso para a sociedade brasileira? Qual é o custo de cada real que entraria por uma eventual legalização, que nós vamos fazer de tudo para que não ocorra? Mas quanto que seria R$1? Geraria quanto, em custos sociais? Quanto de saúde mental, de segurança pública, que a jogatina gera para a sociedade?

Então, eu queria dizer que os nossos convidados foram de instituições. Trouxemos convidados de instituições brasileiras. Inclusive, tem nota da PGR, duas notas técnicas da PGR, associação da Polícia Federal, dos policiais federais, a associação dos auditores da Anfip, que estava aqui, da Coaf, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras... E nós vemos, do outro lado, a indústria, o dinheiro.

E foi muito bem colocado pelo meu colega, cearense, conterrâneo, que teve que sair também – só que eu não vou no mesmo voo dele –, Dr. Manoel... Eu fui hoteleiro. Eu fui hoteleiro no Ceará. Dois hotéis. E você acha que não teve proposta para isso? Lá, naquela época, que achavam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque há 30 anos se debate isso aqui, Senador Marcos Rogério. Trinta anos se debate isso aqui. Sempre rejeitado na Casa. E vieram com "olha, vai ser a solução. Está lá no Congresso Nacional, vai aprovar tudo...". Eu disse: olha, se tiver, no meu hotel não vão fazer isso não. Absolutamente. Se tiver que fechar o hotel, que deixar parado, mas não colocar cassino, eu faço. Eu perco o meu investimento. Dinheiro não compra tudo na vida.

Eu tenho o maior respeito, eu quero deixar muito claro... Eu tenho respeito pelo Hard Rock. Inclusive, está investindo no Estado do Ceará. Agradeço pelo investimento. Farei o que estiver ao meu alcance para que essa rede se fortaleça – que está no mundo inteiro –, mas eu estou vendo as coisas acontecerem também sem a necessidade de jogo.

Nós temos belezas naturais fabulosas, um povo hospitaleiro... Aqui você tem... No Ceará, por exemplo, você tem duna, Senador Marcos Rogério. Você conhece bem o Ceará. Você tem praia, você tem Sertão, você tem serra... Você tem um turismo como é no *plantation*, para ir às fazendas produtoras de melão, de mamão, pode fazer mil... Não precisa de jogo. Não precisa de jogo!

O que a gente precisa, como foi muito bem colocado aqui, Dr. André, é de investimento na área de segurança, é de trazer paz social. Isso vai trazer o inverso!

O que a gente precisa é investimento na infraestrutura. Isso vai trazer turismo ao Brasil.

Agora, não: eu vou acordar de manhã, se a gente...

Porque foi falado aqui: "O jogo está no mundo todo. O Brasil não pode ficar atrás. Já está no mundo todo!". Então, eu vou pegar... O mundo todo é igual ao Brasil?

E outra coisa: o mundo todo chegou aí próximo de legalizar o aborto, de legalizar as drogas. Viram o problema, estão voltando atrás. Agora eu vou legalizar também no Brasil?

Nós temos nossos valores, nós temos nossos princípios. "Ah, mas tem jogo ilegal em todo lugar. Tem que liberar o jogo.Tem em todo lugar, em qualquer esquina." Tem assalto a banco em qualquer esquina também. Vamos legalizar? Tem assassinato na esquina. Vamos legalizar o assassinato? É isso? A gente precisa fazer um debate aqui, um debate honesto com relação a esse tema.

E eu quero trazer as informações que foram faladas do turismo, já que nós estamos com a indústria aqui, na qual eu tenho um lugar de fala também, pela atividade profissional que eu tive durante muitos anos. Os jogos não vão contribuir para atrair turistas e estrangeiros. Vamos falar sério sobre isso. O cara vai acordar lá na França, que tem jogo, vizinho, em todo lugar ali na Europa, e vai dizer "não, agora eu vou jogar no Brasil, me deu vontade de jogar, eu quero jogar no Brasil, vou para o Brasil."?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há uma coisa que o nosso colega Seif falou, que tem muito a ver com o Ceará. Nós tivemos problemas gravíssimos com prostituição infantil. Temos, sim. Só se ele vier com outras intenções. Não é para jogar, não, meu amigo. Não é para jogar, não, que ele vem, porque ele tem lá, vizinho.

Lá em Las Vegas, 14% dos turistas é que são estrangeiros, Senador Marcos Rogério, somente 14%. Vai dizer que vai abrir, vai vir... Lá em Las Vegas, que é a meca da jogatina, onde está cheio de problema: criminalidade, fraude... Eu estive em Las Vegas, eu fui estudar o assunto em Las Vegas. Eu estive em Macau.

Ah, foi falado aqui que na região onde tem o cassino aumenta a valorização dos terrenos. É o inverso! Segundo a Associação dos Corretores de Imóveis, Senador, lá dos Estados Unidos, em Atlantic City, por exemplo, que foi um lugar que teve a legalização, a associação disse que caiu em 50% o valor dos imóveis na região.

Então, além de canibalizar emprego do comércio... E estão aqui as matérias, Senador Marcos Rogério. Não estou chutando, não. Estão aqui as matérias, ó.

Até as apostas esportivas, que têm correlação direta, agora tiram dinheiro do comércio. É claro!

O senhor sabia que o Bolsa Família, em seis meses de legalização, já está sendo corroído pelas apostas? O Bolsa Família, dos brasileiros? R$100 do Bolsa Família já estão comprometidos com aposta. É isso que a gente quer... Quer mais? Quer gerar um problema coletivo?

Eu fico assim... Eu nem ouvi a sua palestra, não quero fazer um prejulgamento, mas eu acredito piamente que o Governo Lula, que sempre foi contra... o PT sempre foi contra! Porque "Ah, defendemos o social, defendemos as pessoas pobres", eu tenho convicção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... seria uma decepção muito grande se o Governo Lula estiver a favor disso, porque foi no Governo Lula que os bingos foram fechados. E se fala só em *resort* integrado e não se fala nos bingos, não se fala no jogo do bicho, que está dentro desse projeto nefasto, ruim para a nação brasileira.

E para encerrar, para obedecer ao tempo, Sr. Presidente, eu tinha muita coisa para falar, acredito que nós precisamos ter outras audiências públicas, não podemos encerrar aqui, temos que ouvir a sociedade brasileira, que é a que vai ser afetada gravemente com esse projeto; temos que ouvir a rede de hotéis que ficou de fora, como foi colocado pela Abih, que tem razão nesse aspecto. Por que os hotéis do Brasil que já estão estabelecidos há décadas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... não vão participar de um projeto desse? Sabe por quê? Porque foi feito para magnata, esse projeto é para magnata de fora. É um desrespeito com os hoteleiros do Brasil também, concordo nesse aspecto. Mas eu sou contra, vou votar contra. E espero a mobilização dos brasileiros, porque está aqui, Senador, olha: ela estava devendo mais de R$1 milhão! Empresária diz que irmã tirou a própria vida por causa dos jogos. Então são casos e mais casos da ludopatia.

Nesses 16 segundos que me faltam, só para fechar esse dado aqui que me toca profundamente a alma: a questão do suicídio. O artigo publicado no jornal *The New York Times*... O senhor fala muito bem o português...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... você mora em Miami, mas é argentino, mas olha lá, eu também morei lá em Miami.

O artigo do *The New York Times*, que é um jornal respeitado: estudos sobre jogo compulsivo indicam que entre 50% e 80% dos ludopatas pensaram em tentar o suicídio. A média da população sabe quanto é? Cinco por cento – cinco por cento, Senador! E quer outro dado? Entre 13% e 20% tentaram ou conseguiram se matar. Sabe quanto é a média da população? Meio por cento. Olha o que o jogo faz com a vida das pessoas! É uma devastação. Que este Senado tenha juízo. O Brasil não precisa de mais problemas.

Se o senhor permitir, eu só queria passar um vídeo que está aqui na equipe. Eu já não falo mais. É só passar um vídeo dando voz à sociedade que nesta audiência não pôde participar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Enquanto o vídeo que o Senador Girão vai apresentar é colocado no ponto, eu quero fazer aqui o registro da presença de algumas autoridades e convidados: Daniel Cola, Delegado Federal, Coordenador-Geral de Combate ao Crime Organizado do Departamento de Polícia Federal – agradeço muito a presença no ambiente desta sessão de audiência pública –; e Delano Tavares, da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação – também agradeço a presença nessa audiência pública.

Está no jeito? (*Pausa.*)

Ainda não?

Ao final a gente faz a exposição.

Eu quero agradecer muito ao Senador Girão, compreendendo a dinâmica de voos aqui, porque todos nós estamos submetidos a isso, mas agradecer o seu empenho, reconhecendo o seu trabalho, a sua luta permanente em relação a esses temas – os temas da vida, os temas da liberdade. Esse tema dos jogos é um tema em que eu tenho testemunhado aqui o seu empenho, desde quando chegou aqui, mas muito antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar. Eu ainda era Deputado Federal, e o Senador Girão já frequentava... E, quando ele falou aqui do apreço que tem pessoalmente à minha pessoa, eu me recordo do tempo em que o Senador Girão não era ainda um Congressista, mas já atuava, no âmbito do Congresso Nacional, na defesa desses temas – contra a questão dos jogos, contra a questão das drogas, a pauta da vida contra o aborto. Então, enfim, eu faço esse registro para dar testemunho do seu empenho, do seu zelo, da sua dedicação a essa causa. É por crer nisso, nesses valores, que V. Exa. se empenha tanto. Muito obrigado pela contribuição que traz a esse Parlamento.

Então, na sequência, vou abrir a palavra ao Dr. Carlos Henrique, Secretário Nacional de Infraestrutura, Crédito e Investimento no Turismo, que representa, nesta audiência pública, o Sr. Ministro de Estado do Turismo, Celso Sabino – fui colega, quando Deputado Federal, do atual Ministro Celso Sabino. V. Exa. é muito bem-vindo para fazer a sua exposição.

Na sequência, eu vou abrir o espaço para as considerações finais e acrescento o tempo ao Dr. André Estêvão para que possa também concluir a sua exposição.

Dr. Carlos Henrique.

O SR. CARLOS HENRIQUE SOBRAL (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Em nome do Ministro Celso Sabino, agradeço o convite para o Ministério do Turismo estar aqui presente hoje.

Quero cumprimentar aqui o Senador Marcos Rogério, Vice-Presidente, atualmente aqui presidindo a CCJ, um Parlamentar que eu conheço desde a sua época de Deputado Federal, de quem conheço a história e todo esse trabalho perante o Brasil, principalmente por Rondônia.

Antes de falar, quero deixar registrado que eu estou aqui com o meu assessor Karl; o Wilken, assessor do Ministro; e a Cristiane, nossa assessora parlamentar do Ministério do Turismo.

Primeiramente, quero passar os dados atuais do turismo no Brasil. Atualmente, nós temos aqui 214 mil empregos gerados, 6 milhões de turistas estrangeiros. Desse número de 6 milhões – eu procurei saber aqui –, há anos nós não passamos, ou seja, vimos sempre batendo nessa tecla de 6 milhões. Tivemos vários eventos internacionais no Brasil, porém esse número não foi mudado. É um desafio que o Ministério do Turismo tem. O Ministro Celso Sabino tem isso como meta, para que possamos tirar essa barreira dos 6 milhões de turistas estrangeiros.

Em termos de receita hoje em dólar, nós temos US$36,5 bilhões de receita. O nosso PIB também é um dos menores que existem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para se ter uma ideia, o Brasil com 8%: São Paulo tem 10%, Gramado tem 90%, ou seja, é uma ideia, é uma expectativa, aí conseguindo trazer esse novo turismo, e podemos fazer com que possamos também sair dessa barreira dos 8% do PIB brasileiro.

Nossos gastos da economia hoje, em dólar, US$34,5 bilhões; leitos criados, hoje, 37 mil; estamos aí com 112 milhões de passageiros transportados, ou seja, um número muito pouco pelo tamanho que nós temos no nosso país; e, em termos de investimento, US$1,1 bilhão – em investimentos em dólares.

Pode passar.

Em termos de *top* 5 de conquistas do turismo brasileiro que nós conseguimos fazer aqui: nós estamos hoje com um faturamento, em 2023, de R$34,5 bilhões, como já tinha falado anteriormente; nós tivemos o melhor primeiro trimestre da história em faturamento, mais de US$2 bilhões de dólares; a melhor alta da temporada na última década, R$162 bilhões; recorde de gastos de turistas em fevereiro, nós passamos aí de R$3 bilhões; recorde de turistas em março, mais de 740 mil visitantes no total, uma alta de 28,8%. E eu ainda posso acrescentar também que o nosso último verão foi o melhor verão em termos de cruzeiros marítimos no Brasil.

Pode passar.

Qual é a nossa expectativa após os *resorts* integrados? Aumento, em termos de emprego, de 20%, sairmos aí de 3,3 milhões e aumentarmos em mais de 658 mil, uma estimativa. Um aumento de receita em 15%, e chegarmos a R$74 bilhões. Em termos de investimentos, mais de 1.000%, podendo sair aí de R$5 bilhões para R$66 bilhões de investimentos. E o nosso PIB, como falei anteriormente, em relação ao qual nós nunca saímos dos 8%, da barreira, chegarmos aí a 9,2%, quiçá chegando a 10% e conseguirmos chegar nos dois dígitos do PIB brasileiro.

Pode passar.

No PL, Presidente, na parte do turismo, eu quero deixar claro, principalmente aqui no art. 52, que o local em que serão colocados os *resorts* integrados não é em qualquer lugar. Nós faremos estudos, pesquisas em termos de viabilidade social, econômica, para que se possa saber onde nós estamos colocando, onde podemos colocar esses *resorts* integrados, ou seja, não é uma questão de chegar e abrir em qualquer lugar. A ideia que está no projeto é que nós possamos fazer isso através de um estudo detalhado, para saber onde realmente é possível ter capacidade de ter esse *resort* integrado.

Pode passar.

Então, como sugestão, para o que está lá no projeto, ou seja, um estabelecimento por um estado que tenha até 15 milhões de habitantes – seria um estabelecimento. Ou seja, o bingo, de que muitas pessoas falaram aqui anteriormente, tinha em várias esquinas. A pessoa tinha autorização e ia lá abrir um bingo, tinha a coisa aberta. Aqui a ideia é diferente: a ideia é, no caso de, num estado ou num estabelecimento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha até 15 milhões de habitantes, ter apenas um. E aquele que tenha mais de 25 milhões pode ter 3 estabelecimentos. Porém, volto a frisar, que isso é mediante um estudo de impacto para que se possa receber o *resort* integrado.

Aí eu vou passar, porque são as questões mais técnicas, e isso todos sabemos: o que é a capacidade do *resort*, ou porque também, em termos globais...

Pode passar.

Pode passar também, são técnicas.

Em termos de dados no mundo, na OMT, para vocês terem ideia, 71% dos países têm o jogo legalizado; desses 28% que não legalizaram a atividade, 75% são islâmicos. No G20, 93% das nações têm os jogos legalizados, e apenas Brasil, Arábia Saudita e Indonésia não os autorizam, sendo – volto a frisar – esses dois últimos islâmicos: Arábia e Indonésia. Na ONU, 75% têm o jogo legalizado, sendo que o Brasil está entre os 14% não islâmicos que não legalizaram essa atividade. Para se ter uma ideia, na América do Sul, apenas Brasil e Bolívia não legalizaram o jogo.

Na América do Sul, nós temos o Uruguai e, quando falamos em Uruguai, falamos em quê? Na capital Montevidéu e em Punta del Este, em que temos o também famoso cassino de Punta del Este, ou seja, é uma região do Uruguai bastante desenvolvida, até mais, às vezes, do que a capital, por conta da atração que tem em termos do seu cassino com *resort* integrado.

Pode passar.

A tendência. Os destinos com *resorts* integrados obtiveram vertiginoso desenvolvimento econômico. Como exemplo, temos Las Vegas – de que muito foi falado aqui –, Macau e Singapura. Outros exemplos que nós temos: Bahamas, em que ele já foi implantado; e tem implantação em andamento na Espanha, Austrália, Coreia do Sul e Japão; ou seja, esses são países que nós estamos dando como exemplo que estão ainda com a implantação em andamento e mostrando que são países de primeiro mundo.

Pode passar.

O *case* de Las Vegas, de que foi falado aqui. Nós puxamos esses números do Las Vegas Convention and Visitors Authority, para vocês terem uma ideia, entre 1970 e 2023, do que aumentou de receita, o volume de visitantes, o número de quartos, a renda *per capita*, a quantidade de empregos que foi gerada em Las Vegas nesse período, e a questão da ocupação hoteleira.

Quando a gente fala em Las Vegas, todo mundo fala em termos de *show*. Existem as apostas como também os *shows*, mas uma coisa é ligada à outra, e é uma ideia a ser desenvolvida aqui no Brasil também.

Outro *case* que nós também citamos aqui é o de Macau, em que você tem uma diferença estúpida em termos de PIB: de US$6,4 bilhões foi para US$47 bilhões. Em termos de receitas de jogo, US$22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões, com 70 mil empregos. Quem conhece Macau sabe o tamanho impacto que isso gerou lá. Em termos da renda *per capita*, o aumento foi de US$14 mil para US$86 mil. Do PIB deles, 50% vêm dos cassinos, que, com sua receita de US$27 bilhões, são responsáveis por 65% do emprego do país. Macau recebeu 28 milhões de turistas em 2023 e teve uma média de crescimento econômico de 9% durante 17 anos. A fonte desses dados que nós estamos botando aqui é o Banco Mundial.

Pode passar.

O *case* Singapura, tendo 2023 como base: uma receita de US$5,25 bilhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE SOBRAL – ... a criação de mais de 20 mil postos diretos de trabalho; US$8 bilhões em investimento; os *resorts* integrados representam 1,5% a 2% do PIB de Singapura; os visitantes internacionais, 13,6 milhões – e nós estamos falando aqui de 6 milhões no Brasil, ou seja, mais que o dobro –; e a receita do turismo, US$ 24,5 bilhões a US$26 bilhões.

Quero finalizar aqui, nos meus 30 segundos, dizendo que o Ministério do Turismo, Presidente, está à disposição. Nós aqui estamos para poder discutir, ajudar, receber as propostas e para que, juntos, possamos fazer um projeto com sustentabilidade, geração de emprego e renda e também possamos ouvir todo esse lado que foi discutido aqui e, usando esse outro lado, ao contrário, para que possamos aperfeiçoar e fazer com que seja um *case* de sucesso, como foi nos demais países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Secretário Carlos Henrique.

O SR. CARLOS HENRIQUE SOBRAL (*Fora do microfone*.) – Fiquei dentro do tempo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dentro do tempo. Foi rigorosamente dentro do tempo. Agradeço a V. Exa. pela contribuição e as informações que traz a esta audiência pública.

Nós passaremos agora à parte das considerações finais.

Eu queria, antes de a mesa fazer aqui as considerações finais – vou tentar fazer de ordem inversa agora –, apenas registrar a presença do Sr. Giovanni Rocco, Presidente da Adeja (Associação em Defesa da Integridade e dos Direitos e Deveres nos Jogos e Apostas), que está presente aqui.

Na verdade, houve uma indicação por parte do Senador Lucas Barreto para que ele pudesse participar conosco como um dos expositores. E, em razão do acordo que foi feito de lado a lado, acabou não participando como integrante, mas eu queria, se você quiser fazer apenas uma saudação em dois minutos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lhe dar a palavra para uma saudação. E, na sequência, passarei às considerações finais dos membros da mesa. Faço isso em respeito à sua presença, que permaneceu aqui até agora, em consideração também ao apelo do Senador Lucas Barreto.

O SR. GIOVANNI ROCCO (Para expor.) – Obrigado, Presidente Marcos Rogério, por ter atendido o requerimento do Senador Lucas. Agradeço também ao Senador Lucas e ao meu amigo Carlos Henrique também, que está participando da mesa.

E aqui, trazendo uma contribuição como Presidente de uma associação que defende a legalização responsável dos jogos, tudo que foi falado aqui das pessoas que são contra são alertas que a gente só vai conseguir enfrentar com a legalização dos jogos. Hoje o jogo já está em todos os lugares do Brasil. O jogo do bicho, que é um jogo centenário, que culturalmente faz parte da cultura do brasileiro, foi criado – pouca gente sabe – para fomentar o número de visitantes do zoológico do Rio de Janeiro e depois tomou conta do país. E essa questão de saúde pública já é um problema existente no país, que precisa ser enfrentado com a legalização dos jogos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIOVANNI ROCCO – Se a gente não enfrentar isso de forma responsável, trazendo o Estado como ente fiscalizador para fazer a gestão disso, a gente não vai conseguir os resultados e os alertas que foram colocados aqui.

E quero alertar também o Senador Irajá com relação ao texto sobre alterações que precisam ser feitas, principalmente sobre a limitação do número de licenças para os operadores do jogo do bicho. Hoje a gente tem... Essa limitação vai criar uma reserva de mercado que vai gerar questionamentos jurídicos.

Então, agradeço, Presidente – para ser rigoroso com o tempo –, a nossa participação. E parabéns a todos pelo trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Sr. Giovanni Rocco, Presidente da Adeja, por sua presença aqui. Esta Presidência faz questão de lhe assegurar a palavra para uma breve saudação. E fica registrada sua participação e a sugestão, inclusive, que faz à pessoa do Relator, Senador Irajá.

Vou passar a palavra primeiro ao Dr. André Estêvão, que foi o acordo feito aqui pelo Senador Girão, para que possa fazer a sua explanação final e já com as considerações finais. Na sequência, eu já lhe deixo à vontade – eu sei que o senhor tem um compromisso familiar – para, querendo, se ausentar.

E, na sequência, coleto as impressões e as ponderações finais dos demais convidados.

O SR. ANDRÉ ESTÊVÃO UBALDINO PEREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria inicialmente de observar que há um propósito comum que une muitos de nós que é proporcionar ao país o crescimento econômico, afinal de contas é impossível que certas porções da sociedade brasileira continuem ainda privadas de tudo. A indagação que se estabelece é se a legalização do jogo seria o caminho.

Pessoalmente, eu não tenho a menor dúvida de que o turismo entre nós será extraordinariamente incrementado se nós tivermos hotéis suntuosos, hotéis de grande qualidade situados nas regiões paradisíacas do território nacional, como existem em outros locais, independentemente de que exista nele jogo ou não. E a verdade é que o Brasil é demasiadamente aquinhoado com riquezas que lhe permitem ter essa infraestrutura turística, independentemente de que viesse a ser aqui autorizado o jogo.

E por que o Ministério Público traz à reflexão do soberano Poder Legislativo a questão do jogo, manifestando sua preocupação com isso? É porque nós temos alguns exemplos históricos muito importantes que revelam que, se alguns estados nacionais tiveram e continuam tendo grave dificuldade em concretizar o tão prometido a todos Estado democrático de direito, é porque têm eles convivido com a pior e mais persistente das suas ameaças, que são as organizações criminosas.

Eu trago um exemplo histórico, apenas para que possa ser objeto de consulta pelos que tenham essa curiosidade, até porque eu sou um apaixonado por história – digo sempre – e tenho certeza de que alguns que hoje combatem as nossas ideias no futuro nos darão razão, especialmente se olharem para aquele fato do passado, quando Alfonso López Michelsen, então Presidente da República da Colômbia, num dado instante resolveu que deveria abrir a possibilidade para o ingresso no sistema bancário formal dos chamados dinheiros *calientes*, do dinheiro proveniente do tráfico de drogas ou de qualquer atividade ilícita. Isso propiciou uma implementação de uma criminalidade tão violenta na Colômbia, porque, afinal de contas, os criminosos passaram a ter acesso aos valores que obtinham com práticas ilícitas, que o Estado colombiano foi colocado de joelhos.

Obviamente eu não estou dizendo que empresários decentes o queiram eventualmente fazer. Eu estou dizendo que essa será não mais uma pequena janela da esquerda aberta; será uma grande porta arrombada para que as organizações criminosas se debrucem ou lavem o seu dinheiro, limpem o seu dinheiro no sistema de jogo, como já aconteceu em diferentes episódios.

E, se puder, por gentileza...

Apenas para registrar, essas são algumas das consequências enfrentadas pelo Estado colombiano no momento em que ele garantiu que os recursos provenientes do tráfico pudessem ser lavados e apropriados. Tivemos assassinato de Ministro da Justiça, assassinato de Procurador-Geral da República, assassinato de Ministro da Suprema Corte – por gentileza –, destruição, explosão de aeronaves em pleno voo...

Prossiga, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ANDRÉ ESTÊVÃO UBALDINO PEREIRA – Isso é apenas um episódio em que houve a explosão de avião.

Se puder passar, por gentileza.

Aqui nós temos um episódio marcante na história da Colômbia em que um grupo de guerrilheiros apoiado por narcotraficantes tomou de assalto o Palácio da Justiça, ou seja, mais uma evidência de um Estado nacional, que prometera democracia ao seu povo, colocado de joelhos.

Por gentileza, passe adiante. Pode passar adiante, por gentiliza.

Outros episódios de violência naquele território.

Por gentileza, passe ao próximo.

A mesma coisa aconteceu na Itália, onde a máfia, financiada pelos sólidos recursos que obteve, conseguiu também colocar o Estado italiano de joelhos.

Por gentileza, se puder... Pode passar, por favor. E salte esse, por gentileza. Próximo eslaide.

A nossa preocupação é que, além do jogo propiciar a ludopatia, além de o proveito obtido ser privatizado enquanto os custos serão suportados – os custos de fiscalização, de tratamento –, nós temos um cenário absolutamente complexo no caso brasileiro. O Brasil veio, recentemente, a ser transformado de rota de passagem de cocaína para segundo consumidor. Os cartéis mexicanos, que hoje caracterizam o Estado mexicano não mais como... Não se fala mais em crime organizado no México, se fala em crime institucionalizado. Os cartéis mexicanos desceram para o Equador e fizeram no Equador aquilo que nós temos visto. A internacionalização do PCC pela América Latina tem trazido para nós uma enorme preocupação e aspectos de que nós nunca vamos fugir. Nós temos uma posição geográfica que nos coloca na fronteira com esses países que produzem cocaína e maconha, nós temos uma economia regional que nós queremos que cresça, e isso invariavelmente nos fará cada vez mais frequentemente consumidores de drogas. A alta lucratividade do tráfico... Presidente, 1kg de cocaína vai custar US$10 mil na fronteira; quem o coloque na Austrália vai receber US$260 mil por isso. Essa extraordinária lucratividade faz com que pessoas se aventurem. E essas organizações criminosas que ganham essa ousadia e colocam o Estado de joelhos só podem fazê-lo porque conseguem de algum modo incorporar a economia lícita a seus valores. E isso é exatamente o que nos preocupa, não apenas o aspecto moral, não apenas o aspecto de que suportará a sociedade os efeitos decorrentes, mas será uma porta aberta para que as organizações criminosas possam lavar seu dinheiro no Brasil e tornar, portanto, o país um país absolutamente perigoso para se viver, mais perigoso, eu diria, do que hoje, em que nós já somos campeões de homicídios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que, se nós tivermos atitudes prudentes, no sentido de só fazer aquilo que efetivamente nos interessa, nós temos condições de reduzir significativamente o número de homicídios do país, fazendo do país um país seguro para atrair tanto turismo interno como turismo proveniente de outros Estados.

O jogo, na visão que temos, na experiência que temos, é um instrumento que certamente favorecerá o fortalecimento das organizações criminosas a um ponto tal em que talvez nós experimentaremos aqui, no futuro, o que outros países já enfrentaram – algo de que nós não estamos desgraçadamente muito longe, ao que parece.

Eu agradeço a V. Exa. este tempo adicional que me concedeu e sigo, como lhe disse, à disposição para qualquer cooperação que nós possamos dar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dr. André Estêvão, agradeço a V. Sa. pela participação e pelas contribuições que traz a esta audiência pública. E desejo muito boa viagem no reencontro com a família. Obrigado de coração.

Asseguro a palavra ao Dr. Alex Pariente.

Eu vou tentar fazer a ordem inversa agora para não ser injusto com os demais, mas todos terão a liberdade para fazer as suas considerações finais e trazer as ponderações que acharem pertinentes, necessárias para a conclusão deste debate no dia de hoje.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. ALEX PARIENTE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Só para concluir, eu acho que ficaram muito claras aqui as posições das diversas pessoas, mas, sem dúvida nenhuma, nós estamos convivendo com o jogo em forma ilegal hoje.

A oportunidade que nós temos à frente é a de podermos ser partícipes da evolução que mostraram alguns países que têm uma indústria de jogo desenvolvida – e o Dr. Carlos Henrique mostrou perfeitamente bem em sua apresentação – e de podermos ser partícipes desse processo econômico também aproveitando a receita que o Governo vai gerar para fortalecer todas as entidades que são necessárias para controlar não só a atividade econômica, mas também o impacto social que provém da inserção de jogo legalizado como forma de entretenimento, e também para fortalecer essas instituições para que sejam mais eficientes em combater problemas que hoje nós já temos no país, quando nós ainda não temos jogo legalizado.

Eu acho que a possibilidade de poder agregar turismo para o país é muito interessante para cobrir um déficit grande que um país de tamanho continental, como o Brasil, precisa cobrir, com a inserção de competências novas, a força de trabalho que possa permitir para os jovens serem inseridos na indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje em dia, nós estamos tentando abrir hotéis neste país, tentando recolher executivos brasileiros que têm sucesso na indústria em diferentes partes do mundo, mas não temos a quantia desses executivos para poder incorporá-los no processo. Então, vamos ter que criar uma força de trabalho para poder fortalecer tudo.

A última mensagem: o segredo de tudo é seguridade jurídica, ter uma lei que seja muito, muito estrita e ampla, cobrindo todos e todas as indústrias, uma regulamentação que aproveite todos os recursos que nós temos aqui.

Já dei o exemplo do sistema bancário brasileiro como uma das principais armas para poder apoiar os sistemas de controle, para poder segregar os atores que não são desejados, para poder desenvolver a indústria e também para poder garantir a viabilidade econômica de tantos projetos, tanto aqueles que cheguem como investimentos externos como outros projetos que podem ser aproveitados através da inserção de jogo como forma de entretenimento em hotéis que já existem neste momento no país.

Isso é tudo da minha parte.

Mais uma vez, agradeço o tempo e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa. pela contribuição que também traz a esta audiência pública.

Vamos dar sequência aqui com o Dr. Peterson, também fazendo o uso da palavra para as suas considerações finais.

O SR. PETERSON QUEIROZ ARAÚJO (Para expor.) – Vou ser bem objetivo também.

Na minha fala, eu apresentei um caso concreto que foi investigado pelo Gaeco lá em Minas Gerais e que foi bastante marcante, porque ele apresentou uma vinculação muito forte, de uma forma muito escancarada, entre agentes públicos e o explorador do jogo de azar.

Dessa investigação – foram basicamente três ações penais, uma para cada fase –, os acusados foram, em grande parte, condenados por diversos crimes. E eu fiz um levantamento recente: em primeira instância, foram cerca de 350 anos de prisão, somados todos os condenados; em segunda instância, já tem cerca de 250 anos de prisão dos envolvidos.

Isso demonstra, de uma certa forma, que o jogo de azar evolui a partir de uma condescendência do Estado. Eu acho que... Eu tenho certeza de que a legalização não vai banir do mundo do crime esses criminosos; eles vão continuar existindo.

Mesmo tendo a legalização, vai haver esse jogo paralelo, como todos nós sabemos. O cigarro é legal, é legalizado, mas cerca de 40% do cigarro que circula são falsificados, e a própria regulamentação vai alijar desse mercado legal... Essas pessoas que exploram o jogo de forma ilegal vão continuar explorando, vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar corrompendo, e essa regulamentação existente vai inculcar na população a sensação de que o jogo é permitido de qualquer forma, e isso vai fomentar o jogo ilegal, paralelo.

Então, tudo aquilo que eu falei a respeito dessa organização criminosa dentro de um ambiente de jogo proibido se aplica dentro de um novo ambiente, eventualmente, havendo um jogo legal. Vai continuar, disso eu não tenho a menor dúvida, e, como o crime sempre trabalha com o custo-benefício... Inclusive, eu acredito que o valor da corrupção policial também vai aumentar, e esse esquema de controle de território, de ampliação de lucros, tudo isso vai continuar exatamente da mesma forma ou até pior.

Então, basicamente é isso. Eu só gostaria de externar a minha percepção de que a legalização não vai afastar esse crime do jogo ilegal, como acontece hoje... Na verdade, eu acredito que ela vai realmente até potencializar esse jogo paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Dr. Peterson Queiroz Araújo, que é Promotor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a quem saúdo pela contribuição que traz também a esta CCJ.

Dr. Guilherme Luís Dias, também com a palavra, para as suas considerações.

O SR. GUILHERME LUÍS DIAS (Para expor.) – Bom, de tudo o que a gente esteve ouvindo, os inconvenientes apresentados dizem respeito exatamente ao Estado e à situação do país, neste momento, com o jogo ilegal. Os grandes inconvenientes, Senador Marcos, que foram apresentados aqui dizem respeito ao estado de coisas que o Brasil vive. Existe jogo, de norte a sul, todo ilegal e todo na mão de instituições criminosas. Se nós legalizarmos o jogo...

O jogo não traz, em si, o erro. Os cassinos não fazem prostituição infantil – os cassinos legais –, não fazem lavagem de dinheiro – os cassinos legais. Os ilegais têm que fazê-los, porque trabalham no submundo.

Então, a maior parte dos inconvenientes apresentados nesta Comissão são inconvenientes advindos do fato de o jogo não estar regulamentado.

Onde se centra o problema? Naquilo que falou o Dr. Alex: uma estrutura jurídica correta, uma normatização correta e uma fiscalização correta. Com esses três pilares, você coloca a maior parte do capital que vai gerar o jogo no mundo normal, no mundo da economia formal. Então, não vai haver lugar para toda essa marginalidade e todo esse terror que, eu concordo, existem hoje na atividade do jogo do Brasil, porque ela é uma atividade ilegal.

O esforço dos senhores ao construir uma legislação para abrir esse mercado se centra apenas nestes três fatores: vamos normatizar corretamente e vamos fiscalizar corretamente e vamos deixar a lei bem clara, para ter força jurídica. Se fizermos isso, diminuímos os inconvenientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da ludopatia existe no mundo inteiro e não diz respeito apenas ao jogo. É uma característica do ser humano, e ela precisa ser considerada. O jogo responsável tem que ser considerado, mas só é considerado quando é normatizado. Se não houver normas nem leis, o jogo é jogado às traças, na mão de criminosos.

Então, todo o problema é esse. Vamos fiscalizar; temos como fiscalizar. Vamos criar normas – e eu concordo, essas normas têm que estar de acordo com a cultura do país. Não é questão de fazer tudo igual aos outros países, mas é mostrando aquilo que mostraram os dois intervenientes aqui presentes, que a riqueza produzida é gigantesca, os números são extraordinários. Não adianta fechar os olhos por questões religiosas ou por questões de que existe crime. Não, o crime tem que ser combatido. Eu concordo com o promotor quando ele fala que vai continuar a haver crime. Sim, senhor, mas isso é do departamento policial; não é do departamento do... O Congresso tem que fazer leis para tornar legal e diminuir o fluxo extraordinário de recursos que o jogo produz da criminalidade e da mão da criminalidade. Não são as máquinas, não é o jogo que tem em si próprio o crime, e, sim, quem o usa. Então, vamos evitar que essas organizações possam dominar essas áreas econômicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME LUÍS DIAS – Apenas isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa. também pelas contribuições.

Asseguro a palavra, para fazer as suas considerações finais, ao nosso Secretário do Ministério do Turismo, Carlos Henrique, e assim a gente conclui, com os convidados que vieram hoje, a parte das exposições, agradecendo mais uma vez a sua presença e ao Ministro, pelo gesto para com esta Comissão.

O SR. CARLOS HENRIQUE SOBRAL (Para expor.) – Quero aqui, Presidente, agradecer, parabenizar o seu trabalho, que não seria diferente, conhecendo toda a sua trajetória política, e dizer que o Ministro Celso Sabino não está presente hoje porque está em uma agenda no exterior, está retornando de uma agenda no exterior. E quero dizer que o Ministério do Turismo se coloca à disposição desta Casa para que possamos discutir esse projeto e tantos outros que forem necessários para o desenvolvimento do turismo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Sa., muito bem-vindo a esta Comissão, a esta Casa, que você conhece, V. Sa. é, tanto no Senado quanto na Câmara, conhecido se não por todos, por quase todos. Muito bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Girão havia feito um pedido, antes de sair, com relação a um vídeo que ele queria apresentar. Naquele momento, por uma questão técnica, não foi possível, mas fiz com ele o compromisso de exibi-lo, é um vídeo curto, de apenas três minutos. Farei a exposição e, na sequência, a gente faz a conclusão.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado ao Senador Girão, que participou desta sessão, foi o autor do requerimento para esta audiência pública e sugeriu também o depoimento do Sr. André Rolim, esse que acaba de falar.

Eu quero agradecer a presença de todos, especialmente dos expositores que aqui vieram contribuir com os trabalhos desta Comissão de Constituição e Justiça, agradecer os trabalhos da nossa Secretaria da CCJ, o empenho de todos, dos senhores e das senhoras, dos convidados que aqui estiveram; minha gratidão.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta minutos do dia quinze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Giordano, Efraim Filho, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Janaína Farias, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Wellington Fagundes, Damares Alves e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Eliziane Gama, Ana Paula Lobato, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 10ª, 11ª e 12ª reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4563, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Revoga o § 6º do art. 1.003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com uma subemenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ, com a Subemenda n° 1-CCJ, de redação. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2234, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5153, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer desconto no valor cobrado pela renovação das carteiras de habilitação para condutores com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3127, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a castração química voluntária de reincidente em crime contra a liberdade sexual." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria**: Senador Eduardo Girão (Ad hoc), substituiu Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1 e 2, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1107, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a indenização pecuniária por tempo de serviço aos servidores comissionados do Poder Legislativo Federal e órgão auxiliar." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3519, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2230, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Carlos Portinho, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2000, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 154 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer a idade máxima dos veículos destinados à formação de condutores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2100, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4626, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 545, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 14.002, de 22 de maio de 2020, e 11.771, de 17 de setembro de 2008, para atualizar e aprimorar o regime jurídico a que se submete a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); e altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 660, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para prever o apoio técnico por parte da Justiça Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2269, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre os requisitos do registro de nascimento em relação à identificação dos pais." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1640, de 2019 - Terminativo -** que: "Torna mais rígido o controle de violência nos estádios e imediações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 2885, de 2022 - Terminativo -** que: "Define os crimes de intolerância política e dá outras providências." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 2978, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T e da Emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda n° 3-CCJ. Rejeitadas a Emenda n° 1-T e a Emenda n° 2. **ITEM 17 - Projeto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lei n° 2390, de 2022 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criar causas de aumento de pena para os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça e de desacato, quando cometidos contra profissional da área de atenção à saúde, no exercício de sua profissão ou em decorrência dela." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) oferecido ao PL 2390/2022. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 19 - Projeto de Lei n° 3114, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para prever que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência se procede mediante ação penal pública incondicionada." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 20 - Projeto de Lei n° 2695, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Jaques Wagner, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Projeto de Lei n° 4129, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 3, na forma da Emenda nº 2-CMA (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda n° 3, na forma da Emenda n° 2-CMA-CCJ (Substitutivo), com as Subemendas n°s 1-CCJ e 2-CCJ. Votam vencidos os Senadores Carlos Portinho, Rogerio Marinho, Mecias de Jesus, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão, Plínio Valério e Eduardo Girão. **Observação:** Aprovado o Requerimento nº 9, de 2024-CCJ, de autoria do Senador Jaques Wagner, de urgência para a matéria. Vota vencido o Senador Plínio Valério. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 9, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4129/2021." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/15

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta 13ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 10ª, 11ª e 12ª Reuniões, Extraordinárias.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 20.

Questão de ordem, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. por disponibilizar a palavra neste momento.

Nós temos a pauta cheia hoje, diversos projetos. Entre os projetos que nós temos na pauta, está o projeto que trata da questão dos jogos. Esse tema é um tema do qual todos nós sabemos de sua complexidade, do nível de polêmica que há nesse debate, e eu queria fazer um apelo a V. Exa. para que retire esse projeto de pauta no dia de hoje.

Eu não vou entrar nem no mérito da discussão da pauta dos jogos, Senador Girão, porque uma matéria, quando é discutida pelo conjunto dos Senadores, a intenção que se tem é de informar o convencimento especialmente do Relator, porque o Relator é aquele que ouve os argumentos e pode aderir, em seu relatório, a um argumento apresentado, ou refutá-lo.

Neste momento, o Relator dessa matéria não está presente. Essa matéria já foi lida no âmbito desta CCJ e, diante da ausência do Relator, que é peça fundamental no processo legislativo, eu faço um apelo a V. Exa. para que o retire de pauta na sessão de hoje – nós teremos sessões pela frente, a semana que vem será uma semana atípica – e de repente coloque na semana do dia 27 ou 29 – acho que a quarta-feira é dia 27 – esse tema de volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós teremos sessões pela frente. Semana que vem é uma semana atípica, e, de repente, que se recoloque na semana do dia 27...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Vinte e nove.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na semana do dia 29, eu acho que é dia 27, na quarta-feira, esse tema de volta. Mas não é aconselhável fazermos uma discussão de um tema tão complexo como esse diante da ausência do Relator. É o apelo que faço a V. Exa. Eu sei que essa matéria já está na pauta há muito tempo. Eu tenho uma posição contrária a essa pauta, eu sou contra essa lei que abre a questão dos jogos no Brasil, mas é uma questão de procedimento. O apelo que estou fazendo aqui não é um apelo de mérito, é um apelo de procedimento que, diante da ausência do Relator, nós não coloquemos em discussão, porque nenhum proveito teria o argumento dos Senadores se o Relator não está aqui, seja para aderir ao seu relatório os argumentos ou para refutá-los.

É o apelo que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – De fato, Senador Marcos Rogério, esse projeto – eu solicitei agora da Secretaria da Comissão –, esse projeto, diante de vários apelos que foram feitos a esta Presidência...

Cadê, Ednaldo? (*Pausa.*) Ao longo do último ano, sobre a audiência pública, sobre a retirada de pauta, sobre o momento adequado para que a gente pudesse deliberar esse assunto, sobre a construção da indicação do Relator da matéria, aqui nesta Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o Senador Irajá, o Relator é o Senador Irajá. Essa matéria chegou à Comissão no dia 10 de maio de 2023, um ano e cinco dias, e dez dias. De fato, a ponderação de V. Exa. é muito razoável mesmo, porque, mesmo estando há mais de um ano para se deliberar esse assunto nesta Comissão – oi, Líder –, o Relator da matéria apresentou o seu relatório, fez a leitura do relatório e nós fizemos um acordo. Se V. Exa. rememorar, nós fizemos um acordo quando o Relator terminou de fazer a apresentação do seu relatório; nós fizemos um acordo e suspendemos o início da discussão. Vários Senadores solicitaram uma audiência pública entre a discussão e a votação da matéria. Nós autorizamos, no entendimento, uma audiência pública, que foi realizada. Houve uma solicitação de alteração da data da audiência pública.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E V. Exa. acatou?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu também... E esta Presidência acatou a alteração da data da audiência pública. Então, eu quero fazer um pedido e estabelecer um compromisso. É lógico e evidente que nós estamos compreendendo, porque há prazos regimentais e, como regimentais, eu não posso descumprir. Mesmo adiando todo esse tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nesse caso, Presidente, como ela está em pauta, eu estou, dentro dessa lógica de compromisso, antecipando um pedido de vista, porque a matéria está em pauta. Eu peço vista, suspende-se o processo legislativo e voltaria na pauta do dia 29. Esse é o entendimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só tem um fato novo, Presidente, que eu queria passar, Senador Marcos Rogério. O dia 29 é véspera do feriado. Não é na semana que vem, a gente calculou equivocadamente aí. O feriado é no dia 30, não é isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – De Corpus Christi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – No Corpus Christi! Não é na semana que vem, a gente se equivocou quando estávamos aí dialogando. Então, o que eu faria, a ponderação, Sr. Presidente? É um assunto delicado. O que eu vejo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – No meu...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, vamos fazer...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Faz-se a vista na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, vamos fazer aqui. Eu vou colocar na semana que vem, vou conceder vista...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Retira de ofício hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... vou retirar de pauta para fazer o entendimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aí está certo. Eu queria interferir exatamente para isso.

Eu acho que hoje, num bom acordo, o Relator não está presente, o senhor não ia nomear um Relator *ad hoc* hoje, não ia fazer essa desfeita. Então hoje sai de pauta por esse motivo, semana que vem, nada impede que se peça vista. Presidente, aqui todo mundo tem lado, tem partido, tem posição. Eu vou votar contra o projeto e vou usar todos os meios regimentais de postergar, até que eu acredite que já iluminamos o ambiente suficientemente para uma decisão democrática, que eu tenho toda a tendência educacional para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitar. Agora, vou usar dos argumentos, dos meios democráticos e republicanos para regimentalmente postergar.

Então acho que o senhor está tomando a decisão certa: retira de pauta hoje, por uma razão formal, o Relator não está, mas se pode pautar para a semana que vem, ninguém pode impedi-lo, e, na semana que vem, o senhor não pode nos impedir de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é, mas vai dar no problema de novo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é o regimento. O senhor não vai contrariar isso, porque um projeto polêmico como esse, se houver um tropeço dessa ordem, pode parar em outra instância, o que não é bom, não é bom.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu tenho uma proposta de encaminhamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que a proposta que o senhor fez está certa. Pauta para a semana que vem, agora, não nos tire o direito de pedir vista.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Eu só queria colocar o seguinte: o Presidente Rodrigo Pacheco pode decretar, uma vez no mês ele decreta uma semana remota, uma semana remota. Eu chamo a atenção dos colegas. Votar um assunto desse com uma sessão remota não é razoável. Então, qual é a sugestão de encaminhamento que eu lhe faço, deixando já a bola na marca do pênalti? Por que o senhor não marca a votação no dia 5 de junho? É a proposta que eu faço para o senhor e para os colegas, dia 5 de junho, porque vai estar todo mundo aqui, não tem feriado, não tem nada. Queria fazer essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então eu não vou conceder vista, para melhorar o calendário e para todo mundo saber qual vai ser o dia. Eu vou retirar de pauta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque o Relator está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. Então vai ficar retirado de pauta pela ausência do Relator da matéria, reconhecendo o argumento de V. Exa., do Senador Girão, de outros Senadores e do Senador Marco Rogério.

Então vou retirar de pauta, por decisão da Presidência. A matéria vai voltar para a pauta na próxima reunião. Vai ser dada, nos termos regimentais, se alguém pedir vista, na próxima reunião. E aí, como na outra semana, o meu compromisso é, caso tenha deliberação remota, esta Presidência não vai deliberar uma matéria, numa quarta-feira, a partir da decisão do Presidente de a gente fazer uma semana de deliberação remota. Ela vai ficar para a primeira quarta de junho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Os levitas devem ter convertido o senhor, na sua última ida ao templo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então fica retirado de pauta.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, questão de ordem.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Hiran, Líder.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente, e bom dia a todos.

Eu queria, Presidente, pedir inversão de pauta do item 17. Já que você retirou esse item de pauta, que a gente pudesse votar esse Projeto de Lei 2.390, da Senadora Margareth Buzetti, que trata do agravamento de penas para agressão a profissionais de saúde no âmbito do seu trabalho ou decorrente dele.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Líder Hiran, deixe-me só fazer um... Eu fiz um compromisso em duas ou três reuniões. O Senador Fernando Dueire tem um projeto terminativo e, em duas ou três reuniões, ele estava no item 12, 14, 15 e 16. Eu fiz um compromisso com ele que nós iríamos colocá-lo, por conta de que nós precisamos votar nominalmente.

Então vamos pegar os Relatores que estão presentes. Tem um acordo que foi construído ontem, que eu não posso mudar, de primeiro item da pauta com o Governo e com a Oposição. O relatório foi apresentado pelo Senador Flávio.

Nós retiramos o item 2, que era um item polêmico, que ia demorar, e eu acho que agora a reunião vai... Com certeza absoluta, a gente vai poder atender todos os Senadores que estão presentes, tanto os autores como os Relatores das matérias.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só para informação de V. Exa., esse projeto também é terminativo, Presidente, a gente pode votar em bloco.

Esse projeto aqui é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos ver...

Hiran, vamos aproveitar o quórum aqui, está bem? A gente vai fazer a ordem aqui.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O.k., Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – No momento adequado a gente delibera sobre o pedido de V. Exa.

Item 1 do acordo construído ontem no Plenário com o Presidente Veneziano Vital do Rêgo, com o Líder Rogerio Marinho, com o Líder Flávio Bolsonaro e com o Líder Jaques Wagner, o Projeto de Lei nº 4.563, de 2021, que, por isso, foi incluído extrapauta na reunião de hoje.

Não terminativo. (*Pausa.*)

Projeto de Lei nº 4.129, de 2021.

Não terminativo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, só pela ordem.

Se for o que eu sou o Relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, o da mudança climática.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, o do acordo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – O do que eu sou o Relator, que é o item 1 – e eu concordo que esse seja a prioridade, porque eu estava no Plenário e participei do acordo –, é só para lhe pedir que o meu item 1 possa ir para o final da pauta, porque eu estou só ajustando uns detalhes aqui.

Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Entendi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 21

PROJETO DE LEI Nº 4129, DE 2021

Dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

A autora da matéria é a Deputada Federal Tabata Amaral.

O Relator da matéria no acordo, fruto do entendimento, é o Senador Líder Jaques Wagner.

O Relatório foi apresentado.

Foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro, dependendo de relatório.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para proferir o relatório sobre a emenda apresentada.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Então, Presidente, esse relatório foi aprontado só agora porque, no acordo, era o espaço para o Senador Flávio Bolsonaro poder apresentar a emenda no sentido – palavras dele – de melhorar o projeto.

A emenda foi acolhida em parte e eu vou ler realmente só o que interessa em relação a essa mudança, até porque houve esse acordo para a gente levar para Plenário hoje.

Se V. Exa. me permite, eu vou passar direto... ou posso passar direto ao voto? Porque, ao fim e ao cabo, o voto sintetiza tudo. (*Pausa.*)

Bom, aqui não vai... se for o voto, só vai dizer que aprovou parcialmente a sua emenda. Pode ser?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – ... com a redação que ficou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Aí com a redação tem que ler a análise.

Tem uma cópia aqui para entregar para o Flávio? Bom, eu vou à análise então.

Tem uma cópia para entregar para o Flávio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, como no caso em análise. Assim, a proposição tramita com base nas regras regimentais.

As regras propostas harmonizam-se com os preceitos constitucionais que determinam o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sadia qualidade de vida resultante para as presentes e próximas gerações, nos termos do art. 225 da Constituição Federal.

Concordamos com o Parecer nº 4, de 2024, da CMA, quanto à adequação dos aspectos relativos à constitucionalidade formal da proposição, pois respeitadas as prescrições do art. 48 da Carta Magna relativas às atribuições do Congresso Nacional. Não se registra vício por lesão às limitações de iniciativa estabelecidas pelo §1º do art. 61 da Constituição. A matéria também obedece às regras constitucionais sobre competência privativa da União para legislar sobre defesa civil e sobre competência legislativa concorrente quanto à conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente.

No tocante à técnica legislativa, a proposição segue os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, excetuando-se a necessidade de ajuste redacional para explicitar o termo "IPCC", mencionado no art. 5º do substitutivo da CMA, de modo a cumprir exigência do art. 11, inciso II, alínea "e" dessa lei complementar.

O projeto alinha-se com a legislação vigente sobre políticas públicas para proteção do regime climático e para diminuição da vulnerabilidade da população brasileira e de nossos sistemas naturais diante dos impactos negativos da alteração climática, sobretudo a crescente ocorrência de eventos extremos como desastres naturais.

A tragédia que atualmente assola o Estado do Rio Grande do Sul é um exemplo dos eventos climáticos extremos que ocorrem com frequência cada vez maior e cuja prevenção exige medidas adequadas de adaptação, definidas como – aspas – "iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima", conforme art. 2º, inciso I, da Lei nº 12.187, de 2009.

No que concerne ao mérito, o projeto é altamente oportuno. Apesar da existência de um Plano Nacional de Adaptação...

Presidente, se puder pedir um pouquinho de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... se a reunião paralela puder diminuir o tom, seria bom.

No que concerne ao mérito, o projeto é altamente oportuno. Apesar da existência de um Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, falta ao país uma legislação que estabeleça diretrizes gerais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a todos os entes da Federação para elaboração e revisão de seus planos de adaptação e que os estimulem a elaborá-los e implementá-los.

Se, de um lado, urge reduzir as emissões de gases de efeito estufa para mitigar a mudança do clima, de outro é imprescindível que o Estado, a sociedade, as cidades e a infraestrutura estejam preparados para as consequências das alterações climáticas de origem antrópica cuja mitigação não é possível.

De fato, eventos climáticos extremos, como enchentes e ondas de calor, estão ocorrendo de forma muito mais dura do que avaliações anteriores indicavam. Impactos extremos que estavam previstos pelo IPCC para as décadas de 2030 e 2040 anteciparam-se e já estão ocorrendo, como o significativo aumento de tempestades e precipitações intensas em curto período de tempo na Região Sul do país.

Diante desse cenário, é fundamental que os entes federados se articulem para planejar e implementar de forma adequada suas políticas públicas com foco na adaptação à nova realidade, de modo a evitar ao máximo possível os prejuízos ambientais, econômicos e sociais que se avizinham. Assim, os planos de adaptação à mudança do clima são instrumentos da maior importância.

A aprovação do PL nº 4.129, de 2021, facilitará a elaboração e a implementação dos planos estaduais e municipais de adaptação, uma vez que, por meio da articulação entre as esferas federativas prevista no projeto, levará a União a apoiar esses entes subnacionais nessa importante tarefa.

O substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente aperfeiçoou o projeto para, em síntese:

- incluir entre as diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima a adequação do setor agropecuário, a adoção de soluções baseadas na natureza e a priorização de medidas por populações, setores e regiões mais vulneráveis;

- integrar os planos de adaptação com os planos sobre mudança do clima;

- priorizar a adaptação com base em populações, setores e regiões mais vulneráveis;

- estabelecer áreas temáticas específicas, como infraestrutura urbana, direito à cidade, segurança alimentar, hídrica e transição energética;

- enfatizar a representação e a participação da sociedade civil e a cooperação internacional;

- assegurar a implementação prioritária nas áreas de infraestrutura urbana e direito à cidade, segurança alimentar e nutricional, hídrica e energética; e, por fim,

- possibilitar o uso de recursos provenientes do Fundo Clima para o financiamento da elaboração e implementação de planos municipais voltados a medidas de adaptação.

Cabe também destacar o disposto no art. 8º do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente, que determina que o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima promoverá a cooperação internacional no âmbito bilateral, regional e multilateral para o financiamento, a capacitação, o desenvolvimento, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferência e a difusão de tecnologias e processos. Essa diretriz reforça a necessidade de os países desenvolvidos, grandes emissores de gases de efeito estufa a partir de combustíveis fósseis – a principal causa do aquecimento global –, contribuírem para o financiamento da mitigação e da adaptação à mudança do clima nos países em desenvolvimento.

O enfrentamento da mudança do clima exige, sobretudo, transição célere para sistemas de geração de energia que não dependam de combustíveis fósseis. Nesse aspecto, o Brasil destaca-se pela sua matriz energética fortemente baseada em energias renováveis. Pode-se afirmar que o evento catastrófico que observamos no Rio Grande do Sul é resultado da responsabilidade compartilhada entre os maiores emissores de gases de efeito estufa mundiais, sobretudo a partir de combustíveis fósseis, ao longo da série histórica desde o início do período industrial. Seria ingênuo acreditar que esse desastre foi causado apenas pela ação humana dentro do território brasileiro.

A inundação dos municípios gaúchos não foi um evento isolado. Tempestades e nevascas com maior intensidade têm ocorrido em diversos pontos da Terra, bem como incêndios de imensa magnitude no Canadá, na Europa e na Austrália, em tempos recentes.

O aquecimento do nosso planeta explica esses fenômenos, dentre outros fatores, pelo acúmulo de energia e calor nos oceanos e nos continentes e pela alteração nos ciclos de distribuição das massas de ar e das correntes oceânicas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Diante dessa realidade, o Brasil pode e deve buscar soluções para diminuir suas emissões, a partir de diversas medidas: controle do desmatamento ilegal; incentivo ao ganho de escala em técnicas de agricultura de baixo carbono; transição energética para energias renováveis pelos setores econômicos, como indústria e transportes.

Acima de tudo, devemos acelerar a adoção de medidas de adaptação, conforme propostas pela matéria em análise. Essas medidas envolvem adaptação das cidades, dos sistemas produtivos, inclusive agrícolas, e da infraestrutura, de modo a prevenir e evitar os prejuízos gigantescos que eventos climáticos extremos têm provocado nos sistemas agrícolas, nas cidades, na vida das famílias atingidas. Para tanto, é crucial o estabelecimento de diretrizes para elaboração dos planos de adaptação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... bem como o apoio e o incentivo para que os municípios elaborem e implementem esses planos, conforme propõe a matéria.

Entendemos como meritória a emenda apresentada pelo Senador Flávio Bolsonaro e ajustamos o texto do art. 5º...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... no sentido de garantir efetiva participação do setor empresarial na formulação e implementação do plano nacional.

O voto.

Considerando o exposto, somos pela regimentalidade, boa técnica legislativa, juridicidade, constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação parcial da Emenda nº 3 ao PL nº 4.129/2021 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.129, na forma da Emenda nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as seguintes subemendas que apresentamos:

> SUBEMENDA Nº - CCJ
> [...]
> Dê-se a seguinte redação ao art. 5º do Projeto de Lei nº 4.129 [...]:
> "Art. 5º As medidas previstas no plano nacional de adaptação à mudança do clima, a ser elaborado pelo órgão federal competente, serão formuladas em articulação com as 3 (três) esferas da Federação e os setores socioeconômicos, garantida a participação social dos mais vulneráveis aos efeitos adversos dessa mudança e dos representantes do setor privado, com vistas ao fortalecimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) –

> ... e estímulo à produção de resultados tangíveis de adaptação que garantam a mitigação dos efeitos atuais e esperados das mudanças do clima, compatibilizando a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento econômico.
> .....
> §3º O embasamento do plano e de suas ações e estratégias será fundamentado em evidências científicas, análises modeladas e previsões de cenários, considerando os relatórios científicos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, [...] em inglês) com o propósito de estabelecer e priorizar as ações a serem incluídas."

Segunda subemenda:

> SUBEMENDA Nº - CCJ
> [...]
> Dê-se a seguinte redação ao inciso V, art. 2º do Projeto de Lei nº 4.129 [...] [conforme relatório da CMA]:
> "Art. 2º.....
> V – a sinergia com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil [...], instituída pela Lei nº 12.608, de [...] 2012, com o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e com os planos estaduais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distrital e municipais de proteção e defesa civil e com a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.

Esse é o relatório e o voto.

Na verdade, foi incluída exatamente a participação. Aí, talvez, seja o caso de abrir a palavra para o Senador...

Presidente, talvez fosse o caso de abrir a palavra para o autor da emenda. Foi o que consegui incluir, em parte, com a inclusão do setor empresarial na formulação do plano.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, eu quero agradecer ao Relator Jaques Wagner. O mais importante que eu queria era isto: que o setor privado tivesse sentado à mesa já desde a concepção das diretrizes que vão determinar para onde vão os recursos, qual vai ser a legislação que vai ser aplicada, quem vão ser os atores envolvidos, porque, no fim das contas, as sanções que podem vir, os impactos que podem vir desse tipo de grupo que está sendo criado aqui, por esta lei, atingirão diretamente os empresários.

Aqui não é defesa de grupo empresarial; aqui é defesa de que, na prática, não vem de uma maluquice, Senador Jaques Wagner, daquelas pessoas burocratas que não compreendem, na ponta da linha, a realidade de se construir uma empresa, de se gerar emprego, de se competir no mercado internacional. Porque a teoria é maravilhosa; na prática, a minha preocupação é essa. Mas estou atendido pelo relatório do Senador Jaques Wagner.

E também em função...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... da modificação do art. 2º, porque esta não é só uma discussão sobre os gases de efeito estufa. Tem essa discussão mais ampla, num contexto mundial, mas tem a realidade das cidades.

O que é que leva o Rio Grande do Sul a sofrer o que está sofrendo? Será que são apenas os gases-estufa, a emissão de carbono na atmosfera, ou é a geografia do local, ou são os planos diretores das cidades, ou são casas construídas em encostas, em locais suscetíveis a alagamentos? O que é que o poder público fez para evitar ou amenizar os impactos do que está acontecendo agora? Então, há uma discussão também municipalista.

Então, eu fico atendido por esse relatório, Presidente. E a discussão mais a fundo sobre o que está levando alguns lugares no Brasil e no mundo a sofrerem repercussões de eventos drásticos na parte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clima a gente pode fazer num momento seguinte, já que essa lei trata ainda apenas de partes muito teóricas, de diretrizes.

Então, Presidente, fica aqui essa minha fala. Estou atendido e pronto para votar a favor do projeto aqui na CCJ e no Plenário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sou autor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu tenho uma lista de inscrição aqui. Já vou conceder a palavra a V. Exa.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Peço desculpas. Eu estava atendendo um colega nosso.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Correligionário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por isso, não pude acompanhar o final da manifestação do Senador Flávio, mas eu gostaria de fazer três reflexões – três reflexões – sobre a seriedade do momento, a boa intenção do projeto, com o relatório feito com o talento do nosso Líder Jaques Wagner, que é um relatório... E esta reunião é uma conciliação. Portanto, eu não vim aqui para confundir; eu vim aqui para conciliar.

Mas a primeira conciliação tem que ser com a realidade; a realidade dura que o Rio Grande do Sul vive, a necessidade de ajuda, de socorro, de emergência que prossegue. Prossegue, porque nós vamos viver ciclos de enchentes, e eu sei o que é isso.

Comentei hoje com o Senador Jaques Wagner: a sexta enchente, dentro da enchente de 1983, durou, para as indústrias, 52 dias – 52 dias. Indústria bloqueada pela água; nenhuma demissão, nenhuma demissão imotivada – proposta do Presidente da Fiesc na época, a Federação das Indústrias. Não foi o Governo que proibiu. "Não vamos demitir com demissão imotivada" – foi uma postura de resistência.

A sexta enchente de Blumenau aconteceu à luz do luar. Não chovia. Chovia nas cabeceiras. Foi a sexta elevação das águas.

Então, essa é a dura realidade.

Eu só queria lembrar aqui o seguinte: vocês se lembram do plano nacional de destinação de resíduos sólidos? Os municípios têm essa obrigação desde 2010 – desde 2010. E limpeza pública é obrigação do ente federado município. Está tramitando na Câmara um projeto de lei dando uma nova prorrogação, agora por iniciativa de um Parlamentar do Estado de Goiás – não vou mencionar aqui o nome porque ele não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

réu de nada. Ainda 14 anos depois, o plano municipal... Porque não adianta plano nacional de resíduos sólidos, pois a União não recolhe lixo em lugar nenhum e às vezes provoca – e lixo atômico até. Então, isso é a realidade.

Olha, vamos fazer – todos os municípios vão fazer – plano municipal para enfrentar mudanças climáticas numa lei ordinária?

Eu tenho uma pergunta para fazer para o meu amigo Jaques Wagner. O art. 5º, que é um artigo prudente, diz o seguinte: "As medidas previstas no plano nacional de adaptação à mudança do clima, a ser elaborado pelo órgão federal competente...". Que órgão é esse?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É o art. 5º. Desculpa colocá-lo nessa... Mas eu não sei qual é esse órgão federal competente para elaborar esse plano, sinceramente. E continua: "... serão formuladas em articulação com as 3 (três) esferas".

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, desculpe-me, Senador Jaques Wagner, não é para...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Não, não peça desculpas, não. V. Exa. sempre tem a lucidez de trazer à baila questões que eu confesso... Como eu tive que elaborar o relatório de ontem para cá, eu me debrucei sobre a emenda do Senador Flávio. O restante é praticamente a matéria como veio da CMA. Mas já consultei, já perguntei aqui aos universitários para ver se têm uma resposta para lhe dar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se até o Silvio Santos dava espaço para os universitários falarem, por que eu não vou dar?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois é... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aliás, eu participei de um programa engraçadíssimo lá em que eu salvei o Olívio Dutra para definir uma palavra que o Silvio Santos botou para nós: equóreo. O Olívio Dutra foi de que era relativo a cavalo, não é? E tive que provar para o Aloizio Mercadante que eu estava certo: não é de cavalo; equóreo é o sopro das águas de alto-mar. E eles acreditaram e nós nos safamos. (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É bom, porque eu aprendi também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – "Equóreo" não é do "equino".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só queria dizer o seguinte: além deste, o projeto tem claramente a destinação de uma lei complementar. Senão, vejamos: o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – já estou no art. 6º – indicará prazos para a elaboração dos planos estaduais e municipais – certamente não serão os prazos do Plano Nacional de Resíduos Sólidos –, com prioridades para os municípios mais vulneráveis, bem como estabelecerá ações e programas para auxiliar os entes federados e a implementação dos devidos planos.

E, finalmente, o art. 8º é claramente característico de lei complementar. Isso é papel da Comissão de Justiça, por isso que eu fui a favor...

Eu fui procurado ontem pela Deputada, por quem eu tenho um carinho desde a sua eleição. Eu participei de uma entrevista com ela – ela não se lembrava –: ela, como uma jovem eleita, e eu, como um não tão jovem assim eleito, em 2018. Eu não tenho dúvida da boa intenção, da reta intenção, do aspecto pedagógico que esse projeto de lei significa, mas vamos lá.

A elaboração dos planos estaduais e municipais poderá ser financiada – não existe pior redação do que essa. Tudo poderá. O que a lei tem que estabelecer é fonte: quem é que vai bancar isso; porque, se nem o dos resíduos sólidos, que é obrigação dos municípios – e esse sim...

Eu enfrentei o Ibama e o ICMBio, porque eu tive que retirar o lixão de Florianópolis do mangue. Você sabe para onde é que foi? Foi para... O Prefeito que tinha me antecedido queria levar para Ratones. A população disse: "Aqui não".

Tem um livro, Senador Flávio Bolsonaro, em inglês, que diz assim: *Not In My Backyard* – no meu, não. Por isso que aquela rendeira da ilha disse... Para explicar o que é nudez, ela disse: "É melhor nudez do que no nosso". (*Risos.*)

A rendeira da ilha, no seu dialeto próprio: "Melhor nudez do que no nosso".

Então, o "poderá" é um verbo infame para qualquer projeto de lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Poderá ser financiada mediante disponibilização de recursos provenientes do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Ora, para concluir, o senhor é o titular, no momento, das emendas de bancada. A CNJ parece que tem R$900 milhões de emendas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mais a CDR.

Na Comissão Mista das Mudanças Climáticas, eu fiz uma emenda: R$1 bilhão para a elaboração do Plano Nacional de Defesa. Eu duvido que o Omar Aziz saiba quanto é que sobrou da emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Foram R$10 mil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Zero, zero, zero; R$1 bilhão sumiu.

Nós temos que ser um pouco mais consequentes. E quero dizer que se o projeto vier à votação, eu vou votar a favor, mas vou votar como uma exclamação. É uma exclamação: "Olha, não posso me omitir", mas, convenhamos, ele não tem o conteúdo de responsabilidade que nós devemos. Na outra ponta – é doído dizer isso –, generosidade, impulso e vontade não resolvem, não fazem acontecer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu queria concluir dizendo o seguinte: amanhã, às 9h da manhã, nós vamos ter, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, uma reunião da Comissão Parlamentar Temporária que vai acompanhar as questões da mudança climática.

Nós realizamos em novembro do ano passado uma sessão de debates temáticos. Tivemos a presença do maior climatologista do Brasil, presença virtual, Carlos Afonso Nobre. É o papa brasileiro na congregação universal de bambambãs, de gente competente em matéria de mudança climática.

Eu recebi a visita dele em 1983. Ele foi lá, levado por um catarinense, Damiani, foi me explicar o que era o El Niño. Nós estávamos apanhando de chicote na enchente e eu não sabia o que era o El Niño, e muito menos a La Niña. E não bastassem as perturbações climáticas, estava lá o estudante Omar Aziz querendo me derrubar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – PCdoB... PCdoB...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Não foi isso só, Senador. O senhor sabe que nós tivemos lá um Encontro de Estudantes de Engenharia – eu era estudante de engenharia – e teve aquele desastre lá. V. Exa., como Governador à época, recém-eleito, fez um trabalho fantástico, tanto é que é respeitado até hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu falei brincando e com carinho, eu falei brincando e com carinho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – V. Exa. falou uma coisa como se fosse neste Governo. Eu não estou aqui para defender governo A ou B. Eu acho que todos os governos que antecederam a este Governo... Alguma vez a Ministra Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, procurou algum Senador para fazer uma emenda sobre essa questão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aí eu vou dar dez minutos agora para o Omar falar desse assunto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Pois é, porque eu quero falar desse assunto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não precisa descontar do meu.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu quero saber se algum Senador ou Senadora foi procurado pelo Ministério do Meio Ambiente para tratar desse assunto. Nunca foi, está certo? A preocupação da Ministra Marina Silva é com o exterior, não é com o interior, não é com o Brasil. Ela quer fazer política para o exterior. Nós devemos política para o nosso país. Da mesma forma como tem enchente no Rio Grande do Sul e o Brasil está sendo solidário, no meu estado vai ter uma seca muito grande agora. Então, no dia em que a Ministra Marina Silva vier aqui discutir com a Comissão, conversar com os Senadores e Senadoras e pedir ajuda do Senado Federal, não tenha dúvida de que ninguém se negará a ajudar o Ministério. Mas não é o Governo do Presidente Lula só, não. Nos outros governos também passa boiada, passa boi e passa tudo. Então isso é uma somatização dos problemas que nós estamos vivendo ao longo dos anos.

E quando eu estou falando de V. Exa. – eu o interrompi e peço desculpa –, V. Exa. quando foi Governador, eleito em 1982, eu estava em Santa Catarina, quando Florianópolis ficou debaixo d'água. Foi o maior desastre à época. Nós estamos falando da década de 80.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Trinta anos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estava lá, era estudante de engenharia, tinha o Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia, atuava no movimento estudantil e V. Exa. sabe que nós tínhamos divergência de pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas naquela época! Mudou.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Naquela época... Não! Não mudou... Pelo contrário, o meu respeito por essa figura política brasileira que é o Senador Esperidião Amin a cada dia cresce mais, porque ele é uma biblioteca ambulante, com uma memória fantástica. Então, V. Exa., quando fala, fala com conhecimento de causa, Senador Amin.

Agora, querer dizer que é só o Senado ou o Congresso Nacional? Não! Não há interlocução com a Ministra Marina Silva. Todo o mundo respeita a Ministra Marina Silva. O Norte e o Nordeste não têm esse respeito, não. No Norte, principalmente no Estado do Acre, em que ela tem sua origem... No meu estado, também não tem esse respeito. Então, eu estou colocando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu quero me cadastrar também nessa lista.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estou colocando essa questão, porque, senão, vão dizer bem assim...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Inclua-me na lista, por favor, me inclua na lista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pense numa lista extensa!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não esqueça Roraima. Não esqueça Roraima.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – No dia em que ela vier...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, me inscreva, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer esse cadastro. Eu vou fazer uma audiência para tratar desse assunto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É a maior autoridade ambiental, só que não discute com o Congresso, não vem aqui. É falho! E não é só ela, não; é a equipe toda. Você vai conversar com aquele Bianco que tem lá ou o Capobianco, é uma sumidade, é uma arrogância! Todo mundo tem arrogância.

Eu venho de uma região de que eu posso falar com muito orgulho. O meu estado é um estado que tem a sua vegetação natural intacta praticamente. E eu, como Governador do meu estado, fiz o meu papel na questão ambiental. Pelo contrário... Com o dinheiro que eu consegui com o Fundo da Amazônia, eu fiz reflorestamento dentro do meu estado – reflorestamento, Senador Marcos Rogério – por entender a importância que a Amazônia tem não só para o Brasil, pois a Amazônia tem importância de ser preservada para o mundo. Só que nós queremos ser brasileiros, queremos que a BR-319 seja asfaltada, queremos ser interligados ao Brasil...

Agora, não culpem o Congresso só. Há falta de interlocução. E, no dia em que a D. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, deixar de dar satisfação para o exterior e vir discutir com o Congresso, não tenha dúvida nenhuma de que nós estaremos prontos para ajudá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sr. Presidente, me permita só um pequeno aparte.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe só o Senador Esperidião Amin voltar ao assunto aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou só concluir... Eu quero dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou inscrever V. Exa. para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu não provoquei... O Omar Aziz sabe que eu... Nós temos uma relação de amizade. E eu não fiz aqui... A citação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi carinhosa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi carinhosa. E a resposta também foi carinhosa, de forma que eu não tenho nada a reclamar.

Eu só quero encerrar a minha participação dizendo o seguinte: eu não vou negar o meu voto. Agora, isso aqui é uma proclamação! Isso não fixa direito nenhum, obrigação nenhuma. É uma proclamação, ou seja, eu não vou negar, eu vou subscrever a proclamação, mas dizer que isso vai ser uma lei que vai estabelecer um plano nacional de defesa contra a mudança climática... Disso eu faço a ressalva que deixo escrita aqui.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado pela sua tolerância coletiva com o outro lado do Rio Jordão, porque, como Omar Aziz e Amin são do lado de cá do Rio Jordão, agradecemos também sob esse aspecto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O lado de lá...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Senador Amin, tem um destaque aqui apresentado pelo Líder Portinho de votação em separado. Consulto V. Exa...

Com a palavra, o Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Era o que eu ia manifestar, Sr. Presidente.

O Senador Flávio, autor da emenda, considera atendido. Então, vou retirar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder Portinho.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente Davi, pela ordem. É pela ordem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu vim para pedir vista. O Marinho está me dizendo que teve um acordo ontem no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para votar hoje no Plenário.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Acordo entre quem? Eu não estava nesse acordo, eu não estava lá.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Plínio...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Plínio, eu queria fazer um acordo.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Porque esse projeto merece mais do que vista, merece desaprovação. Eu precisava me inteirar, porque é o tipo de projeto que joga para a plateia mudanças climáticas, o escambau a quatro. O Amin foi cruel agora quando falou que isso aqui era uma proclamação. Poderá, poderá... Eu não sei, eu não quero melar nada, eu quero respeitar todo mundo, mas eu vim disposto a pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer um pedido para V. Exa. Permita-me fazer uma ponderação a V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Por favor, me convença.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu quero que V. Exa. vote de forma contrária ao projeto lá no Plenário. Foi construído um acordo ontem entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, entre a Oposição e o Governo, liderados pelo Presidente Veneziano, pelo Presidente Rodrigo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Então, está bom. O Flávio está me dizendo que fica ruim para ele se o acordo não for cumprido. Tudo bem, então eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vote lá no Plenário.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu estou cumprindo com o que o Flávio me falou, de que fica ruim para ele, que fez o acordo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Plínio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Só para ficar claro aqui, para os nossos pares e para aqueles que não estavam presentes, que nós fizemos de fato um acordo. Quero aqui agradecer a V. Exa., ao Líder do Governo, ao Flávio Bolsonaro, que está aqui presente, e ao Presidente do Congresso Nacional, que permitiu que nós estivéssemos hoje tendo esse processo aqui de discussão; senão, teria sido votado ontem e várias informações que vieram à luz neste momento não aconteceriam, nós teríamos sido atropelados no processo.

Mas o acordo, só para ficar claro – eu peço aqui, inclusive, a anuência do Senador Jaques Wagner –, foi que nós não iríamos pedir vista. É possível votar contra, não há problema nesse aspecto, até porque o Governo tem maioria. Então, nós não iríamos obstacular o processo de votação.

O Senador Plínio Valério...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A votação dessa matéria é simbólica, mas eu posso registrar o voto contrário dele.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... pode registrar o voto contrário, não tem problema nenhum. Agora, a gente não vai pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica retirado o destaque apresentado pela Bancada do Partido Liberal.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – O acordo foi esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria responder ao Senador Esperidião. Viu, Senador Esperidião? (*Pausa.*)

Senador, eu consultei os universitários, conforme recomenda a norma, e a informação que eu tenho é de que, no art. 4º, ele cita o Sisnama como órgão próprio. O Sisnama é comandado pelo Conselho da República, pelo Conama e pelos órgãos estaduais e federais. Então, é um sistema mais do que um órgão. Mas, no art. 4º, segundo a Consultoria aqui, está citado isso, só para poder lhe responder.

Mas não quero abrir o debate, não; eu quero votar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a... Continua em discussão a matéria.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, embora o acordo tenha sido feito ontem no Plenário e tenha envolvido justamente a atuação tanto da base governista quanto da oposição, obviamente o acordo não passa pelo compromisso de os Senadores que discordam da matéria votarem favoravelmente a ela. Eu vou votar contra. Já antecipo o meu voto: meu voto é contra.

E vou dizer a V. Exa. que eu respeito o gesto da Deputada Tabata, que é um gesto bonito, louvável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A iniciativa é boa.

O problema é que, quando se trata de matéria ambiental, nós temos um haraquiri legislativo e que não vale nada, porque tudo que nós legislamos aqui dentro... E o Senador Omar Aziz mencionou, agora há pouco, aqui, a ausência intencional da Ministra Marina Silva, que é uma Ministra do interesse internacional, e não do interesse nacional. Não adianta, nós legislamos, mas depois quem vai disciplinar o regramento que, lá na ponta, vai cumprir os efeitos, e, na maioria das vezes, nefastos, é o Conama, é o Conama, que, sim, é composto por um conjunto de atores – lembrou aqui o Senador Líder Jaques Wagner –, mas, quanto ao que nós legislamos aqui, é apenas um indicativo da intenção política na formulação de uma política pública em que o desenho a ser estabelecido não é o Legislativo nem o Executivo que o faz, é o Conama. As regras que regem o Brasil, em se tratando de matéria ambiental, não são derivadas do Poder Legislativo, não são derivadas do devido processo legislativo; elas são derivadas de um órgão que é obviamente vinculado ao Governo e está aqui, Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente). Tem todos os órgãos que representa e são muitos, são muitos: do Ministro de Estado do Meio Ambiente, ao secretário-executivo, a um representante de cada um dos ministérios do Palácio, governos dos estados, mas meia dúzia lá dentro é que manda na pauta ambiental.

E aí nós estamos diante de uma situação... Toda vez, Sr. Presidente – me permita fazer essa ponderação –, toda vez que o Parlamento legisla no calor dos fatos, dos acontecimentos, nós retrocedemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no marco normativo, no marco legal. Nós retrocedemos, porque você não pode legislar matérias complexas que terão impacto lá na ponta, sob estado de violenta emoção. E nós estamos diante deste quadro, nós estamos todos impactados pelo que está acontecendo no Rio Grande do Sul, vidas humanas sendo perdidas, famílias flageladas, e aí vem o Legislativo com medidas urgentes, como se fosse a solução. E aí o que nós estamos a fazer aqui? Eu chamo a atenção dos colegas Senadores: nós estamos aqui a empoderar ainda mais o Conama. Nós não estamos a legislar e a trazer para o Congresso Nacional o poder de estabelecer as diretrizes do que vai acontecer na matéria ambiental, não! Nós estamos a criar um instrumento em que esse órgão, que tem todo o poder em matéria ambiental, vai fazer dele o que quiser, e dizendo que: "Não, as diretrizes estão aqui, ó". O legislador estabeleceu as diretrizes diante de um ambiente de forte emoção.

Portanto, esse não é o momento de legislar de maneira estrutural, de maneira a... E me perdoe a veemência: não é hora de tomar decisão simbólica com relação àquilo que, lá na ponta, vai impactar a nossa vida, a nossa economia de maneira permanente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Essa é uma matéria que nós temos que decidir com cautela, com orientação, com senso prático de como ela vai repercutir lá na ponta.

E eu concluo, Sr. Presidente, fazendo apenas este alerta: no Brasil, não são as leis derivadas do Congresso que disciplinam a questão ambiental; são as normas, as resoluções, as portarias, os acordos, tudo que é feito dentro desse órgão chamado Conama. Então, eu tenho muita preocupação em legislar, como nós fizemos... E aí eu vou citar, vou citar aqui: aconteceu o caso Brumadinho, aconteceu o caso Mariana e, da mesma maneira, o Congresso Nacional, de maneira açodada, legislou. E eu pergunto: nós estamos agora com a CPI, aqui dentro do Congresso Nacional, do Senado Federal, discutindo o quê, Senador Líder Jaques Wagner?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Discutindo Braskem, discutindo o problema que está acontecendo lá no Rio Grande do Norte...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Maceió.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lá em Alagoas, lá em Maceió. E aí, e a legislação que nós fizemos, no calor dos fatos, no calor da emoção? Apenas empoderou órgãos burocráticos, técnicos, mas a legislação não está cumprindo a sua finalidade, porque há alguns que se sentem acima da lei, e são eles que disciplinam essa questão.

Marina não é uma Ministra a serviço do Brasil, ela está a serviço do interesse internacional. Pelo jeito, não dialoga nem com o próprio Governo que ela representa; com o Congresso, muito menos, ela o tem como inimigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Davi, eu vou ter botar aqui a lei do idoso, para você me dar preferência na minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas V. Exa. é tão novo!

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, eu estou com mais de 60...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não tem como ter 60 anos, a aparência é de 59.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu já lhe pedi um aparte há muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ah, muito obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas não será pelo Estatuto do Idoso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – O pessoal do Hemisfério Norte, Senador Mecias, está sendo preterido aqui nesta Casa, viu? Eu quero fazer um protesto.

Mas ficou muito claro aquilo que nós falamos aqui sobre a participação da Ministra Marina nas questões ambientais do país, eu já tive a oportunidade de manifestar na CPI das ONGs, que foi presidida pelo nosso Senador Plínio Valério e relatada pelo Senador Marcio Bittar. A Ministra, primeiro, está fora da Amazônia há mais de 20 anos, ela é eleita por São Paulo. Ela não pode voltar para o Acre, porque lá no Acre ela não se elege mais. E ficou muito claro, na CPI das ONGs, que o Conama, as ONGs e o capital internacional financiam o atraso do nosso desenvolvimento na Amazônia, Senador Flávio Bolsonaro.

E eu quero aqui fazer minhas as palavras do Senador Marcos Rogério. Realmente, a gente tem feito marcos legais aqui importantes, mas eles não são respeitados. Na CPI da Braskem, vocês vão ter acesso ao relatório, a fiscalização da atuação da Braskem em Maceió era autorregulada, era ela que fiscalizava ela mesma. Era um absurdo. Desde 2017, a gente tem subsidência na cidade de Maceió. Nós temos tremores de terra, que se diz que eram naturais, e na realidade se sabe que foram causados pela exploração desenfreada das mais de 30 minas que existiam lá. E o poder público não fez absolutamente nada para coibir aquela mineração, que causou tanto dano ambiental e dano às pessoas, dano financeiro, dano ambiental às pessoas.

Acabou com o patrimônio que existia na Lagoa do Mundaú, que era o sururu, que me disseram que não foi culpa da Braskem, Senador Renan, foi culpa de uma enchente que aconteceu lá atrás e que alterou a salinidade, o quociente de salinidade, e a água doce que existia na lagoa, que era responsável pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procriação de sururus. Eu não acredito. Eu acho que houve um aumento da salinidade naquela lagoa que acabou com aquilo que era um patrimônio de Maceió e de Alagoas.

E lá no nosso estado... Nós aprovamos aqui um projeto de lei do marco temporal. E você sabe o que está acontecendo lá no meu estado? A Funai já tem um grupo de trabalho para demarcar mais áreas indígenas lá. E nós estamos com essa lei vigendo, apesar da ação direta de inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal Federal, mas já existe um grupo de trabalho analisando a possibilidade de demarcar mais áreas indígenas em Alto Alegre, Município de Roraima.

Dessa forma, nós precisamos dar uma resposta à sociedade e a essa cobiça internacional pelo nosso subdesenvolvimento, porque temos aqui, Presidente Davi, uma PEC – a PEC 48 – que trata do marco temporal, que nós precisamos colocar para votar. O relatório está pronto, foi feito pelo Senador Amin. Que a gente possa encaminhar o mais rápido possível essa votação para dar paz e segurança às pessoas que trabalham e produzem neste país, porque nós acabamos de aprovar uma lei aqui e a lei não é respeitada. A Funai continua fazendo movimentos para demarcar mais terras indígenas no nosso estado e ampliar florestas no nosso estado. Isso é um absurdo.

Está feito aqui o meu manifesto, e que nós possamos, o mais rápido possível, pautar nesta Comissão esse projeto de lei, que é da minha autoria e que está sendo muito bem relatado pelo nosso Senador Esperidião Amin.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu tomo a liberdade, com todo o respeito aos colegas que aqui se manifestaram, para falar um pouco da Senadora e Ministra Marina Silva.

Nós temos que fazer uma retrospectiva, porque foi o Governo do ex-Presidente Bolsonaro que se queria acabar, de fato, com o Ministério do Meio Ambiente, mas ele não conseguiu de direito e acabou de fato.

Foi com o ex-Presidente Bolsonaro que nós tivemos o ex-Ministro do Meio Ambiente, que foi o Ricardo Salles, que, em um momento de tamanha gravidade, que foi a pandemia, literalmente falou que tínhamos que aproveitar – palavras dele – o momento em que o foco estava com a pandemia para, literalmente, passar a boiada.

Foi com o Ministro Ricardo Salles que ficamos por quatro anos com a pauta ambiental sendo vilipendiada, e eu pontuo o porquê: acabou com o plano de combate ao desmatamento, com o Departamento de Educação Ambiental, criminalizou ONGs, reduziu a participação da sociedade civil, proliferou agrotóxicos, mas isso ninguém reclamou do ex-Ministro Ricardo Salles quanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém reclamou da inserção e dos ataques aos povos ianomâmis, aos guaranis-kaiowás. Ninguém falou sobre isso. Agora, o que a Ministra Marina Silva faz, ela está resgatando a imagem do país externa e internamente. Nós temos um ano e meio de Governo.

Olhem, com todo o respeito, ela não está aqui para se defender, por isso é que eu me sinto na obrigação de usar a palavra para defender uma mulher, uma mulher aguerrida, uma Ministra do Meio Ambiente, que fez muito para a pauta ambiental, dando garantia a essa determinação lá do art. 225, de que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

É muito fácil, muito fácil atacar a conduta da Ministra Marina Silva. Com todo o respeito, pode ter suas falhas, como todos nós temos, mas contra fatos não há argumentos. Quem quis acabar com o Ministério do Meio Ambiente não foi o Governo do Presidente Lula, foi o do ex-Presidente. Quem foi o Ministro do Meio Ambiente que atacou sistematicamente a pauta ambiental não foi a Ministra Marina Silva, foi o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Quem está passando a boiada aqui e ataca a pauta ambiental... Aqui eu pontuo para os colegas: o PL 364 elimina a proteção de todos os campos nativos; o PL 1.282, obras de irrigação em áreas de preservação permanente – isso é boiada! –; o PL 334 viabiliza a redução de reserva legal na Amazônia; o PL 2.374, anistia para desmatador.

Olhe, Senador, o ex-Presidente proliferou porte de arma, armou grileiros, incentivou invasão de terra. Agora tem projeto aqui para aumentar calibre de cangaceiro que fica defendendo fazendas. E se está desmantelando Ibama, ICMBio e Funai, não se querendo conceder porte de arma para esses verdadeiros heróis que estão na Amazônia. É essa a boiada que está sendo passada aqui.

O PL 2.159, lei geral de licenciamento ambiental; o PL 2.633 flexibiliza as normas sobre regularização fundiária; o PL 5.822 admite exploração mineral em unidades de conservação. Essa é a boiada! O que foi perpetrado contra a pauta ambiental por quatro anos agora continua – continua e vai continuar.

Então, o trabalho da Ministra Marina Silva de resgate, que vai impactar na economia... Porque não adianta o Brasil ser um dos principais exportadores na agricultura se nós não tivermos efetivamente credibilidade no âmbito internacional, que vai impactar a pauta ambiental, a balança comercial, os contratos bilionários que o Brasil pactua.

Nós temos aqui a PEC 48, que acrescenta o marco temporal no art. 231; a PEC 59 delega ao Congresso competência para demarcar terras indígenas; o PL 650 flexibiliza o desenvolvimento de atividades econômicas em terras indígenas. Eu queria ver esse empenho também para aprovar o porte de arma para funcionários do Ibama, ICMBio, Funai.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Agora, é fácil a gente legislar para proliferar porte de armas para pessoas que estão aí violando, vilipendiando, para os grandes fazendeiros e seus funcionários ali. Nós temos que armar é quem está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendendo o meio ambiente, quem está lá dentro da Amazônia, como aconteceu com o Bruno. Qual é o respeito que nós temos com a memória dessas pessoas, que são verdadeiros heróis e guerreiros?

Então, eu venho aqui, com toda a humildade, fazer a minha manifestação, primeiro, por uma questão ética, para falar de uma pessoa que não está aqui neste momento para se defender; e, segundo, para reafirmar que quem ficou quatro anos atacando o meio ambiente foi o ex-Ministro do Meio Ambiente, que tem nome e sobrenome: Ricardo Salles.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer um requerimento desta Comissão, convidando a Sra. Ministra Marina Silva para estar aqui ouvindo esta Comissão, diante das angustias de vários Senadores em relação a essa agenda ambiental. E, na presença dela, ela vai poder colocar o seu ponto de vista em relação a esses questionamentos.

Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Para discutir.) – Eu estava comentando aqui com o Amin, depois da crueldade da colocação dele e do Marcos Rogério. Foram cruéis com a verdade, tudo o que diz a verdade. Eu estava pensando que a quase prerrogativa de criticar a Marina todos os dias era minha, e eu vejo que não. A insatisfação é geral.

Presidente, nós já trouxemos a Ministra Marina, e eu não estou falando da mulher Marina, essa coisa de confundir mulher, mulher, mulher. Eu não estou falando da mulher Marina, eu estou falando da Ministra Marina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É diferente essa coisa de gênero, é totalmente diferente.

Convidada, eu acho difícil, ela foi na CPI convocada, foi quando ela apareceu. Eu mostrei preocupação, o Flávio e o Marinho me disseram que fizeram acordo, e eu não vou desautorizar o acordo que vocês fizeram, eu jamais poderia fazer isso. Eu vim disposto a pedir vista porque é necessária essa discussão. É para a plateia, Marcos, você tem razão. No final a gente acaba sendo utilizado... Nós, sendo úteis, elaborando uma lei, crente que estamos fazendo, aí vem os órgãos ambientais fazer o que eles querem.

E aí é que está a minha preocupação. A gente fala muito em Marina, fala em Conama, e a minha preocupação é com quem manda neles, é com quem manda na Marina, a WWF, por exemplo. Essa é a minha preocupação. Porque, a gente enfrentar a política que ela quer introduzir no país não é difícil, o problema é a quem ela serve: WWF, o ISA que controla isso tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente Davi, não vou poder pedir vista, respeitando o acordo que foi feito. Quero dizer que esse tipo de projeto é aproveitamento mesmo, é aproveitamento de uma tragédia, é forte emoção... e vão colocando o que a gente quer.

Quando o Amin pondera e apresenta essas falhas, Senador Amin, elas são feitas de propósito, eles não pormenorizam, eles não detalham o projeto porque não querem, que é para deixar brecha exatamente para fazer o que querem lá. Nunca eles querem uma coisa completa apresentada por eles. Pode ver, se alguém com esse tipo de projeto apresentar com começo, meio e fim – duvido –, tem sempre alguma coisa para o Conama, para ele prosseguir lá como eles querem, para desautorizar todos nós. E a gente vive nessa eterna briga, legislando, tentando legislar: uma hora é o Supremo, outra hora é Marina.

Mas eu queria falar aqui, Presidente, para encerrar minha fala, quero hipotecar minha total solidariedade ao Governador Eduardo Leite do Rio Grande do Sul. Ele acaba de ser atropelado por um gesto truculento, próprio de quem não assimilou as derrotas antigas.

O Presidente Lula não perdoa, não aceita as derrotas que sofreu para o PSDB. Sempre que pode, enfrenta o PSDB. Nomeou um interventor, uma intervenção branca agora, com o ex-Deputado Federal Paulo Pimenta, que vai ser o coordenador – Deputado? Deputado. Eu queria que ele fosse ex, mas não tenho esse direito – que vai coordenar as operações federais, quer dizer. É uma intervenção, desautoriza o Governador a fazer isso. E está politizando uma tragédia.

Isso é pequeno, isso é próprio de quem não sabe ser grande, não tem a consciência de que comanda uma nação. É uma intervenção, desautorizando o Governador. E é política. E por que é política, Amin? Porque, se fosse no Governo do PT, ele não nomearia um interventor, deixaria o Governador agir, quando ele faz assim, de forma truculenta, de forma desonesta, mostrando o tamanho que tem o Presidente da República.

O nosso Governador, o Governador do PSDB... E faço isso, Presidente Davi, não é porque o Eduardo Leite é do PSDB, não. Eu faço isso porque está virando regra. O Ibaneis foi atropelado com uma intervenção de um funcionário do Flávio Dino, e nós assistimos a isso sem fazer nada. Agora, o Governador do Rio Grande do Sul é atropelado da mesma forma. É uma intervenção branca, que merece o nosso repúdio, que merece a gente dizer que é um gesto abominável de um Presidente que não tem o tamanho de ser Presidente. Já ganhou várias vezes do PSDB, mas não perdoa as derrotas lá atrás que sofreu do PSDB.

Portanto, fica aqui registrado o meu repúdio.

Pedido de vista eu não posso, eu não vou desautorizar meus amigos que fizeram o acordo, mas fica aqui o meu repúdio ao Presidente Lula por essa nomeação, intervenção branca, em solidariedade ao Governador Eduardo Leite, que só cresce, que só cresce no nosso conceito pela maneira como está agindo e como vai agir. O povo do Rio Grande do Sul merece muito mais do que um gesto desse de truculência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me aproveitar esta oportunidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente, eu posso, o senhor que é o meu conselheiro-mor... Eu queria saber se eu tenho chance aqui de um voto de repúdio a esse ato, porque, eu vou te contar, é uma coisa abominável, é lamentável quando a gente vê um Presidente desse tamanho se preocupar em querer mandar e politizar uma tragédia. Uma tragédia está sendo politizada.

A Bahia, cujo Governador é do PT, teria isso? Claro que não teria. Aí, ele quer desmoralizar e mostrar quem manda no país. Pode ser que o Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – ... pense que manda, mas quem manda no país é o brasileiro, é a brasileira.

Então, eu quero apresentar aqui um voto de repúdio a esse tipo de ato. Eu não sabia se eu podia fazer oralmente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Esta Presidência recolhe a manifestação de V. Exa., mas nós não vamos deliberar sobre esse assunto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É um gesto truculento da Presidência também, mas, paciência, a maioria manda. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem.

Tem um requerimento de audiência pública da PEC 03, que já foi aprovado em deliberação em outras reuniões desta Comissão, e eu fui instado a determinar uma data. Foram solicitadas várias reuniões entre o Governo e os Senadores que estão tratando desse assunto: Senador Omar Aziz, Senador Seif, Senador Amin, Senador Flávio, este Senador que vos fala, e eu vou organizar esta audiência pública da PEC 03 para o dia 27/5, numa segunda-feira.

Os convidados vão ser informados.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente aqui para não cansar os colegas.

Eu me comprometi a votar a favor de qualquer medida que seja a favor dessa crise do Rio Grande do Sul, e eu vejo esse projeto como um projeto simbólico, programático. Eu acompanho as críticas aqui do Senador Esperidião Amin: pouca coisa tem de concreto. E a gente lembra vários atos normativos no passado que previam planos nacionais: Plano Nacional de enfrentamento de Resíduos Sólidos, tivemos a Lei do Susp, o Plano Nacional de Segurança Pública. Tudo isso significa muito pouco se não tiver uma implementação política, principalmente pelo Poder Executivo, em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou votar a favor. Acho que é um projeto simbólico, no sentido de que ele não resolve, mas, enfim, também não quero aí manifestar o meu voto contra com relação a isso.

Agora, está muito longe de representar uma solução para os problemas vivenciados pelo Rio Grande do Sul ou pelos riscos que o restante do país sofre em relação a eventos climáticos, quer a origem deles seja por uma coisa ou quer seja por outra. Mas nós não podemos é nos iludir achando que a votação desse projeto resolve alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também, a exemplo do Senador Sergio Moro, quero ser bem rápido. É só porque, Sr. Presidente, o atual Governo parece que não assumiu ainda. As pessoas que vêm para defender o Governo estão sempre colocando o problema no colo do Presidente Bolsonaro.

O Presidente Bolsonaro não era Presidente da República em 1941, quando teve uma grande cheia no Rio Grande do Sul com praticamente a mesma quantidade de desastre de atualmente. Quem era o Presidente na época? Era o Presidente Bolsonaro? Quem é o Presidente do Brasil há um ano e cinco meses? O Presidente Bolsonaro já saiu da Presidência da República há mais de um ano, e o atual Governo não esquece o Presidente Bolsonaro. Tudo que eles fazem é colocando culpa no Presidente Bolsonaro. É impressionante! Aí trazem um projeto desse, um projeto vazio de propósito, sem qualquer aplicação efetiva, um projeto que não traz nenhuma segurança ou consistência para ajudar nas emergências climáticas no nosso país, ou seja, é na verdade um pano de fundo que eles precisam exercer para ficar colocando culpa no Presidente Bolsonaro. Parece-me um Governo *fake*, que não assume que é Governo, não assume suas responsabilidades e não cria nada efetivo de fato para resolver os problemas do país.

Portanto, eu também não tenho procuração para defender o Presidente Bolsonaro, mas ele também não está aqui para se defender. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Líder Rogerio Marinho.

Tem mais seis pessoas inscritas, mas eu vou conceder o último para V. Exa.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Obrigado pela sua gentileza.

Bom, eu apenas, Presidente, gostaria de deixar claro aqui para os nossos pares que, quando tivemos a discussão ontem, o início do processo de discussão, ontem, do projeto, a preocupação de ontem ficou mais madura hoje, de que esse projeto é bem-intencionado. É um fato. É um projeto que quer atacar um problema que aparentemente se abateu sobre o nosso país e esse seria um dos instrumentos que, de alguma forma, poderia evitar catástrofes futuras. Mas qual foi a preocupação de ontem, e eu deixei claro na nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fala? É de que nós estamos muitas vezes utilizando ou pegando carona em eventos de catástrofes e em problemas para literalmente – e vou usar uma expressão que já foi dita ontem e foi dita hoje – passar a boiada.

Porque quando se fala, por exemplo, dos ianomâmis, eu me lembro de que o Presidente foi inclusive denunciado na corte internacional, lá em Haia, se eu não estou enganado, ou foi uma corte internacional na OEA. Mas, paradoxalmente, no ano passado, a coisa piorou e eu não vi ninguém denunciando o atual Governo por isso.

Porque nós, Senador Flávio, não olhamos para o retrovisor, nós estamos preocupados em resolver os problemas que o país tem, nós estamos preocupados em ter racionalidade e, nesse caso, solidariedade, eu acho que é essa a palavra que deve nos irmanar a todos. De que forma vamos equacionar o problema dessa catástrofe, reconstruir o futuro e evitar problemas futuros? Porque, historicamente, eles vão acontecer.

E, Presidente Davi, parece-me que esse projeto, a exemplo do que eu falava ontem, vai criar é mais dificuldades, porque nós vamos estabelecer mecanismos que vão permitir que os burocratas de plantão, muitos deles ativistas ambientais sem compromisso com o desenvolvimento sustentável do nosso país, utilizem-se desses instrumentos, dos parâmetros entregues pelo Legislativo para prejudicar ainda mais a forma como o país precisa se desenvolver – e vou repetir a palavra – de forma sustentável, porque nós somos um país que é um exemplo para o mundo.

Nós temos um código ambiental que é o mais avançado do mundo. Nós preservamos, na maioria dos estados brasileiros, até 20% das nossas propriedades com o bioma originário. Na área de transição da Região Amazônica, que é o Centro-Oeste, inclusive, chegando na Amazônia, 50%. Na Região Amazônica, do Líder Senador Randolfe, 80% das propriedades necessariamente precisam ser preservadas. É a legislação ambiental que nós aprovamos aqui, no Congresso, que é uma das mais avançadas do mundo, mas nós somos sempre colocados como o patinho feio nessa questão ambiental mundial.

Então, esse complexo de vira-lata, que é incensado, que é cultivado, que é continuado por várias pessoas que aqui estão, dentro deste Parlamento e fora dele, a gente precisa combater isso.

Então, Presidente, o acordo que fizemos, eu peço aos nossos pares aqui, aos Senadores – que são pares, não é? – de oposição: honrem. Não vamos pedir vista; vamos permitir que seja votado, até porque fizemos um acordo, não é? Mas esse acordo não significa que precisamos votar a favor desse projeto. Ele, claramente, não é um projeto de resolutividade, com todo o respeito àqueles que apresentaram o projeto, que se debruçaram sobre o tema. É mais uma situação que, infelizmente, ao invés de ajudar, vai atrapalhar a questão ambiental no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado em parte pelo Senador Jaques Wagner.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com os votos contrários do Senador Carlos Portinho, Mecias de Jesus, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão, Rogerio Marinho, Plínio Valério e Eduardo Girão.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 3, na forma da Emenda nº 2, apresentada pela CCJ, substitutivo, com as Subemendas nº 1-CCJ e 2-CCJ.

Em votação o requerimento de urgência da matéria para o Plenário, diante do acordo construído.

Os Senadores que aprovam a urgência, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência, com o voto contrário do Senador Plínio Valério.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Projeto de Lei nº 5.153, de 2023, terminativo.

Eu gostaria de pedir que os Senadores fiquem no plenário porque essa matéria precisa de votação nominal.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5153, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer desconto no valor cobrado pela renovação das carteiras de habilitação para condutores com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 24/04/2024 a Presidência encerrou a discussão da matéria e adiou sua votação;

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação nominal.*

Trata-se de matéria terminativa; portanto, a votação precisa ser nominal.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota "sim" vota a favor do relatório apresentado pela Senadora Teresa Leitão, a favor do projeto de autoria do Senador Fernando Dueire. Quem vota "não" vota contra o relatório apresentado. (*Pausa.*)

O próximo item da pauta também trata de matéria terminativa de votação nominal, item 4.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só enquanto se vota, Presidente, aqui o projeto, quero só elogiar a Senadora Teresa Leitão e o Senador Fernando. É um projeto, a meu ver, meritório, esse que estamos votando, e tem uma razão de ser, porque os idosos têm que renovar a carteira em períodos mais curtos, por conta da idade, do que os mais novos. Então, muitas vezes parece uma coisa populista, mas, no fundo, existe uma razão de ser para esse desconto, e eu quero elogiar.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Esta é a essência do projeto, Senador: a periodicidade é menor e, portanto, se fez uma proporção – com a lucidez aí do Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, quero agradecer a prioridade dada. Esse projeto, na verdade, traz justiça. E quero agradecer também, muito, à Relatora Teresa Leitão.

Na verdade, hoje, as pessoas pagam, os habilitados pagam pela renovação da carteira o mesmo valor para concessões de tempos diferentes. Isso não é justo e, inclusive, fere o art. 230 da Constituição, que trata de assegurar às pessoas mais idosas a justiça, a justiça social. Então, na verdade, até 49 anos, as pessoas renovam por 10 anos, pagam inteiro, pagam um valor; de 50 anos em diante, 5 anos e, imaginem, pagam o mesmo valor; para 70 anos, 3 anos. Então, a pessoa, a partir de 70 anos – de 70 a 80 anos –, paga três vezes o que o mesmo habilitado paga para renovar por 10 anos.

É importante colocar também uma observação de que a questão do médico, da consulta médica, permanece porque ela é indiferente para qualquer das idades. Com essa ação, nós vamos beneficiar cerca de 27 milhões de condutores que têm idade na faixa a partir dos 50 anos.

É isso, Senador Sergio Moro. É uma ação de justiça que nós fazemos hoje aqui, na Comissão, de forma terminativa.

Espero que seja aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Oriovisto, Senador Marcos Rogério, Senador Otto Alencar... (*Pausa.*)

Senador Vanderlan, Senadora Zenaide, Senador Lucas Barreto, Senadora Janaína... (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 23 Senadores e Senadoras; NÃO, nenhum Senador.

O projeto está aprovado, e a matéria será encaminhada para a Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3127, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a castração química voluntária de reincidente em crime contra a liberdade sexual.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação do Projeto com oito emendas que apresenta.

Observações:

- Em 14/05/2024, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

O Relator da matéria é o Senador Angelo Coronel.

O relatório é pela aprovação do projeto e das Emendas nºs 1 e 2, com cinco emendas que apresenta.

Foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Sergio Moro.

Informo, quanto à votação desta matéria, que se trata de votação nominal.

Concedo a palavra, para apresentar o relatório *ad hoc*, ao Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero também agradecer ao Senador Styvenson Valentim por ter concordado que eu fosse o Relator *ad hoc*.

Em primeiro lugar, deixo muito claro que houve uma mudança importante dentro do termo, pelo menos da abordagem do termo que a gente está deliberando aqui. Na verdade, é tratamento hormonal do predador sexual. Isso aqui é uma coisa que já existe em vários países. Eu já assisti ontem ao Senador Styvenson fazendo uma defesa no Plenário do Senado Federal com muita propriedade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exatamente. Obrigado, colega que me trouxe aí a expressão.

Eu peço aqui, para a gente ganhar tempo, Sr. Presidente, para ir direto para a análise. O senhor me autoriza?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, vamos lá.

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo por força dos arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

O tema deste projeto é polêmico, todavia, não identificamos na proposição vícios de injuridicidade e regimentalidade; sobre a constitucionalidade do projeto, este relatório trará fundamentos que se somam aos apresentados pelo autor e apontam para a proporcionalidade da medida proposta e denotam o acerto da opção legislativa, ainda que, conforme se concluirá, sejam necessárias adequações.

De início, é salutar buscar no direito comparado referências que subsidiem a discussão. O tratamento químico como opção de resposta estatal e ao mesmo tempo de suporte a condenados por crimes sexuais é adotado por vários países, como Estados Unidos da América (EUA), Canadá, Coreia do Sul, Áustria, Rússia, Suécia, Dinamarca e outros, e segue sendo considerado como opção em países como Inglaterra, França e Itália. O PL que analisamos se inspira na forma como a medida é regulada pelo Criminal Code da Califórnia, nos Estados Unidos.

A essas referências adicionamos ainda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... o fato inegável de que os valores sexuais no Brasil passaram por imensa evolução desde a edição do Código Penal em 1940, bem como a mudança no conceito de estupro em 2009, quando o núcleo do crime deixou de exigir a chamada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjunção carnal para sua configuração, bastando a prática de algum ato libidinoso. Parece-nos cada vez mais reprovável que alguém use de violência para a satisfação da sua lascívia, pior ainda se a conduta é reincidente e a vítima da violência sexual é uma criança.

A proposição não está trazendo solução descompromissada com valores democráticos ou que se distancia dos mais robustos sistemas jurídicos do mundo. A solução apresentada coloca o Brasil ao lado de nações que se se preocupam efetivamente com o crescimento do número de casos de crimes sexuais.

A fim de trazer um contexto fático que indique a necessidade de mudança da abordagem do Estado brasileiro neste cenário de violência sexual, estudo do Ipea publicado em maio de 2023 traz, dentre outros dados, números assustadores sobre a prática de estupro no Brasil, tendo como referência o ano de 2019. Olhem só os dados aqui: a cada ano acontecem cerca de 822 mil estupros no país, no Brasil, ou seja, dois casos por minuto; outro dado impactante, 69,9% são crianças ou adolescentes, o que é assustador; em 40% dos casos em que a vítima é criança, o agressor pertence ao círculo familiar próximo da vítima, como pai, padrasto, tio, avô; outra informação também estatística, há uma estimativa de que cerca de 6% das pessoas maiores de 18 anos já tenham sofrido algum tipo de violência sexual; os registros policiais dos crimes sexuais podem ser de apenas 8,5% dos casos, e, nos sistemas de saúde, esses registros seriam de apenas 4,2%, e essa subnotificação indica que os casos no Brasil possam chegar a 2 milhões – repito: 2 milhões – por ano. O texto para discussão é do Ipea: "Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados", publicado em maio de 2023.

Não pretendemos discutir esses números como única razão para a proposição em análise. Os dados, contudo, são um alerta máximo, pois nos sinalizam que o atual modelo de punição ou prevenção desse tipo de violência está sendo ineficaz. Em outras palavras, numa sociedade em que o sexo já não é visto como o grande tabu que um dia já foi, são ainda mais reprováveis os crimes contra a liberdade ou a dignidade sexual e demandam uma resposta do Estado em que essa predisposição à violência sexual seja bloqueada por medidas mais assertivas como forma de evitar futuras práticas criminosas.

Entendemos que a proposta não deixa de trazer impacto na política de execução penal e exige previsão de recursos para a implementação e regular oferecimento do tratamento hormonal como medida alternativa ao cumprimento da pena. Todavia, não vemos isso como empecilho. Toda alteração legislativa em matéria de direito criminal traz impactos orçamentários que devem ser absorvidos pelo Estado. Assim foi com a ampliação do chamado regime disciplinar diferenciado e mesmo com a Lei Maria da Penha, em razão dos quais, presídios tiveram de ser adaptados em um caso, e no outro os sistemas jurídico/policial de atendimento à mulher tiveram de ser implementados e demandam constante investimento. Reconhecendo que o Estado precisa trazer uma resposta mais eficaz que simples prisão do agressor sexual, temos a opinião de que os benefícios comunitários possíveis, especialmente com a prevenção da reincidência, justificam a alteração legislativa proposta.

Aqui vamos à ideia principal do PL, que é prever a possibilidade do tratamento hormonal voluntário para o condenado reincidente por crimes contra a liberdade sexual, ou seja, a reincidência nos crimes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estupro, estupro de vulneráveis e violação sexual mediante fraude indicam que o condenado tem uma predisposição natural, cultural ou psíquica que o torna propenso à conduta sexual violenta. Nesse quadro, o condenado que apresente um perfil voltado à violência sexual terá a oportunidade de reconhecer sua condição e optar pelo tratamento hormonal como forma de intervenção terapêutica e condição para o seu livramento. É oportuno destacar que a denominação adequada é tratamento, uma vez que a pedofilia é especificamente considerada uma doença pela comunidade médica (CID-10, código F65-4 - Classificação Internacional de Doenças) e que o maior percentual das vítimas é de crianças. Atenção: quase 70% das vítimas são crianças.

Dessa forma, por representar resposta a condutas reiteradas de um mesmo agente, a abordagem que esse PL adota nos parece acertada e proporcional do ponto de vista constitucional. Primeiramente, porque, conforme apontou o autor, se mostra meio adequado para que se evite a reincidência em crimes de natureza sexual, o tratamento reduz os níveis de testosterona no organismo do indivíduo e mitiga sua libido. E nesse ponto é preciso salientar que o agressor sexual é, majoritariamente, um homem e, mesmo nos casos em que temos uma mulher envolvida, ela age por conta do desejo lascivo do homem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Portanto, coibir a libido do homem agressor e reincidente deve ser a primeira preocupação.

A proposta também se revela necessária, uma vez que a restrição de liberdade, ao menos no caso do condenado reincidente, não tem se mostrado eficaz para coibir a prática criminosa e cumprir a função preventiva da pena. É preciso buscar solução que represente prevenção de novos casos e possa intervir no comportamento individual.

Por fim, para evidenciar a proporcionalidade em sentido estrito, passaremos a avaliar três aspectos principais da proposta: voluntariedade, crueldade e perpetuidade do tratamento hormonal como medida alternativa à pena de restrição da liberdade.

O PL se fundamenta na voluntariedade, valoriza a autonomia da vontade e oferece incentivo para que o condenado reincidente decida na direção do interesse público sem desconsiderar sua condição pessoal. A proposta oferece o livramento condicional calcado na forte expectativa de redução da probabilidade de reincidência criminosa.

Não se nega que o tratamento pode ter efeitos colaterais. Todavia, o condenado será submetido a uma comissão técnica de avaliação, será orientado sobre o tratamento e sobre suas próprias condições psicológicas, psiquiátricas e clínicas, e somente depois, inclusive com orientação de seu defensor, poderá tomar a decisão de se submeter ao tratamento oferecido.

Caso o condenado não queira o tratamento, a execução da pena será da maneira tradicional, ou seja, privativa de liberdade, que, evidentemente, também produz efeitos sobre a saúde física e psicológica do condenado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante deixar sempre claro que o tratamento hormonal proposto no projeto de lei é uma medida alternativa ao cumprimento da pena, não é exatamente um direito do condenado. Sua natureza jurídica é de condição para o livramento, para o não cumprimento da pena sob prisão. Assim, mesmo que o condenado faça opção pelo tratamento hormonal, caberá ao juiz avaliar requisitos subjetivos que denotem ou não que o condenado possa voltar ao convívio social. É a mesma premissa já encontrada no Código Penal (art. 83, parágrafo único), segundo a qual, nos crimes dolosos cometidos com violência ou grave ameaça à vítima, o juiz deverá avaliar se, pelas condições pessoais do condenado, é possível presumir que ele não voltará a cometer aquele tipo de crime.

Sob essa ótica, portanto, balizado no parecer da comissão técnica de classificação e no programa individualizador da pena, o juiz terá condições de avaliar se aquele condenado fará jus a, caso receba o tratamento hormonal, ter o livramento condicional como alternativa ao cumprimento da pena. Se o parecer não apontar para essa possibilidade de retorno ao convívio social, o livramento condicional não será concedido.

Pode-se perguntar se toda essa sistemática e a própria ideia de passar por intervenção médica não poderia afastar o desejo do condenado em receber o tratamento, já que o projeto se funda na voluntariedade. Não podemos afirmar que o impacto esperado seja imediato, aliás, comparando com a Lei Maria da Penha, por exemplo, os efeitos sociais da mudança legislativa demandam um prazo de absorção pela comunidade. Talvez poucos poderão passar pelo tratamento químico na fase inicial da adoção do procedimento médico pelo sistema de execução criminal. Esses continuarão cumprindo suas penas como é feito hoje, não haverá nenhum impacto social negativo. O mais importante, porém, é a mudança de perspectiva, de paradigma e de interpretação constitucional. Hoje, nesse campo, o Estado parece impedido de dar sinais mais assertivos no caminho de soluções que precisamos adotar. Permanecer como estamos hoje, com números tão alarmantes como aqueles trazidos pelo Ipea, só faz crescer a sensação de impunidade e a percepção de que estamos perdendo uma guerra silenciosa, como se o choro de cada criança violentada a cada meio minuto não existisse.

A segunda observação necessária sobre a proporcionalidade da medida se refere ao argumento da crueldade. Nossa Constituição veda penas cruéis e não há argumento que afaste esse valor constitucional. Todavia, o que o projeto de lei apresenta não pode ser considerado tratamento cruel. Primeiramente, por conta da já apontada voluntariedade, que, associada ao suporte dado pela comissão médica e com a montagem do programa individualizador da pena, poderá oferecer um preparo do organismo do condenado antes da aplicação hormonal propriamente dita. É esse o caminho já usado pela medicina, por exemplo, mas obviamente não aqui comparando os casos, no tratamento hormonal para transição de gênero. Não é uma escolha baseada em simples vontade do condenado ou determinação judicial; é uma medida estudada e adaptada ao perfil médico do condenado. Esse aspecto é fundamental para afastar a ideia de que o tratamento hormonal oferecido a alguém com histórico de violência sexual possa significar pena cruel. Havendo na medicina um contexto de tratamentos semelhantes oferecidos e até socialmente aceitos, é falacioso dizer que, para o caso de agressores sexuais reincidentes, isso seria cruel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que poderia levantar argumentos sobre a constitucionalidade da proposta seria a perpetuidade do tratamento, já que a Constituição também veda penas de caráter perpétuo. Ocorre que o tratamento é justamente uma medida alternativa à pena; não é uma punição, é uma condição para o livramento condicional baseada na oportunidade de o condenado reconhecer sua tendência violenta e receber o tratamento adequado não limitado à prisão. O tratamento é meio de, reconhecida a tendência violenta, neutralizá-la pela intervenção medicamentosa; tratamento, que lembremos, é voluntário, orientado por uma junta médica e destinado a condenados reincidentes.

Não se pode esquecer que a satisfação da lascívia por meios torpes ou violentos, ainda que não se aplique a todos os casos, pode ser considerada uma patologia, como no caso da pedofilia, que é especificamente considerada uma doença pela comunidade médica. A pedofilia não tem cura, mas é controlável. Este é justamente o caminho apontado neste PL: a oportunidade de um tratamento acompanhado, não uma punição perpétua.

Nesse passo, e afim de refutar argumentos que digam que o tratamento ao condenado por crimes sexuais é pena perpétua, é oportuno destacar que o referido tratamento químico, assim como outras intervenções médicas baseadas no uso de hormônios, não é definitivo, ou seja, o condenado não terá que manter o tratamento se houver intercorrências médicas que o desaconselhem. Por óbvio, se interrompido o tratamento, caberá ao juiz cancelar o livramento condicional, como acontece nos demais casos em que o condenado deixa de cumprir as condições impostas.

Ponderadas as questões relativas à voluntariedade, à crueldade e à perpetuidade como principais argumentos contrários ao projeto em análise, o mais importante nessa avaliação da constitucionalidade da medida é que ela busca evitar a reincidência e significa resposta da sociedade a tipos criminais dos mais abomináveis: estupro, violação sexual mediante fraude e estupro de vulnerável.

É muito importante mencionar que a literatura científica encontra fortes evidências de redução de reincidência com a intervenção hormonal, pois é provocada uma redução bem significativa dos níveis de testosterona circulante – abro um parêntese aqui no relatório – (achados de Yong Lee e Su Cho, "Chemical castration for sexual offenders: physicians' views", *Journal of Korean Medical Science*, v. 28, nº 2, de 2013, pp. 171 e 172).

Na Califórnia, nos Estados Unidos, fonte inspiradora desse projeto de lei, após sete anos de acompanhamento da legislação que prevê o tratamento hormonal, entre 1996 e 2003, a taxa de reincidência – senhoras e senhores – encontrada foi de 0,6% para pessoas classificadas como, abro aspas, "predadores sexuais violentos" ou, abro aspas de novo, "pessoa sexualmente perigosa" – e tem as referências aqui – (Weinberger, L. E.; Sreenivasan, S.; Garrick, T.; Osran, H. "The impact of surgical castration on sexual recidivism risk among sexually violent predatory offenders". The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law, v. 33, n. 1, 2005, p. 16-36).

Sabemos que há estudos que confrontam esses números e não apontam certeza nas taxas de reincidência. Esse é, sim, um problema: a falta de estudos claros sobre número de casos, sobre o perfil das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vítimas e sobre o perfil dos agressores. Todavia, como dito, o projeto de lei é uma oportunidade de mudar a abordagem estatal sobre os crimes contra a liberdade sexual. Como a proposta é fundamentada principalmente na voluntariedade, não percebemos prejuízos, especialmente porque não se trata de acabar com a pena de prisão para esses casos, mas de abrir uma possibilidade para que o agressor sexual reincidente receba um tratamento eficaz.

A preocupação com os ditames constitucionais e com os meios que o Estado usa para reprimir crimes deve ser nosso filtro em questões como as trazidas nesse projeto, mas somos da opinião de que a proposta traz ao nosso direito criminal, com base em uma leitura mais adequada da Constituição Federal, valores que preservam o bem-estar social, a segurança, a prevenção de crimes e, especialmente, a proteção de nossas mulheres e crianças.

Não é demais relembrar que, nesses crimes de natureza sexual, a vítima sofre consequências e traumas tão severos que as marcas psicológicas a acompanham pela vida. Essa vítima é atingida numa dimensão que o condenado jamais sofrerá e pela qual jamais oferecerá compensação. E, o que é pior, grande parte dessas vítimas são – repito – crianças, o que torna esse cenário ainda mais terrível.

Por todo o exposto, ponderando de um lado entre defesa da sociedade e a proteção das vítimas e do outro lado os direitos do condenado, opinamos pela constitucionalidade do projeto.

Todavia, apresentamos emendas que acreditamos aperfeiçoar a proposta em pontos específicos, bem como acatamos as Emendas 1 e 2 do Senador Sergio Moro, como explicitamos a seguir.

A previsão feita no projeto de que o condenado poderia optar por cirurgia, de efeitos permanentes, que substituiria o tratamento e que levaria à extinção da punibilidade não se mostra constitucional. Podemos revisitar todos os argumentos apresentados para justificar o tratamento hormonal e verificar que a castração física tem outra natureza, não é um tratamento, mas uma solução irreversível que, a rigor, não alcança a diminuição da libido ou do desejo sexual torpe. Julgamos a solução desproporcional, entre outros argumentos, porque há meio menos gravoso de alcançar o efeito esperado – justamente o tratamento hormonal. Dessa forma, nesse ponto específico, por entender que, diferentemente do tratamento hormonal, a castração física é punição cruel, perpétua e ineficaz, opinamos pela sua inconstitucionalidade.

Por essa razão, deve ser excluído do projeto o art. 3º e a menção feita na ementa no art. 1º e no art. 6º, a intervenção cirúrgica de efeitos permanentes, combinando com a sugestão feita pela Emenda nº 2, do Senador Sergio Moro.

O PL estabelece, no parágrafo único do art. 2º, a observância dos artigos da Lei de Execuções Penais (LEP) na parte que cuida do livramento condicional. Ocorre que, no art. 137 da LEP, se faz a previsão de que o livramento condicional será precedido de, abro aspas, "cerimônia solene", na qual ao liberado serão lidos os termos e condições de seu livramento.

Julgamos que essa cerimônia, com a exposição das razões individuais que permitiram o livramento condicional, poderá significar momento de constrangimento ao liberado e, por fim, representar empecilho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que indivíduos que se enquadrem nas condições do projeto adiram à medida prevista. Uma vez que a adesão à castração é voluntária, propomos emenda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está terminando, Sr. Presidente.

Uma vez que a adesão à castração é voluntária, propomos emenda que vise assegurar a privacidade do condenado que decida por ela. Desse modo, cremos estar contribuindo para que os objetivos do projeto de lei não sejam frustrados.

Já em seu art. 5º, o projeto de lei prevê que o tratamento químico hormonal começará ao menos uma semana antes do início do livramento condicional. Entendemos que é preciso, antes do livramento condicional, ter por certo que o tratamento aplicado já tenha surtido os efeitos mínimos que se espera. Somente a junta médica responsável poderá, com base na individualização do tratamento, dizer se isso terá acontecido.

Desse modo, apresentamos outra emenda para alterar a redação do art. 5º do PL a fim de prever que o livramento condicional só terá início após a comissão médica confirmar os inícios dos efeitos do tratamento. Na esteira da mudança proposta no art. 5º do projeto de lei, julgamos razoável acolher integralmente a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Sergio Moro. A emenda aperfeiçoa o projeto no sentido de trazer um prazo mínimo de duração do tratamento hormonal.

Entendemos que manter o agressor sexual sob tratamento por no mínimo o dobro da pena máxima possível, juntamente com o acompanhamento da comissão técnica de avaliação, reforçará o objetivo do projeto de lei de evitar a reincidência e oferecerá ao próprio condenado a segurança de um acompanhamento médico adequado.

Excluímos do art. 6º a mudança no art. 7º da Lei de Execuções Penais (Lei 7.210, de 1984). A LEP já prevê que Comissão Técnica de Classificação será composta por, no mínimo, dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social. O PL faz uma previsão mais simplista de que a comissão será composta por dois médicos no caso de condenado reincidente por crimes contra a liberdade sexual. Julgamos que há redundância desnecessária.

Propomos emenda para aumentar as penas mínimas dos crimes básicos objeto do projeto de lei, de forma a resguardar a proporcionalidade com as outras penas já previstas. O aumento da pena mínima é mais eficaz do que o da pena máxima e dará incentivo para que os condenados optem pelo tratamento, que é de maior interesse social.

Por fim, visando ao acompanhamento dos condenados por crimes contra a liberdade ou a dignidade sexual, estamos sugerindo diretriz para que o poder público estabeleça um programa nacional de atendimento aos egressos do sistema prisional condenados por esses crimes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, opinamos pela regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade do projeto e, no mérito, somos favoráveis à aprovação do PL 3.127, de 2019, ano em que chegamos aqui, acolhendo integralmente as Emendas 1 e 2, com as seguintes emendas de Relator. Eu já citei aqui todas as emendas, Sr. Presidente.

Esse é o voto.

Agradeço a paciência de todos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presidente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – ... questão de ordem, rapidinho, antes de...

O Senador Girão fez um trabalho aqui excepcional, que, pela leitura do relatório, nós percebemos. Só houve um pedido aqui de retificação, porque tem um erro material. No art. 7º, na pena prevista para o art. 215, saiu reclusão de três e seis anos, quando é reclusão de três a seis anos. Era só isso, antes de abrir para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está iniciada a discussão da matéria.

Eu tenho alguns Senadores inscritos...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Eu quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... mas o Senador Weverton está pedindo a palavra, porque ele...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não, não é palavra. É só para pedir vista. Eu quero analisar essa questão dessas penas que ele colocou. É terminativo aqui. Então, em uma semaninha, a gente dá uma analisada e constrói um entendimento nele, mas no geral nós vamos estar juntos. Eu concordo, acho que é uma providência, até porque é voluntário. Perguntei até para alguns médicos. Mas, enfim, eu quero vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Aqui, só para esclarecer, a retificação que eu fiz é só em um erro material, porque é a técnica é "dois a seis", e saiu um errinho ali, só três e seis, só isso, uma retificação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É, eu vou dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, como há amparo regimental, fica concedida vista ao Senador Weverton.

O projeto vai retornar à pauta na próxima semana.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – A vista é coletiva então, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida vista coletiva.

ITEM 17

PROJETO DE LEI N° 2390, DE 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criar causas de aumento de pena para os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça e de desacato, quando cometidos contra profissional da área de atenção à saúde, no exercício de sua profissão ou em decorrência dela.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo).

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Essa matéria também é terminativa, precisa de votação nominal. Eu peço aos Senadores e às Senadoras que fiquem em plenário.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, muito rapidamente, queria sua permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade formal no Projeto de Lei nº 2.390, de 2022. A matéria nele tratada está compreendida no campo da competência legislativa privativa da União para legislar sobre direito penal consoante dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Também o seu autor possui legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, *caput*, da Carta Magna.

No aspecto da constitucionalidade material, ganha relevo a avaliação do atendimento ao princípio da proporcionalidade, ou seja, o legislador deve observar o princípio da proporcionalidade, de modo a não apenar igualmente condutas de gravidade diferenciada, tampouco apenar desigualmente condutas de mesma gravidade.

No caso do presente projeto de lei, no entanto, temos como suficiente anotar a parcimônia com que as novas causas de aumento estão sendo estabelecidas: de apenas um terço da pena. A inspiração parece ter partido do art. 141 do Código Penal e, nesse passo, não vemos como deixar de equiparar a situação de funcionário público, criança e adolescente ou idosos, que hoje já estão amparadas no Código Penal.

Ademais, a atualidade do tema é patente. A relevância da questão tratada foi muito bem situada no parecer da Comissão de Assuntos Sociais com dados empíricos inclusive, *verbis*: "Em agosto de 2019, um estudo encomendado"...

Presidente, o senhor pode pedir um pouquinho de silêncio aí, porque estou fazendo força para falar alto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

> Em agosto de 2019, um estudo encomendado pelos conselhos regionais das categorias de saúde entrevistou 6.832 profissionais (4.107 enfermeiros, 1.640 médicos e 1.085 farmacêuticos) e revelou que 71,6% deles já sofreram agressão física ou verbal em ambiente de trabalho. No mesmo sentido, segundo levantamento conjunto feito pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pelos conselhos regionais de enfermagem de São Paulo (Coren) e de Medicina de São Paulo (Cremesp), 59,7% dos médicos e 54,7% dos profissionais de enfermagem sofreram, mais de uma vez, situações de violência no trabalho. O estudo em questão mostrou também que 7 em cada 10 profissionais de saúde já sofreram alguma agressão cometida por paciente ou por um familiar dele, sendo que a maior vulnerabilidade é observada entre os médicos que integram a rede pública de saúde do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiciono que tal estado de coisas não é sem motivo. São os profissionais de saúde diariamente expostos a situações capitais, no mais das vezes desvalorizados em suas condições de trabalho, de modo que tratam com a população em circunstâncias de ânimos exaltados. Assim, também sob esse aspecto se justifica a maior proteção do direito penal para o bom desenvolvimento de suas tão relevantes funções.

Finalmente, o voto.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.390, de 2022, na forma do Substitutivo consubstanciado na Emenda nº 01-CAS.

Esses são o relatório e o voto, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Abre a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação Substitutivo, Emenda nº 01-CAS, nos termos do parecer do Relator, Senador Dr. Hiran.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota "sim" vota com o Relator; quem vota "não" vota contrariamente ao projeto.

Solicito aos Senadores e às Senadoras...

Já podem votar. (*Pausa.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, enquanto nós estamos votando aqui, só para fazer um registro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Nós estamos aqui recebendo a presença, na nossa Comissão, da Embaixadora Carla Barroso Carneiro, que é nossa representante na FAO, que fica lá na Itália.

Seja bem-vinda a Embaixadora, que está prestigiando aqui a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Seja muito bem-vinda à Comissão, querida Embaixadora, que nos representa na FAO.

Posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 20 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

O substitutivo... Não, perdão, está aprovado.

Consulto o Plenário para saber se todos os Senadores já votaram.

O substitutivo é aprovado, nos termos do parecer, e será submetido a turno suplementar nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa Diretora para as providências cabíveis.

Projeto de lei...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Presidente, o senhor me dá um minuto, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com certeza.

V. Exa., como autora do projeto.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Eu só queria agradecer, Presidente, por ter pautado esse projeto, que é de 2022, e pelo brilhante relatório do Dr. Hiran, ele que é um médico e sabe bem o que está falando e sabe a agressão que os médicos estão sofrendo, principalmente na rede pública. No meu estado, houve na rede pública um senhor que entrou, esfaqueou uma médica grávida com cinco facadas e uma assistente social. A médica sobreviveu, mas a assistente social, com uma facada, morreu.

Então é muito meritório esse projeto, e eu fico muito feliz de ele ser aprovado.

Obrigada, Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Senadora Margareth!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu só queria fazer uma referência aí, um agradecimento à nossa querida Senadora Margareth Buzetti, pela sensibilidade na apresentação desse projeto tão importante, Presidente.

A Senadora Margareth falou dos médicos, mas eu quero aqui ampliar essa homenagem aos profissionais da equipe multiprofissional de saúde que estão na linha de frente e que foram tão importantes para nós no enfrentamento da maior tragédia humana que nós já enfrentamos neste século, que foi a covid-19. E muitos deles sofreram agressões no decorrer do seu trabalho, que foi um trabalho fundamental para salvar ou diminuir o sofrimento das pessoas.

Senadora Margareth Buzetti, muito obrigado em nome dos médicos brasileiros, da equipe multiprofissional de saúde do Brasil, pelo reconhecimento do trabalho que nós fazemos. E precisamos proteger esses profissionais que estão principalmente nas unidades de saúde, nos prontos-socorros do Brasil e que muitas vezes são o para-choque da dificuldade que existe inerente do nosso sistema de saúde. Quero aqui parabenizar vocês, e agradecer a todos os Senadores e Senadoras que aprovaram esse projeto tão importante para todos nós.

Muito obrigado.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Hiran.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Projeto de Lei nº 2.830, de 2019.

ITEM 18

PROJETO DE LEI N° 2830, DE 2019

- Terminativo -

Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Rogerio Marinho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com três Emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Em 08/05/2024 foi lido o relatório e adiada a discussão;

- Votação nominal.

Informo que esta matéria trata de projeto de lei terminativo; portanto, é necessário termos votação nominal.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Presidente...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, eu vou pedir vista da matéria.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Eu também.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vista coletiva, Presidente, porque aí é de todo mundo já.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida ao Senador Weverton, ao Senador Wagner e ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Eu preciso de vista até o mês de dezembro, em que eu consigo devolvê-la, Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como é coletiva...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, só lhe pedir uma gentileza – está concedida a vista, vai ser na próxima semana –: eu pediria a V. Exa. que colocasse como um dos primeiros itens, porque é um tema importante. Eu não tenho dúvida de que o Governo vai ter interesse em discutir; vários Senadores não estão presentes; uma hora dessa, o quórum já fica mais fragilizado; e esse é o tipo do assunto que era importante que todos pudéssemos opinar a respeito, todo mundo que tem seu juízo de valor a respeito, Senador Weverton, Senador Jaques, Senador Flávio, que está aqui, V. Exa., todos os Senadores aqui presentes.

Então, o apelo que faço a V. Exa. é que, na próxima quarta-feira, seja o primeiro item de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Weverton fez uma manifestação ali, mas vários Senadores, Líder, fizeram algumas ponderações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como esta Presidência tem sempre buscado um entendimento para o retorno da matéria para pauta, eu queria combinar que ela não virá na próxima semana, mas, na outra, ela estará...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Não tem problema; então, na próxima.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Na próxima, não tem problema, não.

É um assunto delicado, nós vamos ter que conversar com calma, então não tem que ter agonia, não.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, nós estamos conversando há quase oito meses.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É verdade, é verdade.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Já teve duas audiências públicas a respeito do tema. Eu fiz um acordo, inclusive, com o Líder de Jaques Wagner: pedi para que ele fizesse o pedido de vista, justamente para que o Governo estivesse atento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É verdade.

Senador Weverton, eu quero fazer uma ponderação e uma manifestação: eu compreendo a angústia de V. Exa., mas, na verdade, a construção política do pedido de vista hoje foi com base no entendimento de que esse projeto voltasse na próxima semana. Então, como eu acompanhei o Senador Wagner construindo isso, eu vou me submeter, enquanto Presidente, a cumprir o acordo que foi construído de que essa matéria possa voltar na próxima semana.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Acompanhamos o encaminhamento de V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo item.

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 2978, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T e da Emenda nº 2.

Observações:

- Foram apresentadas duas emendas ao Projeto;

- Em 24/04/2024 a Presidência concedeu vistas do relatório ao Senador Carlos Portinho, nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para proferir o relatório sobre a Emenda nº 2.

Se V. Exa. puder ir rapidamente, porque nós temos outros Relatores presentes para continuarmos a deliberação das matérias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu farei um voto sucinto, apenas na parte da análise, para dizer que a emenda proposta pretende permitir que ligas de futebol possam se organizar como sociedade anônima do futebol, tipo societário atualmente destinado a companhias cuja atividade principal consiste na prática de futebol, ou seja, clubes de futebol como conhecemos.

Inicialmente, cabe esclarecer que as ligas esportivas encontram respaldo na legislação brasileira. De acordo com o art. 20, §6º, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), e o art. 211 da Lei nº 14.597, de 14 de junho 2023 (Lei Geral do Esporte), as ligas de futebol se equiparam às entidades de administração e regulação do esporte.

A emenda pretende estender o tratamento conferido aos clubes para as ligas de futebol, especificamente. Não vemos óbices de mérito na emenda apresentada.

Contudo, a emenda merece reparos de ordem técnica e redacional, conforme preceitua a Lei Complementar nº 95/1998.

Quanto à referência da legislação alteradora, entendemos que deve ser feita à Lei Geral do Esporte e não à Lei Pelé, já que pode ser revogada em momento próximo. Nessa linha, alteramos a palavra "desportiva" por "esportiva", para manter consonância de estilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para maior concisão sem perder o sentido da emenda, substituímos o trecho "cujas atividades principais consistam naquelas atribuídas às ligas" por "ligas". Ainda, reduzimos três períodos por um único apenas.

Por fim, entendemos mais adequada a manutenção apenas da aplicação subsidiária de outras leis pertinentes ao tema, como previsto no projeto original. Dessa forma, apesar de entender a distinção conceitual, não consideramos oportuna a alteração.

Ante todo o exposto, reiteramos nosso voto proferido no relatório lido no dia 24 de março de 2024 e o complementamos com a apresentação da emenda a seguir e rejeição da Emenda nº 2.

Quero aqui cumprimentar o Senador Carlos Portinho e agradecer a S. Exa. pela contribuição importante que faz, trazendo esse adendo que melhora o projeto, facilita a compreensão daquilo que quis e quer o legislador com essa mudança no ordenamento jurídico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há... Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Só um registro. Essa oportunidade do projeto é muito positiva porque fez justiça. O Senador Marcos Rogério – deixo sempre isso claro – era o Relator da SAF e, de forma generosa, ele me cedeu a relatoria quando assumi meu mandato.

E por isso, nesse projeto que aperfeiçoa, deixa mais claras questões jurídicas da Sociedade Anônima do Futebol, ele ser o Relator faz jus porque é também pai, padrinho e o que mais for dessa lei da Sociedade Anônima do Futebol.

E obrigado, Senador Marcos Rogério, essa emenda é de fundamental importância. Hoje, no Brasil, há um movimento de alguns clubes de um lado e outros de outro buscando o fortalecimento do futebol através de ligas, que são previstas já na legislação. E elas nunca se consumaram justamente pela falta de um modelo jurídico próprio. E, como a Sociedade Anônima do Futebol vem fazendo uma transformação positiva do futebol brasileiro – já são mais de 60 clubes que se transformaram em empresas e implementaram gestão, governança, *compliance, o* que é positivo para o esporte –, as ligas de futebol vão encontrar nesse modelo jurídico também a solução e, quem sabe, vão unir os clubes numa única liga, dentro de um formato jurídico próprio e moderno dentro da legislação das Sociedades Anônimas do Futebol.

Quanto ao Governo, não tenho dúvida, ele vai arrecadar mais, porque hoje ele nada arrecada porque não há liga. Então o impacto é positivo, inclusive na arrecadação do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer do Relator. (*Pausa.*)

O.k. Essa votação é nominal novamente.

O Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou só falar a ordem aqui: o Senador Mecias, que é Relator de uma matéria, está presente, e esse vai ser o próximo item da pauta; a Senadora Teresa Leitão está presente também, vamos deliberar; o Senador Plínio Valério é o terceiro; e o Senador Carlos Portinho é o quarto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, sim, V. Exa. é o quinto. (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só uma dúvida: o projeto meu é o vigésimo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, mas vai ser o quinto agora. São os remanescentes, cujos Relatores estão presentes. O próximo será o do Senador Mecias Relator...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, mas continua hoje. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua hoje.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E é nominal?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O de V. Exa. também. V. Exa. tem dois.

Vamos votar em seguida... Vou falar a ordem aqui: o do Relator Senador Mecias de Jesus; em seguida, o da Senadora Teresa Leitão; o do Senador Plínio Valério; o do Senador Carlos Portinho; e do Senador Eduardo Girão, que pediu para inverter a pauta do primeiro item para o último item. (*Pausa.*)

Eu posso encerrar a votação?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele quer votar? É só o Senador Esperidião Amin que pediu para aguardar um minuto, pois ele quer votar.

Quando o Senador Esperidião Amin votar, eu vou encerrar. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 19 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto, com a Emenda nº 3, da CCJ; rejeitadas a Emenda nº 1-T e a Emenda nº 2.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2230, DE 2022

- Não terminativo -

Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor da matéria é o Deputado Federal Carlos Gomes.

Concedo a palavra ao Líder Mecias de Jesus para proferir o relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, peço vênia a V. Exa. e ao Plenário para irmos direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer Comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de Comissão para o Plenário. Cabe também a esta Comissão emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União.

Muito embora municípios como São Paulo e Rio de Janeiro tenham editado legislação com vistas à proteção de zoonoses, a competência comum para cuidar da saúde pública e para proteger o meio ambiente (art. 23, II e VI, da Constituição Federal) e a competência concorrente para legislar sobre fauna e sobre defesa da saúde (art. 24, VI e XII, da Constituição Federal) legitimam o exercício da competência da União.

A criação de um banco de dados de animais não é providência submetida à iniciativa exclusiva do Executivo, uma vez que se refere a política pública de proteção de animais, tema não relacionado no art. 61, §1º, da Carta Magna e, portanto, passível de iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61, *caput*, da Constituição Federal.

Além disso, o projeto de lei não prevê atribuições a órgãos do Poder Executivo, apenas definindo a política pública como de competência da União, razão pela qual não se pode falar de ofensa à iniciativa privativa do Presidente da República.

No mérito, o projeto promove um equilíbrio entre os interesses de proprietários de animais, a saúde pública, a proteção ambiental e o bem-estar animal. Por meio da criação de um registro nacional de animais domésticos, a compra e venda de animais será muito mais segura. O combate às zoonoses será facilitado, permitindo aos poderes locais identificarem prontamente as emergências sanitárias. Finalmente, o projeto vai ao encontro de um anseio para a maior e melhor proteção do bem-estar animal, permitindo que as autoridades públicas possam combater os maus-tratos e o abandono desses que são, segundo o Superior Tribunal de Justiça, seres sencientes.

Voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa.

Voto favoravelmente ao Projeto 2.230, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, eu vou pedir licença aqui ao querido Relator, elogiando o projeto, sim, mas eu vou pedir vista.

Eu fui procurado por algumas associações, Mecias, de criadores, principalmente, de animais, e eles têm interesse em participar desse processo de alguma maneira. Então, eu vou pedir vista apenas para ver se é possível ou não. Eu sei que é um projeto autorizativo, não seria contra, mas peço vista por essa razão, até para consulta das associações de criadores de animais, como cachorros e felinos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Portinho, V. Exa. tem amparo regimental. Eu posso retornar na próxima semana?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode, pode. Eu provavelmente não estarei, mas eu vou tentar acordar a emenda, se for o caso, com o Senador Mecias, sem prejuízo do projeto, o que não é meu interesse.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, esse projeto voltará na próxima quarta-feira.

Senador Plínio, eu conversei um pouco com a Senadora Teresa Leitão e com o Senador Girão. Os outros três projetos não são terminativos. Então, à Senadora Teresa eu queria agradecer, a ela e ao Senador Girão. Eles aquiesceram que esta Presidência colocasse o projeto de V. Exa. e o projeto do Senador Portinho na frente, porque eles são terminativos, carecendo de votação nominal, e a gente quer aproveitar o quórum – então, agora eu me limpei mais ou menos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – É, um dia eu vou...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, até para dar agilidade, Plínio, o Senador Jaques Wagner, Líder do Governo, já antecipou que vai pedir vista no meu projeto. E, se V. Exa., já que vai concedê-la...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, vai ser um minuto só. Pronto.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só vou pedir para ele retornar sem ser na semana que vem, na outra, por conta da minha ausência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E pode votar... A gente pode discuti-lo de maneira remota? Porque ele vai ser votado na quarta-feira antes do feriado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está ótimo. Não, o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode.

ITEM 20

PROJETO DE LEI Nº 2695, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

O Relator é o Líder, Senador Carlos Portinho.

Fica concedida vista ao Líder Senador Jaques Wagner.

O relatório está dado como lido. É isso? (*Pausa.*)

O relatório foi dado como lido e foi solicitada vista.

ITEM 19

PROJETO DE LEI Nº 3114, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, para prever que o estelionato cometido contra pessoa com deficiência se procede mediante ação penal pública incondicionada.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para proferir o relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Como Relator.) – Permita-me, antes de ler o relatório, elogiar. Um dia, eu quero ter – e terei, Flávio – essa capacidade de fazer com que a pessoa espere bastante e, no final, de ainda passar para ela que se agilizou, e a pessoa agradecer. Eu vou ter essa capacidade um dia, eu vou desenvolver essa capacidade um dia, para chegar a isso! (*Risos.*)

Bem, o relatório.

V. Exa. já leu a ementa.

O PL foi primeiramente encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde, no dia 18 de dezembro de 2023, foi aprovado o parecer de autoria do Senador Flávio Arns, favorável ao projeto.

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas até o momento.

Segundo a autora, nossa companheira Damares, as hipóteses de processamento de crime de estelionato por ação pública incondicionada devem ser ampliadas para abranger a vítima que tenha qualquer deficiência, uma vez que a deficiência física também pode gerar maior vulnerabilidade, a exemplo do que ocorre com as pessoas que têm algum sentido – visão ou audição, por exemplo – comprometido. Estamos de acordo com o tal entendimento.

Segundo o *caput* do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência considera que qualquer tipo de deficiência pode tornar a pessoa vulnerável e hipossuficiente, de forma a obstruir a sua participação em igualdade de condições na sociedade, e não somente a deficiência mental.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.114, de 2023, de autoria da Senadora Damares.

Eis o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir...

Senadora Damares, com a palavra, V. Exa., autora do projeto.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero agradecer ao Senador Plínio pela delicadeza, sensibilidade com que ele recebeu essa relatoria e dizer que a gente dá um passo na proteção da pessoa com deficiência. Imagine uma pessoa, na cama, ter que sair da cama para fazer o boletim de ocorrência, porque a ação é condicionada à vontade. Na hora que eu descubro que essa pessoa foi vítima de um estelionato, por que não pode ser incondicionada? Então, a gente faz aqui um ajuste na legislação em defesa das pessoas com deficiência.

Obrigada, Presidente, por ter pautado.

Obrigada, Senador Plínio, pela gentileza em ter apresentado o voto num tempo tão curto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Senadora Damares, pela iniciativa do projeto. De fato, ele é muito relevante para essas pessoas que são vítimas e que, por alguma deficiência, não podem sair de onde estão para denunciar esse criminoso que comete o estelionato contra essas pessoas com deficiência.

E parabéns ao Senador Plínio pela ponderação, porque isso é um dom. E está indo tudo bem, está indo tranquilo. Graças a Deus, V. Exa. compreendeu esse dom de fazer um gesto parecer grandioso, como V. Exa., que aguardou... Mas, na verdade, Plínio, sabe por que eu faço isso? É para que V. Exa. participe durante toda a reunião. (*Risos.*) Eu gosto de ver a manifestação de V. Exa., as ponderações. E aí, como eu gosto de que V. Exa. participe até o final da reunião, eu boto sempre em 19, 20, 21, para V. Exa. ficar aqui comigo, para eu não ficar só também.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não preciso nem falar que você é meu amigo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sou seu amigo.

Consulto o Plenário para saber se todos os Senadores já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Professora Dorinha, Senador Sergio Moro, Senador Renan Calheiros, Senador Weverton, Senador Marcelo Castro, Senador Efraim, Senador Veneziano, Senador Alan Rick, Senador Otto, Senador Coronel, Senador Fabiano, Senador Rogério Carvalho, Senadora Janaína, Senadora Zenaide, Senador Vanderlan, Senador Jaques Wagner, Senador Jorge Kajuru, Senador Esperidião Amin, Senador Mecias de Jesus, Senador Dr. Hiran, Senador Hamilton Mourão.

Solicito à Secretaria que informe os Senadores que nós estamos em processo de votação nominal.

Quando nós atingirmos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o Relator, vota "sim".

Quando nós atingirmos o número mínimo necessário, eu vou encerrar a votação.

Senadora Zenaide... (*Pausa.*)

Só concluir, Senadora Teresa. Quando concluir, eu inicio a votação do projeto de V. Exa. Quando concluir 14 votos, eu vou encerrar a votação

Senador Otto, Senadora Professora Dorinha, Senador Efraim Filho.

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 14 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2000, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 154 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer a idade máxima dos veículos destinados à formação de condutores.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta.

O autor é o Deputado Federal Abou Anni.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para proferir o relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, além de opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 2.000, de 2022, também emitir parecer, quanto ao mérito, sobre esta matéria alusiva ao Código de Trânsito Brasileiro, que segundo o inciso XI do art. 22 da Constituição é de competência privativa da União.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição deve melhorar a segurança dos alunos em autoescolas, por garantir que os veículos usados para treinamento estejam em boas condições, uma vez que não terão idades avançadas, com maiores riscos potenciais de fadigas e falhas de manutenção.

Além disso, a iniciativa também tende a incentivar a renovação da frota de veículos das autoescolas, que por consequência deve estimular a indústria automobilística, com a demanda por veículos mais novos pelo mercado de autoescolas.

Sobre os aspectos formais da norma, vemos que a matéria é constitucional, por tratar de competência privativa da União em legislar sobre, não ferindo as competências privativas das demais autoridades da República.

A matéria contém os aspectos de juridicidade, inovação, impessoalidade, abstratividade e coercibilidade. Entretanto, quanto a técnica legislativa, ponderamos que a proposição pode ser aperfeiçoada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em obediência aos arts. 10 e 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

A fim de que seja mantida a unidade básica de articulação do art. 154 e seja preservada a obtenção de ordem lógica, propomos a inserção de um novo §2º, renumerando o atual parágrafo único, para veicular a exceção à regra estabelecida no *caput* e os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo, que são as idades máximas para cada categoria de veículo, no §2º, na forma de incisos, como bem preceitua a Lei Complementar nº 95, de 1998.

Voto.

Por todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 2.000, de 2022 e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte redação:

> EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação ao art. 154 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB), alterado pelo art. 2º do PL nº 2.000, de 2022:
>
> Art. 2º .....
> "Art. 154. .....
> § 1º .....
> § 2º As idades máximas dos veículos destinados à formação de condutores nas categorias de habilitação de que trata o art. 143, não computado o ano de fabricação, serão de:
> I - 8 (oito) anos, para a categoria A;
> II - 12 (doze) anos, para a categoria B;
> III - 20 (vinte) anos, para as categorias C, D e E."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu indago à Relatora... Eu tenho apelos das autoescolas do meu estado em relação a essa matéria. Eu vim com a predisposição de pedir vista para a gente fazer essa análise, ouvindo-os.

O prazo para a substituição, a troca desses veículos, se eu não estou enganado, parece que é 30 de junho?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deste ano?

Não pode ser deste ano, porque ainda se vai votar na...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minutinho. (*Pausa.*)

Não. Não creio que seja deste ano.

É porque o relatório não tratou esse detalhe.

Posso alterar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu faço um apelo a V. Exa., até para facilitar para V. Exa., não há nenhum prejuízo.

Eu faria o pedido de vista, para a gente poder fazer... Porque é uma matéria que vai impactar as autoescolas do Brasil inteiro.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma matéria nacional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ela é uma matéria nacional.

Eu pediria vista, Sr. Presidente. Eu faria esse pedido...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Até porque essa matéria é de competência da União.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim. Quanto a isso, não há nenhuma dúvida. Ela é de competência da União, mas ela tem impacto econômico nas autoescolas.

Eu faria esse pedido sem prejuízo de acompanhar, de repente, o voto de V. Exa., mas apenas para dar a oportunidade a essas entidades que fizeram contato no meu gabinete no dia de hoje, com essas dúvidas, para a gente ajustar se mantém o texto como está ou se haverá sugestão a V. Exa., para que a gente possa fazer algum ajuste redacional para levar para o Plenário uma matéria pacificada no âmbito desta CCJ.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Antes disso, eu vou encaminhar para o gabinete de V. Exa. a resposta a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida vista regimental da matéria, e a matéria vai voltar na próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Olhe com um olhar bem carinhoso, porque, na verdade, a matéria favorece as autoescolas. Olhando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Eu também tive essa impressão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, eu também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, nós vamos tirar a vista e vamos votar. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas como eu não sou representante de mim mesmo, eu represento o meu estado, os apelos de lá me são muito caros.

Eu recebi os apelos e estou...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse detalhe que me faltou no relatório a gente já incrementa também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não estou divergindo o relatório de V. Exa., porque eu tive a impressão de que o projeto ia no sentido de criar um ambiente melhor, mas os apelos que eu recebi das entidades que representam...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem mais favorável.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, então, eu vou fazer essa análise e, na próxima reunião, me comprometo a delegar.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

Eu vou lhe dar este panfleto, então, para facilitar. Não sei se o senhor já recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, então, diante desse panfleto, nós vamos votar hoje. (*Risos.*)

Não é possível! A Senadora Teresa trouxe um panfleto para explicar o relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou voltar ao meu tempo de sindicalista e fazer um panfletagenzinha com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto, Marcos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficou sensibilizado?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu tenho uma recomendação médica que, quando eu estou no ambiente de fome, eu não posso tomar decisões de impacto duvidoso. (*Risos.*)

Então, seguindo recomendações médicas, eu vou manter o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Rapaz, quando a gente pensa que a gente já viu tudo... (*Risos.*)

Foi buscar um relatório de um diagnóstico do médico.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não tenho diagnóstico não, mas meu estômago tem sensibilidade. Por favor, *adelante*.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Projeto de lei...

Calma que parece que o panfleto vai dar certo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Agora, esse dado era importante ter. Eu não vi isso no projeto não. Eu não vi isso não. Eu acho que não fala de tempo não, porque não tem regulamento. Ele encaminha para regulamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, eu vou... Eu vou acatar os apelos de V. Exa. e da nobre Relatora e vou retirar o pedido de vista e qualquer...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E qualquer ponderação que tiver, até o Plenário, haverá tempo necessário para fazer qualquer ajuste.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço.

Eu estava comentando aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu tinha essa impressão, fiz ligação para uma outra pessoa que me deu uma recomendação, que me deu o conforto para votar.

Então eu vou votar abrindo mão do pedido de vista e votar a favor da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço, Senador, porque eu não me recordo realmente disso quando li o projeto. Eu estava aqui consultando também a minha assessoria.

Como tem regulamento, pode ser que isso esteja mandado para lá, mas agradeço muito a compreensão de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Retirado o pedido de vista, continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Teresa Leitão.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto e o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1-CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 2100, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O autor é o Deputado Federal Luiz Couto.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Eu vou direto à análise, mas é bem longa, viu, Presidente? Eu vou puxando só os pontos mais centrais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Se V. Exa. quiser... Como já está distribuído, V. Exa. pode fazer apenas uma reflexão do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Uma abordagem mais geral, exatamente.

Eu já digo que ele é totalmente dentro das normas de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e dentro do mérito do que hoje está sendo discutido, inclusive com a auditoria do Tribunal de Contas da União em relação à administração do patrimônio imobiliário federal.

Essas hortas comunitárias não apenas em entidades, como cita o projeto... E dá exemplo: a fazenda localizada no Município de Barreiros, onde fica o *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, lá no nosso Estado de Pernambuco.

Além dessas questões, esse levantamento mostra que essas hortas comunitárias não só servem de objeto de estudo, quando são próximas a entidades educacionais, como também preservam aquele ambiente, que não seria, portanto, alvo de qualquer vandalismo.

Então, acho que é um projeto importante. Muitos debates foram feitos a respeito dele.

Finalizando, eu quero propor algum nível de aperfeiçoamento no projeto, que são as emendas, com a finalidade de contribuir para a inserção social de pequenos agricultores, por meio da permissão de uso de terrenos da União – é claro que devidamente autorizados.

A emenda diz o seguinte, Sr. Presidente...

O voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, da aprovação do PL nº 2.100, de 2019, nos termos da seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CCJ
> Acrescente-se o § 3º ao art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.100, de 2019, com a seguinte redação:
> "Art. 22 .....
> .....
> § 3º A permissão de uso de que trata o inciso II do *caput* será gratuita, dispensada de licitação e pelo prazo de até cinco anos, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos se ficar caracterizado o interesse mútuo." (NR)

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pela Senadora Teresa Leitão.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4563, DE 2021

- Não terminativo -

Revoga o § 6º do art. 1.003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com uma subemenda de redação que apresenta.

Observações:

- Em 16/08/2023 a Presidência concedeu vistas coletivas do relatório, nos termos regimentais;

- Em 07/05/2024 foi Recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Autoria: Deputado Federal Carlos Bezerra.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para proferir o seu relatório e também sobre a Emenda nº 1.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Como Relator.) – Presidente, muito obrigado por colocar esse projeto em pauta.

Na verdade, esse projeto de lei tem o objetivo de garantir ao cidadão que não perca de plano o direito que está sendo discutido na causa dele, de que ele faz parte, pelo fato de não ter sido comprovado no momento do recurso o feriado local. Quantas vezes a gente não já recebeu pessoas que perderam uma causa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para a sua vida porque o advogado errou, por exemplo, não verificou que tinha um feriado no prazo? E o cara perdeu o cliente, o consumidor, a pessoa... Então, aqui se dá a dupla oportunidade.

E foi feito... Quero agradecer ao Deputado Arthur, do seu partido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Arthur Maia, do seu partido. Ele esteve aqui conosco, e a gente imediatamente abraçou o projeto.

Então, essa situação pode ter enorme impacto na vida de muita gente, principalmente aquelas mais simples que já têm uma enorme dificuldade de acesso à Justiça.

A emenda do Senador Fabiano Contarato foi muito boa, aprimorou e muito o projeto e evita alguns outros problemas.

E eu já peço a sua autorização, como o relatório é conhecido e já está há muito tempo publicado, para que eu não precise lê-lo todo. Então, eu vou ler aqui a partir da emenda – que é a novidade – do Senador Fabiano Contarato.

Por tais razões, nós acreditamos que a solução aventada no bojo da Emenda nº 1 da CCJ apresenta um meio termo entre o rigor da peremptória preclusão advinda da não comprovação do feriado local logo no ato da interposição do recurso e a leniência advinda da inexistência de qualquer normalidade a respeito, gerando insegurança jurídica, como vicejava tempos atrás, isso porque essa emenda propõe, de forma equilibrada – repito, parabéns ao Senador Fabiano Contarato –, que, na hipótese de o recorrente não comprovar a ocorrência do feriado local no ato da interposição do recurso, o tribunal possa determinar a correção do vício formal em nova oportunidade, ou até mesmo desconsiderar essa omissão, caso a informação já conste no processo eletrônico.

Todavia, como tanto essa emenda como o próprio projeto têm o mesmo aludido defeito da emenda cega, apresentamos subemenda de redação à Emenda nº 1 da CCJ, para corrigir essa imperfeição. O que a gente quer é menos burocracia. O que a gente está dando aqui é uma agilidade maior. Então, essa emenda que a gente acata é de que o profissional, o operador do direito, o advogado, a Defensoria Pública, o Ministério Público, que esse tenha a chance de comprovar num momento futuro, ou seja, após a informação do Tribunal Superior, que o prazo fatal não foi cumprido por conta do feriado local.

Então, a emenda apesentada e acolhida foi no sentido de chagar esse meio tempo, ou seja, extinguir de uma certa vez a obrigação da apresentação da certidão que comprovasse o feriado local ou a pura exigência da obrigatoriedade dessa apresentação no momento de interposição do recurso.

Cabe lembrar que fica facultado ao operador do direito, quando da interposição do recurso, já apresentar essa certidão de feriado local, fato que pouparia os tribunais superiores de intimar a parte para a manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PL nº 4.563, de 2021, e da Emenda nº 1 da CCJ, acrescida da seguinte subemenda de redação:

> SUBEMENDA À EMENDA Nº 1 - CCJ (de redação)
> Dê-se a seguinte redação à ementa do PL nº 4.563, de 2021, de que trata a Emenda nº 1 - CCJ:
> "Altera o §6º do art. 1.003 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de permitir a intimação do recorrente para suprir a omissão da não comprovação da existência de feriado local, podendo desconsiderar essa omissão, caso a informação já conste do processo eletrônico."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Girão.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o relatório, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado, com as adequações a partir da emenda do Senador Fabiano Contarato.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1 da CCJ, com a Subemenda nº 1 da CCJ, de redação.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Em homenagem ao Senador Plínio Valério, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Efraim Filho, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Jayme Campos, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Sérgio Petecão e Ivete da Silveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 2390, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criar causas de aumento de pena para os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça e de desacato, quando cometidos contra profissional da área de atenção à saúde, no exercício de sua profissão ou em decorrência dela." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo). **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2234, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a exploração de jogos e apostas em todo o território nacional; altera a Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e revoga o Decreto-Lei nº 9.215, de 30 de abril de 1946, e dispositivos do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), e da Lei nº 10.406, de 19 de janeiro de 2002 (Código Civil)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 4. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3127, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a castração química voluntária de reincidente em crime contra a liberdade sexual." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, pelo acolhimento integral das Emendas nºs 1 e 3 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2, com as emendas de relator apresentadas anteriormente. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n°s 1-CCJ, 3-CCJ, 5-CCJ a 9-CCJ e a Emenda n° 2-CCJ (parcialmente). **Observação:** - Durante a discussão, o Senador Eduardo Girão apresenta requerimento de retirada da Emenda n° 4. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1107, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a indenização pecuniária por tempo de serviço aos servidores comissionados do Poder Legislativo Federal e órgão auxiliar." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 2 e 3, com duas emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas n°s 2-CCJ a 5-CCJ, e contrário à Emenda n° 1. **ITEM 5 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei n° 3519, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de dispor sobre a competência dos juizados especiais cíveis para o processamento e o julgamento das causas previstas no inciso II do art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2230, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4626, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 545, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 14.002, de 22 de maio de 2020, e 11.771, de 17 de setembro de 2008, para atualizar e aprimorar o regime jurídico a que se submete a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); e altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda n° 1. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3038, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 660, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para prever o apoio técnico por parte da Justiça Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria: Senador Marcos Rogério** (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n°s 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2269, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para dispor sobre os requisitos do registro de nascimento em relação à identificação dos pais." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1640, de 2019 - Terminativo -** que: "Torna mais rígido o controle de violência nos estádios e imediações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 2885, de 2022 - Terminativo -** que: "Define os crimes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intolerância política e dá outras providências." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 3 e 4, com quatro emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 5. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **Observação:** - Durante a discussão, o Relator, Senador Eduardo Braga, rejeita oralmente a Emenda n° 5. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 2695, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), para dispor acerca da disponibilização de documentos necessários à promoção da transparência no âmbito das despesas públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 2581, de 2023 - Terminativo -** que: "Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T e a rejeição da Emenda nº 2-T, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Projeto de Lei n° 2954, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para aprimorar a capacitação de agentes públicos e privados em Proteção e Defesa Civil." **Autoria:** Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo oferecido ao PL 2954/2023. **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 10, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 226/2024." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 11, de 2024** que: "Requer que seja convidada a Senhora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania" **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/22

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, Ordinária.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 16.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem uma questão de ordem do Senador Esperidião Amin e da Senadora Ivete.

Com a palavra, Senadora Ivete.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E um pela ordem aqui do Senador...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Uma questão de ordem também, Presidente, depois.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, muito obrigada por ter atendido o meu pedido para a inclusão extrapauta do PL 2.954, de 2023, para ser votado hoje, cujo Relator *ad hoc* será o Senador Esperidião Amin.

É muito importante este PL para o momento atual que estamos vivendo.

Meu muito obrigada pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Há uma solicitação da Senadora Ivete em relação a este assunto.

V. Exa. podia fazer, Senador Amin, alguma introdução em relação ao projeto? Porque nós vamos incluí-lo extrapauta, o que foi solicitado na segunda-feira, e eu queria a aquiescência do Plenário, pela relevância, importância do projeto para o estado de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – E especialmente, Presidente, pela oportunidade.

Todos os estudos que se fizeram desde o ano passado, pelo menos, a respeito de mudanças climáticas, aumento da frequência dos desastres e aumento da severidade dos prejuízos, tanto com vidas quanto com bens materiais, nos remetem a um esforço para a educação. Tudo o que se pode pensar construtivamente nos remete à capacitação das pessoas para a prevenção e para fazer face ao desastre quando ele acontece – e ele vai acontecer cada vez com mais frequência e com mais severidade.

Portanto, o projeto de lei da Senadora Ivete da Silveira altera a legislação atual para priorizar a capacitação de agentes públicos e privados; ou seja, cidadãos, sejam eles agentes públicos, sejam da área da defesa civil ou nada. Mas essa capacitação em proteção e defesa civil, sem dúvida alguma, é prioritária e, mais do que justifica, impõe, Presidente, que esse projeto seja apreciado por nós.

Eu me congratulo com V. Exa. por ter atendido a solicitação da Senadora Ivete e antecipo que farei a leitura, quando o senhor determinar, do relatório do Senador Jorge Seif, que estarei aqui substituindo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente, Senador Esperidião Amin.

Este Projeto nº 2.954 é de autoria da Senadora Ivete da Silveira. O Relator do projeto é o Senador Jorge Seif, que já havia entregado o relatório na Comissão e já tinha passado o prazo da sexta-feira. Então, a senadora Ivete entrou em contato com a Secretaria, com esta Presidência, e eu acho muito relevante podermos ter condição, a partir de um processo legislativo, de capacitar os agentes públicos e privados, a sociedade civil, para a proteção e para a defesa dos brasileiros.

Então, eu queria aquiescer à solicitação da Senadora Ivete e determinar a inclusão do item extrapauta na pauta de hoje.

Vou passar o relatório para V. Exa. e daqui a pouco a gente inicia a discussão do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Também pela ordem, porque eu tenho que presidir a CDH às 11h, sobre aquele tema que nós já acordamos, conforme o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou passar só para o Líder Eduardo Braga, e já passo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela Liderança.) – É o item aqui? (*Pausa.*)

Eu queria pedir aos seguranças... Eles barram a quem não devem barrar e não barram a quem deveriam barrar. E, aí, a assessoria dos Senadores e das Lideranças não pode estar do lado do Senador. É impressionante.

Qual é o item? (*Pausa.*)

Eu queria pedir a V. Exa., Sr. Presidente, a inversão de pauta para o item 14, que é um projeto de lei de autoria do Senador Renan Calheiros, que trata dos atos contra a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente, Líder. Está registrado aqui. Nós vamos fazer a...

Tem uma solicitação: vou passar a palavra aqui para o Senador Jorge Kajuru, que também pediu pela ordem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu vou ser bem objetivo.

Deus e saúde a todos e a todas presentes e à nossa pátria amada.

O Dr. Hiran, nosso Senador e oftalmo, é que está cuidando de mim, e a ordem dele é expressiva para que eu fique o menor tempo possível nas Comissões. Só que eu sou o Presidente da CPI, da manipulação de jogos de futebol, que começa agora às 11h da manhã, e hoje são quatro convocados – ela vai até às 7h da noite. Então, hoje eu vou ter que desobedecer ao Dr. Hiran e pedir a compreensão de vocês, até porque o meu relatório será diminuto. Eu tive que diminuí-lo em função da cirurgia que fiz em meu único olho, e agradeço a compreensão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O projeto do Senador Kajuru é o item 4. Nós vamos atender também, e vamos organizar aqui a ordem cronológica.

Pela ordem, o Senador Sergio Fernando Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente aqui.

Primeiro, que parabenizar pela liderança e compreensão com todos os pedidos que têm sido apresentados. Eu apresentei um requerimento para uma audiência pública em relação ao Projeto de Lei 226, de 2024, que é do Ministro Flávio Dino, que o apresentou na época como Senador. O projeto trata de um tema extremamente importante, a audiência de custódia. E a ideia é se nós pudermos incluir esse requerimento extrapauta e, se aprovado, fazer isso daqui a duas semanas, para que nós possamos ter na CCJ um debate amplo sobre esse tema. O projeto tem qualidades evidentes, muito bem construído tecnicamente, mas é conveniente, pela importância do tema na sociedade, que nós façamos o debate.

Então, peço para incluir extrapauta, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro, como V. Exa. é o Relator da matéria, regimentalmente V. Exa. está solicitando – para instruir a matéria – um requerimento de audiência pública.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós podemos votar a qualquer momento. Eu vou votar ainda hoje.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Obrigado. Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente Davi Alcolumbre, Senadores e Senadoras, eu pedi a V. Exa. para colocar a minha posição, porque eu vou ter que presidir a CDH aqui na sequência.

O item 7 é um projeto, em cujo mérito eu não vou entrar, que trata da questão da contribuição assistencial. Chegamos a um acordo aqui – o Rogerio Marinho ajudou, todos ajudaram, o Jaques Wagner muito, V. Exa., Presidente, enfim – de que nós votaremos a matéria no dia 5. Esse é o acordo.

Inclusive, quando eu ia já saindo, porque entendi que estava tranquilo, V. Exa. disse: "Não, quero que tu firmes ali que tu estarás com o meu parecer, com o substitutivo, ou com o acordo que assim conseguimos construir e que votemos sem nenhum tipo de qualquer protelação".

Lá na Comissão de Assuntos Sociais, eu sou o Relator. Na verdade, Rogerio, eu quero aqui de público dizer que não eram nem vocês que estavam fazendo obstrução. Quem estava fazendo obstrução era eu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu não queria votar a matéria sem a busca de, no mínimo, uma proposta que faça o meio de campo. E assumi o compromisso de que, com acordo ou sem acordo, votaremos no dia 5.

É isso, Presidente Davi?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente, Senador Paulo Paim.

Eu vou conceder a palavra ao Líder Rogerio Marinho, mas de antemão quero agradecer ao Senador Flávio Bolsonaro, ao Senador Jaques Wagner, ao Senador Weverton e a V. Exa. pela compreensão da importância de nós deliberarmos esse assunto aqui nesta Comissão.

De fato, há um questionamento de alguns Senadores em relação à tramitação desta matéria lá na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa., como Relator da matéria, faz esse registro aqui. Então, eu quero reconhecer a capacidade de V. Exa. de reconhecer e posicionar a verdade. V. Exa. estava tentando e continua buscando construir um entendimento com todas as instituições e as entidades para que se pudesse chegar a um consenso, mas, se não há esse consenso, se não há essa construção, nós temos que deliberar. Então, eu queria agradecer a V. Exa., que coloca a verdade aqui, e agradecer ao Líder Rogerio Marinho, que compreendeu.

Na semana passada, Senador Líder Flávio Bolsonaro, eu fiz uma fala, aqui nessa reunião, quando o Líder Jaques Wagner pediu vista da deliberação do assunto, após a leitura pelo Relator da matéria, de um projeto de lei de autoria do Senador Styvenson, relatado pelo Líder Rogerio Marinho, e houve por parte de vários Senadores, inclusive de V. Exa., o questionamento relacionado à reunião da Comissão na próxima semana.

Há uma compreensão de que o Presidente Rodrigo Pacheco poderá convocar a semana que vem como semipresencial. O Senador Wagner participou dessa construção e havia uma solicitação, naquele momento, de os Senadores votarem presencialmente esse assunto. Não foi acordado que nós deliberaríamos esse assunto numa sessão semipresencial. Portanto, a construção do acordo que era para votar esta semana se deu a partir do entendimento do Líder Wagner e de V. Exa. de que a matéria não será mais deliberada na CAS, a matéria será deliberada na CCJ.

Eu vou conceder a palavra ao Líder Rogerio Marinho, que aquiesceu com a construção política do entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade, primeiro, para dizer que o acordo foi construído aqui, um acordo de procedimento, sem adentrar no mérito da matéria.

Quero destacar aqui a presença do autor do projeto, que é o Senador Styvenson Valentim, que está aqui presente, e dizer que, no dia 5, todos nós faremos um esforço aqui, já que há esse acordo de votarmos o projeto, colocarmos as posições, aguardarmos se há um projeto que vai ser colocado para ser cotejado com o projeto que nós estamos apresentando.

Peço apenas, caso seja apresentado um projeto, que o seja pelo menos com uma semana de antecedência para permitir, da mesma forma que o nosso que está aí disponível, que ele possa ser perscrutado pelas pessoas, observado pelos Srs. Senadores, e vamos aguardar o dia 5 aqui para essa votação.

Quero agradecer aqui ao Líder Jaques Wagner, ao Senador Paim, ao Senador Flávio, ao Senador Styvenson, a todos que participaram e ao Senador Davi.

Então, dia 5 de junho, vamos votar, vamos a voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

Eu vou iniciar, Senadora Ivete, primeiro, com o projeto do Senador Kajuru, que é o item 4 e vai ser o primeiro item de deliberação, e em seguida nós vamos atender as solicitações de V. Exas.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1107, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a indenização pecuniária por tempo de serviço aos servidores comissionados do Poder Legislativo Federal e órgão auxiliar.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Em 21/05/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 3, de autoria do Senador Carlos Portinho (dependendo de relatório);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, só uma pergunta: no item 2, o Relator é o Senador Irajá, que não está presente. V. Exa. vai designar um Relator *ad hoc* ou vai retirar de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu não sei se o Senador... Como é o item 2, o Senador Irajá pode estar a caminho da reunião da Comissão.

Vamos fazer aqui e, quando a gente chegar lá, a gente decide.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

Vou ser o mais objetivo possível desses cinco anos de mandato.

O Projeto de Lei nº 1.107, de 2023, visa estabelecer mecanismos de proteção para servidores comissionados exonerados.

O tema é relativo à remuneração de servidores da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União. Não há, assim, que se falar em iniciativa privativa do Presidente da República, uma vez que não regula o regime jurídico de todos os servidores públicos federais, ou seja, de outros órgãos e Poderes.

Ademais, embora a Constituição Federal preveja que os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, isso não impede, senhoras e senhores, que a lei formal preveja mecanismos de proteção em casos de exoneração imotivada, alinhando-se aos princípios da dignidade humana e dos valores sociais do trabalho.

No mérito, então, a matéria merece aprovação.

Hoje o servidor exclusivamente comissionado não possui proteção em caso de exoneração de ofício, feita a juízo da autoridade competente. Não são raros os casos de servidores que são comunicados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... com pouquíssima antecedência de sua exoneração, às vezes no próprio dia em que serão exonerados.

Não obstante, entendo que é cabível alterar o projeto para garantir a iniciativa privativa dos respectivos órgãos quanto à remuneração de seus servidores, limitando o projeto aos servidores do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, e também entendendo eu pertinente a alteração do valor da indenização para uma remuneração bruta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... por cada período de 12 meses em vez de meia remuneração.

Além disso, propõe ajustes na redação para deixar claro que o valor da indenização terá por base a remuneração mensal bruta do mês em que ocorrer a exoneração; e outra para garantir clareza e conformidade com as normas legislativas.

Fechando, é importante ressaltar que a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal apresentou uma estimativa do impacto financeiro do projeto, que será de aproximadamente R$19 milhões em 2024, R$20 milhões em 2025 e 2026, considerando apenas o Senado Federal.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação com as emendas apresentadas: pela aprovação das Emendas nºs 2 e 3, e pela rejeição da Emenda nº 1, todas apresentadas pelo Senador e amigo pessoal carioca Carlos Portinho.

Agradecidíssimo. Tentei ser breve, especialmente em função da visão e em respeito aos senhores e às senhoras, porque tenho que ir à Presidência da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir o relatório apresentado pelo Senador Kajuru.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, quero só agradecer aqui ao Senador Kajuru, esse projeto é de minha autoria. E acredito, Senador Kajuru, que esta Casa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Aliás, Senador Weverton, perdoe-me, desculpe-me, é em função do momento que eu estou vivendo, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a autoria do seu projeto insofismavelmente mereceu todo o meu aplauso. E eu fiz o relatório entre os principais desses cinco anos do meu mandato. Parabéns.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – Eu que lhe agradeço e quero dizer que esta Casa está fazendo justiça aos nossos servidores comissionados, que se dedicam aqui de manhã, tarde e noite, sem hora, e, quando saem, terminam aqui o seu vínculo, é o mínimo que pode fazer, como é feito hoje em qualquer outra empresa com seu seguro-desemprego. Enfim, é uma grande justiça que está sendo feita. E eu fico muito feliz que nós vamos agora consolidar esse projeto lá – a Senadora Damares deve ser a relatora – na CAE e vamos dar andamento para que já, já ele possa se tornar realidade.

Obrigado ao Senador Kajuru e à CCJ.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Senador, eu queria só cumprimentar o Senador Weverton pela iniciativa. De fato, Senador, eu queria parabenizá-lo de verdade.

Também nós já somos Parlamentares há muitos anos e a gente percebe isso em relação aos servidores; eles trabalham anos a fio e acabam não tendo essa proteção.

Eu queria parabenizá-lo pela iniciativa, eu acho que ela é muito salutar. Parabenizo o Senador Kajuru pelo excelente relatório e, é claro, contando sempre com o nosso apoio.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer a deliberação – um abraço, Kajuru – do item 1, porque, como trata-se de um projeto de lei e essa votação é em turno suplementar, a gente faz rapidamente, é só apregoar e deliberar.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 2390, DE 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para criar causas de aumento de pena para os crimes de lesão corporal, contra a honra, de ameaça e de desacato, quando cometidos contra profissional da área de atenção à saúde, no exercício de sua profissão ou em decorrência dela.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo).

Observações:

- Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

- Em 15/05/2024, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL nº 2390/2022, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

Em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

PROJETO DE LEI N° 2954, DE 2023

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para aprimorar a capacitação de agentes públicos e privados em Proteção e Defesa Civil.

Autoria: Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatoria *Ad hoc*: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator: Senador Jorge Seif. Relator *ad hoc:* Senador Esperidião Amin.

O relatório é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Se aprovado o substitutivo apresentado, será ele submetido em turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A votação desta matéria é nominal, por isso eu peço a presença dos Senadores e das Senadoras.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, Relator *ad hoc* da matéria, para proferir o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar isto que V. Exa. falou: esse projeto tramita aqui em caráter terminativo. Portanto, eu também peço a atenção e o voto, já que o parecer é favorável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só queria extrair do excelente relatório, preparado pelo Senador Jorge Seif, três observações: a primeira é que, do ponto de vista formal e jurídico, o projeto é absolutamente são. Por quê? Porque ele acrescenta a uma lei de 2012, que é a lei que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Quer dizer, nós temos uma política geral e ele insere nesta política este excelente conjunto de ferramentas para capacitar agentes públicos e privados em proteção e defesa civil; ou seja, é um acréscimo educativo de capacitação que é o núcleo da proposta.

Segundo, quanto ao mérito, eu quero ressaltar um aspecto: quantos projetos já foram apresentados agora atinentes ao problema que nós estamos vivenciando no Rio Grande do Sul? Vários. Este aqui foi apresentado em junho do ano passado, ou seja, ele antecedeu tanto os problemas que nós estamos vivenciando hoje quanto aqueles que vivenciamos no ano passado. E, nesta sessão de debates temáticos que o Senado realizou em novembro do ano passado, a questão da educação e da capacitação foi realçada.

Portanto, além do mérito, eu quero salientar a oportunidade: este projeto não tem nada de oportunismo, tem de oportunidade! Foi apresentado com antecedência, nós já deveríamos ter apreciado.

E, finalmente, ele está proposto pelo Senador Seif – e muito corretamente – sob a forma de um substitutivo que nada mais faz do que encaixar no lugar devido da lei que já existe o dispositivo que está sendo acrescentado. Portanto, são peças que entram sem quebrar a cabeça do quebra-cabeça, mas se encaixam no mosaico já existente.

De sorte que o projeto é de boa intenção, bom conteúdo; nos aspectos formais, está absolutamente o.k. – méritos da Senadora Ivete da Silveira –; e, ressalto, ele vem ao encontro de uma demanda absolutamente prioritária no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, que é a capacitação de agentes públicos e privados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria mais, ele é o embrião da cartilha que nós devemos fazer em cada município, em cada região, porque os desastres climáticos são e serão cada vez mais frequentes e mais severos.

Esse é, em síntese, o parecer, recomendando a aprovação não apenas em nome do Senador Jorge Seif, mas faço meu o pedido de aprovação do projeto de lei apresentado pela Senadora Ivete da Silveira, repito, em junho do ano passado, há quase um ano, portanto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Em discussão a matéria, o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator.

Trata-se de matéria terminativa, portanto é necessária a votação nominal.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar. (*Pausa.*)

Abriu o painel? Não abriu ainda? (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Este projeto, Senadora Ivete e Senador Amin, eu vou pautar na próxima semana, porque nós vamos votá-lo em turno suplementar, da mesma maneira como nós fizemos em relação ao outro projeto, de acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Então, a gente vota hoje em primeiro turno e em turno suplementar na próxima quarta.

Senador Jader Barbalho, Senador Plínio Valério, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Rogerio Marinho, Senador Eduardo Girão, Senador Eduardo Gomes, Senador Omar Aziz, Senador Angelo Coronel, Senador Fabiano Contarato, Senadora Zenaide Maia, Senador Vanderlan, Senadora Ana Paula Lobato, Senador Mecias de Jesus.

Quando inteirar... Uma consulta aqui ao Plenário: quando a gente atingir 14, eu posso encerrar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só aguardar o Presidente Jader, ali, que vai votar. (*Pausa.*)

Eu posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

Dr. Jader, nosso querido Presidente. Quando ele votar, a gente encerra. (*Pausa.*)

Esse aqui é o requerimento? (*Pausa.*)

... Rodrigues... Eu acho que ele não está nem na Comissão, parece... (*Pausa.*)

O bloco o tirou. Estava dando muito trabalho na Comissão. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Erro seu, ele é que saiu do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E eu estava confiante de que o bloco o tinha tirado... (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a...

A não ser que V. Exa. tenha alguma coisa pessoal contra a Senadora Ivete e o Senador Amin. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Já, Girão?

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Senadora Ivete.

Votaram SIM 19 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Aprovado o substitutivo, que será submetido a turno suplementar na próxima reunião.

Vou fazer uma leitura rápida do requerimento, Senador Moro... (*Pausa.*)

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 226/2024, que "altera o Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) para dispor sobre os critérios para aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, para concessão de prisão preventiva, inclusive quando da audiência de custódia".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

Ou indicados dos convidados. É isso?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer aqui a leitura rapidinho.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 10, DE 2024

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 226/2024.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Exmo. Sr. Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tem uma versão nova aí do requerimento. É que teve um errinho material ali, mas é autoridade...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou passar para V. Exa., e V. Exa. faz a ponderação já, já. Os três convidados:

> Exmo. Sr. Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Exmo. Sr. Paulo Gonet Branco, Procurador-Geral da República; Exmo. Sr. Vladimir Aras, Procurador Regional da República e Professor da Universidade Federal da Bahia.

A justificação é muito grande, mas eu vou conceder a palavra à V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Perfeito, agradeço, Presidente.

Na versão nova do requerimento, a gente colocou consignado que o Ministro Flávio Dino é convidado, assim como o Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, ou pessoas por ele indicadas.

O Ministro Flávio Dino, principalmente, que é o autor do projeto. Evidentemente, vai ficar à vontade para vir aqui, ou indicar uma pessoa para falar aqui sobre o projeto dele. O Procurador-Geral Paulo Gonet, porque é o chefe do Ministério Público e é matéria de Processo Penal, então, entendo pertinente também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrir essa oportunidade, ele pode indicar uma pessoa. E o terceiro convidado é um indicado por mim, um Procurador Regional da República, que também tem bastante conhecimento de Processo Penal.

A justificativa é porque o projeto, embora tenha suas qualidades, visa estabelecer critérios para que, na audiência de custódia, seja evitada a liberação de presos perigosos. É uma iniciativa meritória do então Senador, mas, como esse tema é um tema importante, como esse tema é um tema que às vezes suscita controvérsias, a ideia é fazer uma audiência pública perante a CCJ para que possamos sobre ele deliberar. Então é basicamente isso, e aí tem uma fundamentação mais longa, mas a síntese é essa.

Eu peço apoio dos pares para que nós possamos avançar com essa matéria e deliberar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento com essa alteração. Aliás, já chegou o novo requerimento.

> . o Exmo. Sr. Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) ou pessoa por ele indicada;
> . o Exmo. Sr. Paulo Gonet [Branco], Procurador Geral da República (PGR) ou pessoa por ele indicada;

Em votação este requerimento, com essas adequações e com a justificativa apresentada para a instrução da matéria relatada pelo Senador Sergio Moro. O autor desse projeto é o Ministro Flávio Dino, na época Senador da República.

Em votação. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de audiência pública.

Vamos organizar uma data. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou votar daqui a pouco. (*Pausa.*)

Foi feita uma inversão de pauta, atendendo a solicitação do Líder Eduardo Braga, para um projeto de lei de autoria do Presidente Renan Calheiros, do qual o nosso querido Líder Eduardo Braga é o Relator.

Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 2885, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Define os crimes de intolerância política e dá outras providências.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do Projeto, pelo acolhimento das Emendas nºs 3 e 4 e pela rejeição da Emendas nºs 1 e 2, com quatro Emendas que apresenta.

Observações:

- Foram recebidas as Emendas nºs 1 a 5, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

- A Emenda nº 5 está dependendo de relatório;

- Votação nominal.

Esta matéria, por ser um projeto de lei terminativo, também nós precisamos deliberar de maneira nominal, por isso eu peço que os Senadores e as Senadoras permaneçam no plenário da Comissão.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Líder Eduardo Braga, para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, agradeço a V. Exa. e aos colegas Senadores e Senadoras pela inversão da pauta, para que nós possamos apresentar o relatório sobre o Projeto de Lei nº 2.885, de 2022, do Senador Renan Calheiros, que define os crimes de intolerância política e dá outras providências.

Vem a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame, em decisão terminativa, com base no Regimento Interno do Senado Federal, o projeto de lei ora citado, de autoria do Senador Renan Calheiros, que define os crimes de intolerância política e dá outras providências.

Em sua justificativa, o autor da proposta lembra que a diversidade do povo brasileiro vem sendo tolhida por atitudes que constrangem a manifestação livre e pacífica do pensamento e da orientação política. São atos de violência física, retaliações por parte de empregadores e boicotes, que têm por finalidade excluir dos espaços públicos pessoas que pensam diferente. Pontua, ainda, que como a lei não pune tais atos, os agressores continuam agindo sem constrangimento ou receio de repressão. Assim, como forma de tutelar o pluralismo político e a manifestação pública do pensamento, de forma livre e pacífica, o projeto busca inibir e punir todo e qualquer ato discriminatório em razão do posicionamento político.

O Senador Flávio Bolsonaro apresentou quatro emendas perante esta Comissão, Emendas nº 1 a 4, e agora, em plenário, apresentou a Emenda nº 5.

Vamos à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os direitos penal e processual são matérias de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou regimentalidade no projeto.

A constitucionalidade e os aspectos técnicos das inovações propostas serão examinadas ao longo deste relatório e, sendo necessário, serão apresentadas emendas ao final única e exclusivamente para aperfeiçoar o projeto de lei.

O projeto é conveniente e oportuno, pois trata de tema importantíssimo para a nossa democracia.

A criação de novos tipos penais é uma opção de política criminal, em que o legislador, atento aos acontecimentos da sociedade, opta por criminalizar determinada conduta, seja para prevenir novas ocorrências ou para impingir a pena propriamente dita ao criminoso, como forma de retribuir o mal causado pelo crime.

Os arts. 4º, 8º, 9º e 10 tipificam como infração penal condutas discriminatórias e intolerantes.

Entendemos que a criminalização da discriminação política e da intolerância política no mercado de trabalho, no acesso a bens e serviços e no ensino é bastante razoável. Essas condutas, na nossa visão, são dotadas de significativo desvalor, pois se pautam no repúdio à diversidade e ao pluralismo. Ademais, entendemos que, quando a discriminação e a intolerância atingem a orientação política ou partidária, dá-se um primeiro passo para regimes autoritários.

É clara a semelhança dos tipos penais propostos nos arts. 4º, 8º, 9º e 10 do projeto de lei com os previstos nos arts. 4º, 5º, 6º e 20 da Lei Antirracismo. Com efeito, em ambos os casos busca-se proteger direitos contra atos de discriminação e intolerância. Os bens jurídicos protegidos também guardam equivalência. É o caso, por exemplo, da liberdade política e a de crença, ambas diretamente ligadas ao direito da livre expressão do pensamento. Desse modo, por uma questão de coerência e proporcionalidade, entendemos que os crimes de discriminação e intolerância à liberdade política devem receber punição semelhante à dos crimes que envolvem discriminação ou preconceito de religião, previstos na Lei Antirracismo.

De igual modo, como estamos falando de tipos penais de gravidade equivalente, considerando que todos os crimes da Lei Antirracismo são de ação penal pública incondicionada, não haveria justificativa para que as ações penais relativas às condutas de que tratam os arts. 4º, 8º, 9º e 10 sejam privativas do ofendido.

O projeto de lei ainda tipifica como crime, em seus arts. 5º, 6º, 7º e 11, a violência política, a ameaça política, a injúria política e o dano ao patrimônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas essas condutas já são consideradas crimes, nos termos da legislação vigente, em vista dos tipos penais previstos nos arts. 129, 140, 147 e 163 do Código Penal. Entretanto, a proposição cria tipos penais específicos, em que a motivação do crime é a orientação política ou partidária, caso em que as penas cominadas, de maneira geral, serão mais severas. Entendemos que a punição diferenciada proposta se mostrou razoável.

No caso da violência política, contudo, é necessário um ajuste para que não se crie uma norma penal mais benéfica. É que, embora o projeto de lei trate das lesões corporais (leve, grave, gravíssima e seguida de morte) motivadas por orientação política, é silente quanto às lesões corporais cometidas em âmbito doméstico previstas nos §§9º a 11 do art. 129 do Código Penal.

Como o projeto em análise tem contornos de uma lei especial, entendemos que, no caso específico de lesão corporal com motivação por orientação política, não mais seria aplicável o tipo penal qualificado de que trata o §9º e as causas de aumento de penas dos §§10 e 11.

Quanto à ameaça política, o projeto prevê pena de reclusão, de seis meses a dois anos, e multa, e estabelece ainda que se trata de crime que se procede mediante queixa. Entretanto, para o crime de ameaça previsto no art. 147 do Código Penal, a pena cominada é de detenção, de um a seis meses, ou multa, e a ação penal é pública, condicionada à representação. À vista disso, se o crime do projeto é mais grave, entendemos que não há justificativa para a previsão da ação penal privada.

Para o crime de injúria política, o projeto prevê pena de detenção de um a três anos, e multa. Já para o crime de injúria disposto no §3º do art. 140 do Código Penal, é prevista pena de reclusão de um a três anos, e multa. Por se tratar de crimes que, na nossa visão, possuem a mesma gravidade, não identificamos motivo para o tratamento penal mais brando dado pelo projeto de lei.

A punição diferenciada para o crime de dano ao patrimônio por conta de orientação política, conforme já assinalado acima, é razoável. Da mesma forma, entendemos ser adequada a previsão da causa de aumento de pena disposta no §2º do art. 11 do projeto de lei, para quando a vítima for partido político e/ou de candidatos a cargos eletivos durante o período eleitoral. Trata-se de um tipo penal que, além de tutelar o patrimônio das pessoas, contribui para manter a higidez patrimonial dos partidos e candidatos nas corridas eleitorais, o que é salutar para a democracia. Não obstante, é necessário corrigir uma aparente falha técnica no projeto. É que a modalidade simples desse crime é punida com reclusão, enquanto a qualificada (mais grave) é punida com detenção.

A proposição em exame ainda apresenta o tipo penal denominado "obstrução de via pública", em seu art. 12. Entendemos que esse tipo penal pode ter a sua constitucionalidade questionada, uma vez que limita o exercício do direito de manifestação e reunião previsto na Constituição Federal. Ademais, a princípio, o direito de contestar o resultado de uma eleição é lícito, para isso, aliás, o Código Eleitoral prevê a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de interposição de recursos, seja para os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) ou para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Já a causa de aumento de pena prevista no art. 13 do projeto, para os crimes que envolvam intolerância política praticados em concurso de pessoas, e a forma qualificada do crime de homicídio, na forma do art. 14, são muito bem-vindas e, por certo, contribuirão para prevenir e punir adequadamente tais condutas.

O art. 15 do projeto de lei dispõe que partido político com representação no Congresso Nacional poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública no caso dos crimes cometidos no Título XII (Dos Crimes contra o Estado Democrático de Direito) da Parte Especial do Código Penal. Os partidos políticos com representação no Congresso Nacional tiveram um reconhecimento diferenciado pela atual Constituição Federal. Com efeito, a eles foi assegurado o direito de impetrarem mandado de segurança coletivo e ações direta de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade. A legitimidade para deflagrarem tais ações reforça um compromisso com a proteção do Estado democrático de direito. Embora a ideia de legitimar os partidos políticos a deflagrarem a ação penal privada subsidiária da pública pareça seguir essa mesma linha e o bem jurídico protegido pelos crimes de que trata o referido Título XII seja o próprio Estado democrático de direito, temos dúvida quanto ao acerto da previsão. É que o objetivo de um órgão acusador, antes da própria concretização da acusação, deve ser a busca pela justiça. Assim, considerando que tanto os acusados por crimes contra o Estado democrático de direito como os partidos políticos sempre serão movidos por pautas políticas, nos parece que faltaria a isenção necessária ao partido político para, não restando comprovado o ilícito penal, requerer o arquivamento de um inquérito ou a própria absolvição de um acusado.

O art. 16 estabelece a perda do cargo ou da função pública do servidor público e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular como efeito da condenação pelos crimes de intolerância política. A perda da função pública já é prevista como efeito da condenação pelos incisos I e II do art. 92 do Código Penal, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, ou quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos, nos demais casos. Para os crimes previstos no projeto, não importa o montante de pena aplicada, a perda da função seria um efeito necessário da condenação. Esse efeito penal mais gravoso é uma opção de política criminal, mas, considerando que, em princípio, tais crimes não envolvem abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública e, com exceção do crime de violência política, têm pena básica máxima que varia entre dois e três anos de reclusão, entendemos que esse efeito não se mostrou razoável ou proporcional.

Quanto à pena de suspensão do funcionamento de estabelecimento particular, consideramos, de fato, que se trata de verdadeira responsabilidade objetiva, punindo determinada pessoa jurídica pelo só fato de o crime ter sido cometido por pessoa física a ela vinculada. Ressaltamos que a punibilidade de pessoas jurídicas pela prática de infrações penais é bastante reduzida, prevista apenas excepcionalmente em nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordenamento jurídico. Desse modo, não nos parece razoável autorizar de modo genérico a responsabilidade penal de pessoas jurídicas nos crimes previstos no projeto de lei, motivo pelo qual acolhemos a Emenda nº 4 – CCJ, que suprime o art. 16 da proposição.

Quanto às Emendas nº 1 e nº 2 – CCJ, embora sinalizem preocupação legítima do Parlamentar, cremos ser, no primeiro caso, desnecessária – pois apenas inclui direitos e vedações já previstos constitucionalmente – e, no segundo caso, não meritória, porquanto em desconformidade com o espírito do presente projeto.

Por fim, o art. 17 do projeto impede a aplicação da Lei nº 9.099, de 1995, aos crimes de intolerância política. Apesar de existirem dispositivos legais, em outros diplomas, que afastam a aplicação, parcial ou total, dos benefícios da referida lei, consideramos que, no caso em tela, a proibição não se justifica, o que é proposto pela Emenda nº 3 – CCJ. Sendo assim, as hipóteses previstas pelo PL que se enquadrem no conceito de infração de menor potencial ofensivo pela Lei dos Juizados Especiais Criminais deverão ter o mesmo tratamento penal e processual penal.

Em vista da análise acima, verifica-se que o projeto trata de outros temas além da criminalização de condutas. Talvez por isso esteja assim ementado: "Define os crimes de intolerância política e dá outras providências".

Ocorre que a fórmula "dá outras providências" tem sido evitada, pois não explicita de forma clara o objeto da lei, conforme determina o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998. Assim, também buscaremos aperfeiçoar esse ponto da proposição.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do PL 2.885, de 2022, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 – CCJ, pelo acolhimento das Emendas nºs 3 e 4 – CCJ.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, aqui adito o parecer à Emenda nº 5, que altera um dispositivo que foi suprimido no relatório, o art. 15. Acatá-la vai de encontro ao relatório apresentado. Por isso, dou parecer pela rejeição, além do fato de que a emenda busca limitar a capacidade de representação político-partidária para a competência da presente lei.

Portanto, as Emendas 1, 2 e 5 nós fazemos pela rejeição, e as Emendas 3 e 4 acolhemos, pela sua aprovação, com oferecimento das seguintes emendas.

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.885, de 2022, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Define os crimes de intolerância política, assegura condutas relacionadas à liberdade de manifestação e ao pluralismo político, disciplina o tipo de ação penal a ser manejada para esses crimes e qualifica o crime de homicídio, quando cometido por razão de intolerância política.

Dê-se também uma emenda que dá aos artigos 4º a 11 do Projeto de Lei a seguinte redação:

"....
Art. 4º .....
.....
§1º Se o crime previsto no *caput* deste artigo for cometido por intermédio dos meios de comunicação social, de publicação em redes sociais, da rede mundial de computadores ou de publicação de qualquer natureza:
Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.
§2º Sem prejuízo da pena correspondente à violência, incorre nas mesmas penas previstas no *caput* deste artigo quem obstar, impedir ou empregar violência contra quaisquer manifestações ou práticas políticas.
§3º No caso do §1º deste artigo, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:
I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;
II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas;
II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio
III - a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores.
§4º Na hipótese do §1º deste artigo, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido."

Violência Política, art. 5ª - a redação seria:

"....
Art. 5º .....
.....
§4º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:
Pena - reclusão, de um a três anos.
§5º Nos casos previstos nos §§1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no §4º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§6º Na hipótese do §4º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência."

Ameaça Política passará a ter a seguinte redação:

"....
Art. 6º ....
....
§ 2º Somente se procede mediante representação."
"....
Injúria
Art. 7º ....
Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
...."
O §2º do art. 7º passará a ter a redação:
§2º O crime previsto neste artigo somente se procede mediante representação.
Intolerância política no mercado de trabalho
....
Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.
Intolerância política no acesso a bens e serviços públicos - mantém-se o texto.
"Intolerância política no ensino
Art. 10. ....
Pena – reclusão, de três a cinco anos, e multa.
....
§ 2º...."
"Dano ao patrimônio
Art. 11. ....
....
§ 1º ....
Pena - reclusão, de um a três anos, e multa, além da pena
correspondente à violência.
...."

EMENDA Nº - CCJ

Suprimam-se seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 2.885, de 2022, procedendo-se à renumeração necessária:
a. o § 3º do art. 8º;
b. o § 3º do art. 9º; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c. o § 3º do art. 10.

EMENDA Nº - CCJ

Suprimam-se os arts. 12, 15, 16 e 17 do Projeto de Lei nº 2.885, de 2022, procedendo-se à renumeração necessária.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

E, com relação às emendas... Faço aqui uma ressalva de que este projeto de lei de autoria do Senador Renan Calheiros é absolutamente atual, diante de fatos ocorridos na nossa sociedade e no nosso convívio na nação brasileira. É um projeto que requer, portanto, a atenção dos Srs. Senadores, porque inova em uma série de tipificações com relação à questão de crimes contra atos democráticos, e merecerá, obviamente, o longo debate de todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, Senador querido.

Queria fazer um registro ao Líder Eduardo Braga de que, de fato, há também uma solicitação, na mesa da Secretaria da Comissão, do Senador Renan Calheiros, há várias reuniões, para que a gente pudesse deliberar este assunto. É por isso que ele entrou nesta reunião, e, logicamente, V. Exa. pediu a inversão de pauta para dar resposta a essa demanda do autor do projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Apesar de concordar com o mérito, vejo que tem algumas questões que precisam de ajustes. Então, nesse sentido, eu quero pedir vista, para que a gente possa fazer alguns pequenos ajustes, apesar de, desde já, afirmar que concordamos com o mérito. É só uma questão de ajustes no texto, em diálogo posterior com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – É muito rapidamente aqui.

Apesar do trabalho meritório do Senador Eduardo Braga, Senador, tem alguns tipos penais que me causam preocupação. Por exemplo, art. 7º, injúria política, é o principal até que me causa preocupação. Por exemplo, um agente político é vaiado – ninguém gosta de ser vaiado, eu já sofri também agressões verbais veementes –, mas há uma dúvida de se isso estaria dentro da liberdade de expressão ou se isso seria tipificado.

Então, eu acho que o pedido de vista é meritório para nós debatermos isso. Mas eu tomo a liberdade só de chamar a atenção, com preocupação com alguns aspectos, porque, evidentemente, a discriminação e a violência política são reprováveis, mas nós temos também que tomar um cuidado para, eventualmente, não intencionalmente, avançar no espaço de liberdade do cidadão, de crítica aos políticos, ainda que, muitas vezes, essas críticas acabem sendo mal-educadas. Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só tem um detalhe, Senador Moro, vou fazer uma observação: crítica é uma coisa; agressão e ofensa é outra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É exatamente isso, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós estamos – está todo mundo – passando do limite da crítica. Em meio geral, dos dois lados.

Concedo a palavra ao relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu concordo com a preocupação do Senador Moro, mas é preciso que tenhamos consciência de que crítica e liberdade de expressão não significam autorização para o cometimento do crime de injúria contra as pessoas.

Há ofensa, muitas vezes moral, de uma forma caluniosa e sem nenhuma procedência. Portanto, eu acho que o debate – a liberdade de expressão no campo das ideias – é absolutamente necessário. Agora, o que o Brasil tem testemunhado vai muito além disso.

O Brasil tem testemunhado, lamentavelmente, ações que resvalam em crimes que, lamentavelmente, nós não conseguimos limitar. Por não limitar, nós chegamos ao ponto de, nas últimas eleições, terem pessoas que foram assassinadas pela manifestação política; ou seja, o Brasil precisa – e eu creio que é importante – desse debate. Acho que é meritório esse projeto, porque traz o debate para o foro adequado, de um tema em que o Brasil precisa encontrar os limites para a manutenção e a segurança da democracia no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua a discussão a matéria.

Eu vou conceder a palavra ao Líder Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, eu vou falar como o filho de alguém que quase foi assassinado por causa de divergência política. Esse projeto aqui é um absurdo. Esse projeto é um absurdo! A realidade nossa no Brasil hoje sabe qual é? É que um bate-boca num aeroporto, envolvendo um Ministro do Supremo, vira crime contra a democracia, com penas altíssimas.

Então a realidade nos mostra hoje que, dependendo de quem é o suposto causador, suposto criminoso, ele vai pegar uma pena mais alta ou mais baixa. E eu quero só fazer aqui, Presidente, para encerrar nesse momento – porque eu vou querer discutir quando voltar da vista esse projeto –: olha qual é o escopo do projeto e veja se tem alguma razoabilidade, porque isso aqui entra completamente num critério subjetivo.

O art. 7º diz o seguinte: "Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro por conta de orientação política [isso aqui é a injúria, injuriar alguém, só que, agora, em função de orientação política]: [...] detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos". E olha o que diz o §3º: "Se o crime é cometido [...] [na internet, Senador Amin] aplica-se [...] [o triplo da] pena".

Então, a gente está falando de uma pena máxima aqui, de uma injúria, que pode chegar a nove anos de cadeia – nove anos de cadeia –, se for cometido na internet. Sabe qual é a pena mínima de um homicídio? São 6 anos. Então, você injuriar alguém na internet por questão política pode dar uma pena maior do que matar alguém. Não tem nenhuma lógica isso aqui.

Eu estou dando só um exemplo dos vários que tem aqui, porque, para quem vai aplicar a lei, Senador Eduardo Braga... Com todo o respeito que tenho a V. Exa., a minha preocupação é só esta: é que a teoria é uma coisa, a prática é outra. E o que nós estamos vendo na prática é uma perseguição a algumas pessoas de determinado aspecto político, em sua grande maioria, por fazer uma crítica ao Governo.

Desse debate sobre *fake news,* a gente vai tratar, inclusive, no próximo dia 28, na sessão do Congresso Nacional, porque tem um veto na lei de segurança nacional que quer instituir o crime de *fake news,* com pena de máxima de cinco anos.

O que a gente viu acontecer agora, na tragédia do Rio Grande do Sul: a gente lamenta as pessoas que mentem, distorcem informações e acabam complicando algumas situações, mas, em grande parte das vezes – que foi o que nós vimos e o que motivou o Ministro da propaganda do Governo Lula a oficiar à Polícia Federal – eram opiniões contra o Governo, críticas à demora de o serviço público atuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagine uma pessoa tomar cinco anos de cadeia porque criticou alguma coisa; e olhe que grande parte dessas críticas resultaram a resolução do problema, como estava acontecendo, Senador Amin, com caminhões que estavam sendo barrados em alguns postos da Polícia Rodoviária Federal, se não me engano, ou da Receita, porque estavam com documentação irregular, ou o caminhão estava acima do peso, com doações para as pessoas que estão passando fome e sede; e precisam de tudo no Rio Grande do Sul.

Foi preciso vir uma agência governamental dizer que iria anular as multas que estavam sendo aplicadas. Isso foi colocado por uma parte da imprensa como *fake news*. E, depois, nós vimos que não era, infelizmente. O problema deixou de acontecer por causa da internet livre, que permitiu que as pessoas denunciassem aquilo, e o poder público voltasse à razão.

Então, Presidente, me preocupa muito a forma como um projeto de lei desse, caso transformado em lei, vai ser aplicado na prática pelos magistrados; isso me preocupa demais.

Por isso, eu fiz algumas emendas, e o Relator acatou algumas. Inclusive, eu agradeço, porque eu acho que dá para "despiorar" ou para desmelhorar o projeto. Como que é? "Despiorar".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não tem isso aí. Não tem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, enfim, fica aqui esse meu registro momentâneo ao Presidente.

Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer e para não ficar dúvidas, eu estou aqui com o Código Penal aberto.

No art. 141 do Código Penal, mais precisamente no §2º, já está previsto exatamente o que está dito no projeto de lei contra atos antidemocráticos. É crime cometido ou divulgado em quaisquer modalidades das redes sociais mundial de computadores; aplica-se o triplo da pena. Isso está no Código Penal. Agora, o que não está no Código Penal é o ordenamento para que a lei valha para todos. Não para alguns, mas para todos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Está valendo só para alguns.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas tem que valer para todos. Isso é democracia. Quando é lei, vale para todos. E vale tanto para aqueles que estão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, ao contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do momento que há um regramento legal, explícito, isso vale tanto para um lado quanto para o outro. Vale para todos. Regula, disciplina, dá equidade.

Portanto, eu creio que o propósito deste debate... E aí acho que vai ser extremamente meritório, porque uma coisa é você fazer crítica, Sr. Presidente, outra coisa é você debater ideias, outra coisa é você caluniar, injuriar, ofender, usar de covardia durante o processo eleitoral, lamentavelmente.

Eu tenho 42 anos de vida pública, e isso, lamentavelmente, tornou-se uma prática incontrolável neste país; e isso surgiu de um tempo para cá.

Portanto, é necessário apresentar um projeto de lei para que nós possamos discutir e que tenhamos uma lei que valha para todos – não para alguns, mas para todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador, apesar de ter concedido vista, e ela será coletiva, eu acho importante, porque nós vamos fazer este debate aqui, quando esse projeto retornar.

Eu tenho ainda o último Senador inscrito, o Esperidião Amin.

Eu vou ouvir, em seguida, o Senador Presidente Mourão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como... Bom, então eu não sou mais o último.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque o General é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – V. Exa. sempre me coloca em último lugar, isso eu já sabia. Mas ostensivamente, assim, nunca tinha acontecido. Agora eu tenho testemunhas. (*Risos.*)

Eu só quero... Agora não. Agora aquilo que eu reclamava sozinho, agora eu posso dizer que é público, gravado e testemunhado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sabe como a gente fala isso, amigo? Começou a perseguição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Não, agora ficou explícita.

Então, eu queria fazer dois comentários. Primeiro, eu acho que o Senador Eduardo Braga está fazendo um grande esforço para analisar este projeto. E concordar com o Senador Flávio Bolsonaro que nós estamos vivendo outra coisa. E não é só no Brasil. Nós estamos vivendo o que foi, na minha opinião, melhor definido: é a calcificação da polarização. Polarização eu já houve muitas vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, segundo o psiquiatra Marcelo Castro... (*Risos.*)

Sei que eu o temo aqui mais do que qualquer outro, porque ele pode dar aquela sentença terrível! Olha... Pode me dar a sentença definitiva. Cuide-se, Styvenson... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Styvenson teve consulta lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que está havendo é a calcificação da polarização, ou seja, o que eram polos antagônicos estão ficando, estão virando pilares de concreto armado com um material muito forte, calcificando-se. E isso é o que provoca a ruptura: quando a luta passa a ser o tudo ou nada, do quanto pior, melhor.

Enfim, isso vai nos levando a uma ruína. E não é só no Brasil que nós estamos sentindo isso.

Se fosse o Ariano Suassuna seria mais bem recebido. (*Risos.*)

Mas sendo você, Ney, aproveite o vale-transporte dele e entre.

Seja bem-vindo, nosso Ney Suassuna. O único homem que eu vi fechar uma loja – não é um cassino –, fechar uma loja em Londres! E a loja era de um iraquiano. Você vê que coisa...

Mas, Presidente, então, para ser mais breve. O Senador Eduardo Braga está fazendo um grande esforço para analisar esse projeto, só que o entorno e o contexto dão razão ao Senador Flávio Bolsonaro. Então, eu acho que o pedido de vista é bom, porque isso não desconsidera o seu esforço neste projeto.

Agora, a que estamos assistindo? Isso nos leva para um debate político que não seria conveniente agora. É que não existem dois pesos e duas medidas; existem vários pesos e de zero a todas as medidas, mas isso nós não vamos discutir hoje. Só queria dizer que eu vou pedir vista, não por desconfiar do seu trabalho, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... por desconfiar muito da realidade que nós estamos vivendo, como descreveu, resumidamente, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Presidente Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente e caros colegas. Eu queria cumprimentar o Senador Eduardo Braga por tentar transformar o limão numa limonada, excelente trabalho. Mas quem conhece o senhor desde que foi Prefeito em Manaus, Governador do Amazonas, sabe da sua capacidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me referir aqui, Presidente, ao art. 8º, que é de intolerância política no mercado de trabalho. Existe alguém da minha família que ostenta o meu sobrenome, e vem sendo perseguida implacavelmente, no local de trabalho dele, pela liderança que assumiu lá e que é ligada ao atual Governo. Então o art. 8º – viu, Flávio? – também serve para quem, do nosso lado aqui, vem sendo escorraçado, porque esse é o termo para o que está acontecendo. Eu não vou citar mais aqui porque é uma coisa pessoal, mas eu acho importantíssimo isso aí.

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Bem, fica concedida vista coletiva deste projeto, nos termos regimentais.

Eu só vou aguardar o Relator da matéria para que ele possa fazer algumas conversas e alguns entendimentos, Líder Eduardo, para a gente organizar a data do retorno do projeto, porque semana que vem tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, tudo bem; vocês vão combinar a data, vou voltar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tá?

Não, tudo bem; é só para conversar, para ter tempo, porque senão depois vai voltar...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Porque esse é um projeto que precisa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai voltar, não teve tempo de conversar; aí vai ficar aquela confusão aqui de novo, enfim...

Fica concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Item 3, projeto de lei nº 3.127, de 2019. Quero aproveitar a oportunidade de dizer para os Senadores – Senador Alessandro, tudo bem? – que essa matéria precisa de votação nominal. A gente precisa do quórum dos Senadores e das Senadoras.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3127, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Dispõe sobre a castração química voluntária de reincidente em crime contra a liberdade sexual.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatoria *Ad hoc*: *Senador Hamilton Mourão*

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1 e 2, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

- Foram recebidas quatro emendas ao Projeto, sendo que as Emendas nºs 3 e 4 estão dependendo de Relatório;

- Em 15/05/2024 a Presidência concedeu vistas coletivas do relatório, nos termos regimentais;

- Votação nominal.

O Relator da matéria é o Senador Angelo Coronel.

O relatório é pela aprovação do projeto e também pelo acolhimento integral das Emendas nºs 1 e 3, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2, com cinco emendas que apresenta.

Em 22/05/24 a Emenda nº 4 foi rejeitada pelo seu autor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... o Senador Eduardo Girão.

Em 15/05/24 a Presidência concedeu vistas coletivas do relatório, nos termos regimentais.

Novamente, para esta matéria, para informar o Plenário, é necessária a votação nominal, por se tratar de um projeto de lei terminativo. (*Pausa.*)

Concedo a palavra, para proferir o seu relatório *ad hoc*... Faço a designação do Senador Presidente Mourão para relatar a Emenda nº 3 – apenas a Emenda nº 3.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, complemento do voto.

Após a leitura do relatório na reunião desta Comissão no dia 15 de maio, foram apresentadas as Emendas nºs 3 e 4, dos Senadores Sergio Moro e Eduardo Girão, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à Emenda 3, entendemos que a sugestão é meritória, pois aperfeiçoa pontos importantes do PL em análise. No entanto, o seu acolhimento integral provoca a mudança na deliberação deste Relator sobre a Emenda 2, também de autoria do nobre Senador Sergio Moro. Isso se dá pelo motivo de que ambas as emendas propõem, entre outras, alterações no *caput* do art. 2º do PL. Por isso, optamos por privilegiar o texto sugerido pela Emenda 3 no item que sugere nova redação ao *caput* do art. 2º do projeto.

Já no que tange à Emenda 4, entendemos o intuito do Senador Eduardo Girão, autor da sugestão, de proteção da sociedade. No entanto, observamos que os comandos determinados pelo parágrafo único do art. 2º, após as sugestões apresentadas pelo Senador Sergio Moro e acatadas por este Relator, deixam claras as condições para o livramento de maneira a proteger a sociedade. Além disso, o cumprimento de metade da pena para que o tratamento tenha início tende a desestimular o apenado a aceitar o tratamento hormonal.

Diante das razões expostas, optamos por não acatar a Emenda nº 4.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade do projeto e, no mérito, somos favoráveis à aprovação do PL 3.127, de 2019, acolhendo integralmente as Emendas 1 e 3, parcialmente a Emenda 2, e rejeitando a Emenda 4, com as emendas de Relator já previamente apresentadas.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Feita a leitura do Relator *ad hoc,* Senador Presidente Mourão, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer apresentado. (*Pausa.*)

O.k. Vou iniciar a... (*Pausa.*)

Essa votação é nominal.

V. Exa. conseguiu construir o entendimento.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota... Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Quem vota com os Relatores Angelo Coronel/Hamilton Mourão vota "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se eu bem entendi, o Senador, o General Mourão é *ad hoc* do Angelo Coronel?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Sou *ad hoc* do *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é uma coisa... Isso é uma...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Isso é incabível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não. É uma subversão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Um General ser Relator *ad hoc* de um Coronel.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma subversão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Eu não sou *ad hoc* do Angelo Coronel, eu sou *ad hoc* do Girão. Eu sou *ad hoc* do *ad hoc*. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O jeito que tem é mandar recolher no quartel o Coronel.

Deixe-me consultar aqui o Senador Styvenson, quando a gente tiver o número mínimo de 14 Senadores, se a gente pode...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Pode sim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ministra Tereza...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Tudo bom? Desculpa, eu estava na audiência. Cheguei tarde.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem?

Senador Eduardo Braga... Cadê o Eduardo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Convença o Marcelo a votar "sim" também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Eduardo Braga, em sinal de protesto, se retirou da Comissão. Liga para ele para votar.

Senador Jader Barbalho, Presidente Jader...

Senador Plínio..

O Senador Flávio Bolsonaro já votou.

Rogerio Marinho...

O Eduardo Girão, dono da emenda que foi rejeitada, está presente? (*Pausa.*)

O Fabiano Contarato é melhor não chamar. (*Risos.*)

Otto Alencar... Liga para o Otto aí. (*Pausa.*)

O Oriovisto não pode votar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, porque não deu presença ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não dá. Ele está aqui em Brasília? (*Pausa.*)

Senador Mecias, V. Exa. pode votar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Styvenson Valentim faz um apelo pessoal a V. Exa.

Senador Otto Alencar, Senador Omar Aziz, Senadora Zenaide, Senador Angelo Coronel, Senador Vanderlan...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, é que o Senador Mourão já votou e, se porventura, o Senador Ciro vier e votar, aí o voto dele cai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – O Ciro está fora.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – O Ciro está fora.

Nós já temos três votos no nosso bloco.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, já tem os três votos, já existem os três votos, já existem os três votos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Styvenson, eu posso encerrar a votação?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Espera. Será que eu vou ganhar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, se não arrumar oito aí, é melhor abandonar também. (*Risos.*)

Porque, se chegar em 27, pode ser que perca.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Bora perguntar o voto do Wagner antes do que vai aparecer.

V. Exa. pode declarar o voto antes de abrir o painel?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Eu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É, só para a gente saber se a gente vai ganhar ou vai perder ali, porque eu quero abrir com 15.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu acompanhei a orientação do Governo, que era "não".

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Calma! Sem declarações exaltadas.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mande retirar das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está retirado.

Foi uma forma humanizada dele. Ei, Wagner, foi uma forma humanizada de ele se sentir contrariado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Posso falar o que eu penso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu conversei muito com o Styvenson. É óbvio que é uma coisa optativa. Mas eu tenho medo, viu, Presidente Davi? Estou falando aqui sem preconceito contra a questão. O meu medo... Uma pessoa dessa já tem problemas de cabeça, um estuprador. Meu medo: qual vai ser... Vamos supor que ele aceite fazer e, por conta disso, reduz-se a pena e seja liberado. Ele, que não terá mais a possibilidade de fazer o que fazia, se tiver optado, vai fazer o quê? Vai bater? Vai matar? Vai cortar um seio da mulher? É a minha pergunta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só o Marcelo Castro pode explicar para onde pode derivar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, é porque... Eu estou falando, porque eu estou entendendo o espírito do Senador Styvenson.

Agora, eu falei, acho, com você, falei com... O que ele vai fazer? Desculpe-me aqui. Eu não estou ironizando. Vai pegar um cabo de vassoura para fazer?

Então, eu estava perguntando ao Senador Sergio Moro, por ter sido juiz e por ter trabalhado... É porque eu não sei a consequência, porque essa pessoa é patológica. Aí, tudo bem, a gente fez isso aí, ele não poderá mais estuprar no sentido literal da palavra. Sei lá, Deus livre e guarde, se ele vai pegar uma faca: "Já que agora eu sofri isso por causa das mulheres, agora eu vou fazer isso e aquilo outro". Não sei. Então, eu tenho medo se essa saída é uma saída ou se nós vamos empurrar esse cara sei lá para o quê.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Qual é a perversão possível, não é?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É isso, porque é uma perversão. Um pedófilo, um estuprador para mim é um idiota, é um cara que é doente mental. Não sei o que ele vai fazer depois com ira... Quantas vezes a gente viu o filme do cara que levava a mulher para o parque e a matava? Eu não sei, sinceramente eu tenho dúvidas se isso vai resolver.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra...

Deixem-me fazer uma pergunta aqui: eu posso encerrar a votação ou a gente vai continuar?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Só um minuto. Ainda falta...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Mecias. Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para discordar um pouco desse pensamento, que eu respeito muito, do Senador Jaques Wagner, de qual será a posição dele depois que ele estiver castrado, eu acho que, no Nordeste, principalmente no meu Maranhão e lá no meu norte em Roraima, o certo mesmo seria capar, capar mesmo, com ferro, com faca. E, se ele retornasse, seria pena de morte para excluir... Esse tipo de gente tem que ser excluída, tem que ser banida da sociedade. Nós não podemos deixar de votar favoravelmente a um projeto desse, porque esse tipo de gente merece pena de morte. Estuprador que estupra uma criança de um ano, de dias de nascido, de seis anos, oito anos merece pena de morte. Esse é o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O nosso querido Senador Styvenson Valentim não é da Comissão, mas é o autor do projeto. Eu vou conceder a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio Bolsonaro, Líder.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, eu também quero fazer um depoimento, porque, Senador Styvenson, eu fui o idealizador de um projeto de lei similar para o então Deputado Federal Jair Bolsonaro, no ano de 2013, se não me engano, que tratava exatamente disso. Só que o meu projeto previa, Senador Amin, que, para um reincidente específico, no caso de estupro ou crimes sexuais, ele só teria o direito ao benefício de progressão de regime ou livramento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condicional caso se submetesse à castração química; senão, ele cumpriria a pena inteira. Não era imposição, continuava sendo voluntário. Se você quer fazer, bem; se não quer, cumpre a pena inteira.

Eu lembro que, na justificativa, pelo menos dez estados dos Estados Unidos possuem essa modalidade de castração química para estupradores. E lá não há nenhuma consequência drástica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O cara, por ele ter feito esse tratamento químico, que é um tratamento hormonal, na verdade, não vai extravasar esse distúrbio mental dele de alguma outra forma, não. É por causa da libido sexual que ele pratica isso. Eu não sei qual a explicação científica, física sobre isso, mas é um fato que, após... Inclusive, tem na Alemanha, tem na Itália, tem na França, tem em vários países no mundo. E, lá em alguns países, não me lembro de cabeça agora... Em alguns países, Presidente Davi, a reincidência abaixa de 90% para cerca de 3%, 4% no caso de um estuprador reincidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esse estudo comparativo é muito importante.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está na justificativa do projeto. Eu posso procurar aqui agora. É público. Se tivesse tempo, eu dava um Google aqui e leria para V. Exa.

Então, não há essa questão de crueldade, de a pessoa extravasar de alguma outra forma: "Já que eu não consigo extravasar estuprando alguém, eu vou extravasar dando uma facada, dando um tiro". Não tem nada, nenhuma vinculação, nenhuma relação de uma coisa com a outra. E esse talvez seja o crime mais abominável da nossa sociedade.

Conversava aqui com alguns colegas, se é com uma filha nossa, eu acho que, assim, óbvio, falando como pai, a consequência é difícil não ser a pena de morte praticada com as próprias mãos dos pais, de tão abominável que é. Imagina o trauma que fica para uma criança, para uma mulher para o resto da vida! Essa fica condenada a uma prisão perpétua e precisa de muito tratamento psiquiátrico, psicológico, para conseguir superar, para retomar a vida.

Então, é uma pauta que, eu acho, extravasa até a questão ideológica, uma pauta de justiça. A gente não pode ter nenhuma condescendência com isso, com esse tipo de criminoso.

Então, fica aqui esse apelo para que votem a favor do projeto de lei, porque certamente a gente vai fazer um bem para muitas mulheres e acho que até para os próprios estupradores, ao se livrarem disso, porque talvez eles não tenham nem controle, dependendo do caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 17 Senadores; NÃO, 3 Senadores.

Estão aprovados o projeto e as Emendas nºs 1-CCJ, 3-CCJ, 5-CCJ a 9-CCJ, e acolhida parcialmente a Emenda nº 2-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Presidente, bem rápido, só para agradecer ao senhor por ter colocado na pauta insistentemente esta matéria.

Eu creio, Senador Jaques Wagner, que a sua preocupação tem até uma pertinência se não houvesse em outros lugares do mundo essa experiência, como o Senador Flávio Bolsonaro já relatou aqui, está em nosso relatório, e dizer para o senhor que é uma opção para a diminuição do número altíssimo de crimes de violência sexual neste país.

Não é nada ofensivo porque é opcional, Senador Marcelo Castro. O criminoso reincidente pela mesma prática, que passou pela prisão e não foi corrigido, que volta para a sociedade diversas vezes cometendo o mesmo crime, vai ser submetido a um tipo de tratamento que... Se a gente analisar pelo inverso, se eu fizer um tratamento hormonal masculino, eu fico mais agressivo, fico mais potente, fico mais excitado. É o contrário o que nós vamos fazer nisso aí.

É trazer para a população, Senador Amin, uma tranquilidade para as mulheres, principalmente para aquele importunador dentro dos ônibus, dentro do trem, aquelas pessoas que ficam ali fazendo aqueles atos libidinosos.

Se é doença ou não, Senador Jaques Wagner, é uma opção que a gente está entregando para a sociedade para reduzir esse número altíssimo de agressão sexual neste país.

Obrigado, Senadores.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Senador Davi, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Primeiro, quero recolocar que o meu voto não tem a ver com ideologia ou qualquer tipo de... Eu acho abominável qualquer crime desse tipo – acho que é abominável! Tenho pessoas conhecidas que já sofreram, então acho abominável qualquer um desses. Eu acho que é uma mente patológica. Então, a minha preocupação é dessa natureza. Acho que V. Exa., como Senador e pela experiência que tem, trouxe a matéria que, como V. Exa. diz, já tem em outros países, então não tome o meu voto como um voto de condenação do projeto.

Assim como eu espero que ter votado contra não seja condenado a nada, muito menos à mesma coisa. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Por mim, não.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Antes de eu iniciar o próximo item da pauta – que foi uma solicitação –, um projeto de autoria do Senador Weverton... É o item 11 a solicitação? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou votar um requerimento de minha autoria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se for possível, tem um item do qual, se não me engano, eu sou o Relator, e ele está antes ainda...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, vou colocar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... do item 11.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Para encaminhar.) – Eu só quero fazer meu requerimento para justificar a minha fala da reunião passada.

Este aqui é de minha autoria e, como eu estou com crédito, porque eu nunca fiz, eu estou fazendo o primeiro.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, requeiro, nos termos do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, §2°, III e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre assuntos inerentes às atribuições de seu ministério, bem como para responder aos questionamentos apresentados pelas Senadores e Senadoras desta Comissão no que tange à agenda ambiental defendida por seu ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justificação.

Por ocasião da discussão do Projeto de Lei nº 4.129, de 2021, que "dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima", realizada durante a 13ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foram apresentados vários questionamentos, por diversos membros da Comissão, sobre a atuação – e mesmo eventual inação – do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e de sua titular, a Ministra Marina Silva.

Diante da grave comoção causada pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 2024, foi aprovado o Requerimento nº 331, de 2024, do Senador Flávio Bolsonaro, de adiamento da discussão do PL 4.129, de 2021, para oitiva da Comissão de Constituição e Justiça.

A matéria, pautada com a urgência necessária por esta Presidência da Comissão e em atendimento a um acordo construído com as lideranças, foi aprovada pela CCJ ,em 15 de maio de 2024, ocasião na qual se observou intenso debate sobre o tema das ações do Governo Federal no combate às intempéries climáticas. Acerca da questão, vários Senadores apontaram a necessidade de que tais questionamentos ali observados fossem levados à autoridade federal responsável, qual seja a titular do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Nesse sentido, unânime foi o sentimento de que maiores esclarecimentos deveriam ser buscados junto à referida autoridade, levando o Presidente da Comissão a sugerir, inclusive, o convite à Ministra para que tais informações pudessem ser trazidas ao conjunto dos membros desta Comissão.

Ademais, esta Comissão tem, sob sua responsabilidade, 11 propostas de emenda constitucional que abordam o tema do meio ambiente, como a Proposta de Emenda à Constituição n° 15, de 2024, que "autoriza regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para atender necessidades decorrentes de calamidade pública ambiental regional ou local"; a Proposta de Emenda à Constituição n° 212, de 2019, que "insere o §3º no art. 20 da Constituição Federal para prover recursos para fundo de prevenção e recuperação de danos ambientais provocados por atividades de extração, transporte e processamento de recursos petrolíferos e minerais"; e a Proposta de Emenda à Constituição n° 202, de 2019, que "altera os arts. 49 e 225 da Constituição Federal para que o Congresso Nacional decida previamente sobre o corte e a supressão de vegetação da Floresta Amazônica". Da mesma forma, há outras 48 matérias nesta Comissão que tratam de temas correlatos.

Diante disso, apresentamos aos integrantes deste Colegiado o requerimento, para que seja convidada aqui a comparecer a Sra. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2024.

Este Senador que lhes fala.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, é só para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria que o senhor colocasse o nome do Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, eu vou fazer esse gesto.

Ele vai estar aqui no dia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, é só para falar que eu votei "sim". Mas eu estou curioso, porque, se a justificativa for desse tamanho, imagine as perguntas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Omar que vai começar perguntando. (*Pausa.*)

Deixe-me votar esse aqui, que não é nominal, rapidamente, do Senador Mecias. (*Pausa.*)

O do Weverton é nominal? (*Pausa.*)

Bora votar o nominal primeiro, Mecias, rapidinho aqui, para aproveitar o quórum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem.

Pois não, Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador Amin. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sobre o último item, de que sou o Relator, e estando presente o Senador Sergio Moro, é se o item vai ser retirado. Eu tenho um compromisso e eu iria cumprir o compromisso fora. Se o item for permanecer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu posso fazer agora esses dois e botar o de V. Exa. logo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é que o último item é complicado. É sobre a consequência das Casas Americanas.

É sobre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, então, o que eu lhe antecipei e afirmo aqui é que, fazendo a leitura, eu iria pedir vista.

Eu vou pedir vista.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então eu acho que, se o senhor vai pedir vista, só isso, então poderia colocar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só para ler o relatório hoje?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para apresentar o relatório, o Senador...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por mim, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então eu vou fazer Weverton, Mecias e Amin – é o terceiro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O Senador Esperidião Amin está dizendo que tem outro compromisso, que, a depender da questão regimental...

Está disponibilizado – não está? – o relatório?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por mim, eu dispenso a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A gente pede para qualquer outro Senador pedir vista.

Pode ir, está combinado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não sou eu que quero ir, não. Estou querendo liberar ele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim, mas vai ser rapidinho.

Projeto de Lei nº 660, de 2019, terminativo.

Esse aqui precisa de votação nominal. É por isso que estou fazendo primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 660, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para prever o apoio técnico por parte da Justiça Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Líder Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 10/04/2024, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- A matéria foi apreciada também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre se podemos realizar a votação única para o projeto e para as emendas nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Vou iniciar a votação. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro, Senador Eduardo Braga, Senador Jader Barbalho, Senador Weverton, Senador Plínio, Senador Alessandro, Senador Marcelo Castro, Senador Alan Rick, Senador Wagner, Senador Humberto, Senador Rogério, Senadora Eliziane, Senador Coronel, Senador Otto Alencar, Senador Mecias, Senadora Damares.

O que foi que aconteceu? (*Pausa.*)

Senadora Tereza, Senador Dr. Hiran, Presidente Mourão, Senador Vanderlan. (*Pausa.*)

Senador Weverton, quando completar 14 ali, eu posso encerrar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Claro. Se tiver a garantia que está tudo certo... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Isso dá uma confusão tão grande. (*Pausa.*)

Senador Weverton, eu posso? Como ninguém está... (*Pausa.*)

Será que alguém vai votar contra o Conselho Tutelar?

Líder Beto Faro, V. Exa. está na Comissão?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 14 Senadores e NÃO, nenhum Senador.

O projeto está aprovado, e as Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Senador Mecias.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2230, DE 2022

- Não terminativo -

Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 15/05/2024 a Presidência concedeu vistas do relatório ao Senador Carlos Portinho, nos termos regimentais;

- Em 21/05/2024, foi apresentada a Emenda Substitutiva nº 1, de autoria do Senador Carlos Portinho (dependendo de relatório);

- A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

O autor é o Deputado Federal Carlos Gomes e o Relator é V. Exa., Senador Mecias.

Concedo a palavra ao Senador Relator Mecias de Jesus para proferir o relatório apenas sobre a Emenda nº 1.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Perfeito, Sr. Presidente.

Inclusive, hoje, pela manhã, eu liguei e conversei com o Senador Carlos Portinho sobre a emenda apresentada por ele, e nós vamos rejeitar a emenda, Sr. Presidente, porque ela modifica sistematicamente o projeto e causa um prejuízo enorme, porque o projeto está próximo de ser aprovado, de ser levado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... de ser levado ao Plenário, e, depois, aqui, da nossa Comissão de Constituição e Justiça, porque não há nenhuma inconstitucionalidade no projeto, ele está pronto para ser submetido à Comissão de Meio Ambiente, a CMA, e, depois, ao Plenário do Senado Federal. Portanto, rejeito a emenda e peço aos nobres pares para aprovar o projeto da forma como aprovado na Câmara dos Deputados e na forma do meu relatório.

É isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Mecias.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria segue à Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 2581, DE 2023

- Terminativo -

Esta Lei disciplina instrumentos de proteção, incentivo e recompensa a informantes que noticiem crimes ou atos ilícitos no mercado de valores mobiliários ou em sociedades anônimas de capital aberto; e altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, para prever obrigações às sociedades anônimas de capital aberto a fim de garantir a integridade de suas demonstrações contábeis e financeiras.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T e a rejeição da Emenda nº 2-T, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Durante o prazo regimental, foram apresentadas as Emendas nºs 1-T e 2-T, de autoria dos Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus, respectivamente;

- Se aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Votação nominal.

No informe, esta matéria, precisa de votação nominal, mas, como foi construído um acordo, eu vou conceder a palavra ao Senador Relator da matéria, Esperidião Amin, para proferir o relatório. Em seguida, concedo vista coletiva, nos termos regimentais e nos termos do acordo do Plenário.

Com a palavra, Vossa Excelência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu acho que está muito bem posto, Sr. Presidente, esse acordo.

Considero que a simples leitura, ou seja, a apresentação formal do relatório é uma homenagem ao autor, num dia especialmente leve da sua vida, especialmente leve. Não que carregasse algum peso, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é leve para todos nós, porque acho que hoje nós podemos celebrar uma vitória da democracia – é assim que eu vejo –, na decisão do TSE ontem havida.

O projeto, para que fique registrado, é uma ação inteligente, ou uma reação inteligente ao que tem acontecido de crimes econômicos no Brasil. Talvez o caso das Casas Americanas seja o que provoca mais indignação, porque, com muita frequência, a gente assiste ou lê textos, ou assiste depoimentos dizendo que pessoas ricas são inimputáveis. É um crime sem autoria. E é um crime democratizado, porque trata-se de uma organização que atendia um largo público, uma organização econômica de varejo. Varejo quer dizer o quê? Que tem capilaridade no sentido de alcance múltiplo.

Segundo, porque os prejuízos já foram inclusive analisados em sessões de debates, públicas, aqui. Já houve Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara, ou seja, foi um crime econômico cujas repercussões sociais provocaram indignação na sociedade brasileira, e que requer reações.

Esta, eu considero uma reação inteligente que, por envolver prevenções, eu acho muito justo que haja o pedido de vista.

O que eu quero salientar? Primeiro, o projeto define o seu contexto e o principal agente do contexto é o informante, que é aquela pessoa que pode sobrepujar as chamadas auditorias independentes que têm falhado historicamente no mundo. Os crimes econômicos havidos nos Estados Unidos, Senador Flávio, na primeira década deste século e deste milênio, passaram por todas as auditorias, as mais famosas do mundo, e abalaram setores da infraestrutura dos Estados Unidos. Vou lembrar de uma só: a Enron. Como é que todas as auditorias erraram?!

Então, a figura da auditoria não é menosprezada nem anistiada, mas eu destaco a figura do informante, que deixa de ser uma figura repulsiva para ser uma figura absolutamente necessária para equalizar informação e prejuízo, ou seja, sem informação está acontecendo esse tipo de prejuízo.

As emendas, como foram registradas, foram uma emenda do Senador Heinze e uma emenda do Senador Mecias de Jesus.

Na sequência, ainda sob a relatoria do Senador Jorge Kajuru, a proposição foi apreciada na Comissão de Segurança Pública, além da CAE. Então, as emendas estão aqui descritas, foram várias, portanto, as contribuições. Não é um projeto que está passando desavisado ou sob o nosso comportamento desavisado.

Eu vou destacar uma frase do Senador Jorge Kajuru. Ele lembra uma pesquisa sobre os crimes de colarinho branco revelando a efetiva e expressiva punição dos crimes de colarinho branco no Brasil, nos primeiros anos do século XXI. De 2000 a 2012, o número de condenações por esses crimes saltou de 44 para 325. Segundo a pesquisa, de 1987 a 1995 teriam sido apenas seis condenações em mais de 682 casos, ou seja, a solicitação reiterada em termos sociais é para que haja, eu não diria só um enrijecimento da lei, mas um aumento do grau de inteligência da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é isso que o projeto, como está apresentado, com os seus 14 artigos, propõe. E, a meu ver, propõe de maneira competente graças à iniciativa do autor, ao seu conhecimento pessoal, funcional e profissional, e também ao acolhimento, tanto na CAE quanto na Comissão de Segurança Pública. Portanto, é um projeto que está tendo a sua tramitação completa. Assuntos econômicos, segurança pública e aqui para fazer uma conferência geral sobre constitucionalidade, juridicidade e adequação aos interesses da cidadania brasileira.

Portanto, o meu parecer, instruído por todas essas contribuições... E ressalto mais uma vez a competência do autor e dos demais Relatores; eu sou apenas o motorista da última manobra do veículo e, com muito orgulho, dou aqui o meu voto favorável. (*Pausa.*)

Presidente, pode dar as vistas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao autor do projeto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só um minutinho, bem rapidamente.

Sei do adiantado da hora, mas eu quero só elogiar o trabalho feito pelo Senador Esperidião Amin no relatório.

Como vai ter o pedido de vista, a gente vai debater na próxima, mas eu faço questão aqui de registrar minha admiração pelo trabalho de V. Exª. E, ao meu ver, este projeto de lei, embora seja da minha autoria, peço desculpas por falar isso, é um projeto muito importante para fortalecer o mercado de ações no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida a vista coletiva com base no acordo construído nos termos regimentais. (*Pausa.*)

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 545, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 14.002, de 22 de maio de 2020, e 11.771, de 17 de setembro de 2008, para atualizar e aprimorar o regime jurídico a que se submete a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); e altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda n° 1.

Observações:

- Em 21/05/2024, foi recebida a Emenda n° 1, de autoria do Senador Alan Rick.

O autor da matéria é o Líder Deputado Federal José Guimarães.

Foi apresentada a Emenda n° 1, de autoria do Senador Alan Rick. E é essa que está prejudicada? (*Pausa.*)

É.

Concedo a palavra ao Senador Relator Marcelo Castro para proferir o relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a nossa Embratur, desde o início, sempre foi uma autarquia vinculada ao Ministério do Turismo. Em 2019, a Presidência da República baixou a Medida Provisória nº 907, que foi convertida na Lei nº 14.002, de 2020, transformando a autarquia num serviço social autônomo, a exemplo do que já ocorre com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, a famosa Apex, com a finalidade de que a Embratur tivesse maior agilidade, maior flexibilidade para atingir seus objetivos de promover o Brasil, o turismo brasileiro, em nível internacional. Mas, na prática, a Embratur vem encontrando grande dificuldade, porque lhe faltam fontes de recursos regulares. E ela continua ainda com o sistema de contratação como se ainda fosse uma autarquia – o que ela não é mais.

Nós sabemos da importância do turismo para a economia e para a geração de emprego no país. Nosso país é gigantesco, tem muitos atrativos e, evidentemente, que a gente precisa cada vez mais incentivar a nossa Embratur para incentivar o turismo, e o Brasil poder se beneficiar desta famosa indústria sem chaminés. Porque o Brasil não se encontra hoje num nível confortável comparativamente com outros países, dada a sua grande dimensão continental, com tantos atrativos que nós temos e o turismo ainda não se justifica no nível que nós estamos.

Esse projeto traz algumas modificações dessa lei que nós aprovamos aqui em 2020, visando ampliar a capacidade da nossa Embratur, aqui no §4°, inciso V, para que ela possa ter abrangência para fazer eventos de importância internacional. É uma das alterações que está sendo promovida na lei, e que também possa ser dispensada a licitação para órgãos públicos da administração direta poder contratar a Embratur.

Além disso, estamos modificando a lei também, e isso é necessário por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como agora ela passa a ser uma pessoa jurídica de direito privado, para que ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa receber recursos públicos, é preciso que a lei expressamente autorize isso. Então, nós estamos modificando a lei para autorizar que a Embratur, mesmo sendo pessoa jurídica de direito privado, possa receber recursos do Orçamento da União, para ter uma fonte segura desses recursos. E retirar a exigência de licitações que uma autarquia e administração pública requer para ficar com as exigências só do setor privado. E, evidentemente, adaptar a nossa Embratur ao seu novo regime jurídico. É claro, a finalidade disso é tornar a Embratur mais flexível, mais ágil, mais eficiente, mais eficaz na sua ação, na sua finalidade e favorecer o turismo brasileiro, naturalmente, indiretamente favorecendo as pessoas, os brasileiros, que terão emprego e renda advindo disso daí.

O outro aspecto que nós julgamos aqui relevante é que não está.... Como veio da Câmara o projeto, Senador Weverton, não se está obrigando a Embratur – evidentemente que ela teria que seguir isso – a fazer um regime simplificado de contratação. Então, essa omissão nós estamos suprimindo aqui através de uma emenda que nós estamos apresentando para que não tenha mais essa falha.

A emenda que foi apresentada, acolhida lá na Câmara dos Deputados, nós estamos aqui retirando, porque o que foi acrescentado mexe com a Anac, com a Infraero, tira 30% dos recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil – e tudo isso feito sem um debate maior, sem uma análise mais aprofundada. Nós entendemos que não é o local apropriado para esta emenda, uma vez que nós estamos tratando aqui da Embratur, e foi colocada aqui essa parte do Fundo Nacional da Aviação Civil, que seria uma matéria estranha ao espírito do projeto.

Além disso, tramita aqui na Casa, inclusive na Comissão da qual eu sou Presidente, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, um projeto de lei, do qual é relator o Senador Davi Alcolumbre, que já contempla isso que está aqui no seu projeto. Portanto, eu acho que a retirada desse acréscimo que foi feito na Câmara não trará nenhum prejuízo, uma vez que o projeto que trata da implantação da Lei Geral do Turismo no Brasil – que é um projeto relatado pelo Senador Davi Alcolumbre, como eu já disse – está tratando desse assunto, no local apropriado.

O Senador Alan Rick apresentou uma emenda exatamente nesse art. 3º, que nós estamos retirando; então, em função disso, a sua emenda fica prejudicada.

Vou, então, ao voto.

Ante o exposto, votamos pela prejudicialidade da Emenda nº 1, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 545, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CCJ

Acrescente-se o art. 22-A à Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 545, de 2024, com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 22-A. A Embratur elaborará regulamento próprio e simplificado de licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, observados os princípios da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência."

EMENDA Nº - CCJ
Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei nº 545, de 2024, renumerando-se os artigos seguintes.

Esse é o voto e esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer um registro, querido Senador Marcelo Castro, meu querido Presidente.

Eu tenho conversado com o nosso Deputado Freixo, Presidente da Embratur, e a gente tem conseguido construir um ambiente de muito diálogo, Senador Moro, em relação a essa atuação da Embratur enquanto uma empresa, uma agência pública brasileira que tem as suas características de promover o nosso país.

O Senador Flávio Bolsonaro tem construído, nessa relação política institucional, quando a gente precisa fazer o que é o certo para o país... Eu quero fazer esse registro, Flávio, de que você tem tratado a Lei Geral do Turismo independentemente da questão política, nem é de quem está na Embratur. Porque no quesito Rio de Janeiro, o Deputado Freixo, hoje Presidente da Embratur, é adversário político do grupo de V. Exa., no Rio de Janeiro. É importante fazer esse registro aqui porque, senão, Flávio, acaba ficando todo o tempo essa disputa ou a intriga ou o dito pelo não dito, como se nós estivéssemos aqui numa guerra constante, numa narrativa constante, numa disputa eleitoral constante, e não é verdade.

Senador Wagner, o Senador Flávio Bolsonaro, Relator da matéria, já participou de diversas reuniões com o Presidente da Embratur, com o Deputado Freixo, já participou de diversas reuniões com o Ministro Celso Sabino, Ministro do União Brasil do Governo do Presidente Lula.

O Senador Marcelo Castro, aquiescendo essa construção, tem também nos liderado nesse processo, Flávio, com a sua experiência. Hoje, como Relator desse projeto apresentado por um Deputado do PT, por um Líder do PT na Câmara, o Deputado José Guimarães... E nós estamos dando toda a celeridade adequada. Por quê? Porque é uma agenda do Estado brasileiro, não é a agenda de um partido, não é a agenda de uma ou de outra tendência ideológica. É uma agenda da empresa que tem obrigação de promover o Brasil no mundo, que é uma empresa muito importante que precisava ter adequações na sua legislação, da sua criação, o que nós estamos fazendo agora aqui, depois de 15 anos.

Então, eu queria parabenizar o Senador Marcelo, fazer um registro da atuação do Senador Flávio. A gente, intermediando essa construção, e a sua liderança, como Governo, construindo um entendimento para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar o melhor texto, o mais adequado – esse registro é importante fazer – para a Lei Geral do Turismo, que é muito importante para o Brasil, mas também neste Projeto 545.

Então, eu queria parabenizar o Senador Marcelo, parabenizar o Deputado Freixo, o Presidente da Embratur, que tem procurado o Parlamento para construir uma alternativa com a qual a gente possa fortalecer a agência, a empresa Embratur. Quero cumprimentar o Senador Flávio por essa concepção e por esse conceito de fazermos o que tem que ser feito pelo Estado brasileiro.

Quando a gente está fazendo o que tem que ser feito com a missão delegada pelo povo, enquanto nos delegam um mandato eletivo, que tem data para iniciar e data para terminar, nós estamos cumprindo com as nossas obrigações pelo Estado brasileiro e por 205 milhões de pessoas que vivem no Brasil.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente, é para agradecer o registro de V. Exa., que é verdade.

Quero parabenizar o Senador Marcelo Castro pela relatoria deste projeto de lei e, certamente, o meu voto será favorável, corroborando com o que V. Exa. colocou, Presidente Davi, que independentemente de Governo, nesse tipo de pauta o que nós temos que trabalhar é pensando no Estado. E está sendo assim, também, com a Lei Geral do Turismo, da qual eu fui Relator, aqui nesta Comissão – V. Exa. me deu a relatoria. V. Exa. é Relator da pauta, agora, lá na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, presidida pelo Senador Marcelo Castro.

Quero agradecer. Ele já pautou para a próxima semana a votação desse relatório, que é muito importante, e que foi construído a várias mãos, inclusive com o Ministro do Turismo, Deputado Celso Sabino, que foi fundamental para aprimorar o projeto e viabilizar que nós pudéssemos votar, na semana que vem, mas faço isso também, Presidente, tenho que confessar, porque eu tenho certeza de que é uma coisa boa para o Estado e que, a partir de 2027, o Brasil não vai ser mais governado pelo PT. Então, eu tenho certeza de que o próximo Governo de direita vai poder usufruir muito dessa lei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou conceder a palavra ao Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Repare, Presidente, primeiro, eu quero, em função do seu registro, dizer que eu rogo aquilo que cada um acredita, para que esse espírito sempre esteja na cabeça de quem tem a responsabilidade que cada um dos 81 Senadores e Senadoras tem. A hora da contenda é a hora da contenda. A hora de trabalhar pelo país é a hora de trabalhar pelo país. É óbvio que cada um pensa de um jeito, aí minimiza...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho sempre que a obrigação – eu sempre me comporto, assim – da Oposição é minimizar dano, não é, simplesmente, se contrapor. Vem um projeto, eu acho bom isso, não acho bom aquilo, então, eu aproveito para me somar aos seus cumprimentos ao Senador Flávio e a todos que se envolveram.

Eu sou de uma terra que depende muito do turismo, eu acho que o turismo é a indústria sem chaminé deste país, é a indústria que faz intercâmbio de ideias, de culturas, é propulsora da paz, na minha opinião, exatamente, por essa troca de populações de mundos totalmente diferentes.

Aqui o que está se discutindo é a distribuição de um fundo entre ministérios e Embratur que são pertinentes, seja, evidentemente, o da aviação civil, que é o próprio fundo que se chama Fundo Nacional de Aviação Civil, mas a aviação depende muito do turismo, porque, quanto mais passageiro, mais avião... Então, cabe, como cabe a Embratur também. Eu acho ótimo isso.

Parece que deu algum ruído, ao fim da conversa feita, parece que o Senador Weverton vai pedir vista, e eu, para lhe tirar o peso, me associo à sua vista, porque a conversa foi feita entre entes do Governo mais a Oposição. Se parece que deu algum ruído, é melhor que se volte à mesa, daqui para a semana que vem ou na outra, para que a gente possa estabelecer o que está, porque para mim está perfeito o relatório, o problema é que parece que houve, sei lá, alguma falha de comunicação. Eu desconheço o motivo, não vou nominar ninguém para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. Para discutir.) – Primeiro, gostaria de parabenizar o excelente trabalho do Senador Marcelo Castro, sempre dedicado às relatorias e às pautas sobre as quais ele se debruça. Eu tenho certeza de que foi fruto, está sendo fruto de uma grande construção e gostaria de reconhecer essa maturidade que se está tendo em vários temas importantes que nós discutimos aqui nesta Casa.

Muita gente não tem noção do que tem sido produzido, de forma muito grande, de política de verdade de Estado, não de Governo, que pode dar contribuição, sim, contribuição, independente para qual Governo esteja à frente do país, e isso é importante, esse espírito. Obviamente, é uma pauta que não só o Rio de Janeiro, a Bahia, mas quem me conhece sabe o quanto que eu tenho falado da importância do turismo na minha região, o Maranhão, que tem um potencial fantástico.

Obviamente, eu peço até vênia e desculpas aqui ao meu Relator, porque eu não fui preparado para esse tema e eu tenho muita contribuição e quero dar uma sugestão quanto a esse debate do fortalecimento da política, não só da Embratur, mas do turismo no Brasil. Então, eu quero, Presidente, pedir vista e, claro, agilizar para, na semana que vem, a gente poder voltar, mas, nesta semana, eu ainda trato do assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma pergunta aqui, Senador Marcelo, Senador Weverton, Senador Wagner e Senador Flávio – na semana que vem, nós vamos ter deliberação, mesmo sendo semipresencial; está concedida vista, a gente pode voltar na semana que vem –: consegue construir para a gente deliberar na semana que vem? E eu vou colocá-lo na pauta sexta-feira.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Remotamente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É. Vota no celular, porque não tem muita polêmica. O que está aí é o entendimento entre Embratur, Ministério dos Portos e Ministério do Turismo. Esse...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Independência/PDT - MA) – É mais fácil eu conversar com o Relator de lá do Maranhão, porque eu vou ao Piauí, que é ao lado, aí a gente conversa lá rapidinho e resolve. Eu vou até estar lá amanhã, em Teresina.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, estou de pleno acordo com a sugestão de V. Exa.

Quero fazer aqui uma observação: eu construí esse relatório com a informação de que havia um amplo acordo e o entendimento. Agora, se apareceu de última hora uma discordância, paciência!

Então, o caminho mais razoável é este: conceder a vista pedida pelo Senador Weverton, e, daqui para lá, a gente construir um novo texto que atenda todos, quando a gente supunha que todos estivessem atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica concedida vista coletiva ao projeto. Está avisado de que ele vai ser pautado na próxima quarta-feira.

Senador Flávio, antes de a gente encerrar os trabalhos aqui, quanto à audiência pública proposta por V. Exa., já foram encaminhados todos os convites. A Secretaria da Mesa já está informando que estão todos informados. Ela vai acontecer no dia 27, segunda-feira, às 14h. Como é uma proposta feita por V. Exa., eu queria pedir que V. Exa. estivesse presidindo a audiência pública aqui – acho importante –, às 14h, segunda-feira.

Eu gostaria de agradecer aos nossos assessores.

Mesmo no encerramento, Senador Sergio Moro, aproveito – poderia tê-lo feito no começo, mas acho que a gente tinha outros assuntos para deliberar – para cumprimentar V. Exa., cumprimentar a Justiça brasileira, cumprimentar o Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sei que V. Exa., ao longo dos últimos 15 meses, vivenciou momentos de muita dificuldade. Em um momento aqui, na Presidência da Comissão, eu cheguei a falar sobre esse assunto, que, se a gente fosse dar conta dos jornais, dos *sites*, das revistas, das matérias, V. Exa., desde o dia que tomou em que posse, já estaria condenado a perder o mandato eletivo. Eu, enquanto Senador, registro e respeito muito o voto. V. Exa. teve milhões de votos. V. Exa. é um quadro muito qualificado do Senado da República. V. Exa. serviu o Estado brasileiro enquanto Ministro de Estado, em um momento em que eu estava servindo o Estado brasileiro numa condição também extraordinária enquanto Presidente do Senado e do Congresso Nacional. Ninguém é obrigado a pensar igual ao outro, e é bom que a gente discorde mesmo de algumas posições, de convicções, e é para isto que nós estamos no Parlamento: para falar, debater, discutir, deliberar, quando se trata de uma matéria. Mas V. Exa. foi ontem, em um julgamento no Tribunal Superior Eleitoral, conduzido pelo seu Presidente, Ministro da Suprema Corte e Presidente do TSE, Alexandre de Moraes, e foi inocentado pela unanimidade do Tribunal Superior Eleitoral. Isso é um reflexo do que V. Exa. apresentou nos autos do processo e a gente está discutindo hoje muitas coisas fora dos autos do processo.

Isso é um problema, Weverton, que nós estamos vivendo no Brasil hoje. As pessoas não sabem o que está escrito no processo, as pessoas não são parte do processo e as pessoas que são parte do processo são vítimas daqueles que, muitas das vezes, nem do direito conhecem, mas se acham no direito de fazer uma postagem sem ter conhecimento dos autos do processo, sem ser parte do processo e fazem uma postagem inocentando ou condenando as pessoas que estão num processo.

V. Exa. vem da magistratura, enquanto juiz federal; hoje ingressou na carreira pública, na carreira política efetivamente com um mandato eletivo. Ajudou o Brasil, enquanto Ministro de Estado, mas não tinha o mandato. Agora tem um mandato, e a gente vê com muita satisfação o resultado do julgamento de ontem.

Juízes, magistrados, sejam eles da classe dos advogados, sejam eles ministros indicados do Superior Tribunal de Justiça que compõem o TSE, seja um Ministro da Suprema Corte que compõe o Tribunal Superior Eleitoral, V. Exa. foi inocentado por unanimidade.

Se a gente resgatar as agressões que V. Exa. sofreu e que muitos colegas nossos sofrem diariamente... Muitos colegas nossos, Weverton, são vítimas diariamente de agressões, de ataques daqueles mesmos que não conhecem o processo, mas que se acham no direito de ofender alguém sem saber os fatos concretos que estão lá dentro daquele processo.

E se a gente perceber, ao longo desse último período... Eu fico imaginando os eleitores de V. Exa., as pessoas que confiaram em V. Exa., que lhe outorgaram um mandato eletivo, assim como os outros 80, porque aqui tem 81 que só vieram para cá e juraram a Constituição porque foram eleitos em seus estados. O Senado da República, a Casa da Federação, em que o Estado de São Paulo é do mesmo tamanho do Estado do Amapá, em que o Estado do Paraná é do mesmo tamanho do Estado do Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que do mesmo tamanho? Porque independentemente de São Paulo ter 45 milhões de brasileiros e o Amapá ter 900 mil brasileiros, é no Senado da República que a gente iguala na condição do debate, porque o Amapá tem três Senadores e São Paulo tem três Senadores. O Senado é a Casa da Federação; a Câmara é a Casa do povo!

Eu tive a honra, assim como o Senador Weverton teve, de estar Deputado e hoje estou como Senador e, na verdade, essa fala é uma fala em defesa da política, porque é a política, a boa política que pode transformar a vida das pessoas.

Está tudo certo para quem vota "sim", está tudo certo para quem vota "não", o que não pode é agressão, não pode entrar na honra. Estão entrando na honra das pessoas e não é só de um lado, não, estão entrando na honra das pessoas dos dois lados.

E sabe o que está acontecendo com a gente, Moro e Weverton? A gente está sendo empurrado para decidir ficar de um lado ou de outro, e nós estamos ficando condenados a ficar no centro.

Essa palavra equilíbrio era um sonho se a gente pudesse, cada um, exercê-la, mas o vizinho do lado cobra para eu ir para um lado ou para outro, ou o do outro lado cobra para eu me decidir se estou de um lado ou estou de outro. E essa palavra ponderação serve para quê? Construção política. As palavras entendimento, equilíbrio institucional, diálogo são para quê?

Então, eu queria fazer esse registro, estou fazendo esse registro, enquanto Senador, enquanto Presidente desta Comissão, que eu considero a Comissão mais importante do Senado da República, sem nenhum demérito às outras Comissões – todas têm a sua legitimidade, mas é aqui nesta Comissão que, com o debate, a gente constrói as saídas das matérias que vão ter que ir ao Plenário, as matérias importantes, inclusive as emendas constitucionais. Como ex-Presidente do Senado Federal, poucos brasileiros chegaram à condição de ocupar essa cadeira, poucos brasileiros, desde a redemocratização – poucos estão ainda aqui: Presidente Jader Barbalho; Presidente Renan Calheiros; Davi Alcolumbre, ex-Presidente; Rodrigo Pacheco, que será ex-Presidente, mas hoje é o nosso Presidente –, poucos tiveram a condição de ocupar essa cadeira, que é dificílima, porque a todo instante você tem que decidir e, quando você decide, você agrada uns e desagrada outros. É uma linha muito tênue de agradar e desagradar.

Mas, enquanto a gente estiver no debate das ideias, nós estamos fazendo a política com "p" maiúsculo aqui. Enquanto a gente estiver no debate das propostas para construir... Eu odeio aqueles que só apontam nossos erros ou que nos criticam, apontando nossos equívocos, porque, quando ele termina de falar aquilo, eu fico esperando-o dizer uma sugestão, e raramente sai a sugestão de um caminho. Ajuda-me a construir, eu tenho um tijolo, em vez de destruir a minha casa que eu estou construindo aqui, coloca um tijolo para construir também, me auxilia, me orienta. Estou tentando fazer essa narrativa dessa história, porque tem gente que, se convidar só para destruir, vem, mas, para construir, não vai, só quer apontar o dedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Weverton, Senador Flávio Bolsonaro e Senador Sergio Fernando Moro, o resultado do julgamento de ontem, legítimo, jurídico, que estavam tentando transformar num julgamento político, injustamente – e tem que acabar com essa conversa de julgamento político, já passou essa época, e a gente está vivendo isso, infelizmente, a todo instante –, o julgamento é jurídico... E, ontem... Se a gente pegar, Moro, todas as matérias desde o dia da tua eleição e da tua posse, dá para fazer uns dez livros capa dura de todas as pessoas que condenaram V. Exa. um ano e meio antes. Isso é injusto com o cidadão Sergio Moro; isso é injusto com o homem público Sergio Moro; isso é injusto com o povo do Paraná, que votou em V. Exa.; isso é injusto com o Senado da República. V. Exa. tem posições firmes e nós respeitamos. V. Exa., assim como todos os 80, engrandece o Senado da República, engrandece a democracia e nos ajuda a construir um país melhor para 205 milhões que estão ali fora esperando a gente dar as respostas aqui.

Era uma manifestação carinhosa de um Senador que defende o Senado e que defende a política brasileira enquanto Senador da República.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e oito minutos do dia cinco de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das seguintes reuniões: 4ª reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2024, e 5ª Reunião, realizada em 29 de fevereiro de 2024, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5206, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nº 2–CCJ e nº 3–CCJ, a Subemenda nº 1–CCJ e duas Emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei do Senado n° 756, de 2015** que: "Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 2 - PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1372, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista concedida após leitura do relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 454, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista concedida após leitura do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6404, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui, em âmbito nacional, o mês de “Dezembro Verde”, dedicado às ações educativas e de reflexão sobre o abandono de animais." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 207, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Rotaractiano." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1631, de 2022 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Cesare Mansueto Giulio Lattes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 775, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui a Semana do Lixo Zero." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2190, de 2022 - Terminativo -** que: "Prevê a realização da Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 14, de 2024** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5206/2023, que "institui marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura"." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de março de 2024.

Escolha de política pública para avaliação na Comissão de Educação em 2024. Estou vendo a Senadora Damares Alves aqui, que teve a política pública indicada por ela no ano passado, que se tornou a política pública do ano.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades-meio que suportam sua execução.

Os trabalhos para seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação serão conduzidos da seguinte forma:

1. Fica aberto a partir de hoje o prazo para que os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação e Cultura apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício.

2. As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão e o prazo se encerrará no dia 29 de março, às 18h – final deste mês.

3. Será escolhida uma sugestão entre as apresentadas em reunião deliberativa a realizar-se no mês de abril.

4. O Relator designado para avaliação selecionada terá prazo até o dia 30 de novembro para a conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das seguintes reuniões: 4ª reunião, realizada em 27 de fevereiro de 2024, e 5ª Reunião, realizada em 29 de fevereiro de 2024.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que as aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Informo que os itens da pauta – como de hábito, aliás – que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serão votados nominalmente, em bloco, com abertura do painel eletrônico, havendo concordância em relação aos itens. Também, se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exigem votação nominal. Vamos passar de imediato ao item nº 1 da pauta, que é o

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5206, DE 2023

- Não terminativo -

Institui marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nº 2–CCJ e nº 3–CCJ, a Subemenda nº 1–CCJ e duas Emendas de redação que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nºs 2-CCJ e 3-CCJ, e pelo acolhimento parcial da Emenda de redação nº 1, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ.

Quero só saudar – antes de passar a palavra ao Senador Humberto Costa, Relator dessa matéria –, saudar o nobre Senador Paulo Paim, amigo, Presidente da CDH; Senadora Teresa Leitão, precisamos agora também discutir e votar o relatório da subcomissão que V. Exa. presidiu e que tem a relatoria da Senadora Professora Dorinha Seabra sobre o ensino médio; e a Senadora Damares Alves, como eu já mencionei, membro desta Comissão e que teve o requerimento aprovado pela Comissão para política pública do ano passado. O relatório está aqui no *site* da Comissão, à disposição – um belo relatório apresentado, também aprovado por esta Comissão. Parabéns!

Senado Humberto Costa, então, com a palavra para relatar o item nº 1 da pauta, Sistema Nacional de Cultura. Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Senadores e Senadoras.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 5.206, de 2023, de iniciativa do Deputado Federal Chico d'Ângelo, que institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura, para garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para gestão conjunta das políticas públicas de cultura.

O projeto é composto de seis capítulos e quarenta artigos. Inicialmente, o Capítulo I (arts. 1º ao 3º) traz conceitos e princípios norteadores do Sistema Nacional de Cultura. O Capítulo II (art. 4º) trata do dever do Estado no âmbito da cultura. O Capítulo III (art. 5º) aborda a estruturação e objetivo da gestão pública da cultura, bem como os critérios e requisitos para as adesões dos estados, Distrito Federal e Municípios ao Sistema Nacional de

dos estados, Distrito Federal e municípios ao Sistema Nacional de Cultura. O Capítulo IV (art. 6º) traz a definição do SNC.

Na sequência, o Capítulo V (arts. 7º ao 36) aborda a estrutura do Sistema Nacional de Cultura (Seção I), a divisão de competências entre os entes federados (Seção II), a conceituação de órgãos gestores da cultura (Seção III), bem como dispõe sobre os conselhos de política cultural (Seção IV), as conferências de cultura (Seção V), as comissões intergestoras (Seção VI), os planos de cultura (Seção VII), os sistemas de financiamento à cultura (Seção VIII), os sistemas de informações e indicadores culturais (Seção IX), os programas de formação na área de cultura (Seção X) e os sistemas setoriais de cultura (Seção XI).

Por fim, o Capítulo VI (arts. 37 ao 40) prevê as disposições finais, incluindo a cláusula de vigência da futura lei, que será na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da proposição sustenta que somente a partir da Constituição Cidadã, que

> (...) se alargaram os horizontes de proteção à cultura, com base da concepção de direitos culturais como dimensão dos direitos fundamentais do homem, fixados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, cujo art. 27 estabelece que toda pessoa tem direito de tomar parte livremente da vida cultural da comunidade, de gozar das artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que dele resultam, e toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais que lhe correspondam por razão das produções científicas, literárias ou artísticas de que seja autor.

Ainda, segundo o autor, é papel do poder público empenhar-se nas agendas políticas que fortaleçam os valores culturais dos cidadãos brasileiros, e o PL que apresenta surge como

> (...) um conjunto de diretrizes e bases para a política cultural e para a garantia dos direitos culturais dos brasileiros, ou seja, uma espinha dorsal que sustente, segure, incentive e oriente tanto as ações de governo, como o estabelecimento de leis que tenham a cultura como matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apensado a outras duas matérias, quais sejam, os PLs nº 1.801 e nº 1.971, ambos apresentados em 2019, com o objetivo de dispor sobre o Sistema Nacional de Cultura. A matéria foi apreciada naquela Casa Legislativa, tramitando nas Comissões de Cultura, onde foi aprovada na forma de substitutivo, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL e seus apensos.

No Senado Federal, a proposição foi analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu pela sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, na forma de emendas de redação.

Após análise da Comissão de Educação e Cultura, o PL 5.206, de 2023, será submetido à apreciação do Plenário desta Casa.

Não foram apresentadas emendas

apreciação do Plenário desta Casa. Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

Análise.

Nos termos do disposto pelo inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este colegiado opinar sobre proposições que versem sobre normais gerais sobre cultura e instituições culturais.

Portanto, quanto à regimentalidade, nada há que se opor ao PL nº 5.206, de 2023.

A presente matéria foi objeto de análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, que opinou favoravelmente por sua constitucionalidade e juridicidade.

No mérito, entendemos que o projeto merece prosperar.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 215, prevê que o Estado garantirá a todos os brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, sendo o poder público responsável por apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Sob esse prisma, este Parlamento promulgou, em 2012, a Emenda Constitucional nº 71, que incluiu o artigo 216-A na Carta Magna, para instituir o Sistema Nacional de Cultura (SNC), organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, isto é, um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade.

Fundamentado nas diretrizes do Política Nacional de Cultura, o SNC tem por objetivo a promoção do desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais, sendo regido pelos princípios da diversidade das expressões culturais; da universalização do acesso aos bens e serviços culturais; do fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; da cooperação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre os entes federados, os agentes públicos e os agentes privados atuantes na área cultural; da integração e da interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; da complementaridade nos papéis dos agentes culturais; da transversalidade das políticas culturais; da autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; da transparência e compartilhamento de informações; da democratização dos processos decisórios com participação e controle social; e da ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

Ainda, para cumprir o caráter descentralizado e participativo, a estrutura do SNC é composta...

Só um pouquinho de silêncio, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só peço silêncio no Plenário. Obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para cumprir o caráter descentralizado e participativo, a estrutura do SNC é composta tanto por órgãos gestores da cultura quanto por conselhos de políticas culturais, conferências de cultura, comissões intergestoras, planos de cultura, sistemas de financiamento à cultura, sistemas de informações e indicadores culturais, programas de formação na área de cultura e sistemas setoriais de cultura.

Ocorre que o Sistema Nacional de Cultura está sob o amparo

Ocorre que o Sistema Nacional de Cultura está sob amparo de uma norma constitucional limitada, que depende da edição de uma lei para produzir os efeitos almejados. Portanto, a aprovação deste PL representa a consecução dos preceitos dispostos nos arts. 215 e 216-A da Constituição Federal, em especial no que se refere à organização dos entes federados e da sociedade civil para gestão e promoção conjunta das políticas públicas de cultura, na forma estabelecida no Plano Nacional de Cultura.

São inegáveis os avanços que ora observamos na matéria em análise. No entanto, o processo de institucionalização das políticas públicas de cultura, sobretudo nos últimos anos, foi tumultuado, provando que o Sistema Nacional de Cultura é forte e resiliente. Em que pesem as ações lesivas que a cultura nacional sofreu em gestões anteriores, observamos que a cultura nacional está em processo de retomada de uma agenda séria e comprometida, recuperando conexões impolutas entre cultura e desenvolvimento, na geração de valores fundamentais para o crescimento da sociedade.

A proposta que ora analisamos busca estabelecer o Sistema Nacional de Cultura como um instrumento de negociação e pactuação, o qual funcione tanto como um provisor de recursos quanto como um orientador de políticas culturais voltadas para a materialização dos direitos culturais previstos no art. 215 da Constituição Federal, permitindo que a população participe de todo o processo de formulação das políticas culturais. Neste sentido, para além da burocracia, o Sistema Nacional de Cultura surge para ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um mecanismo capaz de articular as políticas culturais, de democratizar o acesso aos recursos de fomento e, principalmente, de enfrentar as desigualdades que impedem o acesso do cidadão a tais políticas.

O Sistema Nacional de Cultura, neste arranjo de gestão compartilhada, celebra um princípio já estabelecido na Constituição Federal e se une a outras experiências bem-sucedidas, como o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social, os quais já comprovaram que estabelecer princípios, dividir responsabilidades e garantir a participação social asseguram maior racionalidade e continuidade das políticas públicas.

O que este PL propõe é o fortalecimento de um dos principais pilares da cultura brasileira. Para contribuir com este importante marco regulatório, estamos propondo um ajuste na redação do art. 28, que institui o Sistema Nacional de Financiamento à Cultura, para deixar evidente que eventuais despesas decorrentes do disposto nessa lei ficarão sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.

Por fim, observamos serem importantes outros dois ajustes redacionais para garantir que a ampliação progressiva dos recursos de que tratam os arts. 4º, XXI, e 8º, XIII, esteja em consonância com o disposto no art. 216-A da Constituição Federal.

Este é o relatório.

O voto: em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.206, de 2023, nos termos das Emendas nºs 2

de 2023, nos termos das Emendas nºs 2 e 3, da subemenda nº 1 (CCJ) e das emendas abaixo.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Humberto Costa, Relator da matéria.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, eu quero destacar o importante relatório do Senador Humberto Costa, que realça aspectos fundamentais do que veio da Câmara dos Deputados para nós, e fazer, Presidente, uma breve pontuação de quatro questões que eu acho que realçam a importância desse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda Constitucional nº 71, ainda de 29 de novembro de 2012, ao adicionar o artigo 216-A à Constituição Federal, na verdade, constitucionalizou o Sistema Nacional de Cultura e reivindicou uma lei federal para dispor sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura. Esse é um passo que a gente pode dar a partir da aprovação desse projeto.

Depois, a III Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2013, teve como tema Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura, já nos indicando um bom caminho a ser seguido. Ainda em 2013, foi realizado um ciclo de oficinas de implementação do Sistema de Cultura em todas as regiões do país.

Terceiro, como se pode notar, o Sistema Nacional é uma demanda histórica. Vem lá... Antes mesmo de existir o Mickey já existia essa demanda. É uma demanda de gestores, de entidades, de movimentos sociais, de fazedores e fazedoras de cultura do nosso país.

E quarto, para coroar esse momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos no curso da IV Conferência Nacional de Cultura. Ontem foi a abertura dessa conferência. Certamente tinha mais de quatro mil pessoas nesse evento. E essa conferência se dá após um hiato de dez anos sem conferências nacionais de cultura e num contexto de resgate do Ministério da Cultura das políticas públicas de cultura.

Então acho que este Parlamento, que esta Comissão, aprovando esse projeto nesse contexto, se soma a todos esses esforços da cultura do nosso país.

Parabéns, Senador Humberto Costa, pelo relatório.

E acho que daremos sim um passo importante para a regulamentação da lei federal e do Sistema Nacional de Cultura.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Teresa Leitão.

Não havendo mais quem queira discutir... (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa, o Relator da matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Eu queria ser bem breve, primeiro registrando aqui a presença de dezenas de delegados que estão aqui representando o universo de todos os participantes da Conferência Nacional de Cultura.

E ontem, como disse muito bem a Senadora Teresa Leitão, a expectativa da conferência é que tenhamos realmente essa semana uma vitória significativa para todo o segmento da cultura com a aprovação dessa regulamentação do Sistema Nacional de Cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer, parabenizando o ex-Deputado Federal Chico D'Ângelo, que esse projeto

quando o ex-Deputado Federal Chico D'Angelo, que esse projeto é muito completo, ele implementa diretrizes que são fundamentais para o funcionamento do sistema. No próprio relatório, eu fiz referência a dois sistemas nacionais que são absolutamente exitosos: o Sistema Nacional de Saúde – o SUS; e o Sistema Nacional de Assistência Social. Todos continuamos apostando que o chamado Susp, Sistema Único de Segurança Pública, também possa ser exitoso nas suas ações.

Vimos aqui alguns princípios que são muito importantes: o princípio da diversidade das expressões culturais; da universalização do acesso aos bens e serviços culturais – a população precisa ter esse acesso; do fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais.

Isso é muito importante, é um debate central, o papel do Estado no sentido de estimular, de fomentar a produção cultural e o acesso à cultura; a ação integrada, articulada, entre estados, municípios e União – inclusive, com a obrigação de cada um ter um papel na participação do financiamento. Enfim, Sr. Presidente, lembrar da democratização da participação.

Enfim, Sr. Presidente, eu acho que hoje nós podemos estar marcando um ponto histórico para a cultura brasileira, com a aprovação desse projeto de lei. Agradeço a V. Exa. por ter me nomeado Relator, ter me dado essa oportunidade, e de estarmos hoje já travando esse debate, fazendo essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Relator, novamente, Senador Humberto Costa.

A seguir, a palavra, caro Senador que eu ainda não havia nominado, Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Presidente. É mais um comentário com relação a um sistema nacional de cultura, com relação à coordenação entre o federal, estados e municípios. Tem muitas coisas boas com relação a isso, mas eu queria ressaltar esse ponto, em especial, porque esse é um dos principais problemas também na ciência e tecnologia do país.

Quando se fala nessa coordenação – e por isso a luta que nós tivemos lá no ministério precisa continuar – de se estabelecer um sistema nacional de ciência e tecnologia que seja capaz de coordenar; e inovação, em conjunto, também importante. Porque existe uma separação, mas é importante trazer junto, porque isso ajuda nos desenvolvimentos. As maiores dificuldades que existem são no trabalho coordenado entre os diversos entes, de forma que nós tenhamos resultados práticos e que o dinheiro público seja utilizado da melhor forma, com resultados, com retorno de investimento para a população.

Então, parabéns, parabéns ao Senador Humberto Costa. Parabéns àqueles que trabalharam no desenvolvimento desse projeto que, sem dúvida nenhuma, vai ajudar muito, no setor, o desenvolvimento disso. Depois, a coordenação com outros setores também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero agradecer a V. Exas. também, Senador Marcos Pontes, também da minha parte de dizer da importância desta necessidade de articulação, compartilhamento, colaboração entre os entes federados, para se atingir os objetivos

entre os entes federados para se atingirem os objetivos que a sociedade almeja.

O SUSP (Sistema de Segurança Pública) tem que ser implantado para o sucesso da segurança, quer dizer, está implantado, mas tem que funcionar, tem que se concretizar. O SUAS já é uma realidade, o SUS é uma realidade, e a gente sempre destaca que o que falta na educação é o projeto de lei já aprovado aqui no Senado Federal, que não precisa ser o mesmo na Câmara dos Deputados – podem aprimorar, modificar, colaborar.

O Senador Dário Berger foi o Relator dessa matéria, e que falta, não é?

Nós estamos discutindo, por exemplo, o Plano Nacional de Educação, mas para isso nós temos que saber qual é a articulação. Por exemplo, o Creatio, o que o município vai fazer, com o que o estado tem responsabilidade, com que apoio podem contar do Governo Federal, transporte escolar, merenda, infraestrutura, formação de professores, tudo isso tem que ser articulado entre os entes federados num sistema nacional.

Então obter o plano antes do sistema eu acho que é difícil. O prefeito vai dizer: "Não, eu vou abrir cinco creches". Mas com que dinheiro? Se eu não sei com o que o estado vai me ajudar, o Governo Federal. Então tem que haver essa pactuação no SUS, no SUAS, no SUSP, na Ciência, Tecnologia e Inovação, como V. Exa. colocou muito bem. Às vezes uma articulação boa dessas acaba rendendo pro país mais do que toda produção agrícola do país. Tantas coisas que podem ser feitas.

Então concordo amplamente e quero da minha parte também saudar todas as pessoas representantes do Brasil que estão aqui presentes. Nem todos e todas puderam adentrar o Plenário, porque é bastante gente. Existem as normas de segurança aí também, que tem que ser observadas, mas quero saudar. Participam da Conferência Nacional de Cultura, iniciada com a sua abertura no dia de ontem; a gente deseja sucesso.

E a cara de uma nação, o rosto, o jeito de uma nação se mostra pela educação, pela cultura, porque as duas áreas realmente trabalham integradas, juntas, não é? E essa participação social, essa articulação entre os entes federados, as propostas sendo trabalhadas num sistema nacional de cultura, para que a gente possa, na sequência, discutir o Plano Nacional de Cultura, não é?

Então sejam muito bem-vindos, bem-vindas, transmito um abraço para todos os participantes da conferência e é um momento importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o Senador Humberto pelo relatório, mas, Senador Humberto, é claro que a gente tem pressa em aprovar o projeto, porque ele já vem da Câmara – é de 2018 –, amplamente discutido na Câmara e agora aqui no Senado. Mas no capítulo três, quando a gente fala sobre as manifestações culturais dos povos tradicionais, eu tenho tido uma preocupação muito grande, Senador, das inúmeras vezes que a gente tem a oportunidade de discutir na Casa, sobre a prática cultural nociva que a Convenção 169 da OIT, lá atrás, já está alertando os países signatários do enfrentamento à prática cultural nociva.

A gente não pode mais se afastar, Senador Humberto, desse tema.

A gente não pode mais se afastar, Senador Humberto, desse tema. E eu quero desafiá-lo, desafiar todos os membros desta Comissão para a gente mergulhar nesse tema, com muita delicadeza, com muito cuidado, sem fazer disso uma briga ideológica, mas a gente começar, nesta Comissão, a dar uma atenção. Nós ainda temos povos no Brasil que ainda têm a prática cultural nociva, e a gente vai precisar dialogar com esses povos. A gente vai precisar, inclusive entender essa dinâmica aqui, todos nós juntos.

Então, fica aqui o meu elogio ao voto, ao relatório, mas chamando a atenção da Comissão para a gente ter a coragem de falar sobre isso também.

E aí, Presidente, na sequência da minha fala, eu defendo a cultura como um instrumento para unir povos. E, neste exato momento, eu queria muito fazer um desafio à cultura nacional, aos agentes da cultura: que trabalhem pela pacificação, pela unidade, pela paz.

E, nesse sentido, Presidente, eu quero que recebam esta minha manifestação com muita serenidade. Eu quero lamentar o que aconteceu ontem na abertura da conferência, uma conferência que eu aguardei – eu venho da área da cultura –, uma conferência que eu aguardei. Mas ontem a manifestação pró-Palestina acabou tensionando muito, e não é isso o que a gente espera da cultura. Não precisava daquilo numa conferência nacional da cultura. A gente já sabe a posição de alguns agentes de Governo – *ok*, já sabemos –, mas seria ontem uma grande celebração para o Brasil, o início da Conferência Nacional de Educação. Mas as imagens ontem acabaram dividindo mais o Brasil do que unindo; e a cultura está aqui, a cultura está aí. Os agentes de cultura têm um papel importante, neste momento, de unir a nação e não mais tensionar os problemas que nós estamos vivendo nos últimos anos.

Então, é isso. Eu queria fazer este meu registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Damares Alves. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica. Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório... (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ...que passa...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ...que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 2-CCJ/CE, nº 3-CCJ/CE; a Subemenda nº 1-CCJ/CE, a Emenda nº 1 e as Emendas de redação nºs 4-CE e 5-CE.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência para a apreciação da matéria no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Está em votação a solicitação da Senadora Teresa Leitão para a apreciação, com urgência, do tema.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência. (*Palmas.*)

Vamos conversar com o nosso Presidente Rodrigo Pacheco também, em conjunto.

Muito bem. Passamos ao item nº 2 da pauta, Emenda de plenário ao Projeto de Lei no Senado 756, de 2015, não terminativa, que

Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 2 - PLEN

Observações:

1. Em 26/09/2023, a matéria foi apreciada pela CE, com Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda Substitutiva nº 1 – CE.

2. Em 4/10/2023 foi recebida a Emenda nº 2 - PLEN, de autoria do Senador Carlos Viana.

3. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 20/02/2024 e 27/02/2024.

sobre educação integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, presidida brilhantemente aqui pelo Senador Paulo Paim; relatoria da emenda Senadora Professora Dorinha Seabra, Vice-Presidente desta Comissão de Educação e Cultura, também uma referência nessa área, no Brasil.

O relatório é pela rejeição da Emenda nº 2 de Plenário. Em 26/09/2023, a matéria foi apreciada pela Comissão de Educação com parecer favorável ao projeto com a Emenda Substitutiva nº 1 da Comissão de Educação. Em 4 de outubro de 2023 foi apresentada a Emenda nº 2, de Plenário, de autoria do Senador Carlos Viana.

A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 20 de fevereiro de 2024 e 27 de fevereiro de 2024.

Concedo a palavra a S. Exa., Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

Quero destacar também a presença do caro Senador, amigo e Líder de Santa Catarina, Esperidião Amin.

Com a palavra a Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, aos colegas Senadores e Senadoras, e, em especial, a quem acompanha esse tema tão importante para nós da educação.

Esse texto procura avançar em relação à educação integral, às diretrizes, à regulamentação. É um tema importante. Dados bastante significativos mostram não só o aumento do tempo de permanência na escola, mas, mais o que isso. A educação integral é muito mais do que o acréscimo de tempo.

Esta Comissão, como já foi dito pelo Presidente, já aprovou esse texto. O Senador Carlos Viana apresenta uma proposta no que tange à questão da dedicação exclusiva. No texto, nós definimos vários critérios da educação integral, número de horas, permanência, condições, e estabelecemos que, dentro do possível, seja dada prioridade para a dedicação exclusiva a uma única escola, porque isso é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta que o Senador apresenta coloca sempre a dedicação exclusiva. E nós a estamos rejeitando em virtude do encargo que isso poderia significar e a limitação, principalmente para os municípios que, em muitos casos, têm educação integral, mas que não têm condição de ter um professor somente para uma escola, principalmente em algumas áreas do conhecimento. Então, por isso que... Eu vou ler o texto, embora reconheça o esforço. É por isso que nós colocamos "sempre que possível", como um incentivo à dedicação do professor a uma única escola. Mas nós temos, no Brasil – essa é uma das dificuldades, inclusive, do ensino médio, com a qual nós estamos lidando, no tema do novo ensino médio –, em muitos municípios, às vezes, uma única escola que vai ser a escola de tempo integral ou um professor de química cuja carga horária, para ser cumprida, ele precisa estar em mais do que uma escola. Então é uma limitação que causaria, com certeza, uma dificuldade no processo de implementação, mas, sempre que possível, com certeza, é a meta.

Então, nos termos da nossa análise, embora a dedicação exclusiva e exercício em um único estabelecimento sejam desejáveis, tendem a ter um impacto positivo sobre a qualidade de ensino, como corretamente argumentou o autor da emenda, parte significativa dos entes subnacionais

como corretamente argumentou o autor da emenda, parte significativa dos entes subnacionais, principalmente municipais, não teria condições financeiras para implementar tais medidas. Para muitos entes federados, até mesmo o cumprimento do piso salarial se tem demonstrado um grande desafio, devido às regras que vêm regendo esse reajuste.

Essa luta é uma luta permanente por melhorar as condições de trabalho, tanto que votamos, transformada em lei, uma lei que regulamenta a valorização dos profissionais. Julgamos inadequado por questões de disponibilidade orçamentária de cada ente federado. Com efeito, não deve a União impor aos estados ou aos municípios medidas que lhes acarretem novos encargos financeiros, sob o risco de comprometer ainda mais os orçamentos e atropelar, no caso, os princípios de responsabilidade fiscal.

Assim, não obstante o mérito da emenda em análise, julgamos que é preciso se ater à realidade dos orçamentos públicos e ao avanço que esse texto já dará de maneira significativa em relação às redes escolares públicas.

Lembro que o próprio Governo Federal lançou um programa de educação de tempo integral para ampliar o financiamento e, no Fundeb também, nós estabelecemos um *per capita* diferenciado. Então, esse texto de regulamentação avança definindo diretriz do que poderá ser considerado educação integral, não só jornada ampliada e não só ampliação de permanência.

Esse é o nosso voto pela rejeição da emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A votação será simbólica.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em votação o... Desculpe, eu não havia visto.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Eu só gostaria de fazer um comentário com relação a isso, de que, sem dúvida nenhuma, o ensino em período integral é extremamente favorável, importante, mas, como já foi ressaltado, não é só aumento de tempo; ele precisa ter a infraestrutura adequada, ele precisa ter o conteúdo adequado, como se colocar, como isso se conecta com todo o resto.

Quero também só ressaltar aqui, novamente, porque eu acho que é importante. Sempre que a gente tiver chance de falar, como eu falava de orçamento de ciência e tecnologia, a gente tem que falar sobre a remuneração de professores, que é difícil – é muito difícil.

Eu conheço muitos professores e você vê que muitos deles têm que trabalhar de manhã e à tarde ou em escolas diferentes para poder completar o salário. Essa é a realidade, é essa daí. A gente precisa ter um melhor nível de salário para os professores, de forma que eles possam ter a habilidade de trabalhar em uma escola... só seria 100%, não seria ideal, mas, na realidade, isso não acontece e, pelo andar da carruagem, aparentemente vai demorar um tempo ainda até que a gente consiga trazer o salário dos professores a um nível que justifique ou que faça jus à importância da função, porque, sem professor, a gente – nenhum – não estaria aqui. É importante lembrar isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade. Eu acho que o tema da valorização, em todos os aspectos, é essencial, dos professores e profissionais da educação também.

Isso significa carreira, concurso público, uma série de coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das maiores dificuldades hoje é a contratação de professores temporários, que podem ficar um ano ou dois anos recebendo um salário muito pequeno em função da formação, inclusive, porque não há concurso público nessa área. O professor temporário é importante quando uma professora, por exemplo, está no período de gestação, nascimento da criança. Tem que ter um temporário.

por exemplo, está no período de gestação, nascimento da criança, tem que ter um temporário, mas não o temporário ficar definitivo. Aí, praticamente, falo até do Paraná, né? Eu não sei se metade da rede já não é temporária. Então, temos que valorizar a profissão.

Desculpe-me até ter me antecipado em termos, mas estou retornando. E a Professora Dorinha gostaria de fazer uma observação como Relatora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Presidente, não é em relação ao tema. É uma proposta para que nós pudéssemos discutir essa questão da carreira e piso. Na área da enfermagem, nós conseguimos avançar para uma complementação da União.

Eu tenho um projeto. Eu sei que tem vários colegas que têm projetos em relação a essa questão do piso e carreira. Se nós não conseguirmos abraçar a educação enquanto uma área de gestão de Estado e com uma ação, inclusive do ponto de vista constitucional, com apoio da União, estados e municípios, acho que nós não vamos conseguir dar o passo estratégico.

Esse ano o crescimento do piso foi bastante pequeno, na verdade. Foi um pequeno valor, mas nós precisamos ter uma carreira que seja constante, atrativa e que realmente signifique e dê a importância devida. E é preciso que a gente avance em relação a regramento do piso da carreira porque, em muitos casos, a carreira está desaparecendo. Quando o município consegue cumprir o piso, ele está achatando a carreira. Professores com nível superior ganhando como nível médio, mas é preciso estabelecer um regramento e inclusive um apoio da União, como estamos fazendo, como a União vem fazendo na área da enfermagem.

Isso é uma sugestão de um debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Vamos fazer isso com urgência. Não precisa nem do requerimento. Com urgência, façamos essa discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, então, em relação ao item nº 2, o relatório apresentado pela Professora Dorinha, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 2, de Plenário.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos ao item nº 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1372, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 27/02/2024.

3. Em 01/03/2024, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

Com a palavra a Senadora Teresa Leitão para a leitura do relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Passo direto à análise do projeto.

Preliminarmente, poderíamos apontar a falta de consultas ou audiências públicas nas quais fique atestada a alta significação da data comemorativa proposta perante os segmentos interessados, como exige

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010. Sem tais procedimentos, até mesmo a tramitação das proposições que instituam datas comemorativas, deve ser rejeitada, conforme determina o Parecer nº 219, de 2012, da CCJ.

Contudo, é válido observar que o art. 1º da referida Lei 12.345, restringe seu âmbito de aplicação às datas significativas para segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. As mulheres estão presentes em todos esses segmentos, mas excedem todos eles.

Assim, poderíamos estranhar se o rol de categorias previsto nessa lei fosse interpretado de modo aberto, quando ele é expresso e limitado, enquanto a mesma lei fosse aplicada de forma restritiva, impondo a esta Casa, por excessiva autocontenção, vedações que não são expressamente previstas.

Nessa combinação contraditória entre o apego ao formalismo procedimental e o desapego à interpretação literal, justamente em desfavor das mulheres, poderíamos ver uma atitude que, objetivamente, serve mais ao machismo do que resguarda a legística.

Ademais, o caráter da data que se pretende instituir vem bastante ao caso. O art. 4º da Lei 12.345, de 2010, determina que, aspas:

> A proposição de data comemorativa será objeto de projeto de lei acompanhado de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas a amplos setores da população.

Ocorre que, conforme justificação que acompanha o PL 1.372, de 2021, o sentido da data proposta não é comemorativo – que isso fique bem destacado – e, sim, de incentivo ao cumprimento do princípio de igualdade de remuneração entre os sexos para o trabalho de igual valor, como declara, desde 1951, a Convenção nº 100 da Organização Internacional do Trabalho.

No mesmo sentido, convém lembrar que o art. 5º, inciso II, da Constituição de 1988, diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, ao passo que o art. 3º, inciso IV, elenca, entre os objetivos fundamentais de nossa República, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para nós, está evidente que a proposição não trata de celebrar evento pretérito ou patamar já atingido, mas de exortar ao cumprimento de um mandamento constitucional.

A justificação menciona, ainda, como exemplos de prevalência desse entendimento, a Lei 13.652, de 13 de abril de 2019, que institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo, e a Lei 14.306, de 3 de março de 2022, que institui o Dia Nacional da Síndrome de Down.

Sobre a matéria, portanto, a nosso ver, não incidem os limites fixados pela Lei 12.345, de 2010.

Vencida essa questão preliminar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 12.345, de 2010.

Vencida essa questão preliminar, cumpre constatar que a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, foi apresentada após o decurso do prazo regimental e parece-nos, de qualquer modo, que o seu objeto pode ser examinado com mais propriedade no âmbito da CAS, para onde a proposição seguirá.

Cabem, não obstante, algumas ponderações acerca do conteúdo da proposição que devemos reformatar, tendo em vista normas que entraram em vigor desde a sua apresentação.

Ocorre que, após a sua apresentação, sobreveio a Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, resultante do PL nº 1.085, de 2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Quando de sua apreciação por esta Casa, o aproveitamento do PL nº 1.372, de 2021, levaria a novo exame pela Câmara dos Deputados, o que causaria o adiamento da entrada em vigor de normas tão necessárias para a promoção da igualdade e do respeito às mulheres.

No mesmo sentido, especialmente em matéria de direitos fundamentais, que costumam ser mais eficazmente construídos por lenta e laboriosa sedimentação do que por medidas de grande impacto, poderíamos ter continuado a debater longamente sobre um texto ideal enquanto a sociedade continuaria a viver sem o benefício de uma lei muito boa, mas imperfeita ou, se preferirem, perfectível e carente, também, de regulamentações que serão feitas.

Nesse proceder gradualista, temos a oportunidade de dar sequência ao trabalho que já realizamos, aproveitando o conteúdo do PL nº 1.372, de 2021, para aprimorar o texto da Lei nº 14.611, de 2023. Para esse efeito, é necessário transpor para uma emenda substitutiva o conteúdo novo, que não foi contemplado na lei vigente.

O art. 5º da Lei nº 14.611 já determina a publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas de direito privado com 100 ou mais empregados, observada a proteção de dados pessoais. Contempla, em grande parte, o conteúdo que a proposição trazia no *caput* e no §7º do novo artigo que seria acrescentado à CLT. Mas resta o direito dos trabalhadores de requerer essas informações de seus empregadores, no caso de empresas menores, o que não cria ônus irrazoável para essas empresas e pode ser estabelecido em novo parágrafo do art. 5º da Lei nº 14.611, de 2023.

O §1º do art. 461-A proposto para a CLT já é satisfeito pelo art. 4º da Lei nº 14.611, de 2023.

O §2º do novo artigo, proposto para as empresas com mais de 50 empregados coincide com o §1º do art. 5º da lei vigente, aplicável àquelas com 100 ou mais empregados.

A auditoria interna proposta para as empresas com 250 ou mais empregados nos §§3º e 4º do novo artigo pode ser prevista em novo parágrafo do art. 5º da referida Lei nº 14.611, de 2023. Não obstante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retiramos a previsão de que se trate de auditoria interna para não obrigar as empresas a ter setor dedicado a essa atividade e permitir a contratação de serviços de auditoria externa, o que pode ser, ao mesmo tempo, mais econômico e imparcial, resultando num duplo benefício para empregadores e trabalhadores.

contratação de serviços de auditoria externa, o que pode ser, ao mesmo tempo, mais econômico e imparcial, resultando num duplo benefício para empregadores e trabalhadores.

O §5º do novo artigo previsto pela proposição, que obriga as empresas com mais de 50 empregados a informar o valor inicial do salário ao ofertar vaga de emprego, independentemente de solicitação do interessado, vedando, ainda, que a empresa requeira apresentação do histórico salarial do candidato, pode ser transposta para um novo inciso do art. 4º da Lei nº 14.611, de 2023.

Com relação à multa aplicável às empresas que descumprirem as normas voltadas para a promoção de igualdade salarial, vale mencionar que a Lei nº 14.611, de 2023, prevê sanção apenas para a falta de publicação dos relatórios de transparência, deixando impunes, em tese, eventuais violações às medidas previstas no seu art. 4º. Propomos transpor as sanções previstas no §3º do art. 5º da lei vigente para um novo artigo, que cubra todas as obrigações. Com isso, fica satisfeita, também, a função do §6º do novo artigo previsto no PL nº 1.372, de 2021.

Ainda sobre esse tema, é necessário observar os termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que regulamenta o benefício concedido pela Constituição Federal e garante às microempresas e empresas de pequeno porte tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, prevendo expressamente, em seu art. 55, por exemplo, que a fiscalização deverá ser orientadora para os pequenos negócios, com dupla visita, no caso de autuação.

Da mesma forma, é oportuno excluir do artigo que propomos os microempreendedores individuais, os MEIs, uma vez que esses podem contratar, no máximo, uma pessoa, e, portanto, não é possível comparar as condições de trabalho e salário entre empregados.

A inclusão das informações dos relatórios de igualdade salarial na Rais, prevista no §8º do novo artigo sugerido pela proposição, fica prejudicada pela metodologia atualmente vigente, que dispensa as empresas do envio de Rais em razões de sua progressiva substituição, iniciada desde 2019 e generalizada neste ano pelo sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, o chamado e-social.

Resgatando valiosa observação feita pela Senadora Mara Gabrilli, quando esta Casa debateu o PL nº 1.085, de 2023, aproveitamos esta oportunidade para incluir a condição de pessoas com deficiência entre as características pelas quais um trabalhador ou trabalhadora possa sofrer discriminação salarial, mencionadas no §1º do art. 5º da Lei nº 14.611, de 2023. É pertinente ajustar a redação do dispositivo, para refletir o entendimento de que a discriminação não decorre propriamente das características da pessoa que a sofre, mas, sim, da mentalidade preconceituosa de quem a pratica. Não podemos dar margem alguma à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideia torpe de que a vítima é culpada por ser discriminada. Ao fazê-lo, também promovemos discreto, mas necessário, ajuste redacional, para evitar que esse dispositivo tenha sua eficácia absolutamente condicionada à edição de regulamento. No mesmo sentido, promovemos alteração correlata no §6º do art. 461 da CLT, já alterado pela Lei nº 14.611, de 2023.

Ressalvamos, contudo, o disposto no art. 3º da proposição, que trata de garantias de trabalhadores convocados ou arrolados como testemunhas, por não

garantias de trabalhadores convocados ou arrolados como testemunhas, por não ser pertinente ao tema de que tratamos e, dessa forma, violar o disposto no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo o qual cada lei tratará de um único objeto.

Aproveitamos para alterar a data proposta para instituir o Dia Nacional da Igualdade Salarial, que remetia à aprovação, em 25 de maio de 1956, pelo Congresso Nacional, da Convenção nº 100 da OIT, passando a remeter ao dia 4 de julho, quando a Lei nº 14.611, de 2023, foi publicada.

Finalmente, propomos período de vacância de 60 dias até que essas alterações entrem em vigor, com o intuito de que os agentes públicos e particulares afetados possam conhecer a nova lei e adaptar suas práticas aos seus comandos, prevendo, ademais, a regulamentação adicional pertinente às inovações legais.

Lido este longo relatório, Sr. Presidente, passo ao voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.372, de 2023, na forma da seguinte emenda:

> Emenda nº - CE (Substitutivo)
> Projeto de Lei nº 1.372, de 2023
> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, para dispor sobre medidas adicionais para assegurar a igualdade salarial entre os sexos.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º Esta Lei altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, para dispor sobre medidas adicionais para assegurar a igualdade salarial entre os sexos.
> Art. 2º Os arts. 4º e 5º da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 4º .....
> IV – promoção e implementação de programas de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho que abranjam a capacitação de gestores, de lideranças e de empregados a respeito do tema da equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com aferição de resultados;
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI – dever das empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados e informar o salário inicial ao ofertar vaga de emprego, independentemente de solicitação do interessado, sendo vedado requerer o histórico salarial do candidato." (NR)

"Art. 5º .....

§ 1º Os relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios conterão dados anonimizados e informações que permitam a comparação objetiva entre salários, remunerações e a proporção de ocupação de cargos de direção, gerência e chefia preenchidos por mulheres e homens, acompanhados de informações que possam fornecer dados estatísticos sobre outras possíveis desigualdades relativas a características como raça, etnia, nacionalidade idade e condição de pessoa com deficiência, observada a legislação de proteção de dados pessoais e regulamento específico aplicável.

§ 2º Nas hipóteses em que for identificada desigualdade salarial ou de critérios remuneratórios, independentemente do descumprimento do disposto no

remuneratórios, independentemente do descumprimento do disposto no art. 461 da [...] [CLT], aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a pessoa jurídica de direito privado apresentará e implementará plano de ação para mitigar a desigualdade, com metas e prazos, garantida a participação de representantes das entidades sindicais e de representantes dos empregados nos locais de trabalho.

.....

§ 4º O Poder Executivo federal disponibilizará de forma unificada, em plataforma digital de acesso público, observada a proteção de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, além das informações previstas no § 1º deste artigo, indicadores atualizados periodicamente sobre mercado de trabalho e renda desagregados por sexo, inclusive indicadores de violência contra a mulher, de vagas em creches públicas, de acesso à formação técnica e superior e de serviços de saúde, bem como demais dados públicos que impactem o acesso ao emprego e à renda pelas mulheres e que possam orientar a elaboração de políticas públicas.

[...]

§ [...] [5º] Empresas com 250 (duzentos e cinquenta) empregados ou mais, [...] [poderão promover] auditoria, com periodicidade máxima bienal, a fim de averiguar eventuais desigualdades remuneratórias por sexo [nos termos do regulamento].

§ [...] [6º] É assegurado ao trabalhador, inclusive por meio de representantes, [...] [requerer] de seu empregador o detalhamento da estrutura de remuneração vigente na empresa, bem como do plano de cargos e salários, quando houver [nos termos do regulamento]." (NR)

Art. 3º A Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, passa a vigorar com acréscimo dos seguintes artigos, ficando revogado o § 3º do seu art. 5º:

"Art. 6º-A. Na hipótese de descumprimento do disposto em qualquer dispositivo desta Lei, será aplicada multa administrativa cujo valor corresponderá a até 3% (três por cento) da folha de salários do empregador, limitado a 100 (cem) salários-mínimos, sem prejuízo das sanções

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicáveis aos casos de discriminação salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens [nos termos do regulamento].

[§ 1º Caso o empregador seja enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a multa de que trata o art. 6º-A corresponderá a até 0,5% da folha de salário do empregador, limitado a cinco salários mínimos, se microempresa, e até 1% da folha de salário do empregador, limitado a dez salários mínimos, se empresa de pequeno porte, elevadas ao dobro em caso de reincidência.

§ 2º Nos termos do art. 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fiscalização do cumprimento ao disposto nesta lei para microempresa e empresa de pequeno porte terá natureza orientadora e ensejará a necessidade de dupla visita para a lavratura de eventual auto de infração e aplicação de multa.

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica ao microempreendedor individual de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.]"

"Art. 6º-B. Fica instituído o dia 4 de julho como Dia Nacional da Igualdade Salarial."

Art. 4º O art. 461 da [...] [CLT]

Art. 4º O art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 461.....

.....

§ 6º Na hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem, idade ou condição de pessoa com deficiência, o pagamento das diferenças salariais devidas ao empregado discriminado não afasta seu direito de ação de indenização por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto.

.....

....." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Relatora, Senadora Teresa Leitão.

Antes de abrir para a discussão, pergunto a V. Exa. sobre a Emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana, porque no voto está escrito: "Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.372, 2023, na forma da seguinte emenda". E não a menção à emenda do Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Tem razão, Sr. Presidente.

Eu recebi já com o relatório praticamente pronto, mas eu vou analisar.

Analiso a emenda que foi apresentada durante a discussão da matéria. Rejeitamos a emenda do Senador Carlos Viana porque avaliamos que enfraquece o objetivo da norma, que é a norma de sanção. Ela bota, em cima do prazo, um novo prazo. Então, a aprovação do PL pressupõe a rejeição da Emenda nº 1 e a aprovação nos termos do substitutivo que acabamos de ler.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só solicito, então, a V. Exa. depois fazer a alteração do relatório com a argumentação utilizada verbalmente.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem?

Está em discussão a matéria.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, antes mais nada, eu gostaria de parabenizar tanto a Senadora Teresa Leitão quanto o Senador Paulo Paim por tratarem de um assunto que é extremamente importante.

Eu quero ressaltar que são dois pontos, ou dois temas, que são muito preciosos, vamos chamar assim, para mim. Quando se fala, primeiro, da preservação do trabalho, nós precisamos incentivar as empresas, a criação de empresas e as normas que regem o ambiente de negócios no Brasil, para que as empresas floresçam. São elas que produzem empregos no Brasil. Isso é muito importante.

E um segundo ponto é com relação a essa igualdade. Quando Ministro, eu procurei sempre colocar projetos que incentivassem a participação das mulheres na ciência, tecnologia e inovação, no empreendedorismo tecnológico. Isso é muito importante. Infelizmente, os números não são bons no Brasil e no restante do mundo também, com relação à participação das mulheres nesses setores. Por alguma razão, as mulheres vão muito bem no setor de tecnologia até uns 17 anos de idade. Por alguma razão, ali existe uma separação, elas não prosseguem nessas carreiras de engenharia, tecnologia, Matemática etc. e vão para outros setores, mais notadamente para o setor de ciências humanas, de ciências sociais e humanidades. A gente precisa incentivar a participação dessas mulheres. Então, eu procurava colocar eventos que trouxessem mulheres com bastante sucesso nessas carreiras para motivar as meninas a participarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tínhamos programas como o Meninas na Ciência, que começou lá no Cetene, no Nordeste, e o espalhamos o Brasil

nos programas como Meninas na Ciência, que começou lá no Cetene, no Nordeste, e espalhamos para o Brasil inteiro; Mulheres Inovadoras, também, com incentivo financeiro através da Finep e parcerias com Estados, para que empresas gerenciadas, criadas por mulheres, no setor de tecnologia, tivessem um incentivo maior. Ou seja, é extremamente importante, que a gente tenha maior participação das mulheres. E isso segue também com a questão da igualdade salarial.

Então, esse tema é muito importante. E a gente vê, como foi citado várias vezes, dentro desse projeto de lei – a Lei 14.611 de 2023, trata do tema também, muitas modificações foram feitas ali com relação a isso... E, pela importância que eu dou ao tema e pela necessidade, porque eu não participo dos próximos passos, nas outras Comissões, para onde vai isso aí, eu gostaria de olhar com mais calma tudo isso aqui.

Então, gostaria de solicitar vistas, por uma semana, para que eu possa ver com mais calma o tema e poder participar de uma forma mais efetiva em tudo isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, permita-me só...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Claro, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Um comentário rápido, Sr. Presidente.

Primeiro, quero cumprimentar a Senadora Teresa Leitão, que realmente aprimorou o projeto.

O projeto estava muito longe da construção que a senhora fez.

Fica aqui todos os meus elogios pela construção realizada.

A senhora, praticamente, complementa uma luta que a gente vem travando desde a Constituinte – e esta Casa não permite que se aprove; sempre tem um obstáculo.

Foi uma luta, eu diria, de leões, quase, para se conseguir fazer – de leões e de leoas...

Porque nós trabalhamos juntos, e eu trabalhei...

Trabalhamos muito no Plenário, a bancada feminina foi fundamental, mas o que se percebeu depois, no dia a dia?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a lei, efetivamente ser aplicada, precisava-se de uma complementação que a senhora fez – porque o meu projeto era muito mais simples, e ela aprimorou e apontou nesse sentido.

Eu queria, neste momento, pedir ao Senador, considerando que nós estamos na semana do 8 de março, a Semana das Mulheres, e foi com esse objetivo, Senador Astronauta – permita-me usar o seu apelido, o senhor me chama de Paim, e eu faço isso com muito elogio –, e que vai para mais duas comissões ainda – vai para a Comissão de Assuntos Sociais e para a CCJ... O debate vai continuar e nós teremos, se assim entenderem, o debate feito, mesmo no Plenário e na Comissão, por tudo que foi feito até o momento. Por isso, faria um apelo, Senador, em nome das mulheres, o projeto foi aprimorado por uma mulher, e aprimorado mesmo, está muito melhor do que o projeto que eu apresentei. E como nós teremos mais duas Comissões ainda, o apelo que eu faço, com todo o carinho que você merece, é que a gente permita que o projeto ande, já que é um projeto que vem desde a Constituinte nesse embate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) –

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Senador, eu reconheço, sem dúvida nenhuma, o mérito, e eu acho importante essa celeridade, mas justamente para que eu possa participar desse projeto, para ajudar o projeto, eu gostaria de ter um pouquinho mais de tempo para olhar. Por isso que uma semana, acho que para quem esteve esse tempo todo, não vai fazer tanta diferença assim. Mas eu acredito que a participação de todos aqui, nesse sentido, com um projeto de tamanha importância – eu vi todas essas modificações que foram feitas e eu acho importante a gente poder estudar em conjunto...

Uma coisa que eu aprendi

Uma coisa que eu aprendi no Senai... Lembra do Senai? Você também foi estudante do Senai, não é? Tinha um professor que falava assim: "Olha, messa dez vezes e faça uma. É melhor do que medir uma e fazer dez".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fizemos o curso no Senai. Então, ele recapitulou lá quando eu tinha 13 anos. Mas eu me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Boas lembranças.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É regimental?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É regimental, não há dúvida, mas será concedida a vista coletiva, nos termos do art. 132, §1ª, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo prazo de cinco dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que, sobre o assunto, eu passo a palavra – mas está concedida a vista solicitada – ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que é o momento para se aplaudir tanto a iniciativa do Senador Paulo Paim quanto também o trabalho esmerado, que desceu àqueles detalhes importantes e que dizem respeito à implementação, ou seja, ao fazejamento da ideia, o tornar factível em detalhes operacionais, em detalhes práticos. Então, eu queria enaltecer o relatório da Senadora Teresa Leitão, que, como disse o próprio Senador Paulo Paim, aperfeiçoou e complementou o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Passamos, então, ao item seguinte da pauta que tem como Relator o Senador Esperidião Amin.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 454, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Federal Tiago Mitraud (Novo/MG).

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 28/02/2024, foi apresentada a Emenda n° 1, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR).

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Esperidião Amin. Só me desculpe, antes eu gostaria só de citar que está aqui presente, com muita honra, a Diretora de Cultura da União Paranaense dos Estudantes, a Akemi. Seja muito bem-vinda! Também pode levantar a mão para a TV Senado mostrar que você está aí junto também. Mais uma vez, para localizá-la. Então, seja muito bem-vinda, também é uma alegria tê-la conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe-me, Senador Esperidião Amin, passo a palavra a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já passo para ela também uma solicitação de parceria com Santa Catarina para o desenvolvimento do projeto do caminho do Peabiru, que é um caminho comum a Santa Catarina, ao Paraná, a São Paulo também, em Cananéia, com o caminho bioceânico. É algo muito importante para a cultura e, no futuro, para o turismo também

É algo muito importante para a cultura e, no futuro, para o turismo, também. O texto da ementa já foi apresentado por V. Exa., só venho resumir o relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 454, de 2022, de autoria do Deputado Tiago Mitraud e da Deputada Adriana Ventura, que altera a Lei de Diretrizes e Bases com a finalidade já exposta.

Para tanto, o PL em questão, por meio do seu art. 2º, altera o art. 5º da LDB, ao qual acresce os §§6º e 7º, com o propósito de, entre outras medidas, autorizar – esse era o sentido do projeto, e esta, a alteração da emenda que eu acolhi, de sua autoria, que, em vez de autorizar, prescreve – a publicização e o compartilhamento, nos termos das disposições pertinentes da Lei 13.709, de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados, dados e microdados, desagregados, coletados no recenseamento escolar previsto na LDB, assim como no processo de realização dos exames de avaliação da qualidade do ensino.

Acho que isso é um grande avanço. Isso permite um ranqueamento, e talvez por isso haja alguma espécie de temor quanto à divulgação. Ranqueia-se tudo. Nós temos tudo ranqueado hoje, na economia, na sociedade, no esporte, na cultura, nas premiações, nas ascensões e descensos... Então eu acho que o projeto é um projeto de boa finalidade.

Ao tratar da operacionalidade dessas mudanças, o projeto ainda explicita a imposição de condicionantes de anonimização – ou seja, tornar anônimo, ocultar – e de pseudonimização – ou seja, uso de uma alcunha, como se chamava.

Lembra o amigo da onça; as alcunhas que assumiu Fernando Pessoa, que escreveu livro com um nome que não era o dele; e grandes jornalistas – na minha terra, nós tínhamos um grande jornalista, Rubens de Arruda Ramos, que escrevia sob o epíteto de Guilherme Tell; o título da coluna era *Frechando*, ou seja, lançando flechas, de críticas ou de humor, contra o... sobre alguém ou sobre algum fato.

Então é muito interessante isso. Anonimização, em síntese, é ocultar. Pseudonimização é tirar o nome, mas tê-lo de posse do controlador do esforço. Então, a expedição de... Esse compartilhamento de dados e microdados, objeto da inovação, dependerá da expedição de regulamento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – o Inep. A falta de regulamento comum não autorizará o poder público a condicionar ou suprimir o compartilhamento e a publicização de dados e microdados coletados nos censos e exames educacionais.

E o terceiro fundamento consiste no regulamento comum editado pela ANPD e o Inep, em que deverá ser adotada a definição de pseudonimização, disposta no §4° do art. 13 da Lei Geral de Proteção de Dados.

Na sequência, o art. 3º do projeto destina-se a estabelecer prazo de até seis meses, contados da data de publicação da lei que sobrevier o projeto, para edição de regulamento comum em alusão.

Finalmente, no art. 4º, o projeto estabelece que a lei decorrente entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificar a iniciativa, os autores argumentam que o atraso na divulgação dos microdados – ainda que apontado pelo Inep como emergência para adequação da divulgação das informações às determinações da Lei Geral de Proteção de Dados – implica restrição à compreensão do cenário educacional nacional. Ademais, de acordo com os autores, esse atraso não se mostraria razoável, ante o fato de a lei estar em vigor desde o ano de 2019.

Ao chegar ao Senado, a matéria foi distribuída na CE, onde foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador – nosso Presidente, 4º Senador de Santa Catarina – Flávio Arns; 4º apenas em ordem, digamos, de apropriação, mas certamente nosso líder.

Essa emenda modifica a redação do §6°, que o PL inclui no art. 5º da LDB, para tornar obrigatórios o compartilhamento e a publicização de dados, em lugar da previsão autorizativa. Ou seja, já antecipo aqui que sou a favor, porque não adianta autorizar, tem que prescrever essa divulgação, já que a matéria é importante.

Na análise, eu vou abreviar a apresentação da análise, para dizer que já resumi, aqui nesta apresentação, qual é o escopo e qual é o sentido do projeto. Resumo, dizendo o seguinte: como já foi aventado, a indicação na lei dos exames de avaliação existentes e a menção de, entre outros, para designar os que venham a ser adotados futuramente, não amplia esta menção, não amplia a eficácia da medida.

Desta forma, essa relação pode ser suprimida do projeto sem qualquer prejuízo ao seu mérito, porque aquilo que vier a ser objeto de exame de compilação está abrangido pela lei, se ela for aprovada.

Em segundo lugar, é forçoso lembrar que as demais disposições do PL 454, a partir do §8°, que o projeto pretende inserir no art. 5º da LDB, destinam-se basicamente a regular questões transitórias. Por essa razão, elas podem perfeitamente ser inseridas no corpo da regulamentação da lei que decorrer do projeto, sendo despicienda, desnecessária, portanto, a sua inclusão na LDB, entre disposições de

necessária, portanto, a sua inclusão na LDB, entre disposições de matiz duradouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essa modificação, consoante se pode ver na emenda substitutiva ao final, aprimora-se a técnica legislativa da proposição, mantendo-se a harmonia e a lógica interna do projeto, sem a inserção de disposições de caráter transitório, que vigerão por curto lapso temporal, em meio a disposições que são de caráter permanente da LDB.

Por fim, dado o entendimento predominante no âmbito desta Casa Legislativa, ante sua evidente inconstitucionalidade, nós não vamos adotar a cláusula de assinatura de prazo para adoção de providências pelo Poder Executivo constante o art. 3º, porque isso é conhecido como inconstitucional.

No que toca à citada Emenda nº 1, da lavra do Senador Flávio Arns, já mencionada, trata-se de medida assertiva voltada à ampliação da eficácia da lei. Mal comparando, o que nós vimos no relatório da Senadora Teresa Leitão no projeto anterior, o seu relatório cuidou da eficácia da lei, como reconheceu o Senador Paulo Paim. Neste caso, em nome da eficácia da lei que nós consideramos que a emenda é absolutamente plausível e meritória. Prescreve. Autorizar não significa nada. Qual é o alcance de uma autorização? Nada. Uma prescrição, sim, é importante, prescreve-se.

Além disso, a alteração contorna o aspecto autorizativo do dispositivo, que não se coaduna com o entendimento predominante nesta Casa. Nesse sentido, adotamos a emenda em seu aspecto finalístico, com a pertinente adaptação ao escopo do substitutivo que se apresenta ao final, incluída a necessidade de readequação da redação do art. 7º – perdão – do §7º que o PL igualmente acrescenta ao art. 6º da LDB, uma vez que não mais se fala de autorização.

Feitos esses aperfeiçoamentos, acreditamos que o projeto esteja pronto para receber a acolhida desta Casa Legislativa, nada havendo a se lhe objetar no que tange aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei, na forma da seguinte emenda (substitutivo) ao projeto de lei:

> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do §1º do art. 5º da referida lei e na realização de censos educacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 9.394 passa a vigorar com as seguintes alterações – e aí eu quero retificar o que está escrito, eu corrigi apenas verbalmente –: do §7º ao art. 5º... do § 7º... Estou fazendo a alteração

estou fazendo a alteração por escrito, Presidente, que o PL igualmente acrescenta ao art. 5º da LDB, uma vez que não mais se fala de autorização. Então são dois parágrafos que ficam acrescentados ao art. 5º:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> §6º O Poder Público compartilhará e publicizará dados e microdados desagregados coletados no recenseamento escolar a que se referem o inciso I do §1º deste artigo e o inciso V do *caput* do art. 9º desta Lei [que é a Lei LDB], na forma do inciso III do *caput* do art. 7º e do inciso IV do §1º do art. 26 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
> §7º O disposto no §6º deste artigo estende-se ao compartilhamento e à publicização de dados e microdados desagregados coletados no processo de realização, considerado o ciclo completo dos exames e sistemas de avaliação da educação básica.
> Art. 2º A imposição de condicionantes de anonimização e de pseudnimização ao compartilhamento de dados e microdados coletados na forma dos §§6º e 7º do art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, depende de regulamento comum da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
> §1º O regulamento comum a que se refere o *caput* deste artigo observará:
> I – o disposto no §2º do art. 55-J da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
> II – a definição de pseudonimização adotada no §4º do art. 13 da Lei nº 13.709, de 2018 [Lei Geral de Proteção de Dados].
> §2º Enquanto não for editado o regulamento comum previsto no *caput* deste artigo, não serão impostas condicionantes ao compartilhamento e à publicização de dados e microdados coletados na forma dos §§ 6º e 7º do art. 5º da Lei nº 9.394 [...], vedada a supressão de compartilhamento e da publicização de dados.

Ou seja, se não houver regulamentação, não há por que se censurar o conhecimento de dados. Ou seja, obtém-se com isso a eficácia da lei, salvo melhor juízo da autoridade nacional de proteção de dados e do próprio Inep. Ou seja, consegue-se com isso a eficácia da lei e estabelece-se que o conhecimento dos dados é a regra, porque essa é a regra constitucional. Só o que é sigiloso é que

Só o que é sigiloso é que a sociedade democrática não conhece. Esse é o princípio geral da Constituição e do Estado democrático de direito.

Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero agradecer a V. Exa. pelo relatório e pelas explicações dadas junto com o relatório. Isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que já foi realizado audiência pública desta Comissão, no ano passado, com a participação de mais de dez entidades que se dedicam à pesquisa na educação, com a participação do Inep também, e com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que inclusive era favorável a muitos caminhos que podem ser feitos nesse compartilhamento.

Mas parabéns pelo relatório.

Está em discussão a matéria.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria também parabenizar aqui o Relator pela belíssima explanação, mas eu gostaria de fazer pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Então está concedido vista coletiva, nos temos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo prazo de cinco dias.

Muito bem, passamos ao item nº 5 da pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 6404, DE 2019

- Terminativo -

Institui, em âmbito nacional, o mês de "Dezembro Verde", dedicado às ações educativas e de reflexão sobre o abandono de animais.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 20/02/2024 e 27/02/2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

3. Em 09/11/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Senadora Damares Alves com a palavra para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vamos trazer um pouquinho de ternura e de afeto para essa Comissão agora.

Peço permissão para ir à direto à análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão apreciar matérias que versem acerca de políticas e ações de educação e cultura.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, além de também não afrontar dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, jurídica e regimental.

Agora vêm as emoções.

O abandono de animais no Brasil

regimental.

Agora vêm as emoções.

O abandono de animais no Brasil representa uma realidade desoladora. Anualmente, uma quantidade alarmante de animais é deixada à própria sorte, refletindo um grave problema social. Muitos desses animais são abandonados por pura negligência ou porque deixaram de ser úteis para entretenimento ou trabalho, o que evidencia um cenário de atitudes desumanas e egoístas. Essa prática não só é cruel para os animais, mas também impacta negativamente o equilíbrio ambiental e social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legalmente, o abandono de animais é classificado como crime ambiental no Brasil, conforme estabelecido na Lei 9.605, de 1998, que prevê sanções penais e administrativas para atos que causem danos ao meio ambiente. A existência dessa lei é um passo importante na luta contra essa prática, mas, infelizmente, não tem sido suficiente para erradicá-la completamente.

Os esforços de voluntários e organizações não governamentais que trabalham na proteção animal são louváveis e indispensáveis. Esses grupos dedicam-se a resgatar, cuidar e promover a adoção responsável de animais abandonados. No entanto, mesmo diante desses esforços heroicos, o número de animais abandonados continua elevado, especialmente durante períodos de férias e viagens, quando muitos proprietários negligenciam suas responsabilidades.

E aqui, Presidente, a audiência pública que foi realizada aqui na Comissão trouxe dados, assim, alarmantes e dados que nos deixaram muito tristes no que diz respeito ao abandono de animais no país.

Neste contexto, surge o projeto de lei Dezembro Verde, uma iniciativa que busca chamar atenção para o tema. Idealizado para combater o abandono de animais, o projeto propõe ações educativas destinadas a conscientizar a sociedade sobre a importância do cuidado e da responsabilidade para com os animais. O objetivo é criar uma mudança de perspectiva, pela qual os animais sejam vistos como seres sencientes, merecedores de respeito e cuidado, e não como objetos descartáveis.

Cabe registrar a realização de audiência pública na Comissão de Educação para instrução do presente projeto de lei, em dezembro de 2023, no dia 9, ocasião em que se concluiu pela alta significação do Dezembro Verde, em atendimento à Lei 12.345, de 2010.

Nesse sentido, a proposição em análise é pertinente, oportuna, justa e meritória.

Por fim, julgamos por bem prestar uma homenagem – agora vêm as emoções – à família do autor, do nosso querido Senador Wellington Fagundes, pelo seu exemplo de cuidado e carinho com o seu animal de estimação, o cachorrinho Joca, dando nome à futura norma de Lei Joca.

E aí eu queria pedir à Comissão que... Para as pessoas entenderem, este aqui é o Joca. Olha lá, esse é o Joca. O Joca foi um cachorrinho amado por toda a família. Não foi só por causa do Joca, a gente sabe, que o autor trouxe o projeto de lei. O Senador Wellington Fagundes é veterinário, tem uma vida dedicada à proteção dos animais. Mas Joca tem uma história incrível.

Joca, Presidente, viveu anos com a família. No dia que Joca morreu, o abalo na família foi tão grande que a família fez um velório para o Joca; a família fez o enterro. E Joca tem, assim, uma história com a família, com os netinhos, todos eles. E eu fiz questão de trazer

com a família, os netinhos, todos eles, e eu fiz questão de trazer essas fotos para convencer os pares aqui a votarem no meu relatório e a gente dar o nome à lei de Lei Joca, em homenagem, não só ao Joca, que já foi, mas à família.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E que outras famílias no Brasil se inspirem, Presidente.

E por que a gente trouxe o mês de dezembro, a gente aceitou a proposta de dezembro? Infelizmente, a gente observou que, próximo ao Natal, as famílias compram um cachorrinho, ou outro animalzinho, e está todo mundo muito feliz, porque está todo mundo no clima de festa. Passadas as festas, quando todo mundo volta para casa, o que a gente tem visto é que esses animaizinhos, muitos que foram dados de presente, acabam sendo abandonados.

Então, a campanha contra o abandono, no mês de março – no mês de dezembro –, que a lei Joca vai instituir, ela vem num bom momento, exatamente no mês de dezembro. Dá para a gente pegar a última semana do mês de aula, ainda, e conversar com as crianças nas escolas, e a gente fazer no Brasil grandes campanhas para o enfrentamento ao abandono de animais.

Meu voto, depois de vocês olharem bastante para o Joca...

E quero parabenizar o meu Senador Wellington Fagundes, que também veio de verde hoje. Eu vim de verde, a Tereza veio de verde...

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 6.404, de 2019 com as seguintes emendas.

Emenda nº 1.

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 6.404, de 2019:

> "Institui, em âmbito nacional, o mês "Dezembro Verde", dedicado às ações educativas e de reflexão sobre o abandono de animais (Lei Joca)."

Emenda nº 2.

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 6.404, de 2019:

> "Art. 1º Esta Lei institui, em âmbito nacional, o mês "Dezembro Verde", dedicado à realização de ações educativas e de reflexão sobre o abandono de animais (Lei Joca)."

É o meu voto.

Peço o apoio e peço a vocês para olharem para o Joca e se apaixonarem pelo Joca.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É bonito mesmo.

É um lhasa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A raça é lhasa?

É lhasa.

Muito carinhoso o cachorro.

Senadores, está em discussão a matéria.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o autor e sacramentar o relatório belíssimo da Senadora Damares – como sempre, trazendo emoção.

Mas eu vou aplicar a ambos, especialmente à Senadora Damares, ela vai se comprometer comigo a ler sozinha, hoje à noite, a poesia Fiel, do Guerra Junqueiro.

Eu não vou dizer tudo, mas no tempo em que eu podia passar horas no boteco, eu vi um poeta declamar esta poesia e até hoje guardo a emoção.

E, caso aumente, a senhora está insistindo no olhar, a poesia começa assim:

> Na luz do seu olhar tão lânguido, tão doce,
> Havia o que quer que fosse
> D'um íntimo desgosto:
> Era um cão ordinário, um pobre cão vadio
> Que não tinha coleira e não pagava imposto.
> Acostumado ao vento e acostumado ao frio,
> Percorria
> ...acostumado ao vento e acostumado ao frio.
> Percorria de noite os bairros da miséria à busca de um jantar.

A poesia é emocionante, e eu duvido que a senhora não chore no final, porque o final é terrível para a natureza humana. É longa, por isso merece o recanto do seu lar. E a senhora vai me dizer depois se chorou ou não, mas não vai bancar a durona. Vai confessar que se desmazelou.

E acho que essa poesia que eu ouvi – acho que quase 60 anos passados, mais de 50 anos passados – até hoje marcou a minha vida.

Eu que tive bons cachorros e, ano passado, perdi o meu, o Nero, que foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você conheceu o Nero, você o conheceu. O Nero foi o melhor de todos que eu já tive, porque ele era inigualável na percepção, na inteligência – pastor-alemão –, e até no seu companheirismo.

Então, como eu sou cachorreiro e gosto de bicho, a senhora vai cumprir essa penitência e vai gostar.

E, é lógico, o meu voto será a favor, aplaudindo novamente tanto o autor quanto a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente. Está em discussão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – *Fiel*, Guerra Junqueiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só quero lembrar que, lá em casa, nós temos mais cachorros... Nós temos três adotados: um que parou na frente do muro, foi acolhido, particularmente pela filha, que é muito ligada também a essa área, e todos nós somos; o outro, numa briga; e o outro estava sendo levado e judiado por uma pessoa. Quer dizer, a minha filha ficou com receio de pedir o cachorro. Disse: "Olha, você não quer me vender o cachorro? Está aqui cinquentão". A pessoa tinha, no jeito de pegar o cachorro, fraturado, aqui em cima – vamos dizer –, o fêmur do cachorro. Ele teve que ser operado, botar um pino e está sendo bem cuidado. Esse é o Jack; o outro é o Rocky; e a outra é Loba.

Então, a gente tem uma prática boa lá em casa de termos cachorros e cachorras adotados.

Muito bem.

O Senador Wellington gostaria de falar também, não é, ou não? Sim?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com certeza. (*Risos.*)

Então, eu vou cumprimentar aqui a nossa Senadora Teresa Leitão, Augusta, a Damares, que é a nossa relatora, mas, claro, aqui também... A senhora tem compromisso? Com certeza... Veio de verde hoje. A Damares também... Porque essa cor é a minha cor não só predileta, como a minha marca também.

Eu agradeço muito a presença de V.Exas., mas aqui a sensibilidade do Senador Espiridião Amin sempre é à flor da pele. E eu realmente tive a oportunidade de visitá-lo na sua casa e conhecer aquele lindo, dócil cachorro. Nero, não é isso? Nero. Uma beleza, uma maravilha; lindo, lindo, lindo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tinha? (*Pausa.*)

A figueira. Exatamente. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Flávio, hoje, para mim, é um dos dias de muita felicidade, sim.

Eu sou médico veterinário...

é um dos dias de muita felicidade, sim.

Eu sou médico veterinário, trabalhei muito intensamente na minha profissão, de quando me formei, aos 22 anos, até os 33 anos, quando fui candidato a Deputado Federal.

De lá para cá, foram seis mandatos como Deputado Federal e agora o segundo mandato como Senador.

Claro, pela minha origem, nunca deixei de estar presente, principalmente, próximo aos animais. Trabalhei como veterinário com pequenos, médios e grandes animais, mas eu quero aqui falar um fato que foi muito importante na minha vida profissional.

Eu estava em um leilão de animais – na época, até, era um leilão de cavalos, fêmeas e machos –, e lá um fazendeiro arrematou um animal, um potrinho, por um valor muito alto. Não sei por que, alguém perguntou por que ele teve coragem de pagar aquele valor. E ele falou: olhe, eu estou comprando esse animal aqui para dá-lo de presente para o meu neto, e eu queria deixar uma mensagem para vocês, de que, quando a gente gosta ou há estimação, não tem como você mensurar preço.

Eu queria aqui deixar uma mensagem para todos que estão nos assistindo. Em vez de você dar um revolverzinho, dar um brinquedo para o seu filho, para o seu neto, dê um animalzinho. Com certeza, uma criança criada com um animal ao lado... Essa criança vai ser muito mais dócil e vai valorizar muito a vida. Seja qualquer animal: um gato, um cachorro... Claro, o cachorro é tido como o amigo do homem, o mais leal, mas o animal sempre traz essa sensibilidade.

Por isso, eu quero agradecer muito à Senadora Damares, porque, quando nós discutimos aqui, inicialmente, eu me emocionei ao falar do Joca.

Também aqui eu quero lembrar – e falei também naquele momento – a minha sogra, D. Almerita, que tinha também a mesma afetividade. Sempre que ela via um animal na rua, ela procurava pegar, levar para o veterinário, buscar a adoção – ou ela adotava. A minha esposa Mariene de Abreu Fagundes, que eu namorei oito anos e com quem sou casado há 41 anos, da mesma forma. Ela sempre teve os animais, cuidando com carinho, como um filho.

E o Joca foi especial mesmo. Ela realmente fez o velório do Joca.

Senadora Damares, nós que vivemos o dia a dia dessa conturbação mundial e brasileira também... É importante que as pessoas que estão nos assistindo saibam que aqui tem homens e mulheres com sensibilidade do que é a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, agora há pouco aqui, falava com o Senador Marcos Pontes, e ele também, Senador Flávio, falou agora que acabou de adotar um animalzinho. Ele, que viu a Terra lá de tão longe, com a sensibilidade, com a emoção como a do primeiro homem que pisou na Lua, disse: olhe, eu passei a ter a certeza de que Deus existe.

Então, é importante que as pessoas que estão aqui nos assistindo, que às vezes se sentem na depressão... porque a pandemia levou muito a isso. A pandemia levou a uma situação mundial de suicídio, de depressão. Então, tudo isso... É importante a gente fazer uma reflexão, e, quando a gente

É importante a gente fazer a reflexão de que, quando a gente trata um animal com carinho, com certeza, o animal responde, e, às vezes, quando a gente está com um problema, ele vai nos ajudar nesse momento de depressão.

Então, eu quero aqui guardar a minha emoção, principalmente pelo vídeo que foi colocado, mas agradecer a esta Comissão, porque é a Comissão de Educação, uma Comissão que tem uma relevância muito grande.

Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura. Claro que a gente fala muito de obra, principalmente nós os homens... Os Prefeitos, os Governadores, sempre a gente quer inaugurar obras, obras físicas, mas a obra humana, da sensibilidade humana, eu acho que é fundamental, principalmente aqui para a Comissão de Educação.

Eu sei que o nosso papel aqui é votar leis, fazer a fiscalização, mas eu acho que é importante também que a gente tenha essa demonstração, para a população, do calor humano, da sensibilidade neste mundo tão difícil em que vivemos.

Então, eu lhe agradeço mais uma vez, Senadora Damares. Sei que V. Exa. não só tem essa sensibilidade muito à flor da pele, mas também a religiosidade, que é fundamental. Independentemente de religião, o importante é que todos nós tenhamos esse foco de que o ser humano é algo criado por Deus, mas os animais também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrado a discussão.

Só quer dizer que o Senador Marcos Pontes chegou perto da Lua. Não chegou a pousar lá, mas viu o planeta de lá. Então, isso...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E ele já me confessou que também viu que Deus existe, não é, Senador Marcos Pontes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso é que é importante.

Muito bem. A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 207, DE 2024

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional do Rotaractiano.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 22/02/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Solicitei ao Senador Marcos Pontes que pudesse presidir para que eu possa ler o relatório.

Passo a palavra a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Presidente.

Então, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Senador Marcos Pontes.

Vou fazer uma síntese também.

Está de acordo com todos os aspectos legais, regimentais, constitucionais, enfim.

No mérito, igualmente, somos favoráveis ao projeto.

A proposição traz um merecido reconhecimento à contribuição significativa e ao impacto positivo dos membros dos Rotaract Clubs em comunidades locais e globais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde sua fundação em 1968, o Rotaract tem se destacado como uma plataforma para o desenvolvimento de lideranças jovens, fomentando um espírito de serviço comunitário e promovendo projetos que abordam questões de extrema relevância como saúde, educação e sustentabilidade ambiental. A designação de um dia nacional para celebrar essas ações

designação de um dia nacional para celebrar essas ações reforça a importância do voluntariado e o engajamento cívico entre os jovens, além de incentivar uma maior participação na resolução de desafios sociais.

Além disso, a celebração do Dia Nacional do Rotaractiano serve como um lembrete da capacidade dos jovens de liderar mudanças positivas em suas comunidades e além. Por meio de sua rede global, os clubes de rotaract proporcionam uma plataforma única para que os jovens de diferentes culturas e contextos colaborem em projetos de impacto social, promovendo a paz, o entendimento mútuo e o desenvolvimento sustentável.

A proposição, por fim, sublinha o compromisso do Brasil com o fortalecimento da sociedade civil e o apoio a iniciativas do voluntariado. Em momento em que os desafios globais exigem ação coletiva e inovadora, reconhecer o papel dos jovens voluntários por meio desse dia especial pode catalisar mais apoio e reconhecimento para o trabalho vital que realizam.

Dessa forma, a aprovação do projeto de lei não só honra os rotaractianos brasileiros, mas também reafirma o valor do serviço comunitário e da liderança jovem no desenvolvimento nacional e internacional.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 207, de 2024, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Senador Flávio Arns, parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso, se me permite.

O Rotary tem trabalhado intensamente há muito tempo para o fim da polio no planeta. A participação de jovens é muito importante nesse contexto. Eu, ao longo da minha vida, pela própria profissão e participação como astronauta no Brasil e fora do Brasil também, nós temos esse contato muito grande com a juventude. A gente sabe a força que tem a juventude quando eles se alinham num objetivo bom, um objetivo comum.

Então, lá em São Paulo, por exemplo, eu sou embaixador dos conselhos da juventude no planeta aí junto com a World Skills International também, como embaixador de ensino profissionalizante. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você vê que, quando os jovens querem fazer, eles fazem. E é importante a gente incentivá-los e colocar na direção correta.

Então, parabéns pelo relatório. Sem dúvida nenhuma isso vai dar um significado especial para isso.

Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu acho que aproveitar essa relatoria do Senador Flávio Arns. Claro, todos nós reconhecemos o trabalho que o Rotary Club e o Lions Club fazem no mundo inteiro, no Brasil e eu quero destacar também na minha cidade. O Rotary Club lá com três clubes na cidade, mas que teve um papel fundamental principalmente quando liderou a construção da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis. É um exemplo de tantas ações que o Rotary Club faz e desenvolve na maioria das cidades brasileiras.

Então, fica aqui também não só o meu parabéns ao Senador Flávio Arns, mas também o meu voto favorável a esse tema tão importante. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Nessa hora, então, eu devolvo a Presidência ao Senador Flávio Arns.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado. Pode ficar aqui também. Já vai se acostumando também

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

Pode ficar aqui, já vai se acostumando também. (*Risos.*)

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1631, DE 2022

- Terminativo -

Inscreve o nome de Cesare Mansueto Giulio Lattes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes para a leitura do relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Este é um relatório que eu fiz questão de participar e o faço com muito prazer, é uma honra, na verdade, poder participar deste momento.

Então, passo à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à esta Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, apresentam-se igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, alterada pelas Leis nº 13.229, de 28 de dezembro de 2015, e nº 13.433, de 12 de abril de 2017, disciplina a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento localizado em Brasília, construído em homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves.

Nos termos da referida norma, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campos de batalha.

Lattes, um dos responsáveis pela estruturação e consolidação da ciência no Brasil, que revolucionou o mundo acadêmico com uma das descobertas mais importantes da história da física, morreu em Campinas, no dia 8 de março de 2005, aos 80 anos.

Registre-se, em adição, que, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

a técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

Cesare Mansueto Giulio Lattes nasceu em Curitiba, no dia 11 de julho de 1924, mas foi em 1947, aos 23 anos de idade, que seu nome se inscreveria, para sempre, na história da física mundial. A partícula subatômica méson pi (píon) já tinha sido prevista pelo cientista japonês Hideki Yukawa, mas jamais havia tido sua existência comprovada, até o aparecimento de Lattes.

Graduado em Física, aos 19 anos de idade, pela Universidade de São Paulo, Lattes tornou-se um dos pupilos do professor ucraniano naturalizado italiano Gleb Wataghin, contratado para assumir o Departamento de Física da USP. O curitibano é tido até hoje como o mais brilhante dos jovens físicos daquela geração – que contou com nomes como Mário Schenberg, considerado o maior físico teórico do Brasil, e José Leite – e revolucionou o estudo da física no País.

Lattes se destacou por apoiar diversas iniciativas que alavancaram a ciência e a pesquisa no Brasil, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, no Rio de Janeiro, em 1949; o atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1951; e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, em 1952.

Até hoje lembrado por mudar os rumos da física, dando espaço para o surgimento de um novo campo de estudos, e pelos seus esforços em desenvolver a educação e a ciência de ponta no Brasil, não há dúvida, pois, de que a homenagem ora proposta é justa e meritória, e inscrever o nome de Cesare Mansueto Giulio Lattes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria é um ato nobre de reconhecimento de sua importância.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.631, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente, com aqui o comentário, se me permite o início de uma discussão, de que nós precisamos ainda ter no Brasil um Prêmio Nobel. Nós temos cientistas de altíssimo gabarito – César Lattes é um desses exemplos –, e, para que a gente consiga fazer isso, o desenvolvimento da ciência no Brasil precisa ser apoiado por esta Casa, assim como por todos os setores do país.

Muito se fala a respeito da ciência, muito se fala a respeito da importância do financiamento de pesquisas e desenvolvimento no país, mas o que a gente vê é que, na hora H – vamos chamá-la assim –, quando entra no orçamento, sempre é a primeira parte que é a tirada do orçamento. Então, é importante que a gente tenha esta consciência de se manter o orçamento para ciência e tecnologia, pesquisas e desenvolvimento, para a educação – e a educação apoiando, ou seja, conectada com a ciência e tecnologia, trazer ciência e tecnologia para dentro das escolas das nossas crianças, formação dos professores em ciência e tecnologia; tudo isso é um conjunto de atividades que a gente tem que fazer.

E, finalmente, só lembro aqui que o meu conterrâneo, o Coronel Ozires Silva, que criou a Embraer, que hoje é a terceira maior empresa de aviões do planeta, uma vez – e dá para procurar isso aí na internet; se procurar no YouTube, você vai achar com as referências corretas –, perguntou

no Youtube, você vai achar as referências corretas. Ele perguntou, para alguns dos representantes da instituição que outorga o Prêmio Nobel, por que, com toda a capacidade que nós temos, não tínhamos ainda nenhum cientista ou qualquer pessoa do Brasil com o Prêmio Nobel. Eles fizeram uma revelação interessante, segundo ele, falaram o seguinte: "Olha, quando chega aqui uma proposta para um Prêmio Nobel para um americano, por exemplo, um alemão, ou alguma outra pessoa, um japonês, na sequência, chegam inúmeras, milhares de cartas de apoio dos pares do local, do país, dizendo que, realmente, essa pessoa merece o prêmio e assim por diante". Todo esse incentivo, certamente, é levado em conta, para que esse prêmio seja outorgado.

Quando chegam com um pedido para algum Prêmio Nobel para um brasileiro, e já aconteceram vários – inclusive o Lattes –, o que chegam são cartas criticando a pessoa e dizendo que ela não tem essa capacidade. É muito triste você perceber isso, é uma mudança de atitude que a gente tem que ter no país, para que as pessoas que realizam as coisas aqui, no nosso país, sejam valorizadas pelo próprio país. É importante que essa valorização comece no país e que a gente não tenha que esperar de fora alguma coisa, é importante fazer isso.

Então, o próprio Ozires Silva, uma pessoa extremamente capaz, que mudou muita coisa no Brasil, precisa ser valorizado, e outros tantos nomes que nós temos aqui. Essa é uma mudança de cultura muito especial que a gente precisa ter.

Só para completar, e muito rápido, às vezes, eu falo, em palestras e coisas assim, sobre a história da formiga e do caranguejo. Não sei se alguém conhece, mas funciona assim: se você colocar dois baldes no sol, baldes grandes, em um deles você coloca uma quantidade de formigas. São fraquinhas e pequenininhas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas coloca lá. No outro, você coloca caranguejos, todos vivos. São grandes e fortes. Coloque os caranguejos lá. Depois de umas três horas no sol, você vai olhar que, no balde das formigas, não tem mais nenhuma, porque uma vai subindo nas costas das outras, e aí a penúltima puxa a última e todas elas se salvam. No balde dos caranguejos, estão todos mortos. Apesar da força e da capacidade física, estão todos mortos lá, porque, quando um deles está chegando na borda para sair, os outros puxam ele para baixo. A gente tem que deixar de ser caranguejo no Brasil e tem que começar a ser formiga aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço também pelo relatório, a explicação e parabéns pelo trabalho! Já temos conversado, inúmeras vezes, como articular isso. Vamos nos dedicar a isso, neste ano da ciência e tecnologia e educação, desde a educação básica – não só pós-graduação –, para já termos tudo isso na própria educação básica.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Antes de passar para a votação nominal, eu só quero ter um assunto familiar agora. Gostaria de apresentar para vocês a minha filha.

Pode levantar a mão, Carolina. Está lá no fundo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos permitir? Então, está bom, a Carolina está convidada para sentar aqui na frente. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom, então! (*Risos.*)

Está aí... (*Pausa.*)

Filha muito querida e amada, como são os filhos e filhas, certamente, de todas as famílias; e também as netas, que agora... Neto ainda é mais especial. Não é mais especial, equivoco-me ao dizer isso, mas é de uma maneira muito especial.

Muito bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, hoje aqui está a sensibilidade à flor da pele. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, por falar nisso, então eu fiquei de arrumar um casamento aqui para a Damares. Depois nós vamos reunir a Comissão, viu?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Que absurdo! (*Risos.*)

Casamento me assusta!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom...

Muito bem, passamos então à votação nominal em bloco dos itens todos. Bloco dos itens 5, 6 e 7 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Seja muito bem-vinda aqui, Carolina.

Em votação, as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 6.404, de 2019; PL 207, de 2024; PL 1.631, de 2022.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Os Senadores e Senadoras que votam com os Relatores, Relatoras votam "sim".

Então, eu só solicito às assessorias também que entrem em contato, porque alguns Senadores naturalmente tiveram que ir a outras Comissões, a reuniões, a ministérios e... é tanta coisa que acontece ao mesmo tempo; mas, tendo colocado o nome no painel, podem votar, mesmo que seja remotamente.

Senadora Augusta Brito...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Parabéns! Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom, vamos lá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, enquanto concluímos a votação...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, Senador Wellington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – ... eu queria aqui registrar que, com muita satisfação, tive a oportunidade de presidir a Comissão de Educação numa proposta de V. Exa., numa audiência pública extremamente importante. E eu quero aqui registrar que o tema foi exatamente discutir o papel fundamental da educação midiática no controle à desinformação e no fortalecimento da democracia. Quero dizer aqui que o evento contou com a participação de especialistas em educação, comunicação e tecnologia, que trouxeram importantes contribuições para o tema. E registro que, durante a audiência, nós discutimos os desafios e as perspectivas para a educação midiática no Brasil.

É evidente que ainda enfrentamos obstáculos com a falta de recursos humanos e materiais, e também com a necessidade de formação de professores e a resistência de alguns setores da sociedade. No entanto, Sr. Presidente, é fundamental que avancemos nessa área, especialmente diante do contexto atual, marcado pela rápida desinformação de informações muitas vezes falsas. Portanto, a educação midiática é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica e informada. Países que já implementaram políticas públicas nesse sentido colheram resultados positivos, o que reforça a importância de investimentos nessa área no Brasil. Esse conjunto... esse encontro foi um passo importante para a educação no Brasil. As diferentes perspectivas apresentadas pelos especialistas certamente contribuirão para a construção de políticas públicas que garantam o acesso de todos à educação midiática.

Por isso, eu quero aqui

garantam o acesso de todos à educação midiática.

Por isso, eu quero aqui agradecer pela oportunidade, Senador Flávio, na impossibilidade de V. Exa. de estar presidindo esta audiência, mas também, claro, procurei suplantar a competência sempre presente de V. Exa. e, claro, com a minha modéstia capacidade, procurei, então, atender a essa necessidade, inclusive de um quarto do hotel – isso é importante dizer também, porque hoje a tecnologia nos permite isso. Mesmo estando viajando, eu estive presente aqui cumprindo o nosso papel.

Então, aqueles que acompanharam, principalmente através do e-Cidadania, esse projeto que hoje é um grande sucesso, de que eu tive a oportunidade, inclusive, de ser autor... hoje é uma das plataformas mais utilizadas no Brasil e, consequentemente, no mundo.

Eu agradeço por essa oportunidade e espero ter cumprido a missão por V. Exa.

Eu quero ainda, Sr. Presidente, registrar aqui também...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só que eu quero dizer, antes de V. Exa. continuar, que sempre é uma honra, e V. Exa. cumpre além daquilo o que a gente faria.

Obrigado também pelo trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu que agradeço.

Sr. Presidente, eu quero aqui também registrar o evento que tivemos esse final de semana aqui em Brasília, que foi a grande competição de robótica pelo Sesi por três dias aqui em Brasília. Foi maravilhoso, milhares de jovens, e por isso eu faço questão de citar aqui o nosso Senador Marcos Pontes, que, como Ministro da Ciência e Tecnologia, sempre incentivou, participamos em outros juntos, e no ano passado o Mato Grosso foi campeão, e esses estudantes, inclusive, viajaram para o exterior beneficiados por esse grande projeto. Este ano, também, a equipe de Sinop foi campeã.

Eu estou procurando aqui o relatório, se a minha assessoria tiver, que me traga, que eu gostaria de ler, inclusive, o nome dessas equipes do Mato Grosso.

Mas o importante é que foi um sucesso esse campeonato, que estimula as nossas crianças principalmente à construção de trabalho em equipe, e eu acho que isso é fundamental. Eu acho que o Senador Marcos Pontes está ávido para falar – se ele for falar – e depois eu quero que a minha assessoria traga aqui para eu registrar as equipes de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com a palavra o Senador Marcos Pontes – e amigo.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, essa competição, como muito bem lembrado pelo Senador Wellington Fagundes, tem uma importância muito grande, porque às vezes o pessoal pensa assim: é uma competição de robótica, essas crianças, jovens, que participam, se divertem com robótica, aprendem com robótica e vão ficar focados só em robótica, mas não.

Dentro de uma competição dessa, entram várias competências importantes para a formação desses futuros cidadãos brasileiros, trabalhando ali em equipe, com liderança, pensando em vários tipos de matérias diferentes. E muitos dos temas colocados nessas competições robóticas são temas sociais como, por exemplo: ache uma solução para a mobilidade urbana através da robótica, e eles vão trabalhar esse tema. Além disso, há a distribuição de matérias dentro ali como física, matemática e outras, que eles aprendem em conjunto.

No Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

e outras que eles aprendem em conjunto. No Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, nós incentivávamos 62 olimpíadas científicas no Brasil, indo desde sociologia, economia, na área de humanidades, indo até astrofísica, passando por matemática, física e assim vai. E o Brasil tem resultados excelentes com isso aí. E a gente precisa incentivar mais esses nossos jovens a participarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um jovem que vai bem numa olimpíada de matemática não fica bom só em matemática; ele fica bom em todas as outros matérias, porque ele aprende a estudar, ele aprende a ter gosto em aprender. Isso é a parte mais importante.

E também quero lembrar os professores, os coordenadores que se dedicam a ter esses resultados. Eles são muito importantes nesse processo.

E eu quero aproveitar e parabenizar a equipe Octopus, lá da minha cidade de Bauru, que ganhou um prêmio também de excelência nessa competição, que não é só numa competição, são várias. E agora eles vão participar, em Houston, se eu não me engano, em abril, em Houston, eles estarão lá, participando da competição internacional. Então parabéns ao Prof. Ademir, lá do Senar de Bauru, e a todos os coordenadores e a todos os jovens participantes também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Retorno a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria então de registrar aqui a equipe do Mato Grosso. São 11 alunos que compõem essa equipe vencedora, um time com cinco quilates, eram cinco escolas do Mato Grosso. E essa equipe, que teve o nome, é uma equipe estreante na competição nacional, com o nome de Canintec, garantiu uma das seis vagas então para o campeonato mundial, que acontece agora em abril, na cidade de Houston, nos Estados Unidos. Houston.

O time 9502, do Senai Mato Grosso, é composto por alunos do ensino médio, em parceria com a Seduc, também do Estado de Mato Grosso.

E aqui o que falou lá um dos alunos: "Acredito que todas as equipes entram no campeonato para ganhar, mas nós, por sermos uma equipe estreante, que começou há pouco tempo, esperávamos uma boa colocação, mas não iríamos para o mundial. Hoje nós vimos que somos diferentes e que somos capazes de alcançar o que estávamos almejando." Isso aí foi o aluno Guilherme Cajaiba, de 16 anos, da Escola Estadual Enio Pepino, de Sinop.

Enio Pepino foi o colonizador dessa cidade, que hoje é a cidade que mais se desenvolve do Brasil. Uma capital do nortão de Mato Grosso, e eu quero aproveitar aqui para convidar nossa Comissão de Educação, Flávio Arns, para ir lá, porque nessa região, nós devemos muito aos sulistas. A gente chama tudo de gaúcho, viu? O paranaense, o catarinense, todos são gaúchos, não é? E eles que foram para lá, àquela terra que a gente achava que era inóspita, o cerradão, morando, Senador Flávio Arns, Senador Marcos Pontes, debaixo duma lona preta e desbravando o Cerrado. Muitos sofreram, morreram.

Desenvolveram a tecnologia, e hoje nós temos, no Mato Grosso, Senador Marcos Pontes e todos que nos assistem, agricultura de precisão. Eu que vim agora dos Estados Unidos, um país que tem uma logística

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente eficiente, fui lá ao Porto de Miami, por exemplo, ali chega a mercadoria e já vai para a estrada ou para a ferrovia, e em quatro dias, abastece todos os Estados Unidos. Além das hidrovias, enfim, toda a competitividade daquele país.

E nós, exatamente graças a esses brasileiros que desenvolveram

graças a esses brasileiros que desenvolveram a pesquisa, muitos, às vezes, até com investimento próprio. Eu quero aqui, inclusive, ressaltar, no caso, em Mato Grosso, na minha cidade, a Fundação Mato Grosso, onde os próprios produtores se juntaram. Juntos, é claro, com a Embrapa também, os próprios produtores pagavam os seus *royalties* para desenvolver a pesquisa.

E hoje, o Brasil consegue, com altos índices de produtividade, com essa capacidade de tecnologia, que é hoje uma das únicas do mundo... Nós temos tecnologia aqui, na agricultura, muito mais eficiente do que os Estados Unidos. Por isso que nós conseguimos competir, mesmo tendo uma logística ainda, digamos, pouco eficiente, com custo Brasil muito elevado, conseguimos levar o nosso produto de forma competitiva ao mercado internacional. A palavra de ordem, em qualquer lugar a que a gente vai, hoje, é segurança alimentar. O Brasil tem essa vocação, e, por isso, aqui, faço uma homenagem, Senador Flávio Arns, a todos os sulistas também, porque em Mato Grosso nós tivemos três fases: primeiro, os bandeirantes, com o ouro; depois, os nordestinos, com o diamante; e depois os sulistas com o ouro branco, que a soja, não é?

Mas aí, é claro, em Mato Grosso, hoje, nós respondemos por 80% da produção nacional de algodão. Foi um desafio que os produtores sulistas fizeram, na época, ao governo Dante de Oliveira, no qual criamos os programas, os fundos do algodão, da soja, do milho, do boi... E hoje Mato Grosso é esse campeão em produção – já passamos a produção da Argentina em soja. Portanto, somos o maior produtor da proteína animal bovina, suína, de aves, enfim... Eu quero aqui parabenizar o Sesi também, porque tudo isso estimula para que a nossa juventude possa buscar essas alternativas na área da competitividade internacional, cada dia mais forte.

Então, Senador Marcos Pontes, o seu trabalho no Ministério da Ciência e Tecnologia... Eu sempre faço questão, porque, toda vez que eu ia lá, V. Exa. dizia: "Olha, nós temos que fazer com que as pesquisas do Brasil saiam das prateleiras, temos que acabar com essa cultura de que a pesquisa não tem que estar casada com a indústria". V. Exa. conseguiu mudar muito, e precisamos avançar mais nisso, porque a gente vê, Senador Flávio Arns, muito desperdício do recurso público em pesquisas que não viram nada, porque, exatamente, não tiveram essa cultura de fazer a pesquisa junto com a indústria que vai desenvolver aquele produto pesquisado.

E aí, mais uma vez, Senador Marcos Pontes, o nosso Instituto de Pesquisa do Pantanal está lá – V. Exa. implantou, instalou, não é? Hoje nós temos um grande desafio, e eu quero aqui, mais uma vez, pedir a V. Exa. e a esta Comissão... Nós estamos, agora, já na certeza de que vamos ter a maior seca do Pantanal. Nós estamos vivendo um problema da nossa agricultura no estado, porque faltou água, que era da produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preocupante; e já está definido. O Pantanal está seco e agora teremos a maior seca já prevista por todos aqueles que fazem o estudo da área. Então, nós vamos precisar investir, principalmente para que o Pantanal e a nossa economia não sofram muito. E aí nós vamos cobrar, e precisamos, aqui, pedir e cobrar do Governo política pública e eficiente. Não dá para a gente deixar como acontece

política pública eficiente. Não dá para a gente deixar como acontece nas grandes catástrofes: só olhar depois que acontecem; temos que agora antevê-las. E aí eu quero aqui também me dirigir ao Ministro da Agricultura, ao Senador Fávaro, que é do meu estado, apoiar o ministério, porque o Ministério da Agricultura precisa, sim, do apoio do Ministério da Economia, neste momento, para que a gente possa criar as políticas para dar sustentação, primeiro, à nossa produção agropecuária e, segundo, também à questão ambiental, principalmente o Pantanal, porque é um patrimônio da humanidade.

Acabei de vir agora de Miami, onde visitei o pequeno Pantanal deles, que é o Everglades, e eles precisaram investir bilhões para poder recuperá-lo.

Então, Senador Marcos Pontes, que tem hoje a sua presença muito grande, lá nos Estados Unidos, eu gostaria de pedir a V. Exa. que me ajudasse para, talvez, a gente fazer até um convênio nessa experiência que eles tiveram lá, para que a gente possa ajudar o nosso Pantanal e o homem pantaneiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

Agradeço as observações todas, Senador Wellington Fagundes.

Eu só quero fazer uma observação em relação à sua fala, porque o Ministro Carlos Fávaro é Senador eleito pelo Mato Grosso, porém ele é do Paraná, nascido no Paraná, em Bela Vista do Paraíso, lá no norte – a família dele ainda está lá –, mas a gente fez a gentileza de exportá-lo para o Mato Grosso. Então, ele está lá junto com V. Exa. também. É o gaúcho do Paraná. (*Risos.*)

Muito bem!

Já atingimos o quórum.

Está encerrada a votação.

Vamos ver o resultado.

Já tínhamos atingido o quórum, há algum tempo.

Votaram SIM, 14; NÃO, ninguém.

Abstenção: ninguém, também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quórum: 15.

Aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 6.404, de 2019; PL 207, de 2024; e PL 1.631, de 2022.

As matérias serão encaminhadas à mesa para as providências cabíveis.

Agradeço, novamente – sempre faço isso –, à Secretaria da Comissão; aos meios de comunicação do Senado; à Consultoria, sempre presente aqui também; às assessorias dos gabinetes, que sempre estão aqui presentes; ao Senador Marcos Pontes, sempre atuante e presente; à minha filha querida, estimada Caroline, que, por votação unânime, está sentada aqui na mesa também – que bom! –; a Kemi, que está aqui presente, lá do Paraná. Saúdo-a, mais uma vez.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e seis minutos do dia dezenove de março de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 7ª e 8ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1372, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com rejeição da Emenda nº 01 e acatamento da Emenda nº 03, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 953, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que a oferta de profissionais de apoio escolar alcançará todos os níveis e modalidades da educação básica, da educação profissional e tecnológica e da educação superior, em instituições de ensino públicas e privadas, considerará as necessidades e potencialidades do estudante e promoverá a autonomia e a independência." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 935, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3724, de 2021 - Terminativo -** que: "Reconhece como manifestação da cultura nacional os blocos e as bandas de carnaval." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1906, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a destinação de dispositivos eletrônicos apreendidos ou objeto de perdimento às redes públicas de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2443, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a suspensão de exigências e a repactuação de condições para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos durante estado de pandemia ou calamidade pública."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5984, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 17, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens para a realização de trabalho de igual valor ou no exercicio da mesma função. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Trabalho e Emprego; representante do Ministério das Mulheres; representante da Confederação Nacional da Indústria." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 19, de 2024** que: "Requer, nos termos dos art. 336, II, e 338,IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5984/2019, que "institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry"." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/19

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Educação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de março de 2024.

Seleção de política pública da Comissão de Educação para avaliação em 2024.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades-meio que suportam sua execução.

Os trabalhos para seleção e avaliação de políticas públicas da Comissão de Educação serão conduzidos da seguinte forma:

1) Está aberto, desde 4 de março, o prazo para que os Senadores e Senadoras membros da Comissão de Educação e Cultura apresentem sugestões de políticas públicas a serem avaliadas ao longo do corrente exercício;

2) As sugestões devem ser encaminhadas na forma de requerimento à Secretaria da Comissão, sendo que o prazo se encerrará no dia 26 de março, às 18h, semana que vem, portanto;

3) Será escolhida uma sugestão entre as apresentadas, em reunião deliberativa a realizar-se no mês de abril;

4) E, finalmente, o Relator – a Relatora – designado para a avaliação selecionada terá prazo até o dia 30 de novembro, para a conclusão dos trabalhos e apresentação do relatório.

Acho que está bem claro, não é?

Indicação de beneficiários das emendas da Comissão de Educação à LOA 2024.

Em 11/03/2024, recebemos o Ofício Circular nº 46/2024, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, com instruções acerca da indicação dos beneficiários das emendas de Comissão (RP 8) aprovadas à Lei Orçamentária Anual (LOA/2024). Nos termos do §2º do art. 85 – bom dia, caro Mourão – da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024, cada Comissão deve enviar até 20 de março de 2024 – portanto, até amanhã, não é? – o ofício com os beneficiários das emendas à LOA, diretamente ao ministro de Estado da pasta em que a emenda será alocada.

A Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal aprovou, em 13 de novembro de 2023, um total de R$1,45 bilhão para quatro ações programáticas das áreas de educação e cultura. Após a sanção da lei com o veto presidencial, restou à Comissão de Educação o valor de R$7.900.780.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando a inviabilidade da divisão de valores entre os Senadores e Senadoras devido ao baixo orçamento disponível, comunico que as quatro emendas serão destinadas às unidades orçamentárias diretamente responsáveis por cada ação programática, a saber... São 7 milhões, somos 54.

1) Emenda 50530001: destina R$1.975.195 para a Ação 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica. Beneficiário: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Ministério da Educação).

2) Emenda 50530002: destina R$1.975.195 à Ação 20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica. Beneficiário: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (Ministério da Educação).

3) Emenda 50530003: destina R$329.199 à Ação 20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais para Despesas de Custeio (Grupo de Natureza de Despesa 3), e destina R$1.645.996 à Ação 20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais para Despesas de Investimento (Grupo de Natureza de Despesa 4). Beneficiário: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ministério da Educação).

4) Finalmente, Emenda 50530004: destina R$1.975.195 à Ação 20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Beneficiário: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Patrimônio Nacional (Ministério da Cultura).

Eu só quero destacar que as emendas são altamente relevantes, foram bem debatidas aqui na Comissão, tiveram a Relatoria do Senador Esperidião Amin e, infelizmente, eu diria, dentro desse debate das emendas, restou um valor baixo que então está destinado à programação específica dos ministérios, tanto da Educação como da Cultura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das seguintes reuniões: 7ª Reunião, realizada em 12 de março de 2024, e 8ª Reunião, realizada em 14 de março de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas, portanto, no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratem matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância do Plenário, votaremos também em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem.

Passamos ao item nº 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1372, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto, com rejeição da Emenda nº 01 e acatamento da Emenda nº 03, nos termos de substitutivo que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 05/02/2024, 27/02/2024, 05/03/2024 e 12/03/2024.

3. Em 05/03/2024, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

4. Em 01/03/2024, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria do Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG).

5. Em 12/03/2024, foi apresentada a emenda n° 2, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP).

6.Em 14/03/2024, foi apresentada a emenda n° 3, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP).

7. Em 14/03/2024, o Senador Astronauta Marcos Pontes apresentou requerimento de retirada da emenda nº 2.

Ausente o autor do Requerimento 16, fica prejudicado o requerimento... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Repito. Desculpem-me.

Ausente o autor do Requerimento 16, fica prejudicado o requerimento, nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em 13 de março de 2024, foi apresentado o Requerimento nº 16, de 2024, de destaque para votação em separado da Emenda nº 1, de autoria do Senador Carlos Viana, Podemos, Minas Gerais.

Em 14/03/2024, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, PL, São Paulo.

Em 5 de março de 2024, foi lido o relatório com voto pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e houve manifestação contrária à Emenda nº 1, oralmente.

Como foi concedida vista coletiva à matéria e, posteriormente, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, concedo a palavra à Relatora, Senadora Teresa Leitão, para a leitura de seu novo relatório.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores Esperidião Amin e Mourão.

Eu peço licença a V. Exa., já que eu li rigorosamente todo o relatório na reunião anterior, para fazer só quatro pequenos destaques e ir direto para a análise das duas emendas que foram encaminhadas.

O projeto de lei ratifica que regras e critérios para a determinação dos níveis salariais e remuneratórios, bem como o plano de cargos e salários serão igualitários entre homens e mulheres; reforça medidas de transparência obrigatórias; inclui a condição de pessoa com deficiência entre as características pelas quais um trabalhador ou trabalhadora possa sofrer discriminação salarial; e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

A Emenda nº 1 – que já foi apreciada, mas à qual eu devo retornar –, do Senador Carlos Viana, propõe prazo de 30 dias para que as empresas justifiquem objetivamente quando identificada diferença salarial superior a 5% entre os sexos, eventualmente constatada. A medida, apesar de bem intencionada, consiste, a nosso ver, em matéria própria de regulamentação da lei e fragilizaria o escopo da própria lei. Já há, inclusive, previsão de que a pessoa jurídica de direito privado apresentará e implementará plano de ação para mitigar a desigualdade, com metas e prazos na própria lei.

O conteúdo da Emenda 1, portanto, resta prejudicado, seja porque a Lei 14.611, de 2023, já contempla prazos e metas em caso de identificação de desigualdade salarial, seja porque o substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentado não adiciona um art. 461-A à CLT, portanto ele ficaria solto. Assim, entendemos pela rejeição da Emenda nº 1.

Já a Emenda nº 3, que foi consignada nesse período do pedido de vista, do Senador Astronauta Marcos Pontes, propõe a supressão do novo §5º do art. 5º da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que trata de um dispositivo autorizativo que prevê que as empresas com 250 empregados ou mais poderão promover auditoria, com periodicidade máxima bienal, a fim de averiguar eventuais desigualdades remuneratórias por sexo, nos termos do regulamento. Argumenta o autor da emenda que o novo dispositivo legal proposto causaria duplicidade de obrigações, uma vez que seriam redundantes em relação ao que já determina o art. 5º da Lei 14.611, de 2023: a publicação semestral de relatório de transparência salarial e de critérios remuneratórios pelas pessoas jurídicas de direito privado com cem ou mais empregados. Argumenta ainda que tal obrigação adicional implica imposições de custos elevados para as empresas.

Essa emenda, Sr. Presidente, está acatada no nosso novo relatório. Seria manter a rejeição da Emenda nº 1 e acatar a Emenda nº 3 de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Teresa Leitão.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos de Emenda nº 4-CE (Substitutivo), com a Emenda nº 3-CE e contrário à Emenda nº 1.

Como já foi dito antes, agora a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente ainda à CAS (Comissão de Assuntos Sociais), que terá a decisão final sobre a matéria.

Agradeço à Senadora Teresa Leitão e também ao Senador Astronauta Marcos Pontes, assim como ao Senador Carlos Viana pela apresentação das emendas. E o debate continua.

Quero saudar o Senador Paulo Paim, que também está aqui, sempre atuante, Presidente da CDH, o Senador Esperidião Amin e o estimado também Senador Mourão. Sejam todos muito bem-vindos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, ainda bem que eu votei pelo controle. Eu nem sabia que era projeto de minha autoria que estava em votação, mas, seguindo a sua orientação e da Senadora Teresa Leitão, eu votei "sim". E aqui ela me disse agora: "Já votamos o projeto de que você é o autor", e ela fez um trabalho brilhante. Eu quero dar aqui esse depoimento. Sabe quando a pessoa faz um substitutivo, e a gente diz muito obrigado? Porque ela aprimorou, qualificou.

O momento exigia, Sr. Presidente, e exige que esse projeto vá à frente, para que efetivamente uma lei que está, há mais de 35 anos, sendo debatido na Casa, e que já estava na Constituição, não é? Salário igual entre homem e mulher efetivamente.

O Presidente Lula apresentou um belo projeto. O seu trabalho também lá foi brilhante, mas faltavam alguns ajustes para que seja lá na ponta aplicado. E a Senadora Teresa Leitão o fez com uma maestria. E eu só posso dizer muito, muito obrigado, querida Senadora!

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu que agradeço, Senador. Eu que agradeço, porque o senhor é sempre inspirador para nós, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sem dúvida alguma. O importante é sermos sempre uns inspiradores dos outros, e a sociedade inspiradora do Senado, e o Senado que esteja em sintonia com a sociedade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Suportai-vos uns aos outros.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Suportai-vos uns aos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nos dois sentidos da palavra: aturai-vos e escorai-vos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Passamos ao item nº 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 953, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer que a oferta de profissionais de apoio escolar alcançará todos os níveis e modalidades da educação básica, da educação profissional e tecnológica e da educação superior, em instituições de ensino públicas e privadas, considerará as necessidades e potencialidades do estudante e promoverá a autonomia e a independência.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.

Estamos falando das pessoas com deficiência e profissionais de apoio.

Caro Senador Paulo Paim, inclusive autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, V. Exa. tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Estatuto esse de cujo relatório V. Exa. foi um dos construtores. V. Exa., Romário e Mara Gabrilli foram os três grandes Relatores desse projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Sr. Presidente, se me permitir, eu vou direto à análise do projeto do Senador Rogério Carvalho, de que V. Exa. me designou como Relator.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão opinar sobre o mérito de matérias de natureza educacional, como é o caso do Projeto de Lei 953, de 2022. Desse modo, resta inquestionável a competência regimentalmente atribuída a este Colegiado.

Em adição, por se tratar de análise em sede terminativa, prevista no art. 90, inciso I, do mesmo instrumento, deve a presente manifestação estender-se aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

No que concerne à constitucionalidade, não há nenhum óbice de vertente material ou formal à proposição. De acordo com o art. 24, inciso IX e §1º, a União está legitimada a editar normas gerais de educação, não havendo, no caso, qualquer restrição à iniciativa de membro do Congresso Nacional sobre a temática.

Em relação à juridicidade, a proposição preenche os requisitos da generalidade, da abstração, da inovação, além de ser voltada para imprimir eficácia à norma existente assecuratória de direito fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, por essas razões, considerando ainda que a proposição foi elaborada com observância das normas da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, também não se lhe aponta qualquer necessidade de reparo ou aprimoramento de técnica legislativa.

Particularmente em relação ao mérito, é forçoso enfatizar e reafirmar a necessidade de que é a instituição escolar que se deve adaptar às especificidades e demandas do educando que levem à superação de barreiras que impedem ou reduzem as possibilidades de aprendizagem e, assim, a efetividade do direito à educação constitucionalmente assegurado a todos.

Ademais, do ponto de vista social, a existência de qualquer limitação ao acesso à educação, seja para que estudante for, redunda em dano que, ao cabo, reverte-se em prejuízo de toda a sociedade e do país. Do ponto de vista individual, é mais do que sabido que o sucesso acadêmico e profissional de uma pessoa com deficiência exige um esforço deveras diferenciado.

Dessa forma, é incompreensível, e inadmissível, que as instituições de ensino, eleitas pelo Estado para promover o crescimento humano de todos, descuidem especialmente dos que mais precisam. A omissão que ora se discute, e que pode ser uma realidade mais presente do que se imagina, pode, em muitos casos, pelas condições de oferta que reflete, ser tão cruel quanto à criação proposital de obstáculos que provoca a evasão e a exclusão.

Nesse sentido, o projeto sob exame é alvissareiro e se mostra com potencial para realizar, o mais brevemente possível, o desiderato que lhe deu causa, qual seja o da supressão de uma brecha da lei que tem permitido às instituições de ensino a escusa no dever de prover educação de fato inclusiva.

Indo para os finalmentes, Presidente, por essas razões, ao tempo em que nos congratulamos com o autor, Senador Rogério Carvalho, pela visão de oportunidade e compromisso com a efetividade dos direitos das pessoas com deficiência, não podemos deixar de relembrar o acesso à educação, de qualidade e com aprendizagem efetiva, afigura-se indispensável para o exercício de direitos na sociedade de nossos dias e do futuro próximo.

Nesse contexto, não há como não ver mérito educacional e social na proposição que ora se examina.

Por fim, reafirmando sua adequação quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, julgamos que o Projeto de Lei nº 953, de 2023, mostra-se digno de acolhida pelo Congresso Nacional.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequação do Projeto de Lei nº 953, de 2023, às normas de técnica legislativa e, no mérito, por sua aprovação.

É isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Quero parabenizar também o Senador Rogério Carvalho; V. Exa., Relator, Senador Paulo Paim; e lembrar a todos que, na quinta-feira, teremos a sessão especial pelo Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de Down. Do Senador Romário, sempre, todo ano, e também de todos nós, eu tenho absoluta convicção, e de todas as famílias que nos acompanham a solidariedade é geral e irrestrita, e do Senado, em relação à área. Se você olhar a pessoa com síndrome de Down, há algumas dentro desse *continuum* que estão indo para a faculdade, estão tendo profissões e tal, e, no outro lado, pessoas que precisam de muito apoio também, um número percentual bem menor, mas precisam de muito apoio. Então, ter esse apoio é muito importante.

No dia 2 de abril, nós teremos o Dia Mundial de Conscientização sobre o TEA, que é o transtorno do espectro autista, e também uma sessão especial no dia 1º de abril sobre esse tema. E, nesta área, você tem nível de suporte 1, nível de suporte 2, nível de suporte 3.

Então, é por isso que eu sempre digo: quando você fala da pessoa com algum tipo de deficiência, de quem você está falando? "Estou falando da pessoa com TEA". E, dentro do TEA, de que tipo de pessoa você está falando? Qual a necessidade, qual a especificidade dessa pessoa?

Eu, inclusive, me lembro de um casal que conheço, que tem filhos gêmeos, autistas; ele fazendo residência médica e ela com bastante necessidade de apoio. Os dois têm que ter o direito à educação com qualidade assegurado, cada um dentro da sua especificidade, para ser feliz, ser independente, participar da vida, da sociedade e da família.

Muito bom. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação da matéria será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item nº 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 935, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação

Autoria da Senadora Leila Barros.

Relatoria da cara Senadora Zenaide Maia. Uma alegria sempre tê-la aqui na Comissão!

O relatório é pela aprovação.

Concedo a palavra à V. Exa., Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, colegas Senadoras e todas as mulheres deste país, a gente falar aqui do tema "luto e memória às mulheres vítimas de feminicídio" é uma coisa bem... É muita indignação para tanto feminicídio neste país.

Vem ao exame da Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 935, de 2022, da Senadora Leila Barros, que institui o dia 17 de outubro como o Dia Nacional de Luto e Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio.

A proposição contém dois artigos. O art. 1º institui a efeméride, nos termos da ementa do projeto. Já o art. 2º prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação da matéria, a autora destaca que a mulher brasileira é uma das que mais sofre com a violência doméstica e familiar em todo o mundo. Argumenta que a memorialização é uma importante ferramenta restaurativa, uma vez que reconhece o trauma advindo da violência, permitindo que a perplexidade vivenciada pela sociedade seja transformada em reflexão e em ações potencialmente preventivas.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva e terminativa na Comissão de Educação.

Análise.

Eu li tudo, não quis ir direto à análise, porque é tão pequeno, só uma folha, e era bom chamar a atenção, dar visibilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto em análise.

Ademais, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspetos, não há o que se opor ao projeto.

A proposição respalda-se nos arts. 24, IX; 48 e 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, atendendo aos requisitos formais de constitucionalidade.

O texto apresenta técnica legislativa apropriada, em consonância com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que diz respeito ao "critério de alta significação" previsto na Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas, deve-se destacar o reconhecimento, por esta Casa e pela sociedade, da relevância do tema.

Em 6 de março de 2024, ocorreu, no Plenário do Senado Federal, sessão de premiação e condecoração destinada à entrega do Diploma Bertha Lutz. A premiação, instituída pela Resolução nº 2, de 2001, é destinada a agraciar pessoas que, no país, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero. Isso aqui é o direito mais sagrado, que é o direito à vida, não é?

Em 2024, o Diploma Bertha Lutz, sob o tema "O Senado Federal contra o Feminicídio", reconheceu aquelas mulheres que têm se dedicado incansavelmente à luta contra o feminicídio. Dessa maneira, considera-se atendido o critério de alta significação.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto. O projeto de instituição do Dia Nacional de Luto e Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio é uma medida crucial e necessária diante da realidade alarmante que enfrentamos no Brasil. Conforme dados do mais recente *Anuário Brasileiro de Segurança Pública,* apenas no ano de 2022, 1.437 mulheres foram assassinadas por motivos relacionados ao gênero, enquanto outras 2.563 correram risco de morte pelas mesmas razões. Além disso, quase 237 mil mulheres sofreram algum tipo de violência doméstica no mesmo período.

O termo "feminicídio", cunhado pela socióloga sul-africana Diana Russell, na década de 1970, foi uma tentativa de trazer à luz as violências específicas enfrentadas pelas mulheres. Essa expressão não apenas reconhece a natureza sistêmica do crime, mas também destaca que o feminicídio não é um evento isolado, mas, sim, enraizado em uma cultura que perpetua a inferiorização das mulheres e a violência de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde a promulgação da Lei do Feminicídio, em 2015, o Brasil tem feito avanços significativos no combate à violência contra as mulheres. O Congresso Nacional tem desempenhado um papel fundamental nesse processo, demonstrando um compromisso firme de enfrentar esses problemas.

A aprovação de legislações, como a Lei de nº 14.541, de 2023, que garante o funcionamento ininterrupto de delegacias especializadas de atendimento à mulher, e da Lei de nº 14.717, de 2023, que prevê a concessão de pensão para dependentes das vítimas de feminicídio, demonstram a preocupação do Legislativo em proteger e oferecer suporte às vítimas e suas famílias.

Nesse sentido, instituir o Dia Nacional de Luto e Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio, com a data de 17 de outubro, em memória do caso Eloá, é um passo fundamental para se reconhecer a gravidade desse problema, além de honrar a memória das mulheres cujas vidas foram brutalmente ceifadas.

Essa data servirá como lembrete doloroso, mas necessário, de que ainda temos um longo caminho a percorrer na luta pela igualdade de gênero e pelo fim da violência contra as mulheres. É uma oportunidade para a sociedade brasileira se unir em solidariedade às vítimas e suas famílias e reafirmar o compromisso de erradicar o feminicídio em todas as suas formas.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 935, de 2022.

Esse é o relatório, já parabenizando aqui a Senadora Leila pela sensibilidade e toda a Bancada Feminina. Realmente o caso Eloá deixou a gente assustada. A que nível chega a violência? É uma coisa que assusta. Agora, a gente tem certeza – nós, mulheres brasileiras – de que a sociedade toda tem que lutar pela gente e de que a gente precisa, sim, partir da educação, porque a gente sabe que a Lei Maria da Penha já é uma lei muito boa em punições, e a gente já sabe que só punir não vai resolver. Nós temos que prevenir e quanto mais... Essa data é importante para a gente dar visibilidade ao Brasil de que não é possível se matar milhares de mulheres neste país e crianças e tudo... Mulheres matam geralmente... Eu trabalhei em pronto-socorro e nunca atendi, Zequinha, uma mulher espancada sem os filhos para suturar também, porque a maioria dos filhos tomam o partido da mãe. Na maioria dos casos, quando o companheiro ou marido agride, os filhos tomam o partido da mãe. Então, é comum no pronto-socorro chegar para ser suturada não só a mãe, mas os filhos também. É uma coisa que deixa a gente, assim, arrasada. Eu trabalhei em serviço de urgência, e principalmente às sextas, sábados e domingos... É impressionante.

Às vezes me perguntam: "A senhora acha que aumentou a violência contra as mulheres?". Pode ter aumentado, mas do que a gente tem certeza é de que o que aumentou foram as denúncias. Porque, se a gente está dando o mínimo – a criação da Casa da Mulher Brasileira, as delegacias, a Patrulha Maria da Penha... E agora a gente tem um projeto de lei aí para incluir, preferencialmente... Ele é de minha autoria, com o apoio de toda a Bancada Feminina e dos homens também, porque eu queria dizer algo aqui: isso não vai se resolver se a gente não estiver com eles. Não podemos ter essa separação. A agressão é em maioria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos companheiros, mas a gente precisa, a sociedade precisa dar as mãos. É uma coisa assustadora. E, hoje, como a mulher sabe que tem não só a punição para os agressores, mas que também a gente, este Congresso, está criando uma rede de proteção, ela está tendo mais coragem de denunciar. Isto é fato: há 20 anos, ninguém denunciava.

E eu estou falando daquela violência que chega ao pronto-socorro. Mas aquela que tem agressão física, mas que não precisa levar ao pronto-socorro, essa, sim, é que, em sua grande maioria, não é denunciada. E nós mulheres com aquele pensamento de que é sempre possível recuperar, ficamos achando que – relevando o crime – ele não vai chegar a ser fatal, com o feminicídio. Eu costumo dizer: as mulheres não podem abrir mão da denúncia. Dificilmente uma denúncia... Algo que começa no psicológico, na falta o respeito, vai para o empurrão, para o murro, como a gente diz, e termina no feminicídio. Então, não negocie a não denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Muito bem explicado, relatado, apoiado. Parabéns, Senadora Zenaide Maia, e também parabéns para a Senadora Leila Barros, autora.

Está em discussão a matéria.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Pela ordem, Presidente. É muito, muito sério o assunto aqui tratado.

Claro, a gente tem que pegar esses exemplos de dor, de tristeza, para fazer com que a sociedade nunca se esqueça, mas tem uma coisinha, sabe, minha Senadora Zenaide Maia, que a gente aprende em casa e que eu vou botar aqui dentro desse negócio, que é o temor a Deus. A família precisa ensinar os filhos a temer a Deus, a respeitar a Deus, a ter fé. Enfim, é aquela família tradicional, que o pessoal hoje já não quer mais, mas ela trouxe este país até aqui. E, quando ela começa a ser esquecida – o modelo, a disciplina, valores, princípios –, a gente tem uma geração mais violenta, mais agressiva.

E aí acontece tudo. Começa na escola... Começa em casa, com o filho batendo na própria mãe ou no próprio pai; vai para a escola, onde acontecem agressões ao professor, à professora – e aí aconteceu já até crime. Quando esse jovem se casa, ele vai repetir aquilo que acontecia dentro do espaço que ele viveu. E, aí, não respeita a esposa, não respeita a família. Aquilo não tem valor, aquilo não tem significado importante para a vida dele. Então, se a gente quiser ajudar essa geração, temos que resgatar muita coisa que foi esquecida no passado, porque, senão, estaremos todos perdidos.

Um outro ponto é um ponto que eu defendo muito lá em Belém. Nós temos dificuldades em Belém com limpeza pública. Agora mesmo, estou aqui e me mandaram um vídeo do pessoal reclamando. Nós temos, é verdade, e fica todo mundo preocupado. Nós teremos a COP 30 na cidade de Belém. Como é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu faço para resolver aquele problema de limpeza pública em Belém? Usando a educação. Se eu começar a investir hoje, botar no currículo escolar a questão ambiental, o zelo, daqui a 20 anos, professor – ou talvez nem isso tudo –, eu já terei uma geração melhor, uma geração que não permite mais jogar lixo na rua.

Eu citei isso só para poder trazer para cá a mesma coisa: se, dentro da educação, a gente deixar de se preocupar com tanta coisa que, em vez de ajudar, atrapalha e se preocupar com aquilo que, efetivamente, torna um cidadão melhor, que é ensinar valor, princípios e outras coisas boas mais, com certeza, de forma efetiva – além das medidas aqui e da questão da segurança, disso, daquilo, do arcabouço legal –, nós teremos dias melhores amanhã. A educação precisa se preocupar com aquilo que de fato tem que se preocupar: não é só em dar formação acadêmica, mas em dar a formação de um cidadão e de uma cidadã bem moldada, bem trabalhada, para a gente poder oferecer a este mundo pessoas melhores. As pessoas estão muito preocupadas em oferecer um mundo melhor às pessoas. A gente tem que fazer isso, mas tem que fazer no sentido inverso: oferecer pessoas melhores a este mundo.

Eu tenho certeza, minha Senadora, de que vai fechar com grande êxito tudo isso que a senhora coloca, que a gente aprova e que a gente realmente precisa levar em conta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Zequinha Marinho.

Como Gandhi já colocava, "seja você a mudança que você quer ver no mundo". Então, não mude o mundo, mas "seja você a mudança que você quer ver no mundo". Isso é importante, não é?

Senadora Zenaide Maia; depois, Senadora Damares Alves... Zenaide Maia, não – desculpe –; Teresa Leitão. A Zenaide Maia está aqui na minha frente e já relatou o projeto. (*Risos.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Obrigada, Presidente. É uma honra ser confundida com a Senadora Zenaide Maia, nossa inspiradora. Ela nos dá muitas lições na Bancada Feminina. Claro que a gente acha lamentável precisar deste dia, Dia Nacional de Luto e Memória às Mulheres Vítimas de Feminicídio, mas, ao mesmo tempo, com o pé na realidade, a gente vê que esse dia também é necessário, porque – Zenaide coloca isso no seu relatório – a primeira barreira que as mulheres vítimas de violência encontram é vencer o silêncio, é vencer a vergonha de chegar a uma delegacia e dizer que foi agredida pelo pai de seus filhos, por exemplo, por alguém próximo, alguém da família, porque os crimes de proximidade contra a mulher são muito frequentes. Então, ter esse dia é uma forma também de relembrar que o feminicídio existe. Nós temos, depois da Lei Maria da Penha, como bem disse a Senadora Zenaide, ampliados os casos de notificação – notificação voluntária, e queremos também que haja notificação obrigatória, compulsória, de alguns casos, que podem nos ajudar a enfrentar o feminicídio e a evitá-lo. O feminicídio é como se fosse o ponto final de uma triste e cruel estrada. Se a gente pode evitá-lo, que as políticas sejam direcionadas para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o dia está muito bem colocado como dia de luto e ao mesmo tempo de memória. Significa que é uma luta viva, uma luta que precisa estar viva para que outras vítimas não sejam contabilizadas nesse triste prontuário que a gente ainda enfrenta no Brasil.

Quero parabenizar a Senadora pelo relatório, como também a Senadora Leila Barros. Este é um tema que a Bancada Feminina tem debatido, discutido, para além das datas, mas que as datas possam também ser emblema ou refletirem esse cotidiano que precisa ser mudado.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a Senadora Teresa Leitão. Com a palavra, Senadora Damares Alves

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Dou preferência sempre para a Senadora, ainda mais nesse tema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, Senadora Damares Alves, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, às vezes a gente escuta as pessoas perguntando: vocês precisam de tantos projetos de proteção da mulher mesmo? Todo dia, nas Comissões, tem uma iniciativa, uma proposta, um projeto, um requerimento apresentado por uma Senadora da bancada no enfrentamento à violência contra a mulher. Precisamos, sim, Senadora, e vamos precisar fazer muito mais.

Eu quero parabenizar a Senadora Zenaide não só pelo voto, mas pela forma como ela trouxe aqui o tema. E eu só queria te lembrar, Relatora, que Eloá era uma jovem, uma menina. A partir do caso de Eloá, nós começamos a fazer estudos e pesquisas no Brasil e a gente se depara com uma coisa muito trágica, Senador Flávio Arns: a idade do agressor está diminuindo cada vez mais. Hoje nós temos namoros abusivos, namoros violentos. Inclusive, nós temos conversado com os pais no Brasil, eu tenho trabalhado muito com famílias e eu pergunto aos pais: como é que a sua filha está voltando depois de um passeio no cinema com seu namorado? Como é que a sua filha está passando a semana depois que ela sai com o namorado no sábado, no domingo? A sua filha está se recolhendo? Está ficando no quarto, está ficando triste? Mudou o comportamento? Então, hoje a gente tem aí a tragédia do agressor ser cada vez mais jovem, e adolescentes vítimas de feminicídio no Brasil.

Eu acho que esse projeto vem numa hora boa para a gente fazer essa reflexão também de conversar com os pais para começarem a ler os sinais que as meninas estão emitindo durante namoros abusivos. Presidente, eu encerro dizendo que domingo nós fomos surpreendidos com uma notícia muito triste que veio lá do nosso Marajó de novo. Uma menina de 14 anos foi torturada, enforcada, estuprada, empalada e assassinada. Apenas 14 anos. A polícia do Pará trabalhou de uma forma brilhante, já pegou o assassino, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vamos agora entender porque essa menina de 14 anos foi morta com esses requintes de crueldade. Pode ser um caso de feminicídio. E aí vem a nossa luta para que os casos de feminicídio sejam de fato tipificados como feminicídio. Pode ter sido só um sequestro, um estupro, como acontece muito na Região Norte do país, mas pode ter sido uma menina que não quis namorar o agressor. E aí vai ser tipificado como feminicídio.

Então, Zenaide, eu estou hoje muito triste com o que aconteceu no Marajó, muito triste com o que acontece todos os dias no nosso país, e muito preocupada com a idade do agressor, cada vez mais cedo. E esta Comissão de Educação vai ter um papel importante da gente estar falando sobre isso lá na escola. A Maria da Penha vai ter que ir para a escola definitivamente no Brasil.

Parabéns, Senadora Zenaide. Parabéns, Leila, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Damares Alves. Argumentos muito bem colocados também.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Flávio Arns, Presidente, quero bem rapidamente cumprimentar a iniciativa da Senadora Leila Barros e o brilhante relatório feito também pela Senadora Zenaide Maia.

Presidente, o aumento do feminicídio no Brasil é algo alarmante. Pelos dados que eu tenho aqui, o Brasil fica em quarto ou quinto lugar no mundo como o país onde mais as mulheres são vítimas do feminicídio. E eu quero cumprimentar uma iniciativa da Bancada Feminina, liderada pela Senadora Margareth, que realizou uma diligência no dia 15 de março – já passou o meu aniversário, viu? Falo 15 de março e alguém pensa que eu estou falando de novo da minha datam, mas não, não é isso. Essa diligência foi a Lucas do Rio Verde. Eles anunciaram aqui na Comissão, quando aprovamos o requerimento, e cumprimento o Presidente Rodrigo Pacheco, que liberou todo o sistema de comunicação que acompanhou a Lucas do Rio Verde devido à violência que aconteceu contra uma mulher. Foi ela assassinada, e as três filhas também, na cidade de Sorriso. O sujeito, esse bandido, trabalhava numa obra em frente à casa. O esposo dela esteve aqui na Comissão – o senhor estava lá, inclusive –, ele deu o depoimento, mas eu quero enaltecer, com tristeza, por estar acontecendo isso. E Rio Verde, segundo o que me disseram aqui, é a cidade onde mais tem feminicídio no Brasil, por isso que eles a escolheram. Estavam lá todas as autoridades do estado, eu diria, e a Comissão dos Direitos Humanos, representada pelas Senadoras e também, naturalmente, com os Deputados.

Eu enalteço esse movimento, mas com tristeza dou esses dados que recebi depois da diligência realizada, de ser essa região a parte do Brasil que mais tem feminicídio.

Parabéns pela iniciativa, Leila Barros e Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir...

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Enquanto a gente não consegue botar a Lei Maria da Penha na grade curricular, eu quero dizer que existe aqui, no Senado, eu mando imprimir, o livro *Lei Maria da Penha em Miúdos*. Eu o estou distribuindo para as Secretarias de Educação Básica de todos os municípios, para já apresentar. Tem gravuras, chama a atenção do aluno e tudo.

Não adianta. A gente não consegue reduzir violência sem investir em educação. A gente não inventou a roda. O mundo que quis diminuir violência, reduzir desigualdade social e aumentar trabalho digno para as pessoas o fez através da educação.

O filho, a criança tem o poder de influenciar os pais, um poder grande, quando chega em casa e olha. Ele mesmo já começa a ver que o comportamento do companheiro da mãe ou do pai dele não é correto, pelas agressões até verbais.

Tem aqui, e a gente pode mandar reproduzir: *Lei Maria da Penha em Miúdos.* O livro já dá conhecimento.

Inclusive, a última pesquisa mostrou que, mesmo no Ceará, de onde é Maria da Penha, pouca gente, não muitas, conhece a Lei Maria da Penha.

Apesar de ser apavorante, a denúncia é essencial para salvar as vidas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só lembro a V. Exa. que, em termos de disciplina, sempre é difícil, mas, em termos de conteúdo transversal, é algo perfeitamente possível.

Como o Senador Zequinha Marinho colocou antes, de maneira muito apropriada, é questão de trabalhar os valores – respeito, solidariedade, amizade, compaixão. As escolas fazem muito isso. E, dentro disso, pode-se debater o feminicídio.

Agora, o dia nacional é importante para darmos visibilidade, para mais gente escutar, para mais gente denunciar. E o agressor também, com todo esse debate, poder mudar a vida.

Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será nominal, posteriormente, como de hábito, em bloco.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3724, DE 2021

- Terminativo -

Reconhece como manifestação da cultura nacional os blocos e as bandas de carnaval.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputada Federal Maria do Rosário

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão, que está indicada como Relatora *ad hoc*.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vem de uma Deputada do Rio Grande do Sul o projeto, que foi apresentado na Câmara, mas nos pega muito fortemente, a nós do Nordeste, onde o Carnaval tem mais presença, digamos assim. Eu sei que em todo o Brasil ele existe, mas o projeto de lei traz essa identidade nacional por ser de uma Deputada do Rio Grande do Sul, que reconhece os blocos e as bandas de Carnaval como manifestação da cultura nacional.

Peço a V. Exa. para passar direto à análise.

Nos termos do disposto nos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre cultura, diversão, espetáculos públicos e homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Foi confiada ainda à Comissão de Educação, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, § 1º, inciso IV, da referida norma, a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão por que lhe cumpre apreciar seu mérito.

No que tange à constitucionalidade formal, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, notamos que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

Outrossim, revela-se legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, mostra-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, surgem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam na proposição vícios relacionados à constitucionalidade da matéria.

Ademais, merece especial atenção o preceituado no § 1º do art. 215 da Carta Magna, segundo o qual o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

No que diz respeito ao mérito, o projeto é relevante e oportuno.

Os blocos e as bandas de Carnaval representam uma das manifestações culturais mais vibrantes e significativas do Brasil. Expressões da identidade nacional, essas manifestações incorporam elementos históricos, sociais e culturais de diferentes regiões do nosso país e congregam diversos componentes artísticos tais como música, dança, teatro e figurino.

Nas celebrações que envolvem os blocos, ainda é possível, mesmo diante do avanço da mercantilização do Carnaval, perceber espaços onde os corpos das gentes resistem e mantêm vivas tradições cultivadas há dezenas, diria até centenas de anos.

Diferentes formas de expressão, como maracatus, afoxés, frevos e sambas, encontram seu espaço nos blocos de rua, que se tornam palcos móveis, celebrando a diversidade e a riqueza cultural brasileira. Os afoxés, por exemplo, trazem para as ruas a influência da religiosidade afro-brasileira, com suas canções que invocam os orixás e seus ritmos que remetem ao candomblé.

É por meio dos blocos e das bandas de Carnaval que tradições de festejos e brincadeiras também se mantêm vivas longe dos holofotes da grande mídia. Nesse sentido, o "Mela-Mela", em cidades do Nordeste, como Beberibe e Camocim, no Ceará, os "Caretas", em Guiratinga, no Mato Grosso, e os tradicionais "Bate-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bolas", nos subúrbios cariocas, são algumas das numerosas manifestações que refletem a grandeza de nossa diversidade cultural.

Na capital fluminense, os blocos de Carnaval foram se notabilizando, ao longo da década de 20, como grupamentos organizados e trajados de modo uniforme, constituindo-se, então, ancestrais das primeiras escolas de samba, como apontam os pesquisadores Nei Lopes e Luiz Antonio Simas.

As escolas de samba, inclusive, já foram reconhecidas pela Lei nº 14.567, de 4 de maio de 2023, como manifestação da cultura nacional.

O projeto, também de autoria da Deputada Maria do Rosário, recebeu parecer favorável no âmbito desta Comissão.

Nessa mesma linha, consideramos plenamente apropriado o reconhecimento dos blocos e das bandas de Carnaval como manifestação da cultural nacional.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.724, de 2021, oriundo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Está em discussão, a matéria.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Só cumprimento a Deputada Federal Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, pela brilhante iniciativa, assim como, pelo relatório apresentado, a Senadora Teresa Leitão, *ad hoc*, e, pelo relatório original, a Senadora Augusta Brito.

De fato, o Carnaval e seus blocos envolvem, todos os anos, milhões e milhões de pessoas, em todo o país. É mais do que justo que seja reconhecido como uma cultura do nosso povo das mais vibrantes que nós já vimos.

Permita-me dar um pequeno depoimento, Sr. Presidente.

Calculo eu, 15 anos atrás, a Imperadores do Samba, de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, fez uma homenagem a este Senador. Ali, foi a primeira vez em que eu fui para a pista. Eu, em cima de um carro alegórico, sou magrinho, consegui me comunicar com aquela massa toda. Era uma vibração, uma emoção que eu jamais vou esquecer. Eu tenho, inclusive, o vídeo gravado. Não ganhei, mas fiquei de vice. Vice é importante também, o Senador Hamilton Mourão já teve essa experiência. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas fiquei de vice e estou com essa imagem na minha cabeça, quando aqui era lido texto sobre a importância do Carnaval, dos blocos.

De fato, é um momento mágico quase para milhões e milhões de brasileiros. Tem aqueles que não gostam, é legítimo, não é? Mas milhões e milhões de brasileiros vivem aqueles dias como quase que os principais dias de suas vidas em matéria de lazer, claro que a vida particular continua.

É só isso, quero cumprimentar a Maria do Rosário, e me lembrei do nosso – querendo ou não, podemos ter divergências ao longo da vida – Senador Mourão, que foi Vice-Presidente da República... foi o nosso Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Uma pessoa – sempre falo – estimada e respeitada.

Agora, de minha parte, eu gostaria de receber o vídeo, porque eu não... (*Risos.*)

Se puder mandar para a gente... Aí a gente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há uma parte que diz: "Um leão [...] [na avenida], que faz o bem sem olhar...".

Respeite o leão!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, muito bom.

Aliás, agora há pouco, V. Exa. mencionou 15 de março, que também houve audiência pública lá, pela Comissão de Direitos Humanos, mas parabéns pelo aniversário também. Muito bom!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Passamos ao item 5 da pauta.

Eu acho que depois, ao final, a gente... (*Pausa.*)

Passamos ao item 5 da pauta, então, Senador Mourão.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1906, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a destinação de dispositivos eletrônicos apreendidos ou objeto de perdimento às redes públicas de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Com a palavra, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia.

Bom dia, Sras. e Srs. Senadores.

Presidente, peço permissão para ir à análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno deste Senado, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de matérias relativas a educação, ensino e instituições educativas. É o caso da proposição sob análise, que destina às redes de ensino dispositivos eletrônicos apreendidos ou objeto de perdimento.

A proposição trata de questão de grande relevância, pois, se implementada, tenderá a reduzir a escassez de equipamentos tecnológicos em nossas instituições de ensino, problema reportado nas estatísticas educacionais.

De fato, conforme apontam os dados do Censo Escolar 2022, somente 40% das escolas municipais de ensino fundamental contam com computador de mesa para os alunos, percentual que é de 76% nas escolas estaduais.

O computador portátil para os alunos, por sua vez, está disponível em apenas 30% das escolas municipais e 53% das estaduais. O *tablet* está presente em apenas 10% das escolas de ensino fundamental municipais e 17% das estaduais. Os percentuais de presença de lousa digital e projetores também são relativamente baixos, com enormes disparidades regionais na existência de todos esses equipamentos nas instituições de ensino no território nacional.

Como sabemos, essa situação de insuficiência de equipamentos em nossas escolas tornou ainda mais difícil a implementação do ensino remoto durante a pandemia de covid-19. Passada essa crise, no entanto, o problema persiste e políticas públicas coordenadas nas três esferas federativas são exigidas, de forma a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assegurar que os professores tenham acesso a ferramentas modernas para preparo das novas gerações para o mundo do trabalho e para a cidadania.

Nesse sentido, a proposição em comento, de autoria do Deputado Eduardo Bismarck, do PDT, do Ceará, apresenta uma alternativa que, se não é a solução definitiva para a falta de equipamentos de informática nas escolas, é uma maneira eficaz de amenizá-la. Trata-se de permitir que bens de informática utilizados para o acesso à internet que tenham sido objeto de perdimento como efeito de condenação judicial, bem como os aparelhos telefônicos, de rádio ou similar apreendidos em posse de condenado à pena privativa de liberdade, sejam destinados às redes de ensino para utilização pelos estudantes.

Do ponto de vista do mérito educacional, esfera de competência desta Comissão, consideramos que a iniciativa apresenta benefícios sociais muito superiores ao custo de implementação, com possíveis impactos positivos na melhoria das condições de ensino, em benefício do público atendido nas escolas públicas. Trata-se de medida complementar ao necessário investimento público direto na dotação de nossas escolas com a infraestrutura mínima para que possa oferecer uma educação de qualidade.

Portanto, Sr. Presidente, pelo exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.906, de 2021.

É um projeto simples, Presidente, e, na minha visão, eficiente e eficaz, utilizando material que muitas vezes fica apodrecendo em depósitos e que, na mão dos alunos que são mais necessitados das nossas escolas, principalmente do interior e das periferias, será muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Concordo amplamente com o argumento também.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Mourão, o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos ao item 6 da pauta.

Projeto de Lei n° 2.443, de 2020...

Só um minutinho. (*Pausa.*)

Eu até vou pedir permissão ao Plenário para abrir o painel, aí as pessoas vão votando e temos dois projetos não terminativos. Enquanto isso, depois votamos os dois projetos.

Não tem problema? (*Pausa.*)

Sem problemas.

Votação nominal e em bloco – agora nominal – dos itens 2, 3 e 4 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação, as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 953, de 2022; PL 935, de 2022; e PL 3.724, de 2021.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que votam com os Relatores ou Relatoras votam "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Então, vamos ao item 6 da pauta, que é não terminativo, enquanto as pessoas estão votando.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2443, DE 2020

- Não terminativo -

Dispõe sobre a suspensão de exigências e a repactuação de condições para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos durante estado de pandemia ou calamidade pública.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes. É um prazer tê-lo aqui. Quero destacar a presença do Dr. Hiran também. É uma alegria sempre conversar com V. Exa., seja no Plenário ou aqui.

Com a palavra, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse projeto de lei da Senadora Mara Gabrilli dispõe sobre a suspensão de exigências e a repactuação de condições para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos durante estado de pandemia ou calamidade pública.

Eu vou à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais sobre educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação.

Como ressaltado no relatório, o presente projeto de lei foi apresentado no contexto da pandemia causada pela doença covid-19 entre os anos de 2020 e 2021, a fim de permitir, durante aquele período, que as instituições que prestam serviços de interesse público e possuíam ajustes com o poder público continuassem seus trabalhos, sem serem penalizadas por descumprimento de suas obrigações.

Para atingir o objetivo pretendido pela autora, tramitou e foi aprovado, nas duas Casas Legislativas do Congresso Nacional, projeto de lei que resultou na publicação da Lei 14.215, de 7 de outubro de 2021, o qual prevê:

1- suspensão e complementação dos ajustes firmados;

2- ampliação do prazo de prestação de contas; e

3- prorrogação do prazo das parcerias entre a administração pública e as entidades.

Dessa forma, não seria mais necessário, a princípio, outro projeto de lei para atender as entidades durante a pandemia da covid-19.

No entanto, Sr. Presidente, a presente proposição revela-se útil, sim, ao se adotar a generalidade necessária para que ela seja aplicada em qualquer situação futura em que seja decretado estado de emergência ou calamidade pública, o que dispensaria a edição de nova lei a cada nova situação grave que impacte diretamente os trabalhos das organizações da sociedade civil e entidades congêneres.

Para tanto, nos termos do substitutivo a seguir apresentado, sugere-se remover o termo "pandemia", bem como as menções à covid-19, do projeto de lei, e acrescentar o termo "estado de emergência". A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia pode ser uma das causas do estado de emergência ou calamidade, não sendo necessário citar separadamente somente um dos motivos geradores dessas situações, nesse substitutivo. Ou seja, contemplamos a proposta da Senadora Mara, mas, claro, já pensando numa possibilidade futura em qualquer situação.

Por isso, nós temos o voto.

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.443, de 2020, na forma do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº - CE (SUBSTITUTIVO)
> Dispõe sobre a suspensão de exigências e a repactuação de condições para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos durante estado de emergência ou calamidade pública.
> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a suspensão e a repactuação de exigências de cumprimento de metas e outras condições, durante estado de emergência ou calamidade pública, nos contratos, termos, acordos, convênios ou instrumentos congêneres celebrados com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.
> Parágrafo único. Aplica-se esta Lei às:
> I – Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
> II – Entidades culturais integrantes do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura de que trata a Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014;
> III – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e equivalentes previstas nas leis dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
> IV – Organizações Sociais (OS) de que trata a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e equivalentes previstas nas leis dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
> Art. 2º As organizações a que se refere o parágrafo único do art. 1º desta lei poderão demonstrar à administração pública que o cumprimento do contrato, termo, acordo, convênio ou instrumento congênere se tornou excessivamente oneroso ou inviável da forma previamente pactuada, em função de situação decorrente de estado de emergência ou calamidade pública oficialmente decretado ou reconhecido.
> § 1º Na situação do caput, as organizações poderão, a qualquer tempo, solicitar à administração:
> [Eu falei inciso I, agora §1º]
> I – a suspensão temporária da exigência de metas e de outras condições cujo cumprimento se demonstre inviável diante da situação excepcional;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – a repactuação de metas, datas e outras condições, inclusive a alteração do objeto do contrato, termo, acordo, convênio ou instrumento congênere, a fim de atender a ações voltadas ao enfrentamento dos efeitos do estado de emergência ou calamidade pública.

§ 2º Solicitada a suspensão ou a repactuação, referidas no § 1º, fica o pedido provisoriamente deferido enquanto a administração analisa o processo, sem prejuízo da manutenção do cronograma de repasse dos recursos até a efetiva decisão.

§ 3º A administração decidirá sobre cada uma das solicitações previstas neste artigo no prazo máximo previsto no art. 49 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 4º Na hipótese da não observação do prazo do § 3º, considerar-se-á definitivamente deferida a solicitação de suspensão ou de repactuação a que se refere o § 1º, mantido o cronograma de repasse dos recursos.

[Agora vamos ao] § 5º Superado o estado de emergência ou calamidade pública, a administração reavaliará a repactuação para a sua manutenção ou o retorno às condições originais do ajuste.

§ 6º Eventual decisão que não reconhecer a possibilidade de suspensão ou de repactuação do contrato, termo, acordo, convênio ou instrumento congênere produzirá efeito *ex nunc*.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Educação,

Relator Wellington Fagundes.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu só quero registrar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Primeiro, nós vivemos um momento de pandemia, em que todos os setores econômicos, sociais passaram por um momento muito difícil; e a intenção da proponente, a Senadora Mara Gabrilli, era exatamente atender também a um setor bastante frágil. Claro que, infelizmente, demorou-se muito, foi aprovado, outros projetos foram apresentados, mas nós entendemos que é extremamente importante aprová-lo, porque nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não estamos mudando o mérito da proposição da Senadora, apenas colocando esse aspecto aqui em qualquer caso de calamidade, para que também isso possa ser atendido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, é verdade, nós tivemos que, durante a pandemia, aprovar aí projetos e a tramitação toda... E as entidades do terceiro setor sofreram muito com essa pactuação, com metas não cumpridas e com como é que os encaminhamentos seriam feitos. Já havendo a legislação, aí você... Claro, Deus queira que nunca usemos isso, mas já se antecipa a uma eventual necessidade, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós estamos, Sr. Presidente – até aqui está o Dr. Hiran, médico –, vivendo hoje a questão da dengue. Não sabemos o que vai virar, porque realmente estamos num problema praticamente de calamidade em alguns estados, não é? No meu estado, há a questão do Pantanal, em podemos entrar também num estado de calamidade, dadas a temperatura e a previsão de seca dos últimos 150 anos.

Então, tudo isso são possibilidades de calamidades e outras situações. As mudanças climáticas, inclusive, estão levando a essa situação. Por isso, também aqui, mais uma vez, defendo a aprovação desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Dr. Hiran, com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Eu quero só salientar a relatoria do Senador Wellington Fagundes, que muito sabiamente suprimiu a particularidade da pandemia da covid-19 e fez o relatório de uma maneira mais geral, como ele colocou aqui. Realmente nós vivemos... Esses eventos adversos que afligem a humanidade são cíclicos e hoje, como ele falou, nós temos uma crise inominável de transmissão de dengue no nosso país, que, aliás, eu acho que o Governo brasileiro e o Ministério da Saúde não têm enfrentado com a devida eficiência.

A própria Ministra Nísia estaria aqui, hoje, para discutir essa questão, mas infelizmente foi cancelada a audiência. Nós precisamos debater isso com muita urgência, porque nós precisamos, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, mobilizar a sociedade porque a transmissão de dengue é diferente. Eu já falei aqui. Ela é diferente, por exemplo, dos criadouros de malária, em que nós temos a proliferação dos mosquitos nas margens dos rios.

Na realidade, em relação à dengue, nós temos os criadouros dentro das nossas residências e na periferia das nossas residências, por uma deficiência nossa de manipular adequadamente o nosso lixo, acumulando nas nossas casas recipientes que se tornam verdadeiros criadouros de *Aedes*. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos discutir essa matéria com muita seriedade e com muita rapidez, aqui, porque muitas pessoas estão morrendo de formas mais graves de dengue, não só aqui em Brasília, mas em vários estados do país.

Quero parabenizar aqui o Senador Wellington Fagundes, que tornou essa proposição importante da Senadora Mara, de uma maneira mais geral, para qualquer tipo de evento que possa acometer o nosso país. Parabéns, Senador, pela sua relatoria e parabéns à Senadora Mara Gabrilli!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Parabéns, Senador Wellington Fagundes, sempre firme, representando a Comissão também aí em inúmeros eventos, e ao Dr. Hiran pelas observações sempre pertinentes!

Encerro a discussão.

Antes de fazermos a votação, eu tenho que encerrar a votação nominal. Já temos o quórum. Solicito, então...

Está encerrada a votação. Solicito que se abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 15; NÃO, ninguém.

Abstenção, ninguém.

Quórum 16.

Aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados, PL 953/2022, PL 935/2022 e PL 3.724/2021.

Essas matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Agora passamos à votação do relatório do Senador Wellington Fagundes, que é simbólica.

Em votação do relatório apresentado. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Passamos ao item 7 da pauta.

O Senador Dr. Hiran é o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 5984, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 07/02/2024, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

Autoria da Deputada Federal Mariana Carvalho.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou direto à análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em proposições que versem sobre a instituição de datas comemorativas.

Além disso, devido ao caráter exclusivo da distribuição para esta Comissão, a ela compete a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao PL nº 5.984, de 2019.

De fato, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, já que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não se vislumbram, ainda, óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, foram atendidas as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. Quanto a esse aspecto, convém ressaltar a realização de audiência pública nesta Comissão, no dia 7 de fevereiro deste ano, ocasião em que os convidados reafirmaram a relevância da efeméride.

Com relação ao mérito, a proposição é igualmente louvável.

A doença de Fabry é uma doença de armazenamento lisossômico rara, ligada ao cromossomo X, causada pela deficiência parcial ou completa da enzima alfagalactosidase A.

O defeito genético que produz a doença é extremamente heterogêneo, e atualmente foram identificadas mais de 300 mutações.

Por se tratar de uma doença progressiva, a doença de Fabry reduz a expectativa de vida de homens e mulheres, que gira em torno dos 50 anos. Ela é causada pelo acúmulo de gordura em todas as células do organismo, e provoca diversos sintomas que vão desde dores nos pés e nas mãos, até problemas no cérebro, rins e coração. Todavia, devido à sua apresentação muito inespecífica, a doença, muitas vezes, não é diagnosticada num primeiro momento.

Estima-se que sua incidência, no Brasil, seja de uma pessoa a cada 40 mil nascidos vivos. Sua raridade e multiplicidade de sintomas dificultam o diagnóstico precoce, o que compromete o tratamento.

A doença de Fabry não tem cura, mas há medicamentos que podem amenizar seus sintomas e melhorar a qualidade de vida dos acometidos.

Acreditamos que a criação de um dia nacional para a conscientização sobre a doença de Fabry ajudará na divulgação de seus sintomas e na obtenção de diagnósticos mais rápidos e precisos, o que é de extrema importância para o tratamento da doença.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 5.984, que é de autoria da ex-Deputada e nossa colega Mariana Carvalho.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço o Senador Dr. Hiran pelo relatório.

Está em discussão a matéria.

Eu só quero lembrar também que o dia 29 de fevereiro é o Dia Mundial das Doenças Raras. É um dia raro, porque só acontece de quatro em quatro anos, mas é sempre lembrado no dia 28. Neste ano, foi lembrado no dia 29. São poucas as pessoas, Dr. Hiran, com doenças raras, mas são muitas doenças raras. Isso significa, aproximadamente, 15 milhões de brasileiros e, como o relatório apontou, para muitas delas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não existem medicamentos ainda, as pesquisas têm que ser feitas, as famílias precisam ser apoiadas em tantos termos: aconselhamento genético, diagnóstico precoce, acesso a medicamentos, alimentação.

Eu sempre me lembro de uma audiência pública que foi feita sobre erros do metabolismo e o leite que as crianças têm que tomar – porque não podem comer, às vezes, outros alimentos, porque isso pioraria o estado de saúde – com gosto de podre, cheiro de podre. A mãe tem que segurar o filho e botar, e o filho vomita em seguida... Eu até fiz esse debate na Anvisa também, porque a Argentina, com todos os problemas que tem, já compra a mistura do chocolate, da baunilha, do morango, para aquilo ficar, pelo menos, palatável.

Então, eu só quero dizer que, no relatório do Dr. Hiran, que é um especialista médico também, as famílias e as pessoas têm toda a solidariedade. Na CAS, inclusive, com a Senadora Mara Gabrilli, a Subcomissão já elaborou uma publicação nesse sentido. Quero dizer que estamos, seja na Comissão de Educação, na determinação de um dia, ou em outras Comissões, à disposição da sociedade, para debatermos e acharmos caminhos, soluções, apoiarmos, o que for necessário.

Da minha parte também, eu tenho falado com o Supremo Tribunal Federal, com tribunais regionais, com discussões, o que for... Estamos juntos nesta caminhada, não é, Dr. Hiran?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor me permite, por favor, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor falou sobre a questão de acesso a inovações para tratamento de doenças raras, doenças graves, de difícil diagnóstico e difícil tratamento, como cânceres raros, por exemplo.

Já tramita nesta Casa, há cerca de cinco para seis anos, um projeto de lei que regulamenta as pesquisas clínicas do nosso país. Vejam bem, um país deste tamanho, um dos países mais adequados do mundo pela nossa miscigenação de raça, de clima, de biomas, é um país muito adequado para se fazer pesquisa, mas vocês sabiam que não existe uma lei que regulamente pesquisa clínica no nosso país? É tudo feito por resoluções infralegais. Então a nossa ex-Senadora Ana Amélia fez um projeto muito, muito importante para o nosso país, que ficou parado lá na Câmara durante três anos. Quando eu fui Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família lá, eu trouxe para eu relatar, conseguimos aprovar esse projeto e, quando saí da Câmara para vir para o Senado, já deixei com a urgência aprovada para ir para o Plenário. Ele foi para o Plenário, o Relator no Plenário foi o Deputado Pedro Westphalen, que também é médico, aprovou o texto, e esse projeto, que tinha o nº 7.082 lá na Câmara, agora aqui é o 6.007, está na CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a honra de o Presidente Davi me escolher como Relator e já peço aqui o apoio de todos para que nós possamos, o mais rápido possível, aprovar esse projeto, Presidente, Sras. e Srs. Senadores, porque aí nós vamos tornar o Brasil atrativo para as pesquisas e, mais do que isso, facilitar o acesso das pessoas que não têm acesso a inovações, que são essas inovações que aparecem no mundo todo, no Brics principalmente, que tem uma regulação muito moderna em relação à pesquisa clínica. Além de perdermos muitos recursos que poderiam ser investidos em pesquisa clínica, nós perdemos a oportunidade de dar acesso a essas pessoas que têm essas doenças raras, doenças graves.

Hoje nós já sabemos, apesar de sermos o sétimo país no mundo mais adequado para pesquisa clínica, somos quase o 30º em pesquisa clínica no mundo, perdemos recursos inclusive para a Argentina, que o senhor deu exemplo aí, porque não temos marco. Por exemplo, a nossa Anvisa, uma agência importante, ainda não se estabelece uma obrigatoriedade, em termos de prazo, para analisar uma pesquisa. Nós vamos colocar um prazo de 180 dias, que podem ser antecipados para 90 dias se for uma pesquisa de interesse do SUS, por exemplo. Tem algumas coisas muito importantes nessa pesquisa, garantimos o pós-estudo para aqueles que se submetem à pesquisa clínica, foi muito bem discutido lá no Plenário e durante a passagem nas Comissões da Câmara de Deputados, e agora aqui eu quero pedir já o apoio de todos para que nós possamos também aprovar esse projeto de lei, porque aí sim nós teremos uma lei muito parecida com a lei dos países onde mais se faz pesquisa neste mundo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Dr. Hiran, conte com o nosso apoio também.

Senador Wellington Fagundes, é sobre a matéria?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, só um minutinho, daí já passo em seguida a palavra.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Dr. Hiran.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Eu queria, inclusive, pedir uma questão de ordem, para ver se a gente poderia consignar a matéria à urgência para que possamos aprová-la, porque proposição é que o dia seja no próximo dia 28; para que a gente dê esse presente a essas pessoas que têm essa doença rara.

Então, queria pedir a V. Exa. para consignar a urgência esse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. É, 28 de abril. Está em votação a solicitação da urgência.

Não havendo objeção, está aprovado o pedido, a solicitação da urgência.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, são dois assuntos aqui que eu queria abordar, com tristeza, que é o passamento de dois grandes amigos meus.

Eu quero aqui inicialmente falar que, com profunda tristeza, eu recebi a notícia do falecimento do meu amigo, estimado engenheiro Cleber Lemes, ocorrido agora no último sábado, dia 16 de março.

Eu quero registrar que o Cleber era um engenheiro civil que ocupou cargos de destaque junto à Central Elétrica Mato-Grossense, a antiga Cemat. Ele também foi Secretário de Estado de Infraestrutura do nosso companheiro Jayme Campos.

Então, foi uma pessoa muito atuante também, junto à Secretaria de Infraestrutura, na época era DVOP. E ele agora, atualmente, se dedicava às suas atividades privadas, como agricultura, pecuária, em sua fazenda na região lá de Pontes e Lacerda. E ele já vinha enfrentando uma batalha muito grande contra o câncer, mas infelizmente não resistiu.

Eu quero registrar que ele deixa um legado de dedicação, compromisso, com o desenvolvimento do Mato Grosso. Será sempre lembrado como um homem querido, muito respeitado, que deixou uma marca permanente em sua comunidade, também na engenharia civil em Mato Grosso.

Neste momento de dor, quero aqui trazer os nossos pensamentos e orações também para a família, principalmente, e os amigos de Cleber Lemes; especialmente a sua esposa, Maria Olinda Fonseca Lemes, e também os seus três filhos. Por isso, eu digo aqui que a sua memória e legado permanecem vivos naqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo.

E eu vou registrar, também, com muito pesar, o falecimento de um outro grande amigo, Deputado Romoaldo Júnior, que era lá de Alta Floresta, a 800km da nossa capital. Ele morreu aos 63 anos, portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito jovem, após sofrer um acidente vascular cerebral, no domingo agora. Foi lá no Hospital Amecor, na nossa capital Cuiabá, de acordo com o seu irmão, que também foi Deputado.

Registro aqui o meu apoio a toda a família, em nome do Deputado Juliano Jorge, que é hoje Presidente da Metamat. Metamat é a empresa de mineração do Estado de Mato Grosso. Ele foi internado na quinta-feira e não resistiu. É com tristeza que essa perda inestimável ocorreu. E aqui prestamos à esposa dele, e também aos filhos, as nossas condolências. Romoaldo deixa a esposa Ideme Maria Rodrigues, além de dois filhos e dois netos.

Nós estivemos anteontem com o Governador, lá na Assembleia Legislativa, onde, com todas as autoridades, estivemos prestando as nossas últimas homenagens.

Eu quero aqui também dizer um pouquinho da trajetória do Romoaldo, que nasceu em Paranavaí e chegou ao Mato Grosso – como muitos sulistas, não é, Senador? – em 1978, quando foi transferido de uma agência do extinto Banco Financial de Maringá para Alta Floresta, aos 18 anos.

Ele foi o primeiro da família a se estabelecer no estado, sendo seguido posteriormente por seus irmãos e pais, Romoaldo Aloísio e Lourdes Venâncio.

Tudo isso que estou falando... Eu quero registrar que estou transcrevendo aqui, falando de uma matéria do G1.

> Aos 8 anos, começou a trabalhar como engraxate, mais tarde auxiliando na limpeza de torno mecânico junto ao pai, que era torneiro. Antes de iniciar a carreira política em Alta Floresta, Romoaldo foi proprietário de uma distribuidora de bebidas e gerente de fazenda. Em 1982, aos 22 anos, iniciou a trajetória política ao ser eleito o terceiro vereador mais votado da cidade.
> Romoaldo foi eleito deputado estadual em 1990 e designado líder do governo Jayme Campos. [Então, a relação nossa com o Senador Jayme Campos, na minha primeira eleição, também em 1990, foi junto com Jayme Campos.]
> Foi reeleito em 1994, tornando-se o primeiro-secretário da Assembleia Legislativa. Em 1998, conquistou novamente uma cadeira no Legislativo.
> Após três mandatos como deputado estadual, Romoaldo retornou a Alta Floresta para ser prefeito da cidade, obtendo mais de 60% de aprovação nas urnas em 2000. Em 2010, voltou à Assembleia Legislativa para assumir seu quarto mandato, atuando como primeiro vice-presidente e líder do governo no Legislativo.
> Em 2014, foi reeleito com 41.764 votos. [Para Mato Grosso, como Deputado Estadual, é uma expressiva votação.]
> Em 6 de fevereiro de 2019, iniciou seu sexto mandato, tornando-se o parlamentar com mais tempo no Parlamento mato-grossense. A vasta experiência levou o governador Mauro Mendes a convidá-lo para ser vice-líder do governo na Assembleia Legislativa. Em 2022, Romoaldo anunciou aposentadoria da vida política, passando a dedicar-se a projetos pessoais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu registro aqui toda essa saga do Romoaldo, em nome de toda a sua família. E faço uma homenagem a todos os sulistas, Sr. Presidente Senador Flávio Arns.

A Mato Grosso, eu sempre faço questão de dizer, nós devemos muito. Agora, na terceira fase do estado, eu digo que, primeiro, foram os bandeirantes, os primeiros escravos na criação de Vila Bela da Santíssima Trindade – inclusive, fez aniversário agora, na segunda-feira, a nossa primeira capital. Depois vieram os bandeirantes, a busca do ouro; depois os nordestinos, a busca do garimpo, do diamante; e, finalmente, os sulistas para desbravar o cerrado, fazendo com que Mato Grosso hoje fosse um dos campeões de produção e de produtividade mundial. Porque nós temos hoje uma agricultura com tecnologia de precisão.

Então, V. Exa. Senador Flávio Arns pode se considerar também um grande homenageado por todos nós mato-grossenses, porque a sapiência, a sabedoria, o arrojo desses sulistas – a gente fala dos gaúchos, dos rio-grandenses, os catarinenses e também dos paranaenses...

Hoje, grande parte da nossa riqueza do Mato Grosso se deve principalmente ao trabalho desses brasileiros e brasileiras que para lá foram.

Então, fica aqui a nossa homenagem ao Romoaldo Júnior por toda essa carreira brilhante que teve e, além de tudo, como um companheiro, amigo e um ser humano invejável. Ele sempre fazia questão de fazer caridade e de manter os seus amigos.

Então, mais uma vez, Juliano, em memória aqui do Romoaldo, para toda a família, fica aqui o nosso conforto e o nosso agradecimento pelo trabalho dessa figura humana tão expressiva em nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero me solidarizar também com V. Exa., com as famílias e com os amigos.

As perdas são sempre, assim, muito sentidas, não só pela comunidade, mas em particular pelas famílias. E ao Romoaldo, de uma maneira particular, que tem a sua origem lá no Paraná, Paranavaí, Maringá e de lá foi exportado para o Mato Grosso. Nossa solidariedade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu estou fazendo questão de falar aqui na Comissão de Educação porque o Romoaldo também sempre se dedicou a essa área, principalmente como Prefeito, fez um grande trabalho na cidade de Alta Floresta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria falar com o Dr. Hiran que nós poderíamos... Estava vendo aqui o dia 28 de abril, a doença de Fabry, se porventura fosse votado o projeto nesta semana, haveria tempo suficiente, talvez, para a sanção do Presidente.

Então, se nós falássemos com o Presidente Rodrigo Pacheco no sentido de incluir como extrapauta ou alguma coisa que possa ser feita, porque não há objeção do Plenário também...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Por isso eu pedi a urgência.

Eu queria que V. Exa., com todo o seu prestígio... Para que também a gente possa conversar com o Presidente para incluir extrapauta.

É uma pauta consensuada e eu acho que vai dar uma sinalização muito positiva do nosso Parlamento para as pessoas que são portadoras de doenças raras.

Vamos trabalhar com o Presidente para tentar pautar.

Presidente, muito obrigado pelo apoio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Muito bem.

Antes de encerrar a presente reunião, informo que está agendada para o dia 26 de março de 2024, terça-feira da próxima semana, às 10h, a reunião de comparecimento da Ministra de Estado da Cultura, Exma. Sra. Margareth Menezes, para que seja realizado um balanço das atividades de 2023 e também os avanços e desafios para o ano de 2024 e anos subsequentes, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2024.

Agradeço a todos e a todas.

Nada mais havendo a tratar, e agradecendo novamente a presença, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às quatorze horas do dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e quatro, no Remota, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Leila Barros, Jussara Lima, Paulo Paim, Jaques Wagner, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 70/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater a Perspectiva dos Pós-Graduandos no mundo do trabalho do Século XXI. **Participantes:** Sr. Vinicius Soares, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); Sra. Denise Pires de Carvalho, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Sr. Olival Freire Junior, Presidente Substituto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Sra. Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Sr. Charles Morphy D. Santos, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (FOPROP); e Sra. Lucia Carvalho Pinto de Melo, Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/03/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Agradeço, inicialmente, a todas e todos a presença.

Esta audiência cumpre uma solicitação da ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos).

Nós temos disponível o tempo de duas horas, porque, às 16h, nós daremos início ao Plenário deliberativo e não é comum haver reunião de Comissão quando o Plenário se instala. Ele é muito pontual, mas acho que a gente vai poder, sim, vencer todo esse tempo.

A proposta é que nós tenhamos um tempo de dez minutos para a exposição inicial. Depois, a gente vai ler os questionamentos ou as sugestões encaminhadas pelo eCidadania, porque se trata de uma reunião interativa. Ouviremos algum Senador ou Senadora que queira se pronunciar, e, havendo necessidade, faremos a devolutiva para nossos queridos e ilustres convidados.

Combinado, então?

Quem tem premência de horário é Charles.

Nós temos uma mesa já formada. Vou relatar para os nossos internautas terem uma visão geral da mesa.

Temos a presença do Sr. Olival Freire Junior, Presidente Substituto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); do Sr. Vinicius Soares, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); da Sra. Denise Pires de Carvalho, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); da Sra. Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); do Sr. Charles Morphy D. Santos, Presidente do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop); e da Sra. Lucia Carvalho Pinto de Melo, Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Vou passar, de imediato, a palavra ao Prof. Charles, Presidente do Fórum de Pró-Reitores.

Muito bem-vindo e muito obrigada.

O SR. CHARLES MORPHY D. SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. É um prazer estar aqui, dividindo a mesa com colegas tão diletos, com quem a gente vem falando já há muito tempo.

Como a senhora colocou, sou o atual Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior. Nós representamos 273 instituições de todos os segmentos, federais, estaduais, particulares e universidades privadas, comunitárias, de todas as regiões do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma apresentação breve que eu acho que vai dialogar bastante, inclusive, com a apresentação da Profa. Denise, Presidente da Capes, porque vou apresentar também algumas informações que vêm diretamente da Capes.

Coloquei a minha tela aqui. Vocês estão vendo? O que nós vamos falar aqui é um pouquinho sobre avanços e desafios da pós-graduação no Brasil. É um tema fundamental e é um tema que é difícil de se discutir, porque ele tem muitas complexidades, muitas frentes. E vamos falar um pouquinho, em especial aqui, em que posição nós estamos na pós-graduação, no que a gente precisa ainda avançar um tanto.

Esses são dados – e a Profa. Denise, como Presidente da Capes, conhece na ponta da língua – da nossa última avaliação quadrienal dos programas de pós-graduação. Qual é o tamanho da nossa pós-graduação no Brasil hoje? Nós temos quase 5 mil programas. Isso foi a última avaliação, de 2017 até 2020, com 4.512 programas. Outros programas foram aprovados no último ano. Portanto, a gente tem hoje um universo bem grande de programas de pós-graduação. Talvez seja o sistema de pós-graduação mais organizado e mais robusto do mundo. Esse sistema percola todas as regiões do país, com uma certa predominância nas regiões que tiveram a criação de programas de pós-graduação antes, com mais tempo, mais história na pós-graduação – a interiorização da pós-graduação é relativamente recente –, e a gente tem uma distribuição dos programas segundo os conceitos da Capes, que é praticamente uma curva normal, como a gente consegue ver aqui nesse eslaide.

Isso significa que nós temos boa parte dos nossos programas com condições de oferecerem tanto cursos de mestrado quanto doutorado. Aqui nós estamos falando especificamente da pós-graduação *stricto sensu* e não dos cursos de especialização que são considerados pós-graduação ou *lato sensu*.

Uma questão fundamental que chacoalhou, de certa maneira, o nosso sistema nacional de pós-graduação de uma forma positiva, foi o investimento adicional que tivemos o ano passado, em 2023, para o reajuste das bolsas de mestrado e doutorado, e também de pós-doutorado. Elas estavam sem alteração nos seus valores desde 2013. Isso significa que hoje nós temos bolsas, que são bolsas para pesquisadores – a gente não deve entender isso como uma bolsa assistencial, mas sim a bolsa para os pesquisadores, que trabalham efetivamente como pesquisadores, os mestrandos e doutorandos –, que é mais atrativa do que nós tínhamos há pouco tempo, no início do ano passado, final de 2022. Hoje nós temos uma bolsa de pesquisa para mestrandos e doutorandos, e também para pós-doutorandos, que é mais atrativa, o que, de certa maneira, também é uma forma de a gente trazer os nossos alunos e alunas da graduação para dentro da pós-graduação.

Ainda assim, nós entendemos que o orçamento para 2024 está abaixo do que seria o adequado. Estou falando isso para a gente ter uma noção de onde estamos na pós-graduação. Isso aqui vem do *site* da Capes. Aqui nós temos a dotação e a execução de 2023. Se a gente olhar a dotação para 2024, é perceptível aqui que há uma redução do orçamento previsto, o que, de certa maneira, vai impactar algumas ações, tanto da Capes quanto ações ligadas à pós-graduação, de uma forma geral. Esses números são importantes para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente ter uma dimensão, uma real dimensão do que nós estamos falando, em termos orçamentários, diretamente para a pós-graduação no país, via Capes. Mas é óbvio que o cenário que nós temos hoje é um cenário muito mais interessante do que tínhamos há pouco tempo.

O que nós temos hoje é um cenário muito mais interessante do que tínhamos há pouco tempo.

Aqui, é a avaliação dos recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia. Não são exatamente os recursos da Capes, mas os recursos da Capes também tiveram essa curva descendente, em especial de 2016 para frente, com uma retomada a partir do ano passado, 2023.

Para que a gente tenha uma noção do que nós estamos falando quando falamos da pós-graduação, nós estamos falando de um universo que é maior do que este, pois são dados de 2017. São quase 400 mil estudantes mestrandos e doutorandos que estão concentrados nos programas de pós-graduação em especial das universidades públicas do Brasil, as federais e as universidades estaduais, com um percentual bem menor nas instituições privadas e também nas instituições comunitárias.

Portanto, o que nós estamos falando, quando falamos de pós-graduação *strictu sensu,* é que mais de 80% dos estudantes e das estudantes estão nas universidades públicas. Nas privadas, há um número bem menor em pós *strictu sensu*.

Ainda assim, é importante que a gente entenda de que universo de estudantes nós estamos falando. A pós-graduação no Brasil ainda não reflete a estrutura étnico-racial do país. Nós temos uma concentração grande – isto são dados de um trabalho do Prof. Luiz Mello, da Federal de Goiás, mostrando a distribuição por raça ou cor de estudantes de pós-graduação no Brasil –, a gente percebe que há uma predominância dos autodeclarados brancos quando comparados com autodeclarados pretos e pardos. Portanto, a pós-graduação no Brasil ainda não reflete a nossa sociedade. A sociedade fora dos muros das universidades, dos institutos de pesquisa é diferente da sociedade que temos aqui dentro.

Um dado importante também tem a ver com a faixa etária dos pós-graduandos e de quem termina a pós-graduação no Brasil.

Os doutorandos no Brasil, em geral, finalizam seus projetos de doutorado e obtêm o título de doutorado em uma idade um pouco acima do que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos e em países da Europa. Vocês estão vendo aqui que cerca de 10% dos títulos de doutor no Brasil são dados para discentes de até 30 anos. Quando a gente sobe um pouquinho a faixa etária, também sobe a formação mais tardia, que é refletida aqui neste gráfico para essa faixa etária, que a gente consegue ver.

O centro, mais de 50% dos nossos doutores são formados entre 30 e 40 anos. Isso é algo que, por exemplo, na minha universidade, a Universidade Federal do ABC, é muito claro. A gente percebe, de maneira muito clara, que os nossos estudantes de pós-graduação são mais velhos no sentido de terem idade um pouco acima da que terminam a graduação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa importante. Quando eu fiz pós-graduação, não faz muito tempo, mas já faz algum tempo, o caminho normal pensado era o caminho da docência. Era o caminho da docência no ensino superior, era entrar em alguma instituição de ensino superior para tentar pesquisar e para ensinar também para graduando e para pós Mas isso eu falo do meu lugar de fala como homem. Quando a gente olha a distribuição de docentes mulheres no Brasil, no ensino superior, de 2010 para 2022 tivemos uma alteração, mas ainda existe uma predominância de homens como docentes no ensino superior. Por que isso é um dado importante? Porque estamos falando de uma sequência de poucas pessoas entrando na pós-graduação, um universo limitado, étnico-racial, entrando na pós-graduação, e, quando a gente passa da pós-graduação para a docência efetiva no ensino superior, a gente tem muito mais homens do que mulheres, ainda que isso esteja mudando. Com o passar do tempo, nos últimos 10, 12 anos, houve uma alteração, mas a predominância ainda é muito clara.

Finalizando aqui, eu tenho mais 15 segundos, só para a gente ter uma noção do que nós precisamos quando estamos falando do mercado de trabalho.

Isso aqui é um gráfico que aponta que hoje nós temos muito mais alunos da graduação na área de ciência da computação e de tecnologia de informação e comunicação. E o desafio que a inteligência artificial nos coloca é fundamental para a gente pensar em estratégias de absorção de estudantes, de mestres e doutores no ensino superior, e também de absorção fora do ensino superior, fora da academia, para além da academia, participando da confecção de políticas públicas, de eventos de popularização da ciência, trabalhando em empresas, criando *startups*, sendo empreendedores, indo para o ecossistema de inovação. Tudo isso são desafios que a gente precisa levar em conta quando nós falamos da pós-graduação e do mercado de trabalho no século XXI.

Algumas dessas frentes são muito novas, muito recentes, quando a gente fala, por exemplo, da inteligência artificial, não são tão apocalípticas, pelo menos na minha percepção ou quanto alguns pensam, mas a gente tem que abraçar isso para tentar discutir não só o futuro, mas o presente à luz do que vem na próxima semana, no próximo mês, no próximo ano.

Portanto, para finalizar aqui, eu extrapolei os meus 15 segundos, eu entendo que a pós-graduação precisa descer da torre, ou seja, olhar também para fora dos muros em que o conhecimento é construído no país em nossos cursos de mestrado e cursos de doutorado.

Desculpem-me se extrapolei o tempo, obrigado pela oportunidade, fico à disposição de vocês.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Professor, nós é que agradecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe-me por essa insistência do tempo tão repentina, mas é automático, não se preocupe também.

O SR. CHARLES MORPHY D. SANTOS (*Por videoconferência*.) – Mas a gente perde um pouco o rebolado nesses 15 segundos que eles falam.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Vamos ver se a gente coloca só a sinalização.

Sempre a gente se depara com isso nas audiências, mas vamos ver como é que a gente contorna, já pedindo desculpas ao senhor e dizendo que pode ampliar um tiquinho, caso seja necessário.

Quero pedir licença a vocês para dar boas-vindas à Profa. Lucia Melo, minha conterrânea e contemporânea aqui no Conselho Estadual de Educação. Seja bem-vinda, Lucia.

Parabéns pelos dados, professor. Realmente o desafio é grande e os dados são bem ilustradores do tamanho desse desafio.

Dando continuidade, vou passar a palavra, voltando à ordem, ao Sr. Olival Freire Junior, Presidente Substituto do CNPq, por dez minutos.

Pelo menos vamos baixar o som desse aviso. Veja aí com a técnica se é possível.

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora. Parabéns pela iniciativa da audiência.

Quero falar do meu contentamento também de estar nesta audiência pública com a presença do Charles, da Helena, da Denise, do Vinicius.

A minha ponderação é uma ponderação menos calcada em números e mais genérica.

Então, a primeira ponderação que eu queria fazer é que, quando a gente fala do estado atual e do futuro da pós-graduação no Brasil e no mundo, do que nós estamos falando? Nós estamos falando do modo de produção da ciência nas sociedades contemporâneas.

A ciência é uma atividade quase tão antiga quanto a história das civilizações, mas a gente pode dizer que a própria palavra cientista é uma palavra criada no século XIX, na Inglaterra, no momento em que a atividade científica se profissionaliza. Em uma fase anterior, havia certamente atividade científica, mas essa atividade científica não era profissionalizada. E, ao longo do século XX, com a onipresença da ciência, tanto no desenvolvimento do bem-estar, no desenvolvimento da saúde quanto na realização das guerras, a ciência adquiriu uma enorme pujança e uma enorme presença em praticamente todas as sociedades.

É nesse contexto que a gente tem que entender a seguinte questão: o que é a pós-graduação para a produção da ciência? E a resposta eu diria que é muito simples. A pós-graduação é a mão de obra da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção da ciência nas sociedades contemporâneas. Se você corta a juventude de se dirigir para realizar a pós-graduação e cursos de pós-doutorado, é algo equivalente a você querer produzir carros tirando os operários, tirando os trabalhadores. Ou seja, sem essa força de trabalho da ciência que é a pós-graduação, nós não temos condição de continuar a produção da ciência.

E no Brasil não é diferente. Por essa razão que o Brasil criou, no final da década de 1960, o Parecer Sucupira. Peço desculpas à Profa. Denise talvez por estar avançando num terreno que ela mesma vai enfatizar. O parecer do Conselheiro Newton Sucupira deu uma institucionalidade à pós-graduação e, em seguida, os financiamentos da ciência e tecnologia, a partir de 1968, 1969 e 1970, principalmente, levaram a que a pós-graduação se expandisse rapidamente no Brasil.

Nós temos também um sistema robusto como política pública no âmbito da pós-graduação, porque é um sistema que permite o financiamento daquilo que é benfeito. Então, a gente avalia e financia. Isso é feito basicamente pela Capes. Em segundo plano, é feito pelo CNPq. O CNPq mais com foco na pesquisa, e a Capes mais com foco na formação dos pós-graduados. Mas é evidente que há uma forte interação entre as duas agências, porque esses pós-graduandos ou pós-graduados vão trabalhar exatamente na produção de conhecimento novo. A boa tese de doutorado é aquela que gera um produto novo, algo que não se sabia ainda.

Bom, mas, nas últimas décadas, mais do que a tradicional boa política pública de pós-graduação, o Brasil meteu o pé no acelerador para acelerar a formação de pós-graduados. Embora não eu tenha gráficos, não tenha eslaides, tenho um número que todos nós conhecemos aqui: o último Plano Nacional de Pós-Graduação previa chegarmos a 24 ou 25 mil doutores por ano; chegamos a ter 22 mil doutores por ano. Tem aí um efeito da pandemia, mas é um grande êxito para a sociedade brasileira. Isso ocorreu em paralelo a uma expansão do sistema público das universidades federais, é o sistema Reuni dos institutos federais, das universidades estaduais. Então, tudo isso configura o cenário que nós temos no Brasil hoje.

Nesse cenário, nós temos sinais de crise e, se nós não tivermos capacidade como nação brasileira, como Estado brasileiro, de fazermos o diagnóstico correto, nós teremos enormes prejuízos no futuro imediato da nação brasileira. Não estou mais falando da ciência; certamente a ciência será prejudicada, mas a ciência, como parte essencial do projeto de desenvolvimento da nação, será prejudicada.

Quais são os sinais que estão presentes? Certamente o Vinicius vai acentuar isso. O mais importante é uma sensação de insegurança que toma conta dos nossos pós-graduandos e dos nossos pós-graduados, os pós-doutores. É uma sensação de insegurança, certamente mitigada, como o Charles chamou a atenção, pelos reajustes recentes, mas apenas mitigada, porque persiste dúvida sobre a empregabilidade dos nossos pós-graduados e persiste um cenário de insegurança na coisa mais elementar, que é a estabilidade e, particularmente, o vínculo com a previdência social, enquanto uma pessoa com 23, 24, 25 anos e com o perfil que o Charles chamou a atenção, pessoas na faixa dos 30, 40 anos de idade, pessoas para as quais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portanto, a perspectiva da estabilidade previdenciária é algo essencial. Então, eu acho que nós temos aí o diagnóstico que a gente precisa fechar.

Tem uma ponta que eu não enfatizei aqui desse diagnóstico: o problema da empregabilidade dos nossos pós-graduandos e pós-graduados não se resolve só com mais vagas no ensino superior ou nos institutos superiores, nos institutos federais e universidades estaduais. Nós precisamos equacionar uma maior base de empregabilidade dos nossos doutores na sociedade brasileira em geral, em órgãos públicos, empresas, estados, municípios. Então, eu acho que esse é o cenário sobre o qual a gente deve se debruçar.

Certamente, o problema da previdência é absolutamente crucial. Eu sei que o meu horário já está se aproximando praticamente do final, mas eu diria que mesmo esse problema da previdência é um problema que envolve várias pontas, mas nesse problema, certamente, os legisladores do Congresso Nacional, Senadora Teresa, têm um enorme papel.

Qual é a dificuldade? Na primeira dificuldade – eu lhe digo da minha experiência aqui –, em um ano e pouco, como Diretor Científico do CNPq, assim que nós chegamos, buscamos assessoria jurídica. Nós tínhamos uma faceta disso que estávamos enfrentando, que é atrair de volta, repatriar cérebros brasileiros que estão no exterior, e nós queríamos oferecer-lhes um contrato.

Depois de várias consultas, a conclusão é: não tem segurança jurídica para oferecer contrato para os nossos doutorandos ou os nossos pós-doutorados, deferentemente de vários países na Europa e nos Estados Unidos, onde o pós-doutorado – eu me restrinjo ao pós-doutorado – é uma forma de contrato. Então, não tem essa segurança. É a conclusão depois de várias rodadas de discussão com a nossa Procuradoria Federal, do CNPq, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A saída que existe – essa é a resposta que nos foi dada pelo Procurador da MCTI – é a seguinte: os legisladores brasileiros precisam criar um quadro legal que permita a contratação por x anos de um pós-doutorado.

O Procurador, o Dr. Leopoldo, chegou a fazer uma brincadeira. Ele disse: "Nós precisamos de um Mais Médicos para a ciência". O que ele queria dizer com Mais Médicos? Teve um momento em que ele também brincou: "Nós precisamos de uma geringonça. Pode ser uma geringonça jurídica, mas, se o Parlamento a aprova, a geringonça dá estabilidade jurídica".

Então, esse é o primeiro problema, a estabilidade jurídica para nós termos contratos.

Tem o problema financeiro, de que, ao irmos para contratos, o custo de um pós-doutorado cresce bastante, e a gente vive o dilema entre reajustar o valor das bolsas ou aumentar o número de bolsas. Existe uma solução intermediária, mas esta solução intermediária também depende de uma solução jurídica, que é essa sobre que o Vinicius certamente vai falar mais; ele fez referência já aí, antes de nós começarmos a sessão. Nós precisamos criar um mecanismo que permita ao nosso pós-graduando e ao nosso pós-graduado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bolsista ter um vínculo com a previdência, e isso demanda uma solução jurídica. Certamente, ele pagará alguma coisa, mas não vão ser aqueles 80% ou o que você precisa colocar do valor da bolsa para ter um contrato. Mas, pelo menos, a gente conseguiria ter uma estabilidade no que diz respeito à previdência. Então, esse é um ponto que eu digo, assim, que está ao nosso alcance.

E, por fim, algo para o que também nós dependemos do Parlamento e dependemos do Executivo. Para nós avançarmos no rumo certo de equacionarmos a pós-graduação com o desenvolvimento da sociedade brasileira, precisamos de maiores orçamentos para a ciência e para a pós-graduação no Brasil.

Vou finalizar com um exemplo, Senadora. Na última reunião do Conselho Deliberativo do CNPq, nós tivemos uma discussão muito viva, com a participação muito ativa da Profa. Helena e do Prof. Odi, todos enfatizando o problema da empregabilidade dos doutores que nós estamos formando. Nós saímos daquela reunião, Helena, me permita chamá-la assim, pensando: uma das ideias que está na nossa cabeça, é claro, é a nossa chamada de pós-doutor, uma chamada que está em andamento, uma chamada tradicional do CNPq, o chamado Pós-Doutorado Júnior. Para nós aumentarmos isso, dependemos de orçamento.

Outra alternativa que nós estamos examinando, Helena, é relançarmos alguma coisa no estilo do Rhae, que é um sistema pelo qual a gente paga a bolsa, mas quem se candidata é a empresa, especialmente a pequena e média, que queira absorver doutores na sua equipe. Mas, de novo, nós estamos ainda tendo ou o FNDCT – e nós vamos levar essa luta para lá e eu sei que, certamente, a Helena vai nos apoiar – ou mais orçamento. E, certamente, a Profa. Denise, ao falar dessa dimensão, também vai falar nisso, de que, quando a gente vai para o orçamento de pós-doutorado, de bolsa de pós-doutorado, mesmo o orçamento da Capes não é suficiente para acomodar a atual disponibilidade de doutores que nós temos no Brasil que não estão empregados.

Então, eu resumo com esta mensagem: nós estamos vivendo um momento crítico, eu diria que é mesmo uma crise, mas uma crise que derivou de opções acertadas do Estado brasileiro. Outros Estados da América Latina não fizeram essa opção: ou se atrasaram mais na formação de cursos de pós-graduação, ou os cursos de pós-graduação são pagos. O Brasil fez essa opção que se desenhou ali, desde o Parecer Sucupira, e se configurou nos últimos 55 anos do nosso sistema de pós-graduação.

Mas o sucesso desse sistema criou esses problemas. E eu finalizo dizendo: é essa insegurança que a gente não pode permitir que se consolide na mentalidade dos nossos jovens, porque os jovens são movidos por sonhos – talvez todos nós sejamos movidos por sonhos.

Se me permite, eu posso contar uma história absolutamente pessoal, que mostra que os sonhos são dos jovens e dos mais idosos. Eu entrei no curso de Engenharia Elétrica e, com dois anos, apaixonado pela Física, eu larguei a Engenharia Elétrica para a Física. Foi um problema. Primeiro que, na minha cabeça, eu não pensava em como seria a minha vida profissional; eu estava movido pela paixão de fazer uma coisa que era mais científica do que a engenharia. E fui fazer o curso de Física. Eu lembro muito que minha mãe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi muito contra, mas meu pai, lá no interior da Bahia, dizia assim: "Mas meu filho vai ser físico nuclear". A palavra "nuclear" ele enchia a boca para dizer. Ele era uma pessoa já idosa, mas tinha essa expectativa de que ciência era uma coisa importante para o futuro do Brasil. Era um momento, particularmente, em que o Brasil estava equacionando o problema do desafio da disponibilidade de energia com as grandes hidrelétricas, com as usinas nucleares...

Nós precisamos, portanto, reencantar a sociedade brasileira e os nossos jovens com a perspectiva de profissões científicas e tecnológicas, porque elas são essenciais para o futuro do país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos.

Vou passar a palavra agora para o Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos, Vinicius Soares, o que faço muita satisfação, porque acho que a coisa está sendo pensada, há experiências sendo refletidas, e está na pauta. Acho que foi muito importante essa afirmação do CNPq.

Passo para você agora, Vinicius, para os seus dez minutos. (*Pausa.*)

Está sem som. Bote o som.

O SR. VINICIUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Vocês conseguem me escutar aí agora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Podemos.

O SR. VINICIUS SOARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, quero agradecer à Senadora por abrir este espaço dentro da Comissão para que a gente possa discutir esta que é uma importante pauta. A gente até coloca que não é uma pauta corporativista da ANPG, mas uma pauta de interesse nacional, que tem a ver com o desenvolvimento do nosso país.

Apresentando-me, eu sou Vinicius Soares, presido a Associação Nacional de Pós-Graduandos e sou doutorando da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Saúde Coletiva, apesar de ser pernambucano – e aqui a gente está numa mesa com alguns pernambucanos; inclusive, quero saudar toda a mesa –, questão importante para todos os políticos da nossa cena da ciência e da tecnologia no país, que podem nos ajudar a acumular força sobre esse debate.

Quando a gente fala sobre a situação do pós-graduando, da pós-graduação no Brasil, a gente precisa, inclusive, contextualizar que, nos primeiros 15 anos deste século, o Brasil avançou muito. A gente conseguiu expandir o nosso parque nacional universitário; conseguimos expandir especialmente o nosso parque nacional de pós-graduação e de ciência e tecnologia, especialmente com a expansão das universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Brasil titulava, no início dos anos 2000, cerca de 5 mil doutores por ano; em 2010, a gente colocou como meta do Plano Nacional de Educação o Brasil titular cerca de 25 mil doutores por ano – algo que está muito aquém dos nossos desafios nacionais, mas que, para aquele momento histórico do país, já foi uma revolução muito grande.

Mas hoje o que a gente vem enfrentando, inclusive – é uma perspectiva que nós da ANPG vimos apontando para a sociedade em geral –, é que a gente pode ter uma crise grande de formação de quadros técnicos no país. Por quê? Porque existe uma tempestade perfeita, especialmente como consequência dos últimos anos de negacionismo científico no país, com o processo social acelerado, a partir da pandemia, de uma questão, que a gente vem abordando, que é a falta de perspectiva para quem faz hoje pós-graduação ou para quem quer entrar hoje na pós-graduação.

E isso é algo que, inclusive... Alguns dos elementos dessa crise não são conjunturais; são alguns elementos são sistêmicos, e a gente precisa, de fato, incidir nessa causa para que a gente possa mitigar todas as consequências. E, só para se ter uma noção do que seria essa crise de formação de quadros técnicos, de 2019 a 2022, a partir do nosso entendimento, o Brasil deixou de titular cerca de 9 mil doutores no país, tendo vaga no sistema. Por quê? A gente, em 2018 e 2019, conseguiu atingir o patamar de 25 mil doutores titulados no país, mas, a partir de todo o processo negacionista, como eu já coloquei, e do processo também da pandemia, a gente vê uma decrescente do número de titulados de doutores. Então, a gente tem um contingente muito grande de mestrandos e doutorandos que estão contingenciados hoje nos sistemas, que ainda não conseguiram sair da pós-graduação.

A isso associa-se o fato de que hoje a pós-graduação no Brasil não está sendo mais atrativa para quem sai da graduação. Porque, veja, hoje, um recém-graduado, por exemplo, em engenharia vai precisar optar: ou ele entra numa pós-graduação, normalmente para receber uma bolsa de mestrado que custa R$2,1 mil, ou ele vai entrar no mercado de trabalho, muitas vezes, conseguindo um salário inicial de R$3 mil, R$3,5 mil. E, na conjuntura da crise econômica e social que a gente ainda vive no país, essas pessoas acabam optando por entrar no mercado de trabalho, especialmente porque o mercado de trabalho consegue garantir uma espécie de seguridade social para essas pessoas.

É isso que a gente quer trazer aqui como foco da nossa discussão, porque hoje o estudante de pós-graduação, na prática, acaba tendo uma ausência de direitos sociais. A gente até fala que existe um eclipse de direitos sociais para quem faz pós-graduação no Brasil, porque, por exemplo, quando a gente está na graduação, a gente tem acesso ao Plano Nacional de Assistência Estudantil, especialmente nas universidades federais; mas, quando a gente vira estudante de pós-graduação, esse acesso é vetado, especialmente porque o decreto veta os estudantes de pós-graduação.

Um outro exemplo que fica muito claro é que, por exemplo, a licença maternidade para as trabalhadoras no Brasil foi aprovada em lei ali na década de 1940. E, para as pós-graduandas bolsistas, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só foi aprovada agora em 2017. E isso só conseguimos aprovar para as bolsistas. As não bolsistas ainda ficam aí à mercê do entendimento dos coordenadores, dos orientadores das dissertações e das teses.

Então, existe esse eclipse de direitos e que traz justamente essa falta de perspectiva de valorização dos jovens pesquisadores. E, assim, muitas vezes quem está já na pós-graduação acaba pensando duas vezes se continua nos seus projetos ou se sai; e quem está querendo entrar também pensa duas vezes se vai entrar ou não por causa dessa perspectiva.

E aí, essa crise sistêmica de formação de quadros técnicos, inclusive, é agravada por quê? Já existe um fenômeno social hoje na graduação, porque, segundo o Inep, a evasão na graduação já atinge cerca de 60% dos estudantes – isso envolvendo universidades públicas e privadas –, ou seja, a gente tem aí teoricamente 60% de candidatos a menos para entrar em um programa de pós-graduação. Então, a associação de todos esses fatores pode gestar justamente essa crise que a gente vem apontando.

E todos esses desafios nacionais que nós temos hoje no século XXI, em 2024, no Brasil, como, por exemplo, o próprio processo de neoindustrialização, o plano de combate à fome, a questão da transição energética, isso tudo vai requerer que a gente tenha uma formação de recursos humanos; uma formação de alto nível, mas também a absorção desses recursos humanos.

E, por outro lado, a gente tem justamente aí na ponta uma falta de perspectiva para quem hoje está fazendo mestrado e doutorado. A gente, enquanto estudante de pós-graduação *stricto senso*, pensa muito: o que eu vou fazer quando terminar o meu mestrado, quando terminar o meu doutorado? Porque a gente tem de fato uma lacuna sistêmica em nosso país já que a gente não tem um plano de absorção desses mestres e doutores.

Veja, a gente colocou, e de forma muito acertada, a titulação de 25 mil doutores no país por ano, mas a universidade brasileira não abre 25 mil vagas por ano, então essa conta na prática não fecha. Portanto, vai precisar existir uma indução especialmente do Estado para que o setor produtivo econômico comece a absorver esses doutores. São mais de 150 mil doutores que nós formamos aí, pelo menos, nos últimos dez anos, e o Brasil agora precisa se debruçar para saber como é que a gente vai fazer para que essa mão de obra, que é muito qualificada, seja absorvida.

E nós da ANPG temos uma opinião. Nós precisamos agora, nesse próximo período, trabalhar em duas perspectivas. A primeira é aprovar uma cesta de direitos básicos para os pós-graduandos no sentido de que nós estamos uma condição híbrida: nós estamos entre ser estudantes e trabalhadores ao mesmo tempo. E a própria Constituição brasileira coloca ali, no capítulo da ciência e tecnologia, no art. 218, §3º, que o Estado brasileiro precisa prover condições especiais de trabalho para aqueles que se dedicam à produção científica. E é nada mais, nada menos do que isso que a ANPG vem pautando: uma cesta de direitos básicos que possa incluir direitos estudantis, como o acesso ao Plano Nacional de Assistência Estudantil; direitos trabalhistas, como, por exemplo, o acesso ao adicional de insalubridade, entre outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas; e em especial também os direitos previdenciários, para que esse tempo que a gente passa no mestrado e doutorado, de quase seis anos, possa ser contabilizado para o nosso tempo de aposentadoria.

Inclusive, depois da reforma previdenciária que o Brasil aprovou nos últimos anos, a gente hoje não tem perspectiva de se aposentar enquanto pós-graduando, porque atrasamos em seis anos a nossa entrada no mercado formal de trabalho. Então, a gente precisa aprovar esses instrumentos para dar uma seguridade social para os pós-graduandos, inclusive numa perspectiva de valorização de quem já está na pós-graduação, mas também instrumentos para atrair novos talentos para a pós-graduação, para que mais pessoas possam entrar no nosso sistema de pós-graduação.

E, dentro dessa cesta de direitos básicos, nós temos pautado muito uma perspectiva do próprio reajuste de bolsas, o que a gente conseguiu fazer no início do ano passado, e agora a gente vem pautando que a gente possa aprovar um mecanismo anual de reajuste, para que, ano a ano, a gente não tenha que fazer uma mobilização política e, à mercê do perfil do Governo Federal, tenha ou não esse reajuste das bolsas. Então, a gente vem pautando um mecanismo anual de reajuste e com uma urgência para que a gente tenha um reajuste das bolsas de doutorado no exterior, porque ele ainda não foi aprovado e a gente sabe que muitos doutorandos que estão no exterior hoje representando o Brasil estão em caráter de vulnerabilidade social.

Então, hoje a ANPG tem colocado muito esse tema como um debate de desenvolvimento nacional, para que o Brasil possa tomar uma decisão política, porque a pandemia mostrou aí o quanto a ciência define o destino das nações, e o Brasil não pode ficar atrás de nações como Estados Unidos, como China, as potências aí na ciência e tecnologia. Para que a gente possa de fato entrar no século 21, o Brasil precisa tomar essa decisão política de valorizar os seus jovens pesquisadores, de valorizar o seu corpo social de pesquisadores, porque nada é mais justo do que a gente lembrar que 90% da ciência nacional é produzida no âmbito da pós-graduação, ou seja, pelos nossos jovens pesquisadores.

E nós temos aí – já também finalizando a minha fala – ainda uma janela de oportunidade histórica no país, porque o Brasil ainda está fechando a sua janela demográfica, e todos os países que lograram algum nível de desenvolvimento aproveitaram esse momento histórico para investir justamente na juventude, investir em educação, investir em ciência, porque esses são os elementos que podem gerar oportunidades para a população. Então, a gente precisa ainda aproveitar que o maior segmento economicamente ativo do Brasil é a juventude e que a juventude está muito ávida em contribuir com o desenvolvimento nacional, porque nós temos potência, nós temos capacidade; o que falta de fato é a geração de oportunidade para que nossos meninos e meninas possam contribuir para o nosso desenvolvimento nacional.

E aí, já finalizando a minha fala, a ANPG acabou de protocolar na Câmara dos Deputados um projeto de lei para garantir os direitos previdenciários para os pós-graduandos. Então, a gente vai fazer aqui a luta, na Câmara dos Deputados, para que a gente possa aprovar o mais rápido possível, porque isso é uma luta de 40 anos, e em seguida a gente vai seguir no Senado, com certeza, com a ajuda da nossa Senadora Teresa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitão, para aprovar também no Senado, para que o Brasil possa começar a pavimentar esse caminho de valorização dos pós-graduandos.

Esperamos contar com todo mundo nessa mobilização, para que a gente possa apontar um caminho de reconstrução nacional, valorizando os jovens pesquisadores e também a ciência nacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Vinicius. O projeto foi protocolado na Câmara; depois, você encaminha para a gente também já começar a dar uma lida, começar a fazer os diálogos necessário .Muito obrigada pela sua intervenção.

A próxima intervenção será da Profa. Denise Pires de Carvalho, Presidente da Capes, por dez minutos iniciais.

Denise, muito obrigada pela presença.

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Teresa Leitão.

Todos me escutam bem?

É um prazer enorme, uma honra, estar aqui com a senhora e com meus colegas: a Lucia Melo, pela SBPC; Helena Nader, pela ABC; Olival Freire, Diretor Científico do CNPq, como Presidente substituto; o Vinicius Soares, Presidente da ANPG; e o Charles, que é o Presidente do Foprop no momento.

Eu vou fazer uma pequena apresentação. (*Pausa.*)

Todos conseguem ver? (*Pausa.*) Sim?

A Capes foi criada pelo educador Anísio Teixeira no mesmo ano que o CNPq, em 1951. Eu chamo atenção para esse fato porque, na verdade, a Capes antecede, em mais de uma década, o movimento que levou à institucionalização da pós-graduação, mas já com a intenção de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Nós sabemos que à época havia apenas a possibilidade de estudo pós-graduado, na maior parte das vezes, fora do país, e apenas a elite podia sair do país e podia prosseguir no mestrado, no doutorado. Muitos ainda faziam, inclusive, graduação fora. Em 1953, havia 79 bolsas; e, em 2023, a Capes distribuiu 104 mil bolsas no Brasil, especificamente mestrado e doutorado.

Eu vou falar um pouco disso e como isso aconteceu ao longo dos anos durante a minha apresentação. Mas eu chamo atenção para que a pós-graduação *stricto sensu* se institucionaliza, a partir da década de 1960, com o Parecer Sucupira. E, durante todos esses anos... Ressalto que ainda não completamos 60 anos do Parecer Sucupira, portanto o Sistema Nacional de Pós-Graduação, que se constituiu como tal durante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses quase 60 anos, é muito jovem. É jovem, mas já faz com que o Brasil desponte como um dos países que mais produz ciência no mundo. Estamos entre os 15 primeiros: chegamos a 13º, estamos em 14º e eu espero que consigamos avançar.

Então, aqui é um esquema sobre o que havia de programas de pós-graduação em 1970. Vejam a grande concentração na Região Sul e Sudeste; e aqui, o Distrito Federal; poucos cursos na Região Nordeste e um vazio completo na Região Norte, e muito também na Região Centro-Oeste. Havia 167 programas de pós-graduação, em 23 municípios apenas, assim que a pós-graduação é institucionalizada. E os senhores podem ver que, em 2022, havia 4.777 programas de pós-graduação, em 323 municípios. Não é uma coincidência que, durante esse tempo e com a expansão do sistema de pós-graduação em todo o território nacional, o país desponte como um dos países que mais produz ciência no mundo, porque é uma ligação direta entre a atividade de produção de conhecimento e a atividade de pós-graduação.

E aqui eu trago o número de pessoas tituladas ao longo dos anos, a partir de 2000. Na verdade, esse aumento progressivo acontece de maneira paralela com o aumento importante da Rede Federal de educação superior, que foi a rede que mais ampliou em termos de rede pública de educação superior, embora seja a rede pública responsável por cerca de apenas 22%, 23% das matrículas na educação superior.

Embora tenha um quantitativo muito pequeno de matrículas na graduação, é essa, a Rede Federal e Estadual, a principal rede em que estão os programas de pós-graduação mais qualificados e que produzem mais mestres e doutores no país, como bem mostrou o Charles.

Nós atingimos, em 2016, os 60 mil mestres previstos no PNE. Depois, houve uma queda devido à pandemia e também ao subfinanciamento que atacou a ciência brasileira entre 2016 e 2022. O número de mestres chegou a 60 mil, o número de doutores não chegou a 25 mil, o que também estava no Plano Nacional de Educação, mas o número de doutores chegou próximo a 25 mil.

E, vejam, não uma coincidência, mas o número de artigos publicados cresce junto com o número de mestres e doutores. Portanto, se o Brasil quer continuar como um dos países que mais produz ciência e fazer com que essa ciência atinja a sociedade, saia dos muros das nossas universidades, consiga ser transformada em emprego e renda para a nossa população, é um sistema que está absolutamente preparado, mas que precisa ser financiado.

Então, vejam, nos últimos anos, se nós olhamos 2013 a 2022, houve um crescimento do número de ingressos na pós-graduação de 91.853 para 100.908. Portanto, houve um crescimento no ingresso, nessa última década, que foi menor do que 10%. Nesse ritmo nós não vamos alcançar a média da OCDE em termos de percentual de doutores da nossa população.

E por que isso é importante? Porque são os doutores, os pesquisadores que geram conhecimento, que vão gerar cada vez mais conhecimento e, consequentemente, emprego e renda devido à saída do Brasil da economia, que é majoritariamente ainda extrativista, para uma base que seja de produção de alta tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A alta tecnologia depende, não só a alta tecnologia, mas a produção de conhecimento que pode levar ao desenvolvimento social e econômico do Brasil, da presença de doutores. Não é coincidência que os países mais desenvolvidos do mundo tenham um percentual maior do que a média da OCDE em termos de doutores. Nós ainda temos cinco vezes menos do que a média da OCDE em número de doutores.

Portanto, precisamos, por um lado, dinamizar a formação de doutores no país. Muitos dos cursos de pós-graduação do país não têm porque ainda ter uma titulação muito longa, como muito bem demonstrado pelo Charles, não há país no mundo que forme doutores tão tardiamente quanto o Brasil, e o Charles tem toda a razão. E nós, que temos um sistema nacional de pós-graduação bem consolidado, precisamos discutir para que esse salto em termos de número de doutores seja dado no país.

Então, nós temos, hoje, no sistema nacional de pós-graduação, e a Capes é responsável por cerca de 80% desse sistema, quase 361 mil pós-graduandos matriculados. Tivemos, em 2022, esse número de titulados e esse número de desligados.

Então, esses dados são de 2022, e a gente deve, em breve, consolidar os dados de 2023. Mas são 480 instituições que oferecem pós-graduação, com cerca de 7 mil cursos, ultrapassamos 7 mil cursos em 2023, e mais 4,6 mil programas. E isso tudo, esse avanço necessário para o nosso país, embora ele tenha sido importante, ele ainda está muito aquém do que o Brasil precisa para se tornar uma nação soberana e desenvolvida.

Então, vejam que houve aqui, infelizmente, uma parada no ritmo de matrículas na pós-graduação, seja no doutorado e mestrado acadêmicos, e o profissional, um aumento muito pequeno, e o doutorado profissional cresceu, mas as pós-graduações profissionais ainda têm um número pequeno de matrículas. E essa diminuição da procura pela pós-graduação é, por um lado, devida ao fato de não haver uma bolsa com valor suficiente, como já foi dito aqui pelo Vinicius, pelo Charles e pelo Olival, mas também por não ter havido um aumento importante no número de bolsas, e, por outro lado, à diminuição do fomento às atividades científicas que aconteceu, inclusive, com o contingenciamento do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico que aconteceu até 2022, e eu espero, e nós vemos aqui esse acréscimo.

Aqui já são dados, embora preliminares, de 2023. Então, aqui é o que o nosso Presidente Lula chama de reconstrução do Brasil. Precisamos ampliar muito mais as matrículas na pós-graduação, e isso já aconteceu em 2023. Então, as bolsas do país, em 2022, eram da ordem de cerca de 100 mil bolsas, a maioria no mestrado, mas há também muitas bolsas... A maioria é no doutorado, desculpem-me, mas há muitas bolsas de mestrado, e eu não tenho dúvida que, para o Brasil se desenvolver mais com o Sistema Nacional de Pós-Graduação de excelência que temos, e eu estou falando aqui principalmente dos cursos 5, 6 e 7, precisamos ampliar o número de bolsas de pós-doutorado para que esses cientistas tenham tempo para se inserir e ajudar o Brasil a se reindustrializar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam: aqui é o impacto importante no orçamento do aumento do valor das bolsas, bolsas essas que estavam com valor sem reajuste durante uma década, e isso afastou muitos os profissionais, porque são profissionais, dos bancos da pós-graduação, o que é muito ruim para o desenvolvimento do Brasil. Então, há uma atração maior pela pós-graduação porque há mais financiamento pelo MCTI e há mais financiamento pelo Ministério da Educação naquilo que é o mais importante, naquela parte da educação que é mais importante para o desenvolvimento socioeconômico mais rápido do nosso país.

Obviamente, o orçamento precisa ser utilizado em todas as etapas de educação, porque o sistema educacional brasileiro todo precisa ser refinanciado e ter um ganho de financiamento e de orçamento para que a gente possa avançar desde a educação infantil até o doutorado e, por que não, também o pós-doutorado de maneira estratégica em áreas que sejam estratégicas para o nosso país.

E eu mostro aqui, por último, a evolução no número de bolsas de mestrado e doutorado concedidas pela Capes. Então vejam que, se compararmos com 2010, nós temos quase o dobro de bolsas. Portanto, em pouco mais de dez anos a Capes praticamente duplica o número de bolsas, e esse número ainda aumentará em 2023.

Sairá uma portaria em breve, porque já discuti na semana passada com o Foprop e com a ANPG, e nós temos certeza de que, através da concessão de um pouco mais de bolsas ligadas a programas específicos e às pró-reitorias das nossas universidades, nós poderemos avançar um pouco mais em 2023, apesar das restrições orçamentárias muito bem mostradas pelo Charles. E a nossa sociedade precisa entender e precisa nos apoiar para que haja menos cortes por parte dos relatores do Orçamento no Parlamento, e que a gente tenha aquilo que a gente merece, porque o Sistema Nacional de Pós-Graduação é, sem dúvida nenhuma, o motor para o desenvolvimento do nosso país e da sociedade brasileira.

Então, embora esse aumento tenha acontecido em 2023, nós queremos ainda aumentar para 2024 cerca de 10% no número dessas bolsas, e sigamos, então, juntos, Senadora Teresa. São muitas as pessoas que precisam, como é a luta da ANPG, dos direitos previdenciários. É fundamental para que haja ainda mais atratividade para o Sistema Nacional de Pós-Graduação, Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia; depende do trabalho desses profissionais altamente qualificados, que infelizmente estão se evadindo dos bancos da pós-graduação, aquilo que chamamos de evasão de cérebros dentro do próprio país, assim como infelizmente se evadindo para outros países, onde eles são mais valorizados.

Vamos valorizar os nossos pós-graduandos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos, Prof. Denise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora tocou num ponto fundamental, que é a disputa por orçamento nas Casas Legislativas, e do mesmo jeito eu digo que nós precisamos da pressão popular, para que possamos esticar o Orçamento para além de algumas práticas que insistem em permanecer e vigorar no interior dos Parlamentos.

Muito obrigada pela sua apresentação.

Passo a palavra agora para a Prof. Helena Nader, da Academia Brasileira de Ciências.

Muito obrigada, professora, pela sua presença.

São dez minutos de explanação.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Teresa. Eu quero lhe agradecer a aproveitar para cumprimentar, na sua pessoa, todos os meus queridos amigos dessa mesa.

E também quero aproveitar, porque eu tenho falado isso fora, mas eu quero falar agora para dentro: agradecer ao Senado, que teve a percepção correta de que sem ciência não vai haver desenvolvimento.

Infelizmente, tudo aquilo pelo que vocês se esforçaram foi derrubado na Câmara dos Deputados. Então o Senado fez a sua parte, e talvez nós, sociedade civil, não tenhamos feito a nossa da forma como talvez devêssemos ter feito. Vocês colocaram ciência, tecnologia e inovação fora do – eu vou continuar chamando teto de gastos, porque já estou numa idade em que não dá para aprender essas mudanças de nomenclatura para a mesma atividade fim que é nociva ao país.

Então, eu quero lhe agradecer; que a senhora transmita a todos os seus colegas o nosso muito obrigada da Academia Brasileira de Ciências.

O século XXI – eu vou complementar algumas das falas – é o século – e já se passou um quarto dele – da sociedade do conhecimento, que demanda novas competências, habilidades num compromisso de responsabilidade e de ética para o desenvolvimento pleno do ser humano. No Brasil, 8,5 milhões de quilômetros quadrados, 51,1% da população são mulheres e estamos, como o Vinicius já apontou, envelhecendo. E o Brasil não está prestando atenção nisso. A nossa taxa de crescimento caiu, e eu, cada vez que preparo eslaides, Senadora, para quando eu vou falar sobre isso, eu levo um susto: era 0,8; 0,7; 0,5 agora. Então, isso é muito preocupante. Em 2050 nós vamos estar com uma população envelhecida e que não está, talvez, preparada para assumir as funções que ela vai ter que desempenhar.

Teve um artigo que saiu ano passado na *Folha de S.Paulo* que eu achei muito interessante – aliás, d'*O Estado de S.Paulo* – a que eles dão o título "Os jovens nunca foram tão preciosos", que é comentando sobre o Censo. E aí tem uma frase que eles trazem de um demógrafo; ele diz assim: "Não há experiência histórica de um país que antes envelheceu e depois enriqueceu". Eu acho que isso deveria ser um lema, porque é agora; essa janela de oportunidade é agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu queria complementar é que eu discordo um pouco, viu, Charles, do olhar da idade, porque está sendo olhada ali a pós-graduação no Brasil comparada com a dos Estados Unidos. Não dá para fazer essa comparação, porque lá o indivíduo para, faz o doutorado e depois ele termina a Engenharia ou o Direito ou a Medicina. Aqui no Brasil eles vão fazer tudo isso depois, mas ainda muita gente precisa trabalhar para poder sustentar a pós-graduação, nós não temos bolsa suficiente. Então, temos que olhar; eu acho que valeria a pena fazer um estudo mais profundo sobre isso da idade e ver se tem relação com aqueles que têm bolsa, não têm bolsa... Eu acho que nós temos que ter mais alguns dados.

A outra coisa que eu queria trazer... Tem um artigo – artigo, não; é um livro – que toda vez eu vou atualizando, do Nerard, falando... Porque vocês lembram que nós tivemos um Ministro da Educação, um desserviço, que disse que o Brasil não precisava de doutores.

Então, eu fui pegar esses números em 2016, que é mais fácil para comparar todos. O Brasil formou cerca de 20 mil doutores. O Reino Unido, que é um país continental como o Brasil, 27.500 doutores. Um outro país continental gigante chamado Alemanha formou 68 mil doutores. E os Estados Unidos, 70 mil doutores.

Então, nós estamos muito aquém do que o Brasil precisa para ser uma nação soberana independente, como já foi apontado por muitos.

Quanto ao número de pesquisadores, engenheiros, doutores e engenheiros por milhão de habitantes, o Brasil está com cerca de 900; enquanto, se nós formos olhar a Alemanha, no mesmo ano, está com mais de 60 mil por milhão de habitantes.

Então, são escolhas. O Brasil tem uma escolha a fazer, e está perdendo o passo. Nós melhoramos no índice de competitividade global, *innovation*, inovação, mas estamos péssimos. Nós estamos na posição 49, que é muito ruim. O Brasil já esteve na posição 47, em 2011.

Então, isso é por quê? E aí eu venho com uma proposta, que eu acho que o Congresso Nacional deveria fazer, como fez Índia, como fez China, que é: empresa, tem que contratar doutores, tem que ter.

E a gente teve essa oportunidade, mas abriu mão, na época, por exemplo, da indústria farmacêutica. Fazer P&D no Brasil, contratamos nossos doutores. Não obrigamos. A Índia fez, a China fez, está aí aonde eles chegaram e aonde nós chegamos.

Então, existem alternativas. Como é que a indústria que pega dinheiro emprestado do FNDCT não emprega doutores? Está errado. O Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico determinou que esses que pegam dinheiro a baixa taxa, tinham que contratar doutores. Não estão contratando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos uma maneira de dar um salto tanto na empregabilidade quanto no avanço econômico do nosso país. Tem um dado, Senadora, que me assusta muito: são as principais empresas no Brasil... Eu levei um susto. Cinco delas são bancos. E, curiosamente, jogar na bolsa é investimento; por na educação é gasto. O conceito está errado.

Enquanto o Brasil não mudar esse conceito, nós vamos estar fazendo reuniões... Eu já estou velha, então não sei se eu sobrevivo a tanto tempo de audiências – e eu quero lhe agradecer por fazer mais esta –, mas mostrar que tem que mudar. Tem que mudar enquanto temos jovens. Tem que mudar para alguém poder manter os aposentados, porque, se não, a máquina vai quebrar, e as pessoas não estão percebendo isso. Nesse mapa de cinco bancos, nem vou falar nenhum deles, porque me dá calafrio. E, as empresas são: a Vale, a Petrobras e a Weg. Então, muito poucas, a Embraer um pouco.

Para concluir, eu gostaria de trazer por que o Brasil precisa de educação e CTI. Não é porque é chique. É porque os países que deram certo investiram em educação e em CTI. Todo mundo quer o milagre da Coreia, mas não investe igual a Coreia; quer o milagre da China, mas não investe igual a China. E tem que ser casado, educação e CTI estão de braços dados. A gente precisa de pessoal qualificado, precisamos de conhecimento avançado sobre processos e produtos; e precisamos continuar avançado, a ciência pelo avanço da inteligência humana, mas a ciência que também se reverte para a sociedade, que é aquela que mantém essa ciência.

Então, quero lhe agradecer pela oportunidade e dizer que sem a ANPG não vai ter mais... E aí eu dou um susto na bancada ruralista, porque eu acho que eles estão precisando tomar um susto. Não vai ter mais porque eles esqueceram que a África tem o mesmo solo, é igual ao do Brasil, é igual ao solo aí de Brasília, dessa região. A tecnologia já está dominada, e exportar para China é mais barato e mais rápido da África do que do Brasil. Então, talvez os filhos da bancada ruralista não tenham as regalias que os pais estão tendo. Se eles pararem para pensar que sem a ciência, e isso é válido para todas as outras empresas...

A ciência é a mola propulsora do desenvolvimento econômico de uma nação e a educação é a base de tudo. Sem ela não tem ciência, não tem tecnologia, não tem inovação. Eu brinco que é o filme do Charles Chaplin, Tempos Modernos. E aquele cara que fica: no começo, educação; depois, ciência; depois, tecnologia; e, finalmente, inovação.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por vídeo*.) – Muito obrigada, professora. Pegaremos essa... Não escadinha, mas essa articulação entre todos esses desafios.

Muito obrigada, pela sua intervenção.

Eu passo a palavra para a nossa última convidada a Profa. Lucia Melo, da SBPC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIA CARVALHO PINTO DE MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)

Boa tarde, querida, prezada Senadora Teresa Leitão, companheira de várias lutas aqui em Pernambuco pela educação, fazendo já um trabalho muito importante de trazer esse tipo de debate a um ambiente onde ele deve acontecer com mais frequência.

Eu quero cumprimentar a mesa, todos os aqui presentes, através da minha querida amiga Helena Nader, depois de fazer uma belíssima apresentação, muito instigante, e eu quero ver se eu contribuo para esse debate também.

Eu vou pedir desculpas, porque eu me atrapalhei com a hora da reunião – pensei que fosse às 16h –, quando o seu funcionário me avisa que já começou, então me atrasei por conta disso.

Eu vou compartilhar uma apresentação aqui. Vou tentar ver se eu vou acertar, porque eu mudei aqui o meu computador e agora eu estou... (*Pausa.*)

(*Procede-se à apresentação.*)

Bom, então, eu espero que todos estejam vendo. Eu não estou vendo vocês, porque essa foi a maneira como eu consegui aqui com meu computador. Então, se alguém não estiver me entendendo, por favor, faça-me um jeito de eu tentar compreender vocês.

Bom, eu vou tratar um pouco da questão da perspectiva dos pós-graduandos nesse novo mundo. Vou falar um pouco de onde nós estamos, acho que é importante entender as atividades profissionais dos egressos da pós-graduação. Já temos vários estudos nessa direção. O CGEE tem uma plataforma excelente em parceria com a Capes, com o Ministério do Trabalho e com outras instituições que mostram isso, e a situação a gente precisa analisar para entender. Vou falar um pouco da nova era, as transformações em curso e os desafios para um Brasil sustentável e autônomo.

Com relação aos empregos "onde estamos" hoje, é de conhecimento de quase todos vocês que estão aqui – mas é importante registrar junto ao Senado – que o número de empregos para mestres e doutores do Brasil de 2009 a 2021 cresceu de uma forma estável. A gente mostra que, em relação à média do PIB – o PIB é essa linha verde –, o emprego formal nós tivemos, apesar de uma quedinha num momento de crise, uma certa estabilidade no emprego de mestres e doutores; uma queda menor e uma recuperação maior; e nós tivemos uma distribuição importante para ser analisada: onde esses mestres e doutores andaram empregados ou andam empregados. E a gente pode observar que há, evidentemente, uma administração pública federal, estadual e municipal em que predomina o emprego dos mestres e doutores, mas existe, principalmente entre os mestres, as entidades empresariais privadas com crescimento muito grande dos empregos. A gente atribui isso, evidentemente, às instituições privadas na área de educação, e as empresas ainda com uma participação pequena, como a gente vai ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a mestres e doutores, a gente tem, por exemplo, numa abordagem nas indústrias de maior conteúdo tecnológico e menor conteúdo tecnológico, uma presença maior de mestres do que de doutores em alta tecnologia e, em baixa tecnologia, uma presença também maior de mestres do que de doutores.

A gente tem, como uma força de trabalho adicional importantíssima em que se está prestando atenção muito no mundo, as mulheres para entrarem na força de trabalho de ciência e tecnologia. A gente vê que para as mulheres também mestres cresceu o número de empregos; para as doutoras mais ainda, principalmente, para nossa surpresa, nos segmentos mais altos de tecnologia.

Como a gente sabe, vários países estão tentando incorporar as mulheres cada vez mais na agenda de ciência e tecnologia, como uma forma de ampliar o contingente de pessoas nesse nível de qualificação, que são necessárias para esse novo século pelo qual estamos passando.

Na Europa, por exemplo, constata-se que menos de 25% das mulheres estão em postos importantes, do ponto de vista tecnológico; e o esforço que está sendo feito é muito grande para atrair as mulheres para esse campo, algo semelhante ao que foi feito na Segunda Guerra, quando os homens tiveram que ir para o *front* de batalha e as mulheres tiveram que ir para a manufatura. Então, nós vamos ter que ampliar, sim, a nossa capacidade de produzir conhecimento com incorporação das mulheres na agenda de ciência, tecnologia e inovação. Mas isso é uma figura, um quadro do que vem acontecendo.

A gente está enfrentando agora uma mudança muito expressiva, muito importante, uma nova era se estabelece, transformações em curso são muito exigentes, são muito presentes em todas as atividades humanas. Particularmente para que a gente avance, no desenvolvimento, nós precisamos de talentos altamente qualificados, mas com habilidades adicionais ao que estamos acostumados a formar, e culturalmente adequados a esta nova realidade.

Um exemplo, por exemplo, é quando a gente vê a postura de uma empresa muito importante no Brasil, que é a Embraer – foi citada aí pela Helena, eu acho que é um dos maiores exemplos de uma empresa brasileira –, em que tem 5 mil pessoas atuando em TID internamente. O diretor de pesquisa e inovação diz que as competências requeridas hoje vão muito além das competências técnicas. Tem a ver com a competência social, visão sistêmica, visão de negócios, interdisciplinaridades, habilidades interpessoais, gestão emocional, e, mais do que tudo, capacidade de aprender a aprender. Esse é o desafio que a gente tem para esse século.

Várias pessoas acham, entendem, que há, advinda da inteligência artificial, uma transformação tão grande na forma de organização e da vida da sociedade, em todos os campos, que tem como consequência imediata um desemprego absoluto. Eu não acredito que será assim. Eu acredito que tem espaço, sim, de adaptação, mas, se os países souberem se organizar muito rapidamente para capacitar as pessoas e as instituições, eles poderão, de fato, tornar essa oportunidade em ganhos de desenvolvimento e qualidade de vida para a pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inteligência artificial não pode ser vista apenas como ferramenta ou uma plataforma, mas é uma maneira de se fazerem as coisas diferentemente. E quem não entrar nessa nova categoria, seja universidade, seja empresa e governos, não vai conseguir acompanhar o processo que está em curso pela velocidade nunca vista numa transformação social, como a que nós estamos assistindo aí.

Então as universidades, em alguns países, estão buscando criar capacidades, exatamente para lidar com esse novo ambiente. No Reino Unido, é um bom exemplo, o Russell Group, por exemplo, em que estão tentando trabalhar com a alfabetização para a inteligência artificial, capacitando, com intensidade, professores, *staff* e os alunos com essas novas orientações.

Nós temos, evidentemente no Brasil, um conjunto de desafios e oportunidades para que tenhamos um Brasil sustentável, competitivo, que seja gerador de empregos de alta qualificação, que é onde nós vemos nossos pós-graduandos se situarem. Isso tem a ver, primeiro, é indispensável uma ampliação de forma significativa dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nós precisamos dar um salto quântico nesses investimentos, ou nós vamos ter que renunciar ao desenvolvimento do século XXI. E aí, como sociedade, nós não teremos bons prognósticos.

Apenas para exemplificar, a China recentemente determinou dez tecnologias que ela deveria liderar e cujo principal competidor ela deveria conseguir superar. Dessas dez, em sete, eles resolveram investir fortemente na formação de pessoas e na capacidade de pesquisa. Para isso, elevaram os gastos em pesquisa, desenvolvimento, ciência e tecnologia e inovação em geral, para 13% do PIB. Quando a gente estava falando que, na Coreia, na Alemanha, etc., eram 4%, 5%, a China ampliou agora, recentemente, por uma determinação do Governo chinês, de atingir 13% do PIB em investimentos em ciência e tecnologia. É nesse país que nós devemos nos inspirar.

É preciso apoiar um intenso processo de atualização e modernização das universidades. No meu entendimento, as universidades não estão preparadas para essa transformação. É preciso haver uma reciclagem muito intensa dos professores. E eu acho que aliando isso com o que a Helena chamou a atenção, a questão demográfica, é urgente que se criem mecanismos de absorção de pessoal jovem, com nova cabeça, nova cultura, nova formação, para que as universidades voltem a ser um lugar atraente para os jovens.

É preciso que as universidades tentem se organizar, de uma forma coletiva, para que possam superar esse obstáculo. Não é só digitalizar, nem dar acesso à internet. É algo muito mais profundo, que deveria fazer com que as universidades se movimentassem e se inspirassem em modelos que já estão acontecendo no mundo.

Finalmente, para que a gente tenha mais empregos para nossos pós-graduandos, nós precisamos desenvolver uma nova indústria, que seja intensiva em conhecimento e inovação. Como é sabido, a nossa capacidade de inovação nas empresas, inovação incremental, até que acontece, ainda modestamente, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece. Mas a inovação radical, aquela inovação que dá condições de competição internacional, aquela que dá condições de liderança, ainda é muito insuficiente, haja vista o pequeníssimo número de empresas que têm atividade de P&D interna.

Nós temos uma pesquisa recente da Pintec, semestral, que saiu duas semanas atrás, que mostra que, do universo das empresas pesquisadas, apenas 5% têm investimentos em pesquisa internamente.

Uma política industrial para o Brasil foi lançada, com algumas missões e alguns eixos definidos. Grande parte deles tem a ver com a exploração adequada do potencial e do ativo brasileiro, que são os biomas brasileiros, a saúde brasileira, a tecnologia de informação e comunicação, a própria inteligência artificial, os materiais estratégicos que o Brasil precisa encontrar, qual é o caminho para eles.

Para que a gente atinja esse objetivo de ter uma indústria produtiva, competitiva e intensiva em conhecimento, nós vamos precisar, sim, ter um quantitativo de alunos de pós-graduação, de egressos de pós-graduação muito mais intenso, com uma formação muito mais adequada, porque também as empresas, se não se adequarem a essa nossa transformação, não vão conseguir ter no seu seio a atividade de pesquisa e desenvolvimento requerida nesses novos tempos.

Então, acho que o emprego em tecnologias, em indústrias, que é o que a gente quer, na própria agricultura, também intensiva em conhecimento, vai exigir um perfil de recursos humanos que hoje ainda estamos formando muito timidamente.

Voltando ao exemplo da Embraer para encerrar, a própria Embraer cria programas internos em parcerias com universidades para complementar essa capacitação dos seus talentos, principalmente com o *slogan* de que é preciso aprender a aprender, se reciclar e permanentemente renovar seus conhecimentos.

Então, acho que é o desafio que nós temos no Brasil. Algumas dessas iniciativas estão colocadas, como, por exemplo, a política industrial, mas, se ela não vier *pari passu* com o aumento expressivo nos investimentos em ciência, tecnologia e inovação, nós vamos continuar a dizer que a indústria moderna é aquela apenas que compra equipamentos modernos.

Então, para se ter gente capacitada lá dentro e para que a gente tenha condições de gerar os conhecimentos para explorar nosso bioma, para explorar nossas oportunidades, que são próprias do Brasil... O Brasil, por exemplo, na área de energia, em que tem uma vantagem competitiva e uma vantagem estrutural enorme, nós não vamos conseguir avançar, porque não vai ter indústria intensiva e conhecimento competitivo sem ter uma base sólida de ciência e tecnologia distribuída pelo país inteiro, como já se mostrou ser possível com a expansão das universidades, a expansão dos institutos federais, que são lócus e vão promover essa capacidade de absorver os pós-graduados, absorver os cientistas, os pesquisadores e transformar cada um dos territórios brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que essa missão é que vamos caminhar juntos. A indústria não se desenvolve, o Brasil não adquire uma posição de moderno, competitivo, sustentável e mais igual se não houver um investimento maciço em ciência, tecnologia e inovação com esses propósitos.

Terminei minha fala e eu vou ficar à disposição para perguntas e debates que virão, provavelmente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Lucia. Eu acho que você conseguiu muito bem encaixar os desafios no momento conjuntural em que a gente vive, nas propostas de Governo, no plano de crescimento industrial. Enfim, é um apanhado muito importante.

Tenho certeza, Vinicius, de que as exposições foram complementares – evidentemente, um ou outro enfoque diferente, que é importante que a gente tenha –, mas em relação a todos os anseios que a gente tinha em relação ao que a ANPG nos trouxe, eu, com muita satisfação, digo que estou plenamente gratificada.

Eu vou passar agora a ler – vou ler bem devagarzinho – as perguntas que vieram do e-Cidadania. Algumas eu já olhei aqui, acho que já foram contempladas na exposição inicial, mas se alguém quiser, depois da leitura, fazer algum complemento da sua intervenção inicial, nós temos ainda um tempo suficiente para isso.

A primeira pergunta veio de Rocio, do Paraná: "Trabalhei como pesquisadora cientista pós-graduanda durante 9 anos, tenho direito a seguro desemprego, aposentadoria, férias?". Isso já foi colocado por nós, e não tem. Essa é uma das questões que estamos aí por buscar alternativas.

A segunda é do Georg, do Rio de Janeiro: "Por que o pesquisador pós-graduando, indispensável para o desenvolvimento do país, não é visto como trabalhador? [...] [E] os direitos trabalhistas?". Também já abordamos, Georg, essa pergunta.

Levi, do Maranhão: "No Brasil, qual é o *status* dos debates sobre [...] [a equiparação do doutorando a] [...] trabalhador assalariado, como ocorre na França?".

Paula, da Bahia: "Como [os] pós-graduandos [...] [serão inseridos] no mercado de trabalho, [...] [se] as vagas exigem experiência e o [...] tempo na academia não é aceito?". Muitas preocupações sobre a mesma temática.

"Quais são os planos do Governo para incentivar pesquisa e desenvolvimento fora das instituições acadêmicas? Há pouca oferta de vagas [...] [em pesquisa] para absorver [...] [pós-graduados]." Essa foi de Luciana, do Paraná.

E agora, Lunaria, de Minas Gerais: "Como pensar e construir um campo de atuação profissional estável para estudantes de humanidades para além da academia?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, Gustavo, do Pará: "Como [...] [rever] o problema da falta de valorização [...] [dos] pós-graduandos que são responsáveis pela pesquisa no país?".

Eu acho que, de uma forma ou de outra, as perguntas estão versando sobre o nosso dilema, que foi aqui exposto por vários dos senhores convidados.

E temos ainda quatro comentários.

O primeiro, de Tássia, do Rio Grande do Sul: "Acredito que, se a pesquisa contasse para a aposentadoria, haveria mais inovação no país e a pós atrairia mais alunos".

Mikayo, do Espírito Santo: "O Governo deveria dar mais incentivos fiscais às empresas que investem em pós-graduandos, a educação é a única forma de desenvolver o país".

Amanda, do Rio Grande do Norte: "Pós-graduandos são pesquisadores e cientistas [...] [e] devem ser valorizados profissionalmente com direitos trabalhistas: férias e aposentadoria".

Hilton, da Bahia. "Mais que ser um trabalhador que bate ponto, o cientista tem que ser bem remunerado. Aumento das bolsas já".

Mais ou menos sobre a mesma temática, com pequenas variações. Acho que esse foi um ponto muito focal do pedido da ANPG, e, na minha avaliação, as exposições ultrapassaram, porque justificaram e contextualizaram por que isso ocorre. Não é apenas esse fator isolado, mas é um conjunto de questões que envolve a pós-graduação.

Quero dizer que essa questão que a Profa. Lucia levanta sobre nós, mulheres, é um ponto muito importante. Nós estamos inclusive com um programa, no Ministério da Ciência e Tecnologia, de jovens cientistas. Por outro lado, ontem saiu o primeiro resultado que a lei de equiparação salarial entre homens e mulheres exige, que é a primeira apresentação das tabelas das empresas, que vai mostrar uma defasagem salarial entre homens e mulheres – mulheres exercendo a mesma função que os homens.

E destaco que todas as falas, também, para nós do Parlamento repercutem uma grande responsabilidade. Primeiro, o espaço do debate. Ele precisa ser feito nessa perspectiva do valor da ciência, da importância da tecnologia, de como o mundo está acelerado e de como o desenvolvimento demográfico do Brasil está descompensado em relação a isso. Como estimular os jovens a serem cientistas nessa perspectiva de um mundo que está por vir e que já está chegando ao mesmo tempo, considerando, inclusive, outros países e a relação que o Brasil precisa ter e deve ter com esses outros países?

Há o desafio de superar curvas descendentes, como a que houve na Capes, tanto em relação ao acesso quanto em relação às bolsas; e o nó que também é para nós fazer com que o Orçamento que chega do Governo Federal, com as suas prioridades, não seja tão retaliado. E, na hora em que o Executivo manda o Orçamento, ele o está mandando com a responsabilidade que tem de ter sido um governo eleito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democraticamente, seja qual for o governo, e um governo eleito com as suas prioridades, com os seus compromissos, que precisam ser refletidos no Orçamento. Sem estrutura e sem dinheiro, a gente não pode fazer uma política pública decente e que chegue à maioria da população, aquela que realmente necessita de políticas públicas.

A desigualdade que existe no Brasil levou o Presidente Lula a cunhar uma frase que é muito emblemática do entendimento que nós temos de Orçamento: "Eu quero botar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda". Mas essa é uma batalha – é uma batalha até ideológica, eu diria – que se trava nas Casas Legislativas. E a gente conta com muita gente que quer preservar o Orçamento, não como uma peça meramente burocrática, muito menos como uma peça decorativa, mas quer que o Orçamento seja algo dinâmico, no atendimento das diretrizes do Governo e, ao mesmo tempo, que (*Falha no áudio.*)... uma repartição de recursos justa.

Então, isso é uma luta contínua que nós temos, porque também o Parlamento, assim como a sociedade, é diverso de pensamentos, de intencionalidades, de convicções. É uma luta boa, sem sombra de dúvida, que a gente precisa fazer com muito destemor, com muita capacidade e, sem sombra de dúvida, com o apoio da sociedade.

Da minha parte, eu estou absolutamente contemplada, agradecida por esses momentos de tanto aprendizado, e pergunto se algum dos senhores e senhoras quer fazer algum comentário sobre os comentários do e-Cidadania. (*Pausa.*)

Como ninguém se inscreveu, vou fazer como de costume...

Algum Senador – desculpe-me, esqueci de perguntar – se inscreveu, Andréia? (*Pausa.*)

Também não?

Então, Vinicius, estamos bastante contemplados com o seu requerimento.

Não havendo mais nada a tratar, quero agradecer muito a presença de todos e de todas, desejar uma boa Páscoa, uma boa Semana Santa, e nos encontraremos nas lutas em defesa da ciência, da tecnologia e da inovação, para termos um país cada vez mais democrático e mais igualitário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia dois de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Alan Rick, Oriovisto Guimarães e Beto Faro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 9ª, 10ª, 11ª e 12ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento da Ministra de Estado da Cultura**, atendendo ao requerimento REQ 10/2024 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Comparecimento da Ministra da Cultura, Margareth Menezes da Purificação Costa, a fim de realizar um balanço das atividades de 2023, bem como debater os desafios para 2024. **Participante:** Sra. Margareth Menezes da Purificação Costa, Ministra de Estado da Cultura. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de abril de 2024.

A Comissão de Educação e Cultura tem a grande honra, hoje, de receber a Ministra Margareth Menezes, Ministra de Estado da Cultura, pessoa estimada, querida pelo Brasil todo. Já esteve nesta Comissão no ano passado e neste ano também. No início deste ano, fará um apanhado, na verdade, do que era, do que encontrou, em termos de continuidade, de avanços naquilo que vinha sendo feito, de inovação, de mudanças, o que aconteceu no ano passado e qual é a perspectiva para este ano, para os próximos anos, para que esta Comissão de Educação e Cultura possa tomar conhecimento detalhado das ações.

Também todos nós nos colocarmos à disposição para que a área da cultura seja uma alavanca, um instrumento essencial para a unidade do país.

Então, muito bem-vinda, Ministra.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu até já comentei com ela que há só algumas coisas administrativas a serem feitas antes de passar a palavra a ela. Então, eu vou fazer isso neste momento.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Moção 618, de 2024, encaminhada pela Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, em repúdio ao Ministério da Educação e à Conferência Nacional de Educação pela condução das discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação;

– Denúncia encaminhada pelo Sr. Luís Fernando Kasper sobre as condições precárias na Escola de Ensino Fundamental Umef Professor Luiz Malizeck, localizada em Vila Velha, Espírito Santo.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para a manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Informo que foram recebidas por esta Comissão a Nota Técnica nº. 3.452.124/2023, e a Proposta do Projeto de Lei (SEI 2961664), do Ministério da Educação, que tem por objetivo a reestruturação das carreiras e cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A Nota Técnica nº. 3.452.124/2023 apresentam resultado e análises de um grupo de trabalho formado por membros de todas as áreas do FNDE e pela associação de servidores acerca da necessidade de reestruturação de carreiras e cargos da instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com esses documentos, o FNDE tem enfrentado dificuldades institucionais, visto que, dos 1.122 cargos pertencentes à autarquia, apenas 346 estão ocupados por servidores ativos e lotados na entidade, o que representa preenchimento de 30% dos postos de trabalho. Essa situação tende a se agravar com o tempo, haja vista que as remunerações são da ordem de 40% daquelas percebidas em outras carreiras afins.

Como resultado desse trabalho, em razão da importância estratégica dessa autarquia, foi elaborada a Proposta de Projeto de Lei (SEI nº. 2961664), que dispõe sobre a estruturação do plano de carreiras e cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cria as carreiras de financiamento de gestão e políticas educacionais e de suporte técnico ao financiamento e gestão de políticas educacionais, e dá outras providências.

A proposta se encontra, no momento, sob análise do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

O FNDE é uma entidade, sabemos, que exerce fundamental papel na governança e gestão da educação brasileira, executando o financiamento dos principais programas, projetos e ações educacionais para as redes de ensino das três esferas da Federação, abrangendo todas as etapas, modalidades e desdobramentos de ensino da educação básica até o ensino superior, bem como contemplando mais de 137 mil estabelecimentos públicos de ensino e cerca de 38 milhões de estudantes no território nacional.

Diante da importância e da urgência do assunto, gostaria de pedir o apoio e a assinatura dos caros colegas Senadores e Senadoras, para que possamos encaminhar ofício ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, solicitando celeridade na apresentação do projeto de lei, de modo que o Congresso Nacional possa se debruçar o quanto antes sobre matéria tão importante à educação brasileira.

Da mesma forma, Sra. Ministra, nós nos colocamos também à disposição em função dos quadros do Ministério da Cultura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das seguintes reuniões: 9ª Reunião, realizada em 19 de março de 2024; 10ª Reunião, realizada em 20 de março de 2024; 11ª Reunião, realizada em 21 de março de 2024; e 12ª Reunião, realizada em 26 de março de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu quero também mencionar que hoje é dia 2 de abril, Sra. Ministra, o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, o transtorno do espectro autista, que é um grande desafio no Brasil e no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, inclusive, tivemos uma sessão especial do Senado Federal, antecedendo a data de hoje, para que pudéssemos lançar luz, colocar sob holofote os desafios que essa área também enfrenta, e também enfrenta na área da cultura.

Nós tivemos, inclusive, na abertura, a execução do Hino Nacional por uma pessoa que apresenta o quadro de autismo, e, na sequência, também um vídeo dele, que é um talento na área da música, com a banda Hey Johnny, colocando na letra todos os problemas, os desafios, os caminhos que precisam ser enfrentados. Então, estiveram presentes famílias, pessoas, especialistas, mas a mesa inicial, Sra. Ministra, foi composta por crianças e adolescentes.

A gente pensa: por que pôr crianças e adolescentes? Até eu gostei muito do que o Vinicius Jr. falou no outro dia. Ele disse: "Olha, eu estou fazendo o que estou fazendo também pelo fato de que eu tenho um irmão de cinco anos de idade e não quero que ele sinta as dificuldades pelas quais eu, irmão dele, estou passando com mais idade". Com o autismo, é a mesma coisa. Então, as crianças estavam na primeira mesa de abertura. Depois, as outras pessoas falaram. Também foi dada a palavra para as crianças e adolescentes.

Uma das coisas que impressionou bastante a todos foi o depoimento do Arthur, que colocou também – ele é um adolescente – o *bullying* que ele sofre, em função do quadro de autismo que apresenta.

Então, nós queremos, como educação e cultura, dar toda a solidariedade e apoio para esta e para as outras áreas todas. Até mencionamos todas as pessoas com deficiência, doenças raras nas populações, porque a gente cuida da nossa maior riqueza que é o ser humano. Até mencionamos todas as pessoas com deficiência, doenças raras nas populações, porque a gente cuida da nossa maior riqueza que é o ser humano, no Brasil. Se a gente cuidar bem pela educação e pela cultura, eu acho que nós podemos ter um mundo muito melhor para todos nesse sentido. Por isso a presença de V. Exa., como Ministra, engajada nessa caminhada no Brasil também é muito bem-vinda.

Eu quero também destacar que a presente reunião, portanto, destina-se à realização de audiência pública com a cara Ministra Margareth Menezes, da Cultura, a fim de realizar um balanço das atividades de 2023, bem como debater os desafios para 2024 e para o futuro também, em atenção ao Requerimento 10, de 2024, desta Comissão.

Eu quero lembrar que a reunião ocorre de modo semipresencial, nesta semana no Senado e contará com a possibilidade de os Senadores e Senadoras, como já fizeram, registrarem presença por meio do aplicativo Senado Digital.

As inscrições para uso da palavra no modo remoto podem ser solicitadas por meio do recurso, abro aspas, "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores e Senadoras que participam remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero destacar que a audiência é interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pela Ministra.

Na presente reunião serão adotados os seguintes procedimentos... Mas somos também... Com tudo que for necessário, a gente vai concordar. A Presidência concederá a palavra, inicialmente, à Sra. Margareth Menezes, Ministra de Estado da Cultura, pelo prazo de 30 minutos ou pelo tempo necessário para a apresentação. Após a exposição, a palavra será concedida às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores membros da Comissão na ordem de inscrição. E o faremos em blocos com até três oradores. Em seguida, a palavra será concedida aos Senadores e Senadoras não membros da Comissão.

Então, em primeiro lugar, eu quero novamente dar as boas-vindas também à senhora, dar as boas-vindas – me permite chamá-la de senhora em vez de V. Exa.? – a todos e todas que estão presentes do Ministério da Cultura. A Sra. Ministra veio acompanhada de muitas pessoas, o que engrandece esta audiência pública também. A gente agradece. A gente agradece aos meios de comunicação do Senado, que fazem a transmissão. E cumprimentamos a todos e todas pelo Brasil. Quero destacar a presença aqui da Senadora Zenaide Maia, membro da Comissão, seja muito bem-vinda; da Teresa Leitão, também membro, seja muito bem-vinda; do Izalci Lucas, grande amigo, também da Comissão, sempre extremamente bem-vindo; enfim, de todos e todas!

Quero destacar: Márcia Rollemberg, Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural; Joelma Gonzaga, da Secretaria do Audiovisual do Ministério; Cassius Rosa, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Cultura; Leandro Grass, Presidente do Iphan; e também João Jorge Rodrigues, Presidente da Fundação Palmares.

Então, com muita alegria, com muita honra, eu me coloco entre o exército de fãs seus pelo Brasil. Com a palavra.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA (Para expor.) – Obrigada. Bom dia a todos, a todas as pessoas presentes.

Quero primeiramente saudar o Senador Flávio Arns, agradecer esse convite e também externar minha saudação a todo o Senado Federal, em comemoração também pelos 200 anos recém-cumpridos nesse papel desta instituição tão forte e importante para o nosso Brasil. Quero saudar a todas as pessoas que estão também me acompanhando aqui do Sistema MinC, a imprensa presente; saudar a Senadora Teresa Leitão, que está aqui – também é um prazer, Senadora –, o Senador Izalci Lucas, a Senadora Zenaide Maia – prazer – e todos os outros representantes que possam estar aqui presentes; saudar todo o corpo das representações do Ministério da Cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois também o Senador falou o nome de algumas pessoas, mas, durante a apresentação, eu também vou relatar aqui, porque eu acho importante apresentar o quadro de gestores que estão comigo neste momento, nessa grande missão da retomada do Ministério da Cultura.

Bom dia a todos. É uma honra estar aqui, pela segunda vez, a convite do Senador Flávio Arns, para apresentar as ações do Ministério da Cultura.

Começo, como falei, parabenizando o Senado brasileiro, pela longa trajetória desta instituição na manutenção da democracia no nosso país, garantindo a estabilidade e a continuidade de práticas políticas ao longo dos anos. Como marco, é um marco bastante significativo e merece ser comemorado por todos nós. O Senado desempenha um papel crucial também na existência e funcionamento do Ministério da Cultura, contribuindo fundamentalmente para a definição de políticas culturais, orçamento, diretrizes que influenciam de forma direta o ministério e, portanto, impactam no setor artístico e na vida da população.

Por isso, agradeço aos Senadores e Senadoras por entenderem a necessidade e a importância da existência do Ministério da Cultura e das políticas públicas culturais, que são um direito de todo cidadão brasileiro, políticas estas feitas a partir de experiências vivas, estudadas e afinadas com diálogo, escuta e colaboração da sociedade.

Neste momento, aproveito também para saudar os servidores do Ministério da Cultura, estendendo a cena a todos os trabalhadores dos serviços públicos, pessoas que conhecem o funcionamento institucional e estrutural das burocracias legislativas e que dedicam suas vidas na garantia de um andamento eficiente da máquina governamental.

Graças a Deus, depois de um ano, estamos em outro momento, sobretudo no setor cultural e artístico, do que no passado nós vivemos.

Senhoras e senhores, em um país de dimensão continental como o Brasil, é uma tamanha pujança que a nossa cultura tem. Não existe uma possibilidade de desenvolvimento sem política pública para o setor cultural. É válido dizer também que a produção cultural não se reduz à figura do artista. O artista é parte de um sistema em que todos os sujeitos são igualmente importantes, são artistas das suas áreas. Nesses créditos dos filmes, como vemos no final dos filmes, quando sobe a lista daqueles nomes, cada uma daquelas pessoas é um artista, cada um se especializou, se capacitou e se dedicou para a realização, para assumir aquela função.

O setor cultural é formado de uma gama vastíssima de profissionais que compõem uma cadeia produtiva imensa, exitosa e que traz muitas divisas para o nosso país. Investir na cultura e na arte do país é fomentar a vida, porque o ativo principal do setor cultural e das artes é o ser humano, pessoas que nascem com a missão de ser artista, de ser produtor, de ser iluminador, de ser um contrarregra, de ser um produtor de palco, de ser um figurinista. E aí temos as costureiras, os motoristas, toda uma cadeia de gente que trabalha no setor cultural. Um acontecimento cultural é um acontecimento coletivo, seja ele um *show*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individual, seja um grande festival. Temos milhões de exemplos de vidas que foram transformadas e salvas pelas ações artísticas e culturais. O povo brasileiro vem despertando para o potencial de desenvolvimento que existe no setor cultural, na economia criativa das indústrias e das artes.

Também nesse quesito, no Brasil, jorra cultura e arte para qualquer parte como fontes de energia que temos. A cultura é um combustível, fonte renovável, salutar de riquezas, e a cultura também é bioagradável. Nossa cultura brota do amor, da efervescência e da vivacidade produtiva que habita no coração e na alma do povo brasileiro em relação a sua grande diversa e poderosa identidade nacional. A cultura brasileira é sinônimo de potência, criatividade, inspiração, oportunidade, inteligência e competência dos seus artistas e trabalhadores e trabalhadoras em todas as áreas das artes. O nosso povo é um grande consumidor de cultura e arte, e precisamos tirar a melhor contrapartida disso.

A produção cultural brasileira cumpre um papel fundamental no reconhecimento nacional e internacional e vem sempre contribuindo positivamente para a imagem do Brasil no exterior. A existência e a defesa do Ministério da Cultura do Brasil sinalizam para o mundo que o povo brasileiro cada vez mais se agiganta e está amadurecendo a compreensão da sua força e grandeza.

Sabemos de colaborações importantes também de vários Senadores aqui presentes, como o Senador Flávio Arns, por exemplo, que defende o fundo permanente para a participação na educação, e isso também impacta o setor cultural. Quero agradecer à Senadora Dorinha Seabra, que falou também sobre o marco nacional de regulação que tivemos nesse momento a felicidade de ter sido aprovado aqui; a outros Senadores também da Casa que têm um histórico imenso na defesa das ações da cultura.

É preciso que a sociedade tenha um entendimento de que, quando falamos de um artista ou de um evento de arte, de esporte, de turismo, estamos falando de uma coletividade que faz esse evento acontecer. Alguns países historicamente investem significativamente – alguns não, muitos países – nas artes, como França, Itália, Espanha, Holanda, Alemanha, Canadá e outros; possuem inúmeros ministérios, departamentos dedicados à cultura e destinam uma parte substancial dos seus orçamentos para apoiar a arte, preservar o patrimônio cultural e promover a diversidade cultural. Quando a gente viaja para o exterior e vai visitar aquelas belas cidades, na França, na Itália, na Espanha, e se depara com aquelas maravilhas que eles têm lá, da cultura, do seu patrimônio material e imaterial, aquilo está ali preservado por uma sequência de cuidados que cada geração, na sua existência, foi auxiliando para manter, para preservar, para restaurar. É um compromisso geracional, porque são tesouros que não pertencem a uma geração, não pertencem ao Ministério da Cultura, não pertencem ao Governo, pertencem ao povo brasileiro. É a memória do nosso desenvolvimento, é a memória da nossa emancipação, da emancipação do povo brasileiro, que está escrita nos nossos patrimônios, nas nossas manifestações culturais, nas manifestações populares, na cultura popular, para a qual nós estamos buscando ter um olhar especial, nessa nossa gestão. E outras e outras... E dessa vez abraçando também as memórias e as contribuições das culturas que antes não tinham esse mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abraço das políticas públicas, como é o caso da cultura dos povos originários, da cultura dos povos de terreiro, da cultura das cidades. Então, nós estamos neste momento, com esse olhar.

Nos Estados Unidos, também existem ações para preservação e para financiamento também das suas, das suas... Subsídios para projetos culturais. Hoje, nós contamos com um momento de reconstrução que refaz, no dia a dia, com muito trabalho e sempre muito atentos a pontos que são absolutamente cruciais, como a preservação da identidade cultural e patrimônio histórico, o estímulo à criatividade e inovação, geração de emprego na indústria cultural e criativa, melhora da qualidade de vida e bem-estar da população, fortalecimento e coesão social e inclusão. Promoção do diálogo intercultural e de compensação mútua e contribuição para o desenvolvimento econômico, através da indústria cultural e criativa.

Temos um levantamento de que pelo menos... O último levantamento que foi feito, ao menos 5 milhões de pessoas vivem da cadeia econômica da cultura. Sabemos também que 3,11% do Produto Interno Bruto é gerado pela produção cultural brasileira. Esse foi o último levantamento. E nós estamos providenciando agora, estamos justamente neste momento fazendo... Contratamos um estudo para prestar à nossa sociedade uma mostra do que estamos agora fazendo, do fomento que agora está sendo implementado com a Lei Rouanet, com todas as ações do Ministério da Cultura.

Nós temos a obrigação de prestar essa satisfação à sociedade para as pessoas constatarem – e para nós também constatarmos todos – o valor e a potência da cultura brasileira em relação a salvar vidas, em relação a gerar empregos, em relação à emancipação e à educação, em relação à força que é a cultura brasileira.

Então, também para comemorar os 200 anos do Congresso Nacional, nós trouxemos aqui um pequeno vídeo sobre a nossa 4ª Conferência Nacional de Cultura, que fizemos depois de dez anos sem haver conferência, esse encontro, que é tão importante para trazermos as ideias para traçar o nosso Plano Nacional de Cultura.

Eu vou pedir à Teresa que, por favor, possa passar o nosso vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Então, foi um pequeno resumo desses cinco dias em que recebemos delegações de todo o Brasil; foram mais de 2 mil conferências feitas pelas cidades, pelos estados; conferências temáticas, dizendo que as pessoas que participam das conferências são pessoas da sociedade civil, são ações da sociedade civil que vão se realizando até chegar aos seus representantes, que vem para cá para colocar em diálogo, expor suas ideias, é a retomada do diálogo com a população brasileira. E para nós a conferência marca, traz realmente a verdadeira presença, mostra para o Brasil a construção, o retorno do Ministério da Cultura nessa dimensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aproveitar também e enviar um abraço ao Senador Jaques Wagner, aqui presente. Uma pessoa por quem tenho muito carinho. Conheço o Zé, de outros momentos lá na Bahia. Quero agradecer também, Senador, sempre o seu apoio.

Então, nós tivemos, para refazer esse Ministério da Cultura, um orçamento recomposto. O Ministério da Cultura nasce maior com representação em todos os estados. O Sistema MinC é formado por várias secretarias e as vinculadas. Então, nós tivemos 1,5 bilhão para fazer a recomposição do Ministério da Cultura e as estruturas.

Retomamos o diálogo com a participação social e nos concentramos também em atender alguns anseios que nos foram trazidos da 3ª Conferência Nacional de Cultura, dez anos atrás, que é o anseio principalmente pela regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, que nós tivemos esse presente que foi aqui no Senado, em que nós tivemos a aprovação e estamos todos aí.

Agora, os próximos passos serão a elaboração para organizarmos esse nosso Sistema Nacional de Cultura.

A nacionalização das políticas, nós estamos fazendo esse processo em todas as ações que estamos lançando para que as políticas cheguem a todas as regiões, cheguem a todas as cidades.

Então, nós estamos, com essa direção, fazendo a retomada das políticas extintas como, por exemplo, a Cultura Viva, as cotas de tela de cinema... São várias as ações que vamos também explorar um pouco mais à frente.

A execução das ações emergenciais da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Pode passar.

Estavam todas dentro dessa nossa missão, não é? Foram as primeiras ações que tivemos que entregar.

Então, reformamos o decreto de fomento, fazendo um decreto novo, uma instrução normativa nova, e fomos buscar um marco adequado ao campo cultural para garantir o direito à cultura, porque nós identificamos que, no marco regulatório da cultura que nós estamos usando ao longo desses quase 30 anos, já existe uma defasagem, nós já temos possibilidade de modernizá-lo mais para que tenhamos uma execução mais eficiente. É uma coisa que vamos também trazer aqui.

Na Lei Paulo Gustavo, foram R$3,8 bilhões e tivemos 100% de adesão dos estados e 98%, dos municípios, que mandaram seus planos de ação para o Ministério da Cultura.

Na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, que irá irrigar durante cinco anos – então, daqui até 2027 –, são R$3 bilhões por ano. Essa ação, esse fomento sai diretamente do Ministério da Cultura, pelo Transferegov, para todas as cidades e todos os estados. Nós tivemos 100% da adesão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados e 97%, das cidades do Brasil. Ela tem um conteúdo importante, ela já chega com um percentual, com um conteúdo importante, que é a Política Nacional Cultura Viva, porque essa política, que completa 20 anos, é um caso de sucesso em políticas públicas com essa capilaridade. Essa política já foi experimentada pela sociedade, pelo setor cultural e era um apelo, um grande apelo o retorno dessa política, porque ela chega àquelas cidades menores, chega aos grupos culturais pequenos. Então, é muito potente. E nós podermos estar com a Política Cultura Viva sendo o conteúdo de um percentual da Política Aldir Blanc.

Agora, no Ministério da Cultura, só para relembrar os gestores que estão comigo nessa missão – eu tenho tido isso como uma missão para a minha vida, nunca esperei, nem fazia campanha, nem nunca pensei em algum momento poder estar neste lugar de Ministra, mas eu acho que é uma coisa digna neste momento poder trazer um pouco também da minha experiência de vivência, que acho que foi também o que o Gilberto Gil fez, porque existem algumas coisas que são particulares do setor artístico e cultural com que a gente pode colaborar para organizar, principalmente nas pautas dos direitos do setor cultural, porque nós estamos ainda muito defasados nos direitos dos artistas –: o Secretário Márcio Tavares; o Chefe de Gabinete Francisco Guerreiro; Assessoria Especial de Comunicação, Gabriella Gualberto; Assessoria de Participação Social, Mariana Teixeira; Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Bruno Melo; Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Amauri Santos Teixeira e a querida Priscilla, que estão afinados nesse contato com o Congresso para nós; Assessoria Especial de Controle Interno, Ana Vitoria Albuquerque; eu quero dizer também que o Secretário-Executivo substituto está aqui, o Cassius Rosa, que está aqui substituindo o nosso Secretário-Executivo Márcio Tavares, que está de férias.

E ali apresento também as secretarias e as diretorias – eu não vou ler as diretorias de cada secretaria, mas é para ter ideia de como é a arquitetura do Ministério da Cultura –: Secretaria de Economia Criativa e Fomento, Secretário Henilton Menezes, que é a que trata das leis de fomento, a Lei Rouanet, enfim; Secretaria do Audiovisual, Secretária Joelma Gonzaga; Secretaria de Direitos Autorais e intelectuais, Secretário Marcos Souza – próximo –; Secretaria de Cidadania e Diversidade, Secretária Márcia Rollemberg, que já foi citada aqui; Secretaria de Formação, Livro e Leitura, Secretário Fabiano Piúba; Secretaria dos Comitês de Cultura, Secretária Roberta Martins; Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais, Secretária Cecília Gomes de Sá. E, agora, as nossas vinculadas, que fazem parte do Sistema MinC: Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, Presidente Leandro Grass; Fundação Palmares, Presidente João Jorge; Fundação Nacional de Artes (Funarte), Presidenta Maria Marighella; Agência Nacional do Cinema, Presidente Alex Braga; Fundação Biblioteca Nacional, Presidente Marco Lucchesi; Instituto Brasileiro de Museus, Presidenta Fernanda Castro; Fundação Casa de Rui Barbosa, Presidente Alexandre Santini.

Esses são os corpos de gestores que estão comigo nessa missão.

Eu gostaria também de saudar também os outros diretores aqui do Ministério da Cultura. Fiquem em pé aí, minha gente, para todo mundo ver como são os diretores. Sim, fiquem todos em pé, os secretários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, para as pessoas entenderem também, terem a dimensão também do... E há muito mais pessoas. É isso aí, para o pessoal ver e apoiar. (*Palmas.*)

Obrigada.

Vou falar agora das principais entregas da Secretaria da Economia Criativa e Fomento.

Nossos mecanismos têm um grau de transparência. Todas as informações sobre as políticas que estão ligadas à lei de fomento, à Lei Rouanet, são abertas, divulgadas – nós temos um *site* de informações para isso –, todas as ações.

Pelo histórico da Lei Rouanet, a lei de fomento impulsiona a economia criativa, que foi criada em 1993. Até 2018, a lei teve um impacto de R$49 bilhões na economia do país. Esse estudo é... E, no estudo mais recente, para cada R$1 investido tem um retorno de R$1,56. Isso significa que volta o que foi implementado, o que foi financiado, e também o lucro disso, além de mexer com uma cadeia muito mais longa dos trabalhadores da cultura.

Em 2023, foram R$2,3 bilhões. Mais de 3 mil projetos foram beneficiados pela captação de recursos aprovados pela Lei Rouanet. Nós tivemos uma procura imensa, foram 12 mil projetos, sendo que 10 mil foram analisados e receberam a oportunidade de captar, mas o que foi verdadeiramente captado foi esse quantitativo de 3 mil projetos.

Para a gente entender como é difícil a captação, quando um produtor tem o seu projeto analisado e aprovado, ainda existe aquele processo de ele ir buscar o dinheiro nas empresas, os patrocinadores. Então, não é fácil assim; o Ministério da Cultura não dá dinheiro para ninguém. O Ministério da Cultura analisa projetos e, se o projeto estiver todo de acordo com o que é pedido, na análise, o produtor recebe o aval, o proponente recebe o aval para fazer a captação. É assim que funciona.

Na Secretaria de Economia Criativa e Fomento, nós estamos com algumas ações também que nunca foram feitas. Entramos em diálogo com as empresas, tanto estatais como empresas também da iniciativa privada, para conscientizar também, para buscar uma visão de como é importante que o patrocínio chegue a todos os lugares, que sejam feitos em todas as regiões, em todas as cidades do Brasil.

Tem muitas cidades que têm várias empresas, ou elas estão em outros estados, e que não têm o conhecimento de como funciona a Lei Rouanet ou de como funcionam as leis de financiamento. Então, nós estamos tendo esse diálogo também – o Secretário Henilton, na Secretaria de Fomento, tem viajado pelo Brasil cumprindo esse papel – para que a gente consiga despertar naquela empresa, naquele produtor local que ele pode financiar a produção artística da sua cidade, do seu estado. Isso é outra coisa também em que estamos com ações nessa direção.

Essa proposta nós estamos chamando de nacionalização do fomento porque, no histórico da lei de fomento, da Lei Rouanet, dessas políticas de patrocínio, nós identificamos um histórico muito concentrado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Região Sudeste, especialmente nas cidades do Rio e São Paulo. Então, nós mudamos essa palavra "descentralização", porque nós não estamos descentralizando no sentido de deixar de fazer onde já existia para desmobilizar. Muito pelo contrário, nós estamos investindo, fazendo ações para fortalecer o que já existia, mas também fazendo uma ação – que é ação justa e um apelo da sociedade – para que a lei do fomento, para que o fomento chegue a todos os lugares. Então, estamos promovendo um reajuste, por exemplo, no histórico da Lei Rouanet na Região Norte. Conseguimos uma política, um projeto em que as quatro empresas estatais fizessem um investimento de R$24 milhões para serem captados por projetos culturais da Região Norte e executados na Região Norte. É a primeira vez que isso está sendo feito.

Outro movimento que estamos fazendo, como um projeto-piloto importante, é o Rouanet nas Favelas também, que vai chegar a todo o Brasil. Nesse primeiro projeto-piloto, são cinco estados – um da Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste... –, e R$1 milhão para cada estado desse, para serem captados produtores de favelas e executados também em ações políticas de favelas. Então, para esse primeiro dispositivo, esse primeiro projeto-piloto, já houve a abertura das inscrições; os proponentes já foram selecionados; agora, nós estamos também fazendo o certificado para ver se aquele proponente realmente é da favela e, realmente, o que será feito. Essa é uma iniciativa da sociedade civil, e nós temos a Cufa trabalhando com a gente nisso; da iniciativa privada, nós temos a Vale como patrocinador desse primeiro momento; e o Ministério da Cultura. E esse projeto tem sido já oferecido a outras empresas que já estão interessadas em fazê-lo, em repercutir isso em outros estados do Brasil para ações em favelas.

O que significa isso? A gente está levando a oportunidade àquele produtor pequeno, àquela pessoa que faz... Quantas ações culturais existem em favelas e que transformam as vidas daquelas pessoas, mas que nunca tiveram a oportunidade de ter acesso a um apoio, a um fomento com a Lei Rouanet? Então, nós estamos neste momento também cumprindo esse outro apelo da sociedade para tirar aquela ideia de que a Lei Rouanet só trabalha, só atende a grandes artistas. Muito pelo contrário, no histórico da Lei Rouanet, a grande maioria dos artistas e das ações que foram beneficiadas são de médios e pequenos produtores. Nós temos essas informações todas no histórico da Lei Rouanet.

E estamos também com um outro projeto que está sendo elaborado, que é um programa Rouanet para Juventude, para a produção de jovens em todo o Brasil. Isso já está sendo também arquitetado na Secretaria de Economia e Fomento.

Também há outra coisa que nós lançamos. Porque sabemos que existe uma carência muito grande de produtores, de técnicos, de pessoas para trabalharem nas áreas técnicas, ou seja, iluminador, técnico de som, nós começamos uma ação para dar um exemplo e trazer mais gente para essas áreas. Então lançamos, na Secretaria de Economia e Cultura, tem uma diretoria, que é a diretoria dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, pela primeira vez essa diretoria, que lançou a plataforma de cursos *online,* que é a Escola Solano Trindade de Fomento e Qualificação Artística, Técnica e Cultural, em parceria com o Instituto Federal de Goiás, para promover cursos para as áreas técnicas *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E temos também a recriação do programa de intercâmbio e difusão cultural e a realização também do terceiro Mercado das Indústrias Criativas do Brasil. Foram 2,5 mil rodadas de negócios, 400 empresas nacionais e internacionais, e a expectativa de geração de negócios para essa terceira realização do Mercado das Indústrias Criativas, que foi em Belém, é uma projeção de US$20 milhões em 12 meses. Então isso é uma ação do Ministério da Cultura. Daqui a dois anos teremos outro encontro do Mercado das Indústrias Criativas do Brasil.

Nós estamos vendo cada vez mais esse assunto da indústria criativa ser falado, ser discutido. Então nós estamos também criando um estudo sobre isso, para que a gente consiga fortalecer as indústrias criativas da cultura e das artes, para tirar a contrapartida positiva, trazer emprego e renda, fomentar, trazer oportunidade, porque é nesse ambiente da nossa economia criativa que os jovens, a nova geração tem buscado muitos empregos, oportunidades de trabalho. Isso são algumas ações, não dá para listar tudo, porque é muita coisa.

A Secretaria do Audiovisual. Nós estamos trazendo as mais importantes. A Secretaria do Audiovisual é a retomada do papel estratégico do audiovisual, da indústria cinematográfica do nosso país. Nós começamos lançando o Edital Ruth de Souza para produção independente, valorizando a presença da mulher, porque, no estudo que fizemos, vimos que tem poucas mulheres fazendo produção de cinema e vídeo. Então esse projeto vem para fomentar isso; o edital de intercâmbio, formação e difusão, com bolsa de captação e formação no exterior, para qualificar melhor os trabalhadores do nosso audiovisual; e o edital para curta-metragem também, edital afirmativo para mulheres e também com temáticas infantis.

Nós estamos agora também com uma experiência muito interessante que tivemos na Argentina, no mercado das indústrias criativas da Argentina: lá nós vimos que eles têm uma diretoria que trata da cultura da infância e juventude. E nós precisamos, sim, trazer agora a oportunidade para que os jovens, que as crianças também que têm criatividade comecem a ter possibilidade de exercitar isso.

Nas escolas internacionais, quando chega alguém que tem talento artístico para qualquer área ou para esportes também, na própria escola, ele já começa a ser direcionado, a ser burilado esse talento. No nosso caso, no Brasil, não temos isso ainda. Então isso é um prejuízo muito grande porque, se o jovem que mostra que tem talento já consegue ter algum tipo de política que vai incentivar que ele se desenvolva, é claro que ele será um profissional muito mais qualificado.

Mesmo assim, brasileiros, artistas brasileiros, produtores brasileiros, surpreendem o mundo com as coisas que fazemos aqui, Senador, sem as condições adequadas para desenvolver isso na escola. Então, por isso também, há a necessidade da retomada de aulas de artes na escola.

A Secretaria de Audiovisual também está embutida nas lutas da volta das regulamentações: na conquista das cotas de tela, de cinema e televisão. Nós já estamos vendo as notícias da reação do cinema nacional de novo em relação a público e estamos investindo nisso. A reestruturação da Cinemateca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileira, o Plano Nacional de Preservação Audiovisual, a reinstalação do Conselho Superior do Cinema. Agora estamos chegando com o Comitê Gestor do Fundo Setorial para o novo momento das políticas do setor audiovisual e da indústria cinematográfica.

Agora, a Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais, a retomada do Brasil no protagonismo dessas unidades, desses assuntos, em relação à regulamentação de direitos autorais. Em 2003, o Gilberto Gil foi o primeiro Ministro da Cultura do mundo que começou a falar sobre direitos autorais dentro do ambiente digital – em 2003. Então, tudo que foi construído nessa direção, desse protagonismo do Brasil naquele momento foi totalmente abandonado. Nós estamos com o Secretário Marcos de Souza, que é uma pessoa que tem um conhecimento imenso nessa área, retomando essas discussões. E agora aprofundando mais ainda, porque agora nós temos o ambiente digital e temos a inteligência artificial, e nós estamos dentro das discussões internacionais através da Organização Mundial de Propriedade Intelectual. E o Brasil tem representação forte, o Brasil tem voz forte nesse organismo.

Continuando sobre a Secretaria de Direitos Autorais: a remuneração, a luta pela remuneração dos autores e artistas no digital e a inteligência artificial, como eu já falei. Tem um grupo de trabalho para a elaboração do marco regulatório, visando a proteção das expressões culturais tradicionais e o conhecimento tradicional, para que as nossas simbologias da cultura popular não fiquem sem ter um registro de pertencimento e que esses direitos autorais sejam reconhecidos à nossa cultura popular. E a revisão da Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva, que é um órgão colegiado dos direitos autorais.

Agora a Secretaria de Cidadania e Diversidade: a retomada do diálogo com os grupos culturais, o fortalecimento das políticas culturais de base comunitária; o lançamento do edital Sérgio Mamberti nas categorias cultura indígena, cultura popular e tradicional, pontos de cultura, diversidade cultural.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Tivemos também o edital de fomento de Pontões de Cultura, que são políticas... Estamos retomando a política cultura viva.

Acabou o tempo, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Não, é tranquilo.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – É porque o Ministério da Cultura é grande, gente.

Pode continuar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Pode.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA (Para expor.) – A Política de Cultura Viva completa 20 anos e era um apelo. É uma política que já é repercutida em vários países, pelo êxito que é, pelo que significa. Essa é uma política que chega àquelas produções da cultura popular.

A Secretaria de Cidadania e Diversidade continua com o edital de fomento Pontões de Cultura, edital Cultura Viva e Prêmio da Construção Hip-Hop, abraçando também a nova geração e as culturas das nossas cidades. Essa construção é feita com a sociedade civil, abraçando os apelos da sociedade civil que nos chegam.

A Política Nacional de Cultura Viva, 20 anos, é conteúdo da Política Nacional Aldir Blanc de incentivo à cultura, que estará por cinco anos irrigando o nosso Sistema Nacional de Cultura.

Agora falo da importância também de a gente regulamentar este marco cultural do Sistema Nacional de Cultura, que vai trazer, deliberar as responsabilidades dos estados e das cidades em relação à implementação do nosso Sistema Nacional de Cultura e das suas políticas.

Nós temos, na Política de Cultura Viva, 98 municípios, diretamente, e cerca de 800 municípios que são atingidos indiretamente, via editais. A perspectiva é de 5 mil Pontos de Cultura, em todo o Brasil, premiados por todo o Brasil.

Secretaria de Formação, Livro e Leitura: fortalecimento das políticas para o livro e leitura, bibliotecas e formação artística e cultural; Programa Olhos d'Água, que nós lançamos em São Paulo, com o Edital Escolas Livres de Formação em Arte e Cultura; formação continuada em arte, cultura e pensamento, com investimento de R$20 milhões; Edital Prêmio Pontos de Leitura, reconhecimento das bibliotecas comunitárias; o retorno das bibliotecas comunitárias, que tinham sido descontinuadas em todo o Brasil.

Essas bibliotecas são importantes, porque para aquela pessoa que mora, aquele estudante que mora naquela cidade ou naquele bairro, quando tem uma biblioteca, com certeza, a qualidade de vida, do estudo dele é melhor. Então, nós retornamos as bibliotecas, que dá mais leitura para as pessoas, mais acesso à leitura.

O Edital Maria Carolina de Jesus, para que tenha escritoras estreantes. Essa foi direcionada também para as mulheres; o lançamento da revista *Pihhy*, que é um espaço de reflexão da produção e do conhecimento indígena, abraçando as políticas dos povos originários, pela primeira vez.

São políticas em que estamos trabalhando, buscando somar com outros ministérios. Todas as políticas que têm alguma aderência com outro ministério, por exemplo, como essa revista, que tem aderência com o Ministérios dos Povos Indígenas, nós estamos fazendo consolidadas. Todas as ações do Ministério da Cultura que têm alguma aderência com algum ministério, nós estamos buscando e tentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer consolidadas, para que não haja sombreamento nas políticas e, sim, fortalecimento dessas políticas que estamos fazendo para todo o Brasil.

A Secretaria de Comitês e Cultura é uma rede de articulação territorial. São 26 organizações de sociedade civil que foram escolhidas por servidores do Ministério da Cultura para fazer a aplicação das políticas culturais. Essa organização nós estamos chamando de nosso "SUS da cultura". Teremos 595 agentes territoriais para fazer com que as políticas do Ministério da Cultura cheguem a todos esses lugares, porque tem cidadezinhas distantes onde as pessoas não sabem, não têm ideia das políticas que estamos lançando, principalmente porque eles prestam um serviço, um trabalho para que as pessoas, que esses grupos pequenos que vivem naquelas cidadezinhas saibam que a Lei Aldir Blanc de fomento à cultura está dentro de um Sistema Nacional de Cultura, que está chegando à sua cidade e a todas as cidades do Brasil.

Nós estamos trabalhando com as mesmas perspectivas que nos imbui o Presidente Lula. O Presidente Lula tem sempre buscado fazer um trabalho, com as políticas, para chegar a todas as prefeituras. Ele fala isso, verbalmente. Não importa o partido. Não é isso. Política pública de cultura, política pública é para o povo brasileiro. Todas as conquistas que estão sendo trazidas pelo Governo são para o povo brasileiro. As contribuições, o retorno dos investimentos internacionais que estão chegando ao Brasil não é para o Governo; é para o povo brasileiro.

Então, é isto que a gente precisa entender: é uma oportunidade, especialmente agora, nessas retomadas, nessa reconstrução. E nós, no Ministério da Cultura, estamos trabalhando com essa perspectiva.

Eu sou uma pessoa que veio da ponta, sou uma artista que tem quase 40 anos de carreira e, no meu histórico, nunca tive acesso à lei de fomento, à Lei Rouanet, nunca consegui ter. Então, por quê? Porque não chegava lá. Então, agora nós estamos fazendo esse movimento.

Estamos fazendo esse movimento com depoimento do setor cultural, da sociedade civil, que tem visto a nossa ação. No Ministério da Cultura, nós temos recebido pessoas de todos os estados do Brasil, de todas as manifestações culturais, do Sul, do Centro-Oeste, do Sudeste, do Norte, porque a nossa missão é esta: fazer com que as políticas culturais cheguem a esses lugares, transformando vidas, porque a cultura transforma a vida, emancipa as pessoas, traz oportunidades.

Quantos jovens, mulheres e homens, hoje, tiveram acesso a alguma organização que começou a fazer um trabalho cultural naquele lugar, e hoje temos orquestras feitas por jovens que chegam a vários lugares do mundo! Uma sala de cinema... Nós estamos retomando, inclusive, essas políticas de salas de cinemas, porque a grande maioria das cidades brasileiras – nós fizemos esse levantamento – não tem sala de cinema. E isso já está sendo feito. Buscamos uma política para chegar aí, através da Ancine e do Fundo Setorial do Audiovisual.

A 4ª Conferência Nacional de Cultura, de que nós falamos, foi de 4 a 8 de março, a maior conferência nacional de cultura da história. Por quê? Porque tivemos representação de todas as cidades que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participaram, que fizeram as conferências municipais, conferências estaduais, conferências setoriais, conferências que nunca tinha havido antes. A Conferência de Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura fizemos a primeira; foi a primeira conferência, a pedido da própria sociedade civil. A Conferência da Infância foi feita também. Conferência da Cultura Digital, Conferência da Capoeira, e outras e outras. Conferência da Cultura Popular... Todas essas conferências foram feitas, e essas conferências elegeram seus delegados e vieram representá-los aqui, nessa grande conferência que fizemos.

Recolhemos 30 propostas priorizadas, que serão colocadas em discussão pela sociedade civil, no Congresso Nacional, para a gente consolidar o novo Plano Nacional de Cultura. O último Plano Nacional de Cultura, de dez anos atrás, pela própria mudança de tempo, transformação do ambiente, transformação da sociedade, já não contempla mais. Então, ainda estamos, agora, neste momento, nesse novo movimento.

Para a nossa alegria, nós tivemos a aprovação da regulamentação do Sistema Nacional de Cultura. Mais uma vez, agradecemos aos Senadores, aos Deputados, a todo o Congresso Nacional, porque isso, para nós, vai dar uma virada muito substancial no fazer cultural, nas responsabilidades entre os estados e as cidades, em relação ao que direciona as políticas públicas para o setor cultural. Então, cada órgão federativo terá a sua responsabilidade mais afinada com o setor cultural.

Saúdo a Senadora Damares. Bom dia, Senadora!

Então, nós estamos trabalhando assim.

Também temos a Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais. É um apelo da III Conferência Nacional de Cultura a questão de espaços para apresentação cultural, espaço para geração de trabalhos, espaço para profissionalização das áreas técnicas da cultura. Então, nós abrimos uma chamada, abrimos o edital. E nós teremos aí a retomada das obras.

Nós retomamos as obras do CEUs das Artes inacabadas, que tinham sido paradas, e realizamos a inauguração já de 12 CEUs das Artes.

Também os CEUs da Cultura estão beneficiados dentro da Política Nacional Aldir Blanc. Tem um percentual que é para construir esses CEUs da Cultura, projetos participativos de arquitetura, que têm, como seu objetivo, diminuir as desigualdades de acesso a serviços e equipamentos. Esses equipamentos, como temos falado, serão feitos com a participação da comunidade, para a gente atender ao que aquela comunidade necessita.

E temos os MovCEUs, que são uns carros, umas vans levando equipamento cultural para aquelas cidades menores.

Tem muitas cidades que não têm condição nenhuma. Então, terá ali uma pequena biblioteca...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – ... uma tela de cinema... Daqui a pouco estou terminando. (*Risos.*)

Ali o mapa que nós trouxemos para mostrar onde é que estão esses equipamentos.

Os CEUs da Cultura, em azul; os CEUs das Artes, em azul; dos que foram abandonados, nós retomamos a reconstrução; os CEUs da Cultura, que são esses novos que estamos trazendo agora; e os MovCEUs.

Aí, os estados mandaram os seus territórios, e nós estamos agora nesse trabalho implementar.

Esse novo mapa, esse outro mapa, mostra os espaços culturais e os municípios que possuem pontos culturais e que não possuem equipamentos. Os municípios que receberão equipamentos, em vermelho; em amarelo, os que não têm – em vermelho, os que receberão –; e os municípios que já possuem CEUs das Artes, em azul.

A gente tem esse mapa.

A Secretaria de Equipamentos Culturais está no PAC, com o Museu da Democracia, o Programa Territórios da Cultura e 300 CEUs da Cultura, em territórios de maior vulnerabilidade.

Um orçamento de 600 milhões para entregar 300 equipamentos culturais. Na primeira etapa, foram selecionadas 195 propostas, e teremos uma segunda chamada, para selecionar mais 105 propostas.

Ali é mais ou menos... Nós estamos mostrando ali mais ou menos o equipamento. Tem uma célula-mãe, e a comunidade escolhe mais dois equipamentos para serem acoplados. Pode ser um cineteatro, pode ser uma sala reversível de ambiente, uma quadra para contemplar ações de cultura, manifestações culturais, apresentações culturais, mas o básico é aquele ali.

Cada equipamento desse – ele, todo completo – custa 2 milhões, e é um equipamento que nós estamos trazendo muito também para as emendas parlamentares, porque é um equipamento que tem um impacto na cidade, tem a participação da comunidade na construção dos equipamentos, e nós estamos apresentando também tanto os CEUs como os MovCEUs.

Pode passar.

Agora, o Instituto do Patrimônio Histórico, que é o Iphan, retomou mais de 140 obras de conservação e restauração, que estavam paradas.

Cadastramento: foram cadastrados 2,5 mil sítios arqueológicos.

Prêmios e editais de preservação e patrimônio histórico, com um investimento de 4 milhões.

Vou passando mais rápido agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – é a retomada disso também.

A recuperação e conservação de museus e pontos de memória.

E uma ação que é inédita também, que é o Canteiro-Modelo.

O Canteiro-Modelo é um projeto, é uma ação naqueles centros históricos das cidades – existem em muitos lugares, como em Pernambuco, em Salvador, na Região Sudeste –, em que pessoas moram em casas tombadas e não têm condição, ao longo do tempo, de fazer nenhum tipo de reparação, porque qualquer reparo em um prédio tombado, em uma casa tombada tem que obedecer a determinadas orientações – é muito específica. Às vezes, a pessoa fica naquela casa ali, famílias e famílias, e termina perdendo o imóvel. Então, esse projeto Canteiros-Modelo vai auxiliar essas famílias que não têm condição de reformar suas casas, com o apoio do Iphan, reformando as casas, e elas têm o compromisso com a preservação daquilo que recebeu.

Outra coisa também que nós trouxemos para as ações do Iphan é que cada ente que receber qualquer tipo de renovação do seu patrimônio, qualquer investimento nesse sentido, agora também terá a responsabilidade de preservar, porque o patrimônio brasileiro, o patrimônio histórico brasileiro é gigante, é um tesouro do povo brasileiro, mas nós temos – Senador, prazer também! – agora essa responsabilidade de dar responsabilidade também a quem recebe, porque não adianta haver uma reforma agora e, daqui a 20 anos, voltar de novo a reforma para aquele mesmo lugar. Então, esse é um cuidado que nós estamos tendo a partir da nossa gestão.

O Instituto do Patrimônio Histórico está no PAC, com investimento de 700 milhões. São 139 obras e 100 novos projetos, gerando milhares de empregos nas cinco Regiões do Brasil, priorizando a integração das obras de patrimônio com a ampliação de oportunidades culturais e sociais nos territórios. Esse do Iphan foi a... Nós entramos no PAC com duas ações. Uma dessas ações foi essa ação do Iphan.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Vou saudar aqui o Senador Humberto Costa, querido, e o Senador Fabiano Contarato – prazer também.

Já estou aqui finalizando.

Da Fundação Cultural Palmares é importante falar, porque nós encontramos a Fundação Cultural Palmares numa situação... Depredado o próprio prédio. Nós tivemos que buscar um outro lugar para alocar a Fundação Cultural Palmares e tem sido feito um esforço muito grande nessa reconstrução. A governança da Fundação Cultural foi diminuída para vinte e poucos prestadores de serviço. Então, nós estamos aí, nesse momento também, com essa questão de reformulação dos quadros de servidores e trabalhadores. Nós estamos trabalhando, no Ministério da Cultura, com 20% a menos de servidores do que em 2016. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas essas entregas que estamos fazendo é com esse quadro. E estamos mostrando também um compromisso para entregar tudo o que estamos entregando.

A Fundação Cultural Palmares, além de localizar um novo prédio, uma nova sede, que está sendo restaurada, lançou o Prêmio Luiz Melodia de Canções Afro-Brasileiras; o; Prêmio Conceição Evaristo de Literatura Afro-Futurista; a 3ª Edição do Concurso Prêmio Palmares de Arte; a Bolsa de Mobilidade Cultural Afro-Brasileira; Manifestações Político-Culturais 20 de Novembro; o Prêmio "Saberes e Sabores da Gastronomia Quilombola" e retomou o diálogo com todos os países da África e da Diáspora, tratando dessa conquista do povo brasileiro dentro do Governo, que foi a Fundação Palmares – foi a primeira conquista do povo negro dentro do Governo, das políticas federais. Então, é disso que trata a Fundação Palmares.

A Funarte é retomada também – as políticas públicas –, com a maior seleção realizada de orçamento dos últimos dez anos: um investimento de R$94 milhões em diversas chamadas públicas. A Funarte trata de teatro, circo, artes visuais, dança, música, festivais; Prêmio Mestres e Mestras das Artes; Programa de Apoio a Ações Continuadas – Grupos e Coletivos Artísticos, Espaços Artísticos e Eventos Artísticos Calendarizados –; Funarte Rede das Artes 2023 – no âmbito da Política Nacional das Artes.

A Fundação Nacional de Artes (Funarte) tem a Diretoria Colegiada nas cinco regiões brasileiras e percorreu um total de nove estados do Brasil, alcançando cerca de 120 agentes artísticos e culturais, em diálogo.

A Agência Nacional do Cinema (Ancine) também retoma a posição estratégica da produção cinematográfica brasileira e das indústrias do cinema. Uma atenção que nós queremos dar é o fortalecimento das indústrias cinematográficas do Brasil, com um investimento de R$1,2 bilhão para o audiovisual brasileiro e um aumento três vezes maior do que em 2022, no valor de R$400 milhões.

Em 2023, fizemos duas chamadas públicas para o setor audiovisual, para projetos de coprodução internacional de filmes e outros investimentos de longa-metragem com alto potencial de público. Por que estamos fazendo isso? Porque o Brasil, neste momento, está num momento muito exitoso em relação ao mundo. Nós estamos agora, neste ano, presidindo o G20, que vai até o final de 2024, depois nós teremos a COP, depois teremos o Ano do Brasil na França, e nós vemos isso como uma oportunidade de mostrar a produção cinematográfica nacional, abrir novas telas internacionalmente. Tanto pela Ancine como pela Secretaria do Audiovisual, nós estamos fomentando isso, fomentando o mercado e dando oportunidade para a produção nacional ter esse fomento para a produção de filmes, porque, como todo e qualquer país, nós temos nossos conflitos, mas nós temos também muita coisa bacana, a história do povo brasileiro é uma história de muitas vitórias também, e neste momento nós estamos também abraçando todas as histórias. Então, essa chamada pública de coligação, de produção bilateral com outros países é importante por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também tivemos R$180 milhões para produções independentes, com foco no desempenho artístico, e a retomada das políticas regulatórias. Estamos abrindo 118 novas salas de cinema, que estão sendo abertas no Brasil, com financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual, em 11 diferentes estados e 27 municípios. Isso está em ação, sob a direção da Agência Nacional do Cinema.

É uma oportunidade muito grande de neste momento o Brasil produzir as suas histórias, nós estamos vendo uma reação positiva nas salas de cinema com as produções nacionais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – E essa identidade que fizemos é porque poucas cidades brasileiras na verdade têm salas de cinema. Então, nós estamos corrigindo isso para aproximar mais a oportunidade de aquela cidadezinha menor ter também a sua sala de cinema e colocar o povo em contato com a produção do cinema nacional.

Fundação Biblioteca Nacional: também fortalecimento da produção intelectual nacional, com 125 bolsas de tradução do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior. Nós estamos vendo também um apelo muito grande para a nossa literatura ganhar mais conhecimento fora do Brasil. Então, nós estamos fazendo contato com editoras de fora do Brasil para levar a literatura brasileira, porque hoje nós temos uma literatura com uma abrangência maior, contando também histórias de novos escritores e escritoras. Existe um apelo para que essa produção seja conhecida mais internacionalmente, e nós estamos com essa ação.

A Biblioteca Nacional realiza mais de 91 mil atendimentos na modalidade presencial e remota, tem lançado também prêmios, e estamos fazendo iniciativas de colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, enfim. Também a nossa Biblioteca Nacional tem um tesouro aqui no Brasil, que é uma das Bíblias mais antigas, que é de 1500 e está dentro do... Nós temos esse tesouro aqui na nossa Biblioteca Nacional.

O Instituto Brasileiro de Museus: estamos retomando também e fortalecendo as políticas.

Eu vou passar rapidamente.

O lançamento da Plataforma Brasiliana Museus, que é uma plataforma em que qualquer pessoa pode entrar, ver o museu, identificar qualquer museu, em qualquer cidade, saber o que aquele museu tem, como chegar ao museu, se o museu tem acessibilidade, se não tem acessibilidade. Essa plataforma dá essas informações. Retomamos também o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e os comitês.

Fundação Casa de Rui Barbosa: o fortalecimento de políticas para o campo de preservação, produção e difusão de conhecimento.

Bom, eu vou passar mais rápido agora, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Fundação Casa Rui Barbosa também tivemos uma ação importante de que eu quero falar, que foi o resgate da Casa de Afonso Arinos. Afonso Arinos foi, inclusive, um Senador da República também, e a casa estava sendo colocada à venda, mas nós tivemos aí uma interferência e a resgatamos, porque nessa casa foi assinada a primeira lei contra a discriminação racial. Então, essa casa faz parte dessa história, dessa reconstrução da história do Brasil. E nós estamos também interagindo junto à Prefeitura do Rio de Janeiro para esse resgate. E também pela recuperação do Palácio Gustavo Capanema, que nós estamos fazendo, com o Iphan, com o Ibram, com todo o sistema MinC. Nós estamos com a expectativa de entregar esse Palácio Gustavo Capanema até setembro, porque é um ativo, é um tesouro do povo brasileiro, e a gente não pode deixar... O Palácio Gustavo Capanema é o primeiro prédio da arquitetura moderna tombado.

Então, outras realizações que estamos fazendo na Fundação Casa de Rui Barbosa.

Eu vou passar mais...

Retomamos os diálogos e estamos fazendo também com que tenha aderência a outros ministérios, como o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça, o Ministério das Cidades. Em todos os projetos Minha Casa, Minha Vida terão bibliotecas para a comunidade. Temos também o Grupo de Trabalho Interministerial do Cais do Valongo.

No Ministério do Trabalho, nós também temos ações aí para trazer agendas, conquistas para o setor dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura; Agenda Transversal de Mulheres; Plano Juventude Negra, do Ministério da Igualdade Racial; Memorial da Pandemia no Centro Cultural do Ministério da Saúde – nós estamos trabalhando juntos –; Acordo de Cooperação com o Ministério da Pesca; Acordo de Cooperação com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

O Ministério da Cultura está de portas abertas. Temos o posicionamento como ministério de portas abertas, ministério para todas as pessoas. Recebemos lá Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados, Prefeitos, representações de todos os lugares do Brasil para discutirmos, para ouvirmos propostas, para melhorarmos e amadurecermos mais as nossas políticas.

Nós fizemos um Circula MinC em todos os estados. Nós fomos a 40 estados em 27 dias para a instalação das nossas Política Aldir Blanc e Política Paulo Gustavo. Ouvimos 5.827 pessoas, 2.437 municípios. Eu estive em 17 estados presencialmente.

Relações internacionais, com o Mercosul cultural. Lançamos a campanha Mercosul sem Racismo. Estamos na Vice-Presidência do Grupo de Países Amigos da Ação Climática baseada na Cultura, a partir da COP 29, em que eu estive, em Dubai, e participei dessa reunião, para que a cultura seja tida também como um campo estratégico nessas discussões das mudanças climáticas, a partir da COP 30, da 31; Mercado das Indústrias Culturais Argentinas; Mercado das Indústrias Criativas do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para finalizar, nessa ação do G20, misturadas à cultura haverá três ações: uma ação em Brasília, uma ação em Porto Alegre e uma ação em Salvador. Estamos trazendo representações dos Ministérios da Cultura de todos os países do G20.

Bom, tem a área internacional, retomada... Fizemos um encontro com todos os países da América Latina e Caribe, para retomar ações de cultura bilaterais. Retomada do diálogo com objetivo de ações futuras com países da África e da Diáspora também; comemorações bilaterais com Estados Unidos, México, China, Egito – França e Reino Unido em 2025 –; a Bienal de Arquitetura de Veneza, em 2023. Nós ganhamos o prêmio Leão de Ouro, que foi apoiado pelo Ministério da Cultura. A Bienal de Veneza de 2024, pela primeira vez na história, terá curadoria de um artista brasileiro; e o Pavilhão do Brasil completará 60 anos, com a primeira vez com curadoria dos povos originários, de artistas indígenas; participação em feiras internacionais, feiras de livros.

Nós tivemos... Em 2023, analisamos 450 novos projetos no valor de R$194.793.720 das emendas parlamentares, e aprovamos 95% das emendas. E este esse ano, nós temos um valor de R$345.548.054 de emendas parlamentares. Então, nós estamos aí com várias prioridades: aprovação da regulação do VoD, aprovação do Plano Nacional de Livro e Leitura...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – ... Política Nacional do Livro e Escrita, Projeto de Lei Autoral do Digital. Enfim, nós temos ainda algumas outras coisas, mas eu vou parar, porque já deu muito tempo, não é?

É isso, gente. Esse é o Ministério da Cultura do Brasil. Essas são as ações que nós estamos fazendo. (*Palmas.*)

É uma tamanha responsabilidade, Senadores e Senadoras, esse trabalho sobre o que nós estamos debruçados, desde a recomposição, porque nós estávamos relegados a uma secretaria. E é impossível, não tem como fazer de uma secretaria... gerenciar uma política de cultura num país do tamanho do Brasil e da construção que o Brasil tem.

Então, nesses anos de existência do Ministério da Cultura, é um legado muito grande que foi construído. E nós... Só para finalizar, apenas 0,57% do orçamento da União é investido em cultura. É como se, de R$100, apenas R$0,57 fossem dirigidos à cultura. Esse retorno que a cultura dá é de 3,11% do Produto Interno Bruto. E nós estamos tratando de um setor em que hoje... O levantamento mais recente é de que mais de 5 milhões de pessoas trabalham... Somos os trabalhadores e as trabalhadoras da cultura; nós não somos vagabundos. Nós temos famílias. Nós cumprimos também as nossas questões, os direitos e os deveres, e defendemos uma coisa belíssima, que é a cultura brasileira, que tem essa diversidade. Então, em todas as regiões brasileiras, tem a manifestação cultural, o povo tem amor à sua cultura. E nós estamos tratando dessa forma as políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um trabalho muito árduo, é um trabalho grande. O país é grande: a uns lugares chega de um jeito; a outros, de outro, mas nós estamos procurando tratar isso sempre com diálogo, com escuta e com boa vontade. Então, esse é o trabalho que nós estamos fazendo.

E essas entregas todas foram feitas em 14 meses, entre a recriação do Ministério da Cultura e este mês de abril, 2 de abril de 2024.

E, como o Senador falou também aqui, no começo, que hoje é o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, então quero também dizer que nós estamos, nas políticas do Ministério da Cultura, com um percentual para atender à acessibilidade, mas também para buscar cotas para que essas pessoas sejam também empregadas nos projetos culturais, cotas para que os projetos culturais também empreguem pessoas com problemas de acessibilidade, enfim... Nós estamos trabalhando com essa pauta também nas políticas do Ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço à Ministra Margareth Menezes pela exposição, pelo detalhamento.

E quero dizer a todos e todas que nos acompanham que todo esse material projetado, bem como a fala da Sra. Ministra estarão disponíveis no *site* da Comissão, então todos e todas poderão se aprofundar caso assim o desejem.

Eu quero lembrar que esta Comissão de Educação e Cultura, entre mais de 150 projetos apreciados no ano passado, apreciou aqui também o Sistema Nacional de Cultura, que foi aprovado na Comissão e posteriormente no Plenário; o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos, que foi um grande debate que aconteceu no Plenário, depois aqui na Comissão – foi aprovado também no Senado e está na Câmara dos Deputados –; também o projeto para incluir ofertas e serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) foi discutido e aprovado aqui e aguarda agora também a apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos aqui do Senado; e também será ainda apreciado o marco regulatório do fomento à cultura no âmbito da administração pública da União, estados, Distrito Federal e municípios; além do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com o apoio às culturas indígenas e afro-brasileiras; e a distribuição equilibrada de recursos entre as manifestações culturais, como prioridade no Fundo Nacional de Cultura, que foi aprovado aqui no Senado Federal e retornou à Câmara dos Deputados para apreciação das emendas.

Nós vamos dar a palavra aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, que se inscreveram, em bloco de três oradores. E, como habitualmente a gente faz, no bloco de três oradores, a Ministra responde e, caso haja necessidade de alguma complementação, a gente dará também a palavra de volta aos Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se me permitem, como está aberto também para o público do Brasil, só vou ler rapidamente as perguntas, já que muita gente está acompanhando esta audiência pública. Várias das perguntas já foram até respondidas na apresentação, mas, naturalmente, a gente tem que ler a pergunta para a pessoa saber que aquilo que a pessoa colocou é algo que está sendo apreciado, inclusive na sequência, como desdobramentos.

Luís, do Paraná: "Quais os planos de incentivo para artistas PCD [com deficiência] iniciantes no campo de artes cênicas, audiovisual e demais áreas relacionadas à cultura?".

Ana, do Distrito Federal: "Quais foram os principais desafios enfrentados, especialmente em relação ao déficit orçamentário e aos retrocessos das políticas culturais?".

Mariana, de São Paulo: "Como o [...] [Ministério da Cultura] pode ajudar para que pagamentos de direitos autorais para roteiristas, diretores e atores sejam obrigatórios por lei?".

Igor, de São Paulo: "O que quis dizer em entrevista dada à Folha de S.Paulo, em 22/3, [com a fala, abrem-se aspas], 'Igrejas encontram espaço em vazios culturais'?". Uma pergunta.

Vincent, da Bahia: "Como fortalecer a identidade cultural nacional sem sucumbir à homogeneização cultural promovida pela mídia e pelas ONGs internacionais?".

MC, da Bahia: "Como [...] enxerga o papel da cultura como um instrumento de transformação social e desenvolvimento humano em nosso contexto atual?".

Rodrigo, do Rio de Janeiro: "O Programa Pontos de Memória será fortalecido para além do reconhecimento das iniciativas? Há previsão orçamentária para apoiar ações?". Pontos de Memória, não é?

Caio, de Minas Gerais: "Em 2009 foi proposta uma reforma da lei de direitos autorais, adequando-a aos tempos digitais. Não seria a hora de retomá-la?".

Wolmar, de Minas Gerais: "Qual o plano do ministério para apoiar artistas menores, especialmente mulheres [...], contra abuso e preconceito?".

Glacy, de Goiás: "[...] [Urge a criação de] mecanismos específicos para incentivar Orquestras Sinfônicas e de Câmara do Brasil, a Música de Concerto requer atenção". É um comentário, não é uma pergunta.

Cinthia, do Rio Grande do Sul: "Estou feliz [...] pela [...] [Lei Paulo Gustavo] ter chegado na minha cidade, interior do Rio Grande do Sul, [...] e contemplar verbas para o teatro".

Charles, do Rio de Janeiro, "[...] é urgente: – a regulamentação dos *streamings* no Brasil; a quota de telas nos *streamings*, democratização/e incentivo dos livros".

Além disso, outras perguntas chegaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Elisa: "A exemplo do que ocorre com a lei de incentivo a esporte, que permite que as prefeituras apresentem projetos de captação de recursos. A Lei de Incentivo à Cultura também poderia prever essa possibilidade?".

A comunidade cigana, particularmente através do Cláudio: "Os ciganos perguntam o que vem sendo feito para a geração de conhecimento sobre a cultura cigana, pois a Lei Rouanet, de acordo com eles, é inacessível".

Carlos, também, que é contador de histórias: "Não caberia ao Ministério da Cultura fomentar uma ação de formação envolvendo outras pastas, como o Ministério da Educação e o Ministério do Turismo, para que o nosso rico patrimônio seja difundido e se torne um ativo cultural?".

Antes, a gente tinha que dar uma folga por causa da fala também, por causa de muita pergunta.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – É muita formação cultural, integração com outros ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

Também o Ivan, que é artista dos bonecos e diretor de escola estadual: "Como a Ministra pensa, por meio do Governo Federal, sobre a possibilidade de ampliação ao incentivo à música nas escolas, em específico às bandas e grupos de fanfarras? O MinC possui ou projeta fomentos de atividades artísticas de contraturno nas escolas, numa articulação? Quais as propostas de ampliação de fomentar jovens artistas, estudantes da educação básica, regionais e locais?".

Também ainda, nessa área, com o mesmo grupo: "Quais fomentos e estímulos o MinC, o ministério, possui para artistas bonequeiros, companhias de teatro bonequeiro e/ou produtores culturais da arte bonequeira?".

Também mais uma pergunta: "Com o passar dos anos, as igrejas perderam sua caracterização e peças foram roubadas, enquanto não há lei de tombamento no município. Qual o incentivo que o Ministério da Cultura pode oferecer a esses pequenos municípios?".

Também o Fernando Nascimento, que é coordenador do grupo de dança e muito apreciado também: "De que forma o Ministério da Cultura poderia criar mecanismos de diálogo permanente junto ao Ministério da Educação?".

É interessante, porque aqui é educação e cultura, como que a gente pode ter essa interface para pensar em ações de formação inicial para a cultura, professores de arte, linguagens artísticas dentro da escola. Atualmente, o MinC colocou agentes de cultura em todos os estados brasileiros, um representante de cada estado, antes era nas regiões". Ele coloca: "De que forma podemos pensar em mecanismos de permanência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ultrapassem diferentes governos e que tenhamos em cada estado um representante do MinC pensando em atender às necessidades e especificidades artísticas de cada estado brasileiro?".

E, finalmente, também do Daniel Faria, que pergunta: "O Projeto Pixinguinha está entre as prioridades do Ministério da Cultura? Qual a sua opinião sobre a importância dele, do Pixinguinha, na cultura brasileira?".

Eu tomei a liberdade até de ler todas as perguntas, porque assim os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que usarão da palavra agora já sabem o que as pessoas que estão nos acompanhando estão indagando.

Passamos, em primeiro lugar, a palavra ao Senador inscrito Izalci Lucas; na sequência, ao Senador Fabiano Contarato; e, ainda nesse primeiro bloco, ao Senador Wellington Fagundes. Então, Izalci, Fabiano Contarato, Wellington Fagundes.

Estava inscrita a Senadora Teresa Leitão. Ela pediu licença só para ir ao Plenário, mas já voltará, e aí nós daremos a palavra a ela também.

Senador Izalci Lucas, é uma alegria passar a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bem, torço muito para que tudo o que foi colocado aqui seja realizado com muito sucesso.

Ministra, gostaria de perguntar... Nós estamos aqui, no Senado e na Câmara também, discutindo a questão do Perse. Nós sabemos que esse setor de eventos foi o primeiro a entrar em crise, com o covid, e o último a sair. Nós aprovamos aqui o incentivo para essas empresas, e houve, no intervalo aí, no recesso, uma alteração na medida provisória que está sendo discutida nesse momento. Qual foi a participação do Ministério da Cultura em termos de convencimento ou de questionamento com o Ministério da Fazenda? O Ministério da Cultura trabalhou no sentido de manter o incentivo ou discutiu com o Ministério da Fazenda? Essa é uma pergunta.

Eu tive a oportunidade, como Deputado Federal, de participar também da CPI da Lei Rouanet. E detectamos – eu fiz, inclusive, um relatório separado de 1.088 páginas –, foram detectadas milhares de falhas, inclusive com desvios de recursos, incentivos fiscais superfaturados; também muitas empresas utilizaram o incentivo em proveito próprio, da própria empresa, com *shows* e eventos; mais de 20 mil processos sem análise na prestação de contas. Como é que está hoje o ministério com relação a essa questão da fiscalização, da informatização, dos procedimentos para que a gente possa evitar que haja novamente esses desvios, tendo em vista até que a perspectiva de recursos é muito boa para a ministério agora? O ministério está preparado realmente para fiscalizar tudo isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para finalizar... V. Exa. já disse aqui no início com relação aos *shows*, e a gente percebeu isso durante a CPI: muita concentração realmente em São Paulo e Rio e pouco investimento realmente nos municípios mais carentes, principalmente no Norte e no Nordeste. Como é que está? Qual é a posição do ministério com relação a esses financiamentos de artistas já consolidados? O ministério, na política pública, continua no sentido de incentivar esses artistas que têm carreira já consolidada, como os grandes artistas?

Essas são as minhas colocações, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço ao Senador Izalci Lucas.

Passo a palavra, então, ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, inicialmente eu quero agradecer aqui o comparecimento da Ministra Margareth Menezes, que muito dignifica o Ministério de Estado da Cultura. Falo isso como uma pessoa que... Se Deus me permitir, no dia 20 de junho, vou completar 58 anos, mas nós temos que nos lembrar também do passado para jamais repeti-lo. E, no dia 31 de março, nós tivemos aí a lembrança talvez de um dos períodos mais longos de violação às liberdades democráticas, que foi a ditadura militar. E contra fatos não há argumentos: nesse período, centenas de pessoas morreram, Ministra, outras centenas desapareceram, milhares foram torturadas, e muitas destas que foram torturadas são testemunhas vivas do que passaram.

E começo assim esta minha fala porque nesse período de ditadura militar tentaram sufocar, censurar e reprimir a cultura; mas ela floresceu, ela sobreviveu, ela ganhou vida, vez e voz. Porque essa é uma garantia constitucional; porque o direito à cultura, em todas as suas *nuances*, é uma garantia constitucional. E digo até mais: está na Declaração Universal de Direitos Humanos como um direito humano essencial. Eu fico triste quando vejo político que quer reduzir a cultura como um papel, talvez, de menor importância. É uma visão equivocada, míope, uma visão positivista, napoleônica, convicta; porque quem conhece, como V. Exa. conhece, o que vem a ser cultura sabe que através da cultura é que nós vamos transformar a vida das pessoas. É através da cultura, por isso que ela anda de mãos dadas com o Ministério da Educação. Porque, através da educação com cultura, aquele jovem, se vendo representado ali, dentro de todas as possibilidades que a cultura pode proporcionar a nós, brasileiros, num Brasil de rincões, num Brasil com tanta diversidade cultural... É através da cultura que nós vamos efetivamente dar dignidade à população. Porque através da cultura nós vamos reduzir a violência. É através da cultura que nós vamos dar um caráter humanizador ao processo educacional, a esse processo de ensino-aprendizagem.

Então, quando eu vejo a exposição de V. Exa. aqui, minha querida – permita-me lhe chamar assim, com toda a humildade –, minha querida Margareth Menezes, que muito encantou o Brasil, eu não posso deixar de fazer essa reflexão, tendo vindo da ditadura. Quem aqui não se lembra dos festivais? Quem aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se lembra das letras maravilhosas, para tentar burlar a ditadura, de Geraldo Vandré, de Chico Buarque, de Caetano Veloso, de Elis Regina? Eu venho, eu sou testemunha disso. Eu tenho muito orgulho de ter passado, Ministra e meu Presidente Flávio Arns, nesse processo de reconstrução, e morro defendendo a espinha dorsal do Estado democrático de direito, que se chama Constituição da República Federativa do Brasil. Eu morro defendendo aqui, enquanto Deus me der vida, vez e voz, a cultura como direito humano essencial, a cultura através da transformação dos nossos jovens. Os nossos jovens têm que olhar para nós políticos, e essa é uma função nossa, porque a função de um Parlamentar, eu ouso dizer, é usar a palavra para apresentar o Brasil ao Brasil. É derrubar os muros do Parlamento e interagir com o principal destinatário, que está aí nos rincões do Brasil. É dar vida, vez e voz àquela garantia constitucional, expressa no art. 5º, de que todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual ou deficiência.

E, infelizmente, nós ainda estamos longe desse Brasil tão igual. Infelizmente, ainda nós temos um Brasil que é racista; que não só é racista na cor da pele, mas há um racismo religioso, no que tange às religiões de matriz africana. Essa é uma realidade. Infelizmente, ainda, nós temos um Brasil que é sexista, em que a própria Constituição fala que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, mas só agora, neste Governo, é que nós aprovamos a igualdade salarial entre homens e mulheres.

Tudo isso para falar que através da cultura... Não com um orçamento de 0,57% para você atuar em todas as suas *nuances*, seja na música, seja na arte, no teatro, no cinema, seja onde for, porque cultura é vida.

Então, a pauta da cultura não tem que ser uma pauta de um Parlamentar do partido A, B ou C. Ela é uma pauta de direitos humanos, quer queiram uns ou não, mas ela tem que ser cumprida, porque nós somos subservientes à Constituição Federal e nós temos que dar vida, vez e voz a essa garantia que está lá nos direitos humanos – lá nos direitos humanos. E, quando se fala em direitos humanos, eles foram inspirados pelos princípios da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade –, em que foi elencada uma geração de direitos humanos de 1º, 2º e 3º gerações, e a cultura sempre está ali. A cultura sempre está lá!

Eu poderia estar aqui elencando vários dispositivos na Constituição Federal em que a cultura é enaltecida, mas olhem o art. 23, inciso III, competência comum da União, Estados, Distrito Federal e municípios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... "proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural...".

Olhem o art. 24, o art. 30, o art. 206, o art. 215, o art. 231, a todo momento a Constituição fala que a cultura é parte fundamental para dar dignidade às pessoas, mas essa tem que ser uma política de todos nós, independentemente do partido A, do partido B ou do partido C.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha fala aqui é só, primeiro, de reflexão, de que mesmo nos tempos obscuros, nas sombras, a cultura resistiu e vai resistir, porque não podem calar, não vão sufocar, não vão censurar, mais uma vez, como tentaram fazer com a cultura, porque a cultura é essa.

Eu, que venho de uma família simples – e não falo isso por vitimismo, não falo, longe de mim –, quando via meu pai, motorista de ônibus, puxando ônibus por 40 anos, minha mãe semialfabetizada criando seis filhos, e eu, o mais novo, sempre estudando em escola pública, eu via lá na minha escola pública o dinamismo para se difundir a cultura quando eu via lá o circo, aquilo era transformador, com aquilo, para aquele jovem lá, pobre, ele se via representado, ele poderia sonhar, e não só sonhar, mas concretizar o sonho de um Brasil muito mais justo, muito mais fraterno, muito mais igualitário, muito mais inclusivo e muito mais plural.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Agradeço a V. Exa. pela reflexão feita também, muito importante. Parabéns!

Senador Wellington Fagundes, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Meu caro Presidente Flávio Arns, e quero aqui cumprimentar também a Ministra Margareth Menezes.

Eu fiz questão de vir aqui, viu, Ministra? Até porque tenho uma boa recordação de sua presença lá em Mato Grosso e vou falar mais para frente sobre a sua presença em Mato Grosso.

Eu quero aqui, primeiro, Senador Flávio Arns, agradecer ao Senador Izalci por ter se filiado ao meu partido, o PL, o que, com certeza, ajuda muito no engrandecimento do nosso partido, a experiência que ele tem como Senador daqui de Brasília, um Parlamentar extremamente atuante e que fortalece muito o nosso partido e o nosso bloco. E, como Líder do Bloco Vanguarda, quero, mais uma vez, dar boas-vindas a V. Exa.

Sr. Presidente, eu queria também aproveitar a reunião aqui, a nossa audiência, para registrar, com muita felicidade, que ontem nós tivemos lá em minha cidade, Rondonópolis, a comemoração de 75 anos, o aniversário da inauguração da Escola Sagrado Coração de Jesus. Eu falo aqui com muita felicidade, porque foi onde eu comecei o meu primário, com sete anos de idade.

É importante registrar o papel das irmãs catequistas franciscanas. Em toda a região sudeste de Mato Grosso, se tem hoje... Se é uma região que mais se desenvolve no Brasil, uma economia extremamente forte em Rondonópolis, se deve principalmente à chegada dessa congregação. Ali, em São Lourenço de Fátima, entre Rondonópolis e Cuiabá, tem até uma estrada em que trabalhamos muito, paralela à 364. É a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira estrada verde, faço questão de dizer, Senadora Margareth, porque meu pai foi da Bahia para Mato Grosso a pé.

Então, essa estrada – que leva o nome do meu pai, João Antônio Fagundes – liga exatamente Rondonópolis à comunidade São Lourenço de Fátima, onde chegaram os padres e as freiras e onde há uma grande estrutura dessas congregações. Depois, essa estrada segue ao Pantanal, chegando a Mimoso, onde nasceu o Marechal Rondon, Santo Antônio do Leverger, de onde é – registro aqui também – o nosso companheiro Jonas Pinheiro, que foi uma figura muito importante, também nascido lá; e chegando a Cuiabá, mesma distância de Rondonópolis a Cuiabá pela BR. Eu sempre faço questão de convidar a todos para conhecer essa estrada, porque é uma estrada nova, e você pode conhecer contemplando as belezas do Pantanal.

Então, eu registro aqui esse papel das irmãs. Elas mesmas, ainda com as suas vestimentas brancas, subiam nas escadas para construir as escolas. A escolinha lá, começando com tijolo de adobe; elas mesmas, ali, fazendo seu trabalho; e hoje é a escola de maior referência em Rondonópolis, principalmente primando pela qualidade do ensino e a disciplina também. É claro, também a formação religiosa.

Sr. Presidente, eu também quero registrar aqui a importância do dia do autismo, o Dia Mundial do Autismo, que eu entendo como crucial, pelo menos para aumentar a conscientização sobre o que é o autismo e também promover a inclusão e a aceitação das pessoas com autismo na nossa sociedade. Esta data oferece, sem dúvida nenhuma, uma oportunidade para educar o público sobre as características do autismo, desafios enfrentados pelas pessoas com autismo, e como podemos todos contribuir para um mundo mais inclusivo e acessível.

Eu tenho que, também, registrar que a nossa Universidade Federal de Rondonópolis... Esta Comissão foi muito importante para criarmos essa universidade. Lá, na nossa Universidade Federal de Rondonópolis, também há um incentivo a essas pessoas, com essa condição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E aí, Presidente, inclusive nós temos lá alunos de medicina, que estão cursando o Curso de Medicina, que são autistas.

Então, por isso, eu quero aqui também registrar o papel da UFR, de Rondonópolis, inovadora também, na criação do incentivo às pessoas com as suas necessidades especiais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero fazer uma observação que eu fiz no início, só lembrando que hoje, de fato, é o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo e é uma data importante. E, já por lei, a pessoa com autismo é considerada uma pessoa com deficiência, o que é importante também. E, ao mesmo tempo, ontem tivemos a sessão especial do Congresso Nacional sobre esse dia. Então, todas as pessoas que, inclusive, queiram acompanhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as conclusões... E uma das perguntas foi justamente sobre PCD, quer dizer, pessoa com deficiência. E o autista, TEA, transtorno do espectro autista, está incluído nessa área também.

Desculpe ter interrompido, mas vamos em frente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo, ótimo que V. Exa. sempre é uma referência aqui, e para um tema como esse, eu sei que V. Exa. tem uma sensibilidade muito grande.

Eu registro então que lá na UFR, nós temos 18 autistas dentro da universidade, com acompanhamento, nos 19 cursos de graduação. Então, portanto, é bem expressiva a presença desses alunos lá na nossa universidade.

Sr. Presidente, eu também aqui quero dizer com muita satisfação, registrar aqui, principalmente sobre a Lei Aldir Blanc, que foi criada em 2020, para a qual definimos 3 bilhões, por parte da pandemia, que era muito importante o incentivo aos nossos profissionais.

Aí, em 2021, eu apresentei um projeto de lei exatamente para estender a prorrogação do auxílio emergencial aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, e também para prorrogar, Sra. Ministra, o prazo de utilização dos recursos para estados e municípios, porque naquele momento não tinha nem condições de se fazerem os projetos e poderíamos perder esses recursos.

Depois, em 2022, também tivemos mais incentivo dessa lei. E também em 2024.

E eu quero registrar aqui porque, para o meu estado, nós tivemos, no ano de 2021, Ministra, 29 milhões aplicados. Já em 2022, tivemos 86 milhões. Portanto, um acréscimo muito grande, por meio do qual foram atendidos 18 mil trabalhadores do setor, em todas as áreas. E, agora em 2023, mais 53 milhões.

Então, eu quero que V. Ex. tenha aqui, neste Parlamentar, um parceiro para a gente estar trabalhando, inclusive no orçamento deste ano também, para que a gente possa garantir os recursos.

Com isso, eu quero dizer que estou muito feliz em fazer parte dessa história, e também por ter contribuído com a prorrogação e ampliação dessa lei tão importante.

Tenho aqui três perguntas. Espero que V. Exa., Presidente, possa ser tolerante, mas aqui são três perguntas e vou tentar ser objetivo.

Quais são as principais ações do ministério para garantir a eficiência, a eficiente aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc e continuar o investimento na cultura brasileira?

Como o ministério está incentivando a realização de projetos culturais que promovam a democratização do acesso à cultura, especialmente em áreas periféricas e regiões de povos tradicionais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira: há projetos e ações previstas para fortalecer a cultura e ampliar o acesso a manifestações artísticas, na mesma linha, principalmente no interior – e aí eu vou puxar a brasa para a minha sardinha –, para o meu Estado do Mato Grosso?

E quarta ainda, como o Ministério da Cultura está abordando a programação e proteção das culturas indígenas e afro-brasileiras, considerando a necessidade de preservar suas tradições e, ao mesmo tempo, integrá-las ao panorama cultural contemporâneo?

E registro aqui, inclusive, a nossa Vila Bela da Santíssima Trindade, a nossa primeira capital mato-grossense, que foi projetada em Portugal para exatamente ser a primeira capital da costa fluvial brasileira, e na qual V. Exa. também lá esteve, não é, Ministra? Conhece bem a história de Tereza de Benguela.

E aqui, finalmente, considerando o dinamismo da cultura e a necessidade de preservação das tradições, como o Ministério da Cultura planeja equilibrar a valorização das práticas culturais tradicionais, com o incentivo à inovação e à modernização artística, assegurando que os esforços de digitalização e as novas plataformas de expressão cultural não sobreponham ou descaracterizem o patrimônio cultural e material brasileiro?

E, Ministra, só para concluir, como eu falei, V. Exa. esteve no Mato Grosso quando lá nós tivemos os Jogos Indígenas, e a senhora esteve na nossa capital. E eu gostaria também de sugerir aqui – porque faz tanto tempo – que a gente pudesse realizar, junto com o Ministério da Cultura, novamente esses Jogos Indígenas em Cuiabá, porque lá somos um estado em que temos uma variedade muito grande de etnias. Em Mato Grosso do Sul, Presidente, nós temos uma população indígena maior, mas em Mato Grosso nós temos realmente muito mais etnias.

Por isso, eu gostaria, Ministra, que a senhora se recordasse daqueles momentos bons em que lá esteve, para que a gente pudesse promover novamente esse grande evento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero destacar essa necessidade das interfaces com a educação, com o esporte, porque não deixa de ser cultural, esportivo, educacional, de direitos humanos. Todas as áreas têm esse relacionamento.

Se não houver objeção – acho que não haverá –, darei a palavra agora à Teresa Leitão, que estava inscrita também neste bloco, mas, como eu justifiquei, teve que sair e voltar.

Dou a palavra a V. Exa. para fazer também as ponderações.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A força da mulher.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presente aqui no Senado.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu fui dar uma passada na sessão extraordinária em defesa da democracia e dar um abraço em algumas pessoas importantes na minha vida, na vida do país, que estavam por lá. Agradeço a concessão de V. Exa.

Eu assisti a praticamente toda a exposição, Ministra – que tenho também copiada em papel –, e quero parabenizá-la – parabenizar porque esse Ministério foi expressamente reconstruído; ele voltou a fazer parte da administração federal e voltou realmente para valer. Eu acho que, para quem esteve na sua primeira apresentação aqui nesta Comissão – e eu estava também – e viu hoje o que foi apresentado em um ano, Presidente, de trabalho, realmente é muito animador.

Quero parabenizá-la pelo conceito de artista que foi aqui expresso logo no início da sua fala, parabenizá-la pela consciência muito nítida, porque ela se reproduz nas ações do ministério sobre a cadeia produtiva da cultura multifacetada, diversa e que tem um diálogo interno muito grande, intergeracional, inter-racial, interterritorial – e isso foi visto na abertura da conferência e durante toda a 4ª Conferência, que eu acho que é um marco da gestão da senhora à frente do Ministério da Cultura.

Quem esteve lá na abertura, como eu estive – acompanhei alguns lances também à distância –, voltou bastante rejuvenescido, política e culturalmente, com aquilo que viu lá. Só não pude chegar para a foto com a delegação de Pernambuco, porque mudou o horário e eu tinha outro compromisso, depois ia viajar.

Quero destacar a Lei Rouanet, a Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc como instrumentos que estão realmente funcionando. Claro que desafios de implementação existem sempre, mas estão sendo corrigidos.

E quero destacar dois pontos, finalizando. Nós vamos ter a grata satisfação, Presidente – porque você sabe que o povo de Pernambuco é meio amostrado, não é? –, nós vamos ter a grata satisfação de ter a sanção do marco regulatório da cultura no nosso estado, em um teatro chamado Dona Lindu, à beira-mar da Praia de Piedade.

Esse teatro é uma obra de Niemeyer. Foi muito polêmico Recife ter uma obra de Niemeyer naquele tempo, e era uma das poucas capitais que não tinha. A gente se vira aqui em Brasília, e é tanta coisa que encanta os olhos! E hoje esse teatro é uma unanimidade. Terminou conquistando o povo recifense que foi contra à época, hoje é uma unanimidade.

Pois, Ministra, o marco regulatório vai ser sancionado lá. Foi incluído na agenda do Presidente Lula, e nós estamos muito satisfeitos, muito agradecidos. O Relator foi um pernambucano, o nosso Senador Humberto Costa, e vai ser muito bom, tenho certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Presidente, está aqui o Diretor de Livro e Leitura, Fabiano Piúba. Ele tem um irmão gêmeo, que é padre. Domingo, eu estava na missa com o irmão dele, e hoje ele está aqui na nossa audiência pública, Presidente. Eles são muitíssimo parecidos.

A gente fez uma audiência pública aqui sobre a chamada Lei Cortez. É um projeto de lei, não me ocorre agora o número, que vem tramitando desde que a hoje Governadora Fátima Bezerra era Senadora. É do livro. Esse nome, Lei Cortez, é uma homenagem. É a lei do livro, da leitura, da literatura e da biblioteca. Nós fizemos, Presidente, uma audiência pública com a presença do ministério, com a presença das associações de livreiros, com a presença de entidades acadêmicas, também, e de pesquisa, e foi muito boa.

Nós queremos alterar, a partir desta audiência, aspectos muito pequenos que não mexem no mérito e na validade cultural, até mesmo para o mercado de livro, dessa lei.

Então eu queria pedir que a gente tentasse, Presidente, fechar uma posição – porque vai envolver o Governo, evidentemente, mas a nossa Comissão também –, já com todo esse acúmulo da audiência, para a gente aprovar essa lei, na esteira de tanta coisa boa, de tanta coisa positiva que o nosso MinC está fazendo.

Disse-se muito na conferência que o MinC voltou, que a cultura voltou. E hoje a gente tem essa sensação mesmo de que as políticas culturais estão tendo um objeto, um objeto de cidadania, um objeto de acesso, um objeto de respeito aos direitos, e isso é muito bom para nós que somos da educação. Por isso que esta é uma Comissão de Educação e Cultura, porque são duas políticas que dialogam e que se complementam.

Então, parabéns a V. Exa. pela iniciativa de ter convidado a Ministra e parabéns à Ministra e a todo o seu corpo diretivo que está presente nesta audiência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Teresa Leitão.

Eu quero destacar que em todos os projetos que eu mencionei, Sistema Nacional de Cultura, a regulamentação dos *games*, projeto Condecine, em todos eles houve...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – A cota de tela.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A cota de tela, exatamente.

Em todos esses projetos, debates, houve uma ampla discussão com a sociedade e com o Governo também, inclusive, às vezes precisando retirar de pauta para mais uma semana ou duas de discussão, mas eu quero dizer que esta Comissão tem sido extremamente ágil no debate, na discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos, inclusive, no aguardo também do Plano Nacional de Cultura agora – eu tive a honra, um tempo atrás, de relatar pela sua prorrogação, já que não tinha havido um novo plano. Então, nesse sentido.

E aqui o ministério, semanalmente ou diariamente, está muito bem representado pelo Amauri, que está sempre conversando com a gente, com os membros da Comissão e procurando algum caminho e, enfim, fazendo esse diálogo para levar algum encaminhamento para V. Exa.

Até a gente poderia separar, agora nos determos nas indagações dos Senadores e da Senadora e depois dar um tempo para as perguntas do pessoal que vem nos acompanhando.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA (Para expor.) – Vou começar a responder pelas perguntas do Senador Izalci. Obrigada, Senador, por essas perguntas que o senhor fez, porque isso é uma das nossas preocupações e uma das nossas missões.

Nós herdamos um histórico muito ruim em relação a um passivo que vem se... Quando nós chegamos, uma das nossas metas foi resolver trazer um mecanismo novo. Por quê? O que nós identificamos nessa metodologia? É um sistema defasado, de 1993, esse sistema de prestação de contas que se aplica à cultura, e que, nesses 30 anos, realmente não sofreu nenhum tipo de adequação ao fazer cultural.

Então, nós estamos com esse estudo para que a gente consiga melhorar esse formato de prestação de contas. Por isso que nós estamos com a proposta do novo marco regulatório de fomento, que vai trazer uma facilidade, uma eficiência nas execuções.

Mas, independentemente disso, tivemos três ações importantes, porque, para mim... É um pedido até que eu faço em relação à apreciação desse marco porque a gente não pode também responsabilizar toda uma nova geração de pessoas que estão trabalhando no setor de cultura. Nós estamos falando de 30 anos disso, com esse tipo de regulação, que não favorece a entrega do objeto, ou seja, da produção finalística.

Então, nós estamos trazendo, fizemos algumas ações já, que já estão sendo implementadas nessas novas execuções. Fizemos uma modernização do arcabouço normativo, lançamos um decreto novo, uma instrução normativa nova e uma proposta de um marco regulatório que vai dar toda uma eficiência para esse novo movimento de prestação de contas. O novo decreto permite a análise financeira mais apurada com monitoramento durante a execução do projeto. É uma ferramenta que fica ali simultaneamente acompanhando a execução.

Criamos uma subsecretaria responsável pela apresentação das prestações de contas, que antes aconteciam de modo fragmentado, pelas unidades. Então, nós temos hoje um centro para acompanhar isso. Essa subsecretaria também presta qualquer tipo de assistência para quem está executando que tenha qualquer tipo de dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também estamos investindo em uma tecnologia hoje no ambiente digital que nos faz ter mais efetividade na execução e no acompanhamento das execuções e um aprimoramento do sistema de acesso de leis de incentivo à cultura que integra com o sistema de soluções do Banco do Brasil e da Receita Federal, para dar mais segurança às informações financeiras durante a execução dos projetos. Então, é uma ferramenta que existe já, esse tipo de marco regulatório assim, porque isso vai trazer uma maneira mais aderente ao fazer cultural.

O que acontece na prática é que, quando o projeto é uma proposta ainda, o agente vem, se inscreve no Ministério da Cultura para a Lei Rouanet, o projeto é analisado, ele recebe a permissão, a autorização para captar – então, ainda tem esse tempo para ele captar –, e ele capta. Então, quando ele capta um percentual a partir de 10%, aí é aberta uma conta no Banco do Brasil, e o dinheiro entra naquela conta, é liberado pela Receita Federal, e há o acompanhamento pela Receita Federal. Então, quando ele começa a executar – nós temos hoje essa ferramenta que se propõe –, vai-se acompanhando a execução simultaneamente, a ferramenta a acompanha simultaneamente. Se houver qualquer desvio de finalidade naquela execução, a partir daquele momento já se recebe uma sinalização para ver o tipo de correção, a pessoa é chamada. Isso se fazia depois que todo o projeto era executado, aí ia se identificar, às vezes, que havia uma nota que não foi colocada. Isso gerou esse passivo enorme, porque são coisas a que a fiscalização chegava, às vezes, depois de dois anos que o evento já tinha acontecido. Então, era uma metodologia não adequada ao fazer cultural.

Nós estamos hoje trazendo essa possibilidade de haver uma ferramenta que acompanhe simultaneamente, será um acompanhamento. Nós temos aí todos os processos hoje modernos com que pode ser feito isso; não é uma proposta criada no ministério, já existe em outros lugares. Então, nós estamos também buscando isso, porque eu acho que nós não podemos sacrificar toda uma nova produção de trabalhadores e trabalhadoras da cultura.

Com essa imensa ação de fomento que estamos fazendo, a Lei Paulo Gustavo, a Lei Aldir Blanc, a modernização do Sistema Nacional de Cultura, essa relação que teremos agora nas responsabilidades do Ministério da Cultura, das secretarias das cidades, das secretarias dos estados, então, nós queremos uma ferramenta que traga um formato único e que vá auxiliar tanto a administração e a fiscalização como quem executa; ela vai dar mais seguridade.

Então, é disso que se trata realmente o marco. É uma preocupação nossa. E o que nós temos lá nós vamos tratar também, porque está dentro das nossas responsabilidades. Então, é uma obsessão minha como artista, porque, como eu defendi aqui, é a grande maioria.

É claro que o Brasil vem amadurecendo isso, o setor vem amadurecendo também, porque existe aquela coisa da facilidade de um acontecimento artístico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qualquer pessoa que tem algum contato com a música pode chegar ali e promover um show, mas fora das especificidades de regulamentações profissionais.

Então, neste momento em que, no setor, a gente identifica que 5 milhões de pessoas trabalham nisso, que 3,11% do Produto Interno Bruto do Brasil é gerado pelos ativos da cultura, que temos aí agora essa questão da economia criativa sendo impositiva na geração de emprego e renda e oportunidade de transformação, nós temos a obrigação de também criar e trazer ferramentas que possam auxiliar nesse acontecimento e que tirem essa visão criminalizadora do setor, que naquele momento era uma coisa pequena. Hoje é uma coisa gigante. Temos aí a indústria audiovisual, a indústria cinematográfica, a regulação do VoD.

Então, nós estamos trabalhando para trazer para o Brasil, para proporcionar ao Brasil, dentro dessa questão da execução, da produção e do incentivo fiscal para as políticas e para o setor cultural, uma ferramenta eficiente de fiscalização, porque a gente sabe também que é uma responsabilidade e que temos que mostrar esta resposta e esta atitude para a população brasileira.

Nós estamos muito profundamente ligados nisso e queremos também o apoio do Senado para esta proposta que estamos trazendo desse novo marco regulatório do fomento, que vai ser uma transformação muito forte para a efetividade, para a fiscalização e para trazer uma segurança para todos, para quem faz, para quem administra e para quem fiscaliza. (*Pausa.*)

Qual foi a outra pergunta?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A do Perse.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – A do Perse.

Essa questão do Perse, Senador, foi uma questão que eu... Quando o Perse foi instalado, não existia nem o ministério. Foi realmente uma articulação para salvar o mercado. Eu me lembro disso. Eu, como artista também, e toda a minha equipe sofremos demais. Graças a Deus, eu tenho que agradecer a Deus, porque, quando a pandemia chegou, foi justamente no final de um verão. Então, eu tinha algumas reservas minhas e assim também pude apoiar a minha família, apoiar algumas pessoas, mas foi realmente uma travessia muito dura para todos nós. E a desconstrução começou justamente no setor produtivo de cultura e este foi o último a voltar.

Então, ainda – inclusive na cultura – estamos em processo de reconstrução. A Lei emergencial Paulo Gustavo nós só tivemos a oportunidade de executar em 2023, e ainda o setor pediu prorrogação para a execução por causa do desgaste de desconstrução do que tinha acontecido. Nós sabemos que existe ainda uma necessidade de haver esse apoio.

A conversa que eu tive com o Ministro Haddad, já num segundo momento, num segundo movimento dessas questões que estão sendo examinadas pelo Ministro da Fazenda, foi uma questão só... O meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posicionamento é de que eu confio no trabalho que o Ministro Haddad está fazendo, mas também peço que haja sensibilidade, porque ainda existe uma parcela grande nessa questão da produção, dos produtores, da produção artística, da produção cultural, da produção... que ainda precisa de um tempo para essa reestruturação. Foi uma perda muito grande, porque tivemos muitas casas de *show* fechadas e ainda estamos em andamento.

Então, eu acho que o Ministro Haddad é uma pessoa sensível à arte e à cultura, acho que é aberto também. E eu tenho esperanças de que nós vamos conseguir também chegar a uma boa resolução. Vamos... Não queremos que seja usado... nenhum de nós quer que o dinheiro público seja usado de maneira inadequada, claro. Precisamos sanar, fechar essas torneiras também, mas existe, sim, a necessidade ainda de continuidade da ação para socorrer os produtores, enfim, as produções e os eventos brasileiros.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ficou só faltando essa questão dos grandes artistas...

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Ah, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se a Lei Rouanet realmente continua contemplando isso, e se V. Exa. entende que é importante esse apoio a esses artistas consolidados.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – A Lei Rouanet trabalha da seguinte forma, Senador, nós analisamos projetos – analisamos projetos. Do que esses projetos precisam para terem o aval, para serem captados?

Se os projetos estiverem de acordo com as especificidades que precisam para receber o aval para captação, eles são avalizados. Agora, dentro desse aval, tem a quantidade de pessoas que isso emprega, as contrapartidas sociais que eles dão. Como eu falei, artista é só uma parte, inclusive é a ponta do *iceberg*. E dentro da própria lei, da instrução normativa, só 12% do que é captado vai para pagar o artista. O resto é toda uma gama de coisas relacionadas a trabalhadores que existem nas grandes produções – ou são grandes ou pequenas.

No histórico da Lei Rouanet mesmo, que nós levantamos, a grande maioria do fomento que foi usado vem de pequenos e médios. Então, inclusive, por exemplo, esses grandes festivais que aqui a gente vê, que trazem artistas... Eles não usam a Lei Rouanet, grandes artistas não usam a Lei Rouanet, justamente por causa do limite em relação ao cachê. Quem usa geralmente são pessoas... E, quando se usa, é para construção, é para que aquela produção se efetive. Então, é aquele primeiro movimento para efetivação da produção, porque, para qualquer *show* ou musical ficar totalmente completo, ele não começa na hora da cena. Ele começa na hora que alguém está lá produzindo, começando a criar aquela peça de teatro, começando a escrever aquele filme, começando a pensar naquela cena. Aí tem toda a parte de você fazer a produção básica, trazer quem vai trabalhar, quem vai costurar, quem vai maquiar, motorista, a montagem, a escolha do teatro. Até isso vem depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, às vezes, a pessoa faz uma projeção de que vai gastar "x" e, quando ele consegue uma sala para apresentação daquele projeto, ele precisa de "y". Então, assim, tem toda uma... São várias ações até chegar à realização de um evento musical. Até o próprio *show* de um único artista emprega, pelo menos, ali, 10 pessoas, porque é técnico de som, técnico de luz, contrarregra, maquiador, costureira. Então, assim, tem esse processo.

A Lei Rouanet está aberta a todos. Inclusive, com esse novo momento, nova instrução normativa, nós estamos buscando apoiar, pela primeira vez, produções, por exemplo, de povos originários, produções de... Inclusive essa questão religiosa, não é mesmo? As pessoas tinham dúvidas sobre isso. Na própria instrução normativa hoje, nós temos lá que ela aprova produções religiosas, festivais *gospel*, festivais espíritas, enfim, porque a gente entende que todos têm que ter acesso ao apoio, ao fomento, mas não é só o Ministério da Cultura liberar. O grande trabalho está depois, em conseguir quem vai patrocinar, e nós estamos também em conversa com patrocinadores, como eu coloquei aqui num primeiro momento.

Nós vamos fazer agora uma ação primeiro em Pernambuco e vamos reunir todos os empresários para falar sobre a necessidade de as empresas estaduais patrocinarem, apoiarem as ações culturais dos seus estados. Isso é importantíssimo. Nós vamos abrir aí outras frentes de patrocínios para chegar a todos. Então, nossa preocupação, na verdade, é acolher a todos.

Mas os grandes *shows* mesmo, eles não os colocam, porque existe limite para cachê de artista. Então... (*Risos.*)

É assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O seguinte foi o Fabiano Contarato, que...

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Quero agradecer as palavras do Senador e dizer que essa construção da democracia é importantíssima.

E, sim, o Ministério da Cultura... É na cultura... A cultura é um ambiente em que a democracia sobrevive – na cultura e na arte. Sem democracia, não pode haver manifestação cultural, porque é a liberdade do ser humano que se expressa ali. A inspiração é uma coisa que não tem... Não dá para você limitar o que vem do coração, do sentimento de quem escreve um livro, de quem faz uma pintura; ele vai colocar aquilo que ele sente, então não pode haver... E o ambiente democrático é o melhor ambiente. E o Brasil, esse país incrível, com quase 210 milhões de habitantes, com tantas histórias, com tantas influências... É uma produção tão fantástica, que surpreende o mundo a cada momento.

Então, as palavras do Senador Contarato foram muito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – ... bem-vindas.

As outras foram do Senador Fábio...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Wellington.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Wellington.

Senador, eu realmente tenho muitas boas lembranças daquela minha ida a Cuiabá, àqueles Jogos Mundiais do Povos Indígenas, até porque eu tive o privilégio de ter sido escolhida como madrinha.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tem uma foto nossa linda, viu? (*Risos.*)

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Fomos eu e o Cafu.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com um indiozinho... Muito linda.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Foi muito bonito.

A Presidenta Dilma, na época, foi; esteve presente.

Aqueles Jogos Mundiais foram uma coisa incrível, porque vieram representações da população indígena de todos os lugares do mundo, até da Rússia. Foi incrível o que aconteceu ali, e eu e o Cafu fomos convidados para sermos padrinhos. Eu tenho, da parte da minha família, por parte de minha mãe, origem também indígena. Foi incrível. Foi tão incrível que, depois que tudo aconteceu, quando eles fizeram aquela grande roda naquela arena, eu desci e fiquei lá. O pessoal que estava comigo se perdeu de mim e, depois, ficaram assustados, mas foi uma ação maravilhosa.

Eu espero muito que... Neste novo momento das políticas do Ministério da Cultura, nós estamos trazendo cotas para povos indígenas, para povos originários, buscando dar o devido reconhecimento pela contribuição desses primeiros seres humanos que estiveram aqui. Há muita memória – muita coisa perdemos –, mas essa luta de resistência dos povos originários... Também, ainda, há muito para se conhecer do nosso Brasil original, e nós estamos fazendo isso, também com as culturas afro-brasileiras, com os quilombos. É um legado que nós não podemos desperdiçar, porque, quando morre uma memória dessa, morre mais uma oportunidade de a humanidade saber da sua grandeza em relação ao enfrentamento e à existência. Então, nós estamos fazendo isso.

O senhor falou sobre isso, mas falou mais alguma coisa, não foi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, eu vou fazer a provocação.

Palavra de Margareth Menezes não volta atrás. Então, topa? Vamos fazer o evento lá? Ou esse ano ou ano que vem?

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Vamos falar com a... Vamos procurar a Ministra Sonia Guajajara para a gente ir...

Mas será um prazer, sempre é bom voltar a esses lugares com memórias boas.

À Senadora Teresa Leitão também, eu quero agradecer todo o apoio que a Senadora também tem nos dado. Ela já foi lá ao ministério e sempre a vejo fortemente, assim, nos apoiando.

Essa questão que nós falamos sobre os eventos... Isso aqui foi do Senador Izalci, desculpa.

A sugestão... A questão do Teatro Dona Lindu, justamente, do que vamos fazer lá.

A assinatura do Sistema Nacional de Cultura, que foi assinado durante a pandemia aqui no Congresso, para nós foi uma grande festa, só veio para coroar a nossa Conferência Nacional de Cultura. E estamos aí, porque o sistema, a consolidação desse sistema, tem tudo a ver com todo esse novo processo que teremos.

Nós teremos um sistema... Já temos um sistema, mas teremos um fomento pela Lei Aldir Blanc. Durante cinco anos serão R$15 bilhões – até 2027. Durante cinco anos esse sistema será irrigado de R$3 bilhões em R$3 bilhões para todos os estados e cidades que consolidaram seus planos de ação, e teremos a Política Aldir Blanc e outra parte para a construção de equipamentos.

Então, tem toda uma grande festa para nós nessa aprovação e nessa sanção que será em Pernambuco, porque temos aí, em Pernambuco, um estado que tem uma colaboração, uma força cultural fantástica. Eu me sinto até um pouquinho pernambucana, não sei nem porquê, mas é. (*Risos.*)

É maravilha.

Adoro o bolo de rolo.

Desculpa, Senador.

Mas, então, eu acho que sim.

Teve mais alguma pergunta dos Senadores?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Ah, sim, o que vamos fazer também com a Governadora, não é?

O Presidente Lula vai regulamentar a lei de Política Nacional de Leitura e Escrita, que vai estabelecer esse processo participativo para a construção de metas e ações do novo Plano Nacional do Livro e Leitura para os próximos dez anos, num plano integrado com o MinC e com o MEC.

E, aproveitando também, digo que, como aqui foi falado, nessa integração de cultura e educação, nós temos um grupo de trabalho institucionalizado com o MEC também, justamente para o retorno das aulas de artes nas escolas.

É importantíssimo isso, porque o jovem, quando encontra em sua escola alguma ação cultural, artística, aquilo provoca uma transformação da sua relação com a vida, porque, por mais que... Eu tiro isso a partir de mim. Eu, menina na escola, quando começaram a ter aulas de música e de teatro. Então, aquilo trazia para mim, naquele momento em que eu tinha acesso a estar naquelas aulas, um outro campo de percepção. Porque o teatro, a música e as artes ensinam o quê? A gente a imaginar e materializar aquilo que a gente imaginou. É incrível isso! E isso a gente leva para a nossa vida.

Hoje eu encontro colegas que participaram do grupo de teatro, que fizeram parte desses grupos, fazendo outras ações também sociais. Isso sociabiliza as pessoas, cria também o senso crítico do pensamento reflexivo sobre as ações, sobre o que nós queremos. E eu acho que hoje também o Brasil tem uma massa de uma nova geração aí muito potente e necessitando dessas oportunidades.

Então, essas ações que queremos fazer com o Ministério da Cultura e com o Ministério da Educação são justamente para proporcionar mais esse ambiente de contemplação artística. Aí estaremos fortalecendo também os novos talentos. Pode se chegar à sua escola e já encontrar ali um professor de violão, um professor para ensinar a fazer cenário... Enfim, são muitas coisas, além de cantar e de atuar, que as artes contemplam para o desenvolvimento humano.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Eu penso que, da parte dos Senadores e Senadoras, foram respondidas as perguntas, os comentários.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) **–** Sr. Presidente, eu entreguei, inclusive, as minhas perguntas também para a assessoria. Eu compreendo, não temos muito tempo. Algumas aí a Ministra pode, depois, enviar até pela assessoria. Eu só quero aqui aproveitar que está minha assessora aqui e pedir para que ela me entregue...

O Prefeito de Poxoréu, Mato Grosso, Ministra, acabou de me ligar aqui, pedindo para fazer um convite também. Lá em Poxoréu, cidade para onde meu pai foi a pé, partindo da Bahia, ali na região sudeste de Mato Grosso, nós temos uma festa tradicional também, que é o Encontro dos Violeiros, e agora, este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano será a 20ª edição... Lá, nós temos uma obra lindíssima, que é o Templo dos Violeiros, e o Sesc patrocina esse evento já há algum tempo – e aí eu quero parabenizar, inclusive, em nome de toda a Fecomércio, a Federação do Comércio de Mato Grosso, através do seu Presidente, Wenceslau Júnior. E lá também nós temos uma escola de meninas para quem é ensinada também a arte da viola, principalmente para as meninas em situação de vulnerabilidade, e todos os anos são muitas as meninas formadas, e este ano será feita, inclusive, uma homenagem, porque há 20 anos lá foi lançada a Bruna Viola, que estará lá fazendo uma apresentação e, claro, comemorando também todo o seu sucesso.

Então, é uma grande oportunidade para a senhora conhecer também uma grande região de migração nordestina.

Eu só concluo, Presidente, porque é importante sempre falar, já que nós estamos falando em cultura, que, no meu Mato Grosso, nós tivemos lá, no início, exatamente os bandeirantes em busca do ouro. Cuiabá, toda a cidade de Cuiabá está em cima de uma mina de ouro. Depois, vieram os nordestinos, principalmente os baianos, enfim, para a busca do diamante, do garimpo de diamante – nessa região há bastante diamante, no Médio Norte de Mato Grosso. E agora é o ouro branco, e os sulistas é que tomaram conta de lá, representados aqui pelo Senador Flávio Arns.

Então, isso é um pouco da história, claro, contando também de Vila Bela da Santíssima Trindade, de que eu já falei aqui, e Tereza de Benguela.

Então, acho que, da minha parte, eu encerro agradecendo, Ministra Margareth, porque, realmente, o seu ministério tem uma responsabilidade muito grande de manter as tradições, a cultura. Um povo que não tem essa memória não é digno exatamente do futuro. As nossas futuras gerações merecem exatamente que a gente tenha um trabalho da nossa cultura fortalecido, e o Brasil talvez seja um dos países com mais, digamos, dinamismo, um país, assim, com diferenças regionais muito grandes e, claro, com uma cultura muito forte.

Então, eu acredito que o seu ministério precisa, sim, ser fortalecido. Eu acho que é um papel também aqui da Comissão de Educação e Cultura, que nós queríamos que fosse esporte e tudo, enfim... Mas nós temos já hoje a Comissão de Esporte também, que é conduzida pelo Senador Romário, também do meu partido. Mas esta Comissão aqui, com certeza, tem um compromisso de todos nós de fortalecer, sim, o seu ministério. Pode ter certeza de que nós, todos aqui, somos parceiros, sabemos a importância que representa o seu trabalho e principalmente a sua história como artista, com a força e a resistência de toda a sua origem.

Muito obrigado.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA (*Fora do microfone.*) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Ministra, só indo também para as perguntas que foram feitas pelas pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação, se pudesse dar uma mensagem, entre outras coisas, sobre a comunidade cigana...

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA (*Fora do microfone*.) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e a Lei Rouanet e se existe alguma coisa de ser inacessível?

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Nós temos um percentual, uma cota, nas políticas que estamos fazendo para a comunidade cigana. Os nossos editais, que estamos lançando, contemplam isso. Temos também a cota para acessibilidade, não só incentivando que as produções culturais estejam atentas a equipamentos para acessibilidade, mas também uma cota incentivando que sejam empregadas pessoas com deficiência para trabalharem nas produções.

Sabemos que é muito importante isso – você oportunizar. Então, nas produções artísticas e culturais, nós temos lá uma cota de 5%, não é? De 5% para que pessoas com deficiência sejam empregadas – pessoas deficientes, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Os planos de incentivo... É isso que eu estou... Foi a pergunta do Luís, não é?

A Ana, do Distrito Federal: "Quais foram os principais desafios enfrentados, especialmente em relação ao déficit orçamentário e aos retrocessos das políticas culturais?".

Nós, em 2023, voltamos com orçamento maior, para recriação do ministério, como eu já explanei aqui. Agora, neste momento de adequação orçamentária, nós estamos em contato com a Ministra Esther, para justamente defender o montante da cultura. O ministério tem aí vários compromissos, mas o Governo é um Governo de compromissos, e, pelas notícias que temos aqui, a expectativa é positiva para melhorar. É nisso que nós estamos também confiando. Mas faz parte da existência do ministério essas adequações orçamentárias.

Mariana, de São Paulo: "Como o Ministério da Cultura pode ajudar para que pagamento de direitos autorais para roteiristas, diretores e atores sejam obrigatórios por lei?".

Nós estamos, nesse momento, defendendo todos os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura em todas as questões de regulamentação. É uma defesa. E é muito importante que o setor também se manifeste e venha defender as suas pautas. Eu tenho dito sempre, não é só o Ministério da Cultura – nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos trabalhando –, mas é preciso também que o setor cultural também esteja junto, venha ao Congresso, converse com os Deputados, com os Senadores, para defender o que queremos. Isso é importante. O Igor colocou aqui: "O que quis dizer na entrevista da *Folha de S.Paulo*, quando disse que 'igrejas encontram espaços em vazios culturais'?".

Eu quis dizer que foi o que aconteceu comigo, porque eu, quando era criança não tinha teatro, não tinha... E onde foi que eu encontrei o acolhimento para o meu talento? Foi no coral da Congregação Mariana da Boa Viagem. Eu quis dizer na verdade que as igrejas – e, quando falei em igrejas, eu não falei em religiões, eu falei em igrejas porque eu estava falando de equipamentos culturais, como teatro, eu estava falando nesse termo, da coisa física – cumprem às vezes o papel do Estado, nesse sentido de que nos vazios onde não existem equipamentos culturais, as pessoas vão para igrejas. E é uma coisa benéfica. Eu não coloquei isso como uma coisa ruim, porque foi benéfico para mim. Então, foi nesse sentido.

A interpretação que foi dada por quem fez a matéria... Infelizmente ele não me perguntou, como estou sendo perguntada aqui agora, o que eu quis dizer. Eu estava falando de equipamentos culturais. E, mais uma vez, eu, graças a Deus, não tenho preconceito com religião nenhuma. Eu fui criada de uma maneira respeitando a toda pessoa. Eu nem pergunto, não me preocupo em perguntar, porque para mim o princípio do respeito pela presença é o ser humano. Então, é dessa maneira que eu me relaciono na minha vida, e quem me conhece sabe que eu sou assim. Não tenho nenhum tipo... E não me sinto inferiorizada por ninguém, converso com todas as pessoas, com a minha dignidade, da mesma maneira, olho na cara, pergunto, respondo. Não sou uma pessoa agressiva, tenho essa maneira de ser. Não significa que às vezes não perca a paciência, mas eu acho que o princípio do respeito cabe em qualquer relação.

Nós estamos num país laico, um país gigante e que tem espaço para todo mundo. E é assim também que nós estamos tratando todas as pessoas dentro do Ministério da Cultura. Perguntaram a mim quantas pessoas existem no Ministério da Cultura que são religiosas. Eu não sei, porque eu não pergunto isso. Eu acho que isso aí é um direito individual. Assim como eu tenho o meu direito de ter a minha religião, não preciso querer catequizar as pessoas por causa disso. É a minha maneira, é como eu encontrei o acesso para me relacionar com Deus. Eu acho que eu me sinto bem assim. E pesquiso, às vezes eu mudo. Tem coisas que alguém diz lá que eu acho que aquilo é bom, então eu pego o que é bom. Eu acho que é uma maneira, eu me sinto bem assim.

Então, a minha intenção, do que eu falei, foi sobre o equipamento fisicamente, os templos, e que cumprem um papel positivo nesse sentido, mas nós queremos trazer também os equipamentos culturais para que toda a comunidade e até aquele artista das igrejas também possa ali se apresentar. É nesse sentido que eu falei.

Outra coisa, outra pergunta: "Como fortalecer a identidade cultural nacional sem sucumbir à homogeneização cultural promovida pela mídia [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, nós estamos fazendo muitas ações para a cultura popular. A gente acredita muito nisso, Senador, que é preciso fortalecer a cultura popular. Todas as regiões brasileiras têm culturas particulares, têm coisas, têm manifestação que é daquela região, e elas precisam ser fortalecidas. Então, nossas ações, nossas políticas estamos fazendo, por isso queremos ter os comitês de cultura, os agentes culturais, para que a gente consiga fazer com que as políticas cheguem àquelas manifestações pequenas, a gente poder fazer um levantamento de quantas manifestações culturais existem no Brasil. Nossa ação é, sem deixar a cultura urbana, dar atenção à cultura popular.

O Rodrigo: "O Programa Pontos de Memória será fortalecido para além do reconhecimento das iniciativas? Há previsão orçamentária [...] [de apoio]?".

Nós retomamos o Cultura Viva e o Pontos de Memória.

Caio, de Minas, pergunta sobre a proposta de "reforma da Lei de Direitos Autorais, adequando-a aos tempos digitais". Sim, nós já estamos trabalhando também nesse sentido, da regulamentação da cultura digital, inclusive a questão da inteligência artificial. O ministério está totalmente voltado para essa discussão também.

"Qual o plano do ministério para apoiar artistas menores, especialmente mulheres [...], contra abuso e preconceito?"

Nós temos, sim, políticas para mulheres. Nós temos um comitê de raça e gênero que está funcionando dentro de todo o Governo, não é só do Ministério da Cultura, para, justamente, cada vez mais a gente acolher também a pauta feminina.

"Ministra, urge [...] [a criação de] mecanismos específicos para incentivar orquestras sinfônicas de câmara no Brasil. A música de concerto requer atenção!"

Estamos atentos. Gostei também da iniciativa aqui de chamar essa pauta.

"Estou feliz [...] pela Lei Paulo Gustavo ter chegado [...] [no interior da minha cidade]" – essa é Cínthia, do Rio Grande do Sul – "e contemplar verbas para o teatro".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Esses são os comentários.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Ah, são comentários, justo. Aqui são os comentários.

Pois é, Cínthia, nós estamos também trabalhando para que justamente a Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc, de incentivo à cultura, cumpram o mesmo roteiro: para todas as cidades, 97% das cidades do Brasil que mandaram seus planos de ação e 100% dos estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma lei. É um fomento garantido que vai diretamente pelo Transferegov, Ministério da Cultura, para os entes federados, para proporcionar justamente isso. Aquela pessoa que nunca teve acesso a nenhum tipo de apoio da lei federal vai receber a partir de agora. Essa é a grande virada na questão do fomento cultural do Ministério da Cultura no Governo do Presidente Lula.

Tem mais alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Há perguntas aqui que já foram lidas, mas que se relacionam à interface entre cultura e educação. Eu passo à senhora.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Nós vamos fazer o seguinte, nós podemos responder essas perguntas lá no *site* do Ministério da Cultura. Agradeço muito às pessoas que estão assistindo, que estão acompanhando.

Nós estamos abertos às opiniões. As críticas são importantes também, o Presidente sempre fala isso. E nós estamos abertos à crítica porque quem nos vê... E é através da crítica que a gente pode fazer também uma reflexão sobre tudo que estamos fazendo e melhorar. Estamos aqui para melhorar.

Então, contamos com a colaboração de todos, todo o povo brasileiro, onde estiver havendo dificuldades. Nós sabemos que as leis, tanto Paulo Gustavo como Aldir Blanc, em algum lugar estão chegando de um jeito, em outro, de outra. Nós estamos atentos a isso também.

E estamos aqui para ouvir, para receber as pessoas, para dialogar. Essa é a nossa natureza. A natureza da cultura é uma natureza democrática, natureza aberta, natureza acolhedora, e pertence a todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Depois também isso pode ser encaminhado, mas também sempre lembrando aqui que nós estamos em pleno debate do ensino médio e também da questão do ensino técnico profissionalizante no ensino médio.

Há um universo todo na área da cultura que pode possibilitar a formação do jovem e o interesse do jovem porque todas essas áreas mencionadas são muito atrativas, atraentes de participação pela juventude. Então, o que a gente pede é que haja uma iniciativa forte do Ministério da Cultura junto ao Ministério da Educação no sentido de aumentar as ofertas de cursos técnicos de ensino médio dentro da área da cultura. Por exemplo: comissão da verdade – eles fizeram um audiovisual. Então, trabalhar, o audiovisual vai interessar todo mundo. Ou toda a possibilidade que existe nesse sentido de termos um catálogo, uma lista de possibilidades da área da cultura dentro do novo ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Senador, o senhor me permite pedir para o Secretário Fabiano Piuba falar um pouquinho sobre essa relação? Porque está na pasta do Livro e Leitura. Nós estamos fazendo o grupo de trabalho com o MEC.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Eu queria até propor algo. É claro que pode falar também, mas o grupo de cultura do MEC é um grupo extremamente importante. E que a gente possa assim acompanhar, como Comissão de Educação e Cultura, e ver o que isso vai implicar, não é, Senadora Teresa Leitão? Porque essa interface tem que ser assim. Mas vamos ouvir, sim. Com a palavra, por favor.

Aqui o que foi perguntado foi em termos de... Até eu gostaria de ressaltar de novo a pergunta aqui, antes da observação. Aqui, olha, é sobre a importância do patrimônio histórico e cultural desde a educação básica – desde a educação básica.

Uma vez eu estava em Varsóvia, na Polônia, e uma das coisas mais lindas que eu vi era a gurizada, as turmas na praça vendo o patrimônio histórico, cultural; ou o incentivo à música, bandas, grupos de fanfarra, fomento de atividades artísticas no contraturno, jovens artistas, estudantes de educação básica, regionais, artistas bonequeiros, companhias de teatro bonequeiro, produtores.

Aqui ainda, finalmente, só aqui a última coisa para pensar em ações de formação inicial para cultura, em articulação com a educação, professores de arte, linguagens artísticas dentro da escola. E também aqui há a questão do Daniel Faria, que colocou o projeto do Pixinguinha.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Estamos trabalhando nele, com a Funarte.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Por favor, com a palavra.

O SR. FABIANO DOS SANTOS PIUBA (Para expor.) **–** Obrigado Senador, obrigado Ministra.

Em junho do ano passado, Senador, foi realizado o Encontro Nacional de Educação e Cultura, realizado pelos dois ministérios, liderado pela Ministra Margareth Menezes e pelo Ministro Camilo Santana. Daí foi publicado um decreto interministerial, assinado pelo Presidente Lula, pelo Ministro Camilo e a Ministra Margareth, que cria uma agenda de trabalho. Agora, a gente já está nos processos de acordos e cooperações, dentre eles uma ação muito consistente no programa Escolas de Tempo Integral, com ações de arte e cultura no ambiente escolar, com a presença de artistas, mestres da cultura, também a aplicação das leis que tratam dos ensinos e das culturas afro-brasileiras e indígenas de escolas, e também a compreensão do ensino médio profissionalizante nos cursos voltados para a arte. Existe um catálogo nacional de cursos técnicos. São mais de cem cursos no campo das artes, da cultura, o senhor lembrou bem o audiovisual, tem fotografia, entre outros. Então, são ações que estão sendo realizadas entre os dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministérios, além da política, que o senhor também acompanha, de livro e leitura, juntamente aqui com a Senadora.

Então, assim, provavelmente agora, no mês de abril – a Ministra, inclusive, respondeu aí na pergunta da Senadora –, será regulamentada, pelo Presidente Lula, a lei da política nacional de livro e leitura, que vai estabelecer uma ação forte entre os dois ministérios, mas com ênfase também no aspecto da formação artística e cultural para as crianças e jovens do Brasil.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA (*Fora do microfone.*) – Obrigada, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço...

O SR. FABIANO DOS SANTOS PIUBA – Pode ser uma audiência pública, de repente, não é, Senador? É uma temática...

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Boa.

O SR. FABIANO DOS SANTOS PIUBA – ... convidando os dois ministérios, para trazer as pautas integradas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exato. Eu considero muito importante isso.

É que nós temos insistido – sabe, Ministra Margareth? – com essas ações transversais. Nós participamos... Por exemplo, ciência e tecnologia: como é que ciência e tecnologia podem estar presentes na educação básica? Cultura, aqui presente também; povos indígenas: como é que o ministério vê que essa nova visão, esse respeito, esse conhecimento da história pode estar presente na educação básica; igualdade racial...

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Sim, sim...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... a mesma coisa: como é que isso pode estar lá; meio ambiente, obviamente – quer dizer, nós temos a pauta de todas as Comissões e de todos os ministérios.

Eu falo "na educação básica" porque também é no ensino superior, na pós-graduação, mas a mudança tem que começar com uma geração nova também e com um currículo, uma base comum curricular forte nessas áreas. O nosso Presidente, o Rodrigo Pacheco, sempre usa uma frase interessante, que eu não me canso de repetir: do zero aos 18 anos tudo isso tem que estar previsto, nada pode faltar; nada pode faltar. "Ah, mas, se a gente fizer tudo isso, vai custar R$100 bilhões." Muito melhor investir R$100 bilhões na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação do que na segurança, no combate às drogas ou em coisa semelhante. O Brasil, o futuro do Brasil depende disso. Então, temos que ver bem essa articulação.

Eu quero até dizer que, no geral, a gente tem tido muita dificuldade. E eu posso entender, porque eu já fui Secretário de Educação no Paraná, e fazer essa articulação intersecretarial, com a prioridade absoluta na educação, não é uma tarefa fácil. É um desafio, mas podemos enfrentar...

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... juntos esse desafio: Parlamento, governo, sociedade, artistas...

E essas perguntas todas, depois, até se me permite, a gente manda com mais detalhes.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só para dizer: é o Fabiano Piuba, que é o Secretário de Formação, Livro e Leitura, para tornar isso acessível a tanta gente que faz esse trabalho pelo Brasil.

Eu, inclusive, quero dizer que já fui Presidente Nacional das APAEs, uns 30 anos atrás, e lá nós criamos, 25 anos atrás, o Festival Nacional Nossa Arte, o Festival Nossa Arte. Então, há festivais regionais, em 200 regiões do Brasil, estaduais e nacional; gêneros de palco e gêneros individuais. E isso, para o desenvolvimento do ser humano...

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... é uma maravilha; quer dizer, todo mundo ama. Não só a pessoa com deficiência, todos amam música, teatro, dança, literatura, artesanato, pintura e o esporte também, porque o esporte é importante; fazia parte desta Comissão, mas agora... E nós nunca podemos nos esquecer do esporte na educação. Tem o esporte competitivo, que é uma coisa necessária e importante, mas o esporte educacional continua fazendo parte da nossa base curricular da educação.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Senador, eu quero aproveitar essas palavras do senhor e dizer exatamente que a nossa visão, com as políticas que estamos implementando neste momento... É um momento de construção mesmo desse novo ambiente cultural, com essa modernização, com as tecnologias, chegando com políticas para, por exemplo, a cultura digital – e nunca tinha sido feita a conferência nesse sentido – e abrindo mesmo a escuta para o jovem, para a nova geração, restabelecendo esse setor que existiu no Ministério da Cultura a partir do Ministro Gilberto Gil. Então, estamos retomando nessa perspectiva de, justamente, propor para a nova geração um ambiente mais fortalecido, porque a cultura tem um poder de transformação no ser humano, na verdade, que é até rápida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por assim dizer. Quando você chega à sua escola e encontra na sua escola um grupo de teatro, um festival de música... Então, a partir do momento em que eu quero me inscrever naquele festival de música, eu já estou ali criando um outro movimento em mim, porque eu estou me colocando agora para fazer alguma coisa que vai ser olhada, que vai ser submetida a uma contemplação, a um julgamento. Então, aquilo já me obriga, de alguma maneira, a querer me melhorar.

Festivais escolares intermunicipais têm essa prerrogativa. A partir do momento em que você tem aquele acontecimento, que sua arte vai ser contemplada, automaticamente a sua maneira de fazer já muda. Você vai querer fazer uma letra melhor, uma música melhor, um cenário melhor. Então, nós estamos, também... Uma das políticas que nós estamos trazendo e para qual estamos buscando aderência por parte das empresas é o financiamento de pequenos e médios festivais, de festivais de pequeno e médio porte, porque nesses festivais é que circula a nova geração, para trazer um circuito, um ambiente para a nova geração de artistas. Às vezes, um festival, por exemplo, de médio porte, traz aí um artista já renomado, mas é para criar uma atração, porque já tem um nome, para criar mais expectativa, mas ali você embute a chegada também de novos artistas. Isso funciona muito. Eu falo de um lugar, assim, de quem vivenciou isso. Os festivais foram importantíssimos para a minha geração, porque existiam muitos festivais.

Agora, por exemplo, o Projeto Pixinguinha, que é uma das políticas que a Funarte está retomando também, e queremos fazer outras, estamos gestando outras ações nesse sentido. Agora estamos num ambiente de reconstrução, mais uma vez digo isso, porque como não existia ministério, todas as políticas que existiam foram descontinuadas. Nós estamos, agora, nesse segundo movimento, implementando e, agora, sim, acompanhando os projetos, acompanhando as edições dos editais para a gente amadurecer, mas a nossa visão é esta: a de criar possibilidades para fortalecer o setor cultural.

Estamos em conversação também com o Sistema S, para que tenha cursos para produtores, para as áreas técnicas das artes. Então, nós vemos tudo isso. Com o Sebrae também.

Então, estamos construindo todo esse ambiente e queremos, sim, ter o apoio do Senado, até porque nós precisamos sair desse 0,57% do orçamento para, pelo menos, a gente poder ter uma ação mais robusta na cultura brasileira, porque é um setor muito grande e precisa de muita coisa para melhorar, para se fortalecer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu sempre gosto, só antes de encerrarmos, de ressaltar que nós falamos do esporte. Então, educação e esporte, todo aluno, aluna, independente da habilidade esportiva, tem que ter aula de educação física.

Isso, todos que estão acompanhando pelo Brasil dizem: "Todos têm que ter aula de arte, de música, de teatro, de dança, de pintura, seja lá o que for". Mas a gente vai identificando aquelas pessoas que têm talento, habilidade, que podem fazer parte da equipe de futsal, de basquete, ou do canto, da música, do teatro, e dar essa oportunidade nos festivais. Então, só para ressaltar nesse sentido, não é só a olimpíada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regional, mas é a educação que tem que acontecer e que leva também... e aí todo mundo torce pela equipe da escola, ou pela apresentação do teatro da escola. É uma festa. Temos que tornar tudo isso mais agradável e prazeroso, não é?

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Com certeza, e quando acontece alguma festa, um festival numa cidade mobiliza não só quem trabalha, mas também toda a cidade, as pessoas, gerando a economia principalmente; isso é importante. Nós estamos com essa visão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Muito bem. Agradeço novamente, Ministra, a sua presença. A apresentação que foi muito interessante, muito boa. Como a Senadora Teresa Leitão ressaltou, muitas iniciativas foram desenvolvidas no decorrer do ano 2023, e muitos desafios ainda têm que ser enfrentados em conjunto pelo ministério, com o Governo e com a sociedade em geral.

A gente deseja todo sucesso para a senhora, que sempre fique firme com a equipe também, que sempre tem que ser muito coesa, boa, competente, que escute bem os clamores da sociedade. Desejamos amplo sucesso na caminhada e ficamos à disposição.

A SRA. MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA – Muito obrigada ao senhor e a todos os Senadores e Senadoras também que estiveram aqui, a toda esta Casa do Senado brasileiro. Mais uma vez, parabenizo pelos 200 anos. Agradeço às pessoas que estão aqui nos acompanhando, que estão assistindo pela TV Senado. Mando um abraço para todo o Brasil e afirmo mais uma vez que este momento, em que estamos no Ministério da Cultura, é um momento de abertura para diálogo e para receber a todos. Agradeço a todas as pessoas do sistema MinC que estão aqui presentes, todos os gestores e diretores aqui presentes. E digo que é isto: estamos juntos nessa reconstrução. Como eu sempre digo, é uma construção coletiva, e a gente está tendo uma oportunidade de ser ajudado pelo Presidente Lula, quando ele recria o Ministério da Cultura com essa dimensão, para a gente fazer acontecer o ambiente cultural e artístico e dar a devolutiva ao povo brasileiro, que ama tanto a sua cultura. Então, é isso. Muito obrigada a todos que nos acompanharam. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Agradeço também a Andréia e a toda a equipe da Secretaria da Comissão, aos meios de comunicação do Senado, a todos e todas vocês que estão aqui presentes e a todos e todas que nos acompanham pelo Brasil.

Nada mais havendo a tratar, agradeço novamente e declaro encerrada a presente audiência pública.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e onze minutos do dia nove de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Janaína Farias, Paulo Paim, Teresa Leitão, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 13ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2650, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com as Emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3757, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para estabelecer o compartilhamento gratuito de infraestruturas para emissoras de radiodifusão educativa de instituições públicas." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2298, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para assegurar o acesso das escolas e creches públicas aos serviços de saneamento básico." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com as Emendas nº 1-CI e nº 2-CI. **Resultado:** Aprovado com as emendas nº 1 - CI/CE e nº 2-CI/CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4662, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 - CDH, com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5193, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a possibilidade de os estabelecimentos de ensino de educação básica receberem doações de pessoas físicas e jurídicas." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1392, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adolescente), para prever a infração administrativa de deixar o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche de fixar cartaz em local visível divulgando a infração prevista no art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 4507, de 2021 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 30-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), para instituir a Semana de Promoção da Educação para a Integridade nas escolas públicas e privadas da educação básica." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado com as emendas nº 1/CE e nº 2/CE. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 2317, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o Memorial em Homenagem às Vítimas Brasileiras da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 24, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 5.230/2023, de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 25, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar a Senhora Fernanda Macedo Pacobahyba, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para prestar os devidos esclarecimentos sobre convênios suspensos nos Estados, nos municípios e no Distrito Federal, em virtude do Acórdão 2371/2023 e de todos os pleitos de RP2, RP6, RP7 e RP9 (em cláusula suspensiva), que vieram para o Congresso Nacional e que estão no texto do Aviso 03/2024, referentes aos anos 2020, 2021 e 2022." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 26, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2024 - CE seja incluído representante Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 30, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a alteração da lei de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para determinar a reserva de vagas em cursos de graduação para pessoas de idade igual ou superior a setenta anos que não tenham curso superior completo. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:• representante MEC;• representante SESU;• representante IFB;• representante Escola Superior GDF;• representante UNB;• representante INEP" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Foi apresentado oralmente Requerimento de realização de Audiência Pública para instruir o PL 4662/2019. **2ª Parte - Seleção de política pública para avaliação em 2024**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 15, de 2024** que: "Requer que a Comissão de Educação e Cultura avalie o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no exercício de 2024." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 20, de 2024** que: "Requer, nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a Política de regulação da oferta de cursos de graduação na modalidade de Educação à Distância, no exercício de 2024." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 21, de 2024** que: "Requer, nos termos do inciso IX do art. 90 e do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a seguir relacionada: Programas e ações do Ministério da Educação para fomentar a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 22, de 2024** que: "Requer, nos termos do inciso IX do art. 90 e do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a seguir relacionada: As cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, que tem por objeto a análise da política pública a ser analisada pela Comissão em 2024. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 23, de 2024** que: "Requer que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política pública sobre piso salarial profissional nacional, remuneração e carreira dos profissionais do magistério público da educação básica, no exercício de 2024." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Prejudicado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de abril de 2024.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

1) Mensagem do Fórum Nacional de Educação, com manifestação a respeito da votação do PL 5.230/23, que define novas diretrizes para o ensino médio. Informo que o documento foi encaminhado ao *e-mail* dos membros da Comissão de Educação e encontra-se disponível do Portal da Subcomissão destinada a debater o ensino médio (CEENSINO). Inclusive, a Senadora Teresa Leitão, aqui presente, preside a Subcomissão e representa esta Comissão de Educação e Cultura no Fórum Nacional de Educação.

2) Moção nº 1/2024, encaminhada pela Câmara Municipal de Morro Agudo, São Paulo, em repúdio ao Ministério da Educação e à Conferência Nacional de Educação (Conae) pela condução das discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, realizada em 2 de abril de 2024, lembrando que, em 2 de abril, nós tivemos a presença nesta Comissão da Sra. Ministra da Cultura, Sra. Margareth Menezes. Aliás, uma audiência pública bastante interessante, proveitosa, com a presença de praticamente todo o Ministério da Cultura, das suas secretarias e diretorias, que se fizeram representar na audiência.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam, não havendo obstáculos, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu lembro, logo no início da pauta da nossa reunião, que, na próxima semana, 16, terça-feira, estará presente nesta Comissão o Sr. Ministro da Educação, Camilo Santana, para também fazer um debate, um diálogo, relatar para a Comissão os avanços e os desafios do ano de 2023 e o que se pretende, os desafios, as ideias, as necessidades para o ano de 2024 e para o futuro também.

Esse diálogo permanente com os ministérios é necessário.

A presente reunião será dividida em duas partes.

Na primeira parte, ocorrerá a escolha da política pública a ser avaliada por esta Comissão no corrente exercício, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. A segunda parte destina-se à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberação dos projetos, relatórios e requerimentos apresentados na Comissão. Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente em bloco, como habitualmente a gente faz, com a abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância do Plenário, votaremos também em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Fica retirado de pauta o item 5, a pedido do Relator.

Passamos, então, na primeira parte, à questão da análise da política pública a ser avaliada pela Comissão de Educação em 2024. Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, as Comissões Permanentes selecionarão, na área de sua competência – a nossa é educação e cultura –, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas, observando os impactos dessas políticas e as atividades-meio que suportam sua execução.

No prazo regimental disponibilizado aos membros da Comissão de Educação, foram recebidos os seguintes requerimentos: Requerimento nº 15, de 2024, de autoria da Senadora Damares Alves; Requerimento nº 20, de 2024, de autoria da Senadora Teresa Leitão; Requerimento nº 21, de 2024, de autoria do Senador Paulo Paim; Requerimento nº 22, de 2024, de autoria também do Senador Paulo Paim; e Requerimento nº 23, de 2024, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 15, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que a Comissão de Educação e Cultura avalie o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) no exercício de 2024.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 20, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a Política de regulação da oferta de cursos de graduação na modalidade de Educação à Distância, no exercício de 2024.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 21, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso IX do art. 90 e do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a seguir relacionada: Programas e ações do Ministério da Educação para fomentar a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 22, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso IX do art. 90 e do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a seguir relacionada: As cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 23, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política pública sobre piso salarial profissional nacional, remuneração e carreira dos profissionais do magistério público da educação básica, no exercício de 2024.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Passo a palavra agora aos autores dos requerimentos para a leitura. Como estão presentes a Senadora Teresa Leitão e o Senador Paulo Paim, passo em primeiro lugar a palavra à Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senadora Janaína. Eu queria parabenizá-los pelos temas, são todos muito importantes.

Ao mesmo tempo, quero dar boas-vindas à Senadora Janaína, que está aqui na nossa Comissão pela primeira vez, ao tempo em que expresso toda a minha solidariedade pelos ataques injuriosos, descabidos absolutamente fora do decoro político que foram dirigidos a V. Exa. V. Exa. tem todo o nosso apoio e toda a nossa solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero fazer um aparte a V. Exa. e até me desculpar. Eu quero, em primeiro lugar, como já fiz no Plenário, inclusive, dar as boas-vindas à Senadora Janaína Farias. Na semana passada eu tive a ocasião de me pronunciar no Senado, no Plenário, dando as boas-vindas também. E também quero enaltecer o trabalho da Senadora Augusta Brito, que esteve nesta Comissão. V. Exa. a está substituindo e também sendo membro desta Comissão.

Também quero manifestar total apoio à manifestação da Teresa Leitão, em relação à fala totalmente descabida, inapropriada, que jamais a gente pensaria que um homem público pode fazer, uma pessoa pública, seja homem ou seja mulher – no caso, homem –, em relação à sua pessoa e total solidariedade desta Presidência a V. Exa. – inclusive vamos nos manifestar nesse sentido no Plenário também.

Seja bem-vinda.

Eu penso até assim, olha, isso se resolve nas instâncias administrativas, judiciais, mas aqui, V. Exa. seja bem-vinda para fazer um belo trabalho com toda a experiência que tem, inclusive nessa área da educação. Seja muito bem-vinda.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Toda a experiência, com certeza, adquirida pela passagem da Senadora no Ministério de Educação e Cultura.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política de regulação da oferta de cursos de graduação na modalidade de educação à distância no exercício de 2024.

Problemas estruturais afetam a qualidade das escolas públicas de educação básica e são recorrentemente apontados por entidades educacionais, movimentos sociais, pesquisadores e especialistas em educação. Valorização profissional, formação inicial e continuada dos profissionais de educação e infraestrutura escolar são três tópicos presentes em todo e qualquer estudo diagnóstico que se propõe a identificar o que está na origem dos resultados do Ideb.

A partir de análise do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), o Todos Pela Educação identificou que a formação inicial docente realizada através da educação à distância mais do que dobrou em uma década e que, simultaneamente ao crescimento, houve uma queda expressiva da formação docente em cursos presenciais.

A entidade identificou também que a qualidade dos cursos de licenciatura na modalidade EaD vem caindo ao longo dos últimos anos, o que torna o cenário ainda mais preocupante e desafiador para a política de regulação da oferta de cursos de graduação na modalidade de educação à distância.

Diante do exposto, como se trata de uma problemática que afeta diretamente a qualidade da educação básica pública, propõe-se que a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal avalie o histórico da política de regulação da oferta dos cursos de graduação na modalidade EaD, desenvolvida pelo Ministério de Educação, a fim de que possa oferecer recomendações ao Poder Executivo, tendo como horizonte a qualidade da formação inicial das professoras e dos professores que ocuparão as salas de aula das escolas públicas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Teresa Leitão. Não há dúvida de que é um requerimento extremamente importante e com tema também muito importante para o Brasil.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, na mesma linha da Senadora Teresa Leitão, eu queria, em primeiro lugar, manifestar nosso apoio, solidariedade, carinho, respeito que a Senadora Janaína merece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Bancada do PT fez uma nota em bloco e todos os Senadores a publicaram nas suas redes.

A Comissão de Direitos Humanos, Senadora Janaína, a qual presido, em parceria, porque o Senador Flávio Arns está sempre lá comigo e a Senadora Teresa Leitão também, eu tomo aqui o direito, como Presidente daquela Comissão, me sinto no direito, como fez o Senador Flávio Arns, de dizer que esse apoio não é só do Senador Paim. Como Presidente, eu digo que esse apoio e solidariedade... Porque lá as mulheres são maioria. Nem que eu não me posicionasse assim, elas botariam o requerimento e diriam: "É assim, Paim". Então, eu, com muita satisfação, sigo a orientação da maior bancada lá da Comissão de Direitos Humanos em apoio total, irrestrito, solidariedade, enfim, tudo que for possível. Estaremos do seu lado no momento difícil como esse, porque agredir, nos termos que eu não vou aqui repetir, qualquer cidadão, seja homem, seja mulher, é algo lamentável.

Eu conheço bem o Parlamentar da época, porque fui Parlamentar ao lado dele – eu estou aqui há quase 40 anos já –, e fiquei muito decepcionado, decepcionado mesmo, me senti constrangido e até mesmo atacado.

Então, fica aqui o nosso apoio total. Parabéns pela sua história de vida, que é uma história linda, bonita, que orgulha a todos, não é só aos seus familiares, mas a todo o povo brasileiro. Parabéns!

Senador Flávio Arns, de novo, na mesma toada, Senadora Leitão, eu vou fazer a leitura do requerimento.

Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, requeiro, nos termos do inciso IX do art. 90 e do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a seguir relacionada.

Todos sabem que eu tenho uma história muito ligada às cotas, não é? Fui um dos proponentes e Relator de Plenário das cotas há 12 anos e, mais uma vez, agora, junto com a Senadora Teresa Leitão e outros, relatei novamente a matéria no Plenário. Eu me refiro aqui, nesse caso, às cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura, que nos deram todo o apoio em todo o processo de votação. V. Exa., inclusive, foi fundamental no encaminhamento da última discussão das cotas no serviço público. V. Exa. foi Relator na Comissão de Direitos Humanos, porque o Senador Contarato estava numa outra atividade, e V. Exa. fez a leitura e defendeu as cotas no serviço público, o que deverá ser votado na CCJ esta semana ou a semana que vem.

Então, é um tema que está na Ordem do Dia em todo sentido.

A justificativa é bem breve, Sr. Presidente. Eu faria a leitura.

O Brasil vive um momento muito especial de reconstrução do Ministério da Cultura, resgate das políticas públicas de cultura e aprovação do marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Testemunhamos o lançamento de diversos editais que buscam dar condições para que fazedores e fazedoras de cultura nos mais diversos recantos do país possam desenvolver seus projetos culturais.

Em um país atravessado, infelizmente, pelo racismo estrutural, faz-se necessário construir políticas afirmativas para assegurar que as pessoas negras, historicamente excluídas dos espaços do enriquecimento científico e cultural, também possam acessar as políticas públicas de cultura e os editais do Ministério da Cultura.

Diante do exposto, sugere-se que a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal avalie se as políticas públicas de cultura e os editais do MinC contemplam recortes étnico-raciais.

Eu sei que esse é um trabalho muito forte dentro desse Ministério da Cultura e sei que eles verão com muito bons olhos a colaboração desta Comissão.

A partir de um diagnóstico, a Comissão de Educação poderá oferecer recomendações de propostas ao Poder Executivo, de modo que as políticas culturais sejam também ferramentas de combate ao racismo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa. tem um outro requerimento também, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Exa. entender necessário, eu farei a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, eu acho que... V. Exa. está presente, não é? Então... (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Então, bem rápido, Sr. Presidente.

Requerimento, Sr. Presidente Senador Flávio Arns.

Requeiro, nos termos do inciso IX do art. 90 e do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Educação e Cultura avalie a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a seguir relacionada: programas e ações do Ministério da Educação para fomentar a alfabetização e educação de jovens e adultos.

Também a justificativa é bem resumida aqui.

Em um país marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, regionais, étnico-raciais e educacionais, com índice elevado de analfabetismo e abandono escolar, a alfabetização e a educação de jovens e adultos se torna imprescindível para que o Estado, de fato, persiga os objetivos fundamentais da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com os dados da Pnad Contínua, em 2022, 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade não sabiam ler e escrever no Brasil, das quais 59,4% – correspondendo a 5,3 milhões de pessoas – viviam no Nordeste e 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais. Entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas não negras; pessoas brancas (3,4%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos não negros, no caso, brancos, foi de 9,3%, enquanto entre os pretos ou pardos foi de 23,3%. E 8,8 milhões de brasileiros de 18 a 29 anos não haviam concluído o ensino médio e não frequentavam nenhuma instituição de educação básica.

Os dados revelam a importância da alfabetização e educação de jovens e adultos para a superação de desigualdades socioeconômicas, regionais, étnico-raciais e educacionais.

Diante do exposto, sugere-se que a Comissão de Educação e Cultura avalie, durante o ano de 2024, os programas e ações do Ministério da Educação relativos – e aqui eu concluo, Presidente – à alfabetização e educação de jovens e adultos, a fim de que possamos, a partir de um diagnóstico, apontar caminhos para a construção de um horizonte de inclusão social e educacional.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço, Senador Paulo Paim, amigo.

Estão em discussão, então, os requerimentos que foram apresentados, todos importantes: regulação da oferta de cursos de graduação na modalidade de educação à distância, cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura para a alfabetização e educação de jovens e adultos.

Eu queria... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu gostaria de sugerir, se o Plenário concordar... Nós, no ano passado, escolhemos uma política pública na área da educação, relatada pela Senadora Damares Alves e com relatório apresentado ao final do ano. Como a Comissão é de educação e cultura, a sugestão da Presidência é no sentido de que escolhêssemos a política pública na área da cultura neste ano, e num assunto altamente relevante, que são as questões étnico-raciais. E essa... Quer dizer, até consultei a Senadora Teresa Leitão, porque todas as sugestões são necessárias, importantes, têm que ser debatidas, discutidas, mas ficaríamos, se o Plenário concordar, com a área da cultura neste ano. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, então, submeto à apreciação do Plenário o requerimento do Senador Paulo Paim, elogiando e enaltecendo sempre a Senadora Teresa Leitão, Professora Dorinha e Damares Alves, para que a política pública seja na área da cultura.

Os que estiverem de acordo... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está aprovado o requerimento de V. Exa. para que a política pública, então, seja a que V. Exa. apresentou. E novamente elogio a apresentação dos demais requerimentos.

Nesse sentido, então, o Requerimento nº 22, de 2024, de autoria do Senador Paulo Paim, como escolha da política pública a ser avaliada na Comissão em 2024.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já se manifestaram pela aprovação.

Subscrevo então o requerimento de V. Exa. também, como Presidente, e designo V. Exa., Paulo Paim, Senador, como Relator do trabalho de avaliação de política pública da Comissão de Educação e Cultura em 2024.

Ficam prejudicados os Requerimentos nºs 15, 20, 21 e 23, de 2024, da Comissão de Educação.

Passamos ao item nº 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2650, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Precoce), e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças com necessidades especiais, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CDH e nº 2-CDH.

A autoria é da Câmara dos Deputados, Deputada Federal Erika Kokay.

Aqui, no Senado, a relatoria é caro Senador Confúcio Moura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra, Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu entro na análise, a partir do parágrafo segundo.

Em relação ao mérito, não há quaisquer dúvidas quanto à relevância da proposta. O projeto busca, em verdade, alterar o chamado marco legal da primeira infância, para estabelecer a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos – política essa que recebeu, no PL, a denominação de Precoce.

Na educação básica, não faltam evidências de que a etapa da educação infantil é comprovadamente estruturante para o desenvolvimento das crianças. Vale lembrar que, no ano 2000, o Prof. James Heckman, Professor de Economia da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, recebia o Prêmio Nobel por tratar exatamente deste assunto. Ele demonstrou ao mundo que investir na primeira infância é uma estratégia destacadamente eficaz para o crescimento econômico dos países.

Ao lado disso, diversos outros estudos científicos, notadamente nas áreas da pedagogia, psicologia e neurociência, indicam o primeiro ciclo da vida como o que apresenta as maiores possibilidades para a constituição das competências humanas. A base do desenvolvimento é estabelecida pelas primeiras experiências vividas na infância, bem como por intervenções e serviços de qualidade ofertados nesse período. Fica claro, portanto, que as ações desenvolvidas nessa etapa, sobretudo durante os primeiros mil dias da criança, ou seja, até os seus três anos de idade, possuirão enorme impacto na sua trajetória escolar e profissional futura.

E se o cuidado e a educação nos primeiros anos de vida das crianças são importantes de modo geral, eles são ainda mais necessários nos casos de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e dos bebês que nasceram em condição de risco. De acordo com os dados de 2023 do Censo Escolar da Educação Básica, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil registrou cerca de 96 mil crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação matriculadas em creches no ano passado. E a maior parte dessas matrículas (95%) estão em escolas públicas.

Trata-se, portanto, de crianças que precisam ainda mais de políticas públicas de primeira infância, para que possam desenvolver capacidades motoras, emocionais e cognitivas essenciais com vistas ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades como indivíduos.

Por todas essas razões, entendemos ser positiva a aprovação do PL 2.650, de 2022, assim como das Emendas nº 1 e nº 2, recebidas na CDH.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.650, de 2022, e das Emendas nº 1 e nº 2, da CDH.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Confúcio Moura.

Está em discussão a matéria.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Janaína Farias.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Bom dia. Primeiro, quero cumprimentar aqui o Presidente, nossas colegas Senadoras – Teresa e a Leila – e nossos colegas Senadores – Paim, Laércio e Confúcio. Agradeço aqui.

Primeiramente, agradeço aqui as palavras de apoio, de solidariedade. Quero dizer que, como o Senador, a Senadora esteve lá presente na minha posse. Eu tenho uma história, uma história de luta, uma história de muita determinação ao trabalho, e, para mim, trabalho dignifica as pessoas. Então, tenho muito orgulho de dizer, repito, que vim lá do Sertão, mas com muito orgulho. Então, queria aqui só agradecer a todos.

Queria aqui pedir vista com relação a esse projeto, Senador Confúcio, só para que o MEC... O MEC pediu mais um tempo para que ele possa discutir junto com o Relator e com a autora. É um tema muito importante para a educação brasileira, principalmente para as crianças. Então, o MEC pediu um tempo, se fosse possível, para que possa haver mais discussão com relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Bem, agradeço à Senadora Janaína Farias.

Eu passo a palavra depois só à Senadora – ou antes mesmo – Teresa Leitão também.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Só para complementar, Presidente. Eu acho que o pedido de vista pode até contribuir com isso que eu vou colocar.

Nós temos aqui no Senado, no Congresso Nacional, a bem da verdade, uma frente mista de acompanhamento das políticas da primeira infância e nós fizemos recentemente uma tarefa, vamos dizer assim, dos três Parlamentares que estiveram num curso em Harvard de lideranças da primeira infância – o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Federal, que é o Presidente dessa frente, Calil; a Deputada Estadual Marina Helou, de São Paulo; e eu, que sou a Vice-Presidenta –, para que todos os estados criem as suas frentes estaduais da primeira infância. Reunimos vários estados, foi uma solenidade lá no Salão Negro.

Eu acho que, com esse pedido de vista da Senadora, a análise que o MEC fará deve considerar também essa realidade. O MEC esteve representado nesse curso – a Secretária de Educação Básica participou desse curso –, e é uma política que de fato precisa muito desse olhar governamental, institucional.

Acho que está dentro do ritual, mas eu só queria agregar essa situação, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero sempre lembrar que o atendimento chamado precoce está muito relacionado à primeira infância, em particular de zero a três anos, que é uma fase das mais importantes, essencial para o desenvolvimento da criança.

Inclusive, nós tivemos, na semana passada, uma audiência, uma sessão especial muito interessante e importante sobre o autismo, em função do Dia Mundial de Conscientização do Autismo. O autismo, por exemplo, é identificado nos dois primeiros anos de vida, essencialmente. Então, a criança, se bem avaliada e bem atendida também na sequência, pode ter um potencial muito grande – e outras crianças –, inclusive distinguindo entre problemas reais e problemas potenciais. Por exemplo, a criança nasce prematura: não é que ela tem um problema, ela tem que ser estimulada, tem que ter o atendimento para que não venha a apresentar, eventualmente, algum problema no futuro.

Então, é o atendimento de zero a três anos que se considera precoce. E isto foi avaliado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e agora pela Comissão de Educação, mas é muito bem-vindo o pedido, para que as pessoas possam se debruçar sobre o texto, aprimorar, se for o caso. O Relator, o Senador Confúcio Moura, é da área, é educador, Governador, sabe da importância de tudo, então toda contribuição é bem-vinda.

Concedo, então, vista coletiva, nos termos do art. 132, §1º, pelo prazo de cinco dias.

Lembro que, na semana que vem, nós temos a presença do Ministro da Educação, Camilo Santana. Então, essa matéria retornará à pauta dentro de 15 dias, daqui a duas semanas. Acho que o prazo é suficiente, mas a gente vai conversando também.

Quero saudar o Senador Izalci Lucas, também aqui presente, meu colega de caminhadas. Não tenho visto V. Exa. caminhando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Eu me mudei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mudou-se, então não vou vê-lo mais caminhando, não é?

Laércio Oliveira, Soraya Thronicke, sejam muito bem-vindos, Leila Barros, sempre também atuante e presente.

Passamos ao item 3 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2298, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para assegurar o acesso das escolas e creches públicas aos serviços de saneamento básico.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CI e nº 2-CI

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CI e a Emenda nº 2-CI.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Por incrível que pareça, há algumas centenas de escolas no Brasil que não têm o saneamento básico, o esgotamento de esgoto, de água nas suas escolas. Eu disse centenas, porque são milhares.

Será realizada posteriormente, em conjunto, não havendo objeções, uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, senhores membros desta Comissão, equipe da Secretaria da Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Sr. Presidente e meu particular amigo, o Senador Flávio Arns.

Cumprimento meus colegas Senadores e minhas colegas Senadoras aqui presentes.

Cumprimento também as pessoas que nos acompanham não só pela TV Senado, mas também as que estão presentes aqui nesta Comissão, acompanhando a pauta previamente elaborada por esta Comissão.

E, com a sua permissão, Presidente, eu gostaria de ir direto à análise e, posteriormente, ao voto.

Compete à Comissão de Educação, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno, opinar sobre todas as matérias relativas às normas gerais sobre educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação. Sendo assim, o PL em comento insere-se nas competências regimentais deste Colegiado.

Do ponto de vista da juridicidade e da constitucionalidade, não há reparos a fazer à proposição, que acertadamente incide sobre o marco legal do saneamento básico no país.

No mérito da matéria, de fato, é premente a necessidade de se priorizar o atendimento de creches e escolas públicas no processo de universalização do saneamento básico. Assegurar infraestrutura de saneamento básico em escolas e creches públicas é um passo crucial para criar um ambiente propício ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças. A falta de instalações adequadas para higiene – como evidenciado pelo fato de que 39% das escolas brasileiras não possuem estruturas básicas para lavagem das mãos – é inaceitável e coloca em risco a saúde e a segurança dos estudantes.

A grande disparidade entre as escolas públicas e privadas é um reflexo preocupante das desigualdades sociais presentes no país. Priorizar o saneamento básico em escolas e creches públicas é uma medida urgente e necessária para corrigir esse desequilíbrio e garantir que todas as crianças, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso a um ambiente educacional seguro e digno.

O Programa Conjunto de Monitoramento para Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância, no seu relatório de 2018, destaca a importância do acesso a serviços de água, saneamento e higiene em escolas para a saúde, educação e bem-estar das crianças. O estudo mostra que o acesso inadequado a esses serviços em escolas pode levar a problemas de saúde, como doenças diarreicas e infecções respiratórias, que são as principais causas de morbidade e mortalidade entre crianças em idade escolar. Além disso, a falta de saneamento adequado e de instalações para lavagem das mãos pode impactar negativamente a frequência e o desempenho escolar, especialmente entre meninas.

O relatório também enfatiza que investir em infraestrutura de serviços de água, saneamento e higiene em escolas é essencial para se criar um ambiente de aprendizagem seguro e saudável, o que contribui para a melhoria dos resultados educacionais e para o desenvolvimento integral das crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, o estudo da OMS e do Unicef corrobora a necessidade de se priorizar o saneamento básico em escolas e creches públicas, conforme proposto no projeto de lei em análise.

Portanto, essa proposição visa a incluir no marco legal competente a prioridade ao atendimento de escolas e creches públicas no planejamento e na execução de projetos de saneamento básico. Tal iniciativa é fundamental para promover a equidade, a saúde pública e a melhoria da qualidade educacional no Brasil, além de ser um passo vital para o desenvolvimento sustentável e o progresso social do Brasil.

Por fim, julgamos adequadas as duas emendas aprovadas no âmbito da CI, que acrescentaram os hospitais e postos de saúde públicos como objetos de prioridade nos serviços de saneamento básico. Assim como as creches e escolas, trata-se de equipamentos em que não é possível prescindir de adequado acesso a água tratada e esgoto sem incorrer em graves riscos à saúde da população.

Portanto, Sr. Presidente, vou ao voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei 2.298, de 2021, com a Emenda nº 1, da CI, e a nº 2, da CI também, Sr. Presidente.

Eu quero, com a sua permissão, cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, autor dessa propositura. Acho que é fundamental. Infelizmente, a gente ainda tem, nos tempos atuais, que discutir e fazer um projeto de lei para um problema como esse. É inacreditável que tenhamos que aprovar, que trazer uma discussão dessa aqui para dentro do Senado Federal.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É inacreditável, porém necessário, porque é a realidade que está aí.

Agradeço ao Senador Laércio Oliveira.

Está em discussão a matéria.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu não poderia também deixar de parabenizar o Senador Wellington pela intenção e o belo relatório, também, do Senador Laércio, mas V. Exa. sabe que, por melhor que seja o mérito dessa matéria, na prática, se não tiver nenhuma sanção, ela não vai acontecer.

Nós assistimos ao Plano Nacional de Educação, que ficou no plano das intenções exatamente por falta de uma lei de responsabilidade educacional. A gente precisa, para dar realmente ação a essas ideias, de fato, colocar no Orçamento ou penalizar quem não faz, alguma coisa tem que ser feita. Lógico que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meritório, que é pedagógico, mas dá a impressão de que tudo vai ser resolvido. E aqui não tem, de fato, a solução para isso, mas quero parabenizar a intenção do Senador.

É porque eu participei muito, Presidente, e foi uma luta – V. Exa. também –, do Plano Nacional de Educação, que venceu agora, em 2024. E, de fato, a gente não atingiu as metas previstas no Plano Nacional de Educação. Por quê? Exatamente porque não havia nenhuma penalidade. No Brasil, o que mais dói no corpo humano é o bolso. Mexeu no bolso, dói, aí acontece. Sem uma contrapartida ou uma definição de um percentual, não colocando responsabilidade naqueles que têm essa responsabilidade, a gente fica no plano da intenção, mas é meritório e, evidentemente, nós vamos votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Izalci Lucas, só lembrando que está em tramitação o projeto de lei de responsabilidade educacional, como V. Exa. colocou. Tem a fiscal e está em tramitação a educacional.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3757, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para estabelecer o compartilhamento gratuito de infraestruturas para emissoras de radiodifusão educativa de instituições públicas.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, cabendo à última a decisão terminativa.

Autoria da Senadora Teresa Leitão, aqui presente, e relatoria do caro Senador Efraim Filho, também aqui presente, a quem damos as boas-vindas.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Efraim Filho.

Só quero destacar que tive o prazer de ser Parlamentar aqui com o seu pai, o Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Obrigado, meu Presidente Flávio Arns, é uma grande alegria poder estar aqui e ser presidido por V. Exa., com quem tenho essa amizade que atravessou gerações – pai, filho, espírito santo, amém. Estamos juntos. Obrigada sempre pela acolhida. Desde os primeiros dias que cheguei aqui ao Senado, ainda novato, mas a sua experiência sempre esteve ali à disposição para uma mão amiga. Muito obrigado. Tenho aprendido muito com essa convivência.

Vamos ao parecer.

Comissão de Educação e Cultura, Projeto de Lei nº 3.757, 2023, da Senadora Teresa Leitão.

Peço permissão a V. Exa. para ir direto ao voto.

Da análise de mérito.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal incumbe a esta Comissão opinar sobre matérias de natureza educacional, como é o caso da temática tratada na proposição que ora se examina. Nesse sentido, a presente manifestação respeita a competência regimentalmente atribuída à CE.

Em relação ao mérito, cumpre consignar, inicialmente, a importância da radiodifusão como recurso educacional e de instrução da população, haja vista o seu papel na difusão do conhecimento e de informação relevante para toda a sociedade. Não à toa, a própria Constituição Federal reconhece o caráter educativo dessa atividade.

A capilaridade proporcionada pela atividade, que faz com que os conteúdos gerados e transmitidos pelas emissoras cheguem à casa das pessoas, com o alcance expressivo de lares brasileiros, é outro aspecto positivo da radiodifusão. Isso a torna um instrumento, um recurso educacional onipresente, de adoção oportuna nas mais diversas situações.

A esse respeito, não se pode deixar de ressaltar a sua importância em períodos como o de suspensão de aulas presenciais, a exemplo do decorrente da pandemia de covid-19. Naquele fatídico momento de fechamento generalizado das escolas, o rádio foi um dos recursos utilizados por vários sistemas de ensino para que muitos alunos das redes públicas, sobretudos os mais carentes, Presidente, não perdessem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vínculo com a escola e os professores e, em último caso, garantindo ainda que mantivessem acesso aos conteúdos curriculares.

Com efeito, vista sob essa perspectiva, a proposição da nossa ilustre Senadora Teresa Leitão foi extremamente feliz na percepção dessa realidade, Senadora, e por isso acolho integralmente o projeto trazido por V. Exa.

Essa proposição se mostra dotada de relevância social e educacional, o que a torna meritória e digna de ser acolhida pelo Congresso Nacional, como de fato o faço, *ipsis litteris*, acolhendo o projeto da Ilma. Senadora Teresa Leitão.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.757, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Efraim Filho.

Em discussão a matéria.

Com a palavra, a Senadora Teresa Leitão, autora do projeto de lei.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, especialmente o Senador Relator, Senador Efraim Filho, é muito gratificante para mim ver esse projeto sendo aprovado com um relatório tão preciso, que destaca justamente o alcance que nós percebemos da importância das rádios, sobretudo nós, que somos do Nordeste. Como no interior do estado, dos estados, ainda se ouve rádio, é uma coisa impressionante, tanto as rádios comerciais quanto as rádios comunitárias. Qualquer um de nós que visita uma cidade do interior tem que botar na sua agenda – não é, Senador? – uma ida à rádio local, uma ida à rádio comunitária, porque de fato o alcance é muito importante.

Trazer isso para o âmbito da educação me ocorreu que de fato seria importante, com esse compartilhamento gratuito da infraestrutura, e fico muito feliz e gratificada de ver esse projeto tão bem relatado, com o apoio e com a indicação de aprovação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, gostaria de saudar todos os colegas, saudar e recepcionar com carinho a Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janaína. É um prazer tê-la conosco. Tenha aqui em nós, da Bancada Feminina, todo o apoio necessário e acima de tudo respeitoso no tocante principalmente à violência política de gênero.

Bom, gostaria de parabenizar a Senadora Teresa Leitão e o Senador Efraim Filho e destacar algo que me chamou muito a atenção: na época da pandemia, o Presidente de Portugal, o então Presidente, Marcelo Rebelo de Sousa, que é professor, a sua profissão é de professor, foi para a TV aberta dar aulas. E nós realmente poderíamos ter avançado muito durante a pandemia, porque os nossos alunos tiveram, sim, um déficit muito grande no que tange a toda a matéria que deveria ser aprendida e apreendida, não é? E não houve... Realmente, os meios de comunicação, a TV aberta, a EBC, chegam a todos os lugares deste país. Por que não usar de uma forma cada vez mais avançada, para que possamos educar todos os brasileiros, absolutamente todos. E na época da pandemia, eu me recordo... Qual é a TV... O senhor, que é católico também, qual é mesmo o nome daquela TV católica?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Rede Vida. A Rede Vida desenvolveu um trabalho magnífico, fez as vezes do que o Estado brasileiro deveria ter feito.

Então, eu os parabenizo pela iniciativa, que é totalmente louvável, Senadora Teresa Leitão e Senador Efraim Filho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Efraim Filho.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Passamos ao item 4 da pauta.

Projeto de Lei nº 4.662, de 2019, terminativo. Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com 70 anos ou mais...

Deveria ser dito aos jovens com 70 anos ou mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Agora é adulto máster.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Adulto máster. Pois é.

Mas tem uma coisa, o Clint Eastwood, que todo mundo conhece, disse: "Olha, todo dia o velho bate na minha porta" – "o velho", quer dizer, uma figura simbólica, o velho bate na minha porta – "e eu vou lá atender e eu digo: 'xô, velho, porque aqui não tem velho nenhum'". Então, o Clint Eastwood, com quase cem anos de idade, dirigindo filmes... Só para uma explicação à parte.

Eu vou começar a ler de novo o item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4662, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 - CDH, com uma subemenda que apresenta

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Com a palavra, então, cara Senadora Leila Barros.

Aliás, quero enaltecer o seu trabalho: Lei Geral do Esporte, que foi relatada; *games*, que foi um projeto tão importante e necessário para o Brasil, e tantos outros debates aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – E devo muito a esta Comissão, não é? Aos Presidentes, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Todos aqui dentro desta Comissão, aprovados aqui e depois pelo Plenário. Parabéns!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Eu agradeço ao senhor pela confiança, porque foram dois projetos desafiadores e, se não fosse a confiança do senhor e de todos os membros desta Comissão, nós não teríamos tido tanto êxito.

Acho que foram dois projetos que foram importantíssimos para ambos os setores, tanto do esporte como dos jogos eletrônicos.

Mas hoje nós vamos apreciar aqui o relatório do Projeto de Lei nº 4.662, de 2019, então já vou para a leitura do relatório.

Vem à Comissão de Educação, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 4.662, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que altera o art. 7º da Lei de Cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Ressaltamos, primeiramente, que a Lei de Cotas foi alterada recentemente pela Lei nº 14.723, de 2023, e que, portanto, todas as modificações descritas a seguir, levadas a efeito pelo PL, que é de 2019, consideram a redação que à época vigorava.

A proposição adiciona um art. 2º-A na Lei de Cotas, para estabelecer que, a cada seis meses, em instituição federal de ensino superior, serão reservadas vagas de cursos de graduação, por cursos e turnos, para pessoas com idade de 70 anos ou mais que comprovadamente não tenham curso superior completo, de acordo com a proporção dessa faixa etária na população da unidade da federação, segundo o último censo do IBGE, dispensados processos seletivos.

O PL altera ainda o art. 7º da Lei de Cotas, que trata de sua revisão, acrescentando as pessoas com idade de 70 anos ou mais, que não tenham curso superior completo, no rol dos estudantes que deverão ser atendidos por programa especial para acesso às instituições de educação superior.

A vigência da lei será imediata.

Na CDH, a proposição recebeu parecer favorável, com a Emenda nº 1. Com a aprovação da emenda, o PL passou a prever que a reserva de vagas para idosos seria realizada no âmbito das vagas remanescentes, no caso de não preenchimento das vagas pelo público originalmente previsto.

Assim, o §1º do art. 3º da lei passou a estabelecer, nos termos da proposição, que até 20% das vagas remanescentes dos cursos de graduação, por turno e em cada instituição federal de ensino superior, serão reservadas, semestralmente, na forma do regulamento, para pessoas com idade de 70 anos ou mais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovadamente não tenham curso superior completo, de acordo com a proporção dessa faixa etária na população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

Além disso, na redação do proposto no art. 2º, as pessoas com idade de 70 anos ou mais que não tenham curso superior completo ficam dispensadas, para fins de ocupação dessas vagas, de qualquer processo ou concurso seletivo. O §3º determina que as vagas restantes, após esse cálculo de reserva de até 20% das remanescentes para idosos, serão ocupadas por estudantes que não tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Em relação à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos.

Também estão atendidos os requisitos de juridicidade, e a medida encontra conformidade com o ordenamento e os princípios gerais do direito.

Em termos de mérito, não se pode negar a pertinência e a adequação da iniciativa do nobre Senador Veneziano Vital do Rêgo, afinal, a população idosa, que tende a aumentar em decorrência dos ganhos em termos de longevidade e de qualidade de vida, integra o conjunto da sociedade e deve ser respeitada e valorizada, não somente pelo que já realizou, mas também pelo que ainda pode acrescentar e agregar à nossa sociedade.

É nesse sentido que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) coloca entre os princípios basilares a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. A questão é, assim, viabilizar que se aprenda por toda a vida e não somente em um período específico do início da jornada.

Há que se lembrar, finalmente, da importância do aumento da presença dos mais experientes entre alunos para a garantia de que esses ambientes se tornem cada vez mais plurais, assegurando a diversidade e a convivência com a diferença. Em outras palavras, a proposição, em termos educacionais, é matéria que propicia ganhos não somente para a pessoa idosa, mas também para a instituição e para os outros alunos.

Achamos pertinentes os aperfeiçoamentos realizados na CDH. Pensamos que importa prestigiar e cuidar dos idosos, integrando esses cuidados aos que são necessários também em relação às gerações mais novas. É preciso realizar o atendimento à população idosa sem que se retirem vagas dos mais jovens. É possível promover o melhor aproveitamento das vagas remanescentes, otimizando as janelas de oportunidades que muitas vezes são perdidas.

Nesse sentido, propomos um novo ajuste, na forma de subemenda à Emenda nº 1-CDH, a fim de explicitar que a possibilidade de acesso à educação para pessoas de 70 anos ou mais deverá ser realizada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no âmbito de eventuais vagas remanescentes, com classificação realizada em ordem decrescente de idade. Essa subemenda visa também adequar o PL à nova Lei de Cotas.

O voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.662, de 2019, e da Emenda nº 1-CDH, com uma subemenda que está anexada ao nosso relatório.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Leila Barros.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O Senador Izalci Lucas havia solicitado. Pode... Não sei se...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu vou pedir vista, mas queria pedir a V. Exa., se a gente já pudesse, para aprovar... Porque o objetivo é fazer uma audiência pública sobre esse projeto. Não estou falando aqui nem como Senador, mas como professor. Temos que ver qual é o impacto disso na formação desse projeto. Então, não sei se poderia apresentar um requerimento de audiência já, como extrapauta, e eu o encaminho logo, em sequência, para a gente poder discutir essa matéria, que eu acho que é relevante e importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É melhor chegar o requerimento primeiro. Eu acho que não vai haver objeção, porque sempre o debate...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, é porque, normalmente, quando há pedido vista, V. Exa. e o pessoal sempre marcam para a próxima. Eu queria fazer a audiência antes do...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos escutar o Senador Paulo Paim, porque também essa matéria passou pela Comissão de Direitos Humanos, e ele está sempre, durante a vida, envolvido com a questão das cotas.

Então, com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, logo que a Senadora Leila chegou ao Plenário, eu conversei um pouco com ela e ela se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrou inteiramente à disposição, porque o MEC também solicitou que houvesse um período para que eles se debruçassem sobre o projeto.

O projeto, para mim, é de alta importância. V. Exa. sabe que eu trabalhei muito no Estatuto do Idoso e o projeto é um complemento. Eu acho que esse projeto merecia ser aprovado o mais rápido possível.

Eu havia até conversado com o pessoal do MEC, Senador Izalci, que, em vez de eu pedir espaço para uma audiência pública, eu pedisse vista do projeto. E eles concordaram. Eles reconhecem que o projeto tem muita qualidade; a Senadora Leila aperfeiçoou o que fizemos nós outros lá na Comissão de Direitos Humanos, então, concordaram eles que eu pedisse vista, mas é claro que eu vou sempre respeitar a posição dos meus pares.

A Senadora Leila, de pronto, disse: "Não há problema nenhum; o que vocês encaminharem, eu vou acatar". Eu apenas entendi que a vista daria mais celeridade, ou uma audiência pública, mas que fosse marcada, então, com a rapidez possível, pela importância do tema. Nós sabemos que muitos e muitos idosos sonham em fazer uma universidade, e eu diria até que, se dependesse de mim, eu baixaria a idade. Se houvesse vagas, por que uma pessoa de 65, 64, se existem vagas à disposição... Mas, enfim, a minha solicitação, pelo menos, seria que houvesse um pedido de vista. Não sei qual é a opinião da Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, rapidamente, só para reforçar o que está na subemenda, são vagas remanescentes que não foram preenchidas por absolutamente ninguém...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ninguém.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então, está muito claro no projeto que nós não estamos prejudicando, tirando o lugar de um jovem, por exemplo. Nós estamos simplesmente reforçando que são vagas remanescentes e que não foram preenchidas por ninguém, que nós deveríamos dar essa oportunidade. Já é um projeto que é de 2019, existe uma expectativa muito grande com relação a essa faixa etária, e eu acho muito legítimo.

Podemos pedir vista, eu não tenho o menor problema – todo mundo conhece o meu perfil, eu sou do diálogo, nós podemos esperar mais uma semana. A minha preocupação, Senador Izalci, é buscarmos uma audiência pública para depois fazermos o debate, sendo que é um projeto que já foi esgotado; inclusive, na própria Lei de Cotas debatemos isso e ficamos de discutir *a posteriori*. Chegou o momento de a gente olhar com carinho essa faixa etária.

Então, eu queria pedir vênia aos pares e fazer um apelo para que tenhamos essa vista, Senador Izalci, e possamos votar na próxima semana; se eu tiver que acrescentar faixa etária – se essa é a maior preocupação –, que apresentar uma nova subemenda, estou à disposição para esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só para complementar, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só para esclarecer também, com relação ao tempo, que não seria votado na próxima semana, porque na próxima semana teremos a presença do Ministro da Educação. Então, de qualquer forma, havendo a solicitação de vista, seria para daqui a duas semanas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só para deixar claro: a minha preocupação não é com relação à ocupação da vaga; isso aí não me preocupa. O que me preocupa é o aluno em sala de aula, o professor com o aluno em sala de aula. Qual é o perfil desse aluno? Ele fez o supletivo do primeiro grau e do segundo grau? Ele tem a mínima condição de acompanhar? Eu não sei. Isso é que tem que ser discutido. Os professores precisam estar aqui, quem está em sala de aula é que sabe.

Eu sou defensor, é evidente, de que nós precisamos criar políticas públicas para o idoso, e muito. E eu gostaria mesmo, também, de mexer com a idade – acho que tem o Estatuto do Idoso, que também pode ser utilizado nesse projeto –, mas eu acho que vale a pena um debate aqui, na Comissão de Educação, que é a Comissão de mérito, para ouvir os profissionais da educação. Não é questão de ter vaga ou não – acho até que todas as vagas têm que ser preenchidas mesmo –, mas qual é o reflexo disso em sala de aula? Tem que ver.

Então é esse o apelo que eu faço. Eu acho que é meritório, é muito importante ter essas medidas, mas a gente precisa ver a questão da qualidade do profissional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Eu entendo como absolutamente meritória essa proposta. E tudo o que é bom a gente copia, não é? O Senador Eduardo Gomes me deu a oportunidade de copiar o projeto UMA, a universidade para a maior idade, a Universidade da Maturidade. Ele já investe nela, há mais de 15 anos, lá no Tocantins. Eu passei a destinar emendas para esse projeto, que tem sido um *case* de sucesso, absolutamente fantástico. Inclusive, tira da depressão os idosos.

Idosos... A gente ainda pode falar assim?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Como é o nome?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É o Estatuto da Pessoa Idosa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, eu gostaria de incentivar todos os Parlamentares a conhecerem esse projeto, que é um sucesso tremendo. Lógico, são turmas específicas para eles, não são vagas remanescentes. A gente investe e isso tem dado bons frutos.

Então, Izalci, eu acredito que, para as turmas remanescentes, a pessoa não pode entrar sem o modelo 19, acho que isso é básico. É óbvio que tem que ter o modelo 19. Tendo o modelo 19, todos são iguais perante a lei, então, qualquer pessoa... Eles podem fazer um concurso interno, porque, geralmente, essas pessoas fazem fila.

Lá em Campo Grande, lá no Mato Grosso do Sul, agora, nós estamos levando para o interior também, tanto na UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), quanto na universidade federal. A fila de pessoas que querem entrar é imensa. O curso é de dois anos e, mesmo quando se formam, eles não param de frequentar. É algo incrível!

Então, eu acho que atrasar, Izalci, com todo o respeito, essa matéria, praticamente, simples, eu não sei se isso... Tudo já demora tanto! Realmente, é um projeto de lei de 2019, é uma dificuldade para a gente fazer e aprovar um projeto. Então, são vagas remanescentes. Obviamente, tem que ter o modelo 19, e, daí, pronto, é só.

Então, Izalci, gostaria de pedir um pouco da sua sensibilidade, para que V. Exa. pudesse rever esse posicionamento, e que nós conseguíssemos aprovar hoje.

É terminativo aqui, não é, Leila?

Mas, enfim, ainda vai para a Câmara. Eu acredito que temos condições de avançar, sabe? É um assunto bastante simples, nós temos muito a fazer com questões bem mais complexas, se você permitir.

Obrigada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, eu entendo perfeitamente os argumentos usados, mas os argumentos... Por exemplo, a universidade citada, lá de Tocantins, Eduardo Gomes, é específica para a terceira idade. Aqui, na UnB, abriu-se agora o vestibular para os acima de 60 anos também, vários idosos fizeram vestibular e estão frequentando. A minha preocupação é a questão pedagógica, é você colocar, em uma sala de aula, em um curso de Medicina, de Engenharia, uma pessoa que não esteja preparada. Pode atrapalhar, de fato, os demais. Eu vejo assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque fui professor, eu sei o que é estar em sala de aula, mas pode ser que mudou o tempo, tem muito tempo que eu não dou aula.

Então, a minha questão não é essa de ocupar vaga remanescente ou não, acho que tem que ser preenchida mesmo. Agora, imagine uma pessoa que fez supletivo do primeiro grau, do segundo grau, e vai entrar em um curso de Engenharia, ou em um curso de Física ou de Medicina! É um problema. Não sei. É isso que eu quero discutir com quem entende, com quem está na ponta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ...mas eu não vou aqui criar confusão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero ajudar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não; imagina, Senador Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É bem tranquilo. Deixa eu só perguntar, fazer um pedido à Mesa, com relação à disponibilidade para uma audiência pública o mais rápido possível, na segunda-feira. Como o projeto só vai ser votado em 15 dias...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Era isso que eu queria também propor...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E era nisso que eu ia entrar, nessa mesma linha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... porque há o pedido de vista e, ao mesmo tempo, o pedido para que, nesse período, seja realizada a audiência pública. O que nós queremos propor é o seguinte: que, de fato, volte, daqui a 15 dias, para a pauta – semana que vem, como já mencionado, não vai ser possível. E a audiência pública, Senador Izalci, pode ser feita – e nós o temos feito, aliás – remotamente, sem problema algum. Todos os Senadores têm feito isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Inclusive, em outro dia; não necessariamente na quarta-feira ou na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós temos feito em todos os dias da semana, pode ser de manhã ou de tarde, audiência pública também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu diria o seguinte: o requerimento do Senador Izalci para a realização de audiência pública sobre esse assunto está colocado em votação.

Os Senadores que concordam...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Só respeitando a questão do inciso II, não é? Sobre o inciso II, a gente pede audiência e tudo, mas a gente não suspende o projeto; a gente segue o trâmite normal do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim. (*Pausa.*)

Havendo a concordância dos Senadores e Senadoras, então, está aprovado o requerimento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Solicitamos ao Senador Izalci que apresente o requerimento com os nomes que porventura queira sugerir para a Secretaria da Comissão. Faremos essa audiência pública semana que vem, nos próximos dias...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E na outra semana, na terça, votamos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E na outra semana nós votamos, depois da audiência pública e das eventuais... Assim conciliamos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não sei como é que fica o prazo de emendas. É possível, dessa forma, apresentar alguma emenda ou fazer um voto em separado? Porque a audiência... Exatamente, se tiver alguma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Até o final da discussão é possível...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, eu acho que, no prazo que o Presidente deu, a gente pode apresentar, tanto que eu concordei aqui em apresentar uma subemenda...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, o que eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É só não encerrar a discussão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É... O que eu sugiro... Não, a discussão aqui... Na verdade, está em discussão a matéria, mas está sendo concedida vista coletiva, nos termos do art. 132, §1º, pelo prazo de cinco dias. Nesses cinco dias, pelas razões explicitadas, vai acontecer a audiência e também, daqui a 15 dias, a votação, a reinclusão na pauta. Mas, sabe, Izalci, no meio-tempo, dá para haver a conversa, e...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... a própria Relatora pode também incluir no relatório, temos toda a liberdade de fazer isso também, mas as emendas podem ser apresentadas até o final da discussão. Como não está encerrada a discussão pelo pedido de vista, a discussão continua.

Muito bem.

Passamos ao item nº 7 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 4507, DE 2021

- Terminativo -

Acrescenta o art. 30-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), para instituir a Semana de Promoção da Educação para a Integridade nas escolas públicas e privadas da educação básica.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Magno Malta.

Consulto a Senadora Soraya Thronicke se pode ser Relatora *ad hoc*. Não havendo dificuldades, concedo a palavra a V. Exa., Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, é um prazer poder relatar um projeto de lei tão importante, de autoria do Senador Alessandro Vieira. Vou ao relatório.

O Projeto de Lei nº 4.507, de 2021, de autoria do Senador Alessandro Vieira, tem por finalidade instituir a Semana de Promoção da Educação para a Integridade nas escolas públicas e privadas da educação básica, acrescentando, para tanto, em seu art. 1º, o art. 30-A à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção.

Ainda de acordo com o §1º do art. 1º do PL, a "Educação para a Integridade" é definida como o desenvolvimento de uma cultura ética e cidadã entre crianças e adolescentes, por meio da valorização de comportamentos íntegros e da formação de cidadãos conscientes, enquanto o §2º seguinte estabelece que a Semana de Promoção da Educação para a Integridade estará alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mais diretamente ao desenvolvimento da competência geral "Responsabilidade e Cidadania", que permeia toda a educação básica

Por meio do art. 2º, o projeto de lei insere o citado art. 30-A na Lei nº 12.846, de 2013, para instituir a semana de estudos em tela, a determinação de sua realização anual no mês de outubro, o âmbito de sua realização, que abrangerá todas as instituições de ensino de educação básica, e os objetivos a que ela servirá, tais como:

I - promover a cultura da integridade como elemento essencial de prevenção da corrupção;

II - proporcionar ações de formação ética dos estudantes;

III - instruir os estudantes para agir de forma ética e contra a corrupção;

IV - difundir os princípios que regem o Estado democrático de direito; e

V - encorajar a identificação e a denúncia de atos de corrupção.

O art. 3º do projeto de lei incumbe a União de, em regime de colaboração com os entes federados subnacionais, capacitar os professores e produzir materiais didáticos adequados às ações de execução da semana de formação ética de que se cuida, ao passo que o art. 4º estabelece avaliação bienal dessa atividade pelo Poder Executivo, com vistas a aferir o seu impacto no desenvolvimento da cultura de integridade entre os alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o art. 5º do projeto determina que a lei dele decorrente entrará em vigor após decorridos 365 da data de sua publicação.

Ao justificar a iniciativa, o autor assevera que a semana de estudos para a integridade representa medida essencial para a preparação dos educandos para o exercício da cidadania, um dos objetivos educacionais consignados no art. 205 da Constituição Federal, aduzindo que a formação de uma cultura de integridade que começa com os jovens tende a ser muito mais sólida.

Distribuída à CE exclusivamente, que oferecerá a deliberação terminativa à matéria, a proposição não recebeu emendas.

Passo para a análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão avaliar o mérito de matéria de natureza educacional submetidas à sua apreciação.

Além disso, por força de previsão do art. 90, inciso I, do Risf, deve essa manifestação estender-se aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Com efeito, no presente caso, resta observada a competência regimental atribuída a este Colegiado.

No que toca à constitucionalidade, a teor do disposto no art. 24, *caput* e § 1º, da Constituição Federal, a União, no âmbito de sua competência concorrente com os entes federados subnacionais, pode legislar sobre educação mediante a edição de normas gerais, consignando-se a propósito ser este o objetivo da proposição que ora se examina.

De consignar-se ainda que a proposição não incide sobre matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República, nos termos do art. 61 da mesma Carta de 1988, afigurando-se legítima, pois, a proposição apresentada pelo membro do Poder Legislativo.

De igual modo, em relação ao exame da juridicidade, verifica-se que a proposição cumpre os requisitos pertinentes, notadamente quanto à inovação do ordenamento jurídico e à compatibilização com este e os princípios gerais do direito.

A proposta também envolve mecanismo de controle da execução, destinado a garantir a eficácia das medidas previstas.

Para fins de adequação às recomendações da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, verifica-se, no projeto, o uso da notação nova redação (NR), indicativa de nova redação a dispositivo em vigor, após a introdução do art. 30-A da Lei 12.846, de 2013. Como o dispositivo é inédito, o uso da notação é indevido e deve ser suprimido para que se apresente, *in fine*, a competente emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em relação à técnica legislativa, mas já adentrando no mérito, entendemos que o projeto incorre em impropriedade conceitual ao reportar-se ao Poder Executivo em lugar de referir-se à União, pois isso ocorre precisamente nas disposições concernentes ao regime constitucional de colaboração entre os entes da Federação.

Por essa razão, faz-se necessário o ajuste das cláusulas em que ocorre essa falha por meio de emenda.

No que tange especificamente ao mérito, a proposição toca em área sensível e das mais caras à sobrevivência de qualquer sociedade. No caso brasileiro, é conhecida a nossa posição em pesquisas internacionais de aferição da percepção da honestidade, com destaque para os desvios éticos na condução da coisa pública.

No índice de percepção da honestidade interna, por exemplo, elaborado e divulgado anualmente pela Transparência Internacional, com dados de cerca de 200 países, o Brasil figura na 94ª posição, com 38 pontos de 100 pontos possíveis de se atingirem.

Essa percepção, uma vez lida em outra perspectiva, coloca nosso país como detentor de um índice de percepção da corrupção mediano no mundo, mas muito elevado entre os mais desenvolvidos. Para se ter melhor noção, essa posição põe o Brasil em situação mais difícil que a de vizinhos da América do Sul, com nível de desenvolvimento similar, como Argentina, Chile e Uruguai.

Nesse contexto, a proposição corrobora as preocupações subjacentes às finalidades da educação brasileira e presentes na legislação pátria de formar um indivíduo com senso crítico e de participação, com capacidade instrumental para intervir nos processos sociais que atentem contra o bem comum, os princípios éticos e os valores democráticos em geral.

Nesse sentido, com os reparos apontados, reiteramos a constitucionalidade e juridicidade da proposição, assim como a sua relevância social e educacional e a nossa compreensão de que a iniciativa é merecedora de acolhida pelo Congresso Nacional.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.507, de 2021, com as emendas a seguir:

EMENDA Nº - CE (DE REDAÇÃO)

Suprima-se a notação "NR", de nova redação, incluída após a redação do art. 30-A que o Projeto de Lei nº 4.507, de 2021, por meio de seu art. 2º, pretende inserir na Lei nº 12.846, de 2013.

E a outra:

EMENDA Nº - CE (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, no *caput* do art. 3º do Projeto de Lei nº 4.507, de 2021, o termo "O Poder Executivo" pela expressão "A União".

Eu gostaria de destacar aqui, Sr. Presidente e todos os colegas, que eu estive há cerca de duas semanas no Japão – até a própria Senadora Leila esteve lá. Na cidade de Hamamatsu, existem duas escolas particulares brasileiras, e nós estivemos num mundo de alegria. É um mundo de alegria essa escola, que acompanha tanto o ensino daqui do Brasil como dá todo o suporte para as crianças e os adolescentes que lá vivem, porque lá no Japão a nossa comunidade é imensa e as crianças chegam com muitas dificuldades.

Mas eu destaco algo muito interessante, quem já esteve no Japão pode dizer isso, e quem nunca esteve pode dar um Google aí para saber sobre essa questão: ninguém vê garis limpando as ruas do Japão. Eu andei por lá, a gente não via, logicamente deve ter algum horário em que eles fazem isso, mas também não se vê sujeira, e não é só em Tóquio não, é no interior também.

Mas uma das coisas que mais me deixou impressionada: as crianças e os adolescentes, todos, das escolas públicas e das escolas particulares, eles que fazem a limpeza da escola, isso está dentro do currículo. Os banheiros todos são higienizados pelas crianças, pelos adolescentes, eles fazem um rodízio. Então, não tem essa... Se você é extremamente rico ou se você é uma pessoa mais humilde lá no Japão, todos devem fazer este trabalho.

Então, começa daí. A gente está falando aqui em percepção de corrupção, mas nesses pequenos gestos a gente pode ver a grande diferença de uma educação que traz um nível de cidadania, de maturidade, de respeito para com o próximo, de uma forma que nos impressiona. Quando você sai do trem-bala, aquelas pessoas que estão ali limpando o trem, que fazem aquela limpeza rápida, quando saem para fora do trem para entrarem os novos passageiros, são aplaudidos.

Então, é algo que nos impressiona muito, e nós temos muito o que aprender. Por isso, eu peço aqui, aos Senadores, o voto. Eu acredito que tem muito também, nesse sentido, a ser ainda melhorado, não só uma semana de conscientização, mas um trabalho regular. Se eu tivesse tido a oportunidade, eu teria até emendado, mas eu acredito que possa ser aprovado e ser emendado... Emendado não, mas outro projeto de lei pode trazer novos contornos para essa iniciativa louvável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Soraya Thronicke.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu quero destacar não só a leitura do relatório, mas os exemplos que V. Exa. trouxe da recente viagem ao Japão, que são extremamente marcantes. E esse debate tem que acontecer no Brasil também, e acontecer de uma maneira que seja interessante; que a gente pense, no outro dia, "aprovamos", como foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionado agora há pouco com o marco legal dos *games*, dos jogos eletrônicos, do audiovisual; e em como fazer tudo isso para que a criança, o adolescente comece a debater esse assunto, discutir, ver alternativa; e em como apresentar e fazer com que esse conteúdo se torne marcante para eles também.

Então, foi muito bom. Eu sempre digo dessa questão intercultural, essa apreciação das diferenças interculturais, seja com outros países ou dentro do próprio país, porque, dentro do Brasil, nós também temos experiências bonitas. Eu sempre destaco algumas, por exemplo, aquela em que diretores de escolas, no início do ano, chamam os alunos, os professores, e fazem o regulamento de tudo o que vai acontecer na escola em conjunto, para que seja obedecido, para que as pessoas façam, para que aconteça, para que haja participação, porque é algo essencial o debate. E, se você participou, tem que cumprir depois também. Uma criança, um adolescente vai dizer "não, eu não faço", mas foi discutido, chegamos à conclusão. E, até na casa das pessoas, quem é que leva o lixo lá para baixo, no apartamento? Três filhos: um, num dia; outro, no outro; e o outro, no outro. Quem leva, eventualmente, o cachorro para passear? É só o pai e a mãe? Quem faz o café da manhã? Quer dizer, é discutir com os filhos e chegar a uma conclusão também do que deva ser feito.

É uma Semana de Promoção da Educação para a Integridade, para a honestidade, para valores que são importantes.

Parabéns, Senadora Soraya, também pela fala, além da leitura do relatório.

Continua em discussão.

Senador Marcos Pontes – aliás, quero dar-lhe as boas-vindas também.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Seja muito bem-vindo, como sempre.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu só queria somar uma fala com relação ao que a Senadora Soraya falou do Japão.

Eu tive a oportunidade de trabalhar três anos com o Japão, porque eu era, pela NASA, o responsável pelo laboratório japonês. Foram três anos trabalhando muito, praticamente uma semana em Houston, uma semana lá em Tsukuba, no Japão. E, durante esse tempo, a gente conheceu bastante sobre a cultura japonesa e como eles conseguem ter um sucesso muito grande em termos de desenvolvimento de projetos e chegar ao final de um projeto. E isso tem a ver com a educação, isso tem a ver com o que começa lá embaixo, na formação. E, nessa formação, eles dão um enfoque grande de que primeiro, todo trabalho é digno. Isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante lembrar, todo o trabalho é digno. E, segundo, você tem que ser parte do time, você tem que ajudar o time.

Vou dar um exemplo de como isso aí reflete lá no resultado. Lá na agência espacial japonesa, na época em que eu trabalhava ali junto com eles, nós tínhamos aquelas mesas com, por exemplo, as sessões divididas, sessão de elétrica, hidráulica, o que seja, para o módulo japonês. E aí ficavam todos os técnicos sentados, assim, um de frente para o outro e o chefe aqui na frente, na mesa, observando os outros.

Existe muita responsabilidade pessoal. Assim, durante o dia, se a pessoa está ali e está cansada, ela pode trazer um travesseirinho e dormir ali na mesa mesmo. Ela pode dormir um pouco. Não tem problema, porque a gente sabe onde está o trabalho e quanto que ele ou ela tem trabalhado ali.

Se uma pessoa falta, o chefe sai da mesa dele, bota a bandeirinha – tem uma bandeirinha vermelha –, põe a bandeirinha ali naquele lugar e começa a fazer o trabalho daquela pessoa. Isso, implicitamente, quer dizer o seguinte: o chefe, para ser chefe lá, ele tem que saber fazer o trabalho de todo mundo que ele chefia. E é uma coisa importante a gente lembrar disso. Inclusive, se faltar alguém para varrer o chão, o chefe vai lá, vai pegar a vassoura e vai varrer o chão. Não existe trabalho que não seja digno de o chefe fazer – "porque eu sou chefe, não vou pegar uma vassoura". Não, você vai pegar e ajudar naquilo.

Então, quando você chega no laboratório, todo mundo vestido com aquele *bunny suit*, de laboratório, vamos dizer assim, o ar controlado em termos de particulado, etc. É difícil você achar quem é o chefe, porque ele vai estar lá apertando parafusos junto com todo mundo também.

Então, esse senso de "eu sou parte da equipe e não é porque eu sou chefe... Eu tenho mais responsabilidades do que os outros, mas eu tenho a obrigação de fazer o que todo mundo faz". Isso aí traz uma coesão muito grande e não é à toa que eles eram, talvez, o único país que estava sempre adiantado no *schedule* da Estação Espacial Internacional.

Então, só para somar, como a educação na base forma cidadãos que vão ser muito produtivos para o país.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – E a limpeza é incrível!

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – São... Demais!

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Presidente, só aqui...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Janaína Farias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... para parabenizar já a Senadora.

Eu também tive experiência quando no Governo do Ceará a gente conheceu Singapura, que também tem essa mesma lógica lá da questão do trabalho e da cooperação. E isso é importante tanto para a educação, como para a convivência deles na sociedade.

Então, como o Senador colocou, às vezes, você está ali precisando de servir um café e... O trabalho sempre dignifica as pessoas. É importante essa educação. Tive a experiência também de conhecer Singapura. China também tem essa questão da cooperação. Foi um dos países que eu conheci, e a gentileza do chinês está na educação.

Então, é importante parabenizar aqui a nossa colega Senadora pelo projeto.

E agradeço aqui ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senadora Soraya, pelo relatório e pelas observações também.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passaremos agora à votação nominal, em bloco, dos itens 3 e 7 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Então, em votação, as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados, PL 2.298, de 2021, e PL 4.507, de 2021 também.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores ou as Relatoras votam "sim". Então, está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Solicito às assessorias que, na medida do possível, possam comunicar os Senadores e Senadoras que a votação está aberta e que podem votar, inclusive remotamente.

A Professora Dorinha Seabra eu acho que não chegou ainda, não é? (*Pausa.*)

Mas todos podem votar.

Todos sabem que sobre o projeto de lei do ensino médio – o Senador Marcos Pontes também – precisamos discutir, muito de perto, todo o conjunto de necessidades, mas, em particular, o ensino técnico e profissionalizante, para que, de fato, seja um projeto que atenda às necessidades: olhar bem o que veio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara, ver se está de acordo com os debates que vêm acontecendo, aqui no Senado Federal, e, é claro, a Base Nacional Comum Curricular, os itinerários, essa flexibilidade, mas, apontando, de maneira – no meu ponto de vista, pelo menos – importante para o ensino técnico e profissionalizante.

Não sei o que V. Exa. acha.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de somar. Isso é extremamente importante. Quando a gente pensa no ensino médio, é uma fase da vida de todos nós, ali na adolescência, quando, naturalmente, existem dificuldades de várias perspectivas diferentes. Por exemplo, dificuldade financeira – eu passei por isso –, quando você chega nessa fase, você fica naquela dúvida entre "Eu tenho que trabalhar para ajudar em casa" e "Eu tenho que estudar". "Como é que eu faço essas duas coisas, ao mesmo tempo, com sucesso?".

O ensino profissionalizante dá uma oportunidade a esse jovem ou essa jovem de trabalhar, como aprendiz, como foi o meu caso ali. Você aprende uma profissão, você trabalha e recebe um pequeno salário, mas que já ajuda bastante. Além disso, tira esse jovem da rua – foi o meu caso –, lá da periferia, você tira esse jovem da rua e o coloca dentro da escola, aprendendo uma coisa importante para o seu futuro, distante do crime, distante das drogas, ou seja, o resultado disso supera muito mais. Além disso, dá a esse jovem autoconfiança, autoestima: "Eu sei que eu tenho capacidade de cuidar do meu futuro".

Outra coisa, se esse jovem começa a trabalhar como técnico – a gente tem uma necessidade enorme de técnicos no Brasil –, já tem empregos garantidos, muitos empregos garantidos.

Outra coisa importante, se quiser prosseguir para a universidade, eu já "testei", entre aspas, algumas carreiras, eu sei, quando eu vou para a universidade, e reduzo muito mais o atrito, ou seja, o jovem chegar na universidade, não gostar e sair de um certo curso.

Portanto, tem que se pensar muito bem no ensino médio não só do ponto de vista das matérias básicas, mas, principalmente, do ponto de vista de como promover um futuro para esses jovens, através do ensino profissionalizante, tecnológico... Tem até o Senador Paulo Paim, que acabou de sair, nós somos Presidente e Vice-Presidente da Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica, aqui no país. Eu tenho certeza de que isso pode e vai ajudar milhões de jovens.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Destaco também a presença da Senadora Damares Alves; da nossa Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Senadora Professora Dorinha Seabra, quero dizer, também, Senador Marcos Pontes, que quando o jovem diz "Eu não vou fazer o ensino médio" e vai trabalhar, ele está lá com, no máximo, um salário mínimo – não, é? Um salário mínimo, eu diria. Só alguma exceção aí.

Agora, se ele fizer o ensino médio, o ensino técnico profissionalizante e for aprendiz junto, se tiver essa possibilidade, numa articulação com a produção local, ele vai ter um salário mínimo também. Só que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o resultado vai ser terminar o ensino médio, fazer o técnico profissionalizante e ganhar – levar o dinheiro para a casa. Porque o pai e a mãe dizem "olha, a gente precisa desse dinheiro". O Pé-de-Meia é uma contribuição grande, há outras iniciativas que os estados têm... Eu sei, Senadora Janaína, que o Ceará também tem iniciativas nessa área. Mas eu acho que é o momento de nós discutirmos – a Relatora está aqui presente, Senadora Professora Dorinha Seabra –, de podermos chegar assim e dizer "Olhe, é o momento que o Brasil precisa de a gente pensar assim e agir de uma maneira bem articulada, bem pensada nessa direção".

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Só para somar, quando o jovem faz o ensino técnico, a probabilidade de ganho de salário multiplica, por muito, porque as empresas precisam de técnicos. Se for especificamente no setor de tecnologia de informação e de comunicação, o salário médio desse setor é 2,6 vezes o salário médio do país. Ou seja, certamente aí, em termos financeiros, vale a pena também fazer ensino profissionalizante tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Professora Dorinha tem, na sequência, um requerimento e também gostaríamos de ouvir os encaminhamentos nessa área, na medida do possível, porque muito está sendo debatido. Mas, antes disso, vamos só encerrar a votação. Já atingimos o quórum também.

Então, peço que a Secretaria encerre a votação e que abra o painel para vermos os votos.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, SIM, 16; NÃO, nenhum.

Quórum, 17.

Estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados PL 2.298/2021 e PL 4.507/2021. As matérias serão encaminhadas à mesa para as providências cabíveis.

Passo, então, a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, que é autora dos itens 9 e 10 que são dois requerimentos a esta Comissão de Educação e Cultura.

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 24, DE 2024

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 5.230/2023, de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e define diretrizes para a política nacional de ensino médio.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 25, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar a Senhora Fernanda Macedo Pacobahyba, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para prestar os devidos esclarecimentos sobre convênios suspensos nos Estados, nos municípios e no Distrito Federal, em virtude do Acórdão 2371/2023 e de todos os pleitos de RP2, RP6, RP7 e RP9 (em cláusula suspensiva), que vieram para o Congresso Nacional e que estão no texto do Aviso 03/2024, referentes aos anos 2020, 2021 e 2022.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadoras e Senadores, todos nós estamos acompanhando este debate em relação ao ensino médio. Tive a oportunidade também de ser Relatora do grupo de trabalho proposto pela Senadora Teresa Leitão.

Agora eu acabei de realizar uma reunião com o Ministro da Educação, com a sua equipe, com vários secretários. Foi a primeira reunião temática e a nossa disposição é de... rapidamente, mas dentro do tempo possível, para o Senado. Esse projeto de lei ficou na Câmara meses, desde o ano passado está lá.

É um tema extremamente importante para todos nós. O ensino médio é a etapa com maiores desafios, cujo resultado em relação ao Ideb, metas, tem sido os mais desafiadores. Ao mesmo tempo, o problema do ensino médio não se resume a "revoga, reforma ou não". Tem pontos e precisa, inclusive, enfrentar elementos que... alguns desafios que não estão nesse projeto, mas que precisam ser estabelecidos como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações e políticas públicas. Tivemos a oportunidade de conversar isso com o próprio Ministro, sobre a necessidade de apoiar a educação profissional no âmbito dos estados. Muitos estados não têm ações consolidadas ou ainda são incipientes, precisam de ajuda.

Logicamente, eu vou receber várias instituições em audiências, que querem tratar de alguns temas que não estão equacionados ou podem ser aprimorados aqui no Senado, mas o nosso objetivo é tentar... Foi estabelecida uma rotina de trabalho, os consultores da Casa me acompanharam, o Ministro, o Secretário da Educação Básica, o Secretário Maurício, com quem o ensino médio e a reforma estão alocados, e também o Secretário de Educação Profissional, da Setec.

Então, o nosso objetivo foi estabelecer uma rotina. Nós vamos ouvir as diferentes entidades. Eu aqui apresento um requerimento. Eu não sei se a gente consegue, inclusive, fazer numa única oportunidade, uma vez que são 14 entidades que estão sugeridas: o Ministério da Educação; o Conselho Nacional de Secretários; o Conselho Nacional de Educação; o Fórum Nacional de Educação; representantes dos conselhos estaduais, que é o Foncede; a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores); a Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o movimento Todos Pela Educação; a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (Ubes); os representantes do Movimentos Docentes; o Movimento pela Base; o Fórum de Educação também ligado ao ensino particular, que obviamente também atua no âmbito do ensino médio; representantes do Serviço Social da Indústria (Sesi), pela própria questão da interlocução com a educação profissional; e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal (Conif), que reúne os institutos federais.

Essas são as 14 instituições. Obviamente, havendo alguma outra sugestão, desde que não esteja representada, a gente pode acolher quando realizarmos a audiência pública.

Então, nosso objetivo é fazer esta audiência aqui sem prejuízo de outras sugestões, mas tentar trabalhar com o calendário para que, se possível, até maio, a gente consiga finalizar, em virtude das redes.

A preocupação maior não é com o projeto do Governo ou o texto que saiu já da Câmara, a partir de grandes negociações. Nós temos uma grande preocupação em relação ao prejuízo para o sistema de ensino. Do PNLD do ensino médio, está o edital assinado, então: os livros precisam ser organizados; o próprio Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, que é porta de entrada para o ensino superior; a organização do próprio sistema sobre a continuidade ou não do fomento à educação integral do ensino médio; a organização em relação à questão curricular. Então, em relação a alguns pontos, nós já estamos com o trabalho feito pela Consultoria, inicialmente, comparando o texto do Governo, o texto que saiu da Câmara, o que nós coletamos em relação à consulta pública que o próprio MEC realizou e várias audiências que foram realizadas aqui, por esta Comissão, através do grupo de trabalho sobre o ensino médio.

Então, a ideia é essa e, logicamente, nós vamos contar com a sua ajuda e com a ajuda necessária do Presidente da Comissão de Educação da Câmara se o texto tiver que voltar para a Câmara, o que eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é perfeitamente normal num modelo bicameral, se necessário. Mas o objetivo nosso é dar maior agilidade, pensando, sobretudo, na questão do sistema de ensino e dos alunos que hoje são atendidos, em sua maioria, pelas escolas públicas de ensino médio espalhadas nos nossos municípios.

Então, esse é o requerimento de audiência pública.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente, se a Senadora mantiver uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão o requerimento, então.

Senadora Janaína Farias.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Senadora, quero só parabenizá-la pelo trabalho. Se a senhora puder também sugerir a presença da Unesco... A Unesco fez uma pesquisa. Como a senhora colocou o Todos pela Educação, acho que seria oportuno, se assim aceitar, sugerir à Unesco participar da audiência pública. Eu acho que seria relevante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu quero destacar também que, no ano passado, foram realizadas dez audiências públicas não sobre o projeto de lei; sobre o chamado novo ensino médio. Dez audiências públicas significam 40 pessoas, 50 pessoas, mais ou menos, que participaram das audiências públicas. Aliás, eu quero destacar que, não só nisso, no ano passado, tivemos dez audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação. Então, também já foi bastante debatido nesta Comissão, em dez audiências públicas e, inclusive, em uma sessão temática, no ano anterior, no Plenário do Senado Federal. E tudo aquilo que foi discutido no ano passado contribui, logicamente, para a versão da análise do projeto de lei.

Senadora Damares Alves, com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu entendo que o fruto de todas as discussões do ano passado continua aqui com a gente, mas essa audiência é específica para o projeto de lei. Eu acho que muita coisa foi usada, fruto dos debates aqui nesta Comissão.

É interessante, e vejo isso com uma certa urgência. Se a gente puder fazer isso logo, e sei que nós temos muitos pedidos de audiências... Fazer essa discussão imediatamente vai nos ajudar também na discussão do PNE, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dorinha, são 14 instituições, e eu tinha até pensado em acrescentar duas. Eu acho até que mandei um requerimento para acrescentar duas, não sei se chegou. Depois eu até posso falar com V. Exa., mas eu acho que em uma audiência só a gente não consegue.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vamos ter que dividir, mas eu até pediria, Presidente, uma certa prioridade a essas audiências públicas, porque nós estamos sendo muito demandados, as pessoas estão nos procurando muito por conta do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, vamos dar uma prioridade.

Parabéns, Dorinha.

Há também a sugestão da Senadora Janaína. inclusive, já fui lá abraçá-la, e quero fazê-lo publicamente: bem-vinda, colega! Bem-vinda! Estamos muito felizes com a sua presença aqui.

Eu acho que também a sugestão da Senadora Janaína deve ser acatada.

Eu tinha mais duas, mas falo com você pessoalmente; eu te mando depois, está bom? Parabéns pela iniciativa, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu só quero também destacar o seguinte, para termos o procedimento aqui na Comissão de Educação: nós constituímos, no ano passado, a subcomissão do ensino médio, que fez um excelente trabalho, presidida pela Senadora Teresa Leitão e com a relatoria sob a incumbência da Senadora Professora Dorinha Seabra. Já temos o relatório final dessa subcomissão. Eu não vou colocar em discussão o relatório da subcomissão, porque isso criaria uma confusão na sociedade muito grande, quer dizer, o que a gente estaria discutindo? Muitas coisas que foram discutidas antes da apresentação do projeto de lei, até para você explicar para a sociedade que, não, nós estamos discutindo o relatório, não o projeto de lei.

Então, agora, neste momento, nós vamos discutir o projeto de lei, e não o relatório da subcomissão. O relatório da subcomissão, em todas as audiências, não há dúvida de que também as conclusões vão ser bastante acolhidas, como já foram, inclusive, como a Senadora Damares Alves colocou no próprio projeto. O que nós vamos discutir é só o projeto de lei. Vocês já imaginaram se surge alguma discussão diferente: "Não, mas isso é da subcomissão, não é do projeto". Isso criaria confusão que ficaria instalada no país, e o que a gente quer, dentro daquilo que compete ao Senado, é celeridade, lógico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falava com escolas no outro dia e eles diziam: "Olha, já estamos com todo o material preparado, editora preparada, tudo contratado para o ano que vem. E agora? Como é que vai ser? Vai ser igual? Vai ser diferente?". Isto aqui é um problema no Brasil: as coisas virem muito atropeladas, mas nós vamos discutir no Senado, não há dúvida alguma, está bem?

Está claro, eu acho, inclusive, sobre o relatório, para sermos bem claros com a sociedade: estamos discutindo o projeto de lei. O relatório é um subsídio importante, mas é importante que a sociedade saiba que a gente se antecipou até à possibilidade, fazendo muitas audiências, e quanto ao Plano Nacional de Educação também. Dez audiências públicas – dez –, com 40, 50 pessoas que participaram, sobre o Plano Nacional de Educação.

E temos o projeto de lei, inclusive, da Professora Dorinha também, que também vai ser apreciado aqui na Comissão, com a relatoria do Senador Esperidião Amin, que é a prorrogação, na medida do possível, do plano atual, do Plano Nacional de Educação atual, enquanto se debate o novo plano. Porque o outro plano, para ser aprovado, foi um debate de quatro, cinco anos, não é uma coisa, assim, que acontece de um dia para o outro; então, temos que ter algum... Mas isso tudo está sendo analisado com calma para, quando apresentado à Comissão, haver uma clareza do que se pretende.

Muito bem, está encerrada a discussão...

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... do requerimento.

Mais alguma coisa, Professora Dorinha, sobre esse requerimento?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Presidente, eu queria só incluir a sugestão da Senadora à Unesco – aguardo as sugestões da Senadora Damares – e lembrar que... Eu acho que é muito prudente não discutir o relatório, mas nós temos que aprovar, e o relatório vai além do projeto de lei, que foi um dos temas que eu conversei hoje com o Ministro. O projeto de lei tem um recorte específico em relação à estrutura curricular, muito nessa questão da carga horária e da organização, estrutura, disciplina, mas a questão do ensino médio está longe de se esgotar em relação a esse tema.

E, quanto ao relatório apresentado, não só foram várias audiências públicas, como o nosso Presidente mencionou, mas a Senadora Teresa Leitão foi a vários estados e ouviu essas demandas, e muitos temas serão tratados oportunamente por nós a partir dessa aprovação do projeto de lei, com as correções necessárias – algumas, inclusive, do ponto de vista formal, precisam ser adequadas, porque têm alguns problemas de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto à questão do próprio PNE, foi bem lembrado: a gente não discute o trabalho que vai ser realizado em relação ao plano nacional; o problema é que, entre ficar sem nada, que foi o que nós tivemos no último plano antes de ele ser aprovado... Nós ficamos quase 5 anos sem nenhum plano, sem metas, sem diretrizes, sem direcionamento. Então, o objetivo do meu PL é que a gente não tenha essa lacuna, que seja aprovado, que sejam acompanhadas as metas até a aprovação do novo. Sendo aprovado, obviamente o novo plano aprovado vai dizer: "revoga-se o anterior", mas nós não queremos ter uma lacuna de quatro anos enquanto se debate o plano nacional, a proposta do Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Janaína.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A audiência vai ser para discutir em cima do PL ou em cima da...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Do PL.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não vai ser mais em cima de todas as discussões que vinham...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não...

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – É como se comentou, senão vai criar um...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. A discussão da audiência pública é o PL, não é, Senadora Professora Dorinha? É o PL que está em tramitação, aprovado. Agora, o relatório vai ser apreciado, porque a discussão do ensino médio vai além, no relatório, na Comissão presidida pela Senadora Teresa Leitão, vai muito além do que... A gente não discute nessa hora para não criar uma confusão na sociedade, porque a gente vai dizer: "Não, vocês vão incluir isso?". Não, isso a gente tem que debater, discutir; é pauta da Comissão, certo?

Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório da Senadora Professora Dorinha.

As pessoas que concordam – os Senadores e Senadoras – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também o item 10 da pauta, Senadora Professora Dorinha, que é de autoria de V. Exa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, pois não.

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 25, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar a Senhora Fernanda Macedo Pacobahyba, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para prestar os devidos esclarecimentos sobre convênios suspensos nos Estados, nos municípios e no Distrito Federal, em virtude do Acórdão 2371/2023 e de todos os pleitos de RP2, RP6, RP7 e RP9 (em cláusula suspensiva), que vieram para o Congresso Nacional e que estão no texto do Aviso 03/2024, referentes aos anos 2020, 2021 e 2022.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Com a palavra, desculpe.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse meu requerimento é um convite à realização de uma audiência pública.

A Presidente do FNDE, a Sra. Fernanda Pacobahyba, que eu já destaco, é uma pessoa extremamente competente e tem feito um grande esforço em relação ao funcionamento do FNDE, à retomada de muitas ações.

O convite aqui é para nós discutirmos como nós vamos lidar com um acórdão do TCU, o Acórdão 2.371, de 2023, sobre todos os pleitos. E a grande maioria são obras que iniciaram com diferentes fontes de recurso – RP2, RP6, RP7 e RP9, o que é muito complicado, porque são referentes aos anos de 2020,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2021 e 2022. Ou seja, hoje nós temos um escopo de obras, creches e escolas, e nós precisamos ver como vamos lidar com o andamento dessas obras. Em algumas, o voto do Relator, surpreendentemente, trouxe um intervalo que não estava nem em discussão, retornou ao ano de 2020, 2021 e 2022. E tem muito trabalho prestado, tem prefeituras que haviam já comprado o seu terreno e que, em virtude de ficar com diligências atendendo ao município e ao FNDE, as obras não tinham sido liberadas para licitação, e tem uma lacuna. Eu tenho no meu estado, mas não é o único caso, porque são dezenas de obras que tinham sido empenhadas, mais de 60%, 70%, e que agora estão nesse limbo em que ainda não é possível. A ideia aqui é ouvi-la e ver que caminhos nós podemos fazer para resolver a situação.

Também está na Comissão de Orçamento da Câmara o acórdão. Nós queríamos ajudar neste processo de discussão para agilizar e lembrar que o efeito é muito grave para a educação. Nós estamos falando de um retorno de suspensão que remonta a 2020.

Então, é uma audiência de trabalho, para ouvi-la. Se ela também sugerir que mais alguma instituição esteja presente no dia, não vejo nenhum problema, porque, talvez, ao convidá-la, ela diga: "Olha, eu precisaria levar, ou que fosse chamado também, um representante do TCU ou um representante de algum órgão do Governo", e eu não vejo nenhum problema. O nosso problema é tentar ajudar na solução.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria.

Senadora Janaína.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Senadora Dorinha, Presidente, antes que a Fernanda já se manifeste, eu acho que seria interessante convidar o TCU, porque a equipe técnica que trabalha com esse tema lá é importante e porque pode ter algumas respostas em que o TCU pode ajudar nessa discussão, para não ficar o indo e vindo dessa discussão. Acho que contribuiria muito se convidasse. Se o Senado convidar, acho que fica mais respaldado.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O relatório foi de autoria do Senador Otto Alencar. Então, eu acho que... Eu não vejo nenhum problema, acho que poderia ser feito o convite ao TCU, mas, só em termos de registro, foi o Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se concordarem, o que nós podemos fazer é entrar em contato com a Presidente do FNDE – Presidente é a terminologia correta, não é?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Presidente, é. É a Fernanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... para que ela nos diga quem ela consideraria importante, já que o objetivo da audiência é tomarmos, termos o quadro dos desafios, das necessidades, dos problemas e tal.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E se ela concorda em estar junto, porque, às vezes, ela não vai se sentir confortável, não é? Prefere ser separado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, e ela dizer, assim, se gostaria de vir sozinha, acompanhada, mais TCU, quem e tal, porque o grande objetivo é avançarmos nessa área. Então, ela própria pode, se concordar, dizer para a gente assim, não é, Andréia? Nós entramos em contato. Fica bom assim, não é?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Fica bom, fica aberta qualquer sugestão de inclusão, mas, para evitar qualquer situação de constrangimento, que a Presidente do FNDE seja consultada sobre se ela prefere vir só ou se quer trazer a própria equipe, sobre o que seria melhor. Então, acho que, sendo sugestão dela, a gente acolhe o formato.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque o universo do FNDE é um universo, por si só, imenso. E a pessoa coordena, articula, mas naturalmente a informação mais precisa está em escalões até inferiores, muitas vezes – inferiores em termos da hierarquia.

Inclusive, nós temos aqui, eu quero só comunicar, o ofício que estamos levando amanhã. E quero convidar, vamos convidar quem quiser ir junto da Comissão ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Sra. Ministra Esther Dweck, com a proposta de projeto de lei sobre a reestruturação de carreiras do Fundo Nacional de Educação, para que ela tenha infraestrutura lá. O FNDE trabalha com bilhões de reais. É só pensar no Fundeb, por exemplo, com os critérios, a distribuição, a cota do salário-educação, livros, merenda, transporte, construções, relação com... E, dos mais de mil funcionários que havia, só uns 300 estão lá também. Então, há uma defasagem.

Então, discutir isso não quer dizer que nós estejamos apresentando, porque é uma atribuição do poder público, porém o Ministro da Educação já levou para o Ministério da Gestão a proposta discutida internamente com o FNDE.

O que nós estamos solicitando é a composição do comitê, para estudar isso e chegar a uma conclusão, porque o Ministério da Educação precisa ter infraestrutura de profissionais, de carreira, de salários, de todas as condições para também desempenhar bem o seu trabalho. E essa dificuldade já vem de longe.

Então, até eu pediria... Eu acho que é só um ofício, uma visita de apoio. Vamos lá para dizer: o ministério já apresentou, o pessoal já discutiu. O que está faltando é a implantação do comitê para analisar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o assunto, para levar – e negociar, a mesa de negociação – ao Presidente da República na sequência as conclusões, não é?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Inclusive...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Às 3h30, amanhã – 3h30.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Inclusive, Presidente, um dos problemas em que essa questão das obras tem mostrado dificuldade é o tempo demorado de análise de uma diligência ou de um projeto. Tem demorado muito, cinco meses, seis meses. Muitos foram surpreendidos quando estavam ainda em diligência e foram suspensos, porque realmente... E não é de agora, me lembro de que, na época em que o ex-Ministro Mendonça estava no ministério, os servidores lá já fizeram um grande movimento pela falta de equipe, de servidores; e não é diferente.

Foi dado um grande ritmo de trabalho, a Presidente tem sido bastante ágil, mas tem...

Eu também recebi uma comissão de servidores do FNDE, que solicitaram também essa agilidade. Aí, sim, não é um controle do Ministério da Educação nem do FNDE, mas do ministério que atua diretamente na gestão.

Eu apoio. Acho que é muito importante esse acompanhamento e reforço da urgência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Podemos até, Andréia, avisar os membros da Comissão. O ofício está aqui.

A gente assina, com todos concordando, como Presidente da Comissão. Estou pedindo, a Damares já assinou, também outros Parlamentares já assinaram, para que a gente leve e tenha mais visibilidade não só como Comissão, mas como Líderes partidários do Senado Federal, considerando a importância de um órgão como o FNDE, para que essa mesa de negociação seja constituída a partir da proposta do Ministério da Educação.

Eu até não tomei conhecimento da proposta, mas daí há a negociação, o entendimento, para ser levada depois essa conclusão ao Presidente da República, está bem? (*Pausa.*)

Muito bem.

Está em apreciação o Requerimento nº 10, com a observação de que entraremos em contato com a Presidente do FNDE, para ela dizer como é que essa audiência poderia ser conduzida da melhor forma possível, com a participação dos demais expositores. Ela define para a gente, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o Requerimento nº 10, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito bom, agradeço ainda...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Antes de encerrar... Eu não estava no primeiro momento da reunião, na aprovação da política pública que vai ser avaliada.

Eu quero cumprimentar o Senador Paim pela apresentação da proposta das cotas étnico-raciais nos programas e ações do Ministério da Cultura. Eu achei bem sensato a gente fazer neste ano avaliação de um programa do Ministério da Cultura, uma vez que a gente vai ter tantas discussões outras aqui do Ministério da Educação. Então, a gente vem aí com um trabalho específico para o Ministério da Cultura.

Quero ajudar muito, Senador Paim, nessa discussão, no plano de trabalho, na execução do plano de trabalho, e quero cumprimentar a Comissão pela escolha dessa política pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

A gente ressaltou que todas as sugestões eram altamente relevantes, porém, como a gente escolheu uma da educação no ano passado, neste ano, escolhemos uma da cultura, que é importante, como destacado também.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Janaína Farias, Paulo Paim, Teresa Leitão, Lucas Barreto, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Damares Alves e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Marcelo Castro, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 14ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento do Ministro de Estado da Educação**, atendendo ao requerimento REQ 11/2024 - CE, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Finalidade:** Comparecimento do Ministro da Educação, Camilo Sobreira de Santana, a fim de discutir os avanços e os desafios do ano de 2023 e prestar esclarecimentos sobre os problemas ocorridos no processo de divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificado de 2024. **Participante:** Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de abril de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o comparecimento, a quem já damos as boas-vindas novamente, do Exmo. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, que está acompanhado da Profa. Izolda Cela de Arruda, Secretária Executiva, a quem damos as boas-vindas também.

Tivemos a oportunidade de sermos Secretários de Educação do Ceará e do Paraná no mesmo período. Então, já participamos de muitas reuniões em conjunto, no decorrer dos anos.

O Sr. Ministro está aqui, acompanhado de inúmeras Secretarias do Ministério da Educação, que vou destacar daqui a pouco, a fim de discutir os avanços e os desafios do ano de 2024 e prestar esclarecimentos sobre os problemas ocorridos no processo de divulgação dos resultados do Sistema de Seleção Unificada 2024, em atenção ao Requerimento 11, de 2024, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Destaco que a audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal assim como a apresentação que for utilizada pelo Sr. Ministro.

Na presente reunião, serão adotados os seguintes procedimentos: o Presidente concederá a palavra ao Sr. Ministro Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação, pelo prazo de 30 minutos ou pelo tempo necessário para a apresentação.

Após a exposição, a palavra será concedida aos Srs. Senadores e Senadoras membros da Comissão, na ordem de inscrição, em blocos com até três oradores.

Em seguida, a palavra será concedida aos Senadores e Senadoras não membros.

Cada Parlamentar terá cinco minutos para fazer os seus questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao final do bloco, o Ministro terá dez minutos para a sua resposta.

O Ministro já veio em outras ocasiões aqui e é Senador também, destacando. Não é só Ministro. É Senador licenciado.

Para contraditar, o orador poderá usar da palavra novamente pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo prazo para tréplica, se for o caso.

Destaco algumas coisas, antes de passar a palavra ao Sr. Ministro.

Registro a presença da Sra. Fernanda Pacobahyba, Presidente do FNDE.

Seja muito bem-vinda.

Manuel Palacios, Presidente do Inep, está lá também. No outro dia, inclusive, esteve aqui numa audiência pública. A gente agradece de novo a presença, assim como a de toda a equipe do Inep, na discussão dos dados desagregados.

Denise Pires, Presidente da Capes, está aqui também.

É até bom levantar a mão para a televisão poder mostrar ao Brasil todo, para saber que todos vocês estão presentes, acompanhando a audiência.

Adilson Santana de Carvalho, Coordenador-Geral de Educação Superior, está lá no fundo. Seja bem-vindo também.

Zara Figueiredo, Secretária da Secadi, está aqui presente também. Seja muito bem-vinda.

De Arthur Chioro, ex-Ministro, inclusive, Presidente da Ebserh, que é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Muito bem-vindo.

Há muito debate a ser feito também com esse setor.

Está a Kátia Helena, Secretária de Educação Básica, do MEC.

Destaco que já vieram algumas perguntas pelo e-Cidadania.

Paulo, de São Paulo: "Como o governo planeja [...] [recuperar] a confiança no SISU [...]?".

Guilherme, do Rio Grande do Sul: "O Brasil conta com mais de 50 milhões de jovens e adultos com a escolarização básica incompleta. Onde está a política nacional de EJA?". Educação de Jovens e Adultos?

Ananias, da Bahia: "Como o governo enfrentará os desafios do ensino básico em garantir a alfabetização e a formação de cidadãos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luís, de São Paulo: "Quais são os próximos passos no sentido de garantir não apenas o ingresso, mas também a permanência dos alunos cotistas nas universidades?", o que vem sendo tema de debate na Comissão também.

Fran, de Roraima: Qual a sua expectativa sobre o impacto da greve nas instituições de ensino federais média do Rio Grande do Norte?

Nedja, do Rio Grande do Norte: "Parabéns pelo ENEM/SISU. É preciso apenas avaliar os erros ocorridos, como o caso da divulgação do resultado em 2024 e corrigi-los".

Roberta, do Rio Grande do Sul: "É de extrema importância valorizar o ensino técnico. [...] [Os institutos federais] são primordiais [...] [e é preciso diversificar suas áreas de abrangência]".

Também destaco a presença do Alexandre Brasil, que está aqui presente, Secretário de Educação Superior.

Então, Sr. Ministro, mais uma vez, quero dar as boas-vindas a V. Exa.

Esta Comissão de Educação tem-se debruçado, no decorrer de mais de uma centena de reuniões realizadas no ano passado. Nesta semana, serão sete audiências públicas da Comissão de Educação, uma, inclusive, no Município de Joinville, Santa Catarina, sobre também assuntos do interesse do estado e do Brasil.

Todos os temas que são objeto de discussão e de diálogo pelo país estão sendo abordados na Comissão.

Eu cito, por exemplo, o Plano Nacional de Educação. Foram realizadas dez audiências públicas no ano passado. Sobre o novo ensino médio, dez audiências públicas no ano passado.

Agora, vamos nos debruçar, estamos nos debruçando, temos até uma audiência pública, hoje à tarde, sobre o novo ensino médio.

O Sistema Nacional de Educação já foi aprovado no Senado e está para eventuais mudanças na Câmara dos Deputados, para melhorar, aprimorar. É o objetivo do trabalho da Câmara e do Senado termos uma lei adequada.

Sobre segurança escolar, episódios de Blumenau e outros, aprovamos a lei, depois de audiências públicas realizadas nesta Comissão, no ano passado.

Valorização dos professores e profissionais da carreira também é objeto de debate.

A mesma coisa em relação à infraestrutura das escolas, o que é necessário para garantirmos um padrão de qualidade para escolas de educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, reitores estiveram presentes, no outro dia, para discutirmos os desafios do ensino superior.

Tudo isso, sendo transformado em projetos de lei, em apresentações, em contatos com o Ministério.

Então, é extremamente importante essa sintonia com o Ministério, o que está acontecendo.

Eu sempre digo que o Ministro é uma pessoa do diálogo, do entendimento. É educado, atencioso, Governador, Senador.

E com toda a sociedade também, todos nós temos que trabalhar – não é, Sr. Ministro, Profa. Izolda e todos que estão aqui? –, em conjunto, para que objetivos possam, depois de convergirem para uma mesma finalidade, atender as necessidades da população.

Por isso todas as secretarias sejam muito bem-vindas também.

Estamos permanentemente à disposição.

Então, é um momento importante para dizer: olhem, no ano passado, avançamos; precisamos avançar mais; aqui existe alguma dificuldade ou não; como é que vai ser o ano de 2024; e como é o panorama geral.

Por isso, com muita alegria, temos a presença de V. Exa.

Então, passo-lhe a palavra para a sua exposição.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, Senador Flávio Arns, a quem agradeço o trabalho e a parceria. Parabenizo toda a Comissão pelo debate importante que esta Casa tem feito.

O Senador, que é um grande entusiasta e conhecedor da área, já teve atuação em várias esferas e, portanto, tem *know-how* e conhecimento da causa. Portanto, Senador, obrigado pela recepção aqui hoje. É um prazer voltar a esta Casa, mais uma vez.

Cumprimento o Senador Wellington Fagundes, aqui presente, e o Senador Nelson Trad Filho.

Cumprimento e registro a presença da equipe do Ministério da Educação: a Secretária Executiva Izolda Cela, presente, aqui ao meu lado; a Secretária de Educação Básica, Kátia Schweickardt; o Secretário de Educação Superior, Alexandre Brasil; a Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marta Abramo; a Secretária de Educação Continuada, Zara Figueiredo; o Presidente da Ebserh, Artur Chioro; a Presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba; o Presidente do Inep, Manuel Palacios; a Presidente da Capes, Denise de Carvalho; o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Getúlio, ou seja, estamos com um time praticamente completo, em reconhecimento aqui ao papel desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria cumprimentar todos os assessores, todos os servidores da Casa, do Senado Federal; cumprimentar a imprensa aqui presente e cumprimentar todos os telespectadores que estão acompanhando esta audiência, este encontro aqui pelas redes sociais, pela internet, pela TV Senado.

Essa audiência deve estar sendo transmitida. Não sei se está.

Pela TV Senado está sendo transmitida? (*Pausa.*)

Bom, eu vou procurar ser bem objetivo, tentando cumprir aqui o tempo que foi estabelecido. Mas trouxe aqui, Presidente, uma apresentação um pouco de uma espécie de balanço e prestação de contas do ano de 2023, os desafios, e o que está previsto para o ano de 2024, também os nossos desafios que nós temos aí pela frente e a importância também do debate de alguns temas aqui nesta Casa que teremos que ter neste ano de 2024.

Então eu fiz questão de colocar essa lâmina, Presidente, para dizer que um dos pontos que eu acredito muito que foi talvez o primeiro passo da grande mudança quando nós assumimos o ministério é a construção do diálogo e o fortalecimento do pacto federativo neste país. Eu sou daqueles que acredita, e o Presidente Lula também, na importância de ouvir e de dialogar com as entidades todas que representam a educação brasileira e de construir os caminhos da educação com os nossos entes federados. Eu sempre digo que, quando a gente trata da questão da educação básica, o ministério não executa a política na ponta; quem executa são os estados e são os municípios. Os estados e municípios constitucionalmente têm autonomia. Portanto, é necessário um grande regime de colaboração entre os entes federados, para que a gente possa avançar nas políticas de qualidade da educação neste país.

Eu sempre digo que o papel do MEC é o papel de coordenador, de maestro, de indutor. Portanto, esse tem sido o perfil que nós adotamos, desde quando assumimos o ministério, de abrir as portas do ministério para Parlamentares, Prefeitos, Governadores, entidades representativas da sociedade, estudantes e professores, para ouvir e discutir as políticas públicas, os desafios deste país. Também foram vários os momentos em que nós estivemos com reitores, com professores, com estudantes, com entidades, com a Undime, que representa os municípios, com o Consed, que representa os estados, enfim.

Bom, aperta aqui, não é? (*Pausa.*)

É isso.

Para você ter uma ideia, Presidente, nós reativamos...

Aliás, mais de 200 entidades hoje participam das comissões que nós recriamos no ministério: Comissões de Educação Especial, de Educação Bilíngue, de Educação Escolar Indígena, de Direitos Humanos, de Educação de Jovens e Adultos... Todas as comissões foram reconstituídas e mais de 200 entidades participam hoje dessa discussão dentro do ministério. E houve a retomada do Fórum Nacional de Educação, em março, por portaria do ministério, e também a construção da Conferência Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação (Conae), que aconteceu, mostrando os caminhos do diálogo, da construção em que nós acreditamos.

Um dos pontos também, que faz parte do processo de diálogo e construção – inclusive está nesta Casa e vai ter uma audiência pública hoje –, é sobre o novo ensino médio. Houve uma decisão do ministério de abrir uma ampla consulta pública. Foram mais de cinco meses ouvindo estudantes, professores, especialistas, com a participação das entidades e dos conselhos estaduais de educação; do Conselho Nacional de Educação; do Fórum Nacional de Educação, representando os professores; da Ubes, representando os alunos; do Consed, representando os secretários e secretárias estaduais de educação.

Então, a consulta extrapolou a questão simplesmente da discussão curricular, ela tratou da questão da infraestrutura escolar, da formação de professores; 80%, dos 130 mil alunos consultados, têm o desejo de ter uma educação de ensino médio técnico e profissionalizante – 80% dos alunos que foram consultados. Então, essa consulta também serviu como um subsídio enorme para que a gente pudesse construir e avaliar várias políticas públicas em andamento no Ministério da Educação e foi fruto de um projeto de lei, que foi encaminhado ao Congresso Nacional – encaminhado à Câmara e, agora, está no Senado –, e fruto, repito, dessa discussão de uma construção de consenso pelas entidades representativas. Grande parte do projeto foi aprovado pela Câmara Federal e, agora, está no Senado Federal para avaliação das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores em relação às mudanças. O projeto tem a Senadora Dorinha como Relatora. Já estive, inclusive, numa reunião com ela, e a gente espera que esse projeto possa ser apreciado e aprovado o mais breve possível.

Bom, meu caro Presidente Arns, a gente tem um grande objetivo, talvez um dos maiores desafios da educação pública brasileira, que é, primeiro, não deixar ninguém para trás e garantir uma educação que seja inclusiva, com equidade, reduzindo as desigualdades educacionais existentes hoje neste país. Então, nós temos aqui um tripé importante: equidade, diversidade e inclusão na educação pública deste país, garantir acesso a todos, permanência, que eu vi que foi uma das perguntas que foram feitas via...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Via e-Cidadania.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – ... e-Cidadania, e qualidade na aprendizagem e na educação. Portanto, para nós, superar as desigualdades é fundamental nesse processo.

Há um dado importante, Srs. Senadores, do último Censo Escolar: a defasagem de aprendizagem – bom dia, Senador – entre negros, pretos e brancos no Brasil. Só para dar um dado importante aqui para vocês para os senhores, enquanto 70% das crianças brancas do 2º ano do ensino fundamental, Senadora Dorinha, são alfabetizadas no Brasil, apenas 52% das pretas são alfabetizadas – veja a distorção. Em relação à diferença de aprendizagem entre um grupo de pretos, negros e brancos no ensino médio, enquanto um aluno branco está no 9º ano, o aluno preto está no 3º ano do ensino fundamental. São seis anos de diferença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aprendizagem, Senadora Teresa, no Brasil, dado do último censo escolar do Inep. Seis anos de diferença de aprendizagem entre alunos negros e brancos no Brasil.

Portanto, é um desafio enorme – talvez um dos maiores desafios, Senador Arns –, para nós, brasileiros, reduzir as desigualdades, superarmos as desigualdades na educação pública deste país; e eu queria destacar isso.

Bom, precisamos ter um olhar sistêmico da educação – vou voltar aqui um pouco, eu estou apertando demais aqui –, que vai da creche até a pós-graduação, olhar em todas as esferas e as áreas escolares, os níveis escolares da educação pública brasileira; esse é um desafio enorme.

Também é importante lembrar – e eu vou procurar ser muito rápido aqui na passagem, Presidente – que o primeiro ano do Governo do terceiro mandato do Presidente Lula, quando nós assumimos o ministério, foi um momento de reconstrução do Ministério da Educação; reconstrução do ponto de vista orçamentário, do ponto de vista de pessoal, do ponto de vista de informações, do ponto de vista de retomar programas, de reestruturar políticas e, claro, de construir novas ações do ministério.

Então – para vocês terem uma ideia rapidamente aqui – foram seis anos sem reajuste na merenda escolar – eu gosto sempre de frisar isso –, e fizemos um reajuste de até 39%. E aqui eu também quero agradecer a esta Casa, porque, se não fosse a PEC da transição, dificilmente o Governo, o Ministério da Educação teria condições de realizar as políticas que foram realizadas no primeiro ano de 2023.

Portanto, retomar o reajuste da alimentação escolar; o reajuste do Programa de Transporte Escolar, em 16%; o reajuste do Programa Nacional do Livro Didático, que chegou a 40%, comparado com 2022, inclusive retomando a compra de livros didáticos para a EJA, que há nove anos não eram comprados, são ações importantes do primeiro ano – tem um *delay* aqui.

A questão... E eu quero também agradecer aqui a retomada das obras inacabadas e paralisadas neste país e reconhecer que houve um atraso, porque nós encaminhamos – o Governo do Presidente Lula encaminhou – a medida provisória para o Congresso Nacional, mas a medida provisória caducou, e foi necessário encaminhar um projeto de lei para o Congresso Nacional, que só foi aprovado em novembro de 2023.

Portanto, nós demos um prazo aos municípios. Isso pode até ser uma das perguntas hoje aqui, Presidente, mas eu já quero deixar isso mais esclarecido: nós tivemos que adiar até dezembro de 2023 os prazos para os municípios e os estados apresentarem as manifestações de interesse para a retomada de obras.

Então foi aberta – se eu não me engano – até o dia 22 de dezembro. E, a partir deste ano – eu fiz questão –, houve 7.783 manifestações de interesse por parte dos municípios e estados brasileiros. A partir daí, nós já estamos com 875 obras em análise e 2.662 obras em diligência, porque em muitas obras precisaram ser feitos os laudos técnicos para avaliar em que situação a obra está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembramos que a grande novidade dessa lei foi possibilitar a correção dos valores da obra, pelo Índice Nacional da Construção Civil, para valores atuais, para permitir que um Prefeito, uma Prefeita, um Governador, uma Governadora pudesse concluir uma obra que estava há cinco, seis, sete anos paralisada no Brasil. Portanto, essa... Temos já de 46 obras sendo autorizada a retomada já agora, neste mês de abril. Esperamos agora, com essas análises, que a gente possa já deslanchar nessa retomada de obras importantes para essa política. São creches e escolas em tempo integral, importantes em todo o Brasil.

Também houve um esforço enorme, Presidente Arns, no ano passado – além da retomada de obras –, para garantir que não houvesse mais atraso nos pagamentos das obras do FNDE. Então nós, praticamente, investimos o dobro de recursos em obras do PAR, comparado com 2022, e foram entregues 631 obras, no ano passado, nos municípios e estados em todo o Brasil.

Talvez a nossa grande falha foi não ter divulgado mais isso, mas são obras que estão, inclusive, no *site* do MEC. Tem a relação por município, por obra, cada obra entregue no ano de 2023, nesse esforço que foi feito pelo FNDE e pelo Ministério da Educação, juntamente com Prefeitos, Prefeitas, Governadores e Governadoras, para a conclusão dessas obras importantes de infraestrutura da educação básica.

Também no ano passado, nós lançamos no Palácio do Planalto, com a presença do Presidente Lula – o Senador Arns, não sei se estava lá... Mas reforçamos o nosso compromisso com a política nacional da educação especial na perspectiva inclusiva, na perspectiva da inclusão, da educação inclusiva. Então, para vocês terem uma ideia, nós investimos, no ano passado, R$237 milhões em novas salas de recursos multifuncionais para as salas de aula – queremos universalizar até 2026. O planejamento do programa prevê R$3 bilhões de investimento até o final do Governo do Presidente Lula, em formação de professores, em salas de recursos multifuncionais, em avaliações, em infraestrutura.

Enfim, fizemos uma coisa importante, histórica: pela primeira vez na história do Fundeb, nós mudamos os fatores de ponderação, que é aquele valor aluno, de acordo com se é creche, se é escola de tempo integral, se é escola profissionalizante, se é escola indígena, se é EJA. Pela primeira vez, foi mudado com o consenso das entidades, Undime, Consed e Ministério.

Aumentamos o valor mínimo do aluno para a educação especial em 17% do valor. Havia muita reclamação do Prefeito, da Prefeita quanto aos investimentos necessários para o aluno especial em sala de aula, porque a política prevê a inclusão do aluno na sala regular da escola pública do Brasil.

Então, nós aumentamos o fator para apoiar os municípios em mais recursos do Fundeb para educação especial na política inclusiva.

Bom, mais ou menos aí.

Presidente, são os fatores de ponderação que nós mudamos no ano passado. A creche integral teve um aumento de 15%; a pré-escola integral, de 7,7%; em tempo integral, de 7,7% também no fator de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponderação... Quando a gente vê ali 1,5, é 50% a mais do valor – estou dizendo isso por causa dos telespectadores que estão acompanhando. Quando vir ali 1,5, 1,0 é o valor normal do aluno na sala regular, e, se for para creche integral, aumenta 50% do valor, ou seja, 1,5 o Valor Aluno Ano. Então, aumentamos ali a educação especial, que era 1,2, para 1,4, 17% de aumento; a EJA, que era a grande reclamação, porque não chegava nem ao valor normal de um aluno – 100% de um aluno –, era 80% do valor do aluno regular da escola regular. Então, aumentamos 25% para igualar o valor, para estimular as redes, as matrículas da educação de jovens e adultos; e aumentamos em 17% também a educação indígena e quilombola, para estimular também a educação indígena e quilombola.

Lembrando que, pela aprovação do novo Fundeb, o qual esta Casa aprovou, nós tivemos uma complementação que passou de R$38 bilhões para R$46 bilhões, quase R$40 bilhões em 2023 e 2024, que é o aumento do repasse do Governo Federal para os estados e municípios para complementar, para a garantia do valor mínimo do aluno no município e no estado.

Bom, aí são dados gerais, um pouco do Enem... Tivemos uma participação, pela primeira vez ao longo dos últimos anos... Nós tínhamos queda na inscrição do Enem. Começamos a reverter a tendência de queda com um aumento de 13,1% das inscrições em relação a 2022. Tivemos uma participação de 68% dos inscritos; porém, em relação aos concluintes do ensino médio – e esse aqui é um destaque de que eu gosto de fazer sempre –, apenas 50% dos alunos concluintes do ensino médio de 2023 fizeram a prova do Enem. E isso tem uma diferença enorme entre estados. Nós estamos numa política importante de construir com as redes estaduais, para a gente garantir que o aluno se inscreva no Enem, faça a prova do Enem, até porque é lei que 50% das vagas das universidades federais sejam para alunos oriundos de escola pública brasileira, e o Enem é a porta de entrada para a universidade. Portanto, nós estamos fazendo um esforço, inclusive no Pé-de-Meia, que foi aprovado pelas Sras. e Srs. Senadores também, para ter um estímulo para o Enem, para que a gente possa garantir...

Aí são dados gerais do Sisu, do Prouni, do Fies e do Desenrola também, que foi aprovado por esta Casa, o refinanciamento, a renegociação das dívidas, as quais chegam a quase R$56 bilhões – há 1,2 milhões de brasileiros e brasileiras endividados. Esta Casa permitiu, este Congresso permitiu renegociá-las com desconto de até 99%. E é bom lembrar, para quem está nos acompanhando, que o prazo para renegociar é até o fim de maio deste ano. Portanto, a pessoa pode ter um desconto de até 99%, regularizar a sua situação cadastral para sair – como se diz quando a gente está lá junto ao Serasa? – o nome ali sujo no Serasa ou então retomar a faculdade, retomar o curso em relação ao refinanciamento. Também, no ano passado – e agradeço mais uma vez ao Senado e ao Congresso – tivemos a aprovação da nova Lei de Cotas, a Lei 14.723, que incluiu, inclusive, novos beneficiários, como quilombolas, na lei, que reduziu o rendimento familiar mensal mínimo para o salário mínimo. Portanto, deu mais acesso a homens e mulheres a terem as suas cotas, o que mudou a realidade do perfil das universidades públicas brasileiras. A nova Lei de Cotas, que completou dez anos e que agora foi aprovada por esta Casa, foi uma importante ação realizada no ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conta da PEC da Transição, nos permitiram mais recursos para as universidades e institutos federais, todos sabem dos cortes orçamentários que ocorreram nos últimos anos. Houve uma recomposição de quase R$2,5 bilhões para as universidades e institutos federais, o que nos permitiu retomar algumas obras. Foram 198 obras concluídas nas universidades e 223 obras concluídas nos institutos federais. Foram retomadas algumas obras paralisadas, 81 nas universidades e 97 nos institutos federais. Portanto, esses foram recursos que nos permitiram retomar obras e garantir o custeio para as instituições federais de ensino superior e técnico no Brasil.

Também, no ano passado, por conta, repito, da emenda constitucional, da PEC da transição, nós conseguimos dar um reajuste nas bolsas da Capes – e aqui está a Presidente da Capes, a Denise –, bolsas que há 10, 12, 13 anos não eram reajustadas. Portanto, ampliando, inclusive, o número de bolsas para acesso de professores, doutores, mestrandos, alunos, pesquisadores, bolsas de iniciação científica e bolsas de assistência estudantil também. Retomamos o Programa Abdias Nascimento que tinha sido paralisado também na Capes. Nas bolsas de permanência, houve um aumento de 80% do número de bolsas para estudantes, indígenas e quilombolas em 2023 e, este ano, de 2024, Presidente Arns, nós vamos universalizar o acesso a bolsas de assistência estudantil para indígenas e quilombolas nas universidades federais.

Quero também lembrar que, além da ampliação, houve um reajuste também da bolsa de iniciação científica, que saiu, por exemplo, de R$100 para R$300, e da bolsa de indígenas e quilombolas, que saiu de R$900 para R$1,3 mil. Então, houve um reajuste que pôde variar significativamente para a garantia da permanência, já respondendo a uma pergunta de um internauta que a fez pelo sistema.

Quero parabenizar... Aliás, foi aprovado pela Câmara e está no Senado, ou em uma das duas Casas, a Política Nacional de Assistência Estudantil nas universidades brasileiras. É claro que não é só aprovar a política, nós também temos que ter recursos para garantir a ampliação do apoio à permanência desses jovens nas universidades.

Também houve uma iniciativa de descentralizar o ITA, que é uma instituição de nível superior de alto nível no Brasil e no mundo. Inclusive, vai ser anunciado agora já o vestibular e o concurso para professores do ITA do Nordeste brasileiro, que será na Base Aérea de Fortaleza.

E agora, dia 2 de abril, lançamos no ano passado e já inauguramos este ano a primeira faculdade de matemática, o IMPA Tech, lá no Rio de Janeiro, com cem alunos inicialmente, com bolsas integrais, para garantir que todo aluno medalhista de ouro das Olimpíadas de Matemática, os maiores talentos do Brasil possam se dedicar à área de Matemática nessa grande instituição, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro. O Presidente esteve agora lá recentemente, neste mês, inaugurando e dando a aula inaugural, inaugurando o prédio juntamente com a prefeitura, mas já iniciando as aulas do curso de graduação do IMPA Tech do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, além de toda a recomposição dos programas, das políticas, lembramos também que o MEC realizou um concurso público, 260 vagas. Estão sendo chamados agora servidores para o MEC – que há mais de dez anos não tinha concurso –, para o Inep, para a Capes e para o FNDE – a Ebserh também realizando concurso público –, para fortalecer as equipes de servidores das instituições de educação do Governo Federal.

Então, foram ações, repito, importantes para reestruturar o Ministério da Educação e permitir o planejamento para ações dos próximos anos do Governo do Presidente Lula.

E apresentamos compromissos que foram feitos de novos programas, que, inclusive, tiveram projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional.

Primeiro, as escolas conectadas, para garantir que todas as escolas públicas deste país estejam conectadas com fins pedagógicos, com banda larga, com alta definição, com equipamento, para todos os alunos de escola pública até o final de 2026. Esse mapa aí mostra um pouco onde é que estão concentrados os grandes desafios da conectividade. Muitos na Região Norte, muitos no Nordeste brasileiro.

E houve adesão, lembrando que todas as políticas do MEC são apresentadas e precisam ter a adesão dos estados e municípios. E 100% dos estados aderiram a essa política, 92% dos municípios aderiram à política da conectividade. Foi criado um comitê gestor com vários ministérios envolvidos porque boa parte dos recursos é do Ministério das Comunicações, por conta do leilão do 5G.

Portanto, há um comitê que gerencia hoje os recursos para a aplicação dessa política, dessa estratégia de conectividade. Houve investimentos na ordem de R$379 milhões em 2023. Foi o início da política. E a previsão de até R$ 8,8 bilhões, meu caro Presidente Arns, até 2026 e queremos acelerar neste ano de 2024 a implementação.

Hoje nós temos, por exemplo, a desigualdade de conectividade no Brasil. Metade das escolas... Aliás, a Região Norte tem metade da conectividade das escolas da Região Sul do Brasil. A região com o maior desafio de conectividade é a Região Norte do Brasil, é a região do Amazonas.

Bom, também procurando cumprir aqui o tempo, Presidente. Vou até aqui... Só olhar como é que está... esqueci de... tem o tempo ali, não é? Cadê o tempo? Ah, só tem um minuto. Já está em 29 minutos? Rapaz, foi ligeiro, viu, Teresa?

Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Para mim, é uma das políticas mais importantes que o Governo lançou, que é garantir a alfabetização das crianças ao final do segundo ano do ensino fundamental. Nós vamos apresentar, em breve, o resultado do primeiro ano, não só dos avanços que os estados e municípios tiveram nesse ano de 2023; mas nós tivemos 100%, o que mais me animou foram os 100%. Aqui são alguns dados que eu vou passar rapidamente; mas o que mais me animou foram os 100% da adesão dos estados e 99,1%, para ser mais preciso, de adesão dos municípios brasileiros a essa política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos uma pesquisa para identificar qual é o padrão de uma criança alfabetizada ao final do segundo ano do ensino fundamental; definimos metas para cada estado brasileiro pelos próximos oito anos.

Hoje, o papel do MEC tem sido induzir financeiramente com material didático; formação de professores, com o cantinho das leituras em sala de aula, enfim, com avaliações, com as redes. Temos hoje mais de 7 mil alfabetizadores, um por município, dois por cada regional de educação, dois por cada estado. São mais de 7 mil, todos financiados hoje pelo Ministério da Educação, em parceria com os estados e municípios, nessa grande rede de alfabetização do Brasil, para mudar os indicadores de alfabetização na idade certa no nosso país. Para vocês terem uma ideia, estão aí todas as metas – Senador Cid, você foi o Governador que implementou essa política no Ceará à época –, todos os estados pactuaram com as suas metas.

Vocês viram a desigualdade, enquanto eu tenho o Amapá com apenas 25% das crianças alfabetizadas na idade certa; eu não vou falar nem do Ceará, vou falar agora de Santa Catarina, 68% de Santa Catarina é que tem o segundo maior número de crianças alfabetizadas na idade certa e os indicadores se agravaram muito por conta da pandemia. Então, está definindo as metas para a gente chegar até 2030 e ter, no mínimo, todos os estados com 80% das crianças alfabetizadas – acima de 80% das crianças alfabetizadas na idade certa. Portanto, para mim, esse é um dos grandes programas que a gente tem construído com as redes, com os estados e com os municípios.

Depois, a Escola em Tempo Integral, que foi aprovada por lei, por esta Casa, pelo Senado, ao qual eu quero agradecer mais uma vez. A nossa meta é chegar a cumprir a Meta 6 do PNE, chegar a 25% das matrículas na educação básica em tempo integral, nas escolas em tempo integral. Esse foi um processo que foi construído com as redes. Quem definiu? Primeiro, as redes aderiram ao programa, a partir da lei, e definiram, pactuaram quais são as suas metas para o ano de 2024. Nós tínhamos uma meta para esse ano de ampliar 1 milhão de novas matrículas, alcançamos a meta. Este ano de 2024, Senador Arns, nós temos mais de 1 milhão de novos alunos em escola em tempo integral, em sala de aula no Brasil, em todas as séries da educação básica. Já estamos trabalhando para a meta do ano que vem de mais 1 milhão de novas matrículas. Portanto, a nossa meta é chegar a 3,2 milhões de novas matrículas até 2026.

No investimento. Foi investido 1,7 bilhão de reais no ano passado, porque a gente induz a metade dos recursos para as redes, de acordo com o número de matrículas a partir do qual eles fazem o planejamento; e os outros 50% dos recursos nós repassamos a partir da comprovação da matrícula executada no ano de 2024.

Então, além do apoio técnico que o ministério tem dado, tem dado um apoio robusto, do ponto de vista financeiro, para garantir a aplicação e a ampliação desse importante programa que é a Escola em Tempo Integral, que olha o projeto de vida, que extrapola, que vai além das questões curriculares dos alunos para as escolas, e conectado na mesma política, na mesma estratégia, entra a educação no Novo PAC. O Novo PAC traz 2,5 mil novas creches para serem selecionadas pelos municípios, 1.250 escolas em tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integral, novas escolas em tempo integral para serem selecionadas e retomamos também o financiamento de transporte escolar.

Já saiu a primeira seleção do primeiro edital, que foram 2.678 obras, estão ali definidos quantas escolas, quantas creches, quantos ônibus, e que já foram selecionados os municípios, todos os estados da Federação foram contemplados. E até o dia 28 de junho, Presidente, nós queremos estar com todos os termos de compromisso assinados com os municípios dessas novas obras de Escola em Tempo Integral, que pode financiar a escola até R$13 milhões, de acordo com a escola selecionada, creches e transporte escolar, e também fizemos a ata de registro de preço. Até sem ata de registro de preço o FNDE estava. Fizemos a maior ata de registro de preço: 16 mil ônibus escolares para atender municípios e estados, e essa ata é que vai garantir agora a compra desses 1,5 ônibus, compra direta, por parte do Ministério da Educação.

Também no Novo PAC foi anunciado pelo Presidente cem novos institutos federais no Brasil, a relação está divulgada. Todos os estados foram contemplados de acordo com os vazios demográficos e a necessidade de demanda de matrícula na rede de tempo integral.

O Presidente Lula tem dito que quer ampliar, chegar até mil unidades de institutos federais até o final do seu Governo em 2026. E, da mesma forma, nós colocamos 2,5 bilhões para investimento nos novos institutos federais, fora todo o custeio e concurso de professores, que deverá estar agora sendo lançado para os institutos federais, nós colocamos 1,4 bilhão para consolidação dos institutos federais já existentes: é o instituto federal que falta o restaurante – o bandejão, como os alunos chamam –, é o que falta a quadra poliesportiva, é o que falta o laboratório, é o que falta o *campus* ainda, a sede própria. Então, tudo foi definido no lançamento do PAC dos institutos federais.

Em breve, o Presidente vai lançar o PAC das universidades, que são novos investimentos para consolidação de várias universidades que foram criadas, mas que não têm *campus* ainda, que não têm ainda laboratório, que não têm ainda restaurante universitário.

Portanto, a maior parte desses recursos do PAC das universidades será para consolidação de universidades já existentes, de *campi* já existentes, e também para o anúncio de novas unidades, novos *campi* também de universidades federais do Brasil.

Além disso, nós vamos ter mais de 1 bilhão, aliás, era 1,5 bilhão e já vai estar aí quase R$1,8 bilhão, que são investimentos da Ebserh para os hospitais universitários no PAC. Então, são recursos, são novos hospitais, consolidação de hospitais, ampliação de hospitais, são hospitais que estavam paralisados, obras inacabadas, que também estão incluídas. Aliás, essa parte da Ebserh já foi, inclusive, anunciada pelo Presidente Lula, meu caro Presidente Arns.

Bom, nós resolvemos construir um pacto nacional... Além das mudanças do fator de ponderação da EJA, que a gente pudesse lançar um pacto nacional da educação de jovens e adultos que extrapolasse simplesmente só o Ministério da Educação e envolvesse outros ministérios – isso está sendo coordenado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Casa Civil – e também envolvesse o setor produtivo brasileiro para ajudar nesse processo, para que a gente possa garantir... Aproximadamente, nós ainda temos 9,5 milhões de brasileiros analfabetos do Brasil. Esse é um desafio enorme, em que, nos últimos anos, nós não estamos conseguindo avançar. Então, nós estamos hoje com uma proposta robusta em relação à EJA, que vai ser coordenada pela Casa Civil, para, em breve, a gente poder apresentar e lançar. Já foi discutida com as entidades, com os municípios e com os estados. E também vamos lançar, em breve, uma política nacional da equidade. Como eu falei inicialmente, a desigualdade de raça e de gênero aqui no Brasil, entre pretos e brancos, é enorme, portanto nós vamos lançar, em breve, uma política nacional de equidade, educação para as relações étnico-raciais e educação escolar quilombola.

Bom, educação técnica e profissionalizante. Primeiro, para nós... O nosso radar está muito antenado para isso. O Ministro Haddad anunciou recentemente uma política – que a gente vem construindo conjuntamente –, usando um pouco da criatividade para buscar recursos, pelas limitações orçamentárias, de trocar juros por educação: a redução dos juros de estados endividados no Brasil, porque esses estados representam mais da metade das matrículas de ensino médio brasileiro, para que a gente possa ampliar, com o compromisso do recurso da redução dos juros, a oferta de matrículas de ensino técnico no Brasil. Nós temos hoje apenas 11% das matrículas de ensino médio concomitantes ou integradas ao ensino técnico no ensino médio no Brasil. A média dos países da OCDE é 42%. E queremos ser ousados. Inclusive, estamos discutindo, Senador e Senadora, quanto àqueles estados que não têm endividamento com a União, de que forma a União pode também garantir a esses estados essa ampliação também, porque não é justo você apenas atender aos estados que estão endividados, e os estados que não têm dívidas também ficarem fora do programa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Então, nós estamos discutindo, mas queremos aí a ideia, até porque a nossa meta do PNE era triplicar as matrículas, e estamos longe de alcançar essa meta. A nova reforma do ensino médio estimula também a indução de a escola de ensino médio ofertar matrícula técnica. E queremos também, Presidente Senador Arns, através da política de escola em tempo integral, estimular a matrícula no ensino médio que também seja ensino técnico e profissionalizante.

Bom, para fechar aqui, quero agradecer a política do programa da poupança estudantil. Acho que essa foi uma das grandes políticas que nós conseguimos aprovar – que esse Congresso aprovou no final do ano passado – e que rapidamente nós conseguimos implementar, já no início do ano letivo desse ano. A lei foi sancionada nesse ano e já iniciamos o pagamento agora em março. Algo que nos choca, que choca a todos os brasileiros é imaginar que, no último censo oficial do Inep, quase 480 mil jovens do ensino médio público brasileiro deixaram a escola em um ano – isso significa quase 0,5 milhão de jovens que deixaram o ensino médio público no Brasil em um ano. Se a gente for comparar... Nós temos 6,6 milhões, aproximadamente, de alunos em escola pública de ensino médio, e perdemos quase 0,5 milhão por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o IBGE divulgou agora o censo mostrando que o grande motivo do abandono escolar é a questão financeira. Tem outros elementos, como a gravidez precoce das meninas e, às vezes, desinteresse pela escola, por isso, as mudanças importantes de ter uma escola com uma boa infraestrutura, para que o jovem tenha vontade de ir para a escola, que olhe e tenha a perspectiva de um futuro para aquele jovem, que a escola seja técnica, para que ele possa sair com um diploma na mão, já do ensino médio. Para mim, esse é o grande caminho do ensino médio brasileiro, mas a grande maioria ainda deixa a escola não por opção, mas por necessidade.

Eu percorri, agora, 17 estados, lançando o programa. Às vezes, eu pergunto ao jovem o que é que ele vai fazer com aquele dinheiro. Uns dizem: "Com R$100, eu vou ajudar a minha família, para garantir lá a feira da semana, a feira do mês, e os outros R$100 eu vou deixar investidos, lá na minha conta, para o meu futuro". Então, é uma política educacional que tem um aspecto da educação financeira, mas para apoiar, para dizer que nós queremos que todos esses alunos permaneçam na escola. São R$200, durante 10 meses, em que a contrapartida é a frequência do aluno, em sala de aula, de no mínimo 80%, e os R$1 mil, no final do ano, com a aprovação do aluno. Esse recurso ele só vai poder usar ao final do ensino médio. É o que nós chamamos de Pé-de-Meia, para o seu futuro, seja para ele concluir o ensino técnico, poder montar um negócio, seja para ele ir para a universidade. Além disso, tem os R$200 como estímulo para fazer a prova do Enem, para os alunos do ensino médio concluintes daquele ano.

Coloquei, mais ou menos, que, hoje, nós temos quase 2,5 milhões de alunos sendo beneficiados. Eu botei um pouco por estado. Esses são os alunos que já estão recebendo. A primeira parcela foi iniciada no dia 26 de março e aí já está o calendário para a segunda parcela, agora, no mês de abril. As redes já estão integradas, informando também os prazos de frequência dos alunos.

Portanto, é uma política que vem se somar a outras políticas: do tempo integral, da alfabetização, da conectividade, da infraestrutura, da formação de professores. Em breve, nos próximos dias, a Capes e o Presidente vão lançar uma grande política do Pibid, que são bolsas de iniciação à docência para a formação de professores, no Brasil, da educação básica. Portanto, é a ideia do Pé-de-Meia.

Gostaria de lembrar o esforço que o Governo do Presidente Lula tem feito para o aumento do orçamento do Ministério da Educação. É importante a gente ver esse número. Nós tínhamos um orçamento que foi aprovado, em 2022, de R$159 bilhões. É claro que nisso aí ainda tem a contrapartida do Fundeb, que está incluída dentro do orçamento, mas nós chegamos a ter um orçamento de R$208 bilhões aprovados, para o ano de 2024, para o Ministério da Educação, o que tem nos permitido fazer a recomposição orçamentária e melhorar os recursos para programas importantes do ministério. É claro, repito, que ainda estamos longe de ter os recursos necessários para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – ... os programas e as políticas importantes, porque, se nós formos comparar esses números com os números de 10 ou 20 anos atrás, nós temos, hoje, talvez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metade do orçamento discricionário que tínhamos, em 2014 ou em 2010, no Ministério da Educação, mas esse é o esforço que o Presidente tem feito, demonstrando o seu compromisso com a educação pública e o nosso compromisso do diálogo, da transparência e da busca da equidade e da qualidade da aprendizagem da educação pública deste país.

Quero aqui agradecer a esta Casa e a esta Comissão o papel e o desafio que nós temos, Presidente. Gostaria de agradecer todos os projetos legislativos que foram aprovados esse ano: da Escola em Tempo Integral, do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, do Desenrola Fies, do projeto de cotas das universidades, do Pé-de-Meia. E o desafio que nós temos este ano é o Sistema Nacional de Educação, que já foi aprovado pelo Senado e, agora, falta ser aprovado pela Câmara Federal. Nós temos dialogado lá com o Presidente Lira sobre a importância, porque a gente já está atrasado na aprovação desse sistema, que vai definir o papel de cada ente federado.

Portanto, o desafio do Legislativo hoje é a aprovação do Sistema Nacional na Câmara e do Plano Nacional de Educação. Nós fizemos um esforço para cumprir todas as metas das conferências municipais, das conferências estaduais, da conferência nacional. O MEC tem se debruçado nisso para apresentar ao Presidente, para que ele possa encaminhar, se não até o final desse mês, mas até o início do mês do março, o projeto de lei para o novo Plano Nacional de Educação para o Congresso Nacional, para que assim esta Casa, de forma democrática, possa se debruçar e tomar decisões que vão definir as nossas metas para os próximos dez anos na educação deste país.

Também cito a nova Política Nacional do Ensino Médio. Está aqui a Senadora Dorinha, que é a Relatora, que inclusive vai fazer uma audiência pública hoje à tarde sobre o assunto, para que a gente possa definir, porque há uma insegurança em relação aos jovens do ensino médio, em relação aos rumos da educação do ensino médio.

E também, Senador Arns, nós estamos querendo trazer de volta a discussão do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior, um projeto de lei que está aqui desde 2012, por considerar e reconhecer a importância de termos hoje uma instituição que possa acompanhar, avaliar, monitorar o ensino superior privado hoje no Brasil; que seja um instituto robusto, com estrutura, porque hoje o MEC tem limitações na sua estrutura para cumprir essa missão tão importante, visto que quase 85% das matriculas do ensino superior no Brasil hoje são privadas. Portanto, é fundamental esse instituto. E esse debate nós queremos trazer este ano para as duas Casas Legislativas, para que a gente possa melhorar esse debate.

Bom, ao final, eu quero só agradecer e me colocar à disposição. Peço desculpas ao Senador por ter ultrapassado os 30 minutos, mas esta é uma oportunidade para que a gente possa prestar contas, apresentá-las aos Srs. e às Sras. Senadoras – e aqui eu quero cumprimentar a todos e todas –, a esta Casa e a todos os brasileiros e brasileiros que nos acompanham nesta audiência, pelas redes sociais, pela TV Senado e pela internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Agradeço a exposição do Ministro da Educação, S. Exa. Camilo Santana.

Quero destacar, como ele já fez e eu não havia feito antes, a presença da Marta Abramo, Secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior – a Marta está aqui presente –; e destacar a presença, aqui ao meu lado, sempre presente na Comissão, da Vice-Presidente desta Comissão de Educação e Cultura, a Senadora Professora Dorinha Seabra, já mencionada inúmeras vezes na apresentação.

Quero dizer a todos e todas que nos acompanham pelo Brasil que a ideia do sistema é justamente trabalharmos, conforme a Constituição prevê, em regime de colaboração, de sintonia, de articulação, de soma da União, dos estados e dos municípios. A própria LDB prevê esse sistema para ver como é que tudo isso acontece lá na ponta, conforme o Sr. Ministro já colocou. Tudo isso é executado no município e no estado.

Então, quero saudar aqui também sempre os Prefeitos, secretários de educação, Undime, Consed, conselhos estaduais de educação, que nos acompanham, Foncede, Conselho Nacional de Educação, movimentos sociais, UNE e Ubes também, movimentos estudantis. E dou até um exemplo: quando nós falamos do Fundeb, que é uma política das mais importantes no Brasil, que é esse financiamento a que o Ministro já se referiu, estados e municípios aportam 20% dos 25% obrigatórios da educação para o Fundeb, um fundo contábil. Isso significa, da parte dos municípios e dos estados, mais de R$200 bilhões por ano, em números redondos.

E no Fundeb houve uma alteração muito importante, de que o aporte da União, que era de 10% do total que estados e municípios colocavam no fundo contábil, vai aumentar para 23% até o ano de 2026, e com novos critérios também para prestigiar a necessidade específica dos municípios. Por isso, o Sistema Nacional de Educação, com a participação da União, dos estados, um por região – pelo menos é o que o projeto prevê, se não houver mudanças –, e dos municípios, com uma pessoa indicada pelos municípios, para que nesta articulação a educação aconteça com qualidade.

Muito bem, passamos agora para as perguntas, colocações e ponderações dos Srs. Senadores e Senadoras.

Em primeiro lugar, o autor do requerimento para esta audiência pública, Senador Alessandro Vieira; na sequência, o Senador Wellington Fagundes; e, depois, a Senadora Teresa Leitão.

Eu só quero saudar também o Senador Wellington Fagundes, a Senadora Jussara Lima e também a Senadora do Ceará, colega de estado, Janaína Farias, que faz parte desta Comissão; e os Senadores Confúcio Moura, Teresa Leitão, Alessandro Vieira e Cid Gomes, já mencionado também na Alfabetização na Idade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certa. Inclusive, existe um requerimento para a criação dessa Subcomissão, na Comissão de Educação, sobre alfabetização na idade certa.

Estou vendo aqui a Flávia Marçal também – seja muito bem-vinda –, uma das coordenadoras do movimento a favor da pessoa com autismo no Brasil, acompanhada de outras pessoas que estão aqui também, certamente solicitando ao Ministro o estudo e a homologação do Parecer 50 do Conselho Nacional de Educação. Aliás, este é o mês nacional e mundial de conscientização sobre as necessidades e os direitos da pessoa com autismo.

Desculpe ter-me prolongado.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Faço a saudação ao Ministro Camilo, colega Senador; à Profa. Izolda, Secretária Executiva, e a toda a sua equipe.

Quero repetir aqui o que já tive a oportunidade de fazer pessoalmente em um evento de homologação de legislação: elogio a escolha do Presidente da República pela equipe do Ceará. Era uma escolha óbvia, mas demoramos muito a fazer essa escolha, de dar esse espaço para quem conseguiu fazer bem-feito, e todos os dados mostram isso.

O requerimento se deu inicialmente por razão dos problemas na divulgação dos resultados do Sisu. Nós tivemos um resultado provisório equivocado, retirada de dados, demora no esclarecimento. E aí se pergunta: por que aconteceram esses erros? Quais foram as mudanças realizadas para evitar novos erros? E quais são os protocolos de segurança e análise desses dados?

Questiono também o Sr. Ministro com relação à questão do bônus regional utilizado em universidades federais – tratamos disso também pessoalmente. Contextualizo: recentemente, a Universidade Federal de Sergipe foi proibida efetivamente pelo Supremo Tribunal Federal de instituir bônus regional sobre a nota do Enem para alunos sergipanos no processo seletivo, mas outras 20 ou 22 universidades seguem aplicando bônus regional, o que gera uma situação de desigualdade e, mais uma vez, é um fator que segue naquela mesma toada, de depois se reclamar do ativismo do Supremo. Nós não legislamos, o ministério não define uma diretriz, e o Supremo vai decidindo pontualmente questões de estados – Alagoas, Amazonas, Sergipe. Eu tenho um projeto protocolado nesta Casa encerrando a possibilidade de bônus para todos e igualando a realidade, e existem projetos na Câmara dos Deputados que vão no viés contrário, permitindo a criação de bônus. Então, é importante colher a opinião do Ministério da Educação sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falamos de legislações sancionadas, mas eu não vi menção à Política Nacional de Atenção Psicossocial, que também foi sancionada pelo Presidente da República, inclusive no mesmo evento em que se sancionou a Poupança do Ensino Médio. E nós estamos falando de saúde mental de jovens e do corpo técnico que trabalha nas escolas, um problema latente e que ainda não tem uma atenção. Eu gostaria de colher do ministério qual é o atual momento, o atual *status* de implantação.

E, por fim, quero reiterar aqui a demanda já múltiplas vezes apresentada, não só por mim, mas eu sei que pelo Ministro Márcio Macedo, no sentido da consolidação e expansão da Universidade Federal de Sergipe. O Estado de Sergipe não tem universidade estadual. Até pela sua dimensão, acredito que não seria recomendável ter mais uma universidade, mas a nossa universidade federal, que melhorou sua classificação neste ano – foi reconhecida como nível 5, está na nota máxima disponível –, exige investimentos para a consolidação de *campus* no Sertão e a expansão de duas unidades já devidamente solicitadas. Também neste ponto, quero colher a posição do Ministério da Educação.

É só isso, Presidente, por ora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Alessandro Vieira.

A relatoria do projeto a que o V. Exa. se referiu, do bônus, está com o Senador Esperidião Amin. Apreciaremos em breve.

Senador Wellington Fagundes, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom dia, meu Senador, Presidente Flávio Arns.

Que bom o senhor convidar aqui a nossa Senadora Dorinha, que é uma das nossas referências aqui! Eu acho que é um reconhecimento pelo grande trabalho, em que ela sempre tem lutado pela educação.

Cumprimento o nosso Ministro Camilo Santana, que foi o Senador mais votado proporcionalmente no Brasil. Portanto, eu não só registro como também fico com inveja dele, já que eu fui o segundo mais votado, então ele me passou. Mas, de qualquer forma, eu o parabenizo aqui pelo papel importante de estar aqui como Ministro da Educação e pela referência, também, do seu estado, quando lá desenvolveu um grande trabalho, que é uma referência para todos nós do Brasil. Cumprimento também a Secretária Izolda.

Falar da educação sempre é extremamente complexo, porque o mundo cada dia mais exige uma evolução muito grande para que a gente possa acompanhar principalmente as oportunidades que hoje as crianças estão tendo, e às vezes a gente não chegou nem na condição mínima para que as nossas crianças possam ter... Por exemplo, eu tenho aqui um projeto, que já aprovamos na Comissão de Educação, exigindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a prioridade da implantação do saneamento básico nas nossas escolas e hospitais. Infelizmente, é uma herança maldita que a gente ainda tem ao longo da nossa vida no Brasil, temos ainda muitas escolas nessas condições, em que falta, às vezes, o mínimo necessário do saneamento básico.

Eu gostaria, Ministro, que V. Exa. pudesse fazer um comentário exatamente nessa questão da infraestrutura das nossas escolas, nesse desafio que estamos hoje... Como o Japão, por exemplo: hoje a grande revolução que o Japão está fazendo é exatamente na educação, em que as crianças não estão tendo mais esse modelo que nós aplicamos aqui – no mundo, de modo geral, mas também no Brasil. Hoje, lá eles estão preocupados com que as crianças aprendam línguas, que as crianças não tenham essa metodologia de prova no dia a dia ou no final do mês, que as crianças tenham acesso principalmente a uma educação de desenvolvimento econômico e social daquelas crianças. Eu gostaria que V. Exa. fizesse esse comentário: como o Brasil pode se preparar para esse desafio?

Inclusive, nós tivemos uma audiência também aqui, na Comissão de Educação, sobre a questão tecnológica. Alguns dizem que nós temos que colocar computador à disposição de todas as crianças, outros dizem: "Olha, cuidado com isso porque isso pode ser também uma distorção do processo educacional da criança". Eu gostaria que V. Exa. fizesse também essa análise: até que ponto nós temos que fazer esses investimentos em tecnologia se nós não temos ainda, às vezes, o saneamento básico dentro de uma escola?

E, claro, Ministro, nós estamos aqui, todos que estão aqui, na Comissão, é para defender a melhoria da educação. Eu acho que não dá para falar aqui só em comparações do que foi o passado, nós temos que falar do desafio para o futuro, nem na questão ideológica. Acho que todos nós aqui queremos é ver de que forma podemos ajudar para que a gente possa propiciar para essas futuras gerações um ensino realmente de melhor qualidade. Eu não vou falar nem de qualidade, dado que nós somos um país ainda em desenvolvimento, mas eu acho que o desafio, e principalmente aquilo que aconteceu no seu Estado no Ceará, que todos nós do Brasil às vezes até queremos copiar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já estivemos com o Governador de Mato Grosso, falando, inclusive, desse desafio. O meu estado, que é um estado ainda em desenvolvimento também no contexto brasileiro, é um estado que todos falamos que é muito rico na produção agropecuária, mas ainda temos diferenças sociais muito grandes.

Então, eu gostaria também que V. Exa. colocasse o norte principal que nós temos para esses próximos anos, não só três anos, mas para esses próximos anos, talvez dez anos, e inclusive de que forma nós... Eu fui Relator do Ministério da Educação há três anos, e a gente às vezes fica: "O que nós temos que priorizar?". E eu estou vendo aqui, dentro daquilo que vocês entregaram, inclusive a possibilidade de todos nós fazermos emenda ao Orçamento, e é tão pulverizado... Qual é o foco principal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero concluir também ainda falando – todo político, quando fala que vai concluir, tem mais dez assuntos para falar, Ministro, mas o tempo é exíguo, e eu quero permitir aqui que todos possam também ter oportunidade de falar – em relação ao ensino profissionalizante. Agora o Governo anunciou a criação de novas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... escolas técnicas profissionais no Brasil – em Mato Grosso são três. Dada a dimensão do nosso estado e o desenvolvimento do estado, ainda com uma população pequena, mas que está crescendo muito, claro que nós achamos isso muito pouco, mas é melhor um pouco do que nada. Porém, qual é a possibilidade dessa definição ainda nessas regiões novas de tanta demanda, como é o caso de Mato Grosso, e onde a escola profissionalizante é fundamental? Nós vivemos no Mato Grosso hoje um apagão de mão de obra qualificada. Então, esse é o nosso grande desafio. Claro que nós queremos nossos alunos nas universidades, mas se não tem um ensino profissionalizante, dificilmente esse aluno poderá ter condições de sustento, até para ajudar a sua família.

Ainda, a conclusão dos cursos de Medicina, a criação dos cursos de Medicina no Brasil: temos aí os cursos criados através das liminares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – No caso do Mato Grosso nós temos um só, que é o curso de Barra do Garças, em que já foi feito investimento do Governo do Estado, investimento da Prefeitura, investimento do Governo Federal, através de emendas que aloquei, o curso foi vistoriado pelo Ministério da Educação, aprovado com nota quase 5, uma das notas máximas. Temos outros exemplos no Brasil. Já está lá todo o investimento feito, e aí não temos autorização para fazer o vestibular. E, Ministro, tem outros casos em que já foi feito o vestibular, os alunos já estão cursando, e também há uma suspensão, por determinação do MEC. Eu gostaria desse comentário, de forma bem objetiva: o que será feito desses cursos que já estão nessa situação bem avançada?

Ainda concluindo... (*Risos.*) Eu sei que concluindo aqui, Ministro... Eu quero dizer o seguinte: quantos cursos de Medicina nós temos no Brasil? São muitos ou são poucos? Agora, com o que nos preocupamos é principalmente com a qualidade. O MEC tem a estrutura suficiente para fiscalizar os cursos existentes? Por que nós temos, então, cursos de má qualidade?

Claro que em regiões como Mato Grosso... Eu estou dizendo de Barra do Garças porque é o Araguaia, é Mato Grosso e Goiás, a nossa Senadora Dorinha conhece bem, é maior do que muitos estados brasileiros, e uma das regiões que mais está se desenvolvendo. Como impedir que uma região como essa tenha um curso de Medicina tão fundamental para cuidar daquela população?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concluo, Presidente, mas eu vou pedir uma audiência específica para que eu possa também aqui atender as nossas supernovas universidades.

Tenho um pedido já de audiência, e, entre vários assuntos, um é a questão da recomposição do orçamento, o cumprimento da lei da criação das supernovas, com a liberação dos códigos de vaga dos servidores, e outros quatro temas que estão aqui.

Então, Ministro, eu gostaria aqui, em nome dos Senadores que fazem parte desses estados das cinco ou seis supernovas universidades, que a gente possa também discutir o tratamento que a gente vai ter para o próximo orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Não sei se o Ministro conseguiu anotar tudo...

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA (*Fora do microfone*.) – Eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tem que ter o curso de taquigrafia – e o duro é depois entender a letra também, não é? (*Risos.*)

Senadora Teresa Leitão, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Quero cumprimentá-lo; cumprimentar também a Senadora Dorinha, Vice-Presidenta da Comissão; e cumprimentar o Ministro Camilo, agradecendo a sua presença. E, na pessoa da Secretária Executiva Izolda Cela, quero cumprimentar toda a equipe do MEC, que acho que está aqui em peso – eu vi vários secretários-executivos, secretárias-executivas. Quero agradecer pelo material que foi disponibilizado.

Quero saudar a CNTE, que está com os seus dirigentes aqui fazendo a natural panfletagem sobre o ensino médio. Quero saudar também os representantes da luta de inserção e de inclusão do autismo nas nossas pautas.

Vou levantar três questõezinhas. A primeira, evidentemente, é sobre o ensino médio. Eu acho que a intenção do Senador Alessandro foi ampliada. Pela exposição do Ministro, muita coisa foi exposta, foi dita.

Destaco, Ministro, que nós aqui nesta Comissão, em maio de 2023, constituímos uma Subcomissão temporária para discutir e encaminhar os desafios atinentes ao ensino médio. Realizamos oito audiências públicas, reuniões, escutas, acessamos muito material, material de conselhos, material de notas públicas, material de pesquisas – foram 35 exposições, Izolda, bastante consistentes. Inclusive o MEC participou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente, vários secretários-executivos e diretores do MEC estiveram aqui nos ajudando, e várias visões entre o mês de maio e de agosto foram expostas aqui. Terminamos nosso trabalho no dia 3 de agosto.

Tem também uma questão que eu acho que há de ser considerada, que é a posição uníssona das 64 entidades que formam o Fórum Nacional de Educação – onde eu tenho a honra de representar o Senado – em um texto chamado "Mensagem do FNE a respeito da votação do PL 5.230/2023" no Senado Federal. Fundamentalmente, Senadora Dorinha, V. Exa. que é a Relatora, o documento defende os avanços produzidos pelo PL, encaminhado pelo MEC à Câmara dos Deputados depois daquele impasse do relatório inicial, superado em um duro, porém exitoso, processo de negociação – modificou-se radicalmente o relatório inicial.

Porém, eu quero levantar alguns ativos que tem nos chegado aqui, para consideração do MEC, sabendo que a gente tem que ter muito cuidado com a votação, tendo em vista que, se for muito alterado o mérito, voltará para a Câmara dos Deputados, o que só pode ser feito com a garantia, eu acho, de um processo de negociação que não diminua o alcance e as possibilidades do projeto enviado pelo MEC. E eu destaco a questão do notório saber; o reconhecimento das atividades extracurriculares – há alguma dúvida de interpretação do que isso possa significar –; e ainda a dualidade entre formação geral básica e formação técnica e profissional, inclusive a definição de uma carga horária progressiva para a formação geral básica.

E uma coisa que foi muito positiva foi a amarração no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o que vai evitar que era parafernália que a gente vivenciou de itinerários formativos que não eram nem disciplinas, nem conteúdos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Como a gente pode avaliar isso?

O segundo ponto é em relação à política de EJA. Eu acho que a exposição do Ministro destacou as distorções que a gente tem na população negra, periférica. E isso acompanha a vida do estudante, o que gera uma necessidade de EJA maior do que a gente poderia imaginar. Enquanto a gente conviver com a necessidade de EJA para a educação básica, isso significa que a gente não está alcançando a universalização da educação básica naquela chamada faixa etária normal ou natural. E nós temos o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos e o PDDE da equidade, ações muito importantes anunciadas pelo MEC, muito relevantes.

Eu pergunto: em que estágio isso está, sobretudo na relação com os trabalhadores e trabalhadoras? Porque houve uma reportagem do Fantástico, há duas ou três semanas, mostrando que uma trabalhadora foi demitida porque não teve tempo de responder a uma pergunta do patrão que requeria um nível de alfabetização, de leitura imediata que ela não pôde ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, o PNE. Eu quero mais uma vez saudar a realização da Conae, Ministro. Eu estive lá. V. Exa. foi à abertura, foi ao encerramento. O compromisso assumido é que o projeto de lei vindouro respeitará as diretrizes e as referências que foram aprovadas na Conae. Foi uma das maiores e mais emblemáticas conferências de educação, porque ela foi extraordinária, ela tratou exclusivamente do PNE, depois de um grande hiato...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... sem realização de conferências.

E aí eu pergunto: nós vamos avançar nesse PNE? Qual é o período que está previsto para ele chegar, para poder a Comissão também ir se posicionando? Qual é o *status*? Qual é a perspectiva com a qual a gente pode contar?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Teresa Leitão.

Como já mencionado, ela presidiu a Subcomissão do Novo Ensino Médio e representa o Senado e esta Comissão no Fórum Nacional de Educação.

Com a palavra, V. Exa., Sr. Ministro.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA (Para expor.) – Primeiro, queria cumprimentar a Senadora Jussara; cumprimentar o Senador Alessandro Vieira, do Sergipe; cumprimentar o Senador Cid, do Ceará; cumprimentar o Senador Confúcio; cumprimentar o Senador Izalci; cumprimentar a Senadora Janaína; o Senador Lucas, que estava aqui; a Senadora Teresa Leitão; o Petecão também, que acho que já saiu; e a Senadora Dorinha, que está aqui presente. Também queria cumprimentar a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), aqui presente; o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro; o Sindicato dos Professores no Distrito Federal, aqui presente nesta audiência.

Bom, também quero dizer às Sras. e aos Srs. Senadores que nós procuramos, eu sempre tenho cobrado lá do MEC, fazer uma coisa mais sintética, viu? Porque, às vezes, a gente recebe tanta... Aí, nós resolvemos fazer esse *two pages* – a gente chama de *two pages: one page,* mas frente e verso –, com algumas informações básicas do Estado, dos institutos, de matrícula de tempo integral, de repetência, de evasão, de distorção em idade e série, e tal. E aqui há todos os programas que a gente tem implementado com alguma... Então, pegamos aqui o Estado do Mato Grosso, do nosso Senador. Tem aqui a adesão dos municípios; quanto foi investido em 2023; em tempo integral, qual foi adesão, para a gente ter uma informação mais ágil, mais rápida. Foi distribuído aí. Fizemos um por estado para facilitar as informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, Senador Alessandro, primeiro, agradeço aqui a sua intervenção, que foi o motivo desse convite. E quero dizer que houve um processo na divulgação do Sisu. Primeiro, nós procuramos acelerar o Sisu deste ano, com a inclusão da nova Lei de Cotas, porque nós deixaríamos fora mais de 20 mil pessoas com a aprovação da lei. A gente acelerou. E este foi um dos questionamentos que eu fiz: se tecnicamente a gente teria possibilidade de atender, com a velocidade que nós gostaríamos, a inclusão da nova Lei de Cotas no novo Sisu. E aqui, o.k.

O problema não foi aí. Nós implementamos a nova Lei de Cotas no sistema, que é complexo, com várias variáveis, e o problema foi um erro na hora do... Estou colocando claro que nós abrimos uma investigação preliminar, estão sendo feitas ainda todas as avaliações. O ruim foi que o sistema divulgou o resultado antes da hora de divulgar. Então, a decisão, como Ministro, foi, primeiro, que nós afastamos algumas pessoas responsáveis por isso, abrimos uma investigação preliminar para identificar o motivo, restabelecemos novos protocolos de maior segurança para evitar que isso acontecesse e estamos verificando quais são os investimentos necessários, que possam ser feitos, em todo o sistema. Então, lamentei o episódio, e procuramos corrigir para também não causar nenhuma injustiça para qualquer aluno que fosse prejudicado com o resultado do Sisu, mas o fato é que alguém acionou o sistema para autorizar o resultado antes da sua conclusão, e todos os procedimentos legais e administrativos estão sendo tomados para corrigir isso.

Em relação ao bônus regional, primeiro, são decisões que são aprovadas nos conselhos universitários. É bom lembrar que as universidades têm a chamada autonomia universitária e muitas universidades aprovaram esses bônus nos seus conselhos universitários. Realmente, o MEC precisa garantir uma regulamentação.

E a orientação que eu tenho dado para o Secretário Alexandre é abrir uma discussão, porque há alguns que defendem o bônus e há outros que não. É importante tanto a Câmara quanto o Senado se debruçarem sobre isso, porque nessa parte em que a gente tem uma decisão de lei, isso encerra o assunto, mas o meu estilo tem sempre sido dessa forma dentro do ministério, ouvir as diferenças, ouvir as sugestões, a gente procurar construir um caminho que possa... Por um lado, há desigualdades, por outro, se defende que se tem que garantir espaço para as pessoas da região ou da cidade, enfim. Mas acho que é um bom debate e acho que a iniciativa do Senado, a sua iniciativa de fazer uma discussão legal sobre isso, eu acho que talvez encerre essa polêmica em relação até à decisão judicial. Há decisão judicial mandando acabar, há decisão mandando voltar, enfim, acaba essa insegurança em relação a isso.

Em relação à questão da atenção psicossocial, que foi aprovada pelo Congresso, aliás importantíssima, nós estamos tratando hoje de um problema de saúde mental, que é um grave problema hoje no mundo inteiro e não é diferente no Brasil, e as redes precisam estar preparadas para isso. Eu gosto sempre de lembrar, e é importante a gente lembrar, que as redes... A gente constrói um pacto de regime de colaboração entre as redes, são eles que estão lá na ponta no dia a dia, o MEC tem colocado a nossa equipe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da SEB, inclusive com os programas de apoio, seja através do PDDE, seja apoio de formação de professores, de diretores, para as redes municipais e estaduais. Acho que é importante a construção de um pacto com essas redes.

Houve várias reuniões com a nossa equipe e o Conselho Federal de Psicologia, e o de Serviço Social, para também tentar construir as diretrizes para essas ações, mas tem um problema aí que as redes reclamam e reagem: cada vez que você vai criar a condição de apoio nas escolas, e você tem um investimento necessário para isso, eles reclamam da falta de recursos. Então, esse é um ponto que nós estamos tentando construir, mas a equipe, a Secretária Katia está debruçada sobre isso, para construir com as redes, mas a gente considera que é fundamental.

Tem algumas experiências que, por exemplo, o município ou o estado não tinha recurso para ter uma equipe em cada escola, então ela criou uma equipe regional de psicólogos, assistentes sociais para atender as demandas de uma escola ou outra, assim, numa rede. Então são experiências também que a gente está procurando buscar para fazer com que sejam também modelos para municípios e estados em todo o Brasil, mas reconheço que esse é um tema fundamental nos dias de hoje, essa questão do apoio, principalmente diante da influência das redes sociais, influência dessas plataformas digitais, que têm afetado aí muita gente.

Em relação à universidade, que eu tive a oportunidade de receber também já no ministério, é uma demanda justa, nós estamos apenas fechando agora a proposta, repito, tudo que eu vou colocar a gente tem as limitações orçamentárias, então a gente... É aquela coisa chamada de cobertor curto, o qual a gente tem que, às vezes... Mas há um consenso entre os reitores e reitoras inicialmente, de que o ministério deve priorizar a consolidação das universidades já criadas, dos *campi* já existentes, que ainda não têm uma infraestrutura necessária para consolidar.

Aliás, há também uma reclamação por parte dos estudantes sobre isso. Às vezes eu visito um estado, um *campus* e o estudante: "Olha, aqui não tem o laboratório, aqui não tem a quadra...", então a ideia inicialmente é consolidar, mas haverá também expansão de novos *campi* e, com certeza, nós vamos trabalhar para atender essa demanda justa do Estado de Sergipe.

Bom, em relação ao Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, a quem eu quero também agradecer, primeiro, Senador, esse é um debate... o modelo de escola, o modelo de educação que, não só o Brasil, inclusive agora, nós vamos sediar agora o G20 aqui no Brasil... Eu tive a oportunidade de, no ano passado, discutir no G20 lá na Índia, com todos os ministros de educação dos países que formam o G20, os desafios educacionais para o mundo moderno, um mundo hoje que tem conectividade, um mundo global, um mundo em que a gente se depara com situações de como limitar o uso de eletrônico, de acesso ao computador, de acesso à internet. Isso é uma preocupação até nossa individual como pais, acho que todo mundo tem essa preocupação.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Vou dar até um exemplo aqui – fugindo um pouco aqui do assunto, viu? –, eu tenho uma filha agora que completou 12 anos, eu disse para os meus filhos que só teriam aparelho celular depois que completassem 12 anos. É impressionante como desde os sete anos, oito anos, os coleguinhas deles já têm um celular no colégio, em sala de aula. Eu limitei o uso do aparelho a uma hora por dia. Se passar de uma hora, o aparelho fica retido durante uma semana ali. Então, assim, tem também um papel muito da família, dos pais, do acompanhamento dos seus filhos.

Mas esse é um problema. Vocês estão vendo a influência que as redes sociais, as plataformas digitais, o submundo da internet tem causado em crianças e jovens no mundo inteiro. Por isso, a importância da regulamentação, para que a gente possa responsabilizar aqueles que ofertam serviços digitais, plataformas digitais não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Mas esse é um mundo sem volta. Quem é um jovem hoje, uma criança que não quer estar conectada, não quer estar modernizada? Portanto, esse é um debate que todos os países do G20 estão fazendo. A ONU também está fazendo um trabalho, a Unesco está fazendo um trabalho sobre a avaliação do uso de plataformas digitais para a educação, de que forma pode servir à educação, com fins pedagógicos para a aprendizagem do aluno e da criança.

E a gente pensar e imaginar um Brasil com tantos desafios ainda na educação, como o Senador relatou, que tem escola ainda que não tem energia, que tem escola ainda que não tem banheiro, que tem escola ainda em comunidades indígenas que é feita ainda de palha, que tem escolas ainda com situações precárias, como a gente pode garantir a equidade nas relações educacionais para todo esse público, com tantos desafios enormes? É por isso que o FNDE tem procurado... Agora nós estamos contratando o UNOPS, que é um organismo da ONU, para concluir 116, se não me engano, escolas indígenas e de quilombolas espalhadas em todo o Brasil, que nunca foram terminadas, pelas dificuldades. Não estou aqui culpando A, B, C ou D, estou culpando o desafio e as dificuldades que nós temos em relação ao futuro da educação.

Então esse é um debate, Senador, que realmente merece muito cuidado, merece muita responsabilidade, merece muito aprofundamento, conhecer as experiências em outros países do mundo que conseguiram avançar na formação humana das pessoas. Nós não queremos só uma educação da aprendizagem curricular, nós queremos uma formação também de projeto de vida do jovem, da criança, da solidariedade, da fraternidade. Está faltando muito isso na sociedade atual. Então são elementos importantes que precisam ser incluídos no dia a dia da discussão das escolas, das redes estaduais.

Bom, o senhor tratou aqui da questão do ensino profissionalizante dos institutos federais. Eu defendo muito que uma das políticas mais exitosas que esse país implementou foram os institutos federais. Aliás, se você for comparar os resultados da qualidade dos institutos federais, os resultados dos estudantes, são comparados com os países de primeiro mundo os resultados dos alunos dos institutos federais. Então eu acho que é uma grande política, e eu tenho defendido que o Brasil precisa avançar com mais velocidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com mais agilidade, com mais rapidez. Por mim, o Presidente já teria lançado uns 300 novos institutos para chegar a mil institutos federais no Brasil, o mais rápido possível.

Lançamos cem; o Mato Grosso, se não me engano, foi contemplado com três. Precisa e merece novos institutos. O instituto federal, além de dar formação técnica ao ensino médio integrado, também olha para a questão da licenciatura, ele olha também para a questão da extensão, ele olha também para a questão da pesquisa, para a formação de professores. Então ele tem uma estrutura, um corpo mais robusto de profissionais nesses equipamentos. Então, claro que, repito, sempre a gente entra na questão da limitação orçamentária, mas o Brasil precisava, nós precisávamos olhar com mais velocidade, com mais rapidez para a ampliação dos institutos federais em todo o Brasil. Nós estamos estimulando, repito, o ensino técnico e profissionalizante do ensino médio dos estados. Vários estados têm tomado iniciativas para ampliar sua rede de ensino técnico. O meu estado, inclusive, é um estado que tem essa iniciativa. O Estado do Piauí hoje é o estado que tem o maior número de alunos matriculados no ensino médio integrado ao ensino técnico e profissionalizante, há uma meta ousada lá do Estado do Piauí. Agora, com a política dos juros por educação, que o Ministro Haddad apresentou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – ... nós podemos dar um salto importante da implementação nas redes estaduais, porque também é o tempo de aproveitar a estrutura física que a gente tem também no Sistema S e em outras redes para trazer também a oferta dessas vagas para o ensino técnico e profissionalizante. Mas não tenho dúvida de que o salto que o Brasil poderá dar com o ensino técnico integrado ao ensino médio, aos nossos jovens saindo do ensino médio, já com a profissão, isso tem um impacto social, um impacto econômico na produtividade e no resultado do nosso país. Todos os institutos já mostraram o impacto que tem no PIB, na economia brasileira, portanto, essa para mim é uma das ações importantes.

Em relação aos cursos de Medicina... Não cheguei nem à Teresa, eu tenho que ser mais disciplinado aqui com o tempo. Bom, em relação aos cursos de Medicina, os senhores sabem todos os desafios que nós enfrentamos na questão das judicializações, dos processos; 59 mil vagas judicializadas no MEC, quando nós entramos no MEC. Houve uma decisão de fazer um edital para interromper essas judicializações, ou seja, porque existia uma moratória, nós suspendemos a moratória dizendo que agora o MEC assume a liderança da coordenação desse processo, até porque é papel dele. Integramos isso com o Ministério da Saúde; nada tem sido feito sem a contribuição e a parceria do Ministério da Saúde, até porque são eles que gerenciam as redes do SUS, porque, para cada curso de Medicina, eles têm que ter equipamento do SUS, hospital, tem que verificar postos de saúde, UPA, enfim, então é importante ter um envolvimento. Tem até um decreto presidencial criando esse grupo entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação desde o ano passado. E teve uma decisão do STF, nós estamos cumprindo aí todas as decisões e fizemos mudanças no edital que nós lançamos. Até porque reconhecer, Senador, que uma faculdade de Medicina que já tinha feito todos os investimentos, já construiu o prédio, já contratou profissional, já estava lá com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipamento, como é que agora eu vou lançar um edital para criar uma faculdade de Medicina na mesma região, talvez numa cidade vizinha?

Então nós vamos dar prioridade, no novo edital, tendo as faculdades aprovação do ministério, aprovação do Ministério da Saúde... Essa que o senhor falou aí da Barra do Garças está lá no Ministério da Saúde, porque passa por lá para ele dizer o número de leitos que existem na região de saúde lá, para garantir o número de vagas que aquela faculdade pode ter, se vai ter 50, se vai ter 100, se vai ser 20, se não tem, então passa por essa análise. Então a gente vai dar, na mudança que nós fizemos no edital, a Secretária Marta está aqui colocando, prioridade para aqueles estágios daquelas universidades que já tinham feito investimentos, também cumprindo a decisão do STF, contanto que cumpra também a função social da implantação dos cursos, baseados no Programa Mais Médicos, nós vamos autorizar e queremos dar agora velocidade, porque, vamos dizer assim, dirimimos já todos os problemas, os questionamentos, tanto por parte das universidades como por parte também do STF. Nós esperamos que agora a gente possa dar um fluxo mais rápido à autorização dessas novas universidades em todo o Brasil.

E, repito, eu falei aqui no início da questão da qualidade dos nossos cursos, a grande preocupação hoje é a qualidade nesses cursos que estão sendo ofertados; não é só no de Medicina, não, de todos os cursos que estão sendo ofertados no Brasil. Por isso que eu tenho defendido e quero trazer esse tema de volta aqui para o Congresso, a criação de um instituto tipo o Inep, tipo o FNDE, que tenha condições de fazer o acompanhamento, avaliação, a fiscalização de todas. Lembro que 85% dos ensinos superiores do Brasil são privados e a responsabilidade para regulamentar, para acompanhar, para avaliar, se houver necessidade de fechar, tem que fechar, é do Ministério da Educação. E o Ministério da Educação, com muita transparência, não tem hoje a robustez, a estrutura necessária para dar o devido tratamento com qualidade para o acompanhamento de todos esses cursos que foram aprovados no nosso país. Precisamos reestruturar. E a ideia do instituto, que foi uma ideia desde 2012, é uma ideia que eu trago de volta para este Congresso, para que a gente poder... Conversei com o Presidente Lula sobre isso, ele tem apoiado isso para que a gente possa ter um instituto que possa garantir a boa qualidade desses cursos ofertados hoje no Brasil.

De cursos de EaD também houve um crescimento gigantesco. Para vocês terem uma ideia, 40% das matrículas de Enfermagem no Brasil já eram EaD, gente; nós suspendemos isso. Estamos agora saindo com uma nova regulamentação, com novas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação, sobre a implementação de alguns cursos, suspendendo 16 cursos de EaD...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – ... em várias áreas, 100% à distância, por entendermos que é impossível um profissional ser formado, inclusive, todo de licenciatura. E agora vamos sair com uma nova regulamentação sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para encerrar aqui, em relação a supernovas, nós estamos discutindo aí que vão ter prioridades também no novo pacto, porque precisam ser consolidadas, e também estamos discutindo, é uma disputa todos os dias, lá no orçamento, lá na gestão, para garantir os códigos de vagas, para garantir a ampliação, garantir concurso, é a luta árdua diária para que a gente possa ampliar.

Em relação à Senadora...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas vamos fazer a audiência, não é?

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Vamos fazer a audiência.

Em relação a... Eu tenho dito, lá no meu gabinete, ao Leo de Brito, que é meu assessor parlamentar, que Senador, quando pede audiência, tem que ser marcada imediatamente, se puder ir logo no mesmo dia... Eu não posso, como Senador, colega de vocês, deixar de atender. Peço até desculpa se, às vezes, demora um pouco por causa da ausência no ministério.

Senadora Teresa Leitão, em relação ao novo ensino médio, a senhora sabe de todo o processo que a gente procurou construir, ouvindo, dialogando, entendendo as diferenças de defesas de entidades, mas com um objetivo comum, que eu acho que é o grande objetivo de todos nós: melhorar o ensino médio brasileiro, para que o jovem possa ter uma escola mais atrativa, uma escola que olhe para o projeto de vida do aluno, que ele permaneça na escola, que ele tenha uma formação. Acho que esse é o grande objetivo. Garantir os catálogos dos cursos técnicos é fundamental, rever os nossos cursos técnicos do ponto de vista da carga horária – é importante fazer essa avaliação.

Acho que um dos pontos que foram aprovados na Câmara e que eu acho que foi um avanço importante é a retomada das 2,4 mil horas para a Formação Geral Básica e a flexibilização para quem ofertar ensino técnico. Isso vai estimular o ensino técnico, que é 80% do que os alunos querem no ensino médio brasileiro, e também diminuir essa pulverização de tantos itinerários que foram ofertados no ensino médio. Eu acho que tem escola até hoje que não conseguiu ofertar ainda. Então, retomar a carga horária e disciplinas na formação geral.

Enfim, eu acho que isso chega aqui ao Senado para a gente fazer esse bom debate. As entidades de classe que estão aqui também participaram do processo e sabem dos avanços que tivemos na construção do consenso, da proposta; sabem dos avanços, o que foi aprovado e o que não foi aprovado na Câmara. E agora isso chega ao Senado para que esta Casa possa fazer a avaliação.

Em relação à educação de jovens e adultos, eu acho que, como disse, precisamos ter uma proposta mais ousada em relação a isso – esse tem sido o nosso objetivo – e lembrar que, repito, a gente, às vezes, tem limitações; o cobertor, às vezes, é curto, e a gente o fica afastando para um lado e para o outro. Mas a gente está com a proposta já elaborada, fizemos algumas mudanças importantes, como os fatores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponderação da EJA, o PDDE Equidade, o PAR Equidade, as mudanças que tivemos na Capes em relação a isso. Portanto, estamos trabalhando com as redes. Destravamos os recursos que estavam lá empoçados nos estados e municípios, com um decreto presidencial... Aliás, foi decreto ou foi lei?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Um decreto presidencial. Todos os recursos, quase R$300 milhões que estavam impostos em relação à EJA nos estados nós destravamos no final do ano passado.

Então, vamos trabalhar.

Mas parabenizo a Senadora, uma militante assídua em relação... E acho que é desafiador.

É uma vergonha para o Brasil ter 9,5 milhões de brasileiros ainda analfabetos. Acho que precisamos ter um grande pacto nacional, envolvendo a todos, para erradicar essa mazela do Brasil, porque a gente sabe o que isso significa na vida das pessoas.

E, com relação ao PNE, a nossa meta era, no final deste mês, já encaminhar para o Congresso, mas a gente tem procurado fazer com que, se não for até o final do mês...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Dá para dar, não é? Estou confiando na Izolda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – A nossa meta era cumprir o encaminhamento do projeto de lei pelo Presidente ao final... Vai passar agora pela Casa Civil e pela Fazenda, para chegar aqui, para que o Congresso possa se debruçar sobre ele e aprofundá-lo.

Desculpe, Presidente, se eu me aprofundei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Vamos passar para o bloco seguinte.

Professora Dorinha Seabra, Senadora Jussara Lima e Senadora Janaína Farias.

Passo a palavra, em primeiro lugar, a V. Exa., Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Bom dia a todos os colegas Senadores e Senadoras e a todos que nos acompanham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a gentileza do nosso Presidente, Senador Flávio Arns; parabenizar a exposição do Ministro Camilo Santana, que fez um panorama aqui de várias ações estratégicas, e também, de igual forma, a importante retomada de um diálogo com estados e municípios.

Eu apresentei na semana passada, e nós devemos realizar aqui, então eu vou falar rapidamente, mas entendo que tem um problema bastante sério para nós enfrentarmos em relação à questão das obras e ao FNDE. Quero destacar a atenção de sempre da Presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba. Ela está escondida ali atrás – está numa cadeira muito baixinha, por isso que eu estou dizendo escondida –, mas sua gentileza e o ritmo que deu ao FNDE são indiscutíveis. Ao mesmo tempo, nós temos um grande imbróglio em relação às obras.

Eu queria sugerir que, à semelhança do que foi feito com esse quadro panorâmico da situação para cada um de nós Senadores, pudesse ser feito dessa questão das obras que estão com solicitação de repactuação, porque é um imbróglio. Quando a gente chega a uma cidade – e logicamente é um problema de muitos anos atrás –, o único prédio daquela cidade é uma creche inacabada no meio da cidade – e, ao mesmo tempo, escolas e creches. Então, se a gente puder acompanhar, como dar conta disso e qual a previsão... No meu estado, o Tribunal de Contas abraçou essa repactuação, então houve um processo bastante articulado dos Prefeitos fazendo essa adesão. Então, interessa muito saber esse estágio de retomada. No meu estado, pelo menos, eu não tenho nem ideia se alguma obra da repactuação foi retomada – acho que não.

O problema maior que eu coloco foi fruto desse meu convite para a Presidente, é sobre o acórdão do TCU. O TCU, na minha opinião, colocou um elefante – no meu estado, eu colocaria um boi enorme – na sala, porque na verdade mandou aqui para o Congresso – está na Comissão de Orçamento – todas as obras que não foram iniciadas, que estavam em diligência, algumas inclusive em virtude até de uma deficiência de equipe do FNDE. Obras de 2020, 2021, 2022 estão todas suspensas e são de RP 8, RP 2 e RP 9. E eu queria lembrar que, no ano de 2022, o Congresso colocou como único vínculo orçamentário ou... Na verdade, RP 9 era o orçamento do FNDE, não era pontual de um Parlamentar ou outro, não: tudo do FNDE era RP 9. Muitas obras ficaram o ano inteiro sem receber nenhum centavo, porque era unicamente RP 9, e hoje nós temos a situação de creches, escolas, algumas até com 60%, 70% de empenho... Elas não caíam naquela situação de menos de 15%, mas essas obras não têm como... Hoje está um imbróglio: às vezes, o Prefeito comprou a área, o projeto já havia passado por um grande avanço de análise dentro do FNDE e nas equipes, e hoje está na Comissão de Orçamento, para empenho de 100%, o que eu entendo que é inviável. Em 2020, 2021, 2022 e 2023, algumas situações... Não sei se 2023 entra, mas 2020, 2021 e 2022... O orçamento de 2019 está inteiro lá. Se eu, por exemplo, tiver uma escola de 13 salas, eu tenho que achar o orçamento meu dos recursos de emenda na ordem de R$10 milhões, R$12 milhões, R$13 milhões, só que não é o caso.

Então, essa situação eu entendo que precisa ser enfrentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E tem a questão do próprio PAC, que apresenta uma outra lógica, mas a minha preocupação é que futuras obras inacabadas estarão hoje... A gente tem um passivo histórico, não é?

Sobre os institutos, os critérios, o meu estado ficou só com um, e eu estou tentando descobrir de onde saiu essa escolha desse um instituto, que é na cidade de Tocantinópolis.

Ao mesmo tempo, quero referendar a afirmação: eu acho que é uma ação de expansão extremamente importante pela qualidade do trabalho e pelo quanto importa na questão regional.

Eu vou só parabenizar ainda sobre os fatores de ponderação. A educação de jovens e adultos encolheu, no Brasil, em grande parte pela linha dos fatores de ponderação. Pareciam querer dizer: "Olha, a EJA vai deixar de existir simplesmente pela falta de investimento".

Sr. Ministro, sobre o PNE, eu gostaria de fazer um esclarecimento. Eu apresentei aqui, no Senado, um projeto sobre a prorrogação do PNE ou na verdade a ampliação de vigência, simplesmente para que a gente não tenha uma lacuna legal, porque o último PNE demorou quatro anos para ser aprovado. Nós ficamos no Brasil quatro anos sem ter nenhum Plano Nacional de Educação, e não precisa repetir as metas nossas: baixa cobertura, baixo cumprimento, dois anos de pandemia. Então, o projeto que eu apresentei tem essa lógica, para que, enquanto esteja em tramitação o novo PNE, a gente mantenha a vigência do PNE existente, com acompanhamento e monitoramento. Esse é o objetivo.

O Plano Nacional de Educação está na Constituição, é decenal. Por isso, a ampliação da vigência, para que a gente possa ter condição de fazer esse debate.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sobre bônus regionais, eu acho que valia um debate específico. Eu estou com a relatoria de um projeto da Senadora Daniella, e ela reforça a importância dos bônus regionais, ao contrário do projeto do Senador Alessandro Vieira. Eu acho que a gente precisa discutir. Tem um programa nacional, o próprio Sisu, um desenho nacional, mas, ao mesmo tempo, as universidades, dentro da sua autonomia, têm avançado em relação aos bônus. Então, talvez a gente possa fazer uma construção que possa discutir, de maneira equilibrada, esse processo.

Acho que era isso.

Gostaria de colocar que, sobre o ensino médio, nós já tivemos uma reunião. E o nosso propósito aqui é, de maneira rápida, aprovar no Senado. Não vejo como não voltar para a Câmara, ele vai voltar, porque tem alterações, mas a ideia nossa – já fizemos uma reunião semana passada com os consultores da Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e do Senado e vamos tratar com o Relator também – é a gente ganhar tempo, com a alteração que for feita já a partir de um diálogo entre Câmara e Senado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à nossa Vice-Presidente, Senadora Professora Dorinha Seabra.

Passo, em seguida, a palavra à Senadora Jussara Lima.

Desculpe, o Senador Confúcio ia pedir a palavra...

Não, a Senadora Jussara Lima e, em seguida, a Senadora Janaína... Ah, trocou com o Senador Confúcio, perfeito.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns; cumprimentar o nosso Ministro Camilo Santana, que vem fazendo um grande trabalho à frente do Ministério da Educação; cumprimentar a Izolda Cela, Secretária-Executiva do Ministério da Educação; a Professora Dorinha, que é uma grande Senadora e uma mulher que entende bastante – viu, Ministro? – sobre a questão da educação no nosso país. Ela é uma mulher que estuda, bastante preparada em relação a isso, como também a nossa querida Senadora Teresa Leitão. São duas mulheres que estão muito... estudam profundamente a questão da educação no nosso país. Eu acredito que o senhor poderia até pedir a elas que participassem mais da educação no Ministério da Educação, levando demandas.

Quero dizer também da alegria de receber o senhor aqui nesta Comissão, da importância de a gente ter aqui um Ministro da Educação como o Ministro Camilo Santana, que foi Governador do Ceará, fez um grande trabalho lá e tem levado todo esse conhecimento, todo esse aprofundamento em relação à educação, Brasil afora; ele tem percorrido o país, levando todos esses programas do MEC.

Não podemos também deixar de dizer do empenho do Presidente Lula em relação à educação no nosso país, porque um país, com um povo educado, é um país civilizado, e a mudança vem com a educação. Nós só podemos evoluir a partir do momento em que a gente investe na educação. É isso que o Presidente Lula vem fazendo, é isso que o Ministro Camilo está fazendo, percorrendo o país, levando toda essa bagagem de programas que o MEC tem, à frente do MEC, à juventude, às populações mais longínquas, mostrando todo esse trabalho profícuo do Ministério da Educação.

Eu gostaria, Ministro, de fazer um pedido ao senhor, com relação ao Banco Vermelho – de que eu não sei se o senhor já ouviu falar –, que é contra o feminicídio, simboliza não ao feminicídio: levá-lo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as escolas públicas, porque, só assim, as crianças, os jovens vão começar a entender e a respeitar nós mulheres, porque, muitas vezes, essas crianças não entendem o que seria isso, mas, a partir do momento que esse Banco Vermelho for para a escola pública, a criança vai começar a entender como se respeita uma mulher, o jovem vai começar a entender e, muitas vezes, vai ver que a sua vizinha, ou a sua mãe, ou a sua irmã, ou alguém da família está passando por esse tipo de violência doméstica. Então, eu acho bastante importante que o senhor veja isso. Chegou ao Brasil, agora, essa questão do Banco Vermelho, que simboliza não ao feminicídio. Ele surgiu na Itália e duas pernambucanas já o instalaram em Recife, e lá está sendo, assim, um sucesso, que eu falo, de aprofundamento com relação a essa questão da violência.

Também quero falar a respeito da universidade lá do meu Estado do Piauí, com relação ao curso de Psicologia. Eu gostaria que o senhor visse com muito carinho essa questão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – ... para liberar esse curso lá para a capital, para Teresina, porque já se encontra no Ministério da Educação.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA (*Fora do microfone.*) – É federal?

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – É federal, universidade federal.

Também quero falar da alegria de saber que o meu estado desponta na educação do nosso país. Temos um Governador antenado, conectado com o mundo, um Governador jovem, que é professor, e o que ele mais quer é que o nosso estado cresça através da educação.

Então, o Ministro Camilo tem dado todo esse subsídio a todos os estados brasileiros. Só agradeço ao senhor por esse seu grande trabalho, Ministro. Que o senhor venha mais vezes, aqui, conversar com a gente, tá?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Jussara Lima.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Confúcio Moura.

Eu só quero destacar que tenho o mesmo espírito do Ministro, do diálogo, da escuta, da convergência. Quero sempre... Sempre parabenizo o Senador Confúcio Moura pelo trabalho em todas as áreas, mas também, em particular, na educação. Parabéns!

Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero agradecer à Senadora Janaína por ter feito essa inversão de pauta.

Primeiro, Sr. Ministro, todos os países que se desenvolveram estabeleceram uma meta – uns 20 anos, outros 30 anos – para que avançassem e melhorassem os níveis educacionais do povo. Eu queria saber como V. Exa. está pensando esse movimento de o senhor coordenar essa orquestra nacional de municípios, ainda mais agora num ano eleitoral, em que a maioria dos secretários serão mudados, os Prefeitos também. Como a gente vai dar consecutividade a todas essas intenções apresentadas por V. Exa. nesta audiência pública, para que não haja solução de continuidade, como sempre há no país, porque um faz e o outro desfaz? É por isso que a gente não consegue movimentar. Então, esse movimento para mim é extremamente importante, essa coordenação.

Segundo, há uma proposição do nosso Senador, ex-Senador Cristovam Buarque, que falava o seguinte: tem município no Brasil que não tem professores, não tem indicadores; não há condição de tocar aquele município, com os indicadores baixíssimos em todos os aspectos. E ele sugeriu, através de uma proposição aqui na Casa, na época dele, a federalização de professores em municípios – eu vou falar, assim – em situação dramática. Por exemplo, 200 municípios por ano. Que se pegassem os municípios em piores situações e houvesse esse movimento de federalização do professor, porque falta o professor nessas regiões.

Ninguém me autorizou a fazer essa pergunta para V. Exa., agora, não, ninguém – se tiver alguém de sindicato aqui, ninguém me falou nada –: a greve dos professores das universidades e a greve dos professores dos institutos federais. O senhor apresentou R$208 bilhões, que é o orçamento deste ano, e ele está compromissado, já, com todos os programas que V. Exa. apresentou.

No caso de abrir uma exceção para o reajuste salarial, de onde V. Exa. tirará o dinheiro?

É só isso. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Passo, em seguida, a palavra ao Ministro Camilo Santana.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA (Para expor.) – Em relação à Senadora Dorinha, a quem eu quero cumprimentar e parabenizar – uma pessoa que é uma referência nessa área da educação para o país, que conhece professores, conhece as redes, conhece o trabalho, já foi Secretária e hoje é Senadora –, a Professora Dorinha Seabra levantou aqui um desafio enorme, que é a questão das obras paralisadas e inacabadas. Eu acho até, Fernanda, que a gente precisa... Eu estava olhando aqui no... Aqui tem quantas obras estavam paralisadas e em quantas obras houve uma manifestação de interesse do Tocantins, mas não tem ainda em quantas obras o processo está em retomada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é importante ter isso, ou, aliás, botar no *site* do FNDE, estado por estado, o nome do município, para dar transparência: em que situação está, se está em diligência, se está faltando a documentação vinda do município ou não.

O fato é que – e eu aqui digo publicamente sem nenhum constrangimento – nós geramos uma expectativa, a partir da medida provisória de maio, e acabamos não caducando a medida provisória. Tivemos que esperar o projeto de lei ser aprovado em novembro pelo Congresso Nacional, dar um prazo para os municípios e estados fazerem a manifestação de interesse, e, realmente, agora é que nós estamos aí... Aquelas obras que estavam inacabadas e paralisadas agora é que estão no processo de retomada e de autorização. Umas precisam retomar o contrato, outras precisam refazer a licitação, enfim, é feita toda uma análise. Fizemos várias reuniões na Casa Civil para... Vai ter mudanças agora em decretos presidenciais, vai ter mudanças em portarias, para tentar desburocratizar a FNDE e a ouvidoria.

Tem 250 mil prestações de contas acumuladas, de municípios e estados. Estamos, inclusive, com uma proposta de mandar um projeto de lei para tentar resolver de forma a desburocratizar esse problema lá do FNDE, enfim. Vamos tentar agora... Eu acredito que agora a gente vai conseguir destravar e acelerar mais a questão das obras que estavam inacabadas ou paralisadas.

Lembro que houve um esforço ano passado para não deixar mais nenhuma obra parar, pagar as obras... Repito: foram 631 obras entregues, e havia também um outro problema que eram as obras que tinham sido autorizadas, que tinham o termo de compromisso assinado entre o estado e o município, algumas com recursos de RP 2, outras de RP 9, outras de RP 6, e havia uma auditoria por parte do Tribunal de Contas que mandou suspender... Aliás, muitas dessas obras, praticamente todas, estão empenhadas, umas empenhadas com 5%, outras com 10%, outras empenhadas com 80% do recurso, mas havia uma determinação do Tribunal de Contas de aguardar a decisão do Tribunal, a resolução do Tribunal, para tomar uma decisão em relação a todas essas obras.

Qual foi a decisão? Fomos várias vezes – não é, Fernanda? – com o Bruno Dantas, com o Relator, que era o Walton Alencar, para pedir para acelerar a decisão, porque foi quase um ano para tomar a decisão – com pedidos de vistas, etc. Então, qual foi a decisão da resolução do TCU que nós estamos cumprindo? De que todas as obras que tinham recurso de RP 2 eram para ser suspensas.

Mesmo que a gente tivesse... Nós mandamos um ofício, questionando, para lá – eu tenho cobrado isso... aliás, não cobrado, mas pedido uma resposta –, e a gente perguntou: "Sim, e aquelas obras que têm acima de 15% também são para cancelar?", e até agora não tem... Mas a decisão, Senadora Dorinha, do TCU, foi de que todas as obras que tinham sido pactuadas com recurso de RP 2 eram para ser canceladas.

É ruim porque vamos perder o dinheiro, o dinheiro não volta para o Ministério, o dinheiro...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone.*) – O que é pior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – O que é pior.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – O dinheiro do orçamento ficou só em RP 9...

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – E, para as obras RP 9, RP 6 e RP 7, a determinação foi: informar ao Congresso Nacional, tanto ao Senado, como à Comissão Mista do Orçamento, que, para aquelas obras que o Parlamentar quiser terminar, o Congresso vai ter que complementar o recurso, ou seja, a obra que está lá com 60%, vai ter que se dizer de onde é que vão vir os outros 40%.

Então essa foi a decisão. Eu estou só... Acho que eu poderia até sugerir, Presidente Arns, fazer uma comissão, e eu me disponho a ir lá para a gente conversar melhor com o Relator, conversar melhor com o Presidente Bruno, para a gente encontrar uma saída.

É um problema porque, de todas essas obras – para vocês terem uma ideia, são quase R$9 bilhões de obras autorizadas –, só tem R$1 bilhão no FNDE, nós precisamos de R$8 bilhões para fazer todas essas obras. Nós temos... O número aproximado é esse. Foram R$9 bilhões de obras autorizadas e só tem R$1 bilhão empenhado, mas eu acho que nós não deveríamos perder esse R$1 bilhão. Acho que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Então, eu me disponho, Senadora Dorinha, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Não é emenda.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Não era emenda, era orçamento do FNDE do ano inteiro, era uma guerra....

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Então foi isso o que aconteceu. E teve essa decisão... A alegativa do Tribunal é de que não teve critério, e não estou aqui levantando isso. Não tinha orçamento, enfim.

Então são essas as ponderações.

Mas me coloco aqui à disposição do Presidente Arns, da Senadora Dorinha, de pessoalmente – a gente formar uma comissão – ir lá para tentar solucionar esse problema que está prejudicando o município, o estado, e a ponta. São expectativas que foram criadas lá no município, de obras que foram anunciadas e que, até agora, não saíram do papel por conta dessa questão.

Em relação, Senador, aos critérios dos institutos federais, a equipe liderada pela Setec tentou fazer uma avaliação dos vazios demográficos, da demanda de matrícula de ensino técnico, do número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institutos já existentes também em cada estado, e foi feito um desenho que, eu repito, talvez aquém da nossa expectativa, das nossas necessidades.

O que foi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Ah, por que Tocantinópolis foi escolhido, não é? Então, estavam me passando aqui que, pelo critério de baixa cobertura da mesorregião ocidental e macrorregião do Bico do Papagaio e 206 mil hectares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – A população da região, enfim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Mas, qualquer coisa, depois, Dorinha, o Secretário Getulio pode apresentar toda a nota técnica que foi levantada para definir esse instituto federal.

O que nós queremos é mais. Eu vou defender e brigar para que a gente possa chegar aí a... O Presidente já anunciou que quer chegar a 1.000, com esses 100, a gente chega a 780 – é isso? –, 782. Portanto, faltam aí uns 218 para a gente chegar aos 1.000.

Bom, em relação a... Eu também concordo com a Senadora Dorinha, que nós não podemos deixar esse espaço entre o PNE atual e o novo PNE caso haja uma demora na aprovação. Nós vamos fazer um esforço para encaminhar, repito, o novo PNE, mas acho que é salutar, é louvável uma medida de que, enquanto o novo PNE não for aprovado, se mantenha em vigor, em vigência o atual Plano Nacional de Educação. Até porque se lembrou muito bem que, muitas das metas, nós não conseguimos cumprir ainda em relação a isso, apesar dos esforços e também apesar da pandemia que nós enfrentamos.

Eu espero que a gente possa ter um bom debate aqui do novo PNE, sem muitos vieses ideológicos, mais focado nas metas, nos resultados, para que a gente possa construir os caminhos da educação para os próximos dez anos neste país.

Bom, Senadora Jussara, primeiro eu quero agradecer a intervenção e dizer que estou aqui orientando já a nossa Secretária de Educação Básica e a Secretária também da Secadi para tratar essa experiência do Banco Vermelho, que eu acho que é um tema muito importante em relação a gente ver a onda de crescimento de feminicídio no Brasil. Acho que precisa começar desde cedo na escola, com a criança, com o jovem. Portanto, todas as experiências são importantes, e quero aqui colocar a nossa equipe à disposição – viu, Zara? Viu, Katia? – para tratar disso.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – E também já encaminhando aqui ao nosso Secretário Alexandre, em relação à Universidade Federal do Piauí, do curso de Psicologia, para essa demanda que está lá.

Depois, em relação ao Senador Confúcio. Senador, eu queria dizer que primeiro a gente tem as metas estabelecidas pelo Plano Nacional, que é lei, mas eu acho que toda... Eu acredito muito em política de Estado, não política de Governo. E para mim, acho que toda política educacional tem que ser política de Governo. Talvez essa tenha sido... Aliás, de Estado. Talvez essa tenha sido a experiência por que o meu Estado do Ceará atravessou – foi que não houve nenhuma descontinuidade, porque a educação, o resultado da educação, não é de uma noite para o dia. Ela é um processo. Ela tem resultados que podem ocorrer a curto prazo, mas o grande resultado, do ponto de vista da qualidade, é a médio e longo prazo. Isso é um processo.

Então, para mim, a gente criar mecanismos... E os maiores mecanismos, primeiro, são legais. É que toda política possa estar em lei. Apesar de que a lei possa ser mudada, mas ela dá mais segurança.

Mas um fator fundamental é o empoderamento da sociedade e dos entes federados. Eu digo isso porque dificilmente hoje, vou dar um exemplo, dificilmente, se houvesse uma mudança de rumo no Governo do Ceará, dificilmente um novo Governador mudaria, porque houve um empoderamento por parte dos municípios, por parte dos professores, um orgulho da sociedade, da população. Então o envolvimento das redes, do professor, do diretor de escola, do Prefeito, da secretária é fundamental.

Quando apresentamos aquele programa de alfabetização, para mim, o mais importante não é a meta ou o resultado final, não; é essa rede que nós estamos construindo. É a liderança do Governador. Se não tiver a liderança do Governador, a liderança do Prefeito, do secretário, lá na ponta, dificilmente as coisas andam. Nós passamos meses para construir algumas políticas do MEC no ano passado, porque não adianta vir com uma política de cima para baixo. Não é só o recurso que eu encaminho lá para um município. A gente às vezes fala que é falta de dinheiro. É falta de dinheiro, mas às vezes não é só o dinheiro, porque, se fosse, a gente não teria municípios que têm muito dinheiro e resultado ruim, e teria municípios que têm pouco dinheiro e resultado bom. Então é governança, é gestão, é rede de articulação, é empoderamento, é liderança dos atores.

O Governador cita que sabe a importância do que foi o movimento com todos os Prefeitos lá do Ceará. Por que é que eu tenho ido ao estado e conversado com o Governador? É importante ele chamar os Prefeitos do estado dele todo, que o Prefeito tem que liderar o processo no município dele. Então é essa rede, esse empoderamento que nós precisamos construir e criar.

Então, quais são as principais métricas que nós estamos colocando nestes quatro anos do nosso ministério? Primeiro, garantir, melhorar os indicadores de alfabetização, porque sem isso, Senador... Todas as evidências já vêm mostrando que, quando uma criança não aprende a ler na idade certa, isso compromete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a evolução escolar dos anos escolares do ensino básico. Aumenta a distorção. Eu estava no Rio Grande do Norte; você sabe quanto é a distorção idade-série dos alunos do primeiro ano do ensino médio no Rio Grande do Norte? Quarenta e cinco por cento, 45% dos alunos que estão no primeiro ano do ensino médio não estão na idade, ou seja, estão acima da idade. Era para estar com 15 anos, estão com 16, 17, 18 anos. Isso é agravado pela reprovação. Aumenta o abandono, aumenta a evasão. É tanto que a gente chega ao ensino médio com a maior evasão e abandono, 480 mil jovens abandonando o ensino médio. Isso é uma evolução.

Então, se a gente não estanca isso no início, a gente continua... Então, para nós, é... E com meta, com reconhecimento do trabalho dos estados, pela evolução. Agora mesmo, vamos ver a evolução de cada estado. E precisamos reconhecer o trabalho, as boas experiências, as iniciativas, o trabalho que os estados têm feito e os municípios têm feito, brasileiros.

Depois, repito, a evasão. Nós precisamos garantir, primeiro, acesso a todos, qualidade, com alfabetização, mas manter esse jovem na escola, essa criança na escola. Para mim, isso é fundamental, e o Pé-de-Meia vem com esse objetivo, para que a gente possa, lá na frente, dizer: "Olha, o Brasil reduziu a evasão, o abandono escolar na educação básica brasileira". Porque, para mim, o grande papel do Estado brasileiro é garantir todos...

Nós tivemos 69 milhões de brasileiros que não concluíram a educação básica no Brasil no último censo. Estamos falando de um terço da população brasileira que não terminou o ensino médio. Então, o Brasil precisa dizer que nós queremos que o brasileiro termine a educação básica. E aí é opção dele, se ele quiser ir para a universidade, se ele quiser ir para cumprir outra missão. Mas pelo menos, a educação básica, que a gente garanta a todo brasileiro e a toda brasileira neste país.

Em relação à federalização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – ... dos projetos, vai um pouco na contramão num ponto que a gente tem feito, de garantir a autonomia dos estados, a municipalização, o recurso do Fundeb, não é? A gente tem, cada vez mais, fortalecido as redes municipais e estaduais na área da educação.

Eu acho que a gente precisa de um grande plano nacional para professores, para concurso público de professores, para formação inicial de professores, para formação continuada de professores, para valorização de professores. Então, eu não acho que esse seja o caminho para o Brasil nesse debate. Mas, repito, sempre é salutar o bom debate.

Em relação à greve dos professores e servidores, eu queria só deixar muito claro que o Governo do Presidente Lula é um Governo que reconhece o papel dos servidores da educação. Historicamente não teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um Presidente que olhou tanto para as universidades federais e para os institutos federais neste país, ao longo da nossa história, que mais interiorizou, que mais fortaleceu, que mais ampliou.

É bom lembrar, e eu lembro isso dizendo aqui nesta Comissão: nós passamos seis anos sem nenhum reajuste de servidores públicos federais – seis anos. No primeiro ano do Governo do Presidente Lula, foi dado um aumento linear de 9%, quase o dobro da inflação do ano, para todos os servidores federais. O impacto disso no orçamento do MEC foi de quase R$9 bilhões, porque hoje a maior folha de servidores da Esplanada é do Ministério da Educação, que são professores e servidores das universidades.

A Ministra Esther retomou todas as mesas de negociações. Foram recriadas, retomadas, para a gente discutir os problemas de valorização, remuneração. Eu, pessoalmente, recebi os dois sindicatos de servidores técnico-administrativos do Distrito Federal no meu gabinete – aliás, fazendo um apelo para não haver necessidade de fazer greve agora, porque greve, para mim, é quando não há mais diálogo, quando se encerraram as negociações ou toda e qualquer possibilidade de melhorias. Nós reconhecemos a necessidade de melhorar os servidores técnico-administrativos, de defender o plano de cargos e salário deles.

Inclusive, criamos um GT dentro do ministério, e eu dei um prazo de 30 dias para esse GT apresentar uma proposta. A proposta já foi apresentada ao Ministério da Gestão. Criamos até um sistemazinho para avaliar o impacto orçamentário em qualquer situação de melhoria, um simulador. Fiz reunião com o Presidente da República, fiz reunião com o ministro da Casa Civil e com a Ministra Esther em relação a essa situação. Vai ter uma reunião agora, dia 19, com a proposta na mesa já para os servidores técnicos e também para os professores, para que a gente possa superar.

Eu acho que o grande problema dessa greve, o prejuízo é para o Brasil e é para os alunos, é para as universidades, é para os institutos federais. E nós queremos evitar isso.

Mas quero dizer que o Ministério da Educação e o Governo estão abertos ao diálogo, estão sentado à mesa com os representantes dos professores e servidores. Aonde eu tenho ido... Ontem mesmo, eu fui a um evento lá no Rio Grande do Norte. Tem lá um grupo de pessoas fazendo as suas manifestações, que foi recebido após o evento, dialogado, ouvido, porque eu acho que é dessa forma, claro, com muita transparência, sabendo sempre das limitações.

E já há uma sinalização, Senador Esperidião, ou melhor, Senador Confúcio – o Senador Esperidião eu queria cumprimentar aqui – de que o Governo vai disponibilizar. O MEC não tem mais recurso orçamentário para isso. O que nós fizemos, para os senhores terem uma ideia – inclusive, essa foi uma pergunta aqui de um Senador, que eu esqueci –, foi: houve um corte no custeio das universidades federais na aprovação do orçamento do ano passado, e imediatamente eu assumi o compromisso de recompor esse orçamento. Está sendo recomposto agora, nesta janela, tirando do próprio orçamento do ministério. Estou tirando de outras ações, para não diminuir os recursos para os institutos federais e universidades, na ordem de quase... São R$350 milhões que nós estamos recompondo. Isso foi tirado do custeio. E o Governo já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinalizou com recursos adicionais para que a gente possa negociar com os servidores técnicos e outros servidores a questão não só do plano, mas também do reajuste salarial para essa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Sr. Ministro pela exposição.

Passamos ao último bloco de Senadores. Fazem parte do bloco: o Senador Beto Faro – a Senadora Janaína Farias cedeu o lugar para S. Exa. –, o Senador Cid Gomes e o Senador Esperidião Amin.

Então, com a palavra, o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, demais membros da Comissão, Senadores e Senadoras que, mesmo não fazendo parte da Comissão, participam deste debate, quero parabenizar aqui a iniciativa de a gente estar aqui debatendo essa questão da educação.

Quero parabenizar o nosso Ministro Camilo, a Dra. Izolda e toda a equipe do Ministério da Educação pelo trabalho que vem sendo desenvolvido à frente do ministério, retomando, de fato, a política de educação no país, a aproximação com os governos dos estados, a aproximação com os governos municipais.

No meu estado, V. Exa. já esteve várias vezes, e a equipe tem ido ao estado. As regiões mais pobres, inclusive, como a região do Marajó, que é uma região de IDH muito pequeno, têm sido frequentemente visitadas por vocês, pela equipe do ministério. Então, isso faz com que a gente tenha esse engajamento colocado aqui.

Hoje, há inúmeros programas, como o Pé-de-Meia, por exemplo. Foi um sucesso o lançamento do programa lá no estado, a festa que foi realizada e todo o reconhecimento que está sendo feito.

Agora, com o lançamento dos institutos federais, são cinco institutos no nosso estado, e quero agradecer-lhe. Estamos naquela expectativa de que... Como o Presidente anunciou que quer chegar aos mil, igual ao tanto de gols que o Pelé fez, o Túlio – ele fez essa referência. Então, a gente espera, inclusive, ser atendido com mais. Há uma expectativa, inclusive, dos Prefeitos e da comunidade educacional com relação a isso.

Já há inúmeros programas, e eu queria parabenizar o Governo e o ministério por estar retomando toda essa pauta.

O meu estado, de convênios firmados – naquelas obras que estão paralisadas – com o Governo do estado, é o primeiro do país em obras paralisadas; e, naqueles convênios que foram celebrados com os municípios, nós somos o segundo. Então, há quatrocentas e poucas obras com os municípios e mais de noventa com o Governo do estado. Tem escola com mais de 50% da obra executada. E a gente está nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expectativa com todo o trabalho que está sendo feito pelo ministério com os municípios para atualização, para a gente retomar esse programa. Isso vai ser fundamental para nossa atuação lá no estado.

Eu queria, além de fazer esses agradecimentos, só trabalhar dois pontos.

Um é que, no Conselho Nacional de Educação, tem um parecer sobre essa questão da educação para as pessoas com espectro autista que precisa da homologação do ministério. Eu queria ver em que ponto está isso para que a gente possa ter uma posição, porque é uma das questões em que nós temos focado muito no nosso estado e é fundamental para a educação desse público.

E o outro. Aumentamos aqui o valor, inclusive, da merenda escolar. E, no início do Governo, eu lhe apresentei uma iniciativa. As comunidades quilombolas e as comunidades indígenas recebem, inclusive, o dobro do valor na questão da merenda escolar, e eu apresentei um parecer ao ministério para ver se era possível a gente tratar isso com as comunidades ribeirinhas, que têm as mesmas características, que têm as mesmas dificuldades, até para o deslocamento dessa merenda para essas comunidades. Não é um público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... exageradamente grande. Eu pedi ao ministério que pudesse analisar a possibilidade de, a exemplo do que é feito com as comunidades quilombolas e indígenas, tratar essas comunidades ribeirinhas. Eu estou esperando por esse parecer do ministério.

Então, eram esses os dois pontos que eu queria levantar aqui, mas parabenizando o trabalho todo feito pelo ministério.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador Beto Faro. Quero incluir aí as comunidades vulneráveis também, isso nas periferias das grandes cidades. São inúmeras que precisam de apoio, também, na merenda.

Senador Cid Gomes, na sequência.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para interpelar.) – Bom, eu cumprimento o Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns; cumprimento a Vice-Presidente da Dorinha; cumprimento o Senador e Ministro Camilo Santana, já o parabenizando pelo trabalho que vem executando no ministério e pela exposição que faz a esta Casa; cumprimento a Secretária Executiva do Ministério, nossa conterrânea, "biconterrânea", cearense e sobralence, Izolda Cela; cumprimento toda a equipe do Ministério da Educação na pessoa da Dra. Fernanda Pacobahyba.

Meu caro Ministro, eu gostaria aqui de, primeiro, manifestar a minha solidariedade e a minha disposição de somar esforços no sentido de que o orçamento do MEC possa ser assegurado. Como já foi dito aqui rapidamente na sua exposição, na medida em que uma lei, feita por este Congresso, amplia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anualmente, ao longo dos próximos anos, o que vincula recursos – o percentual da participação da União – à composição do Fundeb, isso vai sendo tirado do ministério. Então, relativamente, o ministério tem tido para os demais programas... Embora reconheçamos a importância do apoio ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, é fundamental que o ministério possa recompor os seus recursos para outras ações que igualmente são necessárias.

Entre elas, eu destacaria o Programa Alfabetização na Idade Certa, obviamente pela familiaridade que temos com o tema. Esse programa nasce de uma constatação, ao longo de oito anos de gestão pública em Sobral, de que, cumprida a agenda tradicional, Presidente Flávio Arns, do A ao Z, toda a agenda tradicional – professores com nível superior, reforma de escolas, equipamentos escolares, merenda escolar, nucleação escolar, seleção de diretores por processo meritocrático, enfim, a agenda do A ao Z –, depois de quatro anos como Prefeito, eu tinha uma desconfiança e pedi uma avaliação externa. E essa avaliação externa concluiu que, à época, 62% dos alunos que frequentavam a escola regularmente há mais de três anos – portanto, eu não podia colocar nem a culpa no meu antecessor, porque já eram três anos da minha gestão – não aprendiam a ler e escrever, ou seja, a escola não estava cumprindo o seu papel básico.

Então, a partir dessa constatação, no meu discurso de posse do segundo mandato como Prefeito, eu assumi a falência, embora a educação pública de Sobral já fosse reconhecida, e introduzimos um programa de priorização absoluta da alfabetização na idade certa, com avaliação – que o ministério está proporcionando e que é mais difícil, a avaliação anual dos alunos; lá em Sobral, nós a fazíamos semestralmente, a tempo ainda de corrigir distorções no ano –, com material didático sendo disponibilizado e com foco...

E uma questão que eu acho que tem que ser enfrentada no Brasil é, assim, mais ou menos, a falta de *glamour* na função de professor alfabetizador. Eu acho que a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... tem que glamorizar mais o professor alfabetizador. E isto, lá em Sobral, a gente constatou: os melhores professores não queriam ser alfabetizadores. Aí, instituiu-se uma gratificação para o professor alfabetizador e uma seleção – passou a haver concorrência para ser alfabetizador –, e nós, então, conseguimos levar os melhores professores para essa tarefa, que, a meu juízo, é a mais nobre da educação. Se você alfabetiza uma criança, ela é capaz até de superar as dificuldades que a própria rede e professores possam ter ao longo da sua jornada escolar.

Então, eu quero também cumprimentar o Ministro e me colocar à disposição, apelando ao Presidente para que a gente possa constituir aqui, nesta Comissão, uma Subcomissão para focar nessa área de alfabetização na idade certa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não queria abusar, mas por último aqui, Ministro, vai um pedido. Já foi dito aqui do desejo que o Presidente Lula tem e que V. Exa. tem colocado como meta pessoal sua...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... da ampliação dos institutos federais. Eu sei da importância desses institutos, como o senhor já deu aqui também esse testemunho.

No Ceará, é claro que há muitas demandas, mas, se a gente olhar geograficamente o estado, tem duas regiões, ou melhor, microrregiões, a rigor, que estão desprovidas de uma base do instituto federal: o Município de Ipu, que responde ali – pois gravitam no seu entorno – por Guaraciaba, Croatá, Pires Ferreira, Reriutaba, Ipueiras, Varjota, enfim, esses municípios; e a outra lá no sul do estado, no Cariri Oriental, que é Brejo Santo, em torno do qual gravitam Abaiara, Jati, Penaforte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Deu um branco aqui... Aquele município que fica... Porteiras! É Porteiras. Enfim, eram essas duas cidades, que são cidades polos, micropolos regionais, para que se possa incluir aí nas demandas para futuras implantações de institutos federais.

No mais, quero cumprimentá-lo e a toda a equipe do Ministério da Educação, e, mais uma vez, colocar-me aqui à disposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado ao Senador Cid Gomes.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Como eu sou um admirador confesso dos êxitos do município citado aqui efusivamente pelo nosso sobralense Cid Gomes, eu só queria dizer que ele certamente teve a inspiração do Padre Zé Linhares para se haver com tanto êxito e com tantas bênçãos.

Ele está bem ainda, não é?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Está bem, está bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria fazer três colocações muito rápidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu acho que esse caso do FNDE, que foi... Eu só pude captar aqui o relatório da Senadora Dorinha, e o subscrevo.

Todos nós lemos a reportagem da *Folha de S.Paulo* deste domingo, que foi muito detalhada a respeito dessas 3.783 obras paralisadas – não foram paralisadas neste Governo, isso já foi salientado, mas tem que desobstruir. Obstrução é fácil, a desobstrução é complicada.

Eu queria oferecer como sugestão, além desse mutirão proposto pela Senadora Dorinha – que eu sei, porque conheço bem o caráter de condução dos trabalhos da Comissão do nosso querido Senador Flávio Arns –, que eu acho que isso tem que ser realmente interdisciplinar, porque isso vai bater no Tribunal de Contas da União, no Tribunal de Contas do estado, em complementação... Se tem R$1 bilhão para fazer R$9 bilhões, e a multiplicação...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Dos pães...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... não chegou nem a mim nem a vocês, eu queria fazer uma sugestão para o futuro.

Como eu fui cliente do FNDE em 1972, é ruim você dizer que é o mais antigo da tribo. (*Risos.*)

Eu fui Secretário de Educação de Santa Catarina em 1972, o FNDE é de 1968, a lei. Então, o FNDE sempre foi o nosso abracadabra, é lá que eu vou achar, e houve exageros, essa é que é a verdade. Mas que ele seja dotado de critérios objetivos, inclusive de metas, quanto a metas de desempenho no ano anterior, para que se inscreva em um investimento novo. Isso não é para "trasmente", isso é para "frentemente", como diria o Odorico, para que haja critério e que não seja incluir aí só para começar uma obra, como foi, entre outras, a gênese desse passivo.

Se a *Folha* não estiver errada, o Maranhão, com 737 unidades paralisadas; o Pará, com 516; a Bahia, com 413; e o Ceará, com 275 obras de educação paralisadas. Acho que isso é duplamente prejudicial: primeiro, porque é uma obra pública e, segundo, porque é uma obra da educação.

Quero colocar também que subscrevi, inspirado pelo Senador Flávio Arns, que o Plano Nacional de Educação pode demorar a ser apreciado, mas têm que ser preservadas as metas e a avaliação. Com avaliação, porque senão demora dois anos e ninguém avalia. Entendo que a avaliação tem que ser uma obrigação independente do prazo, ou melhor, da postergação e da aprovação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, finalmente, como eu acho que eu sou aqui o único professor de universidade federal, eu sou retirado da Universidade Federal de Santa Catarina, mas o meu concurso foi feito em 1975, para ser professor da Universidade Federal de Santa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Catarina. E, antes disso, fui professor na Universidade Estadual. Foi onde eu arrumei a minha companheira na minha vida. E vejo com preocupação os institutos federais do meu estado – que me orgulham muito –, a minha universidade chegar a este momento de paralisação mais uma vez, com todas as consequências, todas, as que nós conhecemos e as que não conhecemos.

De forma que faço votos de que esse seu propósito de mediação seja bem sucedido.

No mais, eu coloquei aqui um comentário, mas estou tratando com a sua assessoria, para que nas estatísticas dos estados, se contemple... No meu estado, por exemplo, se nós não tivéssemos o sistema Acafe, que é o sistema fundacional comunitário, nós não teríamos a capilaridade no atendimento do ensino superior que temos. E ele foi publicizado por várias iniciativas.

Como Governador, em 1986, eu criei um programa para assistência ao estudante economicamente carente de ensino superior dessas universidades. Elas são universidades reconhecidas como tais. A Constituição do meu estado estabelece uma forma de apoio. E agora, ainda, o Governador atual, o Governador Jorginho Mello, instituiu o Programa Universidade Gratuita, por lei reconhecido, inclusive no Judiciário.

Então, não há como não considerar isso público. Pode não ser público federal, mas, como há uma distinção entre o que é federal, o que é estadual e o que é municipal, eu acho que o ministério tem que achar uma maneira de reconhecer que eles existem. E, no nosso caso, eles existem, graças a Deus!

Portanto, eu até brinquei aqui com o seu assessor, dizendo: "Olha, se você não incluir isso, eu vou chamar você de fotógrafo do Stalin", porque o Stalin retirava das fotografias os ministros decaídos. O Trótsky foi um deles. (*Risos.*)

Então, eu queria lhe fazer um apelo para que o ministério coloque na estatística, na posição que quiser, mas tem que colocar, porque vai dinheiro público para lá. E nós queremos que vá dinheiro público até por emendas, que eu posso fazer como Parlamentar. Não é um ensino marginal e não é particular. O privado existe. Tem mecanismos também de apoio, tanto federais quanto mecanismos estaduais. É um outro artigo da nossa Constituição estadual. Não é muito agradável dizer o número, 171, se o outro é 170, porque nós não temos preconceito.

Então, o meu apelo é que o setor técnico da Secretaria de Ensino Superior reconheça a existência. E é uma existência que pode ser avaliada. Para nós, tem sido muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu havia anunciado como último bloco, a Senadora Janaína Farias estava já inscrita e trocou com o Beto Faro, mas eu passo a palavra a V. Exa.

Antes de passá-la, eu gostaria de entregar para o Ministro mais um ofício, porque, no outro dia, quando V. Exa. assumiu a cadeira de Senadora aqui, no lugar da Senadora Augusta Brito, como Segunda-Suplente, inclusive, do Ministro Camilo Santana, no Plenário, tivemos a oportunidade de falar sobre o autismo, porque é o mês mundial, nacional, de conscientização sobre o autismo, e as pessoas representando o movimento estão aqui presentes.

No Plenário, eu fiz um apelo ao Ministro, fora do Plenário também, enquanto conversávamos, em relação à Deliberação 050 do Conselho Nacional de Educação. Tivemos uma sessão especial no dia 1º de abril e todas as entidades de pessoas, de famílias de pessoas, de especialistas da área disseram que é um parecer orientativo sobre caminhos que podem ser seguidos e observados pelo Brasil.

Então, eu conheço o Ministro. O Ministro, naturalmente, como é de praxe, está escutando, vendo, dialogando, mas gostaríamos de reforçar a necessidade de um belo trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Educação, que ouviu também todas as entidades, inclusive o MEC, que participou de todas as reuniões do Conselho Nacional de Educação que culminaram no Parecer 50.

Então, nesse sentido, é mais um ofício pessoal, não é da Comissão, mas eu tenho absoluta certeza de que todos os membros da Comissão concordam com esse apoio – não é, Senadora Margareth? – que deva ser dado para pessoa com autismo, principalmente para os caminhos, porque é muito difícil de pensar em como ofertar educação para a pessoa com deficiência de maneira geral, quais caminhos, mas, na área do autismo, de maneira muito particular. Então entrego em suas mãos também.

E passo a palavra à Senadora Janaína.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para interpelar.) – Bom dia, presidente. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Procurando só, eu tenho uma preocupação com o Ministro, porque ele, daqui a pouco, vai viajar também.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com o horário, será rápido, prometo.

Então, cumprimento aqui as colegas Senadoras, os colegas Senadores, nosso querido Ministro Camilo Santana. Eu tenho a honra de estar aqui como suplente do seu mandato. Como disse o nosso Wellington Fagundes, eu fico feliz de estar aqui. Cumprimento toda a equipe do MEC na pessoa da nossa Secretária Izolda, mas tem aqui vários ex-colegas que estão aqui. Presidente, na sua maioria, mulheres, viu, Senadora Dorinha? Na sua maioria, mulheres lá no comando do MEC. Então, isso é importante a gente ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar dois assuntos, bem rapidamente, prometo, sei que o Ministro tem sua agenda. O Wellington Fagundes e vários já falaram de diversos assuntos, e eu queria pontuar duas questões para solicitar aqui ao Ministro. Acho que era importante a equipe mandar, sobre a questão do programa Desenrola Fies, que inclusive vai encerrar agora, dia 30 de maio. Acho que, se as colegas Senadoras e os colegas Senadores tiverem o mapa de cada estado, de quais são os números que têm possibilidade de ter acesso a esse financiamento do Fies... São 1,2 milhão de alunos, estudantes do Brasil todo. Então, assim, fazer por estado e se pudesse ser encaminhado para cada Senador, cada Senadora, porque aí a gente poderia juntos fazer uma mobilização em cada estado, para que esses alunos pudessem ter acesso a essa renegociação de dívida, acho que é importante.

Então, eu queria dar mais essa sugestão com relação ao Desenrola Fies.

Com relação ao Enem, ontem, inclusive – o nosso Presidente está aqui –, começou a isenção dos alunos que têm acesso ao Enem das escolas públicas, para poderem solicitar a isenção da taxa da inscrição do Enem, mas eu queria aqui perguntar ao Ministro qual é a política que vai ser induzida, para que o MEC possa, junto com os estados, animar esse processo das inscrições do Enem.

Sabemos que teve um crescimento, no ano passado, de 13%, mas que o número de jovens estudantes, nas escolas públicas, que fazem o Enem ainda é a metade dos números que estão hoje. Queria ver aqui com o Ministro se ele tem algum projeto, alguma proposta para incentivar, estimular os estados a aumentar os números de inscritos no Enem.

Presidente, é só isso. Tem vários assuntos que já foram tocados, então, são essas duas questões. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Janaína.

Só fazendo uma correção: eu mencionei a deliberação, mas é o Parecer 50, que tem que, obviamente, ser homologado pelo MEC.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente, a mesma sugestão do Desenrola. Ministro, podia colocar também os números, por estado, do Enem, até para os colegas Senadores e Senadoras saberem o número percentual de alunos das escolas públicas que são inscritos no Enem. Eu acho que é importante.

A gente, Presidente, tem orgulho de fazer parte de um estado, que é o Ceará, em que 90% dos alunos das escolas públicas se inscrevem no Enem. Acho que os colegas Senadores e Senadoras poderiam ter esse número também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Janaína.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Ministro Camilo Santana.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA (Para expor.) – Presidente, obrigado.

Quero aqui responder, um pouco, a intervenção do Senador Beto Faro e já acho que entra, um pouco também, na fala do Senador Cid e do Senador Esperidião Amin em relação às obras.

Eu sei que iniciar uma obra, às vezes, é fácil. Retomar uma obra, às vezes, é mais difícil, por conta de todos os problemas, principalmente quando é obra pública – nós que fomos gestores sabemos disso. Mas eu disse aqui, anteriormente, e vou fazer este reconhecimento, acho que nós geramos uma expectativa, em maio, quando foi assinada a medida provisória do Presidente, porque a novidade da retomada das obras inacabadas e paralisadas é o reajuste do valor da obra. Dificilmente, um Prefeito – era uma grande reclamação – conseguia terminar uma obra, cinco, seis ou sete anos atrás, com o mesmo valor da obra atual. Aliás, tem muito Prefeito que botou dinheiro do próprio recurso para poder terminar obra, porque nunca teve reajuste das obras por parte do Governo Federal e do FNDE. Quem foi Governador sabe disso, quem foi Prefeito sabe disso.

Então, infelizmente, a medida provisória caducou, esse foi o grave problema. Nós tivemos que aprovar um projeto de lei, Senador Esperidião, em novembro de 2023, aliás, com alterações em relação à medida provisória, porque ele ampliou mais, e foi preciso abrir o prazo, até o dia 22 de dezembro, para que os estados e os municípios aderissem, fizessem as manifestações de interesse que queriam terminar aquela obra, porque aí é uma questão discricionária do município. "Ah, eu tenho lá cinco obras paralisadas..." Talvez uma delas não tenha mais nem sentido ser retomada ou nem iniciar. Então, teve que ter a manifestação dos municípios, até o final do ano passado, e, agora, nós estamos já em diligência, documentação, mudamos várias burocracias, várias resoluções, Presidente.

Estamos mudando, inclusive, vai sair agora um decreto presidencial mudando um pouco alguns parâmetros e alguns fatores no fluxo do FNDE, que eram decisões presidenciais, para melhorar a desburocratização do processo.

Então, estamos empenhados. Eu não tenho dúvida de que agora vamos destravar um pouco. Agora, lembrando que depende muito também dos estados e municípios. Não é o FNDE nem o MEC que executam a obra na ponta. Fizemos agora 14h... Aliás, antes de viajar, porque eu vou viajar com o Presidente, mas, agora às 14h, nós vamos ter uma assinatura de um acordo com o CNJ que vai destravar algo que é um entrave enorme nas obras, que é a questão da titularidade das terras, dos terrenos.

Inclusive, a gente já fez reunião com o Incra, com o SPU, inclusive para desburocratizar os terrenos que são da União já. Até nisso as portarias restringiam. Uma burocracia enorme. Se já é da União, vamos desburocratizar um terreno que já é nosso. Então, são tratativas que a gente tem procurado fazer, mas quero reconhecer aqui o esforço do FNDE no ano passado. Nós pagamos o dobro de valores de obras comparado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a 2022 e foram entregues 631 obras da educação básica, mas reconheço o esforço, e nós temos que avançar em relação a isso.

O FNDE está chegando junto, está mais presente. A Fernanda já foi lá em Marajó, já foi mais de uma vez, não? (*Pausa.*)

A Cátia já foi em Marajó, ou seja... A Izolda já foi. Para vocês terem uma ideia, Marajó tem 17 municípios e tem 133 obras paralisadas e inacabadas. Só em Marajó. Inclusive, várias já estão sendo retomadas lá neste momento pelo município. Então, quero só dizer do esforço que a gente tem procurado fazer em relação... Mas, repito, é desafiador e vamos trabalhar.

E acho que a ideia, Fernanda, de dar mais transparência a isso para que as pessoas saibam onde é que está a obra, se foi retomada, em que estágio está, se está dependendo... Eu era Governador e às vezes o Deputado chegava para mim e dizia: "Governador, está tudo pronto lá para o senhor resolver a obra do município". Quando a gente ia olhar, estava faltando documentação. A gente pode ajudar isso para desburocratizar e agilizar o processo.

Bom, em relação ao que foi tratado aqui pelo Senador Arns e pelo Senador Beto Faro, em relação ao Parecer 50 do CNE, primeiro eu quero dar um testemunho do reconhecimento porque é um tema muito sensível hoje a questão do autismo no Brasil. Aliás, lembrar que nós lançamos com o Presidente da República, no ano passado, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que temos feito investimentos importantes nas salas de recursos multifuncionais, foram R$237 milhões ano passado, na questão da formação. A política é incluir todas as pessoas com deficiência em salas de aulas em escolas regulares nas escolas públicas brasileiras, de reforçar...

Mudamos o Valor Aluno Ano nos fatores de ponderação para a educação especial, aumentando em 17% para que o município e o estado tenham mais recursos para investir na escola. O parecer chegou lá no MEC no início deste ano, e eu tenho assumido um compromisso. É sempre o meu estilo, Arns, criei um GT, inclusive, o GT tinha um prazo até maio, mas eu já pedi para dizer que eu quero resolver até o final deste mês para que a gente possa garantir aí, solucionar essa questão desse Parecer 50.

E quero também dar até um testemunho pessoal.

Esse é um tema que me sensibiliza tanto que eu, como Senador da República, apesar de eu não estar no meu mandato, exercendo mandato, mas a Senadora Augusta, no ano passado, eu coloquei toda a minha emenda individual, que foram R$69 milhões, para um programa de autismo no meu Estado do Ceará, em parceria com Governo do estado. Todo o meu recurso da emenda pessoal foi para esse objetivo, para atender a todos os municípios do meu estado.

Então, quero dizer da sensibilidade do Presidente e da minha sensibilidade. É um tema muito hoje sensível às famílias brasileiras, às crianças e aos jovens. Pode ficar certo de que nós vamos tomar decisões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para garantir cada vez mais a inclusão e o apoio aos autistas nesse mês mundial da consciência do autismo. Então, quero aqui fazer esse registro.

Quero dizer também – o Senador Beto Faro colocou a questão das comunidades ribeirinhas, dos valores diferenciados para a merenda escolar, de alguns fatores que são considerados pela FNDE – que o primeiro passo que a gente está dando é incluir no censo escolar as comunidades ribeirinhas que não eram incluídas. O primeiro ponto que a gente tem que ter é os dados, é os números. Portanto, algumas mudanças no censo escolar estão sendo feitas e uma delas é para garantir, para permitir... É uma reivindicação justa, feita pelo Senador Beto Faro.

Quero aqui parabenizar o Governador Cid, Senador, ex-Governador, até porque foi o Senador que iniciou todo esse processo em que o Ceará virou uma referência em relação à alfabetização. Isso começou lá em Sobral, e a gente deu continuidade na ampliação e no aprofundamento disso. O Senador colocou uma coisa importante aqui. Quando a gente fala de orçamento do MEC, é bom lembrar que, quando a gente ampliou o orçamento do Fundeb, Senador Esperidião Amin, do repasse até 23% da complementação até 2026, esses são recursos obrigatórios que a gente já passa direto para estados e municípios. Não tem a menor ingerência por parte do ministério, mas isso ocupa um espaço do orçamento do ministério. Para você ter uma ideia, quase 50 bilhões este ano do orçamento do MEC é a complementação do Fundeb. Isso restringe o espaço orçamentário do MEC para outras políticas da universidade, do Instituto Federal, da alfabetização e tal.

Então, eu tenho discutido com alguns Senadores, discuti inclusive com o Presidente da Casa, Senador Pacheco, e tenho discutido com a área interna do Governo: de que forma nós poderíamos que esse espaço orçamentário do ministério pudesse estar livre para que esses investimentos possam ser realmente alocados em outras políticas públicas do Ministério da Educação, de que forma a gente poderia... Já que eu considero que são recursos obrigatórios que são repassados direto para os estados e municípios. E isso abriria espaço para que a gente pudesse ampliar e fortalecer outras políticas do Ministério da Educação, juntamente aos entes federais.

Então esse é um debate que eu gostaria de trazer também para esta Comissão de Educação, para que a gente pudesse verificar de que forma a gente poderia melhorar isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – E acho que esse poderia ser um...

Já saiu fora do teto, porque, com a aprovação do arcabouço, o Fundeb ficou fora do teto, mas continua ocupando um espaço orçamentário e vai continuar aumentando até 2026, porque a cada ano está aumentando. Então, se este ano é 50, no ano que vem vai ser 60. E vai tirando do espaço orçamentário para outras políticas do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Cid, estou aqui torcendo para que, o mais rápido possível, o Presidente possa anunciar novos institutos federais para todo o país. É muito justa a reivindicação do Município do Ipu. A questão lá do Brejo Santo é porque foi autorizado ali vizinho do Mauriti. Então é para cobrir ali a região. Mas para mim, repito, vou reforçar aqui, uma das políticas mais exitosas deste país foi a criação dos institutos federais de educação. Nós vamos lutar muito e conto com o apoio da Sra. Senadora para que a gente possa ampliar o número em todo o país – e, não diferentemente, no meu querido Estado do Ceará.

Quero dizer para o Senador Esperidião Amin – e já falei um pouco – em relação às obras: essas 3.783 obras que saíram da reportagem na *Folha de S.Paulo* foram as obras que tiveram a manifestação de interesse por parte dos municípios e dos estados, lembrando que o prazo foi até dezembro e que agora nós estamos... tem várias já em diligência, 2,6 mil em diligência já, aguardando documentação do município, tem já a... A Presidente do FNDE até já me passou aqui que já foram autorizadas também algumas... Até me lembrou aqui do exemplo do Pará, em que já começaram creches em Bagre, que é um exemplo das 133 obras, de uma creche, Cid, lá de Marajó que estão sendo retomadas. Então, nós estamos trabalhando para que, em parceria com os estados e municípios, a gente possa entregar essas obras às crianças e jovens deste país.

E quero lembrar que nós estabelecemos critérios para novas autorizações de obras do FNDE, inclusive na seleção do PAC agora, em que foram autorizados ônibus escolares, creches escolares e escola de tempo integral, houve critérios, critérios de demanda, critérios de vazio para a oferta de vagas, e também teve um critério – isso está na nota técnica também, Esperidião – de reconhecimento também, porque às vezes é não reconhecer... Eu até, dando um exemplo do meu estado: "Olha por que o Estado de Ceará vai ficar sem creche..."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dar premiação.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – "... porque ele resolveu pegar dinheiro e fazer creche. E aí eu vou ser punido por isso?". Não, então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem que premiar, tem que premiar...

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Premiar, é claro, porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pelo atingimento de meta e pelo bom desempenho.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Isso.

Então, aqueles estados que cumpriram... que fizeram esforços, muitas vezes com recursos próprios, para ampliar creche, para ampliar escola, tiveram um reconhecimento, por isso que também estão sendo beneficiados. Então, houve um critério, estabelecido com a nota técnica do FNDE e da SEB, exatamente para garantir o critério de estabelecer essas obras, essas novas obras para os estados e municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a Senadora Janaína... Sim, em relação à greve, eu já falei, nós estamos num esforço enorme para encerrar o mais rápido possível esse movimento, lembrando sempre que nós estamos sempre de portas abertas para o diálogo, na construção, nas mesas de negociação; lembrando que seis anos os servidores passaram sem reajuste e, no primeiro ano do Governo do Presidente Lula, ele deu um reajuste de 9%. Nós estamos agora discutindo uma proposta para o plano de cargos e salários dos servidores técnico-administrativos, que merecem uma revisão no plano de cargos. Quero aqui reconhecer a importância da valorização dos nossos servidores públicos federais, e esperamos aí, nos próximos dias... Vai ter uma mesa de negociação sexta-feira com representantes do sindicato dos professores e dos servidores técnico-administrativos, para que a gente possa atravessar este momento que, repito, só traz prejuízo para a educação federal do nosso país.

A Senadora Janaína levantou aqui, eu acho que é importante – onde eu tenho falado, eu tenho procurado levantar isto –: o Congresso Nacional aprovou a lei que garantia a renegociação dos financiamentos do FIES; 1,2 milhão de pessoas aproximadamente, quase R$55 bilhões de dívidas. Tem até testemunhos importantes de pessoas que estavam pagando, veio a pandemia, perderam o emprego, deixaram de pagar, endividaram-se. Portanto, é uma oportunidade que as pessoas têm de limpar o seu nome na praça, de voltar a estudar, porque há condições em que tem desconto de até 99% da dívida. Então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – ... nesta página aqui, que nós distribuímos por estado, tem aí um... Por exemplo, se eu pegar aqui o Estado de Santa Catarina: nós tínhamos 15,2 mil estudantes com dívidas no Fies, com a possibilidade de... A dívida é de R$661 milhões, houve só negociação de 3,3 mil contratos – só esses foram renegociados até agora. Então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São 20%.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – ... nós estamos nessa média de 20%, e o prazo é até maio.

Eu já pedi para a Caixa – todos os contratos são via Caixa e via Banco do Brasil –, a Caixa Econômica está mandando uma carta para cada cliente; a gente está tentando ver se a gente consegue acessar, se comunicar com cada um, para já incluir e já ir encaminhando as condições: "Olha, você tem essas condições aqui...". É só entrar no aplicativo que ela sabe qual é o desconto que ela vai ter: se é 80%, se é 90%, se é 85%, pode parcelar... Mas o importante é não perder essa oportunidade para os brasileiros e brasileiras que estão endividados com o Fies.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Pé-de-Meia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – O Pé-de-Meia em Santa Catarina: são 25,3 mil que já estão recebendo. É um investimento de R$71,48 milhões este ano, em 2024, no Estado de Santa Catarina.

Então, tem tudo por Estado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tem que pegar uma referência para ver quanto de êxodo vai reduzir...

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – Isso, claro. Nós já temos aqui um indicador, hoje, de evasão e abandono por estado. Então, nós vamos agora medir, a partir do momento que a política completar um ano, qual vai ser o resultado e o avanço...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nesse caso, já que o senhor focalizou, piorou. O estado tem um desempenho crescentemente pior do básico para o ensino escolar. É só olhar aí.

O SR. CAMILO SOBREIRA DE SANTANA – A cada ano... É o que o Cid colocou aqui, da importância do programa de alfabetização: quando a criança não aprende a ler e a escrever na idade certa, vai comprometendo cada ano escolar. Então, ela vai passando do segundo para o terceiro, aí vai aumentando a reprovação; vai aumentando a distorção idade-série; vai aumentando o abandono; vai aumentando o desinteresse do aluno. Quando chega no ensino médio, o abandono, a evasão é maior. Então, a gente precisa... É esse trabalho, com uma visão sistêmica, que a gente precisa fazer na educação.

Bom, em relação à taxa do Enem estar aberta – a isenção da taxa de inscrição do Enem –, a gente tem procurado fazer uma reunião com as redes estaduais – porque são elas que são responsáveis por gerenciar – para estimular, porque eu tenho uma rede hoje que tem 25% de matrículas de alunos que fazem Enem, e tenho outra rede em que 90% fazem a matrícula, fazem a prova. O fato é que, ano passado, apesar de ter aumentado o número de matrículas do Enem em 13%, ainda está muito longe dos alunos que estão regularmente matriculados naquele ano letivo do ensino médio, no terceiro ano: apenas 50% dos alunos, Senador Cid, que estavam matriculados regularmente no terceiro ano do ensino médio, em 2023, fizeram a prova. Algo em torno de 75% se inscreveu, mas só fizeram a prova... Eu tenho perda daqueles que nem se inscrevem, e tenho perda daqueles que se inscrevem e não fazem a prova.

Nós fizemos uma pesquisa agora – já saiu o resultado? (*Pausa.*)

Vamos divulgar, não é? Fizemos uma pesquisa agora para identificar o motivo por que o aluno não faz a prova; porque não é financeiro, porque é gratuito, então para entender: "Ah, não, é porque eu não tenho mais interesse"; "eu não quero ir para a universidade"; "eu estou desacreditado no ensino superior"; "eu não fui estimulado"; "eu quero trabalhar"... Enfim, para saber o motivo. A gente vai agora divulgar –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu nem vi o resultado da pesquisa; a pesquisa foi feita com os alunos que se inscreveram e não fizeram, para que a gente possa identificar e corrigir.

O Pé-de-Meia já traz um incentivo, que são os R$200,00, que já vão ser pagos este ano: para quem fizer a prova do Enem, vai ter um *plus* de R$200,00 no final do ano, fazendo a prova. É um estímulo.

Vamos fazer uma campanha também de mobilização das redes.

Lembro que o Enem é a porta de entrada para o ensino superior. E é lei no Brasil que 50% das vagas nas nossas universidades são para alunos oriundos de escola pública, portanto, a importância de garantirmos esse acesso.

Até o dia 26 de abril, está aberta a isenção da taxa do Enem.

Cumprimento aqui os representantes dos movimentos de autistas aqui presentes.

Agradeço a todos os Senadores e Senadoras.

Agradeço à minha equipe do MEC.

Eu sempre digo que ninguém faz nada sozinho. Nós somos um time, um time que procura ser coeso, integrado, para buscar melhorar a educação pública deste país, sob a liderança do Presidente Lula.

Mais uma vez, parabenizo a Comissão de Educação.

Coloco-me sempre à disposição, Presidente, não para estar só aqui presente, mas para fazer todos os debates necessários para melhorar.

Peço o apoio sempre de vocês, para que possamos não só apoiar os projetos importantes deste ano, de interesse da educação brasileira, mas lutar para ampliar as questões orçamentárias e garantir a valorização dos nossos servidores, o nosso orçamento para o Ministério da Educação.

No mais, agradeço à Senadora Professora Dorinha, ao Senador Flávio, em nome de quem agradeço a todos os que fazem a Comissão de Educação do Senado Federal.

Um bom dia a todos.

E obrigado a todos os internautas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Antes de encerrar a reunião, informo que teremos, no dia de hoje ainda, às 14h, daqui a pouco, audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 5.230, de 2023, de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional e define diretrizes para a Política Nacional de Ensino Médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Requerimentos que solicitam a realização da audiência são os de nºs 24 e 26, de 2024, da Comissão de Educação, de autoria das Senadoras Professora Dorinha Seabra e Janaína Farias.

Quero agradecer, Sr. Ministro, em nome da Comissão, a presença, o diálogo, a apresentação, a disposição de abertura permanente não só para a Comissão, mas para a sociedade, como foi demonstrado com todo o contingente de pessoas com autismo no Brasil; quero agradecer à colega daquela época, Secretária Izolda Cela; na pessoa do Ministro e da Profa. Izolda, agradecer a presença de todos vocês do, permitam-me chamar assim, Ministério da Educação; quero agradecer também a participação a todos e todas que nos acompanharam pelos meios de comunicação do Senado Federal.

E quero dizer da importância de que o grande objetivo é termos educação de qualidade, boa, adequada, da creche, como foi dito, à pós-graduação, em toda a caminhada educacional do cidadão pela vida.

Agradeço, então, novamente.

Agradeço, antes de terminar, à Andréia e a todo o pessoal da Secretaria, que são incansáveis no sentido de que esta Comissão de Educação e Cultura cumpra os seus objetivos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença a todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Confúcio Moura, Carlos Viana, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Janaína Farias, Wilder Morais, Romário, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2024 - CE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 1063/2022, que "dispõe sobre a instituição da Campanha "ABRIL VERDE", em âmbito nacional, no mês de abril de cada ano, dedicada à prevenção aos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Fábio José Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (FENAFAR); Sra. Aline Aparecida Roberto Amoras, Coordenadora-Geral de Normatização e Registros do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Sr. Francisco Cortes Fernandes, Presidente da Associação Nacional da Medicina do Trabalho (ANAMT); Sra. Cirlene Zimmermann, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Promoção da Saúde do trabalhador e da trabalhadora (CODEMAT) do Ministério Público do Trabalho (MPT); e Sr. Wilton Cardoso de Araújo, Presidente Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do DF (SINTEST-DF). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza neste 18 de abril.

Objetivos da reunião. A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.063, de 2022, que dispõe sobre a instituição da campanha Abril Verde, em âmbito nacional, no mês de abril de cada ano, dedicada à prevenção aos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, e dá outras providências, em atenção ao Requerimento nº 2, de 2024, de minha autoria, juntamente com os Senadores Laércio Oliveira e Flávio Arns.

De imediato, vou citar os nossos convidados: Sra. Aline Aparecida Roberto Amoras, Coordenadora-Geral de Normatização e Registros do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, que já está presente, por favor, já convidada para a mesa; Sra. Cirlene Zimmermann, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Promoção da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) do Ministério Público do Trabalho – todos estão sendo convidados para a mesa –; Sr. Wilton Cardoso de Araújo, Presidente do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do DF; Sr. Francisco Cortes Fernandes, Presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho; Sr. Fábio José Basílio; Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 061 2211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mudamos o microfone, tudo bem.

Já de pronto, também agradeço à Rádio Senado, TV Senado e Agência Senado, que cobrem ao vivo esta importante audiência pública.

Como é de praxe, faço uma fala da Presidência sobre o tema, situando todos os telespectadores e aqueles que estão ouvindo e se comunicando pela Agência Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, esta audiência pública tem por objetivo instruir o Projeto de Lei nº 1.063, de 2022, que trata da instituição da campanha Abril Verde, em âmbito nacional, no mês de abril de cada ano, dedicada à prevenção aos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. Esse projeto é resultado de uma sugestão do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Distrito Federal.

Já vigem, com o mesmo propósito, a Lei Municipal nº 12.841, de 2014, no Município de João Pessoa, Paraíba – já existe naquela cidade: João Pessoa, Paraíba –, e a Lei Estadual – também da Paraíba – nº 10.864, de 2017, daquele estado.

O número de acidentes no trabalho no Brasil é alarmante. Dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, publicados pelo Ministério da Previdência Social, em fevereiro de 2018, e divulgados na revista *Proteção*, revelam que ocorreram 576.951 acidentes de trabalho no Brasil em 2017, dos quais 2.098 trabalhadores foram a óbito. Mais de 2 mil trabalhadores morreram, mantendo-se na liderança os homens, que representaram 65,96% – 381 mil praticamente – do total dos acidentes, e as mulheres, 34,3% – em torno de 197 mil – com os CATs registrados.

Os acidentes de trabalho trazem ainda prejuízo às empresas, mas principalmente aos trabalhadores, seus familiares e amigos.

Também as empresas têm que entender que, além de causarem o acidente, que é fatal muitas vezes... eu fui técnico de segurança no trabalho, na fábrica ainda, no grupo Tramontina, e sei muito bem o que significa um acidente no trabalho, para os familiares principalmente e, naturalmente, para a empresa e para todo o país. Uma vez que a falta de segurança incorre em gastos com multas e embargos, perda de tempo, materiais, causas judiciais, baixa produtividade, além de manchar a imagem da própria empresa...

Para a sociedade as despesas são imensas, como o aumento de doenças e afastamento, a perda potencial de trabalhadores produtivos e, por fim, o próprio desemprego.

Mas digo: nada tem preço. Em primeiro lugar a vida, e não as sequelas com que os trabalhadores ficam devido ao acidente no trabalho.

E, como eu estava dizendo, nada se compara aos prejuízos causados ao próprio trabalhador e à sua família. O trabalhador acidentado, além de perder temporariamente ou permanentemente sua capacidade laboral, tem seus aspectos físicos e sociais abalados de forma avassaladora. E como mensurar a perda de um ente querido pela ação inerente a todo o ser humano? Essa é uma sequela que fica para o resto da vida, o acidente do trabalho. E perdem, muitas vezes, o próprio emprego.

Em 28 de abril de 1969, a explosão de uma mina nos Estados Unidos matou 78 trabalhadores. A tragédia mundial marca a data como Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidente do Trabalho. Encampando essa luta, mas com foco na prevenção, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2003, adotou o 28 de abril como dia oficial de segurança e saúde nos locais de trabalho. Em todo o mundo, anualmente, cerca de 2 milhões de trabalhadores perdem suas vidas no trabalho.

A segurança do trabalho é uma preocupação antiga, mas que está cada vez mais presente na atualidade, e isso se deve a esse conjunto de ações estar diretamente relacionado à prevenção do acidente do trabalho e à promoção da saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A campanha Abril Verde irá contribuir para que a sociedade, empresas e governos deem maior atenção a esse grave problema, intensificando ações educativas, preventivas e corretivas, que é o motivo da nossa audiência pública de hoje.

Eu volto à minha lista de convidados para iniciarmos o debate, mas quero, inclusive, cumprimentar o Ministro do Trabalho, o Ministro Luiz Marinho, por iniciativas que está tomando lá nesse sentido.

Inclusive estávamos querendo fazer um bom debate no Plenário do Senado, mas, por circunstâncias aqui da Casa, não conseguimos no mês de abril a data que queríamos, mas ajustamos que o Governo, segundo me disse o Ministro, vai estar junto e também lançando uma grande campanha contra o acidente de trabalho e doenças no trabalho e faremos esse grande debate numa data adequada.

Vamos lá.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos. Eu sempre dou uma tolerância de mais cinco, se necessário, mas seriam dez minutos para cada um. Com dez minutos, eu peço que a campanha toque – se encerrou tudo bem; se não, mais cinco minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, se estiverem, porque a maioria, nas quintas-feiras, se desloca para os seus estados, e podemos ter perguntas do e-Cidadania.

O.k.? Vamos lá.

Com a palavra a Sra. Aline Aparecida Roberto Amoras, Coordenadora-Geral de Normatização e Registros do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero começar cumprimentando a todos aqui, os colegas da mesa, os representantes desta mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, quero agradecer a oportunidade de estar aqui debatendo este tema, trazendo luz à questão da prevenção, segurança e saúde no trabalho.

Tenho especial satisfação em trazer esta pauta e ver que ela tem sido tão importante aqui nesta Casa, porque realmente é necessário que a gente tenha a atenção da sociedade e destine recursos, mobilize os atores sociais em torno da segurança e saúde no trabalho, em razão, obviamente, da questão da saúde, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastos que implicam adoecimento, acidentalidade e todo o transbordamento que isso tem para as famílias, para a economia e para o desenvolvimento do país, na verdade.

Este mês de abril é considerado o Abril Verde em virtude da marcação deste mês por conta da causa que é trazida desde 1969, quando se alertou pela ocorrência do acidente com os mineiros nos Estados Unidos. Na verdade, nós temos, desde 1977, a previsão do olhar sobre essa causa, pelo menos, pela expressão do trabalho já na CLT. Então, desde 1977, nós temos a previsão da realização da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, que é de competência da inspeção do trabalho, realizada, organizada pelo Ministério do Trabalho. Mais adiante, nós tivemos a instituição, pela OIT, do Dia Mundial de Saúde e Segurança no Trabalho e, também, aqui no Brasil, do Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho. Então, na verdade, não é um dia e nenhum mês que a gente comemora, mas é um mês de reflexão e, especialmente, dia 28, um dia em que a gente deve realmente voltar os olhos para a situação e ver o que podemos fazer na prática.

A Canpat, que está inserida... Na verdade, o Abril Verde é uma iniciativa que, em verdade, eu acho que já existe. Graças a Deus, é uma situação que vem sendo consolidada pela ala da sociedade que trabalha com a prevenção, a segurança e saúde. Essas ações são desenvolvidas no âmbito da inspeção, com apoio de diversos atores, como o Ministério Público do Trabalho, os próprios sindicatos, como o Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do DF, que propôs. O Senador Paulo Paim compartilha com a inspeção do trabalho especial e com o mundo do trabalho essas iniciativas e traz a voz do trabalhador para esta Casa.

Então, eu considero que essa causa vem sendo trabalhada, e eu acredito que de forma exitosa, tanto dentro da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho quanto no Abril Verde, que é uma iniciativa maior e contempla todo o mês de abril.

Então, é... Aí se vocês puderem...

Ah, sou eu que passo aqui, não é? Posso passar aqui? (*Pausa.*)

Bom.

Nós temos a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, que é prevista na CLT, prevista na norma regulamentadora número 01. Então, é uma campanha que ocorre, na verdade, no mês inteiro, desculpe, no ano inteiro, geralmente aberta no mês de abril.

Inclusive, nesse momento, agora, lá no auditório do Ministério do Trabalho, nós temos, com a presença do Ministro do Trabalho, a abertura da Canpat 2024, que pode ser acompanhada por meio do canal da Enit (Escola Nacional da Inspeção do Trabalho), no YouTube. Então, esse canal da Enit transmite todo o conteúdo da Canpat ao longo de todo o ano, e inúmeros outros eventos, é claro, da inspeção. Mas, nesse momento, nós temos o lançamento da Canpat 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo isso porque o contexto todo do Abril Verde está nesse âmbito. Como que funciona isso já há vários anos? Então, desde 1977 é previsto. Nos últimos dez anos, o Abril Verde já vem acontecendo. A Canpat vem se consolidando, eu acredito que de forma sinceramente exitosa pelos parceiros que vem trazendo junto. A cada ano é desenvolvido um tema, é trazido um foco para determinado tema, geralmente em consonância, claro, com a política mundial de segurança e saúde que é trazida pela OIT.

Então, nesse ano... No ano passado, por exemplo, nós tivemos a inclusão da segurança e saúde no trabalho como um princípio fundamental, como um pilar na OIT, o que reverbera para todos os países que seguem as suas prerrogativas e as convenções.

Então, este ano a Canpat tem também como tema o que a OIT traz e como subtema a questão de acidentalidade com máquinas.

Deixa eu ver aqui. Como que eu faço aqui? (*Pausa.*)

Passou.

Então, a base legal, que eu citei, vem sendo desenvolvida desde a década de 70. O objetivo é trazer ações de capacitação para os profissionais que estão na ponta, executando as atividades que acidentam e que adoecem os trabalhadores.

Nós temos uma iniciativa também muito importante, que é o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas, que vem sendo desenvolvido nesse âmbito do Abril Verde, dentro da Canpat, que, na verdade, é para plantar a semente da segurança e da saúde no trabalho desde os primeiros anos. Então, essa temática, na verdade, passa pela nossa vida o tempo todo, nos ambientes em que a gente está. Muitas vezes, a pessoa chega ao fim dos cursos, da sua formação, sem observar que precisa se atentar, de fato, com uma formação, inclusive, nesse sentido.

O Dia Nacional de Segurança e Saúde das Escolas tem o objetivo de trazer para cada faixa etária, de acordo com cada entendimento, desde o ensino infantil até o final do médio, a saúde e a segurança como partes da nossa vida que, a gente observa, realmente precisam interagir com as práticas de segurança e saúde no trabalho. No final do ano, geralmente em outubro, nós temos a consolidação do Dia Nacional, em que são apresentados trabalhos escolares, desde a educação infantil – que começam com desenhos e passam por redações –, todos com um tema específico.

Este ano, por exemplo, nós não temos ainda a definição do Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas, mas nós estamos, por exemplo, com uma pauta importante sobre a coleta de resíduos. Até eu, pessoalmente, sugeri, porque a coleta de resíduos é uma coisa de que todo mundo participa, que todo mundo executa, todo cidadão, desde o início da vida, e temos trabalhadores que estão ali, na ponta, executando. Então, esse, por exemplo, é um tema por meio do qual todos nós, desde pequenos, podemos nos atentar na segurança e na saúde dos trabalhadores que estão ali. Isso está sendo implementado no âmbito de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

norma regulamentadora, mas o objetivo, por exemplo, é trazer esse tema para o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas escolas é para que desde as crianças até os adultos, que estão lá na ponta, observem como essa situação da coleta de resíduos é executada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – Enfim, eu trago aqui a situação de que o Abril Verde já é, na prática, consolidado, considerando que nós precisamos de uma destinação orçamentária e de tudo o que já foi feito pelo Ministério do Trabalho, que já ocorre na prática, sem prejuízo do apoio de que todos precisamos e que, graças a Deus, até já obtivemos, em certa medida.

Então, assim, nós temos o posicionamento de que esse projeto é extremamente necessário, a causa é necessária, mas que nós não temos como viabilizar exatamente um posicionamento a favor, porque é uma situação que nós já entendemos que existe e, enfim, que reverbera, inclusive, em dois... São dois financiadores, Ministério do Trabalho e Fundacentro, além do Ministério Público – e os dois são, inclusive, do mesmo órgão, a Fundacentro e o Ministério do Trabalho.

Enfim, não sei se eu consegui me fazer compreendida, mas agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Compreendemos, e muito bem. Parabéns por toda a iniciativa!

A gente tem tido, na Comissão de Direitos Humanos – que não deixa de tratar do mundo do trabalho também –, uma parceria muito grande com o Ministério do Trabalho. Meus cumprimentos ao Ministro! Inclusive, foi do Ministro essa iniciativa de fazer uma sessão de debate sobre o tema – só não ajustamos a data para falar de tudo isso –, e eu acho que é mais do que justo. Eu digo que a lei... Ninguém inventa a lei; o cara vai lá, dorme, sonha: "Amanhã de manhã eu vou fazer uma lei sobre isso" – não! A lei é resultado, como a gente fala, do andar do povo trabalhador ao longo do país, não é? E essa lei está tão consolidada, na prática, que não há por que não transformá-la numa lei definitiva e permanente, que é a do mês de abril.

Então, a sua fala, com certeza, sem dizer que deve ou não deve, consolidou a iniciativa – que não é minha; ela vem, inclusive, de um sindicato. O sindicato propôs, nós acatamos. Eu tenho mais de mil projetos tramitando, mais de uma centena já são leis; e nenhuma eu inventei, viu? Toda lei veio de algum lugar, de alguém. A das 40 horas, por exemplo, que está em debate aqui, veio de algum lugar: veio do movimento sindical. Eu apresentei – eu e o Inácio Arruda, que até está hoje, aqui, em debate –; na Constituinte, nós saímos de 48 para 44; queríamos as 40 lá. Estou dando só um exemplo.

Vêm as demandas da sociedade: os Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência; o Estatuto da juventude... Todas as demandas vieram da sociedade; nós apresentamos, e hoje são leis. Por isso que essa... É mais do que justo o que decidiu o Congresso: toda data – seja um mês, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ano, seja um dia – deve passar por uma audiência pública, porque as informações que vocês trazem é que consolidam ou não essa iniciativa que veio da sociedade.

Então, mais uma vez, um abraço para o Ministro, para toda a equipe e a V. Exa.

Passamos de imediato aqui.

Com a palavra, a Sra. Cirlene Zimmermann, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Promoção da Saúde do trabalhador e da trabalhadora (Codemat) do Ministério Público do Trabalho.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham nesta audiência pública. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, meu conterrâneo, gaúcho também; mas sobretudo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Gaúchos e gaúchas de todas as querências!

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – De todas as querências, não é mesmo?

Mas que todos aqui... O importante é que hoje estamos falando para o nosso Brasil, sobre o tema da prevenção de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho. Assim como disse o Senador Paim e já disse quem me antecedeu aqui; a colega Aline, do Ministério do Trabalho: o Abril Verde já está consolidado. Não por outro motivo – eu inclusive deixei aqui uns adesivos –, ele já está fazendo dez anos, e a cada ano crescem as ações relacionadas à prevenção.

O início da campanha, temos que citar, é no Nordeste, na nossa querida Paraíba. Um trabalho insistente e consistente do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho da Paraíba, em parceria com a Associação de Engenharia de Segurança do Trabalho, inicia essa ação a partir de duas datas importantes que temos em abril, que a Aline já citou: dia 28 de Abril, Dia Nacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, um dia de luto, mas também de luta; E o dia 7 de abril, o Dia Mundial da Saúde, porque a saúde precisa ser preservada no ambiente de trabalho, precisa ser promovida no ambiente de trabalho.

E, não por outro motivo também, este ano o Ministério Público do Trabalho tem como mote da campanha Abril Verde: "Adoecimento também é acidente do trabalho".

Nós precisamos retirar os trabalhadores e as trabalhadoras acidentadas e, principalmente, adoecidas no trabalho, da invisibilidade.

Em 2022, a Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial da Saúde publicaram um estudo que apontou que 81% das mortes relacionadas ao trabalho decorrem de doenças relacionadas ao trabalho. E aí nós buscamos nossas notificações de CAT, aqui, no Brasil. Nós sabemos que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subnotificação, mas, no caso do adoecimento, isso é gritante, porque apenas 2% das CATs relacionadas à morte no trabalho trazem como causa um adoecimento relacionado ao trabalho. Ou seja, as doenças do trabalho estão, sim, invisibilizadas; as empresas não estão notificando e, por consequência, não estão adotando melhores medidas de prevenção. Porque a notificação não é apenas uma questão de burocracia: "Poxa, emitir mais um documento!". Não, a notificação é o momento em que o alarme aciona e se diz: "Bom, as medidas de prevenção que estamos implementando aqui são insuficientes, são inexistentes".

É preciso retomar esse processo de melhoria contínua, que precisa gerir os processos, os procedimentos de gerenciamento de riscos no ambiente de trabalho, de controle da saúde ocupacional, justamente por esse propósito de acompanhamento contínuo. Se alguém está adoecendo, se alguém está acidentando, precisamos rever o que está acontecendo.

E quando falamos em estatísticas, este mês de abril iniciou e não tem dia que alguém me pergunte quando vai ser atualizado o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, que é uma iniciativa do MPT, com a OIT, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde e Ministério da Previdência. Ele ainda não foi atualizado. Por quê? É por que o MPT não quis? Não. É porque a Dataprev não está nos fornecendo dados. Ou seja, dados que são a base para a execução de políticas públicas não nos estão sendo fornecidos.

O Ministério da Previdência, o INSS, que é o detentor desses dados, na realidade, não está tendo acesso a esses dados, Senador.

Isso é uma denúncia que estou fazendo aqui também. Não pode uma empresa pública, no caso a Dataprev, ser detentora dos dados e não liberá-los para a sociedade. Estamos numa busca incessante, desde agosto do ano passado, para que esses dados sejam fornecidos, para que possam ser tratados e divulgados para a sociedade, para subsidiar as políticas públicas, e isso não tem acontecido.

Seguimos nessa luta. Talvez tenhamos que fazer a divulgação apenas em maio, talvez em junho, e aí até seguimos no nosso propósito aqui, que também não pode ser só o Abril Verde, não é? O ano todo precisa ser de prevenção.

Este mês precisamos, sim, intensificar as ações, mas, no ano todo, a prevenção precisa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se você me permite, eu desconto o tempo...

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se entender adequado, como resultado desta Comissão e deste debate de hoje, nós podemos, inclusive, mandar um ofício, oficial, exigindo que esses dados cheguem à Comissão e a vocês.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Seria excelente, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já fica como encaminhamento aí...

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – É um pedido que faço e, se houver essa concordância, inclusive de todos os integrantes da mesa, de que essa é uma necessidade...

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – Por favor. A inspeção do trabalho também precisa desses dados para poder organizar e planejar a prática da inspeção para o próximo ano, não é? Para todos os anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Então, está aprovado, por unanimidade –, decretou o Presidente.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Excelente!

Falando em estatísticas, tem uma estatística aqui muito importante e que geralmente não é citada, quando a gente fala em adoecimentos e acidentes relacionados ao trabalho, que é o perfil de acidentalidade, considerando a idade das pessoas que se acidentam.

E eu cito isso por quê? Para reforçar a importância das ações relacionadas ao projeto Segurança e Saúde nas Escolas, que executamos em parceria com o Ministério do Trabalho, com a Organização Internacional do Trabalho e com muitas empresas já aderindo – que bom! –, muitas associações de trabalhadores.

Os trabalhadores que mais se acidentam no trabalho – são mais de 1,1 milhão de acidentes nos últimos dez anos, até 2022, que é o último ano da estatística, são os jovens trabalhadores: de 18 a 24 anos. Ou seja, no início da sua vida produtiva, eles estão se acidentando no trabalho, muitos ficando inválidos e muitos morrendo no trabalho.

Isso significa que estamos falhando em termos de preparação para o trabalho decente, seguro e saudável. Porque a educação é isso, e estamos aqui, na Comissão de Educação – muito propício inclusive esse espaço –, para justamente solicitar o apoio desta Comissão para que esse tema transversal, relacionado à prevenção, à saúde e à segurança do trabalho, seja trazido para todos os currículos escolares.

Nós não podemos continuar formando os nossos trabalhadores, mas também futuros empresários e gestores públicos, sem que tenham conhecimento sobre o que é identificação de riscos no trabalho, avaliação de riscos, e aplicação e implementação de medidas de prevenção.

A gente precisa, dentro do projeto de vida dos nossos estudantes, trazer o questionamento: você quer se formar para quê? Qual vai ser o seu futuro trabalho? Sim, mas quais são os riscos relacionados a esse trabalho? Como é que se previne acidentes e doenças nesse trabalho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a qualificação para o trabalho que a nossa educação busca tem que ter esse complemento. É qualificação para o trabalho decente, seguro e saudável. É imprescindível que trabalho tenha esse sobrenome – não é, Senador? Não é, Aline?

Então, temos que trazer essa questão, e é importante que a gente traga isso, aqui, neste momento.

Inclusive, tramita, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei do Deputado José Guimarães, que, justamente, busca alterar a Lei de Diretrizes e Bases, com o propósito de trazer esse tema transversal para os currículos escolares. É muito importante que, esta Casa, o Senado, também apresente todo o apoio necessário no momento em que a discussão chegar a esta Casa. Isso é muito importante.

Muito bem, voltamos à questão dos adoecimentos relacionados ao trabalho. E falávamos da questão da não notificação. Por que isso não tem sido notificado? Tantas vezes conversamos com médicos do trabalho e, provavelmente, o Dr. Francisco aqui não vai me deixar mentir, que a pressão por parte das empresas para não notificar também é muito grande. A pressão pelo ocultamento é gigantesca. Só que as medidas de prevenção não vão ser implementadas enquanto tudo isso estiver sendo varrido para debaixo do tapete. A notificação precisa acontecer.

E, nesse aspecto, eu trago aqui, inclusive para fins de reflexão, o quanto estamos implementando a Convenção nº 161 da Organização Internacional do Trabalho, que fala em saúde do trabalhador, porque, talvez, de certa forma, o que nós temos no Brasil é uma certa dissonância quando a gente tem saúde ocupacional sendo feita por um médico do trabalho contratado pela empresa, que vai cumprir os interesses da empresa.

Mas a Convenção nº 161 fala em saúde do trabalhador.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – E a lei do SUS no Brasil estabelece a vigilância em saúde do trabalhador como uma característica da saúde pública que precisa ser executada com relação a todos os trabalhadores, e não apenas aos celetistas, ou seja, este certo critério excludente que muitas vezes se aplica quando a gente fala em prevenção.

Então, a questão de termos uma saúde do trabalhador mais pública, com esse olhar realmente de prevenção, talvez seja um encaminhamento importante que tenhamos que debater aqui também, porque a efetividade da saúde ocupacional apenas estando embaixo das asas da empresa não tem sido suficiente para essa prevenção acontecer de forma adequada. É uma questão importante.

E um último aspecto que eu trago aqui é a falácia dos graus de risco, que até hoje são implementadas no direito do trabalho. Em breve devemos ter uma revisão, não é Aline? Em breve devemos ter. A Norma Regulamentadora nº 4 ainda traz os graus de risco das atividades de trabalho da década de 70, que considerou apenas acidentes típicos, não considera os adoecimentos. Não por outro motivo, os bancos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerados grau de risco um, apesar dos afastamentos numerosos pela previdência, inclusive atestando que o afastamento é relacionado ao trabalho, que o adoecimento psíquico, as doenças osteomusculares são relacionadas ao trabalho.

Então essa revisão é urgente. Isso eu clamo aqui também. Ela está na agenda, mas que realmente ela ocorra, seja implementada e a gente tenha também, a partir dessa definição, um reflexo adequado de quais são realmente as atividades que estão acidentando e estão adoecendo – inclusive por uma questão que V. Exa. falou, Senador, no sentido de que o acidente e o adoecimento mancham a reputação da empresa. E devem manchar mesmo, porque a produção precisa acontecer, a economia precisa evoluir, mas não às custas da saúde, da integridade física e psíquica das pessoas que trabalham.

Esta é a mensagem que nós queremos deixar aqui: que a campanha Abril Verde se consolide, esteja também na nossa legislação, para que de fato seja fortalecida, mais associações, mais empresas, mais trabalhadores estejam engajados, não apenas por uma questão promocional, não apenas para dizer "vesti a camiseta", mas porque estou usando, estão implementando ações concretas de prevenção o ano todo.

E essa é a proposta do Ministério Público do Trabalho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito, muito bem! Uma salva de palmas às duas painelistas aqui. (*Palmas.*)

Antes foi a Aline e agora foi a Cirlene Zimmermann, que falou pelo Ministério Público do Trabalho, ambas com muito conteúdo, muita firmeza, e conhecem o tema.

Eu conheço um pouco. Por que eu digo "um pouco"? Na época eu estudei, me preparei, fui técnico de segurança do trabalho, mas estou quase há 40 anos aqui dentro; então, não vou dizer que eu sei exatamente o que está acontecendo nas fábricas.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (*Fora do microfone.*) – Mas está sempre se atualizando, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dentro do possível, é claro, pelo debate aqui dentro.

Mas vocês é que estão lá na base, lá na frente mesmo do campo de batalha.

Eu vou contar mais uma historinha agora, de um segundo: uma vez eu fui convidado para ir para Nicarágua em plena guerra. Em plena guerra dos nicaraguenses contra os "contras", que estavam ali na fronteira. Foi uma comissão de alto nível, e eu disse: "Mas vocês vão me levar para onde mesmo?". Eu – sindicalista na época, ainda – não era nem Parlamentar. E lá fui eu para o *front*. Quando eu comecei a ouvir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o barulho dos canhões, eu disse: "Eu não preciso ir até lá, vamos ficar por aqui". (*Risos.*) É uma questão de prevenção – prevenção.

Eu saí com essa, da prevenção, porque eu já tinha trabalhado aquela história de se é culpado....

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (*Fora do microfone*.) – É identificar o risco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. E o fundamental é a prevenção – alto lá. Prevenção.

Mas vamos lá. Com a palavra, o Sr. Wilton Cardoso de Araújo, Presidente do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do DF (Sintest), por dez minutos com mais cinco.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia a todos. Eu cumprimento toda a mesa aqui, na pessoa do Senador Paulo Paim, a qual parabenizo pela iniciativa dessa temática tão importante e relevante, que discutimos aqui desta Casa dois anos atrás, acatada pelo nosso Senador, e que é de muita importância e relevância, não só para nós que somos atores da prevenção, mas para todos os trabalhadores e para toda a sociedade civil no âmbito geral.

Não poderia deixar de falar ou mencionar aqui o amigo Nivaldo, que não pôde estar aqui, está ali no lançamento da Canpat, onde eu passei rapidamente, e temos muitos corroboradores ali com a nossa pauta também, ativa e efetiva, traçando estratégias para que nós possamos zerar esses índices decentemente. O Nivaldo está, inclusive, assumindo a Federação – tá, Senador? –, a Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho; então, com certeza nós vamos engajar muito e muito mais com essa pauta.

Trouxemos essa lei para o Distrito Federal, copiando, porque o que é bom é a gente copia, não é? Ninguém acorda com essa ideia, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Vê em outro lugar e traz, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Alguém começou.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Alguém começou. Então, trouxemos a ideia do Nivaldo, da Paraíba, e no Distrito Federal foi aplicada essa lei no âmbito do GDF, através de uma frente parlamentar que nós criamos a pedido do nosso sindicato naquela ocasião. E, agora, com essa lei nacional, nós nos sentimos altamente prestigiados, porque, sim, nós já discutimos a prevenção, já discutimos a temática, mas, quanto mais tiver diretrizes, estabelecimentos, mais tentáculos, nós alcançaremos muito mais pessoas. Então, assim, hoje a gente está trabalhando – igual a Dra. Aline falou –, a Canpat está se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciando hoje, vai até dezembro, com a temática inclusive de NR-12 – segurança na operação de máquinas e equipamentos. Vamos trabalhar em conjunto ali com o Dr. Almeida, que é um curinga; um curinga, não é?

E, só para mencionar também, até para que sejamos mais ativos, a pedido do nosso sindicato, do Getrin-10 aqui, de que o Dr. João Otávio do TRT10 é Coordenador, conjuntamente com a Dra. Katarina, que foi uma solicitação do Judiciário e da representatividade da sociedade civil organizada dentro dos Legislativos. Montamos agora a frente parlamentar, Senador, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, através do Deputado Eduardo Pedrosa, que inclusive já tem a ciência dessa pauta. E ele, sendo Presidente, com certeza trabalhará e dará suporte, até mesmo porque ele é o gestor do orçamento do GDF; então, a gente pegou o Presidente correto, não é?

Então, assim, a gente vai ter, inclusive agora, no dia 26 – quero até convidar quem estiver aqui em Brasília –, uma sessão solene, proposta pela Deputada Dayse Amarilio, que é a Vice-Presidente dessa frente parlamentar, em que nós teremos todos os atores que fazem segurança do trabalho aqui, tanto representantes do Poder Executivo, quanto do Legislativo, do Judiciário e da sociedade civil organizada; inclusive, homenagearemos ali profissionais da área de segurança do trabalho, doze profissionais que atuam diariamente, cotidianamente, nesse intuito de eliminar, de neutralizar e minimizar esses agentes nos ambientes de trabalho, não é, Senador?

Em Brasília, nós somos 6 mil técnicos em segurança do trabalho e, no país inteiro, nós somos 420 mil técnicos. E com esses índices alarmantes, Senador! Agora, imagine se nós não tivéssemos essa atuação desses profissionais prevencionistas, conjuntamente com os demais que compõem os Sesmt, que são os médicos de trabalho, enfermeiros do trabalho, engenheiros de segurança do trabalho, técnicos de enfermagem do trabalho. Então são profissionais que são fundamentais para estarem trabalhando.

Concordo muito com a Dra. Cirlene na fala dela: tem que ter independência de trabalho. É muito ruim ficar sob o jugo da empresa, porque têm muitos profissionais altamente competentes e qualificados que ficam ali suprimidos pelo poder capitalista. Essa é uma realidade a que nós não podemos fechar os olhos. Temos que trabalhar essa questão, inclusive para desmistificar toda essa situação. Porque o Abril Verde, além de ser uma questão de cultura, é uma questão de aplicabilidade, como muito bem falaram os demais componentes da mesa. Temos que tirar a lei... Ela estabelece tais as diretrizes, mas nós temos que colocar essa aplicabilidade em campo.

Concordo muito e sou fã da Doutora – de todos aqui eu sou fã, não é? Quando a gente tem a causa na veia, você é fã de todos, não é? A Doutora traz a pauta do Orlandino, técnico de segurança, conhecido de todos e um mentor, assim como o Nivaldo, da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me fazer um apartezinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Opa, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – É porque, como eu tenho uma idade muito avançada, eu faço parte da história. Não tem como me deixar fora.

O Dr. Orlandino, quando veio ao Congresso – por sinal é um senhor muito elegante, mas vestido com roupa muito simples –, ninguém dava atenção para ele. Isso muitos anos atrás. E ele veio para mim e disse: "Paim, Paim, Paim, é tu e tem que ser tu. Eu quero fazer um projeto de lei para a segurança nas escolas". Ele pressionou tanto que eu apresentei e aprovamos. Existe a lei, graças exatamente àquele senhor lá do Rio de Janeiro, barbudo...

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (*Fora do microfone*.) – Veio de ônibus para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Veio de ônibus e voltou. Um dia ele foi homenageado na Fiergs, no Rio Grande do Sul, devido a esse projeto, viu! Daí ele queria muito, muito, que eu fosse lá, porque eu sou do Rio Grande do Sul. Eu já estava lá mesmo, então fui lá dar um abraço nele.

Vamos dar uma salva de palmas ao Sr. Orlandino aí, que é um lutador anônimo. (*Palmas.*)

O seu tempo volta, porque eu tirei um minuto e meio aqui já.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Ganhei até acréscimo agora. (*Risos.*)

Muito bom. Ele merece mesmo. É uma pessoa que fez e faz incansavelmente. É admirável mesmo vê-lo, com toda aquela idade – gera, inclusive, para a gente, esperança –, ter a disposição que ele tem. Se eu tiver 50 anos e tiver pelo menos metade da dele, já está bom para a gente seguir em frente, não é Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todos.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Nós todos. É verdade.

E é bacana a discussão dessa temática, porque ela abre a oportunidade, Senador, a todos os atores que fazem acontecer a segurança do trabalho. E aqui eu vou citar, mais uma vez, a frente parlamentar. É um projeto, Dra. Cirlene, que nós trouxemos e já está em análise pela frente parlamentar: é que nós vamos formar, pela Cipa, nas escolas, nos grêmios estudantis, alunos ali componentes da escola. Iremos certificá-los, e eles irão fazer a análise dos ambientes da escola em contexto geral, estreando com percepção de riscos. Vão fazer um relatório, que vamos encaminhar para cada gabinete da Câmara Legislativa, e vão gerar emendas no valor de até R$300 mil, por carta convite, para poderem sanar esses riscos dentro das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Excelente.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Então eu acho que é muito bacana isto: tirar do papel e fazer acontecer.

Inclusive foi muito difundido, infelizmente, um evento que teve aqui em Brasília da Sra. Sandra, 42 anos, servente de limpeza, que foi fazer uma limpeza em cima de uma cobertura de fibra inclusive. Ela não tinha qualificação para aquela atividade. Ela nem sequer tinha entendimento. Então, assim, houve ali, por parte, negligência do Estado, do Governo do Distrito Federal. Houve ali por ela uma imperícia: ela não tinha conhecimento dos riscos daquela atividade, não era a função dela. E isso, Senador, só nos faz alertar que a segurança do trabalho não pode ser só cobrada nas empresas privadas, mas o setor público tem que colocar também a mão na consciência para que nós possamos incluir todos os profissionais dos Sesmt no âmbito do Executivo. Nós temos secretarias de Estado, nós temos administrações regionais, nós temos prefeituras.

Está aqui a realidade que nós podemos mudar, porque é uma lei hoje que está sendo em nível do Brasil, que vai atingir mais de 5,4 mil municípios. Existem municípios que não têm técnicos de segurança do trabalho, mas de alguma forma com essa legislação vai ter que ser difundido esse tema naqueles municípios.

Então, aonde nós não chegarmos, a nossa fala vai chegar. E eu digo uma palavra do Almeida, o Almeida sempre me fala isto: "Wilton, não importa o mensageiro, importa que a mensagem chegue".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Gostei da frase.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Boa, não é? (*Risos.*)

Então, eu só gostaria de agradecer a todos vocês.

Também, Senador, quero mencionar que nossos sindicatos todos estão hoje trabalhando numa situação altamente limitada, sem recursos. Então, nós somos 100% voluntários naquilo que fazemos. Não poderia deixar de agraciá-la e agradecer a uma voluntária que está ali, que me estimula e me incentiva, deixa eu sair, que é a Sra. Tatiane, técnica de segurança, a quem eu falei: "Se quiser andar comigo e continuar casada, tem que ser técnica de segurança". (*Risos.*)

Então, eu queria agradecer à minha esposa aqui nesta audiência, porque ela é uma pessoa que muito tem me ajudado e me dado força para seguir e prosseguir. Enquanto forças eu tiver, aqui estarei lutando, independentemente de ser sindicalista ou não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então as palmas que encerram a mesa são para você e para ela! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixem-me só comentar isto, meu querido líder, importante técnico de segurança do trabalho e Presidente do Sindicato, Sr. Wilton Cardoso de Araújo: gostei muito da frase porque aqui no Parlamento, e falo isso com a maior tranquilidade, tem um pequeno equívoco de alguns que pensam que o mais importante não é a mensagem que chega, que pode salvar vidas. O carteiro merece todo o nosso carinho e os nossos elogios.

Os Parlamentares estão aqui... Mas nós somos instrumentos, somos ferramentas, vamos dizer. A lei tem que ser aprovada. Quando chegam para mim e perguntam o seguinte: "Paim, essa lei se iniciou aqui no Senado, está no debate há muito tempo, mas alguém na Câmara agora apresentou a mesma lei e aprovou". Vale a Casa que aprovou primeiro, não importa se começou aqui. Se se aprovou primeiro lá, vem para cá, e eu vou relatar, se assim eu conseguir até... Eu vou ter o gosto de relatar e aprovar.

É assim que se escreve a história, e não querer sempre que você seja o sujeito da história e queira desvalorizar a própria história, que é a mensagem que você coloca aqui.

Vou usar mais a frase, porque gostei dela e é exatamente o que eu penso.

Passamos a palavra agora ao Sr. Francisco Cortes Fernandes, Presidente da Associação Nacional da Medicina do Trabalho.

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES (Para expor.) – Obrigado, Senador Paulo Paim, obrigado pelo convite. Presidente Wilton, Dra. Cirlene – já de longa data, companheira de lutas, não é Dra. Cirlene? – Dr. Aline e Presidente Fábio, a quem cumprimento.

Eu sou Presidente da Associação Nacional da Medicina do Trabalho, sou Médico do Trabalho há 40 anos e gaúcho também, Senador. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Nós vamos ser impugnados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O território já está ocupado aqui. Bom, que venha o chimarrão!

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – É, mas eu moro em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Venha o chimarrão.

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Eu agradeço o convite de participar desta audiência pública de instrução deste PL que reputo muito importante, do Abril Verde, e eu, rapidamente, gostaria de lembrar, falando em alguns números que eu acho importantes, que, na medicina do trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós médicos do trabalho no Brasil somos um número de 21 mil, Senador – 21 mil! Lógico, não somos tantos como os 400 mil do Presidente Wilton, mas somos 21 mil. E aqui entendem-se médicos do trabalho especialistas em medicina do trabalho aqueles que realizaram não só o ensino de medicina do trabalho, em nível de pós-graduação, mas aqueles que realizaram a prova de título de especialista, que é feita pela nossa Associação Nacional de Medicina do Trabalho. Somos 20 mil, quase 21 mil médicos do trabalho no Brasil atualmente. Nós somos a sétima especialidade em número de especialistas. Nós perdemos para algumas especialidades como pediatria, gineco-obstetrícia, clínica médica, medicina da família e comunidade, cirurgia geral e ortopedia, depois vem a medicina do trabalho.

A nós, médicos do trabalho, cabe, através de exames ocupacionais periódicos e outras ações, zelar pela saúde do trabalhador. Se pensarmos em uma população economicamente ativa ao redor de 40 milhões de brasileiros, nós cuidamos, ou deveríamos cuidar, se fôssemos procurados por toda essa população de trabalhadores, de 40 milhões de trabalhadores, Senador – 40 milhões! Então, isso faz parte de a gente lembrar como é importante o trabalho do médico do trabalho, que, muitas vezes, é relegado ao segundo plano, como se fosse: "Olha, assina um papel, faz um exame rápido". Não, não é isso.

Então, nós temos um papel muito importante e, como bem falou a Dra. Cirlene, nós fazemos parte de um ciclo, de uma equação em que, se falhar algum ponto, nós teremos um desempenho muito ruim. Por quê? Porque ao nosso principal cliente, que é o trabalhador, nós temos a obrigação moral, ética de entregar um trabalho consistente.

E como é que atua esse médico do trabalho? Atua de forma sinérgica, com outras especialidades, com outras profissões. Ontem, eu tive a oportunidade de assinar em São Paulo um acordo de cooperação com a Associação Brasileira de Ergonomia, com a Associação Nacional de Engenharia de Segurança do Trabalho, com a Abresst (Associação Brasileira de Empresas de Saúde e Segurança no Trabalho), com a Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais – um acordo de cooperação. Por quê? Porque nós entendemos que nós, sozinhos – viu, Presidente? –, não conseguimos fazer nada. Não é só a Dra. Cirlene brigando, como ela diz, clamando. (*Risos.*)

Nós precisamos fazer um trabalho em conjunto. Eu acredito firmemente que o trabalho em conjunto é produtivo. O trabalho separado, Senador, não acredito que funcione bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O trabalho coletivo é que funciona.

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Então, como é que nós fizemos? Através de informações obtidas de medição de postos de trabalho, de riscos, nós vamos procurar nos pacientes trabalhadores se eles estão apresentando algum tipo de doença ou distúrbio. E aí vai fechar realmente o círculo virtuoso de trabalho do médico do trabalho e da segurança e saúde do trabalhador em geral. É isso de que nós precisamos. Nós não precisamos somente de um técnico abnegado, de um engenheiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança abnegado, de um auditor fiscal abnegado, de um médico abnegado; nós precisamos da cadeia, Senador, abnegada, lutando por esse objetivo, senão nós não teremos objetivos.

Eu li atentamente, Senador, as propostas, as ações propostas no PL e eu me atentei à proposta de número 4: "realização de atos lícitos e úteis para a consecução dos objetivos da campanha". Eu acho que esse é o ponto. Eu acredito que todos os componentes da mesa... Entendo que é por aí que nós geraremos alguns resultados.

Eu gostaria de discutir aqui, vou clamar também – isso é mania de gaúcho, ficar clamando... (*Risos.*)

Mas eu vou clamar, Senador, por uma parcela com a qual eu me preocupo muito – me preocupo muito. Eu falei em 40 milhões de trabalhadores, mas eu falei em 40 milhões de trabalhadores formais, Senador. Mas nós temos que lembrar que nós temos outro tanto, talvez mais 40 milhões – eu não tenho esse dado, eu acho que ninguém sabe isso aí – de trabalhadores informais. E eu acho que nós, como sistema de saúde e segurança do trabalho, Senador, precisamos nos atentar para essa população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Inclusive, eu acho que eles seriam até mais necessitados do que os trabalhadores formais. Não quero fazer esse juízo de valor – acho que não foi uma frase boa –, mas eu acho que nós teríamos que dar atenção para essa população.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Não tem, não tem nada... Então, muitas vezes vão para o SUS – eu adoro o SUS –, mas muitas vezes são atendidos por médicos que não têm formação em medicina do trabalho.

Então, como nós fizemos? Vamos tapar os olhos? Essa população é invisível. Aquele motorista de Uber que fica 12 horas, 14 horas trabalhando ao dia, como você acha que é a repercussão na saúde mental dessa pessoa? Quem mede isso? O que nós fizemos para esse trabalhador? Tirando outros exemplos que eu acho que são importantes, mas que também não vêm ao caso.

E, por último, Senador, eu gostaria também de pegar um fato que é muito importante. Eu li, saiu na grande imprensa... Saiu um trabalho da Fiocruz, no mês passado, em relação à saúde da população ianomâmi: quase 100% da população ianomâmi está contaminada por mercúrio. Isso nos lembra da doença de Minamata, no Japão, que, na década de 30 do século passado, acometeu uma série de pessoas na baía de Minamata, porque eles ingeriam peixe contaminado com mercúrio.

Isso está acontecendo com essa população indígena lá, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – ... no Amazonas, no Pará. Quase 100%. E não falo só na população indígena, mas também nos próprios trabalhadores... É ilegal, é ilegal. (*Risos.*)

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Mas eles também devem estar sendo... Então, olha para onde que nós estamos indo.

E por que eu estou falando isso? Porque a população ianomâmi está falando para nós, há anos: "Nós estamos adoecendo". E aqui eu quero pegar o gancho do Wilton, porque ele falou o seguinte: "Nós precisamos escutar a voz do trabalhador", e os ianomâmis estavam falando para nós, Senador, há muitos anos, que eles estavam adoecendo.

Então, eu acho que nós precisamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Que susto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquilo. Mais cinco minutos.

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Então, eu acho que nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aquilo lá é para me lembrar: "Dê mais cinco minutos para ele". É mais para mim do que para você.

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Não, não, já estou encerrando.

Então, eu acho que nós precisamos também, nessa nossa campanha, nessas ações propostas, incluir aqui e ouvir a voz do nosso cliente, e o nosso cliente é o nosso trabalhador. O que ele acha que seria importante para nós, como sistema – o que eu estou chamando de sistema de segurança e saúde do trabalhador –, que fosse realizado para que isso realmente resultasse numa ação efetiva?

Muito obrigado, Senador. Desculpe-me por avançar na hora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não foi nada. Nós estamos te devendo cinco minutos ainda.

Meus parabéns ao Sr. Francisco Cortes Fernandes, médico, Presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, que nos lembrou muito, muito bem, permita-me dar um destaque, dos informais. Foi uma lembrança de que, desta Comissão, pode sair até algum indicativo, de forma que a gente olhe para essa população, porque, muitas vezes, a gente olha para o Brasil todo e parece que esquecemos, por exemplo, que tem 30 milhões de pessoas – aí varia em 32 milhões, falam que são 28 milhões, mas em torno de 30 milhões de pessoas – que vivem com insuficiência alimentar, e nós somos o país que mais produz alimentos no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem eu falava ainda com alguns produtores e eles disseram para mim o seguinte: "E nós podemos ser disparadamente o país que mais produz alimentos no mundo", eles, inclusive, me dizendo isso. E parece que esse mundo a gente não vê, não enxergamos esses 32 milhões de pessoas que estão passando fome.

E aqui você lembra bem: são mais de 40 milhões na informalidade. Como é que eles ficam na hora de um acidente? Quem indeniza? Quem paga? Como é que fica a família deles? Vão receber o quê, se eles não têm direito a nada? Além da sequela, naturalmente, do acidente, mas como é que ficam? De onde vem a sobrevivência deles nesse período em que eles estão acidentados?

Então, parabéns a todos pela grandeza do debate de hoje aqui. Depois eu vou fazer uma pergunta minha para vocês do meu tempo, quando eu era ainda...

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – É boa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de 40 anos atrás. Se eu botar o tempo de sindicalista, vai dar muito mais ainda de 40 anos que eu estava na fábrica.

Com a palavra agora o Sr. Fábio José Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO (Para expor.) – Obrigado, Senador Paim, pela propositura da audiência, pela propositura da lei, do projeto de lei, que é fundamental neste momento desta discussão.

Não sou gaúcho, sou goiano, mas trago aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está aqui na divisa, então está bem. Está bem colocado.

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – Sim, a gente cedeu esse pedaço aqui... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei dessa, gostei dessa!

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – ... para uso por algum tempo, depois a gente vai retomar.

Mas trago aqui o abraço de duas gaúchas que me lideram, a Débora Melecchi e Célia Chaves, Diretoras da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

Quero abordar alguns pontos. O Dr. Francisco abordou um dos pontos que eu ia dizer. Estou aqui com um dado da Justiça do Trabalho, divulgado pelo TRT nº 8, que diz que, Senador, 612,9 mil notificações de assistente de trabalho foram feitas em 2023 e houve 2.538 mortes em 2023. Então, o número é assustador quando a gente pensa, Senador, nos trabalhadores formais, os que têm acesso à notificação de acidente de trabalho. Nós estamos falando de um outro tanto, muito maior, mas muito maior do que esse, de trabalhadores informais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, eu trabalho aqui em Brasília também, vim para cá e me desloquei pela EPTG. Tinha um motociclista caído ao chão, provavelmente com aquela bolsa de entregar produtos, e estava com os bombeiros lá prestando socorro. Então, esse acidente vai ser notificado? Ele não vai ser notificado, porque ele não tem registro formal. Ele vai ser atendido em algum hospital. Caso ele faleça alguns dias depois desse acidente, nem acidente de trânsito será. A morte dele não será vinculada ao acidente de trânsito que ele teve hoje, se ele não morreu hoje, lá no momento, na hora.

Então, essa coisa do trabalhador informal, do que foi jogado na mente das pessoas, de que ele pode ser empresário de si mesmo está trazendo morte, Senador – mortes e adoecimentos. E eu estava me deslocando com um motorista de aplicativo que estava trabalhando desde 4h da manhã, e disse que vai trabalhar hoje o dia todo. Então, convenceram as pessoas de que trabalhar por conta própria é ser empreendedor. Você não é empreendedor, você é um trabalhador que direito algum tem. Então, esse é o primeiro aspecto que eu quero trazer. Essa questão do trabalhador informal que não é notificado não existe para esses indicadores.

Se, a cada 3 horas e 47 minutos, um trabalhador morre no Brasil por acidente de trabalho, imaginem se forem computados os trabalhadores que trabalham informalmente, que falecem a todo momento, inclusive na construção civil, trabalhando informalmente. Quantos falecem? Diariamente a gente tem informações que não viram notificação. O número é muito maior do que esses dois mil e tantos trabalhadores que faleceram no ano passado. O número é infinitamente maior do que isso.

Temos a questão também, Senador, que é importante a gente falar aqui nesta Comissão, de que o vínculo trabalhista, o vínculo do trabalhador – eu estou falando do formal – influencia na questão do acidente de trabalho. Trabalhadores terceirizados, Senador Paim, sofrem mais acidentes de trabalho. Isso é estatístico. São mais precarizados. Então, sofrem mais acidentes de trabalho. Então, este é um ponto também importante: o vínculo trabalhista, a precarização, essa coisa que foi aprovada pelo Supremo da terceirização ampla e irrestrita, isso é um absurdo que esta Casa de Leis tem que rever.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga, lamentável, fiquei muito triste. Aqui a oposição bate muito no Supremo, mas nesse dia, meu amigo, eu não tive como não ir à tribuna e fazer uma crítica muito dura.

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o que você disse, é inadmissível. Terceirizar atividade-fim é a porta, como eu digo, para o trabalho escravo.

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a porta escancarada para o trabalho escravo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – É isso. Então, hoje, por exemplo, os trabalhadores de segurança aqui do GDF, dos hospitais do GDF, estão paralisados porque eles não recebem salários. Então, a gente tem que... A coisa da terceirização não pode ser tratada da forma que é. Hoje, você pode montar uma escola, um hospital, sem ter um trabalhador seu, tudo terceirizado. Isso não pode acontecer. É dado estatístico que trabalhadores terceirizados sofrem mais acidentes de trabalho do que os trabalhadores de vínculo direto.

Então, eu trago esses dois aspectos para a gente discutir aqui nesta audiência. E, como farmacêutico, trabalhador da saúde, eu quero trazer um terceiro aspecto, que é o do adoecimento dos trabalhadores devido às jornadas exaustivas. Quarenta e quatro horas de trabalho semanal, isso tem que ser revisto, Senador. Passou da hora de se reduzir pelo menos para 40 horas e, na saúde, para 30 horas no máximo, porque o que acontece? Os trabalhadores estão adoecendo. O número de trabalhadores afastados por síndrome de Burnout e outras doenças relacionadas ao trabalho, doenças mentais relacionadas ao trabalho só aumenta.

No meu segmento, Senador, a grande maioria dos trabalhadores trabalha no regime de seis por um, que são seis dias de trabalho com um dia de descanso. Esse dia de descanso pode ser a segunda, pode ser a quinta. Garante-se um domingo ao mês ao trabalhador homem e dois domingos ao mês à trabalhadora mulher, mas isso é insuficiente para que ele tenha, esse trabalhador, uma rotina de lazer com a sua família, um convívio familiar.

As empresas, Senador, tem algumas empresas que proporcionam dois dias de descanso semanais, mas não juntos os dois dias. O que acontece com esse trabalhador? Ele trabalha dez horas, o vínculo dele é de 8 horas e 48 minutos por dia – e já é mais do que o que é permitido por lei, 8 horas e 48 minutos por dia –, com duas horas de intervalo, isso dá 10 horas e 48 minutos, ou seja, por cinco dias na semana, esse trabalhador vive dentro da empresa, com meta de atendimento – as farmácias têm meta de atendimento –, consulta farmacêutica... Hoje, as grandes redes colocam meta para o farmacêutico bater. Venda de vitaminas, venda de uma série de questões, ou seja, o que tem de profissional de saúde adoecendo mentalmente, sendo afastado...

E com um detalhe... E aí eu chamo a atenção para que alguma medida de encaminhamento a gente tem de tirar desta audiência da gente. O que acontece? O trabalhador se afasta, eu tenho exemplos disso – eu sou Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos de Goiás –, o trabalhador se afasta por um adoecimento mental, uma depressão, um Burnout, quando volta do atestado, ele é demitido! Quando o trabalhador volta, saiu do atestado, recebeu alta daquele momento, ele é demitido! A empresa não quer trabalhador que adoece. O trabalhador que adoece é prejuízo para a empresa. Mas como assim?

Então, é função nossa... Eu acho que a gente tem... Eu estou colocando alguns pontos para serem discutidos na audiência e retirar encaminhamentos, porque são pontos que, realmente, atingem diretamente os trabalhadores da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em qualquer rede em que o senhor entrar, lá no Sul ou aqui em Brasília, onde o senhor entrar, procure trabalhadores de mais idade. Procure, Senador! Não existe. Não tem. Eu estou com 48, vou fazer 49 anos no mês que vem. Se eu for fazer uma seleção em qualquer rede, não consigo entrar, mesmo com 25 anos de experiência. Eles não querem. Tanto é que tem redes de farmácia montando faculdade de Farmácia para os seus trabalhadores. Querem pegar aqueles trabalhadores já todos moldadozinhos para fazerem o curso de Farmácia para seguirem a cartilha de trabalhar por dez horas sem reclamar, de, se sofrer um acidente de trabalho, não fazer CAT. Se fizer CAT, vai ser mandado embora.

Então, a missão é muito dura. Olha só, Senador, ao ponto a que chegamos: farmácia hoje faz consulta, farmácia faz vacina, farmácia faz testes rápidos de triagem lá – 47 testes foram aprovados pela Anvisa no ano passado –, mas, se o trabalhador quiser receber insalubridade, ele tem que entrar na Justiça. Não tem insalubridade.

A NR-15, que está em pauta para ser vista este ano, tem que mudar essa questão. Eu estive numa reunião no Ministério do Trabalho e não senti muita firmeza no Ministério do Trabalho para revê-la nesses pontos, sabe? Falaram: "Ah, ela está ultrapassada e tal, mas tem outras coisas para a gente ver também". É um absurdo um trabalhador farmacêutico, num número hoje de mais de 300 mil, dos quais 70% estão nas drogarias, para receber um direito, que é a insalubridade, porque está trabalhando em local insalubre... Na pandemia, tudo fechou, menos as farmácias, e, para receber um direito que é a insalubridade, tem que entrar na Justiça. Então, a gente precisa, de fato, discutir esses pontos.

A saúde, infelizmente, é a área que pior paga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – ... em qualquer local que o senhor for, é a que pior paga. A menor remuneração em qualquer setor – educação, Justiça, Judiciário –, a saúde é a que menos paga. Então, os trabalhadores necessitam ter dois vínculos, trabalhar mais do que é preconizado, para garantir o sustento da sua família, e, muitas vezes, voltam do seu trabalho adoecidos ou levam doença para sua casa, então, a gente precisa cuidar desses trabalhadores com muita responsabilidade.

Eu defendo aqui a bandeira da carreira única do SUS. A gente precisa, de fato, lutar por isso, até para a fixação desses trabalhadores em localidades mais remotas. Então, a gente defende, Senador, o direito dos trabalhadores, tanto formais quanto informais, do campo e da cidade, e a gente luta para que tenham as notificações, para que sejam tomadas providências e medidas. Essa é a defesa da Fenafar.

Coloco-me sempre à disposição da discussão e à disposição do debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Sr. Fábio José Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos, que traz denúncias também da maior gravidade, como outras que já foram feitas aqui. Eu concordo, plenamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com tudo o que você falou, mas com tudo mesmo, e me socorro de uma audiência pública que eu fiz, na semana passada, com os professores.

Eu nunca imaginei que o Brasil chegasse a esse nível. Era uma delegação de professores, inclusive de nível de superior, médio, todos os níveis. Fizemos uma audiência pública. O que eles me disseram lá? Muito semelhante ao que o senhor falou aqui. Uma professora disse, eu vou dar o caso, eu vou citar: "Eu sou de Pelotas. Trabalho das 8 às 10 da noite, para não ganhar o piso, porque muitos e muitos estados não pagam o piso". E aí vem a denúncia mais grave que eu ouvi lá: muitos e muitos municípios não pagam o salário mínimo para um professor!

Aí eu olhei para todos os convidados: "Mas isso em todos os estados?". Eles me disseram: na maioria. Na maioria dos estados, tem municípios que não pagam o salário mínimo. Mas não é lei que tem que pagar o piso? O piso hoje está em R$4.512, se eu não me engano. É lei, mas não pagam! Eles inventam lá uma folia, como eles me disseram, foi o termo que eles usaram. Disseram que o gestor municipal, que é o Prefeito, no caso, com alguns Vereadores – eu não vou citar de onde, de que cidade, só ouvi o que eles falaram e estou aqui reproduzindo – fazem uma picaretagem interna, dizendo que há outros penduricalhos, mas o salário dele, que é o piso mesmo, que deveria ser R$4.512, não chega a um salário mínimo! O salário base não chega um salário mínimo, mas o piso é piso! O resto é complemento.

Pega um juiz aí, pega um Senador, pega um Deputado, pega outros profissionais para ver... O meu piso aqui é um, o meu piso salarial. Agora, um professor não tem direito a receber, de fato...

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – O piso vira teto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente! A frase que eu mais ouvi lá: o piso virou o teto! "Ah, mas você tem auxílio-transporte, tem o vale-refeição, sei lá o quê...". Sim, mas quem não tem, aqui no Congresso, isso tudo? Mas isso é acima do salário dele!

Por isso é que eu já pedi aí, olha, a todos que estão assistindo aqui, e ao meu pessoal da assessoria: eu vou fazer uma palestra, em uma universidade de caráter nacional, sobre o tema que nós estamos conversando aqui. E vocês podem saber que o eixo da minha fala vai ser a fala de vocês, que eu ouvi aqui hoje.

Assessoria, fiquem espertos! Assistam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Assessoria... Porque está no gabinete. Aqui tem dois só, mas tem lá no gabinete outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquem espertos! O que está aqui vai ser o eixo da minha palestra que farei, no fim do mês, em homenagem ao mês do trabalhador.

Muito bem. Terminamos a primeira etapa da nossa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Muito bem.

Então, agora eu vou ler aqui...

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (*Fora do microfone*.) – Não tem que passar o vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, sim, primeiro o vídeo.

Eu disse que as mulheres mandam. Ela disse: "Sim. Se nós mandávamos, como a gente vai mudar tudo agora?". Ela pediu que passasse um vídeo primeiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi a Dra. Cirlene que pediu, não é? A Dra. Cirlene pediu o vídeo. Depois, às perguntas...

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, parabéns. A mensagem rápida é o que toca, não é?

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (Para expor.) – Senador, esse cordel é uma homenagem, também, à Paraíba, onde surge o Abril Verde, e a poetisa Anne Karolynne, que fez esse cordel... Ele é muito mais extenso do que isso, está disponível no *site* do Ministério Público do Trabalho, então sugiro a todos, também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Moçada, tomem nota aí.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – É realmente muito interessante esse material, porque a gente, de uma maneira lúdica, vai levando os temas, observando também as peculiaridades regionais. Você certamente vai falar com o povo do Nordeste de forma muito mais próxima, falando por meio de um cordel, e esse material também está aí à disposição. Isto significa conscientizar: você falar também a linguagem da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Leia um pedacinho aí, nem que seja... Nós queremos ver, escolha aí uma página e... A meu pedido, viu?

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN –

Abril é mês da saúde, de conscientização
De pensar sobre o trabalho, se atentar na prevenção
Para que não haja acidente, nem doença ao cidadão.

Se acidentes acontecem, é possível prevenir
Usar os equipamentos EPC e EPI
Prezar pela segurança e toda norma seguir [falta o sotaque, hein?]. (*Risos.*)
Se um trabalho lhe adoece, tem que haver uma medida
Conhecer para prevenir, procurar uma saída
Ter saúde no trabalho, para ter saúde na vida.

Que todo trabalhador se cuide e busque estar bem
Que a corrente da acolhida abrace sempre alguém
E que as pessoas conheçam o Abril Verde também

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha aí, viu? Arrasou. Essa cópia é minha.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Esta é sua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para a minha palestra na universidade lá, porque eu vou declamar um pedaço dela também, viu? Como ele disse aqui? O que é bom a gente copia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não precisa escrever nenhum outro cordel, não.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (*Fora do microfone*.) – É. Não precisa, não. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, valeu.

Bom, neste momento, antes das considerações finais – achei muito, muito boa a nossa audiência pública –, tem uma série de perguntas que vêm do e-Cidadania. É de praxe, eu as leio e cada um de vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolhe a pergunta a que quiser responder – de vocês ou dos convidados. Se não quiserem também responder a nenhuma, usem o seu tempo de cinco minutos para as considerações finais.

O.k.? Vamos lá!

Maicon, de Goiás, pergunta: "Riscos relacionados à ergonomia também geram acidentes/doenças. Como [...] [conduzir] esse quadro se a ergonomia não é aplicada na esfera pública?". Essa é uma pergunta.

Dois, Saria, do Mato Grosso: "Quais são as principais medidas de segurança que uma empresa deve adotar para prevenir acidentes no ambiente de trabalho?". A pergunta afinal é: "adotar para prevenir acidentes no ambiente de trabalho", pergunta.

Zacarias, de Minas Gerais. "Quais serão as políticas para implementar/reforçar mudanças quanto à cultura de segurança do trabalho em ambientes industriais?".

Stefani, de Rio de Janeiro: "Como essa medida irá ajudar os trabalhadores do agronegócio que diariamente sofrem com cargas acima do que seus corpos podem suportar?".

Paulo, de Rondônia: "Como incentivar uma maior responsabilidade social corporativa das empresas, especialmente em setores de alto risco?".

Paulo, de Rondônia... Também do Paulo, de Rondônia, esta aqui...

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS (*Fora do microfone.*) – Paulo, de Rondônia, também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Outra vez, Paulo de Rondônia. Parabéns, Paulo! A segunda pergunta: "Quais os desafios enfrentados pelas pequenas e médias empresas na implementação de medidas de segurança e saúde no trabalho?".

Thiago, de São Paulo: como será abordada a questão de altas temperaturas no ambiente de trabalho?

Eu trabalhei em fundição, no Eberle, em Caxias do Sul; e em forjaria, na Forjasul. Vamos repetir, porque eu me meti aqui para contar meus pedaços da história: como será abordada a questão de altas temperaturas no ambiente de trabalho? "Como é possível conscientizar sobre um problema tão ignorado?". Verdade.

Guaraci, do Rio de Janeiro: "E sobre quem adquiriu algum tipo de problema físico relacionado ao trabalho exercido por muitos anos? Essa nova lei contempla isso?".

Luiz, de Santa Catarina: "[...] [Qual seria a abordagem ideal] para que as pessoas aceitem de forma adequada a segurança no trabalho? Muitos acham que não é importante". Isso também existe. Mas aí é que vem a conscientização, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS (*Fora do microfone.*) – Informação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Informação, muito bem.

Michele, de São Paulo: "[Uma] alta carga horária [...] é um fator que predispõe a riscos laborais. [...] [Existe alguma medida para regular] essa questão [...]?". Também foi enfocado aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Mas fique à vontade.

Talita, de São Paulo: "Como as políticas públicas podem contribuir para a prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais?".

Geovane, de Rondônia: "Quais são os procedimentos para relatar incidentes e investigar suas causas?".

Essas são as perguntas.

Eu vou voltar para a minha lista de convidados. Eu vou fazer o seguinte: são cinco minutos para cada um, mas, se entender que precisa de mais cinco, sem problema; mas já ficam incluídas aí as considerações finais. Então, nós teríamos mais dez minutos para cada um para responder: cinco, com mais cinco, se for necessário, para as considerações finais.

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS (*Fora do microfone.*) – Cinco para cada pergunta. (*Risos.*)

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (*Fora do microfone.*) – É por aí, Aline.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dessa eu gostei!

Bom, vamos lá. Podemos repetir a mesma ordem em que eu recebi?

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (*Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, vamos lá. Concedo a palavra à Sra. Aline Aparecida Roberto Amoras, Coordenadora-Geral de Normatização e Registros do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Lá do Marinho, não é?

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, meu amigo, eu gosto muito dele, viu? Dê um abraço nele lá.

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS (Para expor.) – Sim, sim. Bom, as considerações finais, então, vão ficar para o final, vou começar aqui com outras perguntas com que eu entendo poder contribuir.

Bom, sobre a pergunta do Paulo, de Rondônia, por exemplo: "Como incentivar uma maior responsabilidade social corporativa das empresas, especialmente nos setores de alto risco?". Aqui vou ser bem assim sintética. A responsabilidade social, a gente só pode falar em responsabilidade social a partir do cumprimento da legislação, ponto. Antes disso, é só a partir do cumprimento da legislação que a gente tem qualquer prática que é de responsabilidade social corporativa, empresarial, é um *plus,* mas fazendo o cumprimento, conseguindo cumprir a legislação de segurança e saúde, as legislações básicas de trabalho, você já vai ser socialmente responsável. Então, o primeiro ponto é esse.

Vários pontos aqui a gente tem falando a respeito de trabalhos, que, na verdade, nós estamos fazendo. Então, eu queria salientar, por exemplo, a questão do agronegócio, a medida de ajudar os trabalhadores. Stefani, do Rio de Janeiro: "Como essa medida irá ajudar os trabalhadores do agronegócio, que diariamente sofrem com cargas acima do que seus corpos podem suportar?". No agronegócio a gente tem a questão também do calor, da situação de trabalho no campo. E aí a gente tem outra pergunta que fala aqui a respeito do calor. Essa questão do calor, das condições de trabalho, especialmente, que exaurem os trabalhadores do campo, perpassa vários setores. Então, a questão do estresse térmico, por exemplo, vai passar pelos trabalhadores da construção civil, dos fornos, da siderurgia, do agronegócio, enfim, todos esses trabalhadores, nós temos uma confluência, na verdade, dessa questão sendo tratada dentro do âmbito tripartite, que é onde nós organizamos a legislação de segurança e saúde do trabalho. Então, é importante salientar que todos esses temas que foram tratados aqui estão em pauta na Comissão Tripartite Paritária Permanente, que é o fórum consultivo em que a normatização de segurança e saúde do trabalho é produzida. Então, é a oportunidade que nós temos, é o meio que nós temos para viabilizar a legislação de segurança, que chega ao fim sendo cumprida pelos empregadores. Ela é organizada de forma tripartite, considerando que representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, do Estado, na verdade, fazem suas propostas trazendo as pautas que são dos seus representados. Portanto, a questão dos farmacêuticos, que foi tocada por nosso colega, essa questão da insalubridade dos farmacêuticos também está em pauta com relação à insalubridade de todos os outros que também estão sendo tratados da NR-15. Então é trazida a pauta por meio dos seus representantes e tratado de forma tripartite.

Bom, pois bem, então, assim, eu já juntei a questão do calor, das condições de trabalho dos empregados no agronegócio, todos os outros que estão, por exemplo, em setores como a construção civil. Eu, na verdade, sou mineira, mas também clamo, como os gaúchos, e fiquei dez anos em Pernambuco, então também recitar um cordel com uma certa tônica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Clamamos e declamamos...

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – É, clamamos, declamamos e conclamamos, não é?

Na questão dos trabalhadores que estão na esfera industrial, por exemplo, existem estratégias da inspeção do trabalho para poder tratar a cadeia produtiva, fiscalizar a cadeia produtiva. Enfim, todas as pautas estão sendo trabalhadas.

Agora, sobre a questão da jornada de trabalho, eu queria salientar a perda que foi na reforma trabalhista um dispositivo que trouxe a jornada de trabalho desvencilhada da segurança e saúde no trabalho, porque jornada de trabalho é um dos atributos, dos fatores que mais importam na saúde e na segurança do trabalhador. Então, desvencilhar a jornada de segurança e saúde é impossível.

E a gente tem, infelizmente, um dispositivo que foi implantado na reforma fazendo essa trava, querendo levar a crer que jornada de trabalho não impacta na saúde do trabalhador, quando, na prática, isso não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votamos contra, viu? Só para registrar. Não só eu, mas um bloco muito grande e significativo votou contra. Mas, infelizmente, perdemos.

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – Sim.

Enfim, comentei, na verdade, todas as perguntas aqui, começando pela questão da responsabilidade social, pela qual eu tenho um certo apreço porque fiz uma dissertação sobre o assunto. Então, a conclusão foi esta: para começar, a responsabilidade social é a partir só do cumprimento da legislação.

Eu queria salientar que eu tenho... A fala de todos aqui, todas as falas que foram feitas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – ... eu faria também. Então, fiquei tranquila e satisfeita pelo fato de que, na verdade, aqui estamos todos do mesmo lado.

Procuradora Cirlene, quando você traz as suas reflexões na sua fala, eu achei que exatamente, quando você falou que traz reflexões, isso me trouxe reflexões também sobre quais são os cidadãos e profissionais que nós estamos formando agora para o futuro e os que estão vivendo agora.

Então, toda a situação do Abril Verde conflui com a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, as duas se confundem, e todas têm o objetivo de formar o cidadão que vai, no futuro, se tornar profissional e empregador ou trabalhador, em qualquer das pontas, e os que estão agora no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos que estamos aqui representamos instituições, mas somos pessoas que trazem na veia, como o nosso dirigente sindical comentou, a questão de segurança e saúde prevencionista.

Como mineira, também conclamo a todos que nós possamos, todas as instituições que estão aqui, fortalecer o Abril Verde por meio da Canpat e a Canpat por meio do Abril Verde, porque, na verdade, todos somos abnegados aqui, como o nosso colega disse – é uma cadeia abnegada aqui que está nesse trabalho.

Enfim, essa iniciativa é absolutamente louvável, nós fazemos parte dela e já a implementamos. Isso, para mim, é uma satisfação enorme.

Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Sra. Aline Aparecida Roberto Amoras, Coordenadora-Geral de Normatização e Registros do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego! (*Palmas.*)

Tudo que foi falado aqui por todos foi importante, mas eu vou pegar uma das frases que você falou: a redução de jornada está ligada com a questão do horário de trabalho, com a carga horária. Está tudo ligado. A redução de jornada está ligada ao acidente, à saúde do trabalhador. Isso é fundamental, porque o movimento sindical já está fazendo essa campanha, ela há de avançar mais, e é importante que vincule essa questão: nós estamos combatendo a morte, o acidente, as sequelas no trabalho também não só com a redução de jornada.

Meus parabéns!

Com a palavra, a Sra. Cirlene Zimmermann, Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente no Trabalho e da Promoção de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, do Ministério Público do Trabalho.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (Para expor.) – Da mesma forma como disse a Aline, eu também me senti muito contemplada pelas falas aqui.

Às vezes, a gente tem um tempo curto, que quero respeitar, inclusive, para que os demais possam também trazer suas propostas, e, no momento em que as falas se complementam, da maneira como se complementaram nesta mesa, nós vemos como estamos realmente no caminho certo e precisamos continuar lutando para que realmente esta pauta seja muito mais implementada e muito mais fortalecida.

Dentro das várias perguntas – dá vontade realmente de responder a todas, como disse a Aline –, a gente vai focar em algumas. Por exemplo, nessa questão que o Paulo de Rondônia traz sobre os desafios enfrentados pelas pequenas e médias empresas na implementação de medidas de segurança, é evidente que há desafios – é evidente que há –, mas esses desafios jamais podem ser superados com a ideia de se dispensar o cumprimento da implementação de normas de saúde e segurança do trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, no mínimo, nós temos riscos psicossociais em qualquer ambiente, riscos de acidente, riscos ergonômicos. Pode até não ter o agente químico, físico, biológico, mas todas as outras demais possibilidades de acidente acontecem nas empresas, independentemente de ser uma microempresa, empresa de pequeno porte ou, às vezes, até o empreendedor individual.

É por isso que, inclusive, a Norma Regulamentadora 1 estabelece que o contratante da mão de obra, mesmo do MEI, é responsável por incluir aquele MEI nos seus programas de saúde e segurança do trabalho. Ele não pode simplesmente ficar desprotegido. E as micro e pequenas empresas não podem ser dispensadas de cumprir normas de SST, porque nós não temos microtrabalhador nem pequeno trabalhador. Os trabalhadores são todos trabalhadores, não são colaboradores – isto é importante também que se diga aqui: são todos trabalhadores – com o direito constitucional previsto de reduzir os riscos no ambiente de trabalho, justamente para que lá não adoeçam, para que lá não se acidentem. Então, nós precisamos combater qualquer tentativa de reduzir a proteção do trabalhador, apenas porque é uma micro ou pequena empresa, inclusive porque isso pode ser uma abertura para uma situação de concorrência desleal.

O que é preciso é que o poder público institua possibilidades de atendimento por essas normas de saúde e segurança, talvez cooperativas, e estimule algum tipo de tratamento diferenciado, mas de estímulo à prevenção, jamais de dispensa do cumprimento.

Eu digo aqui, porque realmente é um dispositivo que para mim é uma aberração, na NR-17, quando ela diz que, em empresas com até dez empregados, os gestores não precisam ser obrigados, não precisam ser orientados a manter um ambiente respeitoso e saudável. Gente! Primeiro, que a gente não precisaria nem dizer que todo ambiente tem que ser respeitoso e a gente não precisa nem dizer que todo mundo deveria manter esse ambiente respeitoso. A norma disse que é preciso orientar os gestores a ter um tratamento respeitoso com os seus trabalhadores, mas traz um dispositivo dizendo que, em empresas com até dez empregados, essa orientação não precisa ser conferida. Então, isso é o que precisamos combater. Eu trago isso apenas como exemplo para dizer não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas está escrito lá?

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Está escrito.

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – Bom... Posso fazer... Eu corroboro a sua fala. A questão é que realmente não temos microadoecedores também, microacidentadores também.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Exatamente.

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – Então, o tratamento diferenciado que deve ser dado a microempregadores realmente é por meio de políticas públicas, mas não que os isentem ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tragam a eles uma situação de dispensa de cumprimento da legislação, nem com dez empregados. Na verdade, esse dispositivo da NR-17...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – Enfim, nós observamos, como fiscalização, o cumprimento normal para todos os números de empregados.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – E é o que temos que fazer.

No Ministério Público do Trabalho também, de certa forma, é como se não estivesse escrito, porque eu acho que é uma questão de direito à dignidade, que é a essência da nossa Constituição. No momento em que você estabelece um dispositivo desse, você tem uma falta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem que querer ser chato e sendo, porque o Presidente fala a toda hora, eu pergunto de novo: está escrito isso que você falou lá?

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Está escrito, está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pega, faz favor, tomem nota...

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Na NR-17. Depois, manda para ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque eu vou entrar para excluir isso aí de lá. Eu vou trabalhar para excluir.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Por favor – por favor –, porque é uma questão diretamente relacionada ao risco psicossocial relacionado ao trabalho. E a gente falou aqui de jornada, dos excessos de jornada. É evidente que jornada é uma questão relacionada diretamente ao adoecimento ou não do trabalhador. E o trabalho precário está diretamente relacionado a isso. Quando a gente falava aqui dos profissionais de saúde, dos professores, muitos desses profissionais hoje já estão prestando serviços por meio de plataformas também. Não é só mais o motorista do Uber, não é mais só o entregador. Já tem aplicativo para cuidadores, para domésticos, para professores, para profissionais de saúde, todos expostos a uma situação tremenda de precarização, e é evidente que vão adoecer, porque esse trabalhador não tem certeza se, ao final do mês, vai ter renda suficiente para garantir o seu sustento e o de sua família. E isso, de forma acumulada, vai gerar o quê? Uma situação de adoecimento. E quem vai custear? O nosso SUS – o nosso SUS. Por isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ele não vai ter nem dinheiro para pagar a previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Não, não tem. É evidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não tem.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Por quê? Com renda inferior a um salário mínimo, mesmo que haja um recolhimento por parte do contratante, como o recolhimento foi por base inferior a um salário mínimo, não computa para fins de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A não ser que ele complemente, a não ser que ele pague.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – A não ser que ele complemente, mas, se ele está precisando comer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele não tem. É isso.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Ele vai escolher entre comer e contribuir para a providência? É essa a opção que nós estamos dando para os trabalhadores?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É exatamente isso.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – É evidente que ele vai comer, vai alimentar seus filhos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não vai pagar a previdência.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – ... e não vai pagar. E, ao final da sua vida produtiva, quando estiver doente, ele vai recorrer a quem? Ao serviço público de saúde, a um benefício assistencial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E essa janela está aberta no trabalho intermitente, fruto da dita reforma trabalhista.

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – Fruto da reforma. Exatamente, Senador. Então, são questões que realmente nos preocupam muito.

Especificamente no caso dos profissionais de saúde, Presidente Fábio, eu registro também essa preocupação com relação à jornada, porque não é incomum termos denúncias não apenas daqueles trabalhadores que trabalham seis dias, seis por um, mas de jornadas ainda de 24 por 72. Eles trabalham 24 horas seguidas, mas não significa que folguem 72. Nas outras 72, estão prestando serviços em outros hospitais. E são esses profissionais que estão nos atendendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma questão de saúde pública, que tem que ser de interesse da sociedade, mas é evidente que esses trabalhadores também estão adoecendo nessas condições. Quando se emite a CAT... Especificamente no caso dos profissionais da saúde, as CATs são muito emitidas, porque, uma vez que eles têm um acidente, por exemplo, com material biológico, eles precisam se submeter à testagem para ver se houve algum tipo de contaminação. E, para receber o *kit* de testagem, precisa emitir a CAT. É por isso que os profissionais da saúde estão sempre no topo das notificações; não significa que outros também não se acidentem, mas outros subnotificam muito mais.

Nessas CATs emitidas, um dos campos obrigatórios é há quanto tempo o trabalhador estava prestando serviço, desde o início da sua jornada até a hora do acidente. E já fiz, em alguns levantamentos em inquérito – já fizemos, no Ministério Público do Trabalho –, justamente esta aferição. Qual era o tempo da jornada dele que ele já tinha cumprido? Geralmente, são depois de 12, depois de 16, depois de 17 horas, e são acidentes com gravidade acontecendo justamente porque a questão da saúde, da disponibilidade do corpo é evidente. É a questão do relógio biológico ali se manifestando, e não tem como se afastar. Então, realmente é importante.

Sobre a questão da precarização, eu trago aqui também a preocupação com relação aos trabalhadores informais, porque, se nós temos metade dos trabalhadores no mercado formal – e eu dizia durante as falas do Wilton e do Francisco –, eles têm pelo menos um técnico de segurança, um médico do trabalho. Às vezes, a gente questiona que tinha que ser um trabalho mais bem prestado. Muitas vezes, não é mais bem prestado, porque há uma resistência por parte das empresas. Mas e os informais? Que tipo de assistência eles têm? Onde eles vão recorrer? Só resta, realmente, o SUS. No Brasil, a Constituição e a Lei do SUS estabelecem uma vigilância específica em saúde do trabalhador.

Eu trago outra questão, Senador, sobre a qual talvez valha também nos manifestarmos junto ao Ministério da Saúde, porque hoje a Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN – ... que faz a vigilância da saúde do trabalhador, uma instância constitucional, está no quarto passo da hierarquia dentro do Ministério. É apenas uma coordenação. Acima dela, tem uma diretoria, uma secretaria e, depois, tem o ministério, sendo que a Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador ou a saúde do trabalhador deveria estar à disposição, contemplando políticas públicas para todos os trabalhadores brasileiros, inclusive esses que estão na informalidade.

E eu trago uma segunda proposta aqui de encaminhamento, que seria a unificação das notificações de CAT e Sinan, porque a gente fala muito em notificação de CAT, mas a CAT é para o trabalhador formal. E como é que vai se fazer política pública em saúde do trabalhador? A partir das notificações do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde, que devem ser prestadas por todo profissional de saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje a grande resistência é dizer: "Ah, mas já faz a CAT". As próprias empresas: "Tem que fazer o Sinan também?". Vamos unificar essas notificações. O que alimenta uma base do Estado tem que alimentar a outra. Isso, inclusive, está na Lei da Desburocratização. Então, por que a empresa ou o profissional tem que emitir uma CAT para informar o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência, e um Sinan para informar o Ministério da Saúde?

Então, uma proposta que seria importante sair aqui, porque a gente precisa de dados para fazer saúde do trabalhador, é a unificação dessas notificações, para que todas as instâncias do Estado possam, de fato, agir e atuar em prevenção, com base em dados unificados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus parabéns, Sra. Cirlene Zimmermann, que é Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, do Ministério Público do Trabalho!

Agora, com a palavra o Sr. Wilton Cardoso de Araújo, Presidente Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO (Para expor.) – Eu acho muito bacanas e muito pertinentes esses debates, porque eles são somatórios para todos nós. Todos nós trabalhamos no mesmo intuito, e as informações se complementam e se convergem com os interesses.

Eu dei uma lida aqui, Senador, na maioria das perguntas, e muitas delas têm o mesmo intuito, ou seja, são praticamente iguais.

A Aline até começou a falar e falou muito bem da questão da CTPP. Hoje todo trabalhador, inclusive prevencionistas, que eu percebo aqui que as perguntas são de profissionais prevencionistas, tem a representação, no seu estado, através do Sindicato dos Técnicos, todos os estados têm. E nós temos a federação nacional. Só que, além do sindicato, nós temos as centrais sindicais. Eu tenho a honra de ser aqui Diretor de Saúde e Segurança da segunda maior central sindical do país, que é a UGT (União Geral dos Trabalhadores), da qual eu tive a honra de ser Coordenador Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Patah é o Presidente.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Isso, nosso Presidente Patah, e a Cleo, nossa Vice-Presidente. E não poderia deixar de falar aqui do Maradona. O Maradona é nosso Coordenador, inclusive da bancada dos trabalhadores, representando todos os trabalhadores do país.

Então, existe a CTPP, através das centrais sindicais, que são atreladas aos sindicatos que vos representam. Então, assim, todo clamor, tudo, vocês podem encaminhar e devem encaminhar, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes, a gente não tem o conhecimento. Eu estou na capital do país, eu não sei o que está se passando no litoral. Mas nós temos alguém lá que entende a necessidade da parte litorânea.

Então, assim, é para fazer saber, todos vocês, inclusive aqui eu vou pedir ao gabinete, as perguntas que não foram respondidas, eu faço questão depois de formalizar e responder como entidade para todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Tá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Aí, podemos fazer juntos, não é? Juntos, muito bom.

E esse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou deixar na mão de cada um dos senhores e das senhoras uma cópia das perguntas.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que poderão detalhar...

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... conforme o que foi perguntado.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Muito obrigado.

E o porquê da importância dessa participação e dessa junção de vocês e aproximação junto à entidade de classe que vos representa? Olha só, eu fui Coordenador da NR-35, e nós falamos aqui, falamos, falamos, falamos de fatores psicossociais. Senador, eu fiquei um dia inteiro, não deixei, são mais de dez reuniões, de mais de 10 horas. A gente ali, de forma voluntária, os trabalhadores, para funcionar, para demonstrar, é Ministério Público, Ministério do Trabalho e Emprego, representação dos patrões, dos patronais, que é através das confederações, e representação dos trabalhadores, laborais, através das centrais sindicais. E queriam, falaram que não era necessário. Eu falei "como não?". Eu não vou dormir se não tiver um fator psicossocial na NR-35. Não, eu não vou dormir em paz, eu não aceito. E aí...

Ah, sim, por gentileza, Aline.

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – Sim, agora vai ser introduzido na NR-1. Então, assim, perpassa todas as outras NRs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Olha que legal, o impacto que um representante de classe faz, porque eu percebo, olha só, aclamo todos, o absenteísmo pelo adoecimento mental tem sido muito grande e não está sendo trabalhado da forma que deveria ser trabalhado. Altos índices de suicídio, depressão, adoecimento...

Então hoje nós temos que trabalhar. Inclusive não digo que deve ser inserido no... mas que toda empresa tem que ter uma gestão e inclusão no PGR, com esses critérios de acompanhamento dos fatores psicossociais. E isso é importante, porque, se não tivesse ali um representante laboral que entende, que conhece, que escuta o que vocês pedem, nós não teríamos levado em conta a inclusão.

Inclusive, foi muito debatido, Aline, e falaram assim: "Não, mas aí tem que ter alguém técnico". E eu falei: "Olha, nossa central não tem dinheiro para isso, mas a gente arruma". Aí arrumou um assessor, e eu não sabia que era médico. Ele foi me assessorar na reunião, Senador, e aí estava lá, muito humilde, e se falou assim: "Não, a gente não vai aceitar isso aí, não, se não tiver um profissional médico aqui." Aí, "tem alguém médico aí?" O rapaz, com muito humilde, falou assim: "Sou médico do trabalho".

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Então, olha a importância. Nós fomos ali, representando, ele, como assessor, corroborou, e nós conseguimos influir isso na 35, que vai impactar os trabalhadores do país inteiro. O maior índice de fatalidade, morriam 420 por ano; depois que passou a vigorar, em 2012, caiu para 180.

Ainda é muito alarmante esse índice. Nós temos que trabalhar para eliminar, neutralizar e minimizar todos esses impactos, através da cultura da conscientização de prevenção de acidentes, nas escolas do ensino básico, do ensino fundamental ao ensino de nível superior. É assim que nós vamos alcançar todas as pessoas com relação à prevenção de acidente de trabalho.

Só para finalizar, Senador, senão o meu Presidente da Federação vai me excluir lá da... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Vai te demitir.

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO – Quero entregar um presente do Nivaldo, da Paraíba, criador da primeira lei do Abril Verde no país. E nosso Presidente da Federação mandou entregar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) **–** Muito bem, muito bem. Parabéns!

Pode botar a mão aqui, a moçada toda da mesa – é simbólico.

Foi lá que surgiu a primeira lei, não é? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador. Mandou um abraço para o senhor, o Nivaldo. Ele está na Canpat, mas mandou um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Qual é o nome dele?

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Nivaldo, da Paraíba. Ele mandou também um cordel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O cordel eu vou levar comigo...

A SRA. CIRLENE ZIMMERMANN (*Fora do microfone*.) – Eu trouxe uma para o senhor também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou voltar com duas. (*Fora do microfone.*)

Muito obrigado, Nivaldo. É Nivaldo, não é?

O SR. WILTON CARDOSO DE ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Nivaldo, da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nivaldo, da Paraíba.

Consta aqui no projeto que foi sugerido pelas entidades sindicais o nome do autor da primeira lei, inclusive.

A SRA. ALINE APARECIDA ROBERTO AMORAS – Se o Senador me permitir, eu gostaria só de fazer um complemento: no ano passado, os riscos psicossociais foram trabalhados como tema da Canpat durante todo o ano, não é mesmo?

Então, assim que veio a introdução dos princípios de segurança útil no trabalho como fundamentais na OIT, nós adotamos na agenda o subitem de sofrimento mental, dos riscos psicossociais. E, neste ano, tivemos uma mudança para inclusão no item da NR-1, que vai analisar os riscos psicossociais por todas as NRs, todos os campos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Um complemento importante.

Agora, o Sr. Francisco Cortes Fernandes, Presidente da Associação Nacional da Medicina no Trabalho.

Por favor, Dr. Francisco Cortes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES (Para expor.) – Eu não vou ser repetitivo, porque acredito que já foram contempladas todas as questões. Mas eu quero pontuar alguns itens que eu imputo como muito pertinentes nessa questão do Abril Verde, Senador.

Dizem que a prevenção é a melhor solução para todos os problemas de saúde. Eu acredito muito bem – muito, muito, muito – nisso. Nós só conseguimos prevenir alguma coisa quando nós conhecemos os riscos, não é, meu amigo Wilton?

Então, Wilton, se nós soubermos os riscos, nós podemos trabalhar muito bem. Se nós não soubermos os riscos dos ambientes de trabalho, o médico do trabalho não vai saber o que vai procurar no seu paciente.

Existe uma frase muito corrente entre os médicos, que é a seguinte: "Quem não sabe o que procura se espanta com o que encontra". Então, nós precisamos saber o que nós estamos procurando: se ele está exposto a poeiras, o médico vai procurar uma ausculta pulmonar; se ele está exposto a algum tipo de solução, agente químico, ele vai procurar se existe alguma lesão de pele. Enfim, esse é o trabalho, Senador, que nós precisamos saber.

Nós temos que melhorar e aprimorar os nossos mecanismos não só técnicos de avaliação de risco, mas os mecanismos de fiscalização, se esses riscos estão realmente sendo avaliados de forma adequada pelas empresas. É lógico que, pela outra parte, o médico tem que avaliar a saúde do trabalhador. Então, eu acredito que isso seja uma coisa assim muito importante.

Eu tive a oportunidade de trabalhar durante 35 anos com reabilitação profissional. O que é reabilitação profissional? Muitos falam para mim: "Poxa, Francisco, você aguentou 35 anos?". Aguentei. São trabalhadores amputados, Senador, trabalhadores com problemas... Enfim, não vou citar aqui.

Nós temos um problema muito sério, no Brasil, em relação à atuação da reabilitação profissional através do INSS. Em alguns anos, funcionaram bem; em outros, nem tanto. Eu acho que isso deveria fazer parte também, Senador, do nosso protocolo do Abril verde, contemplando algumas ações em relação à reabilitação profissional. Não aquele jogo de empurra: olha, a empresa vai fazer. Mas como é que nós vamos fiscalizar essa realização? Como é que nós vamos saber como é que está sendo esse acolhimento do trabalhador no posto de trabalho? Então, desculpem-me até por entrar em questões meio espinhosas, mas eu acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é importante. Permita só um...

Quando eu estava na fábrica, eu vou jogar 40 anos para trás, quarenta, quarenta e poucos. Naquela época, já existia. Eu espero só que tenha sido aprimorado, mas você mostra que não é bem assim, que não foi aprimorado. Porque eu tive um acidente dentro da fábrica e, eu mesmo, fui para esse departamento. Na verdade, era um prédio da reabilitação profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Existia antigamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Existia antigamente, não existe mais.

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Eram os chamados centros de reabilitação profissional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Eu fui remetido e fiquei lá uns três meses, eu acho. Mas não tem mais, então?

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Não, não existe mais aquele... E era um modelo fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para mim deu certo. Saí de lá reabilitado.

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Depois, eles foram descentralizados e não existia mais aquele centro. O centro era... Por exemplo, no Rio Grande do Sul, existia um centro de reabilitação profissional lá em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, exatamente, em Porto Alegre. Para onde eu fui.

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Daí todos os trabalhadores com sequelas que poderiam ser reabilitados eram encaminhados àquele centro de reabilitação. Depois, foi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO CORTES FERNANDES – Eu não me lembro, não me recordo quando é que foi, mas acho que foi na época do Presidente Collor que houve um desmonte. Então, a reabilitação profissional foi realmente sucateada.

Quando o prezado Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos fala... Eu concordo com o senhor, Presidente, mas o que é a gente vai fazer com esse enorme número de pessoas, de trabalhadores, com problemas psicossociais? E quando aqui a Dra. Cirlene fala... Ela clama, né? Como é que é? (*Risos.*)

Quando a gente fala de problemas psicossociais, perpassa por um outro problema – não é, doutora? – que é a avaliação do risco psicossocial. Aí é uma outra conversa, mas eu acho que é importante que seja pontuada. Desculpe-me eu ter pontuado aí. Como sempre, eu passo um pouquinho, mas acho que... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou bem dentro do tema. Nossas palmas para o Sr. Francisco Cortes Fernandes, Presidente da Associação Nacional da Medicina do Trabalho.

Por fim, com a palavra o Sr. Fábio José Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO (Para expor.) – Bom, esta é uma audiência muito importante, uma audiência que me deixa muito feliz por estar participando dela, trazendo o lado dos profissionais de saúde.

Quero abordar poucos aspectos aqui, para não ocupar tanto tempo. Todas as falas me contemplaram bastante.

Mas, sobre essa questão da jornada, a gente está na negociação, Senador, do ACT dos trabalhadores da Ebserh. E uma das pautas dos trabalhadores da Ebserh é a jornada de 24 por 72. É pauta dos trabalhadores, infelizmente. E é muito dentro disso que a gente estava falando. Não é porque eles vão ficar em casa, descansar nas 72. Não, é porque eles têm outro emprego.

Essa questão da remuneração da saúde é uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Se obrigam...

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – Se obrigam a ter outro.

Eu sou servidor de carreira aqui do GDF e eu posso dizer que grande parte dos servidores do GDF da saúde são de Goiânia, de Goiás, de Anápolis. Então, o que se procura? Vir, fazer os plantões e voltar.

É muito comum a jornada de 18 horas para médicos, farmacêuticos, enfermeiros. Você trabalha 18 horas, folga seis horas e volta e faz mais 18 horas. Isso é normal, isso é comum... Normal, não; é comum. Eu não acho normal uma jornada de 18 horas, principalmente para quem pega o plantão noturno. Ou você faz de treze horas às sete da manhã do outro dia, ou você faz de sete da noite à uma da tarde do outro dia. Você está a noite toda laborando.

Então, são jornadas que, para mim, propiciam o erro médico, o erro do farmacêutico, o erro da enfermagem, que vai causar um problema maior ao paciente. São jornadas que extenuam... Eu brinco com as minhas amigas, eu não faço essa jornada de 18 horas, mas eu brinco com as minhas amigas enfermeiras e com os meus amigos enfermeiros que a fazem que, no final do segundo plantão, eles estão parecendo aqueles The Walking Dead, zumbis, sabe? Não tem como, você não dormiu. "Ah, tem o descanso lá". O descanso é de uma hora, duas horas durante a noite. É muito pouco, não recupera nada.

E aí eu volto até às perguntas, em que se falou de ergonomia, as redes, Senador, proíbem os farmacêuticos, os trabalhadores de sentarem durante o horário de trabalho. Mesmo tendo legislação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obriga que tenha o banco lá para eles sentarem, eles são proibidos, são proibidos de sentarem. E aí eu estive com o Procurador Fabiano e o Dr. Ribeiro, da OIT, em reunião em Goiânia, que estiveram lá no Ministério Público do Trabalho me apresentando o SmartLab, um banco de dados fenomenal, fantástico, deve ser muito utilizado pela Justiça do Trabalho e pelo Ministério do Trabalho também, e aí a gente foi ver, por curiosidade, o maior índice de notificação de acidentes na farmácia. Não falo do farmacêutico, mas, no estabelecimento farmácia, qual o maior índice. Eu esperava o *burnout*, esperava uma série de coisas, mas o maior índice de notificação de acidentes de trabalho na farmácia é de quedas. São quedas.

Agora, que quedas são essas? Será que são do motoqueiro que faz a entrega do medicamento? Não, eu acho que é a queda dentro da própria loja mesmo, sabe? Essa coisa de não sentar, ficar em pé o tempo todo, é muito corrido o trabalho, a gente é muito exigido. Então... E, além disso, a saúde, eu vou falar do meu segmento, mas você pode extrapolar para todas as profissões da área da saúde, a saúde é uma profissão feminina. Na farmácia hoje quase 80% da força de trabalho são farmacêuticas. E você vai juntar a isso a tripla jornada em casa, você vai juntar a isso o assédio moral, você vai juntar a isso o assédio sexual. Então, tem uma série de questões que têm que ser abordadas, porque elas existem e elas acontecem nos locais de trabalho.

E, para finalizar, falando de um companheiro que falou sobre as políticas públicas aí nas perguntas, eu acho fundamental, gente, mostrar – é importante esse momento nosso aqui –...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – ... que as políticas públicas são fundamentais para falar... Até um dado que estava aqui, do Tribunal de Justiça, do TRT8, que fala que ano passado 307 mil ações trabalhistas foram impetradas, falando de assédio moral, doença ocupacional, acidente de trabalho, condições degradantes, limitação do uso de banheiro e assédio sexual. Trezentas e sete mil, Senador! Isso é um número muito pequeno; nós estamos falando de assédio, estamos falando de uma série de questões. Por que esse número é pequeno?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO JOSÉ BASÍLIO – É! A Justiça do Trabalho, infelizmente... A nossa assessora jurídica diz que a Justiça do Trabalho é a Justiça do desempregado, porque o cara, enquanto está no vínculo, não tem coragem de processar o patrão, porque vai ser demitido.

Mas o que eu quero dizer com isso? Nós, enquanto entidade; o Senado; o Ministério do Trabalho; o Ministério Público do Trabalho... Todos nós temos a obrigação de gerar informação para esses trabalhadores. Muitos não acionam a justiça por falta de conhecimento, mesmo. Então, é fundamental que essas ações – uma audiência pública como esta, as deliberações, os encaminhamentos, as NRs – cheguem ao domínio, ao conhecimento dos nossos trabalhadores, para que eles possam reivindicar e exigir seus direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, obrigado, Senador; obrigado a todos.

É uma honra participar desta mesa com vocês, e coloco a Fenafar sempre à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Fábio Basílio, Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

Meus amigos e minhas amigas, nós cumprimos o objetivo desta audiência pública; nós todos, pelo debate produtivo, transparente e de uma série de denúncias. O objetivo da audiência foi instruir o PL 1.063, de 2022, sobre o Abril Verde. Eu sou o autor do projeto, e o Relator é o Senador Laércio, que só não está aqui porque está numa reunião do Colégio de Líderes, mas naturalmente ele vai acompanhar depois pelos vídeos – porque tudo que acontece aqui é gravado, e nós ficamos ao vivo para todo o Brasil.

Missão cumprida, vamos todos lutar para diminuir o número de acidentes e doenças no trabalho no Brasil. Eu sempre dizia que nós éramos o campeão do mundo... Eu estou há 40 anos afastado das ruas, das fábricas; mas ficamos entre os que mais têm acidente e doença do trabalho do mundo, com certeza. Sem medo de errar, infelizmente, devemos estar entre os cinco que mais têm acidente de trabalho no mundo. Vamos avançar. Parabéns a todos!

Estão encerrados os trabalhos de hoje. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dez minutos do dia dezenove de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Janaína Farias, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 30/2024 - CE, de autoria Senador Izalci Lucas (PL/DF). **Finalidade:** Debater sobre a alteração da lei de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para determinar a reserva de vagas em cursos de graduação para pessoas de idade igual ou superior a setenta anos que não tenham curso superior completo. **Participantes:** Sra. Thaís Alves da Costa Lamounier, Diretora de Inovação para o Ensino de Graduação da Universidade de Brasília (UnB); Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor do Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI-MEC); Sr. Fernando Antonio dos Santos Matos, Coordenador-Geral de Articulação Institucional da Secretaria de Educação Superior (SESU-MEC); Sra. Marcilene Garcia de Souza, Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC-MEC); e Sra. Rosa Amélia Pereira da Silva, Pró-Reitora de Ensino do Instituto Federal de Brasília (IFB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de abril de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a alteração da lei de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para determinar a reserva de vagas em cursos de graduação para pessoas de idade igual ou superior a 70 anos que não tenham curso superior completo, em atenção ao Requerimento 30, de 2024, de minha autoria.

Eu convido aqui para compor a mesa o Sr. Fernando Antonio dos Santos Matos, Coordenador-Geral de Articulação Institucional da Secretaria de Educação Superior (Sesu).

Podem bater palmas para ele, gente, não tem problema, não – para animar aqui a sessão. (*Palmas.*)

Convido a Sra. Marcilene Garcia de Souza, Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC). (*Palmas.*)

Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor de Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC). (*Palmas.*)

Sra. Thais Alves da Costa Lamonier, Diretora de Inovação para o Ensino de Graduação da Universidade de Brasília (UnB). (*Palmas.*)

Informo também que foram convidados representante da Universidade do DF e representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), que justificaram não ter pertinência ao tema e não compareceram a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações será disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado terá até dez minutos e, no fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, que fazem perguntas e comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para os expositores, quero dizer que esse projeto de lei estava já na pauta da semana passada da Comissão de Educação, já com parecer favorável da Senadora Leila Barros. Esse projeto é do Senador Veneziano Vital do Rêgo e relatado pela Senadora Leila Barros.

Eu me assustei um pouco, porque – eu digo sempre – eu sou contador, eu sou Professor, eu estou Senador. Eu fico imaginando que, numa sala de aula, eu vou dar uma aula de Medicina, Contabilidade ou Engenharia, aí tem um aluno que entrou nessa cota, que não teve concurso nenhum, que entrou pela idade apenas e que não tem realmente as condições necessárias para acompanhar a turma. Imagine, se tem lá dez alunos desses numa sala de aula, o que o professor vai fazer. Eu achei muito estranho. Pior que, se eu não tivesse pedido para fazer audiência, seria aprovado por unanimidade; por unanimidade, não, porque eu votaria contra, mas a gente sentiu isso. Por isso que a gente está fazendo esta audiência. Eu não sei... É evidente, nós convidamos aqui os representantes do Ministério da Educação, porque essas vagas são para as universidades federais e também para o instituto federal, mas eu estou vendo na educação básica... Nessa pandemia, por exemplo, quem estava fazendo a alfabetização, com cinco anos, seis anos, agora foi para a 4ª série sem sequer saber escrever, sem sequer saber ler e interpretar. Então, imagino como é que vai ser a qualidade desses profissionais.

Convidei vocês, que são especialistas, exatamente para nos ajudar. Às vezes, eu estou errado. Eu não sei, há muito tempo que eu não dou aula, mas eu fico imaginando a dificuldade que será para o professor, que já passa por um problema seriíssimo. Nós temos hoje milhares de professores – por que não dizer até mais? – com problema mental, problema de saúde mental, de pânico, etc. Eu fico imaginando. Mas eu não vou antecipar nada, estou aqui mais para ouvir do que para falar. Então, agradeço a presença de vocês.

Eu já passo imediatamente a palavra à Sra. Marcilene Garcia de Souza, que é Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC).

A palavra é sua. (*Pausa.*)

Há já algumas colocações e perguntas do e-Cidadania que já mandaram. Eu vou perguntar; se vocês já puderem, na exposição, esclarecer, ótimo.

William, do Paraná: "Por que não adotar a idade igual ou superior a 50 anos?". E aí eu posso até complementar: por que não seguir a mesma idade do Estatuto do Idoso?

José, de Minas Gerais: "Como garantir que mudanças na lei de ingresso em universidades promovam equidade, beneficiando grupos e regiões menos favorecidas?".

Paulo, de Rondônia: "Quais os desafios logísticos envolvidos, incluindo infraestrutura, suporte pedagógico e adaptação curricular para atender às necessidades?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ivana, da Bahia: "O Brasil vai investir em [...] [aposentados e não em] jovens? Por que não cria um fundo [...] [pago por empresas] para apadrinhar esses sonhos [...]?".

Jabneel, do Rio Grande do Norte: "Como isso ajudaria a sociedade no geral? Pessoas nessa faixa etária estão buscando formação para realização pessoal ou para fins produtivos?".

Alguns comentários.

Ivaneide, daqui do Distrito Federal: "Política de envelhecimento saudável, participativo e cidadão. Uma das formas mais adequadas de combater o preconceito com a pessoa idosa".

Marcos, de São Paulo: "Tenho uma sugestão, que, em vez de 70 anos, sejam reservadas vagas a partir de 60 anos, ou seja, assim que passar a ser reconhecido como idoso".

São os comentários e perguntas.

Com a palavra, Marcilene.

A SRA. MARCILENE GARCIA DE SOUZA (Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde a todas e boa tarde a todos. Meu nome é Marcilene Garcia, eu sou Professora no Instituto Federal da Bahia e atualmente cedida para a Setec, no Ministério da Educação.

Vou pegar aqui o nosso parecer.

Preliminarmente, gostaria de refletir sobre a proposta do projeto de lei e da subemenda. Trata-se de uma análise da manifestação acerca da subemenda apresentada pela Senadora Leila Barros à Comissão de Educação e Cultura do Senado, que modifica o Projeto de Lei 4.662, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que propõe alterar a Lei nº 12.711, de 2012 – a nossa Lei de Cotas –, "para conceder o direito aos idosos com setenta anos ou mais, que comprovadamente não tenham curso superior completo, o acesso ao ensino superior nas instituições federais de ensino superior, sem necessidade de processo ou concurso seletivo".

Eu queria problematizar, acho que eu tenho dez minutos, não é Senador? Agradeço a oportunidade de estar aqui, a mediação da mesa e também cumprimento o Senador Izalci Lucas; meu colega Cleber aqui, da Secadi; colega Fernando e colega Thaís. Quero dizer da importância de a gente estar discutindo um tema muito importante para a sociedade, considerando que felizmente nós estamos numa conjuntura em que as pessoas idosas têm mais expectativa de vida, mas de envelhecimento com qualidade. Nós sabemos, inclusive, que, dentro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, nós temos uma secretaria que cuida de políticas para pessoas idosas, da qual inclusive a Setec faz parte na comissão, e eu tenho acompanhado diretamente o esforço do Ministério dos Direitos Humanos, com o nosso Ministro Silvio Almeida, dessa conjuntura que é importante e necessária para o desenvolvimento do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As ações afirmativas são extremamente revolucionárias, porque a gente parte do reconhecimento da necessidade de o Estado agir afirmativamente em favor de um grupo, de uma população que padece de injustiças históricas, e, no caso, nós vamos observar que a própria Lei de Cotas vai tratar da população negra – esta lei –, de pretos, de pardos, de indígenas e também de quilombolas. Então, a gente está falando de uma política de reparação extremamente importante para o país, e a gente sabe os dados do impacto do que tem sido a participação da população negra, e também da indígena, e também da quilombola, e também da de pessoas com deficiência, revelando que nós temos um país diverso e que a universidade é um espaço privilegiado – assim como outras instituições federais, como eu faço parte da rede federal –, um espaço de saber e poder. Mas nós estamos falando de reconhecimento e direito social.

Para isso, eu queria refletir, então, sobre esse projeto dos desafios. Eu sei que nós temos o colega Cleber aqui, da Secadi, que é uma secretaria muito importante dentro do Ministério da Educação, que tem refletido sobre as ações afirmativas e as políticas de diversidade.

O parecer da Setec para essa proposta, conforme já foi informado oficialmente, foi contrário à proposta, e eu queria também aqui destacar, então, os argumentos.

Nós temos uma política da nossa grande Lei de Cotas, que é a Lei 12.711, que foi alterada muito recentemente no país, no final do ano passado, que é a Lei – sempre esqueço – 14.723, que é uma discussão importante que problematizou a importância do alargamento da política: de uma política que seja ampliada e que seja bastante efetiva. Então, nós temos alguns desafios observados nessa proposta, diretamente aqui no documento que foi oficializado.

Nós partimos da compreensão da necessidade de uma política que reconheça, sim, esse contingente populacional, o enfrentamento ao analfabetismo, como nós temos uma política na Secadi – eu estou falando da Secadi, gente, porque é muito importante falar dessa temática de superação do analfabetismo, dos desafios da nossa população idosa. E uma questão muito importante que a gente problematizou também: qual é o percentual de pessoas idosas atualmente no Brasil, dentro desse perfil de acima de 70 anos, que poderiam acessar a educação superior por um programa de políticas de cotas? Nossa perspectiva é que, neste momento, quanto à Lei 12.711, que foi alterada pela 14.723, que é uma política bastante cara para o país, especialmente para a população negra, para os povos indígenas, para as comunidades quilombolas, para as pessoas com deficiência e também por critério de escola pública – a gente está falando de uma política de reparação, reitero, de reconhecimento pelas injustiças históricas –, é que a gente precisaria de um tempo para maturar uma política como essa, mas também entendendo que, dentro do perfil da Lei 12.711, alterada pela 14.723, o projeto não trouxe singularidades para entender onde os indígenas, as pessoas negras, as pessoas com deficiência, ou seja, os grupos que já são beneficiados pelas políticas de cotas, onde eles estariam adentrados. Teriam subcotas? Eu não estou propondo aqui a alteração da política, porque nem é possível, mas entendendo que também há desafios na compreensão do projeto como foi apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me ver outra questão. Eu acho que outras questões o Cleber também poderia destacar aqui para a gente, porque eu trabalho com ações afirmativas. Especialmente sou estudiosa da questão da Lei 12.711 e também dos concursos públicos.

A gente deve compreender que as universidades e as instituições podem partir de um pressuposto de autonomia. Por isso, também a gente constou, aqui num parecer, o valor da autonomia das universidades. Assim como o IFB e a UnB, outras instituições poderão construir e, se entenderem dentro da sua comunidade, da singularidade da população idosa no seu estado, no seu município ou na sua região, poderão optar por uma política parecida com a que a gente tem aqui em Brasília ou não.

Não sei se já usei o meu tempo, mas é bom refletir sobre essa conjuntura, no sentido de entender que, neste momento, a proposta, como foi apresentada, sobretudo no que diz respeito à própria Lei 12.711, recentemente alterada, com as nuances... Como essa política também é extremamente importante para o país, nesta conjuntura, sobretudo com o conteúdo da proposta, a Setec entendeu ser contrária.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k., Marcilene. Obrigado pela exposição. Se você puder deixar aqui para nós o parecer e as observações, é importante para nós.

Eu só quero ainda reforçar e até pedir à Rosa ou a alguém que seja professora, se puder, que fale como se fosse professor, porque o foco maior, a minha preocupação maior é com o próprio professor em sala de aula. O projeto de lei diz, aqui no parágrafo único do art. 2º, que: "Os beneficiários da reserva de vagas do *caput* deste artigo ficam dispensados de qualquer processo ou concurso seletivo para ingresso em cursos de graduação de instituições federais [...]." Então, qualquer um que tenha o ensino médio pode entrar na universidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pela idade, ele pode ser contemplado com essa vaga.

Então, aqui na UnB, já tem uma experiência agora, recente, de 60 anos, mas faz uma redação, tem algum critério de seleção. Não dá para abrir da forma como está no projeto, que é a maior preocupação que eu tenho, porque, hoje, talvez a gente esteja na faixa de 20% de idosos no Brasil, em Brasília. Imagino que, numa sala de aula de 40, caso você tenha quase dez alunos da cota, fica muito difícil para você conseguir realmente nivelar o conhecimento para eles poderem acompanhar. Então, além de não acompanhar, ainda vai prejudicar os outros que não têm... Vai perder muito tempo em termos de... Bem, vamos tocar em frente, para a gente ver aqui como é que fica.

Eu vou passar agora, então, para o Fernando Antonio dos Santos Matos, Coordenador-Geral de Articulação Institucional da Secretaria de Educação Superior (Sesu).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS MATOS (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todas e a "todes".

Gostaria de cumprimentar aqui o Senador Izalci, que preside aqui a nossa mesa e preside a Comissão. Parabenizo pela iniciativa desta audiência pública e aproveito também para saudar meus colegas Marcilene e Cleber, lá do Ministério da Educação, bem como as demais palestrantes.

Vou tecer algumas breves considerações e seguir a linha adotada pela colega Marcilene, porque nós da Secretaria de Ensino Superior temos um posicionamento contrário ao projeto de lei – não pelo mérito da iniciativa. A inclusão dos idosos na sociedade, a garantia de não discriminação, isso consta da Constituição Federal, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Estatuto do Idoso. Então, a busca por uma velhice saudável e integrada na sociedade é extremamente meritória, e quanto a isso nós não temos divergências ou oposição.

No entanto, mesmo com as emendas apresentadas, e a gente pode trazer nossa contribuição exatamente no sentido do aperfeiçoamento do projeto de lei, com alguns dos pontos a que o próprio Senador Izalci já fez referência nós temos algumas preocupações. Não temos – como diríamos – críticas à iniciativa meritória do autor do projeto para beneficiar as pessoas na terceira idade, porém, como foi citado, nós entendemos que os critérios são muito amplos e vagos. Inicialmente, coloca-se que todo e qualquer curso pode ser acessado pela pessoa que completou 70 anos de idade. Não há nenhuma avaliação prévia das condições educacionais dessa pessoa para saber se ela tem condição de entrar num curso de Engenharia, num curso de Medicina, num curso de Veterinária, de Odontologia, se não ficar comprovado que, ao longo da vida dela, ela tem condições, digamos assim, de ter tido uma preparação educacional anterior que permita que ela ingresse no ensino superior.

No exemplo aqui que o Senador referiu, nós temos o UnB 60mais, que é uma iniciativa da UnB dentro do contexto da autonomia universitária. A UnB oferta vagas com alguns critérios, são vagas extraordinárias. Esse é um dos nossos pontos que o parecer da emenda da Senadora Leila tenta aperfeiçoar e melhorar, mas, no nosso entendimento, ainda não se chegou ao texto ideal. Por exemplo, na UnB, há a obrigatoriedade de uma redação em língua portuguesa, classificatória ou eliminatória; o projeto não prevê nenhum tipo de processo seletivo, é apenas: chegou à idade, a pessoa tem vontade de fazer um determinado curso, ela disputa. Só que, neste tipo de cota, como a Marcilene colocou, a nossa política de cotas reserva vagas para educação pública, negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, e isso tira vagas da concorrência geral. Você disputa na concorrência geral, depois você pode entrar na questão das vagas reservadas para a política de ações afirmativas.

No caso da pessoa idosa, por mais benemérita que seja a ideia, a iniciativa do projeto de lei, nós estaríamos na prática também diminuindo a oferta geral de vagas para as pessoas que não estão nas políticas de cota. A Senadora Leila coloca uma sugestão de serem utilizadas vagas remanescentes. Eu a parabenizo, porque é uma ideia que busca aperfeiçoar a proposta original; no entanto, ela também não resolve o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema, porque continua sendo, de certa forma, obrigatório que as instituições de ensino superior ofertem esse tipo de vaga. E isso, no nosso entendimento, fere a autonomia das universidades, que nos é tão cara, que está prevista e consagrada na própria Constituição, porque realmente é um assunto muito importante.

Então, do nosso ponto de vista, nós entendemos que a iniciativa é meritória e proveitosa, porém ela possui esses – vamos chamar assim – vícios de redação, com os quais a ideia não se concretiza de uma forma adequada para a implementação da inclusão de pessoas de 70 anos. Inclusive, isso se discute, porque, pelo Estatuto do Idoso, você é considerado idoso a partir dos 60. Então, a data em si já gera uma polêmica.

Só para concluir, do ponto de vista da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, nossa nota técnica de praticamente um ano atrás já se posicionava contrária ao Projeto de Lei nº 4.662, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que busca alterar a Lei 12.711, para conceder aos idosos com 70 anos ou mais que comprovadamente não tenham o curso superior.

Então, você veja, a pessoa, tirando a questão da educação em escola pública, em todas as outras cotas, precisa fazer a comprovação de que ela tem direito a ser beneficiada por aquela cota. E, no caso aqui, não há nenhum processo seletivo, não há nenhuma avaliação que possa indicar que uma pessoa está preparada para fazer um curso superior simplesmente porque atingiu uma determinada idade.

Então, nós temos aí, Senador Izalci, o pronunciamento aqui da Secretaria de Educação Superior.

Agradeço e parabenizo pela iniciativa da audiência pública mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Fernando.

Passo a palavra agora, então, ao Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor de Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi).

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todas.

Vou cumprimentar meus colegas, a mesa aqui, na pessoa do Senador Izalci, quem eu cumprimento também pela iniciativa da audiência. Saúdo também todas as pessoas que estão acompanhando esta audiência de maneira virtual.

Bom, meus colegas aqui da Setec, da Sesu, do MEC já explicitaram muitos argumentos que eu falaria. Então, eles me poupam um pouco aqui do argumento, mas eu quero retomar alguns princípios básicos da lei que se pretende alterar para reforçar.

A Lei 12.711, recentemente alterada pela Lei 14.723, é, antes de tudo, um programa de ações afirmativas. É um programa de ações afirmativas que, na sua construção histórica, visava combater injustiças históricas, reparações históricas advindas da formação social brasileira, sobretudo direcionada à população composta por indígenas, pretas, pardas. Então, foi dessa forma que a Lei 12.711 começou a ser debatida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No processo, aqui nesta Casa, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, evoluímos para que o critério primeiro, para que a pessoa possa acessar o programa de reserva de vagas, que ficou conhecido como cotas, é o fato de ela estar vinculada, ser egressa da escola pública. Essa é a base da discussão. Por um lado, o vínculo pregresso da escola pública, e, por outro, as injustiças históricas, sobretudo em relação à população indígena, preta e parda na história do Brasil. A Lei 12.711 vem com essa nomenclatura.

Pois bem, o projeto de lei apresentado e a emenda parlamentar, no relatório, acabam reafirmando, universalizam aquilo que as ações afirmativas visam exatamente combater: tratam todas as pessoas idosas como sendo iguais e não são. E eu vou dar um dado importante, Senador Izalci Lucas, e vou aproveitar para falar que na nossa secretaria, que é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), no MEC, tem uma diretoria específica que cuida da pasta da educação de jovens e adultos, da EJA, e nós temos trabalhado com um dado. Um dado que ainda hoje causa muita indignação e, da nossa parte, que estamos na gestão, muita preocupação e muito empenho para que políticas públicas possam combater, que é o analfabetismo na população brasileira.

Nós temos hoje, no Brasil, 9.328.425 analfabetos. Desses, 55,3% – vou repetir: 55,3% – são pessoas acima de 60 anos. Nós temos um desafio histórico na nossa sociedade. Nós temos que assumir um compromisso histórico na sociedade que é o de combater o analfabetismo. A pessoa idosa com mais de 60 anos que está nesse grupo de mais de 5 milhões de pessoas terá o mesmo patamar de competição para ingressar numa universidade, seja em vagas remanescentes ou não, do que a que não é analfabeta? A política afirmativa, inaugurada pela Lei 12.711 e reafirmada pela Lei 14.723, não estaria sendo distorcida? São reflexões que nós temos que fazer do ponto de vista da base, do que diz a lei, do que diz o princípio da ação afirmativa que o projeto de lei – assim como o relatório – está tentando aí buscar.

Acho que o projeto de lei tem um mérito muito importante, assim como o relatório, que é de pôr em evidência aquilo que nós estamos acompanhando na sociedade brasileira e no mundo, que é o fator demográfico e de expansão da pessoa idosa. Certamente temos que, enquanto sociedade, enquanto estado, enquanto Poder Legislativo, enquanto Poder Judiciário e Executivo, preparar as políticas para melhor acolher e para que essas pessoas, que tanto contribuíram para o avanço e o desenvolvimento da sociedade brasileira, tanto se empenharam no seu trabalho, tantos impostos pagaram ao longo de sua trajetória, possam passar o fim de suas vidas de maneira mais tranquila, com mais prazer, com mais lazer, enfim, com mais tranquilidade.

Nós identificamos, sim, uma relevância importante nesse projeto de lei, mas temos essa preocupação que é a base que fundamenta as ações afirmativas, que está por detrás daquilo que ficou convencionalmente chamado de cotas no Brasil. Bom, esse é um ponto importante.

O outro que gostaria de ressaltar... E eu conversava ali, há pouco, de maneira muito harmônica e fraterna, com a assessoria da Parlamentar Relatora, sobre o tempo de maturação da política pública. Veja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só, a Lei 12.711 foi instituída em 29 de agosto de 2012. A revisão dela, o prazo... Ela não tem prazo... O prazo revisional estava previsto para ocorrer em dez anos – art. 7º da Lei 12.711. Não foi feito em 2022. O Parlamento brasileiro aprovou, aqui neste Senado, no dia 13 de novembro de 2023, reafirmando aquilo que a Câmara dos Deputados tinha aprovado no dia 24 de outubro de 2023 e que foi sancionado pelo Presidente no dia... Aliás, no dia 13 de novembro – 24 de outubro foi aqui no Senado. Foi sancionado pelo Presidente, no dia 13 de novembro, reafirmando a ação afirmativa e ao mesmo tempo atualizando e aperfeiçoando a lei de cotas, ao incluir, por exemplo, a população quilombola e ao expandir obviamente o princípio da ação afirmativa para pós-graduação. Essas, por exemplo, foram algumas modificações de aperfeiçoamento que vieram.

Nós tivemos, então, um tempo de maturação, um tempo de vigência, um tempo de acompanhamento, um tempo de monitoramento e um tempo de avaliação. A lei que foi sancionada não completou nem um ano. Nem a primeira turma que entrou após a sanção completou. Qual avaliação? Se nós perguntarmos qual é a distribuição demográfica, pensando nos quesitos não da pessoa idosa, mas nos quesitos... Como os meus colegas já identificaram, os pré-requisitos identificados pelo IBGE que estão na lei: quantos pretos e pardos tem em Brasília, quantos pretos e pardos tem no Rio Grande do Sul, quantos indígenas tem no Mato Grosso, pessoas com deficiência e quilombolas, que é o que a lei diz, que estão na faixa de idosos? Nem esses dados nós temos identificados ainda. É uma questão também de um diagnóstico da política na qual que nós precisamos avançar.

Então, quero chamar a atenção para o fato de que a política pública tem um ciclo que precisa ser monitorado, avaliado, aperfeiçoado e aprimorado, como foi feito pela 12.711. Este Congresso Nacional criou, através da Câmara dos Deputados, no ano de 2020, uma Comissão Parlamentar de acompanhamento de um caso que ocorreu lá no Rio Grande do Sul e instaurou uma Comissão de juristas para avaliar toda a legislação racial existente no Brasil. Essa Comissão foi presidida pelo Ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, e teve outros juristas importantes.

Eu estou chamando a atenção para isso, porque a avaliação, o debate sobre a revisão da Lei de Cotas, Lei 12.711, foi feito com o Poder Judiciário, com diferentes segmentos da sociedade civil, com diferentes segmentos das organizações indígenas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... das organizações negras, das pessoas com deficiência, inclusive, aqui no Senado, com o Senador Plínio Valério. Nós fizemos inúmeros debates, ou seja, o debate era público, e o Congresso Nacional tomou a melhor decisão, assim como o Presidente, sancionando na íntegra a lei. Então, acho que o ciclo da política pública precisa ser considerado na avaliação dessa proposição.

E, por último e não menos importante, é exatamente o que os colegas ressaltaram do ponto de vista do art. 207 da Constituição Federal, que preza sempre pela autonomia das instituições que podem, a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do patamar mínimo – porque a Lei 12.711 fala de um patamar mínimo – de 50% para estudantes egressos de escolas públicas tentarem uma vaga nas universidades por cotas... As universidades têm autonomia e assim o fazem.

Dou o exemplo da minha instituição de origem, que é a Universidade Federal de São Paulo – sou docente da Universidade Federal de São Paulo –, com a questão dos refugiados, em que têm vagas específicas para refugiados, porque em São Paulo há um contingente muito grande, recebe uma população muito grande e é uma forma, de certa forma, de combater, de corrigir algumas coisas.

As questões do processo avaliativo, do processo de seleção, acho que os colegas que me antecederam já abordaram de maneira suficiente, de modo que eu não vou precisar entrar no tema.

Então, agradeço, Senador Izalci, a oportunidade e seguimos aqui abertos para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Cleber.

Passo imediatamente a palavra à Profa. Rosa Amélia Pereira da Silva, Pró-Reitora de Ensino do Instituto Federal de Brasília.

A SRA. ROSA AMÉLIA PEREIRA DA SILVA (Para expor.) – Cumprimento a mesa.

É um tema relevante para mim, porque os meus cabelos revelam que eu tenho... Às vezes, as pessoas me tratam como 60+, apesar de eu ter 55 e de ter feito um curso de Filosofia, um bacharelado em Filosofia, quando eu tinha 50 anos e já tinha os cabelos brancos.

Então, assim, o meu posicionamento pessoal seria, considerando os meus cabelos brancos, pela aprovação da lei, desse projeto, mas a gente entende que há todo um processo legal. E aí eu vou sair agora da pessoa Rosa Amélia, para falar da instituição, do Instituto Federal de Brasília, que cumpre as questões relacionadas à inclusão, busca cumprir a Lei de Cotas. A gente entende que a gente já alcança esse público por meio das cotas, porque não há idosos só... Há idosos em todos os grupos sociais, sejam eles negros, brancos, quilombolas, pretos, pardos, porque aí há distinção, indígenas. Há idosos em todos os grupos.

Eu entendo a preocupação, porque – nós fizemos um histórico aqui – a Lei 10.741, no seu art. 1º, diz:

> Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
> Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente entende que aperfeiçoamento intelectual e social passa pela educação. Então, nada de novo no cenário, se temos cotas, de destinar cotas para esse grupo. Mas entendemos também que, como em todos os grupos há pessoas acima de 60 anos, esses grupos são contemplados nas outras cotas, como na distribuição de vagas universais, como também na distribuição de cotas para negros, indígenas, quilombolas.

A gente destaca que, no Instituto Federal de Brasília – agora estou falando como Pró-Reitora –, a gente tem uma política de inclusão. No *campus* Ceilândia, nós temos cursos e projetos voltados para 60+. Nós temos cursos – eu anotei aqui, e o professor que está aqui também na mesa pode me ajudar, pode complementar as informações – de capoterapia, nós temos cursos de libras, informática e espanhol, cursos de formação inicial voltados para a terceira idade. E há um projeto no instituto federal, no *campus* Ceilândia – isso é projeto, tá, gente? –, de ampliar essa formação para cursos superiores voltados para uma universidade para a terceira idade, mas isso tudo é projeto que precisa ser trabalhado e aprovado dentro da própria instituição.

Todas as políticas afirmativas dentro do instituto federal são importantes, porque o Instituto Federal de Brasília nasceu com essa missão. Todo mundo conhece a Lei 11.892, que instituiu os institutos federais, que têm como prerrogativa incluir esse grupo da população. Eles nasceram com essa finalidade, diferente da finalidade das universidades, que têm processo seletivo, que é meritocrático, não desqualificando a universidade, porque eu sou fruto dela – eu fiz curso superior, licenciatura, bacharelado, mestrado, doutorado, sou fruto dela. Não posso negar a importância das universidades, mas os institutos federais têm outra missão, que é incluir essa parcela da população brasileira que ficou à deriva, que não conseguiu entrar nas universidades federais e que não conseguiu formação, educação formal.

Então, nós estamos aqui para isso, e a gente, enquanto o instituto federal, tenta abraçar todas as minorias, sejam elas aquelas que são abarcadas pelas cotas, que são os pretos, os pardos, os quilombolas, os indígenas, seja o grupo trans. Então, há inclusive, dentro do instituto federal, essa proposta de fazer institucionalmente um estudo sobre a necessidade de incluir também outros grupos. E a gente não vê... Inclusive, a gente tem projeto institucional que já abraça esse grupo. Então, para a gente não é, assim, um problema, porque a gente já faz isso, não é, Professor? O Professor está aqui, ele pode referendar a minha fala, porque ele participa desses projetos. Deixe-me ressaltar aqui, porque eu sou péssima com o nome – viu, gente? –, resgatar aqui, é Mauro Alencar o nome do professor, ele trabalha no *campus* de Ceilândia, ele trabalha com os projetos de inclusão, com esse projeto 60+.

E a gente está aqui para cumprir a lei e, se o projeto for aprovado ou na medida em que ele for aprovado de acordo com a proposta, os artigos, as determinações em que for aprovado, a gente cumpre, porque a gente, enquanto instituição de ensino inclusiva, que é o instituto federal, a rede como um todo, e especificamente estou falando aqui pelo Instituto Federal de Brasília – esse perfil da inclusão não é só do Instituto Federal de Brasília, é da rede federal, mas eu estou falando aqui como Pró-Reitora de Ensino do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Federal de Brasília –, a gente acata e a gente antecipa que, para cursos que não sejam de graduação, a gente já faz projetos de inclusão nesse sentido.

A gente entende a necessidade, só que a gente ressalta também a questão dos cumprimentos legais, porque, por exemplo, de acordo com a LDB, o estudante que avança para o ensino superior precisa passar um processo seletivo. Então, a gente respeita e cumpre esses regulamentos. Pelo que eu entendi aqui do projeto, a ideia é, para as vagas remanescentes, não haver a exigência desse cumprimento meritocrático, é isso? Fiz uma leitura...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSA AMÉLIA PEREIRA DA SILVA – Entendo a preocupação. Ressalto a preocupação do Cleber, quando ele diz que a gente precisa se preocupar com o grupo que entra, porque a gente precisa ter os critérios mínimos, estabelecer os critérios mínimos para entrada. A gente sabe que curso superior é diferente de um curso de formação inicial. Um curso de formação inicial ou um curso de qualificação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSA AMÉLIA PEREIRA DA SILVA – Isso indica que eu preciso parar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSA AMÉLIA PEREIRA DA SILVA – Ah, tá.

Esses cursos de formação inicial e de qualificação são diferentes dos cursos superiores, porque eles não exigem um processo seletivo mais acurado. Aí eu coloco essa reflexão. Não sei qual o posicionamento, se eu posso votar contra ou a favor. Estou aqui não para votar, só para fazer reflexão. Então, eu pondero, faço essas ponderações. Digo que o Instituto Federal de Brasília, reafirmo, está avante, está na dianteira desse processo de inclusão, porque, no *campus* Ceilândia, a gente já tem projetos de inclusão 60+. O Instituto Federal de Brasília tem essa preocupação com os grupos, com as minorias, não só...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSA AMÉLIA PEREIRA DA SILVA – ... com a questão dos idosos, mas com todas as minorias. Mas ressalto a importância também desse processo seletivo não no sentido de excluir, porque o Instituto Federal de Brasília tem a perspectiva da inclusão. Então, os processos de seleção buscam, ao invés da exclusão, a inclusão.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Profa. Rosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo imediatamente a palavra, então, para a Profa. Thaís Alves da Costa Lamounier, que é Diretora de Inovação para o Ensino de Graduação da Universidade de Brasília.

A SRA. THAÍS ALVES DA COSTA LAMOUNIER (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço, Senador Izalci. Agradeço e cumprimento a mesa.

Como professora, vou falar aqui também alguns pontos. Venho representando a Universidade de Brasília. Fiz uma pequena apresentação sobre o processo seletivo para pessoas idosas 60+, que foi desenvolvido na universidade, no último semestre, e também, durante a apresentação, eu vou colocar algumas preocupações em relação a alguns pontos que eu vi no projeto de lei.

A Universidade de Brasília tem o Decanato de Ensino de Graduação. Em muitas universidades é pró-reitoria, nós somos decanato. E a Diretoria de Inovação para Ensino de Graduação está dentro do Decanato de Graduação, com a coordenação específica de processos seletivos. Então, eu tive a oportunidade de coordenar essa ação inovadora de uma política pública da universidade para fazer o processo seletivo específico para pessoas idosas.

Como surgiu o 60+, que foi uma das maiores perguntas que a gente teve durante esse processo? A Câmara de Direitos Humanos da Universidade de Brasília aprovou, em fevereiro de 2023, a Pespc. O que é a Pespc? É a Política do Envelhecer Saudável, Participativo e Cidadão, que foi pela Resolução CDH nº 1, de 2023. Quando teve a aprovação da política, foi instituída uma comissão para trabalhar quais seriam as ações dessa política dentro da universidade. Então, teve a nomeação, por ato, dessa comissão e foi designado a cada decanato que fizesse uma ação específica para a política do envelhecimento saudável, participativo e cidadão.

Como somos da graduação e dentro da minha diretoria tinha a Coordenação de Processos Seletivos, onde a gente cuida de todos os processos de ingresso da universidade, veio a ideia de fazer o processo específico para pessoas idosas. Aí a gente tem, embasado na universidade, uma Resolução Cepe, que é do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que autoriza os cursos de graduação a ofertarem vagas extraordinárias. Essas vagas são diferentes das vagas primárias, de acesso primário, como a gente chama, que são PAS, vestibular e acesso Enem.

O número de vagas extraordinárias não é um número substancial, não é um número muito grande, porque isso depende da realidade de cada curso. Então, aqueles cursos realmente que são mais concorridos ou que têm todas as vagas preenchidas não fornecem vagas extraordinárias.

A gente se embasou realmente no Estatuto do Idoso, no art. 1º, que fala que, para ser pessoa idosa, tem que ter acima de 60 anos ou mais, e aí eu faço o *link* com a questão do PL: por que 70 anos? – que é o que a gente já discutiu aqui. Por tratar de processo seletivo, essa questão jurídica muito afim, eu me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupo muito com a isonomia dos processos. E por que esse grupo que está, dentro do Estatuto do Idoso, contemplado entre 60 e 70 não vai poder ter acesso à universidade – se ele estiver entre 60 e 70 –, só o acima de 70 anos? Então, em relação a essa questão aí do PL, uma sugestão ou uma questão é: ser contrário a ser acima de 70; teria que seguir por regra os 60 anos por ser do Estatuto do Idoso.

Então, o objetivo dessa comissão foi atender essas necessidades e também proporcionar o acesso à graduação e à pós-graduação desse público em específico.

A gente começou todas as discussões antes de fazer o processo em si. Quem seria esse público? Existe aquele que, há três décadas, terminou o ensino médio, não fez ensino médio em Brasília, fez em outros estados, não estuda mais, não teve mais acesso. Existe aquele grupo que não fez o Enem, não fez nunca o Enem e nem vai fazer – não fez o último, nem os cinco últimos ENEMs. Então, será que seria uma estratégia a gente admitir a nota do Enem como forma de ingresso para esse público? E existe também o grupo de nível superior completo e incompleto, aquele que já é formado e aquele que começou e não terminou. Então, a partir desse estudo, a gente começou a falar: como é que a gente vai fazer, então, o processo seletivo? Porque, realmente, pela portaria do MEC 391, de 7 de fevereiro de 2002, existe uma exigência, no seu art. 2º, de que todos os processos seletivos a que se refere o artigo anterior incluirão, necessariamente, ao menos uma prova de redação em língua portuguesa de caráter eliminatório, segundo as normas estabelecidas em edital de abertura do processo seletivo em específico. Então, aqui eu me coloco contra essa questão de não ter nenhum tipo de processo seletivo para o ingresso da pessoa idosa.

Isso é complicado porque, quando a gente lançou o edital, teve vários cursos no DF de formação, curso de redação e tudo, e isso estimula essas pessoas. Já foi colocado aqui que, dependendo do curso, se ele tiver uma especificidade muito grande, a prova de redação talvez não contemple seu ingresso, mas fazer ao menos uma prova de redação é uma isonomia de um processo seletivo para que haja uma classificação ou eliminação desses candidatos no processo.

E eu ainda coloco outra questão: os alunos que não são parte desse grupo, que não são acima de 60 anos ou mais, que são aqueles candidatos jovens que ficam no cursinho, estudando o tempo inteiro, fazendo várias questões para tirar nota, para entrar nesses cursos mais concorridos, talvez, ao receberem esse grupo dentro de sala de aula, porque não vai haver turma específica para a pessoa idosa – para a gente estimular a intergeracionalidade, a gente precisa misturar os mais jovens com os mais velhos, para combater o idadismo, inclusive –, como ele vai lidar com essa pessoa dentro da sala de aula? Vai falar assim: "Eu fiz um vestibular, eu precisei passar por uma prova de redação, por um crivo muito grande, pelo Enem, por uma prova específica; e ele entrou porque ele tem uma idade acima de 70 anos".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. THAÍS ALVES DA COSTA LAMOUNIER – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. THAÍS ALVES DA COSTA LAMOUNIER – Tudo junto.

Então, qual foi a ação? Quando a gente estipulou que era 60 anos ou mais, por conta do Estatuto do Idoso e por conta da portaria do MEC, que seria uma prova de redação, a gente fez a solicitação para os cursos ofertarem essas vagas extraordinárias e demos um tempo dessa oferta.

Eu fiz uma pesquisa antes para saber se isso existia no Brasil, se já existiam processos seletivos parecidos. Encontrei um no Sergipe que tinha ofertado 11 vagas. Então, sinceramente, a gente estava esperando uma baixa oferta de vagas extraordinárias. Pós-pandemia, sobra de vagas remanescentes, isso aí é o que a gente tem na realidade da instituição. E aí, para nossa surpresa, foram ofertadas 136 vagas em 37 cursos, de exatas e humanas. Isso foi um pioneirismo por quantidade de vagas ofertadas e foi lançado, então, o edital que a gente colocou como o Processo Seletivo para Pessoas Idosas, e ele foi batizado como 60mais. Então, todo mundo hoje conhece realmente, da UnB, o processo seletivo 60mais. Outra surpresa foi o número de inscritos, que a gente pensava: "Não, não vai passar de mil, isso aí vai ser bem tranquilo, não é?" A gente teve 3.014 inscritos, e toda vez que a imprensa nos procurava para saber do processo seletivo, a gente recebia a seguinte pergunta: "Como que é facilitar a entrada da pessoa idosa por meio apenas de uma redação?" Porque teve esse questionamento também. A gente falou: pelo contrário. Eles tiveram mais dificuldade de ingressar na universidade. Porque, para vocês terem noção, o curso de Psicologia ofertou duas vagas com 566 inscritos. Então, a concorrência para uma vaga de Psicologia foi 283 candidatos por vaga, o que superou totalmente os ingressos primários lá, quando a gente fala dos processos seletivos de ingresso primário.

Então, a prova foi aplicada em janeiro. O tema foi "Direito à universidade e ao envelhecimento saudável". A gente teve todo o cuidado de acolher esse público durante o processo seletivo, que foi o atendimento especializado: quem precisou de transcritor, de ledor, os cadeirantes precisavam de uma cadeira específica, a prova foi impressa na fonte 16 para contemplar aqueles que tinham mais baixa acuidade visual, teve a permissão de sair a qualquer tempo. A gente não segurou nenhum candidato lá por cinco horas. Ele tinha que ficar três horas para levar o caderno de prova. Então, se ele viu o tema, ele percebeu que não ia escrever, que ele não ia dar conta, com 15 minutos, ele poderia sair levando o caderno de provas.

E a gente conseguiu também estabelecer, como critério de desempate, o que é mais justo nesse caso, quem tinha maior idade ou quem era o mais velho. Então, por fim, a gente considerou que esse processo seletivo foi um sucesso.

A gente viu... Em relação à questão das notas, a gente teve 13 notas 10, mais de 87 notas 9. Cem por cento das vagas foram preenchidas, e a gente fez também um acolhimento nos cursos. E estamos, neste momento, dentro da universidade, fazendo uma discussão: quais são as novas ações de inclusão e de acessibilidade para esse público?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu venho pôr aqui em relação ao PL? Absorver esse público na instituição é uma missão e uma ação muito bonita, muito benéfica para a sociedade. Quando questionaram: "Por que esse público? Com o que eles vão contribuir, se eles estão se formando agora depois de 70 anos?" Eu acho que, além da questão social, a gente também tem que pensar na questão pessoal desse público.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAÍS ALVES DA COSTA LAMOUNIER – Então, a gente está realmente fazendo todas essas mudanças para esse acolhimento. E as turmas, como eu falei para vocês, não eram turmas específicas, justamente na questão da intergeracionalidade e do idadismo.

E agora, ali está colocado que no dia 26 de abril vai ser lançado um novo edital de abertura para o 60mais. Dessa vez, a gente superou o número de vagas do último, 216 em 60 cursos, ou seja, a adesão dos cursos foi muito maior, e foi institucionalizado dentro da UnB, por uma resolução Cepe, que esse curso faz parte agora dos processos seletivos da UnB e vai ser semestral. E a gente tem, então, um acompanhamento desses alunos, porque, ao colocá-los dentro da instituição, a gente tem que ver a evasão, como o professor vai acolher, como eles vão lidar dentro de sala de aula com o ensino, não é? E eu sou completamente contra a questão de colocar como cota...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. THAÍS ALVES DA COSTA LAMOUNIER – ... porque realmente quem é preto, pardo, indígena ou quilombola é dessa cota, independente da idade que ele tem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, encerradas, então, as apresentações.

Eu peço à Thaís que conceda a cópia. Acho que já está aí, não é?

A SRA. THAÍS ALVES DA COSTA LAMOUNIER (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Bem, eu quero deixar muito claro também que a minha iniciativa desta audiência pública se deve muito à questão do mundo real, porque muitas vezes, muita gente decide muitas coisas aqui, mas não conhece o mundo real. Na teoria, é bonito, bacana, mas na prática nós temos problema.

Então, eu já quero adiantar que eu vou apresentar já duas emendas: uma delas é para que seja adotado o Estatuto do Idoso, óbvio, daqui a pouco tem uma de 65, uma de 72, uma de 75, aí fica inventando... Então, acho que o parâmetro seria... Se o Estatuto do Idoso mudar para 70, tudo bem, mas eu acho que o correto é a gente colocar isso. Vou apresentar essa emenda. E a outra é porque tem que ter alguma coisa, por mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que... A gente citou medicina, mas medicina não é o caso, por enquanto ainda, a procura é muito grande. Então, de fato, não deve ter vaga remanescente, assim como para engenharia, essas coisas. Se bem que engenharia já está faltando, mas medicina não é o caso. Mas eu quero dizer o seguinte: tem que ter algum critério de seleção, um mínimo de conhecimento. Imagina... Porque hoje – eu vou dizer para vocês – nós temos muitos alunos no ensino médio analfabetos, que sequer sabem... Basta ver as avaliações: 90% – 90% – dos jovens que terminam o ensino médio não sabem português. Não sou eu que estou dizendo isso, não; foi a avaliação que foi feita – 90% de quem sai não sabem português. Então, a gente precisa ter um critério, porque senão você bota aí três, quatro, cinco alunos numa sala de aula e o professor vai ficar por conta disso, porque o cara não vai entender muita coisa. Se o cara não sabe escrever, não sabe interpretar, as dúvidas virão, o professor vai ficar por conta deles e acaba prejudicando o total.

Então, eu vou apresentar... Acho que a questão da redação talvez seja uma boa iniciativa para que a gente possa melhorar o projeto, porque eles querem votar isso já semana que vem. Mas, de qualquer forma, acho que ficou muito claro aqui... Eu quero deixar isso, claro... No mérito, eu sou superfavorável. Lógico, os idosos precisam ter essas oportunidades, até porque eu já estou também nessa fase – não é? –, mas já tenho curso superior, então não serei beneficiado com o projeto. Mas, de qualquer forma, a gente precisa ofertar ao cidadão políticas públicas. Eu, inclusive, fiz um estudo bastante amplo e defendo, e vou defender sempre, que as políticas públicas têm que ser voltadas para o cidadão. E qual é o cidadão?

Você tem a primeira infância, tem até o pré-natal antes, o cuidado do pré-natal. Depois, você tem a primeira infância; o Governo deveria investir muito nessa primeira infância, porque talvez seja o período mais importante do cidadão, a primeira infância, que faz a base de tudo, da educação inclusive. Depois você tem que ter uma base de políticas públicas para a adolescência, políticas públicas para a juventude, políticas públicas para o cidadão comum – não é? – e para o idoso. Então, você tem que ter essas políticas públicas, garantir políticas públicas.

Essa é uma bela iniciativa. Então, sou totalmente favorável.

Agora, não adianta também... Você tem que se colocar no lugar do outro, no lugar do professor. Eu estou muito preocupado é com o professor. Como que esse professor vai encarar uma turma de 40 alunos, dos quais dez ou oito foram selecionados pela idade, somente com o ensino médio? É complicadíssimo.

Então, vou apresentar uma emenda nesse sentido.

Tem mais alguns comentários aqui, perguntas e comentários. Eu vou fazer aqui, rapidamente, e aí cada um faz as suas considerações finais, para a gente poder adiantar aqui.

O Romário, da Bahia: "[...] além da reserva de vagas, quais ações podem ser promovidas para tornar a universidade acolhedora para pessoas 70+?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matheus, de Minas Gerais: "Quais os possíveis impactos [...] dessas cotas [...] [na] atual dinâmica acadêmica e [...] [em] um mercado cada vez mais [...] [movido pela tecnologia]?".

Paulo, de Rondônia: "Qual a estimativa da demanda por essas vagas reservadas e [...] o impacto [...] [sobre as] instituições [de ensino e] [...] demais candidatos?".

Bruna, de Mato Grosso: "Como garantir que reservar vagas para idosos não prejudique acesso à educação superior por grupos historicamente sub-representados?".

E alguns comentários.

Angel, do Rio de Janeiro: "Precisamos [...] garantir o acesso de idosos [...] [a uma série de direitos], [...] [mas] acho exagerado não ter [...] um processo seletivo simples [para essas vagas]".

Leandro, do Paraná: "Não [...] [seria necessário] 'reservar' vagas, [...] [apenas] criar vagas para [idosos] cursarem matérias isoladas com os demais estudantes [...]".

Ana, do Rio de Janeiro: "Como acadêmica, acredito que essa lei já deveria existir há muito tempo, mas baixando a idade [de acesso] pra 50 [anos] [...]".

José, de São Paulo: "[Sou] a favor de que os maiores [...] de 60 anos tenham ingresso nas [universidades] federais, desde que [...] [não tirem vagas dos estudantes] jovens".

Ivaneide, do Distrito Federal: "É papel do Estado combater o etarismo por meio de políticas públicas e programas que reforcem o cumprimento dos direitos das pessoas idosas".

Então, comentários e algumas perguntas.

Nas considerações finais, se quiserem comentar e responder...

Ótimo! Então, vamos aqui, na ordem, novamente.

Vamos passar, então, para a professora, Sra. Marcilene Garcia de Souza.

A SRA. MARCILENE GARCIA DE SOUZA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Não sei quanto tempo eu tenho, mas eu acho que as questões são bastante relevantes, elas traduzem um pouco sobre a realidade da sociedade. Eu acho que vou reforçar aqui, neste momento, a importância da Lei 12.711, quer dizer, alterada pela 14.723, do esforço da sociedade para a gente chegar a essa realidade.

Penso que o programa da UnB é muito interessante, muito importante. É importante inclusive ver a efetividade dessa proposta, do ponto de vista das vagas extranumerárias, não é, Professora? Nessas vagas, assim como de algumas instituições, antes da aprovação da alteração da lei que propõe reserva de vagas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para quilombolas, várias instituições federais no país tinham políticas de ações afirmativas para quilombolas e não interferiam na 12.711, que acho que pode ser uma saída bastante importante.

Reforçando a importância do convívio dos jovens com pessoas idosas, eu tenho uma experiência familiar da minha família de santo, minha mãe de santo, que é Iyagunã Dalzira Maria Aparecida, que defendeu o doutorado aos 81 anos, em 2022. Ela foi estudar aos 65 anos para fazer graduação e ela veio da EJA. Ela fala dos desafios dessa possibilidade de superação, e os trabalhos dela têm sido indicados para publicação. Então, a gente está falando dessa possibilidade que a educação permite, desde que as instituições...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCILENE GARCIA DE SOUZA – ... possam estar adequadas para garantir a efetividade, para que aquelas pessoas se sintam bem-vindas e tenham ali o seu saber e as suas experiências valorizadas.

Então, quero só reforçar um pouco também da posição contrária da Setec em relação a esse PL dessa forma que já foi aqui reforçada.

Muito obrigada, meu tempo já foi.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Passo também para as considerações finais ao Dr. Fernando Antonio dos Santos Matos.

O SR. FERNANDO ANTONIO DOS SANTOS MATOS (Para expor.) – Senador Izalci, demais participantes da mesa – Profa. Thaís, Profa. Rosa –, nós temos aqui um consenso no Ministério da Educação, as três secretarias se posicionaram de forma contrária ao projeto de lei, mesmo entendendo que o objetivo seja incluir essa camada da população que, cada dia mais vai aumentar, pela qualidade de vida, pelo acesso à saúde. Então, a ideia em si é boa, porém a forma como está proposta não traz os benefícios para o conjunto da sociedade que ela se propõe a alcançar.

Eu acho, por exemplo, o projeto da UnB muito meritório, porque ele trata com vagas extraordinárias, e isso vai na direção da autonomia da universidade. A universidade tem essa possibilidade de fazer esse tipo de oferta. A colega Marcilene lembrou aqui que havia ofertas para vagas de população quilombola anteriormente, sem precisar modificar a Lei de Cotas, que – e o nosso prezado Cleber reforçou muito – é uma busca de corrigir essas injustiças históricas, e nós não temos, podemos dizer dessa forma, assim, essa injustiça histórica direcionada à população idosa. A Profa. Rosa lembrou: nós temos idosos indígenas, quilombolas, pretos, pardos, então não é o tipo de política afirmativa adequada para superar uma injustiça histórica.

Então, Senador, parabenizo, mais uma vez, pela iniciativa da audiência pública, que eu acho que vai ajudar no aperfeiçoamento do projeto de lei. Nós nos colocamos à disposição e quero reforçar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coerência do posicionamento do MEC em todas as suas três áreas técnicas contrário à aprovação desse projeto de lei, na forma como está.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito obrigado. Fernando.

Passo agora para o Sr. Cleber Santos Vieira.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA (Para expor.) – Quanto ao mérito, retomando, nós sabemos mais uma vez a importância das mudanças demográficas que têm acontecido no Brasil e no mundo. As políticas públicas voltadas para as pessoas idosas, evidentemente, serão cada vez mais exigidas por um contingente importante, precisarão ser cada vez mais robustas em todos os setores, não apenas em educação, mas em todos os setores – é muito importante ressaltar –, e todas as formas de inclusão, de afirmar diversidade, de acolher, de criar proteção social para as pessoas idosas são muito bem-vindas.

No que compete à Secadi – reforço –, nós temos a educação de jovens adultos como um dos focos. Estamos, no momento, concentrados em formular políticas para mais de 5 milhões de pessoas idosas não alfabetizadas no Brasil – são mais de 5 milhões de pessoas não alfabetizadas, com mais de 60 anos, no Brasil. Isso é gritante, isso precisa ser de alguma forma enfrentado. Então, gostaria de ressaltar isso.

E destaco novamente – parabenizando a colega da UnB que apresentou a proposição – a proposição de uma política inclusiva efetiva, bem desenhada, legalmente amparada, e que não precisa esbarrar com outra lei muito bem definida e focada para o público de ação afirmativa. Nós estivemos aqui hoje na audiência, Senador Izalci... E eu agradeço a composição da mesa, inclusive, porque ela destaca as injunções constitucionais perfeitas e possíveis para incluir públicos diversos. Estamos falando de duas leis diferentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... mas com públicos diversos e com duas experiências aqui que são complementares. Com vagas extraordinárias, ataca-se um problema, foca-se em um público, inclui-se uma parcela da população sem precisar mexer com a população que historicamente foi excluída do sistema educacional.

Acho que é um caminho muito interessante pensar no que foi a realidade dessa audiência no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Cleber.

Passo agora à Dra. Rosa Amélia Pereira da Silva.

A SRA. ROSA AMÉLIA PEREIRA DA SILVA (Para expor.) – Obrigada.

Eu fiz várias anotações aqui, não sei se vou conseguir falar em menos, cumprindo o meu tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas acho que a política é interessante, o Instituto Federal concorda inclusive que não tem que ser 70+, tem que ser 60+, porque isso faz convergência com o Estatuto do Idoso. Senão, onde fica esse grupo que está entre 60 e 70? Fica desprivilegiado.

Eu acho que o PL precisa considerar as estratégias de acessibilidade e também, para além do processo seletivo, dar formação pedagógica para a inserção desse grupo de forma respeitosa. Porque nem sempre a escola, a instituição, a universidade – aqui, no caso, a gente está falando da universidade – está preparada para receber esse aluno 60+. Ele vive preconceito, e isso é muito... A gente sabe que é muito variável.

Então, precisa ter uma preocupação com as questões de acessibilidade, de ingresso, processo seletivo, mas também precisa ter uma preocupação com a questão da formação pedagógica, porque a gente sabe que os nossos professores universitários precisam passar continuamente... Não que eles não saibam, é porque o processo formativo é necessário mesmo, a formação continuada é necessária mesmo.

E aí, para além disso, ressalto a importância de destacar que esse projeto precisa ser dissociado da Lei de Cotas, da Lei 12.711, que se transformou na 14.723, apesar de, nesses grupos que já são atendidos por essa lei, terem grupos de idosos 60+, é uma lei diferente, é um PL diferente que vai atender um grupo diferente, para dissociar e para inclusive não trazer nenhum prejuízo para a Lei de Cotas.

Eu gostaria de ressaltar que hoje um terço da população brasileira não tem educação formal; um terço da população adulta não tem educação formal. Isso, no futuro, vai repercutir e vai exigir da universidade e dos institutos federais um posicionamento. Como eu já falei, o instituto federal está na dianteira, na vanguarda, buscando trazer essa formação na base, numa proposta de verticalização, porque todo mundo que conhece o instituto federal sabe que ele trabalha na perspectiva da verticalização. É importante que as universidades abracem esse projeto, mas é importante que tenha critérios específicos de inclusão, porque não dá para também somente ter a lei. A lei pura e simples não resolve o problema da inclusão.

A Marcilene está aqui e pode reforçar que houve todo um processo dentro das universidades federais e dentro dos institutos para a inclusão, para o cumprimento da Lei 12.711, que depois virou 14.723 – não é, Marcilene? A gente sabe que tem todo um processo de formação dos nossos servidores e dos nossos professores para que essa inclusão de fato aconteça.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSA AMÉLIA PEREIRA DA SILVA – O instituto está aqui à disposição para discutir, para debater, para contribuir, porque a nossa proposta é a inclusão, independentemente do grupo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Dra. Rosa.

Passo a palavra para a Thaís Alves da Costa Lamounier, da UnB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thaís, poderia informar para a gente, nessa última seleção, qual é a situação do magistério, dos cursos de Pedagogia? Foram preenchidos? Tinha muitas vagas?

A SRA. THAÍS ALVES DA COSTA LAMOUNIER (Para expor.) – Pedagogia não ofertou no último, porque cada curso oferta de acordo com sua demanda. Como são vagas extraordinárias, a gente não pode obrigar a oferta do curso, é de acordo com a realidade. Então, a Pedagogia infelizmente não ofertou, mas para esse semestre ela vai ofertar, para o dia 26 de abril agora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vocês ofertam vagas, não são as remanescentes?

A SRA. THAÍS ALVES DA COSTA LAMOUNIER – Não são vagas remanescentes, são vagas extraordinárias. Por isso, eu me preocupo também com o fato de o projeto de lei estar como vaga remanescente, porque, se ela não for ocupada, isso gera um problema para a instituição.

E o que acontece? Tem outro ponto de que eu tinha que falar também, que está no texto da PL, que fala que é para os que não tenham curso superior completo. E os que têm curso superior completo não vão poder participar?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. THAÍS ALVES DA COSTA LAMOUNIER – A gente está considerando, então, apenas os que vão fazer a primeira graduação.

Eu vou colocar aqui o que a gente viveu nesse processo seletivo. Muitos chegaram até a gente e falaram: "Eu fiz a minha graduação e me formei num curso que eu não queria ou que eu não tinha afinidade, por questão familiar, por pessoas idosas mesmo; depois que cuidei dos meus filhos, agora estou tranquilo e tenho tempo para mim, eu gostaria de fazer o curso com que eu tenho afinidade e o curso que sonho fazer". Na nossa estatística, muitos entraram como segunda graduação. Então, a gente não estipulou que seria apenas a primeira graduação, e entraram como primeira e segunda graduação.

Eu falo aqui, em relação à UnB, que a nossa preocupação não é estabelecer uma política para inserir apenas esse grupo, não é? A gente não pode trabalhar apenas para fazer um processo seletivo para colocar esse grupo dentro da universidade. A nossa intenção é manter esse público para que eles se formem e não cheguem lá no segundo semestre, vejam a dificuldade das disciplinas ou vejam a dificuldade, inclusive, da universidade em si e desistam do curso. A gente quer que eles se formem mesmo. É disso que a gente está falando. Fazer a política por fazer, para incluir esse grupo? A gente tem que pensar, enquanto instituição, para evitar evasão e fazer com que esse público se forme realmente e contribua, sim, para a sociedade.

A UnB também está aberta para discussões, e eu agradeço, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, obrigado, Thaís.

Acho que foram bastante esclarecedoras essas apresentações, essas falas. Portanto, na semana que vem – já está na pauta, na semana que vem, para se votar –, mas eu vou incluir essas emendas anunciadas. Vou conversar com a Relatora depois, para ver se há consenso nesta questão do Estatuto do Idoso e também usar um critério simples, talvez a redação, como a UnB fez, como um mínimo de pré-requisito, para não deixar totalmente aberto.

Bem, agradeço a cada um de vocês.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia seis de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Carlos Portinho e Mecias de Jesus, e ainda da Senadora Eliziane Gama, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Marcos do Val, Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Astronauta Marcos Pontes e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 7, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 8, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão e, cumulativamente, na República Quirguiz e no Turcomenistão." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 11, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/06

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 5ª Reunião da Comissão, ocorrida em 25 de abril.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa nº 12, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação da indicação de três embaixadores para postos no exterior.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Esclareço todas as diretrizes.

A votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta, localizadas uma no Plenário e outra dentro dele. Cada sabatina começará com a leitura dos respectivos relatórios pelos Relatores. Em seguida, é concedida a palavra ao indicado por até 15 minutos para a sua exposição inicial. Na sequência, será aberta a fase de arguição pelas Sras. e pelos Srs. Senadores inscritos, com duração de cinco minutos, organizados em blocos de quatro Senadores. Por fim, será realizada a votação, seguida da apuração dos votos, lembrando que a votação, a partir de agora, já poderá ser iniciada, em função da dificuldade de quórum e do fato de muitos Senadores e Senadoras estarem viajando.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se as arguições dos sabatinados serão feitas em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passamos às sabatinas em reunião aberta. (*Pausa.*)

Damos as boas-vindas aos nossos três indicados para as arguições de hoje: os Srs. Embaixadores Flávio Macieira, Marcel Fortuna Biato e Rodrigo de Azeredo Santos.

Há a indicação do nome do Sr. Flávio Macieira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda. Tenho a satisfação de designar o Senador Esperidião Amin como Relator *ad hoc*, em substituição à Senadora Tereza Cristina.

Há a indicação do nome do Sr. Marcel Fortuna Biato, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão e, cumulativamente, na República Quirguiz e no Turcomenistão. O Relator é o Senador Esperidião Amin.

E o item 3 da pauta é a indicação do Sr. Rodrigo de Azeredo Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia. O Relator é o Senador Hamilton Mourão, e terei a satisfação de indicar o Senador Esperidião Amin como Relator *ad hoc*.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Reunião, haverá a arguição pública do indicado, a leitura e a votação do Relatório

Vou conceder a palavra ao Sr. Flávio Macieira, indicado para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Irlanda.

Informo ao Embaixador que seu tempo será inicialmente de 15 minutos.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA (Para expor.) – Senhoras e senhores, Sr. Presidente, com a sua permissão, eu começo então a minha exposição sobre essa indicação para a Irlanda. Eu gostaria de começar agradecendo muitíssimo ao Sr. Ministro de Estado pela indicação que me permite servir o meu país uma vez mais no exterior. Agradeço também à Sra. Senadora Tereza Cristina pelo relatório. E, naturalmente, faço uma saudação muito especial a todos as Sras. e os Srs. Senadores presentes, a todos os demais presentes aqui nesta sala, aos colegas da assessoria de relações com o Congresso do nosso Ministério das Relações Exteriores e, naturalmente, às pessoas que assistirão a esta sessão.

Primeiro, evidentemente, é uma grande honra estar presente aqui uma vez mais. É um grande momento sempre na vida de todo diplomata e, sobretudo, é uma grande oportunidade para o Itamaraty mostrar o seu trabalho à opinião pública brasileira, e submetê-lo à reflexão, porque a política externa, naturalmente, nasce da política interna e das posições que o mundo político brasileiro assume e consensualiza.

Então, são muito importantes uma discussão e uma difusão constantes do conhecimento.

Queria me permitir, com a sua permissão, Sr. Presidente, uma nota pessoal, porque sou filho de um funcionário do Senado falecido. Meu pai foi, o que hoje são os consultores, foi um assessor concursado do Senado Federal, e, naturalmente, uma visita ao Senado me traz recordações importantíssimas e tocantes da minha juventude, da minha infância mesmo, da orientação que meu pai me deu, no ensino da importância do Parlamento, do Senado Federal, do respeito que tem o país pela sua Casa de discussões e de reflexões.

Bem, também, queria dizer que já vivi na Irlanda, país para o qual eu estou sendo indicado, e espero que essa experiência me ajude nessa nova estada.

Eu vivi com a minha família, a minha esposa e eu fizemos até uma pós-graduação na universidade, e já chegamos ali com um certo conhecimento do país, com um certo contato. Espero que isso, dentro das minhas limitações, me ajude a cumprir uma missão útil para o Brasil, importante.

Queria também saudar os meus colegas, com os quais, por uma coincidência de carreira, temos uma ligação interessante, porque estou indo para o posto em que um está e o outro está indo para o posto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que já estive, no caso Irlanda e Noruega. E nós criamos uma empatia muito grande entre nós, discutimos o Brasil aqui várias vezes, e isso já nos animou para essas nossas missões.

A relação com a Irlanda. A Irlanda política é um país que se assemelha ao Brasil, porque é uma democracia liberal, representativa, bicameral, e há muita convergência, muita possibilidade de um entendimento político, que vem havendo. E aí aproveito para dizer que muita coisa da agenda, da embaixada, na minha gestão, se eu for aprovado, tiver essa honra, será uma continuidade do que tem sido feito, porque o próprio Embaixador Marcel tem uma agenda carregada de realizações, e vários outros colegas que antecederam também.

O trabalho do Itamaraty sempre é progressivo e acumulativo, ele sempre vai referindo-se ao que foi feito antes, dando continuidade e inovando, quando é possível inovar, ir acrescentando.

Então, claro que esse entendimento político com a Irlanda é muito desejável, e nós vamos contar muito com os grupos parlamentares de amizade. É muito importante essa atuação dos Parlamentares brasileiros e irlandeses para favorecer a relação entre os dois países.

Em termos de política externa, há um ponto muito interessante. A Irlanda é um país pequeno, mas muito rico, muito rico hoje em dia, muito afluente. Em todas as medições que existem no mundo para medir a afluência de um país, ela aparece quase no topo. Então, o Índice de Gini, a renda *per capita*, o... enfim, todos esses índices – e o IDH, é o que me faltava. É um país muito afluente, e ela usa essa afluência para uma influência benigna sobre o sistema internacional. É um país de muita cultura – vamos lembrar que tem quatro Prêmios Nobel de Literatura –, de muita tradição acadêmica, intelectual, e é um país que a gente pode chamar de missioneiro, porque é um país de emigração, que contribuiu para muitos outros países, para a formação, para a vida econômica, e para a pacificação, porque eles tiveram uma história de lutas internas. Eles têm uma experiência longa de pacificação interna.

Essa experiência eles colocam a serviço de refletir sobre o sistema internacional, refletir sobre como será o sistema internacional no futuro, as Nações Unidas, como elas podem ser dinamizadas e reformadas, da mesma forma como o Brasil. O Brasil é um país.... Não se entende hoje uma negociação internacional, uma reflexão internacional sem a presença do Brasil. É um país sempre chamado a discutir a formatação do sistema mundial, porque tem trânsito tanto com os países ultra desenvolvidos como com os países em desenvolvimento. Esse é um dos grandes trunfos do Brasil, com o seu poder *soft*, não é isso?

Então, diante dessa realidade, nós temos hoje no mundo uma situação muito tensa e difícil, com duas guerras fratricidas, não haja dúvida que, na saída dessa situação, que é indesejável para o mundo, os países que são capazes de contribuir para uma discussão de paz serão chamados a contribuir, porque eles têm uma mensagem a passar para as grandes potências do mundo inclusive, para que nós retomemos a discussão sobre um futuro de paz, sobre um futuro de estabilidade, sobre um futuro de prosperidade e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhoria do sistema internacional, preservação do meio ambiente, toda uma pauta muito importante, na qual a Irlanda se destaca bastante e o Brasil também.

Então, aí nós temos um ponto de contato muito interessante, que pode certamente levar a uma convergência, a um trabalho comum não só entre esses dois países, mas com o mundo inteiro, porque a situação é de reformatação, de melhoria do sistema mundial, do sistema da ONU, do sistema das Nações Unidas; recuperação dos mecanismos de paz, que são tão importantes para o sistema internacional.

Uma palavra sobre a economia da Irlanda. A Irlanda, os Srs. Senadores, as Sras. Senadoras sabem que é um estudo de caso, é o grande país citado com a fórmula mágica da inversão, do investimento em educação para gerar desenvolvimento nacional. Então é um país que se notabilizou pela alta tecnologia, pela acumulação de conhecimento, e essa acumulação de conhecimento redundou no desenvolvimento nacional em nível extraordinário, multiplicativo.

Por exemplo, quando eu estive em serviço diplomático na Irlanda, de lá para cá, nós temos uma multiplicação de quatro vezes do comércio Brasil-Irlanda. Isso significa que o país que eu vou encontrar é outro, não é o mesmo em que eu vivi naquela época. É um país que se automultiplicou, que ampliou muito sua própria capacidade de atuação internacional, sua própria presença econômica no mundo, tirando partido, de forma muito inteligente, do fato de estar a meio caminho entre a América e a Europa, com uma participação muito ativa na União Europeia, na qual permaneceu, a Irlanda permaneceu, ao passo que o Reino Unido se retirou, que foi um país associado com a Irlanda no passado, que dominou a Irlanda no passado.

Então a economia se traduz por essa prevalência da alta tecnologia e da atração de grandes empresas norte-americanas, que vão atuar no mercado europeu, e que se localizam com sede na Irlanda, o que é uma das molas de desenvolvimento, vamos dizer assim, desse extraordinário desenvolvimento da Irlanda nos últimos anos.

Falou-se, em certa época, do milagre irlandês, o Tigre Celta, depois houve um momento de crise profunda, *subprime*, a Irlanda sofreu muito na crise, em 2008, e hoje se fala da fênix econômica irlandesa, renasceu e tem a mesma pujança que teve no passado. Então é um momento muito interessante e nós claramente vamos aproveitar essa experiência, temos aproveitado, temos mandado nossos estudantes. Fala-se de uma presença de 25 mil estudantes brasileiros na Irlanda, absorvendo tecnologia e se integrando também ao mercado de trabalho, porque eles têm permissão de trabalhar ao mesmo tempo em que absorvem essa tecnologia.

Então há uma relação econômica que cresceu muito, como eu disse, se multiplicou por quatro no espaço de 20 anos e, a partir dessa relação econômica, nós queremos tentar ampliá-la da forma que for possível, através de todos os mecanismos clássicos do Itamaraty, promoção comercial, realização de feiras, envio de missões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu chego ao último item que eu tinha selecionado para a minha exposição inicial, que é o mais importante. Embora todos esses aos que me referi tenham sido importantíssimos, na minha opinião, mas eu vou falar da enorme presença de uma comunidade brasileira na Irlanda.

Então, essa comunidade, quando eu cheguei à Irlanda – e eu cheguei à Irlanda no momento de transição do país porque dez dias depois da minha chegada foi assinado o acordo de paz que colocou fim a um conflito de décadas na Irlanda –, a Irlanda estava mudando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – ... e a base da mudança foi justamente o sucesso econômico. E aí, falava-se nessa época do milagre econômico irlandês.

E esse milagre econômico começou a atrair trabalhadores. O país, que era um país de emigração, passou a ser um país de imigração, de oportunidades de trabalho e de riqueza, de produzir riqueza. Então, de um total que naquela época se calculava entre 500 e 700 brasileiros em toda a Irlanda, nós passamos hoje a uma estimação que passa entre 50 mil e 80 mil. A nossa embaixada brilhantemente contratou uma consultoria e um censo que chegou a um número de 70 mil ou 75 mil brasileiros presentes na Irlanda, mas é um contingente muito importante num país de 5 milhões de pessoas. E é um contingente extremamente trabalhador, integrado, importante para a economia da Irlanda.

Terão evidentemente, e têm tido, as maiores atenções de parte da embaixada, da maneira que for legal e possível. E aí, vamos trabalhar sempre juntos, com diálogo, com abertura, com debate e com muita presença em favor dessa comunidade presente na Irlanda, com iniciativas culturais e todo tipo de benefício que possa ser pensado em favor dessa comunidade brasileira da Irlanda, que é um dos orgulhos que nós temos lá no país.

Sr. Presidente, eram os temas que eu tinha selecionado para essa exposição inicial. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu agradeço a apresentação inicial do Embaixador Flávio Macieira e tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Tereza Cristina para emitir o seu relatório.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente Renan.

Cumprimento os embaixadores, o Embaixador Rodrigo, o Embaixador Marcel e o Embaixador Flávio, de quem eu farei o relatório. E os colegas aqui, Efraim e Esperidião Amin.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 7, de 2024, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei 11.440, de 2006, o nome do Sr. Flávio Helmold Macieira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

Esta Casa é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Flávio Helmold Macieira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Irlanda.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). Nesse sentido e à vista de preceito do Regimento Interno do Senado (art. 383, I, "a"), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata, que será submetido à sabatina. Dele extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Nascido em Niterói, no Rio de Janeiro, no ano de 1952, o indicado graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, em 1975. Ingressou na carreira diplomática no cargo de Terceiro-Secretário em 1977. Tornou-se Segundo-Secretário em 1979; Primeiro-Secretário em 1987; e Conselheiro em 1993. Concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, em 1998, com a defesa da tese intitulada *O Brasil e o MTCR. Outubro de 1995 a janeiro de 1998: a fase inicial da participação brasileira no regime. Observações e perspectivas.* Ascendeu a Ministro de Segunda Classe no ano de 1999. Em 2007, foi promovido a Ministro de Primeira Classe.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática, destacam-se as de Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Bagdá, de 1986 a 1988; Subchefe e Chefe, substituto, da Divisão de Comércio Internacional, de 1989 a 1991; Assessor da Divisão das Nações Unidas, de 1992 a 1994; Conselheiro na Embaixada em Paris, de 1994 a 1998; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Dublin, de 1998 a 2003; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berna, de 2003 a 2006; Embaixador em Manágua, entre 2008 e 2012; Embaixador em Oslo, de 2012 a 2016; e Embaixador na Cidade do Panamá, entre 2016 e 2018.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty enviou informações gerais sobre a Irlanda, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, bem como relação dos tratados em vigor entre os dois países.

Trata-se de república parlamentarista, que conta com Poder Legislativo bicameral formado pela Câmara Baixa (160 membros) e pelo Senado (60 membros). A população é estimada em 5,25 milhões de habitantes e composta por maioria de católicos romanos (78%). Esse contingente humano tem expectativa de vida de 82 anos e habita a maior parte da ilha homônima, sendo a outra parte ocupada pela Irlanda do Norte, integrante do Reino Unido. Os irlandeses conquistaram sua independência do Reino Unido em 1922.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Produto Interno Bruto *per capita*, segundo dados de 2023 do Fundo Monetário Internacional, é de US$112.250. O país ocupa a posição de número oito na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

É considerada uma economia moderna, com altos índices de liberdade econômica e com setores industriais avançados, sobretudo nos campos farmacêutico e de tecnologias da informação e da computação. Nesse sentido, suficiente recordar que se encontram na Irlanda as sedes europeias de gigantes do setor de tecnologia tais como Google, Facebook, LinkedIn, PayPal, eBay, AirBnb e Apple. Além disso, o país conta com mão de obra qualificada.

A respeito de sua política externa, a Irlanda possui conjunto de visões identitárias as quais se realçam ou recuam a depender das circunstâncias domésticas e internacionais específicas, a exemplo da afirmação do país como nação soberana, com posições independentes do Reino Unido; da associação do nacional irlandês à figura de cidadão global, haja vista a emigração; da identificação da Irlanda como república europeia e como nação anglo-americana.

Essas visões refletem-se na cena internacional em posturas de neutralidade adotadas pela Irlanda, como na Segunda Guerra Mundial, na defesa de princípios como autodeterminação dos povos e igualdade entre Estados, na entrada na Comunidade Econômica Europeia em 1973, na parceria privilegiada com os Estados Unidos da América, ou na sua permanência na União Europeia, apesar do Brexit, haja vista a relevância do Reino Unido para a economia e os negócios irlandeses.

No âmbito bilateral, Brasil e Irlanda estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Entretanto, a abertura da Embaixada brasileira em Dublin ocorreu apenas em 1996 e o estabelecimento da Embaixada irlandesa em Brasília se deu no ano de 2001.

A corrente de comércio bilateral tem sofrido variações ao longo da última década. No ano passado, as trocas comerciais entre os dois países alcançaram o patamar de US$1,2 bilhão, com aumento de 11% em relação a 2022. Exportamos US$236 milhões, com destaque para milho não moído, despojos comestíveis de carnes, minérios de alumínio e seus concentrados, e importamos US$959 milhões, em especial medicamentos e produtos farmacêuticos, medicamentos veterinários e artigos manufaturados diversos.

Com relação aos investimentos bilaterais, destacam-se as inversões diretas irlandesas no Brasil, nos setores de agronegócio e alimentos, nutrição esportiva, serviço de informações sobre crédito, embalagens e produtos para o setor de petróleo. Dados do Banco Central do Brasil apontam para a cifra de US$1,5 bilhão os investimentos irlandeses no Brasil e de US$781 milhões o estoque de investimento brasileiro direto na Irlanda.

No que diz respeito a assuntos consulares, a comunidade brasileira na Irlanda é estimada, segundo dados do Itamaraty, em cerca de 80 mil pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

É o que tenho, e queria fazer aqui algumas considerações, Embaixador, já que o senhor fez a sua exposição antes – muito obrigada.

Agradeço a gentileza do Presidente da Comissão para que eu pudesse ler o meu relatório – estava numa reunião com o Presidente Rodrigo Pacheco – e quero dizer da importância dessa embaixada, da importância dessa comunidade brasileira, que trabalha no setor frigorífico, sendo uma mão de obra altamente especializada e que, hoje, faz falta no Brasil. Hoje, o setor frigorífico tem dificuldades com a mão de obra para atender aos nossos frigoríficos aqui. Então, muito importante.

Pela nossa conversa anterior, o senhor já passou por essa embaixada antes de ser... Hoje será o embaixador e conhece a Irlanda. Eu tenho aqui a dizer que nós podemos ampliar mais esse comércio com a Irlanda. Falamos um pouco sobre a questão política, e eu tenho uma preocupação porque, Presidente Renan, os irlandeses, hoje, são muito céticos e criticam muito a agricultura brasileira e fazem isso com a mão do gato com os franceses. Nós precisamos melhorar essa relação entre o Brasil e a Irlanda. Eu acho que nós temos muitas coisas comuns, podemos trabalhar em conjunto e me coloco aqui à disposição do Embaixador Flávio para que, na sua passagem pela embaixada, que eu tenho certeza de que será aprovada aqui hoje por esta Comissão, a gente possa intensificar, fazer uma comissão aqui de Senadores visitando a Irlanda e intensificando essa nossa relação bilateral com os irlandeses.

Era isso o que tinha, Presidente, para o momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos à Senadora pelo relatório.

Vamos restaurar a ordem anterior. Cada sabatina, evidentemente, começará pela leitura dos respectivos relatórios pelos Relatores. Em seguida, é dada a palavra ao indicado por até 15 minutos para uma exposição inicial.

Eu quero passar ao item 2 da pauta, e deixaremos em aberto, efetivamente, a fase da arguição para que, se algum Senador, ao final da exposição inicial de todos os indicados, quiser fazer uso da palavra, exatamente possa fazê-lo para as suas indagações, para as suas perguntas.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCEL FORTUNA BIATO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão e, cumulativamente, na República Quirguiz e no Turcomenistão.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Esperidião Amin.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin para a apresentação do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu só gostaria de, até em homenagem à Senadora Tereza Cristina, e não fazendo uma arguição, mas complementando o que S. Exa. aqui trouxe de muito importante a respeito da... Não, não é uma arguição; é só uma observação. Talvez ela não esteja aqui quando eu tenha a oportunidade...

O papel da Irlanda no mundo hoje é desproporcionalmente maior do que o que é a Irlanda propriamente, ou seja, são 5,5 milhões de habitantes, 6 milhões. Mas a Irlanda tem, no cenário internacional, talvez por essa emigração fortíssima... Eu estava comentando com ela sobre o filme Gangues de Nova York, que é um filme marcante, é um filme irlandês, da migração irlandesa para os Estados Unidos. Então, sobre isso que a Senadora Tereza Cristina falou, no caso da Irlanda, é perfeitamente cabível que o Senado se mobilize para reduzir ao plano da realidade esta ficção de restrições, porque o papel da Irlanda é muito importante – é só isso –, é desproporcionalmente mais importante do que a dimensão objetiva, concreta, da Irlanda como país. Era só isso que eu queria falar a respeito deste assunto.

E aí, me dirigindo ao nosso Embaixador Marcel Fortuna Biato, devo dizer que a sua missão – Cazaquistão, Quirguistão, Turcomenistão – é uma missão, no meu sentir, fascinante, porque é uma excursão à Rota da Seda, que não é só história, é o futuro, é o futuro do mundo. Se eu pudesse, voltaria a recomendar *O Coração do Mundo,* de Peter Frankopan, que é o nome do autor desse livro que descortina essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao relatório, em primeiro lugar, eu tenho um profundo respeito por todo profissional diplomata brasileiro. E a sua carreira desde o Instituto Rio Branco, que é modelar para o mundo, as suas participações pregressas, que constam do relatório – e eu não as vou repetir –, dizem bem da sua habilitação como de todo diplomata de carreira. É muito fácil arguir diplomata de carreira, porque pega a folha corrida... Quando se trata de uma pessoa que não é de carreira, nós temos que nos ater com mais profundidade. Mas eu queria só chamar a atenção: o Cazaquistão tem um terço da extensão territorial do Brasil, ou quase um terço – nós temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados; o Cazaquistão tem 2,717 milhões de quilômetros quadrados –, com menos de 30 milhões de habitantes, e tem uma riqueza mineral extraordinária, um potencial extraordinário, ficando na abrangência da chamada Rota da Seda.

Por sinal, digo, com muita satisfação e orgulho, que a primeira empresa brasileira que se localizou – já disse isso na nossa entrevista particular, particular não, socializada com os senhores –, Senador Renan, a primeira empresa brasileira que se instalou no Cazaquistão, há mais de cinco anos, foi a Weg, de Jaraguá do Sul. Então, essa visão de que aquele é um cenário importante... A China cobra do Brasil – cobra, está cobrando publicamente – uma manifestação de participação na Rota da Seda.

A Rota da Seda não é só o Cazaquistão, mas é do Irã, do Afeganistão, até a China, sem esquecer a Rússia, a Federação Russa, porque a antiga União Soviética abrangia Cazaquistão, Quirguistão, Turcomenistão e várias outras repúblicas, mas a Rússia também faz parte disso. E a Índia, que hoje é a maior população do mundo, é o maior país do mundo, com um crescimento extraordinário, onde, por sinal, tivemos eleições que terminaram agora, domingo passado, depois de 44 dias de eleição, não de campanha – 44 dias de eleição.

Eu queria só salientar que, no seu programa de trabalho, consta do meu relatório que o Cazaquistão possui consulados honorários no Brasil, no Rio de Janeiro, em São Paulo e, desde 2022, no Estado de Santa Catarina, o que me impulsiona a ressaltar a importância da sua missão e do plano de trabalho, assim como ressalto essa participação do meu estado, que é parte do Brasil. Não estou aqui singularizando, estou apenas destacando.

O Brasil tem uma exportação considerável, e acho que podemos abrir muito, ampliar muito. Faço parte do Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão, que é misto, das duas Casas. Com o Deputado Claudio Cajado, estivemos aqui nesta sala, há menos de um mês, recebendo o Vice-Ministro das Relações Exteriores do Cazaquistão. E temos, portanto, um grupo de trabalho, um grupo parlamentar, que é presidido pelo Senador Chico Rodrigues. Ele e o Senador Angelo Coronel já visitaram o Cazaquistão.

Em resumo, o que eu posso dizer do seu relatório é que, pessoalmente, o senhor preenche todos os requisitos – não há dúvida nenhuma –, e eu não preciso proclamar. Isso é público, notório e publicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a sua missão é uma missão que eu considero fascinante por essas características que mencionei, de forma que, como não me cabe externar o meu voto, que será favorável, dou por encerrada a apresentação do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Amin e concedemos a palavra ao Embaixador Marcel Fortuna Biato.

V. Exa. dispõe de 15 minutos para as suas colocações iniciais.

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Renan Calheiros.

Eu queria, evidentemente, também agradecer a indicação do meu nome, do meu estado, e, desde já, agradecer a disponibilidade, a anuência de V. Exas. em acompanhar este debate.

Eu queria agradecer à assessoria internacional, que também tem colaborado – os colegas aqui da Afepa têm sido muito prestigiosos e apoiadores nessa iniciativa. (*Pausa.*)

Desculpe, agora sim.

Gostaria de começar dizendo que o Senador Esperidião Amin, basicamente, disse tudo. Cabe a mim apenas fazer uma breve exegese das suas considerações e talvez algumas considerações mais pertinentes às relações bilaterais.

Acho que o Senador foi generoso em falar da natureza interessante, do desafio que é este país. O Cazaquistão é a principal economia de uma zona, de uma parte do mundo, a Ásia Central, pouco conhecida e pouco conhecida não só do Brasil, mas do mundo inteiro. Foi parte da União Soviética, na parte central da Ásia – países novos em uma zona pouco desenvolvida e, portanto, pouco conhecida não só nossa, mas de todos.

Acontece que o mundo vem mudando, e talvez uma das mudanças mais significativas em termos de uma agenda de globalização – e o Senador Esperidião Amin fez uma referência, talvez indireta, a isso – é o fato de que essa é uma região de grande importância geoestratégica, no sentido mais amplo da palavra.

No sentido econômico, *stricto sensu,* como ele mencionou, muita riqueza de minérios, energia, petróleo, gás, urânio, terras raras – que é um tema a que eu vou voltar –, e, também já mencionado pelo Senador, um ponto focal das caravanas do século XXI: a Rota da Seda, o principal elo terrestre entre o extremo oriente e, digamos, o mundo atlântico, sobretudo europeu. Isso significa que grande parte do comércio, sobretudo nesse mundo pós-pandemia, preços de alimentos aumentando, quebra de cadeias globais de valor, cada vez mais a discussão sobre como se dá o transporte e as cadeias produtivas faz com que esta seja uma região que entre no debate. Então, se no passado podia-se dizer que se faz tudo na China e transporta-se por via marítima ao mundo inteiro, hoje a questão das cadeias, da segurança dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insumos, dos preços dos alimentos faz com que essa equação seja, digamos, uma geometria variável muito mais complexa e, portanto, a importância dessa zona.

Agora, ao mesmo tempo, este debate fica um pouco mais complicado, porque também é uma zona, é uma região cercada de instabilidade. De um lado, o conflito da Ucrânia acirra toda uma discussão sobre a presença de comunidades russas, que todos esses países têm. No caso da Ucrânia, 30% da população é de origem russa. A capital, Astana, se dá no norte do país, precisamente como marco da presença da soberania cazaque numa zona ocupada por populações de etnia russa. Portanto, a questão ucraniana tem um peso importante.

Um outro elemento fundamental é a retirada dos Estados Unidos do Afeganistão, que significou toda uma ebulição em matéria de drogas e também do fundamentalismo religioso, que se transforma em terrorismo.

Então, ao mesmo tempo que é uma zona de crescente importância estratégica, ela também apresenta desafios globais que o Brasil não pode ignorar.

O resultado prático disso, do ponto de vista desses países, da sua política de inserção internacional, é a busca de uma relativa autonomia. Eles falam em uma diplomacia multivetorial. O resultado disso é que eles querem manter uma relação com a antiga metrópole russa, que é uma fonte de comércio e de relações de segurança estratégica, mas também é uma dependência que não lhes convém: 80% do gás exportado pelo Cazaquistão escoa via Rússia, com todas as implicações que isso tem no mundo contemporâneo. Sabemos que há um processo de aumento, digamos, do comércio informal abastecendo a Rússia a partir desses vizinhos. Então, são questões que precisam ser examinadas. Por outro lado, a China – com presença cada vez maior, quase que opressiva em alguns sentidos – exige deles também a busca de um equilíbrio.

Eles querem investimento, mas eles têm uma preocupação enorme – e esse é o ponto seguinte – em buscar investimento internacional, do mundo ocidental e, dentro de uma visão de uma diplomacia autônoma de equilíbrios, buscar os parceiros que eles chamam de potências médias. O resultado disso, por exemplo, é a busca, o desejo de poder participar das grandes constelações de reconformação internacional. Então, eles gostariam de ser membro do Brics, têm acionado o Brasil para ser, eles querem entrar na OCDE, querem fazer parte do mecanismo de controle do MTCR, querem desenvolver agendas e instituições regionais capazes de promover a paz, querem que o Brasil apoie uma iniciativa deles de criar uma organização regional para a paz da Ásia Central.

Então, o senhor veja que é uma agenda ambiciosa tanto no campo econômico como no campo geopolítico multilateral, e eles identificam no Brasil, se não um par – o Brasil é muito maior –, um país que, como eles, busca, digamos, uma reconformação da ordem internacional, mas a partir de uma perspectiva pragmática de gerar comércio, de gerar nexos de valor econômico, político e geoestratégico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ajudem a dar a eles mais espaço de atuação, mais estável e mais previsível. Isso, evidentemente, converge com os interesses do Brasil.

Só uns números, rapidamente: eles são o 25º maior receptor de investimentos estrangeiros, têm um estoque de investimento de 160 bilhões e, considerando o tamanho da economia não tão significativa, 6 bilhões de investimentos estrangeiros no ano retrasado. Então, é uma economia que cresce, como todos os vizinhos, à base de quase 5%, 6% ao ano, muito motivada pelas indústrias extrativistas, mas gerando muito investimento em infraestrutura.

Isso, evidentemente, me leva à segunda parte, que é a relação com o Brasil. Do ponto de vista do Brasil, isso é tudo um grande cenário novo, digamos, uma fronteira nova política, econômica e sobretudo diplomática. Como eu dizia, países novos, a distância é muito grande, difícil para o Brasil competir economicamente com as ex-metrópoles de alguns desses países e também pela própria distância. Nós temos o grande trunfo de ter uma relação política muito boa – o Senador Esperidião mencionou as consultas políticas –; temos também um mecanismo empresarial que vem funcionando bem – a Weg, evidentemente, é parte desse debate; e temos uma Comissão Parlamentar, que vem se reunido regularmente, algo notável. Faço um parêntese aqui: na Irlanda, com todo o passado, nós estamos neste ano criando uma Comissão Parlamentar, ao passo que, com o Cazaquistão, ela já está estabelecida. Vejo aí um potencial muito grande, e o interesse dos cazaques em intensificar essa relação se reflete na regularidade desses mecanismos empresarial, parlamentar e político.

Como eu dizia, é uma relação limitada do ponto de vista econômico. Nós temos exportações, um comércio bilateral de 200 milhões, que é relevante, mas está muito longe do potencial. Temos um déficit estrutural, exportamos sobretudo insumos fundamentais para a nossa produção de fertilizante, gás e enxofre, e é preciso diversificar. Os caminhos não são, digamos, os óbvios, que é simplesmente fazer mais do mesmo. Aí é que precisava uma diplomacia criativa, e é preciso encontrar soluções novas.

O fato de o Cazaquistão se apresentar como uma plataforma de integração de cadeias – o Senador Esperidião mencionou a nova Rota da Seda, e eles querem criar um novo canal de exportação para o sul, para exatamente evitar a questão russa, passando ou pelo Cáucaso ou pela região persa e pelo Golfo. São parceiros importantes nossos que podem, a partir da geração dessa infraestrutura, abrir mercados significativos.

Então, eu acho que temos que ver o Cazaquistão e os seus vizinhos não como um mercado pequeno de 20, 25 milhões numa região distante e de difícil acesso, mas como uma plataforma de um país que quer se ver como o nexo de uma nova conformação da integração produtiva do continente euro-asiático, para ser, assim, bem bombasticamente ambicioso. Acho que essa é a agenda.

Coloca-se a questão de investimentos. Eles recebem, como eu disse, volumes muito grandes de investimento em infraestrutura. O Brasil ainda não está lá, e é uma questão a se colocar. Eles são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros do Conselho da Organização de Cooperação de Xangai e, como o próprio Senador disse, têm um interesse em aderir a esses mecanismos como o Brics e a OCDE.

Como opções de curto prazo, nós temos o trabalho da Embraer. A Embraer já está presente em todos os países da região. São países que dependem da integração aérea, como um pouco o Brasil, seja na área de transporte... O Millennium, de transporte, é uma opção que está sendo considerada para esses países; os Super Tucanos, e os aviões de carreira comercial. Então, é um mercado muito significativo. Tivemos, no ano passado, no ano retrasado, apresentações de aviões brasileiros lá. Portanto, é uma área a se enfatizar com prioridade. E, claro, a Embraer traz com ela o nome e potencialidades de cadeias produtivas.

Na área da agricultura, talvez o mais significativo é o fato de que uma empresa chamada Savana, de sementes, está querendo investir no Cazaquistão, na produção de soja. Então, volta-se àquele tema que eu mencionei antes: é um país que vive do extrativismo mineral e que tem a percepção de que é preciso evoluir para outras modalidades, e nenhuma é mais óbvia. As dimensões do Cazaquistão têm seus desertos e suas montanhas, mas têm savanas ou estepes enormes que têm uma proximidade geológica, sobretudo do ponto de vista da característica do solo, que eu acho que apresentam um desafio enorme para não só essa empresa, mas quem sabe para a Embrapa e outros desenvolverem opções de investimento nessa área.

Houve uma missão no ano passado de carne. É um mercado potencial interessante, mas evidentemente também para desenvolver a produção deles. Eles têm muita tradição, sobretudo, na área de cavalos e pouca em gado, mas, se eles querem se transformar num fornecedor – a China está ali do lado –, por que não pensar nessa possibilidade?

Outro tema é o urânio. É o maior produtor, tem as maiores reservas do mundo de urânio, e é o maior exportador, com um terço da exportação mundial. O urânio... Depois, eu tive uma experiência na Agência Atômica durante vários anos e sei da importância da flutuação do preço. O próprio desenvolvimento da capacidade brasileira da cadeia do combustível nuclear foi muito prejudicado ao longo de muitos anos pelo baixo preço; ou seja, nós tínhamos que produzir urânio, mas também tínhamos um mercado exportador. Hoje, o preço está crescendo, está aumentando muito, e eu acho que há um espaço interessante para nós trabalharmos com ele. O Cazaquistão está investindo numa usina de geração; é uma outra possibilidade. A questão dos pequenos reatores nucleares, que é a vanguarda nesse setor em que o Brasil está, lamento dizer, um pouco tardiamente entrando, é uma possibilidade para discutir-se com eles, embora tanto Rússia como China sejam rivais importantes.

E, talvez – penúltimo –, se possam mencionar terras raras. Como o Brasil tem uma grande quantidade desses produtos... E, evidentemente, vivemos a realidade de um confronto, de uma competição do Ocidente com a China. Há um movimento muito forte dos Estados Unidos e de países europeus para, digamos, reconformar esse mercado, e não podemos negar que, em alguma medida, para isolar a China,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas que tem seu mérito, que é o de regular o mercado, criar condições de exploração e de desenvolvimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCEL FORTUNA BIATO – O Brasil também foi convidado. Então, acho que é um exemplo muito nítido de como é potencial do Brasil e do Cazaquistão desenvolver parcerias interessantes.

Existe o tema do gás, que também, afinal, o Brasil hoje precisa importar – há a questão do preço –, e eles querem exportar, querem investir. O Brasil investir na infraestrutura do gás lá seria parte da solução dos nossos próprios problemas, pelo menos, de médio prazo.

Última palavra, para dizer que os outros dois países são, na verdade, praticamente desconhecidos nossos. Há um trabalho enorme a fazer. O comércio é muito pequeno: o comércio é basicamente ligado a aviões e a alguma exportação de produtos manufaturados.

A conclusão é que, então, há muito por fazer. E terei enorme satisfação em receber uma missão, uma próxima delegação e trabalhar com os Senadores nos próximos anos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Embaixador Marcel Fortuna Biato.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2024

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO DE AZEREDO SANTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin, indicado deste caso como Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Hamilton Mourão.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ilustres indicados, eu primeiro tenho o dever de deixar consignada aqui a absoluta justificação da ausência do Senador Hamilton Mourão. Ele participa, desde as 8h da manhã de hoje, de uma missão de visita do Presidente da República, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul e dele próprio, em uma comitiva que se deslocou para visitar o Rio Grande do Sul, especificamente a cidade de Canoas, que eu próprio visitei com a Comissão Parlamentar Temporária Externa que o Senado criou. E, como integrante dela, sou testemunha da gravidade da situação e da absoluta necessidade de, como Senador da República, ele lá estar. Então, não é uma desconsideração, nem com a CRE nem com o nosso indicado; é uma obrigação que ele está cumprindo. Ele, que foi até injustamente criticado, então, tem um motivo até a mais para não deixar de participar desse momento.

Quanto aos dados iniciais do voto do Senador Mourão, não há o que acrescentar. O relatório está publicado. A carreira do Itamaraty – em primeiro lugar –, dos diplomatas profissionais, é sempre uma carreira pública e publicável, que nos orgulha pela diversidade, pelas missões que cada um já cumpriu e pelo que pode, com competência, cumprir.

Eu adiciono ainda uma colocação pessoal: eu participei da Comissão de Relações Exteriores na década de 90, e é extraordinária a evolução qualitativa da visão da diplomacia brasileira e do diplomata, especialmente na questão do comércio internacional. O diplomata brasileiro cresceu intelectualmente, em termos de conhecimento, em termos de exigências, e imensamente em vários campos, mas principalmente nesse campo de percepção da necessidade de o Brasil se inserir ativa e inteligentemente no comércio internacional, de forma que boa parte do relatório do Senador Mourão focaliza exatamente esse aspecto, que converge com a minha visão.

Acho que nós temos a história e nós temos, acima de tudo, esse panorama internacional tenso. Hoje está havendo uma reunião na Europa.... Vejam bem, quem escorou a Segunda Guerra Mundial foi a União Soviética na Europa e sempre reclamou de que demorou muito para o principal país, os Estados Unidos, e o Ocidente se engajarem na guerra. E hoje é o dia do desembarque – 6 de junho –, e o principal país que resistiu não é convidado, que é a Rússia, que era a matriz da União Soviética. Então, o senhor vê que transformação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por motivos conhecidos, mas é um dia de reflexão; quer dizer, lutamos muito contra o inimigo, batemos no inimigo e hoje temos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquela confraria, tensões, para não falar em inimigos. Então, o Brasil se inserir nisso está muito bem descrito, particularmente quanto à missão.

A Noruega é um país muito especial, porque a evolução tecnológica da Noruega é fantástica, e, consequentemente, a sua missão é engrandecida por isso.

Quanto à Islândia, eu pretendo ouvir alguma coisa de novo. Se o senhor olhar para trás, é aquele paisão lá em cima, imenso, muito grande e tem histórias muito interessantes, mas eu não quero me deter nisso – acho que é um complemento. Se o senhor percorrer a Islândia, já vai passar o seu mandato. (*Risos.*) Se o senhor percorrer a Islândia, não vai conseguir completar a trajetória física, mas vai cumprir o seu mandato.

Então, acho que o parecer é no sentido descritivo. A Embaixada do Brasil em Oslo é responsável pelo atendimento à comunidade brasileira na Islândia também, além da Noruega.

Há um pequeno número de descendentes de islandeses que emigraram para o Brasil, em meados do século passado, e ainda mantém contatos com seus ancestrais nórdicos. A maior parte dos descendentes deve ter sido eleitora do Senador Sergio Moro, porque mora no Paraná, assim como os ucranianos, que foram aqui, várias vezes, lembrados e citados.

Acho que esse é o relatório, Presidente, e tenho nada a acrescentar ao que o Senador Hamilton Mourão produziu com competência e de maneira muito sintética.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo de Azeredo Santos, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Noruega e, cumulativamente, na Islândia.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros. Agradeço também ao Relator, Senador Hamilton Mourão, de justificada ausência, como citou o Senador Esperidião Amin. Agradeço também ao Senador Esperidião Amin por essa relatoria *ad hoc*.

Senador Sergio Moro, colegas da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos, Embaixador Bruno Bath, colegas aqui presentes, senhoras e senhores, em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer pela realização desta sabatina. É sempre uma honra poder voltar a uma reunião desta Comissão.

Gostaria de agradecer também a indicação do meu nome pelo Senhor Presidente da República, também pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, para ocupar essa posição, caso aprovado por V. Exas., de Embaixador junto ao Reino da Noruega e à Islândia também, cumulativamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Esperidião Amin mencionou, agora há pouco, no caso do Cazaquistão, a desproporção entre o tamanho do território e potencial influência também... Perdão, no caso da Irlanda, ele havia mencionado isso. Falava com relação ao tamanho do território, população e a influência, sobretudo na área econômica. No caso da Noruega, não é diferente, Senador. A Noruega tem um território de tamanho médio, digamos assim, com população pequena, mas com uma grande influência econômica e uma influência também na política internacional. Obviamente, essa é uma característica que favorece uma aproximação maior do Brasil à Noruega, com fins não só de relacionamento bilateral, mas também na pauta da agenda internacional.

Outro fator, uma característica também, é a semelhança dos nossos princípios, digamos assim, de política externa: o comprometimento com o multilateralismo, o comprometimento com a solução pacífica de conflitos, a resolução da paz, a cooperação internacional. Isso tudo são princípios que também aproximam os dois países e possibilitam ações conjuntas no cenário das relações internacionais.

Eu gostaria, justamente dado o limite de tempo para esta apresentação, de focar nas prioridades e, tendo dito essas, digamos assim, semelhanças entre Brasil e Noruega em termos de princípios de política externa, lembro que um dos temas mais relevantes, hoje em dia, da agenda internacional é, claro, a questão do clima e meio ambiente. E, nessa questão, tenho que lembrar e ressaltar o convite que o Brasil fez para a Noruega participar do G20, que o Brasil está presidindo neste ano, justamente em grupos de trabalho que tratam da sustentabilidade, do financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Obviamente, a Noruega já tem cumprido e pode cumprir ainda mais um papel relevante na alocação de recursos para atingir esses objetivos. Compartilhamos também essa ideia de que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm que também estar aliados ao combate à pobreza, à fome, ao desenvolvimento e à promoção do desenvolvimento.

Então, é uma agenda bilateral muito importante que o Brasil e a Noruega já vêm trabalhando, e essa presença da Noruega agora nas reuniões do G20 é muito significativa. Isso vai fazer com que, obviamente, a Embaixada do Brasil em Oslo possa dar prosseguimento a essas conversas bilaterais, tendo em vista também, Senador, a realização, obviamente, da COP 30 no Pará, no ano que vem, que o Brasil vai sediar. Então, é uma agenda bilateral muito importante.

Ainda na questão de clima e meio ambiente, preciso citar também a contribuição da Noruega, principal contribuinte ao Fundo Amazônia. O Fundo Amazônia tem 94% dos recursos que já foram internalizados oriundos de recursos do Governo da Dinamarca; são recursos orçamentários, inclusive. Conversando ontem com o superintendente do BNDES, que, por acaso, estava aqui em Brasília, responsável pela administração do Fundo Amazônia, ele me disse que já foram US$1,2 bilhão já internalizados pela Noruega no Fundo Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, obviamente, é um papel importantíssimo, relevante. E é esse diálogo constante, inclusive com os estados, com a Federação, que devem participar, obviamente, na apresentação de projetos que serão alvo, serão objeto de exame pelos conselhos, para que esses recursos possam ser bem aplicados para combater o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

Outro ponto, obviamente, importante da agenda internacional, do qual nós podemos nos aproveitar, digamos assim, no bom sentido, da experiência da Noruega, é justamente nos termos de construção da paz e solução pacífica de conflitos. A Noruega tem uma longa tradição histórica, Senadores, em relação a isso, lembrando os famosos Acordos de Oslo, na década de 90, na questão palestino-israelense – nós vínhamos falando sobre isso antes de entrar aqui para esta sessão. A Noruega tem esse papel de facilitadora de acordos de paz e de diálogos entre partes em conflito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS – Exatamente. Além do Prêmio Nobel.

A Noruega também reconhece no Brasil um ator relevante, que tem capacidade de coordenação e articulação com os países dos Brics, mas também no chamado Sul Global. Isso é algo relevante para a nossa atuação diplomática, evidentemente, essa cooperação que nós podemos ter com a Noruega. A Noruega é um facilitador do diálogo em dois países de extrema importância para o Brasil, pela sua vizinhança, Colômbia e Venezuela. Portanto, é um tema que, obviamente, da agenda política bilateral, que a embaixada precisará acompanhar com muita atenção também.

Falando agora da cooperação econômica, a Noruega tem tido um papel muito relevante no Brasil. Já são mais de 200 empresas norueguesas que investem no Brasil. Historicamente, segundo as estatísticas do Banco Central, há um acumulado de investimentos, um estoque de investimentos de US$40 bilhões em empresas norueguesas no Brasil, com destaque para a Equinor, que é a antiga Statoil, na área de petróleo e gás. É a segunda maior exploradora e operadora de petróleo e gás no Brasil no *offshore.*

Eles têm essa larga experiência, obviamente, no Mar do Norte, na Noruega, trazendo tecnologias, inclusive, para o Brasil. Metade das embarcações de apoio às plataformas no Brasil são de empresas norueguesas; então, a prestação de serviço é muito importante. A Equinor já anunciou – já investiu R$11 bilhões no Brasil – novos US$15 bilhões de investimento até 2030, sendo um terço disso em energias renováveis também, o que é muito importante.

E cabe aqui um destaque, também, obviamente, ao Fundo Soberano da Noruega. O Fundo Soberano da Noruega é o maior do mundo, com US$1,4 trilhão. E eles investem já em ações, em empresas brasileiras. Já têm investimentos de US$6 bilhões em ações de empresas brasileiras e US$2 bilhões investidos em títulos do Governo brasileiro. Portanto, é uma relação importantíssima na área da cooperação econômico-financeira, digamos assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há muito o que ser feito ainda. Citei a parte de energias renováveis. Essa vai ser uma prioridade também, a atração de novos investimentos em energias renováveis e ações de promoção comercial.

O Senador Esperidião Amin comentou isso na leitura do relatório *ad hoc* e a embaixada pode contribuir com a organização de *roadshows*. Citei o BNDES, mas, enfim, outros ministérios e também os Governos estaduais, para apresentar o Brasil como uma opção de novos investimentos em logística, em infraestrutura e em energias renováveis também, como eu já havia falado.

Então, é uma agenda muito intensa que nós temos. Ainda nessa área de cooperação econômica, é preciso citar o acordo de livre comércio do Mercosul com a Associação Europeia de Livre e Comércio (EFTA). Alguns anos atrás, foi anunciado o fim das negociações, mas, na verdade, ainda existem alguns pontos pendentes e deve ser feito esse acompanhamento. Houve uma reunião, no mês passado, inclusive, entre os negociadores, e há alguns pontos importantes para que esse acordo possa finalmente ser implementado e trazer benefício para o Mercosul e para os países da EFTA.

Uma outra área importante da nossa cooperação bilateral, evidentemente, é a ciência, tecnologia e inovação. Nós temos um comitê conjunto bilateral muito ativo, já foi realizada a terceira reunião desse comitê, recentemente também, e o Brasil está num grupo seleto de dez países que a Noruega elegeu como prioritários para essa cooperação em ciência, tecnologia e inovação, e também na área de educação de alto nível, pós-graduação, mestrado etc.

Existe uma cooperação intensa. Vários projetos já foram efetivados nessa cooperação em ciência, tecnologia e inovação e há uma nova agenda com a inclusão de novos temas: inteligência artificial, energias renováveis, alguns ligados aos temas amazônicos também, de mais pesquisa na área dos temas de desmatamento, monitoramento etc. Então, é uma agenda muito forte.

Mas, Senadores, eu gostaria de enfatizar aqui, estava elencando as prioridades, mas, no fundo, acredito que a prioridade nº 1, e acho que meus colegas embaixadores concordarão, é sempre o atendimento à comunidade brasileira local. A população de nacionais brasileiros na Noruega é de cerca de 11 mil pessoas. Na Islândia é menor, são 337. Mas essa prestação de assistência consular é fundamental. Grande parte desses nacionais que vivem lá na Noruega são filhos de casais, sejam noruegueses casados com brasileiras, em geral, a grande maioria.

E nós viemos conversando isso aqui, o Embaixador Flávio também, que já serviu lá, comentando como é rigoroso o conselho tutelar local e como isso gera, às vezes, exageros e disputas pela guarda de menores. Isso requer um apoio constante do serviço consular brasileiro, apoio aos brasileiros, a esses nacionais, nos aspectos legais, administrativos, jurídicos.

Então, essa é uma parte muito relevante da nossa atuação na embaixada, a que, mais uma vez, caso aprovado aqui, pretendo, obviamente, dar muita atenção; a casos de violência doméstica também, enfim, esse apoio à comunidade brasileira na Noruega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, umas breves palavras sobre o relacionamento com a Islândia.

A Islândia atribui ao Brasil uma importância grande, sobretudo no relacionamento econômico, porque o Brasil é um grande exportador para eles, proporcionalmente, de uma matéria-prima importante, que é a alumina, inclusive de uma empresa norueguesa que explora no Pará para a Islândia, porque lá eles têm uma grande produção de alumínio, se beneficiando da energia barata que eles têm, que é à base da geotérmica. Então, para a Islândia, é muito importante esse relacionamento comercial, como o Brasil é o grande fornecedor dessa matéria-prima para uma indústria relevante para eles.

Também, na área da pesca, eles exportam alguns pescados para o Brasil. Então, o Brasil, como grande mercado, para eles, relativamente, também é um mercado importante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É o berço do bacalhau.

O SR. RODRIGO DE AZEREDO SANTOS – É o berço do bacalhau, exatamente.

Eles também fazem parte da Associação Europeia de Comércio Livre, da EFTA, então é outro ponto importante da nossa agenda bilateral.

Na área de cooperação científica e tecnológica, há um potencial aí na troca de experiências entre a experiência que eles têm no Ártico com a nossa experiência de Antártica. Então, também no caso da Noruega, não havia citado, mas há esse interesse recíproco de troca de experiências nessa área tão importante, uma nova fronteira, também, que se abre no Ártico com o degelo, mas que, na verdade, cria oportunidades de cooperação científica e comercial futura.

São essas as minhas palavras iniciais, Sr. Presidente.

Muito obrigado, mais uma vez. É um prazer estar aqui e agradeço a participação de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu agradeço a participação de todos e determino à Secretaria-Geral da Mesa que proceda à apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Flávio Macieira, 11 votos SIM.

Marcel Fortuna Biato, 10 votos.

Rodrigo de Azeredo Santos, 10 votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão, portanto, aprovados os nomes dos Embaixadores Flávio Macieira, Marcel Fortuna Biato e Rodrigo de Azeredo Santos. (*Palmas.*)

As mensagens respectivas às sabatinas do dia de hoje serão enviadas à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos pela presença, especialmente pela das autoridades, desejando-lhes pleno êxito.

Declaro encerrada, portanto, a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e três minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Paulo Paim, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater os seguintes temas: I – Política Nacional de Cibersegurança: Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e Plano Nacional de Cibersegurança; II – Relações entre Segurança e Defesa Cibernética; e III – Anteprojeto de lei sobre Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) e o Sistema Nacional de Cibersegurança (SNCiber). **Participantes:** Senhor Marcos Antonio Amaro dos Santos, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI); e Senhor André Luiz Bandeira Molina, Secretário de Segurança da Informação Cibernética. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta publicada.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião da Subcomissão, ocorrida no dia 21 de maio de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma manifestação, está aprovada e será publicada.

Conforme pauta publicada, a presente audiência pública tem como objetivos:

I. Debater a Política Nacional de Cibersegurança, a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética e o Plano Nacional de Cibersegurança;

II. As relações entre segurança e defesa cibernética;

III. O anteprojeto de lei sobre a Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) e o Sistema Nacional de Cibersegurança.

Para tanto, recebe como convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Marcos Antonio Amaro dos Santos.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria: 0800 0612211.

Já temos a honra de contar aqui com a presença do Sr. Ministro General Marcos Antonio Amaro dos Santos, e me cabe esclarecer que será dada a palavra ao Sr. Ministro, pelo tempo que julgar necessário, para a sua exposição.

Em seguida, abriremos a fase de interpelações por Senadores ou Senadoras e inscritos, em prazo de até cinco minutos.

Na sequência, o Sr. Ministro terá igual prazo para resposta.

Cabendo, réplica e tréplica também serão reguladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero ainda registrar que se encontra conosco na mesa o Sr. André Luiz Bandeira Molina, Secretário de Segurança da Informação e Cibernética. Eu tive a honra de o ter como companhia, em recente missão na Cidade do Panamá.

Já antecipo que nós distribuímos um convite aos integrantes da Subcomissão, ou seja, o Senador Sergio Moro, de quem faço a questão de registrar a presença e convidá-lo para ficar aqui conosco, se desejar; o Senador Nelsinho Trad; o Senador Fernando Dueire; o Senador Chico Rodrigues e o Senador Marcos Pontes receberam cópia de um convite enviado por Digi Americas Alliance, que está sob escrutínio dos queridos membros.

Registro aqui a presença do nosso nobre companheiro Fernando Dueire. Fazia menção ao convite que eu fiz chegar a todos, para que avaliem a conveniência de nos fazermos presentes e quem, eventualmente, deseja estar presente nesse evento, que deverá ser realizado nos dias 8 e 9 de agosto.

Próximos.

Registrando mais uma vez a presença dos Senadores Sergio Moro e Fernando Dueire, eu passo a palavra ao ilustre Ministro Marcos Antonio Amaro dos Santos, para que se desincumba da tarefa para a qual foi convidado.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, Presidente da Subcomissão Permanente de Defesa Cibernética, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Sr. Senador Sergio Moro, Senador Fernando Dueire, muito obrigado pela presença, prestigiando também esta atividade; Senador Astronauta Marcos Pontes, membro também desta Subcomissão, que está ausente aqui neste auditório, mas nos acompanha por videoconferência.

Senhoras e senhores, é uma satisfação para o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional estar presente aqui nesta Subcomissão, para trazer informações relacionadas às atividades, a esta temática tão importante que é a segurança cibernética no nosso país. Eu farei uma apresentação em cerca de 30 minutos, eu espero. E, posteriormente, Senador, eu me colocarei totalmente à disposição, com a minha equipe também.

Eu destaco também aqui a presença do nosso Secretário-Executivo, General Corrêa Filho, que tem conhecimento bastante aprofundado na área. Temos ali também o nosso Brigadeiro Luiz Fernando, que tem muito conhecimento na área de segurança cibernética, e nosso Assessor Especial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo Malagutti, também. Estão todos aqui em condições de trazer todas as informações que forem de interesse desta Subcomissão, no que se trata de segurança cibernética do nosso país.

Então, eu passarei aqui a apresentar alguns eslaides, Senador, até para motivar os debates, já trazendo também algumas informações, alguns esclarecimentos sobre esta matéria, conforme foi designado pelo senhor. Eu vou seguir esse sumário e, como eu disse, espero apresentar esses pontos aí em cerca de 30 minutos. Posteriormente, nós nos colocaremos à disposição para os questionamentos que se façam de interesse dos senhores.

Apresentarei, rapidamente, a estrutura organizacional do GSI, para entendermos por que o GSI se envolve com esta temática; falarei da segurança da informação e cibersegurança de maneira geral no Brasil; farei uma síntese da Política Nacional de Cibersegurança: os princípios e objetivos, os instrumentos da PNCiber e o Comitê Nacional de Cibersegurança; trarei alguns fatos e dados relacionados a esta temática; e apresentarei algumas perspectivas antes de concluirmos.

Então, quanto à estrutura organizacional do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), eu destaco aquelas duas secretarias: a Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (Sagae) e a Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética (Ssic). As outras duas secretarias, que são também importantes logicamente: a Secretaria de Segurança Presidencial não tem muito a ver com esta temática de segurança cibernética, por isso eu não vou detalhá-la, tampouco aquela Secretaria de Coordenação de Assuntos Aeroespaciais.

Em relação à Sagae – como chamamos aquela secretaria, a segunda ali –, nós temos o Departamento de Assuntos do Conselho de Defesa Nacional, e o outro departamento, que também se envolve com esta temática, o Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo (Dacreden). Cito a primeira, por ter, no seu bojo, aquela Coordenação-Geral de Apoio ao CDN – Conselho de Defesa Nacional –; e a segunda, por ter a Coordenação-Geral de Segurança de Infraestruturas Críticas, que também trata, logicamente, de segurança cibernética, tendo em vista que essa é uma ferramenta, vamos dizer assim, não ferramenta, mas uma temática que é transversal a todas as infraestruturas críticas.

Já no lado direito, na Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética, nós temos dois departamentos: o Departamento de Segurança da Informação, com aquelas duas coordenações gerais – Coordenação-Geral do Núcleo de Segurança e Credenciamento e Coordenação-Geral de Gestão de Segurança da Informação –; e, mais ainda enfronhada com essa temática, o Departamento de Segurança Cibernética, com aquelas duas coordenações gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, logicamente, essa quarta secretaria, a Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética, é aquela que mais está envolvida com a temática de segurança cibernética, mas também aquela secretaria, Sagae, por termos ali aqueles dois departamentos que têm relação também com essa temática de segurança, especialmente o Departamento de Assuntos Dacreden, por causa da segurança de infraestruturas críticas.

Segurança da Informação e Cibersegurança no Brasil.

Estabeleço aqui uma primeira ideia da distinção que existe entre ciberdefesa – ou defesa cibernética – e cibersegurança – ou segurança cibernética. É uma diferença apenas de conceito. A segurança cibernética tem uma amplitude, tem um escopo maior.

Então, no nosso nível aqui, no nível Presidência da República, nós temos lá o Gabinete de Segurança Institucional, que trata desta temática num nível, logicamente, de governança desse sistema, num nível de gestão.

Depois, vendo já o aspecto mais relacionado ao Ministério da Defesa, com as Forças Armadas, o nível estratégico. Temos lá o Comando de Defesa Cibernética, que é um comando conjunto que envolve as três Forças Armadas, no âmbito do Ministério da Defesa.

Descendo para os níveis operacional e tático, são os comandos subordinados que possam ser estabelecidos, num caso do emprego de um comando conjunto. Temos lá, então, o nível operacional, guerra cibernética, o nível tático, uma força conjunta de guerra cibernética, por exemplo, já num nível de menor escalão.

Então, a diferença básica ali, no nível mais abrangente, a segurança cibernética; e, num nível específico do Ministério da Defesa, a defesa cibernética.

Vou fazer aqui um breve histórico da segurança da informação e cibersegurança no Brasil.

Começando ali, tem muitos documentos, muitas iniciativas ao longo de cerca de 20 anos – mais de 20 anos, na realidade, quase 30 anos já.

Começa ali em 1995, com a criação do primeiro Csirt brasileiro, a criação lá do Comitê Gestor da Internet do Brasil, através de uma portaria ainda.

Já em 1997, foi criado lá o Cert.br, o Cais, que é o Centro de Atendimento a Incidentes de Segurança, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois, ali, uma diretriz do Mare, ministério antigo de reforma do estado, o Ministério da Administração e Reforma do Estado, estabelecendo a segurança da informação no Poder Executivo federal.

Em 2000, a primeira política de segurança da informação na administração pública federal, já no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por meio daquele Decreto 3.505.

Competências estabelecidas através de leis ao GSI, já em 2002. Então, é aquela lei de organização da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecendo na lei esta competência do GSI para tratar da temática de segurança da informação.

Em 2003, a elaboração, o aprimoramento do Comitê Gestor da Internet no Brasil, já por meio de um decreto.

Em 2004, a criação do Ctir Gov – Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos –, da rede de Governo, através ainda de uma portaria do GSI, em 2004; e posteriormente, em 2005, o Estatuto NIC.br, que é a organização que é gestora do Comitê Gestor da Internet, que tem sob a sua responsabilidade o Comitê Gestor da Internet e também o Cert.br.

O Dsic era um Departamento de Segurança da Informação e Comunicações, à época, no GSI, por meio daquele decreto, em 2006. Hoje, o Dsic já é um Departamento de Segurança da Informação e Cibernética, não mais de comunicações, mas foi criado dessa forma, naquela oportunidade.

Destaco ali que, em cor laranja, são atividades ou entidades da sociedade civil; em azul, o Governo Federal e em laranja, a academia, mais amarelada.

Continuando, ainda nesta linha do tempo: em 2011, Lei de Acesso à Informação, uma lei que tem enorme aplicação, ainda nos dias de hoje, logicamente. A criação daquele Núcleo de Segurança e Credenciamento do GSI, que trata de informação classificada.

Já em 2012, dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento, por meio de um decreto, e estabelece o GSI, o Ministério Chefe do GSI, como Autoridade Nacional de Segurança, para fins de acordos e tratados entre governos. Normalmente, é o Ministério Chefe do GSI que assina esses acordos de troca e proteção mútua de informação classificada, fruto deste decreto.

O marco civil da internet, também de grande importância, a Lei nº 12.965, de 2014. Já a segunda política de segurança da informação, Política Nacional de Segurança da Informação, da Administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pública Federal, no GSI, por meio de um decreto, e a Lei Geral de Proteção de Dados, em 2018, Lei nº 13.709.

Foi criada também, fruto da lei, a Autoridade Nacional de segurança de Dados, de Proteção de Dados, já estabelecida.

Em 2019, competência de segurança cibernética, também estabelecida ao GSI, na Lei nº 13.844. É a lei também de organização da Presidência e dos Ministérios, cada vez que se renova o que está em decreto, é colocado já como competência na lei.

Criação da rede, melhor, da estratégia cibernética, ou seja, da primeira Estratégia Nacional de Segurança Cibernética, Decreto nº 10.222, que era para ter uma validade de quatro anos, então: 2020, 2021, 2022 e 2023. Ela já está desatualizada – vamos dizer assim – e já está em andamento o trabalho do Comitê Nacional de Cibersegurança para revisar essa estratégia.

Em 2021, foi criada a Regic, Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos na área do Governo, uma rede importante também por onde transitam recomendações estabelecidas, pelo Ctir Gov, da Presidência da República.

Em 2022, então, bastante recente aquele Cisc, no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação, na Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Gestão e Inovação. Foi criado o Cisc – Centro Integrado de Segurança Cibernética – que trata especificamente dos órgãos vinculados ali ao Ministério da Gestão, todo o sistema de tecnologia da informação que é vinculado ao Ministério da Gestão e Inovação, então, a segurança cibernética é coordenada por aquele órgão atualmente.

Já em 2023, como sabemos, no final do ano passado, em 26 de dezembro, é estabelecida a Política Nacional de Cibersegurança, pelo Decreto 11.856.

A Lei 14.600, a última lei de organização da Presidência da República e Ministérios, estabelece também a Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética. É também colocada na lei, agora, a secretaria; antes, era um departamento. Pela primeira vez, aumentando o escopo, o departamento se transformou, então, em uma secretaria.

Já no âmbito da defesa nacional, como a gente fez aquela distinção entre defesa cibernética e segurança cibernética, estamos vendo, agora, as iniciativas, no âmbito da defesa. Começando, lá em 2005, aquela não é a primeira Política de Defesa Nacional, a primeira foi estabelecida em 1996. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente não colocou também todas ali, apenas as mais aproximadas, em relação à temática de cibersegurança.

Em 2008, temos a Estratégia Nacional de Defesa. Um decreto estabelece a estratégia e também estabelece que ficaria a cargo da Força Aérea a temática aeroespacial e, logicamente, o Programa Espacial Brasileiro; a cargo da Marinha, o Programa Nuclear Brasileiro; e para o Exército Brasileiro, a temática de segurança cibernética – de cibernética, é melhor –, no âmbito da Defesa, Defesa Cibernética, portanto.

Diretriz Ministerial atribui ao EB o setor cibernético, em 2009.

Já em 2010, é criado o Projeto Estratégico do Exército de Defesa Cibernética e também o Centro de Defesa Cibernética. Essas iniciativas já tinham em vista os grandes eventos que aconteceriam no Brasil, a Olimpíada, a Copa do Mundo, aqueles grandes que exigiam essa estrutura estabelecida quando da sua ocorrência.

Prosseguindo, ainda, na área de defesa cibernética, com a Política Cibernética de Defesa, uma portaria ministerial, lá do Ministério da Defesa, há nova Política Nacional de Defesa, nova Estratégia Nacional de Defesa – a revisão.

Ali há a criação do Programa de Defesa Cibernética na Defesa Nacional. É conveniente destacar que existem dois programas de defesa cibernética. Há um no nível conjunto, no nível Ministério da Defesa. É um programa conjunto esse de que estamos falando aí, com a ComDCiber, na área do Comando de Defesa Cibernética. Ademais, existe um programa também estratégico singular, no âmbito do Exército Brasileiro, cada um cuidando da sua parte, uma parte conjunta, outra parte singular.

Há a ativação do Comando de Defesa Cibernética, no ano 2016, com o ComDCiber. Em 2017, dá-se a instituição do Programa Estratégico do Exército de Defesa Cibernética, em comparação com aquele outro que eu acabei de citar, que é o conjunto, o programa conjunto.

O 1º Exercício do Guardião Cibernético, talvez, seja o maior exercício de segurança cibernética do mundo esse Guardião Cibernético. O primeiro aconteceu, em 2018, e nós estamos indo já para a sexta versão do exercício no corrente ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a criação do Sistema Militar de Defesa Cibernética, há nova Política Nacional e nova Estratégia Nacional de Defesa. Já também ali está a Doutrina Militar de Defesa Cibernética, estabelecida, em 2023.

Então, era essa pequena lembrança, nessa linha do tempo, dessas iniciativas, nessas duas áreas: segurança cibernética e defesa cibernética.

Vamos falar um pouquinho, então, agora da Política Nacional de Cibersegurança, começando ali pelos princípios e objetivos.

Como citei anteriormente, essa política foi aprovada dia 26 de dezembro de 2023. Já no apagar das luzes do ano passado, nós conseguimos, então, a publicação, o Presidente da República assinou o decreto estabelecendo essa política com todas essas... É uma iniciativa muito importante. Nós não tínhamos uma política ainda dando essa orientação geral para os esforços na temática de cibersegurança. Nós tínhamos uma estratégia, que está sendo revisada, como eu disse, mas, como era a primeira estratégia, sem orientação de uma política, e, também, como foram, Senador, as primeiras estratégias em outros países, tinha um teor muito acadêmico e pouco operacional, vamos dizer assim, ou seja, as estratégias mais modernas, estudando muitas delas, nós vemos que têm um teor e uma orientação mais operacional, uma coisa mais operativa, com indicadores, com muitas delas já atribuindo o volume de recursos orçamentários para sua implementação, inclusive.

Então, os princípios ali.

É muito interessante destacar – eu não vou nem citar isoladamente um deles porque todos são muito importantes – a soberania nacional e a priorização dos interesses nacionais; a garantia dos direitos fundamentais, em especial a liberdade de expressão, a proteção de dados pessoais, a proteção da privacidade e o acesso à informação; a prevenção de incidentes e de ataques cibernéticos, em particular aqueles dirigidos a infraestruturas críticas nacionais e serviços essenciais prestados à sociedade; a resiliência das organizações públicas e privadas a incidentes e ataques cibernéticos; a educação e o desenvolvimento tecnológico em segurança cibernética; a cooperação entre órgãos e entidades públicas e privadas em matéria de segurança cibernética e a cooperação técnica internacional na área de segurança cibernética. São esses os princípios.

Continuando agora com os objetivos da Política Nacional de Cibersegurança: promover o desenvolvimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todos os objetivos têm relacionamento, obviamente, com os princípios e também com as atribuições, com as competências do próprio Comitê Nacional de Cibersegurança.

Então, os objetivos agora: promover o desenvolvimento de produtos, serviços e tecnologias de caráter nacional destinados à segurança cibernética; garantir a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade das soluções e dos dados utilizados para o processamento, o armazenamento e a transmissão eletrônica ou digital de informações; fortalecer a atuação diligente nos ciberespaços, especialmente das crianças, dos adolescentes e dos idosos; contribuir para o combate aos crimes cibernéticos e às demais ações maliciosas nos ciberespaços; estimular a adoção de medidas de proteção cibernética e de gestão de riscos para prevenir, evitar, mitigar, diminuir e neutralizar vulnerabilidades, incidentes e ataques cibernéticos e seus impactos; incrementar a resiliência das organizações públicas e privadas a incidentes e ataques cibernéticos; desenvolver a educação e a capacitação técnico-profissional em segurança cibernética na sociedade; fomentar as atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação relacionadas à segurança cibernética; incrementar a atuação coordenada e o intercâmbio de informações de segurança cibernética entre União, estados, Distrito Federal e municípios, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o setor privado e a sociedade em geral; desenvolver mecanismos de regulação, fiscalização e controle destinados a aprimorar a segurança e a resiliência cibernéticas nacionais; implementar estratégias de colaboração para desenvolver a cooperação internacional em segurança cibernética.

O único dos objetivos que destacamos foi esse em vermelho, com a margem e a borda em vermelho: desenvolver mecanismos de regulação, fiscalização e controle. Isso aí, já na política, então, inserimos esse objetivo como o que almejamos, que é exatamente a criação de um órgão que tenha essas atribuições de regular, fiscalizar e controlar o ambiente cibernético. Pode ser, Senador, por meio de uma agência, por meio de um centro; o formato tem várias possibilidades, está sendo muito bem estudado pelo Comitê Nacional de Cibersegurança. Tem um grupo de trabalho já debruçado sobre a melhor formatação desse órgão, que terá que existir para regular, fiscalizar e controlar as atividades relacionadas à segurança cibernética no Brasil.

E, logicamente, essa iniciativa, Senador, passará por esta Casa. Vai ser, logicamente, por meio da proposta de um projeto de lei, que terá o aprimoramento, certamente, aqui, no Congresso Nacional.

São estes os instrumentos estabelecidos na política: uma Estratégia Nacional de Segurança e o Plano Nacional de Cibersegurança. Essa estratégia vai transformar aqueles grandes objetivos em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

medidas mensuráveis, outros objetivos intermediários que permitam alcançar aqueles grandes objetivos estabelecidos na política. Já há um trabalho que nos apoia, do BID – nós temos até um exemplar para deixar aqui, Senador –, que estudou 17 países, mais de 30 estratégias nacionais. Tem países que já estão na sua terceira estratégia nacional de cibersegurança. Então, há uma evolução ao longo do tempo, daquelas mais teóricas, mais acadêmicas, para estratégias mais operacionais, com objetivos, com propósitos mais bem definidos e inclusive estabelecendo a necessidade de indicadores para que se acompanhe a evolução dessas medidas no campo da cibersegurança. Então, já existe um grupo de trabalho do CNCiber estudando a revisão da nossa Estratégia Nacional de Cibersegurança, e, posteriormente, a estratégia vai se desdobrar ainda num Plano Nacional de Cibersegurança.

O Comitê, que foi também estabelecido, por decreto, pela nossa Política Nacional de Cibersegurança, suas competências estão todas também relacionadas àqueles objetivos: propor atualizações para o PNCiber, em relação a Estratégia Nacional de Cibersegurança, que já está acontecendo – tem um grupo já revisando essa estratégia anterior e, posteriormente, irá elaborar também o Plano Nacional de Cibersegurança; avaliar e propor medidas para incremento da segurança cibernética; formular proposta para o aperfeiçoamento da prevenção, detecção, análise e resposta; propor medidas para o desenvolvimento da educação e segurança cibernética; promover interlocução com entes federativos; propor estratégias de colaboração para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional; manifestar-se por solicitação do Presidente da Creden (Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional) sobre assuntos relacionados à segurança cibernética.

A composição desse comitê. São 25 integrantes, sendo que aqueles em azul mais escuro estão no nível de ministério: o Gabinete de Segurança Institucional, a Controladoria-Geral da União, a Casa Civil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; o Ministério da Fazenda, o Ministério da Defesa, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério das Comunicações, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Logo abaixo, o Comitê Gestor da Internet, a Anatel e o Banco Central, e mais nove integrantes, sendo três de entidades da sociedade civil, três de instituições científicas e tecnológicas de inovação e três de entidades do setor empresarial, todos, logicamente, relacionados à segurança cibernética. Então, são 25 integrantes.

Os três grupos de trabalho já em funcionamento, grupos de trabalho temático já em funcionamento. Tem um grupo já debruçado sobre a Estratégia Nacional de Cibersegurança para atualizar, revisar uma estratégia que já existe e que já está vencida. Como eu disse, lá atrás ela tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um prazo de validade – vamos dizer assim – de quatro anos, e já estamos no quinto ano; então, ela está sendo revisada para, em breve, ser colocada em vigor; um grupo de trabalho internacional para definir os parâmetros de atuação internacional do Brasil em cibersegurança – quem está à frente desse grupo de trabalho temático é o Ministério das Relações Exteriores, da mesma forma que, do anterior, é o Comitê Gestor da Internet no Brasil –; e um terceiro grupo, o grupo de trabalho de governança, para a elaboração da proposta de projeto de lei para a criação de um órgão para a governança da cibersegurança, justamente uma possível Agência Nacional de Cibersegurança ou um centro – como isso está em estudo, está em avaliação a melhor forma de ser proposto esse órgão de governança. Esse grupo está a cargo do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Anatel; uma co-Presidência desse grupo de trabalho, uma Presidência compartilhada.

Alguns fatos e dados relacionados. Esta imagem é bastante complexa – vamos dizer assim – para mostrar também como é complexo o sistema de cibersegurança no Brasil, um país de dimensões continentais, com uma população de quase 220 milhões de habitantes, que tem uma complexidade também nessa área de cibersegurança. Aqui, à esquerda, está a defesa cibernética, num verde mais claro aqui, parte da defesa cibernética; e, já do lado direito, a segurança cibernética.

Em relação à defesa, nós já comentamos alguns desses órgãos que integram o Ministério da Defesa – as Forças Armadas, o ComDCiber, que é o Comando Conjunto, o Centro de Defesa Cibernética do Exército e por aí vai, com essas relações também de defesa cibernética e de infraestruturas críticas com outros países, órgãos e organismos multilaterais.

O Governo Federal tem aqueles Ministérios, como o Ministério da Justiça e ministérios em geral, que têm a si vinculadas agências reguladoras, como a Cnen e todas as agências reguladoras. Mais ainda para a direita, estão o GSI, o Ministério da Gestão e da Inovação, o MCTI; são os ministérios mais envolvidos neste âmbito, especialmente no âmbito governamental, com a temática da cibersegurança.

E todos aqueles desdobramentos... Nós vemos mais à direita o .br, o Comitê Gestor da Internet, o CERT.br, NIC.br, que é essa organização que tem o Comitê Gestor da Internet a seu controle, juntamente com o CERT.br, que cuida de todo o .br, de todo esse domínio .br no Brasil; então, é de responsabilidade do Comitê Gestor da Internet. Aqui é para vocês verem que é um grande sistema, especialmente vendo a área de Governo, em relação ao universo no qual se insere a cibersegurança.

Sobre a maturidade em cibersegurança do Brasil, esse gráfico aí tem um pequeno deslocamento do pentágono mais escuro e do pentágono mais claro. Esse afastamento dos vértices demonstra que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quanto mais próximo, logicamente, mais completo – vamos dizer assim – o pentágono, o que significa que o país está em melhores condições.

Então, aquele vértice de medidas técnicas, *technical measures*, com o grau 18.73... quando o grau está completo, é 20.0. Então, ali é onde estão os mais fracos, segundo a avaliação daquele órgão, o Global Cybersecurity Index, do International Telecommunications Union (ITU). Segundo esse instituto, nessas duas áreas de medidas técnicas e medidas organizacionais, é onde estamos um pouco mais fracos, ou seja, isso estabelece depois um *ranking*, que nós podemos ver aqui.

Em relação ao Brasil, vemos que, nas Américas, o Brasil está em terceiro lugar, atrás somente dos Estados Unidos e do Canadá. E, no mundo, o Brasil está lá em 18º lugar, depois de vários países – segundo esses indicadores e essa metodologia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – É o país todo, mais geral. Tem outros indicadores, vamos mostrar mais alguns aqui, na frente, também.

Esse é um indicador... é um sistema também que nós estamos adotando, por base, da Universidade de Oxford: Capacidade de Segurança Cibernética do Brasil – Cyber Maturity Model –, que é um sistema de medição de maturidade, que é muito na base de consultas, de pesquisas, com cinco setores: um de padrões de tecnologias, outro de política e estratégia de cibersegurança, de cultura e sociedade da segurança cibernética, construindo conhecimentos e capacidade de segurança cibernética, e outro de marcos jurídicos e regulatórios.

Quanto mais longo, quanto mais próximo do círculo de maior diâmetro, maior é o grau – vamos dizer assim. O país está em uma situação melhor quanto mais longos forem aqueles setores do círculo.

Essa aqui é a segunda avaliação que a Universidade de Oxford fez no Brasil, no ano de 2023; então, já é a segunda. Evoluímos em alguns aspectos e encolhemos em outros. Nesses em que houve uma pequena degradação, não significa que nós pioramos, mas que foram introduzidos outros parâmetros de medição principalmente, ou seja, para completar aquele círculo mais externo, nós temos muito caminho ainda para percorrer.

Em relação à insegurança cibernética como risco mundial, isso aí também é uma avaliação feita pelo Fórum Econômico Mundial, Riscos Globais, um levantamento de percepções aí, já de 2024. Nós vemos que a insegurança cibernética aqui está em quarto, quando se considera que o horizonte é de dois anos. Então, em quarto, a insegurança cibernética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Depois, ela vem aqui para oitavo, já num horizonte de dez anos, mas a gente vê que não foi uma queda muito grande, considerando que todos os que foram acrescidos aqui, à frente, estão relacionados a este parâmetro aqui: eventos climáticos extremos. E aí, consequências também da primeira, foram incluídas outras três ali, à frente, da insegurança cibernética, ou seja, é um risco global reconhecido plenamente, não apenas no Brasil, mas mundialmente. A insegurança cibernética é considerada um grande risco, especialmente no curto prazo aqui, mas também num horizonte de dez anos.

Estão surgindo aqui outras preocupações, como, num período maior aqui, *misinformation*, *disinformation* aqui, informação e desinformação, e efeitos adversos das tecnologias de inteligência artificial.

Ainda aqui, uma coisa que interessa também: dados sobre cibersegurança. Regulações cibernéticas são consideradas um método eficaz para reduzir os riscos cibernéticos. Então, pesquisas realizadas, aqui, também do Fórum Econômico Mundial, mostram que, neste caso, você acredita que as regulamentações cibernéticas e de privacidade reduzem efetivamente os riscos cibernéticos? Trinta e nove por cento acreditam que sim – eram somente, em 2022, 39%; em 2024, já são 60%, ou seja, tem aumentado a percepção de que uma agência ou um órgão regulador, controlador, fiscalizador reduz os riscos cibernéticos. Em 2022, os que não acreditavam eram 24%, e já caiu para 18,8% em 2024; ou seja, é muito interessante observar que, possivelmente, a criação de um órgão de regulação, fiscalização e controle contribuirá para reduzir essa percepção de risco.

Outro aqui: há uma crescente desigualdade cibernética entre organizações que são ciber-resilientes e aquelas que não o são. Também aqui, nós vemos que, em 2022, 14% dessas que consideram que a resiliência é insuficiente – 14%. Isso aqui, considerando qual o estado da resiliência cibernética da sua organização neste ano. Aqui em 2022, 14%; em 2023, 21%; em 2024, 25% acreditam que é insuficiente. Nessa linha mediana aqui, 67% acreditam que atende o mínimo de requisitos de resiliência: 67%, 51% e 36%. E esses que estão totalmente resilientes excedem os requisitos: 19%, 28% e 39%, em 2024.

No entanto, quando a gente vê aqui essa distinção entre organizações que têm poder econômico menor, elas sofrem mais em relação a este aspecto quando comparadas com organizações que têm receitas de maior vulto. Então, essas percepções mudam conforme o poder das organizações, e aquelas que têm poder econômico menor sofrem mais em termos de resiliência cibernética – essa percepção tem crescido quanto a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui também: a escassez de competências cibernéticas de talentos continua a aumentar a um ritmo alarmante. Também é um gráfico muito interessante, que demonstra a dificuldade e a escassez quanto a pessoas competentes para trabalhar na área de segurança cibernética, pessoas capacitadas.

A escassez de competência cibernética de talentos continua a aumentar a um ritmo alarmante. A pergunta é: a sua organização possui as habilidades necessárias para responder e se recuperar de um acidente cibernético? Em 2022, 88,3% das empresas de maior porte acreditavam que tinham essas capacidades – continua muito próximo do que se tinha. No entanto, naquelas de baixo poder econômico, de 94,7% em 2022, cai para 49,6%; ou seja, tem aumentado a percepção da ameaça e a capacidade de resposta das empresas de menor poder aquisitivo, de menor capacidade econômica e poder econômico. Essas são as que mais sofrem.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Envolvendo pessoas, pode servir também ao aumento da insegurança a percepção de que não há preparo.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – Possivelmente sim, Senador. Acreditamos que sim. Em relação a pessoas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma percepção crescente, apesar de ser decrescente ali... O decrescente é a segurança, não é, Senador?

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – Decrescente é a segurança.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja: a percepção de insegurança é porque eu estou percebendo que eu não estou equipado, inclusive pessoalmente.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja: eu reconheço que o risco é grande, e a minha capacidade não cresceu tanto.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – Outra pergunta aqui é desse outro gráfico: as lacunas de recursos ou competências são o maior desafio para a sua organização quando planejando a resiliência cibernética? A gente vê aqui que as organizações públicas são as que mais têm essa percepção, de que a falta de recursos humanos de competência são o maior desafio. Depois, as empresas médias. As que menos têm essa preocupação, essa percepção, são aquelas empresas de maior poder econômico.

Rapidamente, então, Senador – eu creio que já esteja ultrapassando o meu tempo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Perspectivas: o que está acontecendo, o que a gente imagina que – no curto e, no máximo, no médio prazo – estará acontecendo? A atualização da estratégia, como já citamos; a elaboração da proposta de projeto de lei para a criação do órgão para governança da cibersegurança nacional...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já está sendo elaborado?

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – Já está. Tem um grupo de trabalho do Comitê Nacional de Cibersegurança trabalhando sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está em curso.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – Ou seja, já existe.

Como o senhor sabe, Senador, nós já tínhamos um esboço, vamos dizer assim, de um projeto de lei, lá no início. Depois, com a criação do comitê, expandimos essa capacidade de análise, vamos dizer assim, e eu creio que vai ser aprimorado aquilo que já tínhamos em mente.

A elaboração do plano, decorrente da estratégia, a padronização da atuação internacional do Governo Federal em cibersegurança, um grupo de trabalho coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores em andamento, a atualização da Política Nacional de Segurança da Informação, que também já tem vários anos – tem que ser atualizada também –, a implantação da Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIC) e de seu comitê.

Esse comitê também está para... Em 30 dias, imaginamos que esteja estabelecido esse Comitê Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas. Já existe uma estratégia, já existe uma política, mas não temos o comitê – o próprio TCU recomendou a criação desse Comitê Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.

E a harmonização das iniciativas correlatas à proteção de dados, cibersegurança...

Como nós sabemos, existem muitas ideias, muitas iniciativas isoladas em cada um desses temas. Talvez seja interessante que ocorra uma harmonização dessas iniciativas.

A gente ouve dizer, Senador, que existe uma profusão de agências. Nós temos a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, recentemente criada a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, iremos propor um órgão de governança para a segurança cibernética... E não temos, também, um órgão de coordenação e governança de segurança de infraestruturas críticas. Então, talvez seja a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

oportunidade de juntarmos algumas dessas temáticas dentro de um mesmo órgão controlador e regulador.

Considerações finais.

O Fórum Econômico Mundial avalia que cerca de 14% do PIB dos países do mundo todo são consumidos pelos crimes cibernéticos. Ou seja: transpondo isso aí para o ambiente nacional, considerando o nosso PIB, 14% do nosso PIB seria R$1,5 trilhão.

Se as iniciativas relacionadas à criação de um órgão de governança, fiscalização e controle resultarem numa economia de 10% do que hoje ocorre, do que se perde, seriam R$150 bilhões. Lógico que não é uma matemática, é uma estimativa, talvez até grosseira, mas o volume de recursos que se perde com crimes cibernéticos, sem dúvida, é inimaginável. Quando a gente observa esses valores, são coisas, assim, são até inacreditáveis essas estimativas, mas isso é o que o Fórum Econômico Mundial estima.

Nós temos aí também, como um convite até, Senador, esse evento internacional previsto para novembro deste ano, um evento de dois dias, com quatro temas, oito painéis, envolvendo aquelas temáticas ali: cibersegurança, tecnologias emergentes, infraestruturas críticas e cooperação internacional.

Vamos organizar esse evento com base também na cooperação de outros órgãos, local a ser definido, mas já estabelecido aqui.

E fica aqui o convite para prestigiarem – os Senadores que puderem, aqueles que aqui estão presentes e que puderem – esse evento, em novembro de 2024.

Era isso o que eu queria apresentar, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado ao nosso Ministro.

Antes de passar a palavra, de liberar a palavra para o Senador Fernando Dueire, eu diria o seguinte: esse gráfico anterior que o senhor mostrou, essa última informação, deveria ser o imediatamente anterior. Isso aí deveria ser o primeiro da próxima. Certo? Porque... O estudo que fala do impacto financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Se o prejuízo estimado é dessa ordem, e nós temos uma outra estatística – eu pediria até que o Diego e o próprio Dr. Molina também me socorrem –... Nós tivemos – se é que essa estatística é confiável – quantos bilhões de tentativas de ataques no Brasil em 2022? Se a minha memória não me falha, cento e alguma coisa..

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Cento e três...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... bilhões de ataques. E, em 2023, isso caiu para 63 bilhões – está certo? Ou seja, houve uma queda de número e um aumento de qualidade no ataque. Dessa ordem: de 103 para 63.

Não sei quantificar... Nessa estatística, não tem uma quantificação de quanto essa lesão financeira seria. O que se sabe é que o ataque está mais sofisticado. Reduziu a quantidade e melhorou, ou seja, piorou – piorou para nós – a qualidade do ataque.

Então, eu acho que isso elimina, de uma vez por todas, aquela despreocupação que motivou a criação desta Subcomissão e motivou, em 2019, que nós criássemos, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, uma preocupação com a avaliação da nossa situação. Como é que nós estamos no mundo? Estamos desprevenidos? Mais ou menos?

Esse é o comentário que eu gostaria de fazer, porque... Não vou responder. Essa é a nossa missão. Nós temos a missão de avaliar a Política Nacional de Cibersegurança. Para isso, foi criada esta Subcomissão, que tem um prazo definido, ou seja, vamos fazer essa avaliação e entregar para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Por isso essa sua apresentação, e eu fixaria este. Este aí é o primeiro eslaide da próxima.

Só isso que eu queria dizer, mas passo a palavra ao nosso Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, Senador Amin, Ministro Marco Antonio Amaro, equipe aqui presente do Ministério, senhoras e senhores.

A exposição que V. Exa. fez, agora há pouco, foi muito didática. Colocou uma régua de tempo para que nós pudéssemos ter muita clareza no desenvolvimento da competência do Estado brasileiro com relação a esse assunto; revelou também a questão das bases, das competências dessa estrutura, do comitê, uma matriz de transversalidade necessária, mas que, de toda forma, mostra o tamanho da complexidade desse assunto dentro do próprio Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Senador Amin, a gente reforça a preocupação, depois de ouvir essa exposição, em razão da nossa velocidade de resposta.

O senhor colocou, com propriedade, que nós tivemos uma diminuição no volume de ataques, mas, por outro lado, uma sofisticação. Isso mostra, naturalmente, mais eficiência, e é necessária uma capacidade de defesa de forma objetiva.

O Ministro, salvo engano, por três vezes ressaltou aqui a necessidade, ora de uma maneira mais suave, ora de uma maneira mais objetiva, mas sempre elegante, a necessidade de um órgão, de uma agência, para que se tenha efetividade no dia a dia do desenvolvimento desse trabalho.

Dá-nos preocupação quanto – se não me engano, são 32 membros –...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ... 25 – ao tamanho do conjunto e da necessidade que esse conjunto precisa, face às suas outras competências. Cada um está focado em suas outras disciplinas também.

Então, ressalto que foi de muita valia esse encontro aqui.

Abraço o senhor, com relação à apresentação que o senhor fez, de excelente nível, mas saio daqui tão preocupado quanto entrei, porque nós percebemos o tamanho do desafio, e é preciso que nós estejamos efetivamente aparelhados, de forma objetiva, para esse enfrentamento.

Portanto, Senador Amin, se já não é pouco o trabalho da equipe de Governo que faz a gestão dessa atividade, também não é pouco o nosso aqui nas Comissões e nas atividades parlamentares, mas eu vejo, com clareza, que nós também temos um dever de casa muito grande nessa avaliação, de forma que esta Comissão, eu acredito, já está na sua terceira reunião, terceiro encontro, e acho que... Acho não: eu tenho certeza de que nós já avançamos muito com relação à clareza do tamanho do desafio que nós temos pela frente nessa avaliação, nessa responsabilidade de avaliação do que nós estamos garimpando nesses encontros.

De forma que, mais uma vez me congratulo, Ministro, com a sua exposição e cumprimento o Senador Amin pela condução na liderança dos trabalhos aqui da Comissão Especial que trata desse assunto.

Muito obrigado a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu gostaria de acrescentar, não para resposta imediata, mas para consideração do Ministro, da sua assessoria e do Molina – se quiser fazer algum comentário adicional –, um conjunto de perguntas que eu acho que já lhe foi disponibilizado, do nosso e-Cidadania, que eu achei muito interessante.

Rodrigo, do Distrito Federal: "Quais são os principais desafios enfrentados pelo Estado na implementação de políticas eficazes de segurança cibernética?".

Eu acho que o histórico demonstrou como esses desafios foram encarados.

Airon, de Pernambuco, estado do nosso querido Senador Fernando Dueire: "Como os órgãos públicos podem promover a qualificação [...]?".

Se o senhor puder retornar mais um, é o outro; aliás, mais dois. (*Pausa.*)

Mais um.

É aquele em que aparece aquela sensação de insegurança.

Esse aí.

Veja bem, nas grandes organizações, houve um crescimento do pessimismo, vamos dizer assim, da situação de insegurança, mas foi nas organizações menos capacitadas que se percebeu mais a incapacidade. E aqui a pergunta é sobre corpo técnico em TI (Tecnologia da Informação) na segurança e defesa cibernética, como é que se forma esse pessoal.

Fábio, do Rio de Janeiro: "O investimento no setor tecnológico está alinhado ao privado para melhoria profissional e de material?".

Acho que ainda é muito cedo para nós avaliarmos isso, não é? Nós estamos quase que na proto-história para fazer essa avaliação.

O especialista em tecnologia da informação realmente está sendo formado, claro, em muitos estados, com deficiência; em outros, com menos sensibilidade quanto a isso.

No meu estado, propriamente, há uma grande percepção de que faltam recursos humanos, porque nós temos um polo de informática bem desenvolvido, e, por isso, a requisição de gente qualificada é quase que inesgotável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hígor, do Distrito Federal – saliento que "Hígor" tem a mesma grafia do centroavante do Avaí, ou seja, não é "Ígor", sem "h"; é com "h". (*Risos.*) O Avaí, aliás, derrotou, numa circunstância absolutamente anormal, o Sport de Recife.

"Quais são as maiores dificuldades que o CNCiber [Agora eu vou adotar a sua pronúncia e nacionalizar a minha: quando tiver "y", eu vou falar "sáiber"; quando for "i", eu vou falar "cíber". Está certo.] vem enfrentando desde a sua criação? Estamos atrasados em relação aos países do Mercosul?".

Isso é uma pergunta que eu acho que pode ser respondida, mas eu já vou passar. Essa o senhor fica devendo, e o Molina também, porque eu acho que é uma pergunta fácil de responder.

Com Mercosul, aí nós só vamos até a Bolívia; não vamos até a Venezuela.

João, do Rio de Janeiro: "Quais medidas estão sendo adotadas frente à grande diferença tecnológica entre os países mais desenvolvidos?".

Essa eu acho que não precisa ser respondida, mas pode ser reconhecida. E nós só falamos aqui do Ocidente, não é? Não falamos sobre Rússia, China, Irã... E nem queremos falar agora.

Ageu, do Distrito Federal: "Há planejamento de aumento do orçamento destinado à defesa cibernética [este aqui deve ter alguma formação militar, porque ele continua:] do Exército Brasileiro?". Ele não perguntou sobre as outras Forças Armadas, nem sobre os civis, nem sobre os eclesiásticos; só perguntou sobre o Exército.

Mas eu queria converter as perguntas em duas, essa relacionada à comparação com os países do Mercosul e o que está sendo...

Quais são as reuniões e contatos que o nosso aparato oficial tem, pelo menos com os países mais desenvolvidos?

E o Molina poderia também complementar, se o senhor determinar.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Em relação à pergunta "Quais são as maiores dificuldades que o CNCiber vem enfrentando desde a sua criação?", na realidade, no dia de amanhã, nós teremos a segunda reunião do CNCiber, dos grupos de trabalho, a segunda reunião do comitê como um todo, que tem a previsão de quatro reuniões por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Trimestralmente, esse comitê vai se reunir, a não ser que seja convocado extraordinariamente. Então, estamos apenas na segunda reunião. Foi estabelecido o comitê no início deste ano, e estamos apenas na segunda reunião do comitê.

Já temos três grupos de trabalho em andamento, como citamos aqui, e, certamente, ele trará grandes contribuições em relação a essa temática da segurança cibernética.

Em relação aos países do Mercosul, ou mesmo aos países das Américas, nós vimos aqui que o Brasil, num determinado levantamento, numa determinada avaliação, se coloca como o terceiro país no hemisfério ocidental, nas Américas, atrás apenas de Estados Unidos e Canadá. Já no âmbito mundial, o Brasil se colocou ali na 18ª posição.

Então, não estamos atrasados em relação aos países do Mercosul. Um ou outro país, sim, já vem vendo o aspecto da criação de uma agência, de um órgão regulador.

Sim, já existem países sul-americanos que têm órgãos reguladores, como a gente pretende criar aqui. Não significa que, no âmbito de segurança cibernética, estejamos defasados em relação a esses países, em relação à resiliência e à proteção cibernética.

Não sei se o Molina quer também acrescentar alguma coisa...

O SR. ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA (Para expor.) – É, eu gostaria sim.

E, acrescentando, quando a gente compara as dimensões territoriais, populacional, com os outros países da América do Sul, se nós tivéssemos as mesmas dimensões, com certeza estaríamos muito mais à frente, muito mais avançados, mas os nossos desafios, muitos, são justificados pelo tamanho, as desigualdades regionais, o tamanho da população, a dificuldade em alcançar toda a população na parte de conscientização. Então, isso, necessariamente, se coloca como um grande obstáculo para o nosso avanço rápido.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – Senador, eu estava vindo de casa para cá, agora há pouco, e eu estava pensando em uma analogia em relação a essa questão da educação na área cibernética.

O mundo, todos nós aqui ingressamos nesse mundo digital, e esse mundo foi crescendo de forma avassaladora. Hoje, tudo se faz por meio digital: pagamento de contas, compra de passagem... Antigamente, ia lá no aeroporto ou numa agência comprar uma passagem, para imprimir o cartão de embarque somente no local. Hoje, nós mesmos despachamos nossa bagagem. Ou seja, o mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

digital nos envolveu de maneira muito rápida, e, de maneira geral, nós não nos educamos para viver neste mundo digital.

Fazendo uma analogia, é como se todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Estamos nos adaptando.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – ... nos adaptando.

Os mais velhos, especialmente, e os mais novos também são aqueles mais vulneráveis.

Eu também estava fazendo uma analogia, e é assim como no trânsito, como se todo mundo começasse a dirigir sem ter carteira de motorista, carteira de habilitação.

As crianças, desde pequenas, são educadas para, ao atravessar a rua, olhar para um lado, olhar para o outro, o sinal vermelho, o sinal verde. As crianças vão sendo educadas, nesse mundo perigoso do trânsito, mas não foram educadas para o mundo digital, da mesma forma como também nós não nos preparamos para vivermos neste novo ambiente, que atinge a todos.

E, com maior possibilidade de sofrerem as consequências, estão os mais idosos e os mais jovens que não têm essa educação digital.

Então, o nosso assessor, o Marcelo Malagutti, nos diz que, somente com esforços na área de educação, se consegue resolver um número muito grande de problemas da área cibernética.

E, às vezes, mesmo tendo conhecimento de determinadas medidas que deveríamos tomar, ainda assim nós deixamos de colocá-las em prática, porque trazem mais dificuldade, algum trabalho para trocar senha todo mês, essas coisas que evitam grandes problemas relacionados à segurança cibernética.

É questão, então, de educação.

É por isso que um dos objetivos, um dos princípios é educação; e é por isso que o Ministério da Educação participa, também, deste Comitê Nacional de Cibersegurança.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um dos 13 integrantes do Governo.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Treze, mais três e, depois, nove da sociedade civil, se eu bem me lembrei daquela sua colmeia, onde não havia abelhas.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu considero que a nossa reunião cumpriu o seu objetivo para o momento.

Eu esclareço que os nossos Senadores, como eu também, estamos sendo chamados para a sessão deliberativa. Hoje temos assuntos relevantes e atuais, de forma que eu me vejo na contingência de dar por encerrada a reunião, não sem antes agradecer a V. Exa., a sua equipe, que prestigiou grandemente esta reunião.

Creio que, antes de encerrarmos a nossa avaliação, deveríamos ter outro encontro – pode ser uma visita que se faça ao gabinete –, mas não tenho dúvida de que vamos depender muito de informações institucionais, ou seja, como vamos desenvolver – não para "trasmente", mas para "frentemente" – as circunstâncias institucionais, ou seja, qual vai ser a ideia de lei de criação do órgão, qual será a participação do... Enfim, a partir daquele último eslaide.

Em homenagem ao Senador Izalci, que comparece, passe, por favor, para aquele último, que fala dos prejuízos. Aqui.

Senador Izalci, nós estamos encerrando a nossa reunião, mas não sem antes lhe conceder a palavra, para o senhor avaliar isso aí.

A estimativa de prejuízos levantada no fórum de...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... lá na Suíça... em Davos, na Suíça, na cidade que foi objeto do grande livro de Thomas Mann, o alemão.

Este é o prejuízo que seria estimado ao Brasil: o que os ataques cibernéticos podem produzir, em um ano, seria praticamente 14% do PIB do Brasil, ou seja, seria quase R$1,5 trilhão de prejuízos que nós teríamos.

Até para justificar o esforço de todos nós, como o senhor é o nosso "Contador-Geral do Senado", eu coloco isso como *teaser*, como início para a sua fala que encerrará a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – É uma pena que eu estava em outras reuniões. Depois eu vi, quando eu estava entrando no Plenário, a audiência e falei: "Vou para lá, é GSI, é alguma coisa interessante". Não acompanhei, mas vou acompanhar isso.

Nós estamos na área de ciência e tecnologia, somos da Comissão e estamos falando em inteligência artificial, essas coisas...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aliás, hoje pela manhã, o ponto alto da exposição feita sobre lítio e sobre terras raras, tanto por parte do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, quanto da empresa Sigma Lithium... Eu fiz o registro no seu nome. A grande novidade, a partir do ano passado, foi a liberação do FNDCT, esforço para o qual a sua inteligência e a sua dedicação foram essenciais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Nós vamos nos aprofundar nisso aí, na segurança cibernética. É o GSI que está responsável por isso lá? Isso é com relação ao Governo, não é? A interferência?

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS (Para expor.) – É. Nós temos a exposição aqui, Senador, colocando uma linha do tempo, a evolução da defesa cibernética, da segurança cibernética, e temos a incumbência de apresentar, futuramente, um projeto de lei tratando da criação de um órgão para regulação, fiscalização e controle da atividade de segurança cibernética, relacionado à segurança cibernética.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E essa parte institucional...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem alguma coisa nas Forças Armadas já, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Todo esse relatório... A linha do tempo sobre o que foi criado, sim. Agora, em elaboração, é o texto do que seria um projeto de lei institucionalizando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... não em termos de Forças Armadas, mas em termos de Brasil.

O dispositivo, vamos chamar assim, a agência, enfim, o órgão caberá ao Governo propor, uma vez que isso vai envolver criação de cargos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k. Vou acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu digo, certamente.

Nada mais havendo a tratar, agradeço, mais uma vez, a participação das senhoras e dos senhores, dos Senadores em especial, das autoridades aqui presentes, especialmente do Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Marcos Antonio Amaro dos Santos, e sua equipe.

Eu percebo que alguns integrantes do comitê estão aqui também. Provavelmente, já vieram para a reunião.

É assim, Eduardo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quais são os membros do comitê que estão aí? Podem se levantar? (*Pausa.*)

São todos bem-vindos, foram muito bem recebidos e com satisfação por todos nós.

Muito obrigado.

A sessão está encerrada.

(*Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e sete minutos do dia quatro de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Weverton, Marcos Rogério, Fernando Farias, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro, Augusta Brito, Beto Faro, Wellington Fagundes, Ireneu Orth e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 868, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Cria a Tarifa Social Emergencial de Água, Esgoto e Energia Elétrica com anistia de 100% dos pagamentos por 90 (noventa) dias e dispõe sobre a proibição de cortes nas tarifas de água, esgoto e energia elétrica durante a vigência de Estado de Calamidade Pública Nacional." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 709, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Concede isenção total da tarifa de energia elétrica aos consumidores atingidos por enchentes e alagamentos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 943, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o custeio extraordinário das despesas de energia elétrica de unidades consumidoras alcançadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do PL 868/2020, com acatamento parcial do PL 943/2020 e do PL 709/2024, e rejeição da Emenda nº 1-PLEN ao PL nº 943/2020, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2152, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar a exposição de crianças a tratamento vexatório ou constrangedor no acesso ao transporte coletivo urbano." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4994, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Reconhece a rodovia BR-319 como infraestrutura crítica, indispensável à segurança nacional, e estabelece a garantia de sua trafegabilidade nas condições que especifica; e altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011 (Sistema Nacional de Viação)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com emenda supressiva. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5497, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, para tornar obrigatória a divulgação de mensagens sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a tromboembolismo venoso em terminais do transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário, bem como nos aviões, embarcações e vagões de passageiros, e nos bilhetes aéreos." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com as duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4804, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4632, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina Willy Alfredo Zumblick o túnel construído no morro do Formigão, localizado entre o Km 337,8 e o Km 338,7 da rodovia BR-101, no Município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1675, de 2022 - Terminativo -** que: "Denomina Perimetral Sérgio Lobato Machado o trecho rodoviário que liga a rodovia BR-277 à ponte internacional da integração sobre o rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4633, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina “Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade” o trecho da BR-135, compreendido entre os quilômetros 374,5 e 379,7 na travessia urbana no município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4715, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1976 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas estrangeiras." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 40, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, que “dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV),o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano; e altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999, 8.723, de 28 de outubro de 1993, e 13.033, de 24 de setembro de 2014”, seja incluído como convidado um representante Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 41, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, dos REQ 3/2024-CI, 17/2024-CI, 20/2024-CI, 37/2024-CI e 38/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 4392/2023,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que “altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal”." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 42, de 2024** que: "Requer a inclusão do prof. Carlos Penna Brescianini, ex-coordenador do Metrô DF e Pesquisador em Mobilidade Urbana na audiência pública objeto dos REQ 89/2023-CI e 95/2023-CI." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 43, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o transporte aéreo de animais de estimação e de apoio emocional." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 44, de 2024** que: "Requer que, na audiência pública objeto do REQ 32/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, sejam incluídos representantes da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e da Abraget (Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 46, de 2024** que: "Requer realização de Audiência Pública para debater a implementação do BRT Eixo Sul e BRT Eixo Norte com recursos do novo PAC, com os seguitnes convidados: Diego Sorgatto, Prefeito de Luziânia (GO); Carlinhos do Mangão, Prefeito de Novo Gama (GO); Fábio Correa, Prefeito da Cidade Ocidental (GO); Josiel França, Administrador de Santa Maria (DF); Pábio Correia Lopes, Prefeito de Valparaíso de Goiás (GO); Maria Caroline Fleury, Secretaria de Estado do Entorno do DF, do Governo de Goiás; Zeno José Andrade Gonçalves, Secretário de Transporte e Mobilidade do DF; Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes; José Humberto Pires de Araújo, Secretário de Estado de Governo do DF; Roberto Garibe, Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; e Paulo Toledo, Diretor Substituto do Departamento de Parcerias com o Setor Privado (DPP) do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Esperidião Amin e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 47, de 2024** que: "Requer a realização de audiência pública para ouvir a Presidente da Petrobras, Magda Maria de Regina Chambriard, sobre os planos de investimentos da empresa para os próximos anos." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Subscrito pelos Senadores Marcos Rogério e Jorge Seif e aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Jayme Campos, Marcos Rogério, Jaime Bagattoli, Jorge Seif e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/04

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de junho de 2024.

Comunico que foram apresentados na Comissão os seguintes documentos:

- Aviso 371, de 2024, do Tribunal de Contas da União, referente ao monitoramento de deliberações proferidas sobre o acompanhamento de aditivos contratuais a contrato celebrado com a Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio de Janeiro, para a operação da Rodovia 040, entre Minas e Rio;

- Aviso 379, de 2024, do TCU, que trata de acompanhamento e implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (Centena), anteriormente denominado Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Radiação;

- Ofício 583, de 2024, da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério dos Transportes, encaminhado à Comissão pela Secretaria-Geral da Mesa para conhecimento, que trata da resposta do Ministério dos Transportes à Indicação 103, de 2023, de autoria da CI, pela qual se sugeria ao Ministro dos Transportes a adoção de providências necessárias para incluir novos pontos de passagem na Rodovia 222 no rol de infraestrutura de transporte da União;

- Ofício 595, de 2024, da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério dos Transportes, encaminhado à Comissão pela Secretaria-Geral da Mesa para conhecimento, que trata de resposta do Ministério dos Transportes à Indicação 24, de autoria da CI, que sugere ao Ministro dos Transportes a adoção de providências necessárias para incluir no rol de rodovias pertencentes ao Subsistema Rodoviário Federal o trecho rodoviário entre os Estados de São Paulo e Paraná de Porto Charles Naufal, entroncamento da BR-369 em Londrina e entroncamento da BR-376 em Mauá da Serra.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Bem-vindo, bem-vindo, bem-vindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informamos ainda o arquivamento dos expedientes com prazos de manifestação encerrados.

Nós temos vários expedientes terminativos, não terminativos e requerimentos. (*Pausa.*)

Tem um terminativo, porque nós só temos aqui o Senador Esperidião Amin. Ele é Relator do item 6, que é terminativo.

Esse item aqui, não é? Esse aqui, não é? (*Pausa.*)

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 4632, DE 2019
- Terminativo -

Denomina Willy Alfredo Zumblick o túnel construído no morro do Formigão, localizado entre o Km 337,8 e o Km 338,7 da rodovia BR-101, no Município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Esperidião Amin
Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta
Observações: *Votação nominal*
Autoria: Deputada Federal Angela Amin.

A votação será nominal, no momento correto, e eu passo, então, a palavra ao Senador Esperidião Amin, para a leitura do seu parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, hoje o dia começa muito bem, primeiro porque eu o vejo presidindo a nossa primeira sessão e estou aqui tendo como "guarda-costas", entre aspas, o Senador Jayme Campos, que é uma segurança absoluta, e o senhor me dá a satisfação de poder relatar esse projeto de lei que contém vários elementos que me deixam orgulhoso e feliz.

Primeiro, a autoria do projeto é da companheira da minha vida, a ex-Deputada Angela Amin, e o homenageado é uma figura extraordinária da vida de Santa Catarina, do sul do estado e, particularmente, de Tubarão: Willy Zumblick.

E eu recorro, Presidente, antes de proferir o relatório, a um dos muitos livros feitos sobre Willy Zumblick. Este aqui é da Profa. Lélia Pereira Nunes, igualmente de Tubarão, Presidente da nossa Academia Catarinense de Letras, uma mulher dedicada à cultura de Santa Catarina que homenageou o Willy Zumblick, amigo do meu pai. Eu sou herdeiro de uma coleção de quadros que ele ofereceu ao meu pai – alguns ele deve ter vendido, afinal pintor não pode trabalhar de graça. E ele foi um dos grandes pintores de Santa Catarina. Tem um museu, um centro cultural Willy Zumblick em Tubarão, que eu ajudei a ser construído: o prefeito era o Dr. Irmoto Feuerschüette, mas todos os Prefeitos sempre dedicaram muita atenção a esse legado cultural e artístico desse cidadão exemplar do ponto de vista comunitário, familiar, um grande chefe de família, uma esposa que só o traiu quando morreu antes do que ele. Ele dizia: "Esta mulher me traiu, ela não poderia morrer antes do que eu" – ele morreu logo depois. Foi a única traição que ela cometeu: morrer antes do que o marido. Mas foi a grande companheira de vida, vestia-o, cuidava das coisas mais elementares da vida de Willy Zumblick.

Eu faço questão de recolher, deste livro da Lélia Pereira Nunes, uma frase do Willy Zumblick que consta aqui da contracapa e que deve servir para todo profissional, seja ele médico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e temos dois aqui, o senhor e o Senador Otto Alencar... Temos aqui um empresário de grande valor, e está chegando aí um pescador que nunca teve cheiro de tainha na mão, mas sabe pescar: "Cheiro de tainha, não!", mas gosta de peixe. (*Risos.*)

Cada qual tem uma atividade profissional, e aqui são várias atividades profissionais, mas esta frase do Willy Zumblick... (*Pausa.*)

Deixe-me cumprimentá-lo...

Mas a tainha está chegando, não é? (*Risos.*)

Está fazendo festa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então traga e compartilhe.

Mas eu queria dizer que isto vale para todos, vale para o empresário, vale para o médico, vale para o professor: "A pintura tem me prolongado a vida" – talvez por isso é que ele foi enganado pela patroa, que morreu antes do que ele e causou grande indignação para ele. A pintura, a tua profissão prolonga a tua vida, ou seja, a tua dedicação, a tua tarefa, eu ter o que fazer prolonga a vida. "Sempre tenho novas ideias para transpor para a tela." Então, há possibilidade de levar para a tela uma imagem ou uma ideia. "Enquanto assim for, estarei vivo."

E esta homenagem já foi aprovada na Câmara. Repito, tenho orgulho de ser um projeto de iniciativa da minha esposa, a Deputada Angela Amin, que denomina Willy Zumblick o túnel construído no Morro do Formigão, em Tubarão, na BR-101.

Ao pé do começo da subida para o túnel que fura o morro, ele construiu um monumento ao caminhoneiro, uma peça que não é pintura, é uma escultura que homenageia esse herói das estradas brasileiras, da economia brasileira.

Estou mostrando aqui para o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Bonito, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso foi inaugurado em 1985.

O Willy Zumblick teve uma vida muito rica.

Eu, para não tomar mais o tempo dos senhores e agradecendo por poder fazer essa digressão cultural, bairrista, digamos assim, e afetuosa, porque a nossa amizade, repito, do meu pai, da minha mãe, com a D. Célia, com o Willy, com seus filhos, com a cidade de Tubarão e com a sua obra... Pode-se dizer, um polímata, porque não só escrevia – seu irmão também escrevia, e muito bem –, mas fazia escultura de peças em ferro e pinturas principalmente, que são um grande legado que ele deixou do ponto de vista artístico, mas também comunitário e cívico.

O projeto é muito simples.

No art. 2º, a proposição institui a homenagem; no art. 3º, estabelece a vigência; e, na justificação, a autora enaltece essas observações que eu fiz e agora leio.

Quanto ao mérito, portanto, uma vez que todos os aspectos formais estão cumpridos, Willy Zumblick nasceu em 26 de setembro de 1913, em Tubarão. Estudou no Colégio São José, onde se destacou no desenho e na pintura. Na adolescência, começou sua carreira artística

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenhando cartazes de filmes de cinema. Autodidata, retratava a natureza em suas telas. Em 1939, realizou sua primeira exposição individual em Tubarão.

Com o sucesso, suas exposições foram para o Cine Rex, em Florianópolis, e outras cidades de Santa Catarina. Em 1944, expôs pela primeira vez em Porto Alegre. Em 1946, alugou um salão no edifício da Associação Brasileira de Imprensa no Rio de Janeiro, onde exibiu 60 telas, consolidando-se como um dos artistas mais profícuos do Brasil.

Zumblick retratou aspectos das tradições, cultura e história de Santa Catarina, como a Bandeira do Divino – aliás, especialidade da autora do livro, a Profa. Lélia Pereira Nunes –, *Guerra do Contestado*, que é o meu xodó, a Anita Garibaldi, que é a paixão de todos nós, às vezes oculta, às vezes a gente fala – nós catarinenses, eu digo –, boi-de-mamão, rendeiras e imigrantes.

O seu cinquentenário artístico foi comemorado em 1979, quando criou o Monumento às Mães, na Praça 7 de Setembro, em Tubarão.

Em 31 de agosto de 1985, inaugurou o Monumento ao Caminhoneiro, no km 338, que é exatamente a entrada do túnel que vai receber o seu nome.

Nos anos 90, foi eleito um dos 20 catarinenses do século, em uma pesquisa popular no jornal *Diário Catarinense*.

O Rotary Club Internacional incluiu Zumblick em sua galeria de 120 nomes mundiais.

Ao longo de sua vida, Willy Zumblick participou de mais de 600 exposições e produziu mais de 5 mil telas.

Em 26 de setembro de 2000, inaugurou o Museu Willy Zumblick, no Centro Municipal de Cultura de Tubarão, que eu mencionei há pouco. Eu tive a graça de ser o Governador que participou dessa inauguração e, de alguma forma, contribuiu para ela.

Willy Zumblick faleceu em 3 de abril de 2008, no Hospital Nossa Senhora da Conceição, e foi sepultado no Cemitério Horto da Saudade, em Tubarão.

Em 12 de junho de 2010, a Câmara dos Deputados realizou uma sessão solene em sua homenagem.

Sua vasta produção artística continua exposta em seu museu em Tubarão, Santa Catarina – e na minha casa também.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.632, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº -CI
> Coloque-se entre aspas a denominação “Willy Alfredo Zumblick” na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 4.632, de 2019.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, está em discussão o projeto, terminada a leitura pelo Senador Esperidião Amin.

O Senador ou Senadora que queira fazer uso da palavra, para comentar, está à disposição. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se pronunciar, como é terminativo, vamos aguardar o quórum para a votação.

Bem, eu estou vendo aqui o Senador Otto Alencar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aproveitando os que estão presentes para irem relatando.
Do Senador Otto Alencar é o item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 5497, DE 2023
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, para tornar obrigatória a divulgação de mensagens sobre a tromboembolismo venoso em terminais do transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário, bem como nos aviões, embarcações e vagões de passageiros, e nos bilhetes aéreos.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação com as duas emendas que apresenta
Observações:
1. Após análise na CI, o projeto vai à CAS, em decisão terminativa
2. Em 02/06/2024 o relator, Senador Otto Alencar, submete à Comissão novo relatório favorável ao projeto, com as duas emendas que apresenta
3. Votação simbólica.

Eu passo a palavra para o Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., meu estimado e querido amigo, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador e também Doutor, Confúcio Moura, meu colega.

Eu queria começar dizendo que esse é um projeto da iniciativa da Senadora Daniella Ribeiro, que me parece oportuno por vários motivos, inclusive para as pessoas que tiveram a covid-19, sobretudo na variante Delta, porque está comprovado, por todos os prospectos que nós temos recebido, nos últimos meses, de professores e pesquisadores que estudam essa doença até hoje, que é uma doença tromboembolítica: ela causa problemas de tromboembolismo nos pulmões.

E a matéria vem exatamente não só pela covid, mas por outras doenças, como o aumento de viscosidade das plaquetas, pessoas que têm problemas dessa natureza, em viagens de longo percurso, sobretudo as viagens aéreas de longo percurso, mas também de passageiros em vagões de trem, meio rodoviário, enfim, qualquer tipo de viagem que possa expor o paciente por um período longo.

Até nos aviões de melhor porte, os mais modernos, é importante dizer que a pressurização interna dentro dos aviões, por melhor que seja, é menor que a pressão interna do corpo humano. A pressão interna do corpo humano é sempre maior que a pressurização até dos grandes aviões hoje, esses que fazem esses voos internacionais de longo período, 12 horas, até mais tempo. Então, é por isso que, dentro de um avião, normalmente, para quem tem secreção nos seios frontais, nos maxilares, com a pressão interna sendo maior que a pressão dentro do avião, termina que a secreção sai, obstrui o ouvido, pode sair também pelas narinas. É exatamente por isso que acontece: a pressão interna, a pressão dentro do organismo, é maior que a pressão externa dentro dos aviões, e, consequentemente, isso pode causar edema de membros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inferiores, para quem não usa as meias de média compressão nos voos, ficando uma estase nas veias; as plaquetas podem fazer grumos, consequentemente, coágulos; esse coágulo desgarra de uma veia ou de uma artéria de maior calibre para uma de menor calibre; e, consequentemente, há uma obstrução, uma tromboembolia, que é uma doença que realmente tem uma letalidade muito alta, sobretudo quando há um desgarro dos membros inferiores para o setor mesentério, que passa por dentro da mesentérica, que é uma das artérias de veias mais importantes do nosso organismo.

Vários e vários casos já foram detectados com problemas de tromboembolia e com letalidade dentro do avião. Inclusive, recentemente, no meu estado, um dos meus amigos, que eu conhecia há muito tempo, numa viagem, que vinha da China para a Bahia, dentro do avião, teve tromboembolismo. Ou seja: formou-se o trombo, o trombo desgarrou e causou o que nós chamamos, com a obstrução da mesentérica, de síndrome de Leriche, que realmente é fatal, é letal para levar o paciente a óbito.

Portanto, a iniciativa da Senadora Daniella Ribeiro é importante, para que todos esses aviões – setor ferroviário, rodoviário de longo prazo – possam estabelecer publicidade, informando as pessoas, os usuários de transporte, para que eles tenham os cuidados para prevenir um problema dessa natureza. Uma tromboembolia pode ser fatal para aquele que está fazendo uma viagem de longo percurso.

Parabéns à Senadora Daniella Ribeiro.

Sr. Presidente, a minha análise é pela aprovação do projeto.

E que essas empresas todas possam divulgar aos seus usuários o risco que pode ocorrer se não tiver as precauções. Inclusive, aqueles que têm maior idade, que já têm problemas em veias, varizes e outras coisas, devem consultar os seus médicos, na possibilidade de estabelecer uma segurança no voo ou não nesses períodos todos, já que nós temos analisado casos, como eu citei aqui no meu estado, de pessoas que têm trombembolia no voo, e certamente isso pode levar a óbito.

A preocupação da Senadora Daniella é uma preocupação importante. Portanto, nosso voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, vocês viram aí o Senador Otto, sem precisar fazer a leitura, fez um comentário bem didático, e todo mundo entendeu a importância do projeto.

Está em discussão, para quem desejar fazer algum comentário.

Pois não, Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Otto, colega Senador, eu tive um amigo que chegou da França e começou a passar mal dentro do carro, quando chegou. Ele era de Curitiba, e a sorte foi que eles passaram na frente do São Lucas, pararam, e ele foi acudido, com embolia pulmonar e, graças a Deus, não morreu, mas foi uma das recomendações que o médico fez: para que ele, quando fizesse essas viagens longas, levantasse várias vezes, caminhasse, mexesse as pernas... Quer dizer, ele era acostumado a fazer voo, quase que mensalmente, e quase morreu por isso.

Então, é um projeto muito meritório e de extrema importância.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, eu tenho uma experiência de ordem pessoal.

Eu fiz uma viagem para a Indonésia, num voo muito longo, e, quando eu cheguei lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não, foi na Indonésia mesmo, na cidade de Balikpapan, numa das ilhas da Indonésia, e daí a pouco começou um vermelhidão na coxa da perna esquerda. Embora fosse médico, eu não achei que pudesse ser atingido.

Ao retornar ao Brasil, aquilo foi agravando, e tive que me submeter a uma cirurgia, para retirar aquela veia comprometida, aquele vaso comprometido, e, nas viagens, agora, tenho que tomar um anticoagulante, além das meias elásticas de média compressão.

Em viagem longa, no meu caso, de agora para frente, aprendi, mas é extremamente...

A gente não pensa que vai acontecer com a gente, mas acontece.

Eu vejo que o projeto da Daniella foi de uma felicidade incrível, inclusive, dentro do voo, para explicar para os passageiros todos os cuidados que a Senadora Margareth acaba de citar aqui.

Parabéns!

Como este projeto não é terminativo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Lá em Bali. Está vendo? E é uma viagem muito longa. Mas ela é nova, não vai ter problema nenhum.

Bem, como o projeto é não terminativo... (*Pausa.*)

Ainda não dá, porque precisamos...

Vamos pedir aí ao pessoal para atingir o quórum de 12. Faltam três Senadores para atingir o quórum. Vamos deixar aqui mais um pouquinho sobrestado e vamos adiante.

Qual é o próximo? (*Pausa.*)

Senadora Margareth. Está aqui.

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 1675, DE 2022
- Terminativo -

Denomina Perimetral Sérgio Lobato Machado o trecho rodoviário que liga a rodovia BR-277 à ponte internacional da integração sobre o rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação

Observações: *1. Votação nominal*

Senadora Margareth Buzetti com a palavra para relatar o Projeto de Lei 1.675.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Peço permissão para ir direto à análise, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Por haver sido distribuída com exclusividade a esta Comissão, serão analisados não apenas o mérito da proposta, mas também sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A Constituição Federal (art. 22, inciso XI) determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União. De outra parte, a deliberação sobre a matéria é de competência do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 48, não havendo restrição à iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

O projeto em análise encontra amparo na Lei 6.682, de 27 de agosto de 1979, que "dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação".

Seu art. 2º estabelece que, "mediante lei especial", uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá receber, supletivamente à denominação de caráter oficial, a "designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade".

Destaque-se que o trecho objeto da homenagem (pertencentes às BR-277 e BR-469) não possui, segundo o Portal LexML, nenhuma lei que lhe outorgue outra denominação além de sua designação oficial (numérica).

Em relação à técnica legislativa, o PL nº 1.675, de 2022, foi elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, quanto ao mérito, gostaríamos de nos subscrever à homenagem que aqui se presta ao saudoso Sérgio Lobato Machado, ilustre cidadão de Foz do Iguaçu, cidade pela qual lutou e trabalhou para trazer mais desenvolvimento e turismo, desde que nela chegou, nos idos de 1950.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do PL nº 1.675, de 2022, e por sua aprovação no tocante ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Muito obrigado, Senadora Margareth.

Se vocês observaram, é sobre a denominação de Perimetral Sérgio Lobato Machado o trecho rodoviário que liga a rodovia BR-277 à ponte internacional da integração sobre o Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, no Município de Foz do Iguaçu.

Voto favorável.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Vamos só aguardar. Já, já a gente vota, porque já temos quórum. Vamos aguardar só um pouquinho.

Agora vamos ao item... Eu gostaria... Desse item 8, a Senadora Soraya é a Relatora e pediu para o Senador Jayme Campos fazer a leitura *ad hoc* para ela.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4633, DE 2023
- Terminativo -

Denomina "Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade" o trecho da BR-135, compreendido entre os quilômetros 374,5 e 379,7 na travessia urbana no município de São Domingos do Maranhão, Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta
Observações: *1. Votação nominal*

Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, meu caro, estimado amigo Senador Confúcio, e demais colegas Senadores aqui presentes nesta Comissão de Infraestrutura, primeiro, eu quero agradecer a V. Exa. por ter-me nomeado Relator *ad hoc* para ler o relatório da ilustre e querida amiga Senadora Soraya Thronicke. Se V. Exa. me permite, eu passarei logo à fase de análise.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, foi confiada à CI a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 22, XI, CF), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, CF) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput*, CF) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que "dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos" e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta. Francisco Alves Andrade faleceu em 2009, preenchendo o pressuposto da referida lei.

No que concerne à técnica legislativa, entretanto, são necessários reparos a fim de promover a adequação necessária às normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

A ementa informa que o projeto denomina o trecho da BR-135 e dá outras providências, quando, de fato, apenas denomina o trecho. Assim, deve ser excluída a expressão “e dá outras providências”.

Por fim, propomos pequena alteração nas redações da ementa e do art.1º do projeto, com o propósito de adequar o uso dos sinais de vírgula.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

Francisco Alves Andrade exerceu dois mandatos de Prefeito do Município de São Domingos do Maranhão, tendo cumprido seu dever com destacada dedicação à coisa pública e notável dedicação. Reconhecido pelo seu caráter inovador, lutador e aguerrido, “Chico do Horácio”, como era chamado pelos populares, foi um grande político que prestou inúmeros serviços não somente a seus eleitores, mas a toda população de São Domingos e do Estado do Maranhão.

Valorizar a memória de respeitável cidadão é, a um só tempo, perpetuar seus feitos e preservar, para as novas gerações, um exemplo de dedicação à vida pública. Por tais razões, consideramos, justa e merecida a homenagem proposta.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.633, de 2023, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CI
> Dê-se à ementa do PL nº 4.633, de 2023, a seguinte redação:
> “Denomina 'Avenida Prefeito Francisco Alves Andrade' o trecho da BR-135 compreendido entre o Km 374,5 e o Km 379,7, na travessia urbana, no município de São Domingos do Maranhão, estado do Maranhão.”

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

Está em discussão o projeto que acaba de ser lido pelo Senador Jayme Campos.

Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu quero me congratular com o critério da iniciativa.

Eu já tive vários problemas a respeito de denominação de rodovias federais. Por exemplo, a BR-101 tem o nome do meu querido amigo e saudoso amigo, Mário Covas. Nada contra, é um nome ilustre. Só que isso entrou em confronto com uma proposição minha para designar o trecho, em Santa Catarina, Zilda Arns. Foi o caminho que ela fez para ir de Forquilhinha estudar medicina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Curitiba, porque não tinha medicina em Santa Catarina no período em que ela seria estudante.

Então, o critério que eu quero aqui enaltecer é este: já imaginou designar o nome de um ilustre mato-grossense para uma Transbrasiliana? Seria justo que, no Estado do Pará, tivesse o nome de alguém do Pará. Se for no Amazonas, que tenha o nome de alguém do Amazonas. Se for em Rondônia, que tenha o nome de alguém de Rondônia naquele trecho. Isso não tira o mérito de ninguém, mas...

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O senhor me permite um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para apartear.) – Só fazendo um adendo a V. Exa., está perfeito o seu raciocínio, mas algumas pessoas... Por exemplo, eu tive a primazia de conhecer profundamente o ex-Ministro, o nosso querido amigo Mário Andreazza. Ele foi um grande benfeitor, quando ele foi Ministro neste país, do meu estado, mas, sobretudo, da minha cidade de Várzea Grande. Eu era Prefeito, na década, naquela época, e ele ajudou sobremaneira a minha cidade. Para se ter uma noção, só naquela época, eu construí um hospital através do financiamento do FAS, que era o Fundo de Apoio Social – V. Exa. deve lembrar perfeitamente. Construí, naquela época, Senador Otto, um hospital com 180 leitos. Era um sonho meu. Eu falei: "Se um dia for político, eu quero chegar e construir hospital para que a minha população não demandasse só serviços médicos à cidade de Cuiabá". Era um transtorno, sobretudo no período da noite, pessoas parturientes que batiam à porta da minha casa; eu tinha que pegar a minha Belina e ir a Cuiabá para a pessoa ganhar neném.

Pois bem, de lá para cá, me ajudou a construir casas, pediu vários financiamentos do Finc, que era para asfaltar conjuntos habitacionais – naquela época era um problema. Então, eu entendi, naquela época, como Governador – já era Governador do estado –, e construí um contorno, que se chama Contorno Norte da cidade de Cuiabá e Várzea Grande, que hoje é o que ainda salva muito lá. Eu senti quase como uma obrigação, eu tinha uma admiração por ele, porque esse é um grande brasileiro. Ele era um homem da estrutura nacional, até pelo seu vasto trabalho prestado, de forma que eu acho que a sua fala é pertinente. Todavia, tem algumas pessoas de vulto nacional que construíram, sobretudo, aquela vasta região do Brasil, não é isso? Construiu a estrada e a Rodovia Presidente Médici. Levou a rodovia de Campo Grande a Cuiabá. Era um sonho de nós todos, mato-grossenses.

Então, eu acho que, nesse caso, é meritório, é louvável quando parte do Poder Legislativo, que tem essa atribuição, essa competência de homenagear vultos daquilo que, de fato... Nós podemos homenagear, muitas vezes, porque o cara foi um político do estado tal, e daqui a pouco você está homenageando em Santa Catarina ou Mato Grosso, na Bahia, mas quase nada ele fez de efeito, ou seja, de bom para aquela população.

Então, esse é um caso, com muita particularidade aqui, nós temos que ressaltar, na verdade, porque são casos, assim, muito pontuais, e você tem que homenagear brasileiros do nível, do quilate, como foi o saudoso Coronel Mário Andreazza aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mário David Andreazza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Jayme Campos (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mário David Andreazza, é verdade.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só queria, para concluir, dizer que eu estou elogiando esse projeto porque ele estabelece 5,2km para essa homenagem, porque se tratava de um Prefeito; portanto, é evidente que o seu raio de ação, digamos assim, a sua ação, que o faz merecedor dessa homenagem, sem qualquer discussão, era uma ação mais local do que um nome nacional, como o Mário Andreazza, que fez obras pelo Brasil afora. Pode criticar, pode não... não teve chão em que... Ele teve participação, por exemplo, muito ativa para a resolução de como financiar a Ponte Colombo Machado Salles em Florianópolis, teve participação em momentos difíceis do meu estado, na enchente de 1983. Visitei com ele represas hidrelétricas, tanto em Santa Catarina quanto no Paraná, então foi um homem que deixou marcas pelo Brasil afora. Você pode ter posição política contrária, mas não pode negar.

Então, eu concordo com a observação do Senador Jayme Campos, faço-a minha, e enalteço o critério desse projeto, que pormenorizou – vamos dizer assim – a jurisdição da homenagem ao perímetro urbano, à travessia urbana. Nós temos um caso desse em Lages. Na Cidade de Lages, a BR-282 tem o nome de um grande jornalista local, a rodovia que deveria ter o nome de Nereu Ramos, que foi Presidente da República, mas não tem, mas isso é um outro assunto.

Eu quero focalizar isto: acho que o critério da homenagem, Senador Bagattoli, é você homenagear um nome local localmente, e não um nome local nacionalmente.

Essa é a minha ponderação, de absoluto aplauso ao texto e ao espírito do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Já temos quórum. Eu vou colocar aqui para a votação, em bloco, todas as que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Só para fazer uma... é uma matéria, obviamente, que é consensual, mas faço uma ponderação à luz do que trouxe aqui o Senador Esperidião Amin, porque muitas vezes nós fazemos esses recortes para homenagear, enquanto legisladores, mais de uma figura pública, e tem um efeito, obviamente, decorrente disso.

V. Exa., Senador Amin, que é uma enciclopédia do Parlamento Brasileiro, conheceria a Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira? Eu estou fazendo essa provocação apenas para a gente entender. Veja, a Juscelino Kubitschek de Oliveira dá nome à BR-364...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, mas é um nome nacional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... que começa em São Paulo. Não, mas a questão é que, às vezes, você dá trechos de homenagens, mas tem aqueles que pegam e os que não pegam, e outros ficam com o nome original, a versão original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, na região de Rondônia, Acre e Mato Grosso, especificamente, todos tratamos a BR-364 como BR-364. Então, eu estou a elogiar o recorte que foi feito no sentido de dar a esse vulto essa homenagem, mas, por outro lado, quando a gente tem esses recortes, o nome que fica, que prevalece, é aquele que está na cultura popular, é aquele que está na cabeça das pessoas.

Então, é apenas uma observação em relação aos critérios que nós mesmos damos para as homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito, muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É uma observação com a qual eu concordo completamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Temos o Projeto de Lei 4.715, que é relatado pelo Senador Jaime Bagattoli. Ele já fez a leitura, está ainda em discussão, mas foi pedida vista.

E agora vamos só abrir mais um espaçozinho para a continuação da discussão. É aquele projeto sobre a cabotagem de aviões que cobrem outros países aqui da América Latina, para poderem fazer pouso na Região Amazônica, particularmente Acre, Rondônia e o Estado do Amazonas, como um meio de facilitar o transporte de passageiros, baratear e aumentar a competição.

Foi relatado. É de autoria do Senador Sérgio Petecão e relatado pelo Senador Jaime Bagattoli. Houve, naquele momento, uma discussão aqui entre dois Parlamentares, e ficou ainda sobrestado, aguardando entendimento.

Eu consulto o Senador Jaime Bagattoli se está tudo o.k., se a gente pode dar andamento ao projeto normalmente, ou se tem alguma observação.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, mas quero só fazer uma... Como falou o Senador Amin e você, Senador Confúcio, V. Exa., que foi Governador lá do Estado de Rondônia, a maior homenagem feita a um cidadão foi ao Marechal Cândido Rondon. Por isso, foi colocado o nome de Rondônia. Esse é o significado de... Foi um homem que construiu, levou a linha de telégrafo para aquele território de Rondônia, que não tinha nenhum tipo de comunicação.

Mas vamos falar sobre a aviação de cabotagem. Ficou acertado entre os dois, o Senador Petecão e o...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Alan Rick.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... Alan Rick, e a gente tem que encontrar uma solução.

Todos nós sabemos da situação em que se encontram as linhas aéreas no Brasil. Nós só temos hoje praticamente três empresas ativas, a Azul, a Latam e a Gol. Eu tenho conversado, inclusive sobre esse assunto, com o Sindicato dos Aeronautas. Conversei também com a associação das empresas aéreas sobre essa situação. Mas neste momento, como é que se encontra a aviação no Brasil? Eles não estão conseguindo adquirir mais aeronaves para colocar nas linhas aéreas que precisam. Não é só na Amazônia, mas em todos os locais pelo Brasil afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero aqui, Srs. Senadores que estão aqui hoje, pedir aos Senadores dos nove estados da Amazônia Legal a compreensão de todos, que nos ajudem nesse processo, nesse Projeto de Lei nº 4.715, esse projeto aí do Senador Sérgio Petecão. Quero dizer para vocês que isso aí vai ajudar muito a nós, neste momento, na Amazônia. A Amazônia representa, os nove estados, praticamente 60% do território nacional.

Hoje o povo da Amazônia está com muita dificuldade para se deslocar para os grandes centros do Brasil, não só para vir a Brasília, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, mas para qualquer lugar a que nós precisamos nos deslocar está muito difícil.

Para as pessoas entenderem, para nós sairmos hoje, quem está em Porto Velho – dá menos de mil quilômetros para ir a Manaus –, gastam-se 20 horas de voo, porque temos que vir a São Paulo ou a Brasília para voltar e ir a Manaus. É o maior absurdo que se vê, porque, na década de 70, entre 70 e os anos 80, até os anos 90, nós tínhamos de dois a três voos por dia de Porto Velho para Manaus.

Então, essa aviação de cabotagem vai nos ajudar muito.

Mas agora – eu falo também aos Srs. Senadores –, fora já desse projeto, o Senado, nós precisamos nos debruçar sobre a aviação de transporte regional no Brasil. Nós precisamos arrumar um argumento, nós precisamos arrumar alternativas, ou com incentivos de impostos federais e estaduais, mas nós precisamos incentivar, num segundo passo, a aviação regional, principalmente na Amazônia – principalmente na Amazônia. Nos outros estados do Brasil também, mas a Amazônia é muito grande e nós precisamos encontrar alguma solução.

E, neste momento, essa aviação de cabotagem funcionará da seguinte maneira: qualquer avião que vier com destino a qualquer estado da Amazônia Legal, os nove estados, poderá descer e poderá se deslocar para qualquer lugar do Brasil e, depois, voltar para o seu país de origem.

Então, eu peço a compreensão de todos os Senadores para que nos ajudem.

O Sr. Presidente, V. Exa., Senador Confúcio, conhece esta realidade e sabe que nós precisamos encontrar uma solução urgente para esta situação, para nós resolvermos esse problema.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senadora, por favor.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Senador Jaime Bagattoli, além de nós não termos voos, os preços dos voos são estratosféricos. Se você tiver que comprar uma passagem de um dia para o outro para Cuiabá, o que dá mil quilômetros, e o avião às vezes não vai lotado, você paga R$3 mil, R$3,5 mil. Quer dizer, isso é um absurdo! Agora, imagine para Manaus!

Eu só vejo uma solução: tem que abrir. Tem que abrir, tem que deixar entrar companhias aéreas. Por que só temos três aqui? Abre esse comércio, abre essa aviação! Deixa os países entrarem e fazerem voos internacionais aqui! É o único jeito, senão nós vamos continuar pagando caro, não tendo... Você ir a Manaus e levar 20 horas para chegar, chega a ser, assim, desumano – desumano. E paga um preço que não dá nem para falar, não é?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Seif, com a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Muito obrigado.

Quero parabenizar o Senador Jaime Bagattoli e quero complementar as palavras da Senadora Margareth.

Sr. Presidente, no Governo do Presidente Bolsonaro, eu fui membro do Governo, chegamos a conversar com algumas companhias de *low cost*, baixo custo, mas em seguida veio a pandemia e isso acabou sendo descontinuado, e nós sabemos que as companhias aéreas de todo o mundo entraram em colapso financeiro, algumas, inclusive, vindo à falência e encerrando operações devido aos altos custos, endividamento, etc., etc.

Mas é muito pertinente o que o Senador Bagattoli está defendendo. O senhor veja, esses dias eu fui cotar uma passagem em cima da hora, e uma passagem para a Europa estava mais barata do que uma viagem interna para o Brasil. Então, assim, é um negócio descabido e incompreensível, inexplicável. Eu entendo que, por ter poucas companhias aéreas, elas acabam tendo o domínio de mercado e fazendo... talvez até tentando recuperar os prejuízos da covid, não sei; mas é certo que as passagens estão com preços abusivos. Pequenos trechos, como o Senador Bagattoli falou, de mil quilômetros, 1,5 mil quilômetros, com o mesmo preço de uma viagem para a Europa, em que você ultrapassa os oceanos. É inacreditável!

E eu quero também fazer uma menção aqui e uma homenagem ao Governador do meu estado, Jorginho Mello, que tem incentivado as companhias aéreas para voos regionais; está reformando aeroportos, os 21 aeroportos do Estado de Santa Catarina, incentivando as companhias a fazerem voos regionais e isentando de impostos estaduais. Então, quero fazer essa homenagem, parabenizar o Governador Jorginho Mello. E que isso seja um exemplo para todo o Brasil, e que façamos uma coalizão do Congresso Nacional – Câmara e Senado – para, além de atrair investidores externos, incentivar também outros Governadores a isentar impostos das companhias aéreas que se propuserem a fazer voos regionais, para uma melhor mobilidade, melhor turismo, melhor logística, melhor comércio, melhor serviço para todos os brasileiros – catarinenses e não catarinenses.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Presidente, pela ordem.

Só para fazer aqui um...

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Serei rápido, só para complementar aqui, naturalmente, a fala da Senadora Margareth, do Jaime, do Jorge, etc.

O que acontece? Poucos dias atrás teve uma audiência pública aqui, que vocês acompanharam. Pelo que eu ouvi de todas as autoridades, convidados que tiveram participação nessa audiência, parece-me que é quase um assunto que não tem solução essa questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passagem aérea, do transporte aéreo no Brasil. É triste o cenário. Aqui esteve a Presidente da Associação Nacional, uma senhora por sinal muito competente, mas, pelo que eu percebi, é um assunto que parece que... Não sei qual seria a maneira de nós tentarmos minimizar essas situações, não só na questão de tarifas, ou seja, de preços praticados no mercado, mas sobretudo na questão da melhoria da oferta do transporte aéreo no Brasil.

Nós hoje estamos praticamente reféns. Criou-se um oligopólio no Brasil: três empresas detêm 95% ou 100% do mercado, que são a Gol, a Latam e a Azul. As outras me parece que já foram até riscadas do mapa, entre elas uma companhia que eu acho que fazia uma bela prestação de serviço no Brasil e que me parece que entrou também em recuperação judicial, depois faliu, que era a Avianca. Para nós desta região aqui do Brasil, Senador Otto, ela fazia um belo trabalho. Tínhamos voos quase, assim... De uma em uma hora em Cuiabá, nós tínhamos a chance de voar para Brasília ou qualquer parte deste grande centro do Brasil.

Todavia, de lá para cá, as coisas pioraram, mas pioraram de tal maneira que, para você ir para Cuiabá na parte da tarde, não tem voo. Se eu saio daqui, tenho dois voos só: às 20h e às 10h.

E a passagem não é barata, chega ao cúmulo do absurdo de você pagar R$3,5 mil numa hora e quinze minutos de voo. Isso é um assalto à mão armada, não é? Isso é um assalto, é um roubo. Uma das passagens mais caras praticadas no planeta é no Brasil. Chega a R$3 mil aqui – R$3,5 mil, R$3,4 mil –, depende da hora e do momento. Dependendo do quanto está a lotação do avião, são R$4 mil. Isso é quase surreal, é incrível, etc., mas eu não vejo, pelo que eu vi diante aqui desta Comissão, naquela audiência pública, as coisas melhorarem, e nós já temos projetos de lei aqui...

Eu não sei se o Senador Otto Alencar já estava aqui. Nós aprovamos – já estava, V. Exa. já estava aqui – aquela possibilidade de abrir para que outras companhias operassem aqui no setor aéreo. Não é isso? No setor aéreo. E tivemos, graças a Deus, agora, depois de tanta insistência, de batermos duro aqui, o Aeroporto de Cuiabá, que, por incrível que pareça, hoje, é um dos melhores do Brasil. Ontem eu tive a oportunidade... Eu não vim na minha aeronave particular, eu vim num avião contratado da Latam. Aí entrei lá no saguão, fui lá. Ficou uma maravilha. Aqui eu tenho que render minhas homenagens à COA, que é uma companhia, uma empresa que ganhou a concessão dos aeroportos de Cuiabá, de Sinop, de Alta Floresta e da cidade de Rondonópolis. Ficaram maravilhosamente bonitos, aconchegantes. Coisa de primeiro mundo ficou lá, porque nós temos que fazer justiça também. Agora, enquanto perdurar essa situação do setor, em que você pouco oferta e estamos pagando caro...

O Senador Esperidião Amin estava me dizendo, há pouca hora, aqui: "Olha, eu vou para Santa Catarina. Eu tenho que ir primeiro a São Paulo e de São Paulo ir para Santa Catarina e para Florianópolis". Um absurdo, não é? Onde já se viu você ir a São Paulo para ir para Santa Catarina. Então, infelizmente, o setor aéreo brasileiro está funcionando de forma precária, muito ruim, com as passagens caras, lamentavelmente, e aqui nós gostaríamos de ter pelo menos oferta, a possibilidade de nós termos, com certeza, mais aeronaves disponibilizadas pelas companhias, o que não tem no Brasil. Esse é o grande mal, e infelizmente todos nós estamos tendo essa dificuldade. Acho que de norte a sul, de leste e oeste está o mesmo problema da questão de oferta de novas aeronaves, novas linhas aéreas aqui no Brasil. Isso é crucial, e o Brasil precisa tomar, o Governo brasileiro tem que tomar alguma providência, Senador Confúcio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É inadmissível, num país de dimensão continental como esta, com duzentos e tantos mil quilômetros quadrados, melhor dizendo, 9 milhões de quilômetros quadrados, 220 milhões de brasileiros, ficarmos aqui reféns de três companhias aéreas. Nesse caso, particularmente, eu acho que a tendência, pelo que eu estou vendo aí, é piorar.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – A Gol está em recuperação judicial.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Parece-me que são todos que estão com dificuldades, não é? Agora, nós não somos culpados, não é? Na pandemia, era a desculpa da pandemia. Eu acho que o Governo Federal tem que ouvir os governos estaduais. Como bem disse o Senador Jorge Seif aqui, o Governo do Estado de Santa Catarina está fazendo uma bela política, até para incentivar mais o turismo lá, reduziu a carga tributária ou zerou, muitas vezes, até do petróleo lá, do combustível, do querosene, etc. Infelizmente, hoje alguns estados praticam um preço realmente acima da média, não é? Os 17% de ICMS do combustível são uma pancada dura. Vamos reduzir, mas isso é visão de estadistas, de governos que querem de fato desenvolver e levar esse conforto para a população do seu estado.

Particularmente, aqui eu estou torcendo que com certeza se recupere o setor aéreo brasileiro para nós melhorarmos a oferta daquilo que tínhamos no transporte não só de boa qualidade, mas, sobretudo, à nossa disposição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Esperidião Amin, depois Senador Marcos Rogério.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Apenas um comentário muito rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Primeiro, faço minhas as palavras do Senador Jorge Seif, pelo esforço que Santa Catarina está fazendo através do Governador do Estado, Jorginho Mello, e do Secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Beto Martins, que estão pactuando com as empresas aéreas uma redução de tributos proporcional à dificuldade do aeroporto em que elas vão operar. Ou seja, se é menos rentável, maior é o subsídio, digamos. Então é uma forma inteligente de participar do esforço do Governo Federal, que também anuncia vários esforços através do Ministro Silvio Costa Filho.

Segundo, eu assisti a uma entrevista do CEO – eu já falei isso na Comissão –, e aí faço uma retificação ao Senador Jayme Campos. Nós não estamos mais na mão de três companhias: nós estamos na mão de duas companhias, porque o acordo operacional firmado entre a Azul, que já é a maior, e a Latam reduz para duopólio a disputa de três que o senhor descreveu. Na prática, se a minha empresa e a sua operam sincronizadamente, nós já somos uma corporação, com o compromisso de uma não contrariar a outra, ou seja, beneficiar a outra. Então, nós não estamos mais na mão de três, estamos na mão de duas, véspera de uma, porque duas dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três ou entraram, ou saíram, ou estão em recuperação judicial, inclusive fora do país. Então, o cenário é perigoso.

E eu ouvi do Presidente – e aí vou dizer o nome da empresa – da Azul, que é um homem de formação muito atilada, com formação nos Estados Unidos, homem do mundo – e é muito bom que a gente tenha um CEO com essa envergadura de conhecimento técnico e de gestão – , que o grande óbice para essa diferença de preços assustadora seria o preço do combustível, que é o que está sendo tratado em Santa Catarina. Segundo ele, combustível representa no Brasil 50% da despesa e consequentemente da receita, e em outros países esse percentual fica em 25%. Ora, realmente é apreciável se, num único componente que representa metade do teu custo, há uma diferença de metade. Isso quer dizer que, nesse componente, a oscilação é de 100%: se você gasta 25% e eu gasto 50%, a diferença é de 100% nos 50%.

Então, não estou aqui discutindo o porcentual final. Eu acho que isso mereceria, Senador Confúcio, uma discussão pública. Eu não me lembro de ter havido um debate sobre combustível para aviação e outros fatores de custo.

Mas a verdade é a seguinte, as estatísticas de transporte aéreo no Brasil já indicam que nós já recuperamos o movimento pré-pandemia. Fomos o país que mais rapidamente recuperou, mais do que os Estados Unidos – mais do que os Estados Unidos.

A recomposição do movimento pré-pandemia nos Estados Unidos foi menos intensa do que no Brasil. Portanto, não é por falta de demanda, nem por falta de movimento.

E aí o último tópico que poderia ser também objeto de uma discussão – é mais de gestão – é que realmente centralizar os voos em São Paulo, cá para nós... Eu estudei em São Paulo, em 1964, por um ano. Uma das diversões de domingo era ir ao aeroporto. Eu ia a Congonhas assistir a decolagens, aterrissagens. Era um ambiente glamouroso. Não vou dizer qual é a expressão que você percebe quando você vai pegar um avião no térreo do Aeroporto de Congonhas. Não vou dizer aqui, mas não é a sala de visitas da sua casa, não é, Dra. Margareth? Não é, minha conterrânea de Concórdia, onde eu estive nesse fim de semana, a sua sala de visitas. Então, centralizar tudo lá é um negócio, olhem, até de saúde pública, *anche* de saúde pública.

Com isso, isso que acontece lá em Cuiabá acontece em Santa Catarina. Eu não tenho mais voo para vir para cá na terça-feira, porque o voo sai de lá às 11h40, e aí eu já perdi o dia. Nós já tivemos lá voo às 3h40, e eu usava. Era ótimo chegar aqui e ainda ir para a academia. Já tivemos às 5h; e agora temos às 11h40. Eu não sei a quem interessa vir direto de Florianópolis a Brasília para chegar aqui às 2h da tarde. Vou usar meio expediente? Então, é absolutamente, digamos, o desprezo pela demanda. Só o monopólio é que faz isto: desprezar demanda.

Lembra, Senador Seif? Quer cimento, vem aqui e entra na fila. Nós vivemos isto em Santa Catarina: fazer fila com dinheiro na mão para pagar à vista. Fila, e não tem nada de saber se é bom cliente ou mau cliente, é dinheirinho na mão. Pode ser prefeitura, pode ser poder... Dinheiro na mão para pegar o saco de cimento. Já vivemos isso.

O desprezo ao cliente e a empresa ficar de pé só pode acontecer com o monopólio. Como se diz lá na minha terra: "Se quéx, quéx; se não quéx, dix, vai embora". (*Risos.*)

Essa aí é a segunda parte. Primeiro, eu acho que o combustível merece uma análise, até porque é o fio da meada que está sendo usado em Santa Catarina, como salientou o Senador Seif. O outro é realmente uma coisa mais séria, porque, se nós embarcarmos num monopólio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virtual ou real... Aqui ó, o interesse de 90% da demanda é vir às 6h da manhã: "Não, não, é meio-dia; senão, vem de carro, vem de trem". Isso aí é o anticapitalismo, pessoal, porque o capitalismo só sobrevive, porque nos agrada com a concorrência. Aí eu passo a ser, como cliente, alguém procurado, alguém a ser seduzido. Isso é um deboche que contraria as leis do próprio capitalismo. E acho que mereceria também uma atenção junto com outras Comissões. A segunda ideia. A primeira, combustível; a segunda, o apreço ao consumidor, ao cliente.

Muito obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, só queria complementar, antes de passar para o meu irmão Marcos Rogério.

No caso de Santa Catarina, ainda tem um agravante. Com a interdição do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, que, segundo os estudos preliminares, só vai ser reaberto em dezembro, os gaúchos, inclusive Parlamentares, turistas, todos, param em Floripa para ir de carro até lá, ou seja, aumentou muito a demanda para o meu estado. E adivinhem se aumentaram o número de linhas para Florianópolis? Até o presente momento – que dia é hoje? É 4 ou 5? É 4 –, até dia 4 de junho, não aumentaram a demanda, mesmo que os gaúchos estejam utilizando o aeroporto de Florianópolis como base de retorno para o seu estado de origem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, os projetos já foram relatados?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. vai colocá-los em votação?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vou. É só ele terminar, e já coloco em votação imediatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O que eu relatei não é terminativo, e eu tenho dois projetos na CAE. Então...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Coloco agora.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... eu vou me retirar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está bem, mas coloco de imediato. É só o Senador Marcos Rogério falar, e já coloco em votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, este é um tema muito sensível para todos nós.

Eu queria, primeiro, começar elogiando a iniciativa do Senador Sérgio Petecão, que procura, com este projeto, ampliar a oferta de voos para a população do Brasil inteiro. Esse é um objetivo deste projeto. Se nós estamos, no pós-pandemia, com as companhias alegando que, em razão das contingências todas, dos *leasings* e de outras coisas mais, reduziram a frota e, por isso, reduziram a oferta de voos, esta proposta vai na direção de garantir maior oferta para regiões como, por exemplo, é o nosso caso de Porto Velho, Rondônia, como é o caso do Acre, como é o caso de Santa Catarina, como é o caso de Recife, como é o caso de Mato Grosso, de todos os estados brasileiros. Naturalmente, mesmo sendo rota internacional, com um voo internacional que parte de São Paulo e que vai passar em outro aeroporto brasileiro, em escala de voo internacional, nós não temos hoje a possibilidade, com o código da Aeronáutica que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos, de ser aproveitado esse voo por passageiros que querem viajar pelo Brasil. Então, na prática, o que o projeto está estabelecendo...

E eu sei... Eu estou trazendo essa reflexão, porque o tema... Houve um deslocamento para falar de um problema que é real, mas é para ressaltar a importância deste projeto. Este projeto abre a possibilidade de empresas internacionais que operam no Brasil, nas escalas que fazem no território nacional, terem proveito de conduzir passageiros que querem andar pelo Brasil. Então, eu quero elogiar a iniciativa do Senador Petecão, que é acertada.

Agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tardou, mas não demorou.

Agora, é preciso, ao passo em que discutimos este tema, ter uma visão geral do grande problema que o Brasil tem. O custo para as empresas operarem no Brasil é alto – e nós sabemos disso. Um dos vilões é a questão tributária em cima do combustível da aviação, mas não é o único. Além do custo, além de as passagens estarem caras, mesmo depois de tanto tempo pós-pandemia, as companhias aéreas não voltaram a oferecer as opções de voos que tinham na fase pré-pandêmica. Vou citar o caso de Rondônia, Senador Amin. Em Rondônia, nós tínhamos voos regulares nas cidades de Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná e Porto Velho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É. (*Risos.*)

Lá em Vilhena, hoje – o Senador Bagattoli está aqui –, se eu não estou enganado, é igual a Cacoal e a Ji-Paraná: são dois voos por semana. E, se você tentar comprar uma passagem com uma, duas, três semanas de antecedência, não consegue vaga, estão todos lotados. Não tem opção. E aí o Senador Amin fez aqui esta observação: não é por falta de demanda. Demanda tem e tem muita. As empresas é que não têm oferta de voos para atender essas regiões que são carentes, necessitadas de mais companhias operando.

Eu estou fazendo aqui uma dupla observação. Primeiro, é o reconhecimento do acerto da iniciativa. É uma proposta que abre o mercado nacional para empresas internacionais, para ter mais oferta. E elas não estão competindo com as nacionais; estão garantindo oferta, porque as nacionais não estão dando conta de atender.

Eu tenho uma agenda em Porto Velho amanhã à noite. Nós não conseguimos sair daqui amanhã para Porto Velho durante o dia; nós só temos voo à noite. Agora, não tem demanda lá em Porto Velho? Eu estou citando aqui o aspecto doméstico caseiro, porque é onde a gente está no dia a dia, mas essa é a realidade da maioria dos estados brasileiros, com exceção das malhas tradicionais, que as companhias atendem com prioridade.

Eu penso que este é um tema relevante, e talvez, ao passo em que aprovamos esta matéria hoje, de repente, poderíamos ampliar este debate. O Governo Federal e os governos estaduais precisam mudar o olhar, o entendimento, a compreensão do que é uma operação de voo comercial na cidade. Não se trata de um produto final, não se trata de algo que o Governo tem que ter como fim, mas como meio. Então, taxar sobremaneira, taxar de maneira predatória essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companhias significa afastar o deslocamento, o ir e vir daqueles que querem investir, daqueles que querem inovar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Fins sociais e econômicos.

Eu acho que nós podemos alargar este debate um pouco mais, numa outra oportunidade, com um tema específico, para rediscutir o custo da operação da aviação no Brasil com foco no desenvolvimento regional.

É a observação que faço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Para encerrar – porque nós já debatemos este projeto, mas, como houve o interesse do Plenário, nós abrimos de novo a discussão –, com a palavra, o autor do projeto de lei, Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, é apenas para agradecer.

Quero agradecer, primeiro, a V. Exa., como um caboclo da região, meu vizinho lá de Rondônia. Nós estamos aqui no Acre, e os problemas são iguais – os problemas são iguais! Quero agradecer ao Senador Bagattoli, que teve sensibilidade, que é uma pessoa que conhece e conhece muito a nossa região, é da empresa privada.

E isto é lógico: se nós não abrirmos esse mercado da Região Norte, nós vamos viver a vida inteira, eternamente, nessa situação de penúria em que nós vivemos. Eu falo pelo meu Estado do Acre, que não é diferente de Rondônia e de outros estados, como o Amazonas. É inadmissível que nós tenhamos que pagar um dos voos mais caros do país. Um dos voos mais caros do país é o do trecho Rio Branco-Brasília. E tem um trecho, Rio Branco-Cruzeiro do Sul, que é lá no extremo, que tem apenas 45 minutos de voo, em que a passagem chega a custar R$3 mil, R$3,5 mil. Isso é um absurdo – isso é um absurdo! Então, o que é que nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – E estão sempre lotados os voos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E os voos sempre estão lotados. É isso que a gente não entende.

O que é que nós queremos? Nós só queremos que o povo da nossa região possa ter os mesmos direitos que o povo da Região Sul, da Região Sudeste tem: que possamos ter voos em horários normais, que nós não tenhamos que acordar de madrugada, 1h, 2h da manhã, para poder voar. Aí fica na mão do monopólio: TAM e Gol. No Acre, é TAM e Gol; lá em Cruzeiro do Sul, temos só a Gol. Já tivemos concorrência. Quando tinha uma empresa da região, o preço da passagem era lá embaixo. Aí eles baixam o preço, que é para a outra empresa não ter condição de concorrer, mas, quando eles ficam só, aí o preço vai lá para cima. Isso não é correto, isso é desumano. Então, o nosso projeto tem apenas um interesse, sem interesse nenhum particular, pessoal: eu quero que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Peru, em Cusco, uma das cidades mais visitadas do mundo, lá tem dez voos por dia. Por que dois voos desses não podem passar dentro do Brasil, fazer uma escala em Rio Branco, uma escala em Porto Velho e vir até Brasília? Num primeiro momento, nós queríamos Brasília. O Governo entendeu o nosso projeto e flexibilizou. Hoje, se Deus quiser, as empresas vão poder fazer o filé que eles querem, que é São Paulo, onde tem passageiro, e poderão ter São Paulo e outras capitais.

É isso, Sr. Presidente.

Senador Bagattoli, muito obrigado, muitíssimo obrigado. Em meu nome, em nome do povo do Acre, nós agradecemos.

Aquela divergência com o colega não tem nada a ver. Ele vai fazer o dele, eu espero que o dele seja melhor, mas só que aqui nós temos pressa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O povo do Acre não aguenta mais esperar. Nós temos pressa.

Eu quero lhe agradecer, Senador Confúcio, pela celeridade que V. Exa. deu a este projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito. Muito obrigado.

Os projetos não terminativos... Do item 1, do item 2 e do item 3, a pedido dos seus Relatores, foi solicitado o adiamento.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI N° 868, DE 2020
- Não terminativo -

Cria a Tarifa Social Emergencial de Água, Esgoto e Energia Elétrica com anistia de 100% dos pagamentos por 90 (noventa) dias e dispõe sobre a proibição de cortes nas tarifas de água, esgoto e energia elétrica durante a vigência de Estado de Calamidade Pública Nacional.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI N° 709, DE 2024
- Não terminativo -

Concede isenção total da tarifa de energia elétrica aos consumidores atingidos por enchentes e alagamentos.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI N° 943, DE 2020
- Não terminativo -

Dispõe sobre o custeio extraordinário das despesas de energia elétrica de unidades consumidoras alcançadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)
Relatoria: Senador Chico Rodrigues
Relatório: Pela aprovação do PL 868/2020, com acatamento parcial do PL 943/2020 e do PL 709/2024, e rejeição da Emenda nº 1-PLEN ao PL nº 943/2020, na forma do substitutivo que apresenta
Observações:
1. Após análise na CI, os projetos vão à CAS e à CAE, em decisão terminativa
2. Votação simbólica

ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 2152, DE 2019
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 18 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar a exposição de crianças a tratamento vexatório ou constrangedor no acesso ao transporte coletivo urbano.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Teresa Leitão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Após análise na CI, o projeto vai à CDH
2. Votação simbólica

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 4994, DE 2023
- Não terminativo -

Reconhece a rodovia BR-319 como infraestrutura crítica, indispensável à segurança nacional, e estabelece a garantia de sua trafegabilidade nas condições que especifica; e altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011 (Sistema Nacional de Viação).
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Beto Faro
Relatório: Pela aprovação do projeto com emenda supressiva
Observações:
1. Após análise na CI, o projeto vai à CMA
2. Votação simbólica)
O item 4... (*Pausa.*)
Não, do item 4, não.
O item 4 e o item 5 estão em votação simbólica.
Os Senadores e as Senadoras que estejam de acordo com a aprovação desses dois projetos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Estão aprovados.
(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 5497, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, nº 11.975, de 7 de julho de 2009, e nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021, para tornar obrigatória a divulgação de mensagens sobre a tromboembolismo venoso em terminais do transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário, bem como nos aviões, embarcações e vagões de passageiros, e nos bilhetes aéreos.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com as duas emendas que apresenta

Observações:

1. Após análise na CI, o projeto vai à CAS, em decisão terminativa

2. Em 02/06/2024 o relator, Senador Otto Alencar, submete à Comissão novo relatório favorável ao projeto, com as duas emendas que apresenta

3. Votação simbólica

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4804, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Observações: *Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar. Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (artigo 284 do RISF)*)

Agora vamos aos terminativos, para os quais precisamos de votos, de 12 votos. Nós temos vários projetos que já foram lidos. Então, vamos votar em bloco, com a ressalva de que o último projeto, este de autoria do Senador Petecão... (*Pausa.*)

Perfeito. Então, vamos votar em bloco todos os projetos que já foram lidos aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... e discutidos. Se não houver nenhuma contestação, o substitutivo do Senador Jaime Bagattoli será também considerado aprovado. Se houver alguma divergência, ele será votado em separado. Então, vamos iniciar a votação em bloco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O item 5, que é votação em turno suplementar, não é...? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Foi considerado aprovado. Perfeito, aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, eu peço à Secretaria que abra o painel para a votação nominal de todos os projetos: o item 10, o item 11... São aqueles que nominam trechos rodoviários e túneis e o do Senador Jaime Bagattoli, não é? Podem abrir o painel para votação, por gentileza. Abriram o painel? Então, está aberta a votação. Podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, recebi um apelo do Senador Kajuru. Eu preciso fazer as pazes com ele. Ele não me perdoa, não perdoa o Avaí por ter ganho do Goiás. Ele ameaçou me detratar, e eu tenho muito medo da língua dele. Então, eu queria fazer um pedido a favor do requerimento dele para o metrô de Luziânia para Brasília, requerimento de urgência. E o senhor diz para ele que fui eu que pedi, porque, aí, alivia um pouco a pressão.

Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, já atingimos o quórum, com 14 votantes.

Vamos encerrar a votação e anunciar o resultado:

Foram 13 votos favoráveis.

Nenhum voto contrário.

Então, todos os projetos foram aprovados.

Vou fazer a leitura do item 9, que é o substitutivo do Senador Bagattoli.

ITEM 9
PROJETO DE LEI Nº 4715, DE 2023
- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1976 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para estabelecer hipóteses de autorização da realização de serviços aéreos de transporte doméstico por empresas estrangeiras.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo

Observações:

1. O projeto tem parecer da CRE, pela aprovação com a emenda nº 1/CRE

2. Em 14/05/2024 foi lido o relatório e concedida vista coletiva

3. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno

4. Votação nominal

Tendo em vista a aprovação do substitutivo apresentado ao PL 4.715, de 2003, consulto os Srs. Senadores e Senadoras se podemos dispensar o interstício previsto para o turno suplementar para que possamos finalizar, nesta reunião, o exame do projeto em turno suplementar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez que não foram apresentadas emendas em turno suplementar, não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, em turno suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação – art. 248, do Regimento Interno. (*Pausa.*)

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 248.

A matéria, portanto, será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Então, o projeto do Senador Petecão está aprovado.

Bem, tem dois requerimentos extrapauta para os quais eu solicito ao Plenário autorização. Para um deles, eu até gostaria de ter a subscrição de outros Senadores.

EXTRAPAUTA
ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47, DE 2024

Requer a realização de audiência pública para ouvir a Presidente da Petrobras, Magda Maria de Regina Chambriard, sobre os planos de investimentos da empresa para os próximos anos.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Eu solicito aqui à Comissão a presença, com o convite, da Sra. Magda Maria de Regina Chambriard, Presidente da Petrobras, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações sobre seus planos de investimento para a empresa.

Está aqui. Esse é o requerimento de minha autoria. Gostaria que algum outro Senador me ajudasse subscrevendo.

Senador Marcos Rogério também é subscritor deste requerimento.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu também sou.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Senador Jorge Seif também.

Muito obrigado aos senhores.

E o requerimento que foi solicitado pelo Senador Amin, que é de autoria do Senador Kajuru.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 46, DE 2024

Requer realização de Audiência Pública para debater a implementação do BRT Eixo Sul e BRT Eixo Norte com recursos do novo PAC, com os seguintes convidados: Diego Sorgatto, Prefeito de Luziânia (GO); Carlinhos do Mangão, Prefeito de Novo Gama (GO); Fábio Correa, Prefeito da Cidade Ocidental (GO); Josiel França, Administrador de Santa Maria (DF); Pábio Correia Lopes, Prefeito de Valparaíso de Goiás (GO); Maria Caroline Fleury, Secretaria de Estado do Entorno do DF, do Governo de Goiás; Zeno José Andrade Gonçalves, Secretário de Transporte e Mobilidade do DF; Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes; José Humberto Pires de Araújo, Secretário de Estado de Governo do DF; Roberto Garibe, Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Casa Civil da Presidência da República; e Paulo Toledo, Diretor Substituto do Departamento de Parcerias com o Setor Privado (DPP) do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Solicita uma audiência pública para debater o BRT Eixo Sul e BRT Eixo Norte também, nas cidades do Entorno de Brasília com Goiás.

Ele propõe os nomes do Sr. Diego Sorgatto, Prefeito de Luziânia; Sr. Carlinhos do Mangão, Prefeito de Novo Gama; Sr. Fábio Correa, Prefeito da Cidade Ocidental; Sr. Josiel França, Administrador de Santa Maria, Distrito Federal; Sr. Pabio Correia Lopes, Prefeito de Valparaíso; Sra. Maria Caroline Fleury, Secretária de Estado do Entorno de Brasília; Sr. Zeno José Andrade, Secretário de Transporte de Brasília; Sra. Viviane Esse, Secretária Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes; Sr. José Humberto Pires de Araújo, Secretário do Governo do Distrito Federal; Sr. Roberto Garibe, Secretário Especial adjunto da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento, e, por fim, Sr. Paulo Toledo, Diretor substituto do Departamento de Parcerias (DPP) – não fala o estado.

Bem, esse é o requerimento extrapauta do Senador Kajuru, ratificado pelo Senador Esperidião Amin.

Os Senadores que estiverem de acordo com esses requerimentos extrapauta permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados. Inclusos na votação desta manhã.

Requerimentos... Eu vou fazer a leitura de todos e votaremos em bloco.

Considerem lidos esses dois de que eu acabei de fazer a leitura.

Requerimento do item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 40, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, que "dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV),o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano; e altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999, 8.723, de 28 de outubro de 1993, e 13.033, de 24 de setembro de 2014", seja incluído como convidado um representante Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Vamos fazer a leitura para votação em separado... em bloco do requerimento do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Requerimento de autoria do Senador Wellington Fagundes.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 41, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, dos REQ 3/2024-CI, 17/2024-CI, 20/2024-CI, 37/2024-CI e 38/2024-CI, com o objetivo de instruir o PL 4392/2023, que "altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir a cabotagem aérea a empresas sul-americanas na Amazônia Legal".

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

O Senador Weverton solicita:

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 42, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a inclusão do prof. Carlos Penna Brescianini, ex-coordenador do Metrô DF e Pesquisador em Mobilidade Urbana na audiência pública objeto dos REQ 89/2023-CI e 95/2023-CI.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Também para votação.

Wellington Fagundes requer:

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 43, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o transporte aéreo de animais de estimação e de apoio emocional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

O Senador Veneziano Vital do Rêgo solicita:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 44, DE 2024

- Não terminativo -

Requer que, na audiência pública objeto do REQ 32/2024 - CI, com o objetivo de instruir o PL 528/2020, sejam incluídos representantes da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e da Abraget (Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas).

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Ele inclui o nome... mas não cita o nome da pessoa que ele deseja que seja incluída. (*Pausa.*)

Ele solicita... É, falta o nome aqui.

Bem, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, aqueles que estiverem de acordo com a aprovação dos requerimentos lidos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, em bloco.

Não havendo mais nada a ser tratado nesta reunião da Comissão de Infraestrutura, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Beto Faro, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato e Wellington Fagundes, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Ireneu Orth e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 6/2024 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), REQ 9/2024 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), REQ 10/2024 - CI, de autoria Senador Irajá (PSD/TO), REQ 11/2024 - CI, de autoria Senador Laércio Oliveira (PP/SE), REQ 16/2024 - CI, de autoria Senador Wellington Fagundes (PL/MT), e REQ 27/2024 - CI, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Instruir o PL 2736/2021, que "altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, que institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga e dá outras providências, para dispor sobre sua forma de pagamento". **Participantes:** Andrea Cavalcanti, Gerente-Executiva do Poder Legislativo da CNT (Confederação Nacional do Transporte); Carley Fernando Welter, Presidente da ANATC (Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas); Paulo Afonso Lustosa, Vice-Presidente Regional da NTC & Logística (Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística); Alziro da Motta, Assessor Jurídico da CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos); Carlo Andrey da Silva Gonçalves, Diretor da Abepam (Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade); Selmo Umberto Pereira, Presidente-Executivo da Ampef (Administradora de Meios de Pagamento Eletrônico de Fretes); Claude Ribeiro, Gerente de Regulação da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres); Anderson Bellas, Coordenador-Geral de Outorgas Rodoviárias da Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes; e Marco Aurélio Barcelos, Presidente da ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton, Alan Rick, Zequinha Marinho, Alessandro Vieira, Teresa Leitão, Beto Faro, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Rosana Martinelli, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Cleitinho e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Paulo Paim e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcos Rogério, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Chico Rodrigues, Wilder Morais e Ireneu Orth. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 54/2023 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 52/2024 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Debater as estratégias a serem adotadas pelo Brasil em relação à exploração do lítio. **Participantes:** Tássia de Melo Arraes, Coordenadora de Inovação em Tecnologias Setoriais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Rodrigo Toledo Cabral Cota, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral, da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia; e Lígia Pinto, Vice-Presidente de Relações e Comunicação Institucional e Governamental da Sigma Lithium. Fazem uso da palavra os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das atas da 13ª, 14ª e 15ª reuniões, que são aprovadas**. Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/18

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de junho de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater as estratégias a serem adotadas pelo Brasil em relação à exploração do lítio, em atenção aos Requerimentos 54, de 2023, e 52, de 2024, ambos da autoria do Senador de Esperidião Amin, ou seja, deste que preside esta sessão.

Já convidei para tomarem assento à mesa os Srs. Rodrigo Toledo Cabral Cota, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral, da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia; Tássia de Melo Arraes, Coordenadora de Inovação em Tecnologias Setoriais, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; e Lígia Pinto, Vice-Presidente de Relações e Comunicação Institucional/Governamental, da Sigma Lithium.

Pronunciei certo? (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra em até dez minutos, está bom? (*Pausa.*)

É um pouco curto. (*Risos.*)

O Winston Churchill nos ensinou o seguinte: sobre qualquer assunto que você quer que eu fale, o tempo que for necessário eu posso falar já. Agora, se for para falar em cinco minutos, me dê cinco dias para eu me preparar. Como eu sei que o senhor está preparado...

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Estou preparado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas vamos deixar por dez minutos. Certo, Senador Zequinha?

Se for para falar sobre um assunto que eu conheço, eu falo já. Agora, se for para falar em cinco minutos...

É aí que vem a tal da concisão, não é? O Winston Churchill sabia falar.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares e inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Com a palavra...

Eu vou inverter aqui, ou seja, em vez de mulheres primeiro, está previsto aqui que falem os representantes do Governo e, depois, os do instituto privado.

Com a palavra o Sr. Rodrigo Toledo Cabral Cota, já anunciado.

Quero lhe dizer que, evidentemente, o relógio não é implacável. Nós queremos conhecer o assunto e a sua opinião. A transmissão do seu conhecimento é muito importante para todos nós.

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA (Para expor.) – Perfeito.

Muito bom dia!

Muito obrigado, Senador Amin.

Em nome do Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só gostaria de registrar aqui a presença do Senador Zequinha Marinho e o esforço que fez o Senador Bagattoli para estar aqui, uma vez que, nos últimos seis dias, ele só fez festa em Vilhena e em Rondônia, para onde arrastou um ônibus de catarinenses, seus conterrâneos, incluindo os índios da tribo de que ele foi cacique, em José Boiteux e Ibirama, Santa Catarina.

Com a palavra o Dr. Rodrigo.

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Perfeito, Senador.

Em nome do Ministro Alexandre Silveira e do Secretário Vitor Saback, eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer pela oportunidade de compartilhar aqui essas informações que a gente vai apresentar aos senhores sobre esse tema, que é extremamente importante não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro.

Cumprimentando o Senador Esperidião Amin, eu cumprimento os Senadores aqui presentes e também a todos os cidadãos e cidadãs que estão acompanhando aqui essa reunião.

Bem, vou procurar ser o mais objetivo possível, tá?

O mundo precisa descarbonizar. Descarbonização mundial depende de transição energética. Transição energética depende de bateria. E bateria se faz com minerais. É um conjunto de minerais, Senadores, e o lítio com o maior destaque, sem dúvida.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – O chumbo também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Não, eu vou mostrar cada um dos minerais agora, tá?

E por que é que as baterias são tão importantes para a transição energética?

Existem duas estratégias centrais aí na questão da transição energética. Uma é você trocar, principalmente nos países mais avançados, a fonte fóssil de geração elétrica pelas fontes eólica e solar. Mas, para que isso seja feito, é preciso sistema de armazenamento, porque a geração solar só acontece pelo dia e a geração eólica só acontece quando está ventando. Então, é preciso que, no período em que você tenha superávit de geração de energia, essa energia fique acumulada em baterias e você consiga estabilizar o despacho.

A outra estratégia são os carros elétricos.

Carro elétrico é uma bateria em cima de rodas. Por conta disso, a questão das baterias é tão significativa para a transição energética.

Para se fazer bateria, é preciso ter lítio, é preciso ter níquel, é preciso ter cobalto, é preciso ter cobre e é preciso também ter alumínio e manganês. E, para se fazerem motores elétricos, é preciso terras raras.

Então, esses minerais são considerados hoje críticos pela Agência Internacional de Energia, porque existe uma perspectiva...

Ah, desculpem-me. Esqueci ainda um mineral extremamente importante, absolutamente crítico, que é a grafita, aquela que se usa para fazer lápis. Ela é fundamental para se fazer o ânodo das baterias.

Com o lítio, com o níquel, com o manganês, com o cobalto, você faz o cátodo. Com o grafite, você faz o ânodo da bateria.

Muito bem.

De acordo com a Agência Internacional de Energia, a depender do cenário de demanda futura, de implementação das etapas de transição energética, o consumo desses minerais poderá, já em 2030, ter uma elevação de 50%, num cenário mais conservador, e de até 3,5 vezes num cenário mais arrojado, que é o cenário de emissão líquida zero de carbono, em 2050.

Bem, eu vou passar aqui mais rápido.

O valor do mercado de cobre, lítio, níquel, cobalto, elementos de terras raras e grafite, juntos, mais do que dobrará para chegar a US$770 bilhões até 2040, num cenário mais arrojado. Hoje, esse mercado é de US$325 bilhões e corresponde quase que ao mercado do minério de ferro.

Em 2023, o Brasil exportou US$4,2 bilhões desses minerais, sendo US$3,4 bilhões de cobre.

O lítio ainda está fazendo uma curva de avanço, muito em função do trabalho da Sigma Lithium, que está aqui representada.

Estima-se que são necessários US$800 bilhões em investimentos na mineração para assegurar o cenário de 1,5° até 2040.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem.

Aqui estão as projeções mais recentes da Agência Internacional de Energia para a demanda desses minerais críticos, comparado com a projeção de oferta.

Eu chamo a atenção – eu não sei se consigo apontar aqui, mas a televisão não pega – para aquele quadro que fica no canto superior, à direita. Você tem, em laranja, a projeção de oferta de cobre e, nas linhas pontilhadas, as projeções de demanda.

Então, fica muito claro que hoje a gente não consegue ter, o mundo não vai conseguir ter, com os recursos que se tem hoje, cobre necessário para os projetos de transição energética.

Com o lítio, a situação é pior ainda, olhando ali a diferença entre a projeção em azul, da oferta, e a projeção da demanda.

Níquel, também, é uma situação bastante preocupante.

Cobalto, até 2030, a oferta é suficiente; a partir de 2030, não tem mais.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Não; não tem mais... Quer dizer, você tem um *gap* entre o que se espera de produção, a partir de 2030, de cobalto, e o que se espera de demanda.

Cobalto, pelo menos, há hoje várias rotas tecnológicas que buscam reduzir a demanda de cobalto na produção de baterias, justamente para evitar a dependência desse mineral, que é muito concentrado, a produção dele está muito concentrada na República Democrática do Congo, e em condições ambientais, digamos, preocupantes.

Inclusive, o nióbio, que eu não mencionei aqui ainda, é uma alternativa para que você, na produção da química da bateria (níquel, manganês e cobalto), use mais níquel e menos cobalto – mas níquel também tem uma situação extremamente preocupante, como eu já coloquei.

Aqui é a situação do grafite.

Com o grafite, o problema não é exatamente o *gap*, quer dizer, a diferença entre a projeção de oferta e a projeção de demanda, mas o fato de que a produção de grafite hoje está extremamente concentrada na China, e a China tem dado sinais de restrição de exportação do grafite, a mesma coisa acontecendo com os elementos de terras raras.

Muito bem.

A boa notícia é que o Brasil tem reservas de todos esses minerais. A menor das reservas é a reserva de cobalto.

Realmente, a nossa reserva de cobalto é pequena, mas temos em andamento um belo projeto, no Piauí, de exploração de cobalto.

Temos a segunda maior reserva do mundo de grafite; temos a terceira maior reserva do mundo de níquel; a terceira maior reserva de terras raras, e a nossa reserva de lítio, que, até 2022,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era de 250 mil toneladas, graças ao trabalho da Sigma, ela pulou. Agora a gente tem uma reserva de 1,37 milhão de toneladas.

Mas essa reserva é crescente. Existem outros projetos que estão em andamento e que tendem a ampliar tanto a reserva como a produção do lítio.

Então, o Brasil certamente tem um papel extremamente relevante para o mundo na oferta do lítio, mas também na oferta da grafita das terras raras e do níquel.

Muito bem.

Uma outra grande janela de oportunidade....

Então, assim, o Brasil tem uma janela de oportunidade, que é atender ao mundo, às necessidades mundiais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – ... com a oferta dos minerais, mas existe outra tremenda janela de oportunidade, que é a seguinte: todo o processamento ou quase todo o processamento desses minerais hoje é feito na China. Para o Brasil, isso não é problema nenhum. O Brasil tem e continuará tendo excelentes relações com a China. Mas alguns países do mundo decidiram não mais depender da China e estão buscando outras fontes de fornecimento.

Ora, o Brasil tem os minerais, essa indústria de processamento é intensiva em energia, nós temos uma matriz essencialmente limpa. Então, o Brasil pode e deve ser o lugar que vai abrigar essa indústria de processamento, essa indústria estratégica de processamento desses minerais críticos.

Então, isso ilustra aqui a cadeia de valor das baterias de lítio.

Aqui, no canto esquerdo, a gente tem os minerais. O que está em cinza é o que o Brasil já tem. Na segunda coluna, a produção da primeira etapa de transformação desses minerais. O Brasil já o faz em grau técnico, e o que a gente quer alcançar é, no mínimo, aquela coluna ali do meio, que é a produção dos transformados de minerais – do carbonato de lítio, do hidróxido de lítio etc. – em grau bateria.

Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Carbonato de lítio é o primeiro ali, não é?

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – É, carbonato de lítio, depois a gente tem o...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É CO_2 isso?

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – É Li_2CO_3.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Quer dizer, três... Isso é oxigênio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Três de oxigênio, uma de carbono e duas de lítio.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Então, aí tem o carbonato de lítio, o hidróxido de lítio, sulfato de cobalto...

O Brasil já tem uma pequena produção de carbonato de lítio, grau bateria – nós já dominamos essa tecnologia –, e a gente tem se empenhado para...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Aquele outro lá, o quarto, é enxofre O_4...

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Aquele é o sulfato de cobalto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sulfato de cobalto.

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Depois tem o sulfato de níquel, depois o sulfato de manganês.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Isso tudo é para bateria?

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Tudo para bateria. Tudo para bateria.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Perfeito. E o enxofre?

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – É, mas enxofre não é considerado crítico. Eles acham que a gente tem enxofre suficiente, não é? O que vai faltar é justamente o lítio...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou interrompê-lo pela última vez, só para dizer o seguinte...

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Não, para mim é um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria que o senhor deixasse mais claro para nós o que é produção e o que é reserva, porque, quando o senhor fala em reserva, que nós não temos reserva, nós, há 30 anos, não tínhamos reserva de petróleo. O Amapá, a Guiana Francesa, há dez anos, não tinham nada de petróleo. Hoje... Não é?

Reserva é uma coisa que depende da nossa capacidade de conhecer. Produção, em alguns casos... Uma produção é complicada. Nós temos terras raras expostas e terras raras enterradas a mil metros ou mais do que isso.

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Excelente pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Importante, por exemplo, para o agronegócio, fertilizantes...

Então, o que é reserva, o que é a expectativa de crescimento da reserva e o que é a produção?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Reserva são os depósitos de minerais conhecidos, ou seja, já sabemos que tem avaliados, que ainda estão lá na terra.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Reserva?

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Reserva é isso. A produção é justamente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O que é conhecido...

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – ... o que é conhecido. Por isso que eu digo que a gente ainda pode ampliar.

Não se procurava lítio no Brasil. Eu acho que a pioneira disso daí... Quer dizer, a pioneira é a Companhia Brasileira de Lítio, mas a pioneira no avanço da descoberta dessas novas reservas, desse enorme potencial que o Brasil tem é a Sigma. Eles é que estão desbravando isso daí. Tem outras empresas já atuando.

Então, eu tenho muita segurança, até pelas informações que o próprio serviço geológico nos passa, que novas descobertas de novos depósitos serão feitas e que essa reserva vai se ampliar. E, quanto maior a reserva, maior a nossa capacidade de produzir, que é justamente extrair esses minerais do solo.

E, aí, o que eu estou afirmando para os senhores é que, além de a gente produzir e exportar esses minerais, a gente tem uma janela de oportunidade para produzir os insumos das baterias que se obtêm a partir da transformação desses minerais, do processamento de minerais, que é justamente o carbonato de lítio, o hidróxido de lítio, o sulfato de níquel e por aí vai.

A lâmina de cobre na espessura necessária para fazer bateria. A gente já tem indústria para fazer lâmina de cobre. Precisamos dar o salto tecnológico.

Enfim, o Brasil está com a faca e o queijo na mão para se tornar uma alternativa para o mundo como fornecedor desses insumos na cadeia de baterias, e essa etapa da cadeia é uma etapa que agrega muito valor, que gera muito emprego e que demanda desenvolvimento tecnológico.

Então, como o meu tempo já estourou, eu vou passar aqui o mais rápido possível.

A nossa matriz é essencialmente limpa, isso aí os senhores sabem.

Aqui já são os projetos que nós temos em fase pré-operacional, ou seja, em fase ainda de busca de identificação de reserva ou de construção já da mina na primeira coluna; na segunda coluna, os projetos que já estão em atividade de extração para todos os minerais considerados críticos.

Eu vou pular essa parte aqui e aí eu vou chegar aonde é importante aqui, a comunicação das intenções do Governo para esse diálogo aqui.

Nós estamos trabalhando no Ministério de Minas e Energia com dois objetivos. O primeiro objetivo: o mundo está precisando dos minerais críticos. O Brasil vai cumprir esse papel e vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar ampliar a oferta dos minerais críticos, da produção mineral. Como é que se faz isso? Priorizando, nos levantamentos geológicos, as áreas com o maior potencial para aparecerem esses minerais e priorizando, apoiando também a atividade de pesquisa mineral, que é aquela fase assim: a gente sabe que naquela área tem potencial para o mineral, para aparecer o mineral, mas quem vai lá descobrir se a área de fato tem reservas e reservas economicamente viáveis para a exploração é o pessoal da pesquisa mineral. Então, um dos dois objetivos é apoiar esse esforço para aumentar essa oferta.

O segundo objetivo é a gente justamente desenvolver, no Brasil, essa indústria de processamento mineral, que vai agregar valor aos minerais e que vai permitir que o Brasil tenha uma posição estratégica – estratégica – na cadeia de valor das baterias.

E quais são as diretrizes desse nosso trabalho? Priorizar os processos na ANM, no Ministério de Minas e Energia, de autorização de pesquisa mineral e de licenciamento de lavra desses minerais, que a gente considera estratégicos – o mundo considera crítico, porque está faltando para o mundo; para o Brasil não falta o mineral. Por isso que ele é estratégico –; priorizar, nos trabalhos do Serviço Geológico do Brasil, a identificação das áreas com o maior potencial para esses minerais; oferecer os instrumentos financeiros adequados tanto para a fase da pesquisa mineral, que é a fase mais arriscada, como para a extração mineral e para essa indústria de transformação mineral que a gente quer fazer nascer aqui no Brasil; atrair investimentos internacionais... O mercado internacional está em busca de oportunidade de investimentos tanto na produção quanto na transformação mineral. Estamos buscando construir parcerias com outros governos que estão interessados nesses minerais.

E aqui a parte que eu acho mais importante: vamos fomentar o desenvolvimento... Eu inverti aqui, mas vamos começar: vamos fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação na área tecnológica, para que a gente tenha, no Brasil, tanto a tecnologia nacional de processamento desses minerais, que hoje está basicamente sob o domínio da China, e a tecnologia para a produção de bateria.

E aí eu gostaria de destacar aqui que o nosso Senai já tem um belo projeto de tecnologia para a produção de baterias e está iniciando um programa para desenvolver tecnologia de processamento desses minerais para a cadeia das baterias.

Precisamos formar mão de obra qualificada, especializada, e o Senai também é parceiro nisso. Claro, não quero aqui também dizer que é só o Senai não. Temos outros parceiros nessa coisa do desenvolvimento tecnológico. Quero destacar aqui os projetos do Cetem (Centro de Tecnologia Mineral), no Rio de Janeiro, que é vinculado ao MCTI; da Universidade Federal de Catalão; do pessoal do IPT... Enfim, temos uma rede robusta, e isso é outro diferencial que o Brasil tem para desenvolver essa indústria de transformação mineral, a nossa capacidade de desenvolver tecnologia aqui.

Precisamos desenvolver infraestrutura adequada para os projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses projetos geralmente aparecem em lugares longínquos. A colega da Sigma sabe muito bem disso, da necessidade de infraestrutura, de estradas, de que a rede elétrica chegue lá, e precisamos fazer isso tudo com absoluto respeito pelo meio ambiente, com responsabilidade ambiental, com um esforço de inclusão social e de fazer a riqueza que esse movimento vai gerar ser compartilhada com as comunidades locais e com todo o povo brasileiro.

Bem, eu estourei muito o meu tempo, Senador. Vou parar por aqui e estou à disposição aí para aprofundar o assunto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Viu que eu esperei o senhor terminar para tocar a sirene?

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas não se habitue. (*Risos.*)

Com a palavra, a Sra. Tássia.

Eu queria destacar, da sua fala, um capítulo que se abre para nós, que é: exportar matéria-prima exige a primeira parte da *expertise*, mas o mais importante é trabalhar a matéria-prima e industrializar. Esse que seria o grande objetivo do Brasil.

Por favor, com a palavra a Sra. Tássia de Melo Arraes.

O SR. TÁSSIA DE MELO ARRAES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar inicialmente o Presidente da mesa, o Senador Esperidião Amin, e também os colegas do Ministério de Minas e Energia e da Sigma.

É um prazer estar aqui presente hoje...

Agradeço também o convite que foi feito ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para participar dessa audiência pública, tratando de um assunto que é tão importante para todos nós, que são bens minerais estratégicos, principalmente aqueles com aplicações voltadas para a transição energética, em específico aqui o lítio.

Bom, hoje eu vou falar um pouco aqui sobre as ações do MCTI voltadas para o apoio à PD&I para o lítio.

Rapidamente, considerando que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é um ministério bastante transversal, acho que é importante mostrar onde a área de recursos minerais e de energias renováveis está localizada dentro do Ministério. Essa temática é de competência da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, mais especificamente relacionada ao Departamento de Programas de Inovação e à Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais, da qual eu faço parte.

Bom, além dessa estrutura do ministério, o ministério também possui diversas unidades vinculadas: são 16 unidades de pesquisa, são 6 organizações sociais, são duas empresas públicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três autarquias e uma fundação, e eu destaquei ali, em vermelho, as unidades vinculadas que possuem relação com a área de recursos minerais.

Eu destaco aqui o Centro de Tecnologia Mineral, que já foi mencionado pelo colega Rodrigo Cota, que é o único instituto público, instituto de pesquisa público dedicado ao aproveitamento sustentável dos recursos minerais brasileiros.

Bom, com relação à priorização do tema no ministério, eu trouxe aqui uma linha do tempo apenas com os principais marcos que eu considerei importantes relacionados à política de ciência, tecnologia e inovação.

Primeiro, em 2011 foi publicado o Plano Nacional de Mineração 2030, que trouxe o conceito do que é mineral estratégico. Então, mineral estratégico é aquele de que o país depende de importação, como fosfato, potássio, ou minerais que possuem aplicações em produtos de alta tecnologia, como o lítio, o cobalto, as terras raras, o níquel, e também aqueles de que o país detém vantagens comparativas, como, por exemplo, o ferro e o nióbio.

Então, esse conceito foi aproveitado na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, tanto na estratégia que foi publicada em 2012 quanto na estratégia de 2016.

Na de 2012, os minerais estratégicos foram priorizados dentro dos programas complementares e, na de 2016, dentro das áreas temáticas estratégicas.

Havia a previsão, na Estratégia Nacional de 2016 a 2022, da elaboração de um plano de ciência e tecnologia voltado para os minerais estratégicos, e esse plano considerava principalmente o lítio, o silício, as terras raras e os agrominerais, e o desafio relacionado ao lítio era justamente o de desenvolver tecnologias e inovações para a aplicação do lítio em produtos de alta tecnologia.

Eu destaco aqui também a Política Pró-Minerais Estratégicos, que tem uma função de articular instituições do Governo em busca de envidar esforços para priorizar a implantação de empreendimentos de minerais estratégicos, e, dentro da Política Pró-Minerais Estratégicos, foi então criado o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos, do qual o MCTI faz parte.

Esse comitê publicou uma resolução que lista quais são os minerais estratégicos prioritários para o Brasil, e, com base nessa lista, o MCTI tem, então, desenvolvido as suas ações.

É importante lembrar também que nós estamos numa fase de preparação para a elaboração da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu trouxe aqui esta Portaria 6.998, que traz as diretrizes para a implementação dessa nova estratégia, e essa portaria prevê quatro eixos estruturantes, sendo que dois deles priorizaram os temas energia e minerais, com o objetivo de fortalecimento do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, com foco na reindustrialização do país, por meio de programas e projetos críticos para a soberania, que agreguem em valor a produção nacional, de forma a promover a redução da vulnerabilidade das cadeias produtivas estratégicas, como, por exemplo, nas áreas de energia e minerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, desde o ano passado, de dezembro do ano passado, estão acontecendo diversas conferências preparatórias para a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que vai acontecer agora, no período de 31 de julho a 1º de agosto. O tema da conferência é "Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido". E, dentre essas conferências, que foram conferências regionais, estaduais, municipais, temáticas e livres, eu destaquei duas aqui, que estão diretamente relacionadas e discutiram o tema "minerais estratégicos". Uma conferência temática, que aconteceu no dia 6 de fevereiro, foi organizada pela Finep, "Minerais Estratégicos no Contexto de um Projeto Nacional", e também o IV Seminário sobre Lítio, que foi realizado no Cetem, em 17 de abril, e contou com a nossa parceria, da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, que também integrou, com uma conferência livre, a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, todas essas conferências, temáticas e livres, resultaram em recomendações que foram encaminhadas para a comissão organizadora da 5ª Conferência e vão compor a discussão da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

É importantíssimo também sempre mencionar o descontingenciamento do FNDCT, a recomposição integral do fundo, a aprovação do PLN nº 1 e a sanção do Presidente. Em 2023, nós tivemos, disponíveis para o FNDCT, R$9,6 bilhões em recursos; e, em 2024, R$12,7 bilhões. Então, esse é o nosso principal instrumento de apoio à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

Houve também uma reformulação da governança do FNDCT e, associados à nova política industrial, às missões da política industrial, foram criados, então, programas e eixos estruturantes e mobilizadores, nos quais as ações do plano de investimento anual do fundo, do FNDCT, devem estar orientadas. E eu destaco aqui o Eixo nº 2, que é o programa de inovação para a reindustrialização nacional, o Programa Mais Inovação, em que está relacionado o tema "transição energética e minerais estratégicos com aplicações para a transição energética".

O FNDCT, então, é composto por 16 fundos setoriais, e eu destaquei aqui, em verde, os dois fundos que possuem relação com a temática que estamos discutindo aqui hoje, que são o Fundo Setorial de Energia e o Fundo Setorial Mineral. O Fundo Setorial Mineral tem como fonte de arrecadação 1% da compensação financeira pela exploração mineral, e o Fundo Setorial de Energia, o CT-Energia, 0,3% a 0,4% do faturamento líquido das empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÁSSIA DE MELO ARRAES – Agora falando especificamente sobre ações implementadas pelo FNDCT, eu destaco esta encomenda da ação transversal de 2021, em apoio ao projeto de infraestrutura e PD&I em tecnologia mineral para a produção de níquel, cobalto e lítio, o Projeto Nicoli, desenvolvido pelo Centro de Tecnologia Mineral, no valor de R$3 milhões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e ele tem como objetivo o desenvolvimento tecnológico para a produção de compostos de lítio, cobalto e níquel a partir de minérios brasileiros, com especificações compatíveis para a produção de baterias de íon lítio ou seus precursores.

E, como objetivos específicos para o lítio, eu destaquei estes dois: a caracterização mineralógica e química de detalhe dos minérios alvo de estudo, visando determinar as fases carreadoras dos elementos de interesse, com destaque para lítio, cobalto e níquel; e o desenvolvimento de uma rota de processo para a produção de compostos de lítio, carbonato e hidróxido, em grau bateria, a partir dos minérios pegmatíticos nacionais e/ou refino de compostos de grau técnico atualmente produzidos pela indústria nacional, que vai muito ao encontro do que o Rodrigo Cota mencionou, que é necessário a gente desenvolver tecnologias para chegar ao desenvolvimento ou à obtenção dos compostos de grau bateria aqui a partir dos minérios nacionais.

Como chamadas da Finep, eu destaquei duas chamadas que foram lançadas em 2022 e tiveram linhas temáticas específicas voltadas para o lítio, com aplicação para o lítio. Por exemplo, a do Programa Mineração e Desenvolvimento, que foi uma chamada de subvenção econômica no valor de R$60 milhões; foram aprovados 27 projetos, os projetos já estão contratados, e havia uma linha específica para minerais estratégicos. Também a chamada de Inovações Radicais do Setor Elétrico, que tinha uma linha voltada para acumuladores e baterias; foi uma chamada no valor de mais de R$55 milhões, 9 projetos aprovados e também estão contratados.

Também foram implementadas chamadas via CNPq. A Chamada 27, de 2022, Cadeias Produtivas de Minerais Estratégicos, foi uma composição de recursos do Fundo Setorial de Energia e do Fundo Setorial Mineral, que, então, teve o valor total de R$38 milhões; foram aprovados 54 projetos, e obviamente tinha uma linha, a linha número 1, que era específica para minerais estratégicos, com aplicações em produtos de alta tecnologia e para transição energética.

Também esta chamada em Apoio a Pesquisas no Setor de Transporte, que teve 38 projetos aprovados; e a chamada de Temáticas Prioritárias para o Setor Elétrico Nacional, que também tinha uma linha relacionada a baterias e acumuladores, que teve 59 projetos aprovados e mais de R$46,7 milhões de recursos.

Destaco também que, no início do ano de 2024, foram lançadas mais 11 chamadas públicas, em recursos não reembolsáveis para empresas e CTs, no total de R$2,18 bilhões, dentro do Programa Mais Inovação da Finep. São chamadas em sua maioria de fluxo contínuo, nas quais destaco ali a chamada de mobilidade urbana, R$120 milhões, e a chamada de energias renováveis, de R$250 milhões, que eu vou detalhar aqui à frente. Então, a chamada de energias renováveis está associada à Missão 5 da nova política industrial. E, como exemplo de desafios tecnológicos, está ali o armazenamento de energia, em que projetos relacionados ao lítio poderiam ser enquadrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a de mobilidade urbana está relacionada à Missão 3, em que tem ali sistemas de propulsão de veículos elétricos e híbridos elétricos com baterias que estimulem a produção e o uso de minerais estratégicos e materiais avançados, no valor de R$120 milhões.

Eu destaco aqui também que o MCTI tem feito parte das discussões da mesa de diálogo "Em torno da mesa: diálogos sobre a mineração no Brasil", que é coordenada pela Secretaria de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, relacionada à Secretaria-Geral da Presidência da República. Ela tem como objetivo promover o processo dialógico sobre os impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos da mineração, criando espaços que articulem o Governo Federal, a sociedade civil e os setores diretamente envolvidos e afins ao tema. São várias instituições que fazem parte dessa mesa de diálogo. O Ministério de Minas e Energia faz parte, assim como o MCTI, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, o Ministério da Saúde, o Ministério dos Povos Indígenas, a Agência Nacional de Mineração e várias outras instituições.

E eu destaco que, no período de 11 a 15 de março deste ano, foi realizada uma visita aos Municípios de Salinas, Virgem da Lapa, Araçuaí e Itinga, tendo em vista que esses municípios são os municípios onde a maioria dos processos de requerimento ou concessão de lavra está relacionada no Vale do Jequitinhonha. São ao todo 1.377 requerimentos minerários. E as principais demandas identificadas na região foram relacionadas à infraestrutura tanto de logística, transporte, saúde, educação, acesso à água, como de comunicação, com relação à comunicação entre as comunidades e as mineradoras, e também de mineração e transformação mineral no sentido de que as empresas aproveitam o lítio dos pegmatitos, mas os pegmatitos fornecem diversos outros minerais que possuem aplicações na indústria, como quartzo, feldspato, caulim, mica, gemas, que poderiam ser também aproveitados.

Como considerações finais, eu tenho três considerações que foram relacionadas a recomendações do IV Seminário sobre Lítio: primeira, a necessidade de adensamento da cadeia produtiva do lítio com a introdução de novos produtos e o uso de novas tecnologias, apoiando, assim, uma economia de baixo carbono; o aproveitamento racional e integral dos minerais das jazidas de pegmatitos litiníferos, com agregação de valor e implementação de cadeias produtivas desses minerais nas regiões onde se localiza a mineração dessas jazidas dentro do conceito de economia circular; incentivar e aumentar o uso, o reparo, o reúso e a reciclagem das baterias de íon lítio como um todo ou individualmente (seus elementos) dentro do conceito da economia circular, considerando que a gente deve desenvolver a cadeia integralmente, até a reciclagem dos produtos.

E destaco aqui a proposta de chamada Finep Mais Inovação – Mineração, porque aquelas chamadas que foram lançadas no início de 2024 contemplavam aplicações para o lítio, mas a ideia é que a gente faça uma chamada específica para o setor mineral que envolva a geologia, a mineração e a transformação mineral. E aí a nossa proposta é uma chamada em fluxo contínuo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no valor de R$150 milhões. Essa proposta já foi apresentada para o Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral, foi aprovada e deve ser encaminhada internamente para uma aprovação quanto à sua implementação.

E o Rodrigo também bem colocou a necessidade de formação de recursos humanos e capacitação da infraestrutura laboratorial, para que a gente alcance esse desenvolvimento tecnológico e a inovação necessários para agregar valor a esses bens minerais. Então, é a proposta de também implementação de uma chamada via CNPq.

E há duas outras considerações que eu coloco aqui e que a gente considera que são importantes, porque dariam mais recursos para pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação para o setor mineral. Seria a criação, a instituição de PD&I regulado no setor mineral, a exemplo do que existe para a Aneel e a ANP, que traria os recursos voltados para PD&I para um outro patamar. Além disso, também é o descontingenciamento, porque a mesma lei que prevê que 1% da compensação financeira pela exploração mineral seja distribuída para o Cetem prevê que 1,8% da Cfem seja distribuída para o Cetem para a realização de pesquisas, estudos e projetos de tratamento, beneficiamento e industrialização dos bens minerais, e esse recurso está contingenciado. Então, numa estimativa, desde 2018 até 2023, o Cetem teria tido disponíveis aproximadamente R$650 milhões para investimento em realização de projetos de PD&I para cadeias prioritárias de bens minerais.

Então, deixo meus contatos e fico à disposição para esclarecer dúvidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço as colocações e informações da Sra. Tássia e passo a palavra para a Sra. Ligia Pinto.

A SRA. LIGIA PINTO (Para expor.) – Gostaria de cumprimentar os Srs. Senadores desta Casa; agradecer em especial ao Sr. Senador Esperidião Amin por ter nos convidado a vir compartilhar um pouco dos dados da nossa produção, em que pé nós estamos; cumprimentar o Cota, representante do Ministério de Minas e Energia; mandar nossas saudações ao Sr. Secretário Vitor Saback, sempre tão presente, e à Sra. Tássia, representante do MCTI, Coordenadora de Inovação e Pesquisadora – pela fala, pude reconhecer ali a pesquisadora.

Tentando fugir um pouco do que o Diretor Cota já apresentou sobre o porquê de ser importante a produção de lítio no contexto de transição energética, em especial esse lítio que é concentrado, grau bateria de veículo elétrico, para que a mobilidade urbana em outros centros seja verde e sustentável, nós brasileiros temos já uma política no setor automotivo com o etanol. Então, nós já estamos muito avançados nisso. A nossa matriz energética já é 88% renovável, os nossos produtos são sempre muito mais verdes, o que torna sempre o Brasil único. Nós que estamos dentro deste debate de transição energética e ouvimos as mazelas dos outros países vemos o quanto o Brasil é avançado em termos de matriz energética limpa, em termos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilidade urbana e setor automotivo desenvolvido para fins de uma mobilidade urbana verde, que respeite o cidadão.

No final das contas, o mundo precisa trabalhar essa transição energética, que a Ministra Marina Silva chama de transição ecológica, dando uma profundidade ao tema. Não é só uma questão de energia, é uma questão muito substancial de mudança de paradigma de produção no mundo inteiro, e o lítio vai ser necessário para armazenar essa energia. O ideal seria, então, que esse lítio também fosse verde.

O Brasil, pela atuação da Sigma – e é isso que eu vou apresentar aqui, rapidamente –, é o único país do mundo que oferece no mercado o lítio verde. Por que é verde?

Deixe-me colocar aqui... (*Pausa.*)

Retomando, existe essa demanda mundial de veículos elétricos nos grandes centros urbanos, o setor automotivo está se reinventando, e a demanda está crescendo em todos os hemisférios. A gente coloca a China, a Europa e os Estados Unidos, alguns mais do que outros, alguns mais acelerados do que outros, mas a demanda é crescente. Às vezes, a gente ouve crítica: "Olha, agora deu uma estagnada na China". Estagnada em 2 bilhões de consumidores, o que não é exatamente uma estagnação que machuque o mercado, quando a gente fala desse tipo de proporção e de tamanho. E as projeções são de aumento em todos os hemisférios e países.

A Sigma vem, então, realizar essa mineração lá no Vale do Jequitinhonha. Foram 12 anos de preparação, licenciamento e planejamento para que fosse feita de forma efetivamente ESG, mas é mais do que isso: foi um planejamento para que a produção respeitasse a sociedade, o meio ambiente, a comunidade do Vale do Jequitinhonha, em especial, Itinga e Araçuaí. Em Itinga, o Presidente Lula foi lançar o Fome Zero, que era o paradigma de um local muito vulnerável em termos de recursos financeiros, monetários, de orçamento, de desenvolvimento humano, e hoje, só neste ano, em função dessa atividade econômica que a Sigma levou, aumentou 30% o seu PIB.

Então, obviamente, não são só os empregos gerados diretos pela Sigma. Então, a Sigma vem com planejamento de desenvolvimento do território, trazendo projetos e fazendo uma escuta da comunidade, para que nós estivéssemos instalados com uma licença ambiental obviamente, de operação obviamente –são as licenças outorgadas pelo Estado –, mas uma licença social, em última instância outorgada pela própria comunidade, para operar.

Então, nós víamos, por exemplo, que a mina e a planta são uma operação conjunta. Vejam que há processamento para atingir o grau bateria. O lítio não é extraído e vendido como minério cru. Foi feita uma planta, foram investidos R$3 bilhões nessa planta. O desenvolvimento de 12 anos se deu em função de uma adaptação tecnológica, que trouxe da tecnologia do diamante um processamento específico. Alguns engenheiros nossos vieram da África do Sul, outros da Austrália, e, juntamente com nossos engenheiros brasileiros, criaram essa joia com que eu estou fazendo a representação da Sigma, mas que realmente não é mais um projeto, é uma realidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é muito bonito e faz esse lítio, esse processamento do lítio de forma granular, diferente dos outros do mundo inteiro.

Então, o nosso é granular, o nosso não leva nenhum ácido, não leva nenhum químico nocivo na produção. É único no mundo. É carbono zero. É por meio desse descolamento da rocha que nós produzimos esse lítio, porque ele não é amassado como o usual do mercado. Por isso que ele veio do diamante. Ninguém quer amassar o diamante para tirar ali a substância do diamante. Então, extraiu-se do diamante, de forma que o lítio conseguisse ser descolado das pedras e por isso nós pudéssemos prescindir dos usuais químicos nocivos que percolam o solo.

Então, não percola o solo, tem a proteção...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O que é? Um choque?

A SRA. LIGIA PINTO – Não. É uma... São quebras e depois é feita uma separação. Primeiro, algumas quebras especiais, mas é uma britagem bacana...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIGIA PINTO – ... e depois é feito um processamento que se dá por densidade. Então, o meio é físico e, ao final, sem a utilização de barragem de rejeitos. Então, é também único em função disso. É o empilhamento que é feito a seco desses rejeitos que não têm químicos. Então, por terem uma alta qualidade de rejeito em si, eles são vendidos, e, no final das contas, nós conseguimos ficar com a equação de zero rejeito. Então, o rejeito é empilhado...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... tijolos ou... Faz o que com o rejeito?

A SRA. LIGIA PINTO – Não, parte pode, sim, ir para a produção de bloquetes. Se nós não os vendêssemos, nós conseguiríamos... E conseguimos até, mas são projetos pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pavimento?

A SRA. LIGIA PINTO – A pavimentação de ruas que está sendo feita é feita com estéril, que é a pedra que sobra após esse rejeito. Então, o rejeito em si, que tem alguns minerais ainda dentro dele, é vendido, o que seria a grande pilha. E, se, por algum motivo, nós optássemos por não fazer essa venda, nós teríamos então, potencialmente, a criação de subprodutos, que está sendo estudada... Estamos buscando o Cetem para que nós possamos desenvolver, junto aos órgãos de pesquisa e de fomento. Nosso financiamento é 100% privado, mas, para fins de desenvolvimento e pesquisa, neste momento, seria muito interessante que a empresa se unisse à academia, que tem essa profundidade teórica – a academia brasileira. Temos lá a Profa. Maria José Salum, da Universidade Federal de Minas Gerais, que está buscando essas potenciais parcerias.

E, ao final das contas, a água, que é tão cara no Vale do Jequitinhonha, por ser tão escassa, é muito cuidada por nós, é 100% recirculada. Nós usamos apenas 50% da outorga de água que nos é concedida, porque nós realmente economizamos cada gota. Buscamos no Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jequitinhonha uma água no momento em que o rio é considerado esgotamento, porque a qualidade da água não é potável. Então, nós colocamos uma estação de tratamento dessa água que não é potável. É o Rio Jequitinhonha que nós amamos tanto. Então, a questão é que, nesse espaço ali dele, o Rio Araçuaí encontra com ele e a falta de saneamento da região gera, então, essa questão ali no rio. Nós fazemos, então, o tratamento dessa água que é considerada esgoto e utilizamos essa água na nossa planta, fazemos a recirculação, usamos só metade da outorga, cuidamos muito dessa água. E nossos projetos, que são sociais com os nossos vizinhos, pensam também muito nessa questão da água. Então, temos projetos – vou finalizar aqui – de 3 mil caixas d'água distribuídas, os pipas, atingindo 18 mil pessoas que estão ali, nossos vizinhos, que passaram a beber uma água potável e a acessar essa água potável. Então, tomamos muito cuidado com essa questão da água e produzimos, então, no Brasil, o único lítio verde, que cuida da água. Os lítios da América do Sul, ali do Chile, da Argentina, são uma produção voltada, me perdoem, feita nos salares, com bastante água, com uma outra tecnologia. Então, é outra coisa. O nosso é único, porque é feito a partir da extração da pedra, com esse cuidado da água, com o cuidado do ar, sendo 100% carbono zero. A única produção no mundo que é carbono zero é brasileira e é da Sigma. A CBL produz lá há algum tempo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para deixar registrado: quanto à água pós-Sigma, qual é a qualidade dela?

A SRA. LIGIA PINTO – Ela não sai. Nós recirculamos essa água até ela se exaurir. Obviamente tem um pouco de evaporação e nós utilizamos nas nossas instalações...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um circuito fechado, então?

A SRA. LIGIA PINTO – É um circuito fechado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, não tem lançamento pós-circuito fechado?

A SRA. LIGIA PINTO – Não tem; e, se houvesse, seria uma água com uma qualidade que poderia estar naquele ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Alcalina, sem acidez?

A SRA. LIGIA PINTO – É, porque ela não tem os químicos nocivos que podem prejudicar a vida humana, nem percolar no solo e prejudicar a agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a temperatura dela?

A SRA. LIGIA PINTO – Não, não é utilizada a... É por densidade e não por termo, então é uma tecnologia que não se faz nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não há elevação de temperatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LIGIA PINTO – Não há. Haveria, Senador, se eventualmente a gente estivesse num outro momento do processamento para fins de bateria...

Então, o que eu digo é, assim: nós brasileiros, por meio do trabalho da Sigma... A CBL, por exemplo, é uma outra companhia e trabalha lá há 30 anos, no Vale, mas ela voltava essa produção dela para outros segmentos, de graxa, outro mercado. Hoje eles também voltam a própria produção para esse grau bateria, para vender para os nossos mesmos clientes; mas a produção dessa empresa é de 40 mil toneladas ao ano, e a nossa é de 270 mil toneladas. Então, por isso que eu me arvoro no direito de dizer que a produção do Brasil atual de lítio é precipuamente da Sigma, em função desse tamanho. Nós chegamos do nada, nós nos desenvolvemos em 12 anos e hoje...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso tem alguma certificação internacionalmente reconhecida, ou pelo menos nacional?

A SRA. LIGIA PINTO – Tem diversas, tem inclusive internacional, tanto quanto ao processo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por exemplo, tem uma ISO disso aí?

A SRA. LIGIA PINTO – Não é ISO, é a Life Cycle, análises, tem relatórios...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu disse "ISO" por...

A SRA. LIGIA PINTO – É a ISO no sentido amplo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, eu estou transformando em substantivo o tipo.

A SRA. LIGIA PINTO – É. Porque tem os auditores independentes...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma certificação?

A SRA. LIGIA PINTO – Certificações; auditores independentes, que certificam desde as reservas que nós dissermos ter...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aproveitando, o ministério tem agências certificadoras credenciadas?

O SR. TÁSSIA DE MELO ARRAES (Para expor. *Fora do microfone*.) – Temos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, ele credencia? Habilita?

O SR. TÁSSIA DE MELO ARRAES – Você tem... Ele desenvolve alguns materiais certificados. (*Fora do microfone*.) O Cetem tem essa...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No caso, é um processo que é certificado, não é?

O SR. TÁSSIA DE MELO ARRAES – É. Aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Você pode certificar o material e pode certificar o processo, a origem, o destino, a localização geográfica, enfim. Há várias formas de certificação, não é?

O SR. TÁSSIA DE MELO ARRAES – É, o Cetem desenvolve esses materiais certificados. Certificação de processos, que eu tenha conhecimento, não faz ainda, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

A SRA. LIGIA PINTO – Senador, isso tudo é relativamente novo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. LIGIA PINTO – A produção de lítio para esses fins é relativamente nova, porque a demanda se conformou no mundo agora. A urgência já existe há algum tempo, mas acho que o ser humano começou a se dar conta, de fato, dela há pouco, não é? Então, nós brasileiros conseguimos, em pouquíssimo tempo, em 12 anos de planejamento, financiamento e produção...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a minha última interferência nessa sua exposição, mas preste bem atenção...

A SRA. LÍGIA PINTO – Pois não, pois não. Eu fico contente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se nós estamos fazendo algo que pode ter exemplaridade, vamos certificar!

A SRA. LÍGIA PINTO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que a gente mais escuta, Senador Jayme, são críticas – já que você está fazendo uma exposição mineira – de santo do pau oco, falando mal de nós, ou seja, gente que não cumpriu com o seu dever e que, internacionalmente, tenta denegrir a nossa imagem.

Então, acho que o Governo – o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Ciência e Tecnologia – tem que certificar certificadoras para dar, por exemplo, na certificação do processo de vocês, um grau de excelência que quantos outros países têm?

A SRA. LÍGIA PINTO – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se nós temos um tento, um gol feito, temos que cacarejar.

A SRA. LÍGIA PINTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pôr o ovo e não anunciar é até...

A SRA. LÍGIA PINTO – E não é simples de ser feito. Mas o Brasil tem a matriz energética necessária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o processo que eu queria acrescentar à sua exposição é: se a qualidade da água, por exemplo, no pós-uso, não é contaminada, quer dizer, a qualidade do rio não é prejudicada...

A SRA. LÍGIA PINTO – Hum-hum.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para ser bem claro, o curso da água não é prejudicado, se o processo é limpo, vamos certificar isso. O nosso lítio vale mais, em termos econômicos é isso. Se a minha energia elétrica é limpa, ela vale mais, pelo menos, no conceito mundial.

A SRA. LÍGIA PINTO – Era isso que eu ia falar...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Todas as coisas que nós fazemos... Na nossa agricultura, como nós somos imbatíveis, eles ficam inventando coisas para prejudicar a nossa competitividade. Essa é uma guerra, é uma luta.

Sem querer xingar todas, mas recentemente realizamos uma CPI das ONGs, liderada pelo Senador Plínio Valério, em que ficou mais uma vez claro isso. Elas têm a missão de achar defeitos no nosso processo produtivo, econômico, etc.

Então, a minha intervenção é só para isso.

A SRA. LÍGIA PINTO – Não, é só para dizer que, assim, nós ouvimos muito, de fato, essa generalização e crítica ao setor mineral...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, já pode concluir, por favor, porque eu vou abrir a...

A SRA. LÍGIA PINTO – E eu vou concluir dizendo que a Sigma vem com a proposta de que existe e é possível a mineração sustentável, que é sem a utilização de químicos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E eu concluo: certifique.

A SRA. LÍGIA PINTO – Sim, há certificações diversas, Senador, mas eu vou lhe dizer que a maioria delas é internacional. Então, seriam, sim, muitíssimo bem-vindas diversas certificações brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esse é o maior defeito nosso. Nós fazemos certo e eles certificam. Há muito tempo, que eu digo isso. Essa é uma nova forma de colonialismo.

A SRA. LÍGIA PINTO – É, os padrões internacionais...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu faço certo, mas ele é que certifica.

A SRA. LÍGIA PINTO – Hum-hum.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quer dizer, eu produzo grão, carne, proteína de maneira verde, mas quem certifica? Por quê? Isso é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dependência colonialista. Quer dizer, antigamente eles levavam para industrializar – coisa que ainda acontece –, e agora o que nós fazemos como produto final é certificado por eles.

Mas a senhora quer acrescentar mais alguma coisa?

A SRA. LIGIA PINTO – Só fazer essa finalização, eventualmente uma produção certificada nesses termos faria jus a eventual prêmio verde no mercado, coisa que não interessa muitas vezes.

Então, no final das contas, nós demos conta de fazer, no tempo do setor tecnológico, que é o cliente final, esse carro, que pede que seja entregue um produto em escala, com rapidez, que seja um lítio verde, para que ele possa vender ao consumidor final do carro elétrico uma bateria que não venha já ruim, errada na sua própria matriz, e que consigamos o financiamento 100% privado para botar isso de pé, porque não é rápido fazer, como o Diretor Cota estava falando.

Nós temos muitas reservas. A nossa CEO, Ana Cabral, tem o costume de mencionar e falar: "Nós, no Brasil, temos a tabela periódica inteira" – e temos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A nova tabela periódica.

A SRA. LÍGIA PINTO – Sem dúvida. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é a do meu tempo de escola, não.

A SRA. LÍGIA PINTO – Mas é fazer com rapidez. Ter o financiamento para fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tinha 108 elementos na tabela periódica. Hoje deve ter 140, não é?

A SRA. LÍGIA PINTO – Eu não vou me arvorar, porque o meu negócio é outro aqui.

Então, conseguimos fazer com escala, com rapidez, atendendo às demandas de um consumidor tecnológico e com financiamento necessário. Então, não é simples colocar essa equação de pé, ter o financiamento para fazer tudo isso, processando 270; daqui a três anos, serão 520 mil. E atingiremos também um outro grau de processamento de sulfato de lítio. E assim vai. A nossa intenção é majorar a produção e, entre aspas, "subir na cadeia".

Uma coisa que o senhor falou sobre a bateria é que não é simples a produção da bateria longe do veículo, o transporte não é simples. O lítio, no ambiente ali, é instável. Então, por vezes, faz mais sentido que nós consigamos atingir um certo estágio ali na cadeia e tenhamos o valor agregado, pois está muito longe de se vender minério cru. Mas, enquanto aguardamos que todas as montadoras estejam aqui conosco, fazendo a bateria e produzindo o carro, que nós consigamos levar adiante, então, essa indústria verde do lítio para fim de bateria.

Agradeço mais uma vez pela oportunidade e peço desculpas por ter excedido o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu também, porque eu acabei induzindo a essa ultrapassagem do tempo. Eu aprendi bastante e espero que o telespectador, ou quem pode assistir, também.

Concedo a palavra ao nosso Senador Jaime Bagattoli, que assistiu, junto com o Senador Zequinha Marinho, presencialmente, a essas exposições todas.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Esperidião Amin, que está coordenando esta audiência aqui.

Quero dizer para você que realmente foi uma semana muito difícil, de muita festa, muita alegria, porque 50 anos não se comemoram assim. Tem que comemorar bastante mesmo. São 50 anos que nós temos lá na Amazônia, especificamente em Rondônia, no Município de Vilhena.

Quando chegamos lá, Esperidião, este Município de Vilhena era uma vila. Tinha três vilas: Vila de Vilhena, Vila de Rondônia, que se chama hoje Ji-Paraná, e Porto Velho. Vila de Vilhena tinha em torno de 700 pessoas. Hoje é uma cidade de 100 mil habitantes. Em 50 anos, até que cresceu, com todas as dificuldades. Estávamos lá e só ficamos sabendo o que era energia elétrica, quando teve energia suficiente, a partir do ano 2000.

Cumprimento o Rodrigo Toledo, a Tássia de Melo Arraes, a Lígia Pinto.

Quero dizer para vocês que, ouvindo tudo, as explanações de cada um, eu vejo a grande dificuldade que nós temos. Nós temos dois processos de dificuldade: na exploração; e, pior ainda, um pouco mais crítico ainda, na industrialização.

Quando a gente vê que nós saímos de disponibilidade de lítio de 1% – era 1%, em 2017 – para 8%, é um avanço astronômico que nós temos sobre a produção.

O que eu vejo dos problemas no Brasil? O que eu vejo? O problema que nós temos, como o Senador Esperidião Amin falou, veio fazendo seus comentários, é que somos o único país que trabalhamos contra nós. Nós trabalhamos contra nós naquilo de bom que nós fazemos se você olhar assim a discrepância de uma exploração de qualquer tipo de minério do mundo, de petróleo, de tudo. Vamos falar aqui de Brasil, de China. O que eles têm, por exemplo, hoje lá de proteção na questão ambiental comparado a nós? Comparando os Estados Unidos com o Brasil, sabemos que os Estados Unidos, só saindo um pouquinho fora do assunto, com pouco menos de 50% do rebanho de bovino, produzem 1,5 a mais do que nós, o Brasil, como mais de 200 milhões de cabeças. Nós, se confinarmos, há esse problema de questão ambiental. O americano, com 98% confinados, não tem problema de questão ambiental. Algo sempre existe de discrepância. Parece que tudo joga contra nós.

Outra coisa, a industrialização. Vejo um grande problema dentro da industrialização, de tudo no Brasil. Nós somos o país que mais tem potencial de gerar energia no mundo. Nós temos a energia hidráulica, a água. Nós temos energia solar, energia eólica. Nós temos uma facilidade tão grande de produzir energia no Brasil e nós temos a grande dificuldade que se vê. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece? É o país que mais coloca impostos dentro daquilo que nós produzimos. Tudo joga, tudo se volta contra a gente mesmo. Vocês sabem disso. Era para termos a maior indústria de alumínio do mundo – era para ser nossa. As maiores indústrias de industrialização de alumínio eram para estar no Brasil, e não estão. Então, nós somos produtores, mas não comandamos.

Esperidião Amin, você já pensou, quando se olha o Brasil, o maior produtor de café do mundo, a Bolsa de Valores, quando vai se mexer com café, está nos Estados Unidos e na Alemanha, não está conosco. Tem algo de errado neste país. Por que trabalhar só contra a gente? Então, assim, eu vejo as grandes dificuldades que nós temos.

Queria deixar uma pergunta ao Rodrigo, a quem pudesse responder. Eu vejo que essas grandes reservas estão em Minas, as grandes reservas de lítio. Mas acredito que deve ter grandes reservas da Amazônia também. Não sei se tem ou não tem. Não vamos falar só na questão do lítio. Sabemos de outros minerais que nós temos hoje nos 125 milhões de hectares que nós temos nas áreas indígenas – esse é um problema seríssimo – e nas áreas de conservação também, que são terras da União. Nós temos que achar um mecanismo para que se faça, claro, exploração racional, exploração em que saibamos da nossa responsabilidade de preservação do meio ambiente, mas precisamos encontrar mecanismos para crescer – e temos que pensar na industrialização.

Só isso que foi feito agora, que passou no Senado, inclusive eu fui o Relator, tem que entrar também na exploração. Essa depreciação é acelerada. Isso tem que entrar também na exploração, porque, no nosso país, tudo é com grande dificuldade. Igual se comentou aqui no início, geralmente onde se tem essas jazidas grandes, tem dificuldades de acesso, tem que construir ferrovias ou rodovias, muitas vezes problemas seríssimos de energia elétrica para se chegar lá, para se fazer a exploração ou a própria industrialização.

Então, assim, eu vejo que, se não encontrarmos mecanismo para armazenarmos energia elétrica, porque, num futuro próximo, eu acredito que vai ter que ser o automóvel... Eu sou do ramo de petróleo, conheço e estudo também a produção de etanol no Brasil. Somos o país que causa a menor poluição do mundo, proporcionalmente, por consumo de combustível, pelo que nós temos hoje de mistura, tanto no diesel quanto na gasolina. Mas parece que isso não vale nada lá fora. Nós não conseguimos explorar isso, não conseguimos dimensionar isso para o mundo e dizermos o quanto somos bons, o único país no mundo que tem 30% de etanol dentro da gasolina, entendeu?

Então, é tanta coisa que a gente podia... Nós temos capacidade de avançar. Este país é tão rico! Este país é produtor de sul a norte. Temos minério em quase todos os estados da Federação, um tipo ou outro.

Quando o Senador Amin fez um pequeno comentário, sobre a exploração de petróleo... Na década de 70, meu pai tinha – meu falecido pai – tinha os primeiros Chevrolet, a gasolina, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos 60, dos anos 70. Eu me lembro, eu era menino quando chegou em 1972, 1973: "Vai acabar o petróleo no ano 2000", "Não vai mais ter petróleo a partir do ano 2000".

Eu vou dizer a todos que estiverem nos acompanhando neste momento: vamos ter problema, podemos ter problemas seriíssimos no futuro, temos que cuidar muito nessa questão ambiental é da água; petróleo não vai faltar no mundo. A Venezuela, só para o senhor entender, que está aí nessa situação... Hoje só a Venezuela tem petróleo para alimentar um país do tamanho do Brasil se crescesse mais 50% pelos próximos talvez 150 anos. Então, você vê o quanto se teve de descoberta disso. Agora, há grande preocupação quanto a outros minérios. Agora, o senhor veja quanto tempo...

Só quero terminar minhas palavras aqui dizendo o seguinte: eu acredito, eu queria que vocês me respondessem isso, se puderem também, como que estão as dificuldades dentro da questão ambiental, porque, quando você vê aquela situação do Amapá, em que se trava uma exploração de petróleo... Todo mundo pode explorar, aí um estado daquele, que seria uma fonte, a grande fonte de riqueza para aquele estado... Então, a gente vê a dificuldade de que lá não se pode explorar petróleo, naquela região, tanta dificuldade.

E o que eu vejo, assim... Claro, nós temos que ter... Agora, para qualquer coisa que hoje vai precisar de uma licença ambiental, são três, quatro anos. Você vê, só para terminar, naquela jazida de potássio de Autazes, o senhor vê quanto tempo o Ibama, meio ambiente e tudo... Aquilo já era para estar sendo explorando há anos.

Aí eu faço a seguinte pergunta: um potássio que vem do Canadá, vem da Rússia, vem dos países do Golfo, quantos dias de navio, quantos caminhões transportando à longínqua distância pelo Brasil afora, jogando fumaça na atmosfera e tal... Estava lá, Senador Amin, lá, a hora que explorar, leva para o Brasil inteiro por água, o transporte mais barato do mundo. E tudo isso parece que causa impacto ambiental, não dá certo.

Então, eu quero terminar minhas palavras e dizer o seguinte: nós precisamos trabalhar a favor do nosso Brasil. Isso é independentemente de sigla partidária, independentemente de quem é o Governo, se é Governo A, B, ou C, se é esquerda, se é direita – nós não temos que nos preocupar com isso. Nós precisamos nos preocupar é com o futuro do nosso país. Isso que eu vejo. E esse país é tão rico, mas, com toda a força que nós vamos fazer, a vontade... Eu sei que tem muitos políticos que querem o melhor para o Brasil, e eu sou um deles.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Querido Senador Zequinha Marinho, do grande Pará, que apareceu ali várias vezes.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Foi. Eu tive que dar uma palavrinha no Canal Rural ali.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E lá não tem minério, no Pará, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Tem não. (*Risos.*)

Bom dia a todos. Obrigado, Presidente.

Saudações, Dra. Lígia, Dra. Tássia, Dr. Rodrigo.

Naturalmente, vou fazer algumas considerações, mas eu... Só um pouco aqui... Em relação... Tem notícias de lítio pelos Estados Unidos, não é? Parece que num dos estados, acho que Nevada tem reserva por lá, tem em Portugal, na região de Barroso.

Ele é um professor, é uma enciclopédia ambulante, não é? Então, quando eu falo isso aqui, tenho que ter cuidado com o que estou falando, porque tem alguém olhando.

China, Austrália têm um pouco mais. Aqui para a América do Sul, tem o famoso Triângulo do Lítio: Chile, Argentina e a Bolívia aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A Bolívia, é.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Parece que a Bolívia tem uma das maiores reservas, ou a maior reserva do mundo, pelo menos é o que está previsto.

O Brasil – e aí eu queria fazer a pergunta exatamente em cima disso – tem o pessoal da Sigma que explora no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e um pouco no Ceará. A pergunta é: já foi feito um levantamento, uma pesquisa com que a gente possa dizer que é só nesses dois lugares, ou a gente teria expectativa para ter outras minas importantes?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em termos de reserva, o senhor pergunta?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – De reserva, reserva.

Já tem pesquisa, já tem alguma coisa, ou ainda temos... Inclusive, esse negócio de pesquisa me deixou meio preocupado um dia desse, porque, segundo informações, o que nós temos pesquisado hoje é em torno de 23% do território nacional. Sobre o resto ainda não se pesquisou para saber exatamente que minérios nós temos, principalmente esses minérios mais necessários à tecnologia, à transição energética e tantos outros. O que o senhor sabe além daquilo que está posto, Minas e Ceará?

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA (Para expor.) – Senador, muito boa pergunta. Obrigado pela pergunta.

Bem, primeiro, eu queria fazer um *disclaimer*. Eu não sou geólogo, e o meu foco aqui é mais na questão da indústria, mas eu tenho, sim, informações, essas informações que o senhor está pedindo. Quem faz esse levantamento sobre as áreas com potencial para o aparecimento dos minerais é o Serviço Geológico do Brasil, a CPRM. O Serviço Geológico do Brasil tem feito um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

belo trabalho de apontamento das áreas com o maior potencial de aparecimento desses minerais críticos, com destaque para o lítio, tem publicações, inclusive.

Em geral, o lítio aparece em três tipos de reservas. O primeiro tipo de reserva é a reserva em sal, que é o caso do Chile, da Argentina e da Bolívia, e a exploração dessas reservas em sal demanda muita água e tem um impacto ambiental muito preocupante. Você tem as reservas em rochas, principalmente as rochas pegmatíticas – e aqui eu estou me aventurando na geologia, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Esse é o caso do Brasil, esse é o caso da Austrália também. E a exploração em rochas pegmatíticas tende a ser ambientalmente mais amigável, principalmente se empregadas as tecnologias adequadas, como é o caso aqui da Sigma. E há também o lítio em argila, mas não tem havido no mundo muita experiência de exploração de lítio em argila.

O que se sabe hoje é que essas reservas no Brasil estão mais concentradas em áreas de cristalino. A principal reserva está ali no Vale do Jequitinhonha, que vai ali do norte de Minas até o sul da Bahia. Há reservas em exploração pela companhia AMG, no sul de Minas Gerais, na região de São João del Rei, e há outras empresas procurando o lítio em Minas, na Bahia. A informação que eu também tenho é que existe um potencial de identificação de novas reservas realmente, no Ceará, no Rio Grande do Norte e, se eu não estou enganado, também na Paraíba e em Pernambuco.

E aí o senhor fez uma menção sobre a questão da identificação das áreas, quer dizer, do levantamento geológico na superfície brasileira. Até pouco tempo atrás, a exploração geológica das planícies era feita pela Petrobras, porque o objetivo maior era a identificação de reservas de petróleo. Aí você tem grandes planícies no Brasil, você tem a Planície Amazônica, você tem a Planície Pantaneira, você tem a Planície Litorânea. O SGB, antiga CPRM, agora sempre identificada como SGB, se ocupou sempre das áreas de cristalino, das áreas de planalto, as áreas de elevações, de serra. E as áreas que estavam sob responsabilidade da CPRM estão bastante mapeadas. Inclusive, eles recentemente me mostraram uma comparação entre as experiências no Canadá, entre as experiências na Austrália, países que têm a dimensão territorial que o Brasil tem, e a gente não tem nada a dever considerando isto, que a CPRM não fazia exploração em planícies. Então, basicamente, o que não está adequadamente mapeado são regiões de planícies.

Agora, há uma necessidade de melhorar o mapeamento, melhorar a escala do mapeamento. O território, na escala... Eu estou com medo de errar o número da escala, acho que é 1 para 100. Você já tem essas áreas que estavam sob responsabilidade da CPRM praticamente todas mapeadas. O que é preciso agora é detalhar esse mapeamento indo para a escala 1 para 50, e por aí vai. E eles, não sei se já anunciaram, estão para anunciar um plano para aprofundar esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mapeamento. Estão construindo parcerias, inclusive com diversos países. Então, eu estou bastante confiante de que novas reservas, especialmente do lítio, vão ser identificadas, até porque os geólogos com quem eu converso sobre isso dizem que o lítio não é um mineral raro, não é difícil encontrar lítio. As reservas mundiais eram pequenas porque a demanda era pequena pelo lítio. Então, não fazia sentido, ninguém estava procurando lítio, não tinha quem comprasse. Basicamente, a demanda para o lítio era para as graxas, era para a cerâmica, era – não sei se principalmente – também para medicamentos.

E agora você tem essa revolução, porque, olhe, o mundo precisa de bateria de lítio para fazer transição energética. Então, vamos todo mundo correr atrás do lítio, mas o senhor já identificou muito bem reservas nos Estados Unidos, reservas em Portugal, no Canadá, na Austrália e por aí vai. E há quem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA – Sem falar na China.

E há quem, no setor, já esteja preocupado com a possibilidade de superoferta. Não são muitos, mas eu já identifiquei, no setor, quem acredita que talvez haja um movimento de superoferta no mundo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado. Deixe-me só, Presidente, mais rapidamente...

Essa nossa cultura de exportar matéria-prima e depois comprar produto acabado é triste para a gente. Por exemplo, nós somos o país do agronegócio e dependemos do NPK – todinho, praticamente, a gente tem que importar. Essa é uma doença que precisa ser curada na mente dos governantes brasileiros.

Que a gente não faça a mesma coisa com o lítio, porque, por mais que a gente... Crie uma política – não precisa o Governo explorar, estar ali, com uma empresa, explorando –, construa uma política que possa fazer com que isso aconteça, que se agregue valor. Eu sou do Pará; os mineiros... Tem algum mineiro aqui por perto? Não, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Tem? (*Risos.*)

Mas veja só, do que a gente tem exportado de minério de ferro, pedra bruta, sem agregar valor a nada. Se ficasse pelo menos um pequeno percentual, meu Presidente, que fosse explorado aqui, o Pará seria um segundo São Paulo em desenvolvimento, em qualidade de vida, em tudo. Isso parece uma coisa desumana e uma falta de amor pelo próprio território, pela nossa própria terra. A gente não pode passar a vida toda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não conheço nada na literatura, com ressalva aqui ao professor, não é? Quem foi que já se deu bem na vida exportando matéria bruta, *commodities*? Não sei, acho que não. Não tem ninguém que possa contar uma história positiva. Isso é ruim. E aí você vê uma potência que nós temos de produção aqui, e não podemos explorar. E, quando você identifica, tem um problema político ideológico.

Meu colega estava falando aqui, chorando aqui, as lágrimas, não é? Não quero aqui fazer fuxico, mas o Ibama é um grupo político de crachá, não é? Não está ali para fazer avaliação técnica das coisas, não. A avaliação é primeiro política. Se passar no parâmetro político, de repente a licença avança; se não passar, não avança para lugar nenhum. Então, é um negócio muito complicado. E a solução está em se rever como é que se faz isso? Se primeiro a avaliação é política e depois técnica, ou se primeiro é técnica e deixa política para quem faz política?

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. LIGIA PINTO (Para expor.) – Quero só dizer para o senhor que o Brasil não exporta minério cru. Esse produto que nós exportamos é processado. Nós nos apresentamos, inclusive, como indústria e fazemos questão de recolher a Cfem no produto, de navio, que tem o valor agregado de 80 vezes, que seria se nós exportássemos o minério cru – e foram 3 bilhões para dar conta de fazer uma planta e esse processamento.

Então existe um custo, existe, sim, a dificuldade de ter todas as licenças outorgadas, mas é o processo natural. A nossa barra é alta mesmo, mas nós atingimos, estamos com todo o licenciamento em ordem e pronto.

Então, agora é só que todos venham ali e venham na mesma esteira, e que a gente coloque para o mundo que o lítio do Brasil é processado, grau bateria, verde e único no mundo. Acho que é importante demais.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Grau bateria, pelo que eu entendo, é que ele chega ao nível de aplicação, certo?

A SRA. LIGIA PINTO (*Fora do microfone*.) – É por isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Num nível de utilização.

A SRA. LIGIA PINTO – Quando nós chegarmos, por exemplo, no sulfato de lítio, que é um passo a mais, ele já está bem mais adiantado. Mas, assim, existe uma cadeia, não é?

E esse hidróxido de lítio, por exemplo, é processado no mundo apenas na China, com muito resíduo a partir do processamento dele.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A propósito, eu vou resumir aqui as perguntas que chegaram pelo e-Cidadania, e boa parte delas já foi respondida. Eu acho que uma só é que tem que complementar.

Pedro, do Rio Grande do Sul: "Como balancear a exploração [...] [do lítio com] a preservação do meio ambiente?". Acho que a nossa aula que recebemos aqui foi nesse sentido, Pedro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antero, de Minas: "O Brasil vai atuar apenas na mineração ou entrar em outros setores da cadeia produtiva?". Foi também o objeto da nossa apreciação.

E Andreia, do Maranhão: "Quais as medidas de curto, médio e longo prazo, [...] [para enfrentar] os impactos ambientais nas regiões de extração do lítio?". A pergunta ainda demanda novas explicações, mas tivemos um caso concreto satisfatoriamente.

Gustavo, de Santa Catarina: "O que fazer com a área [de mineração] após findada a exploração do lítio?". Veio de Santa Catarina, provavelmente do sul do Estado, por causa do carvão. Extraiu, e depois? Essa pergunta eu acho que ainda pode ser complementada – não por ser de Santa Catarina.

Naican, do Rio Grande do Sul: "Quais [...] as estratégias que o Brasil deve adotar para garantir uma exploração sustentável e economicamente vantajosa do lítio?". Acho que quanto a isso nós, pelo menos, incursionamos nesse caminho.

E finalmente, Ricardo, de Minas Gerais: "Será que no Brasil é possível incentivar [ou estimular] a fabricação de produtos finais [...] [a partir] da extração de lítio [...] através de incentivo fiscal?". Isso vem ao encontro da manifestação última do Senador Zequinha Marinho, que eu subscrevo. Quer dizer, a nossa história, infelizmente, é a história da exportação de matéria-prima, desde o pau-brasil, que não foi propriamente exportado: foi subtraído da nossa mata, virou nosso nome, mas foi levado para pintar as vestes da Europa, e lá ele virou tinta.

Então acho que a pergunta que se pode dizer é: como é que vai ficar a área depois que vocês terminarem? Uma boa exploração?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Tem coisa que eu não dou conta de ficar quieto, pois me dá um problema sério, e eu tenho que falar.

A população brasileira precisa entender uma coisa: que um projeto legal é licenciado e, nessa licença, a empresa cumpre a legislação dizendo: "Olha, depois disso tem que fazer aquilo, replanta, refloresta, não sei o quê" – tem que ficar bonitinho. Qual é o projeto que deixa e abandona crateras por aí afora? São projetos ilegais, que têm que ser combatidos a todo custo.

Então, é dizer para o Brasil inteiro, que se preocupa com isso, que nenhum projeto... Pode ter alguma coisa por aí, mas era para não ter. Todos os projetos que são legalmente instalados começam num processo de licenciamento, que é a licença prévia, não é, Lígia? Depois, há a de instalação, depois a de operação, que é um treco muito rígido! Dentro disso aí, já está respondida a pergunta sobre sustentabilidade.

Eu queria só tranquilizar, mas a palavra... Quem tem que responder é vocês.

Um abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu deixo no ar ainda esta indagação: concretamente, quando terminar a exploração do lítio da Sigma, qual vai ser a paisagem?

A SRA. LIGIA PINTO (Para expor.) – Existe um planejamento para fechamento de mina. O lítio...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É descomissionamento de mina?

A SRA. LIGIA PINTO – É... Não, mas é uma questão que é interessante, porque podem ficar potenciais lagos, e não tem químico que percola o solo. Então, o fechamento de mina vai dar conta de deixar o solo de uma forma em que possa ser realizada a agricultura familiar. E isso tudo está... Todo mundo ali está de acordo com que seja feito assim. Foi feito uma escuta da comunidade. E foi por isso até que surgiu a ideia de um dos pedaços ser lago, porque ele seria também coberto novamente com material que é reservado para isso, para voltar para o solo e reconstituir.

Uma curiosidade interessante: esses locais do Nordeste e do Vale do Jequitinhonha onde tem esse lítio nosso brasileiro de rocha são lugares muito áridos, de muita seca, onde usualmente as pessoas sofrem a mazela da seca. Então, se forem feitos extração e processamento do lítio nesses termos, isso seria muito bem-vindo para as pessoas que gostariam de ter um emprego digno, uma economia ali desenvolvida, o território desenvolvido como um todo, socialmente.

E não tem exatamente um desmatamento a ser feito... É óbvio que sempre tem vegetação, que precisa ser cuidada, e isso consta do planejamento, mas não é como uma zona de floresta, pois é uma zona desértica, árida, e, então, é um pouco mais simples em termos de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LIGIA PINTO – Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu creio que foram respondidas todas as perguntas dos nossos telespectadores.

Consulto se o Sr. Rodrigo tem alguma colocação adicional a fazer.

O SR. RODRIGO TOLEDO CABRAL COTA (Para expor.) – Eu gostaria muito de agradecer esta oportunidade de a gente vir aqui. Para a gente, está muito claro que o Brasil tem uma tremenda janela de oportunidade. O Brasil precisa entender o tamanho e a importância desse movimento para o Brasil e para o mundo. E este aqui foi um espaço muito alvissareiro para a gente trazer essa mensagem. Eu agradeço muito ao Senador Esperidião Amin por esta oportunidade e aos Senadores aqui presentes pelas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero enfatizar, Senador, que, em toda interlocução que eu tenho feito com outros governos, que eu tenho feito com plateias no exterior, especialmente no Canadá, onde tem o principal evento da mineração, a mensagem nossa tem sido muito clara.

O Brasil tem energia limpa como poucos países têm. O Brasil tem uma mineração responsável. A nossa política ambiental é muito exigente. Então, se esses países, mundo afora, querem ser coerentes quando tratam de transição energética, os investimentos nessa indústria de transição energética, seja na transformação mineral, seja na cadeia de bateria etc., têm que ocorrer no Brasil com energia limpa. E por isso que eu estou muito confiante, a gente está trabalhando com muito afinco, com muita vontade nessa coisa de desenvolver finalmente uma indústria de transformação mineral, de agregação de valor aos minerais brasileiros, como o senhor deseja, como todo brasileiro deseja.

Obrigado. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado ao Sr. Rodrigo.

Tássia, para as suas palavras finais.

O SR. TÁSSIA DE MELO ARRAES (Para expor.) – Eu queria apenas ressaltar que, para que a gente saia de um país produtor de *commodities* e de fato agregue valor aos bens minerais, é essencial o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, porque, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias, de novas rotas tecnológicas, a gente vai conseguir agregar valor a esse bem mineral e chegar a produtos com valor agregado e maior competitividade para a indústria mineral brasileira.

E também é importante a destinação de recursos para pesquisa, desenvolvimento e inovação para o setor mineral, que é um setor que contribui não só para a transição energética, com matérias-primas para a transição energética, mas também para a reindustrialização do país. Então, é um setor que é essencial para que o nosso país também se desenvolva economicamente.

Agradeço também, mais uma vez, a oportunidade de participar aqui desta audiência pública, representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e discutir esse tema tão relevante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sra. Ligia.

A SRA. LIGIA PINTO (Para expor.) – Agradeço, então, a oportunidade de ter vindo compartilhar, em especial, nesta Casa, porque o mercado é novo e essa extração e processamento estão se dando de forma nova, desbravando. Há, sim, políticas públicas que precisam ser conformadas. Estamos na Comissão de Infraestrutura. O Secretário Jorge foi até nós, foi inserida a BR-367 no PAC, para que a gente possa escoar essa produção. Então, há muito a ser feito em termos de legislação, para que seja viável, de fato, esse Brasil ser competitivo, estando no mundo de forma verde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, obrigada, viu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos, muito especialmente dos Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho, ambos com contribuições muito efetivas e proveitosas.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata da presente e das últimas reuniões.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Havendo quórum, estão aprovadas, serão publicadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Jaques Wagner, Margareth Buzetti, Janaína Farias, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2492, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação com 4 (quatro) emendas que apresenta e rejeição da Emenda nº1 - CDR. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1829, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1829 de 2019, com acolhimento parcial da Emenda nº 5-CCJ (SUBSTITUTIVO), que incorpora, total ou parcialmente, as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, as Emendas nºs 6 a 10-CDR e a Emenda n° 13-CDR, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada. **Resultado:** Designado relator ad hoc o Senador Flávio Bolsonaro, é lido o relatório e concedida vista coletiva nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2994, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre o turismo colaborativo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Janaína Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à matéria, com a Emenda nº 1 - [CDR]. Foi aprovado o Requerimento nº 11, de 2024-CDR (Urgência) apresentado pela relatora, Senadora Janaína Farias. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3100, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro – Oeste – FCO, para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo e acolhimento parcial da Emenda 1-T. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 2-[CDR] (Substitutivo) com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 11, de 2024** que: "Requer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2994/2020." **Autoria:** Senadora Janaína Farias (PT/CE). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/28

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de maio de 2024 – acabou-se o mês.

Antes de iniciarmos, gostaria de solicitar às Sras. e aos Srs. Senadores Relatores de matérias com relatórios pendentes que possam dar celeridade a sua entrega à Secretaria da Comissão. Assim, poderemos apreciar as matérias tramitando na CDR antes do segundo semestre, período no qual haverá menos atividade no Congresso em virtude das eleições municipais de 2024.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias apresentadas à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo do Senado Federal em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por meio do recurso "levantar a mão", no *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

O item 1 da pauta foi retirado por solicitação do Relator, que é o Senador Efraim Filho.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2492, DE 2019

- Terminativo -

Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido 44 municípios do Estado do Maranhão.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação com 4 (quatro) emendas que apresenta e rejeição da Emenda nº1 - CDR

Observações:

1. A matéria constou nas pautas da 7º, 8º e 9º reuniões da CDR;

2. A votação será nominal;

3. Após deliberação terminativa da CDR, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.)

O item 2 da pauta é:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1829, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria *Ad hoc*: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1829 de 2019, com acolhimento parcial da Emenda nº 5-CCJ (SUBSTITUTIVO), que incorpora, total ou parcialmente, as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, as Emendas nºs 6 a 10-CDR e a Emenda n° 13-CDR, nos termos da Emenda Substitutiva apresentada.

Observações:

1. Após a deliberação da CDR, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Autoria: Câmara dos Deputados, Deputado Federal Carlos Cadoca, PCdoB, Pernambuco – esse é antigo, viu?

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre, com relatoria *ad hoc* do nobre Senador Flávio Bolsonaro.

Concedo, assim, a palavra ao nobre Senador Flávio Bolsonaro, Relator *ad hoc,* para a leitura do relatório.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, só uma questão de ordem aqui: eu vou pedir vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, nobre Senador. (*Pausa.*)

Claro.

O Senador Flávio Bolsonaro vai ler e, em seguida, a gente concede vista coletiva...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, eu ia sugerir isso, se V. Exa. permitir, com a concordância do Líder Wagner e dos demais presentes aqui na audiência.

Esse é um... Eu fui Relator desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça. É um projeto bastante amplo, complexo, só que muito favorável, com um potencial gigantesco de alavancar o turismo no nosso Brasil; dá segurança jurídica em várias áreas, dá incentivo a que as pessoas possam empreender nesse segmento do turismo. Enfim, no meu ponto de vista, é muito positivo. Só que, em contrapartida, obviamente, o relatório é muito grande. Se eu for ler o relatório todo aqui, Presidente, eu vou passar, acho, umas duas ou três horas fazendo a leitura. Eu não queria cansar os colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como ele está lançado...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas, sem nenhuma dúvida, V. Exa. tem uma capacidade de síntese muito grande. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria combinar o seguinte: já que haverá o pedido de vista do Senador Jaques e V. Exa. vai conceder vista coletiva, se eu puder dar o relatório como lido, já que está disponível aqui para todos os Senadores, não apenas os desta Comissão, mas para todos os Senadores aqui, na nossa rede do Senado virtual...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sem nenhuma dúvida, Senador. V. Exa. podia fazer uma síntese dos pontos mais importantes, porque seria importante para o esclarecimento geral, se fosse possível; se não, pode deixar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É possível, só que eu vou acabar... Como eu faria de cabeça, eu vou esquecer alguma coisa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não tem problema.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu posso fazer uma síntese rápida. Vamos lá!

Bom, o projeto trata, em primeiro lugar, de dar também segurança jurídica aos cruzeiros marítimos. Eu fui Relator aqui também de um tratado internacional, do qual o Brasil foi signatário, ratificado aqui pelo Senado, que unificava a legislação trabalhista para que não houvesse um passivo tão grande das empresas brasileiras de cruzeiro, que contratavam muitos brasileiros, faziam todo o itinerário, inclusive fora do país, Senador Marcelo Castro, e, quando retornavam para cá, a legislação que se entendia que era responsável pela remuneração deles não era a legislação brasileira. Portanto, chegou-se a um passivo de R$100 milhões dessas empresas de cruzeiro aqui no Brasil. O que aconteceu, por consequência? Pararam de contratar brasileiros. Em cruzeiros brasileiros, pararam de contratar brasileiros.

Então, eu trago aqui para essa lei também, no relatório, na verdade, a confirmação do que já está no tratado internacional do qual o Brasil é signatário e que foi ratificado pelo Senado. Então, é apenas uma repetição do que está aqui.

Esse projeto também faz uma unificação de algumas terminologias com relação aos transportes: transporte de carga, transporte aéreo, transporte passageiro. Portanto, unifica isso para que se dê segurança jurídica também no recolhimento de impostos às pessoas que trabalham, às empresas que trabalham nesse segmento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tirei... Eu estou tentando fazer uma síntese com o que eu lembro de cabeça aqui para os Senadores compreenderem, mas tem algumas inovações importantes. Eu vou passar para as principais então, Presidente.

Esse projeto cria, desburocratiza, na verdade, a criação de Áreas Especiais de Interesse Turístico. É uma legislação, se não me engano, da década de 40 ou 50 que nunca foi aplicada; nunca foi criada uma AEIT no Brasil por causa da burocracia. E a gente coloca que há a possibilidade de os estados ou municípios criarem as suas Áreas Especiais de Interesse Turístico para que ali possam ser feitos – obviamente, respeitando toda a legislação, inclusive a ambiental – os empreendimentos com as autorizações, de uma forma mais desburocratizada. Portanto, acredito que esse é um passo importante para que nós possamos, inclusive, criar uma espécie de competição, entre estados e entre municípios, em relação àqueles que vão atrair mais turistas após a implementação desses empreendimentos.

Esse projeto também inova para estimular o transporte de turismo, os voos, no sentido de as companhias aéreas disponibilizarem as suas rotas na região da Amazônia verde, na Amazônia Legal, melhor dizendo. O Fundo Nacional de Aviação Civil já traz a possibilidade de que uma parte disso seja usada no incentivo ao turismo, inclusive no incentivo às companhias aéreas para que possam promover, ter essas linhas. Hoje, a gente tem aqui Senadores que têm dificuldade de ir para o Acre, de ir para Manaus, de ir para Boa Vista, pela falta de disponibilidade de voos. Esse projeto prevê a possibilidade do uso também de uma parte do Fnac para financiar o combustível dessas aeronaves para que as companhias aéreas possam disponibilizar mais voos para toda a região da Amazônia Legal.

Eu tirei aqui também desse projeto pontos polêmicos que existiam, como a questão do audiovisual. Tinha-se ali o imposto do Ecad, que se cobrava de toda a rede hoteleira. Então, tinha uma discussão, inclusive na jurisprudência, ainda não pacificada, de que, pelo simples fato de ter uma televisão no quarto de hotel, aquele empreendimento já deveria recolher uma taxa ao Ecad. Como essa é uma discussão muito polêmica, nós optamos por tirar isso de dentro do projeto e, quando for oportuno, tratar em uma legislação específica.

E aqui também, Presidente, nós desburocratizamos muito para que o próprio Ministério do Turismo tenha mais autonomia, mais flexibilidade de emitir quaisquer atos, inclusive administrativos, de maneira a fomentar de uma forma mais séria o turismo em todo o Brasil.

Esse projeto foi construído a várias mãos, mas também com o Ministro do Turismo, o Deputado Celso Sabino, que nos ajudou e colaborou muito aqui, com a sua equipe técnica, nesse relatório.

Então, os pontos principais de que eu me recordo aqui rapidamente são esses – tem vários outros –, e eu queria pedir a V. Exa. que dê o relatório como lido, já que está disponibilizado a todos os Senadores e Senadoras aqui no nosso sistema. Como haverá o pedido de vista do Senador Jaques – e V. Exa. vai conceder a vista coletiva –, na próxima audiência nós podemos tratar dele de forma mais profunda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só uma dúvida a V. Exa.: tem emendas que precisam de parecer. Eu daria esses pareceres agora ou quando retornasse da vista? (*Pausa.*)

Ah! Já está com parecer aqui. Então, está tudo nos conformes.

Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, agradecendo a contribuição do nobre Senador Flávio Bolsonaro, vamos conceder vista coletiva ao projeto que foi lido e está publicado. Quem tiver interesse, então, que apresente as modificações que julgar necessárias.

Vamos ao item 3 da pauta.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Está mantida a vista, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Está concedida a vista.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2994, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre o turismo colaborativo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Janaína Farias

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. A matéria constou na pauta da 9ª reunião da CDR;

2. Após a deliberação da CDR, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

O turismo aqui hoje está em alta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados – Deputado Paulo Ganime (Novo, Rio de Janeiro) e Deputada Adriana Ventura (Novo, São Paulo).

Concedo a palavra à nobre Senadora Janaína Farias para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente, bom dia a todos os colegas Senadores aqui presentes e quem está *online*.

Vou ler aqui o relatório.

Vem ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Projeto de Lei nº 2.994, de 2020, de autoria dos Deputados Paulo Ganime e Adriana Ventura, que altera a Lei nº 11.771, de 2008, para dispor sobre o turismo colaborativo.

O art. 1º retoma o objeto da proposição de forma a reconhecer o turismo colaborativo como um segmento do setor de turismo.

Eu, que estou relatando, sou formada em turismo também, uma área muito importante. Inclusive, na semana passada, o nosso Presidente Lula sancionou uma lei importante, o Perse, e a gente fica feliz. É uma economia que gera muito emprego e renda e a gente fica muito feliz de estar, neste momento, relatando este projeto.

O art. 2º altera a Lei nº 11.771, de 2008, para que tanto a Política Nacional de Turismo como o Plano Nacional de Turismo compreendam, em sua elaboração e em sua implementação, iniciativas que promovam o turismo colaborativo.

Inclusive, hoje, está sendo aprovada a lei... (*Pausa.*)

Foi ontem? (*Pausa.*)

Ah, desculpem-me.

Está sendo aprovada agora na Comissão de Turismo o PL do plano de turismo.

... de Turismo compreendam, em sua elaboração e em sua implementação, iniciativas que promovam o turismo colaborativo.

Já o art. 3º acrescenta a Seção IV, intitulada "Do Turismo Colaborativo", à Lei nº 11.771, de 2008, estabelecendo o que se compreende por "turismo colaborativo", bem como os agentes que dele poderão se beneficiar e as características a serem observadas no desenvolvimento da respectiva prática.

Por fim, o art. 4º estabelece a entrada em vigor da norma na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou direto para a análise aqui, Presidente.

Segundo o art. 104-A, incisos VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo e de políticas relativas ao turismo. Nesse sentido, o PL nº 2.994, de 2020, inscreve-se no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

De início, destacamos que a proposição atualiza a Política Nacional de Turismo e o Plano Nacional de Turismo, de forma a prever o turismo colaborativo, que compreende um novo segmento da atividade turística, no ordenamento jurídico brasileiro.

Na linha dos dispositivos trazidos pela proposição, o turismo colaborativo consiste na troca do trabalho voluntário de algumas horas semanais por acomodação, refeições e outros benefícios. Este voluntariado pode ocorrer em diversos locais, como projetos sociais e ecológicos, organizações não governamentais, ecovilas e albergues, e é uma prática crescente em diversos países. Quando olhamos o cenário brasileiro, verificamos que existem mais de 1,5 mil oportunidades anunciadas em plataformas especializadas.

Sob a perspectiva econômica, dadas as características da prática, o turismo colaborativo pode significar uma oportunidade adicional no fomento ao setor de turismo, considerando que, em outras condições, as instituições teriam dificuldade para preencher as vagas abertas ao mesmo tempo em que os indivíduos não conseguiriam viajar em razão dos custos elevados.

Nesse sentido, o PL nº 2.994, de 2020, é meritório por reconhecer a importância e os benefícios que podem surgir do turismo colaborativo. Além disso, como estabelece requisitos mínimos a serem observados para o desenvolvimento desta prática, proporciona maior segurança jurídica, tanto para as instituições que oferecem as oportunidades de voluntariado quanto para os indivíduos interessados nelas.

Por fim, com o objetivo de aprimorar o projeto, oferecemos uma emenda para alterar o inciso III do art. 20-C, destacando que o turismo colaborativo deverá observar os requisitos dos arts. 2º e 3º do Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, pretende-se garantir que os preceitos básicos do direito do trabalho, reconhecidos internacionalmente, não serão contrariados e que eventuais situações de concorrência desleal serão mitigadas.

Vou agora ao voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.994, de 2020, com o oferecimento da seguinte emenda.

EMENDA Nº – CDR

O inciso III do art. 20-C da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, acrescido pelo art. 3º do Projeto de Lei nº 2.994, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

'.....
Art. 20-C .....
.....
III – inexistência de vínculo empregatício nas relações decorrentes da prática do turismo colaborativo, salvo quando presentes os requisitos dos arts. 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.'" (NR)

O voto é pela aprovação, com essas emendas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a colaboração da Senadora Janaína Farias, colocamos, então, o seu parecer em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Submeto-o à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

A SRA. JANAÍNA FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Presidente, queria agradecer, e se puder ter urgência para mandar para o Plenário, a gente agradeceria.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 11, DE 2024

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2994/2020.

Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou submeter a decisão de urgência.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência para o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3100, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro – Oeste – FCO, para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Relatoria: Senador Rogerio Marinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo e acolhimento parcial da Emenda 1-T.

Observações:

1. A matéria constou nas pautas da 7ª, 8ª e 9ª reuniões da CDR;

2. Na 9ª Reunião da CDR, após lido o relatório, foi concedida vista ao Senador Cid Gomes (PSB/CE) nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal;

3. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA; seguindo, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa;

4. Em 04/07/2023, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR).

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Rogerio Marinho se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas quero dizer a V. Exa. que, nesse intervalo entre o pedido de vista e o dia de hoje, nós fomos procurados por membros do Governo que executam o fundo, que têm a atribuição de gerir esses fundos, no sentido de que o projeto não altera a forma como eles estão sendo implementados; pelo contrário, leva em consideração a necessidade de sensibilizar os pequenos agricultores que têm dificuldade de acesso ao crédito e à informação de que há esses recursos subsidiários disponíveis, e nos pediram uma pequena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alteração, que foi feita, que é a retirada da Anater, para atender os pequenos produtores rurais. Esse ajuste foi feito e me parece estar consensualizado, então eu pediria a V. Exa. que colocasse o projeto em votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Em discussão a matéria, o parecer do nobre Senador Rogerio Marinho. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada e será encaminhada com parecer favorável ao Plenário. (*Pausa.*)

Ah, perdão! À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas, que serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e nove minutos do dia dez de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Marcos do Val, Cid Gomes, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Janaína Farias, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Beto Faro, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Damares Alves. Deixam de comparecer as Senadoras Daniella Ribeiro e Jussara Lima, conforme os Requerimentos nº 211 e 217/2024-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. O Senhor Presidente Senador Carlos Viana dá ciência a comissão do convite da Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação Luciana Santos, por intermédio do Ofício nº 3466/2024 MCTI, à Presidência e demais membros da CCT para a 5ª Conferência Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser realizada no período de 4 a 6 de junho de 2024, na cidade de Brasília, que abordará o tema Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido, focalizando em eixos reestruturantes que orientam a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2024 a 2030. Esses eixos incluem a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais; e ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 2, de 2024-CCT, de autoria Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), com a Senhora Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, para prestar informações sobre as ações do ministério para o ano de 2024. Fizeram uso da palavra os Senadores, Fernando Dueire, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Rodrigo Cunha e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/123392

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunicado. A Ministra de Estado de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, por intermédio do Ofício nº 3466/2024 MCTI, convida esta Presidência e demais membros da Comissão para a 5ª Conferência Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser realizada no período de 4 a 6 de junho de 2024, na cidade de Brasília, que abordará o tema Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido, focalizando em eixos reestruturantes que orientam a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o período de 2024 a 2030. Esses eixos incluem a recuperação, expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a reindustrialização em novas bases e apoio à inovação nas empresas; ciência, tecnologia e inovação para programas e projetos estratégicos nacionais; ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social. Portanto, convite a todos os membros desta Comissão para o encontro entre 4 e 6 de junho de 2024.

Nossa pauta de hoje. A presente reunião se destina à realização de audiência pública com a Ministra de Estado, Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, para prestar informações sobre as ações do ministério para o ano de 2024, em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2024, CCT, de minha autoria.

O público interessado em participar da audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço: senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211. Nós já temos aqui diversas perguntas, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco, todos eles interessados em temas que, na hora oportuna, nós colocaremos para a Ministra.

Quero agradecer a todos que acompanham pelas redes sociais, também pela TV Senado, os trabalhos desta Comissão.

A todos que estão também aqui no Plenário, os assessores, muito obrigado, um bom-dia; aos membros do Ministério que vieram acompanhando a Ministra, todos sejam muito bem-vindos; à equipe da Comissão, meu abraço a vocês sempre pelo profissionalismo.

Senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, informo que serão adotados os seguintes procedimentos:

- Os Senadores poderão solicitar à Presidência a inscrição para interpelar a Sra. Ministra após a exposição. Aqueles que participam de forma remota podem fazê-lo por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma. Nós teremos espaço e, acredito, todos poderão conversar com a Ministra sobre o planejamento para este ano.

- A Ministra fará uso da palavra para a exposição inicial por 30 minutos. Em seguida, aos Senadores inscritos serão concedidos cinco minutos para interpelação, assegurado igual prazo para a resposta da Ministra, que poderá ser contraditada pelo prazo máximo de dois minutos, sendo concedido o mesmo tempo para a tréplica.

Portanto, quero chamar aqui à frente já nossa Ministra Luciana Santos, que é muito bem-vinda a esta Comissão.

Ministra, por favor. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Não é nenhuma provocação, não, mas à minha direita, por favor, Ministra. (*Risos.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS (*Fora do microfone.*) – À esquerda de quem olha. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Gostaria de saber se os Srs. Senadores fariam uma saudação inicial.

Senador Fernando Dueire, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente Carlos Viana, Senador Petecão, amigos do ministério, assessoria, os que aqui comparecem... E faço uma saudação especial à Ministra Luciana Santos. Eu tenho acompanhado o excepcional trabalho que a Ministra vem desenvolvendo no Ministério de Ciência e Tecnologia. E me dá muito orgulho, Ministra, ver o seu foco, o seu empenho, sua vontade de fazer com que as coisas aconteçam e a formação da equipe com que a senhora hoje conta no ministério.

Eu tive a oportunidade, atendendo a um convite da senhora, de fazer uma visita a Campinas, ao Sirius, onde nós tivemos uma apresentação didática sobre um equipamento de primeiro mundo que nós temos no país e que a comunidade científica conhece, mas acredito que deveria ser mais divulgado, para que o país soubesse que o Brasil dispõe de um equipamento, de uma ferramenta e de um desenvolvimento científico do tamanho do Sirius.

Mas eu gostaria também, Ministra e Senadores aqui presentes, de colocar meu entusiasmo a um programa que a senhora tem tentado desenvolver no ministério, que é o Conecta e Capacita. Isso é um programa extraordinário. Nós temos vagas nas empresas de TI – não são centenas, são milhares – e nós temos um público que precisa ser treinado, precisa ser qualificado.

E a senhora me estimulou muito para que, nesta Comissão, nós apresentássemos uma emenda no sentido de que o ministério dispusesse de recursos para implementar e acelerar este projeto. Este é um projeto que tem um impacto social imenso. Por outro lado, Ministra, me traz, também, entusiasmo a ação que o ministério vem tentando desenvolver com relação à Ceitec.

Na pandemia, Presidente Carlos Viana, nós sofremos uma falta – o mundo –, que foi imensa, de semicondutores, *chips*, e agora, com esses problemas sísmicos em Taiwan, certamente virá um novo impacto. Taiwan é responsável por 65% da produção mundial.

E nós temos, no Rio Grande do Sul, uma empresa do Estado brasileiro que – imagine – tinha entrado num processo de liquidação, mas que tem dado uma resposta muito positiva para o país e tem, inclusive, tido resultados muito significativos com relação, inclusive, à questão das receitas. Ela tem diminuído a dependência dela do Estado brasileiro.

Eu vejo esses programas com muito bons olhos, vejo um esforço muito grande da Ministra com relação a esses dois programas, mas, sobretudo, a um outro conjunto de programas, que são relevantes; e a vejo muito atenta em programas, como o Brasil na Fronteira do Conhecimento, Política Nuclear, Programa Espacial Brasileiro e Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável.

Eu imagino que a Ministra, na sua apresentação e na sua fala aqui, deve discorrer sobre as atividades deste ano, resultado do grande trabalho que ela realizou no ano passado. É importante também, Senador, que fique muito bem registrado a condição do orçamento discricionário do ministério, que hoje está muito reduzido. E é uma área do conhecimento, é a área na qual nós temos condição de trazer grandes resultado para o país.

Então, é sempre muito presente, e eu gostaria de colocar um testemunho sobre seu esforço: que nós tenhamos condição de melhorar a questão do orçamento da Comissão e do próprio Orçamento que esta Casa analisa, aprecia e vota.

De forma que dou boas-vindas, Ministra, aqui é sua Casa, e nós temos muita admiração pelo trabalho que a senhora exerce, de uma maneira cívica e com o melhor espírito público, no ministério que ocupa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Bom dia também ao Senador Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente Carlos Viana, quero apenas dar boas-vindas à nossa Ministra Luciana Santos, pessoa pela qual eu tenho um carinho e admiração muito grande. Tive o prazer de, lá na Câmara Federal, ser Deputado junto com a Luciana, Perpétua, camarada do PCdoB.

E para nós é um prazer – viu, Luciana? – recebê-la aqui na nossa Comissão.

O colega aqui já fez um relato das atividades, do trabalho que está sendo feito lá no ministério.

Espero que, nesta reunião de hoje, você possa ter a oportunidade de falar das perspectivas e ver de que forma esta Comissão pode ajudar no seu trabalho.

No mais, é só lhe dar as boas-vindas. Seja bem-vinda aqui à nossa Casa!

Você está muito bem aí ao lado desse Presidente competentíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Luciana, pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Portanto, vamos passar a palavra...

Antes, eu quero saudar as pessoas presentes aqui – me permita, Ministra –: primeiramente, o ex-Senador Inácio Arruda, que está aqui conosco, hoje no ministério – é muito bem-vinda a sua presença –; Rubens Diniz Tavares, que é o Chefe de Gabinete da Ministra; Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário Executivo – o Inácio está aqui, já o citei –; Roberta Peixoto, Chefe de Gabinete da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos; Sheila Oliveira Pires, Diretora do Departamento de Apoio aos Ecossistemas de Inovação; Juana Nunes, Diretora de Departamento de Popularização da Ciência, Tecnologia e Educação Científica; e Sônia da Costa, Diretora do Departamento de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva. (*Pausa.*)

Temos no verso aqui? Ah, tá.

Eliana Cardoso Emediato de Azambuja, Diretora do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital; Thiago de Mello Moraes, Diretor do Departamento de Programas Temáticos; Hamilton José Mendes da Silva, Diretor do Departamento de Incentivos às Tecnologias Digitais; Ricardo Magnus Osório Galvão, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – muito bem-vindo, Presidente! –; e Vadson... Ah, não, esse não se encontra presente aqui, estava na lista.

Ministra, mais uma vez, seja muito bem-vinda! É uma satisfação recebê-la aqui para conversarmos, sempre, sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia em nosso país.

O tempo agora é de buscar crescimento para os brasileiros. E vejo que há um esforço muito grande por parte da senhora, e da nossa parte, em nos convencermos daquilo que o mundo inteiro já sabe: toda nação desenvolvida tem no investimento em ciência, tecnologia e inovação um dos pilares principais do desenvolvimento das novas economias.

Essa, inclusive, é a base de um texto que escrevi para a Universidade Federal de Minas Gerais, que vai ser publicado num compêndio agora, nos próximos dias, sempre colocando: basta que o país, ao elaborar o Orçamento, observe outras nações que conseguiram se desenvolver, que estão à frente e que passaram à frente do Brasil, para a pesquisa, os recursos necessários para que os nossos cientistas possam elaborar o nosso país.

Quero dar um bom dia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ah, Senadora Teresa Leitão, muito bem-vinda aqui! Obrigado pela presença.

Com a palavra, a Ministra Luciana Santos.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Muito bom dia a cada um e a cada uma de vocês aqui presentes!

Quero agradecer o convite do Senador Carlos Viana, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia aqui desta Casa, e dizer que o nosso espírito é este: de trabalhar num fluxo contínuo e de diálogo permanente com o Parlamento brasileiro. Afinal, eu já fui, por oito anos, Deputada Federal e fui exatamente da Comissão de Ciência e Tecnologia durante esses oito anos. Portanto, me sinto não na Casa azul, mas no lado verde aqui deste Parlamento.

Então, muito obrigada, mais uma vez, pelo convite e pela possibilidade de poder aqui apresentar uma espécie de prestação de contas desse pouco mais de um ano e três meses e, ao mesmo tempo, apresentar as iniciativas e ações do futuro.

Quero saudar e agradecer as palavras de confiança do Senador Fernando Dueire, do MDB, de Pernambuco, que é da minha terra, com quem já partilhei muitos desafios – ele, como gestor experiente, sabe bem o que é o desafio de governar –; o Sérgio Petecão, Senador do PSD, do Acre, de quem também já fui colega na Câmara dos Deputados – partilhamos também muitos desafios em comum –; a Senadora Teresa Leitão, também de Pernambuco, do Partido dos Trabalhadores – essa é uma convivência ainda mais longeva, lá mesmo em Pernambuco, e muitos desafios comuns nós construímos ao longo dessa convivência.

Todos os membros da minha equipe já foram saudados, mas eu quero saudar o Secretário Executivo Luis Fernandes aqui do nosso ministério; o Rubens Diniz, que é o Chefe de Gabinete; e o Inácio Arruda, que é sempre Senador desta Casa e, agora, assume o comando de uma secretaria, Presidente, que tinha sido extinta pelo Governo anterior, que é a Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social, que cuida de popularização da ciência, de divulgação no momento da necessidade de afirmação das evidências científicas, por força desse ambiente de negacionismo que ainda paira no país, e das políticas assistivas, que são tão importantes e inclusivas no Brasil.

Quero saudar o Ricardo Galvão, que é o Presidente do CNPq, um cientista também ilustre e conhecido. Foi Presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais no último Governo e foi um dos que foram perseguidos exatamente por mostrar evidências científicas – no caso, os dados do Inpe sobre a situação do monitoramento do desmatamento.

Acaba de chegar o Senador Izalci, com quem, durante oito anos, fomos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, da Frente Parlamentar de Ciência e Tecnologia, do marco legal e de um monte de inciativas que fazem bem ao país até hoje.

Quero saudar o Ruben Delgado, que é o Presidente Nacional da Softex; Edvaldo Dias, que é o Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos; diretores e diretoras do nosso ministério.

Como eu disse, a alegria de estar aqui – para além de esta Casa completar, neste ano, 200 anos – , por onde passam os debates mais relevantes da nação brasileira e, portanto, no ambiente em que a gente precisa falar de democracia, do restabelecimento do sistema de poder político no país, de modo que esse sistema possa, cada vez mais, ser harmônico e procurar desenvolver ações comuns. Eu quero dizer o quanto eu considero esta Casa essencial para os assuntos muito caros ao povo brasileiro.

Há pouco mais de um ano, eu estive aqui, no dia 17 de maio. Na época, foi uma reunião conjunta – além da Ciência, Tecnologia e Informática, estavam também Educação, Cultura e Esporte, assim como Serviços de Infraestrutura. Naquela ocasião, eu pude falar que, no Governo Lula, o Presidente Lula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reafirma suas convicções de tratar a ciência e tecnologia como pilar do desenvolvimento nacional e, ao mesmo tempo, fazer com que essa política pública estabeleça canais de participação, de diálogo e troca, e procurar percorrer o caminho de afirmação dessa política como política de Estado.

Eu considero isso a que o Senador Carlos Viana já se referiu, que não há país do mundo que queira se afirmar enquanto nação que não seja pelo caminho do domínio tecnológico... Aliás, esse é o contexto em que a gente vive na geopolítica mundial. Em meio à grande corrida tecnológica e aos desafios de um mundo de grande instabilidade e de crises múltiplas, a disputa pelo domínio tecnológico sobressai. E nós assistimos bem ao que aconteceu durante o período da covid. Mais recentemente, o Senador Fernando Dueire acabou de dizer o que está acontecendo na Ucrânia e nas situações de clima na região de Taiwan, os impactos que isso terá para alguns insumos essenciais das chamadas cadeias globais de produção. Todos esses fenômenos nos chamam a atenção para o fato de que há, na verdade, hoje, um rearranjo dessas cadeias globais para cadeias regionais e até nacionais. A dependência que o mundo teve dos insumos farmacêuticos ativos, dos IFAs, durante a covid ficou evidenciada. Apesar de termos a capacidade de produzir vacinas, como foi o caso do Instituto Butantan, em parceria com os chineses, a CoronaVac, como foi o caso da Fiocruz, comandada, então, pela atual Ministra Nísia, em relação ao convênio que fez com a AstraZeneca, de Oxford, isso foi o que possibilitou que a gente tivesse as vacinas no Brasil. Mas, ainda assim, nós dependemos dos IFAs, principalmente da China. E nós precisamos superar, assim como o dos semicondutores, assim como o de fertilizantes, nós precisamos superar esse estado de dependência.

Por isso, a ciência e tecnologia é central numa perspectiva de uma nação soberana, de uma política de Estado que fortaleça o seu papel, um Estado nacional. Portanto, a nação independente e soberana depende da ciência e tecnologia.

Então, é um exemplo do que o nosso Governo, o Governo Lula, fala, que o Brasil voltou. Voltou, porque voltaram inúmeras políticas públicas – voltaram plenamente, ou estavam defasadas, ou foram atualizadas, ou foi melhorada a sua escala. A ciência também voltou e, como a gente usa uma expressão pernambucana, os Senadores Dueire e Teresa a conhecem bem, voltou de com força, Presidente.

Logo no início, nós corrigimos as bolsas de CNPq e Capes. O reajuste beneficiou 258 mil bolsistas. Era um reajuste que correspondia... Há dez anos que não havia reajuste das bolsas do CNPq. Lançamos dois editais de pesquisa no valor de R$590 milhões. Era chamada universal do CNPq, que hoje é presidida pelo Ricardo Galvão. Fizemos o concurso público, depois de dez anos sem ter também. É a maior quantidade de vagas que nós ofertamos, são mais de 800 vagas para o nosso Ministério da Ciência e Tecnologia.

Aprovamos a taxa TR nos recursos do FNDCT, porque, com a medida provisória, que era a mesma que fazia o contingenciamento até 2026... Essa TR estava prevista, mas, como ela caiu por decurso de prazo, porque o principal era recompor integralmente o fundo, nós aprovamos a taxa TR, substituindo a TJLP e fazendo com que possibilitasse, com isso, o maior desempenho dos últimos tempos de contratos – melhor dizendo – de crédito.

Chegou-se a R$7 bilhões de crédito em 2023, mesmo que a gente só tivesse disponível R$5 bilhões. A recomposição foi de R$10 bilhões, e nós conseguimos, num tempo muito recorde, em oito meses, aplicar os R$10 bilhões naquilo que a gente considerou como prioritário entre os eixos estratégicos dos Ministérios e os dez programas que nós estabelecemos em comum com a comunidade acadêmica, científica e o setor empresarial.

Então, isso representou o mesmo montante de quatro anos do período anterior, em que nós investimos na ciência e tecnologia, porque o FNDCT é o principal recurso de fomento da ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tecnologia brasileira. É um fundo setorial, que é uma conquista do povo brasileiro de décadas, mas que tinha sido contingenciado, e nós conseguimos, com esse feito e com essa decisão política do Presidente Lula, proporcionar os investimentos naquilo que o nosso Governo e o nosso Ministério, em diálogo com a comunidade acadêmica, científica e empresarial, consideraram estratégico. Já, já, eu vou falar um pouco deles.

O nosso fundo nos oferece essa oportunidade histórica de fazer da ciência e da tecnologia instrumentos para essa retomada da atividade econômica e de geração de emprego e renda.

Então, os programas estratégicos – você pode passar aí? – são esses. São dez programas estratégicos.

O primeiro, que é o recurso que nós listamos como o mais robusto, é o Programa de Recuperação e Expansão da Infraestrutura de Pesquisa Científica e Tecnológica Nacional, o Pró-Infra.

O segundo é o Programa de Inovação para a Reindustrialização Nacional, o Mais Inovação. Daqui a pouco, eu falo um pouco mais, porque, afinal, esse é um programa de governo que é liderado, hoje, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Vice-Presidente Alckmin, que conduz a política do NIB, da nova indústria brasileira, que é a nova indústria com base sustentável. Dos R$100 bilhões que são subsidiados para financiar essa nova indústria, decididos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, 40% são do Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia: R$41 bilhões. Desses, R$16 milhões são de subvenção econômica, não é sequer crédito.

O terceiro programa é o Conecta e Capacita, a que o Senador Fernando Dueire acaba de se referir. Ele é um programa que tanto cuida da parte de banda larga, de dar conectividade – como o nome já está dizendo –, mas cuida também da formação na medida em que nós temos um déficit. Só na área de TI, de gente formada como desenvolvedores de *software*, se calcula que até 2025 nós teremos um déficit de 500 mil profissionais.

Então, nós temos também o Programa Pró-Amazônia. Serão R$3,4 bilhões para os próximos três anos, pelo compromisso que nós temos, como aconteceu no ano passado, em que nós reduzimos o desmatamento da Amazônia em 40%, com um subsídio decisivo da ciência e tecnologia através do nosso Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que possibilitou os informes diários *online* através do modelo do Deter, o que fez com que a tomada de decisão por parte da Ministra do Meio Ambiente, Marina, e de Flávio Dino, na época como Ministro da Justiça, pudessem agir; e conquistamos esse feito de ter reduzido o desmatamento da Amazônia em 40%.

Também, há o Programa de Repatriação de Talentos - Conhecimento Brasil. Este é um esforço decidido nosso. Nós sabemos que hoje, no mundo, para além da especulação financeira que existe, hoje existe a especulação em cima dos cérebros. Há uma certa agressão, tanto das empresas quanto até mesmo de políticas nacionais, de buscar e captar os cérebros, e nós estamos tomando medidas no sentido tanto de fixar como até repatriar. Repatriar é um nome muito forte e, na verdade, trata-se de convencer uma volta desses talentos brasileiros que estão espalhados aí pelo mundo.

O sexto é o Programa de Apoio a Políticas Públicas baseado em conhecimento científico; é política com ciência. Esse daí é uma das questões que desde o primeiro momento eu disse ao Presidente Lula: o nosso Ministério da Ciência e Tecnologia não vai agir como uma ilha. Até pela sua ação precípua, necessariamente, qualquer que seja o desafio nacional – seja ele da fome ao espaço –, nós precisamos de ciência e tecnologia. Nesse sentido, nós já enviamos para todos os ministérios um pacote de 250 milhões, e nós queremos desenvolver ações comuns com os ministérios, ofertando do nosso Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia o que nós temos de acúmulo, o que nós temos de conhecimento para servir aos desafios do conjunto das políticas públicas brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O sétimo é o Programa Apoio à Recuperação e Preservação de Acervos Científicos, Históricos, Culturais e Nacionais, o Programa Identidade Brasil, que tem uma parceria muito forte inclusive com o Ministério da Cultura, que tem também no seu escopo, como ação precípua, a defesa de nossa identidade nacional.

O oitavo é o Programa de Apoio a Projetos Nacionais Estratégicos, o Cbers, que é a principal constelação de satélites que nós temos. É um desenvolvimento conjunto desde a década de 80, em parceria com os chineses. Não é transferência tecnológica; é desenvolvimento conjunto de desafios de construção de satélites.

O RMB, que é Reator Multipropósito Brasileiro para a produção de radioisótopos – aliás, já, já vou falar disso porque entra aqui nos projetos do PAC; tanto o Cbers, como o RMB, o NB4 e o Sirius estão dentro do PAC.

Existem oito projetos no Plano de Aceleração do Crescimento. Para nós, isso tem importância muito grande, porque isso significa que tem um olhar especial do Presidente Lula: quando um projeto está no PAC, politicamente ele ganha força – e é necessário ganhar força, por tão impactante que é na vida do povo brasileiro.

O nono é o Programa de Apoio a Projetos Nacionais Estratégicos de Defesa. Todos nós sabemos que nesse mundo em instabilidade, em guerra, nós precisamos ter o poder de dissuasão, de nos proteger; de ter, portanto, autonomia tecnológica também em assuntos de defesa.

E o décimo é o Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, que é um programa desenvolvido com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, do Wellington Dias; com o Paulo Teixeira e também com o BNDES – que é meu primo rico, de quem eu fico atrás para fazer fortes parcerias na transição energética, na fome e em diversos outros assuntos.

Também quero dizer que o fundo este ano, Presidente... Se no ano passado foi de R$10 bilhões, nós vamos para R$12,8 bilhões este ano – essa é a evolução do nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia. Nós fomos, ao longo desse tempo todo... Tivemos altos e baixos, mas a determinação do Presidente Lula é fazer fluxo contínuo e possibilitar o não contingenciamento, já que isso virou lei; isso é lei nacional e nós não podemos permitir que sofra qualquer tipo de ameaça. Então o total não reembolsável é meio a meio – reembolsável e não reembolsável – e nós vamos ter esse montante aí no ano que vem.

Pode ir adiante.

O PAC na ciência... Antes disso, eu quero chamar a atenção de que no Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia nós estamos tendo uma forte e decidida política de enfrentamento à desigualdade regional. Nós vamos ter, dentro do fundo, recursos exclusivos para o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste, porque há uma evidente assimetria regional no nosso Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, e nós precisamos fazer enfrentamento à desigualdade regional. E tem mais: a cada real que um governo de estado dessas regiões colocar, nós vamos colocar R$3 – no Norte é um pouquinho mais, são R$4 –, e assim a gente vai poder estimular a recuperação e a expansão da infraestrutura de ciência e tecnologia.

Aí nós vamos agora... O PAC, não é? O Laboratório NB4. Esse Laboratório NB4 é um laboratório que vai ficar lado a lado com o Sirius; é um laboratório de segurança máxima biológica que vai fazer manipulação de patógenos e vai se ligar a uma das estações de luz. Com isso, nós teremos um equipamento singular, único no mundo, e é um recurso do fundo que possibilitará uma sofisticada infraestrutura de pesquisa no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Sirius é a continuidade das estações de luz. Fernando acaba de dizer também que visitou. Parece um estádio de futebol, não é, Senador? Eu acho que Izalci Lucas também conhece. Já esteve lá no mesmo momento. Nós vamos ampliar as estações de luz, não é? E uma delas vai se ligar ao NB4 – são 800 milhões nisso. O Orion também é nesse mesmo complexo, para garantir essa ligação do laboratório NB4 com o Sirius.

O reator multipropósito será em São Paulo também, em outra região. É energia nuclear, vai produzir radioisótopos que são essenciais para o tratamento de câncer, para nos tornarmos também autônomos em radioisótopos. Essa é uma parceria com a Argentina.

O RNP das infovias, que é uma determinação do Presidente de chegar banda larga – são R$640 milhões – principalmente às instituições de ensino e de pesquisa.

O Pró-Infra, que é esse primeiro programa do qual já me referi anteriormente, entrou no PAC. É o mais robusto programa da Ciência e Tecnologia. São 4,4 bilhões para os próximos anos.

O Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). Nós sabemos que com os eventos extremos associados a uma população carente, que nos centros urbanos mora em área de risco, é preciso ter um forte investimento na ciência e tecnologia para ajudar no monitoramento. Nós é que fornecemos, através do nosso Cemaden, tanto do conjunto de satélites do Inpe, como também do conjunto de satélites do Cemaden, nós fazemos convergência de dados e informamos as instituições dos estados e municípios para a tomada de decisão. E tem sido muito importante, inclusive, nesse episódio recente que aconteceu no Rio de Janeiro. Nós salvamos vidas com a nossa ação muito direta nesse episódio dos desastres ambientais. Nós registramos 533 pessoas em pontos de apoio, significando que muitas vidas foram salvas num projeto que nós vamos ampliar de modo a garantir que no Brasil a gente abranja 70% das pessoas que estão em área de risco, que elas vão ter monitoramento até o final deste Governo.

Só na cidade de Petrópolis foram 739 ocorrências, sendo 527 deslizamentos. Nós conhecemos isso bem, tanto o Senador Fernando Dueire como Teresa – eu já fui Prefeita de Olinda –, todos nós sabemos o quanto é dramática a situação da área de risco, dos altos e também dos alagados; ou seja, são 8 bilhões quase de recursos que estão no PAC.

Então, pode passar.

Clima. Nós temos aí a crise climática, que também é um desafio para tudo que é nação no mundo, e nós temos a constatação de que isso não é algo do futuro, isso é para agora. E a única forma de lidar com essa questão é através da ciência, com investimento em pesquisa, que permita reduzir prejuízo econômico, socioambiental e principalmente salvar vidas, preservar vidas – que é o nosso papel principal.

Então, a gente tem feito vários projetos de cooperação internacional, que têm que necessariamente passar pela transição energética e descarbonização. Então, temos metas a cumprir.

Há o Mais Inovação, que se refere aos projetos da agência de desenvolvimento, do NIB, da Nova Indústria Brasileira. São 6 missões, nós estamos totalmente alinhados com essas missões. Aliás, essa foi uma constituição de convergência muito importante no nosso Governo e nós vamos contribuir com R$41 bilhões, como nós já falamos anteriormente. E nós temos também alguns instrumentos, que são muito caros para essas missões darem certo, que é o instrumento de compra pública, que é instrumento de conteúdo local, e que é instrumento de transferência tecnológica. Essa é uma das... Na verdade, são dez instrumentos, mas eu destaco esses três como sendo instrumentos decisivos para que essas missões possam dar certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há a missão da agroindústria, que tem meta. Nós queremos que a segurança alimentar, nutricional e energética – que na agricultura familiar é responsável por 80% de toda a produção do que o brasileiro e a brasileira comem, do pobre ao rico – seja mecanizada. Hoje nós só temos 20% da mecanização disso e nós queremos chegar a 70%. Isso significa recurso na veia do chamado capital bruto fixo, que vai impactar bastante, por exemplo, na Abimaq, na nossa indústria de máquinas. E esse é o nosso objetivo, além de garantir uma maior produtividade na produção de alimentos.

Pode continuar... Pode voltar.

O Complexo Industrial de Saúde. Esse é o mais robusto investimento do nosso ministério, dentro das missões, porque nós temos um déficit de 20 bilhões na balança comercial só de complexo industrial de saúde. A Senadora Teresa e o Senador Fernando, por exemplo, estiveram com o Presidente Lula, semana passada, em Pernambuco. Nós pudemos visitar a planta da Hemobrás. Só ela, Presidente, vai garantir que a gente tenha economia de 1,6 bilhão no complexo industrial de saúde, porque nós vamos ser autônomos nos medicamentos derivados de plasma.

Então, acho que é muito importante que a gente compreenda a importância estratégica disso, para que a gente.... Inclusive, aqui na Casa, tem um debate sobre a PEC do plasma e eu chamo a atenção do quanto isso será nefasto para a nossa autonomia e até mesmo para a transfusão de sangue no nosso país. Nós precisamos ter os homocentros revigorados, para isso, bastam 280 milhões. Então, é pouco para o que a gente está investindo na Hemobrás. E nós vamos, a partir do ano que vem, entregar ao povo brasileiro o Fator Recombinante VIII, que é o mais complexo produto dos medicamentos que os hemofílicos precisam no nosso país.

Nós também estamos na Missão 3, que é infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva nas cidades. Temos algumas experiências, como é o CITinova, com jardins filtrantes, que ajudam na limpeza dos nossos rios.

Portanto, nessa luta, que é histórica no nosso país, por saneamento, por uma moradia de qualidade, um real que a gente investe em saneamento, nós economizamos quatro na saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde, e nós precisamos garantir isso.

A transformação digital, esse também é um assunto do momento, do mundo, desde o letramento digital, da inclusão digital, até a inteligência artificial. A inteligência artificial vai modificar o modo de produção no mundo, e nós precisamos acompanhar essa corrida tecnológica. Ela vai impactar na agricultura. Já impacta. Nós já temos experiências de utilização de ar na saúde, em diagnósticos, na agricultura, principalmente no agronegócio. Nós já temos no Poder Judiciário e, infelizmente, temos na política, de maneira usada de má-fé, com *fake news,* com *deepfakes.* E nós precisamos garantir, inclusive, o debate da regulamentação.

Quero dizer que eu sei que aqui no Senado tem um PL de iniciativa da inteligência artificial. Nós o consideramos estratégico e decisivo. Tem um PL também na Câmara dos Deputados que trata do assunto da regulamentação. E nós precisamos, de maneira muito decidida, fazer esse tipo de enfrentamento. O Brasil não pode viver sob uma ameaça democrática à sua verdadeira liberdade de expressão, que é baseada no que existe de fato no país, e não em *fake news.* Nós não podemos permitir virar reféns de interesses privados nesse debate. Por isso nós precisamos ter nossa autonomia de infraestrutura para isso.

O Presidente nos cobrou na reunião dos conselhos de ciência e tecnologia. Foi iniciativa nossa, do nosso Ministério, que esse assunto fosse pauta principal do Conselho de Ciência e Tecnologia, e o Presidente prontamente deu prazos, que será na Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, para a qual o Carlos Viana aqui já fez o convite a todos vocês. De 4 a 6 de junho é o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prazo para apresentar um plano de inteligência artificial. Nós já estamos atualizando a estratégia brasileira de inteligência artificial e nós vamos poder apresentar esse plano com início, meio e fim, garantindo o debate de infraestrutura e também de formação e de desafios da inteligência artificial naquilo que a gente considera que seja o principal, porque nós vamos ter que fazer escolhas. E certamente as escolhas vão estar aliadas com os desafios nacionais que nós temos da transição energética, de áreas que na indústria nós já lideramos. Tudo isso faz parte desse esforço que a gente está fazendo desse plano.

A Missão 5 é da bioeconomia, da descarbonização, da transição energética. Esse é um debate mais do que evidente. Nós temos a maior biodiversidade do planeta e precisamos fazer com que ela vire oportunidade de produção de riquezas e oportunidade de geração de emprego para o nosso povo e nossa gente.

A Missão 6 é defesa nacional e soberania – na área de defesa, que também é outro assunto à parte.

Podemos andar. Pode passar.

Então, os editais dos programas são esses.

Esse eu vou passar mais rápido, porque já está um pouco explicado.

São as cadeias agroindustriais sustentáveis.

Aí é só para explicar a vocês em cada item desse, onde estão distribuídos os recursos do nosso fundo. Então, temos cadeias agroindustriais; saúde; saúde nos ICTs; mobilidade urbana; aviação sustentável, semicondutores...

Vou também fazer um capítulo à parte já para ir respondendo. O nosso Fernando também falou sobre isso. Nós revertemos a legislação da Ceitec, uma decisão do Presidente Lula, e vamos redirecionar o papel da Ceitec em basicamente duas rotas tecnológicas. Uma delas é o adensamento à produção nacional de semicondutores para os veículos híbridos ou elétricos, porque nós vamos entrar nessa rota do setor automotivo, que passa por uma modernização, e vamos poder fornecer semicondutores, que não mais será de silício, mas de carbeto de silício, que é uma tecnologia mais avançada.

E, é claro, nós tínhamos que fazer uma rota baseada no que já existia na planta industrial, mas vamos poder fornecer e entrar nesse mercado que será gigantesco, porque ele é novo, é emergente.

E é exatamente nesse que nós vamos entrar, com inversores e conversores de potência para a aplicação desses veículos, mas também nos sistemas fotovoltaicos.

O Brasil tem um crescimento exponencial nos seus parques fotovoltaicos, nos seus parques de energia solar, mas dependemos quase 100% dos insumos chineses. Nós precisamos ter autonomia nisso e precisamos ter os semicondutores, para não sermos só importadores desses insumos, e montarmos os painéis fotovoltaicos aqui. Também servirá para aerogeradores, fontes de potência ininterrupta e sistemas de armazenamento de energia; ou seja, essa é a rota, pela qual nós estamos fazendo com que o nosso Ceitec cumpra esse papel do uso de tecnologia para a eletrificação ou para o veículo híbrido, que é a opção principal brasileira.

Com isso, respondo também ao Rafael, do Rio de Janeiro, que perguntou sobre isso.

Bioeconomia, soberania, Finep...

Sim.

Então, as energias renováveis. Por óbvio, nós já somos líderes da matriz energética renovável no mundo, temos mais de 80% dessa matriz renovável ou limpa, mas precisamos manter a liderança, e o hidrogênio de baixo carbono é uma das estrelas do momento, além do etanol, que continua sendo a nossa estrela principal, e a possibilidade também da biomassa, ou das energias oriundas exatamente dessa diversidade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a soberania e a defesa nacional, a Finep e o Conselho Norueguês de Pesquisa, que possibilita a cooperação internacional, porque ela é decisiva para a produção do conhecimento; as soluções de IA para o poder público, que já está em curso; diversas soluções para o poder público nos editais que nós estamos fazendo com a Ministra Esther.

Pode passar.

Então, a reindustrialização é, mais ou menos, isso o que eu já acabei de falar e não vou repetir.

Pode passar.

A Ciência com Saúde também é uma rede de pesquisa. Além do Complexo Industrial de Saúde, há a rede de pesquisa e desenvolvimento em síndrome de Down, a que nós estamos dando também uma prevalência nesse debate. Há um edital de R$12 milhões para enfrentamento da gripe aviária e o primeiro centro dedicado à oncologia de precisão na América Latina. Nós estamos nesse desafio.

Pode passar.

Popularização da Ciência. Nós estamos também, como eu falei aqui anteriormente, preocupados com esse debate do negacionismo. Nós precisamos falar mais das evidências científicas. Parece algo óbvio, mas o óbvio, nesses tempos, tem que ser afirmado permanentemente. Então, nós estamos com o Pop Ciência, que é um programa que visa desenvolver a cultura científica. O investimento será de R$80 milhões, neste ano 2024. Foi um decreto do Presidente Lula que foi feito nessa perspectiva. É com o Pop Ciência que a gente cuida da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. É através do Pop Ciência que a gente cuida da Olimpíada Brasileira de Matemática, que é um grande caso de sucesso no mundo. São 18 milhões de jovens que participam. São estudantes de escolas públicas que participam da Olimpíada de Matemática. É também através do Pop Ciência que nós desenvolvemos as Praças da Ciência e a Olimpíada Nacional de Ciência. Então, feiras – essa é a pegada e o objetivo dessa iniciativa. Serão R$80 milhões neste ano.

Pode passar.

A transformação digital, a que eu já me referi aqui um pouco. Além de chegar à conectividade, o nosso foco é capacitação. Nós temos um programa de sucesso que é o Programa Residência em TICs, que coloca o estudante em um desafio objetivo de uma determinada empresa.

Senador Rodrigo, obrigada pela sua presença. Nosso Deputado Daniel, da bancada do PCdoB, da Câmara, obrigada.

Então, há o programa Hackers do Bem. Para vocês terem uma ideia, para o programa *Hackers* do Bem, nós abrimos um edital de 30 mil e tem 70 mil. Aliás, foram inscritos 100 mil! Nós temos vagas para 30 mil e foram inscritos 100 mil no Hackers do Bem. A turma está ligada em fazer cibersegurança!

Há o programa Mais Ciência na Escola e o programa Bolsa Futuro Digital. Essas são experiências já exitosas em que a gente procura desenvolvedores de *software*. Eles já têm uma missão a cumprir, em uma determinada empresa, e isso vai fazer com que a gente possa cobrir esse déficit, alcançar esse déficit de profissionais. São todos empregos em outro patamar, porque começam em R$4 mil, então, dão outra condição para a juventude brasileira. Nós estamos focados naqueles estudantes que não conseguem nem continuar na escola: jovens, mulheres – são a grande maioria –, negras da periferia que não conseguem nem estudar, não conseguem terminar e nem conseguem trabalhar. Com isso, a gente possibilita um tipo de empregabilidade de alto nível e necessária para o país.

Então, a gente faz isso, também, graças à Lei de Informática. A Lei de Informática é um caso de sucesso – são 30 anos – e precisa ser garantida, Senador. Isso é uma das coisas que eu ia falar no fim, mas eu aproveito para falar logo: a gente precisa reeditar a Lei de Informática. Nós sabemos que este ano é um ano curto – por conta das eleições municipais – de funcionamento do Parlamento, e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisamos que ela seja reeditada, para poder garantir esses investimentos e garantir o caso de sucesso que ela é. Ela é um tipo de isenção tributária que tem um retorno extraordinário, ou seja, não dá nenhum prejuízo ao Tesouro, desse ponto de vista; ao contrário, ela é um tipo de lei que, assim como a Lei do Bem, tem um retorno imediato nos investimentos de ciência e tecnologia, e mais, espalhados pelo país. A gente precisa da Lei de Informática, por isso que ela precisa ser....

A Frente Parlamentar da Ciência e Tecnologia teve duas iniciativas de botar os PLs que reeditam tanto a Lei de Informática como o Padis, e nós precisamos muito que o Congresso atenda a essa expectativa de maneira célere, ainda este semestre.

Pode passar.

O Mulheres na Ciência engloba três programas mais robustos.

Há o Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação, porque o déficit de presença de mulheres nessa área é maior. Nós estamos com um edital do CNPq de R$100 milhões para que essas meninas e mulheres atuem em rede. Tem que ser de três instituições diferentes, para poder garantir desafios nessas áreas de ciências exatas, engenharias e computação.

O Programa Mulheres Inovadoras coloca a mulher também como empreendedora, com *startups.* É uma iniciativa que tem esse objetivo, uma iniciativa da Finep com o MCTI.

E nós também temos o Programa Futuras Cientistas, que também é um caso de sucesso do Centro de Tecnologias do Nordeste, por meio do qual a gente consegue fazer com que mais de 80% das meninas de escola pública passem no Enem e 70% delas optem pelas carreiras das ciências exatas, das engenharias e da computação, das chamadas ciências duras, não sei por quê, exatamente, mas são chamadas assim. (*Risos.*) Podemos ir.

A ciência da cooperação internacional, o CERN – eu quero agradecer, aqui, em alto e bom som, ao Parlamento brasileiro – era uma luta de dez anos.

Dez?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – São 14, não é? São 14 anos. Uma luta de 14 anos para que a gente seja associado ao CERN, e nós tivemos um papel decisivo aqui do Parlamento e de vários governos. É uma construção de muitas mãos, e, nesse assunto específico, eu quero dizer que isso envolve o trabalho também do ex-Ministro, que é Senador aqui desta Casa, que também, nesse processo do CERN, especificamente, em Genebra, ajudou muito na consolidação dos passos que nós demos.

Isso foi iniciado no Governo Lula de maneira mais decidida, com o então Ministro Sergio Rezende, e finalmente nós conseguimos aprovar no Parlamento agora e conseguimos que o nosso Governo Lula aportasse o orçamento necessário para a gente se associar a esse que é um dos principais equipamentos de ciência e tecnologia do mundo e que vai abrir um mercado para os nossos produtos brasileiros, para servirem como fornecedores também dessa indústria de aceleradores de partículas.

Há o acordo com o CBERS-6, de que eu já falei anteriormente.

Nós temos cooperação com países e blocos de todo o mundo.

E há o Repatriação de Talentos.

Pode passar.

Então, nós retomamos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Na repatriação o que é que vocês estão fazendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUCIANA SANTOS – Na repatriação de talentos, a gente vai fazer um edital, Izalci, que, na verdade, acabamos de abrir. São três tipos de editais: um edital que vai...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Ministra, vamos deixar terminar a exposição? Aí logo depois...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Não, aí depois a gente abre para os Senadores, e aí a gente faz a...

A SRA. LUCIANA SANTOS – Tá.

Na retomada de diálogo, nós estamos reativando o conselho, como eu já falei, de CCT; reinstalando o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva; e realizando a 5ª Conferência, a que o Presidente já se referiu, para a qual convidou todos. Nós retomamos depois de 14 anos sem conferência. Nós estamos realizando a nossa conferência nacional, conferências estaduais, regionais, e ela culminará de 4 a 6 de junho.

Pode passar.

Temas de fronteira: nanotecnologias, energia quântica, semicondutores e inteligência artificial. Em todos eles nós estamos efetivamente trabalhando numa perspectiva de colocar toda a nossa capacidade instalada, seja de infraestrutura, seja de inteligência, no nosso país, de capital humano – não gosto muito desse termo "capital humano" –, de pessoas que dominam essas áreas de conhecimento e estão inseridas nesses desafios.

Podemos ir.

Eu falo, mas eu mesma depois... Vamos em frente.

Pode passar. Ou terminou?

Então, a agenda legislativa tem essas daí. Eu já fiz o destaque da importância e da urgência dessa questão da Lei de Informática. Tem também a regulamentação do Padis, para a qual também se tem pressa, nós precisamos reeditar este ano; a Lei do Bem, que também é outro caso de eficácia; o projeto de lei da inteligência artificial – na inteligência artificial, nós estamos montando dez centros de competência dentro desse desafio de ter um plano de ação brasileiro –; o PL da lei geral do espaço; e o acordo CBERS, que já foi resolvido, que já foi votado.

Eu acho que é isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Ministra, pela exposição.

Quero saudar o Senador Cid, que está aqui conosco, também o Senador Rodrigo Cunha. Muito obrigado pela presença.

Quero saudar o Wadson Nathaniel Ribeiro, meu companheiro de Minas Gerais, Gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Finep, que é muito bem-vindo; o Guilherme Calheiros, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; o Leopoldo Gomes Muraro, Consultor Jurídico do MCTI; e o Daniel Almeida, Deputado do PCdoB da Bahia, que estava aqui conosco agora. São todos muito bem-vindos.

Vou abrir aqui para a exposição dos Srs. Senadores, lembrando que vou pedir para que a gente tenha no máximo dois minutos apenas de colocação e depois a tréplica com a Ministra, para que a gente possa dar celeridade aqui e não nos estendermos até mais do que pelo menos 13 horas.

Vamos começar a palavra pelo Senador Izalci Lucas, que fez uma primeira interpelação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, primeiro, quero parabenizá-la pelo plano, pelas propostas. Acho que, com o FNDCT, tudo ficou mais facilitado, porque realmente trabalhar sem recurso é difícil. Não dá para fazer ciência e tecnologia com discurso, tem que ser com recurso.

Bem, eu queria só uma complementação. Os concursos públicos do ministério envolvem todos os institutos? Porque essa era a maior carência do Instituto de Ciência e Tecnologia.

A questão dessa contrapartida, acho que nós fomos secretários juntos, nós tivemos a Carta de Salvador, que tinha realmente a contrapartida. O Centro-Oeste era um para dois; São Paulo e Minas, um para um; Nordeste, um para cinco. Isso aqui são projetos de iniciativa do Governo Federal ou, tendo alguma proposta nos estados, haverá também, por iniciativa deles, essa contrapartida? Se eu quero fazer um projeto aqui, por exemplo, o ministério vai adotar um para três?

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Porque o Ministro Astronauta pediu que eu colocasse nessa agenda de legislação aqui, Ministra, a PEC da ciência, que é a PEC 31, de 2023, que era importante V. Exa. conhecer e apoiar.

Bem, com relação à Lei do Bem, nós já botamos na pauta, tiramos da pauta, o nosso Presidente foi o Relator, e na CAE foi retirada para a gente poder votar imediatamente no Plenário. Gostaria que V. Exa. também cobrasse lá – eu cobrei agora do Líder do Governo, o Jaques Wagner – para ele poder realmente agilizar essa questão.

Sobre inteligência artificial – eu participei hoje da abertura, ontem também tratamos desse tema –, vamos ficar aqui meia hora para a gente falar sobre esse tema, porque de fato a gente não tem como aprovar uma matéria dessas, como fizeram agora, olhando apenas a questão jurídica. Nós temos que ter muito cuidado para não comprometer a nossa criatividade.

Acho que o Senador também levantou a questão dos semicondutores, que é um absurdo. Há anos e anos, todo mundo sabe disso, nós tivemos crise aqui com os veículos que não tinham *chip*, e só Taiwan que produz isso, agora os Estados Unidos estão investindo muito, mas o Brasil realmente passou da hora. A Ceitec estava totalmente desatualizada, espero que a gente consiga agora, com esse projeto, então, produzir semicondutores, *chip*, que é o que a gente precisa para avançar.

Eu não vou me estender porque, se eu for perguntar aqui muita coisa, em dois minutos não dá para a gente fazer. Então, desejo sucesso, contem comigo.

Dessa área aqui a gente participou bem durante esses anos todos e me coloco à disposição porque é uma questão apartidária. Não é uma questão de governo, é uma questão realmente de país. Ciência e tecnologia precisam de um tratamento assim.

Então, parabéns, Ministra Luciana.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado. Senador Izalci, eu vou fazer o seguinte, eu pedi para não fazer marcação nenhuma para que os Senadores possam se manifestar. Só peço brevidade na questão das perguntas.

Vamos fazer em blocos de três, Ministra, pode ser? E depois a senhora responde.

Senadora Teresa Leitão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Não, porque o Senador Rodrigo Cunha também quer se manifestar.

Então, vamos fazer todos, não é? Isso mesmo, você tem razão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, demais Senadores. Bom dia muito especial à nossa Ministra Luciana Santos. Quero parabenizar pelo desenvolvimento do plano que foi apresentado aqui no ano passado e hoje a gente já vê muita consistência nas ações do ministério.

Eu destaco o crescimento dos investimentos. Na tabelinha aqui isso é visível. Destaco também a interação com os demais ministérios. O Ministério da Ciência e Tecnologia dialoga e tem ações junto ao Ministério da Educação, que é o que eu acompanho mais de perto, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura. E isso mostra para nós o valor da ciência e o resgate que o nosso Governo está fazendo da importância da ciência.

Nós tivemos um tempo de negacionismo, que está sendo superado. E essa questão da repatriação dos cérebros, digamos assim, dos talentos que nos deixaram porque não havia condição de aprofundamento de muitas pesquisas é fundamental.

E destaco duas coisinhas ao final.

A inteligência artificial. O Senado e o Congresso de modo geral porque havia também Deputados. O Senado e a Câmara participaram no início desse ano, eu creio – não, final do ano passado –, de um evento no Uruguai, em Montevidéu especificamente, com experiências nesse sentido de vários países, de vários países. Não apenas na gestão, mas também no apoio à ciência, no apoio à tecnologia, mas que a gente tem que ter esse cuidado porque todos disseram, em unanimidade, que é uma política que precisa ser regulada. Se não, é aquele tipo de descoberta importante que pode ser mal utilizada e trazer prejuízos para a população.

E, por fim, já agradecendo também ao Presidente, que me fez Relatora do PL 880, o marco legal da nanotecnologia e incentivo ao desenvolvimento da nanotecnologia, outra política importantíssima. Nós estamos, Presidente, ultimando as negociações, avaliando com toda atenção a importância desse PL. E acredito, Ministra, que nesse semestre nós estaremos apresentando o relatório. Quem sabe até antes da conferência, para chegarmos à conferência com esse PL transitado e aprovado aqui para ser, sem sombra de dúvida, mais um ponto importante para a sua gestão.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Ministra, eu quero dizer que essa foto aqui é uma foto bonita.

Nós estamos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal. Somos 17 membros efetivos, mais 17 suplentes. O Brasil está aqui, e esse é um dos principais temas para serem tratados nesta Casa, falar sobre tecnologia, sobre inovação.

Aqui a gente está falando de geração de emprego, de renda, de segurar as fugas dos cérebros, que acontecem, de estimular a nossa população para que, novamente, não seja vítima daqueles que têm acesso à informação, daqueles que não têm acesso à informação.

Esse diálogo com o Senado Federal é muito saudável. Nós temos muito a contribuir, inclusive com o próprio ministério, com as lutas e brigas para melhorar o orçamento aqui e até mesmo para as pautas que são prioritárias, para que a gente consiga também antecipar debates e encontrar um avanço numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

linha que atenda o grande objetivo, que é fazer com que o Brasil seja um país conhecido, também, pela linha de desenvolvimento tecnológico. Ainda estamos um pouco longe disso.

Nós temos aqui vários temas, como a eletromobilidade, como a inteligência artificial, mas temos ainda algo que já é tido como sendo um direito universal, que é o direito de acesso à internet, algo muito longe da população.

E aqui eu quero me remeter a um programa específico que se chama ConectaBR, que é um programa que, acredito, fica mais vinculado ao Ministério das Comunicações, ao qual eu tenho aqui um testemunho a fazer, Sr. Presidente: consegui levar, já tem dois anos, pontos de internet gratuitos para todas as cidades do Estado de Alagoas, que é o estado que mais tem pessoas passando fome. E conseguimos, há 15 dias, que o próprio Ministério das Comunicações continue com esse programa, que dá *wi-fi* gratuito para as pessoas, pelo simples argumento: uma pessoa hoje, que tem acesso à internet, consegue ter melhores condições de vida do que outras pessoas que não têm acesso à internet. Isso é cabal.

Então, um dos grandes estímulos que nós podemos dar aqui também, como legisladores e pessoas que direcionam emendas, é contribuir para que o Brasil se torne um Brasil conectado. Esse exemplo é o que eu queria dar.

Além de nos colocarmos sempre à disposição do ministério – nós vamos ter agora a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia –, apresentei recentemente o requerimento para que seja realizada uma audiência pública, para que a gente possa movimentar aqui os Senadores e que a gente faça com que esse assunto seja cada vez mais presente nos corredores aqui do Congresso.

Então, Ministra, o seu trabalho é um trabalho que todos torcem para que, cada vez mais, tenha sucesso porque o Brasil tem que respirar a esperança, e olhar para o futuro é falar sobre tecnologia. A gente vai ficar à margem se não internalizarmos essa importância de investir, mesmo, recursos em ciência e tecnologia.

Eu ainda ouço, nesses corredores aqui, que tecnologia não enche a barriga de ninguém, que tecnologia não dá voto. É difícil trabalhar com esse assunto internamente aqui. Por isso que esses poucos que se reúnem têm que ter um alcance maior, e isso se dá também através dessa interlocução.

Então, a nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, já na Presidência do Senador Carlos Viana, vai demonstrar como um recurso é bem aplicado, através da emenda de Comissão, presidida pelo Senador Carlos Viana.

Nós conseguimos – acredito até que o próprio Senador Wellington Fagundes também tenha conseguido – fazer um direcionamento dessas emendas, e R$5 milhões foram aportados, olhem só, para desenvolver pesquisa e tecnologia na área, em atenção à criança com câncer no hospital de maior referência da América Latina, que é o Hospital de Amor. E isso com o apoio total do Ministério da Ciência e Tecnologia. Logo, logo nós vamos mostrar o resultado dessa integração.

Então quero aqui parabenizar V. Exa. e toda sua equipe, por entender que este tema é um tema que tem que estar presente também aqui dentro do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Sobre essa questão – até fazendo o complemento da internet espalhada pelos municípios –, só uma brincadeira: a senhora sabe que foi o mineiro que inventou o avião, por isso que chama trem de pouso? (*Risos.*)

É verdade. É verdade. Poderia chamar do que quisessem – engrenagem –, mas chama trem de pouso. E nós fizemos o programa em vários municípios, também em Minas, mas o mais difícil é que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trem não funciona, porque a internet era lenta, constantemente dava problemas, e as comunidades ficavam naquela coisa: "Recebemos a internet", mas na maior parte do tempo o sistema não funcionava.

Então é um ponto que a gente precisa ver como melhorar daqui para frente.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Bom dia a todos, ainda, não é? Ou já é mais? Chegamos ao meio-dia. Boa tarde!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não almoçamos, então vou dar bom-dia ao nosso Senador Carlos Viana, a todos os companheiros da Comissão.

Ministra Luciana, eu acho que esse ministério deve ser igual à questão da polícia – a polícia militar, a polícia civil e o corpo de bombeiros. A senhora deve ser o corpo de bombeiros, que é sempre bem aplaudido pela população, porque ciência e tecnologia todos nós queremos, não é?

Eu sei que é um ministério extremamente importante – todos sabem –, mas eu gostaria que V. Exa. fizesse algum comentário sobre o orçamento do seu ministério, da execução deste ano, e já aqui também falando do orçamento do ano que vem, até porque o papel de todos nós, da Comissão – como já foi falado pelo Senador –, é de tentar ajudar esse ministério, inclusive nessa questão da imposição dos recursos impositivos e em como está sendo tratada agora pelo Governo a liberação desses recursos. Porque nós já votamos lá no passado que os recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia tinham que ser liberados, e a gente sabe que, tradicionalmente, não vem sendo feito dessa forma.

Então esta Comissão e todo mundo aqui somos seus parceiros. Nós queremos apoiar o ministério, independentemente de governo, claro, mas a gente quer exatamente essa eficiência na liberação dos recursos, porque a gente também sabe que a eficiência da aplicação do ministério tem sido muito boa.

Bom, então eu vou aqui puxar um pouco lá para o meu estado, Mato Grosso. Nós temos um parque tecnológico em Mato Grosso, e todos sabem a função dos parques tecnológicos, e eu queria perguntar a V. Exa., principalmente: quais são as estratégias específicas adotadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para apoiar e potencializar a operacionalização, no caso específico de Mato Grosso? Mas a senhora pode fazer a consideração de outros parques, porque são muitos, no Brasil.

Ainda quero dizer que, em janeiro de 2024, representantes do Governo de Mato Grosso participaram também de uma reunião com o Ministério, o MCTI, sobre o mesmo parque tecnológico, destacando, assim, a necessidade de apoio para a sua operacionalização.

Durante a reunião, foi mencionada a realização de uma chamada pública ainda neste semestre destinada a apoiar a infraestrutura dos parques tecnológicos e centros de inovação no país como um todo. Qual o *status* atual da chamada pública anunciada? Eu acredito que, aí também, a senhora vai fazer o comentário como um todo, mas especialmente eu quero que a senhora se refira também a Mato Grosso.

Aí um outro aspecto também muito importante para o nosso estado: a cadeia de mineração de Mato Grosso tem experimentado um crescimento exponencial nos últimos anos, com projetos indicando uma expansão ainda muito maior para o setor. Nesse contexto, foi proposto um estudo de viabilidade para a criação de uma unidade do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) no Mato Grosso. E isso, claro, visando fortalecer o desenvolvimento da cadeia de mineração e estimular diversas áreas do setor, incluindo o desenvolvimento de tecnologias que respondam especificamente às necessidades locais, considerando a sustentabilidade dos projetos, a produtividade e outros fatores. Qual a previsão para a concretização desse estudo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Claro, diferente de Minas Gerais, em nosso Mato Grosso, nós temos menos de 1% do nosso potencial mineral explorado. Lá, basicamente é ouro, diamante, calcário. Mas temos tudo lá já bem levantado pela Metamat e outros órgãos. Por isso, a importância para nós também da pesquisa e principalmente do Ministério da Ciência e Tecnologia.

E, finalmente, não tão finalmente, porque dizem que, quando o político vai falar finalmente, tem mais dois assuntos ainda, a expansão da Rede Nacional de Pesquisa, da internet de alta velocidade em Mato Grosso, é uma demanda crucial para a melhoria da conectividade do estado. Essa expansão busca interligar unidades de ensino, que são a nossa Universidade Federal, a Universidade Federal de Rondonópolis e também a Universidade Estadual de Mato Grosso, promovendo uma infraestrutura de comunicação mais eficiente e abrangente. Aí eu pergunto: quais são os principais desafios envolvidos na conclusão da expansão dessa Rede Nacional de Pesquisa no meu Estado, especificamente, de Mato Grosso?

Concluindo ainda, Ministra, eu já estive com V. Exa. Mais uma vez, faço aqui o convite para que a gente tenha a presença da Ministra lá no Estado de Mato Grosso, em especial também para o nosso Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.

E aqui, mais uma vez, infelizmente, tenho que dizer que está prevista para este ano uma seca, no Pantanal, maior do que a registrada nos últimos 140 anos. Então já começou. Inclusive, ontem, o Estado do Mato Grosso do Sul já decretou estado de emergência, porque o Pantanal, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul... Nós temos um terço do Pantanal, dois terços são no Mato Grosso do Sul, mas é o mesmo bioma, então a preocupação é dos dois estados. Por isso, também gostaria que a senhora fizesse algum comentário sobre a questão do INPP, se já tem alguma coisa específica nesse foco, em função da situação da catástrofe que está previsto acontecer. Já começou queimada na época de chuva no Pantanal, um absurdo. O Rio Paraguai está completamente seco, e assim outros rios que banham ou que chegam ao Pantanal.

A gente fala hoje com boca cheia, no Mato Grosso, que somos o maior produtor de soja, já passamos a Argentina; somos o maior produtor de proteína animal; o maior produtor de algodão, respondemos por 80% da produção de algodão; e assim vai, outras produções agropecuárias. Mas tudo isso se dá principalmente no Cerrado.

E a Bacia do Paraguai é de todos os rios que nascem no Cerrado – que hoje é o forte da agricultura –, mas impactando diretamente no Pantanal.

Portanto, Ministra, o seu ministério é extremamente importante nesse momento para o Mato Grosso e principalmente para o Pantanal. Então, essa é alguma consideração. Mesmo que ainda não tenha um planejamento específico, eu me coloco à disposição, também, da Comissão de Meio Ambiente. Hoje, de manhã, discutimos muito isso com vários Senadores. Se for o caso, a gente, sob a sua liderança, poderá discutir essa questão em outro momento mais oportuno.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Senador Fernando Dueire, pois não, e aí encerramos as colocações.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para interpelar.) – A apresentação, Ministra, foi ampla e muito sólida, visitou pontos relevantes. O ministério tem – e ficou muito claro – uma política densa e programas focados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu gostaria de fazer também... O Wellington Fagundes aqui, o nosso Senador, colocou a questão do orçamento. Eu acho que é um item que precisa... Nós precisamos tê-lo bem elucidado, até para verificar como é que nós temos aqui condição, nesta Casa, de ajudar uma área tão importante.

Gostaria de registrar que uma coisa que me bateu fundo – eu não vou nem relatar os programas, porque os programas foram, claramente, e de forma objetiva, todos eles, bem visitados – foi a questão da transversalidade. A gente percebe que os programas não pecam com relação a apenas estarem dentro do ministério. Ele tem uma transversalidade com outros ministérios e com outras áreas de Governo. Eu acho que é assim que se trabalha. Na verdade, as ações rebatem outras competências.

O que a senhora deixou aqui muito claro é que, na verdade, essa preocupação é uma preocupação de integração para que, efetivamente, os programas que foram postos aconteçam na ponta.

Parabéns pela apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Ministra, por favor.

A SRA. LUCIANA SANTOS (Para expor.) – Izalci teve que sair, mas depois ele acompanha aqui a resposta à pergunta que ele fez sobre o Conhecimento Brasil.

Como eu estava falando, nós temos três tipos de abordagens para buscar os talentos que estão fora, o retorno de pesquisadores e de pesquisadoras. São chamadas públicas. A primeira delas é uma bolsa para quem está no exterior.

Eu visitei alguns deles. Qual é o problema? É que eles têm muitas diferenças, muitas especificidades. Alguns já passaram na universidade, constituíram família, outros foram para uma empresa privada. O que nós queremos é que essa inteligência funcione, em rede, para desafios brasileiros. Então, nós vamos garantir outro. Tem uma parte que topa voltar. Então, para esses, nós estamos fazendo uma chamada pública para que venham para os nossos ICTs, destacando uma linha de fomento, para que eles venham para o nosso instituto de pesquisa e voltem para trabalhar nesse Instituto de Pesquisa. Essa chamada pública será de R$200 milhões. Para esses que estão erradicados já no exterior, a gente tem essa chamada pública de R$800 milhões.

E há a subvenção econômica para empresas, porque também tem outro desafio: muitas empresas brasileiras, pela especificidade, por ser conhecimento de fronteira, muitas delas são... dentro do próprio Brasil, por outras empresas estrangeiras, que vão atrás de nossos engenheiros. É um pouco o que aconteceu com a Ceitec. No caso da Ceitec foi porque ela foi liquidada. Então, outras empresas estrangeiras absorveram nossos engenheiros. Mas existem outros casos. Então, nós vamos ter uma chamada pública de R$500 milhões para empresas grandes e médias brasileiras poderem concorrer com esse ataque de empresas estrangeiras que levam os nossos cérebros.

Então, são três tipos de abordagens: os que vão ficar, os que querem voltar e os que estão aqui nas empresas, para que não sejam atraídos por outras empresas mesmo aqui no Brasil.

Então, isso é uma coisa.

O Senador Izalci perguntou também sobre a contrapartida para os estados. Eu já tinha falado um pouco aqui anteriormente. Eles estarão dentro do Programa Proinfra, que é aquele mais robusto. É ali que nós vamos, a cada real, no caso do Nordeste, triplicar, e Centro-Oeste; no caso do Norte, quadruplicar – não é isso, Luis? –; e, no Sudeste e no Sul, já é uma política diferente, porque já têm um sistema nacional bastante robusto, ou já têm infraestrutura, melhor dizendo, bastante robusta.

O concurso abarcou, sim, as unidades de pesquisa. Aliás, nós reduzimos a área-meio para possibilitar mais pesquisadores, pesquisadoras, técnicos na ponta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto às outras questões, como a Lei do Bem, como o Senador Izalci destacou aqui, nós a estamos, exatamente, acompanhando para que ela possa se consolidar, porque é também uma lei muito eficaz. É um caso de sucesso.

A Senadora Teresa Leitão realçou essa questão da transversalidade. Isso para nós é um princípio, um convencimento que nós temos, até porque a ciência está em todo lugar e nós precisamos dispor dessa produção científica, que é inconteste no Brasil – nós somos o 13º no *ranking* do mundo em publicação de *papers* –, mas nós precisamos fazer com que essa inteligência e esse conhecimento resolvam os problemas da população, vão para o setor industrial, vão para as políticas públicas, vão solucionar o dia a dia do povo brasileiro. A ciência existe para isso, para resolver as questões do dia a dia da população.

A Senadora também destaca essa questão da IA, da inteligência artificial. De fato, ela pode ser, e é, uma oportunidade, mas pode ser risco, e por isso mesmo nós precisamos ter a capacidade de regulamentá-la. O Brasil foi protagonista em muitas coisas, entre elas –, eu tive a oportunidade, na época, de ver ser aprovado, no Parlamento brasileiro, de vivenciar isso –, o marco civil da internet, que até hoje é uma espécie de constituição do marco civil da internet, mas que precisa ser regulamentado. Então, a neutralidade da rede, a privacidade de algumas questões das pessoas, a privacidade das pessoas na internet; há uma série de questões que estão previstas no marco civil, mas que a gente precisa regulamentar. Ainda mais com o fenômeno da IA, que ganha outra dimensão e outra complexidade, mais do que nunca.

O Senador Rodrigo Cunha destaca essa questão de chegar banda larga, conexão em alta velocidade, como o Presidente também destacou. E nós estamos, cada vez mais – conversei recentemente com o Ministro Juscelino –, colocando a nossa Finep à disposição para ajudar a operar o recurso do Fust. Eu fui do tempo, Senador, em que todos os dias eu fazia esse discurso: "Os recursos do Fust têm que ir para a banda larga". Finalmente, o Fust está aí disponível, e nós precisamos exatamente debater essa possibilidade de fazer um bem-bolado, um arranjo institucional a que a gente se some e possa ajudar nesse recurso disponível para dar velocidade e escala a algo que é tão estruturante, tão necessário para a economia e para a própria formação do povo brasileiro.

Ao Senador Wellington Fagundes, que também já tive, assim como o Rodrigo, a oportunidade de receber lá no Ministério, e a todos os outros aqui, eu estou devendo a visita lá ao Mato Grosso. Essa questão dos parques tecnológicos é uma prioridade para a gente. Nós fizemos, no ano passado, um edital de R$540 milhões que foram investidos; já foi concluído. Foram 48 parques... Foram 19 novos parques e 23 que já estavam em operação, que receberam mais recursos para poder continuar suas funções e seu papel.

Então, nós estamos construindo para dar mais robustez ainda, pela importância estratégica que os parques tecnológicos têm, porque eles são capazes de ajudar a criar empreendedorismo, a garantir iniciativa privada nisso, garantir *startups*. É através desses parques tecnológicos que nós temos empresas que entraram no mercado com R$1 bilhão, os chamados unicórnios, que são frutos desses parques tecnológicos, e nós temos casos de sucesso no Brasil. E ela é exatamente um tipo de política pública da ciência e tecnologia que associa a produção das universidades e dos institutos ao empreendedorismo, às empresas, à iniciativa privada. Então, nós estamos construindo um programa com a Finep e o BNDES para apoiar novos parques, e com certeza nós vamos dar conta de uma escala diferenciada exatamente para poder atender ao que a gente tem de represado ainda, de solicitação de investimentos em constituição de novos parques. Mas, no ano passado, nós já constituímos 19 novos parques no Brasil. Além disso, a gente tem também uma plataforma inovadora, que se chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Plataforma InovaData-BR, que é para mapeamento desses parques, que estão bem espalhados pelo país e que precisam de apoio do poder público.

A mineração é um outro assunto estratégico, ainda mais porque nós temos esses minerais críticos que cada vez mais são essenciais, seja para a indústria de TI, seja para a matriz energética, seja para novos materiais... E nós estamos também acompanhando de perto as necessárias reformas, até de marcos legais, para possibilitar mais recursos e fundos para o nosso Cetem. O nosso centro fica no Rio de Janeiro, mas nós temos toda a... O funcionamento em rede, para nós, é um pressuposto. Nós estamos convictos de que a produção científica ganha muito mais robustez quando é feita em rede – isso é uma política pública estruturante para a produção de conhecimento.

Então, nos interessa essa rede nacional e nos interessa o enfrentamento da desigualdade regional. Contem conosco nesse esforço de a gente poder, a partir do Cetem, criar unidades – ou redes, na verdade, baseadas nos institutos – para poder aprimorar o diagnóstico e as potencialidades de Mato Grosso.

Sobre os institutos de pesquisa, anteontem mesmo o Governador do Espírito Santo me fez uma cobrança – não do Instituto Nacional da Mata Atlântica, porque o Governador já disponibilizou um terreno...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Para aproveitar, na sua resposta, Ministra, uma coisa que me traz uma certa indagação – acho que é a palavra mais correta –: pela legislação, os institutos têm que ser geridos pelos pesquisadores, e a gente sabe que a função do instituto também é buscar parcerias com a iniciativa privada, o que não é o foco do pesquisador normalmente – é difícil encontrar um pesquisador que tenha essa vocação de ser um administrador. Eu queria perguntar e até ver se é possível ter alguma mudança nessa legislação, porque a gente percebe que o próprio pesquisador fala: "Não, eu sou pesquisador; eu não quero fazer gestão".

Então, eu queria uma consideração de V. Exa. nesse aspecto.

A SRA. LUCIANA SANTOS – Senador, eu também, quando exerci o mandato de Deputada, tive a oportunidade de acompanhar o debate do marco legal da ciência e tecnologia. Ele é lei no Brasil e existe exatamente para poder flexibilizar compra pública; flexibilizar importação de equipamentos; flexibilizar a interação das universidades e dos institutos com a iniciativa privada; para poder adequar as características e os perfis disso, que é até cultural no Brasil, de o cidadão fazer o concurso público, ou a cidadã, para dedicação exclusiva na universidade – pressuposto que fez com que as nossas universidades tivessem essa excelência que nós temos hoje –, o que muitas vezes impede essa relação, essa interseção tão necessária com iniciativas de empreendimentos, para que aquele conhecimento sirva para solucionar objetivamente ali aquele determinado desafio. Então, no marco civil é previsto esse tipo de flexibilidade de intercessão.

Às vezes, acontece de um professor de dedicação exclusiva também gostar de ser empreendedor – nós temos vários exemplos disso no país –, mas o marco civil possibilita este tipo de situação: mesmo aquele professor pesquisador que não tem a vocação para empreendedorismo pode se associar a um tipo de iniciativa privada, seja ela *startup*, seja ela incubadora, seja ela aceleradora... E nós temos vários mecanismos e programas que vão nessa direção. O Centelha é um, em que a gente manda recursos para a fundação ajudar a financiar e iniciar empreendedorismo; nós temos o Conecta Startup Brasil; nós temos um conjunto de iniciativas que vão na direção de ajudar o pesquisador a se integrar.

Sobre o Instituto Pantanal, nós vamos... É preciso a gente observar e ir ao encontro daquilo que a gente está dizendo ali, da bioeconomia, da biodiversidade, e isso só é possível com pesquisa. Então, nós temos que garantir que institutos específicos que estudam determinado bioma brasileiro nos ajudem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na bioeconomia. Por isso, lá atrás, ainda no ciclo político anterior, quando, por exemplo, Eduardo Campos, pernambucano, foi ministro, foi feito o Insa (Instituto Nacional Pesquisa do Semiárido). Nós temos o Instituto Mamirauá e o Museu Emílio Goeldi, além das universidades, no Amazonas. Agora, existe o CBA (Centro de Bionegócios da Amazônia). Ou seja, nós precisamos, sim, e nós temos e vamos – assim como o instituto dos oceanos, com que nós acabamos de fazer o contrato de gestão no Rio de Janeiro, na COP do Rio –, nós estamos criando especificamente editais para ajudar na conformação desses institutos.

Aí vai ser dentro do fundo – é, Luís? – aqueles do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA SANTOS – E inclui os institutos.

Mas, Senador, nós vamos, sim, dar atenção pela importância estratégica que tem o Pantanal, para poder dar conta desse grande desafio brasileiro, que é ajudar a potencializar a nossa bioeconomia.

E, quanto à questão do fenômeno climático, a mesma coisa: o nosso Cemaden está no lance, numa ação de Governo, junto à Casa Civil, que comanda... É claro que a gente fica correndo atrás das situações mais críticas, mas nós temos toda uma ação voltada para esses eventos extremos, numa perspectiva de o Cemaden chegar junto e ajudar lá o Governo do Mato Grosso. Inclusive, o Governador estava presente na reunião que foi feita pela Casa Civil, 15 dias atrás, que tratava do assunto dos eventos extremos.

E, por fim, quero mais uma vez agradecer... Quer dizer, tem aqui um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete... Ou é melhor encaminhar, Presidente? Porque eu podia falar aqui – sete... Tem mais, tem mais; tem sete...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Claro. Tem várias. Eu vou fazer o seguinte, Ministra, se me permitir...

A SRA. LUCIANA SANTOS – Algumas perguntas aqui eu considero que são recorrentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Foram respondidas, sim.

A SRA. LUCIANA SANTOS – Sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezesseis.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Eu quero agradecer ao Rafael, do Rio de Janeiro...

A SRA. LUCIANA SANTOS – Eu queria agradecer mais uma vez ao Senador Fernando Dueire pelas palavras de apoio e de mobilização junto ao ministério, para nos ajudar, assim como também à Senadora Teresa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Leitão.

A SRA. LUCIANA SANTOS – ...Teresa Leitão – eu já ia chamar de Teresa Dueire, porque a irmã dele é Teresa Dueire e foi Deputada comigo lá na Assembleia – a Teresa Leitão, o Fernando e... É isso.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não. Foi um prazer, Ministra.

A SRA. LUCIANA SANTOS – Estamos aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado à senhora.

Eu quero agradecer ao Raphael, do Rio de Janeiro; ao Alexandre, de São Paulo; ao Igor, do Rio Grande do Sul; ao Dhennifi, do Pará; ao Milton; ao Francisco, de Pernambuco; ao Humberto, do Rio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro; ao Antônio, de São Paulo; ao Carlos, do Rio Grande do Sul; ao Jonatas, do Rio; ao Pedro, de Santa Catarina; ao Gabriel, do Amazonas; ao Miguel, meu conterrâneo, de Minas Gerais; ao Pedro Henrique, de Goiás; ao Sady, do Rio Grande do Sul; e ao Gerson, que fez aqui um comentário muito interessante: "[...] [Sugiro a] adoção de uma política forte de aquisição e manutenção de equipamentos de pesquisa em conjunto com órgãos como Finep e BNDES" – obrigado, Gerson.

Quanto às demais perguntas, eu vou combinar com a nossa assessoria aqui da Comissão de buscar os *e-mails*, e a Ministra encaminhará à sua assessoria também, quem sabe, uma resposta para cada um deles aqui. Refiro-me àquelas perguntas que não foram respondidos, porque, boa parte aqui, inclusive, já foi respondida. Por exemplo, do Pedro, de Santa Catarina: "Quais medidas estão sendo tomadas para evitar a fuga de cérebros? Nossos cientistas têm que ser valorizados". Já há um programa muito grande em relação a isso, a expansão das Olimpíadas do Conhecimento. Há várias que já foram aqui elencadas; as que não, acredito que a assessoria que acompanhou a Ministra Luciana poderá responder.

Mais uma vez, meu agradecimento a todos os participantes.

Obrigado, Ministra Luciana, pela exposição. Desejo muito sucesso.

Como disse bem o Senador Rodrigo Cunha, nós estamos aqui pelo desenvolvimento da pesquisa em nosso país. É o momento de todos estarmos unidos em busca desse financiamento, do incentivo, da valorização dos nossos cérebros, para que a gente possa fazer avançar. E a senhora tem uma grande responsabilidade. Aqui, pela exposição, eu percebo que está muito bem cercada pela equipe e tem uma noção muito clara de como conduzir a pasta.

Meus parabéns! Muito obrigado.

Esta Comissão está sempre à disposição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os senhores e as senhoras presentes.

(Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dez minutos do dia dezessete de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Jussara Lima, Beto Faro, Sérgio Petecão, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Hamilton Mourão, Professora Dorinha Seabra, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Flávio Arns e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues e Marcos Rogério. Deixam de comparecer os Senadores Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho e Dr. Hiran, conforme os Requerimentos nº 280, 243, 246, 206, 238 e 241/2024-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 4ª, 5ª e 6ª reuniões, que são aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 4364, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), para incluir regras de consolidação e fomento à adoção de medidas para mitigação e para remoção de gases de efeito estufa." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado nº 88, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui a Frente Parlamentar Mista em favor das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e 2-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 6172, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Confúcio Moura. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 7, de 2024,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema “CONECTA e CAPACITA”, nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil"." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 8, de 2024,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema “CEITEC”, nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil". **Autoria:** Senador Fernando Dueire

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(MDB/PE). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 6, de 2024,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação", a ser realizada no período de 4 a 6 de junho de 2024, na cidade de Brasília, Distrito Federal." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Os Senadores Carlos Viana e Rodrigo Cunha fazem uso da palavra ao término da reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=12392

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom dia a todos os senhores e senhoras presentes, meu bom dia aos que nos acompanham pelas redes sociais do Senado Federal.

Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 4ª, 5ª e 6ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no diário oficial, o *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião se destina à apreciação de matérias não terminativas que serão votadas pelo processo simbólico.

Meu bom dia ao Senador Fernando Dueire, que está presente sempre conosco aqui, companheiro de todas as horas.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 4364, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), para incluir regras de consolidação e fomento à adoção de medidas para mitigação e para remoção de gases de efeito estufa.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Meio Ambiente após a deliberação da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra para a leitura do relatório, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Querido Presidente Carlos Viana, Srs. Senadores, Senadoras, senhoras e senhores, o projeto é composto por dois artigos. Como V. Exa. falou agora, é o Projeto de Lei 4.364, de 2023.

O art. 1º insere o dispositivo à Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, lei que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, prevendo, em seus incisos, um rol de ações prioritárias, entre os agentes e entes federados, de apoio à mitigação e remoção de gases de efeito estufa na atmosfera.

Nesse rol, temos as seguintes ações:

i) apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de energias renováveis e promoção da eficiência energética; ii) restauração e recuperação da vegetação nativa em áreas prioritárias para os recursos hídricos, a biodiversidade e para a melhor remoção de gases estufa; iii) controle, prevenção e compensação do desmatamento; iv) valorização do capital natural por meio de pagamentos por serviços ambientais; v) políticas públicas e ações do setor privado para ganho de escala em técnicas agrícolas de baixo carbono; vi) sistemas de transporte urbano e rodoviário baseados em energias renováveis; e vii) desenvolvimento tecnológico no setor industrial para viabilizar técnicas de baixo carbono.

O art. 2º do projeto traz a cláusula de vigência imediata.

Na justificação, Sr. Presidente, o autor destaca que o objetivo da proposição é aprimorar a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de modo a orientar a atuação do poder público a partir de uma lista de ações prioritárias de mitigação e remoção de gases de efeito estufa.

O projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalmente adequado, e de técnicas legislativas.

Em relação ao mérito, nossa conclusão é que a proposição é necessária, sendo benéfica ao interesse público e extremamente oportuna.

Destacamos o inciso V do art. 5º-A, que prevê políticas públicas direcionadas ao ganho de escala das técnicas agrícolas de baixo carbono. O mesmo destaque se aplica ao inciso VII para o setor industrial.

A transição para uma economia de baixo carbono requer mudanças na estrutura produtiva, de modo que técnicas mais poluentes sejam substituídas por técnicas e tecnologias com menor pegada de carbono.

Portanto, eu me dirijo ao voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 4.364, de 2023.

Assim sendo, era o que tinha para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador, pelo primeiro relatório. Teremos quatro.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 2
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 88, DE 2023
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Institui a Frente Parlamentar Mista em favor das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento.
Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.
Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal após a deliberação da CCT.*

Também Relator o Senador Fernando Dueire.

Concedo a palavra, para a leitura do relatório.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 88, de 2023, de autoria do eminente e querido Senador Astronauta Marcos Pontes, que institui a Frente Parlamentar Mista em favor das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento.

A frente tem como objetivo:

i) realizar eventos e ações para divulgar as olimpíadas científicas; ii) estabelecer estratégias para ampliar o alcance e a conscientização sobre a relevância das competições para os jovens; iii) valorizar as olimpíadas como instrumento de incentivo à pesquisa e à inovação; e iv) acompanhar e monitorar o orçamento público para ampliar os recursos destinados às olimpíadas científicas e de conhecimento.

O projeto ainda autoriza a articulação da frente junto aos órgãos governamentais, entidades científicas, instituições de ensino e da sociedade civil.

A frente, segundo o autor, é necessária para criar estratégias efetivas de promoção, divulgação e incentivo à participação dos estudantes nessas competições, de modo a preparar uma nova geração de profissionais qualificados e engajados na produção de conhecimento e inovação.

Dirijo-me ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 88, de 2023, com duas emendas.

A primeira apenas para prever que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados colaborarão com as atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar em favor das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento, desde que não implique em gastos extras às Casas Legislativas. E a segunda emenda apenas para uma correção redacional, ambas já divulgadas no presente relatório.

Era o que eu tinha a relatar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal.

Comunico a todos que o item 3, PL 6.172, de 2023, Relator Senador Confúcio Moura, foi retirado de pauta a pedido do Relator, que se encontra em outro compromisso em outra Comissão. Ficará para apreciação futura.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 6172, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.*)

Item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 7, DE 2024
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "CONECTA e CAPACITA", nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil".

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Está também com o Senador Fernando Dueire. Concedo a palavra para a leitura, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sr. Senador eminente e querido Rodrigo, apresentei o Requerimento nº 7, de 2024, à CCT, para solicitar a realização de audiências públicas, Sr. Presidente, com o objetivo de debater o tema "Conecta e Capacita", nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil".

No presente requerimento, recomendamos as seguintes audiências:

Audiência pública nº 1: Panorama da escassez de profissionais de TI no Brasil – Delimitação dos desafios e impactos sobre a inovação;

Audiência nº 2: Programa Conecta e Capacita – Potencialidades, resultados parciais e desafios da política pública;

Audiência nº 3: Programa Conecta e Capacita – Desafios e potenciais aportes legislativos ao programa.

A sugestão de convidados para as respectivas audiências públicas consta na íntegra do presente requerimento.

Isso posto, Sr. Presidente, peço aos meus pares o apoio para que o presente requerimento seja aprovado, de forma a que nós possamos dar continuidade ao nosso trabalho.

Era o que tinha a propor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado.

E parabéns pelo requerimento!

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco-o em votação.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

O item 6 – vamos pular aqui e dar uma folga à voz do...

Item 6.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 6, DE 2024
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a "V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação", a ser realizada no período de 4 a 6 de junho de 2024, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL)

Requerimento nº 6, de 2024, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, jovem brilhante das nossas Alagoas!

Seja muito bem-vindo aqui!

Concedo a palavra para a leitura do requerimento, Líder.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para encaminhar.) – Presidente Carlos Viana, esta Comissão aqui tem várias atribuições, dentre elas, a principal é tornar de conhecimento de toda a Casa, do Senado Federal as atuações que refletem diretamente na inovação da tecnologia e na busca por fomentar esses temas Brasil afora.

Então, nós temos uma semana muito especial no Brasil que é a da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e, conversando com a Ministra da Ciência e Tecnologia, ela demonstrou a importância de se trazer este assunto para dentro do Senado Federal e buscar uma parceria não só na divulgação, mas na própria formatação do evento em si. Isso se dando através de uma audiência pública, em que buscaremos aqui, já neste momento, trazer esses temas que são transversais a várias outras áreas para discussão no Senado Federal.

Então, a proposta aqui é, de fato, que seja realizada uma audiência pública com o objetivo de debater essa semana de uma conferência, que a cada ano tem de crescer de maneira escalonada. Não pode ser algo só de faz de conta, não pode ser algo só protocolar, mas, sim, ser algo que as pessoas no Brasil inteiro saibam que existe e que seja motivo de inspiração para que os estados também realizem suas conferências neste tema sobre que nós aqui nos debruçamos diariamente, que é inovação, ciência e tecnologia.

Por isso, eu apresentei este requerimento para que possamos, antes da realização em junho, que já é a semana da conferência, trazer o Senado como parceiro do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco-o em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Parabéns pela proposta, Senador Rodrigo Cunha!

Nosso item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 8, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o tema "CEITEC", nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil".

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

Requerimento nº 8, de 2024, do Senador Fernando Dueire.

Com a palavra, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, apresentei o Requerimento nº 8, de 2024, à CCT para solicitar a realização de audiências públicas com o objetivo de debater o tema Ceitec, nos moldes do Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública na área do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil".

No presente requerimento, recomendamos as seguintes audiências:

Audiência Pública nº 1: Perspectivas para a indústria mundial de semicondutores, iniciativas internacionais e indústria brasileira;

Audiência Pública nº 2: Ceitec, determinantes da decisão de liquidação e prognóstico atual.

A sugestão de convidados para as respectivas audiências públicas consta na íntegra do presente requerimento.

Isso posto, peço aos meus pares o apoio para que o presente requerimento seja aprovado por esta Comissão.

Presidente, nós conversamos muito sobre esse assunto. Na pandemia, o mundo e o Brasil sofreram muito com a questão dos semicondutores, e o problema recente em Taiwan, responsável por 65% da produção de semicondutores, nos leva e nos remete à mesma reflexão do que ocorreu na pandemia do covid-19.

O Estado brasileiro tem uma indústria no Rio Grande do Sul, a Ceitec, que estava indo para a liquidação, e nós precisamos rediscutir isso. E o senhor, sempre atento a esse assunto, como o Senador Rodrigo Cunha, fará com que nós possamos colocar um canhão de luz neste assunto, quem sabe, para buscarmos no futuro a independência brasileira nesse produto.

É o que eu tinha que apresentar e peço aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

Consulto se há quem queira usar da palavra. (*Pausa.*)

Vou encaminhar a votação.

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Complementando a fala de V. Exa., o mais importante que nós precisamos retomar no Brasil, e eu vejo isso há muitos anos... nós tivemos um período militar de exceção em que o país foi comandado pelas Forças Armadas, e não há de se dizer que nós devamos voltar em qualquer momento. Eu fui militar durante o período da ditadura, por dois anos eu estava no Exército e sei quanto mal faz ao país você não ter a liberdade de poder... Então, a democracia é uma joia preciosa.

Mas há um ponto em que a gente precisa parar e pensar: durante o período militar, nós tivemos o planejamento estratégico do país. Nasceram os setores da Defesa, a Avibras, nasceu a Embraer, nasceram uma série de tecnologias novas que começamos... Por quê? É a visão sobre como colocar o Brasil na fronteira do conhecimento e do desenvolvimento.

Quando os militares se afastaram, pela questão da história retomada, nós perdemos essa via de planejarmos o Brasil. Aqui nós, a cada ano, como se diz em Minas Gerais, economizamos o almoço para poder jantar. E a gente não tem uma visão de país estratégica.

E, nessas viagens que o Senado tem me proporcionado – e também aos senhores –, é que a gente percebe o quanto nós perdemos em todos os aspectos. Primeiro, a qualidade de vida das nossas cidades. O mundo se preocupa hoje com cidades sustentáveis, cidades onde os pedestres tenham mais condição de caminhar, de se sentirem parte da cidade; a preocupação com a questão da energia limpa, a redução do carbono. Isso tudo faz parte de uma grande discussão mundial sobre qualidade de vida. E a questão da nova riqueza: nós ainda estamos muito na questão do agro, que é fundamental para nós, somos capazes, mas nós estamos perdendo espaço na tecnologia e principalmente na tecnologia da informação.

Os senhores vejam bem, na semana passada, recebemos aqui a Ministra. Qual é o nosso grande gargalo? Visão sobre financiamento. Nós não temos financiamento suficiente para pesquisas. O Governo quer trazer... vem uma proposta muito boa: nós vamos trazer os cientistas de volta com R$1 bilhão. Mas de onde virá esse dinheiro?

Agora nós já temos aí a notícia de que aquilo que sabíamos, eu como membro do Orçamento... O Governo vai ter que cortar R$51 bilhões para poder tentar fazer... Já desanimou do ajuste. Isso não é bom.

Então é a nossa visão.

Essa questão dessa fábrica, dessa empresa de *chip* eletrônico: por muito pouco ela não foi entregue por nada – por muito pouco –, numa visão... E eu fui contra, porque eu fui Vice-Líder do Governo. Eu tenho que dizer que eu fui contra.

Veja a Embraer: eu que gosto e trabalho no ramo da aviação há muitos anos, lido na aviação há muitos anos, sei o quanto a Embraer é respeitada fora do Brasil, e essa empresa por muito pouco não foi entregue para os ingleses se não fosse a teimosia de um ex-Presidente chamado Itamar Franco, que botou o pé e falou: "Não, espere aí, isso aqui é um projeto importante!". É uma das poucas oportunidades que nós temos de mercado internacional de tecnologia. Nós não temos mais. O que mais nós temos para oferecer em termos de produtos de ponta numa linguagem mundial?

Então estamos tentando fazer o caça Gripen, que enfrenta também problemas de orçamento porque a visão é a seguinte: "Nós estamos investindo na guerra". Não, a visão é a visão de defesa. Nós precisamos ter uma indústria de defesa do país. Está aí a Guiana que é um exemplo, um país pequeno que de repente está numa corrida do ouro e sendo ameaçado por um tirano, um ditador que já até criou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

um estado com metade do território a que ele não tem direito algum. Esses dias, o Governo de Curaçao nos procurou aqui no Brasil, porque eles têm interesses numa série de eventos conosco de importação de alimentos. Eles estavam dizendo: "Nossa preocupação com a Venezuela é que, se ele pegar a Guiana, daqui a pouco ele vai dizer que nós, Curaçao, também somos parte da Venezuela". San Martin, aquela região toda das Antilhas, ele vai dizer: "Não, isso aí é meu também". O mundo não pode aceitar isso.

Então, o Brasil tem que ter uma indústria de defesa muito forte, que é indústria de tecnologia. Mas não, nós aqui infelizmente economizamos o almoço para poder ter a janta. Isso nos entristece, porque a gente tem ciência e tecnologia e tem uma visão de futuro, mas não somos acompanhados. Mas vamos fazer o nosso trabalho: nós estamos aqui para defender.

Muito obrigado.

Algum... (*Pausa.*)

Pois não, Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Pela ordem.) – Presidente Carlos Viana, eu acompanhei atentamente a fala de V. Exa., e aqui eu não posso também ouvir e não chamar à nossa responsabilidade como Senado Federal. Pegando um trecho específico em que V. Exa. mencionou a dificuldade do Ministério de Ciência e Tecnologia quando se fala em investimentos em recursos, vamos olhar também para o Senado Federal, em que esta Comissão de Ciência e Tecnologia também perde uma oportunidade de contribuir, através dos recursos das emendas de Comissão, por uma decisão interna da Casa. Então é inaceitável também que o Senado Federal deixe escapar essas oportunidades.

Tenho certeza de que, na condução de V. Exa., como já foi no início do ano passado, os recursos destinados por esta Comissão trarão necessariamente não só o ímpeto de que cada Senador invista cada vez mais em tecnologia e inovação, mas trarão também a esta Casa a responsabilidade de olhar para o futuro. Fazer leis sobre tecnologia já não é fácil, mas destinar recursos, que é uma das nossas atribuições aqui, principalmente nesta nova fase em que a emenda de Comissão tem outro caráter, isso foi realmente uma perda muito grande, com a qual nós não vamos nos conformar, não só para levantar voz, mas também para atuar.

E aqui eu quero dar um exemplo de como é importante ter recursos, principalmente quando eles já são direcionados especificamente para a área da tecnologia. Além da emenda de Comissão com a qual a CCT fez uma destinação para o Hospital de Amor, que é o hospital de Barretos, a maior referência na América Latina em prevenção, tratamento e combate ao câncer, que tem um laboratório fantástico, nós conseguimos ali investir R$5 milhões em pesquisa e inovação para melhoria dos tratamentos, principalmente direcionados à criança.

Além disso, particularmente, como Senador, eu consegui destinar R$5 milhões para a Santa Casa, em Maceió. E olha só a diferença que faz um recurso bem aplicado em tecnologia. Com esse recurso, uma parte desse recurso, houve o *upgrade* em um equipamento específico que trata de câncer, que faz a radioterapia. E diminuiu de trinta e cinco sessões para cinco sessões a necessidade daquele paciente. Então, imagine uma criança que tem que passar 35 vezes por aquela situação de sair da sua casa, de receber um tratamento de radioterapia e passou a ir quatro, cinco vezes. É melhoria de qualidade de trabalho para os médicos, é economia e é principalmente melhoria de qualidade de vida dos pacientes. Então esse relato é atestado cientificamente: a criança deixar de ir trinta e cinco vezes para ir quatro vezes e ter a mesma ou melhor condição de ter cura, através do investimento em tecnologia.

Então, nós temos sempre que abrir os olhos também dos Senadores e desta Casa – nesse caso específico, da própria Presidência do Senado – para que no próximo ano – que já é esse ano agora – a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente não venha novamente a ficar sem recursos para serem destinados por esta Comissão específica através das emendas de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Meu agradecimento a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Alan Rick, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Janaína Farias, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Damares Alves, Hamilton Mourão, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Dr. Hiran. Deixa de comparecer o Senador Efraim Filho, conforme REQ nº 258/2024-Cdir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União: Aviso n° 134-GP/TCU encaminhando cópia do Acórdão n° 240/2024 proferido no processo que trata de acompanhamento realizado na modalidade operacional com o objetivo de fiscalizar a estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, autarquia federal criada pela Lei 14.222, de 15/10/2021; Aviso n° 171-GP/TCU, encaminhando cópia do Acórdão n° 390/2024, proferido no processo que trata de levantamento sobre a macroestrutura atual de governança de dados no âmbito da administração pública federal; Aviso n° 251-GP/TCU, encaminhando cópia do Acórdão n° 616/2024, proferido no processo que trata de acompanhamento com o objetivo de avaliar iniciativas e comunicar riscos à implementação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, inclusive provenientes de regulação do tema e seus impactos nos setores público e privado. Os expedientes lidos serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise das matérias por esta Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Cópia do Aviso nº 251 - GP/TCU será encaminhada à Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3650, de 2023 - Terminativo** - que: "Institui o Mês Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento a ser celebrado, anualmente, no mês de julho." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 6172, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 6120, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, a avaliação e o controle do risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente; e dá outras providências." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CCT. **Observação:** O relator "ad hoc", Senador Fernando Dueire, oferece parecer favorável à Emenda nº 1, de autoria do Senador Dr. Hiran. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 4, de 2024,** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de discutir os desafios do ensino médico no Brasil, incluindo o crescimento no número de escolas médicas, a qualidade do ensino, a atuação interprofissional na competência médica e o papel da tecnologia na medicina." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Fernando Dueire. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 5, de 2024,** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater os desafios e perspectivas para a atual situação do financiamento das Universidades Federais, programas de Pós-graduação e o fomento à pesquisa no Brasil." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento, subscrito pela Senadora Damares Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/124145

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Expediente.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

- Aviso nº 134 - GP/TCU encaminhando cópia do Acórdão nº 240/2024 proferido no processo que trata de acompanhamento realizado na modalidade operacional com o objetivo de fiscalizar a estruturação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, autarquia federal criada pela Lei 14.222, de 15/10/2021;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Aviso nº 171 - GP/TCU, encaminhando cópia do Acórdão nº 390/2024, proferido no processo que trata de levantamento sobre a macroestrutura atual de governança de dados no âmbito da administração pública federal;

- Aviso nº 251 - GP/TCU, encaminhando cópia do Acórdão nº 616/2024, proferido no processo que trata de acompanhamento com o objetivo de avaliar iniciativas e comunicar riscos à implementação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial, inclusive provenientes de regulação do tema e seus impactos nos setores público e privado.

Os expedientes lidos serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise das matérias por esta Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Cópia do Aviso nº 251 - GP/TCU será encaminhada à Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil.

Apenas para esclarecer os Srs. Senadores, um desses ofícios com relação à questão do controle nuclear em nosso país, da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, é sobre a não indicação ainda, por parte do Governo, do presidente da comissão, do Diretor-Geral. O Governo Federal precisa, com a maior urgência, encaminhar um nome. Aqui, o TCU nos avisa sobre os prejuízos e os problemas que estão sendo causados pela ausência de decisões do Governo em relação à agência.

Informo que os itens 2 a 5, não terminativos, serão votados pelo processo simbólico e o item 1, terminativo, será votado nominalmente com a abertura do painel eletrônico.

Nós vamos deixar a votação para o encerramento da reunião.

Já peço aos assessores que estão nos acompanhando nos gabinetes que informem aos Srs. Senadores que teremos essa votação nominal assim que todas as outras simbólicas forem votadas e resolvidas aqui dentro da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 3650, DE 2023
- Terminativo -

Institui o Mês Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento a ser celebrado, anualmente, no mês de julho.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra, para a leitura do relatório, Senador.

Bom dia, Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Bom dia, Presidente Carlos Viana, Senador Carlos Viana.

Em primeiro lugar, renovo meus cumprimentos de admiração e apreço por V. Exa.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, submete-se à deliberação da presente Comissão, CCT, em caráter exclusivo e terminativo, o Projeto de Lei 3.650, de 2023, de autoria do Exmo. Sr. Senador Astronauta Marcos Pontes, o qual propõe que seja instituído o Mês Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O mês escolhido, Sr. Presidente, remete ao dia 20 de julho de 1981, quando o jovem Nicolau Corção Saldanha, contando na época com apenas 17 anos, conquistou a histórica primeira medalha de ouro brasileira na Olimpíada Internacional de Matemática, nos Estados Unidos da América. Esse importante acontecimento inspirou e ainda inspira milhares de jovens a participarem das mais de 80 competições atualmente existentes no Brasil.

O projeto atende os requisitos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e de adequada técnica legislativa.

Destacamos que, quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada da comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública na Comissão de Educação e Cultura, no dia 24 de agosto de 2023, para discutir a proposta de instituir a data. Dela participaram coordenadores de diversas olimpíadas nacionais e medalhistas olímpicos, e todos foram unânimes em corroborar a importância dessa iniciativa.

Em relação ao mérito, a instituição do mês designado para divulgar, promover e valorizar as olimpíadas científicas e do conhecimento é fundamental como ferramenta de incentivo à pesquisa e à inovação. Ao despertar o interesse dos estudantes pela ciência e pela tecnologia, transformam-se vidas e abrem-se portas de novas oportunidades, contribuindo para a formação de jovens talentos e para o desenvolvimento do país, razão pela qual consideramos pertinente a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, plenamente favoráveis a essa iniciativa parlamentar.

Encaminho o voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 3.650, de 2023.

Era o que eu tinha que relatar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Trata-se de uma votação nominal. Voltará ao final para a abertura do painel.

Item 2: PL 6.172, de 2023, do Senador Confúcio Moura. (*Pausa.*)

Ele está a caminho, então vamos ao item 3 da pauta, em que vou pedir aqui ao Senador Fernando Dueire para que possa ser o nosso Relator *ad hoc*.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 6120, DE 2019
- Não terminativo -

Estabelece o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, a avaliação e o controle do risco das substâncias químicas utilizadas, produzidas ou importadas, no território nacional, com o objetivo de minimizar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. O senador Dr. Hiran apresenta a Emenda nº 1 em 23/04/2024 (pendente de parecer);

2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Meio Ambiente após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Beto Faro, que entrou em contato conosco e pediu um Relator *ad hoc*. Eu peço ao Senador Fernando Dueire que faça a leitura do relatório por gentileza.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a designação para Relator *ad hoc* e, saudando os demais membros desta Comissão, registro que o relatório já foi divulgado na íntegra com a devida antecedência. Portanto, Sr. Presidente, peço licença para irmos direto ao voto.

Relatório lido e sendo de conhecimento prévio de todos os membros desta Comissão, encaminho, colocando que, em razão do que foi apresentado, o nosso voto, o voto do Relator é pela aprovação do Projeto de Lei 6.120, de 2019. Portanto, agradeço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Só para constar, Senador Fernando Dueire, temos aqui a emenda...

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Com emenda, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Ah, sim, pois não.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Isso, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Com a emenda acatada para o relatório.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Isso, isso, com a emenda acatada pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Lido o relatório.

Aprovado com a Emenda nº 1, do Senador Dr. Hiran.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Com a aprovação da proposição por esta Comissão, pedimos a V. Exa. e aos pares o instituto da urgência, de modo que a matéria possa ser apreciada ainda hoje.

Mas vai antes à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Tem que ir antes à Comissão.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pode ser encaminhada com urgência à Comissão competente, já registrada por V. Exa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Senador Fernando Dueire, nós entendemos a urgência da matéria, mas, por questões do Regimento Interno, ela tem que ser encaminhada à Comissão de Meio Ambiente.

Portanto, o pedido de urgência para votação fica prejudicado.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Perfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Meus parabéns ao Deputado Flávio, autor da matéria. Diga a ele que mandamos um abraço.

Acredito que a gente tenha dado uma boa contribuição à legislação.

Voltamos ao item 2 da pauta.

Bom dia, Senadora Damares. Seja bem-vinda.

Senador Confúcio Moura, meu bom-dia.

Item 2 da pauta.

Podemos seguir, Senador Confúcio?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pode seguir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 6172, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar prazo máximo de cento e oitenta dias para a oferta, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, ou de protocolo clínico e diretriz terapêutica, contado a partir da data de publicação da decisão de incorporação.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. O projeto constou da pauta da 7ª reunião realizada em 17/04/2024;

2. A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.

Concedo-lhe a palavra, para leitura do relatório, Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou direto à análise, a partir do segundo parágrafo.

De início, é preciso destacar que, de acordo com o Ministério da Saúde, há cerca de 13 milhões de pessoas com alguma condição rara de saúde no Brasil – 13 milhões de pessoas com alguma condição rara de saúde no Brasil! –, o que equivale a 6% da nossa população.

Para muitos desses indivíduos, o SUS é a única possibilidade de receber um tratamento minimamente satisfatório, o que evidencia sua importância no contexto da saúde brasileira.

Atualmente, a Lei nº 8.080, de 1990, estabelece em seu art. 19-R, *caput*, que a incorporação, a exclusão e a alteração, pelo SUS, de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, serão efetuadas mediante a instauração de processo administrativo, que deverá ser concluído em até 180 dias, admitida a prorrogação por 90 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito do Decreto nº 7.646, de 2011, recentemente alterado pelo Decreto nº 11.161, de 2022, o prazo de 180 dias também é estabelecido para a oferta da respectiva tecnologia incorporada ao SUS.

Da leitura das normas, significa dizer, com isso, que uma nova tecnologia estaria disponível para a população em até um ano, desde sua submissão para análise de incorporação até a efetiva disponibilização ao público-alvo.

Entretanto, como bem expôs a Senadora Mara Gabrilli, na justificativa do seu PL, não é incomum que o prazo de 180 dias para oferta da tecnologia incorporada seja descumprido. Dessa forma, é possível verificar que o PL 6.172, de 2023, ao incluir na Lei Orgânica da Saúde o prazo para a oferta de tecnologia incorporada ao SUS, coloca todo o ciclo da política pública de disponibilização de tratamento de saúde dentro do processo legislativo. Isto é, uma política pública parcialmente regulamentada no plano infralegal passa a ser submetida de forma integral à apreciação do Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, consideramos a proposição, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, meritória, pois ela garante a participação plena do Poder Legislativo na discussão da matéria, permitindo, inclusive, um melhor controle sobre as iniciativas que com ela se relacionem, o que representa um benefício evidente à população atingida.

O voto

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 6.172, de 2023.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Está lido o relatório.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação.

As Senadoras e Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Parabéns ao Senador Confúcio Moura pelo relatório, a quem agradecemos também, mais uma vez, a participação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Pois, não, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – É só para cumprimentar o senhor, por ter colocado em pauta essa matéria tão importante, e o nosso Relator.

A iniciativa da Senadora Mara era muito necessária que fosse aprovada. E a gente quer que isso aconteça logo. Nós temos a nossa Subcomissão de Doenças Raras lá na CAS – ela é a Presidente, eu sou a Vice. A matéria tem sido muito discutida entre nós.

Hoje é só agradecer, Senador Confúcio, pelo relatório apresentado, e ao senhor por tê-lo pautado.

Vamos caminhar para que isso seja uma realidade o mais rápido possível. As famílias raras não aguentam mais.

Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado à senhora, Senadora Damares.

Item 4

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 4, DE 2024
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de discutir os desafios do ensino médico no Brasil, incluindo o crescimento no número de escolas médicas, a qualidade do ensino, a atuação interprofissional na competência médica e o papel da tecnologia na medicina.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Ele nos solicitou que tanto o item 4 como o 5 fossem feitos de forma *ad hoc*.

Nós pedimos a gentileza do Senador Fernando Dueire e da Senadora Damares de os subscreverem para que a gente possa fazer a leitura.

Pelo item 4, concedo a palavra ao Senador Fenando Dueire, para a leitura do requerimento.

Com a palavra, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de discutir os desafios do ensino médico no Brasil, incluindo o crescimento no número de escolas médicas, a qualidade do ensino, a atuação interprofissional na competência médica e o papel da tecnologia na medicina. Essa discussão é fundamental para aprimorar a formação médica e garantir a qualidade da assistência à saúde no país.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; representante do Ministério da Saúde; representante do Supremo Tribunal Federal; Dra. Eliete Bouskela, Presidente da Academia Nacional de Medicina; Dr. José Hiran Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. José Luiz Gomes do Amaral, Vice-Presidente da Associação Paulista de Medicina; Dr. Giovanni Cerri, Professor Titular da Faculdade de Medicina da USP; Dr. César Eduardo Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira; Dra. Irene Abramovich, ex-Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Dr. Armando Lobato, Presidente da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

Isso posto, Sr. Presidente, peço o apoio dos pares para a apreciação e aprovação do presente requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Está lido o requerimento. Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o Requerimento nº 4, de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Nosso item 5, também do Astronauta Marcos Pontes.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 5, DE 2024
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater os desafios e perspectivas para a atual situação do financiamento das Universidades Federais, programas de Pós-graduação e o fomento à pesquisa no Brasil.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Passo a palavra à Senadora Damares, para leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, nos termos regimentais, requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura – já foi aprovado o requerimento lá ontem –, com o objetivo de debater os desafios e perspectivas para a atual situação do financiamento das universidades federais, programas de pós-graduação e o fomento à pesquisa no Brasil, propondo como convidados a Dra. Adriane Todeschini, Pesquisadora e autora do artigo publicado na revista *Nature,* em março de 2024; representante do Ministério da Educação; representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; representante da Capes; representante do CNPq; representante do Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa; representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; representante da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

A situação é grave com relação ao financiamento na pesquisa científica no Brasil e, diante desse cenário, a realização da audiência pública, Presidente, é essencial para reunir representante do Governo, da comunidade universitária, acadêmica e científica, a fim de discutir os desafios atuais e elaborar estratégias para fortalecer o financiamento e a qualidade do ensino superior e da pesquisa no país.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Obrigado pela leitura, Senadora Damares Alves.

Está lido o requerimento.

Consulto se há quem queira usar da palavra antes de encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

Os Senadoras e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Retornamos ao nosso item 1 da pauta, votação nominal. A votação será realizada com a abertura do painel eletrônico.

Em votação o projeto, nos termos do relatório apresentado.

Nós estamos falando do item 1, o PL 3.650, de 2023.

Quem concorda com o voto favorável do Relator, o Senador Fernando Dueire, vota "sim".

Os Senadores já podem votar assim que abrirmos o painel.

Solicito aos assessores que, por gentileza, peçam aos Senadores a votação. Nós estamos com a votação nominal aberta do item 1, o PL 3.650, já lido o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui dar, de forma mais abrangente, primeiro, o meu abraço e parabéns pela presença do Fábio Marcel de Castro Villar, consultor legislativo. Obrigado sempre pela presença.

Quero também aqui fazer um elogio público ao trabalho do Deputado Federal Flávio Nogueira, do PDT do Piauí, pelo projeto apresentado, e dizer que ficamos muito satisfeitos de podermos, nesta Comissão, dar andamento. Leve ao Deputado Flávio o nosso abraço. O Piauí tem uma representação sempre muito presente e importante, aqui no Senado e também na Câmara dos Deputados.

O painel está aberto para a votação.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

Estamos em votação nominal do item 1, o PL 3.650. Peço aos assessores e consultores que estão acompanhando, nos gabinetes, que os Senadores possam votar, para que tenhamos uma definição desse projeto e a finalização da nossa pauta, na Comissão de Ciência e Tecnologia. (*Pausa.*)

Estamos em votação nominal, aguardando o quórum.

Item 1, PL 3.650, de 2023.

Peço aos Srs. Senadores membros da Comissão que votem.

Quem vota "sim" concorda com o relatório favorável à matéria, Senador Fernando Dueire.

Eu peço aos assessores, aos gabinetes, que entrem em contato com os Srs. Senadores para a votação do item. (*Pausa.*)

Vida longa, viu, Senadora? Porque acabamos de falar assim: "A Senadora é uma das mais presentes, liga lá porque eu tenho certeza de que ela vai dar o voto". (*Pausa.*)

Quem concorda com o Relator, Senadora, vota "sim".

Item 1, PL 3.650, de 2023. (*Pausa.*)

Muito obrigado, Senadora.

A votação será encerrada, já temos quórum necessário, de dez.

Obrigado. Agradeço aos assessores e aos Srs. Senadores que votaram remotamente.

Votação encerrada.

O resultado da votação será apresentado no painel eletrônico.

Peço à Secretaria que, por favor, apresente o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MG) – Votaram SIM 9; NÃO, nenhum voto.

Abstenção: também nenhuma.

Quórum: dez.

Está aprovado o PL 3.650, de 2023, item 1, de relatoria do Senador Fernando Dueire.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Parabéns, Senador Fernando, muito obrigado sempre pela parceria e pelo trabalho.

Nada mais havendo a tratar, Senadores, agradeço e declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa quarta-feira a todos os senhores e as senhoras.

(*Iniciada às 11 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Alan Rick, Weverton, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Humberto Costa e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Beto Faro, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Flávio Arns, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às quatorze horas e vinte e três minutos e reaberta às quatorze horas e quarenta e quatro minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2140, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4400, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 651, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4274, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para dispor sobre o prazo pelo qual perdura a condição de pessoa exposta politicamente." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 932, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere ao município da Estância Turística de Itu, do estado de São Paulo, o Título de “Capital Nacional do Berço da República”." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Defesa da Democracia n° 3, de 2024** que: "Requer audiência pública, a ser realizada no dia 23 de maio de 2024, para defender a Mata Atlântica, o meio ambiente e a cidadania, e celebrar o Dia Nacional da Mata Atlântica." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Defesa da Democracia n° 4, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de homenagear o Instituto Vladimir Herzog pela ocasião do aniversário de 15 anos dessa importante e relevante organização da sociedade civil brasileira." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de maio de 2024.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 10 de abril de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens 2, 3 e 4 da pauta desta reunião, Projeto de Lei nº 4.400, de 2021, Projeto de Lei nº 651, de 2022 e Projeto de Lei nº 4.274, de 2023 estão retirados da pauta a pedido dos respectivos Relatores, Senador Weverton Rocha, Senador Carlos Portinho e Senador Alessandro Vieira.

Vamos ao item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA Nº 3, DE 2024

- Não terminativo -

Requer audiência pública, a ser realizada no dia 23 de maio de 2024, para defender a Mata Atlântica, o meio ambiente e a cidadania, e celebrar o Dia Nacional da Mata Atlântica.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA).

O requerimento é de autoria desta Presidência.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta do seguinte requerimento de nossa autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA Nº 4, DE 2024

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de homenagear o Instituto Vladimir Herzog pela ocasião do aniversário de 15 anos dessa importante e relevante organização da sociedade civil brasileira.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA).

Não havendo oposição, está incluído em pauta o requerimento.

A votação será simbólica.

Em votação, requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós temos ainda mais alguns itens na pauta, mas a Relatora ainda não chegou.

Vou suspender a Comissão por apenas alguns minutos, aguardando a chegada da Senadora e, na sequência, daremos prosseguimento para a finalização dos trabalhos da Comissão.

(*Suspensa às 14 horas e 23 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 44 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, estamos reabrindo aqui os trabalhos da Comissão.

Como a Relatora está em um outro compromisso, em uma outra Comissão, nós então vamos fazer o adiamento dessa pauta para a semana que vem... enfim, para a próxima sessão, que será agendada pela Mesa dos trabalhos.

Em função disso, não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia seis de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Teresa Leitão, Otto Alencar e Carlos Portinho, e ainda dos Senadores Margareth Buzetti e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Ana Paula Lobato, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às dez horas e quarenta minutos e reaberta às onze horas e nove minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2140, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDD, favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4400, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 651, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos digitais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 932, de 2024 - Terminativo -** que: "Confere ao município da Estância Turística de Itu, do estado de São Paulo, o Título de "Capital Nacional do Berço da República"." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), substituiu Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o Projeto com as Emendas 01 e 02 - CDD. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Defesa da Democracia n° 5, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Democracia e Eleições: o impacto da Inteligência Artificial no contexto eleitoral brasileiro." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Defesa da Democracia n° 6, de 2024** que: "Requer a realização de Audiência Pública discutir Democracia e Eleições: o impacto da Inteligência Artificial no contexto eleitoral brasileiro." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/06

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de junho de 2024.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão. (*Pausa.*)

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2140, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 22/05/2024.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente. Bom dia.

Peço licença para ir direto à análise.

De início, verifica-se que cabe a esta Comissão de Defesa da Democracia, nos termos do art. 104-D, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições legislativas pertinentes à liberdade de expressão e manifestação e à defesa da ordem constitucional (incisos II e VII).

O exame quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria será feito pela CCJ.

No que diz respeito ao mérito, entendemos que o PL nº 2.140, de 2020, é conveniente e oportuno.

A democracia é o regime político que proporciona a participação dos cidadãos na tomada de decisões, salvaguardando a proteção dos direitos fundamentais e a igualdade perante a lei. No entanto, a democracia não é imune a ameaças, e a apologia de tortura ou de torturadores e de instauração de regime ditatorial ou de ruptura institucional mina os princípios democráticos e abre espaço para a violência e a desordem.

Com o aumento da polarização política no Brasil, observamos o surgimento de discursos de ódio, violentos e que defendem o retorno da ditadura militar no país, assim como celebram figuras ligadas a atos de tortura durante aquele período sombrio da nação. Essas manifestações, indubitavelmente, acabam estimulando o crescimento de grupos radicais que se opõem à democracia e à ordem constitucional.

Assim, o projeto em questão atua como um escudo protetor dos alicerces da democracia, impondo sanções penais a quem ousar difundir discursos que atentem contra a estabilidade e a ordem constitucional, medida que se mostra essencial para a proteção da nossa jovem democracia.

Além disso, a proteção dos direitos fundamentais e da dignidade humana é ponto central no PL, uma vez que a apologia de atos criminosos, incluindo a tortura, viola esses postulados. A justiça e a igualdade não podem ser comprometidas pela normalização de práticas desumanas.

É importante destacar que o PL não compromete a liberdade de expressão, mas traça limites claros para seu exercício com base em alguns dos nossos mais caros valores constitucionais, quais sejam, a defesa da democracia e da ordem constitucional.

Ademais, a fixação de penas mais severas para agentes políticos, membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público que cometam esse crime demonstra o compromisso com a integridade das instituições democráticas. A confiança pública nas autoridades é essencial para a coesão social e a legitimidade do sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a atenção ao uso de perfis falsos e "robôs" em redes sociais para disseminação de conteúdo é uma medida vital no cenário atual. A desinformação e a manipulação digital representam uma grave ameaça à democracia, notadamente quando o agente se utiliza dessas táticas para manter o anonimato, de modo que a majoração das penas nesses casos é uma resposta eficaz a essa ameaça.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.140, de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Vamos, então, ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 932, DE 2024

- Terminativo -

Confere ao município da Estância Turística de Itu, do estado de São Paulo, o Título de "Capital Nacional do Berço da República".

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 22/05/2024.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Eu designo a Senadora Teresa Leitão como Relatora *ad hoc* desse item.

Concedo a palavra à Senadora Teresa Leitão, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Vou também direto à análise do relatório do nosso querido Senador Omar Aziz.

Nos termos do art. 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre temas correlatos ao fortalecimento da democracia e do Estado de direito, caso do projeto em análise.

Além disso, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspetos, nada há que se opor ao projeto.

De fato, a competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, IX, da Carta Magna.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

No que tange à técnica legislativa, cabem dois breves reparos ao PL, na ementa e no art. 1º, o que fazemos por meio de emenda apresentada ao final do relatório.

No mérito, igualmente, somos favoráveis ao projeto.

Itu desempenhou um papel fundamental na história política do Brasil, especialmente destacado pela hospedagem da primeira Convenção Republicana do País em 1873. Esse evento foi decisivo no movimento que culminou com a proclamação da República em 1889, marcando a cidade como um dos centros nevrálgicos da transformação política e social no Brasil.

O reconhecimento do município como "Capital Nacional do Berço da República" não apenas honra sua contribuição histórica, mas também reforça sua posição como um importante destino turístico e educacional.

A cidade, que já é uma estância turística reconhecida por seus monumentos e patrimônios culturais, como o Museu Republicano, beneficia-se ainda mais desse título, atraindo mais visitantes e estudiosos interessados em sua rica história.

Ademais, a designação de Itu como tal capital simboliza um reconhecimento formal pelo papel que a cidade e seus cidadãos desempenharam no estabelecimento dos ideais republicanos no Brasil. Esta homenagem fortalece a identidade nacional e a importância da memória histórica na formação dos valores democráticos contemporâneos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, a aprovação deste PL não apenas reconhece o papel significativo de Itu na história do Brasil, mas também promove a educação e o turismo cultural, apoiando o desenvolvimento econômico local e enriquecendo o patrimônio cultural brasileiro.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 932, de 2024, com as emendas a seguir:

EMENDA Nº - CDD
Dê-se à ementa do PL nº 932, de 2024, a seguinte redação:
"Confere ao município da Estância Turística de Itu, no Estado de São Paulo, o Título de 'Capital Nacional do Berço da República'."
EMENDA Nº - CDD
Dê-se ao art. 1º do PL nº 932, de 2024, a seguinte redação:
"Art. 1º Fica conferido o título de Capital Nacional do Berço da República ao Município da Estância Turística de Itu, no Estado de São Paulo."

Este é o voto.

Como boa olindense, que não nasci lá, mas me criei, eu concordo com o projeto – ele está aprovado –, mas eu quero que fique registrado, Sra. Presidente, nesta reunião, que o primeiro grito da República foi dado em Olinda, em 1710, salvo o engano, por Bernardo Vieira de Melo. Ainda temos lá, as Ruínas do Senado. Não tivemos consequência, evidentemente. Pernambuco sempre foi um estado muito irredento, muito voltado às causas republicanas. Estamos comemorando, neste ano, os 200 anos da Confederação do Equador.

Mas não quero de forma nenhuma me opor ao projeto da Senadora Mara Gabrilli, porque ele tem uma outra conotação. De fato, essa convenção que ela cita, que foi hospedada em Itu, foi muito importante dentro de todos os movimentos, que foram vários, todos os movimentos republicanos que foram feitos no nosso país. Por isso, o meu relatório é pela aprovação inconteste, mas não queria deixar, com o meu bairrismo, de saudar a minha querida cidade de Olinda e o meu Estado de Pernambuco.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Querida Senadora Teresa, feito o seu registro, ao passo que também a cumprimento, aproveito essa oportunidade para cumprimentá-la e dizer que esta Casa ganhou muito com a sua vinda para o Senado Federal. V. Exa. é uma das mulheres mais qualificadas daqui do Congresso pela sua competência, pela sua dedicação, pela sua visão na área da educação, sua visão humanista, sua visão na área dos direitos humanos. Então, parabéns a você por toda a sua atuação...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... para além da educação, porque eu sei que... Aliás, quem defende a educação acaba defendendo tudo. A educação, por si só, já tem uma ação transversal. Em educação, saúde, direitos humanos, defesa da mulher, V. Exa. atua muito bem em todas essas frentes.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigada, Senadora. Vocês que vieram antes também nos servem de inspiração.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, querida Teresa Leitão.

Abro, então, a matéria para discussão.

Com a palavra, quem queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

E vou fazer a suspensão, Senadora, desta sessão, por alguns minutos, até aguardando outros Parlamentares, que estarão chegando aqui para garantia do quórum, e, na sequência, a gente retorna.

Então, fica suspensa provisoriamente, momentaneamente, esta sessão.

(*Suspensa às 10 horas e 40 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 09 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Declaro reaberta a 6ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 6 de junho de 2024.

Deixe-me só responder aqui, muito importante, ao Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Seguiremos as votações do item 1, que é o Projeto de Lei nº 2.140. Vamos, então, à votação, que será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Segurança Pública. (*Pausa.*)

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta dos seguintes requerimentos. Os requerimentos têm idêntico teor, porém foram apresentados à Comissão por autores diferentes, o Senador Humberto Costa e a Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA Nº 5, DE 2024

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a Democracia e Eleições: o impacto da Inteligência Artificial no contexto eleitoral brasileiro.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA Nº 6, DE 2024

Requer a realização de Audiência Pública discutir Democracia e Eleições: o impacto da Inteligência Artificial no contexto eleitoral brasileiro.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

E também peço a inclusão do meu nome subscrevendo esses requerimentos. (*Pausa.*)

Não havendo oposição, estão incluídos em pauta os requerimentos.

A votação será simbólica.

Em votação os requerimentos.

Os Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos. (*Pausa.*)

Seguiremos para a votação do item 4.

Nós temos mais outros dois relatórios em pauta, mas, pela falta dos Relatores, nós os colocaremos na nossa próxima reunião.

Vamos ao Projeto de Lei nº 932, de 2024, que é terminativo: confere ao Município da Estância Turística de Itu, do Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Berço da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório do PL 932/24 foi lido, e sua discussão, encerrada antes da suspensão desta reunião.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 932, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores e as Senadoras já podem votar. Está aberto o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Votação SIM, favorável... E nenhum voto contrário.

Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Defesa da Democracia.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O meu cumprimento à minha querida Senadora Mara Gabrilli, pela iniciativa e pela aprovação do projeto, e à Senadora Teresa Leitão, pelo relatório. (*Pausa.*)

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 4 e 5 das últimas reuniões, realizadas nos dias 22 e 23 de maio de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todas e de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA (5ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (21ª REUNIÃO), EM 23 DE MAIO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúnem-se a Comissão de Defesa da Democracia e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Soraya Thronicke e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores Wellington Fagundes, Jaques Wagner, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Beto Faro, Margareth Buzetti e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Marcos do Val, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2024 - CDD, de autoria Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), e REQ 16/2024 - CMA, de autoria Senadora Eliziane Gama (PSD/MA). **Finalidade:** Defender a Mata Atlântica, o meio ambiente e a cidadania, e celebrar o Dia Nacional da Mata Atlântica. **Participantes:** Fabio Feldmann, Deputado Federal Constituinte; Rita de Cássia Guimarães Mesquita, Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (representante de: Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima); Luís Fernando Guedes Pinto, Diretor Executivo da Fundação SOS Mata Atlântica e Coordenador do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica; Malu Ribeiro, Diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica; Marcia Hirota, Presidente do Conselho da Fundação SOS Mata Atlântica; e Marcos Woortmann, Membro do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) e da Coordenação da Virada Parlamentar Sustentável. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia e a 21ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, que ocorrem de forma conjunta, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de maio de 2024.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de defender a Mata Atlântica, o meio ambiente e a cidadania, e celebrar o Dia Nacional da Mata Atlântica, em atenção ao Requerimento n° 3, de 2024, e ao Requerimento nº 16, de 2024, da CMA, de autoria desta Presidência.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

Marcia Hirota, Presidente do Conselho da Fundação SOS Mata Atlântica; (*Pausa.*)

Luís Fernando Guedes Pinto, Diretor-Executivo da Fundação SOS Mata Atlântica e Coordenador do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. (*Pausa.*)

Já está conosco pelo sistema de Zoom o Deputado Federal Constituinte Fábio Feldmann, que participará por meio de videoconferência.

Também convido para estar conosco à mesa:

Dra. Rita de Cássia Guimarães Mesquita, Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (*Pausa.*)

A SRA. MARCIA HIROTA (*Fora do microfone*.) – Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Tudo bem, querida? Bom dia.

Obrigada, viu?

A SRA. RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MESQUITA (*Fora do microfone*.) – Olá, eu sou a Rita.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Tudo bem? Seja bem-vinda, viu?

A SRA. RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MESQUITA (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Antes de iniciar a nossa audiência, eu quero lembrar que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania; e pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição final, cada candidato poderá fazer o uso da palavra por até três minutos. E, ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas e também os seus comentários. (*Pausa.*)

Secretária, nós que somos baixinhas... (*Risos.*)

A SRA. RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MESQUITA (*Fora do microfone.*) – Eu estou sentindo o meu pescoço. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Mas assim a gente começa a nossa audiência de forma muito descontraída. Aliás, vamos debater temas muito sérios aqui nesta audiência pública.

Bom, pessoal, esta audiência pública é, como nós já informamos, uma audiência conjunta da Comissão em Defesa da Democracia e também da Comissão de Meio Ambiente. E, na verdade, é uma manifestação em defesa da Mata Atlântica, do meio ambiente, dos nossos biomas, da cidadania, dos nossos animais como um todo, que celebra o Dia Nacional da Mata Atlântica, que é comemorado no dia 27 de maio.

É muito bom lembrar que a gente, na verdade, coloca sempre uma frase no nosso dia a dia que é: não toquem na Mata Atlântica, na Lei da Mata Atlântica, a não ser que seja para melhorá-la. Nós já vimos aqui uma verdadeira ação conjunta, orquestrada, na tentativa de desconstruir, de matar essa lei, que foi muito importante. O Fabio Feldmann tem um papel fundamental nesta conquista histórica brasileira.

Nós, através de uma verdadeira força-tarefa, conseguimos brecar alguns desses atrasos ou dessas tentativas, de fato, de destruir essa lei, que é a Lei nº 11.428, de 2006, que dispõe sobre a utilização, a proteção e a vegetação nativa do bioma Mata Atlântica e que, não há dúvida nenhuma, é uma conquista histórica dos movimentos ambientalistas, mas sobretudo da sociedade brasileira, porque foi aprovada pelo Congresso Nacional.

A Mata Atlântica foi o primeiro bioma a ser explorado durante a colonização. Ela é uma área do planeta rica em biodiversidade, mas também altamente ameaçada. Nesse bioma existem pelo menos 20 mil espécies vegetais, o que corresponde a aproximadamente 35% das espécies brasileiras. Na Mata Atlântica, de acordo com o IBGE, vive 72% da população brasileira.

É bom lembrar que, para além dos dados que nos trazem preocupação, nós também temos alguns números que nós precisamos comemorar, que é uma redução desse desmatamento, sobretudo no ano de 2023, mas que nós passaremos a discutir com mais profundidade ao longo da exposição de cada um dos nossos participantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou iniciar.

Com a palavra, o Deputado Fabio Feldmann, que foi o primeiro a chegar, já está ali mais concentradinho do que todos nós que tivemos que organizar ainda as cadeiras. Não é, Secretária Rita?

A SRA. RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MESQUITA (*Fora do microfone*.) – Pois é.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, com a palavra, o Deputado Fabio Feldmann. Lembrando, Deputado, que nós temos o tempo de dez a vinte minutos. Então, o senhor pode ficar absolutamente à vontade.

O SR. FABIO FELDMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer, Senadora Eliziane, a oportunidade de estar participando deste evento.

Eu estou aqui em Belém, numa reunião do Museu Emílio Goeldi, cuja ideia é nós criarmos um mosaico de áreas protegidas na Foz do Amazonas. E, infelizmente, eu já tinha confirmado minha presença aqui, de modo que eu não posso estar pessoalmente com vocês.

Primeiro, eu queria registrar o papel que o Senado tem realizado em relação à legislação ambiental brasileira. Nós assistimos, nos últimos anos, a uma tentativa de flexibilização, de esvaziamento da legislação ambiental brasileira, e o Senado tem sido a grande trincheira, a grande resistência em relação a isso.

E, falando na Mata Atlântica, eu queria dizer que a Constituição de 1988 considerou a Mata Atlântica como um patrimônio nacional, como outros biomas, além de biomas da zona costeira, que não são exatamente biomas, e a Serra do Mar.

Infelizmente, Senadora, nós não temos aqui, até hoje, passados quase 40 anos da promulgação da Constituição, essas legislações específicas, que eu acho que são muito importantes. No caso da Mata Atlântica – a Marcia Hirota certamente vai falar sobre isso –, ela pode mostrar, Rita, que a Lei da Mata Atlântica é um instrumento fundamental da governança ambiental desse bioma importante e tem gerado um efeito muito positivo, que é a redução do desmatamento, ainda que hoje o tipo de desmatamento que nós temos no bioma da Mata Atlântica seja muito diferente do desmatamento que nós temos no Cerrado, mesmo na Amazônia e até na Caatinga. Quer dizer, é um desmatamento de formiga, que nem sempre é fácil de identificar e de combater.

Eu acho que o bioma Mata Atlântica tem uma carga simbólica muito importante, não apenas porque é onde mora a maior parte da população brasileira, mas eu acho também que ele representa o engajamento e o movimento da sociedade brasileira de alguns anos para cá, especialmente com a fundação da SOS Mata Atlântica em 1986, que teve o papel de mostrar para a sociedade brasileira a importância da Mata Atlântica. Até há alguns anos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Deputado Fabio, V. Exa. me ouve?

O SR. FABIO FELDMANN (*Por videoconferência.*) – Oi. Eu ouço.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Se você pudesse dar uma melhoradinha no volume do seu som para melhorar aqui para a gente.

O SR. FABIO FELDMANN (*Por videoconferência.*) – Melhorou?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ou então falar mais próximo, porque a gente está com eco.

O SR. FABIO FELDMANN (*Por videoconferência.*) – Melhorou?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – A gente está com dificuldade aqui de ouvir com precisão as palavras.

O SR. FABIO FELDMANN (*Por videoconferência.*) – Eu estou falando mais perto, é que estou falando aqui do celular.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Melhorou bem mesmo.

O SR. FABIO FELDMANN (*Por videoconferência.*) – Melhorou?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito.

O SR. FABIO FELDMANN (*Por videoconferência.*) – Então, eu estava dizendo que a importância da Mata Atlântica é resultado de uma ação de mobilização da sociedade civil, do poder público, do Congresso Nacional, de modo que hoje a Mata Atlântica faz parte, efetivamente, da sociedade brasileira, da preocupação da sociedade brasileira.

Eu diria que, depois do que aconteceu no Rio Grande Sul, eu acho que a agenda brasileira se modificou e eu espero que ela caminhe na direção de uma regulamentação, da manutenção do Código Florestal, das restrições importantes do Código Florestal. Eu estou, Senadora, me referindo basicamente às áreas de preservação permanentes, porque, diferentemente da reserva legal, as áreas de preservação permanentes têm uma função ecológica muito clara, inclusive de mitigar eventuais desastres naturais causados pelo aquecimento global.

Eu queria defender, inclusive, essa legislação por biomas, porque, cada vez mais, com o aquecimento global, nós teremos que ter uma legislação que leve em consideração as particularidades dos biomas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, eu queria agradecer esse convite, agradecer a V. Exa. e dizer que eu estou aí com amigos e companheiros de luta. Eles, certamente, poderão falar muito bem da importância da Mata Atlântica, especialmente a Marcia Hirota e o Guedes falarão das dificuldades que nós temos enfrentado não só no Parlamento em relação à Mata Atlântica, mas em iniciativas judiciais que tentam fazer com que se aplique o Código Florestal e não a Lei da Mata Atlântica – Marcia, certamente você vai falar sobre isso –, o que na minha opinião representa um grande retrocesso.

E volto, Senadora, a dizer que o Pantanal, e mesmo a zona costeira, que tem Lei Geral do Mar tramitando na Câmara... Acho que infelizmente nós não conseguimos colocar na Constituição três biomas importantes: o Cerrado, a Caatinga e o Pampa. O Pampa com a particularidade de que só tem no Rio Grande do Sul e a Caatinga é o único bioma que é genuinamente brasileiro, que nós não compartilhamos com outros países. Mas seria muito importante, Senadora, que a gente tivesse legislações específicas para, com isso, garantir uma efetiva governança ambiental.

Então, Senadora, muito obrigado. A todos vocês da mesa o meu abraço. Mais uma vez peço desculpas por não estar aí, mas quero dizer que estou muito otimista com a possibilidade de a gente criar esse mosaico de proteção da margem equatorial e do oceano ao entorno da Amazônia, porque a gente se preocupa muito com a parte terrestre da Amazônia e conhecemos pouco essa Amazônia azul e essa interação entre a parte terrestre, a floresta, os oceanos e, obviamente, a atmosfera.

Senadora, amigos que estão aí, aquele meu abraço fraterno e, mais uma vez, parabéns pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Deputado Fabio, passamos agora a palavra para a Dra. Rita de Cássia Guimarães Mesquita, Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MESQUITA (Para expor.) – Bom dia a todos e todas, eu queria, em primeiro lugar, parabenizá-los pela iniciativa nesta semana tão emblemática para todos nós brasileiros, a Semana da Biodiversidade.

Acho que é um momento extremamente relevante para a gente se reunir para falar da importância da Mata Atlântica, mas, principalmente, para tratar dos riscos e ameaças desse bioma tão essencial para todos nós, para a história do nosso país, para o processo de ocupação e para a proteção da biodiversidade brasileira, do papel que esse bioma desempenha e do quanto ele se encontra ameaçado.

Sobre essa ameaça, o que nos causa mais preocupação é que não há espaço mais, nos tempos atuais, para que a gente possa justificar a falta de conhecimento e a ignorância sobre o valor desses ambientes, para justificar que a gente, então, construa processos legais que desconsiderem toda a informação que existe. Talvez hoje a maior ameaça que a Mata Atlântica sofre é a do negacionismo claro das evidências, do conhecimento científico, do conhecimento do valor dessas áreas para as pessoas que ali habitam. As

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequências desse negacionismo, as consequências dessa desconsideração são ao que nós estamos assistindo, e não é somente o que o Rio Grande do Sul está passando agora, é o que outros biomas nossos estão também sofrendo e passando.

A população brasileira precisa das salvaguardas que a Lei da Mata Atlântica assegura para ela. Antes de ser uma lei de proteção de um bioma, é uma lei de proteção de pessoas, é uma lei de proteção de modos de vida, é uma lei de proteção de culturas, a cultura sobre a qual a sociedade brasileira também se constituiu. Então nós precisamos olhar para essas peças legais e refletir sobre o que está por trás de reconhecer as evidências que estão na cara de todo mundo, para quem quiser assistir, a qualquer momento.

O Ministério do Meio Ambiente cuida sim da biodiversidade, cuida sim dos recursos naturais da natureza, mas nós não podemos desvincular o fato de que nós também cuidamos de pessoas, de que nós também cuidamos de segurança, de que nós também cuidamos de assegurar que todos tenham aquilo que a nossa Constituição nos assegura, que é o direito ao acesso ao ambiente saudável, em que as pessoas possam viver suas vidas.

Eu acho que a discussão é de por que – passados tantos anos de uso indiscriminado e impactante sobre a Mata Atlântica e, agora, com os remanescentes que são extremamente valiosos, que são tudo o que nos restou desse bioma – nós ainda estamos discutindo para continuar gerando impactos, quando esse bioma, na verdade, está nos prestando serviços essenciais, que são serviços que asseguram qualidade de vida para os brasileiros.

Onde essa vegetação restou, nós hoje temos, então, um enorme compromisso com a sua conservação, e de onde ela nunca deveria ter saído... ontem, nas celebrações do Dia da Biodiversidade, eu comentei que nós estamos numa década de restauração, em que existe uma preocupação com a restauração, e nós precisamos reconhecer isso – e a natureza está nos dando o recado: nós deveríamos ser bons alunos, prestar atenção na aula que nós estamos recebendo.

Então, de onde a gente indevidamente retirou essa proteção, essa cobertura e esses biomas, nós precisamos nos preocupar em devolvê-los, aos lugares de onde eles nunca deveriam ter saído.

Eu acredito firmemente que nós somos capazes de desenhar a possibilidade da convivência entre processos produtivos, ocupação para as necessidades humanas, com a conservação da natureza. Nós somos capazes, porque o Brasil é um país de pessoas empreendedoras, inteligentes e criativas, entre as melhores do mundo, como inúmeras iniciativas de quantificar isso nos reconhecem, com essa capacidade.

Nós temos que colocar essa capacidade do povo brasileiro a serviço de todos, e não apenas a serviço de alguns. Nesse sentido, nós somos capazes de desenhar modelos de gestão dos espaços que nos cabem, dos recursos que nos cabem, de uma maneira que atendam a todas as necessidades, incluindo as necessidades do reconhecimento de direitos e as necessidades da conservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria parabenizar a iniciativa de trazer essa discussão uma vez mais, porque nós temos que fazer uma reflexão: por que ainda estamos tendo que discutir se a Mata Atlântica deve ou não deve, tem ou não tem o direito de continuar existindo dentro do território brasileiro? Eu acho que nós precisamos reconhecê-la e, cada vez mais, fortalecê-la.

Eu queria fazer eco às palavras do Fabio Feldmann, porque ele tem muita razão em trazer a necessidade de que a gente tenha esse mesmo olhar e esse mesmo cuidado para os biomas que ainda não foram contemplados.

O Ministério do Meio Ambiente continua ativamente preocupado em trazer mais salvaguardas, mais proteção e mais sustentabilidade para todos os biomas brasileiros. Mas, em especial no caso da Mata Atlântica, nós temos ameaças, e os dados estão aí: nos registros do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, recentemente saíram publicações mostrando que mais de 82% das espécies da Mata Atlântica estão em severa situação de ameaça. Nós não podemos fechar os olhos para isso, porque são as gerações futuras brasileiras que vão nos cobrar.

Eu acho que nós precisamos desta Casa Legislativa para que ela seja realmente um fiel guardião dos interesses da sociedade brasileira. E proteger a Mata Atlântica é central na defesa desses interesses. Então, eu queria deixar aqui uma fala de reforçar a responsabilidade desta Casa com a proteção dos recursos da biodiversidade, dos ambientes, dos biomas brasileiros, com o entendimento claro de que estamos fazendo muito. Nós conseguimos reduzir em 27% o desmatamento na Mata Atlântica. Isso é muito importante, mas é muito importante também que se compreenda que isso é absolutamente insuficiente diante do que nós temos que, de fato, atingir.

Os compromissos deste Governo, os compromissos do Presidente Lula, são com o desmatamento zero. E o desmatamento zero, então, é o que nós temos que almejar, é o que nós temos que buscar. No caso da Mata Atlântica, mais do que nunca, isso se justifica. Então, eu queria fazer uma fala de realmente pedir que esta Casa não vire os seus olhos para essa defesa, porque esse é um bioma onde nós não podemos perder mais nada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Secretária.

Eu quero convidar a Malu Ribeiro, que é Diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica, para também estar aqui conosco, na nossa mesa de trabalho. (*Palmas.*)

Vou passar agora a palavra ao Luís Fernando Guedes Pinto, que é Diretor Executivo da Fundação SOS Mata Atlântica e Coordenador do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Bom dia. (*Fora do microfone.*)

Está ligado?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Está.

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO (Para expor.) – Obrigado, Senadora, bom dia a todos os presentes. Obrigado pela oportunidade de a gente poder celebrar a Mata Atlântica aqui e ter esse espaço para conversar e discutir sobre os próximos passos para a conservação.

Rita, muito obrigado pela sua fala. A gente fica muito satisfeito e otimista de ouvir o Governo reiterando esse compromisso, que já assumiu desde a campanha, mas que se mantém. Temos várias barreiras pela frente, mas é muito bom ouvir a sua fala em nome do Ministério e do Governo brasileiro.

Com a presença da Malu e da Marcia, vou falar um pouco mais de dados mais técnicos.

Esta é a semana da Mata Atlântica, e a gente lançou, na terça-feira, os dados sobre o desmatamento do bioma em 2023. São duas iniciativas. Primeiro, o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, que é uma iniciativa de longo prazo, várias décadas. A Marcia está relacionada a ela há muito tempo, com o Inpe. É uma iniciativa pioneira de mapeamento da vegetação nativa e do monitoramento do desmatamento de um bioma brasileiro. E, mais recentemente, a gente também, junto com o MapBiomas, lançou um sistema de alertas do desmatamento, que é o SAD Mata Atlântica. E essas duas ferramentas se complementam.

Alguns dados gerais, só para a gente situar a Mata Atlântica: ela é um dos seis biomas brasileiros, não custa a gente falar, Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pampa, Pantanal e Mata Atlântica, que são um patrimônio do nosso Brasil, uma riqueza da humanidade e do planeta Terra.

Esses biomas estão organizados em um mapa, mas por linhas que não são, na natureza, tão claras como são em um mapa. Eles se misturam e se confundem, mas cada um tem uma identidade muito clara, uma riqueza enorme, um papel fundamental – como a Rita falou – para a qualidade de vida, para a economia, etc.

A Mata Atlântica está presente em 17 estados do Brasil, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte; também está presente em Goiás, no Mato Grosso do Sul, no Piauí e no Ceará e ocupa 15% do território brasileiro.

A Mata Atlântica é duas vezes maior do que a França, dá mais do que duas Franças só a Mata Atlântica, e é onde está 70% da população brasileira.

E é o bioma que dá nome ao nosso país; o pau-brasil é uma espécie de árvore da Mata Atlântica, da região da Bahia, extremamente ameaçada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Mata Atlântica foi devastada, ao longo da história do Brasil, nos últimos 523 anos, desde a chegada da colonização portuguesa, que saqueou a Mata Atlântica, ao longo da sua história, para o crescimento econômico, e não necessariamente para o nosso desenvolvimento, com vários ciclos econômicos predatórios. E, hoje, o dado que a gente tem é que nós temos 24% de cobertura florestal no bioma. É o bioma mais ameaçado de todos no Brasil. Como a Rita falou, cada pedacinho faz muita falta.

A nossa meta é acabar com o desmatamento e restaurar a Mata Atlântica.

E esse é o único bioma que tem uma lei específica para a sua proteção. Eu vou deixar isso para a Malu aprofundar um pouco mais, mas nós temos essa lei – a Rita também já citou, Fábio Feldmann está aí, quem carregou essa bandeira aqui ao longo dessa história –, publicada em 2006. Mas existe a Lei da Mata Atlântica.

Bom, sobre os dados que a gente lançou esta semana – como a Rita mencionou, tem uma boa notícia –, há uma redução do desmatamento importante na região contínua da Mata Atlântica do mapa do IBGE, que vai do Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte. Inclusive, estados que têm desmatamentos muito altos, históricos, também tiveram uma grande redução, como, por exemplo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais. Isso é uma boa notícia. Dos estados do Sul e do Sudeste, praticamente todos tiveram redução do desmatamento.

A gente comemora essa redução com cautela e lamenta cada pedaço de Mata Atlântica perdida. Então, é uma comemoração com uma lamentação, porque a gente não deveria perder mais nenhum pedaço.

Porém, tanto o Atlas quanto o SAD, o sistema de alertas, apontam um aumento do desmatamento nas regiões de transição da Mata Atlântica com outros biomas, em alguns encraves, que são ilhas de Mata Atlântica que estão, também, cercadas por outros biomas. Isso está acontecendo principalmente na Bahia, no Piauí e no Mato Grosso do Sul, nesses encraves ou transições da Mata Atlântica com o Cerrado, a Caatinga e o Pantanal, todas essas porções de vegetação nativa protegidas pela Lei da Mata Atlântica.

Então, vamos deixar muito claro que essas áreas onde está crescendo o desmatamento são transições, encraves, vegetações protegidas pela Lei da Mata Atlântica, e, portanto, não poderiam ser desmatadas. A Lei da Mata Atlântica reza, determina que o desmatamento, a conversão da floresta só pode acontecer em situações de interesse social e de utilidade pública.

Então, esses são os dados, o relatório está no *site* da SOS Mata Atlântica, todo mundo pode acessar cada pedacinho que foi desmatado, tem uma plataforma do SAD também onde tem os dados de todos os estados. Enfim, as informações estão aí disponíveis.

Quais são os vetores? O que pressiona hoje a Mata Atlântica?

A principal pressão é a expansão da agropecuária. A gente está derrubando a Mata Atlântica para plantar pasto, milho, soja, culturas agrícolas, de novo, desrespeitando a Lei da Mata Atlântica, porque isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é uma situação de interesse social nem de utilidade pública. Mais de 90% da área desmatada vem por essa pressão.

Nessas regiões do Piauí, Mato Grosso do Sul e Bahia ainda temos grandes áreas desmatadas, e no Paraná, Santa Catarina e nas outras regiões, pequenas áreas desmatadas, comendo as bordas do que sobrou, mas ainda para a expansão da agropecuária, mesmo nessas regiões de fronteira agrícola mais consolidada.

O segundo vetor é o crescimento da cidade, a expansão urbana e a especulação imobiliária. São pequenos desmatamentos que vão derrubando a mata para as cidades crescerem, inclusive em áreas de mananciais, e esses pequenos desmatamentos têm um impacto local enorme na qualidade de vida dessas cidades, na qualidade de água, na disponibilidade de água, e a gente não pode desprezar esses pequenos desmatamentos em volta das grandes cidades da Mata Atlântica.

E o terceiro é a expansão da infraestrutura e do turismo no nosso litoral e várias obras de infraestrutura.

Enfim, tudo isso impacta a Mata Atlântica.

Bom, para dar mais um passo aqui, indo mais para o final, a gente tem o contexto desse desmatamento, que é acumulativo: são mais de 500 anos de desmatamento.

A crise do clima e a crise da biodiversidade são duas crises ambientais planetárias, que colocam em risco a qualidade de vida da humanidade, que colocam em risco a economia... As doenças, muitas delas, estão ligadas a isso, e, como a Rita falou, a gente tem a Década da Restauração de Ecossistemas, a gente tem uma convenção do clima, tem uma convenção da biodiversidade, e é fundamental a gente seguir esses marcos legais internacionais e colocar a Mata Atlântica, nesse contexto, como um bioma central para a Década da Restauração, para o Acordo de Paris e para a Convenção da Biodiversidade. Isso é um contexto internacional superimportante, que tem que guiar todas as políticas públicas.

Qual é o caminho? Onde a gente quer chegar? A Rita já falou: é o desmatamento zero. Esse é um compromisso do Brasil, deste Governo e do Estado brasileiro com o mundo e com a nossa sociedade. É urgente, necessário e inquestionável. Como a Rita colocou, do ponto de vista científico, é inquestionável.

Por que precisa parar de desmatar? Não tem mais por que justificar, frente às crises da biodiversidade e do clima e de todos os impactos que isso causa para a gente, frente à covid, frente à dengue. Tudo isso tem a ver com desmatamento e com biodiversidade também.

Então, desmatamento zero é fundamental, e, para isso, do que a gente precisa na Mata Atlântica é a aplicação rigorosa da lei.

E daí tem um recado para esta Casa e também para o Governo Federal, Rita, que é uma recomendação muito forte sobre a aplicação da Lei da Mata Atlântica, porque, nessas regiões de fronteira e de transição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes ela não é reconhecida, é contestada e não é aplicada, inclusive, por autoridades públicas. Então, é um tema que eu vou deixar para a Malu explorar um pouco, mas aí tem um papel do Legislativo e do Executivo.

Muito importante afirmar e aplicar e garantir a aplicação da Lei da Mata Atlântica, principalmente nessas regiões de transição com os outros biomas.

E o próximo passo, além do desmatamento zero, é a restauração. A gente tem que plantar a Mata Atlântica e todos os outros biomas para devolver o que a gente perdeu e que nos faz muita falta.

A principal política pública para isso é o Código Florestal, que continua andando em passos muitíssimo lentos. Tem uma coordenação do Ministério do Meio Ambiente em relação a isso – não é, Rita? –, do Serviço Florestal Brasileiro. É importantíssima essa coordenação, porque os estados é que têm o papel de implementar, mas isso continua indo muito lento, só na Mata Atlântica a gente tem que restaurar por volta de 3 milhões de hectares de APP, de mata ciliar. Se a gente estivesse no lugar onde deveria estar, a tragédia do Rio Grande do Sul teria sido menor, não que ela não aconteceria, mas muitas das tragédias ambientais e dos impactos das mudanças climáticas seriam menores, tanto das chuvas quanto das secas. Se a gente tivesse mais floresta, faltaria menos água e as enchentes seriam menos dramáticas e catastróficas. A gente tem que plantar 3 milhões de hectares de floresta para proteger nascentes e rios na Mata Atlântica, é obrigação.

Os Ministros da Agricultura e as autoridades comemoram que a gente está fazendo CAR. Isso é de 2014, a instrução normativa do CAR. Este mês também é o mês em que a gente comemora 12 anos da publicação do Código Florestal. Código Florestal é plantar floresta, não é registrar imóvel em cadastro. Isso é uma etapa. O objetivo do Código Florestal, nessas regras de transição de 2012, é restaurar o que foi feito... Isso não está acontecendo. Isso vai a passos muito lentos.

Então, eu queria dar esse recado aqui, tanto para a Rita levar para a Esplanada quanto para esta Casa e a outra, que tentam desmontar o que já não está funcionando e dar prazos mais largos para o que não está funcionando, desestruturando uma política que é fundamental para não ter mais Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Belo Horizonte e litoral de São Paulo acontecendo toda hora.

Eu queria fechar aqui citando o relatório do IPCC, que é o painel da ONU dos cientistas que assessoram a Convenção do Clima, que deixa muito clara a urgência da crise climática, mas ele também deixa muito claro, no último relatório síntese, que o mundo tem o capital, a ciência e a tecnologia para resolver o problema. O que a gente leva para fora é que o problema já foi, que já era, e os meus filhos não querem ter filhos porque o mundo já era. Não é isso. Nós temos condições, a gente não muda porque não quer ou porque alguém não quer.

Óbvio que a engrenagem é muito pesada, as mudanças são gigantescas. Isso não é um desafio pequeno, mas ele é totalmente possível, necessário, urgente e está ao nosso alcance. O Legislativo tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

papel, o Executivo, o Judiciário, a sociedade civil, nós temos que andar juntos para resolver esse problema e garantir esse futuro, que está ao nosso alcance. Ele é urgente, e os impactos de não fazer são caríssimos e muito desiguais. Eles afetam de maneira muito desigual a população.

Eu poderia ficar falando o dia inteiro aqui sobre isso, mas eu vou encerrar minha fala. Quero agradecer muito à Eliziane, que é uma superguerreira dessa pauta, a Lidia e a Malu, que estão aqui também todo o tempo nos apoiando para a gente poder fazer... Quero deixar a Fundação SOS Mata Atlântica à disposição para essa agenda, que é um ganha-ganha para todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Luís Fernando, pelas suas colocações.

Vamos aprofundar o debate bastante ainda agora, mas agora há pouco estava aqui vendo que a *Folha de S. Paulo* destacou que as previsões não são as melhores, sobretudo para o Rio Grande do Sul. A gente sabe que o impacto em uma região acaba afetando todas as outras regiões, e a expectativa lá é de que, depois das cheias, nós possamos ter uma grande seca. Então, é claramente o impacto das mudanças climáticas.

Nós vamos ouvir a Malu. Depois da Malu... Ela vai nos fazer uma exposição mais ampla também, assim como os demais colegas, sobre a Mata Atlântica.

Pois não, Malu.

A SRA. MALU RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia, Senadora Eliziane Gama, colegas, ambientalistas, heróis e heroínas da resistência, que é o que temos feito aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados.

Senadora Eliziane Gama, quero parabenizá-la pela condução desta Comissão, extremamente importante, de Defesa da Democracia e destacar o quanto representa de importância para nós, sociedade civil, sobretudo brasileiros e brasileiras da Mata Atlântica, que são mais de 70% da população do país, essa virada, essa linda árvore (*Palmas.*), cheia de esperança, trazendo diálogo, gênero, resiliência, sustentabilidade, para que esta Casa, assim como o clima mudou, também mude. Essa é a nossa expectativa em relação à participação da sociedade, à cidadania e ao que representa para nós a democracia.

O 8 de janeiro parece que ainda não terminou, porque, apesar das grades que foram retiradas pelo Presidente do Senado daqui, do entorno do Congresso Nacional, ainda é difícil, Senadora, chegar até aqui.

A gente tem que entrar por uma portaria, não pode passar pela outra, a sociedade tem que ter um crachá, uma credencial, e esta Casa é a Casa da democracia, é o berço da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que a gente possa abrir essas portas e acolher, que essa virada sustentável seja, realmente, sustentável, e que a gente possa voltar aqui para celebrar, de fato, a Mata Atlântica e todos os biomas, como agenda positiva; mas o pacote da destruição, Senadora, continua firme na Casa, e o Senado Federal tem sido a nossa barreira de contenção de danos.

Agradecemos imensamente o papel do Senado na retirada daqueles jabutis no ano passado, que acabavam com a lei da Mata Atlântica.

Aquilo foi fundamental, sobretudo na manutenção dos vetos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente este que, ao lado da Ministra Marina, sancionou a lei da Mata Atlântica, uma lei que só existe pela presença ativa e aguerrida da sociedade civil e da comunidade científica.

A Rita colocou muito bem que o que desmata, o que destrói a Mata Atlântica e todos os biomas – certamente a maior ameaça – é mesmo o negacionismo, essa posição que renega a ciência, que renega a governança e a participação da sociedade, destruindo os pilares da nossa Constituição Cidadã.

Agradecemos ao Fabio Feldmann, nosso querido Presidente da SOS, Deputado constituinte, por dotar o nosso país de uma Constituição Verde Cidadã.

Nós temos uma Constituição Verde Cidadã, e quiçá venha a ser uma Constituição também azul, tendo o reconhecimento do bioma marinho e a aprovação pela Câmara dos Deputados da PEC 6, que torna o acesso à água limpa um direito fundamental dos brasileiros e brasileiras – assim como é um direito fundamental, das atuais e futuras gerações, a existência da biodiversidade da Mata Atlântica. Esse é um grande ativo do nosso país e, infelizmente, vem sendo cada vez mais dilapidado. O nosso Código Florestal, como muito bem colocou o Luís Fernando, não é mais um código florestal, é um código rural. Ele trata de tudo em relação aos usos errados do solo e muito pouco da floresta, que deve ser protegida.

Evidentemente, a Mata Atlântica e a restauração da Mata Atlântica nesta Década da Restauração de Ecossistemas são fundamentais para minimizar e mitigar os impactos do clima. Então, nós esperamos, Senadora, ficamos à disposição desta Casa para, realmente, uma virada sustentável; para que a Frente Parlamentar Mista Ambientalista, coordenada por V. Exa., seja de fato uma frente que traga uma onda de restauração, de regeneração da cidadania, da democracia e de todos os nossos biomas.

Acho que a Década da Restauração de Ecossistemas é também uma década da restauração da ética, da nossa capacidade de compaixão, de resistência e de solidariedade para com aqueles refugiados climáticos, que serão muitos no Brasil. Nós crescemos aprendendo – a minha geração, sobretudo – sobre os flagelos da seca no Nordeste, no Semiárido brasileiro, como se esses flagelos hoje não acontecessem em todo o território nacional. Nós já estamos sofrendo com a falta d'água em várias regiões do Sudeste, enquanto outras estão praticamente submersas. A seca na Amazônia assustou muita gente, vem assustando, deve ser ainda mais intensa; a diminuição das águas no Pantanal; o aquecimento do nosso mar nas áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

costeiras, com erosão costeira. Então, agora é o momento de esta Casa editar leis mais protetivas, leis que realmente tragam resiliência e sustentabilidade e que nos ajudem numa adaptação climática.

Para encerrar, todas as organizações que aqui estão, que fazem parte da Frente Ambientalista, dos observatórios do clima, do Código Florestal, do Observatório da Governança das Águas, querem dar as mãos, Senadora, a V. Exa. e aos demais Parlamentares, para que a gente caminhe para a COP da biodiversidade, para a COP do clima, com propostas realmente positivas para a nossa sociedade, contra o racismo ambiental, contra esse negacionismo e em favor da vida e dos nossos biomas.

E viva a Mata, que é nossa casa!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Malu Ribeiro, que é Diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica.

Com a palavra agora – agora, sim – a Marcia Hirota, que é a Presidente do Conselho da Fundação SOS Mata Atlântica.

Marcia.

A SRA. MARCIA HIROTA (Para expor.) – Bom dia, Senadora. Quero cumprimentá-la pela iniciativa de organizar este encontro.

Nós estamos num período importante, institucionalmente importante para o país.

Foi muito bom contar com o Deputado Fábio Feldmann nesta audiência pública. Ele que, como a Malu colocou, foi um Deputado constituinte e lutou pelo capítulo do meio ambiente, tornando a Mata Atlântica e outros biomas e territórios como patrimônio nacional e, desde então, liderou todos os esforços para as normas e dispositivos legais de proteção da Mata Atlântica, que é o único bioma que tem uma lei especial. Nossa luta tem sido em prol da integridade dessa lei e junto com as organizações da sociedade civil, governos, ministérios públicos e sociedade, fazendo com que essa lei seja implementada e seja cumprida.

Nós estamos exatamente entre o período da semana da biodiversidade da Mata Atlântica. Ontem, Malu e eu estivemos no Ministério do Meio Ambiente. Secretária Rita, parabéns por liderar essa agenda da biodiversidade. A Mata Atlântica, sendo um dos biomas mais ricos em termos de biodiversidade e sendo o país também uma potência em termos de diversidade de espécies vegetais e animais, é uma responsabilidade maior para todos nós.

A SOS Mata Atlântica tem a missão de engajar a sociedade na defesa da Mata Atlântica. Neste ano, completamos 38 anos e nossa luta tem sido essa. Dois terços da população brasileira vivem nessa região, nós dependemos dos recursos da floresta, dos recursos naturais para garantir a nossa sobrevivência, então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a luta tem sido principalmente com relação a agendas positivas e políticas robustas em defesa da Mata Atlântica para garantir não só a proteção dos ambientes, mas também a segurança das pessoas. É pelas pessoas que nós também lutamos por mais qualidade de vida, por bem-estar, por uma vida mais sadia, principalmente para as futuras gerações.

Quero agradecer, Senadora, e dizer que para nós é muito orgulho poder trilhar essa jornada com pessoas, com instituições comprometidas com a agenda ambiental, quero dizer do nosso compromisso também e reforçar o nosso compromisso pelo fortalecimento do trabalho da Frente Parlamentar Mista Ambientalista. Lidia Parente está aqui e secretaria a frente e contamos com a participação de outras organizações também, e a Malu; que vem fazendo todo o trabalho de políticas públicas. Também quero dizer que para nós é muito importante que a gente tenha esse trabalho conjunto. A luta pela Mata Atlântica é uma luta coletiva e nós precisamos contar com a participação para que a gente tenha agendas mais efetivas, para que a gente tenha todos os esforços em recuperação e proteção do que resta da Mata Atlântica no Brasil.

Eu quero dizer que o Luís Fernando colocou um pouco sobre o cenário atual do desmatamento, os esforços para a restauração florestal. A SOS Mata Atlântica vem fazendo um trabalho grandioso para a recuperação da floresta e dos nossos ecossistemas e esse é o compromisso que eu trago aqui, dizendo que todo esse trabalho do Atlas, que é desenvolvido desde 1989, já passou por várias equipes, mas que continua, ao longo desses 30 anos de atuação, fazendo com que a gente tenha dados permanentemente atualizados à disposição do poder público, à disposição dos gestores, da Secretarias de Meio Ambiente, das Prefeituras Municipais e de todos aqueles que usam esses dados, e, sobretudo, contando também com a participação da academia, para que a gente também promova todos os esforços para o avanço da ciência, com mais conhecimento sobre o bioma, subsidiando as políticas públicas.

Então, esse compromisso de manter esses dados permanentemente atualizados é também para garantir a continuidade da proteção da Mata Atlântica e, agora, os esforços cada vez mais ampliados pela sua restauração.

Então, quero dizer que o Luís Fernando vem liderando todo esse trabalho junto com o Inpe, junto com o MapBiomas, contando também com uma rede de cientistas, fazendo com que a gente possa cada vez conhecer mais a floresta.

Eu estava vendo esses dias as reportagens que saíram sobre o desmatamento da Mata Atlântica e, aí, a gente vê aquele quadro da Mata Atlântica, da área original, o mapa de aplicação da lei e o que nós temos hoje. Então, é muito pouco. Se a gente olhar para as florestas maduras, nós temos 12%; se a gente olhar para todas as áreas naturais, nós temos 24%.

Pensando que a Mata Atlântica tem uma riqueza em termos de espécies endêmicas, ou seja, que ocorrem numa determinada região, eu fico imaginando quanto de valor o país tinha, mas que foi destruído

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e sequer conhecido. Então, o que resta da Mata Atlântica precisa ser preservado e as pesquisas, os estudos, o avanço da ciência também, porque nós precisamos promover todo o conhecimento possível nas áreas que ainda detêm a floresta para que a gente possa, cada vez mais, evoluir nessa direção.

Por fim, eu gostaria de falar das agendas positivas. O trabalho que a SOS Mata Atlântica vem fazendo é esse esforço na restauração florestal. A Malu também citou essa agenda da água, da água limpa, da PEC, todo o esforço que a gente vem fazendo para fortalecer essa causa, e também de áreas protegidas. Nós precisamos fazer com que as unidades de conservação, que reúnem todo esse potencial em termos de biodiversidade, sejam garantidas, mas também nós precisamos fazer com que essas unidades sejam ampliadas. Nós temos muitas áreas de remanescentes florestais que ainda não estão num grau de proteção efetivo e muitas áreas que podem ser protegidas pelos proprietários de terra. Nosso trabalho é pelo fortalecimento das unidades de conservação, seja no âmbito federal, seja nos 17 estados da Mata Atlântica, mas nós temos 3.429 municípios na Mata Atlântica, que também têm que olhar para o seu espaço local, garantir que essas áreas sejam preservadas, mas também trazer os proprietários de terras para a criação das reservas particulares do patrimônio nacional.

Nós criamos, junto com outras organizações, cerca de 500 – quase 500 – RPPNs, e essa é uma agenda que é muito positiva. São proprietários e proprietárias de terras que são verdadeiros guardiões da natureza.

Então, essa rede de proteção e de defesa da Mata Atlântica precisa ser ampliada e é o nosso compromisso, cada vez mais, mobilizar a sociedade na defesa da Mata Atlântica, mas contando com a sua participação, contando com esta Casa, com a Frente Parlamentar Ambientalista – que está sob a sua liderança, Senadora Eliziane –, com os governos, e fazer com que essa agenda evolua, cada vez mais, com oportunidades positivas, mas também com o desenvolvimento aliado à conservação da natureza.

É isso o que nós queremos, é por isso que nós lutamos. E, como Malu disse, viva a mata!

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pessoal, nós já ouvimos os nossos expositores e nós temos aqui uma lista de perguntas pelo e-Cidadania... (*Pausa.*)

Nós estamos com uma lista de perguntas aqui do e-Cidadania e eu vou usar a seguinte situação, colegas: eu vou ler todas as perguntas, porque são várias perguntas, e vocês podem fazer uma anotação daquilo que vocês acharem pertinente para fazer um comentário.

Eu vou abrir, mais uma vez – para a gente fazer o fechamento da nossa audiência –, para ouvir os senhores com as considerações finais. Então, vocês fazem a consideração e já fazem o comentário daquele tema que vocês acharem pertinente, a partir dessas várias perguntas que farei agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Leandro, do Amazonas, diz o seguinte: "Diante dos recentes desastres ambientais [...], quais ações imediatas serão tomadas para fortalecer a legislação de proteção ambiental?".

O Ataíde, de São Paulo: "O que o Brasil pensa sobre a agrofloresta [...] quanto tempo para que esse tema se torne um assunto dentro da política de preservação?".

O César, de São Paulo: "Como a preservação da Mata Atlântica pode auxiliar na diminuição dos frequentes desastres provocados por eventos climáticos extremos?".

O Daniel, do Paraná: "Como as mudanças climáticas estão afetando a biodiversidade da Mata Atlântica?".

A Vivian, do Acre: "Há projetos para realizar ações educativas [...] [de] intervenção, plantando árvores nativas e dispositivos de resfriamento naturais?.

A Mirian, do Rio de Janeiro: "[...] Como a política atual está abordando a questão da preservação da Mata Atlântica? Quais são as barreiras e como superá-las?".

A Renata, de São Paulo: "Como [...] [regenerar] [...] Áreas de Preservação Permanente com matas ciliares suprimidas [...]? Haverá nova legislação?".

O Daniel, do Paraná: "Como as comunidades locais e indígenas estão sendo envolvidas nos projetos de conservação da Mata Atlântica?".

A Gabriella, de Minas Gerais: "Quais os planos para aumentar a resiliência de restingas e mangues e garantir a salvaguarda da Zona Costeira das cidades litorâneas?".

A Josyclaudia, do Mato Grosso: "Falamos de preservação e retomada de espaço, mas não vemos na mídia ações [...] [a respeito]. Quais são as metas para os próximos cinco anos?".

A Gabriele, de São Paulo: "Como conciliar o avanço do agronegócio e a urbanização com a preservação da Mata Atlântica, sem comprometer os direitos das comunidades?".

Sâmia, do Rio de Janeiro: "Atualmente, quem são os maiores responsáveis pelo desmatamento da Mata Atlântica? Em que dados podemos basear para responder essa pergunta?".

Deivide, de Minas Gerais: "Existem programas voltados para o incentivo a agroflorestas em áreas degradadas de Mata Atlântica?".

Ana, de São Paulo: "Como [...] [declarar] a Mata Atlântica como patrimônio nacional dos brasileiros contribui para sua conservação?".

Mírian, do Rio de Janeiro: "Quais são as melhores práticas internacionais em termos de preservação de florestas que poderiam ser aplicadas à Mata Atlântica?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriella, de Minas Gerais: "[...] como o desenvolvimento da indústria farmacêutica brasileira pode ajudar na proteção da Mata Atlântica e da Amazônia?".

Ana, do Distrito Federal: "Por ser uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, se faz necessário uma política de preservação e fiscalização mais eficazes!".

Bill, de São Paulo: "O transporte de passageiros e de carga por trilhos, em trens elétricos, evitaria toneladas de emissões de [...] gás carbônico por aeronaves e outros modais".

Então, esses são os questionamentos, e eu quero iniciar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Só esses. (*Risos.*)

Eu quero iniciar pela... Vamos começar, então, pelo Fernando, tá? O Fernando Guedes já faz a sua colocação, a sua exposição final e faz um comentário se achar algum dos sistemas pertinentes.

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO (Para expor.) – Está jóia.

Você recomenda quantos minutos, Eliziane?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Cinco minutos. (*Risos.*)

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Está bom.

Alguém me ajuda aí com o tempo? (*Pausa.*)

César, desastres naturais e preservação da Mata Atlântica. Conservar a Mata Atlântica e todos os biomas diminui os riscos dos desastres naturais. Então, a primeira coisa é, quando a gente está destruindo a natureza e as florestas, a gente primeiro está emitindo gás de efeito estufa e está botando lenha na fogueira na mudança climática e no aquecimento global. Isso é um processo global planetário, mas, se a gente está desmatando, a gente está contribuindo para isso ser mais intenso. Agora, localmente, o efeito dos eventos climáticos extremos, das grandes chuvas são acentuados por a gente ter destruído a nossa natureza. Então, a ligação é essa, quanto menos a gente destrói a natureza, menos desmata, menos a gente está botando lenha na fogueira da mudança climática; quanto mais a gente preserva e restaura, a gente está atenuando a mudança climática e os efeitos dos eventos extremos, mas eu precisaria ficar aqui uma manhã falando sobre isso.

Sobre regenerar a APP e nova lei, a gente não precisa de mais lei para a regeneração de APP, a gente tem que aplicar o Código Florestal. A lei já está aí, ela é muito clara, nós temos uma dívida para plantar, ela precisa ser implementada. Existe uma política que se chama Planaveg, que está no Ministério do Meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiente, que também vai articular outras ações de restauração, mas a principal política pública a gente já tem, a gente não precisa criar uma nova lei.

Sobre a participação da comunidade, de comunidades, enfim, eu queria mencionar aqui o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, que é uma aliança coletiva que envolve mais de 300 organizações, entre ONGs, empresas, governos e academia. E ali existe um envolvimento também de comunidades que eu acho que é uma iniciativa extremamente importante para a restauração da Mata Atlântica e sempre tem que ser considerada.

Quais são os principais... A pressão sobre a Mata Atlântica, eu já falei aqui, que é a expansão da agricultura, principalmente das cidades, tem um efeito muito local – e o turismo.

E, sobre a questão de dados, a gente tem dados; hoje não falta dado sobre desmatamento. E, para descobrir quem são os maiores desmatadores, a gente tem os dados do Atlas da Mata Atlântica e tem os dados do MapBiomas. Tem uma plataforma do MapBiomas com alertas de desmatamento, e qualquer pessoa pode ir lá ver os alertas, fazer consultas; lá tem a identificação geográfica das áreas desmatadas, com o CAR, caso seja uma área registrada com CAR. Enfim, é possível saber, sim, onde estão... E a gente não sabe quem é, porque, para saber quem é, a gente precisaria do CPF, do CNPJ do dono da terra, mas a gente consegue chegar muito perto disso. E as autoridades públicas, sim, conseguem chegar a quem é.

Senadora, muitíssimo obrigado pela oportunidade.

Lídia e Malu, obrigadíssimo por também apoiar essa organização.

E contem conosco.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, de coração, Fernando.

Vamos passar agora aqui a palavra para a Malu Ribeiro.

A SRA. MALU RIBEIRO (Para expor.) – São muitas perguntas, mas eu vou começar pela mais fácil. E me parece que é uma cidadã paulista que pergunta como tornar a Mata Atlântica patrimônio nacional e aí defendê-la. A Mata Atlântica já é patrimônio nacional, declarada na Constituição de 1988, como nós falamos.

E também foram várias perguntas que falam sobre a questão das APPs urbanas. Nós tivemos um revés muito grande nesta Casa, na Câmara e no Senado, aprovando uma lei, no Governo antiambiental que nós tivemos, que passa aos municípios a competência de definir as áreas de preservação permanente urbanas. E, contra esse retrocesso, nós temos uma ação direta de inconstitucionalidade que tramita no Supremo Tribunal Federal e que nós esperamos que avance agora diante disso que vem acontecendo no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espírito Santo, que aconteceu em São Paulo e que agora, de uma forma muito intensa, que a gente só lamenta, no Rio Grande do Sul. Essa nossa ação direta de inconstitucionalidade é movida em conjunto por uma rede de organizações: Observatório do Clima, WWF, Instituto Socioambiental, Rede de ONGs da Mata Atlântica, Apremavi, SOS Mata Atlântica. Então, infelizmente, quando a gente não consegue defender um patrimônio nacional aqui no Congresso Nacional, a gente precisa das demais instituições, sobretudo o Judiciário, para essa defesa.

Em relação às comunidades indígenas e tradicionais, é fundamental o reconhecimento da importância dos povos originários da Mata Atlântica, dos quilombolas, das comunidades periféricas das áreas urbanas, que são aquelas que vivem e manejam a sua vida de acordo com a proteção e a existência da floresta.

Também temos aqui vários direitos conquistados na nossa democracia que estão ameaçados e que fazem parte do pacote da destruição. Então, é fundamental que vocês que nos assistem e que mandam essas perguntas acompanhem efetivamente o que acontece aqui. A gente tem, inclusive, um GT Juventudes que reúne jovens na Frente Parlamentar Mista Ambientalista para ação efetiva aqui junto ao Congresso.

E, por fim, há a questão costeira, com a salvaguarda das nossas áreas costeiras, com essa questão do avanço do nível do mar.

As fisionomias da Mata Atlântica, que são áreas protegidas, como os mangues e as restingas, são fundamentais para minimizar esses impactos climáticos. Aquela cultura de ter uma habitação com pé na areia ou grandes *resorts* encontra agora um eco muito negativo e perverso aqui no Senado Federal, que é passar, acabar com as áreas de marinha, áreas protegidas na nossa Constituição, que pertencem... Então, a Marinha representa a União, a nossa nação. Esse é mais um projeto de lei que o Senado precisa segurar para nós, para que não haja mais catástrofes nas nossas áreas costeiras, tendo em vista a mudança do desenho, da geografia que o aumento do nível do mar vai trazer.

E a última pergunta é sobre a questão da fiscalização e a eficiência. Nós temos trazido alguns instrumentos que são extremamente importantes, que se valem da tecnologia e da ciência para esse combate diário contra o desmatamento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MALU RIBEIRO – Um deles, só para encerrar, é o embargo remoto, que utiliza as imagens de satélite, uma tecnologia eficiente para controle e combate ao desmatamento, mas o principal controle de combate ao desmatamento é a participação da sociedade civil.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) **–** Muito obrigada, Malu, de coração.

Eu quero registrar aqui, na verdade, a presença do Marcos Woortmann, que é... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar aqui a palavra ao Dr. Marcos Woortmann, que é do IDS. Ele é um dos coordenadores da Virada Parlamentar Sustentável, que vai também trazer uma palavra aqui para a gente. Então, eu vou passar aqui a ele e depois continuo com os demais.

Na verdade, eu queria lhe pedir aqui...

Parece que o Dr. Fernando quer fazer uma breve colocação. Desculpem-me o atrapalho, mas eu vou passar aqui rapidamente. Acho que ele quer complementar alguma fala. Na sequência, o Dr. Marcos Woortmann.

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO (Para expor.) – Obrigado. Sobre essa questão de dados... (*Fora do microfone.*) Obrigado.

Sobre a questão de dados, eu queria aproveitar aqui e lembrar de um assunto muito importante que está no Congresso Nacional, para a gente avançar na política ambiental brasileira, que é a adesão do Brasil ao Acordo de Escazú. O Acordo de Escazú... (*Palmas.*) trata da aplicação dos conceitos e princípios do governo aberto, que são participação, transparência e uso de dados. Isso está encalhado aqui nesta Casa. O Brasil é um dos países fundamentais nisso, e o Congresso precisa avançar nessa direção. Isso vai nos permitir avançar muito na governança ambiental.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigado... (*Fora do microfone.*)

querido. Importantíssimo registro.

Com a palavra o Marcos Woortmann.

O SR. MARCOS WOORTMANN (Para expor.) – Obrigado, Senadora Eliziane.

É um prazer e uma honra estar aqui, compartilhando este momento de fala com vocês nesta Comissão tão importante, de defesa da democracia, na qualidade de Coordenador da Virada Parlamentar Sustentável, que é uma iniciativa que reúne 75 organizações. No ano passado, nós tivemos a felicidade de ter juntas 65; neste ano, 10 mais, entre também empresas, também universidades, também centros de pesquisa, todos eles fazendo sua parte nesse momento e trazendo exatamente o eco da ciência, das boas práticas, do diálogo e das legislações que nós precisamos ver aprovadas nesta Casa.

Infelizmente, esta Casa tem sido alvo – infelizmente, de forma verdadeira –, de uma série de notícias negativas, haja vista o pacote da destruição, haja vista o descolamento da realidade de algumas frentes parlamentares de atuação muito incisiva nesse espaço, que parece que não habitam o mesmo país; parece que, quando saem do espaço desta Casa, não estão nos mesmos biomas; que, quando andam de avião e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

circulam por todo o Brasil, não vivem no mesmo país que nós, mas o restante da sociedade está aqui para lembrar.

Existe muita legislação que precisa aprovar bons projetos, desde emendas parlamentares, como, por exemplo, a PEC do clima, que institui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS WOORTMANN – ... a segurança climática no nosso país, na Constituição, como também em outros diversos projetos, que precisam fazer eco e consolidar a nossa legislação ambiental, como muito bem lembrado aqui pelo Luís também, inclusive acordos internacionais. E um acordo que, inclusive, tem uma peculiaridade muito interessante, no caso, é o Acordo de Escazú, que foi baseado no ordenamento legal brasileiro, para ser levado como um exemplo, e aí então é o ponto de maior interesse. Vemos como ainda está frágil ainda a nossa legislação, porque, em tese, não seria necessário um acordo internacional para fazer valer aquilo que a nossa Constituição já prevê; porém, nos anos passados, de intenso retrocesso democrático, foi percebido, de maneira tão clara, como não apenas os instrumentos normativos brasileiros são necessários, mas também o ancoramento dos direitos humanos, da sustentabilidade em todos os instrumentos que se façam possíveis.

Dessa forma, Senador, a gente quer agradecer profundamente todo o amparo que esta Comissão, que o seu mandato e que todas as pessoas que aqui trabalham com você, também da Frente Parlamentar Ambientalista, que tem sido uma parceira desde a concepção desse projeto, em fazer avançar todas essas agendas.

Gostaríamos de fazer aqui a entrega desse relatório, que é também um instrumento de transparência da nossa parte. Nós, que estamos aqui reunindo tantas redes, trabalhando com um processo de construção de confiança e diálogo, fazemos questão também de dar esse exemplo.

Neste relatório aqui estão descritos os 27 Parlamentares que participaram conosco, ativamente, no ano passado – esperamos que, neste ano, sejam ainda mais –; 37 audiências públicas que foram realizadas e um resumo de tudo aquilo que a gente espera e tem esperança; e 88 projetos que esperamos ver aprovados ainda nesta legislatura e para os quais a gente se coloca plenamente à disposição, em apoio aqui ao trabalho da senhora também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Dr. Marcos. Recebemos, com todo o carinho, então.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando aqui, agora, com a palavra a Rita de Cássia Guimarães Mesquita, que vai fazer também as suas considerações finais.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MESQUITA (Para expor.) – Bom, Senadora, vieram muitas perguntas, e eu vou tentar complementar dentre as respostas que já foram dadas.

Então, acho que um ponto talvez bastante interessante seja a questão da recuperação da vegetação por meio das agroflorestas. Isso é importante porque as agroflorestas, além de trazerem uma outra forma de nós produzirmos riquezas e realmente fazermos uso socioeconômico da biodiversidade local nativa, também nos ajudam com essa restauração, com esses processos de restauração.

Então, o Ministério do Meio Ambiente tem, sim, uma preocupação e alguns programas. Estamos, neste momento, numa discussão bastante avançada com o MDA para lançar o Programa Nacional de Florestas Produtivas, e esse programa, basicamente, busca fazer o casamento da restauração de vegetação nativa com sistemas que possam manter também a produção, uma produção, vamos dizer assim, de uma sociobioeconomia diferenciada, porque trabalha com os ativos da biodiversidade nativa brasileira. Então, esse programa deve realmente alavancar essa atividade de restauração produtiva das nossas florestas e dos nossos sistemas, mesmo os não florestais.

Quanto à pergunta sobre como regenerar a Mata Atlântica, acho que existe muito acúmulo já na academia, nas instituições, nas organizações não governamentais e com as organizações dos povos e populações tradicionais, para que a gente efetivamente faça isso. E eu acho que não é a falta do conhecimento, mas é a falta das oportunidades para que isso possa acontecer, lembrando que uma restauração de uma floresta não é uma coisa que você faz... Você não está plantando alface, você não vai colher em seis meses. São atividades de longo prazo, que exigem que haja uma segurança sobre a terra, uma segurança fundiária, porque é um processo de longo prazo. Você não restaura... Você destrói uma floresta em um dia, mas você não a recupera em dez anos. Então, nós temos que assegurar que esses esforços e essas iniciativas também estejam amparados por outras medidas, para assegurar esses territórios. E isto é uma enorme preocupação do Ministério do Meio Ambiente: reconhecer e assegurar os territórios tradicionais de todos os povos tradicionais brasileiros.

Aqui a gente não está falando... Claro que nós temos uma preocupação, e a Ministra Marina Silva, especialmente, tem uma preocupação com o reconhecimento dos territórios indígenas, dos povos indígenas, mas também a gente precisa reconhecer que populações tradicionais brasileiras são de uma grande diversidade. Então, se a gente anda pelo país, nós temos... E esses povos se organizam em torno do uso de recursos da biodiversidade brasileira. Muitas vezes, é isso que define seus modos tradicionais de vida. Então, nós precisamos trazer as respostas a toda essa diversidade.

Eu queria dizer que, por mais que a gente aumente e amplie os esforços da fiscalização do comando e controle, é importante lembrar o que está na nossa Constituição: a responsabilidade por cuidar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrimônio natural brasileiro é de todos nós. Então, não haverá jamais quantidade suficiente de pessoas para cuidar da fiscalização se os agentes que trazem a destruição não compreenderem também a sua responsabilidade e o seu papel. Então, é preciso que o cidadão compreenda que ele também é parte da solução.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MESQUITA – E, por fim, eu queria dizer que a Mata Atlântica já é patrimônio dos brasileiros desde a nossa Constituição. Então, nós estamos aqui justamente falando que isso sozinho não foi suficiente para assegurar a proteção. Então, é preciso que haja um grande pacto com a sociedade brasileira, e a melhor maneira de combater todos esses impactos é cada cidadão compreender a relevância desses ambientes, a relevância das áreas protegidas, a relevância das espécies ameaçadas, para o seu próprio bem-estar. E ele precisa buscar informações confiáveis e informações de qualidade e desconfiar de informações que dizem o contrário, porque, se a gente não contrapuser a disseminação de notícias falsas, das *fake news*, com o conhecimento ancorado na melhor base confiável que a ciência pode produzir e colocar a serviço do cidadão, não haverá esperança. Nós temos que continuar trabalhando para ampliar o acesso da sociedade brasileira à informação de melhor qualidade e controlar as iniciativas que buscam desviar o entendimento do cidadão e afastá-lo da realidade. E a realidade está chegando à casa dele, a realidade está batendo na cara dele. Então, nós precisamos ter mais esforço de ampliar o acesso de todos à informação de boa qualidade. Vai ser assim que nós vamos nos contrapor a tudo isso que a gente tem visto aqui.

Eu vou ficar por aqui.

Muito obrigada e parabéns mais uma vez por abrir esse espaço de diálogo. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Rita, de coração.

Vamos, então, a nossa última participante, agora com as considerações finais, que é a nossa querida Marcia Hirota.

A SRA. MARCIA HIROTA (Para expor.) – Quero só agradecer, Senadora Eliziane. Acho que a Secretária Rita, a Malu Ribeiro e o Luís Fernando já colocaram os pontos principais. Reforço o nosso compromisso de continuarmos firmes nessa luta em defesa da Mata Atlântica.

Agradeço a V. Exa. por essa iniciativa nesta Comissão de Defesa da Democracia e Comissão de Meio Ambiente. É muito importante poder tratar desse bioma tão importante para a sociedade e para o país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, querida.

Eu quero agradecer a todos e todas que estiveram conosco nesta audiência pública e deixar aqui, gente, um registro que eu acho muito importante – e vejo até de uma forma muito simbólica, Rita de Cássia –: a realização dessa audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente e pela Comissão de Defesa da Democracia. E, quando eu digo isso – eu acho que foi a Malu que falou do Governo antiambiental –, é pelo momento que nós vivenciamos no Brasil e do enfrentamento diário ao negacionismo que nós ainda temos hoje na sociedade brasileira.

A gente sabe hoje que no Brasil, assim como no mundo, tem avançado uma extrema-direita, de uma forma muito intensa e de uma forma muito organizada, com células no mundo inteiro; de uma forma focada, planejada, organizada, com uma ação clara de implantar, infelizmente, o negacionismo, negando, por exemplo, a questão das mudanças climáticas, muito embora nós estejamos, inclusive hoje, vivendo um drama muito grande, que é o desastre que nós estamos acompanhando, sobretudo, no Rio Grande do Sul. E eu digo isso porque, quando a gente não trabalha de uma forma organizada, a gente tem o avanço desse negacionismo. E temos hoje, na Comissão de Defesa da Democracia, um ponto central nisso, que é juntar forças para que nós possamos ter um processo democrático forte, para que nós possamos ter uma sociedade consolidada cada dia mais e para que possamos ser vigilantes.

Não sei qual de vocês duas falou, mas eu sei que veio daqui a fala que lembrou o 8 de janeiro.

A SRA. MALU RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – Fui eu.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – A Malu lembrou o 8 de janeiro. E o 8 de janeiro, de fato, Malu – você colocou muito bem –, não acabou. O 8 de janeiro é uma ação continuada. Se a gente não for vigilante, se a gente não for atenta ao que está acontecendo, a gente poderá infelizmente vivenciar um 8 de janeiro mais uma vez na história brasileira, porque é uma ação que está lá, a gente sabe que há células espalhadas pelo Brasil inteiro, em vários pontos do Brasil.

Então, acho que o Congresso Nacional, a sociedade civil, vocês, que estão aqui hoje, têm um papel preponderante nessa temática, e aí, portanto, debater questões ambientais, debater questões econômicas, debater questões sociais também é debater a democracia. É por isso que esta Comissão assume esse protagonismo, assume esse ativismo, quando traz para cá o debate sobre a nossa querida e maravilhosa Mata Atlântica, sobretudo a nossa Lei da Mata Atlântica, que tem que ser preservada todos os dias.

Eu quero mais uma vez agradecer a todas e todos.

Nada mais havendo a tratar, nós declaramos encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Marcos do Val, Leila Barros, Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Ireneu Orth e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Fernando Farias, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Giordano, Eliziane Gama e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 17ª e 18ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2024 - CMA, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Discutir propostas para viabilizar o cumprimento das metas da Recuperação Energética de Resíduos Sólidos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares). **Participantes:** Sr. André Galvão, Superintendente – Executivo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente - ABREMA; Sr. Ronei Alves da Silva, Representante Distrital do Movimento Nacional dos Catadores (representante de: Associação Nacional dos Catadores - ANCAT); Sra. Ludmilla Cabral, Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da ABiogas (representante de: Renata Isfer, Presidente Executiva da Associação Brasileira do Biogás - ABiogás); e Sra. Bia Nóbrega, Diretora Executiva do Instituto Vivacidades. **Resultado:** Link para o documentário "Trashed" compartilhado durante audiência: https://www.youtube.com/watch?v=PNOHkOgHPtA. Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/21

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Sessão da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de maio de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 17ª e 18ª Reuniões, realizadas em 15 e 16 de maio de 2024.

Remotamente, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam fiquem como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública com o objetivo de discutir propostas para viabilizar o cumprimento das metas da recuperação energética de resíduos sólidos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), em atenção ao Requerimento nº 15, de 2024, da CMA, de autoria dos Srs. Senadores Jorge Seif, Jaime Bagattoli e Damares Alves.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sr. André Galvão, Superintendente Executivo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema).

Por favor, André. Bem-vindo.

Quero convidar também o Sr. Ronei Alves da Silva, representante distrital do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. (*Pausa.*)

Convido a Sra. Ludmilla Cabral, Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da ABiogás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar a presença da Sra. Bia Nóbrega, Diretora-Executiva da Frente Parlamentar do Petróleo, Gás, Energia e Transição Energética.

Cadê a Bia? (*Pausa.*)

Deu uma saidinha? Mas não é aquela saidinha em que nós estamos votando contra aqui? (*Risos.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ,ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado disporá, para fazer uso da palavra, de até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes mesmo de passar a palavra, nós vamos informar aos nossos expositores que pelo menos seis internautas já se manifestaram, fazendo questionamentos aos senhores e eu gostaria aqui de ler as perguntas feitas pelos internautas, começando pela Gabriela, de Mato Grosso: "Quais regiões do Brasil são prioritárias para a instalação de novas unidades de recuperação energética?".

Carmen, do Rio de Janeiro: "[...] [Diante da] dimensão do projeto, [qual a meta de geração] de emprego e renda [para as pessoas que dependem desse setor?]".

Emanuelle, de Mato Grosso: "De que maneira a recuperação energética de resíduos sólidos contribui para a redução dos impactos ambientais causados por aterros e lixões?".

Sr. Jorge, do Paraná: "Usinas de recuperação energética [...] [têm uma] [...] importância ambiental fundamental, [...] [mas tenho uma] preocupação: qual será o destino [...] [final da queima desses resíduos]?"

Ana, do Rio de Janeiro: "Como erradicar os aterros sanitários em municípios de baixa renda e com uma população altamente comprometida [...] [pela] miséria?" – bateu pesado aqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olívia, lá da Bahia: "Como remunerar de forma justa e direta a população vulnerável que trabalha na coleta de recicláveis pelas ruas [...]?"

Então, essas são as manifestações iniciais dos nossos internautas.

Neste momento, eu quero conceder a palavra inicialmente ao Sr. André Galvão, Superintendente-Executivo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema).

Por favor, meu caro André, que tem até dez minutos, para a sua exposição.

O SR. ANDRÉ GALVÃO (Para expor.) – Boa tarde.

Muito obrigado, Senador Zequinha.

Queria, inicialmente, parabenizar o Senador Jorge Seif por ter apresentado esse requerimento para debatermos um tema tão importante para o nosso país, como é a questão da gestão de resíduos sólidos.

Essa é uma das questões do Brasil que não estão localizadas em uma região específica, ou seja, não é um problema só da Região Norte, só da Região Nordeste, ou só da Região Sul. Não, a gente tem problemas na área de gestão de resíduos por todo o Brasil.

O resíduo sólido é um componente do setor de saneamento básico e, na verdade, todo o saneamento básico no Brasil tem índices de acesso muito baixos, inclusive incompatíveis com a pujança econômica que tem este país. Então, é um setor da infraestrutura que não avançou como os outros, é um setor que, de certo modo, ficou um pouco para trás.

Nas discussões que houve aqui, por exemplo, no Congresso Nacional, do novo marco do saneamento, a gente via, todos os dias, aquela triste estatística de que metade dos brasileiros não tem esgoto tratado. Então, para onde vai esse esgoto? Esse esgoto está indo para algum lugar, está indo para os nossos rios, para os nossos mares, está contaminando os nossos solos...

Em resíduos é a mesma coisa. Então, olhe, se nós temos milhares de lixões a céu aberto, esse lixo que a gente produz, esse resíduo que a gente produz está indo para o solo, no lixão, mas está indo também para o mar, está indo para os rios, está contaminando tudo. Quem costuma, como eu, zapear na internet, no YouTube, vendo aqueles vídeos de resíduos, de plástico vê que existem já rios de plástico. Aqui na América Latina e no Caribe, é comum você ter barreiras de plástico num rio. É como se você estivesse tratando o rio inteiro de uma vez, tirando o resíduo daquele rio todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, para a gente discutir essa questão da recuperação energética de resíduos e da gestão de resíduos sólidos no país, primeiro a gente tem que comentar uma agenda que eu vou chamar do século passado. É uma agenda que não tem a ver com alta tecnologia, que não tem a ver com o que o Japão está fazendo, nem com o que a Suíça está fazendo, nem com o que a Dinamarca está fazendo, mas é uma agenda antiga de colocar o nosso resíduo, o resíduo que a gente produz na nossa casa, num local ambientalmente adequado. Então, é dispor bem do nosso resíduo.

No Brasil, dos 77 milhões de toneladas que a gente produz de resíduos por ano, cerca de 40% vão acabar em lixões. Então, quase metade da população está lançando ali em locais ambientalmente inadequados. E por que eu falo isso? Porque todas as vezes que a gente vai discutir uma tecnologia específica, a gente precisa discutir um pouco das limitações de conjuntura. Por exemplo, por que o Brasil não faz reuso do esgoto tratado? Porque 50% do esgoto não se trata. Então, você só tem um pedacinho que você pode fazer reúso e usar aquela água para alguma coisa.

No resíduo, a gente tem uma situação parecida. Nós temos 60% dos resíduos indo para locais adequados, ou seja, tem uma gestão adequada desses resíduos, e 40% se lançam em lixão. Ora, o lixão não tem controle, é clandestino, chega tudo ali. Então, chegam os caminhões, é uma coisa... Eu não sei se todos aqui já visitaram um lixão, mas é uma situação extremamente degradante. Quando o caminhão chega e despeja o lixo, ali correm aquelas pessoas que estão catando o lixo, mas também os animais – tem porco, tem cachorro, tem criança, tem urubu –, e se compete também pelos resíduos mais nobres. Então, há uma disputa, todo mundo está chegando ali e tentando coletar o resíduo de maior valor. Claro que isso é uma situação meio medieval, vamos dizer assim, ou seja, a gente não está em uma situação confortável, mas 40% dos nossos resíduos estão indo para esse local. Então, realmente a situação não é boa no setor de resíduos no país. Claro, a gente tem também aquelas pessoas que nem a coleta de resíduos têm, nem a coleta de lixo têm. Então, elas precisam queimar na sua própria propriedade, com todas as questões e os impactos ambientais decorrentes dessa prática.

Agora, deixando de lado essa agenda do século passado, a gente tem a agenda atual, a agenda de ponta e a agenda do futuro. Então, com os resíduos – talvez a Ludmilla também vá falar um pouco mais detidamente sobre isso –, a gente consegue, a partir da decomposição de resíduos, gerar combustível. Então, hoje os aterros sanitários... A gente tem 37 aterros produzindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia elétrica a partir de biogás, e hoje já produzem 235MW, que daria para abastecer uma população de 2,5 milhões de pessoas.

Além disso, a partir do tratamento desse biogás que deriva da decomposição da matéria orgânica, do lixo, pode-se produzir também biometano. E a gente hoje, no Brasil, tem seis plantas de biometano autorizadas – no país, no total. Cinco delas, cinco de seis, vêm dos aterros sanitários. A outra está na área do agro, do sucroalcooleiro, etc. Mas a gente tem uma produção de biometano que é liderada pelos aterros sanitários e tem muito mais por chegar, ou seja, a gente ainda tem mais o dobro da capacidade atual a ser aprovada na ANP, na Aneel, etc. Então, a gente consegue falar sobre uma tecnologia de ponta dentro dos aterros sanitários, do combustível do futuro.

A gente discute aqui hoje, na Comissão de Infraestrutura, sobre a questão do biometano e sobre o mandato que tem de descarbonização do setor de gás, por meio do biometano, que pode vir tanto do setor de resíduos, como do agronegócio.

Dentro da questão da incineração, ou seja, da queima do lixo, a gente teve uma experiência muito icônica aqui no Brasil, em 2021, quando houve um leilão A-5, da Aneel, do Ministério de Minas e Energia, em que entraram em leilão projetos de geração de energia a partir de resíduos.

O que teve de resultado desse leilão? Existiam várias fontes, resíduos, eólicos, etc., e, para viabilizar a energia oriunda da queima do resíduo, o valor por megawatt foi de R$600, mais ou menos. O custo da energia, por exemplo, eólica ou solar, é de mais ou menos R$150, ou seja, para viabilizar aquela planta de geração de energia, o valor era de quatro vezes mais, quatro vezes maior, do que o valor da energia comum – eólica, solar, hidrelétrica.

Isso foi apontado, inclusive aqui nesta Comissão, na primeira audiência, pela Diretora do Ministério de Minas e Energia, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ GALVÃO – ... não significa que a gente deva abandonar essa tecnologia.

Teve uma pergunta muito boa que o Senador Zequinha leu, que era assim: "Quais as regiões devem investir nessa tecnologia de queima?". Ora, o que a gente vê, em nível mundial, é que os países que têm menos disponibilidade de terra e um maior poder aquisitivo conseguem viabilizar essa tecnologia bem fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como no Brasil cabem vários países – cabem japões, cabem dinamarcas, suíças, mas também cabem outros países com grandes territórios –, nas regiões mais adensadas do Brasil e que tenham um poder aquisitivo maior, essas tecnologias, com certeza, são altamente viáveis.

A Abrema, portanto, defende todos os tipos de tecnologia. A gente defende a tecnologia de destinação final, os aterros sanitários, a gente defende a tecnologia de produção de biogás para gerar energia elétrica ou para gerar combustível, a gente defende o biometano e a gente defende a queima direta de resíduos, sempre quando tiver a devida aplicação ao caso real.

Por exemplo, nesse leilão da Aneel a que eu me referi, o A-5, quem ganhou esse projeto foi uma associada nossa, a Orizon Valorização de Resíduos, uma empresa que está construindo essa planta em Barueri e que deve, nos próximos anos, começar a gerar energia de resíduos.

Bom, acabou o meu tempo aqui.

Eu queria agradecer e devolver a palavra para o Senador.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – André, essa conversa é extremamente importante. Parabéns pela lucidez que você tem do assunto!

Fizemos uma viagem recentemente a algumas cidades da Europa – Bruxelas, Copenhague e Munique – tratando desse assunto. Os caras lá já dobraram a esquina, estão lá na frente. Nós estamos tentando aqui ver como é que começa, mas é assim mesmo.

Parabéns! Depois a gente volta aí.

É bom pegar esse papelzinho aqui para dar uma olhada nas perguntas que os meninos fizeram, até para, de repente, comentar alguma nas considerações finais.

Eu quero chamar agora para sua exposição a Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da ABiogás, Dra. Ludmilla Cabral.

A SRA. LUDMILLA CABRAL (Para expor.) – Boa tarde.

Primeiramente, quero agradecer ao Senador Jorge Seif por solicitar este debate, aqui no Senado Federal. Quero agradecer a condução aqui dos trabalhos ao Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Ludmilla, estou como Coordenadora de Relações Institucionais e Governamentais da ABiogás, representando aqui a Renata Isfer, nossa Presidente na associação.

Vamos falar um pouco aqui desse setor de aproveitamento energético de todos os resíduos. O André já deu vários *spoilers* do que eu vou falar aqui. Vou falando, Senador, e já respondendo a algumas das perguntas que eu anotei aqui.

Como o André bem disse, quais regiões são prioritárias? São todas, não é? Onde tem lixo, onde tem resíduo, tem prioridade para a gente fazer a recuperação energética.

Apenas para dar um panorama do que é a ABiogás. É uma associação que está completando dez anos. Nós temos, mais ou menos, 160 associados, que representam toda a cadeia do setor de biogás e biometano do país, desde produtores até consumidores, passando pelo pessoal de projetos, de máquinas, de conversores.

Eu tenho que fazer esse *disclaimer* aqui do que é o biogás, do que é o biometano. O biogás, como está bem escrito aí, é uma mistura de gases que é produzida pela decomposição biológica de resíduos orgânicos na ausência de oxigênio. Então, rasgando o verbo, o biogás é tudo aquilo que resta, que sobra. O orgânico, que vai ficar apodrecendo ali no solo, é um substrato para gerar biogás.

E o que é o biometano? O biometano é o gás natural renovável, é um biocombustível derivado da purificação desse biogás de que eu falei anteriormente. E que pode ser substituído... Pode ser um substituto equivalente ao diesel, ao gás natural, ao gás de cozinha, etc. Então, é um segundo processo em que o biogás é purificado e você tira só o metano desse gás, que aí se torna biometano. Ele tem as mesmas características do gás natural fóssil.

O que a gente faz com esse passivo?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Contamina menos.

A SRA. LUDMILLA CABRAL – Não contamina, a gente tira a contaminação. É o que eu trago nesse eslaide.

O que a gente faz, o que o setor de biogás faz? Ele dá vida a um passivo ambiental. Ele consegue pegar tudo aquilo que seria um problema, como o André bem colocou anteriormente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e transformar em energia, quer seja em geração de energia elétrica, quer seja em geração de biocombustíveis. E a gente ainda tem outras consequências naturais, como biofertilizantes, etc.

Atualmente, o setor de biogás está representado dessa forma... E aí vem um dos *spoilers* que o André já deu: quando a gente fala de biogás, a gente tem 885 plantas de geração de energia elétrica. Quando a gente fala de biogás, a gente está falando de geração de energia elétrica. De biometano, nós temos seis plantas, que, como André bem citou, cinco vêm do setor de saneamento, e há ainda outras 21 plantas aguardando autorização na ANP.

Desses quase 1 milhão de metros cúbicos/dia que é produzido hoje, metade, mais ou menos, é comercializado. Então, a gente ainda está aguardando, como o André também bem falou, o dobro para ser autorizado para entrar em comercialização no mercado.

E como vem o crescimento desse setor na matriz energética? Sobre a participação do biogás – e, aí, mais uma vez eu reforço, eu estou falando de energia elétrica –, a gente teve essa evolução, conforme mostram os dados em tela, e deu uma estagnada. Assim, a evolução foi muito rápida, mas, agora, ela está naquele platô. Não tem tido muita evolução, porque a nossa matriz de energia elétrica já é bem renovável no país. Então, muitos têm ido para justamente a parte de biometano, que é a geração do biocombustível, que vem para contribuir na descarbonização da matriz de transportes.

Como eu falei anteriormente, temos 6 plantas produzindo; outras 21 aguardando autorização da ANP; e já foram mapeadas, pela associação, mais 65 para entrar em operação, ou seja, a gente vai chegar, em 2029, com uma produção de aproximadamente 7 milhões de metros cúbicos/dia, e isso vai mais do que dobrar – não é, André? – as expectativas que a gente tem de produção do energético.

Não está passando aqui. (*Pausa.*)

E aí a gente costuma dizer que o Brasil é uma potência em desenvolvimento quando falamos de aproveitamento do biogás e do biometano. Hoje o nosso maior produtor de biometano vem do saneamento, mas o nosso maior potencial está no setor agro. Se todo o resíduo fosse aproveitado, nós geraríamos 120 milhões de metros cúbicos/dia. E o senhor me pergunta, Senador, o que isso quer dizer. Hoje o consumo de gás natural do país é metade disso. Então, é a internalização do gás, é a gente conseguir fazer chegar o gás onde o gás não chega. A gente chama o setor de pré-sal caipira, porque vem do agro toda a potência para a geração desses 120 milhões de metros cúbicos, e a gente resolve a questão do resíduo das grandes cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu aproveitei para trazer logo alguns *cases* que a gente trata na ABiogás como forma de retratar... E aí eu já respondo algumas perguntas que foram colocadas aqui, como geração de emprego, redução dos impactos, queima dos resíduos... Então, assim: geração de emprego, o setor tem uma projeção de gerar 800 mil empregos e reduzir 642 milhões de toneladas de CO_2 equivalente emitidas no ar. Então, eu trago aqui, como um dos primeiros *cases*, a Gás Verde do Urca Energia, lá em Seropédica, no Rio de Janeiro. O substrato que a gente sempre fala é de aterro. Tem aí uma produção de 120 mil metros cúbicos/dia, e está crescendo. Esse setor, lá no Rio de Janeiro, está crescendo bastante.

Tem a Orizon, como o André já citou anteriormente, que venceu esse leilão. E aí eu queria abrir um parêntese para falar desse leilão. O setor de biogás não pôde participar do leilão. Então, não era um leilão em que podia ser energia proveniente do aproveitamento do biogás. A Orizon venceu pelo tratamento térmico do resíduo, mas eles geram também biogás, também de RSU.

Deixe-me trazer mais um... A MDC Energia, no Rio de Janeiro, com substrato de aterro sanitário.

Todos que eu estou trazendo aqui são de aterro sanitário.

Da Solví, também...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUDMILLA CABRAL – Para finalizar, porque já está encerrando o tempo, algumas das sugestões que o setor tem para essa questão da recuperação energética de resíduos sólidos são estes quatro pontos que eu trago: novos modelos de tecnologia para destinação de resíduos – a gente entende que existe uma cadeia aí, o Brasil tem um potencial gigante de várias rotas tecnológicas para tratar o resíduo –; o modelo padrão de licitação de gestão de resíduos orgânicos seria necessário; linhas de financiamento favorecidas; e o consórcio de projetos de gestão de resíduos orgânicos para contribuir com o trato dos resíduos urbanos.

Eu acho que era isso que eu tinha para apresentar hoje, para não avançar no tempo.

A ABiogás fica à disposição para contribuir com o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Ludmilla. Mais uma vez, nos ajudando no debate aqui nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem está ligando a televisão agora, ou que está entrando nas redes sociais, nós estamos em uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente aqui do Senado Federal, que tem como objetivo discutir propostas para viabilizar o cumprimento das metas da recuperação energética de resíduos sólidos no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Vocês podem mandar as perguntas por *e-mail*, podem mandar as perguntas por meio do nosso telefone aqui do Senado, que os nossos expositores estão disponíveis para responder.

Nós vamos ouvir agora também um grande parceiro do Congresso Nacional, que todas as vezes que a gente está discutindo o tema, lá está, e cá está, o Ronei Alves da Silva.

Eu até olhei aqui, Ronei, se tinha alguma lata, se tinha alguma garrafa, porque as apresentações do Ronei são muito didáticas. Ele traz o material para mostrar. E é muito interessante que você faça isso, as pessoas do outro lado compreendem melhor.

Ronei é o representante distrital do Movimento Nacional dos Catadores, representante da Associação Nacional dos Catadores.

Ronei, seja bem-vindo. Estamos com muita expectativa para te ouvir aqui.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Para expor.) – Bem, Senadora, eu queria dizer que é uma felicidade estar aqui mais uma vez com a senhora, a senhora que é uma pessoa tão doce, que sempre tratou a gente tão bem.

Quero agradecer aqui ao Senador Zequinha Marinho, pelo convite, que está aqui presidindo a audiência pública. Quero agradecer aqui a presença dos meus colegas de mesa, o Dr. André, a Dra. Ludmilla e a Sra. Bia Nóbrega.

Pessoal, meu nome é Ronei, eu faço parte do Movimento Nacional dos Catadores. É um movimento social que vem lutando, há mais de 30 anos, pela inclusão social e produtiva dos catadores, por trabalho, por renda e pela reciclagem.

Bem, nós catadores, não estamos só aqui no Brasil, nós estamos no mundo inteiro. Existem os que a gente chama de *waste pickers*, em inglês, que são catadores que trabalham em vários países. Inclusive, o companheiro Severino, lá de Natal, hoje foi eleito Presidente da Internacional... o nome é em inglês, mas é, enfim, a instituição internacional dos catadores, chama-se Aliança Internacional de Catadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, ao longo de todos esses anos, nós, catadores, nesse processo de organização, viajamos o mundo inteiro, a gente conheceu experiências de reciclagem no mundo inteiro, na Europa, na Índia, na China, nos Estados Unidos, enfim. E a gente sempre acreditou na nossa mudança de vida, na mudança da nossa realidade por meio do nosso trabalho, e a gente sempre trabalhou pela reciclagem, e a gente entendia que a gente precisava de mecanismos para o nosso processo de inclusão. Por isso que a gente trabalhou tão fortemente por uma lei que foi aprovada nesta Casa aqui, em 2010, que foi a Política Nacional de Resíduos Sólidos. E a Política Nacional de Resíduos Sólidos traz princípios e objetivos, e, nesses princípios e objetivos, tem uma hierarquia: a não geração, a redução, a reciclagem e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

Bem, infelizmente, muito pouco, Senadora, ou quase nada foi feito com relação a isso. Não existiram incentivos efetivos para a reciclagem no Brasil. E a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fato concreto, a impressão que dava é que ela era uma política de fechamento de lixão. Correu-se para a criação de aterros sanitários, para o fechamento de lixão, mas aquilo que efetivamente era necessário, que era a implantação da coleta seletiva de fato, fazer o tratamento dos resíduos, que é o princípio basilar daquela lei, que é o tratamento dos resíduos sólidos, disso muito pouco ou quase nada foi feito.

Nós somos mais de um milhão de catadores no Brasil, lutando pelo nosso dia a dia, para sustentar nossas famílias, mas nós não somos os únicos que vivemos da reciclagem. Existe toda uma cadeia: indústrias, empresas pequenas e grandes, que dependem da reciclagem para viver. E a valorização energética, infelizmente, é o maior inimigo de tudo isso.

A queima de resíduos sólidos, como se propõe, e o nome é muito bonito – valorização energética de resíduos –, é o pior que pode acontecer. Nós estamos num momento extremamente complicado no nosso planeta, Senadora.

Tem pessoas que acreditam, tem pessoas que não acreditam nas mudanças climáticas, tem pessoas que não acreditam que existe efetivamente um problema ambiental. Se nós não tratarmos os resíduos sólidos, Senadora, nós não vamos ter um planeta para as próximas gerações, e eu não estou falando isso para daqui a 50, 100 anos, não. Estou falando para daqui a 10, 5 anos. A valorização energética é o que pode existir de pior hoje em toda a cadeia de resíduos no mundo.

Eu queria passar um vídeo muito rápido, porque eu gosto muito de vídeo – sabe, Senadora? –, de filme e tal. Eu queria passar um vídeo. Ele começa no minuto 23, é um documentário de um ator americano chamado Jeremy Irons. As pessoas podem não me acreditar, porque eu sou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quê? Um cara preto, pobre, lascado, catador de material reciclável, formado em Direito pela Universidade Católica de Brasília, mas não necessariamente as pessoas precisam acreditar em mim.

Eu queria que vocês ouvissem o relato de quem está vivenciando isso hoje na Europa.

Pode dar início, por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RONEI ALVES DA SILVA – Bem, pessoal, essa é uma parte de um documentário, que foi gravado alguns anos atrás, falando sobre toda a questão do lixo, não só de incineradores.

Eu cortei um pedaço pequeno, para falar do problema dos incineradores na Europa, mas fala muito mais coisas.

O Brasil é signatário da Convenção de Estocolmo. Em 2001, o Brasil se tornou signatário. Essa convenção trata dos POPs, que são particulados. A gente precisa tratar os particulados. Nós estamos respirando isso todos os dias. Se implantarem incineradores, com esse nome bonito de valorização energética do lixo, nós vamos criar uma consequência que depois nós não vamos dar conta dela.

A única solução efetiva que existe para o lixo, para o fim dos lixões, é investir em reciclagem, é investir em reúso, é fazer com que os materiais recicláveis voltem para o ciclo produtivo. Nós estamos falando de uma cadeia de bilhões e bilhões de dólares. Existe um estudo do Ipea que diz que o Brasil enterra, por ano, US$8 bilhões por não fazer a gestão adequada dos resíduos, por não investir em reciclagem.

A gente acredita que a reciclagem é a melhor forma de resolver o problema do lixo no mundo.

Eu já estive em outra audiência, inclusive com a Senadora. Existe o tratado do plástico. Todos os países do mundo estão se unindo para diminuir a poluição por plástico no mundo. Uma das soluções é a reciclagem. Eu acredito nesta Casa, Senadora. Eu acredito na Câmara, eu acredito no Senado, e não acredito que vocês iriam aprovar leis que acabariam de destruir o planeta.

Eu tenho amigos da direita nesta Casa e tenho amigos da esquerda.

Isso aqui não é uma questão de direita ou esquerda. Isso aqui é uma questão de vida, é uma questão para as nossas próximas gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu muito obrigado a todos e todas.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ronei, obrigada.

Eu falei para vocês que vocês iam gostar. É dessa forma que ele participa dos debates. Ele é desafiador. Ele desafia a gente muitas vezes nas exposições.

A audiência está sendo acompanhada *online* e estão chegando muitas perguntas.

O tema chama a atenção, Presidente do Brasil.

A gente tem estudantes participando, especialistas, pesquisadores e cientistas, mas eu vou deixar as perguntas para o senhor repassar para os expositores depois, e devolvo a Presidência desta audiência pública para o Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Gratidão, Senadora Damares.

Quero registrar a presença, agora, conosco, da Bia Nóbrega, da frente parlamentar da transição energética, não é?

A SRA. BIA NÓBREGA – Não; é Frente Parlamentar de Gestão de Resíduos e economia circular e Diretora-Executiva...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Trocaram aqui então.

Vamos lá.

Ela não está na relação dos palestrantes, mas começa fazendo as suas considerações após as exposições, está certo?

Bia, por favor.

A SRA. BIA NÓBREGA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Eu gostaria de agradecer a Comissão de Meio Ambiente pela oportunidade de estar aqui e de falar também desse trabalho, que eu acho que – para dar continuidade às políticas, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a importância que ela tem, e a gente conseguir trabalhar para uma gestão de resíduos, para uma cadeia de economia circular completa – é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente necessário. E não é só em um aspecto, quando a gente fala dessa continuidade de alcançar as metas daquilo que já foi aprovado, mas também em como que podemos permitir que, por exemplo, a realidade de que o Ronei falou seja diferente.

Como a Ludmilla e o André trouxeram hoje, quando falamos da valorização e da recuperação energética, felizmente não falamos só de incineração, e sabemos também da importância de, cada vez mais, se conseguir ter mais matérias-primas, principalmente as recicláveis, sendo destinadas para o reúso, sendo realmente parte da cadeia de reciclagem, conseguindo aí pensar em uma economia circular. E esse tem sido o nosso trabalho, principalmente como frente parlamentar, como instituto, que é a possibilidade de ver esse todo, ver o completo.

Para além da Frente Parlamentar de Economia Circular, a gente também tem uma oportunidade no VivaCidades de ajudar e secretariar a Frente Parlamentar Mista da Mulher Catadora, junto com a Deputada Flávia. Nós sabemos das lutas e o quão importante é conseguir ver esse universo completo, porque o objetivo, no final das contas, é que pensemos em um Brasil que realmente faça políticas e alcance metas, para que todo mundo tenha o seu sustento e para que a economia seja cada vez mais circular, porque nós sabemos que precisamos respeitar o meio ambiente.

A intenção aqui é muito mais fazer uma exposição justamente dentro do que a gente tem feito e até muito na linha das soluções que a Ludmilla trouxe e dos desafios que o André também comentou. Como que a gente tem buscado conseguir levar adiante e estimular no Brasil algo que ainda é tão incipiente?

Nós não chegamos à metade do potencial que o Brasil tem de produzir mais energias por novos caminhos. Quando falamos de energia renovável, se formos analisar, um pequeno produtor rural está vendo os pássaros que às vezes existiam na sua comunidade, e que o barulho de uma hélice de energia eólica também gera um problema, gera um transtorno. E precisamos discutir outros caminhos; temos como fazer isso.

Quando falamos justamente dos nossos compromissos globais e de como precisamos avançar, nós temos que discutir gestão de resíduos de uma maneira adequada e de uma maneira, realmente, holística e integral, do ponto de vista de política pública.

Isso tem sido discutido, inclusive, aqui nesta Comissão. Estamos discutindo hoje o PL do mercado de carbono, que passou pela Câmara, e lá na Câmara também construímos esse trabalho de conseguir reconhecer o potencial mitigador de atividades, como a valorização energética, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, assim, pudéssemos fazer com que sejam usinas modernas, com tecnologia de mitigação de emissões, para que tenham esse potencial mitigador reconhecido e possam, ainda que emitam mais do que seria o comum...

A gente sabe, e tem dados muito sólidos que, para cada tonelada de carbono emitida por uma usina de valorização energética, tem de 3 a 5 toneladas mitigadas quando se fala...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. BIA NÓBREGA – Isso são dados da ISWA, isso são dados...

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Isso está equivocado. A produção de dioxinas e furanos é absurda.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Deixe ela falar. Depois, você fala.

A SRA. BIA NÓBREGA – E isso foi uma das discussões que a gente teve e levou para a Conferência do Clima, que, nessa edição passada, reconheceu a necessidade de que se discuta a gestão de resíduos como algo completo.

E aqui, Ronei, eu realmente vou me dar o direito, nesse sentido, de que a gente... Por exemplo, pela frente de economia circular, a gente vê que a necessidade de se tratar o plástico, de se conseguir os créditos de reciclagem e de se discutir tudo aquilo que pode virar matéria-prima secundária de maneira adequada, inclusive em embalagem, fortalecendo a cadeia, é extremamente importante. Isso não impede o potencial que se tem quando a gente fala – como a Ludmilla bem trouxe – de resíduos orgânicos, que são aqueles que mais têm o potencial dentro de uma lógica de biogás; quando a gente fala de resíduos que, muitas vezes, poluem solo, poluem lençóis freáticos, e que precisam ser tratados até mesmo por motivos de saúde.

A gente não pode deixar de ter esse olhar integrado para que a política de resíduos sólidos e também os nossos resíduos orgânicos sejam interpretados de uma maneira ampla, que a gente consiga ter esse olhar de que há oportunidade para todo mundo e que, não, o plástico, que é para ser reciclado, não tem que ser queimado.

A gente também tem que discutir o quanto a nossa coleta seletiva, o quanto a nossa limpeza urbana, o quanto a população... A partir do momento em que o lixo vai da porta de casa para fora, para onde ele está indo, de que forma ele está indo? A gente teve avanços de políticas importantes nesse aspecto no mundo inteiro. Na própria reforma tributária, a gente teve também essa luta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Senado, e o Senado concebeu, teve essa visão já de futuro sobre a importância de que se consiga fomentar, cada vez mais, uma lógica de preservação, assim como contemplou os próprios catadores e as cooperativas de reciclagem, para que a gente consiga fortalecer todos os elos de uma economia circular.

Acho que a gente tem construído e fez importantes avanços legislativos de projetos que ainda estão sendo discutidos, como o Combustível do Futuro, como o próprio Paten, na Câmara, que também está aqui, sobre a importância de a gente... A gente tem dados: os 13 países que mais investem em recuperação energética estão entre os 20 com maior qualidade de vida no mundo.

Se a gente deixa de discutir isso como uma opção, a gente pode ser fadado ao atraso, porque isso não diz respeito ao fato de que, sim, a gente também precisa discutir como que se consegue dar mais dignidade, como que se consegue ir além na cadeia da reciclagem também, porque também é necessário.

A gente tem que falar que se precisa tratar plástico adequadamente. A gente tem, hoje, um exemplo de política no Brasil que é a reciclagem de alumínio e das latas. Isso tudo pode conviver e fazer parte de um ciclo virtuoso de prosperidade econômica e de sustentabilidade na economia, quando a gente ainda é um país que precisa se desenvolver em larga escala.

Senador, eu gostaria realmente de agradecer muito.

A gente continua esse trabalho, aqui na CMA, junto ao mercado de carbono no Senado. A gente sabe a importância de que as usinas consigam avançar; a gente sabe a dificuldade que elas têm tido quando a gente precisa realmente achar o melhor modelo de contratação pelo poder público, como a gente consegue fortalecer os próprios consórcios. Aqui em Goiás, a gente tem tido desafios – e não só em Goiás, a gente sabe de vários outros estados do país –, desafios que se impõem, para que o lixo seja adequadamente destinado, para que a gente consiga produzir e gerar cada vez mais energia de matérias que, ainda que não renováveis, pelo menos, mitigam a emissão e são sustentáveis do ponto de vista de carbono. E a gente tem como construir e avançar ainda mais, porque, acho que, como a Ludmilla e o André bem trouxeram...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA NÓBREGA – ... o nosso potencial de crescer nesse mercado é gigantesco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existe desenvolvimento econômico sem disponibilidade energética, e a gente não precisa se furtar também da necessidade que existe de dignidade para os catadores, de olhar cada matéria-prima, como ela pode ser destinada; e o que pode virar energia e o que pode ser reciclado e ser reutilizado também.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Bia.

Gosto de ver essa juventude inteligente e preparada. Que bom! Isso nos enche de esperança.

Bom, mais alguns questionamentos aqui dos nossos internautas.

A Selma, de São Paulo, pergunta: "Quais serão os critérios para a seleção do local de instalação das usinas e como funcionam tais usinas [ou como funcionariam tais usinas]?".

A Larissa, do Mato Grosso, diz: "Quais são os mecanismos legais para monitorar [...] o progresso em direção às metas de recuperação energética de resíduos sólidos?".

O Osvaldo, do Rio Grande do Norte: "Quais os riscos de acidentes de grandes proporções caso as manutenções preventivas e corretivas não ocorram conforme o previsto?".

A Gabriella, de Minas Gerais, pergunta: "O projeto é economicamente superavitário ou demanda subsídio governamental?". Boa pergunta.

Guilherme, de São Paulo: "Como essas metas se alinham aos objetivos de sustentabilidade e gestão ambiental do país?".

Bom, estão postas aqui. Quem se habilita levante a mão. (*Risos.*)

Eu gostaria que a Dra. Ludmilla Cabral, da Abiogás, consolasse um pouco o coração do Ronei quanto a todas as preocupações que ele colocou aqui na hora da sua exposição, falando sobre a questão da reciclagem – e eu concordo 100% contigo, mas eu acho que uma coisa aqui não atrapalha a outra.

Vamos lá.

Senador, o senhor quer entrar no ar logo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, deixe a Ludmilla falar logo.

Vá, Ludmila.

A SRA. LUDMILLA CABRAL (Para expor.) – Obrigada pela oportunidade.

Ronei, eu acho que tem uma questão pontual aqui que precisa ser esclarecida. Quando a gente fala de recuperação energética de resíduos sólidos, a gente não está falando única e exclusivamente da rota do tratamento térmico desses resíduos. Ou seja, eu não estou falando só de incineração.

Eu estou falando também dos catadores, da separação do lixo, daquilo que é reaproveitado, recuperado, reutilizado, reciclado, da fração orgânica – que é de onde se aproveita todo o potencial do biogás. E, para aquilo que não tem descarte e não tem o que fazer, aí, sim, a gente acredita que a rota do tratamento térmico é a ideal, enquanto a gente não tem outra forma de tratar um resíduo que não tem outra destinação a não ser queimá-lo.

Então, quando a gente fala de recuperação, e eu vejo aqui que a preocupação de alguns participantes do e-Cidadania é: onde que vão ser instaladas as usinas? Que acidentes podem acontecer?, a gente não está falando de nada que.... Quando eu estou falando aqui, do meu chapéu de Abiogás, eu não estou falando de incineração; eu estou falando de recuperação e isso significa aproveitar o potencial energético que aquele resíduo tem.

Hoje, como eu falei anteriormente, como o André chamou a atenção: das seis plantas em funcionamento gerando biometano, cinco são de aterro. As nossas usinas ficam dentro do aterro, e o aterro só não é mais eficiente no aproveitamento energético, porque está tudo misturado. Eles produzem bastante biometano.

No caso do Ceará, 20% do gás que corre nas tubulações da Cegás é biometano, então, já extrai direto do aterro sanitário, já vai direto para a distribuição da Cegás e atende a diversas indústrias que estão ao longo do trajeto dessas tubulações. Então, eu queria deixar isso bem frisado, Ronei. Somos parceiros nessa agenda.

Quando eu digo que a fração orgânica tem o seu potencial energético, é porque é dali que a gente extrai o biogás. Foi aquilo que eu falei no início: o que é o biogás? Ele vem da fração orgânica. Se você pegar todo o lixo brasileiro – mais de 50% dele é orgânico – e queimar, é queimar água. A fração orgânica tem seu potencial de gerar energia elétrica, de gerar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biometano, que hoje é um biocombustível que pode e, com certeza, ajudará na transição energética, no sentido de descarbonizar nossa matriz de transportes.

Como bem Bia citou, você tem o combustível do futuro tramitando aqui no Senado, veio da Câmara dos Deputados bem azeitado, e a gente entende que o relatório que veio de lá está bem formulado: incluiu o biometano como um energético que vai contribuir para a descarbonização do setor de gás natural, que é o gás da transição. A gente não pode esquecer que o gás natural permanecerá sendo utilizado no país, mas o biometano é equivalente ao gás natural. Ele chega aonde o gás natural não chega. Ele está no interior do país. Ele resolve um passivo ambiental de diversos criadores de gado confinado, de suíno, de granjas de galinha, do pessoal do agro, da agricultura e do setor sucroenergético.

Toda a economia circular hoje numa usina de cana-de-açúcar é um exemplo a ser visto. Eles começam... Desde o início, produzem o etanol, etanol de segunda geração. Toda a torta de filtro, toda a vinhaça que sai eles aproveitam para gerar biogás, biometano. Então, assim, é a economia circular na veia em uma produção de cana-de-açúcar hoje no país. E a gente é exemplo. Eu acho que...

Falando de algumas perguntas que trazem. Como vai ser o mecanismo para monitorar? Nós temos aí o Ministério de Minas e Energia e o Planares, que monitoram isso. Está tudo alinhado com os objetivos de sustentabilidade de gestão ambiental. Então, é bem importante a gente deixar claro que, quando a gente fala de recuperação energética, a gente está falando de vários elos da cadeia, não só de incineração.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Bom, o Ronei quer a réplica.

Bora lá, Ronei.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Para expor.) – Vou ser bem rápido.

Na realidade, a gente não é contra o tratamento da parcela orgânica por meio de biodiesel. Ela faz parte da Política Nacional de Resíduos. Eu me ative, especificamente, aos incineradores, que eles chamam lá de geração de energia elétrica por meio da queima de resíduos. Esse que é o nome efetivo. É um incinerador, é uma termoelétrica, que, em vez de queimar combustível, queima lixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O lixo, para ter poder calorífico para queimar, queima, basicamente, aquilo que é reciclável, que é plástico. Não existe como isso andar junto, e eu tenho uma prova disso. Na Suécia – tem aqui uma matéria da Suécia –, os incineradores estão enfrentando problema na Suécia, você sabia, Senador? Porque o povo, cansado de brigar com a poluição dos incineradores na Suécia, o que fizeram? Aumentaram os seus índices de reciclagem, não fazendo com que chegue resíduo nos incineradores. Tem uma matéria aqui falando disso.

Com relação à quebra de incineradores, o de Roma... Está aqui: "Roma envia resíduos domésticos para Amsterdã para serem incinerados". Porque o incinerador dele quebrou lá, deu um BO absurdo. Está aqui a matéria falando disso, de um *site* internacional. Então, é um problema gravíssimo, na Europa, a produção.

Para encerrar, Senador, o Brasil tem uma coisa diferenciada com relação à reciclagem de outros países. Países como a França, como a Espanha, têm um tratamento de resíduo extremamente centralizado. É entregue a concessão para uma empresa, essa empresa faz tudo e coisas que ela não faz ela parte para outra, diferentemente do que é feito no Brasil. No Brasil, existe desde o catador que está ali na rua, recolhendo material, a cooperativas pequenas, médias, grandes empresas da reciclagem e, inclusive, indústrias. É completamente descentralizado. A gente observou...

Aqui em Brasília, vou contar uma coisa para o senhor, em 2012, o Governo do Distrito Federal tentou entregar o sistema – o Governo, inclusive, do Agnelo, do PT –, tentou entregar a limpeza pública para uma concessionária, por 30 anos, um negócio de R$16 bilhões, para a queima de resíduos. Você sabe o que ia sobrar para a reciclagem? Nada. Foi o primeiro momento em que a empresa que presta serviço aqui, chamada Valor Ambiental, a empresa de reciclagem Capital Recicláveis, que é uma das maiores do país, catadores e toda a cadeia de reciclagem se uniram contra esse projeto do Governador Agnelo, em 2012. Então, não tem como andar de mãos juntas.

Esses incineradores que querem trazer para o Brasil andam na contramão da reciclagem, eles precisam do material da reciclagem para queimar. Eu vi isso na França, eu vi isso na Espanha, eu vi isso em diversos países, inclusive, nos Estados Unidos. Um dos melhores modelos de gestão de resíduos do mundo está em São Francisco, e lá não tem incinerador.

Bem, era isto.

Meu muito-obrigado a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Muito bem!

Eu gostaria de, neste momento, ir caminhando para o finalmente, mas registrando a ilustre presença – desculpe-me – do meu querido colega Senador Jaime Bagattoli.

O Jaime é grande empresário no setor, mas esse é um setor importante, Jaime, que pega no pé. Gostaria de usar a palavra, Jaime?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador colega Zequinha Marinho.

Quero cumprimentar o André, a Ludmilla, a Bia e o Ronei.

Ronei, quero dizer para você o seguinte: é plausível a sua tese dos catadores de lixo, da reciclagem, acho plausível isso, mas, quanto ao resíduo sólido, nós temos que resolver esse problema. E o problema na geração de biogás virando biometano é uma das grandes soluções que nós vemos aí. Como o Zequinha falou aí, eu estou com um projeto grande dentro desse confinamento nosso, dentro do grupo lá, sobre o resíduo de animal, que é uma quantidade grande aquela de animal. Para o que hoje é um problema, nós vamos ter uma solução. Para quem sabe disso, quem tem conhecimento, depois de você gerar o biogás, você já transformou o restante do resíduo em adubo, vira fósforo, um pouco de potássio... Enfim, nós temos que resolver o problema, ter uma solução.

O problema todo, Ronei, e eu quero te falar, é o seguinte: não existe energia mais limpa no mundo do que a que nós temos, porque praticamente 80% da nossa geração é hidráulica. Eu nunca vi um negócio desse em todos os problemas, tanto a fio d'água quanto em represa. Nós temos um problema no Brasil. Você já viu ter um problema como este: passa dentro de uma turbina um litro de água e sai um litro no outro lado? Se entrasse um litro e saísse meio, nós iríamos dizer: "espere aí, vamos acabar com a água no mundo". Mas, simplesmente, em algo que a natureza nos deu de presente, Deus nos deu de presente, a natureza, ali nós temos problema. Nós temos n dessas gerações travadas pelo Brasil afora por uma questão ambiental.

Eu não sou contra ambientalista, mas ambientalista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu sei. Mas ambientalista às vezes fala uma coisa e pratica outra. Por exemplo, vocês sabem que o ar-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condicionado é um grande causador de problema para o meio ambiente, mas quem fica sem ar-condicionado? Digo uma coisa para vocês: quem quer... Se o cara tem a possibilidade de fazer uma viagem de 2 mil quilômetros de avião, ele vai de avião. Tem mais poluidor?

Então, ao que nós temos que chegar... Eu participei, eu participo, conheço a situação tanto do biodiesel quanto do biogás... Agora, nessa questão de colocar 10% dentro do gás, do petróleo, que seria o biometano...

Nós temos que resolver os problemas ambientais, mas essa questão do lixo é um problema seriíssimo que nós temos no Brasil, é um problema sério, muito sério nas cidades. O grande problema que eu vejo na situação do lixo seria a parte educacional das pessoas nas residências, para que separassem esse lixo de forma muito mais concreta: onde é lixo sólido, plástico, papel, alumínio, enfim, é isso que nós precisamos fazer no Brasil, nós precisamos de educação.

Você sabe que eu, Senador, Presidente, quando eu me deparo, no Brasil, com um quebra-molas na frente de uma polícia rodoviária federal – vou voltar e frisar: na frente de uma polícia rodoviária federal, três, quatro quebra-molas –, o que um cidadão, a gente, sente? Que nós somos realmente analfabetos mesmo, porque não é possível que você que está passando diante de uma polícia rodoviária federal precise ter quebra-molas para reduzir a velocidade. Não dá para nós entendermos isso no Brasil. É só um exemplo que eu estou dando.

Eu acredito muito nessa geração de gás, de biogás hoje no Brasil, vai ser uma grande solução, precisa ter critérios nessas usinas que vão ser montadas pelo Brasil afora, vai ser uma grande evolução a que nós vamos ter, mas nós não queremos que vocês percam o emprego. Esse negócio de papel, plástico, essa situação toda aí, eu acho de suma importância. A reciclagem também é de suma importância que continue, mas, como falou o Senador, nós temos condição de andar com as duas coisas juntas ao mesmo tempo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli, muito bom.

Vamos voltar à rodada?

Reiniciamos com André Galvão, para nos trazer aí seus comentários e suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ GALVÃO (Para expor.) – Bom, primeiro de tudo, eu queria agradecer pela oportunidade de mostrar, apresentar a perspectiva da Abrema sobre esse tema.

Eu acho que uma questão que fica aqui da discussão é que, se a gente se apegar a uma tecnologia específica sem tentar ver se o lugar onde ela vai ser aplicada se adapta a essa tecnologia, a gente vai se dar muito mal. Temos exemplos internacionais aos montes de países que escolheram uma tecnologia em detrimento de todas as outras. A Tailândia escolheu a incineração, incinera-se tudo lá; o país tal escolheu outra tecnologia. Essa é a forma mais estúpida, é a forma mais difícil de fazer a coisa, porque, num país como o Brasil, você tem megalópoles, ou seja, conurbações gigantescas, como a Região Metropolitana de São Paulo, e tem grandes regiões rurais, com disponibilidade de terra. Por que eu vou escolher uma tecnologia para o Brasil todo? Isso não faz nenhum sentido, eu preciso avaliar caso a caso. É claro, eu comentei aqui, que o Japão, que não tem área, vai queimar tudo porque, quando você queima, o volume reduz, então ele vai lançar para algum lugar.

E aqui eu já respondo a uma pergunta do e-Cidadania, que fala assim: "onde é que vai o que se queima numa usina de queima de resíduos?". Essa cinza normalmente tem toxicidade, ou seja, a gente não pode jogar no jardim normal. Isso vai para aterros sanitários. É por isso que países que têm uma cultura de queima de lixo também têm aterros sanitários em seu território, porque ele precisa receber, ao menos, a cinza.

Outro ponto que eu queria comentar aqui sobre as perguntas é que há uma diferença... Na verdade, há uma indistinção entre o que é um lixão e o que é um aterro sanitário na cabeça das pessoas. Aqui diz assim: "como é que eu reduzo, como é que eu erradico um aterro sanitário de um município pequeno?". Olha, um aterro sanitário é uma obra, uma infraestrutura de engenharia que garante que o chorume não vai contaminar o solo, não vai contaminar os rios, as emissões de gases serão utilizadas para gerar energia. Isso é um aterro sanitário. Um lixão é um espaço aberto, clandestino, longe das nossas casas para a gente não ver, o ideal, em que chega um caminhão e lança o lixo.

Então, o que a gente precisa erradicar são os lixões. E como é que se faz isso em municípios pequenos e com baixa capacidade de pagamento? O novo marco do saneamento aponta para soluções, ou seja, você deve ter instalações regionalizadas que atendam diversos municípios. Por quê? Porque atender um município só é muito caro, não tem escala. Quando você junta diversos municípios de diversos portes com capacidades de pagamento distintas, aquele bloco, sim, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viável. Então, a partir daí, você consegue atender pequenos municípios e erradicar destinações eventualmente inadequadas que tenham ali naquele território.

Bom, para finalizar, eu queria novamente agradecer, Senador Zequinha, à Presidência, agradecer pela oportunidade. Ficamos à disposição para outras oportunidades. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Valeu, meu querido André.

Vamos repassar aqui ao Ronei, para que ele possa fazer suas considerações finais.

O SR. RONEI ALVES DA SILVA (Para expor.) – Bem, nós somos a favor da produção de biogás a partir da parcela orgânica. Isso é fundamental, está lá na Política Nacional de Resíduos. Essa discussão foi feita lá em 2010, 2009, enfim.

A gente é contra a revaloração energética a partir da queima de resíduos sólidos. Isso nós somos contra. Não tem como dizer que existem novas tecnologias e filtros que protegem o meio ambiente. Isso é uma grande falácia. Isso é uma grande falácia. A produção de dioxinas, furanos e particulados que esses incineradores produzem não tem como filtro nenhum, tecnologia nenhuma limpar. Eu duvido que alguém aqui tenha coragem de colocar a cara na descarga do carro mais ecológico que houver, que não seja elétrico. Pegue um Rolls-Royce aí, que é o carro mais fantástico que existe, coloque a cara lá na descarga dele por 15 minutos e fique ali respirando para ver se você fica vivo. Não existe isso, gente. Isso é uma falácia. Por que hoje existe essa luta pelo carro elétrico? A gente está aqui lutando pelo carro elétrico, todo mundo querendo andar de BYD, mas, "não, vamos botar um incinerador bem ali para estar fumaçando do lado da sua casa 24 horas".

Bem, meu muito obrigado a todos e a todas.

Desculpe-me se me excedi.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Tranquilo, meu caro Ronei, sem problema.

Vamos lá, Bia?

A SRA. BIA NÓBREGA (Para expor.) – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer, de novo, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a discussão é necessária. A gente tem esse desafio, aqui no Congresso Nacional, de falar de economia circular cada vez de modo mais amplo – foi o nosso desafio na própria reforma tributária e tem sido em diversos aspectos –, para que a gente consiga ver que existe, sim, um pensamento, uma lógica econômica de crescimento que pode ser sustentável e pode contemplar todos os elos de uma cadeia na qual a gente consiga pensar inclusive e principalmente na política de gestão de resíduos e nas políticas públicas que a complementem e que gerem valor, seja para o resíduo orgânico, seja a partir do momento em que a gente consegue discutir cada vez mais sobre reciclagem, sobre o reúso, sobre as mais diversas formas que a gente tem de preservar o nosso meio ambiente e, ainda assim, seguir crescendo economicamente.

O Senador Jaime trouxe uma questão muito interessante, que a gente tem discutido dentro do PL do combustível do futuro, que é que, às vezes, a gente fala: "para a gente ter uma economia mais sustentável, para a gente conseguir preservar o meio ambiente, a gente precisa parar de voar de avião, a gente precisa comer menos carne e a gente precisa ter menos filhos". Não, a gente precisa ter filhos cada vez mais educados, que vão continuar fazendo o mundo crescer e que entendam a importância de preservar os recursos e o meio ambiente, porque é o mundo em que a gente vive. A gente precisa de aviões e de carros que andem com combustíveis cada vez mais sustentáveis, seja com biogás, seja, no Brasil, com o nosso etanol, que tem uma pegada baixíssima, basicamente zero, de carbono. A gente tem um combustível próprio, que a gente produz como ninguém no mundo, e a gente pouco o valoriza em diversos aspectos.

A gente tem uma oportunidade gigantesca de discutir – como estamos aqui fazendo – políticas que fomentem e que reconheçam os resíduos sólidos como fonte importante dentro da nossa matriz energética para um crescimento sustentável, para essa lógica de economia circular, da mesma maneira como a gente tem feito.

Ainda existe muito caminho. A gente ainda precisa discutir como a gente torna nossas construções mais sustentáveis, como a gente torna as nossas cidades mais sustentáveis dentro de toda essa lógica, e compor esse todo. E é isso o que a gente tem feito via Frente Parlamentar, é isso o que a gente tem defendido, não apenas como uma parte específica, mas como uma parte desse todo, que é tão importante que a gente alcance dentro do nosso país, e que a gente tenha políticas para isso.

No Paten a gente fez... E a Câmara reconheceu, por exemplo, a necessidade de a gente conseguir investir não só em pesquisa e inovação, mas em geração de emprego, em expansão das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plantas e considerar a recuperação e a valorização energética na hora em que a gente está falando de transição energética e de uma energia cada vez mais limpa.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Obrigado a você, Bia, pela oportunidade de a gente estar aqui discutindo um tema tão atual, tão necessário para o Brasil. Eu tenho certeza de que logo, logo, cumpridas todas as audiências públicas, o projeto avança, a gente vai buscar as metas e assim por diante.

Quero aqui agradecer, em nome do Senador Jorge Seif, a presença de vocês todos. O Senador Jorge teve um problema de saúde e está licenciado temporariamente. Tenho certeza de que, quando encontrá-los, vai abraçá-los efusivamente, porque nós vamos transferir a ele toda essa gentileza de vocês, trazendo conhecimento, trazendo aqui os compromissos em que cada entidade que vocês representam está imbuída.

Eu acho que devemos encerrar.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos!

(*Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Leila Barros, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Alan Rick, Efraim Filho, Izalci Lucas, Paulo Paim, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Ciro Nogueira, Dr. Hiran, Flávio Arns e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 20ª e 21ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2024 - CMA, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Celebrar o dia nacional da caatinga e debater sobre as ações contra a desertificação. **Participantes:** Sra. Givânia da Silva, Coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos –CONAQ; Sr. Alexandre Henrique Bezerra Pires, Diretor do Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Sra. Cristina Farias da Fonseca, Superintendente Substituta do Ibama em Pernambuco; Sr. Francisco Carneiro Barreto Campello, Diretor Executivo da Fundação Araripe; e Sra. Mônica Tejo, Diretora do Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Desculpem aí! É porque a gente está numa sessão também do Congresso. Quando eu baixar a cabeça, não reparem; é para votar lá nos vetos. Mas ainda não começou não.

E aí, Airton? Podemos? (*Pausa.*)

Boa tarde a todas, boa tarde a todos...

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza neste dia 28 de maio de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 20ª e 21ª Reuniões, realizadas em 22 e 23 de maio de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Agradecendo a presença de todos os convidados e de todas as convidadas e cumprimentando todos que nos acompanham pelas redes sociais do Senado, inclusive aqueles que mandaram perguntas, que serão lidas oportunamente, pelo e-Cidadania, para termos uma reunião interativa, eu destaco que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de celebrar o Dia Nacional da Caatinga e debater sobre as ações contra a desertificação, em atenção ao Requerimento nº 21, de 2024, de minha autoria, subscrito também pelos Senadores Beto Faro e Jaques Wagner.

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro. Ele atinge 10% do território nacional e 84% do nosso Estado de Pernambuco – eu nem posso dizer "meu", porque a gente tem uma penca de pernambucanos nesta audiência, né? É do "nosso" estado aqui, de onde eu falo, o nosso Estado de Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela é presente no Agreste e no Sertão pernambucanos, que contam com uma centena de municípios, 135 para ser mais precisa, e que hoje sofrem com o risco da desertificação.

A Região Nordeste do nosso país vem sendo afetada com o fenômeno da desertificação, que, entre outros fatores, decorre do desmatamento dessas áreas, quando sabemos, mais do que nunca, o quanto a vegetação consiste em fator protetivo para evitar danos ambientais.

Recentemente, o Governo Federal, em resposta à efetiva preocupação da população com os impactos ambientais que atingem a Caatinga e visando a implementar a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, editou o Decreto 11.932, de 2024, que cria a Comissão Nacional de Combate à Desertificação. É sobre isso e outras medidas de proteção e prevenção de danos ao nosso bioma 100% brasileiro que vamos tratar agora, ressaltando a importância do povo e das comunidades tradicionais como guardiões da biodiversidade e imprescindíveis no combate às mudanças climáticas.

No ano passado, 2023, nós fizemos uma audiência com esse mesmo foco, o foco da celebração do Dia Nacional da Caatinga, e tivemos a oportunidade de ouvir a potencialidade que esse bioma nos oferece, coisas que são, inclusive, desconhecidas da maioria da população. Então, nós estamos dando sequência a este debate.

Nós temos um projeto de lei tramitando na Casa que trata da pulverização em áreas e nós queremos proteger as áreas desertificadas, de modo que a presença de vocês, a *expertise* de cada um de vocês, nossos convidados e convidadas, certamente será de muita valia para que o Senado e, sobretudo, a Comissão de Meio Ambiente possam tomar posições e encaminhamentos para proteger esse bioma. Que a gente cada vez tenha mais motivos de celebrar o Dia Nacional da Caatinga.

Então, atendendo a pedidos e às agendas, a gente vai começar por você – está certo, Givânia? –, para você poder ir para a sua reunião. Pode ser?

A SRA. GIVÂNIA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Pode ser, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Givânia da Silva é Coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, a Conaq.

Então, seus dez minutos iniciais, Givânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fique à vontade.

A SRA. GIVÂNIA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está bom, Senadora.

Primeiro, eu quero cumprimentar a todas e a todos que estão nessa tela, os que nos assistem já, de imediato, e os que vão nos assistir.

Quero cumprimentar todas as Senadoras e Senadores e demais Parlamentares na sua pessoa e aqui fazer uma deferência, dizer que, esses dias, nos encontramos em um curso, eu e Teresa, e a gente ficou tentando fazer conta de desde quando a gente se conhece, e a gente parou, porque é muito tempo que a gente se conhece nessa vida de professora, de ativista.

Aprendo sempre muito com você, Teresa, tanto na condição de professora da educação básica como também sindicalista e agora no Senado, levando essa voz feminina e sertaneja e com esse potencial desse bioma tão importante.

Quero cumprimentar os demais presentes, na pessoa do Alexandre Pires, esse amigo querido que também tem uma história de luta e uma dedicação de sua vida militante em defesa da nossa casa maior, que é a natureza. Então, acho que aqui nós vamos falar de um pedaço dela tão importante para as nossas vidas, que é o bioma Caatinga.

E eu começo, primeiro, assumindo a categoria que as pessoas, quando eu era menina, me chamavam, e eu me incomodava, e hoje eu acho isso muito potente, que é assumir que eu sou uma catingueira, porque eu nasci e me criei aqui no Quilombola de Conceição das Crioulas, um quilombo fundado por mulheres, que está esperando a nossa Senadora logo em breve aqui, centrado no miolo do nosso Estado de Pernambuco, com essa nossa pernambucanidade e, ao mesmo tempo, com essa resistência tão forte.

As mulheres que fundaram esse quilombo, ainda no regime escravista vigente, não poderiam escolher um lugar melhor e um bioma mais forte do que a Caatinga. Então, faço esse registro, na pessoa da Senadora, da nossa querida Senadora, Alexandre, para dizer o quanto é importante estar aqui nessa sala, nesta audiência, nesta tarde de hoje, celebrando o Dia Nacional da Caatinga.

Eu queria, nos três primeiros minutos, falar um pouco das comunidades quilombolas, que, como o bioma Caatinga, também são pouco vistas e pouco conhecidas pela sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o ano passado, a gente não sabia quantos éramos, onde estávamos, em qual bioma estávamos, e havia uma fala não adequada de que a gente pudesse só estar no bioma Caatinga, com pouca inserção no Cerrado, na Mata Atlântica...

O Censo – olha que o Censo tem 152 anos, e só o último Censo trouxe a perspectiva quilombola – mostra para a sociedade brasileira que nós estamos em todos os biomas. Nós estamos em 30% dos municípios brasileiros, portanto, 1,7 mil municípios, e nós estamos também nas grandes capitais, com a perspectiva da urbanização.

E aqui, no bioma Caatinga, se a gente pensar um pouco na Região Nordeste, que tem, majoritariamente, forte presença do bioma Caatinga, Minas Gerais e a Região Nordeste, Senadora, são mais de 60% dos quilombos brasileiros. Mas, para a nossa surpresa, e contra a ilusão de muitos que acreditam que nós também não estamos defendendo o bioma Amazônia, a cidade com o maior número de comunidades quilombolas no Brasil fica no Município de Barreirinha, no Estado do Amazonas. Ou seja, a insurgência negra e de resistência é de forma... Não há como medir, não há como ter uma receita. Então, é disso que falamos.

E o que nós temos observado, na condição de catingueira, é que esse bioma não só é um bioma de uma fortaleza incalculável – porque a gente está aqui, parece que tudo está seco, aí dá uma chuva com uma intensidade pequena e, em seguida, tudo está verde... Eu achei muito parecido, no tempo em que morei aí no Cerrado, o Cerrado com essa nossa perspectiva de que parece que está tudo seco, e, daqui a pouco, uma chuva alegra.

Então, nos conformamos, mas não com pouco. Nós somos gratos à natureza por aquilo que ela nos oferece. Então, acho que... E não que os outros não sejam, mas é para falar da importância do bioma.

E o que nós temos observado, nesses últimos tempos, é que, além de o bioma Caatinga não atrair os olhares... Senadora, por isso é que eu fiz questão de vir para este debate, porque eu acho que é preciso somar vozes contigo nesta celebração, na divulgação e na necessidade de a gente também olhar para esse bioma e para como ele é tão importante, e, ao mesmo tempo, não atrai os olhares nacionais, não atrai os olhares estrangeiros, como outros biomas, e o que a gente quer não é uma troca – olhar para a Caatinga e não olhar para o Cerrado –, muito pelo contrário: a gente quer ser olhado, ser visto, ser cuidado como todos os biomas, porque nós somos tão importantes quanto os outros biomas. Então, a Caatinga é essa fortaleza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os quilombos, as comunidades quilombolas têm, sim, se empenhado na defesa desse bioma, apesar de a gente estar vendo todo esse avanço do desmatamento que vem sofrendo o nosso país, em razão da monocultura e de outros cultivos que são mais predadores, mas as comunidades quilombolas são, sim, fortes aliadas e resistem a esse bioma e lutam por ele, porque é nele que nós vivemos, é dele e com ele que nós somos.

Então, eu acho que essa era uma primeira questão.

A segunda, Senadora, é que, na condição de professora, eu fico pensando que a gente fala muito pouco, fala pouco e fala mal dos biomas – eu acho. Toda vez que eu olho o livro didático, eu fico me perguntando: "Gente, mas por que é que a gente sabe tão pouco, por que é que a gente ensina tão pouco os biomas?".

Eu queria, nessa tarde de celebração, trazer aqui que – além desse projeto de lei da senhora que tramita, da sua autoria, e que é muito importante para a gente ter medidas, para a gente ter como recorrer aos órgãos –, quando depredado, quando houver danos avançados, ainda mais do que já está avançando, nós precisamos pensar também medidas de recuperação desse bioma.

Eu acho que não tem mais como a gente imaginar que, por si só, Alexandre, ele possa se reerguer, diante de tantos ataques e de constantes ataques, como você mesmo... Eu acho que, recentemente, você coordenou um evento aqui no Nordeste, em Recife, discutindo esse tema. Então, essa também é uma preocupação nossa, que a gente pense quais medidas, além dessa punição. Quais outras medidas.

E aí... Cabeça de professor só pensa com cabeça de professor, não tem outro jeito. Eu fiquei pensando, Teresa, se não seria o caso de a gente sair daqui hoje, desta audiência, e utilizar esse potencial que é o Senado e que é você neste Senado... Vou chamar de "você", gente, porque nós somos companheiras. Então, fora daqui, a gente se trata muito informalmente.

Mas, assim, fiquei pensando se não seria o caso de usar o potencial desta Senadora para a gente sair daqui pensando duas coisas que me parecem muito importantes.

A primeira, Alexandre e Teresa, é uma campanha nacional em defesa da Caatinga, que a gente pudesse batalhar para conseguir recursos.

Eu sei que uma campanha governamental não é barata, campanha nenhuma é barata, mas eu fico pensando se não seria o caso de a gente fazer uma campanha apresentando à sociedade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira este bioma e os danos que ele vem sofrendo e uma medida socioeducativa em relação a este bioma, que pode também se estender.

Eu vejo o Cerrado também em chamas, e eu não vejo um olhar atento nem medidas tão atentas para o Cerrado, que também está em chamas, que também está padecendo.

E uma segunda questão, Teresa, também no campo da educação, além dessa campanha que eu penso que pode trazer para a sociedade brasileira elementos que a gente não consegue passar na escola, que a gente não consegue, a gente não tem na nossa formação ainda muito deficiente em relação a isso... Eu acho que a gente precisa conhecer melhor nós mesmos, e, quanto a isso, também não é de esperar que só a escola, por mais potente ela seja, seja capaz de responder às lacunas.

Portanto, eu penso que uma outra medida, Teresa, além de uma campanha, é que a gente saísse daqui – e eu tenho certeza de que isso você compreende bem e pode contar com a Conaq – e a gente fizesse uma incidência, junto ao Ministério da Educação, para melhorar, junto ao Programa Nacional do Livro Didático, a abordagem sobre os biomas.

Eu acho que a abordagem sobre os biomas é uma coisa... É assim: tem três páginas num livro sobre um bioma, um parágrafo sobre outro e, às vezes, só a definição do que é Caatinga, por exemplo, num outro.

Eu acho que a gente precisa sair, e eu queria deixar aqui, já encerrando os meus 10 minutos, essas duas contribuições e colocar a Conaq à disposição do seu mandato e desta Casa, para, caso essas sejam entendidas como medidas importantes, a gente poder também somar esforços para que isso aconteça.

Eu penso que assim a gente pode fazer com que a sociedade saiba mais do que sabe e ensine muito cedo as nossas crianças sobre a importância, sobre o que são os biomas e a importância deles para a nossa vida. Eu acho que o exemplo do Rio Grande do Sul agora nos coloca numa página... E hoje, escutando o Bom Dia Pernambuco, Teresa, tive também a preocupação com o Recife, porque ainda nem começou o inverno e as chuvas lá já estão bastante fortes.

Então, tem a ver também com essas nossas desatenções em relação ao lugar maior, à nossa casa maior, que é a mãe natureza, que é a Terra, que abriga todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço demais – eu sei que passei meu tempo – o seu convite e nos coloco à disposição. Essas duas medidas, me parece, além das que já foram mencionadas, das que já estão feitas, podem trazer para a sociedade brasileira, independentemente de o cidadão estar ou não na escola, que ela possa aprender um pouco mais e entender um pouco mais sobre a necessidade de ter mais atenção, de olhar mais, de cuidar mais desse bioma tão importante que é a Caatinga.

Então, viva o bioma Caatinga, viva as caatingueiras e os caatingueiros e viva a resistência do povo brasileiro!

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Givânia.

Muito importante esse destaque que você deu aos extremos climáticos que levaram o Rio Grande do Sul a sofrer o que está sofrendo, e não foi por falta de aviso.

As duas propostas estão aqui, devidamente registradas, e vamos passar para o próximo, já voltando à nossa ordem alfabética, não é, Alexandre? (*Risos.*)

Eu tenho uma notícia aqui das nossas duas outras candidatas convidadas que não vão poder entrar. Uma delas foi chamada para uma atividade especial e emergencial, e a seguinte – acho que a Aparecida, Cida – está em uma área... aliás, Mônica foi chamada para uma reunião no Insa, e a Aparecida está em uma área sem internet.

A SRA. GIVÂNIA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Fiquei sabendo que lá no quilombo faltou energia e internet e ela está lá. Então, realmente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Foi isso.

Então, vamos passar de imediato a palavra para Alexandre Pires, que já participou também da audiência do ano passado, Diretor do Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Alexandre, muito obrigada pela sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez minutos iniciais.

O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Maravilha, Senadora.

Muito obrigado.

Eu queria cumprimentar a todos os Parlamentares que estão presentes na audiência na pessoa da Senadora Teresa Leitão e queria cumprimentar todos os colegas que estão aqui, que vão fazer falas também, na pessoa da Givânia, que é uma grande amiga da luta em defesa dos povos e dos territórios.

Então, para a gente, do Ministério do Meio Ambiente, é uma alegria estar aqui e poder mais uma vez... e aí eu até diria, Senadora, que entre a data do 28 de abril, que é o dia da Caatinga, e o 17 de junho, que é o Dia Mundial de Combate à Desertificação, nós estamos fazendo essa audiência (*Risos.*)

... hoje, no dia 28 de maio. Então estamos aí nas oitavas de cada uma dessas agendas. E, claro, não dá para a gente falar da Caatinga sem a gente tratar dessa agenda também tão importante que é a agenda da desertificação, considerando, sobretudo, que as mudanças climáticas se expressam no território do Semiárido brasileiro por meio desse processo de suscetibilidade à desertificação.

Acho que Givânia trouxe um elemento que eu queria ressaltar que é extremamente relevante: é que nós, como brasileiros e brasileiras, também por uma condição de país continental, conhecemos muito pouco dos biomas brasileiros. E eu falo isso do ponto de vista do conhecimento de quem está na Caatinga conhecer um pouco mais sobre Cerrado, sobre Mata Atlântica, ou de quem está na Amazônia conhecer sobre Caatinga e sobre Pantanal, e assim sucessivamente.

Nós conhecemos muito pouco sobre a Caatinga, inclusive porque a Caatinga sempre é representada, de forma pejorativa, como um lugar espinhento, sempre com cactos – e os cactos são maravilhosos –, sempre com uma forma negativa de um lugar repulsivo, vamos dizer assim, como aquilo que deixa a gente com um certo grau de distanciamento, quando, na verdade, a gente sabe que a biodiversidade da Caatinga, das plantas, dos animais, a diversidade de solos, de composições de solos, da cultura do povo que vive nesse território, da diversidade de povo que vive nesse território é algo extremamente grande, potencial, bonito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Brasil precisa conhecer mais sobre a Caatinga. E aí eu falo também desse lugar de Caatingueiro, como Givânia falou, lá do Sertão do Pajeú Pernambucano, porque a gente também foi criado nesse espaço de vida com pouca informação, com pouco conhecimento sobre esse território, sobre essa biodiversidade, sobre essa riqueza que é a Caatinga. E eu digo isso inclusive numa perspectiva do desafio de estar hoje como Diretor do Departamento de Combate à Desertificação no Ministério do Meio Ambiente, que é o desafio também de como, no âmbito da gestão pública, poder contribuir para a conservação e a recuperação desse bioma, mas também para que as pessoas tenham mais conhecimento e mais informações sobre ele.

É claro, como eu dizia anteriormente, que associar o tema da Caatinga à desertificação é algo extremamente relevante. Por quê? Porque um dos princípios do processo de combate à desertificação é a gente conhecer melhor o bioma, seja Caatinga, seja Cerrado, para que, conservando mais esse bioma, a gente esteja contribuindo para os processos de manutenção e recuperação da biodiversidade, da vegetação em pé, da floresta em pé, da nossa floresta branca, que é a Catinga, e, ao mesmo tempo, a gente contribuir para os processos de enfrentamento às mudanças climáticas.

O Planeta está aquecendo. Os dados que o Inpe e o Cemaden apresentaram numa nota técnica a nós, do Departamento de Combate à Desertificação, no Ministério do Meio Ambiente, ainda em outubro do ano passado, de 2023, mostram um crescimento da área de semiaridez sobre a área de clima sub-úmido seco da ordem de 370 mil km², e o surgimento, pela primeira vez, do ponto de vista das análises históricas, de uma área de clima árido no meio da Caatinga, no meio da região Nordeste do Brasil.

Então, acho que esses dados estão mostrando para a gente que fazer o enfrentamento às mudanças climáticas é uma agenda urgente, e a Ministra Marina Silva tem sempre reforçado essa perspectiva, no sentido de que nós precisamos, enquanto Governo, fazer uma agenda de pactuação, no âmbito do Governo Federal, na relação com os governos subnacionais, governos estaduais e municípios, com a sociedade civil e com a iniciativa privada, para que a gente consiga, nesse pacto, montar estratégias e ter uma ação coordenada e articulada no processo de enfrentamento às mudanças climáticas que, repito, no âmbito do Semiárido, se reflete, se apresenta, como processos de desertificação.

Nesse sentido, eu lembro da nossa audiência, no ano passado, em que eu falava de algo que a gente ia fazer, e aqui eu quero dizer algo que nós já estamos fazendo, dentro do Ministério, para a preservação da nossa Caatinga, do nosso Cerrado, e para fazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento aos processos de desertificação, que é a elaboração do 2º Plano Brasileiro de Combate à Desertificação, que é o segundo PAB. Esse plano está num processo de escuta da sociedade, dos movimentos sociais, da iniciativa privada, dos governos municipais e estaduais – nós já realizamos dez seminários em cada um dos estados do Semiárido brasileiro, e estamos realizando seminários regionais –, para que a gente consiga, nessa escuta, entender como as comunidades quilombolas, as comunidades indígenas e os agricultores familiares sentem, como é que impacta a vida dessas pessoas que vivem nesse território.

E aqui eu quero fazer um registro extremamente relevante, que é o fato de nós termos na Caatinga 1,4 milhão de estabelecimentos de agricultura familiar. Ou seja, nós temos um volume de agricultores e agricultoras familiares produzindo alimentação saudável junto com as comunidades quilombolas, com os povos indígenas, com as comunidades tradicionais e os povos tradicionais, conservando a biodiversidade, conservando o solo, conservando esses nossos biomas.

Então, a elaboração do plano é uma estratégia de pensar, nos próximos 20 anos, que medidas e iniciativas nós devemos tratar para conservar a nossa Caatinga e a nossa biodiversidade, recuperar aquilo que foi degradado, mas, ao mesmo tempo, pensarmos em estratégias também de combate à desertificação.

Uma outra iniciativa – e fiquei super feliz quando escutei uma das propostas da Givânia –, é que nós devemos lançar, no próximo dia 10 de junho, uma campanha nacional de enfrentamento à desertificação e às secas. Essa campanha é uma campanha educativa. A gente quer chegar às escolas, Givânia, e acho que a gente tem muito a conversar contigo também, aproveitando a mediação da Senadora Teresa Leitão, como alguém que, também, além do papel legislativo, tem uma trajetória no campo da educação e que, certamente, tem muito a contribuir conosco na formatação dessa campanha, sobretudo dessa agenda com que queremos chegar nas escolas do Semiárido. É uma campanha em que queremos expressar para a população quais são as causas, as consequências do processo de desertificação, como cuidar da Caatinga, cuidar do Cerrado. Isso é fundamental para que a gente consiga fazer esse enfrentamento às mudanças climáticas, para que a gente consiga recompor as nossas microbacias hidrográficas e recuperar os nossos riachos, os nossos rios, porque o planeta está secando, e o secar significa dizer reduzir a disponibilidade de umidade e de água para a população que vive nesse território. Então, essa iniciativa é uma iniciativa também que ajuda a gente a fazer esse enfrentamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma terceira iniciativa é a modulação de um programa nacional de combate à desertificação. Obviamente, ele não tem um nome fantasia ainda, para que a gente possa anunciá-lo, mas a ideia do programa é associada a um trabalho importantíssimo que o Ibama e o ICMBio fazem, de cuidar do bioma, de preservá-lo, de fazer todo um trabalho educativo também com a sociedade, mas também de buscar fazer uma ação finalística, ou seja, de como trabalhar no processo de recuperação daquilo que já foi degradado na Caatinga.

Nós temos mais de 40% do bioma modificado, em graus diferentes, de forma bastante significativa. Então, eu acho que essa iniciativa de nós podermos discutir o bioma, a desertificação, a Caatinga é algo fundamental para que a gente possa desencadear processos de educação, mesmo, da nossa sociedade e da população, sobre o que é o bioma e como a gente se beneficia dessa floresta em pé, porque ela tem muito mais valor do ponto de vista econômico, do ponto de vista cultural, do ponto de vista das relações socioeconômicas, do que teria se a gente a desmatasse.

Então, acho que o trabalho educativo e informativo é algo fundamental.

Eu fico por aqui, trazendo um pouco para vocês essas iniciativas que estão em curso aqui no ministério, sob o comando da nossa Secretária Edel Morais e da Ministra Marina, à frente dessa agenda.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Alexandre.

Acho que é uma combinação interessante do que já foi colocado, em termos da campanha com essa campanha que já está sendo desenhada, e a gente pode colocar isso para a Presidenta da nossa Comissão, a Senadora Leila Barros, para integrar, também, o Senado, a Comissão, naquilo que for possível e necessário fazer para o êxito da campanha.

Mônica Tejo conseguiu entrar. Seja bem-vinda, Mônica.

Nós estamos no segundo convidado, e vamos passar a palavra, agora, para o terceiro.

A SRA. GIVÂNIA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, deixe eu só quebrar o protocolo aqui, para dizer ao Alexandre que eu fiquei muito feliz por ele já trazer esse resultado, que é uma coisa que eu acho importante – o seu registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, acho que a gente tem o segundo passo. Esse já está andando; vamos focar, então... Eu sei que neste ano é impossível, mas o Programa Nacional do Livro Didático está aberto para a indicação de pessoas, de especialistas.

Eu acho que, se a gente não conseguir para este ano, que a gente consiga fazer um movimento, a partir dessa campanha, Teresa, para que, no próximo ano, os livros já entrem com o conteúdo dessa campanha, com mais informações sobre o bioma.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – A gente já pode incluir isso, sim, fazendo um diálogo com o Ministério da Cultura...

A SRA. GIVÂNIA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – ... que tem um setor, exclusivamente de organização do livro, leitura e literatura.

Seja bem-vinda.

Vamos voltar agora à nossa ordem alfabética, porque a Givânia tem limites e pediu para falar logo.

Vamos passar a palavra para a Cristina Farias da Fonseca, que é a Superintendente substituta do Ibama em Pernambuco.

Muito obrigada, Cristina, pela presença.

Seus dez minutos iniciais.

A SRA. CRISTINA FARIAS DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Agradeço, sim, o convite, para engrossar essa grande equipe pernambucana em defesa da Caatinga.

Cumprimento todos os participantes e Parlamentares.

Eu desenvolvi uma pequena apresentação para facilitar o andamento dos entendimentos.

O Ibama, como um braço do Ministério do Meio Ambiente, está realmente desenvolvendo as atividades finalísticas, como o Alexandre bem pontuou. E aí a gente vai reforçar e trabalhar algumas ações que já são desenvolvidas também, bem como algumas propostas que estão em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

análise e desenvolvimento, principalmente contemplando a questão da gestão mesmo, a gestão ambiental, e não apenas uma visão mais de fiscalização, de controle, e, sim, a gestão, realmente, da vegetação, do meio ambiente e da biodiversidade de que a gente dispõe e que é tão rica.

A gente não cansa de dizer que o Brasil, em si, é um grande *hotspot* de biodiversidade. Esse estigma que ainda existe sobre a Caatinga é totalmente um contraponto às pesquisas que estão saindo, mais recentes, que demonstram um grande potencial, seja na biodiversidade, seja nos potenciais medicinais, em vários aspectos. Então, esse conhecimento tradicional, inclusive das populações, é muito importante e também precisa ser preservado. Esse também é um dos ramos em que o Ibama atua.

Podem passar o primeiro eslaide.

Eu me encontro no Ibama já desde 2009, sou analista. E aí, trazendo um pouco realmente dessa reflexão sobre o bioma, é uma região muito vulnerável às mudanças climáticas. Então, quando a gente realmente está pensando – a temática está super em ênfase agora, em toda a mídia, em toda a sociedade –, a gente não pode esquecer realmente... A gente que tem aspectos de convivência com a seca precisa pensar que o Semiárido brasileiro e a Caatinga realmente estão vulneráveis à aridez. E aí, como já foi apontado, as pesquisas demonstraram pontos já de aridez, e a gente precisa realmente agir em cima dessas condições.

É uma das regiões secas mais povoadas do mundo, abrigando de 28 a 30 milhões de pessoas. E são essas pessoas que a gente também precisa contemplar nas ações, que vivem desse bioma e que sobrevivem seja do aspecto econômico, seja da agropecuária, seja do extrativismo da própria vegetação ou desse meio ambiente.

Então, no processo histórico de ocupação da Caatinga, já foram alterados mais de 80% da cobertura original dessa vegetação, e, com essa alteração da cobertura original, a gente já perdeu praticamente metade da vegetação. Isso é um dado do MapBiomas. E a vegetação remanescente de Caatinga ainda está subdividida em fragmentos que impossibilitam, inclusive, corredores ecológicos e aumentam a suscetibilidade desses fragmentos aos efeitos de borda. Então, quanto mais se tem borda nesse aspecto, provavelmente se tende a ser mais afetado.

Pode passar.

Processo de desertificação: além dos fatores climáticos que já são inerentes ao Semiárido brasileiro, a gente trabalha muito na perspectiva da supressão dessa vegetação. Então, quando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bioma, a vegetação é suprimida, principalmente a corte raso... Existem algumas diferenças de tipo de corte e utilização dessa vegetação. Quando você faz um corte raso e, ainda, muitas vezes, faz uso do fogo, você não afeta apenas a vegetação, você deixa o solo exposto e, com o fogo, ainda afeta toda uma microbiota, um solo raso que tem algumas características. Então, você realmente está impossibilitando até um banco de sementes que eventualmente se tivesse nessa área... São processos realmente que afetam muito a Caatinga, e a gente vê que essas situações de supressão de vegetação ocorrem muito para a agropecuária.

Então, a gente precisa realmente pensar nas atividades econômicas e em como elas estão sendo utilizadas na Caatinga. Você, ao fazer uma supressão para a criação extensiva ou para uma monocultura, realmente você está causando uma degradação muito maior.

Pode passar.

As ações dos órgãos ambientais, seja do Ibama, seja também do ICMBio... O ICMBio atua muito mais nas unidades de conservação federais, nesse caso. Em Pernambuco também temos algumas unidades de conservação estaduais. As ações desenvolvidas são, principalmente, fiscalização, seja da supressão, seja da obtenção, principalmente, da Caatinga... como a lenha. Essa lenha é utilizada muito como matriz energética para algumas indústrias, como a indústria de cerâmica, a indústria de gesso. Então, tem alguns polos dentro do Estado de Pernambuco e dos outros estados também que utilizam muito a lenha como matriz energética, o carvão também. Então, muito da vegetação é suprimida para a obtenção de carvão, que vai abastecer todo o mercado consumidor.

Aqui a gente tem uma imagem de uma operação de fiscalização com destruição de fornos sem licenciamento, porque todas as atividades potencialmente poluidoras precisam passar por um processo de autorização.

Pode passar.

Esse mapa de Pernambuco foi elaborado aqui pela equipe de monitoramento baseado em alguns critérios. Aqui a gente está elencando municípios do estado que possuem alta prioridade, quando a gente precisa analisar, inclusive, processos que estão aqui para recuperação de áreas degradadas, possivelmente áreas que foram suprimidas, que foram embargadas e que deveriam ficar em pousio para poder haver essa regeneração natural. Muitas vezes o embargo também é descumprido. Então, na situação em que alguns municípios pernambucanos se encontram, foram estabelecidos alguns critérios, que vão estar nos próximos eslaides. Esses critérios ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elencou e está definindo aqui quais são os municípios de alta prioridade, prioridade intermediária ou baixa prioridade. Então, em Pernambuco, realmente, a gente está aí recheado com alguns municípios que realmente precisam de mais atenção dos órgãos ambientais.

Pode passar.

Com relação a esses critérios que definiram aquele mapa, tem as áreas que são prioritárias para a conservação da biodiversidade, já existe. O próprio MMA estabelece e disponibiliza inclusive *shapes*, *shape files* que apontam quais são essas áreas prioritárias. Então, elas foram consideradas.

Então, para os órgãos ambientais da União, a gente tem como prioridade: as terras indígenas, quilombolas e assentamentos; e a gente priorizou também o núcleo de desertificação de Pernambuco, que está no Município de Cabrobó. Então, gente precisa montar uma parceria também com o Estado da Bahia em algumas ações para que a gente consiga atuar nesses núcleos.

Como microcritérios para desenvolver aquele mapa, foram consideradas as áreas de preservação permanente, que, sim, são prioritárias para a recuperação, porque são áreas, justamente, de topo de morro, margens de rios, de cursos d'água, das nascentes – então, são áreas em que realmente a gente precisa de maior atenção nessa recuperação –; o tamanho da área em si também está sendo considerado; e a proximidade em fragmentos. Por que esses fragmentos? Como eu falei, do efeito de borda, a questão de você aproximar os fragmentos de vegetação nativa vai favorecer os corredores ecológicos, que vão atuar justamente nessa transição de genética, seja de fauna, seja de flora também. Então, esses corredores ecológicos vão permitir, inclusive, que essa regeneração aconteça de maneira mais apropriada.

Pode passar.

Então, aqui, a gente tem, por exemplo, um polígono que foi acompanhado pela equipe aqui em Pernambuco, após uma supressão de vegetação. Isso fica no Município de Bonito, então, uma parte de Caatinga, do qual a gente vê o polígono, e a gente conseguiu a recuperação dessa área após alguns anos. Então, quando a gente fala de recuperação de Caatinga, não é, inclusive, igual a recuperação de algumas florestas mais arbóreas. A Caatinga realmente demora um pouco a se recuperar. A gente realmente considera, no mínimo, acompanhamento a cada três ou cinco anos, entendeu? Essa recuperação só consegue ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

efetiva mais ou menos após dez ou quinze anos. Então, é bastante tempo. A gente precisa realmente pensar na recuperação e isso sempre é a longo prazo.

Pode passar.

Então, as ações também são desenvolvidas por volta do Prevfogo. Aqui é prioridade também as brigadas com brigadistas locais, porque são os brigadistas que conhecem o território. A gente tem brigadas indígenas em Pesqueira. A gente tem algumas brigadas de pronto emprego, que, inclusive, são acionadas para situações de combate ao fogo em outros estados brasileiros. A gente tem uma preparação bastante grande com relação aos brigadistas que atuam no controle do fogo. Inclusive, em algumas unidades aqui, em Serra da Pimenteira, a gente teve, inclusive, um incêndio bastante relevante que foi combatido pelo pessoal do Prevfogo.

Tem ações de educação ambiental e ações de recuperação de nascentes que também são projetos que estão em andamento aqui.

Pode passar.

A gente não pode deixar de falar da fauna, principalmente da Avifauna. Eu citei aqui o projeto Papagaio da Caatinga, que é um projeto que iniciou aqui no Ibama, lá no Cetas, que é o Centro de Triagem de Animais Silvestres, onde hoje a gente está tendo a reprodução do papagaio verdadeiro. Mas quando a gente bota uma espécie, uma sentinela, uma espécie foco, isso não quer dizer que a gente não esteja contribuindo para outras espécies de fauna. Então, a Avifauna é muito importante na dispersão de sementes. São eles que comem os pequenos frutos e que vão repassar esse fruto, inclusive para outras distâncias e permitir essa capacidade de suporte da recuperação.

Pode passar.

Existem algumas outras estratégias que são importantes de serem citadas, como a valoração ambiental. É uma forma de cálculo utilizado no caso de danos ambientais, no qual a pessoa não recupera a área por si só. A gente tem como fazer a cobrança desse valor que o meio ambiente perdeu. E fazer essa cobrança através de um valor, e não da recuperação direta.

Tem a recuperação de áreas por compensação de licenciamento ambiental. Se o empreendimento tem autorização e ele suprimiu alguma parte de vegetação, ele tem que fazer a compensação ambiental. Então, a gente também tem essa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem algumas plataformas no Ibama, que cuidam dessa questão de *shapes*, inclusive tem dados públicos para acessar as áreas que estão em recuperação. Então, em junho vai ser inaugurada a plataforma: Recooperar. A gente tem... Inclusive foi a diretoria de biodiversidade que estabeleceu o projeto de conversão de multas ambientais para cada superintendência. Então, a gente está incumbido, inclusive, de fazer um grande projeto de conversão de multas, no qual a pessoa que foi autuada tenha condições de abarcar um projeto, por exemplo, ou parte de um projeto, e a gente estabeleceu o que ele vai fazer em termos de benefício ambiental.

Estimular as questões de plano de manejo sustentável. Então, a gente precisa de áreas autorizadas com plano de manejo para poder fazer o manejo sustentável da Caatinga. Incentivar a agroecologia realmente. A gente sabe que várias comunidades já utilizam e já fazem isso, mas é uma forma de incentivo ainda; incentivar a conservação ambiental nos imóveis rurais. Hoje em dia ainda existe o ADA, que é o Ato Declaratório Ambiental, do qual existe uma isenção fiscal com relação aos imóveis. E essa recuperação ambiental também, quando o imóvel consegue manter as áreas de preservação permanente intactas e a reserva legal, que no bioma Caatinga é 20%, então 20% do bioma dentro de cada imóvel precisa ser preservado. O Plano Safra agora contemplou essa exigência, então já é uma forma de a gente exigir que as pessoas que têm imóveis realmente cumpram algo que está garantido já na legislação, mas a gente sabe que muitas vezes é descumprido.

Pode passar.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Cristina, você pode ir se encaminhando para a conclusão?

A SRA. CRISTINA FARIAS DA FONSECA (*Por videoconferência*.) – Sim, esse é praticamente o último eslaide.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

A SRA. CRISTINA FARIAS DA FONSECA (*Por videoconferência*.) – Então eu realmente parabenizo a iniciativa desta audiência, a Senadora, pela questão. Acho que essa discussão realmente precisa ser ampliada.

Consultei inclusive a página do Senado Federal, então gostaria que todos os interessados lessem, porque o material realmente está muito bom e parabenizo a equipe que elaborou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Alexandre citou a questão da PAB, então, a gente está aqui em Pernambuco, é um momento em que, quando a gente fala da Caatinga, a gente fala de pertencimento. Quando a gente está nesses encontros, ele traz isso para a gente, Alexandre. Eu parabenizo principalmente por causa disso, porque a gente se sente acolhido, a gente se sente pertencer a esse bioma, a esse meio ambiente e a gente realmente tem vontade de conseguir lutar. Renova as forças, então, obrigada.

E faço um apelo a toda a sociedade, aos Parlamentares principalmente. A gente precisa e a gente vê algumas ações, inclusive algumas PECs, algumas situações que estão indo contra todo esse movimento. A gente está indo no movimento de preservação e a gente vê que algumas pautas estão indo no sentido contrário. Então assim, eu peço realmente que haja valorização dessas pautas realmente, que a gente consiga reforçar essa questão ambiental, não só no Senado, mas em todo o meio e a questão social também. E fortalecer a legislação, porque a gente vê que ainda há muita fragilidade, fortalecimento desses órgãos ambientais que estão sempre lutando e, logicamente, não posso deixar de dizer que a gente está numa situação de mobilização, os órgãos ambientais estão, e logicamente a gente pede uma valorização melhor da carreira, enquanto servidor, porque sem servidor e sem órgão fortalecido, tudo isso que a gente está falando, muitas vezes, a gente também não consegue desenvolver.

Então agradeço o espaço e finalizo assim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Cristina.

Realmente ontem, inclusive, eu dei uma entrevista aqui numa rádio local – como está todo mundo aí de Pernambuco, todo mundo sabe qual é a rádio e jornal –, com o Secretário Executivo de Meio Ambiente aqui de Pernambuco e com um estudioso, um professor também, de uma entidade, acho que é Simaclim. A minha parte foi falar sobre os projetos que tramitam no Senado e eu tive que dividir em dois, aquele lote de projetos que defendem de fato o meio ambiente e aquele lote de projetos que nos ameaçam. E é uma questão que tem a ver também com concepções, com posições. Defender o meio ambiente não é uma posição isolada de uma concepção de mundo, de sociedade. E isso nos diferencia, isso é próprio das democracias, sim, mas há pautas em que a gente precisa ter um mínimo de bom senso para que a gente, até num movimento de autopreservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente, afinal, está nesse mundo. Que a gente possa, como legisladores e legisladoras, ter essa atuação. Mas muito obrigada pela sua exposição.

E agora nós vamos passar para o nosso próximo convidado, que é Francisco Carneiro Barreto Campello, Diretor-Executivo da Fundação Araripe. Seus dez minutos iniciais. Em seguida, Aparecida, que não pôde vir. Aí eu a chamo, viu, Mônica, depois.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiro agradecer ao convite do Senado e parabenizar as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros pela iniciativa.

E saudar meus colegas aí na pessoa de Cristina, minha colega do Ibama; Alexandre, um colega que está com esse desafio muito grande; e Givânia, que faz parte aí do Quilombo; e Conceição, que é parceira da Fundação Araripe em várias iniciativas.

Bom, também, Teresa, queria agradecer, em nome do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, do qual hoje eu estou como Presidente representando a Fundação Araripe. Acho que essa iniciativa é extremamente interessante.

E aí, complementando a fala dos colegas, porque já é um desafio grande falar depois de tanta gente aí com tanto pertencimento na região, dizer que no Dia da Caatinga eu acho que é extremamente importante a gente refletir um pouco sobre alguns colegas, posso chamar assim na intimidade, mas com uns tive a oportunidade de conviver e outros não, mas de profissionais que dedicaram a sua vida para a desertificação. Entre eles, a gente chama atenção para o Prof. Vasconcelos Sobrinho, também um pernambucano, que foi o primeiro desertólogo, ou seja, foi o primeiro a fazer o alerta sobre esse processo de desertificação.

Ele escreveu bastante sobre isso e, na sua sabedoria, ele primeiro trouxe para a gente um exemplo ímpar que está associado a várias falas dos nossos colegas: é a biologia da conservação. Ele trouxe para o Brasil essa disciplina para justamente fazer com que o homem se sentisse parte do ambiente e não, vamos dizer assim, um inimigo ou um concorrente.

E depois ele, nos seus estudos com a desertificação, chama para uma atenção muito especial que é o nosso grande desafio. Ele faz a seguinte observação: "que as ações requeridas para sustar a desertificação consistem fundamentalmente no comportamento correto do homem mediante sábio manejo dos seus recursos naturais". Olha a observação que ele faz, "mediante sábio manejo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele ainda faz um alerta em cima das observações que Cristina e Alexandre acabaram de frisar: "que a silvicultura para o Semiárido nordestino terá por finalidade o combate à desertificação e ao mesmo tempo a promoção do uso mais adequado para a ecologia regional". Então, esse professor faz a gente refletir sobre essa nossa relação de convivência.

Então, combater a desertificação, valorizar a Caatinga é a gente aprender a conviver com ela. E isso já faz parte de uma luta muito forte, no caso nosso, a Articulação Semiárido, uma rede que está presente na região e vem há muito tempo debatendo.

Quando a gente fala de agroecologia, eu estou falando de um sistema produtivo que vai valorizar a terra, vai enriquecê-la, não vai degradá-la e vai permitir, então, que além de eu ter alimentos sadios, eu não tenha que buscar novas áreas, porque o grande problema que a gente tem em buscar novas áreas é porque a gente produz sem conservação. Então, eu diria que o Prof. Vasconcelos Sobrinho, o Prof. João Ambrósio, outro pesquisador da Embrapa que dedicou a sua vida para mostrar o valor da Caatinga para a nossa pecuária... e a gente, às vezes, despreza essa relação.

Hoje, o Nordeste tem 90% do rebanho caprino do Brasil, praticamente criado dentro da Caatinga, então a Caatinga não é importante só com serviços ambientais, conservação da biodiversidade e tudo mais, ela também é importante para manter as atividades econômicas da região, e a gente, às vezes, não faz essa associação.

Em um exemplo bem rápido, por conta do nosso tempo, hoje as recomendações que a pecuária faz para diminuir as emissões dos gases são: trabalhar nos sistemas integrados – aquele famoso ILPF – e diversificar a pastagem. E quando os nossos animais estão sendo criados na Caatinga, eles estão comendo, em média, 50 espécies, estão conservando a paisagem, a biodiversidade e os seus serviços ecossistêmicos, e a gente não agrega valor a essa pecuária, que é uma pecuária verde, que o mundo está buscando.

No combate à desertificação, a gente tem dois grandes enfrentamentos, e o a Alexandre tem um desafio tremendo nesse sentido: como a gente mantém uma matriz energética do Nordeste em base sustentável? Porque, hoje, 40% do parque industrial do Nordeste usa a biomassa florestal – como Cristina chamou, lenha – e 30% da matriz energética do Nordeste depende da biomassa florestal.

Isso é crime? Depende de como eu recebo isso na minha indústria. Se eu recebo através de manejo florestal, licenciado, acompanhado, eu estou fazendo um benefício ambiental; se eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebo na clandestinidade, na surdina, nos finais de semana, daquele jeito, cortando de qualquer forma, além de estar ameaçando a própria indústria, porque a matriz energética... sem energia eu não produzo, eu estou degradando o meio ambiente.

Então, eu diria que esses professores foram extremamente inteligentes quando eles nos fizeram essa provocação. Para a gente combater a desertificação, para a gente poder valorizar a Caatinga, eu preciso saber usá-la, eu não preciso ter medo de usá-la. E, às vezes, o medo do uso da Caatinga faz com que ela seja ameaçada de uma forma extremamente – vamos dizer assim – abusiva, e a gente não se dá conta.

Às vezes, a gente resiste ao uso da Caatinga, mas a lei permite a sua retirada. Vou dar um exemplo bem prático: a Chapada do Araripe, que é um ambiente que tinha 70% de cobertura florestal, hoje está sendo um ambiente com foco para a produção de grãos. Isso é crime? Não, mas o medo do uso da vegetação para fornecer energia faz com que os agricultores vendam a sua propriedade ilegalmente. Eu retiro essa vegetação e boto milho, soja, dentro da lei. Então, a gente precisa perder esse medo do uso do recurso.

Outro exemplo é: a gente tem uma ideia de que a Caatinga é um ambiente extremamente interessante para a energia solar e para a energia eólica. Isso é quase um absurdo, porque para eu colocar uma planta de energia solar, a primeira coisa que eu faço é tirar toda a vegetação nativa.

Então a gente precisa aprender a falar de forma correta. Ser contra a energia eólica e solar? De jeito nenhum, mas eu não posso criar um ambiente de entendimento confuso. Eu sou contra usar a Caatinga, mas eu tiro 1,5 mil hectares de Caatinga para fazer uma planta solar. E eu não faço o menor cálculo de quanta energia aquela Caatinga poderia gerar sob manejo florestal. Mas eu resisto ao manejo e eu autorizo, por lei, a retirada dessa vegetação.

E eu tenho um discurso que diz que o ambiente da Caatinga é bom para a energia solar. Não, onde a Caatinga existe, de fato é extremamente estratégico para a energia solar. Então a gente precisaria conciliar, às vezes, as áreas degradadas, em vez de estar fazendo um processo de um esforço enorme para recuperá-las, que na Caatinga chega a ser R$40 mil por hectare; eu poderia usar esses ambientes para esse tipo de atividade.

Então eu diria que a gente precisa ter uma compreensão muito forte da dependência da nossa economia e do valor que a Caatinga tem quando ela é utilizada com critérios de sustentabilidade. Temos exemplos na Caatinga que são extremamente interessantes. Temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades hoje beneficiando os frutos da Caatinga na forma de bebidas, de doces, de geleias, de biscoitos, gerando renda para essas famílias. Segurança alimentar para os rebanhos. O licuri hoje é praticamente uma tecnologia circular. Ele é fonte de segurança alimentar, tanto humana como animal. E a gente, às vezes, não quer olhar. A gente sabe que existe, mas faz de conta que ela não está presente.

E aí, eu fico trazendo outras alternativas que, às vezes, são inclusive excludentes, do ponto de vista da inclusão social. Às vezes, eu trago um esforço energético para a região, condeno a matriz energética atual, que é extremamente inclusiva, de baixo custo, renovável e pode ser sustentável. Basta, como Cristina falou, a gente trabalhar os critérios de manejo; e a gente, às vezes, despreza esses critérios de manejo.

Então eu diria que no dia da Caatinga, o nosso maior desafio é saber usá-la com carinho. Eu tinha um professor que dizia que a natureza é a face visível de Deus, e que a gente teria que ter o maior cuidado ao tocá-la. E hoje, graças a Deus, a gente tem a rede de manejo florestal, que tem quase 40 anos de existência, que nos dá uma segurança sobre os processos de uso. Agora, como frisou minha colega Cristina, licenciado, com acompanhamento, de forma séria.

E as indústrias também precisariam fazer isso do ponto de vista da sustentabilidade.

Então eu fico por aqui, nos meus dez minutos iniciais. Agradeço a oportunidade e parabenizo, mais uma vez, a iniciativa. E só para não deixar de registrar o que Cristina falou e o Alexandre, a gente tem uma luta para que a Caatinga e o Cerrado sejam reconhecidos como patrimônio nacional e, às vezes, a ignorância, no sentido do medo, faz com que exista resistência, quando, na realidade, isso vem para somar para a contribuição do bioma na socioeconomia regional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Obrigada, muito obrigada, Francisco Campello. Esse projeto está tramitando, em termos de recolhimento de assinaturas, para a gente protocolar. Eu acho que vai ser uma coisa importante e não tenho dúvida de que tende, sim, a ser vitorioso. Então, eu lhe agradeço.

A nossa próxima e última convidada felizmente conseguiu chegar: Mônica Tejo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mônica Tejo é Diretora do Insa (Instituto Nacional do Semiárido). Muito obrigada pelo esforço, Mônica. A gente sabia que você estava aperreada com algumas atividades, mas, felizmente, você conseguiu chegar. São dez minutos iniciais.

A SRA. MÔNICA TEJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

De início, eu quero saudar todos; na pessoa da nossa Senadora Teresa Leitão, saudar todos que estão aqui presentes.

Estávamos reunidos ontem – com o Alexandre Pires, que está aqui conosco –, no Insa, discutindo um pouco sobre diálogos científicos para a questão da desertificação em terras secas. Esse evento continua acontecendo hoje. Eu estava participando ativamente dele, mas vim para fazer essa participação na audiência, também julgando ser bem importante a nossa participação enquanto Insa.

Quero também saudar o amigo Campello – a gente se encontra sempre nos eventos, nas ações relacionadas ao bioma Caatinga e também à temática da desertificação. O Campello é um provocador ativo do Insa, inserindo-se de forma bem atuante com relação à temática e à pauta.

E, Senadora, também saúdo os outros palestrantes que estão presentes nesta audiência pública.

Ao falar sobre a temática da Caatinga, dentro desse cenário de desertificação e de medidas contra a desertificação, é bem interessante a gente lembrar de o quanto a academia – os institutos de pesquisa – já tem soluções ativas ou pacotes de soluções que possam ser implantados na nossa região semiárida brasileira, que contempla não só o bioma Caatinga, mas também o bioma Cerrado, em uma menor proporção.

Esse pacote tecnológico que a gente tem disponível precisa ser explorado, precisa ser difundido, para que os municípios, as áreas que já se encontram no processo de desertificação possam ter soluções de baixo custo, soluções aplicadas, alternativas viáveis para combater cada vez mais esse processo.

Nós – como Insa (Instituto Nacional do Semiárido), que é unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – somos sempre bem incentivados, através da nossa ministra Luciana Santos, a ter soluções e a levar essas soluções para que a comunidade, as pessoas que estão na zona rural possam transformar suas vidas, digamos assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um dos nossos carros-chefes com relação ao impacto direto é o sistema de reúso – a gente já tem, aplicadas, mais de 200 unidades nos dez estados do Semiárido brasileiro. Em Pernambuco, a gente já tem várias ações implantadas, viu, Senadora? E a gente vê que isso traz dignidade para as pessoas.

Além disso, também se apoia a estruturação de sistemas agroflorestais, de sistemas de produção, para que o produtor possa utilizar a água dos seus afluentes – uma vez que a gente tem a água como um recurso tão nobre, tão rico – dando oportunidade para a geração da segurança alimentar, não só animal, mas também humana.

Então, são soluções como essa e também várias outras, como o tratamento do nosso solo, tentar trazer soluções para a saudabilidade do solo da Caatinga, para que, a partir desse solo, a gente consiga ter uma recuperação das áreas que estão sofrendo nesse processo de desertificação e possam voltar a ser inseridas no processo de "recaatingamento", como a gente bem fala.

E, nessa perspectiva, a gente tem também discussões nesses dois dias de evento aqui no Insa, que a gente está promovendo, sobre a temática também de desertificação.

A gente visualiza que a Caatinga tem uma riqueza tremenda de produção também, em torno de 5,6 toneladas de carbono, dentro da nossa vegetação nativa. Esses dados são do OndaCBC, que é um grupo de pesquisadores que fazem parte desse observatório, e nos traz aí um dado muito relevante, que coloca a Caatinga num cenário possível, quando se fala aí na regulação do mercado de carbono.

E eu acredito que, assim como eu, muitos de nós também têm esse sonho de que os nossos produtores rurais, os nossos agricultores possam um dia conservar a sua vegetação nativa nos seus ambientes e, a partir disso, conseguir receber recursos para mantê-los na zona rural.

Então, isso aí é um sonho, é o que a gente vem perseguindo, enquanto instituto de pesquisa, principalmente enquanto Insa, de tentar trazer as tecnologias, a ciência, o mais próximo possível da comunidade, e, a partir disso, a gente conseguir impactar diretamente a vida das pessoas.

Com relação à extensão de áreas em processo de desertificação, a gente tem dados do Lapis, que é o laboratório coordenado pelo Prof. Humberto, lá de Alagoas, que diz que hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

12,85% da Caatinga já enfrentam processo de desertificação. Então, a gente precisa agir rápido com relação a essas ações e trazer soluções ativas, como eu sempre falo.

E, além disso, a gente tem, no recorte da Paraíba, agora em 2023, também o dado de que a gente tem, aproximadamente, 11 mil hectares de áreas em processo de desertificação. É muita terra, é muita área, e a gente precisa tomar alguma atitude para nós, como gestores, subsidiarmos políticas públicas específicas para essa temática, para que a gente consiga reverter essas ações.

Quando a gente fala também de mudanças climáticas, de mitigação dos efeitos da seca, como sempre o Dr. Alexandre Pires, aqui presente, defende essa temática, está com esse plano em desenvolvimento, a gente também precisa pensar nessas questões de transição energética, na energia limpa produzida, mas também no impacto que isso está causando no nosso bioma Caatinga, o quanto a gente está estudando de energia eólica, solar fotovoltaica, térmica, mas também o quanto, por outro lado, a gente está degradando nessas nossas áreas de Caatinga. E também não só degradando a área em específico, mas também o social, as pessoas que estão sendo impactadas negativamente com as empresas instalando as suas usinas fotovoltaicas e também usinas eólicas no nosso Nordeste, no nosso Semiárido brasileiro.

Então, dessa forma, nós, como Insa, puxamos esse debate para a gente também e nos colocamos sempre à disposição, para que a gente consiga transferir tecnologia, fazer junto às pessoas, com as pessoas e para as pessoas a tecnologia chegar e transformar a vida, dando dignidade para os produtores, para os agricultores familiares que estão presentes nesse território, nesse bioma, Caatinga, tão rico, tão nobre, e a gente precisa ter sempre essas ações como balizas para mudar o nosso ambiente.

Dessa forma, eu agradeço imensamente pela oportunidade de participação nesta audiência, lembrando sempre que o Insa está de portas abertas, sempre desenvolvendo, com os nossos pesquisadores, ações diretas para mitigar os efeitos das mudanças climáticas na nossa Caatinga, no nosso Semiárido brasileiro.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Mônica.

Com a intervenção de Mônica, do Insa, nós concluímos a fase inicial das exposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês viram que nós tentamos trazer olhares diversos, olhares de quem está na gestão, olhares de pesquisadores, olhares de movimento social, porque o desafio é muito grande. Nós ainda estamos com muitos projetos de lei que precisam ser analisados com muito cuidado.

Vocês se lembram da boiada que queriam passar? E isso era muito vinculado às questões de meio ambiente, sem sombra de dúvidas. Então, estamos num processo que eu diria de reconstrução, que requer um olhar muito estratégico, não apenas para agora, mas para o futuro, e essa exposição de todos vocês, mesmo sendo um tema específico da Caatinga, nos remeteu à nossa grande responsabilidade com o meio ambiente, de modo geral, com a sustentabilidade socioambiental, e isso fortalece, evidentemente, o papel do Senado, da Comissão de Meio Ambiente, como parceiros nesse sentido.

Eu vou passar à leitura – vou ler bem devagarzinho, não sei se aí está escrito – das perguntas do e-Cidadania.

Todas as nossas audiências públicas são interativas, e, aí, a gente divulga o tema, e vêm algumas perguntas antes – talvez algumas que já tenham sido respondidas – e vêm algumas perguntas também durante a exposição. Nesse caso, nós temos essas duas possibilidades: nós recebemos perguntas antes e recebemos perguntas durante.

Eu vou ler bem devagarzinho, porque aí cada um vê qual é a que lhe atém e escolhe a que quer responder e, ao mesmo tempo, também fazer já as suas considerações finais, para a gente encerrar esta brilhante audiência, que foi assim porque vocês a fizeram assim.

Então, a primeira pergunta é de Rosânia, do Distrito Federal: "Quais as ações governamentais propostas para reverter a especulação imobiliária e a exploração pelo agronegócio?".

A segunda pergunta é de Andreyna, do Mato Grosso: "Como a ciência e a tecnologia estão sendo utilizadas para monitorar e combater a desertificação na região da Caatinga?".

A terceira é de Israel, da Bahia: "Quais são as espécies-chave para mitigar o avanço do processo de desertificação? Licuri, baraúna, jurema.. Como preservar? Vamos replantar?".

A quarta é de Luíza, do Paraná: "Será realizado algum trabalho de educação ambiental para orientar a população tanto local e de outras regiões do país?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais três... duas perguntas e um comentário que chegaram durante a exposição, também de Andreyna, do Mato Grosso: "Quais [...] [as] principais ações ou estratégias implementadas para combater a desertificação na Caatinga?".

E Thiago, do Rio de Janeiro: "Como o terceiro setor pode atuar na preservação da Caatinga?".

E um comentário de Thiago, do Paraná: "A Caatinga é um bioma único e precisa ser preservado. Precisamos nos integrar ao ambiente sem modificá-lo, sem destruí-lo".

E aí, Thiago termina... Eu podia dizer.... Não, tem mais; tem mais duas, desculpem. Tem mais quatro.

Cristiana, de Minas Gerais: "Qual [o] impacto [do] projeto Recupera Caatinga [...] na promoção do desenvolvimento sustentável e na proteção da biodiversidade na região?".

Luíza, do Amazonas: "Quais as instituições científicas [...] envolvidas no projeto Recupera Caatinga? [...]".

Mateus, do Ceará: "Quais áreas do Nordeste [brasileiro] apresentam um quadro avançado [...] [de desertificação]?".

Rodrigo, do Espírito Santo: "Como a Sudene age no combate à desertificação [...] [em] sua área de atuação?".

Daniel, de Pernambuco – agora são as últimas mesmo –: "Diversos projetos de parques eólicos têm afetado as áreas da Caatinga, [...] os territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais".

Esses três são comentários afirmativos.

Michel, do Rio de Janeiro: "Esse tipo de bioma tem uma importância fundamental para a biodiversidade do planeta, pois 15% de seus animais são espécies exclusivas".

E Alan, do Rio de Janeiro: "[É preciso] promover um planejamento coordenado dos usos do solo que inclua a gestão dos recursos hídricos e das atividades pecuárias e agrícolas".

Então, muito obrigada a todos os internautas que contribuíram através do e-Cidadania. Eu volto a palavra para os nossos queridos expositores, com cinco minutos, que é o tempo que vai começar a sessão plenária. Podem ficar à vontade pela ordem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (*Por videoconferência*.) – Vamos pela ordem, Teresa. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Vamos pela ordem?

O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (*Por videoconferência*.) – Vamos.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Começa você, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE HENRIQUE BEZERRA PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Pode ser, claro.

Bom, eu vou só tratar de alguns dos pontos, porque eu acho que tem outros aí que os demais podem tratar. Alguns falaram sobre estratégias de combate à desertificação, ações para mitigar e reverter diante de processos exploratórios, sobretudo falando um pouco da agenda do agronegócio. Então, o que eu queria dizer é o seguinte: existe um conjunto de tecnologias sociais desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, pelo terceiro setor, por instituições de pesquisa espalhadas por este Brasil, e algumas, inclusive, adotadas como políticas públicas, como é o caso do Programa Um Milhão de Cisternas. Então, são iniciativas que já mostram eficiência na mitigação, na adaptação às mudanças climáticas e também nos processos de reversão ou de recuperação de áreas degradadas.

Existem tecnologias que ajudam a recuperar os solos degradados, recuperar a biodiversidade das plantas; talvez não existam tipos de plantas ideais ou específicas para melhorar o processo de recuperação. O que a gente sempre orienta – e que, do ponto de vista técnico e científico, é comprovado – é que a gente precisa usar as espécies nativas de cada bioma para recuperar as áreas degradadas naquele bioma. É claro que, dentro de uma estratégia de recuperação de forma um pouco mais orientada, nós podemos usar aquelas espécies de plantas que vão se adaptar a um solo mais degradado, e depois a gente vai incorporando algumas espécies que são um pouco mais especializadas, que exigem um pouco mais de solos mais férteis.

Então, acho que existe uma série de iniciativas que já acontecem hoje, e o grande desafio nosso, dentro do Ministério do Meio Ambiente... E aí vou falando, porque alguém – foi a Luiza – perguntou sobre a agenda de educação ambiental: nós devemos lançar uma campanha nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de enfrentamento ao processo de desertificação e de secas, exatamente com esse componente educativo, reunindo um conjunto de iniciativas que já existem, testadas, que já foram experimentadas, que mostram eficiência. A gente quer colocar essas experiências à disposição da sociedade, para ela entender, compreender quais são as causas e as consequências do processo de desertificação; o que é que causa esse processo e, muitas vezes, essas situações de estiagem muito longas, as secas muito longas; e, obviamente, para a gente falar também um pouco desses extremos climáticos, como o que a gente viu que aconteceu agora na região do Rio Grande do Sul, assim como o que a gente viu que aconteceu na Região Norte do Brasil, na Região Amazônica, com a seca no final de 2023.

Então, a ideia é que a gente possa, dentro dessa campanha de enfrentamento à desertificação e às secas, popularizar um pouco mais o conhecimento, levar mais informação para as pessoas, para que as pessoas possam entender o quanto é importante manter as nossas florestas em pé; que floresta em pé vale muito mais do que a gente usar – vamos dizer assim, no sentido de uso indevido – para desmatar para a produção em grande escala de espécies que são mais exigentes de solo, de água e de tudo mais.

O Ministério do Meio Ambiente tem buscado fazer um diálogo com todos os setores da sociedade, inclusive com setores do agronegócio, porque muitas vezes as práticas geradas pelo agronegócio geram uma degradação do solo, da biodiversidade muito maior do que outras práticas, como, por exemplo, as da agricultura familiar ou das comunidades tradicionais. A Ministra Marina tem buscado, tem manifestado essa preocupação de trazer para a mesa de diálogo, sobretudo no tocante a essa agenda das mudanças climáticas, todos os setores, inclusive o do agronegócio, porque o agronegócio também vai perder com o agravamento do contexto das mudanças climáticas – perder do ponto de vista econômico, já que tem esse foco de forma específica às suas atividades.

E a gente espera que, com essas iniciativas de sensibilização da sociedade, de diálogo com os diversos setores, de diálogo com o próprio Parlamento para nos ajudar na elaboração de leis, de decretos, de políticas, de mecanismos de regulação que sejam mais eficientes, a gente consiga, obviamente, gerar uma compreensão mais efetiva na sociedade sobre os impactos das mudanças climáticas na vida das pessoas, de um modo geral, porque eu costumo dizer: preservar a Caatinga, nós estamos aqui falando da Caatinga, que é o nosso coração, é muito importante, mas preservar todos os biomas é importante, porque todos os biomas vivem em codependência e coexistência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente os separa por vários fatores, mas aquilo que acontece com a Caatinga impacta a Mata Atlântica, impacta o Cerrado, impacta o Pantanal, impacta a Amazônia, e assim sucessivamente. Então, é muito importante que a gente cuide de cada um dos biomas da melhor forma possível.

E termino, Senadora, agradecendo mais uma vez pelo convite. Espero que, no próximo ano, na celebração do Dia da Caatinga, a gente esteja junto mais uma vez, para que a gente possa fortalecer e dar continuidade a essas várias iniciativas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Vamos tornar esta audiência rotina da nossa Comissão.

Então, vamos passar agora para a Cristina, do Ibama, para as suas considerações e as possíveis considerações sobre as perguntas.

A SRA. CRISTINA FARIAS DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, alguns comentários envolveram, desde a questão da plataforma Recooperar, lembrando que essa plataforma não é apenas para o bioma Caatinga...

Então, puxando aí o reforço de Alexandre, todos os biomas são importantes e essa plataforma contempla, sim, de uma maneira nacional, todos os biomas. Ela vai trazer a informação, esses dados públicos de todas as áreas que estão em recuperação, que são áreas que foram embargadas por supressão ilegal.

Falando um pouco de recuperação ambiental, foi citada a questão de espécies. A preferência, sim, é das espécies nativas, porque elas têm a adaptação edafoclimáticas e são realmente consideradas como prioritárias naquele projeto de conservação.

Nesses projetos, quando tem área de vegetação suprimida sem autorização, a legislação, inclusive, solicita que seja apresentado um projeto de recuperação de área degradada. Esse projeto pode ser mais simplificado, ou realmente um projeto um pouco mais complexo, dependendo da situação. Ela é analisada pelos técnicos com *expertise* na área. Tem um responsável técnico, muitas vezes tem que ser um engenheiro, um agrônomo, alguém com formação afim, que analisa, que planeja todo um cronograma de execução de recuperação daquela área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem as espécies que são as prioritárias. Tem espécies que conseguem fixar melhor o solo, porque quando a gente pensa em área degradada, a gente pensa muito na questão da fixação do solo. Então, a gente precisa realmente de espécies que vão conseguir fixar aquele solo e, posteriormente, criar um microambiente de solo que permita realmente a fixação e a implantação de demais espécies.

A legislação também permite que essa recuperação ocorra quase que 50% e 50%. Então, você pode fazer uso das espécies, obrigatoriamente precisa das espécies nativas, mas você também pode fazer uso de outras espécies, inclusive frutíferas, porque a sociedade precisa. Eu estou recuperando daquela área, mas eu também posso fazer uso daquela área que eu estou recuperando.

Você tem condições, inclusive, de fazer uso de algumas espécies das quais você vai obter um fruto para fazer uma outra atividade econômica, e você pode obter sementes, e você pode obter outros tipos de produtos florestais. Quando a gente fala disso, a gente pensa no manejo sustentável, inclusive da área que está em recuperação. Tudo isso é permitido, mas sempre pensando na fixação do solo.

Então, quando a gente está muito empenhado nessa questão, embora o sucesso em si de um processo administrativo, às vezes, não chegue realmente a obter o sucesso, a recuperação daquela área, e um desembargo efetivo, quando a gente diz assim: "Essa área agora está recuperada com toda a sua função ecossistêmica", recuperada não só de vegetação, mas da flora, da microbiota de solo ali.

Então, a gente realmente precisa pensar no uso dessa agropecuária, nessas monoculturas, nessas questões das energias renováveis, mas sendo muito bem planejadas, e não como a gente está vendo realmente – o que Chico comentou. Então, como é que você vai fazer uma grande supressão para colocar placas eólicas e aí ter uma área... Então, assim, você está realmente trabalhando, obtendo energia renovável ou você está... esse equilíbrio aí está mais negativo do que positivo. Então, a gente realmente precisa trabalhar qualquer bioma de uma maneira sustentável, convivendo com ele e preservando. Então, é nesse sentido que eu venho reforçar.

Não sei se teria alguma pergunta mais específica da área que eu pudesse responder, mas eu acho que contemplou.

Obrigada. Agradeço a oportunidade também, Senadora, e a toda sociedade que está acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Contemplou, sim, Cristina. Muito obrigada.

Passo agora para Francisco Campello, para suas considerações e responder ao que achar conveniente responder.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, eu vou tentar, vamos dizer assim, não responder pontualmente, mas fazer uma fala de encerramento, nesses cinco minutos – vou até anotar para não passar do tempo –, tentando de uma certa forma contemplar todo mundo.

Eu diria que a gente, primeiro, deveria pensar fortemente na necessidade de a gente focar na promoção do uso sustentável do que nós temos.

A gente trabalha a restauração, estamos na década da restauração, é extremamente importante, mas a gente só restaura porque a gente degrada. A Caatinga ainda tem hoje 60% de cobertura florestal. Então, é extremamente importante a gente valorizar e valorar esses 60%, seja como fonte de suprimento, de forragem para os animais, seja como fonte de energia para a matriz energética não só da indústria, mas das famílias. Para 90% das famílias da zona rural, a energia para preparar os alimentos é a lenha, com fogões que podem ser melhorados através da tecnologia. Hoje, existe a experiência do que a gente chama de fogões ecológicos, que são fogões que trazem condições de qualidade para a mulher, eficiência de produção e dão qualidade ambiental dentro da casa, sem estar aquele, vamos dizer assim, fumacê, que faz um mal muito grande para a nossa saúde. Então, a gente precisa olhar para o recurso em cima do que ele pode ofertar.

A gente falou dos frutos. Nós temos uma diversidade, nós temos o maracujá da Caatinga, nós temos o licuri, nós temos o umbu – que são as mais conhecidas –, nós temos o jatobá – a farinha do jatobá é como se fosse uma farinha láctea, extremamente rica –, temos em alguns ambientes como na região do Araripe o babaçu, a macaúba, ou seja, a Caatinga é riquíssima em frutos, a gente é que não aprendeu a comer a Caatinga. Temos o araticum... ou seja, tem aí um conjunto de frutos que podem ofertar segurança alimentar. Então, o uso sustentável é extremamente necessário, primeiro, para a gente parar o processo de degradação, e aí vir com a restauração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra grande frente que eu diria... Tem uma pergunta assim: "o que a tecnologia...". Hoje, nós temos ferramentas tecnológicas que permitem que as ações de comando e controle sejam mais eficientes.

O Ibama, junto com os órgãos estaduais, tem sistemas como o Cadastro Técnico Federal, o Sinaflor, que podem ser cruzados. E aí você sabe qual é a demanda de que a empresa precisa e quanto de fato ela está comprando no mercado. E aí, se ela está produzindo mais do que podia com a oferta que está sendo apresentada no sistema, significa que ela está trabalhando fora do padrão. E aí eu posso fazer uma fiscalização técnica sem ter aquele esforço de campo muito grande. Então a tecnologia hoje já permite isto: permite a gente monitorar as áreas que estão sendo agredidas. Então a gente tem vários esforços.

Hoje também tramita no Conama uma resolução para promover o manejo florestal. Então, o que essa resolução fez? Ela trouxe todo o avanço da ciência florestal, principalmente os estudos da Rede de Manejo Florestal da Caatinga, que têm 40 anos de existência. Pouca gente sabe que existem esses estudos sistematizados mostrando como é que a Caatinga pode ser utilizada com critério de sustentabilidade, a sua eficiência e os serviços ecossistêmicos que voltam através do uso sustentável. Então essa resolução está para ser aprovada no Conama. A ideia é a gente uniformizar os procedimentos dos órgãos ambientais com relação à abordagem para uso sustentável. E – como é que se diz? – eu diria que a restauração pode ser como a gente faz, mas hoje a grande estratégia é você restaurar fortalecendo as iniciativas socioprodutivas, o que Cristina acaba de exemplificar. Eu posso restaurar, mas eu posso restaurar fortalecendo iniciativas.

A Fundação Araripe tem o Ministério do Meio Ambiente e o Fundo Sociambiental da Caixa, com os quais ela está justamente trabalhando com comunidades. Uma delas é o Quilombo de Conceição das Crioulas, onde a gente está restaurando as áreas, os roçados, trazendo espécies que vão, no futuro, agregar renda para essas famílias.

No mais, quero agradecer a oportunidade e, como Fundação Araripe e Reserva da Biosfera da Caatinga, colocar-nos à disposição para o que for preciso.

Um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Francisco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E passo, por fim, a palavra para a Mônica Tejo, do Insa, para as suas considerações finais e para responder o que achar conveniente responder.

A SRA. MÔNICA TEJO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Mais uma vez agradeço imensamente pelo convite, por estar participando dessa importante audiência pública.

Eu queria responder à Andreyna, que pergunta sobre a questão do monitoramento e do mapeamento de áreas desertificadas ou em processo de desertificação. Quero dizer que a gente tem, dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), bem como o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Eles dois estão, de forma bem frequente e contínua, fazendo o monitoramento dessas ações.

Inclusive, o Cemaden lançou recentemente uma nota técnica, que vem sendo discutida, que vem sendo pautada nas reuniões de discussões sobre o tema. Também temos a questão do Lapismet, que é o laboratório do Prof. Humberto, lá de Alagoas, que também vem fazendo esse monitoramento em áreas de processos de desertificação, desertificadas, e que nos traz aí dados e subsídios para as discussões e para que a gente possa pensar em mitigar esses efeitos nesses processos de desertificação das nossas regiões, principalmente no bioma Caatinga.

Com relação ao Israel, da Bahia, que pergunta quanto às espécies, para que a gente possa utilizar nesse processo de combate ou mitigação aos efeitos da desertificação, eu concordo com o Campello, quando bem fala que a gente tem várias espécies disponíveis na Caatinga, e a gente acaba desconhecendo um pouco do que temos, mas a gente precisa, também, ter cuidado com monoculturas nesses processos e incentivar os sistemas agroflorestais, fazendo com que a gente mantenha essa diversidade das culturas nesses processos.

Quero dizer que é possível a gente utilizar um recaatingamento, mas que a gente precisa pensar também em diversificar as culturas que sejam implantadas diretamente. E, nessa diversificação, utilizar a nossa riqueza, da biodiversidade que a gente tem aí, tão rica, tão abrangente, e que está lá na Caatinga.

Dessa forma, Senadora, eu finalizo as minhas considerações agradecendo e parabenizando pela iniciativa, pela discussão e pela pauta tão importante, também deixando o nosso Instituto Nacional do Semiárido à disposição para que a gente possa interagir em outros momentos e demais demandas relacionadas à Caatinga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer toda a boa vontade, a presença e o conteúdo altamente qualificado que foi trazido para a nossa audiência pública, por cada um de vocês.

É uma luta que não termina aqui.

Talvez possamos precisar de vocês em outras ocasiões, por conta dos projetos que estão em tramitação, e sabemos que teremos parceiros e parceiras para nos ajudar a instruir os projetos que certamente virão à pauta este ano.

Muito obrigada pela presença.

Não havendo mais ninguém inscrito e nem havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Wellington Fagundes e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Flávio Arns, Rodrigo Cunha e Ciro Nogueira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Giordano, Marcos do Val, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 183, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 187, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, do Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, que "Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados."" **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Decretos Legislativos nº 183, de 2020, e nº 187, de 2020. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 174, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 194, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos das Instruções Normativas Conjuntas nºs 1, de 12 de abril de 2021, e 2, de 26 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que regulamentam o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do PDL 174/2021 e pela prejudicialidade do PDL 194/2021. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 380, de 2023** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer como diretriz da política urbana o fomento à construção de cidades resilientes às mudanças climáticas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN e pela aprovação das Emendas nºs 2 e 3-PLEN, com as subemendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5696, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir o acesso à água potável nas instituições de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 24, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir ações preventivas diante das projeções climáticas que indicam seca severa para o bioma Pantanal." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 25, de 2024** que: "Requer a realização de ciclo de debates, em conjunto coom a CE, para debater e celebrar os 25 Anos da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA" **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 26, de 2024** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater incentivos à produção sustentável de biogás e biometano a partir de resíduos da agropecuária e urbano" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 27, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2024 - CMA seja incluído o convidado que apresenta." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Zequinha Marinho e apresentado o nome do Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Pietro Sampaio como representante do Ministério das Minas e Energia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/29

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de maio de 2024.

Bom dia, colegas Senadoras e Senadores.

Antes de eu começar aqui a minha fala, hoje a reunião será muito rápida, muito breve, porque temos CMO, temos sessão do Congresso e tivemos dificuldade até de, inicialmente, termos o nosso quórum.

Então, vou para umas breves palavras, a aprovação do requerimento, e vou ter que ir para a CMO, porque eu sou membro titular da CMO. Temos uma pauta lá. Eu peço desculpas a todos que estão sempre conosco aqui, toda semana, acompanhando a Comissão de Meio Ambiente.

Bom dia, colegas Senadoras e Senadores e demais espectadores.

A agenda ambiental segue na mira dos noticiários do nosso país, e devo crer que o cenário de emergência climática que vivemos irá nos colocar no centro das notícias cada vez mais, infelizmente. (*Pausa.*)

Eita, rodou muito aqui! Por isso é que, às vezes... Vamos no papel. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil possui enormes sensibilidades quando se trata dos impactos da mudança ambiental do clima. Ainda somos um país extremamente desigual. Esse abismo social nos coloca em barcos bastante diferentes no meio dessa tempestade.

Nesta semana tivemos um debate de alta relevância. A proposta que trata da extinção dos terrenos de marinha, que são áreas da União, e da transferência dessas terras para estados, municípios e particulares vem despertando preocupação na nossa população.

Conforme apontam especialistas, apesar da boa intenção do autor, o texto em discussão apresenta um risco significativo ao equilíbrio ecológico deste importante patrimônio da União. Essas áreas historicamente reservadas para a defesa da nossa soberania desempenham hoje um papel crucial na mitigação das mudanças climáticas e na proteção das nossas comunidades costeiras.

Entendemos que há questões fundiárias a serem resolvidas, mas a questão ambiental não pode ser negligenciada. Devemos promover um debate responsável, sem visões ideológicas, que nos permita, com os devidos subsídios técnicos, analisar os riscos com a seriedade que o tema exige, pensando em conservação ambiental e em soluções para as questões fundiárias.

Nesse sentido, e conforme meu pronunciamento na CCJ na última segunda-feira, quero trazer esse debate à CMA. Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, cabe a mim garantir que o debate ocorra também sob a ótica ambiental e climática.

Lembremos que devemos operar sob o princípio da precaução, que na doutrina do direito ambiental costuma funcionar como um alerta que mais tarde se materializa. Nesse sentido, irei propor uma audiência pública para tratar do tema em nossa Comissão, uma vez que as PECs tramitam apenas na CCJ e, depois, no Plenário.

Estamos vivendo uma crise climática sem precedentes. O cenário irá piorar cada vez mais, até que consigamos nos adaptar. É preciso cautela quando o assunto é ordenamento territorial, o calcanhar de aquiles da gestão territorial e ambiental brasileira.

Há cidades litorâneas que estão entre as mais suscetíveis ao aumento do nível do mar no mundo. Se estamos legislando de modo a comprometer o equilíbrio ambiental, seja no curto, no médio ou no longo prazo, estamos descumprindo o dispositivo da nossa Carta Magna, que nos obriga a garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as futuras gerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco, por fim, que estamos prestes a entrar no Junho Verde, mês em que a agenda ambiental deve ser priorizada em nossas discussões. Chegou a hora de a política se basear na ciência ou colocaremos a vida de nosso povo em risco. Aliás, nós já estamos colocando a vida do nosso povo em risco.

Ainda sobre o Junho Verde, aproveito para fazer o convite para dois eventos que teremos na próxima semana. Nos dias 4 e 5 de junho, teremos um seminário para comemorar os 25 anos da Política de Educação Ambiental. Serão dois dias de debates técnicos, lá no Auditório Petrônio Portella, onde também serão exibidos vídeos do Circuito Tela Verde e haverá uma experiência imersiva sobre a Amazônia em realidade virtual. No Espaço Ivandro Cunha Lima, a exposição de fotografias 35 Anos do Ibama. E tudo isso após a abertura de uma sessão especial sobre apneia, no Plenário do Senado Federal, nessa próxima terça-feira.

No dia 6 de junho, teremos a sessão de debates sobre as oportunidades para o Brasil na Presidência do G20. Na ocasião, nós abordaremos questões ambientais climáticas. O Brasil possui um enorme potencial para liderar cobranças e soluções climáticas de outros países, e não podemos perder essa importante oportunidade para mantermos esse debate – que possamos seguir promovendo o diálogo e negociando em prol de toda a população brasileira, inclusive daqueles que ainda estão por vir.

Bom, pessoal, sobre a PEC nº 3, que foi discutida na CCJ, quero só deixar um esclarecimento: eu não apresentei ainda o requerimento, porque a minha maior preocupação... Primeiro, nós pedimos uma nota da Consultoria, para embasar mais ainda as nossas posições; e, também, nós queremos trazer técnicos para o debate, a academia, sem grandes paixões, sem grandes envolvimentos. Nós precisamos nos conectar mais com a ciência. Então, nesse universo de tantas pessoas que se dizem "donas da verdade", nós estamos procurando nos basear na ciência e nós vamos procurar as melhores pessoas, os melhores expositores para tratar do tema com muita seriedade, sem grandes paixões, sem ideologia.

Quero aproveitar também e fazer um apelo... Primeiro, agradecer a toda a comunicação do Senado Federal, a TV Senado, que esteve conosco na semana passada no Rio Grande do Sul. (*Manifestação de emoção.*)

Desculpem! Foi muito impactante, muito impactante o que nós assistimos, o que nós vimos. Vimos um povo sofrido, um povo que... Imagina, de uma hora para outra, você perder sua casa, você perder amigos, você perder sua dignidade e você ter que ter forças, no outro dia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para reconstruir, olhar para os seus filhos, olhar para as pessoas que estão ao seu lado passando pela mesma situação. Olha, não dá para você... Uma coisa é você ver vídeos, imagens, escutar áudios; outra coisa é você ir para aqueles alojamentos, é você andar pelas ruas e ver as marcas da água, do barro, quase no teto das casas, visitar o hospital de campanha e ver um estado praticamente dizimado.

Isso não pode passar assim, gente, sem que a gente faça uma reflexão das nossas ações. Não dá para... (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

Não dá para a gente mais debater a emergência climática na emoção.

Desculpem-me, porque eu estou emocionada porque eu nunca imaginei que nós tão cedo iríamos ver o que nós, Senadores, tivemos a oportunidade de assistir na semana passada lá no Rio Grande do Sul.

Então, eu queria continuar fazendo um apelo, porque o povo gaúcho está muito sofrido, sensibilizado, mas está muito grato, grato pela nossa generosidade, pela nossa solidariedade. O Brasil, nessa hora, graças a Deus, para mim, mostrou uma faísca de união, então, eu ainda tenho muita esperança em tudo o que a gente está vivendo, com essa polarização, com esse ódio, com essa enxurrada de *fake news*, que também atrapalha muito ao passar a realidade dos nossos irmãos gaúchos, mas quero pedir que a gente continue nessa corrente, que não larguemos as mãos, que a gente continue firme nessa onda de solidariedade e empatia.

Quero dizer, em nome do Senado, em nome da Bancada Feminina, pois eu fui uma Senadora que estava presente lá, que, no dia 13, agora, de junho, foi definido, nós iremos lá para o Vale do Taquari, uma das regiões mais afetadas. Nós estivemos em Canoas e 50% das casas foram atingidas. Então, é lixo, é entulho, é muito sofrimento, muito sofrimento, meu povo!

Então, que sirva de alerta, como eu digo aqui, nós não temos um plano B, nós não temos um planeta B, nós não temos para onde correr. Nós temos que assumir as nossas responsabilidades e temos também a responsabilidade com as futuras gerações. Eu sou mãe, e temos aqui um futuro ainda por zelar, e a gente tem que ter esse compromisso e essa responsabilidade.

Quero agradecer aos membros da Comissão e pedir ao povo brasileiro que continue nessa corrente.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos presente aqui o Senador Zequinha.

Bom dia, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Como eu falei, para a pauta de hoje...

Nós não vamos seguir com a pauta, Senador Zequinha, porque, enfim, nós temos quórum suficiente, mas não temos os Relatores. A maioria pediu para retirar os itens da pauta, os seus relatórios, porque ainda seguimos com o trabalho da sessão do Congresso Nacional de ontem, tem a CMO também para aprovar os PLNs, então, nós não teremos a presença da maioria dos Senadores.

Então, eu vou passar para os itens de requerimento.

O senhor é o item?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Sete.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 26, DE 2024

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater incentivos à produção sustentável de biogás e biometano a partir de resíduos da agropecuária e urbano

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Concedo a palavra ao Senador Zequinha para a leitura do seu requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater incentivos à produção sustentável de biogás e biometano a partir de resíduos urbanos e da agropecuária.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Exmo. Sr. Deputado Federal Arnaldo Jardim; Sr. Evandro Gussi, Presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia);

- Sr. Rodrigo Sobral Rollemberg, Secretário de Economia Verde do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comercio e Serviços;

- Sr. Yuri Belchior Tisi, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (Abren);

- Sr. Osvaldo Leal de Moraes, Diretor do Departamento para o Clima e Sustentabilidade da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);

- Sra. Renata Isfer, Presidente-Executiva da Associação Brasileira de Biogás (ABiogás);

- e Sr. André Galvão, Superintendente-Executivo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema).

Bom, a justificativa aqui é um tanto longa, mas só quero dizer que essa questão do biogás e do biometano é, sem dúvida nenhuma, uma caminhada sem retorno, e a gente tem hoje um potencial muito grande, além da necessidade de se trabalhar a questão da captura de gases de efeito estufa.

O biogás e o biometano – principalmente o biometano, que é, muitas e muitas vezes, pior do que o próprio biogás, quando jogado na atmosfera – são jogados na atmosfera pelos lixões, pelos aterros sanitários, que são bombas-relógios, e pelos resíduos da produção agropecuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa ver isso com bons olhos. É um mercado que está aí. A necessidade que a gente tem de segurar essas emissões e transformá-las em receita, em ativos, é muito importante, e o mundo está fazendo isso. A Europa tem um povo mais velho do que a gente, claro, muito tempo, muito, muito, muito, mas eles já deram a volta nesse aspecto e hoje conseguiram transformar o limão em limonada, e a gente precisa chegar lá.

Então, o nosso requerimento, Presidente, é exatamente em cima desse debate. Estamos aqui convidando pessoas de alto nível para essa audiência pública para que a gente possa ouvir o Governo também, como o Governo pensa, o que o Governo quer com um setor que está pronto para disparar e ajudar o Brasil nessa caminhada.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada, Senador Zequinha.

Eu acho que tem um requerimento, apresentado pelo Senador Veneziano, para convidar mais um expositor. O senhor vai subscrevê-lo? (*Pausa.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Presidente, permita-me logo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Antes de aprovar o requerimento, já estão me pedindo para aditá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vá lá! (*Risos.*)

Faz parte.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Eu gostaria de que se acrescentasse à lista de convidados o senhor... Qual é esse primeiro nome aqui? (*Pausa.*)

Sr. Pietro Sampaio, do Ministério de Minas e Energia. Está meio rabiscado aqui, mas deve ser uma importante autoridade dentro desse tema: Pietro Sampaio, Ministério de Minas e Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Senador Zequinha.

Agradeço o pedido do Senador Veneziano, que está trazendo outro expositor, que, ainda mais por ser do Governo, certamente vai enriquecer o debate. Agradeço a leitura e o consentimento do nosso requerente, o Senador Zequinha.

Obrigada, Senador Zequinha.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Obrigada, Senador Zequinha.

Agora, nós vamos só ver a data para a audiência pública, e a Mesa passará para o senhor.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 25, DE 2024

- Não terminativo -

Requer a realização de ciclo de debates, em conjunto com a CE, para debater e celebrar os 25 Anos da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Bom, eu não preciso dizer que estamos num momento em que nós temos que fazer esse debate na Casa, enaltecer o trabalho da Pnea e também ouvir governos e instituições sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, principalmente para os nossos jovens.

Então, acredito que vai ser uma semana muito rica. Serão dois dias de debates. Nós teremos autoridades aqui, ministros e Presidentes de Comissões. Então, convido todos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participarem conosco. A abertura será no Plenário do Senado, na terça-feira, e todos estão convidados.

Então, a votação, Senador, será simbólica.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Eu gostaria de complementar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pois não, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Acho que o tema é muito, muito oportuno.

Eu não vou falar o nome da minha cidade, mas a gente passa muita raiva lá, porque as pessoas terminam não tendo educação e jogam lixo em qualquer lugar. Isso é o fim do mundo!

O remédio para consertar uma geração ou pelo menos para criar uma geração nova com bons costumes é realmente por meio da educação. Se você não botar isso para dentro da grade curricular... E o Brasil deixa algumas coisas importantes para a vida do lado de fora e acha que aquilo vai dar certo porque é um costume, e nem sempre isso dá certo, nem sempre esses costumes influenciam tanto uma geração para fazer com que aquilo... É melhor levar esse treco para dentro da escola. Bote na grade curricular, ensine, porque por aí eu acredito que funcione.

Cidades que jogam lixo na rua, cidades que jogam lixo dentro dos canais, que eram aquelas antigas grotinhas, aqueles ribeiros de água, que a zona urbana passa por cima e aquilo fica oprimido. Quer dizer, se você voltar no tempo, antigamente aquilo lá era uma beleza: água natural, limpinha, até dava para consumir. Aí, depois que a cidade chega, aquilo vira um escândalo de sujeira, de contaminação, de tudo que não presta. O que as cidades fazem? Tudo que não deve cai no canal, o canal despeja no rio, o rio despeja no mar, e depois não sabem por que o Rio Grande do Sul está debaixo d'água. É porque a influência dos oceanos na temperatura é fundamental. Às vezes, a gente está focando num negócio, e o treco está em outro lugar. Os oceanos estão com problema por causa dessa falta de educação nossa.

Dois: por causa da falta de políticas públicas. Há quantos anos... Eu conheço V. Exa. de pouco tempo, embora de muito tempo da televisão, pois era uma esportista, uma atleta, mas aí veio para a política, mas eu estou na política... Quando você começou no esporte, eu comecei na política, mais ou menos trinta anos atrás, trinta e poucos anos. Então, há uma demanda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

premente de que as prefeituras têm que fazer a destinação correta dos seus resíduos sólidos, do seu lixo. Aí vem, passa para outro ano, e passa para outro ano, e passa para outro ano, e estamos aí. São trinta e tantos anos, e os municípios não conseguem dar a devida destinação.

Nós temos falta de educação, nós não somos uma sociedade educada, com raras exceções de estados e cidades, mas a grande maioria comete erro. E não levamos isso para dentro da grade curricular para um menino que, daqui a 15 anos, 20 anos, vai ser pai de família ou mãe de família ou um empresário, seja lá o que for, que vai gerar muito lixo. Ele não está educado e faz o que não deve fazer. E o Prefeito... Aqueles meninos que não foram educados viram Vereadores, viram Prefeitos, viram Deputados, viram Senadores, todo mundo. E isso termina trazendo o problema. Então, a gente precisa...

Presidente, parabéns, porque é um negócio que passa, e você não percebe. Vamos ter que conversar isso. Eu não sei se chamaram o MEC aqui na sua...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Sim. Na verdade, as autoridades são o Ministro Camilo Santana, a Ministra Marina Silva... Vamos ter também a participação do nosso Presidente da Comissão de Educação, Flávio Arns. Tem também a possibilidade de estar o Ministro Haddad aqui. Enfim, temos algumas autoridades que nós vamos chamar e estamos monitorando a possibilidade de eles estarem presentes nesse debate que eu acho muito importante.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - PA) – Pois é. Só o MEC já resolvia o nosso problema todinho. Se trouxer esse negócio para dentro, esse negócio dá certo, por mais que com a geração atual você não consiga resolver, porque ela já está viciada, mal... A criançada vai chegando, e amanhã você não vai ter mais esse problema, porque certamente saberemos onde colocar nosso lixo e vamos deixar de impactar negativamente rios e oceanos. E, de repente, a gente deixa de ter tantos reveses naturais, acidentes, como estamos tendo agora.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata pela fala e participação, Senador Zequinha.

Vou para o item 5 – vou subscrever. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 24, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir ações preventivas diante das projeções climáticas que indicam seca severa para o bioma Pantanal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Requerimento subscrito por mim.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A Secretaria da Comissão vai passar as datas.

Encerramento.

Quero agradecer a participação de todos, reforçando, peço desculpas pela minha emoção, mas, por mais que se esteja na política, graças a Deus, eu não perdi a capacidade de me emocionar, de ser empática e, de fato, sentir a dor do povo gaúcho. Eu vi muito esse sofrimento também nos olhos dos três Senadores gaúchos que estiveram comigo lá nessa diligência, assim como nos outros. Então, a emoção foi muito grande entre todos nós que estivemos lá acompanhando, em nome do Senado Federal, da Comissão Externa do Rio Grande do Sul, o sofrimento e a realidade do povo. Dia 13 de junho estaremos lá novamente.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Vamos para a nossa quarta.

Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Eduardo Gomes, Damares Alves e Ireneu Orth, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 22ª e 23ª reuniões anterior, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda de Plenário ao Projeto de Lei n° 1970, de 2019** que: "Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi (Caryocar brasiliense) e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 2-PLEN, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.970, de 2019. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 183, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, que disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 187, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta a Instrução Normativa nº 9, de 16 de abril de 2020, do Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, que "Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados."" **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Jayme Campos (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade dos Projetos de Decretos Legislativos nº 183, de 2020, e nº 187, de 2020. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 174, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 12 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 194, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos das Instruções Normativas Conjuntas nºs 1, de 12 de abril de 2021, e 2, de 26 de abril de 2021, do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que regulamentam o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do PDL 174/2021 e pela prejudicialidade do PDL 194/2021. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emendas de Plenário ao Projeto de Lei n° 380, de 2023 que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer como diretriz da política urbana o fomento à construção de cidades resilientes às mudanças climáticas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN e pela aprovação das Emendas nº 2 e 3-PLEN, com as subemendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5720, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Disciplina a custódia compartilhada dos animais de estimação nos casos de separação dos seus tutores, em decorrência da dissolução do casamento ou da união estável." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 6134, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e a Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, para disciplinar a declaração de compropriedade sobre animal de estimação." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 28, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2215/2022, que "altera a categoria da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, criada pelo Decreto nº 99.142, de 12 de março de 1990, para Parque Nacional e modifica sua denominação para Parque Nacional Marinho do Arvoredo; e dá outras providências", com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 29, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 76, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Temporária para Discutir e Analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros por 40 (quarenta) dias." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de junho de 2024.

Eu quero aproveitar e desejar feliz Dia dos Namorados, em especial a meu namorado, há 20 anos, meu esposo, Emanuel Rego, que me lembrou que hoje é o Dia dos Namorados. A todos os namorados, àqueles que há anos estão conosco nos aturando e nos dando todo o apoio, um feliz dia!

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso nº 368 - GP/TCU do Tribunal de Contas da União, que encaminha a cópia do Acórdão nº 890, de 2024, e respectivos relatórios e votos proferidos pelo Plenário do TCU, na sessão ordinária de 08/05/2024, ao apreciar o TCU nº 021.526/2017.

O mencionado processo trata do monitoramento de aditivos contratuais ao Contrato PG138, de 1995, celebrado com a Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Conser) para a operação da rodovia BR-040, que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro;

- Aviso nº 378 do GP/TCU do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 898, de 2024, com relatório e voto prolatados pelo Plenário do TCU, em 08/05/2024, ao apreciar os autos do Processo 021.477/2023.

O processo trata de acompanhamento da implementação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (Centena), anteriormente denominado Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação;

- Aviso nº 255, também do GP/TCU do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 6.667/2024 e respectivos relatório e voto prolatados pelo Plenário do tribunal, em 10/04/2024, ao apreciar os autos do Processo 036751/2018-2019.

O processo trata de auditoria operacional para análise do processo de decisão de retomada das obras da usina termonuclear (UTN) de Angra III, ocorrido em 2018;

Mensagem eletrônica do Centro de Inovação para Excelência e Políticas Públicas, que encaminha o relatório "E o verde onde é que está? A presença de áreas verdes em escolas brasileiras", que traz levantamento sobre a existência de áreas verdes em escolas públicas privadas, conforme o Censo Escolar de 2023, com dados organizados para explicitar escolas públicas federais, estaduais e municipais e privadas no Brasil e escolas públicas nas unidades federativas e foco nas escolas públicas das redes também estaduais.

Os documentos, dos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitá-los nesse período.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queridos colegas, membros desta Comissão de Meio Ambiente e todos que assistem a esta reunião, na última semana, em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, aproveitamos para comemorar os 25 anos da Política Nacional de Educação Ambiental. A comemoração se deu por meio de uma sessão de debate temático em nosso Plenário e dois dias de um seminário bastante rico em nosso Auditório Petrônio Portela.

Eu não poderia deixar de agradecer às equipes do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima e do Ministério da Educação, nas pessoas da Ministra Marina Silva e do Ministro Camilo Santana, também a toda a equipe da Comissão de Educação, na pessoa do Senador Flávio Arns e também da Professora Dorinha, que conduziu com muita maestria a sessão, já pedindo desculpas tanto pela minha ausência como pela do Senador Flávio Arns, porque ambos estavam de atestado. Estávamos doentes, mas, graças a Deus, os dois já estão inteiros. Então, quero agradecer à Professora Dorinha por ter conduzido os trabalhos.

E à equipe da Comissão de Meio Ambiente, à nossa equipe toda aqui, quero agradecer à nossa assessoria, a toda a Comissão pelo trabalho.

E agradeço ao Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do nosso Senado Federal.

A educação liberta, ao promover uma exceção lúdica na realidade que nos cerca. Nesse sentido, a ciência também se configura como um processo educacional. Ao enxergarmos a realidade com clareza, podemos, enfim, criticá-la e transformá-la, como nos ensinou Paulo Freire.

A educação é, sem dúvida, a principal ferramenta de transformação social. Ela nos capacita a questionar o contexto atual, a desenvolver uma consciência crítica e a buscar soluções inovadoras para os desafios que enfrentamos.

Ao promover valores como igualdade, respeito e justiça, a educação fomenta a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Ela é o alicerce sobre o qual construímos nossa cidadania, cultivando habilidades e competências que nos permitem participar ativamente da vida pública e contribuir para o bem comum.

Além disso, a educação abre portas para oportunidades econômicas e sociais, reduzindo as desigualdades e promovendo desenvolvimento sustentável.

É através da educação que podemos criar um futuro em que todos tenham a chance de prosperar e viver com dignidade.

A educação ambiental, portanto, está também inserida nessa lógica e não se limita a difundir conhecimento sobre ecossistemas e recursos naturais. Ela é essencialmente um processo de conscientização e empoderamento.

É através dela que desenvolvemos nossa capacidade de questionar, de analisar criticamente as informações que nos são apresentadas e de discernir entre o verdadeiro e o falso.

É sobre cultivar uma compreensão profunda e holística da nossa interdependência com a natureza e com todos os seres vivos que compartilham este planeta conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sobre reconhecer nossas ações individuais e coletivas e que elas têm um impacto direto no mundo ao nosso redor.

Em uma era em que a informação flui livremente, somos confrontados com um dilema cada vez mais urgente: a disseminação de notícias falsas e a desinformação. Essas distorções da verdade não apenas obscurecem a realidade, mas também representam uma ameaça direta ao nosso compromisso com o nosso povo e à proteção do nosso planeta.

Integrar diferentes saberes das práticas de educação ambiental não apenas enriquece nosso entendimento, mas também fortalece os laços de respeito e cooperação entre diferentes culturas.

Para criar uma mudança real e duradoura, precisamos estar dispostos a questionar nossos próprios modos de vida e nos engajar num processo contínuo de aprendizado e evolução. Essa transformação não será fácil e exigirá sacrifícios e comprometimento de todos nós.

Cada pequena ação que tomamos, cada escolha que fazemos tem o poder de moldar o futuro do nosso planeta.

Que honremos nossa Constituição Federal, nossa Carta Magna, e que possamos garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as futuras gerações. Que o façamos por meio da educação, porque ela é a principal ferramenta, importantíssima.

E hoje, dia 12 de junho, celebramos o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Que possamos, por meio da educação, proporcionar a nossas crianças um presente seguro, com oportunidades e um futuro possível no nosso planeta.

Concluo a minha fala com uma frase inspiradora do nosso patrono Paulo Freire: "Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda".

Que nos eduquemos com amor acima de tudo.

Uma ótima reunião para todos nós.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) - Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Obrigada, amigo. (*Palmas.*)

Quero agradecer à nossa linda assessoria pelas palavras sempre tão inspiradoras, não é, Simone?

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 22ª e da 23ª Reunião, realizadas em 28 e 29 de maio de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1970, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi (Caryocar brasiliense) e demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 2-PLEN, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.970, de 2019

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) - Eu quero apenas fazer um registro aqui. Primeiro, cumprimento V. Exa. pela fala maravilhosa que fez em relação à questão ambiental, do futuro do nosso planeta. Enfim, V. Exa. retratou a verdade. Mas eu quero apenas registrar aqui, Presidente Leila, a presença do Prefeito Kalil Baracat, lá da minha cidade de Várzea Grande - terra em que nasci, me criei e moro -, que, hoje, está nos visitando aqui em Brasília.

Várzea Grande, para aqueles que não a conhecem, é a segunda maior cidade do nosso estado, uma cidade com 320 mil habitantes, e o Kalil substituiu a minha esposa, que era Prefeita também, por dois mandatos, a D. Lucimar. Ele era secretário da Lucimar, um rapaz extraordinário e uma das grandes revelações da política mato-grossense. O pai dele foi Deputado Estadual, a avó foi Deputada, Prefeita, Vereadora, foi tudo. Com muita honra, nós o estamos recebendo hoje, para visitar alguns ministérios aqui em Brasília e ver se nós conseguimos, pelo menos, falar com a turma do Mato Grosso - algum tico-tico para levar, porque está muito difícil, não está fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, Kalil, seja bem-vindo a Brasília e a esta Comissão de Meio Ambiente, presidida por esta valorosa Senadora brasiliense, a Senadora Leila.

Aqui está presente também o nosso ilustre companheiro Kajuru. Ele havia me perguntado: "Não é o Kajuru, Jayme?". Você é conhecido, hein, Kajuru? Eu falei: "É ele mesmo". (*Risos.*)

Esse cidadão honrado aqui na frente é o Kajuru.

Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Jayme, meu irmão, que é isso?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Era apenas para fazer esse registro da presença do nosso Prefeito Kalil Baracat.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Seja muito bem-vindo, Prefeito, a nossa Comissão.

Obrigada, Senador Jayme.

Vou passar agora a palavra - e desejo boa sorte aí na visita aos ministérios - ao nosso Relator, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) - Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e ausentes nos acompanhando pelos meios de comunicação.

Presidente desta importantíssima Comissão de Meio Ambiente, minha amiga e irmã há 30 anos - se Deus quiser, nossa próxima Governadora do Distrito Federal -, Leila do Vôlei, como hoje é Dia dos Namorados, 12 de junho, quarta-feira, na sua pessoa, Leila, na pessoa da Senadora Damares, já aqui presente, na pessoa da copeira, nossa querida Nadiva, eu espalho para todas as mulheres o que vocês merecem: poema. Não hoje, todos os dias.

Você, mulher, acolhe minha alma.

Me acalenta. Me reinventa.

Sem você, eu sou uma inutilidade, como se eu fosse um arco-íris de uma só cor.

Vivam as mulheres brasileiras!

Bem... (*Palmas.*)

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Vem cá, você já deu um presente para a sua namorada hoje? Café da manhã...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Café da manhã, com poema...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Ah, que mulher sortuda... É isso aí! (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - ... com um colar... Não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Sensacional.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Porque vocês não vão esperar poema de um outro Senador, não é? (*Risos.*)

O Kajuru tem que...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - É bem difícil.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - A Damares sabe, não é?

Bom, enfim, gente...

A Emenda nº 2, de Plenário, apesar de suas boas intenções, traz poucos benefícios ao projeto em discussão e pode atrasar a implementação de uma lei importante.

É recomendável que o paisagismo em áreas urbanas atenda a critérios de diversidade biológica. Nesse sentido, deve utilizar um grande número de espécies, preferencialmente nativas da região.

Assim, estabelecer o incentivo a uma única espécie pode favorecer sua ocorrência predominante e desproporcional em relação às demais espécies nativas nos projetos paisagísticos.

Já a agricultura urbana se alinha melhor ao cultivo de hortaliças, devido ao espaço limitado nas cidades, não sendo ideal para plantios de maior porte, como os de pequizeiros.

No que diz respeito à recuperação de áreas degradas, que também é objeto da emenda em análise, o tema já está contemplado no inciso V do art. 1º do PL nº 1.970, de 2019.

A inserção do dispositivo sugerido na emenda não é imprescindível para o desenvolvimento de uma política que promova a conservação e o aproveitamento econômico ambientalmente sustentável de espécies nativas do Cerrado. Entendo que as disposições contidas no projeto de lei, na forma aprovada pela Câmara dos Deputados, pela Comissão de Meio Ambiente e pela CRA, são suficientes para garantir a eficácia da inciativa.

Alterar o projeto poderia atrasar, significativamente, sua tramitação, correndo o risco de arquivamento por falta de deliberação. É mais prudente que este Projeto de Lei nº 1.970, de 2019, siga rapidamente à sanção presidencial.

Direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2-PLEN, oferecida ao Projeto de Lei nº 1.970, de 2019.

Bem objetivamente, Presidente Leila do Vôlei, em função do nosso dia, que é quarta-feira. Daqui tenho que ir para a audiência pública na Comissão de Esporte, com Romário; e depois votação na CCJ - e é um dia triste, com votação de cassino, de bingo. E eu tenho um prazer de votar a favor disso que vocês nem têm noção. Eu tremo de medo desse povo de cassino e bingo.

Então, rapidamente, Sra. Presidente, quero requerer, nos termos do art. 76, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado, a prorrogação da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o mercado de ativos ambientais brasileiros por 40 dias - agradecidíssimo -, Requerimento nº 29/2024.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Pois é, Kajuru sendo Kajuru. Na verdade, primeiro nós tínhamos que discutir a matéria, mas ele já aproveitou e pulou para o item 8, para ler o requerimento dele.

Então, primeiramente, nós vamos aprovar o requerimento do Senador Jorge Kajuru, porque ele já atropelou, que é sobre a prorrogação da Subcomissão Temporária para discutir e analisar o mercado de ativos ambientais brasileiros por 40 dias.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 29, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 76, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação da Subcomissão Temporária para Discutir e Analisar o Mercado de Ativos Ambientais Brasileiros por 40 (quarenta) dias.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

A votação será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o seu requerimento.

Voltando ao item 1, que é a Emenda nº 2, de Plenário, eu coloco a matéria em discussão, lembrando que é não terminativo, ainda vai para a Comissão de Agricultura.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Sra. Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) - Como foi pedida aqui, através do requerimento do Senador Kajuru, a prorrogação em relação a essa matéria do item 1... Não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Não, não. É a Subcomissão que ele preside, é outro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Mas é sobre o item 1, não?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Não, não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - É outra Comissão. Então, na verdade...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - É isto que eu falei: Kajuru sendo Kajuru, atropelando.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Nós estávamos discutindo aqui, na verdade, o item 1, o primeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - É o item 1, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - O Kajuru, sabiamente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) - Eu peço perdão. É porque eu tenho que correr para a audiência pública e, depois, para a CCJ.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - ... competentemente aqui, leu, na verdade, o seu requerimento, mas de qualquer forma tem minha solidariedade, meu apoio.

Meu voto é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Perfeito.

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jorge Kajuru.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela rejeição da Emenda nº 2, de Plenário, oferecida ao Projeto de Lei 1.970, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 380, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer como diretriz da política urbana o fomento à construção de cidades resilientes às mudanças climáticas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN e pela aprovação das Emendas nº 2 e 3-PLEN, com as subemendas que apresenta.

Relatoria das emendas: Senador Fabiano Contarato.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório sobre as emendas.

Bom dia, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.

Para mim, é uma alegria, mais uma vez, estar nesta Comissão.

Vou direto para a análise das emendas.

A Emenda nº 2, de autoria da Senadora Eliziane Gama, acrescenta o §4º ao art. 4º do Estatuto da Cidade, na forma do art. 1º do PL nº 380, de 2023, para especificar que os estudos de análise de riscos e vulnerabilidades climáticas previstos pela proposição dentre os instrumentos da política urbana "devem, prioritariamente, apontar as medidas necessárias a mitigação dos riscos para garantia da permanência da população nos territórios e, em caso de impossibilidade, criar diretrizes para reassentamento nas proximidades, em conformidade com a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC".

Consideramos a emenda meritória, na medida em que estabelece um conteúdo obrigatório nos estudos de análise de riscos e vulnerabilidades climáticas que é muito pertinente, porque cuida de apontar aquilo o que é necessário para tentar manter a população longe dos riscos climáticos. Contudo, é necessário melhorar a redação da emenda, pois não cabe a estudos criar diretrizes para reassentamento, mas, sim, sugeri-las ao Poder Público. Por isso, ajustamos a redação da emenda, por meio de subemenda que apresentamos, a fim de substituir a expressão “criar diretrizes” por “propor ações ao Poder Público”.

Por fim, a Emenda nº 3, também de autoria da Senadora Eliziane Gama, altera a redação dos dois incisos incluídos no Estatuto da Cidade pelo PL nº 380, de 2023. No inciso XXI do art. 2º, inclui as palavras “social e ambiental” para qualificar os contextos de vulnerabilidade que devem ser priorizados na diretriz voltada à adoção de medidas integradas de adaptação e mitigação na política urbana. Consideramos essa alteração meritória, de forma a não deixar dúvida sobre as duas vertentes de vulnerabilidade a serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atacadas nas ações de adaptação e de mitigação dos impactos da mudança do clima no âmbito da política urbana.

A outra alteração proposta pela Emenda nº 3, incide no inciso VII do art. 4º do Estatuto da Cidade, que inclui os estudos de análise de riscos e vulnerabilidades climáticas entre os instrumentos da política urbana. A emenda especifica que em tais estudos devem ser incluídos "fatores sociais com o olhar diferenciado para as mulheres, raça e pobreza".

Entendemos a intenção da autora, que vai na direção de privilegiar, nos estudos, um enfoque nas populações sujeitas a maior vulnerabilidade social e econômica. Sabemos que a vulnerabilidade climática é maior nas populações negras e periféricas, como consequência do que tem sido chamado de "racismo ambiental". Assim, é meritória a iniciativa da Senadora, mas nos parece que a redação proposta para o inciso VII do art. 4º não é a mais adequada de acordo com a boa técnica legislativa, de modo que propomos um ajuste no texto por meio de subemenda.

Voto.

Por todo o exposto, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1 e pela regimentalidade, boa técnica legislativa, juridicidade e constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 2 e 3, com as seguintes subemendas que apresentamos.

É esse o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN e pela aprovação das Emendas nº 2-PLEN-CMA com a Subemenda nº 1-CMA e nº 3-PLEN-CMA, com a Subemenda nº 1- CMA.

A matéria vai ao Plenário.

Obrigada, Senador Fabiano.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 5720, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Disciplina a custódia compartilhada dos animais de estimação nos casos de separação dos seus tutores, em decorrência da dissolução do casamento ou da união estável.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1 - Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa

Eu concedo a palavra à nossa querida Senadora Damares para a leitura do seu relatório.

Bom dia, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) - Bom dia.

Presidente, eu estou com um impasse aqui e queria ouvir o autor, ver se o autor me ajuda a resolver o impasse.

O item 5 e o item 6 têm o mesmo conteúdo, o mesmo tema, e eu tenho voto para os dois projetos. Não tem sido raro isto, Presidente: a gente estar numa Comissão e o mesmo tema estar em três, quatro projetos, eles não são apensados e a gente gasta um tempo enorme. Tem dia que a gente aprova numa semana uma matéria e na outra está aprovando de novo.

Eu gostaria de perguntar ao autor, como o projeto do Senador Jayme é o primeiro, se a gente poderia suspender hoje a votação dos dois para eu conversar com o Senador Carlos Viana - inclusive, o seu é mais completo e eu ainda trago substitutivo ao seu; na verdade, são três agora - e a gente tentar, na próxima semana, fazer um requerimento para apensar os dois projetos e caminhar com os dois juntos. O senhor se importa, autor?

(Intervenção fora do microfone.)

Então, vamos fazer isso, Leila?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Perfeito, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - E eu acho que deve ter até mais um outro aqui também com o mesmo tema. Eu já pesquiso se tem mais algum outro e a gente já apensa todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Está bem. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Senadora, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Está bem. Já colocamos para a próxima semana.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Só respondendo aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) - Na verdade, o meu projeto foi o primeiro, depois veio o do Senador Carlos Viana, também meritório - não há nenhum demérito ao projeto dele. Entretanto, com essa possibilidade de apensarmos, claro, é natural, pela ordem de ingresso aqui, teria que ser o do Carlos Viana, fazendo, naturalmente, o apensamento conforme reivindicado.

O que se pode fazer, Senadora Damares? Na verdade, eventualmente, pode ter uma proposta dentro do projeto de lei que possa também ser inserida à minha e V. Exa., como Relatora, tem toda autoridade para que possa, com certeza, aprimorar e melhorar o nosso projeto, tanto o meu como o do Senador Carlos Viana - tem das melhores intenções, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - V. Exa. leu bem o projeto e sabe perfeitamente que tem causado, com certeza, algumas demandas judiciais, fruto muitas vezes do descasamento. Quando a pessoa sai, daqui a pouco, por causa de um cachorrinho, muitas vezes tem uma demanda que dura tempo.

Na verdade, fique à vontade. Na próxima semana, poderemos votar.

Muito obrigado, Senadora.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Perfeito. Até perguntei...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Pode, com certeza, Senadora Damares. Nós vamos fazer isso. Inclusive, estava perguntando aqui para o Airton, nosso Secretário... Na verdade, a SGM deveria ter feito esse apensamento, e, como isso não aconteceu até porque... Não podemos falar dos técnicos. Na verdade, há pedido de muitos Senadores aqui que querem que as matérias tramitem individualmente, mesmo sendo o mesmo o objeto. Então, acho que a senhora vai conversar com o Senador Carlos Viana, certamente vai entrar em consenso aí e a gente vai ter o apensamento das duas matérias.

Obrigada, Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já me comprometi de, na próxima semana, Senador Jayme, incluí-lo na pauta.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) - Olha, queria dizer...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) - ... ao Senador Jayme que não gostei da proposta, porque, se eu me separar, os bichos são meus. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) - Bom, vamos agora para o item 7, que eu vou subscrever, da Senadora Tereza Cristina.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 28, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2215/2022, que "altera a categoria da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, criada pelo Decreto nº 99.142, de 12 de março de 1990, para Parque Nacional e modifica sua denominação para Parque Nacional Marinho do Arvoredo; e dá outras providências", com os convidados que apresenta.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros

Então, nós já temos anexados os convidados apresentados.

Eu vou para a nossa votação, que vai ser simbólica, porque eu o estou subscrevendo.

Em votação o requerimento da Senadora Tereza Cristina, subscrito por mim.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, e a nossa Secretaria vai agendar essa audiência.

Obrigada.

Gente, encerrada a CMA.

Eu quero agradecer a todos - quarta-feira a gente sabe que é bem puxado.

Estou numa expectativa muito grande e já faço aqui um apelo aos Líderes do Senado e aos membros da nossa Comissão. Já está preparado o relatório do mercado de carbono. Então, já faço um apelo aqui aos Líderes na próxima reunião, para que possamos pautá-lo ainda no mês de junho, mês do meio ambiente. É um projeto tão esperado e há mais de 16 anos engavetado aqui dentro do Senado Federal, que vai dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o *start* mesmo nessa transição energética, ecológica. É um plano ousado do Governo, mas que depende muito do nosso trabalho e da nossa participação aqui, enquanto Parlamento.

Então, faço este apelo à nossa Bancada Feminina, representada aqui pela Senadora Magareth e pela Senadora Damares, e aos Líderes do Senado, para que possamos pautá-lo ainda no mês de junho.

E, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Bom dia, Senador Ireneu.

Boa quarta para todos. Até mais.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Zenaide Maia, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 786, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 7 (sete) emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 306, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Alvorecer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eldorado, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 54/2024-CCDD). **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 322, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cunha, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 55/2024-CCDD). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 894, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 56/2024-CCDD). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 490, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tabajara FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 57/2024-CCDD). **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 357, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Manoel Paes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brejão, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 58/2024-CCDD). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 322, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Miguelópolis, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 59/2024-CCDD). **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 393, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Junqueirópolis, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Pontes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 60/2024-CCDD). **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 450, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Nova Missão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 61/2024-CCDD). **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 881, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Amigos do Memorial do Conselheiro Pedro Batista (AAMEPB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Brígida, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 62/2024-CCDD). **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 902, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria da Vitória para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer preliminar da CCDD pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações (REQ 63/2024-CCDD). A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 8ª, 9ª e 10ª reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/22

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Comunico que a Senadora Daniella Ribeiro, Relatora do item 1, PL nº 786, de 2023, solicitou a sua retirada.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 786, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre os compromissos de investimentos decorrentes de autorizações para prestação de serviços de telecomunicações móveis e de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações, bem como de prorrogações do direito de uso das radiofrequências necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto com 7 (sete) emendas que apresenta.)

Assim, a pauta passa a ser composta por dez projetos de decreto legislativo.

Esclareço que todos os itens da pauta possuem relatório pelo encaminhamento de requerimento de informação. Portanto, a votação desses itens será realizada pelo processo simbólico.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos efetuar a leitura de todos os relatórios e, ao final, proceder à discussão e à votação das matérias em globo.

Os Senadores e as Senadoras que concordarem permanecerão como se estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo objeção, anuncio o item 2 da pauta...

Passaremos agora à análise dos projetos de decreto legislativo relacionados ao serviço de radiodifusão. Por uma questão de economia processual e racionalização dos trabalhos e considerando que os relatórios dos itens 2 a 11 constaram da pauta da reunião do dia 8 de maio, consulto aos membros da Comissão, principalmente aos Relatores, se podemos considerá-los como lidos.

Os Srs. Senadores e as Srs. Senadores que concordarem permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, declaro aberta a discussão dos itens de 2 a 11 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Novo Alvorecer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Eldorado, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatoria *Ad hoc:* Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 322, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cunha, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatoria *Ad hoc:* Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 894, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brasilândia, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatoria *Ad hoc:* Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 490, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Tabajara FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatoria *Ad hoc:* Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Manoel Paes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brejão, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 322, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Prestadora de Serviços à Comunidade Miguelopolense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 393, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Junqueirópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 450, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Nova Missão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 881, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Amigos do Memorial do Conselheiro Pedro Batista (AAMEPB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Brígida, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 902, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria da Vitória para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Bom dia! (*Pausa.*)

O Senador Mourão foi Relator desses projetos lidos na última sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, colocamos em votação, em grupo, os seguintes itens da pauta: item 2, PDL 306, de 2019; item 3, PDL 322, de 2019; item 4, PDL 894, de 2021; item 5, PDL 490, de 2019; item 6, PDL 357, de 2021; item 7, PDL 322, de 2021; item 8, PDL 393, de 2021; item 9, PDL 450, de 2021; item 10, PDL 881, de 2021; e item 11, PDL 902, de 2021.

A votação será simbólica.

Em votação os relatórios apresentados.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Os relatórios passam a constituir os pareceres preliminares da Comissão pela apresentação de requerimentos.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos a sessão e os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 8ª, 9ª e 10ª Reuniões desta Comissão, realizadas em 24 de abril, 14 e 15 de maio de 2024, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

A reunião hoje foi realmente muito rápida, porque o item 1 da pauta, que suscitava discussão, foi retirado de pauta pela Senadora Daniella Ribeiro.

Consulto se o nosso querido Senador Rogério Carvalho quer fazer uso da palavra ou o General Mourão, senão vamos encerrar a sessão pela eficiência desta Comissão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela eficiência de V. Exa., eu agradeço a oportunidade de fala ...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... mas a dispenso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – E meu abraço ao Senador General Mourão, que tem lutado muito e tem tido a nossa solidariedade e apoio no trabalho que vem realizando aos nossos irmãos gaúchos, que estão chamando a atenção de todo o Brasil para a colaboração e o trabalho, e a gente tem sempre que dar um abraço ao povo gaúcho e colocar aqui à disposição o nosso mandato.

Ainda hoje, determinei à minha assessoria, junto com os colegas do meu estado, que fizéssemos a transferência de emendas da área da saúde para ajudar nesse grande mutirão, e destinei R$1 milhão ao Rio Grande do Sul e, se não me engano, a Senadora Dorinha também fez o mesmo, assim como o Senador Irajá.

General Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, agradeço a solidariedade do povo do Tocantins com o Rio Grande do Sul. Neste momento, a gente tem notado que todo o Brasil está olhando para o Rio Grande do Sul, e a gente tem que buscar esse processo de recuperação e reconstrução do Estado e, principalmente, nos libertar, nesta hora, dessas questões político-partidárias que tanto nos afetam. Nesta hora, nós somos todos irmãos realmente, na verdadeira acepção da palavra.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado.

Parabéns, General Mourão.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e seis minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Sergio Moro, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Beto Faro, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda do Senador Wilder Morais, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes e Flávio Bolsonaro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 408, de 2010 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 203, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 630, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do PDS n° 203, de 2017, com 1 (uma) emenda de redação que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do PDL nº 630, de 2021, que tramita em conjunto. **Resultado:** Aprovado o PDS n° 203, de 2017, com a Emenda 1-CCDD (de redação). Fica prejudicado o PDL n° 630, de 2021, que tramita em conjunto. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 414, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão do Bairro da Assembleia de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 181, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RC FM – RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAMBÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 361, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 254, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital em Brasília, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 121, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Astorga S/C Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Astorga, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 404, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 576, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 761, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores Comunidade Cristalinense para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de Cristalina, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 723, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 309, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nova Geração de Dois Irmãos - ACNGDI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo n° 157, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Serra, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 158, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo n° 228, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Social de Montanha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montanha, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/05

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de projetos de decreto legislativo, que serão apreciados em votação nominal.

Informo que todos os itens da pauta possuem relatório com voto pela aprovação ou aprovação com emenda e de redação.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos manter aberto o painel para votação em globo das matérias enquanto procedemos à leitura e à discussão dos relatórios. (*Pausa.*)

Com a aquiescência do Plenário, solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim". Àqueles que têm o voto contrário a algum projeto solicito que informem à Secretaria da Comissão para que o item seja retirado da votação em globo e seja feita a sua votação individual.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 408, DE 2010

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Dr. Hiran

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relator: Senador Dr. Hiran.

Designo como Relator *ad hoc* o Senador Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia.

Peço permissão ao senhor para ir direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno deste Senado, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Esse serviço encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que foi regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho do mesmo ano.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para esses serviços está previsto no art. 223 da Constituição Federal e, nesta Casa Legislativa, orienta-se pela Resolução nº 3, de 2009.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, de acordo com o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 408, de 2010, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Com relação às informações adicionais recebidas, não se identificou qualquer impedimento legal à aprovação da presente outorga.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 408, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Sol Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barcelos, Estado do Amazonas, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Anuncio o item 2.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 203, DE 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CASA DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 630, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Autazes, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Dr. Hiran

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do PDS n° 203, de 2017, com 1 (uma) emenda de redação que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do PDL nº 630, de 2021, que tramita em conjunto.

Observações:

Relatoria: Senador Dr. Hiran.

Relatório: pela aprovação, com emenda que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do PDL 630, de 2021, que tramita em conjunto.

Designo o Senador Mourão como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, estou indo direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à esta Comissão opinar acerca de proposições desta natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto a ser analisado é a tramitação conjunta do PDS nº 203, de 2017, e do PDL nº 630, de 2021, a partir de decisão da Presidência desta Casa. As duas iniciativas tratam de matéria idêntica, qual seja, o ato que renovou, pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de agosto de 2011, a autorização outorgada à Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, nos termos da Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015, do Ministério das Comunicações.

Por equívoco, a referida portaria foi remetida duas vezes pelo Poder Executivo para a apreciação do Congresso Nacional. A primeira vez ocorreu mediante a Mensagem nº 218, de 9 de maio de 2016, que veio acompanhada da Exposição de Motivos (EM) nº 00164/2015-MC, de 17 de julho de 2015, dando origem ao PDS nº 203, de 2017. O segundo encaminhamento aconteceu via Mensagem nº 103, de 18 de março de 2020, acompanhada da EM nº 00507/2019-MCTIC, de 25 de setembro de 2019, que originou o PDL nº 630, de 2021.

No que tange ao PDS nº 203, de 2017, coube à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), então responsável, nesta Casa, pela deliberação de assuntos dessa natureza, a confirmação da inexistência de vínculo que subordinasse a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, como prevê a disciplina legal que rege o serviço.

Segundo a Nota Informativa nº 1.031/2020/SEI-MCTIC, acima mencionada, as verificações realizadas por aquele ministério, após consulta a sítios públicos, como os do Tribunal Superior Eleitoral e da Receita Federal do Brasil, a partir da conferência da documentação apresentada pela entidade e por meio de ação de fiscalização, “não apontaram a existência de vínculo, nos termos do art. 11 da Lei 9612, de 19/02/1998”.

Assim, considerado o esclarecimento prestado pelo Poder Executivo, entendemos que o PDS nº 203, de 2017, deve ser aprovado.

Relevante ainda ressaltar que o processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para esses serviços, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa, pela Resolução nº 3, de 2009.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, de acordo com o art. 213, inciso II, do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015, que deferiu a renovação da outorga ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações e não pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Com a aprovação do PDS nº 203, de 2017, deve-se declarar prejudicado o PDL nº 630, de 2021.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PDS nº 203, de 2017, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a emenda de redação abaixo, e pela declaração de prejudicialidade do PDL nº 630, de 2021.

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2017, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações".

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Senador Mourão.

Anuncio o item 3.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 414, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão do Bairro da Assembleia de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relator: Senador Dr. Hiran

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Designo o Senador Mourão para a leitura do relatório.

Eu solicito ao Senador Mourão se seria possível, tendo em vista que o relatório já foi disponibilizado, que V. Exa. procedesse à leitura apenas do voto, e aí a gente ganharia mais tempo, por gentileza.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Com a palavra o Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Excelente decisão de V. Exa.

Indo direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 414, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Radiodifusão do Bairro da Assembleia de Incentivo à Cultura, Arte, Esporte e Lazer para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz das Almas, Estado da Bahia, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CCDD (DE REDAÇÃO)
Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Senador Mourão.

Anuncio o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 761, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores Comunidade Cristalinense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristalina, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Izalci, para a leitura do seu relatório, e faço o mesmo apelo, se V. Exa. permitir, de V. Exa. ir direto ao voto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – O voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 761, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores e Comunidade Cristalinense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cristalina, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 761, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu convido o Senador Eduardo Gomes para assumir a Presidência, porque dos próximos itens eu sou o Relator. Para mim, é uma alegria ter V. Exa. presidindo esta Comissão, um político em quem eu me espelho e sempre aprendo com V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, sob protesto, porque fiquei muito feliz de vê-lo na Presidência desta Comissão e quero dizer que em fevereiro nós temos troca de Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Item 13 – feliz coincidência.

O Senador General Mourão só pode relatar o item 10, então. (*Risos.*)

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 157, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Serra, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada ao Sistema Norte de Rádio Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de Serra, Estado do Espírito Santo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Item 14.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 158, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Perfeitamente, Presidente.

Vou direto ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 158, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Anuncio o item 15.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 228, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Social de Montanha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montanha, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 228, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a autorização outorgada à Associação Educacional e Social de Montanha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Montanha, Estado do Espírito Santo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente. E mais uma vez quero agradecer a V. Exa. por estar disponibilizando este momento para que a gente possa relatar e aprovar esses PDLs de fundamental importância para todo o país, em especial, nesses casos, para o Espírito Santo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Anuncio o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 181, DE 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à RC FM – RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAMBÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Relatoria do Senador Efraim Filho, com a relatoria *ad hoc* do Senador General Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Esse é o item 4, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Quatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Vou direto ao voto aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O.k.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 181, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à RC FM – RÁDIO COMUNITÁRIA DE ITAMBÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itambé, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

Emenda nº - CCDD (de redação)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2017, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Anuncio o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 361, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

O Relator *ad hoc* é o Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, indo direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 361, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

Emenda nº – CCDD (de redação)

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 254, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital em Brasília, Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho.

Relatoria ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relatório *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Indo direto ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 254, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital em Brasília, Distrito Federal, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Anuncio o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 121, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Astorga S/C Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Astorga, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Indo direto ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 121, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Astorga S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Astorga, Estado do Paraná, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº -CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2018, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Anuncio o item 8.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 404, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatoria ad hoc: ***Senador Hamilton Mourão***

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Esperidião Amin, com relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Indo direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 404, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis para executar serviço de radiodifusão comunitária em Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Anuncio o item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 576, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatório: Senador Carlos Portinho

Relatoria *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Relatório do Senador Carlos Portinho e Relator *ad hoc* o Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Indo direto ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 576, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Cachoeirense de Integração e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 576, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 723, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Vou direto ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 723, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 723, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Anuncio o item 12.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 309, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nova Geração de Dois Irmãos - ACNGDI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Vou direto ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 309, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural Nova Geração de Dois Irmãos (ACNGDI), para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dois Irmãos, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Continuamos em processo de votação, aguardando o quórum mínimo para deliberação, e em seguida encerraremos a sessão. Faltam dois votos.

Estamos solicitando aos Senadores e Senadoras que exerçam seu voto pelo sistema eletrônico de votação.

Reforço que o painel de votação já se encontra aberto para votação em globo de todos os itens da pauta.

Os Senadores que votarem com o Relator votam "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relembro também aos Senadores que desejam manifestar voto contrário a algum projeto que informem a Secretaria da Comissão, para que o item seja retirado da votação em globo e seja feito por votação individual. (*Pausa.*)

Podemos encerrar? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria da Comissão que divulgue o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Votaram SIM 10 Senadores e Senadoras; NÃO, 0.

E nenhuma abstenção.

Está aprovado.

Estão aprovados os projetos, nos termos dos seus respectivos pareceres.

Fica prejudicado o PDL 630, de 2021, que tramita em conjunto com o PDS 203, de 2017.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião desta Comissão, realizada em 22 de maio.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Sergio Moro, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 119, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 319, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itupeva, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 324, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Cultural Itaberense – APACI (Nova Onda) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaberá, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 754, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão-ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 842, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira - ASCOBEM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 242, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Cidade de Cruz Alta - ARCCA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 302, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Faxinalzinho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Faxinalzinho, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 634, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 679, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Cultural Interativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Medianeira, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 693, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCDD (de redação). **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 229, de 2023 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 235, de 2023 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Comunicação e Direito Digital n° 64, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3220/2019, que "altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público"." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 12ª reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
12/06/2024 - 13ª - Comissão de Comunicação e Direito Digital

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, consulto os Srs. e as Sras. Parlamentares se podemos fazer a inclusão dos extrapautas PDL 229, de 2022, e 235, de 2023, ambos de minha relatoria, e do Requerimento nº 64, de 2024, CCDD, de autoria do Senador Esperidião Amin, que requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3.220, de 2019. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, estão incluídos os referidos itens.

Assim a pauta pela presente reunião passa a ser composta de doze projetos de decretos legislativos, que serão apreciados em votação nominal, e de um requerimento apreciado em votação simbólica.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos manter aberto o painel para votação em globo das matérias enquanto procedemos à leitura e à discussão dos relatórios. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação contrária, está aprovado.

Com aquiescência do Plenário, solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Senadores que votarem com os Relatores votam "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Anuncio o item 1 da pauta.

Antes disso, faço referência, para registro nesta Comissão, da presença do Deputado estadual do Estado do Tocantins, do União Brasil, Deputado Jair Farias, Parlamentar experimentado e ex-Prefeito da Cidade de Sítio Novo, Estado do Tocantins, Bico do Papagaio, grande Parlamentar e hoje da Mesa Diretora também da Assembleia Legislativa do querido Estado do Tocantins.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 119, DE 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MÃOS UNIDAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos Pontes

Relatoria Ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para que faça a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Presidente, bom dia.

Bom dia a todos que nos acompanham.

Esse PDL retorna a esta Comissão porque a proposição foi anteriormente apreciada por este Colegiado em 20 de setembro do ano passado. Aliás, 20 de setembro é uma data significativa, porque é o Dia do Gaúcho. Quando foi aprovado o Parecer nº 33, de 2023, registrando a possível vinculação da entidade pelo fato de um dos seus diretores ter sido eleito suplente de Vereador em 2020 e a necessidade de informações adicionais para instruir a matéria, especificamente do histórico da composição da diretoria da entidade, de 2014 até a presente data. Por essas razões, na mesma ocasião foi aprovado o Requerimento nº 11, solicitando a referida informação ao Ministro das Comunicações.

Em novembro do ano passado, foi recebida a resposta ao citado requerimento, que encaminhou uma nota informativa da Assessoria da Coordenação-Geral de Inovação, Regulamentação e Sistemas do Ministério, trazendo, em anexo, o histórico da diretoria da entidade entre os anos de 2017 e 2021.

Com base na documentação recebida, constata-se que o diretor da entidade, eleito suplente de Vereador em 2020, havia se afastado da diretoria desde 2017. Dessa forma, verifica-se que não ocorreu vinculação da entidade e, consequentemente, não há óbices à aprovação da matéria.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para incluir a denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 325, de 1º de agosto de 2011, que deferiu a autorização ora analisada, qual seja, o Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 119, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Mãos Unidas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> *Emenda nº - CCDD (de redação)*
>
> *Inclua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2015, a denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 325, de 1º de agosto de 2011, qual seja, o Ministério das Comunicações.*

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 319, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itupeva, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatoria Ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Presidente, indo direto à análise de forma sucinta, a única questão que aparece é a necessidade, durante a análise do que se viu, da apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da portaria que renovou a outorga ora analisada. A portaria foi editada pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, e não pelo Ministério das Comunicações.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do PDL nº 319, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CCDD (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 324, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Cultural Itaberense - APACI (Nova Onda) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaberá, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria Ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes. Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Presidente, indo à análise, verificamos ser necessária a apresentação, igual ao caso anterior, de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da portaria que deferiu a outorga ora analisada. O referido ao ato foi editado pelo instinto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações de Comunicações, e não pelo Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 324, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Promoção Cultural Itaberense - Apaci (Nova Onda) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaberá, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CCDD (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 754, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão-ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria Ad hoc: Senador Hamilton Mourão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Relatoria é do Senador Fabiano Contarato. Relatoria *ad hoc* é do Senador Hamilton Mourão pela aprovação do projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Muito bem, Presidente.

Havia matéria... Foi necessária a comprovação de documentação de modo que se comprovasse a inexistência de vínculos legalmente vedados na entidade e aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

Em resposta ao requerimento emitido por este Senado, o Ministério das Comunicações informou que foi detectada a inobservância ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, que trata dos vínculos vedados. Tendo em vista que a irregularidade foi constatada após a edição da portaria ministerial, que se deu em 15 de maio de 2015, foi oportunizado à entidade o saneamento do vício, de acordo com manifestação da consultoria jurídica da pasta. Após notificada, a emissora comunicou o afastamento do diretor impedido, corrigindo a irregularidade.

Além disso, o Ministério atestou que não há registro de processo de apuração de infração que tenha culminado na aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

Diante dos esclarecimentos prestados, consideramos plenamente atendidas as formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, inexistindo impedimentos à aprovação do ato sob exame.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 671, de 6 de maio de 2015, que deferiu a renovação ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações, e não pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 754, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão-ACVR para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> *EMENDA - CCDD (DE REDAÇÃO)*
>
> *Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".*

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 242, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Cidade de Cruz Alta - ARCCA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Bem, Sr. Presidente, destaco que Cruz Alta é um município histórico no meu Estado do Rio Grande do Sul, terra do grande escritor Érico Veríssimo, e onde eu residi como adolescente, primeiro, quando meu pai era comandante lá; e, depois, logo que me formei na academia militar, foi a primeira guarnição em que eu servi como tenente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, é com muita satisfação que faço esse relato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) - É uma honra. Estamos juntos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Em relação à análise, Presidente, registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 1.651, de 4 de abril de 2018, que deferiu a outorga ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e não pelo Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 242, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Cidade de Cruz Alta (Arcca) para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> *EMENDA Nº - CCDD (DE REDAÇÃO)*
>
> *Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passo ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 302, DE 2023

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Faxinalzinho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Faxinalzinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório, com a curiosidade de: para quem nasce em Faxinalzinho, qual é a denominação?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - É interessante, Sr. Presidente. É um Município de 2,5 mil habitantes, na proximidade de Faxinal do Soturno. É uma região em que parte dela foi atingida por essa catástrofe climática que ocorreu no nosso estado.

Vou direto ao voto, Presidente, uma vez que, na análise, não há nada a ser observado.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 302, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Faxinalzinho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Faxinalzinho, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 634, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatoria Ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relatoria do Senador Esperidião Amin, relatoria *ad hoc d*o Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Presidente, verificando a análise, não há nada que a gente tenha que destacar, por isso, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 634, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Ivaiporã, Estado do Paraná, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 679, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Cultural Interativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Medianeira, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Espiridião Amin

Relatoria Ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Relatoria do Senador Esperidião Amin, com relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Presidente, da análise, registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 293, de 9 de fevereiro de 2018, que deferiu a renovação ora analisada. O referido ato foi editado pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e não pelo Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 679, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Educacional e Cultural Interativa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Medianeira, Estado do Paraná, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> *EMENDA Nº - CCDD (DE REDAÇÃO)*
>
> *Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".*

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 693, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatoria Ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda de redação que apresenta.

Relatoria do Senador Esperidião Amin e relatoria *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) - Presidente, da análise, registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 1.100, de 7 de junho de 2017, que deferiu a renovação ora analisada. O referido ato foi editado pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e não pelo Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 693, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> *EMENDA Nº - CCDD (DE REDAÇÃO)*
>
> *Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 693, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".*

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Vamos passar agora ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 842, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira - ASCOBEM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

Antes de conceder a palavra ao Senador Fabiano Contarato, eu solicito ao Senador Hamilton Mourão que, por obséquio, assuma a Presidência para que, em seguida, eu possa ler item de nossa relatoria.

Então, neste momento, concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou passar diretamente para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 842 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira (Ascobem)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Positivo, Senador Contarato.

Passamos, agora, ao item 6 da nossa pauta. *(Pausa.)*

Passamos ao item 11 da pauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 229, DE 2023

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra, o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) - Projeto de Decreto Legislativo 229, de 2023.

Chega à Comissão de Comunicação e Direito Digital, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 229, de 2023, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 229, de 2023, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Positivo, Senador Eduardo Gomes.

Passamos ao item 12 da pauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 235, DE 2023

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) - Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2023.

Chega à Comissão de Comunicação e Direito Digital, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 235, de 2023, que aprova o ato que renova a concessão de outorga à Rádio e Televisão Record S/A para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável do seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 235, de 2023, não evidenciou violação à legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Record S.A. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Positivo, Senador Eduardo Gomes.

Devolvo a Presidência a V. Exa. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Enquanto aguardamos a conclusão da votação nominal, e brindados com a presença do nosso querido Senador Esperidião Amin, coloco em deliberação o item 13 da pauta, número colhido em sua homenagem, para avaliação.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) - É um número condizente com o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Hoje tem para todo mundo, porque, assim, olha: Requerimento nº 64... de 2024, da CCDD.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) - O 64 é útil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Item 13.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL N° 64, DE 2024

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3220/2019, que "altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências sobre o direito de utilização e compartilhamento de postes, dutos, condutos ou servidão pelas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias de energia elétrica ou prestadoras de outros serviços de interesse público".

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para apresentação do seu requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) - Presidente e prezado Senador Mourão, que também preside a sessão alternadamente, eu vou fazer uma justificativa muito breve, porque, se eu fosse relatar a minha convivência com esse problema... Eu fui servidor da Telesc, empresa de telecomunicações; ajudei, numa missão que me foi passada pela Telebras, a organizar a Telepisa, em outra latitude; e fui Prefeito há quase 50 anos. O poste é uma entidade, depois que ele se instala, ele adquire...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - O cachorro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Não, o cachorro pensa que é dono, mas qualquer dia pode sofrer uma reação. *(Risos.)*

O poste é uma entidade, que nasceu para transmitir energia elétrica e hoje carrega uma porção de coisas nas costas. Ele ocupa calçadas, ocupa terrenos; o poste se transforma até em torres de transmissão, que são beneficiadas por servidão, pelo direito de servidão - que não é a servidão escrava, mas é a servidão de passagem, que o Código Civil brasileiro regula.

Então eu vou abreviar: hoje nós temos uma porção de coisas no poste e vamos ter cada vez mais, de sorte que esse projeto de lei, que é de autoria do Senador Weverton... Eu acho que é muito complicado nós regularmos sem ouvir, inclusive as agências reguladoras conexas.

Por isso, eu vou só listar - eu não estou designando pessoas, minha sugestão é que venha um representante da área, quem sabe o mais versado -, então: Confederação Nacional de Municípios; Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, que não são os geradores, portanto, são os que chegam à nossa casa...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) - É a turma do poste.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - ... representante da Conexis Brasil Digital; da TelComp; da Aneel; e da Anatel.

Por quê? Porque o poste tem uma limitação, e essa limitação pode ser reduzida se três empresas se consorciarem para adquirir o direito e negarem, com isso, o ingresso de uma quarta, se a capacidade do poste não permite ter quatro utilidades. Estou dando um exemplo, exemplo abstrato, não vou nominar, mas eu acredito que, como se trata de direito digital, que é muito mais evoluído do que o direito físico e analógico do poste... O poste tem um sentido que emerge do cabo, cabo de energia, cabo não subterrâneo, e um poste ocupa um espaço, regulado por lei municipal, na calçada que não pode agredir o transeunte, que tem que respeitar inclusive o direito da pessoa portadora de uma deficiência visual e que se utiliza de uma bengala ou de outro instrumento, pode ser de um cão-guia...

Enfim, são tão diversas as implicações desta entidade na nossa vida que eu listei essas e eu deixaria à sua consideração e à da Comissão, primeiro, se quer acrescentar mais alguém...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Eu gostaria, primeiro, de parabenizar V. Exa. pela iniciativa e, tendo em vista que o assunto é complexo, é um assunto... Eu já participei de... Cumprimentei agora há pouco ali o meu amigo Deputado Estadual Jair Farias, que foi Prefeito várias vezes, é Deputado Estadual do Estado de Tocantins...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Como Prefeito, ele sabe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Sabe. Inclusive nós estamos com um problema, neste momento, no centro da cidade de Sítio Novo, numa obra grande lá, em que é preciso mover uma rede de energia que está impedindo o investimento - a cidade jamais terá outra chance como essa, é um investimento de mais de R$20 milhões -, por conta de exercer um direito absurdo sobre a possibilidade de manter os postes naquele lugar.

E eu já participei de discussões em que a definição jurídica era que o espaço aéreo pertencia à concessionária de energia elétrica, mas o chão, onde o poste está colocado, é do município. Então, o juiz meio que falou para a gente ficar com o poste no ar, o que não tinha condição. *(Risos.)*

Então, eu queria sugerir que nós...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Tirou a escada do poste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - É, tirou a escada do poste.

Então, eu queria sugerir que nós fizéssemos um convite à Comissão de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor aqui do Senado para fazer uma audiência conjunta. Esse assunto vai suscitar muita... superpotencializar a... porque é um assunto que todo mundo sabe que é um problema, e todo mundo finge que não é o dia de discutir, mas vai chegar uma hora em que vai ter que discutir.

Esse é um assunto que, principalmente pelo que V. Exa. falou... essa luta já é antiga, essa briga já é antiga, e o tempo só intensificou, porque agora o poste passou a ser o receptivo de antenas de transmissão, por exemplo. Sobre aquilo que a gente discutiu aqui a vida inteira, do impacto das antenas de radiodifusão, hoje, as antenas são bem menores e, hoje, também, o poste passa a ser o ambiente de instalação das câmeras de monitoramento; e agora também passou a ser fonte geradora de energia, porque já existe poste com geração instantânea por energia solar no próprio poste. Então, é muita confusão para um poste só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Já que o senhor permitiu essa abertura, eu peço que a secretaria acrescente a Comissão de Defesa do Consumidor.

E, quando nós instalamos as primeiras câmeras na cidade de Joinville, depois Florianópolis, depois Blumenau, em 1999, ainda tive problemas com a OAB, porque havia quem entendesse que a câmera invadia a privacidade. *(Risos.)* Então, não só de colocação, mas também da existência da câmera.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - E encerrou... Algumas cidades tinham tradição de boemia; acabou, não tem mais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Pelo menos mudou de lugar, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) - O cara não pode mais fazer xixi no poste. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Então, está incluído...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - O requerimento está atendido e poderia ser complementado, eventualmente, com alguém mais para participar. Mas que se transformasse, evidentemente, numa sessão conjunta; isso seria o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Uma reunião conjunta das Comissões.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Consulto a todos os Senadores se já concluíram a votação nominal que está em curso. *(Pausa.)*

Atingimos o quórum.

Aguardadas as manifestações, está encerrada a votação nominal dos projetos de decreto legislativo.

Peço à Secretaria da Mesa que providencie a liberação do resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) - Foram computados 8 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Um quórum de nove votantes.

Estão aprovados os projetos, nos termos dos seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião desta Comissão, realizada no dia 5 de junho.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 06 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dez de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Jayme Campos, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Paulo Paim e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Eliziane Gama, Magno Malta, Janaína Farias, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Sérgio Petecão, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5980, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para prever como questão de relevância nacional a candidatura do Brasil para sediar eventos desportivos de grande porte e caráter internacional, cuja realização implique expressivo gasto de recursos públicos, nos termos do regulamento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela rejeição do Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 268, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para coibir a prática de intimidação sistemática (bullying) no esporte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 969, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para incluir o esporte dentre as atividades previstas como pressuposto para dispensa de chamamento público." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CEsp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/10

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos, obrigado a todos pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de abril de 2024.

Comunico que esta Comissão de Esporte recebeu o Ofício nº 252, de 2024, do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, em resposta ao Ofício nº 30, de 2024, desta Comissão (CEsp), encaminhado por esta Comissão à CBF, com sugestões para maior transparência e segurança na utilização do VAR, oriundas de relatório apresentado pelo PL 5.926, de 2019, atendendo ao pedido feito pelo Relator da matéria, Senador Carlos Portinho.

Recebemos também o convite do Conselho Federal de Medicina, por meio do Ofício nº 1.233, de 2024 (CFM/COCCT), para participação no I Fórum sobre o uso de Esteroides Androgênicos Anabolizantes do CFM, que se realizou na última quarta-feira, dia 3 de abril de 2024.

Os referidos documentos foram encaminhados, tempestivamente, aos gabinetes dos Senadores membros desta Comissão.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 20 de março de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. A pedido do Senador Kajuru, faremos uma inversão de pauta: começaremos pelo item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 969, DE 2022

- Não terminativo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para incluir o esporte dentre as atividades previstas como pressuposto para dispensa de chamamento público.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes, e especialmente a nossa pátria amada.

Hoje, quarta-feira, 9 de abril de 2024, registro, com muita alegria, para todo o país, especialmente àqueles apaixonados pelo esporte mundialmente consagrado chamado futebol, de cuja história faz parte, como jogador, um dos maiores do planeta, aqui presidindo a Comissão de Esporte, o Senador Romário.

E aproveito para informar, a quem ainda não saiba, que a CPI sobre a manipulação de jogos de futebol e apostas, para quem duvidava, já está pronta, já está oficialmente composta e hoje mesmo se iniciou. Na semana que vem, dará, com os 180 dias de prazo que temos, uma satisfação aos amantes do futebol, àqueles que esperam uma CPI histórica, diferente de outras, com acusações, inclusive graves, contra seus integrantes. A nossa dará orgulho ao país, exatamente por ter sido escolhido, por unanimidade, como Relator, que é a função fundamental e principal de uma CPI, esse homem público de histórico irretocável em quaisquer requisitos, especialmente o da honradez, de preparo, de conhecimento. O Senador Romário será o seu Relator, e eu, também por unanimidade, orgulhosamente, fui escolhido para ser o Presidente; como Vice-Presidente, o Senador Eduardo Girão.

Bem, vou direto à análise de um projeto qualificado do qual tenho o prazer de ser o Relator, que vem do Senador Flávio Bolsonaro.

Nos termos do disposto no inciso IV do art. 104-H do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a este Colegiado manifestar-se a respeito de proposições que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva, tema afeto ao projeto de lei aqui em análise por mim.

No que concerne ao mérito, o PL merece prosperar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei nº 13.019, de 2014, institui normas para criação de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação. O escopo da lei são parcerias com finalidades de interesse público e recíproco, realizadas por meio da execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação (art. 1º).

De acordo com a lei, os referidos termos de colaboração ou de fomento devem ser, então, precedidos de chamamento público, destinado a selecionar organizações que tornem a execução do seu objeto mais eficaz (art. 24). Esse procedimento é destinado a selecionar a organização da sociedade civil que fará parte da parceria em questão, no qual se garanta a observância de princípios como isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade e vinculação ao instrumento convocatório, entre outros.

Contudo, o art. 30 do normativo elenca hipóteses, excepcionais, em que a administração pública poderá dispensar a realização de chamamento público para promover a celeridade da assinatura dos termos de cooperação. Entre elas estão – e registro – projetos cujas atividades sejam voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, Presidente Romário, executadas por organizações previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Pretende este projeto de lei, em análise, alterar a redação do inciso IV do art. 30, para incluir as atividades vinculadas a serviços de esporte na lista de atividades passíveis de dispensa de chamamento público.

É plenamente justificável, a meu ver, adicionar atividades esportivas em um rol que inclui educação, saúde e assistência social. O esporte, principalmente em suas dimensões educacional, de participação e de formação, guarda correlação intrínseca com as atuais atividades mencionadas, sendo, portanto, mais um elemento a contribuir para o alcance dos objetivos dos termos de cooperação em comento.

O projeto de lei também busca inserir parágrafo único do referido artigo, a fim de que o credenciamento de entidades vinculadas ao esporte respeite os requisitos elencados, fundamentalmente, nos arts. 18, 18-A, 22, 23 e 24 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). Trata-se, então, majoritariamente de requisitos de governança para que entidades privadas possam receber recursos públicos ou isenções fiscais. E, aí, aproveito para falar da inclusão, portanto, que é bem-vinda, na medida em que exige contrapartidas adicionais para entidades que se beneficiarão da dispensa de chamamento público.

Todavia, registro que é importante destacar a edição da Lei Geral do Esporte (LGE), Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, cuja redação aprovada no Congresso previa revogação completa da Lei Pelé. Ocorre que, na verdade, a LGE (Lei Geral do Esporte) foi sancionada com uma série de vetos, de forma que ambas as leis permanecem em vigor. Assim, eventual conflito entre os dispositivos das leis deverá ser resolvido pelos princípios que as regem, como os compreendidos Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, entendo que, nos pontos em que a Lei Geral do Esporte aborda os mesmos temas da Lei Pelé, a prevalência deve ser da Lei Geral do Esporte, por ser mais recente. Já quando não houver dispositivos equivalentes, a Lei Pelé continua em vigor.

Compreendemos que o conteúdo dos arts. 18, 18-A, 22, 23 e 24 da Lei Pelé foi incorporado à LGE, sendo o art. 36 o principal dispositivo destinatário. Portanto, o parágrafo único criado pelo projeto de lei em análise deverá fazer referência ao art. 36 da nova norma, e não mais aos mencionados dispositivos da Lei Pelé. Além disso, adicionei o termo – abro aspas – "no que couber" – fecho aspas –, já que nem todos os requisitos elencados no art. 36 da Lei Geral do Esporte se aplicam a entidades privadas sem fins lucrativos. Por essas razões é que apresentei emenda ao final do presente relatório.

Direto ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela total aprovação do Projeto de Lei nº 969, de 2022, de forma qualificadíssima apresentado pelo exímio Senador Flávio Bolsonaro e com a emenda apresentada.

Agradecidíssimo, Presidente Romário, senhoras e senhores, amigos e amigas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru,

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CEsp.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5980, DE 2019

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para prever como questão de relevância nacional a candidatura do Brasil para sediar eventos desportivos de grande porte e caráter internacional, cuja realização implique expressivo gasto de recursos públicos, nos termos do regulamento.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros, para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Senador Presidente desta Comissão, Senador Romário; nosso Vice-Presidente também, Senador Kajuru. Quero agradecer e pedir desculpas, pois na quarta-feira a gente conflita as Comissões e aí viramos Bolt, não é? É isso aí.

Se o Presidente me permitir, eu gostaria de ir direto à análise, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fique à vontade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então tá.

A Lei nº 9.709, de 1998, que o projeto pretende alterar, regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

Esses dispositivos tratam da democracia direta, a ser exercida por meio de plebiscito, referendo ou iniciativa popular.

O art. 3º da Lei nº 9.709 trata das formas de convocação do plebiscito e do referendo nas questões de relevância nacional.

O §1º do PL propõe passar a considerar como questão de relevância nacional a realização de eventos esportivos de grande porte e caráter internacional. Dessa forma, para que o Brasil possa sediar tais eventos, a população deverá ser consultada.

O §2º estabelece que essa consulta deverá ser feita mediante a realização de plebiscito, a consulta aos cidadãos, antes da prática do ato administrativo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de reconhecermos a polêmica existente em torno da realização de grandes eventos esportivos no Brasil, ressaltamos que o critério econômico, embora de extrema importância, não deve ser o único a nortear a decisão. Alguns outros fatores a se considerar são, por exemplo: o incremento e a diversificação do turismo, gerando expressiva arrecadação de impostos; o intercâmbio cultural; o fortalecimento do esporte nacional; a melhoria da infraestrutura esportiva e das cidades que recebem tais eventos, entre outros.

Transferir para os cidadãos a decisão pode fazer com que os elementos citados acima sejam desconsiderados, já que a maioria das pessoas tende a considerar somente as despesas geradas. Além disso, há um risco de se politizar a decisão, com cidadãos mostrando-se favoráveis ou contrários à realização dos eventos baseando-se unicamente em sua orientação política e na do Governo naquela ocasião.

Ademais, deve-se levar em conta o custo que a realização de um plebiscito teria para o poder público. De fato, a estrutura para um plebiscito nacional em nada difere daquela utilizada para as eleições federais ou municipais, visto que deve abranger a totalidade dos eleitores brasileiros.

Nós fizemos levantamento: segundo o TSE, o custo para a realização das eleições em 2020 foi de quase 1 bilhão, sendo 647 milhões investidos na realização das eleições municipais e 320 milhões utilizados para o pagamento de pessoal.

Já em 2022, o custo foi estimado em mais de 1,3 bilhão, de acordo com a matéria divulgada pela CNN Brasil.

Dessa forma, parece-nos pouco sensata a realização de um plebiscito com gastos bilionários, cujo resultado, ao fim, ainda autorize a realização dos eventos, que já começariam com déficit de pelo menos R$1 bilhão.

Voto.

Ante o exposto, o voto, é claro, é pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.980, de 2019.

Senador Romário e Senador Kajuru, o que eu já apresentei aqui é suficiente para a provocação do autor com relação aos custos econômicos para a realização de um evento, que, praticamente, se equivalem à realização de um plebiscito, fora a relevância que tem um evento.

O Senador Romário já teve a possibilidade de participar de Copa do Mundo e de Olimpíadas; eu, de Olimpíadas; o Senador Kajuru foi comentarista, foi jornalista esportivo. Nós sabemos a relevância que um grande evento esportivo traz para um país não somente a questão da realização do evento em si, mas também de grande aporte de recursos econômicos para o país e também da questão turística.

Quando tem eventos, a gente sabe o quanto, em nível de turismo, o Brasil cresce com essas realizações. Então, só temos ganho. É claro que um evento esportivo traz um grande custo, muitas vezes, pela própria gestão do evento. Não é culpa do evento em si.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando a importância de não estarmos a favor deste projeto, eu agradeço ao Senador Romário por ter me designado a Relatora, cujo debate já julgo importante. Acima de tudo, não podemos descartar a importância desses eventos para o nosso país e para o mundo de modo geral.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabenizo V. Exa. pela sempre brilhante relatoria.

Senador Kajuru.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E tem que ter coragem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente isso.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Tem que se ter coragem para levantar aqui, fazer todo este trabalho, Senador, porque é uma guerra de narrativas. Como se politizou até a questão de realização de grandes eventos no país, isso se tornou também um debate político, se politizou.

Pelas nossas experiências, a gente tem que ter a coragem de apresentar dados aqui e ver que isso é um absurdo. É um absoluto absurdo a gente ter que debater plebiscito para realizar uma Copa do Mundo ou uma Olimpíada no país, quando a gente sabe que são eventos incríveis não só para os atletas, mas para a população de um modo geral.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Presidente Romário, nós dois, com certeza, pensamos da mesma forma em relação ao caráter da Senadora Leila do Vôlei, se Deus quiser, a próxima Governadora do Distrito Federal, para que a gente nunca mais ouça a palavra "enganeis". Ela é daquelas que não recua nem para tomar impulso.

A coragem dela é admirável em todos os sentidos, desde criança, porque eu conheço bem a história de Leila, nestes 30 anos de relacionamento, 100% de amizade e de irmandade.

Eu a cumprimento, porque cada argumento seu tem uma precisão escorreita e completamente indiscutível.

Há muito tempo, eu não via e não assistia ao vivo um relatório tão completo, tão bem apresentado, usando, concluo, este outro termo que é muito importante na nossa vida pública, que é saber argumentar.

Parabéns, Senadora Leila!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação ao relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, me perdoe, como disse a Leila, a nossa vida de Bolt aqui. Eu estou indo lá para uma missão difícil. Não sei se... Aliás, realmente não sei. O Romário também é titular da CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não... Então, você está livre...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Amém.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... de um rabo de foguete. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Amém.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Todo mundo está rindo aqui. Sabe o que é, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É simplesmente o aumento do Judiciário. A PEC 10. E eles querem quinquênio.

Eu queria dizer para o Brasil o seguinte: eu também quero um quinquênio.

Então, eu vou lá votar. Vocês já sabem como eu vou votar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem, o nosso Senador, o querido Senador Rodrigo Cunha, acabou de pedir retirada de pauta do seu projeto. Então, a gente vai retirar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4944803008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Paulo Paim e Eduardo Girão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Janaína Farias, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas e Damares Alves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Romário, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**. **Finalidade:** Comparecimento do Ministro de Estado do Esporte, Sr. André Luiz Carvalho Ribeiro, com fundamento no art. 50, § 1º da Constituição Federal, para expor assuntos de relevância do Ministério e responder a questionamentos dos Senadores. **Participante:** Sr. André Luiz Carvalho Ribeiro, Ministro de Estado do Esporte. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/04/24

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e todas presentes e, evidentemente, à nossa pátria amada!

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Esportes da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de abril de 2024.

Aprovação da Ata.

Como há quórum, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 10 de abril de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata, portanto, está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina ao comparecimento do exímio Ministro de Estado do Esporte, Sr. André Luiz Carvalho Ribeiro, com fundamento no art. 50, §1º, da Constituição Federal, para expor assuntos de relevância do Ministério e responder a perguntas de Senadores e Senadoras.

Está para chegar, inclusive, a Senadora Leila do Vôlei, minha amiga e irmã há 30 anos, que terminou mais cedo na Comissão de Meio Ambiente.

Informo também que integram a comitiva do Ministro, nesta reunião, as senhoras e os senhores Diego Galdino de Araújo, Secretário-Executivo do Ministério do Esporte; Iziane Castro Marques, Secretária Nacional de Esportes de Alto Desempenho; Fabio Augusto Lima de Araujo, Secretário Nacional de Paradesporto; Athirson Mazzoli e Oliveira, meu amigo pessoal, craque de futebol e hoje craque como comentarista – aliás, melhor do que o Roger, tá, Roger? –, que é Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; e, por fim, a Isania Cruvinel Sanchez, que é Diretora de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte.

Conheço bem a capacidade e a integridade do Ministro Fufuca, ele não trabalha no singular, e, sim, no plural; ou seja, ele sabe escolher a equipe que tem.

Ainda registro a Ludmila Ferreira Martins, que é Assessora, representando o Secretário Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social; a Priscila Rosa, Assessora do Cerimonial do Ministro do Esporte; o Antonio Olivio dos Santos Maciel Barbosa, Chefe da Assessoria de Comunicação do Ministério do Esporte; o Ivo de Almeida Ico Filho, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos.

E aqui registro prazerosamente que é a primeira vez, nesses cinco anos de meu mandato como Senador da República, orgulhosamente eleito pelo amado Estado de Goiás, que vejo um Ministro fazer questão de anunciar toda a equipe que vem para fazer sua prestação de contas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar, por 30 minutos, a palavra ao Ministro, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800 0612211 – 0800 0612211.

Bom, pela visão... Desculpem... Ah, chegou. (*Risos.*) Porque eu falei de ti, chegou a irmã...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Localizou. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... se Deus quiser, a próxima Governadora do Distrito Federal, porque eu não aguento mais "Inganeis". Leila do Vôlei aqui presente, daqui a pouco demais Senadores, porque estamos tendo simultaneamente a reunião da CCJ...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – E está um caos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... E está um caos lá na reunião da CCJ, até porque lamentavelmente tem, na pauta, cassino – e é cassino completo, viu, gente? Com direito a tudo. Quem quiser votar, colocar sua digital, põe. Eu antecipadamente digo que não vou colocar a minha digital, e também não colocarei no ridículo aumento de quinquênio do Judiciário.

Portanto, podem me processar, continuem; já tomei 183, vou tomar agora 500, porque eu só voto a favor se houver quinquênio para professores, porque eu sonho com um país como a Alemanha, como o Japão, onde professores têm salário maior do que médicos, porque dar quinquênio para o Judiciário, desculpem-me, é um tapa na cara da sociedade brasileira.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelo expositor.

Na exposição inicial, o Ministro poderá fazer uso da palavra por até 30 minutos. Ao fim da exposição do Ministro, a palavra será concedida, por cinco minutos, aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, com o Ministro tendo o mesmo tempo, cinco minutos, para suas respostas ou comentários.

Para contraditar, o Parlamentar poderá usar da palavra novamente, pelo prazo de dois minutos, e eu vou apertar a campainha prazerosamente, porque tem colega Senador que, se você der dois, ele fala dez – um abraço, Girão. Então, concedendo neste momento ao Ministro, nesse caso, o mesmo prazo de tréplica, se for necessário.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, portanto, de imediato... dividirei a Presidência desta Comissão de Esportes e peço a compreensão dela, porque ela e eu somos como Bolt, Ministro, na quarta-feira aqui, porque tem quatro Comissões ao mesmo tempo, simultâneas, e, aproveitando que eu estou mais bocudo do que eu sou hoje, tudo isso por preguiça de Senador. Porque se a gente trabalhasse segunda-feira – porque ninguém vem segunda-feira, todo mundo chega terça-feira –, se a gente trabalhasse segunda, a gente poderia ter quatro Comissões segunda-feira, aí haveria condições de a gente participar de todas as Comissões.

A Leila sabe, a gente fica dez minutos em cada sessão para a gente não faltar. Eu, por exemplo, estou presente em nove Comissões. Como é que eu faço? Todas elas são terça-feira e quarta-feira.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É o atleta do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente, eu sou mais atleta do que você, inclusive, porque tenho que correr em todas – nove! –, não tem condições.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você viveu uma outra Olimpíada, é verdade, Leila.

Então, gente, de imediato, por fineza, com todo o respeito, seja bem-vindo, Ministro.

Com a palavra o Ministro André Luiz Carvalho Ribeiro, Ministro de Estado do Esporte.

E só uma observação para a gente ter um pouquinho de bom humor: Ministro, o senhor é conhecido como Fufuca, e eu, como Kajuru. Qual apelido é pior, Kajuru ou Fufuca? (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – É o seu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele falou que é o meu!

Realmente, "Kajuru" tem cada rima, não é, gente?

Ministro, com a palavra por até 30 minutos, prazerosamente.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia a todos.

Primeiramente, quero agradecer a deferência feita pelo Senado e aqui, na sua pessoa, Kajuru, os meus mais sinceros cumprimentos e agradecimentos por poder externar o trabalho que a gente vem conduzindo

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à frente do Ministério, poder externar as ações que o Ministério do Esporte hoje consegue fazer nos quatro cantos do Brasil.

Quero cumprimentar a Senadora Leila, que é uma grande entusiasta e, digo aqui, é uma atleta que não apenas fez muito pelo Brasil, nas quadras, mas faz muito no Senado. É uma das que cobra, junto com você, muito o nosso trabalho à frente do Ministério. É bom que a gente seja testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E não é só no esporte a Leila, não; a Leila é em tudo.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Em tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em tudo. No meio ambiente, então...

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Vocês dois sempre cobram muito o nosso trabalho no Ministério. Então, eu não aqui poderia deixar de ser porta-voz e testemunha pública das ações que vocês fazem, dia a dia, pela comunidade do esporte nacional.

Quero cumprimentar todo o nosso Ministério, toda a nossa equipe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ministro, se me permite, por fineza, eu esqueci, cometi um erro grave aqui, até porque ele não é meu amigo; ele é meu irmão, assim como é da Leila. Esse convite foi feito por um homem público raro, um ser humano acima da média, que é o Presidente desta Comissão – e eu sou o Vice. Foi o nosso querido Romário quem fez esse convite ao senhor, não é?

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Sim, sem sombra de dúvidas. E, logo que foi feito o convite, de pronto, atendemos, principalmente por demonstrar respeito a esta instituição, que é o Senado Federal, uma instituição que tem que ser respeitada, independentemente de convocação ou convite. Aqui tem Senadores eleitos, tem Parlamentares que representam milhões de votos, e a gente entende e respeita o tamanho de vocês. Por isso, primeiramente, aceitamos o convite.

Aqui desejo e transmito um abraço fraterno a esse grande homem, grande amigo, um excelente Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, nosso querido Romário, que muito fez pelo Brasil e continua fazendo.

Mas, como falei, fiz questão de trazer toda a equipe. Aqui, no Ministério do Esporte, a gente não tem vaidade de querer se mostrar mais do que qualquer outro; pelo contrário, todos aqui são iguais. Nós trabalhamos em cima de um trabalho coletivo, de um trabalho de união.

Temos aqui o Athirson – todos sabem da grandeza que ele tem e do conhecimento que ele tem do futebol –, que representa a Secretaria de Futebol. Nós temos aqui o Fabio, que faz um brilhante trabalho na

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paradesporto. Temos a ABCD, a Adriana, que faz um grande trabalho também à frente da ABCD, que hoje é referência na América Latina. Dos 30 laboratórios do mundo, nós temos um hoje, no Brasil, no Rio de Janeiro, que é referência em todo o mundo. Fizemos questão de trazer a Iziane. Todo mundo sabe a grandeza que ela tinha à frente do basquete nacional. Foi a jogadora da história que mais defendeu o nome do Brasil na confederação nacional feminina de basquete. Hoje é a nossa Secretária de Alto Desempenho. E o Diego Galdino, que ocupou inúmeras funções como Secretário de Estado do Maranhão e que, por último, esteve à frente da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça.

Então, essa é a nossa equipe, uma equipe nova, jovem, mas com muita disposição e vontade de trabalhar.

Mas já falei demais. Vou passar agora ao trabalho e às ações do Ministério do Esporte e o que nós temos de prestar conta à sociedade brasileira.

Os eixos de atuação: esporte para a vida, formação esportiva e excelência esportiva. Essa é a tríade que nós colocamos como pilar do Ministério do Esporte, desde que assumimos, em setembro do ano passado.

Seguem os objetivos do Ministério do Esporte:

Consolidar o esporte como indutor de políticas públicas inclusivas, de combate ao racismo, à misoginia e a todas as formas de violência. A gente vai mostrar, logo mais, as parcerias que fizemos, parcerias frutíferas com o Ministério dos Povos Indígenas, Desenvolvimento Social, Igualdade Racial, entre outros.

Promover o acesso de toda a população ao esporte e à atividade física, com foco nas regiões mais vulneráveis. O Ministério do Esporte tem a alegria de dizer que grande parte de suas atuações é em áreas de alta vulnerabilidade que nunca tiveram qualquer tipo de integração à estrutura esportiva.

Estimular o protagonismo feminino em todas as áreas do esporte, inclusive no paradesporto. Pela primeira vez, a gente vem trabalhando para que homens e mulheres tenham o mesmo espaço à frente do esporte.

Envolver os entes federativos, parlamento, sociedade civil organizada e academia nas políticas públicas de esporte, com foco no benefício direto ao cidadão.

Consolidar novos mecanismos de fomento e financiamento do esporte, sob o viés da integridade esportiva e da transparência pública, que é o principal.

Consolidar o esporte como facilitador de políticas públicas nas áreas de defesa, educação, segurança pública, saúde, cultura, desenvolvimento social e igualdade racial.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolver a cadeia produtiva de esporte para gerar emprego e renda, que eu acredito que esse também é um dos pilares, principalmente nos objetivos nossos à frente do ministério.

Seguem nossas prioridades: seleção e execução de projetos esportivos no âmbito do Novo PAC; melhorias no programa de incentivo ao atleta (Bolsa Atleta); apoio à candidatura do Brasil à Copa do Mundo Feminino de 2027; apoio a projetos de combate ao racismo, misoginia e violência no esporte; regulamentação das apostas esportivas e dos jogos eletrônicos; aprovação e implementação do Sistema Nacional do Esporte; aprovação e implementação do plano nacional do esporte; criação do fundo nacional do esporte (Fundesporte), que é importantíssimo que nós tenhamos esse norte, Kajuru, e aqui a gente vai precisar muito do Congresso Nacional.

A necessidade de criação do fundo nacional do esporte hoje é gritante. Não dá, por exemplo, para que, com todo o respeito às confederações... Vou dar um exemplo, o recurso das loterias: 100% as confederações recebem. Já para o Ministério do Esporte, grande parte desse recurso é vetado, é contingenciado.

Então, com a criação do fundo, além de nós termos a garantia de que os fundos vindos do *bet*, das loterias, acima de tudo, de outras ações que irão fazer a suplementação desse fundo, nós teremos mais robustez nas ações do ministério, porque teremos os recursos chegando à ponta, chegando aonde mais precisa. É importantíssimo que nós tenhamos o apoio do Congresso Nacional para criação desse fundo.

A gente vai ter a votação do veto, há alguns artigos desse veto que têm que ser derrubados para que esse fundo seja criado e a sua suplementação, *a posteriori,* será feita através de regulação de decreto pelo Executivo. Então, é importante, é muito importante que o fundo nacional do esporte saia do papel.

A gente vai começar aqui: Espaços Esportivos Comunitários. Esse nome, por sinal, é um nome péssimo, inclusive a gente quer trocar e eu aceito sugestão, Kajuru. (*Risos.*)

Se você tiver sugestão, você, Senadora Leila, e quem mais quiser ajudar, quem mais estiver nos acompanhando, por favor, a gente aceita de bom grado para que haja essa mudança. É um nome que não pega, é um nome difícil. A gente do ministério mesmo, às vezes, tem dificuldade de falar, mas tudo bem.

Os Espaços Esportivos Comunitários: nós temos hoje 240 propostas habilitadas, selecionadas, cadastradas e aprovadas. Somos o primeiro ministério a ter 100% das propostas analisadas.

Hoje nós estamos, muito provavelmente, daqui a dez dias, fazendo o empenho das 240 propostas desse projeto. Projeto esse que visa a construção de áreas esportivas de 3 mil metros quadrados, totalizando 1,5 milhão de investimento em cada área. É formado por campo *society de* grama sintética, quadro esportiva, pista de caminhada e *playground*.

A prioridade para a construção dessas áreas, desses espaços esportivos: zona de alta vulnerabilidade social, zona com alta quantidade de beneficiados da Bolsa Família, zona de baixo IDH...

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o nosso querido Senador Esperidião, essa lenda viva da política brasileira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele está gastando todo o resto de quinta que eu deixei. (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Cabelo bonito o dele, mas tudo bem.

Então, a nossa priorização toda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Obrigado. Obrigado.

Nossa priorização toda foi nessas áreas, e principalmente áreas que nunca tiveram qualquer investimento do Governo Federal para a construção de qualquer estudo esportivo.

A previsão de investimento total é de R$360 milhões em 2024. Porém, a gente tem um plano audacioso no ministério que tem um apoio maciço do Congresso Nacional. Esse plano é impossível conseguir se o Congresso Nacional não abraçar. E o Congresso Nacional vem abraçando, tanto a Câmara como o Senado Federal, de chegarmos ao ano de 2027, com mil espaços esportivos no Brasil. A gente tem hoje uma parceria muito grande com o Congresso Nacional. Os Senadores e Deputados vêm ajudando muito com a alocação de emendas parlamentares, e é totalmente viável que a gente consiga chegar a essa marca até 2027. É uma obra importante, uma obra que marca e, acima de tudo, uma obra que dá uma perspectiva àquela comunidade, que, volto a dizer, não tem nada. Todos os lugares onde está sendo feito isso são regiões onde nunca houve estrutura esportiva alguma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ministro, desculpe-me interrompê-lo. Depois, darei mais tempo.

Eu estou encantado com a obra, creio que a Leila também, o Senador Amin está conhecendo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Meu amigo, disso eu já sabia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu juro por Deus que eu não sabia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Já, e já entrei com emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, cabe a mim, porque 50 anos de carreira... Eu não vou discutir vôlei contigo, nem você televisão comigo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Nem esportes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nem esportes. Esportes eu nunca vou discutir contigo.

Mas um nome, melhor? Quer? Quer sugestão?

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pense e reflita. Espaço Raro.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Nome importante, vamos analisar. Mas tem muita sugestão: Espaço Família, Espaço Raro. Eu gostei desse nome. Deram até um... A gente foi... Em São Paulo, deram a sugestão de Coração de Mãe, porque cabe todo mundo. Mas, com fé em Deus, até o final do mês a gente tem uma definição exata sobre esse nome, que é um nome que já existe, mas que eu que acho que tem que mudar, porque eu acho que esse nome... Eu não gostei desse nome, mas tudo bem.

Esse é o modelo do projeto nosso. Isso daqui não é, como dizem, fofoca, isso aqui é promessa, é Fufuca, entendeu? (*Risos.*)

Então, isso daqui, inclusive, já tem todas as propostas cadastradas e analisadas, inclusive aprovadas. A gente só vai empenhar daqui a dez dias. É o primeiro ministério que teve 100% das propostas do PAC analisadas e aprovadas. Então, com a graça de Deus...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Qual é a fonte de recursos?

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – A fonte do Governo Federal.

Como?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A fonte de recursos.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – É o PAC. Vai ser através do PAC, do Governo Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A fonte da receita.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Como assim?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Emendas parlamentares...

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Não, não tem... Aqui, as 240...

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É tudo orçamentário ou é receita provinda...

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Não. Os 240 espaços esportivos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria dizer o seguinte: a receita não é o remorso, não é? Porque, se for de loteria, é remorso.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Não, não.

Os 240 espaços esportivos, todos eles, são estruturas frutos de orçamento da União. Nenhum deles virá de loteria, de *bet*, de emenda. Todos são do Governo Federal. Então, a gente tem a rubrica necessária para a construção disso aqui. Não estamos dependendo de uma suplementação extraorçamentária para terminar isso daqui, nem para começar.

Esporte de alto desempenho. Nós temos, hoje, o maior programa de incentivo ao esporte do mundo no Brasil. Inclusive, essa secretaria é conduzida pela Iziane, conduzida de uma forma muito exitosa. E, a partir do ano passado... Inclusive, este ano começam a ser beneficiados, nós teremos, além de completar os 20 anos do programa, estamos trabalhando para ter o reajuste no pagamento disso, e, com a bênção de Deus, a gente vai conseguir, e a gente estendeu esse ano a atletas gestantes, puérperas, surdos e guias de atletas paralímpicos. Por que você está inclusive beneficiando guia de atleta paralímpico? Tem inúmeras modalidades em que a vida do atleta é a vida do treinador e do guia do atleta. Então, não tem como a gente fazer o pagamento do programa Bolsa Atleta para o atleta e esquecer aquele que o conduz. É o caso do técnico de bocha, é o caso do técnico do atleta do atletismo. Inúmeras modalidades precisam de um acompanhamento, e não é justo, não é correto a gente esquecer nesse momento.

Em 2023 a gente bateu o recorde histórico, porque eram mais de 8 mil atletas, e agora, em 2024, a gente já bateu novamente o recorde, com mais de 9 mil atletas sendo beneficiados pelo Bolsa Atleta.

Vamos lançar nesta semana um projeto, na quinta-feira, chamado Revelar Talentos. Serão núcleos, em todos os estados, em todas as regiões do Brasil, de alto desempenho para os atletas. O programa visa à detecção e revelação de jovens atletas, além do apoio ao desenvolvimento de potencial esportivo de crianças e adolescentes que estão iniciando no esporte de excelência. Objetivos específicos do programa: núcleos de treinamento esportivo; eventos esportivos; capacitação e inovação; ou seja, a gente vai formar núcleos, esses núcleos terão todo o suporte do ministério, diga-se, no que diz respeito ao patrocínio e financiamento para a inscrição em eventos esportivos, para a capacitação, inovação e melhoramento, aperfeiçoamento desses atletas.

É um programa inovador, que está sendo feito pelo Ministério do Esporte. A gente acredita que ele vai trazer bons frutos ao Brasil. O Bolsa Atleta demonstrou, pela sua grandeza, que traz rendimento e traz retorno à nação brasileira. E com o Revelar Talentos, sem sombra de dúvidas, com investimento, com

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alocação de emendas parlamentares, com alocação de recursos, a gente vai conseguir avançar ainda mais. O Brasil é um celeiro de grandes atletas. Estamos, pela primeira vez, trabalhando em um programa que vai olhar diretamente para esses atletas, até porque hoje quem faz a formação do atleta, muitas das vezes é o clube. Diferentemente da China, em que são as universidades; diferentemente dos Estados Unidos, em que são as universidades; diferentemente da Europa, em que são os clubes; aqui no Brasil, os clubes fazem isso, e a gente quer que o Estado também possa contribuir nesse término de formação.

Gestão, manutenção e aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento. Preparação de atletas e capacitação de recursos humanos.

Esporte, amador, educação, lazer e inclusão social. Os principais programas que temos hoje – é a maior secretaria hoje do ministério –: o Pelc, que é a formação de núcleos de esporte recreativo – não de alto desempenho, mas núcleos apenas para a recreação de crianças, jovens, adultos, idosos; Programa Vida Saudável; Programa Skate por Lazer, acesso à prática de *skate* para criança a partir de seis anos; Programas Segundo Tempo Padrão e Segundo Tempo Universitário, que serão lançados agora no mês de maio – serão ao todo mais de 90 núcleos no Brasil, atendendo a todas as regiões do nosso país e a todos os estados.

Ações intersetoriais. Programa Segundo Tempo com Programa Escola em Tempo Integral: busca formação integral e multidimensional dos estudantes da educação básica; e, se a gente tem essa parceria com o Ministério da Educação, além da parceria para que o Ministério da Educação consiga o término de algumas ações do esporte que não foram terminadas, como quadras, ginásios, nós temos também um incentivo através do Segundo Tempo. Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Segundo Tempo com Pronasci: buscar garantir o direito ao esporte e lazer em território de vulnerabilidade e alta taxa de violência e letalidade juvenil; projeto piloto com a Secretaria do Estado de Administração Penitenciária do Maranhão. Esse programa, no passado, tinha o nome de Pintando a Liberdade, que era...

Jayme passou aqui, não? Passou ali. (*Pausa.*) Ah, tá.

Senador Jayme, grande amigo, grande Senador, é um prazer revê-lo.

Mas esse programa, no passado, tinha outro nome, era chamado de Pintando a Liberdade, em que o ministério investia, através da Secretaria de Administração Penitenciária, para que aqueles presos com bom comportamento pudessem ajudar a fazer bolas, a fazer equipagem; e essas bolas, equipagem, material esportivo eram doados às comunidades dos próprios lugares. Nós, no final do ano passado, fizemos isso com a Secretaria de Administração Penitenciária do Maranhão. Inclusive, já começa a trazer frutos, trazer materiais, que serão destinados à comunidade carente dessa região. A gente pretende também expandir isso a outros estados.

Programas sociais com o Plano Juventude Negra Viva: prioriza o atendimento a territórios de alta taxa de vulnerabilidade e mortes de juventude negra. Isso aqui são algumas ações também do ministério que a gente fez em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, para aumentar o incentivo, através de

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leis de incentivo maiores para a população negra, recursos onde haja maior quantidade de população negra, enfim, onde ocorrem os maiores índices de violência para a população negra, o Ministério do Esporte estará ajudando através de alguns tipos de investimentos.

Apoio a jogos e eventos esportivos, os JEBs, JUBs. Os JEBs são o maior evento de competição do Brasil, de atletas. Ano passado mesmo, a gente pegou já bem no final, com uma dificuldade grande de alocar recursos, mas conseguimos acontecer os JEBs em Brasília, foi um grande evento, mais de 6 mil atletas participaram. O JUBs, Gymnasíades, que são jogos mundiais escolares, Jogos Sul-Americanos Escolares, em parceria com o Consude, e retomada de parcerias para atendimento da população quilombola, povos indígenas e territórios ribeirinhos. Nós temos também parcerias para a realização de eventos em comunidades quilombolas, comunidades indígenas e principalmente comunidades ribeirinhas. Aqueles que têm muita dificuldade de fazer, a gente também vai ajudando, inclusive estamos ajudando todos, sem distinção. Agora mesmo a gente vai fazer, estamos ajudando na maratona da Parada de São Paulo, então o ministério procura atender todos.

Paradesporto. Nós temos hoje um programa já funcionando no Brasil, esse programa tem seu primeiro núcleo e é feito em parceria com o Banco Itaú, é feito em parceria com a Lei de Incentivo. Mais acesso a práticas esportivas, psicomotoras e de lazer para crianças, adolescentes e adultos com Transtorno do Espectro Autista. Serão 11 polos, os dois primeiros já foram lançados. Esse programa, sendo bem pragmático, é como se fosse o Programa Segundo Tempo para crianças e jovens autistas. Ele atende crianças de 6 anos a jovens de 18 anos. É um programa também pioneiro do Ministério do Esporte, nunca havia sido feito, e nós o lançamos, já temos dois núcleos instituídos e até o final deste ano teremos onze.

Paradesporto Brasil em Rede, rede de universidades e institutos federais para desenvolver o paradesporto no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sete núcleos em atendimento e outros quatro núcleos em 2024.

E o programa que também será pioneiro nosso, dois programas pioneiros que a gente vê com muito bons olhos. O primeiro é o Semear, inclusive o Senador Romário tinha feito esse questionamento, esse programa abraça, eu acho, o questionamento do Senador Romário: mais acesso à formação paradesportiva de crianças, adolescentes e jovens com deficiência no Brasil. Nós estamos falando aqui de crianças com síndrome de Down, crianças com TEA, enfim. Nós teremos um lançamento de cinco polos ainda este ano, para essas crianças, para quem, muitas das vezes, não há qualquer tipo de incentivo à prática esportiva, qualquer tipo de incentivo à inclusão e, através desses dois projetos, a gente acredita muito que teremos esse espaço maior, que é o Semear e o TEAtivo, para crianças que precisam de suporte, precisam de atenção e muitas das vezes não têm suporte ou atenção alguma.

Maré Inclusiva. O programa Maré Inclusiva, destaca o parasurfe como uma estratégia fundamental de transformação social para as pessoas com deficiência, visando ao pleno exercício de seus direitos à cidadania e inclusão. Foi criado em 2024 e não reformulado, o primeiro núcleo-piloto será em 2024.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Futebol. Plano integra as políticas públicas de igualdade racial, esporte e promoção e acesso à Justiça. Principais frentes: dados e estudos para diagnóstico; acesso à Justiça; diálogo como ministérios e empresas estatais; diretrizes para grandes eventos; atuação legislativa; atuação internacional; participação de gestores locais de esporte e lazer; participação social na formulação das ações.

Incentivo à inserção e manutenção de meninas e mulheres no futebol; apoio à profissionalização das atletas de futebol e combate à discriminação sexual e assédio; fomento à permanência das atletas nos clubes, com período mínimo de contrato; Centro de Desenvolvimento do Futebol Feminino (CDFF) do Brasil, em Porto Alegre, o primeiro centro de futebol feminino que se tem notícia, feito pelo Ministério do Esporte, foi feito ano passado em Porto Alegre. Nós fizemos em parceria com a Prefeitura municipal e vem dando muito resultado, vem dando muita resposta. A quantidade de jovens atletas que procuram é muito acima do esperado, e a gente fica muito satisfeito de ver que está dando certo. O projeto faz parte da Estratégia Nacional para o Futebol Feminino, e os recursos para o desenvolvimento do CDFF provêm do Ministério do Esporte. Há a previsão de mais dez núcleos desses neste ano no Brasil.

Este aqui é o núcleo que a gente fez: 120 meninas, com idades entre 13 e 17 anos, possibilitando a participação das jovens em turno inverso escolar.

Copa do Mundo de Futebol Feminino: a gente coordena um grupo de trabalho da candidatura do Brasil com representantes de diversos ministérios. Foram, na época, se eu não me engano... Foram quantos ministérios? Vinte e três, não é? Foram grupos de trabalho com 23 ministérios. Nós cumprimos todas as exigências que a FIFA pediu; todas, sem exceção. Não teve uma única exigência que a gente não cumpriu 100% conforme eles pediram.

A gente tem esperança de que o Brasil consiga sediar a Copa do Mundo Feminina, até porque nós nunca tivemos uma Copa do Mundo Feminina na América do Sul. Nós temos toda a estrutura de estádio, temos toda a estrutura de hotel, temos toda a estrutura logística, temos um país muito melhor do que tivemos em 2014 em estruturas para trazer essa competição, e a gente tem grande esperança de que em 17 de maio deste ano, quando será a escolha, na Tailândia, o Brasil seja premiado com a honra de poder sediar uma Copa do Mundo Feminina de Futebol.

Aqui a gente não está falando de fazer estádio novo, de ampliar estádio, não. Nós temos tudo pronto; tudo pronto. Ao contrário, temos, muitas das vezes, estruturas ociosas que foram feitas e não têm retorno hoje. Mas, com a Copa do Mundo, a gente espera poder, além de trazer isso para o Brasil, fazer um grande evento – porque nós vamos fazer o melhor evento da história –, também incentivar o futebol feminino. O futebol feminino vem crescendo a passos largos, e, com a Copa do Mundo aqui, eu não tenho dúvida de que a gente vai avançar ainda mais nessa evolução do esporte feminino, do futebol feminino para todo o país.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infraestrutura do esporte. Principais ações: apoio à implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer; gestão e manutenção do legado olímpico e paraolímpico – é muito cara, para a gente, a manutenção desse legado –; apoio à implantação de infraestrutura esportiva de alto rendimento, que também gera muito gasto para o ministério; contratos de repasse operacionalizados pela Caixa viabilizam infraestrutura esportiva em todo o país – todo mundo sabe como é que é a Caixa, não é?

Programas e políticas de incentivo. Lei de incentivo ao esporte: é, vamos dizer, um ministério paralelo. Hoje, sem a Lei de Incentivo ao Esporte, grande parte das ações no Brasil não aconteceriam. Nós temos aqui, hoje, a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas incentivarem projetos por doações ou patrocínios – e tem dedução no Imposto de Renda de cada um: 2% para a pessoa jurídica, 7% para a pessoa física. O selo da Lei de Incentivo reconhece proponentes, projetos e patrocinadores nas categorias Ouro, Prata e Bronze.

Para que vocês tenham uma noção do que a gente está falando: no ano de 2003 foram apresentados 5.883 projetos. A soma desses projetos não quer dizer que foram projetos todos captados, mas mais de 5.883; aqui a gente fez a divisão por região: 260 no Norte, 1.020 no Nordeste, 577 no Centro-Oeste, 3.045 no Sudeste e 1.565 no Sul.

Recursos captados: R$970 milhões. Foi o recorde de todos os anos desde que foi criada a Lei de Incentivo. Em 2024, o valor captado entre janeiro e abril é 22% maior em comparação ao ano passado – então a gente já tem, só de recursos captados, 22% a mais do que a gente teve no mesmo período do ano passado.

Projetos executados. De um total de 1.674 projetos executados em 2023, foram contemplados 2.890 núcleos, com pelo menos uma atividade de projeto incentivado pela lei.

Aqui isso é uma quantidade de projetos captados. Sem sombra de dúvidas, o Sudeste, por ter a maior...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Porque eu inclusive queria depois conversar com os Senadores. O que é que acontece hoje? Quem escolhe o que vai ser feito com o recurso da lei de incentivo é o patrocinador. No fundo o que a gente pretende criar, a gente colocaria esse recurso no fundo. E esse fundo, através do Conselho Nacional do Esporte, decidiria para onde seria colocado, para onde seria destinado.

Até porque a gente vê uma disparidade muito grande. Enquanto o Sudeste tem os 1.045 projetos incentivados, que conseguiram captar recurso, o Norte inteiro do Brasil, com oito estados, com cidades gigantescas, como Manaus, Belém, tem apenas 67. Então nós temos 117 no Centro-Oeste, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Brasília, grande parte concentrada em Brasília. Nós temos 459 no Sul. E no

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, que tem a segunda maior população do Brasil, nós temos apenas 217. É um quinto do que o Sudeste do Brasil tem.

Então é importante que a gente tenha uma visão também sobre essa questão das captações. Senão, quem tem mais recurso vai deixar nas regiões onde fica mais recurso.

Público beneficiado. Pela primeira vez, desde a criação da lei de incentivo, nós chegamos a mais de 1 milhão de pessoas beneficiadas, 1,158 milhão de pessoas beneficiadas diretamente pela lei de incentivo. Isto aqui é um recorde, que eu acredito que este ano seja superado também.

Transparência e integridade. Nós criamos um 0800 para atendimento, dedicado ao esporte, inclusive atletas paradesporto, isso foi criado ano passado, Senador.

No caso da ABCD (Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa Política e Ciência, trabalha para fomentar o projeto Laboratório Brasileiro de Controlo de Dopagem. Em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, nós vimos buscando recurso para a reforma do nosso laboratório. O laboratório nosso hoje, do Rio de Janeiro, para quem não sabe, é o único centro da América do Sul para o controle antidopagem. Nós estamos entre os 30 núcleos de laboratório do mundo que são autorizados para fazer qualquer tipo de ação nesse sentido.

Então é importante que nós tenhamos esse recurso, principalmente para que nós continuemos mantendo esse serviço de excelência que a ABCD vem fazendo à nação brasileira, esse serviço de excelência reconhecido internacionalmente, por todos.

Na área educacional, foram realizadas ações educacionais para atletas e pessoas de apoio, atendidas mais de 2 mil pessoas, olímpicas e paralímpicas, em todo o território nacional. Mais de 2 mil testagens foram feitas no ano passado, em 56 modalidades esportivas diferentes.

E só tranquilizando todos aqueles que pensam o contrário, não há qualquer tipo de ingerência do Ministério do Esporte em relação a nada da ABCD. Da forma que a gente assumiu o ministério, a gente deixou a ABCD. Não indicamos ninguém, não há mudança de cargo, não há mudança de nada. É um trabalho totalmente autônomo, independente do ministério. Inclusive a gente faz questão que tenha maior independência possível, para que não paire qualquer tipo de dúvida em relação ao serviço deles.

Ano Olímpico. Faltam poucas semanas para os Jogos Olímpicos de Paris. O Brasil espera quebrar o recorde de medalhas conquistadas, sete de ouro no Rio e 21 em Tóquio.

O Ministério do Esporte trabalha de forma significativa para os atletas que participarão dos Jogos Olímpicos, seja assegurando recursos para a realização de etapas preparatórias – muitos dos nossos recursos são para essas etapas – e classificatórias, em várias modalidades esportivas, seja levando a efeito o programa Bolsa Atleta, o maior programa de incentivo direto ao atleta do mundo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Pode continuar? V. Exa. me concede a complementação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pelo conteúdo, sim.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Obrigado.

Em 2023, foi alocado o recurso orçamentário de R$121 milhões, para o programa Bolsa Atleta, com o objetivo de fornecer apoio financeiro para que os atletas possam treinar para o ciclo olímpico e paraolímpico de 2024.

Em 2024, a nossa previsão é alocar R$146 milhões. Esse valor será destinado à renovação de bolsa dos atletas já inscritos no programa, bem como à inscrição de novos atletas. O objetivo é fornecer suporte financeiro para que os atletas possam continuar o treinamento para o ciclo olímpico e paraolímpico de 2024.

Este ano, a gente já tem uma conversa com o Executivo para – isso é pedido do Presidente Lula – para que a gente possa reajustar o Bolsa Atleta. O Bolsa Atleta está há 14 anos sem nenhum tipo de reajuste. Para quem não sabe, o Bolsa Atleta foi reajustado uma única vez, e há 14 anos não tem nenhum reajuste. Então, a inflação já corroeu esse valor, o tempo já corroeu esse valor, e a gente precisa de uma atualização em relação a isso.

Análise dos Jogos Pan-Americanos: o melhor desempenho do Brasil na história – 89% das medalhas são de atletas que recebem o Bolsa Atleta. Por isso que eu falo: é um programa que traz retorno à nação, que traz retorno ao país; segundo lugar, no quadro de medalhas, 205 medalhas – 65 de ouro, 73 de prata, 66 de bronze.

Nos Jogos Pan-Americanos, eu costumo realçar a questão do paradesporto, porque grande parte dos incentivos não são para eles, grande parte dos recursos destinados não são para eles; e eles dão ao Brasil, sem sombra de dúvidas, um orgulho muito grande. Nos Jogos Pan-Americanos do ano passado, o resultado foi tão extraordinário, foi uma coisa assim tão fora da lógica, que, na participação – 86% dos atletas recebiam o Bolsa Atleta, dos atletas do Parapan –, o Brasil teve 343 medalhas, foi o primeiro colocado. Se você somar o segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto países no *ranking* do Pan, eles não chegam à metade do Brasil. O Brasil é uma potência pan-americana no que diz respeito ao paradesporto. E eu acho que o Brasil fica entre os três, agora, nas Paralimpíadas.

Então, é importante que a gente tenha esse olhar para o paradesporto. Muitas vezes, a gente não olha, não lembra, não vislumbra, mas eles dão muito orgulho à nação brasileira. Para se ter uma noção, 97% de quem ganha uma medalha recebe o Bolsa Atleta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaque: 99% dos recursos do orçamento mestre foram executados. Nós conseguimos – todo o recurso colocado no ministério no ano passado, 100% dele, foi empenhado e executado. Talvez, não executado, pelas questões burocráticas que envolvem a Caixa e outros parceiros, mas 99% desse recurso foi empenhado.

Lei de Incentivo: realizaram-se 60% das análises – em relação ao mesmo período do ano passado, já analisamos agora. Nós iremos zerar fila da Lei de Incentivo. Nós não iremos passar de um ano para o outro com o Lei de Incentivo pendente, iremos zerar.

Iremos zerar a fila do processo de certificação da Lei Pelé: até o final desse mês que vem, 100% da Lei Pelé também vai estar zerada. Foi uma determinação nossa, no ministério: Lei de Incentivo, Lei Pelé, recursos, principalmente de emendas parlamentares, recursos do Congresso – não tem essa história de ficar esperando, essa história de ficar botando debaixo da mesa, sentando em cima. Tem que correr, tem que ser executado, tem que ser entregue.

A gente já tem a dificuldade que é de alguém acreditar em poder fazer a destinação para o ministério. Não tem como uma equipe simplesmente cruzar os braços e esquecer de executar ou por má vontade não fazer. Tem que fazer, tem que executar, tem que entregar isso. Então, a gente espera, até o final deste ano, não ter um centavo sequer, um projeto sequer que não tenha sido 100% executado e a que não tenha sido dado encaminhamento.

Teremos agora – e isso já está acertado, todos vocês sabem; inclusive, eu acho que a portaria deve sair até o começo de maio – a criação da nova Secretaria de Prêmios e Apostas, e *e-sports*, *eletronic sports,* que hoje vêm crescendo muito no mundo. Para quem não sabe, os esportes eletrônicos hoje movimentam R$1 trilhão por ano no mundo todo. Neste ano, isso deve ser muito maior. E essa secretaria trabalhará em conjunto com a Secretaria de Prêmios e Apostas, da Fazenda. Nós teremos um serviço em parceria. A Secretaria de Prêmios e Apostas, da Fazenda, terá a função, primeiramente, arrecadatória; terá a missão também de fazer as outorgas junto com o Ministério do Esporte.

Nós teremos duas funções através dessa secretaria. A primeira, total fiscalização e vigilância em relação a fraudes que haja no que diz respeito a apostas esportivas no Brasil. Isso ficará a critério e sob ação nossos. E, segundo, todas as outorgas das *bets* e qualquer tipo de instituição financeira que fará as apostas esportivas fixas ficarão dependentes de duas anuências: a anuência do Ministério do Esporte e a anuência do Ministério da Fazenda. Os dois terão que trabalhar em parceria, até porque a que tiver anuência de um e não tiver a do outro não terá validade.

Então, essa deve ser a portaria que sairá e consolidará essa secretaria, uma secretaria muito importante para o país e que visa, primeiramente, modernizar. A gente não pode ficar abraçado ao passado. Eu até comungo dizer que a gente pode ficar abraçado ao passado que deu certo, mas ficar abraçado a um passado que não deu certo não dá.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que ter essa visão em relação aos *bets*, que é importante para o desenvolvimento do esporte nacional. É importante que nós tenhamos uma visão para os esportes eletrônicos. Pela primeira vez, a gente agora abriu a lei de incentivo para os esportes eletrônicos. O COI (Comitê Olímpico Internacional) considera esporte os *eletronic sports*. Por que a gente não vai considerar? Com todo o respeito, quem sou eu para dizer que é ou não é?

A gente abriu a lei de incentivo. Estamos ajudando algumas modalidades do esporte eletrônico no Brasil, e eu acredito que esse é o caminho. Se a gente não se atualizar, alguém vai ocupar essa lacuna, vai ocupar essa vaga, outros países a ocuparão e pegarão o nosso espaço. O Brasil tem tudo para ser uma potência nos esportes eletrônicos. Nós hoje estamos, no mundo, em segundo lugar – perdendo apenas para a China – em consumidores de esporte eletrônico. Então, é importante que nós tenhamos essa visão.

Está bom? Eu acho que era só isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, reserva moral, Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu queria só pedir a permissão, porque tenho que ir à Comissão de Justiça, mas não poderia deixar de prestigiar um jovem companheiro de partido. E, tendo acompanhado a sua carreira já no Congresso, como seu colega na Câmara e agora no Senado, eu gostaria de deixar consignada aqui a minha manifestação de aplauso pela didática da apresentação e pelo conteúdo que foi aqui apresentado, fazendo votos de que um projeto com uma tal dimensão social... Nem vou falar de resultado financeiro, esportivo, de medalha, porque acho que a grande importância da ação da política pública... Corrija-me aqui a nossa querida Senadora e ídolo... O Guga diria "ídola".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – "Ídola".

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Figura incrível!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Guga preferiria dizer "ídala". (*Risos.*)

Mas eu acho que o mais importante é o legado em termos sociais, para um país marcado pelas desigualdades, pelas vicissitudes que muito cedo – muito cedo – dificultam ou inviabilizam ou pelo menos afetam a vida da maior parte da população, e é exatamente o manto que se pode lançar para estes que mais

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valoriza a política pública. Desempenho, ponta, isso é outra coisa, mas eu acho que a política pública que foi relatada aqui mostra que o manto está sendo estendido, e eu queria me congratular com meu amigo André Fufuca e pedir que ele seja o mensageiro do meu aplauso ao Ministro André Luiz Carvalho Ribeiro, que eu não conhecia. (*Risos.*)

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu tenho certeza...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, eu só quero apenas, permita-me, Jayme querido, dizer que suas palavras de reconhecimento, Senador Esperidião Amin, todos nós subscrevemos, todos nós pensamos da mesma forma. Há muito tempo aqui, nesses cinco anos de mandato, eu não via, não assistia, pessoalmente, a uma explanação tão completa e tão insofismavelmente merecedora de aplausos, como a do Ministro André Fufuca.

Eu queria dar uma notícia exclusiva agora, antes de você sair, Amin, porque eu fiz isso pensando no seu Avaí também, não foi só nos times goianos, assim como pensei no Cuiabá, Senador Jayme Campos, com quem eu conversei ontem, no Plenário.

A notícia exclusiva – aproveitando os Senadores conceituados presentes, Chico Rodrigues, meu companheiro de partido, de Roraima; Leila do Vôlei, do Distrito Federal – é para o futebol brasileiro, para os times das séries B, C e D, Amin, pelas dificuldades que eles têm, na falta de patrocínio, que, na série A, é farta; já na B, C e D é lamentável, é pífia, perfeito? Então, o Ministro André Fufuca e eu tivemos a iniciativa, fomos até a Presidência da Caixa, com o Sr. Carlos Vieira, e a qualquer momento teremos a confirmação dessa notícia exclusiva e boa para todos os times que é a volta de a Caixa patrocinar os times das séries B, C e D, que estão sem patrocínio e em condições difíceis para uma maratona que é o campeonato brasileiro dessas séries. Era apenas essa notícia.

Com a palavra, e perdoe-me por fazer essa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Isso significa que o senhor definitivamente agora subscreveu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ao Goiás.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Presidente, permita-me só uma ponderação?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Eu falei, falei e acabei esquecendo algumas coisas, entre elas de cumprimentar o aniversariante de ontem, que foi o nosso Senador Chico Rodrigues. Parabéns, meu amigo, tudo de bom!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Fora do microfone*.) – Obrigado!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vida longa, Chico, e, por favor, morra de parto aos 120 anos. (*Risos.*)

Senador Jayme Campos, querido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Prezado amigo Presidente, Senador Jorge Kajuru, ilustre Ministro e Deputado André Fufuca, se me permite chamá-lo assim, eu só vim aqui apenas para prestigiar esta audiência. Confesso que estou em processo de votação na CCJ, em que, como membro, também tenho que votar.

Quero dizer que V. Exa. tem feito um trabalho, com certeza, exitoso. Há uma expectativa muito grande em relação, com certeza, ao trabalho que tem sido desenvolvido pelo Ministério do Esporte. E aqui eu quero apenas me solidarizar com o senhor, que conta com o meu apoio, como Senador da República. Sobretudo, sei da importância que representa o esporte neste imenso país, que tem que ter muito investimento, até para buscarmos, através do esporte, a inclusão social, porque eu acho que ele é uma ferramenta a que, infelizmente, não dão o devido valor que merece. Entretanto, V. Exa., com essa visão moderna, visão de homem público compromissado, com certeza, com as futuras gerações deste país, tem feito um trabalho extraordinário.

Aqui vim apenas para dizer que rendo minhas homenagens a V. Exa., na certeza absoluta de que, pela sua juventude, pela sua experiência como homem público, vai fazer um trabalho exemplar frente ao ministério. Conte comigo.

Eu tinha até algumas indagações para fazer, mas, ouvindo sua explanação, V. Exa. já contemplou perfeitamente as indagações que eu queria fazer.

Desejo boa sorte e sucesso! Conte com o Senador Jayme Campos aqui no Senado Federal.

Muito obrigado e parabéns pelo seu trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parabéns, Senador Jayme Campos! Acompanho as suas palavras também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir a compreensão aqui de todos e todas. Nós temos uma votação polêmica na CCJ, de que eu sou membro titular, que é a questão do cassino. Não é fácil. E eu tenho, na Presidência da CPI da Manipulação de Jogos de Futebol e Apostas Esportivas, outra reunião hoje. Tivemos uma anteontem, que ganhou repercussão em todo o mundo – foi o assunto mais comentado do Twitter no mundo –, em função de tudo o que aconteceu no depoimento público e secreto do CEO majoritário do Botafogo do Rio, o americano John Textor. E hoje nós temos mais uma reunião tensa, em função de novos requerimentos de gente graúda do futebol, porque tivemos acesso a gravações gravíssimas e a imagens também gravíssimas.

Portanto, eu vou deixar aqui as minhas perguntas e já peço a gentileza – até porque é um dever meu dividir com ela, e é um privilégio sempre dividir tarefas com ela – à Senadora Leila do Vôlei de assumir a Presidência desta Comissão de Esportes.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu estou sabendo disso agora, não é? Mas tudo bem. Estou sabendo disso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, no começo, eu falei, não falei? A mesa... Eu falei que ia dividir.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Você falou para todo mundo, menos com a Senadora, Leila, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas, se você não puder...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Tudo bem, irmão, tudo bem, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque você não é...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Ainda mais porque é o Ministro do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas porque você também não é titular da CCJ.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Não, não, não. Eu já comandei a minha Comissão, que é a do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E da CPI do Futebol eu sou o Presidente. Como é que eu faço? Eu tenho que ir para lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Mas você tem perguntas. Então, vou deixar as minhas aqui.

Como Ministro do Esporte, como o senhor está avaliando as denúncias de suspeitas gravíssimas de manipulação de jogos de futebol, o esporte mais importante do país ou do mundo? E de que forma, Ministro André, o ministério seu poderia agir institucionalmente em favor da manutenção da integridade do esporte mais popular do mundo?

Segunda pergunta – porque temos cinco minutos; réplica, dois; tréplica, dois. Eu nem vou precisar de réplica e tréplica, porque serei bem respondido, tenho certeza –: o Profut é um programa essencial de responsabilidade fiscal e aprimoramento da gestão de nossos clubes. Infelizmente, devido à pandemia e a outras circunstâncias, como a falta de calendário de jogos e de receitas, temos ciência de que muitos deles não estão conseguindo honrar seus compromissos. Gestões passadas também acabam por comprometer essas finanças, como também é do interesse de Governo que esses clubes não morram literalmente, junto com os seus débitos.

O senhor, Ministro André, na capacidade de ser o homem responsável pelo esporte no Governo Lula, entende que deve abrir novamente inscrição para o programa, sobretudo para esses clubes que enfrentaram essas dificuldades e que foram excluídos? Quais seriam, então, os critérios para uma nova adesão, oferecendo uma possibilidade de resgate para esses clubes em dificuldades?

São essas as minhas duas perguntas. Teria mais, mas nunca passo do tempo regimental, que é de cinco minutos para as perguntas. O senhor também tem cinco minutos para responder, Ministro.

Eu aqui apenas quero registrar a presença da Sra. Valeska, que é chefe de gabinete do seu ministério, André. E agradeço aos servidores eficientes desta Secretaria da Comissão de Esportes, o Flávio Eduardo, o Secretário principal, a Aurilene, a Camile, a Taíse, o Fábio e o Samuel. Sem eles aqui, eu não conseguiria nem trabalhar e nem enxergar, não é? Basta ver o tamanho da letra. E eles que preparam para mim. Já a Leila, a letra é mínima, porque essa mulher, além das virtudes que tem, ainda enxerga tudo o que ela quer.

E, depois de mim, a inscrição segue com a Leila, Senadora; com o Senador Jayme Campos, Senador; com o Chico Rodrigues, Senador; e com o nosso querido Nelsinho Trad, Senador.

Eu vou ouvir as respostas e depois peço gentilmente que assuma a Presidência da Comissão de Esportes a nossa próxima Governadora do Distrito Federal, Leila do Vôlei.

Ministro, por gentileza.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO (Para expor.) – São duas importantes perguntas. E nós, de pronto, logo nos colocamos à disposição para falar o seguinte: em relação à integridade esportiva, à integridade das apostas esportivas, o ministério terá um posicionamento muito parecido com o que a gente tem hoje em relação à ABCD. Nós teremos total ingerência no que diz respeito a qualquer tipo de

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conformidade ou qualquer tipo de anuência, qualquer tipo de prática delitiva. Nós não anuiremos a isso. Nós não teremos qualquer tipo de aceitação.

É por isso que a gente acredita que o melhor encaminhamento disso é termos um espaço totalmente técnico, um espaço totalmente vigilante e, acima de tudo, um espaço em que haja transparência. A Secretaria de Prêmios e Apostas, se não cumprir o seu papel, que é o papel de ter integridade, ter lisura e, acima de tudo, zelar para que a transparência possa se transformar em positividade e em probidade, no que diz respeito às apostas, é uma secretaria que já nasce morta. Não tem como a gente criar um novo mecanismo, criar uma nova esperança, que é uma secretaria de apostas esportivas, e ela não atuar no que deve ser atuado, que é a integridade esportiva.

Então, tenha total certeza de que essa secretaria atuará com lisura e principalmente sem qualquer tipo de aceitação a qualquer prática delitiva. Nisso, você tem a minha palavra. Da mesma forma com que dei a palavra no começo do mandato à frente do ministério de que a ABCD teria total ingerência para praticar, de forma positiva e honesta, o seu trabalho à frente da dopagem, a secretaria também terá para atuar em relação a qualquer prática deletéria sobre as apostas esportivas, até porque a única esperança é de que a pessoa que atua nas apostas esportivas tenha honestidade, tenha transparência, tenha correção. Ninguém vai atuar numa área que tenha um jogo viciado, ninguém vai atuar numa área em que o jogador tenha conivência com o dono de uma cota fixa, com o dono de uma empresa que, no final do jogo, vai lhe dar qualquer tipo de benefício. Então, a lisura é o principal mecanismo, e a gente vai trabalhar para preservar isso, Kajuru. Disso aí, você pode ter certeza.

O segundo. Em relação ao Profut, mais precisamente sobre a Lei 13.155, de 2015, a gente vem trabalhando na construção de um grupo interministerial. Para quê? Para que ele possa regular essa lei. Da mesma forma com que houve times que foram muito penalizados pelas más administrações, más gestões, também nós tivemos algumas ações que não são comuns, como o caso do covid. O covid prejudicou as finanças de inúmeros times. Em 2015, ninguém sabia que existia covid e nem que iria existir. Então, na lei do Profut, você não pode colocar os times que foram penalizados, times que ficaram sem qualquer tipo de arrecadação. Você vai a um time da série B, C e D, e 90% da arrecadação dele é torcida. E o torcedor não podia ir ao estádio. Então, como é que esses times ficaram?

Esse grupo ministerial será instituído justamente para que a gente possa, primeiramente, regularizar aqueles que podem entrar, mudar essa lei, atualizar essa lei, para que times possam ser beneficiados, instituições futebolísticas possam ser beneficiadas, instituições esportivas possam ser beneficiadas. Do jeito que está, grande parte daqueles que tiveram prejuízo – e, o principal, a causa do prejuízo – não poderá estar presente, não poderá ser beneficiado pelo Profut.

Então, a gente tem essas duas visões e essas duas ações em relação às suas duas perguntas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Presidente Leila do Vôlei.

Só, antes de V. Exa., qualificadíssima como é, assumir a Presidência, rapidamente, o senhor concorda ou não, Ministro André Fufuca, com o que eu apresentei como proposta, na CPI, como Presidente dela, e obtive a unanimidade? Todos concordaram que aquele que for comprovadamente, ou seja, com provas cabais e irrefutáveis, neste crime que é a manipulação de um resultado de uma partida de futebol... O senhor acompanha esse meu projeto e essa minha proposta feita de que esse cidadão ou cidadã, seja jogador, seja árbitro, seja auxiliar de arbitragem, seja corruptor ou corrupto, tenha uma pena do banimento do esporte, ou não?

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Eu acho que qualquer ação dessa envergadura tem que ter uma medida coibitiva muito forte. Então, eu concordo totalmente com o seu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado.

Senadora Leila, por gentileza.

Vamos lá votar sobre cassino – e claro que eu vou votar contra, tá?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Senador Kajuru, eu vou pedir rapidamente para o Senador Chico Rodrigues assumir...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você manda.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – ... porque eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Ministro Fufuca.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É a sua vez agora na inscrição.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Beleza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Chico.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Boa sorte lá nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Chico Rodrigues. Cumprimento o senhor e cumprimento também o Ministro André Fufuca, que é o Ministro do Esporte.

Antes de começar as minhas perguntas, eu acho que a figura que eu represento nesta Casa, como ex-atleta... Aliás, eu sempre começo a minha conversa falando que a gente sai do esporte, e ele não sai da gente, sabe, Ministro? E, dos meus quase 53 anos de vida, pelo menos metade deles foram dedicados e continuam sendo dedicados ao esporte aqui dentro desta Casa. Então, eu sei que estou nesta Casa muito pelo que eu fui enquanto atleta e sinto que essa missão que me foi dada pela população do DF e principalmente por Deus foi fruto muito do que o esporte proporcionou na minha vida.

É muito claro para mim que a minha missão dentro do Senado Federal não é simplesmente ser política, mas representar um setor que eu acredito que, de fato, transforma e impacta a vida das pessoas. Educação, cultura e esporte são um tripé fundamental para a formação não só de atletas, mas de promoção de cidadania. Então, eu entendo muito bem essa minha missão.

E, da mesma forma que o senhor veio aqui fazer uma prestação de contas do seu comando, da sua gestão do ministério, e eu já inicio as minhas palavras parabenizando o senhor e toda a sua equipe que está presente aqui, porque eu já fui secretária. Eu não fui uma Ministra, mas a gente sabe que existe muita incompreensão da importância do esporte. Quando se fala de Ministério do Esporte, quando se fala de um Senador que é do esporte – no caso, o Romário e eu –, as pessoas já focam no alto rendimento, mas as pessoas não entendem toda uma cadeia, desde a base até o alto rendimento, de o quanto o esporte beneficiou de alguma forma.

Eu falo que comecei com mil meninas, entendeu, Senador Chico? Eu comecei com mil meninas. Só uma se tornou a Leila do Vôlei, mas todas, todas se tornaram cidadãs, mães de família, grandes profissionais. Nós estamos falando de valores de formação que são fundamentais.

Então, eu entendo perfeitamente a minha missão aqui e me sinto na obrigação... Uma coisa que me incomoda no esporte – e eu já vou deixar bem claro que este é um recado para o setor esportivo, de um modo geral – é que ele precisa parar com o preconceito com a política, porque é a política que decide a nossa vida, não só do cidadão comum, mas de todos os setores. E o esporte, muitas vezes, ainda se nega...

Graças a Deus, retomou-se novamente a figura de um Ministro, dentro de um Governo, para que a gente pudesse, de fato... Mas eu vivi quatro anos aqui dentro deste Senado, e só Deus, vocês, eu e minha família sabemos a luta que eu travei dentro desta Casa, muitas vezes, chorando – o Senador Chico viu –, muitas vezes me indignando, entre quatro paredes, com outros Senadores decanos, porque a incompreensão do que, de fato, é o esporte...

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que metade dessa barreira, Ministro Fufuca, eu já rompi, porque hoje os meus colegas nesta Casa entendem o porquê de muitas vezes eu vir aqui defender o percentual no orçamento e as leis necessárias...

Então, eu gostaria, muito rapidamente – e isso eu pedi à minha equipe... Eu acho importante porque, como o esporte não participa do mandato, como o movimento esportivo – e aí eu dou um puxão de orelha em todos – não participa do mandato daqueles que tiveram uma trajetória aqui dentro e que os representam de fato, eu acho que é importante o esporte saber o que, nesses últimos três anos, eu tenho feito, porque a minha bandeira, inegavelmente, pela minha vida, é o esporte, e sempre estarei nesse *front.* Mas eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e é uma luta. Sou a primeira mulher dentro desta Casa, atleta, a ser Presidente da Comissão de Meio Ambiente, a primeira Senadora mulher, atleta, dentro deste Senado Federal. Então, digamos, que é essa a gratidão, e o senhor terá sempre em mim, qualquer Ministro, qualquer um que fizer o esporte com respeito, com dignidade, com compromisso, transparência e responsabilidade terá em mim uma grande parceira.

Eu quero parabenizar o senhor pela exposição e dizer à sua equipe que não somente eu, mas toda a minha equipe dentro da Casa, assim como a minha chefe de gabinete, que todos conhecem – a Ricarda, que também foi atleta –, estaremos sempre à disposição.

Eu fui a autora da lei que incentiva a prática do ciclismo e promove a integração de modais no transporte urbano; da lei que estabelece, antes de se colocar em prática, a construção de ciclovias e incentivar a bicicleta como meio de transporte. Será necessário organizar audiências públicas, apresentar planos de trabalho, cronogramas, ações de conscientização e mitigação dos riscos programados junto a pedestres, ciclistas e motoristas.

Fui Relatora aqui da lei que permite que entidades esportivas não ligadas à modalidade futebol possam utilizar 20% dos recursos que recebem das loterias para, finalmente, quitar os débitos – que não foram poucos, muitas aqui quebraram – que têm com a União.

A norma ainda estabelece regras para as entidades serem transparentes na gestão – essa é a minha luta – e prevê a punição para gestores por gestão temerária e fortalece a representação das atletas, homens e mulheres, em órgãos e conselhos responsáveis pelos regulamentos de competições e eleições.

Fui Relatora da lei que amplia de três para cinco anos o prazo de banimento de torcida organizada, violenta, por violar o Estatuto de Defesa do Torcedor.

Fui Relatora da lei que previne o *doping* acidental, porque isso acontece, exigindo que todos os medicamentos que contenham substâncias proibidas pelo Código Mundial Antidopagem tragam alertas obrigatórias em seus rótulos e bulas. Isso foi uma luta aqui dentro. Não queriam, não é, Senador? Trabalhamos juntos com os Senadores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui Relatora da lei que altera as regras do Bolsa Atleta para ampliar direitos e garantias sim – porque eu quis ser mãe, eu só fui mãe depois dos quase 40 anos – para as atletas gestantes e mães de recém-nascidos. Porque isso, para nós... Eu tenho 50 anos, mas, para quem está começando agora, é uma garantia. Eu não poderia nunca pensar em ser mãe com 20, 30 anos, porque – a Iziane está aí e sabe – a atleta sempre teve esta barreira: "eu não posso ser mãe enquanto eu for atleta". A gente batalhou aqui dentro no convencimento dos pares para eles entenderem que é importante para a atleta ter respeitado o seu direito de ser mãe e de ter os seus postos garantidos, porque, até aquele momento da gestação, ela trabalhou, ela treinou, ela se dedicou e tem o direito de sair naquele momento para amamentar o seu filho, cuidar dele e voltar, sim, no tempo que for necessário para a sua prática esportiva. Era um direito.

Fui Relatora da lei que institui o Dia Nacional do Desporto Escolar; Relatora do PRS que institui a Comenda Rei Pelé, destinada a dois homens e a duas mulheres atletas; Relatora que criou o Dia Nacional da Natação.

Agora, ações relevantes – e eu só pedi para citar algumas –: autuei a articulação para a recomposição do Ministério do Esporte, em 2023. Eu me reuni com o Relator, incansavelmente, que foi o Marcelo Castro, à época, e com Coordenador da Transição, Geraldo Alckmin. Integrei também a equipe de transição.

Participei da articulação, da aprovação e prorrogação, até 2027, da Lei de Incentivo.

Fui a autora da emenda inserida no Projeto de Lei nº 2.072, de 2019, determinando que 20% do valor arrecadado com a venda de refrigerantes – outra vitória que nós vamos, se Deus quiser conseguir – e bebidas açucaradas irão para o financiamento de ações, programas, projetos esportivos e paradesportivos, que foi citado pelo nosso Presidente. Estes têm que ser lembrados, sim – eu concordo com o senhor. O projeto está na CAS, já falei com o Senador Vanderlan e peço o seu apoio, Ministro.

O PLS 67 institui normas para obrigar a contratação e seguro de vida para atletas e treinadores, tanto profissionais quanto não profissionais, que estiverem representando o Brasil. A gente viu o caso da equipe de futebol do Chapecoense. Quantas vezes eu dei a volta ao mundo, atletas? Nós demos! Entreguei minha vida para a Confederação, para o COB, representando o meu Brasil, e não estou sabendo se eu tenho seguro de vida. Pois é... Por isso, nós trabalhamos aqui, e agora é garantia seguro de vida, entendeu? Porque eu posso morrer, pode cair um avião, e minha família ficar do jeito que a família da galera da Chapecoense ficou, dos nossos queridos atletas que partiram, defendendo o Brasil, defendendo o estado.

O PL nº 2.889, que visa ampliar sanções mais rígidas em caso de racismo durante eventos esportivos.

O PL nº 4.614, que obriga as escolinhas de futebol e entidades formadoras de atletas a contarem com pelo menos um profissional de educação física para coordenar o treinamento de crianças e adolescentes.

O PL nº 3.966, que permite um funcionário ausentar-se do serviço por três dias a cada seis meses, sem prejuízo do salário, para acompanhar um dependente menor de 16 anos – o que é isso? Um pai não

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode acompanhar um atleta? O senhor sabe disso. Tem *skate*, tem outras modalidades. E simplesmente se entrega o filho... "Vai lá". Não, eu acho que, sendo um servidor, ele deveria ter, pelo menos, dois ou três dias para acompanhar o filho dele –, e remove o requisito de possuir idade mínima de 14 anos, fui eu mesma, para o Bolsa Atleta, para permitir que os atletas mais jovens de 14 também tenham direito ao acesso. Hoje eles são fenomenais. Tem de incluir a promoção da gratuidade de atividades esportivas, atividades passíveis de serem realizadas em entidades qualificadoras, como organizações sociais da sociedade civil, que também está aguardando na CCJ.

O PL nº 2.493, que facilita o acesso e a permanência na escola ou na universidade – que é um direito também do atleta – de atletas de modalidades olímpicas selecionadas em equipes municipais e estaduais. O principal objetivo do PL, portanto, é criar mecanismos para que os atletas continuem os seus estudos, porque muitos, inclusive da minha geração... Eu ficava seis, sete, oito meses concentrada, não tinha acesso à educação, e não tinha como fazer provar depois. Então, que consigam conciliar o estudo com a carreira esportiva – isso é um direito, é um direito! A escola tem que conversar com o esporte, educação e esporte – que exija uma rotina de treinos, viagens e competições.

Obriga o PL 3.467 que todo equipamento esportivo custeado com recurso público possa ser utilizado no desenvolvimento de programação destinada às atividades do desporto educacional. O projeto também inclui o debate de todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistêmica, o *bullying*, direito que está na Lei de Diretrizes Bases da Educação.

O PL 549 – já estou acabando – estabelece que mulheres sejam protegidas contra qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhes cause risco de morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico ou, ainda, dano moral ou patrimonial. O objetivo dessa proposta é garantir proteções específicas a torcedoras, jogadoras, árbitras, bandeirinhas, médicas e demais profissionais, para erradicar o assédio, e isso existe, e outras formas de violência em ambientes esportivos.

E, por fim, o 718, que determina aos conselhos tutelares fiscalizarem o cumprimento das normas exigidas para clubes para que possam ser classificados como formadores de atletas. Entre as exigências estão a garantia aos jovens de assistência educacional, psicológica, médica, odontológica, manutenção do alojamento – é o caso do Ninho do Urubu, não é, Athirson?, você sabe disso – e instalações esportivas adequadas sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade.

Enfim, tem pelo menos uns dez aqui. São mais de 20 ações nesses anos aqui, dentro do Senado Federal, focada absolutamente em esporte, esporte de formação, de alto rendimento, esporte educacional e em paradesporto.

Por fim, eu fui a Relatora – e gostei muito da sua fala – do marco legal dos jogos eletrônicos, que está indo para a sanção agora, que vai regulamentar os jogos eletrônicos. Foi um trabalho muito bacana. E eu tenho certeza de que o senhor, lá com a sua secretaria, também o fará.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sobre a questão do espaço esportivo, eu fiquei na dúvida, porque eu falei que foi emenda e você falou: "Não, mas é do PAC". Na verdade, dentro do PAC, tem o programa PAC Seleções. Dentro desse PAC Seleções, a gente pode destinar para o PAC e escolher. E eu escolhi esses dois centros comunitários. Quero parabenizar você, a sua equipe e o Governo Federal por essa excelente iniciativa, principalmente para as áreas mais vulneráveis a que a gente está destinando.

E, por fim, o fundo. Você tem aqui, digamos, uma defensora incansável dessa sua iniciativa. Isso vai ser transformador para o esporte brasileiro. Já falei com o Chiquinho, o Senador Chico Rodrigues, o Senador Esperidião, todos aqui, Ministro Fufuca. O esporte vai ter o nosso apoio. Nós vamos fazer um trabalho aqui, porque, no final da última Legislatura, eu desarquivei, e eu falei para o senhor, a PEC 9, que institui o Fundo Nacional do Esporte.

E, quero aproveitar, neste momento em que eu tenho a palavra, para fazer um apelo ao nosso Presidente da CCJ, o Senador Davi Alcolumbre, para que ele designe um relator e possamos fazer, Senador Chico Rodrigues, o debate necessário, como o Ministro Fufuca falou. Essa desigualdade das regiões é muito por causa da decisão do patrocinador, mas, se temos um recurso de fundo a fundo, é ali que nós vamos poder fazer a diferença, é ali que o esporte vai chegar, de fato, às regiões que tanto questionamos e que são questionadas por vários Senadores aqui, e não é culpa do Governo Federal essa dificuldade de recurso.

Então o fundo, o Fundo Nacional do Esporte, Senador Chico, é fundamental para a sobrevivência e a manutenção das políticas públicas do Ministério do Esporte.

E, por fim, as perguntas – desculpe. (*Risos.*) É muito rápido, sim.

Com a iminente realização dos jogos de Paris, que estratégias o Ministério tem implementado para garantir que os atletas brasileiros sejam bem preparados e apoiados? Há uma expectativa da delegação brasileira para a edição com um número de conquista de medalhas?

Eu vi na sua apresentação que existe uma expectativa e, assim, a gente fica muito baseado em números que o COB possa dar para a gente, que é o Comitê Olímpico Brasileiro. Isso tem sido conversado, trabalhado? E há representantes de relevância para as modalidades esportivas estreantes? Essa é uma pergunta em que eu tenho curiosidade sobre o *break dance* e o *caiaque extreme*, se já temos... Pedi para procurar, e não tem. Então, não sei se a sua equipe pode nos ajudar nisso.

Segundo, o Plano Nacional do Esporte... A Comissão de Esporte aqui do Senado debateu recentemente o 409, de 2022, que institui o Plano Nacional do Esporte para os próximos dez anos. O senhor poderia nos detalhar a perspectiva – perspectiva – do Poder Executivo? Como o plano visa interagir as políticas públicas do esporte com a educação, a saúde e o lazer? Eu acho que é importante.

Eu retirei duas aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, só sobre os planos e os desafios que você meio que já desenhou aqui para a gente, V. Exa. poderia compartilhar os principais planos estratégicos do Ministério do Esporte – acho que é bom reforçar – para o futuro próximo? E quais os desafios que se apresentam como os mais significativos para a implantação do seu plano, das estratégias do Ministério? E como o Ministério pretende abordar questões como financiamento insuficiente, a necessidade de melhor infraestrutura – porque eu sei que isso é uma luta esportiva – e a promoção do esporte em áreas menos desenvolvidas no Brasil? Um deles é o fundo, com certeza, mas se o senhor puder explanar para a gente essa perspectiva de Ministério...

E, mais uma vez, Ministro, quero parabenizá-lo pela apresentação, pelo trabalho, assim como sua equipe, e deixar esse recado para o movimento esportivo, que precisa estar mais atuante na política, participando da política, porque é a política que decide muito do que V. Exa. faz e as entidades esportivas também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O Ministro tem a palavra.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer as palavras da Senadora.

Tenha certeza, Senadora Leila, de que, recebendo esses elogios de uma pessoa que tem a sua grandeza à frente do esporte, eu fico muito lisonjeado. Todos aqui são testemunhas do quanto você se doa e se doou a vida inteira pelo esporte. Então, sem sombra de dúvidas, é um elogio que alegra muito toda a nossa equipe esse, vindo da sua pessoa, de S. Exa.

Em relação aos atletas que irão compor o quadro de atletas para os Jogos Olímpicos, nós temos aqui uma perspectiva real de ter um número maior tanto quantitativamente como qualitativamente. Por quê? Até me perguntaram isso na semana passada: "Ah, mas a seleção brasileira de futebol não vai, a masculina?", não sei o quê... Tudo bem. Só que nós temos um aumento acentuado dos atletas individuais, das competições individuais. Tem atletas brasileiros que vêm se destacando em todo o mundo, inclusive, ganhando seletivas, ganhando mundiais em várias outras áreas, como na questão do judô, na questão da canoagem. Tem vários atletas nossos de foco individual, e não foco coletivo, que vêm se destacando. Há inúmeras modalidades nas Olimpíadas, porém, em relação às modalidades individuais, o Brasil tem um crescimento maior do que teve no passado em relação às modalidades coletivas.

Então, sem a questão de ter uma esperança em cima de uma ilusão, eu acho que o Brasil tem tudo para conseguir bater o recorde do Brasil de Tóquio. E vamos torcer para que isso aconteça!

Em relação ao Plano Nacional do Esporte, eu comungo muito do que você fala. Nós temos que, em primeiro lugar, tirar do papel, botar para funcionar, botar para ser executado, botar para ser exercido. O

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plano Nacional do Esporte é um projeto interessantíssimo, construído durante dez anos no Congresso Nacional e que hoje – pode-se dizer assim; ninguém está falando nada errado – está engavetado.

Então, da mesma forma que você defende, e eu defendo, que nós possamos avançar na PEC que vai instituir a criação do fundo, eu defendo também que a gente possa atuar em relação ao Plano Nacional do Esporte, até porque a gente, no Ministério, está, inclusive... Não é da nossa competência, pode-se dizer, legislativa – a gente não tem competência legislativa –, mas nós estamos criando, junto com a nossa equipe, um Plano Nacional do Esporte em detrimento da nação, ou seja, um plano nacional que daqui a 10 anos possa ser copiado, possa ser diretriz para quem estiver à frente do Ministério do Esporte. Daqui a dez anos eu não vou estar no Ministério do Esporte, mas vai ter alguém que vai ter uma diretriz para ser seguida. E, quando a gente fala em ser seguida, a gente fala em ser seguido um Plano Nacional do Esporte junto com a educação; no caso, com a educação ajudando – ajudando no que diz respeito ao Programa Semear; ajudando no que diz respeito ao TEAtivo; ajudando no que diz respeito à institucionalização do Segundo Tempo; ajudando no que diz respeito ao aumento da estruturação esportiva. Só 20% dos colégios, hoje, do Brasil têm alguma estrutura esportiva para oferecer para os seus alunos. Quando a gente fala do Plano Nacional do Esporte, é abraçado com a saúde: não se fala de esporte sem saúde; muito menos se faz esporte sem saúde.

Então, a gente tem essa visão e procura fazer, com as duras dificuldades que o Ministério tem... Até porque o Ministério tem uma questão orçamentária muito periclitante, isso não é novidade para ninguém; a gente tem um orçamento muito aquém daquilo que a gente almeja, muito aquém daquilo que a gente pode transformar em ações para a sociedade, mas a gente procura fazer pequenas ações, ações que realmente chegam.

Um exemplo: criamos o TEAtivo, que hoje o Ministério da Saúde se coloca à disposição para replicar; o Programa Segundo Tempo, que o Ministério da Educação se coloca à disposição para replicar; Programa Semear, que a gente acredita que o Ministério da Educação também tenha total interesse em semear; Programa Pintando a Liberdade, com o Ministério da Justiça, trazendo esperança para quem não tem esperança nenhuma, que são aqueles presos que têm bom comportamento; programas com a Seguridade Social, trazendo renda para a família, trazendo projeção... Até porque você falou uma coisa muito interessante: a gente aqui não fala apenas no campeão do pódio, no campeão de medalha, no campeão que vai botar a medalha no pescoço; a gente está falando, aqui, do campeão da vida, da pessoa que vai ter o *fair play* não apenas dentro das quatro linhas, vai ter o *fair play* onde ela estiver. E a gente tem essa visão, no Ministério, de que o esporte tem, sim, que ser um fabricador de campeões da vida, um formador de campeões da vida.

Então, em relação a esses dois questionamentos, nós temos essa ambição, temos esse trabalho feito com os demais membros e ficamos muito satisfeitos em saber que o Senado abraça a criação do fundo. Esse fundo vai ser muito importante. Não é importante para mim, que estou sendo Ministro hoje; é importante

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o esporte em geral. Esse fundo realmente vai criar condições para que quem passar depois da gente, quem assumir isso daqui depois de mim possa ter estruturação total para fazer ações de esporte em todo o Brasil.

Se tu perguntasses hoje para mim: "Fufuca, o que tu achas mais importante de tudo que tu falaste?", diria: a criação do fundo. Falo com toda a sinceridade: é a criação do fundo. Na hora em que falam: "Ah, estão atrás de criar fundo, atrás de orçamento, atrás de dinheiro, atrás de não sei o quê". Não se faz esporte sem orçamento; não se faz esporte sem dinheiro. Está aí a demonstração de grandes clubes que foram campeões brasileiros, grandes clubes que foram campeões regionais, e hoje estão aí, na Série B, na Série D, e só não vão para a Série E porque não tem Série E, senão eles estariam. E não se faz esporte – eu estou falando desde para o atleta individual ao atleta coletivo – sem recurso. Não consegue o Brasil fomentar grandes atletas se não tiver investimento na base; e, para ter investimento em base, tem que ter recurso. Entendeu?

Então, fico muito satisfeito, agradeço-lhe muito, e vamos dar as mãos para a gente conseguir avançar nisso. O que você está falando e fazendo, sem sombra de dúvida, vai ser reconhecido daqui a 40, 50, 100 anos, porque vai ser, sem sombra de dúvida, a mola indutora do esporte nacional.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Obrigada. (*Fora do microfone.*)

Rapidinho, quero só agradecer a sua fala e fala der outra iniciativa que eu tive aqui: nós apresentamos uma PEC para, na Constituição, ter a garantia... A gente fala assim: todo cidadão tem o direito à saúde, à educação, ao lazer – nós incluímos o esporte. Porque o esporte tem que ser garantido, tem que estar na Constituição como uma garantia, até porque está interligado à saúde, à educação, à formação; então, o esporte também tem que estar na Constituição como um direito a todo cidadão.

É isso.

Eu vou...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Convido a nobre Senadora Leila do Vôlei – a Leila é campeã – para que assuma a Presidência para que eu possa formular as minhas perguntas.

Obrigado. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Grata, Senador Chiquinho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, de frente, olhando para todos, eu cumprimento todos aqui. Ministro, sua equipe está maravilhosa, fora as representações aqui, pessoas que são muito especiais, medalhistas olímpicos, atletas, dirigentes, pessoas muito envolvidas; está ali o Luiz Fernando, do Compartilhar, que foi meu preparador físico em seleções de base. Enfim, gente, é um prazer enorme estar com todos vocês aqui. Obrigada por estarem conosco aqui.

Bom, vou passar a palavra para o Senador Chico Rodrigues e cumprimentar também os nossos dois atletas, que são a Isania e o Athirson, do Flamengo – mengão, né, Athirson? (*Risos.*) Isso aí, saudações.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Eu quero agradecer à nobre Senadora Leila, que hoje praticamente é a voz mais ativa aqui no Senado em relação ao esporte – e não poderia ser diferente, porque ela, na verdade, deu orgulho ao Brasil, conhece esse tema como poucos conhecem e tem realmente conseguido grandes avanços aqui.

Ela fez uma rápida apresentação de projetos que ela já relatou, que ela defendeu, que ela apresentou, enfim, em que está insistindo. E obviamente tem havido uma reação muito positiva de todos os Senadores em relação a esse tema do esporte, pela grandeza que representa para o Brasil, e aí, se nós formos, na verdade, chegar ao detalhe do vôlei, do basquete, da natação e do futebol, de Pelé – esse, nem se fala –, então, é uma expressão mundial o esporte para o Brasil.

Eu ouvi aqui o Ministro André, com o vigor da sua juventude, o seu preparo técnico e intelectual em relação ao tema. Nós ouvíamos, nos corredores do Congresso, não apenas nos do Senado, quando foi indicado o Ministro André, alguns que até falavam – eu quero deixar aqui aos quatro ventos essa informação, para verem que o fato se transforma na notícia, notícia lapidada –: "O Deputado André, será que ele vai dar conta do Ministério? É um jovem ainda...".

Enfim, sinceramente, tenho ouvido, Deputado André, comentários excepcionais em relação ao seu desempenho, ao seu equilíbrio, à sua postura e ao seu compromisso, na verdade, com esse Ministério. É tanto que têm sido irretocáveis as suas ações. Isso é muito bom para o Governo, mas – mais importante do que para o Governo, porque o Governo passa – é importante para o país.

Eu vejo aqui, rapidamente, a Senadora Leila já havia falado, mas... Qual a expectativa que nós estamos tendo do sucesso do Brasil nas Olimpíadas de Paris? Porque, em período de Olimpíadas, período de Copa do Mundo, as pessoas, dentre as quais eu me incluo, varam a madrugada assistindo aos grandes atletas do mundo. Então, em relação aos nossos atletas brasileiros, qual é essa expectativa de V. Exa.? E quais são os benefícios, além do Bolsa Atleta, etc., que o Ministério está oferecendo para esses atletas agora nas Olimpíadas?

Tem um tema que eu gostaria... Além de apoiar irrestritamente esse projeto que está sendo, inclusive, encabeçado pela Senadora Leila, o Fundo Nacional do Esporte, que vai resolver definitivamente a questão do esporte do país inteiro, do meu estado – lá na fronteira com a Venezuela, com a Guiana Inglesa, com os

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais países – até o Rio Grande do Sul, ou seja... Nós vemos que, por falta de incentivo, praticamente, poucos atletas têm surgido da Região Norte no cenário esportivo, principalmente do futebol – de todos os esportes, mas principalmente do futebol. Vejam que, lá no nosso estado, surgiu um garoto de periferia, jogando descalço, em pequenos times de várzea, que hoje já surgiu como uma expressão nacional também, que é o Thiago Maia, que jogou no Flamengo, agora está no Inter, enfim, já foi convocado para a seleção brasileira. Então, esse fundo vai dar certa qualidade, vai levar benefícios, vai trazer e descobrir talentos em todos os esportes, apesar dos nossos esforços, de pequenas emendas parlamentares, mas é diferente um fundo nacional do esporte, que tem essa importância.

Eu estou desenhando com a equipe do meu gabinete, Ministro, um projeto para que o Governo possa ter um planejamento para a utilização permanente dos estádios com que foram gastos bilhões de reais para a Copa do Mundo. Tem estádios que praticamente passam seis meses sem ter nenhuma partida de futebol da Série D. Eu acho que isso é um absurdo, é um desperdício. São verdadeiros templos do esporte, como o estádio lá em Manaus, o estádio que foi construído, um templo sagrado do futebol, para o futebol, uma obra com uma arquitetura moderníssima, assim como o de Recife. Claro, nos grandes centros, já tem time de primeira divisão, em Mato Grosso... Nós estamos fazendo um projeto para que haja grandes eventos esportivos que sejam realizados nessas arenas para dar, na verdade, maior uso e, claro, mostrar que o Brasil não precisa construir mais nada em termos de estádios para fazer grandes eventos esportivos mundiais.

Eu gostaria só de fazer esse questionamento a V. Exa. e dizer que esse anúncio de que a Caixa Econômica vai patrocinar também agora os times da Série B, C e D vai ser fundamental para tirá-los, na verdade, dessa dificuldade em que eles vivem mergulhados.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO (Para expor.) – Quero agradecer pelas suas palavras, Senador Chico. Muito obrigado.

Chico é de um estado que tem muita proximidade, apesar da questão geográfica, tem muita proximidade fraternal com o Maranhão. Grande parte da população do estado do Senador Chico veio do Maranhão e, graças a Deus, vem dando certo.

Senador Chico, em primeiro lugar, a gente defende, não é de hoje, que haja uma retomada dos patrocínios da Caixa em relação a times de futebol da Série B, C e D, como acontecia no passado. Esses patrocínios não foram deletérios, não provocaram prejuízos; ao contrário, trouxeram aumento de receita, engrandeceram alguns times e, principalmente, levaram alegria aos torcedores, levaram alegria às suas cidades e aos seus estados de origem.

Então, a gente pensa aqui não como um gasto, mas como um investimento que traz retornos aos estados, e isso já foi demonstrado. Há toda uma cadeia que ganha, que cresce, com o aumento do time, com o crescimento do time, com a melhoria dele em relação a competições. Basta ver um time que não ganha

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada: se vai ao estádio, tem 500 torcedores, 300 torcedores. Se o time começa a se destacar na Série D, vai para a fase final, começa a encher estádio. Esse estádio tem uma cadeia produtiva que traz rendimento não apenas ao time, como a todos aqueles da comunidade.

Enfim, eu defendo isso aí. Acredito que a Caixa... Nós estamos nessa articulação, tanto eu, como o Senador Kajuru – e peço apoio também dos outros Senadores aqui –, para que a gente possa sensibilizar, porque, sem sombra de dúvida, será uma retomada positiva para o esporte nacional e para o futebol brasileiro.

Segundo, volto a reafirmar: eu acho que o Brasil vai conseguir superar – tanto em número, como em qualidade – a questão numérica de medalhas nos Jogos de Paris e, principalmente, no esporte paraolímpico. Hoje, nós somos a sétima potência do mundo, mas eu acho que o Brasil vai trabalhar para ficar entre as três. Tem talento para isso, tem capacidade para isso e, principalmente, tem atletas que hoje despontam em toda a cadeia esportiva internacional para conseguir esse mérito. E em relação ao esporte individual olímpico, também acredito. Agora mesmo, se eu não me engano, a Rayssa acabou de ganhar mais um campeonato, ganhou no sábado. É favorita absoluta, tanto ela como outros atletas nacionais.

Nós temos esportes em que o Brasil é soberano e, inclusive – isso não parte da gente, mas parte de articulações por fora –, deveria também trabalhar para que outros esportes pudessem ser olímpicos. Se o jiu-jítsu fosse um esporte olímpico, o Brasil não largaria com menos de cinco medalhas de ouro em todas as Olimpíadas. O Brasil tem os melhores atletas de jiu-jítsu do mundo. E não sei por quais motivos o jiu-jítsu nunca foi considerado um esporte olímpico, sendo que ele, inclusive, é mais antigo até do que o judô. A sua formação é formação milenar, mas, tudo bem, isso não cabe a mim, não é meu papel. Estou apenas fazendo uma observação.

Em relação à última pergunta, além do Bolsa Atleta, nós temos o Bolsa Pódio. O Bolsa Pódio varia de R$5 mil a R$15 mil por atleta, por mês. Esse Bolsa Pódio é destinado a atletas que estão numa escala numérica pequena, são os melhores do mundo nas suas modalidades e também são gratificados através do Ministério do Esporte. Ontem mesmo a gente anunciou a lista. Mais de 350 atletas no Brasil irão receber esse auxílio, auxílio esse que ajuda muito o atleta que ainda não tem uma fixação de patrocinadores, o atleta que ainda não tem uma consolidação esportiva para que possa, às vezes, abrir mão de um benefício ou de outro; o atleta precisa disso. No PAN mesmo, vários atletas que foram campeões mundiais, campeões pan-americanos, em conversa com eles, falaram: "Olha, o Bolsa salvou a gente. Sem esse Bolsa, a gente não tinha chegado aqui. Hoje, não; hoje, a gente não precisa, mas até aqui foi isso que sustentou a gente, isso que deu foco e pôde fazer com que a gente se ligasse nos esportes".

Para que você tenha noção, hoje, de cada dez mulheres do futebol, apenas duas conseguem se manter apenas com o futebol; oito têm que ter um trabalho fora dos campos, porque senão elas não conseguem manter a sua família, não conseguem se dedicar. Você vai à Europa, aos Estados Unidos, a média é que, a

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada dez atletas, apenas duas ou três tenham que trabalhar fora do seu esporte. Como a gente vai competir? Como o esporte nacional pode competir, se não houver esse incentivo?

Então, foi pensando nisso que a gente criou o Bolsa Atleta deste ano diferente dos de outros anos. Por exemplo: qual é o período em que a mulher que tem idade fértil mais precisa do auxílio? É quando ela está grávida ou quando ela tem seu filho, e, apenas neste ano, atletas que estiveram grávidas ou são puérperas vão ter a manutenção do auxílio. Antigamente não era assim, simplesmente eram suspensas. Então, no momento em que a mulher mais precisava, o ministério virava as costas. A gente mudou esse entendimento, e hoje, graças a Deus, ele beneficia, inclusive, várias atletas, tanto do Bolsa Atleta como do Bolsa Pódio, e a gente espera, além de mantê-los, conseguir ampliá-los. É o maior programa de incentivo ao esporte do mundo e traz resultados concretos para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Parabéns pela iniciativa! Eu comentei que sou Relatora e, agora, fiscalizo. O próximo ministro, se não cumprir a lei... (*Risos.*)

Então, parabéns, Ministro!

Bom, nós estamos com o avançar da hora. Hoje eu peço aos que estão nos acompanhando pelas redes sociais e pelas plataformas de comunicação do Senado e aos que estão aqui presentes desculpas, porque nós não podemos avançar muito. Temos um dia cheio ainda – não é, Senador Chico? –, com apreciação de vetos; enfim, temos uma pauta extensa, inclusive, a lei geral está nos vetos. Nós estamos trabalhando gabinete a gabinete.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Não esqueça de derrubar do 40 ao 49.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Vamos trabalhar! Vamos trabalhar!

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Não esqueça isso aí, pelo amor de Deus! Isso é a criação do fundo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – E tem outros aí, Senador, em que nós estamos trabalhando também.

Senador, olha a previsão. (*Risos.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Amém! E eu recebo, eu recebo.

Mas do 40 ao 49 é porque cria o fundo. Entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – É. Eu sei, eu sei.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu vou deixar aqui algumas manifestações dos cidadãos que participaram pelo e-Cidadania. Eu vou passá-las para o senhor – nós vamos encerrar a sessão, porque, às 14h, já começa a sessão plenária – e peço, gentilmente, ao senhor e à sua equipe que respondam a esses internautas, ao pessoal que nos acompanhou.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – Claro!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Eu vou citar só as perguntas e o internauta.

Rafael, do Rio de Janeiro: "[...] [Há alguma] posição sobre [o investimento em] esportes de aventura na natureza [...][e sua] valorização com projetos, eventos e atletas?".

Vinícius, do Tocantins...

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Isso aí eu respondo rápido.

Em relação a isso, a gente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Então, vamos lá! Se você se empolgar, vamos embora!

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Não, a gente responde rápido isso aí.

A gente tem, inclusive, duas competições nacionais que estão sendo incentivadas pelo Ministério do Esporte: uma, no Tocantins; e outra, no Maranhão. Só para responder rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito! Perfeito!

Vinícius, do Tocantins: "As políticas públicas atuais contemplam a equidade no investimento nos esportes em [diversas] regiões e estados [...]?".

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Em 100%, inclusive, tanto o TEAtivo como o Segundo Tempo, a gente está fazendo questão de ser 50-50. Às vezes, a gente não consegue atender isso, mas é uma das solicitações dos projetos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito!

Guilherme, de São Paulo: "Qual a expectativa para revitalização e criação de espaços públicos para a prática esportiva?".

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Os espaços esportivos comunitários; já são 240 empenhados e começados, neste semestre, e a gente espera chegar a mil até 2027.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Germano, da Paraíba: "O que está sendo feito para fomentar os esportes na base? Estão monitorando os projetos das federações esportivas? [...]".

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Sim, a gente vem trabalhando nesse intuito, inclusive o Pelc é uma saída, o Segundo Tempo é a segunda saída e a formação de núcleos esportivos comunitários, que a gente já tem feito no Brasil inteiro. Eu não tenho aqui o número exato, mas nós temos hoje uma quantidade, se não me engano, de mais de 500 núcleos esportivos construídos nos quatro cantos do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito!

Delsuc, da Bahia: "Por que [...] [não há investimento em] clubes e escolas públicas para o esporte olímpico?".

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Investimento há. Inclusive, graças a...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Temos o CBC, temos tantos aí.

O SR. ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO – Tem o CBC, tem o CPB, tem o COB. Inclusive, graças ao trabalho da nossa Secretária Iziane, foi criado agora o Revelar Talentos, que a gente vai anunciar quinta-feira, que é um programa nesse intuito muito importante. Então, eu acredito que seja isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, Ministro!

Bom, mais uma vez, eu quero agradecer a participação de todos os internautas, de todos os nossos convidados e, em especial, de V. Exa., Ministro Fufuca.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença do Ministro e de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário e outros

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1273890341

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Ata - SF245703636282

Assinam eletronicamente o documento SF245703636282, em ordem cronológica:

1. Sen. Romário
2. Sen. Jorge Kajuru

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Romário e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Plínio Valério, Jayme Campos, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Paulo Paim e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Sérgio Petecão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1205, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre os subsistemas esportivos privados." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 - CEsp. **Observação:** 1. O relator apresentou complementação de voto alterando a primeira emenda constante do relatório. A segunda emenda foi mantida. 2. Após encerrada a votação, o Senador Paulo Paim informou que não conseguiu votar pelo aplicativo, motivo pelo qual solicitou a consignação de voto favorável à matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4717, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, para assegurar ao profissional de educação física que presta serviços personalizados (personal trainer) livre acesso, sem ônus, a unidades de promoção de saúde física, academias e similares nos horários de atendimento aos seus alunos regularmente matriculados nessas unidades." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 789, de 2024 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5867, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia do Rei Pelé." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 268, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para coibir a prática de intimidação sistemática (bullying) no esporte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 - CEsp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/21

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de maio de 2024.

Comunico que esta Comissão de Esporte recebeu cópia do Acórdão nº 798, de 2024, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, referente a relatórios de levantamento, com o objetivo de conhecer o funcionamento da Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE), suas principais ações e riscos subjacentes e, assim, contribuir para a definição da estratégia de controle sobre o desporto educacional.

As cópias do acórdão e de seus anexos já foram encaminhadas aos gabinetes dos Senadores, membros desta Comissão, e estão disponíveis na página da Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada em 24 de abril de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1205, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para dispor sobre os subsistemas esportivos privados.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta.

Observações: *O Senador Carlos Portinho apresentou hoje complementação de voto.*

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho, para a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, é um prazer estar aqui de volta a esta Comissão, hoje aqui dando seguimento a acordos que foram feitos quando houve vetos à Lei Geral do Esporte.

Lembro que fizemos um acordo para manter três vetos: um deles para a gente tratar nesse projeto de lei; e outros dois, que é a cláusula penal desportiva e a questão do acidente do atleta acidentado, se vai para o INSS, com estabilidade, ou se vai receber o salário integral pelo clube, sem estabilidade, que vão ser tratados num outro projeto. Eu já pedi para a minha assessoria encaminhar para a sua assessoria, para a de Kajuru, de Leila e de todos daqui. O texto já está pronto, apenas esperando aí a avaliação de vocês, se quiserem antes naturalmente acrescentar.

Este aqui diz respeito ao sistema esportivo e às obrigações de quem compõe o sistema, porque a Lei Geral do Esporte dizia que o COB, o Comitê de Clubes e outros interagiam com o sistema desportivo, mas não necessariamente, pelo texto da lei, dizia que eles integravam o sistema desportivo. E isso tem algumas consequências, inclusive na questão da administração interna desses órgãos, dos seus deveres. E nós acordamos, por isso, em manter o veto, na Lei Geral do Esporte, e trazer para um projeto autônomo um texto que ficasse mais claro, em acordo com o comitê, com o COB, com os clubes e com a Relatora Leila.

Assim, eu passo então à leitura do parecer do PL 1.205, de 2024, dentro do escopo do acordo que foi celebrado.

Presidente, considerando que o parecer foi previamente publicado, peço vênia para ir direto ao voto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme disposto no Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre esporte e sobre o sistema esportivo e paraesportivo nacional e sua organização, caso esse do projeto em análise.

Além disso, por ser a única Comissão a manifestar-se sobre o tema, compete-lhe, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, o projeto não merece então reparos.

De fato, a competência da União para dispor sobre o tema decorre do comando contido no art. 24, IX, da Carta Magna.

Ademais, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Igualmente adequada é a veiculação do tema por meio de lei ordinária, já que não há exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

A matéria apresenta, também, técnica legislativa adequada, em consonância com as determinações da Lei Complementar 95, de fevereiro de 1998. De todo modo, com relação a esse aspecto, propomos pequenos ajustes formais para aquilatar sua técnica legislativa.

No mérito, igualmente, somos favoráveis à proposição.

Ao vetar o art. 29 da Lei Geral do Esporte e manter a Lei Pelé em vigor concomitantemente à Lei Geral do Esporte, o Poder Executivo proporcionou a existência de uma insegurança jurídica para as entidades esportivas recebedoras de recursos oriundos das loterias. Nas razões do veto, questionou-se a redação do dispositivo, que afirmava que as entidades esportivas interagiam com o Sinesp, que é o sistema esportivo, dando a entender que dele não faziam parte. O PL em análise busca, justamente, suprimir essa lacuna legislativa, ou outra interpretação, deixando explícito que as entidades ali referidas são, sim, integrantes do Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), devendo, dessa forma, submeter-se a todas as determinações legais de boa gestão e transparência financeira.

Além disso, ao propor a revogação de dispositivos da Lei Pelé que conflitam com a Lei Geral do Esporte, buscou-se evitar a duplicidade de regulamentação de um mesmo tema em dois diplomas normativos diversos, em nome de uma maior segurança jurídica e clareza legislativa. Naturalmente, a Lei Geral do Esporte é justamente a atualização da Lei Pelé.

Nessa linha, também é importante deixar claro que o inteiro teor vigente da Lei Geral do Esporte não explicita o significado das siglas COB, CPB, CBC, CBCP, CBDE e CBDU, atualmente constantes dos arts. 3º e 14 da Lei Pelé, que passam a ser revogados pelo art. 2º desse projeto de lei. Essa, inclusive, foi a minha complementação do voto para externar a denominação dessas siglas.

Desta feita, impõe-se a melhor técnica legislativa em cumprimento ao disposto pelo art. 11, II, letra "e", da Lei Complementar nº 95, de 1998, que tal explicitação do significado das siglas seja incluída na

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nova disposição do art. 29-A da Lei 14.597, de 2023, a Lei Geral do Esporte, que também será o primeiro dispositivo do diploma a referenciar tais entidades.

Esclareço que, embora a explicitação de significado das siglas constante nas alíneas "a", "b", "c", "d", "f" e "g" do inciso II do §1º do art. 21 da Lei Geral do Esporte, o inteiro teor do artigo que tratava da instituição e composição do Conselho Nacional do Esporte foi vetado por razões diversas da explicitação desse significado das siglas. Dessa forma, apresentei, então, complementação do voto na qual retifico a emenda de redação apresentada no relatório original, apresentando, em seu lugar, a emenda com os nomes de cada instituição cuja emenda corrige o problema apresentado.

As mudanças propostas, assim, visam garantir que a legislação esportiva brasileira seja mais coesa, clara e eficaz na governança das entidades esportivas, especialmente aquelas que recebem significativos recursos públicos. A intenção é promover uma melhor fiscalização e utilização desses recursos, garantindo que eles sejam usados de forma responsável e transparente para desenvolver o esporte no País.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.205, de 2024, com as seguintes emendas de redação.

E eu vou ler, até para a todos ficar claro. A emenda, no art. 1º desse projeto, que é a emenda ao Art. 29-A. Fica assim:

> "....
> Art. 29-A. O COB, o CPB, o CBC e o CBCP, integrantes do
> Sinesp [não que interajam com o Sinesp] constituem subsistemas esportivos próprios com as pessoas jurídicas ou naturais que estejam em sua base, nas áreas do movimento olímpico, paralímpico e clubístico, conforme sua autorregulação.
> § 1° O esporte escolar e o esporte universitário praticados por estudantes têm, respectivamente, a CBDE e a CBDU como constituintes dos próprios subsistemas, integrantes do Sinesp, na forma de sua autorregulação.
> § 2° Compete às organizações referidas neste artigo o planejamento das atividades de seus subsistemas específicos.
> § 3° Outros subsistemas compostos de integrantes de outros movimentos ou esportes não representados pelas organizações dispostas neste artigo também integram [ou integrarão no futuro] o Sinesp, incluído o subsistema formado pelas organizações sociais sem fins lucrativos que atuam nos níveis da formação esportiva e do esporte para toda a vida [que é a nomenclatura usada na legislação, na Lei Geral do Esporte].'"

Então, assim, cumprido o acordo, para a melhor técnica de redação do texto, para que fique claro, sem lacunas e sem outra interpretação, integram o Sistema Nacional Esportivo (Sinesp) essas e outras que

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vierem a ser criadas, naturalmente. E com isso pacifica-se eventual dúvida que gerou, de certo modo, o conflito.

Quero aqui agradecer não só à minha equipe, que se debruçou sobre o projeto da Senadora Leila, do Senador Romário, do Senador Kajuru e do Senador Girão, mas, especialmente, também, a participação do COB e do Comitê de Clubes dentro desse acordo, para que chegássemos a esse texto.

Então, pacificada a questão, com a aprovação desse texto, ele vai à Câmara, esperamos a aprovação mais rápida, e o veto, lá na Lei Geral do Esporte, fica mantido até a aprovação, naturalmente, desse texto que vai vigorar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei nº 1.205, 2024, e as emendas nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Como é que eu faço aqui para votar? (*Pausa.*)

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi verificado o seguinte resultado: SIM, 5; NÃO, 0.

Zero abstenção.

Aprovado o projeto com as Emendas 1 e 2 da CEsp.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Passo a Presidência da reunião ao Senador Jorge Kajuru.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente, Presidente Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Passo a Presidência da reunião ao Senador Carlos Portinho, para que eu possa fazer a leitura do relatório do próximo item da pauta.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu pergunto se o senhor vai ler o relatório, porque eu vou pedir vista desse projeto, agora ou depois do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acredito que eu tenho que ler.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – O.k.,o.k.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já vou entrar no jogo perdido. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não. Apesar dessa tabelinha – Kajuru-Romário, Romário-Kajuru –, eu preciso, Kajuru, dar uma lida...

Eu fui procurado por alguns amigos da academia... Eu preciso dar uma lida, porque eu estou vendo aqui um artigo só. Quem sabe, sem querer ser pretensioso, a gente possa melhorar essa coisa. Vou dar uma lida, e, para a semana, já está aqui, com certeza.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu tenho certeza – permita-me, Presidente, o histórico Romário – de que você vai ler, vai refletir e vai pensar como um homem público.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Com certeza, Kajuru, com certeza.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em quantidade, nós temos quantas academias, quantos *personal trainers* ou...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E alunos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – E Alunos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E alunos? A diferença é abissal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Não, eu entendo, Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, na hora em que você ler, você vai entender.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – ... eu não vejo é lei sendo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sei, porque muita academia me procurou já.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Eu sei. Eu vou dar uma lida, mas o que me preocupa, principalmente, é que não tem nenhuma tarefa, nenhuma imposição e nenhuma regra para o professor. A academia arca com tudo; inclusive, no dia em que houver um assédio sexual, é a academia que se acaba.

Mas eu... Pode ter certeza de que não é para prejudicar, jamais me meteria nessa tabelinha Romário-Kajuru, Kajuru-Romário. Até porque, na minha vida de futebol, eu nunca joguei na defesa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, vamos lá.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico, Presidente.

Seu projeto foi muito bem aprovado anteriormente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Ah, obrigada, Plínio.

Gente, mais uma vez, quero pedir desculpas. Acho que eu não preciso... Aliás, nem preciso pedir desculpas, porque o nosso dia a dia aqui, às terças e quartas, é uma correria. Mas só quero agradecer ao Presidente Romário; ao Portinho, como Relator; ao nosso Vice Kajuru; e aos que estão presentes aqui, aos Senadores Rodrigo e Plínio, pela aprovação desse projeto.

Aqui a gente visa dar segurança jurídica e deixar muito claro àquelas entidades que são beneficiadas com os recursos da loteria que elas fazem, sim, parte – mesmo sendo subsistema – do Sinesp, que é o Sistema Nacional do Esporte.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer a compreensão e o apoio de todos os colegas. É fundamental que a gente tenha essa preocupação com a gestão e a transparência dessas entidades que recebem esses recursos.

Todos sabem que sempre foi uma bandeira minha aqui. O Senador Romário teve a CPI do futebol. A gente sabe da nossa luta no setor esportivo, não generalizando, porque nós sabemos que não podemos também colocar todo mundo no mesmo saco, mas é um avanço importante para a nossa lei geral. E eu agradeço o apoio e a participação de vocês.

Obrigada, Portinho.

Obrigada, Romário, Kajuru e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom, Senadora Leila. E, como eu disse, foi cumprido o acordo que a gente fez.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Você contextualizou?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Perfeito, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, vamos para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4717, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, para assegurar ao profissional de educação física que presta serviços personalizados (personal trainer) livre acesso, sem ônus, a unidades de promoção de saúde física, academias e similares nos horários de atendimento aos seus alunos regularmente matriculados nessas unidades.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Antes de passar a palavra ao Relator, quero aqui fazer o registro da presença das nossas educadoras físicas do Cref. Viu, Romário? Todas vieram acompanhar, certamente também com interesse nesse projeto. Sejam bem-vindas.

Agora a palavra ao Relator, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sejam bem-vindas, professoras.

Bem, eu vou direto à análise, Presidente.

Não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa.

No que tange ao mérito, o projeto de lei merece apoio. A proposta isenta os *personal trainers* de taxas adicionais cobradas pelas academias, reconhecendo o valor que esses profissionais adicionam ao negócio e promovendo uma prática esportiva mais acessível e de maior qualidade. Trará, portanto, benefícios substanciais ao setor de *fitness*.

Ao eliminar as referidas taxas, as academias e outros estabelecimentos similares se tornam mais atrativos para os praticantes de atividades físicas, incentivando, assim, a prática esportiva. Além disso, a presença mais constante e acessível de *personal trainers* tende a elevar a qualidade do treinamento, já que o acompanhamento especializado e personalizado aumenta a eficácia e a segurança dos exercícios realizados.

Outro benefício direto dessa isenção consiste na redução dos custos para o cliente. Sem a necessidade de repassar as taxas cobradas pelas academias, os *personal trainers* poderão oferecer seus serviços a preços mais competitivos, tornando o acompanhamento personalizado mais acessível.

Assim, mais pessoas são atraídas para as academias, a qualidade do treinamento aumenta e os estabelecimentos se beneficiam do maior fluxo de clientes e da valorização de sua oferta de serviços.

Portanto, a aprovação do PL nº 4.717, de 2020, se apresenta como uma medida estratégica que beneficia todos os envolvidos: alunos, treinadores e estabelecimentos, reforçando o setor de *fitness* como um espaço de bem-estar e saúde.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.717, de 2020.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me fazer um parêntese aqui.

Como registrei a presença, queria dizer os nomes da Conselheira Eloisa Vilela, aqui presente, Diretora Presidente do Cref1 Mulher, do Rio de Janeiro; e das gestoras Mariana Junqueira, Roberta Rainha, Tatiana Sangenito e Natasha Hokedei, nossas educadoras que muito fazem pelo esporte e pela saúde.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Portinho, me permite pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Só para justificar, eu queria muito votar no projeto da Leila, mas o meu aplicativo não funcionou; mas agora eu estou aqui e vou votar nos próximos projetos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não sei se pode registrar o voto pela falha do aplicativo... (*Pausa.*)

Está registrado em ata, Senador Paim. O seu voto é muito importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Portinho.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente, se der para...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Senador Plínio Valério.

Em discussão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM. Para discutir.) – Primeiro, Leila, devo dizer que tudo isso aí é confete. Eu sou suplente e vim para votar, viu? E foi o voto que deu o quórum.

Portanto, não acredite muito nesse pessoal, não, viu? (*Risos.*)

Kajuru, que é o autor, e Romário, que é o Relator, eu estou pedindo para dar uma olhada, porque é salutar... Tudo isso que você justificou incentiva, participa. A minha preocupação... Eu tenho amigos donos de academia, eu nem frequento academia, o que é um erro meu, eu só caminho e jogo. Preocupa-me quando um desses professores cometer algum deslize, pelo qual ele não vai poder ser punido, porque a academia lá não pode punir, não tem vínculo nenhum com ele.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou tentar encontrar uma forma para isso, Romário, porque, vamos supor, vamos exagerar, Kajuru, vamos exagerar aqui: um desses comete assédio sexual, por exemplo. A academia vai para a cucuia, porque a manchete vai ser da academia, e ele não vai ser punido com nada. Qual o vínculo que ele tem? E, onde ele tem, como ele vai ser? Então, é só por isso.

E, como eu disse, jamais ousaria desafiar uma dobradinha como a de vocês, Kajuru e Romário.

Era só para isso. Eu devolvo logo no começo da semana, está bom?

Obrigado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Rodrigo Cunha para discutir.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Presidente, primeiro, quero destacar a maneira meritória como esse projeto se apresenta. O relatório do Senador Romário foi muito feliz ao falar que todos ganham nessa relação. É bom para aquele sedentário que busca um esporte e que sabe que um profissional ao lado qualifica e cria estímulo; é bom, acredito eu, para a própria academia, que vai ter mais pessoas querendo fazer e continuando a frequentar a academia, porque alguém que se matricula numa academia, sem a orientação correta, acaba desistindo, mais cedo ou mais tarde; e, para o Conselho de Educação Física – e aqui eles estão presentes –, eu tenho certeza que é algo para ser comemorado.

E quero destacar o seguinte: até sobre a profissão de professor, de *personal trainer*, o próprio Conselho tem uma fiscalização muito forte, porque algumas outras pessoas, que não têm a certificação, acabam se passando por *personal trainer*, porque têm... Ou até atleta mesmo que tenha uma habilidade e que teve um conhecimento. E, com uma situação como essa, as academias – e a preocupação do Senador Plínio é essa – vão ter mais um ator ao seu lado para fiscalizar, que é o Conselho, que é responsável pela qualidade daqueles profissionais que ali estão.

Eu estou aqui realmente comemorando, porque eu tenho certeza de que é um novo passo que é dado. É uma possibilidade que se dá para qualificar o treinamento que, muitas vezes, é de maneira individual, amadora, sem conhecimento técnico, apenas, em algumas academias, com um laudo inicial para verificar se tem saúde ou não, mas não tem alguém acompanhando. E nós sabemos que um exercício feito de maneira errada acaba prejudicando mais do que ajudando.

Então, eu acredito, até pegando um pouco da discussão saudável com meu amigo Plínio, quando ele traz algum caso específico: "Olha, se tiver um caso de assédio dentro da academia, o nome da academia é que vai para o noticiário". De fato, mas, mesmo assim, se tiver um profissional lá, pagando para estar lá, e tiver um assédio, vai continuar citando o nome da academia. Então, não é isso que vai identificar a

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade. Eu acho que o dever de cuidado tem que acontecer, mas um passo como esse, na minha visão, só acrescenta, trazendo o Conselho para dentro das academias, para fiscalizar esses *personal trainers*.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico, Senadora Leila, por favor, para discussão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Para discutir.) – É muito rápido, só dando um complemento.

Muitas vezes, o *personal* faz um trabalho individualizado. Quando a gente tem o profissional da academia, ele não consegue acompanhar todos os alunos que estão naquela academia, e nem todos têm o mesmo tipo de treinamento; tem, às vezes, algumas especificidades que têm que ser respeitadas. E o *personal trainer* vai muito também nessa direção.

Eu, por exemplo, tenho uma prótese no quadril e eu preciso de um treinamento diferenciado. Então, a pessoa que me acompanha está na academia junto comigo justamente porque eu não faço o treinamento que existe, de repente de forma até protocolar, na própria academia para alguns alunos.

Então, entendendo que faz parte do nosso Regimento o pedido de vista, mas já fazendo um apelo ao Senador Plínio para que ele, claro, traga a solução e reveja sua posição, dou os parabéns ao Senador Romário, pela relatoria, porque, de fato, é uma proposição muito meritória e que a gente sabe que é muito importante.

Para o *personal trainer* – nem todos ganham bem –, ainda ter que pagar, acompanhando, sei lá, dez alunos, cinco alunos... Corre para uma academia, vai para outra, quer dizer, é muito desgastante, e só está naquele estabelecimento para orientar o aluno, nada mais, não utiliza nada. Ter que pagar, ainda, um percentual... Realmente, a gente deveria rever isso, e que bom que é sob a relatoria do Senador Romário.

Parabéns!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom.

Em discussão, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Querido Portinho, eu queria antecipar aqui e trazer a notícia, em primeira mão, de que o Presidente Lula aguarda este projeto chegar em suas mãos e já declarou que vai sancioná-lo. Ele gostou, aplaudiu e, aproveitando que o nosso querido amigo, o Senador Plínio, tão querido por nós, falou da dobradinha bem

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feita entre mim e Romário, realmente, eu sou o autor e ele, o Relator desse projeto, e nós combinamos em tudo, mas que fique bem claro, Plínio, para que não haja dúvida, porque, senão, você vai me sacanear, lá no Plenário, nessa nossa dobradinha Pelé-Coutinho, entre Romário e Kajuru, é evidente que eu sou o Coutinho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom.

Alguém mais para discutir?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF. Pela ordem.) – Só para reforçar também a autoria do meu irmão Kajuru, porque, senão, não vai ter briga dele com o Plínio, mas vai ter comigo, porque eu não citei... (*Risos.*)

Eu te amo, Kajuru.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Independência/PSDB - AM) – Presidente Portinho, só para encerrar, tão rápido, porque eu vejo, assim, que é uma vantagem para todo mundo, mas não tem nenhuma regra, não tem nenhuma imposição... Eu preciso saber como é que chega lá na academia, se se inscreve, se tem alguma coisa, algum documento, alguma coisa que oficialize... A gente precisa só pormenorizar, é nesse aspecto só. Estará aqui na próxima semana, sem nenhum problema, quem sabe até do mesmo jeito que está e sem nenhuma sugestão, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se me permite, Senador Plínio, o projeto é muito meritório, sem dúvida alguma, mas eu também compreendo a sua preocupação. Inclusive, acho que até deve ter a preocupação trabalhista também, porque podem ter certeza, como advogado trabalhista do esporte, vai ter *personal trainer* que vai entrar contra a academia, dizendo que estava lá, todo dia, trabalhando.

Então, o que a gente quer é estimular a participação do profissional, porque isso aumenta a saúde ou, pelo menos, evita riscos de lesão, em uma academia, além de melhorar a *performance.* Como, na verdade, está sendo cedido o espaço físico apenas, talvez, uma ressalva de que a mera cessão do espaço físico não acarreta responsabilidade civil...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Independência/PDT - DF) – Às vezes, uma emenda resolve.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma emenda resolve isso fácil.

O Senador Plínio fará por todos aqui. A gente, certamente, na próxima, vai aprovar, Romário.

Então, não havendo mais quem queira discutir, fica concedida a vista.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro a discussão e concedo vista ao Senador Plínio Valério, com o compromisso de a gente pautar esse importante projeto na próxima sessão.

Dito tudo isso, eu devolvo ao meu ídolo, o Senador Romário, a Presidência desta Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Os próximos dois itens da pauta tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos que, por terem carácter terminativo nesta Comissão, exigem votação nominal.

A fim de dar celeridade aos trabalhos desta reunião, proponho ao Plenário que façamos a votação dos itens 3 e 4 em bloco.

Os Senadores que concordam com a votação em bloco dos itens 3 e 4, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a votação em bloco dos itens 3 e 4 da pauta, a ser realizada após a análise dos referidos itens.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 789, DE 2024

- Terminativo -

Inscreve o nome de Ayrton Senna da Silva no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao irmão e Senador Jorge Kajuru para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Irmão e Presidente Romário, desta importantíssima Comissão de Esporte, em respeito à sua história nos gramados, e como ser humano e homem público, registro aqui, rapidamente, a nossa conversa, antes do início dos trabalhos, para que o Brasil tome conhecimento da responsabilidade...

Eu gostaria de pedir... Podem seguir com os apartes, porque, quanto mais apartes, mais eu falo alto.

Desculpem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não que eu seja mal-educado, é apenas para pedir o respeito aqui, até porque o assunto é delicado, aproveitando aqui a presença do amigo e exemplar Senador Astronauta Marcos Pontes e dos demais aqui.

Conversei com o Presidente Romário e ele concordou, plenamente, sobre a seriedade que a nossa Comissão tem com assuntos factuais. O de hoje é gravíssimo e há provas, algumas irrefutáveis, do envolvimento do Presidente de um dos maiores times do Brasil, ou clubes, o Corinthians.

Simplesmente, há confirmação da existência de laranjas no patrocínio máster do Corinthians, com três pagamentos seguidos, feitos. E a laranja, simplesmente, não mora na Avenida Paulista, como se informou, e sim no interior, numa cidade chamada Peruíbe, de São Paulo, numa casa de tijolos tão pequena que é difícil saber como ela cabe, a Sra. Edna, no local – ela que já se pronunciou, dizendo que não sabe de nada. Mas quase R$2 milhões já pagos e o Presidente do Corinthians tem todo o conhecimento e o Diretor Financeiro também. Portanto, esse será um assunto desta nossa Comissão de Esportes.

O Projeto de Lei nº 789, de 2024, de autoria, absolutamente exímia, do Senador Astronauta Marcos Pontes, propõe a inclusão de Ayrton Senna do Brasil no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Penso que é uma justa homenagem a um dos maiores ícones esportivos do Brasil e do mundo, reconhecendo seu legado, não apenas como piloto de Fórmula 1, mas também por sua contribuição humanitária através do Instituto Ayrton Senna. Trata-se, portanto, de uma homenagem justa e apropriada que reconhece suas conquistas excepcionais como atleta, seu compromisso com valores altruístas e seu papel como fonte de inspiração contínua para o Brasil.

O voto, então, Presidente Romário, obviamente é pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já pode passar para o item 4, porque vai ser em bloco, não é?

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 5867, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia do Rei Pelé.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru, para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Pois não, Presidente Romário.

O Projeto de Lei nº 5.867/2023, que institui o Dia do Rei Pelé, representa um merecido reconhecimento à figura emblemática e influente do futebol brasileiro e mundial.

Ele, Edson Arantes do Nascimento, transcendeu os limites do campo, tornando-se um embaixador do Brasil, elevando o padrão do futebol e inspirando milhões com a sua trajetória de superação e determinação.

A aprovação do projeto celebra o legado de Pelé e os valores que ele representa, como excelência, perseverança, solidariedade e amor ao próximo.

O voto, então, é totalmente também pela sua aprovação, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, irmão Senador Jorge Kajuru.

As matérias estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Astronauta Marcos Pontes, por favor, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Bom, este é um momento, eu acho, muito importante para a inspiração de jovens e pessoas no Brasil.

Eu tenho certeza de que a maioria dos que estão aqui, aqueles que nos ouvem também, os mais velhos, se acostumaram, antes de 1994, a ligar a televisão no domingo e assistir à Fórmula 1, talvez não pela Fórmula 1 em si, mas pelo Ayrton Senna e por todo o carinho que ele tinha com o nosso Brasil, vencendo, ao levantar a bandeira do Brasil, e por esse orgulho que ele mostrava em ser brasileiro.

Isso é algo que eu acho extremamente importante, que nós precisamos ter como inspiração de muitos jovens para acreditarem no nosso país e fazerem o seu melhor, para terem sucesso, como diria... Sendo o sucesso na vida, não o sucesso no trabalho profissional.

E eu tive a honra também, em 2006, de carregar a bandeira do Brasil, ir ao espaço com a bandeira do Brasil. Eu lembro muito bem a sensação e o orgulho que eu tinha ali com essa bandeira.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Romário – também tenho certeza de que –, cada vez que participava de um jogo internacional e vestia ali a camisa do Brasil, também deve ter sentido exatamente isso; o Kajuru falando.

Assim, este é um dia muito importante para que a gente coloque o nosso Ayrton Senna no local devido, como um dos heróis da pátria, e para lembrar muito também o Instituto Ayrton Senna, o trabalho maravilhoso que faz na educação do Brasil, com milhões de crianças.

Então, eu acho que é mais do que merecido.

Gostaria de agradecer ao Senador Jorge Kajuru e parabenizá-lo pelo seu relatório e apoio constante, e quero agradecer o Presidente por colocar em pauta.

Nós tivemos a sessão no Plenário em homenagem aos 30 anos do falecimento do Ayrton Senna. O irmão dele, o Leonardo Senna, estava lá conosco, e o Vice-Presidente do Instituto Ayrton Senna, o Ewerton, também. Eu acho que foi um dia muito emocionante, embora, infelizmente, tenha acontecido – eu tinha pedido já há bastante tempo esse dia no Plenário –, num momento em que havia uma tragédia, e existe ainda, no Rio Grande do Sul, mas eu acho que todos nós lembramos do que acontece no Rio Grande do Sul, e, se o Senna estivesse vivo, eu tenho certeza de que ele estaria ajudando também nessa tragédia.

Portanto, de novo, gostaria de agradecer ao Relator, o Senador Jorge Kajuru, e agradecer ao Presidente, o Senador Romário, por ter pautado e colocado no relatório pela aprovação. Tenho certeza de que nós vamos aprovar e colocar o nome do Ayrton Senna como ele merece: um dos heróis da pátria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A gente espera o término da votação desses dois itens, o 3 e o 4.

Eu vou aqui já ler o projeto do item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 268, DE 2021

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para coibir a prática de intimidação sistemática (bullying) no esporte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha, que a passou para o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Relatório: pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta.

A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 20/03/2024 e 10/04/2024.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Pontes para a leitura do seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vou direto à análise, se me permitir.

De acordo com o art. 104-H, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Esporte manifestar-se em proposições que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva, tema presente no Projeto de Lei nº 268, de 2021.

Em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe a este Colegiado pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre desporto, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput,* por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Dessa forma, em todos os aspectos, verificam-se a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da iniciativa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que tange ao mérito, o projeto também merece prosperar.

Com efeito, o *bullying* no esporte é um problema sério que afeta atletas de todas as idades e níveis de habilidade, passando por insultos verbais durante os treinos até agressões físicas nos vestiários, causando danos emocionais e psicológicos significativos nos envolvidos.

Para prevenir e combater a intimidação sistemática no esporte, é essencial que as organizações esportivas implementem medidas concretas. Isso inclui a criação de políticas claras de tolerância zero para o *bullying* e a promoção de uma cultura de respeito mútuo e inclusão dentro das equipes. Além disso, é crucial oferecer treinamento regular para técnicos, atletas e funcionários sobre como reconhecer, prevenir e lidar com o *bullying* de maneira eficaz.

Para tanto, o poder público deve se fazer presente por meio de políticas e programas educacionais que abordam o combate à intimidação sistemática de forma abrangente. Assim, o nosso principal ato normativo voltado para o esporte não deve ser omisso quanto ao enfrentamento da questão.

Dessa forma, ao estabelecer a previsão de adoção de medidas que conscientizem, previnam e combatam a prática da intimidação sistemática, além de conceituar o termo, o PL nº 268, de 2021, vai ao encontro da criação de um ambiente esportivo cada vez mais seguro, inclusivo e acolhedor.

Diante desse contexto, a proposição sob análise se revela meritória e oportuna, na medida em que traz importante aperfeiçoamento para a nossa legislação.

Temos somente um ajuste a fazer. Ocorre que, com a recente promulgação da Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023), dispositivos da Lei Pelé abordados no presente PL foram tacitamente revogados, de modo que os seus conteúdos passaram por nova regulação. Dessa sorte, propomos um ajuste redacional para que as alterações sugeridas no PL sob análise sejam incorporadas à Lei Geral do Esporte.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 268, de 2021, com as seguintes emendas de redação:

Emenda nº - CEsp (de redação)
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 268, de 2021, a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, para coibir a prática de intimidação sistemática (*bullying*) no esporte."

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº - CEsp (de redação)
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 268, de 2021, a seguinte redação:
"Art. 1º A Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 9º Em todos os níveis e serviços da prática esportiva haverá a adoção de medidas que conscientizem, previnam e combatam a prática de intimidação sistemática (*bullying*), bem como as práticas atentatórias à integridade esportiva e ao resultado esportivo.
Parágrafo único. Entende-se por intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando humilhação, dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Sr. Senador.

Com a palavra para discutir...

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CEsp.

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns, Senador!

Voltaremos aqui para os itens 3 e 4.

Estamos aguardando quórum.

Faltam mais dois Senadores para votar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores que faltam votar: Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Portinho, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Fernando Dueire e Wellington Fagundes. (*Pausa.*)

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi verificado o seguinte resultado: SIM, 6; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Aprovados os projetos.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 31 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Romário

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6098279148

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Romário e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Leila Barros, Jayme Campos, Humberto Costa e Jorge Kajuru, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Astronauta Marcos Pontes, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2207, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para acrescentar vedação na utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos na referida Lei." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 339, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões, ou semelhantes; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir hipótese de dano qualificado e tipificar os crimes de fabricação de cerol ou linha cortante e de utilização de linha com cerol ou produto cortante; e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar crime relacionado ao uso de cerol ou linha cortante." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1024, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de curso de formação para a prática do paraquedismo e sobre o exercício da profissão de instrutor de paraquedismo." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CEsp. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 7, de 2024** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 4717/2020." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/05

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de junho de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada em 21 de maio de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2207, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para acrescentar vedação na utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos na referida Lei.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Pela rejeição

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Senador Romário, eu vou pedir cinco minutinhos.

Estou esperando a minha assessoria.

A gente estava lá no outro...

Está na mão já o relatório aqui? (*Pausa.*)

Ah, obrigado. Ah, está ótimo.

Vamos lá.

O Projeto de Lei que vem a exame desta Comissão é o 2.207, de 2022, do Deputado Carlos Henrique Gaguim – ele veio da Câmara –, que altera a Lei 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para acrescentar vedação na utilização de recursos oriundos de incentivos previstos na referida Lei de Incentivo ao Esporte.

O projeto propõe alterar essa lei para acrescentar uma hipótese de vedação na utilização de recursos oriundos dos incentivos nela previstos. Atualmente, há apenas uma hipótese de vedação na Lei de Incentivo ao Esporte: o pagamento de remuneração de atletas profissionais. Isso é vedado. O projeto sugere acrescentar e também vedar a utilização dos recursos da Lei de Incentivo ao Esporte para o financiamento de projetos esportivos com comprovada capacidade de atrair investimentos. Projetos esportivos com comprovada capacidade de atrair investimentos estariam excluídos do acesso aos recursos da Lei de Incentivo ao Esporte.

Segundo o autor, a notória capacidade que alguns projetos possuem de atrair investimentos torna desnecessário o emprego nesses projetos dos escassos recursos públicos.

A matéria foi distribuída para análise exclusiva da CEsp, devendo seguir a Plenário na sequência.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104-H, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre esporte e políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática desportiva. Ademais, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete à CEsp também a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

Quanto a esses aspectos, não encontramos óbices à aprovação do projeto. De fato, a matéria se insere no âmbito da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre esporte, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Além disso, a iniciativa parlamentar é legítima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a matéria pode ser veiculada por meio de lei ordinária, já que não está reservada à esfera de lei complementar.

Um instante. (*Pausa.*)

O projeto atende também aos requisitos de juridicidade e regimentalidade, sendo adequada sua técnica legislativa, estando de acordo com a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, entretanto, consideramos que o projeto não merece prosperar.

É muito raro, Sr. Presidente, eu recusar uma iniciativa, mas essa é pela derrubada do projeto.

De fato, a única inovação legislativa proposta é a vedação de utilização dos recursos da Lei de Incentivo ao Esporte em benefício de projetos esportivos com comprovada capacidade de atrair investimentos, já que a vedação ao pagamento de remuneração de atletas profissionais já consta do texto da lei.

Ocorre que essa vedação que o projeto propõe instituir já está prevista no inciso II do art. 24 do Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007, que regulamenta justamente a Lei de Incentivo ao Esporte. Assim, o que o projeto pretende estabelecer já faz parte do nosso arcabouço normativo há mais de 15 anos, tendo funcionado muito bem desde a regulamentação da lei.

Diante disso, devemos considerar o real ganho para a sociedade resultante da aprovação de um projeto dessa natureza. Sabe-se que o processo de alteração de uma lei é complexo e demorado, tanto quanto o de aprovação de uma lei. A aprovação de um projeto que não inova o contexto da Lei de Incentivo ao Esporte impõe uma utilização desnecessária dos recursos legislativos e administrativos, que poderiam ser mais bem empregados em outras atividades legislativas que demandem atenção urgente e que não estejam cobertas por uma regulamentação já existente, como neste caso. Assim, podemos considerar que a alteração proposta pelo projeto de lei não traz uma alocação eficiente de recursos do processo legislativo.

Além disso, é importante destacar que decretos oferecem uma flexibilidade significativamente maior para ajustes rápidos em resposta a mudanças no contexto esportivo, econômico ou social do país. Essa flexibilidade é fundamental para adaptar-se às necessidades dinâmicas do setor esportivo e garantir que os incentivos fiscais sejam utilizados de maneira mais eficaz possível. A codificação de restrições específicas na lei pode limitar essa capacidade de adaptação, tornando mais difícil ajustar as políticas de incentivo ao esporte, conforme a evolução das necessidades.

Então, deixando claro, o projeto é meritório, preenche todos os requisitos, mas já existe um decreto regulando isso, exatamente o que quer ser transformado em lei. Quando a gente joga para uma lei, a gente sabe que, depois, para o gestor público adequar a política pública, é muito mais difícil, porque depende de o Congresso revertê-la, numa alteração da lei aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como está por decreto e atende já há 15 anos a política de incentivo ao esporte, eu voto, ante o exposto, pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.207, de 2022. E registro que é um fato raro eu rejeitar um projeto, mas, neste caso, já há previsão legal em decreto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Desculpa, rejeitado o relatório.

Rejeitado o relatório.

Vencido o Relator, designo para suceder-lhe, nos termos do art. 128 do Risf, o Senador Portinho.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião da Comissão.

Item nº 2, seria agora o item...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acredito que...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... do Senador Plínio?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Do Senador Plínio. Inclusive, a sua mãe acabou de falecer. Meu sentimento ao Senador e a toda a família.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nosso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos deixar para a semana que vem. Quando ele voltar, mais tranquilo, ele faz esse relatório.

(É o seguinte o item adiado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 339, DE 2024

- Não terminativo -

Regula a prática de pipa desportiva e proíbe a utilização de cerol ou produto industrializado nacional ou importado semelhante que possa ser aplicado nos fios ou linhas utilizados para manusear pipas ou balões, ou semelhantes; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir hipótese de dano qualificado e tipificar os crimes de fabricação de cerol ou linha cortante e de utilização de linha com cerol ou produto cortante; e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar crime relacionado ao uso de cerol ou linha cortante.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Eu tenho aqui o relatório do Item nº 3. É meu.

Gostaria que V. Exa. pudesse...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... presidir esta Comissão para eu ler o meu relatório, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) –

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1024, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de curso de formação para a prática do paraquedismo e sobre o exercício da profissão de instrutor de paraquedismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Eu demorei, Senador Romário, porque aqui é o paraquedismo e V. Exa. está com a relatoria de um projeto meu – muito importante para a nossa cidade do Rio, que é recém aprovada aqui no Senado como a Capital Nacional do Voo Livre – regulamentando a profissão do instrutor de voo livre. Fiquei muito feliz em saber que V. Exa. vai relatar, mas não conflita de forma alguma; aqui o tema é diferente: é paraquedismo.

Sendo assim, concedo a palavra ao Senador Romário, para a leitura do seu relatório.

A matéria está... Perdão, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Na verdade, houve um engano da minha parte.

Antes de eu ler o meu relatório, em relação ao projeto do Sr. Senador Portinho: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai ao Plenário – a do item anterior.

Vou direto à análise, Presidente.

A iniciativa parlamentar é legítima, não se vislumbra óbice quanto à juridicidade da matéria, sendo ela coerente com o ordenamento jurídico pátrio, em especial no que diz respeito à técnica legislativa.

No mérito, somos favoráveis ao projeto.

O PL é essencial para elevar o padrão do paraquedismo no Brasil, uma atividade com substancial risco e necessidade de alta precisão técnica de seus adeptos. A matéria vem ao encontro da necessidade de uma regulamentação específica, que estabeleça critérios uniformes para a formação de praticantes e instrutores, reduzindo os riscos associados à modalidade.

Ao enfatizar a formação rigorosa de instrutores, o projeto assegura que esses profissionais não apenas dominem as técnicas de paraquedismo, mas também estejam preparados para instruir sobre procedimentos de segurança e primeiros socorros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta confere segurança jurídica ao isentar os praticantes e instrutores que já atuam na área das novas exigências formativas e regulatórias.

O PL respeita a independência das organizações esportivas, garante o direito individual à pratica do esporte e implementa medidas necessárias para garantir a segurança e a integridade dos praticantes de paraquedismo.

Cabe, contudo, um breve reparo redacional à proposição, para substituir, em seu art. 1º, a expressão "paraquedismo amador e desportivo" pela expressão "paraquedismo profissional e não profissional". Acreditamos que tenha sido essa a intenção do autor da proposição, já que ambas as possibilidades se consideram como prática esportiva, seja ela profissional ou não. Ademais, o termo amador não encontra mais amparo em nossa legislação.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.024, de 2024, nos termos da emenda a seguir:

> EMENDA Nº - CEsp (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Lei nº 1.024, de 2024, a expressão "paraquedismo amador e desportivo" pela expressão "paraquedismo profissional e não profissional".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra, para discutir, ao autor do projeto.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o Relator Romário, é uma honra ter o seu relatório.

Esse é um assunto bastante importante.

Nós vemos a prática de paraquedismo em São Paulo, por exemplo, em Boituva, é muito comum, as cidades têm muito desse esporte. Eu conheço vários atletas, várias pessoas que se dedicam a isso e, sem dúvida nenhuma, é uma atividade, por natureza, que precisa de uma regulação, é uma atividade que traz um risco inerente, assim como o voo, qualquer tipo de voo – eu passei a minha vida inteira como piloto. E eu acho que isso é um incremento para a segurança, para proteger também a vida dessas pessoas e garantir que tudo esteja sendo feito dentro das normas de segurança. Acho que este é o ponto principal: proteger vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria agradecer, tenho certeza de que isso vai ajudar bastante ao desenvolvimento dessa prática no Brasil também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Marcos Pontes, é muito pertinente a sua iniciativa, até fiz uma referência aqui antes. O Senador Romário também pegou a relatoria de um projeto que é semelhante e trata exatamente da regulamentação da profissão do instrutor de voo livre.

Depois, o Senador Romário vai certamente poder ver se há algum conflito, porque talvez inclua também ali a questão do parapente, que deve estar sendo tratada aqui, mas, de qualquer maneira, as duas matérias vão para outra Comissão e aí, eventualmente, dentro da nossa boa relação, a gente de repente apensa.

Esse projeto a que eu me refiro, que está para a relatoria do Senador Romário, foi uma demanda do Clube de Voo Livre do Rio de Janeiro, que é, hoje – aqui no Senado, aprovado, falta a Câmara aprovar –, a Capital Nacional do Voo Livre. Então, acho que não tem nenhum prejuízo, porque o meu é mais abrangente um pouco, inclui também o voo de asa-delta e outras formas, mas o Senador Romário vai ter a possibilidade de avaliar. Eventualmente, indo para a outra Comissão, se tiver algum ponto em comum, a gente pede o apensamento e troca a relatoria, como V. Exa. preferir.

Essa era a única questão que eu queria registrar.

Mais alguém teria interesse em discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Esporte.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. (*Pausa.*)

O item 4 ainda, porque, segundo a Presidência, é um requerimento da Comissão de Esporte.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 7, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 4717/2020.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Concedo a palavra ao Senador, autor do requerimento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Proponho para essa audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Confef (Confederação Federal de Educação Física), no caso, o Presidente; representante da ANPT (Associação Nacional de Personal Trainers), no caso, o Presidente; representante da Acad (Associação Brasileira de Academias), o Presidente; Sr. Marcello Barbosa, do Rio de Janeiro, Professor de Educação Física e *Personal Trainer*; representante da rede de academias Smart Fit, empresário; representante da rede de academias Bio Ritmo, também empresário; representante da rede de academias Bodytech, de Brasília, também empresário; Sr. Alexandre, representante dos professores de Educação Física daqui do DF, Professor do DF; representante dos sindicatos dos professores de Educação Física, sindicalista.

A necessidade de aprimorar a discussão surgiu após a apresentação e leitura do relatório do PL 4.717, de 2020, de autoria do Senador Kajuru e relatoria do Senador Romário, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, para assegurar aos profissionais de educação física que prestam serviços personalizados, ou seja, *personal trainer*, livre acesso, sem ônus, em unidades de promoção de saúde física, academias e similares nos horários de atendimento aos seus alunos regularmente matriculados nessas unidades.

Na sessão houve discussão do relatório e um pedido de vista formulado pelo Senado Plínio Valério. Vários questionamentos surgiram e posições diferenciadas oriundas dos proprietários de academias e dos profissionais que atuam como *personal trainer*.

Por orientação do Relator, reuniram-se as assessorias dos três Senadores acima citados, juntamente com representação do Cref1, do Rio de Janeiro, e a conclusão foi unânime sobre a necessidade de ampliar a discussão, promovendo uma audiência pública sobre o tema.

Por isso, a ora proposta que apresento e peço apoio dos meus pares para aprovação e realização da audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A votação será simbólica.

É muito pertinente a audiência, no meu ponto de vista.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vou passar de volta a Presidência a quem de direito e que cumpre muito bem, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Portinho.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e três minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Leila Barros, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Jorge Kajuru e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Wilder Morais, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 7/2024 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), e PL 4717/2020, de autoria Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei 4717/2020, que "altera a Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, para assegurar ao profissional de educação física que presta serviços personalizados (personal trainer) livre acesso, sem ônus, a unidades de promoção de saúde física, academias e similares nos horários de atendimento aos seus alunos regularmente matriculados nessas unidades". **Participantes:** Sr. Willian Pimentel, Diretor-Executivo do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF; Sr. Ailton Mendes da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Academias - ACAD; Sr. Marcello dos Santos Barbosa, Professor de Educação Física e "Personal Trainer"; Sr. Mário Ricardo Machado Duarte, Advogado da Bio Ritmo; Sr. Eduardo Silveira Netto, Sócio e Diretor Técnico da Bodytech; Sr. Rafael Meneses Barros Silva, Profissional de Educação Física e "Personal Trainer"; Sr. Luiz Carlos Carnevali Júnior, Diretor Técnico da Smart Fit; Sr. Danilo Lopes Ferreira Lima, Embaixador da Associação Nacional de Personal Trainers - ANPT; e Sr. Lázaro de Souza Barrozo, Presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação Física do Distrito Federal - SINDPEF/DF. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/12

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Obrigado a todos pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de junho de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada em 5 de junho de 2024.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização da audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 4.717/2020, que altera a Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, para assegurar ao profissional de educação física que presta serviços personalizados (*personal trainer*) livre acesso, sem ônus, a unidades de promoção de saúde física, academias e similares nos horários de atendimento aos seus alunos regularmente matriculados nessas unidades, em atenção ao Requerimento 7, de 2024, desta Comissão, de minha autoria.

Nesta audiência pública teremos uma participação de nove convidados, que serão divididos em dois grupos.

Convido, para tomar lugar à mesa inicial, os seguintes convidados: Sr. Willian Pimentel, Diretor-Executivo do Conselho Federal de Educação Física (Confef); Sr. Marcello dos Santos Barbosa, Profissional de Educação Física e Personal Trainer, do Rio de Janeiro; Sr. Ailton Mendes da Silva, Presidente da Associação Brasileira das Academias (Acad); e Sr. Mario Ricardo Machado Duarte, Advogado da Bio Ritmo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Com a palavra, o Sr. William Pimentel, Diretor-Executivo do Conselho Federal de Educação Física (Confef).

O senhor tem 20 minutos, Sr. William. Por favor.

O SR. WILLIAN PIMENTEL (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer, neste primeiro momento, à Comissão do Esporte pelo convite ao Confef para estar participando desta audiência pública, desse tão importante projeto, que foi proposto pelo Senador Kajuru com a ideia, realmente, da melhoria do acesso e da saúde do cidadão, daquele usuário.

Estou aqui representando o Presidente Claudio Boschi, que não pôde estar presente, e agradeço também a ele a oportunidade de estar aqui para poder dialogar com os senhores.

Cumprimento todos os Senadores na pessoa do Presidente desta Comissão, o Senador Romário, agradecendo novamente ao Senador Kajuru pela audiência pública, cumprimento também todos do sistema Confef/Crefs, na presença dos conselheiros federais aqui presentes e do Vice-Presidente Carlos Eilert.

Estamos aqui também com a presença do representante das academias, através da Acad. Cumprimento também todos os proprietários dos estabelecimentos, prestadores de serviços em atividade física, bem como cumprimento também todos os profissionais e presentes nesta audiência.

Do ponto de vista do Confef, o principal aqui é realmente enaltecer a iniciativa para que os profissionais de educação física, nessa categoria de *personal trainer,* possam ter acesso e se tornarem cada vez mais formalizados diante da sua atividade, bem como observamos que existe uma perspectiva de melhoria no diálogo com relação à utilização dos espaços nos quais eles trabalham.

É claro que nós devemos, sim, levar em consideração todos os pormenores que estão sendo colocados e precisam ser discutidos neste momento, mas é muito importante a gente, no caso do Confef, destacar aqui algumas possibilidades. Por quê? Nós entendemos que, entre os termos que aqui nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir, nós temos que levar em consideração também um aspecto ético-disciplinar, ao qual o Confef está verificado.

Como a sugestão da alteração, com a inclusão de parágrafos, é justamente na Lei 9.696, que regulamentou a profissão de educação física, é importante nós destacarmos alguns pontos.

Recentemente, com a solidificação da lei, foi incluído um artigo na 9.696, o qual diz que quando se fala de pessoa jurídica, o Confef deve fiscalizar. O sistema Confef deve fiscalizar a pessoa jurídica com relação ao seu registro e à prestação de serviço que ali está sendo ofertada. Nesse caso, eu trago um questionamento, que é realmente para tentar solidificar e aprimorar a discussão: quem será o responsável por verificar se aquela oferta ou aquele livre acesso está sendo realmente verificado? Ou seja: o Confef ou qual órgão será capacitado para poder fazer a verificação?

Então, precisamos pensar neste momento também nesse ponto no debate. Também precisamos verificar essa questão do livre acesso do ponto de vista ético-disciplinar, porque será possível pedir às pessoas jurídicas que façam a relação dos seus acessos, ou seja, do acesso daqueles profissionais para que possam ofertar essas informações ao Confef... ou, me desculpe, ao seu conselho regional, da sua região, para que nós possamos identificar se existe o acesso de alguém, algum profissional que está cumprindo alguma medida disciplinar sancionatória? Por que existe esse questionamento? Porque há possibilidade, do ponto de vista ético-disciplinar, do ponto de vista fiscalizatório, de usarem da não presença no quadro técnico para tentar se esquivar de alguma sanção disciplinar para o acesso e utilização dos espaços das academias. Então, pensamos que esse é um ponto que deve ser levado em consideração.

Para além disso, o Confef, mesmo ultrapassando o seu papel, que é regulamentador, faz parceria com associações de outros órgãos para capacitar os profissionais para que eles estejam sempre aptos a atuar em seus níveis de excelência. E por isso, mais uma vez, valorizo essa discussão democrática que está sendo colocada, porque, na justificativa do projeto de lei, foi muito bem colocado que a tentativa é fazer com que aprimoremos a saúde da população através do livre acesso e da escolha dos profissionais. A tentativa é realmente fazer com que o profissional de educação física, que é um profissional da área de saúde, possa, sim, orientar cada vez mais pessoas, mais clientes e promover cada vez mais a saúde.

Como garantidor da sociedade, como garantidor da prestação de serviço do profissional de educação física na sociedade, é importante destacar um outro ponto. Hoje nós temos a figura do responsável técnico. O responsável técnico, pela dicção atual do regramento da Resolução Confef 477, de 2023, é responsável por qualquer profissional que esteja dentro do ambiente da academia. Então, precisamos pensar nisso.

Peço licença aos senhores para ler apenas dois artigos. O art. 20 dessa resolução diz que "A Responsabilidade Técnica na área descrita no art. 3º da Lei nº 9696/1998 será exercida por Profissional de Educação Física contratado pela Pessoa Jurídica, e por ela remunerado para assessorá-la em assuntos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnicos, tornando-se o principal responsável Profissional pela Entidade, não somente perante a mesma, mas também perante o Cref e frente a legislação pertinente".

Continuamos no art. 21, que diz que "Responsável técnico é o Profissional de Educação Física habilitado que assume como tarefas o planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos serviços de Educação Física prestados pela Pessoa Jurídica, com o objetivo de garantir a qualidade e segurança dos serviços prestados na área de que trata o art. 3º da Lei nº 9696/1998, sob pena de responder ética, civil e criminalmente, de acordo com a legislação vigente".

E, só para finalizar, também diz esse artigo que é responsabilidade desse responsável técnico analisar o risco aos usuários relacionado às condições que a prática das atividades físicas e esportivas exige.

Então, o ponto que eu chamo a atenção, do ponto de vista ético e disciplinar, é para que nós consigamos pensar em uma alternativa para que, tendo esse acesso de um profissional externo, que não é de conhecimento da pessoa jurídica, que nós possamos achar uma maneira de proteger nessa lei esses responsáveis técnicos que podem ter uma metodologia diferente daquele profissional que está adentrando o estabelecimento contratado por um cliente.

Da mesma forma, nós pensamos que isso também vai tirar da informalidade esse profissional de educação física com a necessidade de um contrato, por exemplo, para provar que ele está executando a atividade daquele aluno, cliente da academia.

Contudo, precisamos pensar em alternativas para que esse profissional responsável técnico, a qual nós prezamos muito, consiga realmente exercer o seu papel de forma efetiva e não seja penalizado ética, criminalmente por alguma atividade que, porventura, não está dentro do seu campo de atuação nesse estabelecimento.

Lembramos que, quando eu tenho uma atividade na pessoa jurídica, eu consigo fazer uma sequência de treinamentos e capacitações e colocar e moldar a equipe ao que eu penso como ideal para a responsabilidade técnica. Já, quando eu venho com um atuante externo, eu tenho uma metodologia, embora o profissional, claro, tenha o seu conhecimento e sua capacitação, uma metodologia que pode ser diferente da que eu aplico naquele estabelecimento. E isso pode gerar algum tipo de conflito, se não tivermos um regramento ou uma isenção que possa, porventura, vir nessa propositura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILLIAN PIMENTEL – Então, por esses motivos, o Confef agradece a oportunidade de participação. Sabemos que o diálogo aqui vai ser produtivo e longo, mas realmente, neste momento, tecnicamente, o Confef agradece a participação, traz esses pontos de vista que são relacionados a possíveis fiscalizações e atuação ética disciplinar, que é da sua competência, mas pensamos, sim, que com o avanço do proposto aqui, com o bom diálogo entre todas as partes – as pessoas jurídicas e os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais –, nós teremos realmente algo muito produtivo ao cliente, ao usuário, à população, que serão cada vez mais bem atendidos por esse profissional da saúde, que é o profissional de educação física.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Willian Pimentel, Diretor-Executivo do Conselho Federal da Educação Física (Confef).

Passo a palavra agora ao Sr. Ailton Mendes da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Academias (Acad).

O senhor tem dez minutos.

O SR. AILTON MENDES DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos. Agradeço aqui a convocação; agradeço ao Senador Romário e o cumprimento por essa ação; cumprimento também aqui o Senador Kajuru por essa iniciativa; agradeço a todos aqui pela presença; peço licença ao Presidente para não seguir todo o rito de agradecimento, para já entrar na minha fala.

A minha vinda aqui e a posição da Acad Brasil é muito clara. A associação tem dois grandes eixos: primeiro, a luta contra o sedentarismo em todo o país; segundo, a livre iniciativa. Então aqui eu peço licença a todos vocês para contar uma breve história, que é a minha história.

Então eu sou um profissional de educação física, que atuei dentro de escolas, evolui dando aula em sala de academia, sala de musculação, desejei atuar como profissional de educação na figura de *personal trainer*, evolui e resolvi atuar como profissional de educação física, como empresário. Então, há 30 anos, estou dentro desse mercado. Hoje sou dono de academia. Passei por toda gama, como profissional de educação física, dentro do setor de *fitness*. Como profissional de educação física, também poderia estar atuando tanto no âmbito escolar, no âmbito acadêmico, quanto no de alto desempenho, como qualquer profissional de educação física.

A vinda da associação aqui, e agradeço este espaço de fala, é, primeiro, conceitual: a livre iniciativa. A posição da associação é clara: o profissional de educação física que deseja atuar como profissional empresário ou como profissional *personal trainer* tem todo o direito de ter a sua livre iniciativa.

Lembramos aqui que, no Brasil, mais de 95% das academias existentes foram constituídas e geridas por profissionais de educação física com história muito parecida com a minha – muito parecida com a minha. Isso coloca a seguinte situação: do mesmo jeito que nós estamos aqui hoje discutindo uma obrigatoriedade, através de um projeto de lei, para parte do profissional de educação física que resolveu empresariar, o mesmo pode acontecer para parte do profissional de educação física que resolveu ter o papel de *personal trainer*. Se isso acontecer e a gente tiver espaço de fala, eu vou vir aqui para fazer a mesma defesa, porque eu não gostaria de ter um projeto de lei limitando o profissional de educação física

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a minha fala aqui é pelo profissional de educação física – que deseja atuar como *personal trainer*, devidamente constituído, recolhedor dos seus impostos: ISS nos municípios onde ele trabalha e Imposto de Renda se ele tiver o seu rendimento dentro do que é obrigatório por lei, para que ele tenha o direito de cobrar o que ele deve e quer cobrar, atuar onde ele queira e possa atuar e não ter limitação de pessoas a quem ele pode dar aula. Se um projeto de lei como esse, voltado para o profissional de educação física que está atuando como *personal*, surgir e eu tiver espaço de fala enquanto for Presidente da Acad Brasil, aqui virei para defendê-lo, como eu estou aqui defendendo o profissional de educação física que resolveu atuar como empresário, como eu, e são mais de 95% os das academias no país – nós estamos falando de um universo de mais de 30 mil academias, de um universo de mais de 600 mil profissionais.

O Brasil tem na sua história e o povo brasileiro tem na sua cultura o empreendedorismo. O sonho que eu vivi e vivo, que é sair de uma sala de aula, de uma quadra descoberta, e hoje poder ter o prazer de ter colaboradores, de dar emprego para profissionais de educação física... Então, aqui estou não defendendo a academia; estou defendendo a figura do profissional de educação física, que ele tenha o direito constitucional da livre iniciativa.

Estamos, neste exato momento, com vários outros projetos de lei que poderiam colocar este país num local muito maior nessa luta contra o sedentarismo, dentre eles, a reforma tributária. Conseguimos, através de uma grande luta – e aqui tem vários atores que estão nessa luta –, colocar o desporto, Senadores, no mesmo nível de possibilidade de benefícios que a saúde e a educação deste país; ou seja, esta Casa reconhece o profissional de educação física, reconhece o desporto, que é o esporte, tão importante para esta nação quanto saúde e educação.

A posição da associação é pela livre iniciativa tanto é... E é tão imparcial isso que, se vocês perguntarem para a associação quanto ganha um *personal trainer*, não sabemos. Sabemos que há *personal trainers* menos qualificados, porque estão no começo de carreira, que recebem R$2 mil, R$3 mil, R$4 mil, R$5 mil, e sabemos que tem *personal trainers* que ganham R$50 mil ou R$60 mil. Perguntem para esses de R$60 mil, R$50 mil se eles estão incomodados em pagar para usar todo aquele ambiente. Acredito que não, acredito que não. Da mesma forma, não sabemos quanto as academias cobram.

Eu vou dar um exemplo da minha. Eu tenho *personal trainers* que trabalham dentro da minha academia... E são *personal trainers* de fato, porque eu exijo, eu exijo que me mostrem o contrato social dele para com o cliente e exijo que me mostrem a contranota, ou seja, a nota fiscal, porque qualquer um de nós aqui não temos o direito de não pagar imposto; se o fizermos, é sonegação de imposto, que é crime no nosso país. Quando um profissional, seja ele qual for, presta um serviço e não emite nota fiscal, ele está destruindo a trama social do nosso país que é qualquer profissional que atua através do seu labor recolhe imposto, e esse imposto deve voltar para a sociedade através de saúde, segurança e educação. Se ele o fizer, ele está prejudicando a nação. A esse não, a esse não. Eu não dou espaço a esse, até para que eu tenha proteção no âmbito trabalhista. Então, ele tem que provar a sua empresa constituída, ele tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me provar o recolhimento dos seus impostos. A esse eu cobro, Senador, porque ele está usando a minha estrutura. Agora, eu tenho um combinado: se ele trouxer novos inscritos, a gente conversa. É a livre iniciativa, eu tenho o direito a isso. E ele tem o direito, sim, de ir atrás de clientes e colocar dentro da minha academia, assim como ele tem o direito de não fazê-lo, e eu tenho o direito de cobrar.

É por isto que a gente está lutando: pelo direito do profissional de educação física. Eu não estou aqui por um setor, por uma área. Eu estou aqui pelo profissional de educação física. Se ele desejar atuar dentro de uma escola, que ele tenha esse direito! Se ele quiser trabalhar com alto desempenho e ter o prazer de ter sob sua tutela...

E aqui, Senador, eu vou falar que o senhor me deu muita alegria como jogador. E ter um profissional, um atleta do nível do nosso Senador aqui... Ele está fazendo um grande favor a esse profissional de educação física, porque ele inspira. Eu fico imaginando quantas crianças e quantos de nós que aqui estamos nessa área fomos inspirados por este homem a estar fazendo o que a gente faz hoje. Uma das grandes funções do atleta é ser inspiracional à população.

Eu trago aqui, Senador, muito respeitosamente, o reconhecimento pela iniciativa de vocês dois e o agradecimento por este espaço de fala, porque ele é importantíssimo. Todos aqui – não tem errado – estão corretos. Todos aqui estão corretos, mas nós temos um acordo social enquanto sociedade que nós temos que respeitar; nós temos ônus e bônus em todos os aspectos; e nós devemos seguir – não há outra opção que não seja seguir – o caminho da lei e do bom senso.

Então, aqui eu termino a minha fala...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AILTON MENDES DA SILVA – ... agradecendo a todos vocês aqui presentes, agradecendo aos Senadores e pedindo desculpa, porque eu vou ter que me ausentar – deixo isso claro a todos vocês –, porque tenho uma outra reunião, às 10h45, para falar de um outro assunto que envolve também o profissional de educação física e o nosso setor.

Então, eu gostaria de agradecer a todos.

Esta é a minha fala, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Ailton Mendes da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Academias.

Antes da sua retirada, o meu amigo e irmão, Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Jorge Kajuru, gostaria de fazer algumas perguntas tanto para o senhor como também, acredito, para o primeiro palestrante.

Enfim, Kajuru, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bom, primeiro, Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

É um privilégio, evidentemente, ter sido escolhido por este ser humano e homem público de raríssimas qualidades, meu amigo e irmão desde mil, oitocentos... Desde mil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, mil e oitocentos é fogo!

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fred Flintstone! (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na verdade, foram dois anos antes de 1990, na Copa da Itália. Então, 1988. Perdão! É a cabeça hoje, e o tanto de Comissão que a gente tem.

Então, é um privilégio ser Relator desse projeto. Foi um dos relatórios em que mais, nesses cinco anos de mandato, eu tive vontade de me envolver totalmente, pela importância do projeto apresentado pelo Senador Romário.

Antes de mais nada – meu apelido pelo Datena, desde menino, e eu não tenho nenhuma vergonha desse apelido, é Kajuru Boca Maldita –, eu quero fazer uma crítica aqui: há uma audiência pública importante como esta, para a gente ouvir todos os lados, e simplesmente só estão aqui o Presidente da Comissão de Esportes, importantíssima como é, e o Vice-Presidente, que sou eu, que também sou o Relator. Então, deveriam estar aqui outros Senadores, e eu peço desculpas pela ausência deles, especialmente um deles, que fez o pedido de vista – porque na semana passada o projeto já poderia ter sido, inclusive, aprovado.

A minha pergunta é em função de ter que votar rapidamente – e quero até voltar aqui para continuar acompanhando – na CCJ... E também, do lado bocudo, imaginem o que eu tenho que votar lá agora: cassino, jogo do bicho e bingo. Imaginem a vontade que eu estou de votar isso, não é?

Então, eu me dirijo ao Sr. Ailton Mendes da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Academias (Acad), com duas observações rápidas: quais seriam os impactos econômicos reais nas academias caso a cobrança de taxas para *personal trainers* fosse limitada em vez de extinta? Última: poderia sugerir um modelo de negócio sustentável que permita a coexistência justa entre as academias e os *personal trainers*, considerando a possível limitação das taxas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São minhas duas perguntas, Sr. Ailton, por fineza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Ailton, por favor, pode responder.

O SR. AILTON MENDES DA SILVA (Para expor.) – Senador Kajuru, é um grande prazer falar com o senhor; é um grande prazer.

Bom, para a primeira pergunta do senhor, a resposta é mais conceitual. A posição da associação é pela livre iniciativa, então, é um número que nós não temos enquanto associação. Não temos. Qual é o impacto real? Não sabemos. Sabemos que é um impacto conceitual. Como eu falei há pouco, a questão é a luta pelo direito do profissional de educação física de ter o espaço de fazer sua negociação, seja ele no papel de *personal trainer* devidamente constituído, seja ele no papel de empresário devidamente constituído. Então, a primeira resposta é essa.

Para a segunda, se o senhor me permite uma brincadeira, a resposta está no livre negócio, no livre comércio; ou seja, qual é a forma – e aqui isso é muito pessoal – melhor estruturada que nós encontramos, enquanto sociedade, numa situação como essa? Sentar e conversar, com cada um. Sentar e conversar.

Falando como profissional de educação física, nós não somos, na nossa formação, preparados para atuar nem como empresários, nem como profissionais *personal*. Nós aprendemos a fazê-lo. Há uma curva de aprendizado. Erramos muito, tanto quanto a gente quer atuar como empresário ou como *personal*, principalmente no começo, mas, ao longo do tempo, a gente aprende o papel de cada um, aprende a entender e a coexistir.

Então, pessoalmente falando, o melhor caminho é a livre iniciativa: os dois sentarem e os dois conversarem. Como instituição, o que eu posso falar para o senhor é: se for de bom entendimento de todos, ao final desse dia, é sentar e conversar – todos os representantes. O que a gente não pode ter é só um lado ou só o outro lado. O melhor caminho é sentar e conversar, mesmo que seja aqui nesta Casa.

Então, se eu posso responder ao senhor da forma mais simples, direta e objetiva, essas são as minhas respostas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Ailton. Antes de o senhor ir, eu também tenho uma pergunta: o senhor considera importante estabelecer cadastramento prévio e assinatura de um termo de responsabilidade por parte desses profissionais, havendo um entendimento, no final, a partir da lei promulgada, dessa gratuidade?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AILTON MENDES DA SILVA (Para expor.) – Havendo essa... A gente aqui está falando de uma gratuidade. Então, é o não pagar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

O SR. AILTON MENDES DA SILVA – ... essa é que é a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não repassar.

O SR. AILTON MENDES DA SILVA – Não repassar, isso.

E, na verdade, Senador... O senhor me permite estender um pouco? Eu posso contar um pequeno *case* que aconteceu comigo? Alguns meses atrás, eu fui até Salvador tratar de um assunto muito parecido, proposto pelo Vereador Gordinho da Favela. Lá, a gente foi conversando, e o que ele me relatou foi: "A minha esposa e a minha chefe de gabinete trabalham com o mesmo *personal*, e a academia cobra um valor de cada uma delas". E, por acaso, ele era um associado nosso. Eu falei: "Vereador, está estranha essa história, porque geralmente é uma taxa só". Eu liguei, pedi autorização e liguei para o dono, não falei que eu estava ali com o Vereador e falei: "Escute, como é que funciona aí com o seu *personal*?". Ele falou: "Olhe, eu cobro uma taxa", e falou, explicou. Eu falei: "O.k. É por pessoa, por uso...? Como é que funciona?". E ele falou: "Aqui na minha unidade eu cobro um valor, independentemente do número de usuários que ele tenha". O.k.; aí eu falei: "Vereador, se eu fosse o senhor, eu faria uma outra pergunta. Ele emite nota fiscal para sua esposa ou para sua chefe de gabinete?". "Não".

Falei: "Então, eu, a princípio, pediria a nota fiscal. Se ele não fizesse, eu o denunciaria no Conselho de Ética do Cref da Bahia por mentira, porque ficou claro aqui para o senhor que ele está repassando, contando uma história que não existe. Então, ele está criando uma situação de animosidade. E, se ele não emite nota fiscal, ele está sonegando. E o senhor, como agente público, o senhor tem que cuidar por isso, porque, senão, o senhor corre risco de prevaricar, o senhor ciente disto, de que ele não recolhe o ISS para o município". Ele falou: "Você tem razão". Ele entendeu. Nós sentamos, conversamos. E houve lá os combinados.

Mas, havendo essa situação, Senador Romário, é de fundamental importância. Por quê? Porque o profissional de Educação Física, quando ele se forma, assim como eu, tem o seu Cref. Esta aqui é a minha cédula, a cédula do meu Cref. Ela me dá o direito, Senador, de atuar como profissional de Educação Física. No meu caso, eu posso atuar em todas as áreas. Alguns só podem atuar na área do esporte, que é o bacharel; e outros, na área acadêmica, que são os licenciados. Isso não me transforma num *personal trainer*. O que me transforma num *personal trainer*, assim como me transforma num empresário, é o desejo de sê-lo. Para isso, eu tenho que constituir a minha empresa, seja ela individual, seja ela limitada, que é o caso da minha, seja S.A. etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou trazendo esse exemplo porque o profissional de Educação Física não está acima da lei. Quando eu tenho, por exemplo, dentro da minha academia, como foi muito bem dito pelo nosso colega Willian – desculpa, eu tenho um pouco de dislexia e, às vezes, me falta aqui –, há uma preocupação com relação ao responsável técnico. Por quê? Quando eu constituo a academia, para o sistema, quem é o responsável por tudo o que está acontecendo dentro dessa academia? É o Ailton. Está lá o meu Cref. Se acontecer qualquer coisa errada ali dentro, por exemplo, era o Prof. Willian que estava dando aula e aconteceu, eu também sou arrolado, porque eu tenho que explicar o porquê e por quais condições aquela situação aconteceu. Então, são arrolados o professor envolvido e o responsável técnico.

É muito temeroso, Senador, as portas simplesmente se abrirem para qualquer um. É lógico que vai acontecer o seguinte: aquelas academias melhor estruturadas, com melhores equipamentos, vão sofrer uma enxurrada de profissionais querendo atuar ali dentro. Isso vai bater na seguinte coisa: aqueles profissionais que ali estão, que cobram o seu valor, que aquele universo permite, que ganham R$10, R$15, R$20, R$50 mil, vão ter redução nos seus ganhos.

Aqui, Senador, eu trago uma pergunta: será que essa possível gratuidade vai fazer com que ocorra uma redução no valor cobrado por parte do *personal trainer*, na sala de aula? Se ele cobra hoje, vamos imaginar, R$100 hora/aula, será que ele vai reduzir para R$90? Não sabemos. Acreditamos que sim, mas não sabemos.

Então, toda a trama de obrigações legais se faz necessária, porque nós temos um grande risco. Por exemplo, o profissional de Educação Física que resolve entrar dentro da minha academia porque eu sou obrigado a permitir que ele entre, que fica lá um ano, dois anos, todos os dias lá. O meu consumidor não sabe, o meu cliente não sabe qual é a minha relação trabalhista para com ele. E, amanhã, ele me coloca num processo. E eu não tenho documentação para isso. Um processo trabalhista. Como é que eu vou me proteger? Ele estava lá todos os dias, ele entrava no horário, ele saía no horário, ele vai levar cem testemunhas contra mim. Isso abre um risco muito grande.

Uma outra coisa: eu não sei se essa pessoa que está ali dentro está com bons hábitos. Por exemplo, a venda e o uso de anabolizantes são proibidos no nosso país. São crimes. E eu não sei se essa pessoa tem a cultura e a visão da minha empresa. Eu não tenho como policiá-lo. Eu não tenho como. Na minha obrigação de empregador – o senhor sabe bem disso –, vou dar um exemplo: na limpeza, você é obrigado a usar essa bota, porque essa bota atende à NR tal de segurança. "Ah, eu não quero porque eu suo muito no pé e é desconfortável para mim, eu quero usar outro tênis". Eu sou obrigado por lei a notificá-la verbalmente. Se essa pessoa continuar com essa ação, notificá-la por escrito. Se ela continuar com essa ação, suspendê-la. E, se ela continuar com essa ação, mandá-la embora por justa causa. É minha obrigação legal de fazer isso. Eu sou obrigado a fazer isso. Nessa situação, eu não tenho essa segurança.

Então, o que eu quero trazer aqui para o senhor? O assunto é muito mais profundo do que só a gratuidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. AILTON MENDES DA SILVA – Porque a gente tem que proteger esse profissional de Educação Física em todos os aspectos.

Porque esse que, hoje – aqui, eu termino minha fala –, atua, acredito eu, de forma muito lícita, recolhendo seus impostos, com a empresa constituída, como *personal trainer*, vai evoluir em algum momento, como eu evoluí. E ele vai querer ter o seu negócio. E, talvez, nesse dia, ele fale: "Poxa, agora, eu estou entendendo o que está acontecendo".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, o senhor entende que regular essa relação aluno-*personal*-academia não é interessante?

O SR. AILTON MENDES DA SILVA – Eu não entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Hoje, essa relação é livre acesso.

O SR. AILTON MENDES DA SILVA – É livre iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Iniciativa, desculpa.

E regular isso não é interessante, hoje, no caso para as academias? Eu estou perguntando ao senhor, como Presidente da Acad.

O SR. AILTON MENDES DA SILVA – Da Acad Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Falando das academias, para a academia, essa regulamentação não interessa?

O SR. AILTON MENDES DA SILVA – Já existe, toda a regulamentação. Todo o Código Civil Brasileiro e o CDC, Código de Defesa do Consumidor, já regulam essa relação. O que acontece é que, ou por desconhecimento de ambos os lados ou por negligência de ambos os lados, parte dela não é feita.

Por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados, uma lei muito bem feita, pode tudo e pode nada, ao mesmo tempo. Pode tudo se estiver combinado. Eu duvido, eu duvido que, se o profissional de Educação Física, quase na sua totalidade, em ambos os papéis, como *personal* ou como empresário, tem, nos seus contratos, a permissão de uso da imagem dos seus consumidores. E todos estão sujeitos, se não o tiverem, a terem um processo. E o senhor sabe que é muito pesada a lei. A lei é muito justa. Ela é muito pesada.

Então, essa regulamentação já existe através do Código de Defesa do Consumidor e de todos os processos civis que nós já temos no nosso país. Ela já existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Ailton, o senhor está liberado.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. AILTON MENDES DA SILVA – Senador, um grande prazer estar ao seu lado.

Senador Kajuru, é um grande prazer.

Hoje, aqui, agora, eu vou falar no meu momento fã.

Estou muito feliz por estar ao seu lado de vocês, por conhecê-los, por ter esta oportunidade.

Espero ter contribuído na discussão.

Deixo a mim, pessoalmente, à disposição dos senhores. E a associação, também, à disposição não só dos senhores, mas de todos aqui envolvidos nesta boa discussão.

Obrigado.

Licença.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Sr. Willian, eu também tenho uma pergunta para o senhor.

Como o Confef vê a proposta de garantir o livre acesso de *personal trainer* às academias?

Quais seriam os impactos positivos e negativos dessa medida na profissão de educador físico?

O SR. WILLIAN PIMENTEL (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Do ponto de vista técnico-disciplinar, principalmente, é no que nós estamos nos pegando e focando. Por quê? Entendemos que o profissional de Educação Física tem realmente vários campos de atuação. E, quando nós falamos da atuação como treinamento individualizado, treinamento personalizado, buscar uma profissionalização, uma regulamentação desse profissional é extremamente positiva, de todos os lados e de todos os campos.

Pensando no incentivo desse profissional em formalizar o seu contrato, em ter essa disponibilidade para o acesso às academias, diante de um contrato, tudo isso leva a uma cadeia positiva de recolhimento de impostos, de profissionalização, de busca de capacitação por esse profissional. Então, o Confef, embora não seja o seu campo principal, trabalha com essa capacitação justamente pensando que a sociedade tem que ser bem atendida pelo profissional de Educação Física regulamentado, ou seja, aquele que é registrado no seu conselho regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o principal ponto realmente é que a iniciativa dessa legislação busca fazer com que o profissional atenda cada vez mais pessoas. E o Confef entende que isso é positivo. A discussão em si já mostra à sociedade a presença desse profissional, que cada um pode ter realmente um atendimento cada vez mais próximo com relação ao profissional de educação física.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Sr. Willian.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. Marcello de Santos Barbosa, profissional de Educação Física e *personal trainer* do Rio de Janeiro.

Tem dez minutos, Sr. Marcello.

O SR. MARCELLO DOS SANTOS BARBOSA (Para expor.) – Vou ter que correr.

Primeiramente, é uma pena que o Presidente da Acad tenha saído antes de eu fazer a minha observação. Quando ele diz que é sentar e conversar, eu estou há 28 anos esperando este momento de sentar e conversar, porque há 28 anos eu trabalho como *personal*. Por todas as formas de repasse, eu já passei e já experimentei e não tive nenhum desses momentos, nenhuma situação real de sentar e conversar com o dono da academia ou com o dono de associação de academias.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes.

Vou quebrar o protocolo um pouquinho, Senador, por causa do tempo. Eu realmente estava preparado para mais tempo, mas queria me apresentar.

Sou professor de Educação Física, formado em 1998, no Rio de Janeiro. A minha formação se deu basicamente por este nicho de atuação que é o *personal trainer*. Então, meu final de faculdade foi pensando nessa área de atuação e, dentro da minha carreira profissional, foi onde eu mais atuei.

Tenho especialização, pós-graduação em Fisiologia do Exercício, em Treinamento Desportivo, Gestão e *Marketing*, Acupuntura e Eletroacupuntura e mestrado em Projetos Sociais e Intervenção Socioeducativa. Há 10 anos, estou trabalhando mais em nível de gestão pública, mas ainda tenho os meus alunos de *personal*.

No que tange à pauta desta audiência pública, a minha exposição aqui vai se basear em evidências científicas que se correlacionam com o meu posicionamento sobre o tema, além de jurisprudências que, embora não seja da minha área de conhecimento, são de fácil entendimento e de livre acesso.

Inicialmente, quero apresentar o contexto atual no que se refere à prática de atividades físicas e fidelização ao exercício em academias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a OMS, um terço da população mundial adulta é fisicamente inativo, e o sedentarismo mata cerca de cinco milhões de pessoas anualmente.

Em relatório recente, a OMS fez um alerta de que quase 500 milhões de pessoas vão desenvolver doenças cardíacas, obesidade ou outras condições atribuídas à inatividade física, entre 2020 e 2030.

No Brasil, que é considerado o país mais sedentário da América Latina e o quinto no *ranking* mundial, cerca de 300 mil pessoas morrem por ano devido a doenças associadas ao sedentarismo.

Conforme o IBGE, 47% dos brasileiros adultos são sedentários. Entre os jovens, o número é maior e ainda mais alarmante: 84%.

O que eu estou querendo correlacionar?

Eu quero, primeiramente, mostrar, demonstrar que isso é uma situação muito grave, que é responsabilidade de todos nós, profissionais da área da saúde. E a figura, o nicho de atuação do *personal trainer* colabora e muito com a redução do sedentarismo e a fidelização dos alunos nas academias. Então, quando a gente fala na questão do *personal*, que ele precisa fazer o pagamento de um repasse ou precisa pagar uma taxa para utilização, primeiro, a gente tem que entender, os empresários donos de academia, que é muito positivo para a academia, que tem uma alta taxa de evasão, a presença de um profissional ali, que, com certeza, vai manter os clientes fidelizados e pagando, não só os seus próprios clientes. A partir do momento em que você diminui o número de clientes soltos, de clientes da academia que estão sob a supervisão do profissional contratado pela academia, você melhora a qualidade do atendimento, porque são menos alunos para serem atendidos.

Ainda contextualizando, segundo o American College, apenas 5% dos adultos sedentários que iniciam um programa estruturado de exercícios em academias aderem à prática. No Brasil, os estudos sobre a adesão têm verificado um índice de evasão de aproximadamente 70% entre os praticantes de exercícios físicos em academias, o que corrobora muito o que eu falei ainda há pouco.

A desistência da prática de musculação é atribuída a motivos como: falta de tempo, atendimento profissional ruim ou desqualificado, poucos aparelhos para a prática, cansaço, ocorrência de lesões, não promoção da socialização entre os praticantes da academia e a monotonia. Em todos esses motivos alegados, a atuação do *personal trainer* é decisiva na prevenção e na superação desses estados físicos e emocionais. O treinamento individualizado permite ao profissional conhecer melhor o perfil e as características do aluno, interagir mais e promover um acompanhamento minucioso, eficiente, sendo capaz, pela sua aproximação, de adequar exercícios, balancear cargas, identificar estados emocionais e corrigir programas, assim como motivar e prevenir recaídas ou desistência. Ao compararmos esse formato de atendimento *one-to-one* como o desenvolvido pelas academias, teremos uma relação professor-aluno bem desproporcional, tanto nas aulas coletivas quanto na musculação, em muitos casos com um professor para 50 ou mais alunos, dependendo da academia e do horário de atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, como atender com qualidade e prevenir evasão? É muito interessante que o Cref1, do Rio de Janeiro, publicou uma resolução em 2019 que determinava o número máximo de clientes/alunos nos diferentes serviços prestados por profissionais de educação física, que variava de 35, na sala de musculação, seria o número máximo, a 50, na sala de ginástica. Essa regra foi estabelecida por convenção coletiva entre os sindicatos das academias e dos profissionais de educação física, para tentar, de alguma forma, fazer com que a qualidade do atendimento e a segurança dos exercícios fosse mantida. Porém, mesmo com esses números extensos, os proprietários de academia conseguiam, através do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), suspender a decisão, entendendo haver indícios de infração à ordem econômica para evitar danos à livre concorrência.

Sem aprofundar no tema, esses fatos indicam não haver regra ou interesse de se discutir a relação quantitativa professor/aluno nas salas de musculação para um atendimento de maior qualidade, ou seja, hoje, como não existe regra, você pode ter 50, 60, 70, 80 alunos num salão com um professor. Que tipo de atendimento esse cliente vai ter? Que segurança esse cliente vai ter? Dessa forma, nesse modelo, quanto mais *personal trainers* na sala, melhor o atendimento dos outros alunos, pois reduz o quantitativo de alunos soltos, como havia falado, promovendo melhor qualidade no atendimento.

Então, seguindo essa linha, os *personal trainers* contribuem positivamente para a retenção dos alunos da academia, isso sem contar dos seus próprios clientes, que são alunos matriculados e que, por terem esse acompanhamento personalizado, têm maiores chances de se manter ativos e pagantes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO DOS SANTOS BARBOSA – Eu também estranhei o posicionamento do Presidente do Cade, quando ele coloca em dúvida o perfil do *personal trainer,* que vai estar ali trabalhando na sua academia. Ora, isso é básico. Da mesma forma que um funcionário é entrevistado e entrega documentação, o *personal trainer* faz a mesma coisa. Ele tem que ser habilitado e capacitado para aquilo. E, a partir do momento em que o profissional age de forma que contradiz ou rompe com as regras da academia, esse profissional vai ser chamado à atenção, vai sofrer as sanções e vai ser afastado; se for pego roubando, vai ser denunciado. Então, eu não entendo esse posicionamento.

Em relação ao repasse e aluguel do espaço. A tese de que o repasse é a cobrança pelo aluguel do espaço e manutenção do maquinário para que sejam mantidos em bom estado de conservação não se sustenta, pois o cliente já paga mensalidade para esse propósito. Além disso, ao impor a cobrança do repasse, os estabelecimentos estão transferindo os custos do empreendimento para o *personal trainer*.

Não há dúvida – eu já gerenciei academias também – de que é um negócio difícil, é um negócio complicado, e sou solidário aos donos de academia, aos empresários. Eu entendo que tem que haver essa reforma tributária. No Rio de Janeiro, por exemplo, eu brigo pela isenção do IPTU das academias. Tenho toda uma formulação textual em relação a isso, que já foi, inclusive, Senador Romário, promessa do nosso Prefeito Eduardo Paes. Eu tenho uma revistinha da própria Acad Brasil em que ele se compromete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a reduzir o fator 0,50 do IPTU das academias. Sou a favor até da isenção, pelo serviço que as academias prestam na prevenção de doenças, na manutenção e aquisição de saúde.

Existem muitas formas de a gente prestigiar as academias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO DOS SANTOS BARBOSA – ... porque é um segmento que precisa ser alimentado, porque emprega e porque está ligado diretamente à saúde da população, mas não é dessa forma, prejudicando diretamente, de uma forma unilateral, até porque, em momento nenhum... De todos os contratos que eu já assinei em academia, nenhum deles foi formalizado com a minha presença. São contratos adesivos que simplesmente eu sou obrigado a assinar – simplesmente. Muitas vezes eu nem leio esse contrato, que hoje em dia é meio que digital. Então, quando você formula um contrato ou um acordo, tem que ter a presença das duas partes. Eu não sou experiente e catedrático em direito, mas acho que isso é o básico.

Se entendermos que o *personal trainer* não faz uso dos equipamentos da academia, mas tão somente permanece à disposição do aluno contratante, não há qualquer justificativa para cobranças adicionais. A atuação desses profissionais não gera despesas excepcionais às academias; ao contrário, aumenta a retenção.

E eu tenho aqui um paralelo para fazer em relação aos médicos. Não estou nem achando aqui, mas eu sei de cabeça.

Em todo sistema de saúde, inclusive em convênios – o Senador Romário entende muito bem disso, que é uma pauta que ele defende muito –, você pode ter o seu médico de confiança. O seu médico de confiança pode te atender, pode realizar uma cirurgia, em qualquer sistema de saúde credenciado em que ele não esteja. Isso é por lei. Nós, profissionais de educação física, somos da área de saúde, antes mesmo da nossa regulamentação. Desde 1996, se eu não me engano, ou 1997, nós já fazemos parte da área de saúde. Então, acho que esse direito nós também temos, ou melhor, os nossos alunos têm esse direito.

Eu já fui proibido, como *personal trainer* especializado na área, de dar aulas em academias porque as academias diziam que só o *personal* interno – e não o *personal* externo – podia entrar e dar aula. Isso aconteceu muito comigo. Então, quando é que a gente vai sentar e conversar sobre isso? Agora?

A relação vínculo empregatício é outra questão que foi jogada, mas não embasada.

O Tribunal Superior do Trabalho tem entendido que, nos casos dos profissionais de educação física que exercem acompanhamento dos seus clientes em academias ou estabelecimentos semelhantes, não se configura relação de emprego entre o trabalhador e a academia, vez que não são preenchidas as características para reconhecimento de vínculo empregatício com uma subordinação, que é uma das principais características para configuração da relação de emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os *personal trainers* não possuem relação de emprego, nem mesmo relação de consumo, mas uma mera relação civil, regida por contrato adesivo elaborado pelas academias que os impõe a cobrança da taxa do repasse para que possam supervisionar os seus clientes.

Para concluir, os *personal trainers* contribuem muito para a fidelização dos alunos-clientes, significando mais receita com menos despesa; não possuem relação de emprego com essas academias, nem mesmo relação de consumo – o consumo é do cliente –, mas uma mera relação civil, regida por contrato adesivo elaborado pelas academias que os impõe a cobrança da taxa de repasse para que possam supervisionar os seus clientes. No meu entender, de forma abusiva, já que o aluguel e a manutenção do espaço são pagos através da mensalidade do próprio cliente devidamente matriculado.

Eu quero finalizar com uma observação, de forma analógica, citando um exemplo. Uma pessoa, por exemplo, que aluga uma casa de praia para passar um final de semana com a família. Essa pessoa pode contratar um churrasqueiro, profissional autônomo, para permanecer dentro da casa, utilizando os equipamentos da casa, prestando os seus serviços, e esse profissional não precisará pagar qualquer taxa adicional ao locador da casa.

Portanto, Senador, eu apoio o PL 4.717, de 2020, que altera a Lei 9.696, de 1998, para assegurar ao profissional de educação física que presta serviços personalizados livre acesso, sem ônus, a academias e similares, nos horários de atendimento a seus alunos regularmente matriculados.

E, obviamente, esse *personal trainer*, no meu entender, só pode entrar nessa academia junto com o seu cliente e só pode permanecer na academia durante o horário de treinamento. Então, em favor das academias, eu acho que esse profissional não pode nem sentar ali na lanchonete porque é um local onde ele tenta recrutar outros clientes e, ali, não é correto. Então, ele entra com o seu aluno, presta o seu serviço e sai com o seu aluno.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Marcello Barbosa.

Eu tinha uma pergunta, mas a sua explanação já respondeu: como poderia colaborar para aprimorar o serviço prestado pelos *personal trainers* para melhorar a experiência dos alunos das academias? Mas, diante de sua explanação, você já foi bem explícito em relação a essa pergunta.

Vou passar, agora, a palavra para o Sr. Mário Ricardo Machado Duarte, Advogado da Bio Ritmo.

O SR. MÁRIO RICARDO MACHADO DUARTE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Romário.

Bom dia a todos os presentes. Bom dia, Willian. Bom dia, Marcello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, novamente um agradecimento em nome do Edgard Corona, que é o Presidente da Bio Ritmo. O Edgard já tinha viajado antes de o Senador convocar esta audiência e não conseguiu retornar. Então, me pediu que eu o representasse aqui, o que eu faço com muita honra.

Eu tinha uma fala preparada para este momento, para estes dez minutos, mas, tendo em vista que o Marcello, com muita sagacidade, levantou várias questões que ele gostaria de ter perguntado ao nosso Presidente, e como o nosso Presidente teve que se ausentar – e eu creio que, se o Marcello tivesse que se ausentar também por uma questão de interesse da classe dele, nós todos compreenderíamos –, se você me permitir, Marcello, eu vou tentar responder, em nome do Ailton, a tudo o que eu puder e o tempo me permitir daquilo que você perguntou, para que ainda sobre alguma coisinha do que eu ia falar.

E eu vou começar pelo que anotei aqui. Se por acaso eu tiver me perdido na anotação, você, por favor, fique à vontade para pedir a palavra e me corrija, se eu não tiver captado o que você colocou.

Em primeiro lugar, percebi que você colocou a questão da falta de diálogo, logo no começo da sua fala, ao longo de muitos anos, a respeito da negociação dessa questão de acesso de *personal trainers*. É claro que, como Bio Ritmo, eu não posso falar pelo setor inteiro, nem mesmo tenho controle sobre uma empresa do tamanho da Bio Ritmo – e a Bio Ritmo também é Smart Fit. Então, esse tamanho é gigantesco. É muito difícil você controlar uma empresa com mais de mil unidades. Mas o que eu posso aqui lhe dizer, Marcello, é que eu, Mário, estou à sua disposição. Se você não conseguiu fazer isso antes, você vai conseguir fazer isso agora, tá? Se você quiser marcar comigo – você está no Rio de Janeiro, eu estou em São Paulo –, eu vou até o Rio de Janeiro, me sento com você e nós vamos conversar o tempo que for necessário. É claro, Marcello, que eu vou tentar te convencer de que tem um outro lado para essa questão, mas a gente vai ter um debate absolutamente democrático entre nós. E eu acho que vai ser um prazer.

No segundo ponto, você mencionou dados relevantíssimos da Organização Mundial da Saúde, dados esses que, inclusive, a Acad possui. A Acad encomendou um estudo para a Deloitte. Esses dados estão lá e são dados que nos movem no nosso trabalho, como associação. E o nosso trabalho, como associação, é incentivar políticas públicas que procurem aumentar o acesso à atividade física. O acesso à atividade física se dá por muitas formas, mas a forma que nós vemos como a ideal – e eu acredito que você deve concordar com isso – é aquela que tem supervisão de profissional de educação física, num ambiente controlado, com equipamentos seguros e de uma forma a preservar a saúde e a segurança do cliente, mas que ele tenha também um resultado bom para a saúde pública, porque aquilo que ele não faz de exercício vai cobrar o preço no hospital público daqui a 30 anos, 40 anos, ou às vezes menos.

E o nosso contraponto à sua colocação é do ponto de vista econômico, porque a gente sabe que o que move a sociedade é a economia. Se você não tem o incentivo econômico correto, por mais que você tenha uma boa intenção, a sua tentativa de mexer no resultado não funciona. Se você não der o incentivo certo, a coisa não acontece. E, para nós, a gente só pesa quais são os incentivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo que você falou faz todo sentido, mas, para nós, tem um outro ponto que opera em uma escala muito maior e que tem que ser priorizado, que é o incentivo ao investimento no estabelecimento que vai dar aquelas condições. Se a gente não tiver uma política pública que incentive que você tenha mais estabelecimentos para que você possa polarizar isso, não vai adiantar eu ter uma outra política que vai focar num profissional específico que vai atender um, dois ou três clientes. Isso aí é muito bom, só que não tem escala, Marcello. Isso não tem escala. Eu preciso de escala no Brasil. A gente precisa de escala grande, muito grande. São 200 milhões de pessoas.

Partindo agora para um outro ponto – tudo isso eu vou querer discutir com você durante muito tempo, vai ser muito legal –, você mencionou a resolução lá do Cref1, se não me engano, não é? Eu só queria fazer uma pequena correção naquilo que você falou. Você mencionou que o Cade teria decidido, em cima disso, pelo aspecto concorrencial. Isso é verdade, Marcello. Só que teve uma outra decisão que é bem mais importante do que essa. O Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro derrubou essa resolução por considerá-la inconstitucional.

A inconstitucionalidade é, talvez, o fator mais relevante na minha área, sou advogado, porque a Constituição é a regra básica da sociedade. Essa resolução violava, frontalmente, a Constituição porque estava tentando legislar sobre um assunto para o qual não existe lei – e não existe lei. Existe uma resolução, se não me engano – o Willian pode me corrigir –, do Confef, que prevê a necessidade de você ter um profissional de educação física na academia – está corretíssimo –, mas não existe, em nenhum lugar, uma norma dizendo quantos profissionais você tem que ter.

E aí, nesse ponto, existe um outro contraponto. As academias *low cost*, por exemplo – e nós temos, na Bio Ritmo, a linha Smart Fit, que é *low cost* –, possuem uma quantidade de profissionais de educação física que, a princípio, pode parecer pequena, mas, ouvidos os argumentos que eu vou mostrar aqui, vocês verão que ela é absolutamente adequada. Nós temos ali de sete a oito profissionais, por unidade, contratados – obviamente, não estão, todos eles, todo dia na unidade –, mas são bem mais do que o requisito mínimo adotado pelo Confef. E nós temos mais do que isso para dar a supervisão. Nós temos, em todos os equipamentos, botões, e esses botões permitem que o cliente chame um desses profissionais para que o ajude se ele precisar. E quando é que ele precisa? Quando ele não está habituado com esse equipamento.

Agora, ele corre algum risco nesse equipamento? É claro que tudo é perigoso. No direito do consumidor, a gente tem um conceito que se chama periculosidade inerente. Então, se você compra uma faca no supermercado, é um produto perigoso; mas, quando você compra a faca, não vem com manual de instrução, porque é obviamente perigosa.

O equipamento de educação física vem com instruções, vem com adesivos de instrução, mas, sobretudo, além de você ter o botão e poder chamar o instrutor na Smart Fit, o equipamento que você está usando lá você pode comprar para usar na sua casa – todos esses equipamentos, porque, senão, eles não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderiam ser vendidos; o DPDC iria lá e bloquearia a comercialização desses equipamentos. Então, os equipamentos já são seguros *per se*. Esses são contrapontos para mostrar que isso não é, na verdade, um problema.

E aí, nós partimos para a questão do perfil que você mencionou. Essa questão do perfil, quando você menciona que, se algo acontecer de errado na atuação do profissional de educação física, *personal trainer*, isso vai poder ser coibido, e que a entrada dele vai poder ser, de alguma forma, filtrada, porque ele vai ter que se cadastrar ou ele vai ter que apresentar...

Na verdade, se você ler esse projeto, nada disso está lá. Esse já é um enorme problema desse projeto porque esse projeto não prevê absolutamente nada a respeito disso. Aliás, você poderá verificar – eu fiz isso hoje – que algum Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO RICARDO MACHADO DUARTE – ... desculpe-me, eu não lembro qual, apresentou uma emenda sobre isso colocando um contrato. Existe essa emenda.

Existe uma outra, se não me engano, que também entrou outro dia aí, colocando como requisito então para esse direito que se emita a nota fiscal. Nesse PL, tem duas emendas, Senador. Essa outra é para que o acesso seja condicionado à emissão de nota fiscal – muito interessante também.

Vou terminar por aqui porque eu acho que tudo o que eu tinha para falar o Presidente da Acad falou com brilhantes palavras. Eu não acho que eu tenha muito a acrescentar ao que ele disse. Eu considerava mais importante responder a você, porque o objetivo da audiência é esse, certo, Senador? É justamente a gente debater.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Normalmente, essas palmas não são permitidas, mas, como aqui o Presidente é democrático, podem ficar à vontade. Se fosse outro, vocês estariam fora da sala, mas, enfim.

Sr. Mário, quais seriam as principais dificuldades administrativas e operacionais para as academias da rede Bio Ritmo no caso da aprovação desse PL? Existe algum modelo de implementação que poderia minimizar essas dificuldades?

O SR. MÁRIO RICARDO MACHADO DUARTE (Para expor.) – Senador, dificuldades operacionais são sempre superáveis. Elas vão ter um custo, eu não sei dizer para o senhor qual é o custo. Eu sou um advogado, eu não estou dentro da empresa. Esse custo pode ser muito alto, pode ser razoável, eu não tenho essa noção. Pode ser que, no aprofundamento do debate, a gente chegue à conclusão, por exemplo, de que esse custo é absolutamente inviável e que você vai acabar fazendo um mal para a atividade física se você puser isso, mas eu não ouso afirmar isso porque eu não tenho esse número.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu posso lhe dizer é que tudo isso é estimável. A gente pode fazer isso. Se for perguntado, nós podemos apresentar um estudo sobre isso.

Fugiu-me a segunda parte da sua pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se existe algum modelo de implementação que poderia minimizar essas dificuldades ou essas perdas, financeiramente falando.

O SR. MÁRIO RICARDO MACHADO DUARTE – Com certeza, deve existir, Senador. Mas a questão, como o Presidente Ailton colocou, é de que ela não deve ser tratada nessa minúcia. Ela deve ser pensada como política pública geral, a nosso ver.

Então, quando você abre um precedente de interferência do Estado num preço privado, você está com um precedente muito perigoso no país.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma outra pergunta é a seguinte. Essa relação do consumidor é genérica. Existe algum tipo de... Como advogado, o senhor conhece alguma lei que obrigue o *personal trainer* a fazer esse repasse para as academias?

O SR. MÁRIO RICARDO MACHADO DUARTE – Não, Senador, essa lei não existe. Essa regra está na Constituição: livre iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Uma coisa interessante que a gente já conseguiu aqui é essa possibilidade de os dois lados conversarem. Partindo dessa premissa, eu acredito que a gente pode, sim, depois desta reunião, porque nenhuma conclusão será tomada rapidamente, marcar, inclusive dentro do meu gabinete, com o Marcello e outros representantes do Confef, enfim, *personal trainers*, donos, advogados, o Presidente da Acad, o Sr. Ailton, uma reunião de trabalho com a minha presença e a presença do meu pessoal, que está aqui, Vicente, Flavio, Loni, junto, para se fazer um relatório que seja de comum acordo com todos, que não tenha prejuízo para ninguém. Eu acredito que essa reunião pode ser feita, e eu quero me colocar à disposição para ajudar esses dois lados, vamos dizer assim, a encontrar um caminho e uma resposta que seja de comum acordo com todos. Isso eu queria fazer.

Muito obrigado aqui aos senhores que se apresentaram nesse primeiro quadro. Com certeza, a fala de vocês teve bastante conteúdo, muito relevante, para que a gente consiga prosseguir aqui nesta reunião. Eu tenho certeza de que também os próximos palestrantes serão de grande relevância.

Quero dizer para vocês, mais uma vez, que eu fiz questão de fazer esta audiência pública para ouvir os dois lados. Sempre quando a gente ouve os dois lados, pessoalmente, eu entendo que é muito melhor, antes de tomar uma decisão, do que, simplesmente, apenas um lado vir aqui se colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também fiz Educação Física, até o terceiro período. Antecipadamente, quero dizer para os senhores donos de academia da importância da academia na nossa vida, na vida de todos. Eu malho na Bio Ritmo e malho também na Bodytech, aqui em Brasília. Eu sei da responsabilidade que vocês têm em relação aos seus alunos, em relação aos seus *personal trainers*. Eu sei o quão é difícil e caro manter qualquer academia, principalmente academias desse nível, Bodytech e Bio Ritmo, Smart Fit – lá no Rio tem a DNA, uma academia, hoje, também muito famosa – e várias outras academias. Mas eu quero dizer, de antemão, que terá uma relevância muito grande essa reunião que a gente vai fazer, porque eu sou a favor do *personal trainer*.

Partindo dessa premissa de que eu sou a favor do *personal trainer*, o meu relatório estava praticamente feito em relação a isso, só que, como eu falei, vou repetir, esta reunião aqui tem uma relevância muito grande no desenvolver do final do relatório. Por isso é que eu entendo que tem uma importância grande a gente se reunir, fora daqui da Comissão, para a gente ver, junto, o que a gente pode fazer para que o *personal trainer* não continue com esse prejuízo e, muito menos, que o *personal trainer* dê prejuízo à academia.

Muito obrigado aos quatro palestrantes.

Agora, vamos convidar os outros, que são: Sr. Rafael Meneses Barros Silva, profissional de Educação Física e Personal Trainer, em substituição ao Sr. Alexandre, que não pôde comparecer; Sr. Eduardo Silveira Netto, sócio e Diretor Técnico da Bodytech; Sr. Luiz Carlos Carnevali Júnior, Diretor Técnico da Smart Fit; Sr. Lázaro de Souza Barrozo, Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação Física do Distrito Federal (Sindpef/DF); Sr. Danilo Lopes Ferreira Lima, Embaixador da Associação Nacional de Personal Trainers (ANPT). (*Pausa.*)

Bem, vamos dar início aqui à segunda parte desta reunião. Os senhores expositores têm dez minutos para fazer a exposição.

Eu vou convidar aqui primeiro o Sr. Eduardo Silveira Netto, sócio e Diretor Técnico da Bodytech.

Por favor, Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiro, eu queria agradecer e cumprimentar todos da plateia, em especial pelo convite. Eu me sinto bastante honrado e lisonjeado com o convite do Senador Romário.

Eu vou tentar ser muito breve, até mesmo porque os assuntos já foram muito discutidos, e eu não quero repetir as mesmas falas. Então, eu quero fazer um breve histórico.

Eu sou profissional de educação física. Acho que atuo no mercado há mais de 40 anos. Meu histórico é muito parecido com o do Ailton. Comecei como estagiário, professor de ginástica, trabalhei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito tempo, 15 anos, em universidade, como professor universitário, e hoje em dia tenho a função de Diretor Técnico da rede Bodytech, onde eu comecei como professor de ginástica e acompanhei esse caminho todo aí. E hoje em dia também toco um MBA em Gestão de Academias, até pela necessidade de você ter uma gestão empresarial.

Até pelos 22 anos que eu tenho na Bodytech, eu tenho, atualmente, um contato muito relevante na ponta. Eu ainda atuo como *personal trainer*. Amanhã, às 6h da manhã, eu vou estar dando minha aula como *personal trainer*. Eu acho importante estar atuando. Eu estou na linha de frente e, dentro da minha possível agenda, tento estar presente. E eu me preparei bastante conversando com as pessoas, porque não trago apenas uma visão da Bodytech, mas trago uma visão do profissional, conversando com os *personal trainers*. E, chamando a atenção, como o Senador mesmo já comentou, é uma academia *high-end*, com um *ticket* muito alto, onde eu tenho uma oferta muito grande de serviços e onde o profissional tem uma facilidade muito grande de atingir os alvos, os objetivos financeiros dele.

Mas eu queria chamar a atenção de vocês para duas questões que me preocupam muito, e entendo que eu, como profissional de educação física, vou ser sempre favorável ao *personal trainer* e ao profissional. Só que eu tenho uma visão baseada muito na minha experiência e nas conversas que eu tenho e uma visão até do que eu conheço no mercado fora do Brasil. Eu tenho muito receio de que isso vá calhar contra a gente, contra nós, profissionais de educação física.

O primeiro item para o qual eu queria chamar a atenção de vocês é... O que acontece? A gente não tem dúvida nenhuma – acho que todo mundo acredita aqui – de que, nesse caso, vai haver uma demanda muito grande de *personal trainers*, vão aparecer muitos entrando nas academias. E qual é a minha maior preocupação, principalmente quando eu tenho a realidade da empresa onde eu trabalho? Como a oferta vai estar muito grande, eu tenho certeza, e já conversei com vários profissionais sobre isso, de que, no primeiro momento, você vai diminuir a sua capacidade de gerar renda ou você vai ter que trabalhar mais para receber a mesma coisa, porque o seu *ticket* médio vai baixar. A concorrência vai levar a isso. Então, eu vejo com uma preocupação muito grande essa questão da banalização do serviço, de você ter isso.

Outra coisa que me preocupa muito é que nós, hoje em dia, como empresa, várias empresas fazem esse papel, eu treino o profissional. O profissional que vem para o mercado de trabalho não está preparado para atuar como *personal trainer*, não tem uma disciplina na universidade que o ensina a negociar, a atender, a prescrever. E a preocupação, que reforça até a colocação do Willian, é: eu, como responsável técnico, não vou ser mais responsável técnico, não tenho coragem. Como é que eu vou assinar como responsável técnico de uma academia em que não conheço o profissional do outro lado, se eu não sei se ele sabe prescrever ou qual é a metodologia?

Hoje em dia eu treino, eu gasto dinheiro, eu invisto no profissional que trabalha comigo, seja ele um colaborador da Bodytech, seja um *personal trainer*. São 3,5 mil profissionais de educação física que são contratados por nós e mais de 5 mil *personal trainers*. Então, eu treino esse cara porque eu sei que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não está capacitado; isso de forma generalizada. Como é que eu vou controlar isso, ou nós? Porque a função do conselho é garantir a segurança da população. Eu tenho muita preocupação porque todo mundo vai entrar na academia para querer ter o seu cliente e conseguir, de certa forma, monetizar.

E o último ponto que acho que é muito preocupante é que, no final do dia, o que vai acontecer? Todos citaram aqui: vai aumentar a quantidade de *personal trainers*. Hoje em dia, eu trabalho na Bodytech com um serviço *premium* com atendimento diferenciado. Eu trabalho com uma relação de dez professores para um profissional. Se eu vou ter mais clientes, como o próprio Marcello citou, eu vou diminuir a minha demanda. O que eu vou fazer com meus professores? Eu vou demiti-los, vou diminuir meu quadro de funcionários, não tenho dúvida nenhuma, porque eu não vou ter a necessidade de ter um para dez. Hoje em dia, se eu tenho uma quantidade de *personal trainers* e vou aumentar, eu vou diminuir, e o que vai acontecer no final do dia? Eu vou diminuir meu quadro de funcionários. Então, essa é uma visão que eu trago. Não sou dono da verdade, não estou prevendo o futuro, mas eu queria que todo mundo refletisse sobre esses pontos porque muitas vezes nós, profissionais de educação física, só pensamos no nosso bolso.

E eu termino a minha fala com uma coisa. A gente sabe que o trabalho é muito informal, muito. Dificilmente você vai encontrar um profissional que cumpra as obrigações que ele tem. E eu faço a pergunta para vocês, colocando você na cadeira de um proprietário de uma academia, não da Bodytech, de uma academia pequena, como a gente tem várias aqui: qual o negócio hoje em dia em que você não investe nada, não tem nenhum investimento financeiro e que talvez tenha 90%, 95% de retorno? É muito preocupante.

E, por último, o dado que a gente tem do censo do Panorama Setorial Fitness Brasil é que nós somos o segundo país com a maior quantidade de academias, 29 mil academias, nós somos o décimo país em faturamento e somos o quarto país na quantidade de clientes. A gente ainda tem 5% – a Argentina tem quase o dobro da gente – de penetração da população dentro da academia. E qual é a atenção que eu chamo de vocês? A média, quando você pega as 29 mil academias, o total de clientes e divide pelas academias, o Brasil tem uma média de 350 clientes por academia. A gente não está falando de Bio Ritmo, a gente não está falando de Bodytech, de Smart, a gente está falando de academias pequenas. A média são 350. Você imagina que, hoje em dia, você tem os seus 350 alunos, você tem uma capacidade de atender relativamente pequena, infraestrutura, como é que você vai fazer com uma academia em que você tem uma cadeira extensora, quando você tiver 50 mil pessoas, ou assim, exagerando, muito *personal trainer*, muito cliente? Você vai insatisfazer o seu atual cliente, a sua necessidade vai aumentar bastante, e como é que você vai conseguir ficar de pé diante dessa operação?

Mais uma vez, são pontos de reflexões. Eu quero que vocês todos reflitam sobre esse assunto porque acho que são muito relevantes para o nosso mercado quando a gente pensa no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E me coloco aqui à disposição de todos vocês, a gente está sempre muito aberto ao diálogo e à conversa, porque eu acho que este é o caminho do nosso setor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Silveira Netto, sócio e Diretor Técnico da Bodytech.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Rafael Meneses Barros Silva, Professor de Educação Física e *personal trainer*.

Sr. Rafael, o senhor tem dez minutos.

O SR. RAFAEL MENESES BARROS SILVA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Um agradecimento especial ao Senador Romário por eu estar aqui representando a minha classe profissional.

Eu sou profissional e já sou formado há mais de 20 anos, então pude enxergar de perto o crescimento, o *boom* das academias aqui em Brasília desde o começo dos anos 2000, e o que eu consigo perceber é que as academias simplesmente fazem o que querem a respeito da taxa, cobram o que querem, aumentam e diminuem a taxa quando querem. Então, por exemplo, antes da pandemia, a rede Smart Fit cobrava R$800 para o *personal* que queria ministrar qualquer aula lá dentro. Depois da pandemia, mudou, caiu para R$129. A rede Bodytech do Sr. Eduardo, hoje, cobra R$38 do *personal* externo que quer ministrar uma aula lá dentro e, o pior, cobra R$28 do professor interno que tem um vínculo empregatício lá, ou seja, os donos de academias dizem que eles estão preocupados com a qualidade técnica dos professores, com o número de professores que tem para atender os clientes dentro da academia, mas a gente consegue ver que qualquer academia que abre, hoje em dia, tem mais de 3 mil ou 2 mil clientes lá dentro e uma rede *low cost* coloca dois ou três profissionais lá dentro. Essa é a realidade das academias de Brasília. Numa academia que tem um *ticket* alto, a única diferença é que eles colocam cinco lá, então, são dois professores formados e três estagiários. O estagiário ganha R$4 a hora-aula, o professor formado ganha entre R$8 e R$12 a hora-aula.

Então, o que acontece? O *personal trainer*, além de melhorar a qualidade do serviço interno da academia, porque um *personal trainer* a mais é um aluno que precisa de menos orientação... Então, além de a gente colaborar com o bom andamento das academias, nós sofremos taxas abusivas. Por exemplo, na rede Bodytech, para você poder treinar lá dentro, você tem que comprar no mínimo 31 créditos à vista, o que dá mais de R$1,2 mil para você poder ter o direito de treinar lá dentro. Então, é muito complicado e eles cobram ainda a taxa interna do professor. Se você botar aí um professor que trabalha uma média de 92 horas por mês, ele vai ganhar R$920, ele praticamente retorna o que ele ganhou de taxa para a academia. Isso é um absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se realmente as academias estivessem preocupadas com a qualidade técnica do profissional que entra dentro daquele estabelecimento... Nós assinamos contratos. A partir do momento que eu chego como profissional com um cliente na portaria de uma academia, eu assino um contrato em que a academia se exime completamente da responsabilidade em cima daquele cliente. Então, eu entrei com o cliente naquela academia, se o cliente se machucar, quem vai responder sou eu.

Então, o que acontece? As academias falam que elas têm que cobrar taxa, porque o *personal* frequenta aquele ambiente, o *personal* vai ao banheiro, o *personal* toma água. É um absurdo cobrar uma taxa tão abusiva, sendo que nós fazemos um serviço de extrema relevância para a sociedade, porque quanto mais treinadores pessoais tiverem acesso a uma academia menos pessoas vão precisar ir para os hospitais.

A gente vê que é uma verdadeira célula o que acontece nas redes de academias, elas aumentam ou diminuem o preço quando elas querem. E, além disso, o profissional que adentra um estabelecimento tem que comprar o seu próprio uniforme, ele tem uma responsabilidade, e, em nenhum momento, o responsável técnico da academia vai e encontra o *personal trainer*. Então, esse discurso de que os donos de academia estão preocupados com a qualidade técnica que é oferecida pelos profissionais dentro da academia é uma falácia, porque cada academia tem três mil alunos; então, como é que... E isso por hora, porque, como a gente trabalha com fluxograma, a gente sabe direitinho quantos alunos participam daquele ambiente por hora.

Então, a diferença de uma rede de público A para uma rede *low cost*, hoje em dia, não é mais o aparelho, não é mais a estrutura, porque todas as academias têm o melhor equipamento, *top* de linha; é a qualidade que o aluno recebe dos profissionais internos, que é muito baixa. Então, foi-se o tempo em que a gente acreditava que a academia era para um fisiculturista, para um marombeiro, para uma musa *fitness*. Hoje, eu sou profissional há mais de 20 anos e o meu público é a terceira idade, é cardiopata, é idoso. Então, quando você vai pegar uma pessoa que é cardiopata, que é idosa, que vive de uma aposentadoria, o dinheiro dessa taxa de *personal*, que, na verdade, é cobrado da gente, vem diretamente deles.

Eu gostaria de saber também que *personal* ganha mais de R$50 mil, R$60 mil e em qual ambiente, porque eu gostaria de ir para essa academia. Então, assim, são números fora da realidade que são apresentados por alguns donos de academia, e eu venho aqui trazer a realidade para vocês.

Então, assim, depois da pandemia, tivemos uma readequação com o *boom* das academias, com a vinda da rede Bluefit, da própria competição entre as redes. Então, pós-pandemia, a taxa da Smart Fit, que era de R$800,00, caiu para R$129,00. A taxa da Bluefit, que era de R$300,00, sendo que podia treinar lá dentro, agora aumentou, ou melhor, vai aumentar agora, dia 15, para R$400,00. Então, é um faroeste total o que acontece aqui nas redes de academia de Brasília e do Brasil.

Esse discurso de que os donos de academias estão preocupados com a qualidade do atendimento não é verdade, porque entra qualquer profissional mediante a assinatura de um contrato, em que as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

academias se eximem de qualquer responsabilidade sobre o cliente, que já paga para a academia. Ou seja, a responsabilidade vai toda para o *personal*, que já cobra a taxa, ainda tem que pagar o uniforme, cobrar... Então, eu acho que fica muito difícil a gente tentar estabelecer um serviço de qualidade, ter uma qualidade de vida boa e proporcionar para o nosso cliente, dentro de uma academia... E não estou dizendo nem uma academia de *ticket* elevado não, uma academia de bairro, porque nós vemos que, hoje em dia, até uma pessoa que tinha uma academia de bairro, hoje em dia, ela tem três, quatro academias. Ou seja, os donos de academias estão lucrando muito, porque está tendo um *boom* depois do... O *personal trainer* deixou de ser um profissional *gourmet*, deixou... E, com a isenção de taxas, mais pessoas vão ter acesso ao serviço do *personal trainer*, o que vai se converter para um benefício positivo para a sociedade, pois quanto mais profissionais de saúde estiverem nas ruas, nas academias, menos pessoas vão precisar de assistência médica, menos pessoas vão estar nas filas dos hospitais.

Então, essa questão da taxa é uma questão muito mais séria, que envolve não só a minha classe profissional, mas toda a sociedade que precisa, realmente, de um amparo maior dos profissionais de saúde, assim como do nutricionista, do psicólogo. Nós não podemos ser mais profissionais *gourmet*, profissionais a que poucos tenham acesso; nós devemos ser profissionais a que todos tenham um acesso facilitado nas academias de Brasília e do Brasil inteiro.

Para finalizar, o Cref, que deveria ser o órgão responsável por fiscalizar essas taxas de *personal*, não se mostra presente, até porque já foi passada uma lei, se não me engano, no dia 5 de janeiro de 2022, do Deputado Jorge Vianna, que simplesmente a rede Smart Fit e a rede Bluefit começaram a cumprir, inclusive botaram cartazes na frente, afixando, inclusive, valores de multas, se a academia não cumprisse, e as grandes redes, como – pelo menos aqui em Brasília – a Bodytech, a Unique, a Companhia Atlética, simplesmente fizeram vista grossa, e o sindicato das academias, como tem um poder aquisitivo muito maior do que a nossa classe, conseguiu simplesmente fazer com que a lei não fosse cumprida. Então, simplesmente, uma lei que seria benéfica a toda a sociedade, a toda a comunidade, principalmente às pessoas que mais precisam, não foi nem creditada pelas grandes redes de academias, que são simplesmente as redes que mais lucram com isso.

E, quando a gente paga uma taxa – taxa essa que tem que ser paga à vista –, a gente não tem nenhum recibo; eles simplesmente mandam uma mensagem para o nosso *e-mail* dizendo que a compra foi efetuada.

Então, o que acontece? A gente precisa levar isso mais a sério, porque é uma questão de saúde pública, é uma questão de valorização do *personal trainer* e que vai trazer um benefício também para as academias...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL MENESES BARROS SILVA – ... porque as academias vão tirar aquele fluxo tão grande de profissionais que não conseguem dar conta dos alunos, e isso vai ajudar todo mundo como classe, como sociedade.

Bom, eu acho que é isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Rafael, por sua explanação.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Luiz Carlos Carnevali Júnior, Diretor Técnico da Smart Fit.

O SR. LUIZ CARLOS CARNEVALI JÚNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos: bom dia à plateia; bom dia, Senador; bom dia aos componentes da mesa.

Primeiramente, é uma honra estar aqui ao seu lado. Obrigado pelo convite, principalmente pela oportunidade de uma conversa democrática, sempre visando ao bem da sociedade. Então, muito obrigado por essa oportunidade.

Eu, como o Dr. Mário mencionou, estou aqui representando, de maneira muito honrada com isso, o Sr. Edgard Corona, que não pôde estar presente em virtude de, por uma viagem previamente marcada, já estar fora do Brasil nesse momento. Então, estou aqui muito honrado com a oportunidade de poder trazer um ponto de vista. E, agora, peço licença para também falar um pouco do meu histórico profissional, porque acho que ele vem muito ao encontro do que foi aqui discutido entre todos nós presentes nesta mesa.

Todos nós aqui somos profissionais de educação física, e eu sou formado há 25 anos, dos quais me dediquei em quase 15 deles como *personal trainer*. Então, eu entendo que tenho uma visão sistêmica que pode contribuir para essa discussão de maneira muito saudável. Foram 15 anos como *personal trainer*, então sabemos dos índices de obesidade apresentados aqui e de todas essas dificuldades que nós temos com relação ao sedentarismo na população brasileira. E, sem dúvida, não só a Smart Fit, mas o mercado *fitness* de academias bem como os *personal trainers* são responsáveis por tentar mudar esses números alarmantes para a nossa população. Dessa maneira, nós nos sentimos privilegiados de poder tentar contribuir, mas sabemos que a briga, a batalha é muito longa. A gente, hoje, atinge 5% da população brasileira formalmente em academias, e, somando-se o atendimento de *personal trainer*, infelizmente isso não ganha números exponenciais. Então, nós temos que criar iniciativas que favoreçam tanto os *personal trainers* quanto as academias, para que a gente possa fazer crescer esse mercado, fazer crescerem as oportunidades, e para que a gente se desenvolva como profissional de educação física.

Ainda falando um pouco sobre a minha paixão, eu sou formado em educação física e fui para a área acadêmica, então tenho um doutorado em Ciências Biomédicas pela Universidade de São Paulo. Então eu sou um apaixonado pelo conhecimento. Eu vi aqui o próprio Rafael, o Dudu, todos aqui falaram de conhecimento. Acho que eu posso falar com alguma propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiz doutorado na Universidade de São Paulo e não fiquei contente em ficar no laboratório, quis tentar ir para o mercado para ajudar as pessoas a, de fato, emagrecerem e terem saúde. E tive a honra de poder fazer isso dentro da marca.

Mas essa preocupação qualitativa, Rafael, que você leva, eu queria pegar um pouco da sua palavra, falando de algumas iniciativas, acho que não só da Smart Fit, mas do mercado. Nós lá temos muita preocupação em validar cientificamente todos os protocolos que a gente aplica hoje nas nossas academias, publicados inclusive no Colégio Americano de Medicina do Esporte. A Smart Fit oferece hoje, para todos seus professores, uma pós-graduação de acesso 100% gratuito na formação técnica, em parceria com instituições, inclusive instituições da área de *personal trainer*, para que a gente possa, de fato, qualificar o profissional o máximo, para que a gente tenha segurança no que ele está aplicando e levando, no final das contas, da nossa profissão.

Então eu sou professor de educação física também, trabalhei com isso e acho que é uma preocupação importante fortalecer o conhecimento e a qualidade técnica do profissional. E é uma preocupação latente, não só da minha paixão, como doutor na área de educação física, mas de responsável técnico pela rede, levar isso adiante. E esse fortalecimento do conhecimento faz com que esses profissionais, ao meu ver, e imagino que todos aqui presentes, levem uma vantagem competitiva desse profissional, porque ele tem mais conhecimento, obviamente ele vai sair na frente, para poder trabalhar e atender melhor os nossos clientes. Então essa é uma preocupação importante, para que a gente possa melhorar sempre a nossa profissão.

E aí eu faço uso das palavras do Dudu, alguns pontos em que também não quero me alongar muito, mas uma das minhas preocupações como *personal trainer* há 15 anos, e também muito na ponta, conversando com os nossos mais de 7 mil, 8 mil profissionais ali presentes, de educação física, é que, de fato, eu me preocupo muito com a desvalorização, a médio e longo prazo, até curto prazo, do serviço de *personal trainer*.

Eu acredito que essa abertura, no caso da aprovação dessa lei, a gente vai ter uma dificuldade muito grande, porque, de fato, a oferta aumentando, o valor praticado pelo *personal trainer* que estuda, que se preocupa, para cobrar mais caro pelo seu serviço, se ele tem livre iniciativa para isso, será diretamente prejudicado. Falo isso como doutor em educação física, que nós teremos dificuldades grandes, porque teremos ali o acesso de profissionais que não sabemos infelizmente o crivo, ou qual a qualidade que ele vai impor ali no seu atendimento. Ele vai forçar o preço para baixo. Isso vai acontecer, e a gente vai ter profissionais que vão ter que trabalhar mais provavelmente, como eu também, como *personal trainer*, e talvez vão ganhar igual ou menos.

Então essa é uma preocupação que a gente tem que ter muito clara. A gente está desvalorizando o nosso próprio conhecimento. Então a gente tem que tomar um pouco de cuidado nessa questão. Esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda coisa que eu acho muito importante, que o Dudu falou, e eu não estou falando aqui em nome da Smart Fit, mas, sim, da média de 350 alunos por academia nas academias pequenas, é a entrada de um volume de *personal trainers* grande, por empresários pequenos, que têm dificuldade de comprar os seus equipamentos para poder manter a academia e tentar melhorar esse número de 5%, 4,5% de acesso a academias, vai ser diretamente abalado. E são essas academias que têm dificuldade na manutenção dos seus negócios.

Então é uma preocupação latente também, porque isso, sem sombra de dúvida, que o Dudu falou, todo mundo sabe, por exemplo, que a mesa extensora é um equipamento bastante utilizado, vai impor mais uso, vai impor mais dificuldades, vai impor uma diminuição da experiência dos clientes que pagam a academia ali, vão sofrer essas dificuldades, bem como o acesso de profissionais de quem a gente não tem a procedência.

E sabemos que o responsável técnico da academia... Por mais que, obviamente, o outro profissional seja responsabilizado, acaba havendo uma corresponsabilização desse profissional responsável pela condução da parte técnica da sua academia.

E, por último, eu acho que o Ailton, Presidente da Acad, falou muito bem, a livre iniciativa, a livre negociação, acho que é o ponto mais importante, porque entendo que o *personal trainer* precisa da academia e a academia precisa do *personal trainer*. Ambos somos, como bem falou o Presidente da Acad, 95% dos proprietários de academia são profissionais de educação física.

Então, a gente precisa, Excelência, de uma conversa, sem dúvida.

Estamos aqui também, falo como Dudu, abertos a esse tipo de conversa...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nós alunos também precisamos de vocês. (*Risos.*)

O SR. LUIZ CARLOS CARNEVALI JÚNIOR – ... para que nós possamos, de fato, chegar a um ponto em que ofereçamos um serviço de qualidade para os milhões aí de, ainda, possíveis – se Deus permitir e nosso trabalho também! – alunos que vão entrar nas nossas academias e possíveis – se Deus permitir e o nosso trabalho também – *personal trainers* que vão dar aula a esses seus alunos futuros dentro das nossas instalações.

Então, não tenho dúvida de que uma boa e livre negociação entre os dois pontos vai levar a um denominador comum positivo.

Estamos aqui à disposição, não só como Smart Fit, mas eu também como profissional da área, apaixonado pelo que faço, para essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De novo, Senador, parabéns pela sua iniciativa dessa discussão aberta, uma conversa democrática, que, sem sombra de dúvida, vai levar a uma boa solução para a nossa sociedade!

Muito obrigado à plateia.

Obrigado a vocês aqui presentes.

E estou à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Luiz Carlos, pela sua...

Nós temos aqui de um internauta, Matheus, do Distrito Federal: "Academias cobram taxas alegando despesas ao usar o espaço, por que não cobram o valor referente a uma mensalidade ao invés de [uma] taxa [...]?".

Isso também já pode ser uma ideia para a gente começar a repensar sobre essa possibilidade.

O próximo palestrante é o Sr. Danilo Lopes Ferreira Lima, Embaixador da Associação Nacional de Personal Trainers (ANPT).

O senhor tem dez minutos, Sr. Danilo.

O SR. DANILO LOPES FERREIRA LIMA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria agradecer o convite ao Senador Romário.

Eu sou profissional de educação física, sou o Vereador no Município de Fortaleza.

Esse tema tem sido exaustivamente debatido. A gente entende que talvez agora, vindo do Senado Federal, a gente consiga definir algo que é discussão e pauta dentro da categoria há muitos e muitos anos.

Já teve lei estadual, que foi revogada, porque direito privado é prerrogativa federal. Já teve lei municipal, a do Jorge Vianna aqui, e uma lei minha, sancionada em Fortaleza, que não teve aplicabilidade, porque não se consegue ter fiscalização em relação a isso.

A gente entende que o mais importante é que as academias sejam realmente locais onde se promova saúde e não lazer.

Vários argumentos que foram colocados aqui talvez estejam fora da realidade de Fortaleza, porque o que eu vejo lá na minha cidade, a quarta maior em população do Brasil, é que a cada dia aumenta a procura de pessoas pela prática de exercício físico dentro de academias. A cada dia aumenta mais o número de academias no Município de Fortaleza, a não ser que nos outros municípios do Brasil seja diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vejo, em hipótese nenhuma, possibilidade de haver diminuição de ganho quando, na verdade, esse ganho tende a aumentar. E, quanto mais especializado você é, quanto mais seu trabalho é colocado à mostra para a população, mais o seu trabalho vai ser valorizado.

Eu não vejo, em profissão nenhuma, a pessoa investir, o profissional mostrar-se competente e ele ter uma diminuição de ganho e uma diminuição de clientes. Eu sou dentista também, há 35 anos, e, nas duas profissões minhas da saúde, eu só vejo evolução a partir do momento em que o investimento de fato existe.

Algo que tem que ser repensado e que foi colocado aqui pelo Marcello, salvo engano, e tem um representante do Confef aqui, é a questão do dimensionamento. A gente tem academias em que o valor da mensalidade é x, o valor da taxa do *personal* é 8x; quando você chega lá, existe – e eu já contei – um profissional com salário precarizado, muitas vezes são profissionais recém-formados, para dar conta de um ambiente com 67 ou 70 pessoas no mesmo local, na mesma hora. A gente tem visto frequentemente acidentes ocorrendo; a gente tem visto frequentemente pessoas que têm comorbidades, pessoas tendo problemas; diabéticos tendo, Senador, hipoglicemia, desmaiando – e são salvos, muitas vezes, por quem? Por profissionais de educação física que estão lá como *personal trainers*, muitas vezes pagando um valor exorbitante.

Isso é uma coisa que tem que ser levada em consideração, porque a discussão do não pagamento – que é o ideal – já passou para a discussão de um pagamento que seja algo justo. O que não pode é você, de forma injusta, ser taxado o tempo inteiro em uma academia.

Abrir um negócio: quando se abre um negócio, todo mundo quer que o negócio vá adiante, mas, quando você abre um negócio, você abre na perspectiva de ter o quê? De ter cliente, de ter aluno. Na atual situação, está se abrindo na perspectiva de ter dois clientes: de ter um cliente que vem e de ter um cliente que é o profissional que vai vir com outro cliente. Então, está duplicada a possibilidade de ganho.

A gente necessita, urgentemente, que esse tema seja debatido, como já está sendo aqui desde 2020 – foi quando o projeto de lei foi protocolado –, que a gente tenha, definitivamente, algo, obviamente, conversado por ambas as partes e que seja, para os dois lados, algo que gere um benefício, porque o que a gente ouve em muitos discursos é que o profissional de educação física, o *personal trainer* é somente um peso para a academia, quando, na verdade, ele não é: ele está lá como parceiro, ele está trazendo clientes. E outra: se eu pago, se a academia cobra mensalidade de R$100 e eu, como cliente da academia, posso passar o dia inteiro lá, o que é que justifica um *personal trainer* ter que pagar R$800 para atender os seus clientes lá?

São muitos pontos que já foram colocados aqui; eu não vou ser redundante. É uma matéria que já está sendo discutida em todos os níveis, em municípios e estados, e o que a gente precisa é que haja um denominador comum, é que o *personal trainer* possa realizar a sua atividade, na qual a cada dia ele investe mais, em conhecimento também – e a gente sabe disso; isso é um investimento de que todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam para fazer com que cada vez mais clientes cheguem –, mas a forma como muitas vezes está sendo tratada, está sendo abordada a figura do *personal* aqui causa-me estranheza.

Então, chega o momento de todo mundo conversar, até porque a maior parte daqueles que hoje são empresários – e a gente sabe como é difícil você empreender neste país, pela carga tributária que nós temos – muitos já foram *personal trainers* e podem voltar no tempo e ver toda a dificuldade que tiveram no início de carreira e se colocar.

Eu acho que foi posto aqui pelo Presidente da Acad sobre os níveis salariais. Tem *personal* que ganha 2 mil, 3 mil; tem *personal* que ganha 50 mil, segundo ele. Por que ele não olha também para aquele que ganha 2 mil, 3 mil e que está ali iniciando na carreira? Será que ele não lembra do momento de início da carreira, da dificuldade que ele teve?

Por que ele tem que pagar uma taxa grande, parte do seu salário? Porque a gente sabe que não tem facilidade: é acordar cedo, dormir tarde e ter uma qualidade de vida que é dificílima! É uma profissão difícil de ser executada.

Então, eu fico aqui, finalizando a minha palavra, na felicidade e na esperança de que essa situação seja finalmente resolvida e que não se pague o ônus ou que se pague o sustento de uma academia com o suor do nosso trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Danilo Lopes.

Agora, passaremos para o Sr. Lázaro – cadê o Sr. Lázaro? –, do Sindicato dos Profissionais em Educação Física do Distrito Federal.

O senhor tem dez minutos.

O SR. LÁZARO DE SOUZA BARROZO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Os meus pares já me avisaram: "Você ande rápido aí, porque gosta de falar muito".

Mas gostaria de começar minha fala primeiramente agradecendo a Deus pela oportunidade de estar aqui, defendendo a minha categoria, aquela que eu tanto amo. E eu não poderia deixar de agradecer também ao Senador.

Reencontrei vários aqui da minha época de CLT – trabalhei para eles.

Agradeço pela oportunidade e gostaria de começar a minha fala mostrando para vocês – eu sei que muitos aqui irão concordar com o que eu vou dizer – quem é esse profissional de educação física. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse profissional fez essa escolha para se tornar um profissional de educação física? Então, vou contar a minha história.

Aos dez anos de idade, asmático, com crises severas, o médico falou "você vai morrer numa crise dessa. Então, você tem que começar a fazer atividade física". Comecei a fazer natação com dez anos de idade. Hoje, eu estou com 44 anos e digo a vocês: nunca mais eu tive uma crise asmática. Então, o que me salvou? A atividade física. E aí, quando eu fiz 16 anos, comecei a fazer musculação e me perguntei: "o que eu quero fazer profissionalmente?" "Quero ser profissional em educação física."

Essa é a realidade. E aí entrei para o mercado de trabalho, me formei. Até comentei com alguns aqui que, quando eu fiz o curso de Educação Física, realmente, era um curso de Educação Física. Hoje, os empresários têm uma problemática muito grande. Tem *personal trainer* no mercado querendo ser profissional em educação física, porque o cara não quer mais ser profissional em educação física, ele quer ser *personal trainer*. A sociedade hoje olha para o profissional em educação física e pergunta: "você é *personal trainer*?" "Não, eu sou profissional em educação física."

Gente, o que isso muda? É que o profissional em educação física é muito maior do que o *personal*. Então, o que a sociedade precisa entender é esse valor. Quem ainda está indo para a academia por estética vai adoecer amanhã. Agora, quem está indo buscar saúde vai ter longevidade, e é isso que eu prego hoje para a sociedade. Usufrua do profissional de educação física para que ele possa te dar longevidade, para que você chegue aos seus 80 anos e possa levantar da cadeira sozinho. Então, eu acho que é isto que a nossa profissão busca: melhorar a vida da sociedade.

Eu caí de paraquedas nessa! Como assim? Eu passei por três empresas pela minha vida profissional e, graças a Deus, cheguei nas maiores, como a Bodytech, e... Perdi...

Eu queria dizer que eu passei poucas vezes, mas lá, quando eu cheguei na maior, na que eu achei que teria uma valorização gigantesca, com um valor de hora-aula grande, eu descobri a realidade, que o mercado não valorizava o profissional, mas havia uma forma de barganha para que esse profissional pudesse estar ali naquela empresa e para que ele pudesse ganhar dinheiro. Como? Como *personal*.

Mas eu acredito, Senador, que o seu projeto seja também, além de ganhar dinheiro, porque está todo mundo falando em dinheiro, dinheiro, dinheiro, mas vocês estão esquecendo uma coisa, gente, cadê a prosperidade em tudo isso? Cadê esse profissional que ganha dinheiro, mas curte a sua família, os seus filhos, tem qualidade de vida? Onde ficou tudo isso para nós que estamos do lado de cá e para vocês que estão do lado de lá? Vocês querem o dinheiro, mas tem muita gente que tem dinheiro e não tem prosperidade.

Era o que eu ia falar em torno do rapaz que foi citado, que talvez ganhe realmente os R$60 mil, mas será que ele tem qualidade de vida? Para ganhar esse dinheiro todo como *personal trainer,* ele não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem vida, porque, quando eu trabalhei na Bodytech, eu cheguei a dar oito, nove aulas seguidas, seguidas! Então, e aí? "Fica aí aquecendo que eu vou no banheiro correndo." Então, cadê a qualidade de vida?

Então, eu acho que esse projeto vem muito mais do que só discutir o pagamento de valores ou não, vem melhorar a qualidade de vida dos profissionais, da empresa, acho que é algo muito maior. Nós temos muitos problemas em nossa profissão, desde o Cnae, em que não somos reconhecidos como profissionais de educação física, isso ficou só no papel, mas, de verdade, quem são os profissionais de educação física?

Foi usado o termo aqui, instrutor. Gente, perdoe-me, mas profissional de educação física é instrutor? Isso é uma ofensa, parece bobagem, um termo só, mas nós fizemos faculdade. A maioria de nós aqui passou por uma pós-graduação, um doutorado, um mestrado para ser chamado de instrutor: Nós merecemos respeito.

E eu vim parar aqui e eu estou como Presidente de um sindicato, mas não porque eu quisesse ser o Presidente de uma entidade, não, porque eu descobri, em 2010, que nós não tínhamos um sindicato próprio. Olha só, em 2010, o DF não tinha um sindicato próprio de educação física. Então, por isso, eu estou aqui hoje como Presidente do sindicato, para tentar melhorar a qualidade de vida da nossa classe.

Quando a gente fala dessa lei, nós fomos pioneiros. Nós chegamos a escrever livros – livros! – sobre essa questão. Em 2014, nós apresentamos a primeira lei, a 1.975, da Celina Leão, aqui no Distrito Federal, que versava sobre esse objeto, a não cobrança da taxa de *personal*. E aí, depois disso, Senadores, vários outros estados conseguiram emplacar essa lei. Já existem em estados, sim, porém, como o amigo Danilo falou, é muito difícil que se cumpra, porque não tem fiscalização.

Hoje, as redes...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lázaro, só um minuto. Vê se consegue falar por mais três minutos, porque eu vou ao banheiro aqui rapidinho, tá? Por favor. (*Risos.*)

O SR. LÁZARO DE SOUZA BARROZO – É porque o assunto é extenso, Senador.

Hoje, tem academias que simplesmente aumentam o valor da sua taxa, mas que índice é utilizado? Como é calculado esse reajuste dessas taxas? Como é calculado esse valor? Simplesmente é um valor que é jogado, certo?

Quando eu ouvi falar da primeira cobrança da taxa de *personal*, lá na década dos anos 2000, a cobrança da taxa foi feita porque o empresário percebeu que o *personal trainer* conseguia cobrar um valor maior do que o que a academia conseguia cobrar. Por quê? Qual é o diferencial em tudo isso? É o atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se falou aqui do botãozinho, pessoal, eu hoje treino em academia de rede e já vi os botõezinhos lá. Sabe quem aperta esse botão? Ninguém. Porque as pessoas ficam acanhadas com o botão. Elas preferem chamar o *personal,* que está ali dando aula particular, e perguntar para ele do que apertar o botão. Por quê? Porque infelizmente o nosso mercado caminhou para isso. Olha, o professor está ali para cumprir a lei, mas não para atender. O cara fica lá distante, e a pessoa treinando aqui sozinha. Ninguém aperta o botão – ninguém aperta o botão.

Então eu... Foi falado muito também do valor tributário aí, de a classe pagar os seus impostos. Eu acho que ninguém quer deixar de pagar os seus impostos, desde que tenha uma regulamentação, porque hoje o profissional de educação física é um profissional liberal, mas ele não pode ser mais MEI. Para abrir uma empresa, para ele ser *personal,* é pesado, por causa dos impostos. Então qual vai ser a regulamentação?

Nós temos vários problemas, não é? Esse aqui da taxa é um só. Nós temos diversos problemas.

Então, quando foi falado do objeto, a Cnae da atividade física é o 9313.1, só que, para locar o espaço para o *personal,* eu procurei e o que eu achei mais próximo disso foi o 9311.5.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÁZARO DE SOUZA BARROZO – Então, o CNPJ, eu sou empresário, o meu Cnae é de atividade física. E muitos estabelecimentos nem podem sublocar o espaço, porque já é locado, e o contrato não permite isso.

Então nós também não queremos enrijecer do lado de cá. Nós só queremos levar à reflexão. Eu acho que as pessoas não vão se opor em pagar, desde que fique claro como é que vai ser essa regulamentação. Vai-se abrir o MEI novamente? Porque antes o profissional de educação física podia ser MEI. Hoje não pode mais, foi retirado. Então como é que ele vai fazer isso?

Outra pergunta que foi colocada muito aqui: quando o *personal* chega à academia, ele faz o contrato, mas, se o interesse maior é a qualidade do serviço, o que é que deveria ser cobrado: o contrato ou o currículo dele? O currículo, mas é cobrado o contrato. Então, se realmente todos nós estamos aqui interessados na qualidade do serviço, nós temos que adotar posturas diferentes para isso, porque pagar o valor aumenta a qualidade desse profissional? Eu não pago, eu sou ruim. Eu pago, eu me tornei bom?

Anotei muita coisa, Senador. Tem mais uma lista aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem mais um pouquinho, pode ir mais um minuto. Vamos lá.

O SR. LÁZARO DE SOUZA BARROZO – O Confef falou sobre qualidade do atendimento, e este é o papel dos conselhos: fiscalizar o mau profissional em prol da sociedade. Esse é o papel deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitas vezes, foram apresentadas questões como hora-aula... Cobra-se muito do conselho um papel que não é dele. Então, que a categoria entenda: ele pode, sim, fazer uma sugestão de hora, mas ele não pode impor isso. O papel principal do conselho é fiscalizar o mau profissional em prol da sociedade.

Da Acad, eu já falei dos 50 mil lá, do cara... Do Marcello... A questão do tentar conversar. A gente sabe que é muito difícil, pessoal. Eu tentei conversar. Em 2010, eu pensei em criar o sindicato; em 2012, nós criamos a associação. Só conseguimos a regulamentação do sindicato em 2021, por toda a burocracia que existe. E eu tentei conversar. Nós não éramos nada, nós não tínhamos nada, fui colocado numa reunião de *personal trainers* e tentei conversar. Sabem o que aconteceu comigo? Fui demitido e nunca mais eu trabalhei com a carteira fichada; eu me tornei profissional liberal e depois montei o meu próprio negócio. Pode ser que hoje seja diferente? Pode ser que hoje seja diferente, mas comigo não foi, eu não tive a possibilidade da conversa. E o que nós fizemos? Questionamos um contrato. Foi só isso que nós fizemos! Questionamos o porquê daquele contrato e daquelas regras. Se era um contrato, como foi dito aqui, é uma negociação. Quando eu questionei, não: "Ou é do jeito que está aí, ou é do jeito que está aí".

Já foi dito aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÁZARO DE SOUZA BARROZO – O foco da academia é ganhar com esse cliente que entra ou ganhar com o *personal*? Qual é o objetivo da academia? Então, o professor está lá como *stakeholder*, que é o cara que vai ajudar a academia a ganhar mais dinheiro. Essa narrativa de que vai ter mais gastos, mais custos... Gente, isso não é verdade! Foi demonstrado aqui por números que você acaba fidelizando mais. Eu sou dono de academia, eu sei. É difícil você fidelizar o cliente. E quando é que o cliente fica? Quando ele se sente acolhido. Nesse caso que eu citei aqui do botão, a pessoa se sente mais acolhida pelo *personal*, porque ela tem uma intimidade com ele, do que com o professor da própria academia, porque o cara está lá parecendo uma múmia, ele não atende. Então, essa questão da fidelidade está intrinsecamente ligada a outros fatores, como os relacionamentos, a intimidade... Então, tem algo muito maior envolvido em tudo isso aí, em que nós devemos aprender, como categoria, como classe, que aquele modelo aplicado em outros países talvez não dê muito certo aqui. Eu sei que foi trazido para o Brasil um modelo americano, que dá certo lá, mas que aqui não dá muito certo. Eu tenho muitos clientes, eu tenho uma academia de *crossfit*, e eu tenho muito cliente que chega com esses relatos que foram ditos aí: cheio, não tem relacionamento, não tem acolhimento, monótono, muito repetitivo... Então, a gente acaba abraçando essa parcela do mercado, mas eu acho que tem para todo mundo. Eu acho que o nosso papel aqui hoje é tentar ponderar para que nós possamos – eu vou finalizar agora (*Risos.*) – achar algo que seja viável para todo mundo, algo que seja bom para todo mundo.

Então, vou finalizar.

Só mais uma, só. Só mais uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi dito aqui sobre as academias perderem com a regulamentação. Nós estamos falando muito aqui de Plano Piloto, de outra realidade. Senador, a minha academia é na Ceilândia – não sei se o senhor conhece o Distrito Federal –, é lá no final, já perto do Goiás, e lá eu vi uma estratégia de um empresário muito boa. Lá chegou Bluefit, Smart, Evolve, World Gym, agora chegou a Ultra. E esse cara está lá, é um cara pequeno que está lá no meio de tudo isso – tem a Corpo e Saúde também. Esse cara pequeno está lá. E o que ele fez? Ele liberou o *personal* na academia dele. É aberto, qualquer um. Não vou citar o nome, não, mas cada um pode chegar lá e dar a sua aula. Ele não está perdendo, ele está ganhando, ele se tornou competitivo. Então, o que ele fez? Ele melhorou a qualidade do atendimento.

Então, eu sei que o novo gera medo em todos nós, mas eu gostaria que vocês refletissem sobre isso. Vamos tentar fazer o novo, para ver se a gente gera um resultado diferente lá na frente.

Desculpa a demora nas minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito bem, Sr. Lázaro. Muito obrigado pela sua explanação.

Eu agora vou... Antes de finalizar aqui, tenho uma pergunta para cada um que participou desta mesa, assim como foi feito na primeira.

A primeira vai para o Sr. Eduardo Silveira, representante aqui da Bodytech de Brasília: quais são as políticas da Bodytech em relação ao acesso do *personal trainer* em suas instalações? E essas políticas poderiam ser ajustadas, conforme esse PL passe?

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO (Para expor.) – Eu acho que é um dever de todos nós aqui, a gente está superaberto a ajustar. A política, hoje em dia... Eu acho assim: sempre a minha presunção é que é a melhor política que a gente tem no mercado atual. Eu não privilegio a pessoa... Eu tenho, eu vendo... Se o profissional quiser ministrar uma aula, ele tem possibilidade de dar uma aula. Quanto mais aula ele compra, mais barato fica. Eu acho que isso é uma iniciativa que faz sentido para o *personal*. E hoje em dia eu tenho um *cap*, que é um limite. Dependendo da praça, dependendo do bairro, ele pode ter um limite de 30 aulas ou de 50 aulas e ele dá quantas aulas ele quiser.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem. Mas você, no seu entendimento, Eduardo, acredita que, financeiramente falando, essas academias do Brasil, 19 mil...

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO – São 29 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... 29 mil, teriam uma perda muito grande financeiramente?

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO – Acredito que sim. Agora, o país é muito pulverizado, e cada uma tem a iniciativa de cobrar. Então, essa estratégia que o Lázaro citou é excelente e cabe no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negócio dele, e pode ser que isso não caiba para outros negócios. Então, eu acredito que a grande maioria dos empresários, hoje em dia, abrir mão dessa receita... E, mais uma vez, eu não acredito... O exemplo do churrasco não foi válido, porque quem chamou o churrasqueiro não foi o proprietário do imóvel, foi a pessoa que estava locando. Então, é diferente. Acho que é um conceito muito diferente. Eu não me imagino com um salão de cabeleireiro, eu vou ligar para o Carnevali: "Carnevali, eu vou cortar o cabelo de um cliente meu aí, eu vou ocupar a sua cadeira, eu vou usar a sua luz, eu vou usar os seus equipamentos". E eu não estou cortando o cabelo de graça, eu estou usando o meu serviço. Estou usando o meu serviço para ganhar dinheiro dentro do estabelecimento dele. E, quando a cadeira dele está ocupada... Apesar de todas as falas de retenção, ajuda, ajuda bastante. O *personal* é um ótimo fidelizador, por isso que a gente os trata tão bem. Não vejo, de forma nenhuma, uma situação dessas, caótica. O cara, para mim... A gente trata o *personal* como se fosse cliente, porque ele merece isso. É um profissional que ajuda a gente na retenção e favorece muito: traz aluno, indica... Hoje em dia, a melhor forma é ter um bom profissional.

A minha questão é a seguinte: será que todos os profissionais estão capacitados e têm esse poder de ajudar a academia? Essa é a minha dúvida, tá? Eu não acho justo isso.

Então, acho que a gente está super aberto à negociação e sempre buscando o equilíbrio entre as partes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

A minha próxima pergunta vai para o Sr. Luiz Carlos, Diretor Técnico da Smartfit.

No caso específico da Smartfit, qual seria o impacto financeiro e econômico com essa implementação dessa nova proposta de lei? Há medidas que poderiam ser tomadas para mitigar possíveis perdas financeiras? Em sua opinião, quais seriam os impactos positivos – se eles existem, no seu entendimento –, com a adoção dessa nova proposta?

O SR. LUIZ CARLOS CARNEVALI JÚNIOR (Para expor.) – Senador, obrigado pela pergunta.

Eu vou numa linha parecida e até fazendo uso da palavra de alguns colegas aqui da mesa. A livre iniciativa, a livre negociação já vem acontecendo. A própria Smartfit fez adequações dos valores e de todo o processo ao longo da jornada.

O que eu entendo é que, assim como há implicações para o negócio de academias que podem... Eu acho que é muito válido que a academia tenha autonomia na livre negociação de abrir diretamente para que os profissionais possam ali atuar, e talvez tenha feito sentido para o modelo de negócio ali presente. Assim como há academias em que isso não se aplica completamente, nós temos profissionais mais qualificados e menos qualificados que também estão sujeitos a uma cobrança de hora-aula diferente em relação aos outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, a minha resposta a sua pergunta é que estamos – como já havia mencionado e reforço as palavras aqui – sempre abertos a nos ajustar, embora esse processo já venha acontecendo por direcionamento do próprio mercado. O mercado já vem fazendo com que isso aconteça. Foi mencionado aqui que a Smartfit se adequou a esses processos. E, sim, eu acho que a preocupação aqui não está no impacto financeiro, mas na qualidade do serviço prestado não só dentro da Smartfit, mas de todas as redes de academias, pequenas ou grandes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou fazer aqui uma pergunta para vocês dois, que representam as academias, e para eles dois, que representam o *personal*. Na verdade, a pergunta é aquela que eu falei. As academias cobram taxa alegando despesas do uso do espaço. Por que não cobram um valor referente a uma mensalidade em vez da taxa abusiva? Vocês seriam a favor dessa possibilidade de ideia? Pode responder...

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO (Para expor.) – Eu acho que, a princípio, tem que se estudar, porque cada caso, cada modelo de negócio... Eu posso ter uma academia como a que a gente tem em São Paulo, na Faria Lima, em que a mensalidade custa R$1,5 mil. Então, eu vou cobrar R$1,5 mil nessa unidade e, em outras – sei lá –, um *ticket* de R$250.

Acho que, mais uma vez, a gente tem que se sentar e tem que evoluir na negociação para que seja uma coisa equilibrada para ambas as partes. Não tem a questão de estarmos fechados com a negociação, de forma nenhuma. A gente quer ouvir, mas a gente quer fazer os nossos contrapontos – e alguns dos de vocês fazem sentido –, mas eu acho que tem que ter um equilíbrio entre ambas as partes.

O SR. RAFAEL MENESES BARROS SILVA (Para expor.) – Eu gostaria de saber qual parte do equilíbrio seria da parte das academias, porque a gente vê que, além de nós proporcionarmos um serviço de qualidade, na verdade, os donos de academias não estão preocupados com a qualidade, porque qualquer profissional que chegar lá e mostrar o Cref vai assinar um contrato e vai dar aula, independentemente de ele ser recém-formado ou de ter 20, 30 anos de mercado.

Então, o que acontece? Eu queria saber de onde vem essa valorização do profissional interno e até do externo, se a gente paga uma taxa absurda?

Por exemplo, na própria Bodytech, do Sr. Eduardo, para eu poder treinar lá dentro, eu tenho que comprar no mínimo 31 aulas à vista, ou seja, o *ticket* lá é R$38 e eu tenho que pagar R$1.178 para eu poder treinar lá dentro, sendo que a taxa também é cobrada do profissional interno, que tem vínculo empregatício com a empresa. Então, o profissional interno ganha em média entre R$920 e R$1 mil para trabalhar em uma Bodytech, que é uma academia *ticket* A, e ganha o mesmo tanto para trabalhar em uma academia Smartfit, onde ele vai ganhar entre R$8 e R$12.

Então, eu queria saber onde está a negociação, onde está a valorização, se o profissional interno praticamente devolve o salário dele para a rede pela qual ele é contratado e o *personal* externo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporciona um serviço de melhor qualidade, que tira o fluxo tão grande de profissionais, ainda tem que pagar o uniforme... Por exemplo, já chegou a um ponto de eu ministrar cem aulas lá, deixar uma média de R$3,8 mil, e um profissional que ministra mais de cem aulas lá – o Lázaro pode confirmar – ganha uma fita com crachá e um armário no banheiro como "profissional diamante".

Então, eu queria saber que parte da colaboração das academias vem para facilitar para a gente, já que a gente facilita tanto para eles no quesito de manutenção do cliente dentro da academia, porque a gente sabe que mais de 60% dos clientes que entram numa academia deixam de frequentá-la com mais ou menos três meses de matrícula. É por isso que eles querem tanto fechar o plano anual, porque o cliente vai lá, ele paga um *ticket* alto, ele não é bem atendido, ele fica à mercê dos professores de sala, e lá tem cinco professores, no máximo, para um fluxograma, para uma quantidade de 300, 400, às vezes 500 alunos num sábado pela manhã. Então, o cliente interno não é bem atendido; é humanamente impossível para o professor de sala que é contratado por qualquer rede de academia prestar um serviço de qualidade pelo número de clientes. Então, o que acontece? Eu queria saber qual parte que a academia vai facilitar para a gente, se a gente tem que pagar o uniforme, se a gente não tem direito nem a treinar na academia, sendo que o treino, essa sociabilização é um momento legal, ideal que a gente tem para conquistar clientes. A Smartfit se adequou. Ela cobrava R$800; pós-pandemia, ela cobra R$129. Mas o que impede, daqui a dois meses, se ela quiser cobrar R$1 mil? Não tem uma regulação, entende?

Então, eu acho muito importante que as academias também, por exemplo, oferecessem um plano de saúde, um plano de carreira, até para o profissional que é interno. O que acontece? O professor se forma, o profissional se forma, ganhando R$8, e, depois que ele faz uma clientela de *personal*, ele vai embora, ele tira o vínculo empregatício com a academia, porque, em vez de ganhar R$10 a hora-aula, ele vai conseguir ganhar R$50, R$100, R$150, R$200 a mais, e fora a taxa; ou seja, essa taxa não é cobrada do *personal*, ela é cobrada do cliente, então ela vem direto do cliente. O *personal* cobra uma taxa, cobra um valor, um *ticket* para fornecer um serviço, e 30%, 40% do valor que o cliente acerta com o profissional vai direto para a academia, academia essa que não proporciona nada, não deixa nem ao menos o *personal* treinar na academia em que ele está pagando R$3,8 mil, R$4 mil de taxa.

E os grandes interessados em que essa lei não passe são os grandes donos de academia, porque são eles que ganham dinheiro com isso. A Smartfit deve ter... Só no meu grupo de WhatsApp aqui da Bodytech, deve ter 60, 70 *personal trainers*. Se cada um der pelo menos dez aulas – tem gente que ministra 50, 100 aulas... Então, os grandes donos de academias é que estão realmente preocupados com a perda dessa taxa. O dono de academia de bairro, o dono de academia pequena, o dono de *box* de *crossfit* quer, exatamente como o meu colega Lázaro disse aqui, trazer o cliente para dentro, ele quer que o *personal* venha para dentro do estabelecimento dele, exatamente para melhorar a qualidade do atendimento dos clientes internos e ter aquela maior retenção; ou seja, os donos de academia, na verdade, estão – desculpe o termo – dando um tiro no pé, no próprio pé, porque nós somos profissionais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantemos o cliente que efetua a matrícula lá dentro, a troco de absolutamente nada, e ainda somos cobrados; são cobradas da gente taxas extremamente absurdas.

Eu não acho ruim pagar R$129 numa taxa na academia em que eu posso treinar, não acho ruim pagar R$100; agora, acho ruim pagar R$4 mil para trabalhar numa academia em que eu melhoro o serviço interno, em que eu proporciono uma melhoria da qualidade do serviço interno, mesmo não tendo vínculo empregatício. Acho que isso seria muito importante. É ruim pagar taxa? Então, por que eu tenho que pagar aproximadamente R$1,2 mil de taxa por mês para poder treinar numa academia, sendo que o *ticket* médio anual dessa mesma academia é R$600, R$700 – uma academia que tem 3 mil, 4 mil alunos que pagam R$600, R$700 de mensalidade?

Então, assim, acredito que a taxa não vai fazer diferença também para as grandes redes. Eles querem botar uma grana a mais, um lucro a mais ali, que poderia ser muito bem convertido no aumento de rendimento do *personal trainer* ou então na competição entre os profissionais, que é feita ali de maneira natural. O profissional que tem mais gabarito, que tem mais tempo de estrada, que tem uma formação melhor vai conseguir ganhar mais; e o recém-formado vai ganhar menos, vai cobrar menos.

Então, eu queria saber, em contrapartida ao preço tão alto de taxa que a gente deixa nas academias, qual é a garantia? A gente não tem nem direito a treinar na academia, quanto mais um plano de saúde, um plano de carreira, não é? Então, acho que fica muito injusta essa queda de braço entre os donos de academias e nós treinadores pessoais, sabe?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Eduardo, quer responder?

O SR. DANILO LOPES FERREIRA LIMA (*Fora do microfone*.) – Senador, eu poderia só fazer um aparte, que aí se responde logo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, sim.

O SR. DANILO LOPES FERREIRA LIMA (Para expor.) – Eu vou ser superobjetivo e baseado na pergunta que foi feita sobre o valor. O valor de uma mensalidade seria justo e, se tivesse alguma emenda no texto, poderia colocar o valor de no máximo uma mensalidade. Se é "no máximo", se você tem uma de R$1,5 mil e quiser que ele pague R$150, você pode. Você não pode é cobrar mais de R$1,5 mil; como você não pode cobrar mais de R$100, se for R$100. Aí eu acho que já resolve muita coisa.

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO (Para expor.) – Pare para pensar o seguinte: você tem um cliente em São Paulo, na Faria Lima; para você vai ser bom ir lá para atender um cliente e pagar R$1,5 mil?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, o que ele quer dizer é que é no máximo R$1,5 mil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO LOPES FERREIRA LIMA – Não, mas aí a sua academia decide, é no máximo R$1,5 mil. Se você achar que deve, para esse *personal*, diminuir o valor...

Porque o que acontece, Senador? A gente tem um percentual pequeno de academias – hoje, não, porque as grandes redes estão crescendo muito, graças a Deus – que cobra taxa de *personal*. Antigamente, três anos atrás, quando a gente começou a fazer essa discussão com audiência pública, eram 25% somente das academias que cobravam a taxa; ou seja, a gente não pode ir especificamente para um local, certo? O que é que a maioria das redes... quais são os valores médios de *tickets* da maioria das redes? Não são valores exorbitantes. Vai ter a questão da Bodytech em São Paulo, na Faria Lima. Poxa, Faria Lima, São Paulo, Bodytech, isso pega quantos por cento da população que vai atrás de uma academia? É ínfimo isso aí. A discussão é muito mais ampla com as grandes redes que fizeram com que muitas pessoas tivessem o acesso, porque é isso o mais importante. Então, eu acho que uma emenda nesse sentido... Obviamente, o que se deseja é que não se pague taxa, mas, se tiver de pagar, eu acho que uma ideia justa seria essa aí.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO – Eu acredito que...

O SR. DANILO LOPES FERREIRA LIMA (*Fora do microfone.*) **–** No máximo, no máximo!

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO – ... esse tipo de proposta tem que ser endereçado – assim, eu represento uma rede que é uma realidade muito diferente daquela da grande maioria das academias do Brasil –, isso tem que ser levado para a Acad, porque ela tem uma visão do Brasil. Seria leviano da minha parte pensar que, porque atende a minha rede, vai atender a todos os mundos.

E eu queria chamar a sua atenção: você está completamente desatualizado quanto aos números. Esses números para vocês não são reais. Você falou que, no sábado, há 500 pessoas numa unidade. Então, você está falando de forma arbitrária, sem conhecer.

E a própria política da Bodytech já se adequou bastante; tem a questão do *cap*, milhares de coisas que foram feitas. E a resposta aqui é muito simples – e, se você usar um pouquinho de inteligência, você vai entender –, se eu cobrar... A pessoa hoje em dia pode comprar uma aula, pagar R$38. Se ela comprar uma aula e ela puder dar aula, a mensalidade custa R$38. Então, eu estou abrindo a minha academia por R$38, onde eu tenho um custo operacional – todo mundo entende o que é – para uma pessoa treinar livremente. É só ter o bom senso. Entendeu? Se eu cobrar R$38 para a pessoa treinar, é o preço de uma aula.

O SR. RAFAEL MENESES BARROS SILVA – Não, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO – Então, é o que você perguntou: por que se cobra por uma aula? Porque tem que ter um volume que justifique, por causa do preço da mensalidade; mais uma vez, relacionado a preço. Se ele tiver livre acesso à academia pagando R$38...

O SR. RAFAEL MENESES BARROS SILVA – Tá, mas você acha que, a taxa de *personal* não valendo mais, vai bombar a Bodytech? Ninguém... Quantas pessoas têm o poder aquisitivo de pagar R$600, R$700 por mês, numa academia?

O SR. EDUARDO SILVEIRA NETTO – Eu tenho certeza de que as explanações que eu já fiz – não vou repetir aqui – vão acontecer. E, principalmente, vocês estão baseados na realidade de vocês, da sua capacidade de atender, de receber um cliente diabético, de receber um cliente hipertenso. Agora, você acha que todos os profissionais estão qualificados para isso?

E outra coisa, quando você fala de... O currículo para mim não vale nada. Ali há uma exigência de ele ter o registro dele no conselho. Eu não vou avaliar se ele tem um currículo, se ele tem doutorado, se ele é mais capaz do que eu. Isso para mim não habilita a pessoa a trabalhar.

E, por último, você falou bastante em relação a... eu acho que era o primeiro fato. A função do conselho – vários de vocês ignoram o fato – é o exercício legal da profissão. Este é o objetivo maior do Conselho Federal da Educação Física, garantir saúde à população.

Em relação a salário, o salário é igualzinho, o valor de hora-aula é igual a na lei da escravatura. Você ganha pela diferença que você faz, pela sua importância. Então, se o profissional quiser ganhar mais, ele tem que fazer diferente. A mesma coisa quanto ao *personal*. Se você fizer o mesmo, você vai ganhar o mesmo. Então, depende muito da formação da pessoa. E você está generalizando uma coisa que não acontece no Brasil todo, até porque a sua visão é muito restrita à Brasília, que é um universo diferente talvez de Fortaleza, de outras cidades, de outras praças.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem, esse é o tipo de discussão de que a gente realmente precisa para que a gente possa chegar, definitivamente, a um resultado positivo para ambas as partes.

Só para finalizar aqui, vou mandar um abraço para o Alexandre Accioly, meu amigo de muitos anos, dono da Bodytech.

Temos também lá uma das academias sobre a qual acabei me esquecendo de dizer – tomei um puxão de orelha aqui do dono –, que é a Praia Fitness, lá da Barra, do meu amigo Rodrigo Maciel.

Eu, particularmente, não sou nada a favor de uma academia que cobre... Por exemplo, o *personal* tem um aluno, ele cobra lá – vou dar um exemplo – 5% daquele aluno. E aí, daqui a três meses, esse *personal* tem 20 alunos, ele continua cobrando 20% desses 20 alunos. Isso, para mim, é uma coisa que não consigo entender e com a qual não consigo concordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, enfim, eu acredito que nesse próximo encontro que a gente tiver – espero que realmente aconteça, e, da minha parte, podem ter certeza que vocês vão receber esse convite – a gente possa definitivamente chegar a uma coisa que seja benéfica para todas as partes, porque eu tenho que apresentar esse relatório, e acredito que a gente chegará.

Eu quero agradecer a presença de todos vocês que participaram direta e indiretamente aqui desta reunião, aos internautas, àqueles que nos acompanharam pela TV Senado e pela internet. Fiquei muito feliz por tudo que ouvi, tudo que aconteceu. Eu tenho bastante certeza e muita fé de que a gente vai, sim, chegar a um resultado positivo para as três partes: academia, alunos e *personal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A9E909E50061E617.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.